

# A OCUPAÇÃO ROMANA DO ALGARVE

Catarina Viegas



# A OCUPAÇÃO ROMANA DO ALGARVE

Estudo do povoamento e economia do  
Algarve central e oriental no período romano

**Catarina Viegas**



uniarq



**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

## estudos & memórias

Série de publicações da UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa)

Direcção: Victor S. Gonçalves

3.  
VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: UNIARQ.

ISBN: 978-989-95653-4-0

Depósito legal: 325368/11

Design gráfico e composição: Rui Roberto de Almeida

Capa: *terra sigillata* sudgálica de Castro Marim, foto de Victor S. Gonçalves

Impressão: (500 exemplares) Europress, Lda.

Apoio do IGESPAR (PNTA – 2004, Projecto Povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano), Câmara Municipal de Tavira, Câmara Municipal de Faro

Volumes anteriores de esta série:

1.  
LEISNER, G. e LEISNER, V. (1985) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Reimpressão do volume de 1951. Lisboa: UNIARQ.
2.  
GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. 2 vols. Lisboa: UNIARQ.

© do Autor

*Toda e qualquer reprodução de texto e imagem é interdita, sem a autorização escrita do Autor, ou dos seus representantes legais, nos termos da lei vigente, nomeadamente o Código do Direito de Autor e Direitos Conexos. Em powerpoints de carácter científico ou didáctico (e não comercial) a reprodução de imagens ou de partes do texto é permitida, com a condição de a origem e a autoria do texto e das imagens serem expressamente indicadas no diapositivo em que é feita a reprodução. Os direitos de autor da obra são extensíveis a todos os documentos, impressos ou manuscritos, com tratamento digital de imagem, nela publicados*

PARA INTERCÂMBIO (ON PRIE L'ÉCHANGE, EXCHANGE ACCEPTED):

CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS P-1600-214 LISBOA PORTUGAL

# A OCUPAÇÃO ROMANA DO ALGARVE

Estudo do povoamento e economia do  
Algarve central e oriental no período romano

Catarina Viegas





Armazéns do Chiado. Neste último caso, já ao serviço do IPPAR, organismo que sucedeu ao IPPC na área da arqueologia.

Entre 1992 e 1996 integrou a equipa do Gabinete de Apoio Técnico da Câmara Municipal de Santarém, tendo realizado um programa de arqueologia preventiva e dirigido diversas intervenções arqueológicas no Centro Histórico daquela cidade. Neste contexto, iniciou a colaboração científica com a Professora Ana Margarida Arruda, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a partir dos trabalhos arqueológicos realizados na Alcáçova de Santarém.

Desde 1997 que pertence ao corpo docente da Área de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É igualmente Investigadora da UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa), onde integra a equipa do grupo de trabalho “Interacções dinâmicas no Centro e Sul de Portugal” dirigido por Ana Margarida Arruda. Participou em diversos projectos de investigação destacando-se o das “Termas da villa romana da Tourega (Évora)” (1990-2000), o “Corpus dos mosaicos de Portugal” (1991-2005), e mais recentemente, os projectos “Castro Marim e o seu território imediato na Antiguidade”, e “O Monte Molião na Antiguidade”.

O seu trabalho científico está centrado no estudo da presença romana no centro e sul de Portugal, com um foco especial no estudo da cerâmica romana enquanto indicador da evolução económica deste período histórico. Neste contexto, a dissertação apresentada nas provas de aptidão científica e capacidade pedagógica teve como tema “*Terra sigillata* da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica”, publicado em 2001 na série *Trabalhos de Arqueologia* do Instituto Português de Arqueologia e em 2006 publica “*A cidade romana de Balsa (Torre de Ares – Tavira): (1) A terra sigillata*”, uma edição da Câmara Municipal de Tavira e do Instituto Português de Museus.

Actualmente, a sua actividade científica centra-se no estudo das cerâmicas comuns romanas do Algarve Oriental e Central, prosseguindo igualmente a investigação sobre o padrão de consumo da *terra sigillata* no Ocidente peninsular. Em simultâneo, e para além da actividade docente nos cursos de Arqueologia do 1.º e 2.º ciclo (licenciatura e mestrado) do Departamento de História da FL-UL dedica-se às actividades de divulgação científica da UNIARQ, sendo responsável, neste âmbito, pelo grupo de trabalho “Sete” – Ciência e Sociedade.



à minha mãe







## Tábua

Prólogo .....	9
Agradecimentos .....	13
1. Introdução .....	17
1.1. Antecedentes .....	28
1.1.1. História da Investigação arqueológica do período romano no Algarve: dos pioneiros à actualidade .....	29
1.1.2. A investigação sobre a ocupação romana do Algarve: o estado da questão .....	40
1.2. Condicionismos da investigação, questões prévias, limitações e opções metodológicas .....	46
1.3. Enquadramento geográfico .....	52
2. Povoamento e economia do Algarve .....	63
2.1. Enquadramento político-administrativo do sul da Lusitânia .....	65
2.1.1. O Algarve nas fontes antigas .....	65
2.1.1.1. Fontes literárias e numismáticas .....	65
2.1.1.2. Epigrafia .....	74
2.2. Centros urbanos .....	81
2.2.1. <i>Ossonoba</i> .....	81
2.2.1.1. Trabalhos arqueológicos em Faro: breve sinopse .....	81
2.2.1.2. Contexto estratigráfico dos materiais do mosaico do Oceano .....	101
2.2.1.3. Contexto estratigráfico dos materiais do Museu de Faro (2000-2002) .....	107
2.2.1.4. Os materiais .....	110
2.2.1.4.1. A cerâmica campaniense .....	110
2.2.1.4.2. A <i>terra sigillata</i> .....	130
2.2.1.4.3. As ânforas .....	188
2.2.1.5. A cronologia de ocupação e a dinâmica evolutiva de <i>Ossonoba</i> .....	250
2.2.2. <i>Balsa</i> .....	261
2.2.2.1. Trabalhos arqueológicos em <i>Balsa</i> .....	261
2.2.2.2. Contexto estratigráfico dos materiais de <i>Balsa</i> .....	281
2.2.2.3. Os materiais .....	291
2.2.2.3.1. A cerâmica campaniense .....	291
2.2.2.3.2. A <i>terra sigillata</i> .....	291
2.2.2.3.3. As ânforas .....	359
2.2.2.4. A cronologia de ocupação e a dinâmica evolutiva de <i>Balsa</i> .....	392
2.2.3. <i>Baesuri</i> .....	407
2.2.3.1. Trabalhos arqueológicos em Castro Marim: breve sinopse .....	407
2.2.3.2. Contexto estratigráfico dos materiais do Castelo de Castro Marim .....	414
2.2.3.3. Os materiais .....	419
2.2.3.3.1. A cerâmica campaniense .....	419
2.2.3.3.2. A <i>terra sigillata</i> .....	439
2.2.3.3.3. As ânforas .....	476
2.2.3.4. A cronologia de ocupação e a dinâmica evolutiva de <i>Baesuri</i> .....	516

2.3. Os materiais e os sítios .....	526
2.3.1. As cerâmicas romanas de <i>Ossonoba</i> , <i>Balsa</i> e <i>Baesuri</i> no quadro da economia do extremo Ocidente peninsular .....	527
2.3.1.1. A cerâmica campaniense de <i>Ossonoba</i> , <i>Balsa</i> e <i>Baesuri</i> no contexto das importações para o Ocidente peninsular .....	527
2.3.1.2. A <i>terra sigillata</i> de <i>Ossonoba</i> , <i>Balsa</i> e <i>Baesuri</i> .....	530
2.3.1.3. As ânforas de <i>Ossonoba</i> , <i>Balsa</i> e <i>Baesuri</i> . Leitura de conjunto relativamente ao consumo e comércio de produtos alimentares no Ocidente peninsular .....	551
2.3.2. Produção de preparados piscícolas, azeite e vinho no território hoje algarvio. Discussão do seu significado à luz do consumo dos produtos alimentares transportados em ânforas .....	569
 3. Dinâmica evolutiva do povoamento do Algarve costeiro durante o período romano e pós-romano: uma perspectiva a partir do consumo de alimentos transportados em ânforas e das cerâmicas finas dos núcleos urbanos de <i>Ossonoba</i> , <i>Balsa</i> e <i>Baesuri</i> .....	581
 Anexos .....	593
Bibliografia .....	611
Índices .....	649
Abstract .....	659



## Prólogo

O livro que agora se publica resulta, em grande parte, de uma dissertação de doutoramento que a autora apresentou à Universidade de Lisboa, e que eu tive o prazer de acompanhar, desde as primeiras e tímidas abordagens até à sua discussão final. O trabalho incide sobre a ocupação romana de uma área específica do Algarve, concretamente o litoral central e oriental, tendo tido por base espólios provenientes de escavações arqueológicas mais ou menos recentes.

Desde o início, que Catarina Viegas sabia que o Algarve correspondia, em termos absolutos, à região do país onde a época romana estava, à partida, mais bem estudada. A este facto não é alheio o trabalho que Sebastião Philippe Martins Estácio da Veiga levou a efeito nos finais do século XIX, quando procedeu à elaboração da primeira carta arqueológica de uma região natural do País, tendo então cartografado um numeroso conjunto de sítios romanos, escavado em alguns deles e recolhido abundante espólio.

A existência de um grande acervo documental fomentou a presença de outros pioneiros na área meridional portuguesa, como foi o caso, por exemplo, de António Santos Rocha e de José Leite de Vasconcellos, tendo estimulado também as pesquisas que se desenvolveram, ao longo do século XX, em torno da sua obra, e da própria ocupação romana do sul de Portugal.

Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos procedeu, nos anos 70 do século passado, ao tratamento de grande parte do espólio documental e, em parte, material deixado pelo seu bisavô, tendo ainda levado a efeito a actualização de alguns dados, e, anos mais tarde, José d'Encarnação incluiu a epigrafia romana no *corpus* que efectuou sobre as inscrições romanas do *conventus pacensis*. Os posteriores inventários de sítios do Algarve romano, nomeadamente o que foi elaborado por Jorge de Alarcão no «*Roman Portugal*», e o da responsabilidade do IGESPAR, ambos datados das últimas duas décadas do século XX, beneficiaram, ainda e consideravelmente, do trabalho do investigador oitocentista.

As novas cartas arqueológicas entretanto concretizadas para várias áreas do Algarve acrescentaram alguns outros sítios ao mapa e trabalhos de campo em áreas urbanas e em sítios rurais permitiram ampliar a documentação existente. Este amplo conjunto de dados foi por diversas vezes analisado no âmbito de sínteses sobre a romanização da Lusitânia, ou mesmo em abordagens de cariz mais monográfico. Contudo, o conhecimento permanecia (e permanece ainda para várias áreas) limitado a pontos cartografados, notando-se a quase total ausência de elementos concretos que permitam ler a ocupação romana na sua real dimensão cronológica, cultural e espacial, salvo algumas e honrosas excepções, como são os casos recentes de Milreu e Cerro da Vila.

A vastidão da informação era, assim, apenas aparente, mostrando este livro, de forma inequívoca, como a realidade era afinal bem mais complexa, e Catarina Viegas não temeu que o seu trabalho pudesse tornar-se redundante ou pleonástico. Sabia que muita documentação concreta permanecia inédita e a sua análise permitiria, sem dúvida, a apresentação de propostas originais.

Parece também imprescindível recordar também aqui que este estudo foi concretizado sobre materiais que não foram recolhidos directamente pela autora. Prova-se assim que novas intervenções arqueológicas no terreno não são indispensáveis para a concretização de investigação de qualidade, existindo em museus e instituições acervos documentais que permitem o desenvolvimento de trabalhos coerentes, como é o caso do que agora apresento.

Catarina Viegas estudou as cerâmicas de mesa importadas e as ânforas dos três mais importantes núcleos urbanos do Algarve romano da fachada sul-oriental: *Ossonoba*, *Balsa*, *Baesuri*. Trata-se de conjuntos provenientes de escavações com dimensão e metodologias muito diversas. Com muita determinação, a autora agarrou na documentação dos três sítios e minuciosamente tratou a informação, revelando uma invulgar capacidade de gerir, e digerir, conjuntos de materiais de grande dimensão (num total que ultrapassa as 30 000 peças) e, sobretudo, dar-lhes sentido.

As leituras que concretiza estão pois alicerçadas num conjunto de dados que tratou e relacionou entre si, tendo podido discutir, de forma muito mais consistente, problemáticas actuais, que se prendem com a exploração de recursos da região e mesmo com o significado da presença de determinados produtos importados.

No primeiro caso, está a produção de preparados piscícolas e dos contentores para o seu envase, no Algarve, durante o Alto Império, questão que se relaciona directamente com o tema do expressivo número de ânforas béticas na região. De facto, desde há longos anos, que a muito significativa presença de produtos piscícolas importados, numa região que, aparentemente, os produzia em larga escala tem vindo a ser discutida, tendo vários investigadores apresentado propostas e cenários distintos para este facto. Contudo, não parecem existir dados que comprovem que, ao contrário do que se passa no Tejo e no Sado, as unidades de produção de salgas de peixe estivessem activas no Algarve nos dois primeiros séculos da nossa Era, havendo escassos elementos que indicam o fabrico de ânforas nesse momento, apenas registado na Manta Rota e em S. Bartolomeu de Castro Marim. Esta situação justificaria assim a importação destes produtos da vizinha Bética, uma vez que a sua produção na região era efectivamente muito escassa no início do Império. Veja-se, por exemplo, o caso de Faro, onde não há produtos lusitanos do século I e II, e mesmo a sua insignificante presença em *Balsa* e em Castro Marim, insignificância que ganha um peso considerável se a compararmos com as ânforas de produção gaditana encontradas nessas cidades. Note-se que a importação de produtos béticos foi ainda relevante durante o próprio Baixo Império, momento em que a produção algarvia era já muito significativa, parecendo-me muito interessante a proposta apresentada de que esta produção lusitana baixo imperial se destinaria, sobretudo, a abastecer os mercados locais e regionais. Certamente que os produtos da Baía de Cádiz continuaram a ser consumidos pelas populações que habitavam nas cidades, como aliás refere para o vinho, ainda que para a época tardo republicana e alto imperial, que, sendo produzido localmente, continuou a ser importado em quantidades significativas, o que indicaria, segundo a autora, um consumo sumptuário, destinado a elites.



Outro tema relativamente polémico sobre o qual reflectiu é a integração do Algarve na chamada *Rota Atlântica*, justificando assim as importações alto imperiais de vinho, de azeite e de preparados de peixe. Os dados que tratou evidenciam que as cidades algarvias foram abastecidas por Cádiz, e a campanha de Cláudio na Britânia pode ter sido, em parte, responsável pelo desenvolvimento das cidades do litoral algarvio e pelas importações de produtos alimentares com origem no vale do Guadalquivir e em Cádiz. A mesma situação, verificada nos finais do século II, e durante o século I a.n.e., deve ser analisada tendo em consideração os movimentos militares levados a efeito por Décimo Júnio Bruto, primeiro, e por César, depois, no Ocidente peninsular, mas não pode avaliar-se ignorando uma óbvia continuidade nos abastecimentos. Com efeito, no litoral sul, os produtos alimentares e manufacturados andaluzes, e concretamente os oriundos da área ocidental do Estreito de Gibraltar, fazem parte do conteúdo dos inventários de Castro Marim e de Faro desde, pelo menos, o século V a.n.e., e as muitas centenas de ânforas piscícolas, oleícolas e vínicas produzidas na campina e baía gaditanas, presentes em Castro Marim e em Faro, mas também em Tavira, Cerro da Rocha Branca, Monte Molião, em contextos datados entre os finais do século V e os inícios do II mostram que as chegadas de idênticos produtos, ainda que envasados em ânforas de diferente morfologia, durante a República e o Império, podem ser lidas numa perspectiva que privilegie, por um lado, e nos primeiros momentos, a integração política e administrativa da área mais meridional do território actualmente português num território mais amplo, a Turdetânia, primeiro, e a Ulterior depois, e, por outro, a tradicional relação com os territórios a oriente do Guadiana, para a época alto imperial.

Não quero também deixar de referir que a dicotomia entre centros de produção de salga de peixe e estabelecimentos destinados à produção agrícola, que Catarina Viegas aqui defende, pode ser discutível, se tivermos em consideração os dados conhecidos para a Quinta da Lago e Pedras d'el Rei, que a autora aliás não esquece, mas também para a Manta Rota, Boca do Rio, Loulé Velho e Monte Molião. Perante o panorama, é certo ainda muito fragmentário, que os sítios do litoral oferecem, é tentador pensar que, neles, as duas actividades eram complementares.

Estamos perante um trabalho de grande qualidade, que contém um manancial informativo utilíssimo para o estudo do Algarve romano, e não só, e que se tornará, certamente, numa obra incontornável, de consulta e referência. Para além dos muitos e novos dados, a forma como foram lidos e interpretados originaram um livro sóbrio, fruto de um trabalho científico intenso e sério, onde a informação foi tratada com minúcia, mas também de forma muito pragmática. Destaque-se, igualmente, o muito estudo e reflexão que as páginas que se seguem deixam transparecer, o que, associado à seriedade e ao detalhe da abordagem, geraram uma análise aprofundada e detalhada de uma realidade muito complexa.

Assim, há que saudar a publicação deste livro e ainda felicitar a sua autora, que aqui demonstra uma maturidade científica que é atributo dos grandes investigadores.

Lisboa, Outono de 2010

Ana Margarida Arruda  
Centro de Arqueologia





## Agradecimentos

O trabalho que agora se apresenta não teria sido possível sem a ajuda e colaboração de um conjunto de pessoas e instituições a quem quero agradecer.

As primeiras palavras vão para a minha orientadora, a Professora Doutora Ana Margarida Arruda, que, além de me ter proposto este tema, colocou à minha disposição o amplo conjunto de cerâmicas do período romano que recuperou, durante diversos anos, nas escavações que dirigiu no Castelo de Castro Marim. O seu apoio e orientação foram incondicionais e constantes e foram muito além do plano estritamente profissional. Naturalmente que reservo para mim a responsabilidade dos erros ou omissões que este trabalho certamente inclui.

Ao Professor Victor Gonçalves agradeço a confiança em mim depositada, além dos seus conselhos e sugestões para melhorar este trabalho.

Ao Dr. Luis Raposo agradeço ter-me autorizado a estudar os materiais das escavações de Torre de Ares (*Balsa*) e as condições que o Museu colocou à minha disposição para proceder à sua lavagem, marcação e inventariação e ainda a cedência de fotografias para a publicação. O meu agradecimento vai igualmente para a Dra. Ana Isabel e para os funcionários do Museu dos diversos sectores com que colaborei. Especialmente à Luisa Guerreiro, no sector do Inventário, à Dra. Lúcia Cristina e à Carmo, da Biblioteca, à Dra. Maria José Albuquerque do serviço educativo, à Dra. Ana Melo devo a minha gratidão, assim como ao Dr. João Almeida que fotografou a totalidade dos fragmentos de *sigillata* decorados e marcas de oleiro.

Agradeço aos Drs. Dália Paulo e Nuno Beja a cedência para estudo do conjunto de cerâmicas provenientes da intervenção que realizaram nas instalações do Museu Municipal. O desenhador Nuno Teixeira foi responsável pelo desenho de muitas das ânforas provenientes dessas escavações, o que muito agradeço. A Câmara Municipal de Faro cedeu-me igualmente, a título gracioso, a licença de utilização da cartografia digital da cidade, o que se revelou essencial.

Na difícil tarefa da sistematização possível da cartografia dos achados arqueológicos de Faro e de outros sítios algarvios contei ainda com as informações que o Dr. Pedro Barros me facultou, o que agradeço.

No estudo dos materiais provenientes do mosaico do Oceano, que iniciei quando ainda integrava a equipa do Corpus dos Mosaicos do Sul de Portugal, em 2001, contei com a colaboração da Dra Adília Alarcão no inventário dos vidros romanos e, posteriormente, na reconstituição da estratigrafia desta intervenção arqueológica de emergência. Dos trabalhos do Corpus recordo ainda a Cristina Oliveira com quem partilhei inúmeras actividades relacionadas com o desenho, descrição e estudo de pavimentos de sítios algarvios.

A Dra Cristina Teté Garcia autorizou o estudo de materiais das suas intervenções, nomeadamente da que realizou no sítio romano da Manta Rota e estou-lhe muito grata por isso.

Desde 2004 que as actividades que desenvolvi no âmbito desta dissertação integraram um projecto de investigação que apresentei ao então Instituto Português de Arqueologia, no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, e que, além de ter sido aprovado, beneficiou de apoio financeiro, desde 2005, sem o qual muitas das actividades não poderiam ter sido realizadas, incluindo esta edição. Neste contexto, foi possível, entre outros aspectos, beneficiar da colaboração das Dras. Andreia Maia e Tânia Dinis que participaram nas actividades de desenho dos materiais, tintagem, assim como na construção das bases de dados informatizadas. No processamento de centenas de fragmentos cerâmicos, colaborou também, em regime de voluntariado, a Dra Margarida Marques a quem também agradeço.

Aos funcionários da Biblioteca do IPA/IGESPAR e do Arquivo, agradeço a disponibilidade e as facilidades concedidas na consulta de inúmeras obras, processos e relatórios de trabalhos arqueológicos.

Agradeço ainda o apoio da Câmara Municipal de Tavira, que resultou na publicação do estudo que realizei sobre a *terra sigillata* de Torre de Ares (*Balsa*), em particular aos Drs. Toscano, Sandra Cavaco e Marco Lopes, por toda a colaboração prestada. A cedência do ortofotomapa relativo à área da antiga *Balsa*, teve grande utilidade na cartografia possível dos achados arqueológicos da antiga cidade. Não posso também esquecer a disponibilidade de J. Nolen para elucidar questões relativas aos materiais de Torre de Ares por si publicados.

Nas deslocações ao estrangeiro, beneficiei do Fundo de Apoio à Actividade Científica da Fundação para a Ciência e Tecnologia, para a participação em Congressos internacionais.

Aos meus colegas da UNIARQ, especialmente a Carlos Fabião, Amílcar Guerra e Mariana Diniz, agradeço o incentivo permanente e o estímulo para prosseguir. Ao primeiro estou ainda grata por inúmeras sugestões bibliográficas e pela possibilidade de participação na Acção Integrada Inter Universitária (2006-2007) da Universidade de Lisboa e Universidade de Barcelona que me permitiu uma curta mas proveitosa estadia no Centro para el Estudio de la Interdependencia Provincial en la Antigüedad Clasica (CEIPAC), em Março de 2007. Ao segundo agradeço também as informações que me facultou acerca de aspectos relacionados com a epigrafia anfórica e com os grafitos na cerâmica campaniense de Castro Marim.

O Dr. António Faria prontificou-se a esclarecer-me algumas questões relativas à cronologia das cunhagens monetárias algarvias, que devo agradecer.

Agradeço ao Dr. Piero Berni Millet ter-me cedido informação ainda inédita, resultante da sua investigação.

A Inês Vaz Pinto, José Carlos Quaresma, Melanie Cunha e Patrícia Magalhães agradeço a disponibilidade e as palavras de incentivo e estímulo.

A Vera Freitas e Carlos Oliveira agradeço a partilha dos dados sobre Castro Marim e a Elisa Sousa e Patrícia Bargão a sempre estimulante troca de impressões. Os agradecimentos não estariam completos sem uma palavra de reconhecimento e apreço pelo auxílio prestado por Carlos Pereira e Pedro Lourenço, já na fase final deste trabalho. Uma palavra é também devida a Rui de Almeida pelo cuidado colocado no arranjo gráfico e maquetagem da presente edição.

Dedico este trabalho à minha mãe Luísa, à minha irmã Mariana, aos meus filhos Pedro e Miguel e ao meu marido Carlos, como forma de agradecimento por tudo.



Concelho de

Amen

Planta de um edifício

descoberto e explorado

na Quinta do

J. J. M.

Es



## 1. Introdução

Com escassas referências nas fontes escritas, as cerâmicas constituem hoje uma das formas mais eficazes para reconstituir os principais elementos caracterizadores da economia antiga. O potencial informativo deste tipo de restos é elevado, permitindo um conhecimento, muito aproximado, do consumo de determinados produtos, como a cerâmica de mesa (designadamente a cerâmica campaniense e *terra sigillata*) ou os produtos alimentares transportados em ânforas. O conjunto de dados cronológicos de que a comunidade científica dispõe acerca de parte importante destas séries cerâmicas transforma-as em bons indicadores das relações comerciais e das actividades económicas que se desenvolveram no Sul da Lusitânia, num amplo período, que se inicia com as primeiras importações de cerâmica campaniense e de ânforas vinárias itálicas no período republicano (séc. II a.C.), e se prolonga para além do fim do domínio romano (final do séc. VI/início do séc. VII). Por outro lado, o conhecimento acumulado em décadas de estudos sobre este tipo de materiais permite conhecer, hoje, a origem de parte significativa destas cerâmicas com um grau de fiabilidade bastante elevado. Assim, através do seu estudo e classificação, torna-se possível traçar as grandes linhas de um quadro mais amplo e complexo de interdependência das diferentes províncias do Império romano.

O estudo dos conjuntos cerâmicos dos três núcleos urbanos do litoral central e oriental do actual território algarvio, Faro, Balsa e Castro Marim, constituiu a base da investigação deste trabalho, que teve como objectivo, além de traçar o quadro económico, estabelecer as grandes linhas da dinâmica evolutiva destas cidades, nesse amplo período cronológico, desde o séc. II a.C. até aos finais do séc. VI/inícios do séc. VII d.C. Compreender de que modo estes núcleos urbanos se comportaram durante o período em causa, e propor explicações para os seus diferentes ritmos de ocupação constituíram parte dos desafios a que procurámos corresponder.

Na abordagem à economia antiga, pode reconhecer-se a comercialização que teve por base um âmbito institucional, de abastecimento à cidade de Roma e aos contingentes militares colocados nas fronteiras do Império, assistindo-se igualmente a um comércio livre que se baseou

numa complexa rede de trocas comerciais à escala interprovincial. Reconhecer o papel dos núcleos urbanos do litoral algarvio neste complexo e sofisticado sistema económico constituiu um dos objectivos da pesquisa desenvolvida.

O questionário a que procurámos dar resposta foi motivado por um leque de interrogações amplo. Saber de que modo evoluiu o consumo de determinados produtos, como as cerâmicas de mesa importadas e os produtos alimentares transportados em ânforas, nos núcleos urbanos de Faro, Balsa e Castro Marim constituiu a base a partir da qual se desenhou uma investigação exaustiva de determinados tipos cerâmicos.

Das questões centrais derivaram outras, tais como: conhecer o modo como a informação retirada do estudo das cerâmicas podia elucidar sobre a evolução dos núcleos urbanos, sobre a romanização e, simultaneamente, sobre o processo de urbanização do sul da Lusitânia; saber quais tinham sido as províncias responsáveis pelo abastecimento de produtos alimentares a estes núcleos urbanos, nos diferentes períodos analisados, e discutir aspectos da própria produção agrícola e artesanal de âmbito local e regional; conhecer a evolução do perfil de consumo de produtos manufacturados, como a cerâmica de mesa (campaniense e *terra sigillata*) e relacionar este perfil com os ritmos de produção e exportação conhecidos para outros sítios do ocidente peninsular.

Depois do estudo realizado sobre o conjunto de *terra sigillata* da Alcáçova de Santarém (Viegas, 2003a), parecia natural que a minha investigação prosseguisse com o aprofundar da pesquisa de conjuntos cerâmicos dessa ou de outras regiões.

Partindo do questionário já referido, o desenho do projecto de investigação que se esboçava constituía a oportunidade para um aprofundamento do conhecimento acerca das relações económicas do litoral algarvio, na sua vertente oriental, com as restantes províncias do Império. O projecto de investigação realizado há longos anos em Castro Marim, sob direcção de Ana Margarida Arruda, tornava-se assim o ponto de partida para um estudo mais alargado. A este conjunto, juntaram-se outros provenientes de diferentes intervenções arqueológicas realizadas em Faro e na Quinta de Torre de Ares, local de implantação da antiga Balsa. Obtida a autorização por parte do Director do MNA, Dr. Luis Raposo, para estudar os materiais exumados na intervenção realizada, nos anos 70 do séc. XX, em Torre de Ares, passou-se a dispor de um conjunto significativo de cerâmicas. Pudemos igualmente contar com a cedência de um amplo conjunto de dados originários das escavações recentes que tiveram lugar nas instalações do Museu Municipal de Faro. O espólio recuperado na intervenção, que decorreu nos anos 70 do séc. XX, na sequência da identificação do mosaico do Oceano, já se encontrava em adiantada fase de estudo, no âmbito do projecto “Corpus dos Mosaicos do Sul de Portugal”, que integrámos entre 1993 a 2005.

A opção pelo estudo de conjuntos cerâmicos provenientes de escavações realizadas no passado reconhecia, por um lado, o elevado potencial informativo destes materiais, mesmo encontrando-se, em grande medida, desprovidos do seu contexto estratigráfico. Por outro, afastava a necessidade de se abrir novas frentes de escavação, com os elevados custos que tal opção acarretaria. Apesar das dificuldades que derivam das condicionantes próprias a que as intervenções estiveram sujeitas, e das limitações do seu registo, considerou-se que os conjuntos estudados eram relevantes para o conhecimento do enquadramento comercial e económico do território algarvio no período romano. O potencial informativo destas cerâmicas podia igualmente esclarecer aspectos da evolução destes núcleos urbanos e acerca da sua interdependência. Esta opção metodológica pelo estudo de conjuntos provenientes, em alguns casos, de escavações antigas não desvalorizou os contextos arqueológicos de recolha dos materiais, assim como as informações que daí se podiam recolher. Reconhecia-se, por outro lado, as limitações que qualquer amostra sempre apresenta quanto à sua representatividade.

Do amplo leque de categorias de cerâmicas existente nos diferentes sítios, optou-se por estudar o conjunto de cerâmicas finas de mesa de ampla difusão na bacia do Mediterrâneo, constitu-



ido pela cerâmica campaniense e *terra sigillata* (de tipo itálico, sudgálica, hispânica, norte africana e foceense tardia). O estudo de conjuntos numericamente relevantes permite reconhecer diferentes ritmos e padrões de importação desde o séc. II a.C., momento em que se inicia o consumo da cerâmica campaniense A, originária da Península Itálica, até aos finais do séc. VI/inícios do séc. VII, altura das derradeiras importações de *sigillata* clara D, originárias da actual Tunísia. Assim, foi possível reconhecer, nas diferentes fases deste amplo período, os momentos em que se regista um maior volume de importações originárias de uma determinada região da bacia do Mediterrâneo, comparando estes perfis de consumo não só entre as diferentes cidades, mas também relativamente a outros núcleos urbanos, para os quais se dispõe do mesmo tipo de abordagem.

Os conjuntos anfóricos apresentam ainda um potencial informativo acrescido, uma vez que se pode associar, com elevado grau de probabilidade, um determinado recipiente ao produto alimentar que nele seria transportado. Além de procurar reconhecer quais as principais regiões que abasteceram o território algarvio durante o amplo período que decorreu entre o séc. II a.C. e o séc. V d.C., permite igualmente uma comparação dos perfis de importação dos três núcleos urbanos estudados e destes com os de outras regiões. Neste caso, passa a dispor-se de dados sobre a produção de âmbito local/regional da Lusitânia, passíveis de serem analisados no quadro das restantes importações de produtos alimentares.

Inicialmente, estava previsto incluir neste trabalho também a cerâmica comum importada (itálica, gálica, da ilha de Pantelleria, de cozinha africana e bética) e a que se podia reconhecer como tendo sido produzida à escala local e regional. No entanto, optámos por não desenvolver o seu estudo no contexto da presente dissertação. O volume e diversidade de cerâmicas comuns presentes nestes centros de consumo e a atenção que merece a caracterização dos seus diferentes fabricos, do ponto de vista petrográfico e mineralógico, remeteu para outra fase o estudo desta categoria. Por outro lado, o estudo desta cerâmica relaciona-se com os circuitos de produção e distribuição de âmbito local e regional, uma vertente menos explorada, uma vez que se optou por privilegiar as cerâmicas de mesa e produtos alimentares transportados em ânforas de âmbito inter-provincial. Dispomos, no entanto, de parte significativa dos dados que recolhemos acerca destas produções, que se incluíram nas bases de dados dos inventários que realizámos, o que permitiu retirar alguma informação que foi possível utilizar. Do mesmo modo, o estudo de outra categoria de cerâmica de mesa, a cerâmica de paredes finas, foi igualmente abordado, apenas na medida em que os dados que fornecia eram relevantes para a cronologia dos contextos estudados.

Na investigação arqueológica sobre o território algarvio, Estácio da Veiga teve um papel pioneiro. Depois das referências formuladas pela mão do humanista português André de Resende, ainda no séc. XVI, na suas “Antiguidades da Lusitania”, os séculos XVII e XVIII são bastante silenciosos no que se refere à arqueologia ou História Antiga. Portanto, não será errado afirmar que, de um modo geral, a investigação arqueológica sobre o território algarvio em geral, e, em particular, durante o período romano, se iniciou, de forma mais sistemática, com o trabalho de Estácio da Veiga, no séc. XIX. A sua actividade iniciou-se ainda antes da realização da obra da sua vida “A Carta Arqueológica do Algarve”, com a identificação de *Balsa* em 1866, mas será com aquele projecto de cartografia arqueológica que aquela se irá desenvolver de forma mais sistemática.

Posteriormente, muitos foram os investigadores que se debruçaram sobre diferentes aspectos da presença romana no sul da província da Lusitânia. Os projectos de investigação têm privilegiado o estudo de sítios onde os vestígios da ocupação romana se conservaram em conjuntos construídos de alguma importância, como as *villae* romanas de Cerro da Vila ou de Milreu, ou temas relacionados com aspectos da produção artesanal durante a época romana, como a produção de preparados piscícolas e de ânforas para o seu transporte. A caracterização das unidades de produção de preparados piscícolas e a sua integração na estrutura produtiva do sul da Lusitânia têm sido dos temas que mais atenção têm merecido por parte da comunidade científica

nacional e internacional. O conjunto de vestígios deste tipo de estruturas tem levado à formulação de modelos interpretativos, que destacam as particularidades do território algarvio face às restantes regiões produtoras, como o vale do Tejo e do Sado, na Lusitânia, por um lado, e, por outro, face à região gaditana.

Ao contrário do que sucede em outras regiões do País, para o território algarvio dispõe-se de cartografia bastante completa dos achados de época romana, tornando-se possível reconhecer aqui os principais elementos caracterizadores do povoamento antigo. No entanto, factores exteriores à investigação, como o desenvolvimento de projectos turísticos, sobretudo a partir dos anos 60 do séc. XX, levaram certamente à destruição, total ou parcial, de inúmeros vestígios, dificultando a reconstituição do povoamento desde as fases iniciais da ocupação romana até ao final do Império, e mesmo de épocas posteriores. O facto de a maior parte dos núcleos urbanos antigos se encontrar sob as cidades actuais constitui um obstáculo de difícil transposição. Por outro lado, a inexistência de projectos de investigação sistemáticos no âmbito da arqueologia urbana para a maior parte das cidades algarvias tem atrasado, de forma significativa, o avanço dos estudos sobre esta temática.

Para uma correcta apreciação da evolução dos núcleos urbanos, em particular, e do povoamento do Algarve litoral central e oriental, em geral, torna-se essencial uma leitura das condicionantes geográficas decorrentes da evolução geomorfológica do litoral algarvio. Os recursos naturais disponíveis, as condições climáticas, o relevo, entre outros aspectos, não sendo determinantes, produziram marcas fortes na organização do povoamento e da paisagem humana, desde tempos remotos.

Além do efeito da instabilidade provocada pela presença dos chamados povos bárbaros, os fenómenos relacionados com as modificações geomorfológicas são frequentemente utilizados como argumento para explicar o abandono de determinados núcleos urbanos, ou de áreas específicas desses mesmos núcleos, constituindo, por isso, um dado muito relevante no estudo que realizámos. Infelizmente, além dos estudos gerais elaborados para o território algarvio, não se dispõe, para o Algarve oriental, de investigação mais recente sobre a evolução da linha de costa, o que condicionou os resultados que assim se podiam obter.

Para cada núcleo urbano que foi objecto de análise, tornou-se necessário recolher a totalidade da informação existente relativa aos vestígios arqueológicos e às condições da sua recolha. A qualidade do registo arqueológico é muito desigual para os diferentes sítios estudados. Se no caso da intervenção de Castro Marim e das escavações mais recentes realizadas nas instalações do Museu Municipal de Faro dispomos de um cuidadoso sistema de registo, o mesmo não sucede para as restantes intervenções.

Efectivamente, não existe de qualquer relatório acerca da intervenção realizada aquando da identificação do mosaico do Oceano. Neste caso, os dados disponíveis acerca do contexto de recolha das cerâmicas são escassos e consistem apenas nas etiquetas dos sacos que continham as peças, num conjunto de desenhos (plantas e cortes) realizados pelo desenhador do Museu Nacional de Arqueologia e em fotografias obtidas em diferentes fases do trabalho de remoção do pavimento e da posterior escavação. A conjugação dos diferentes elementos foi difícil, mas permitiu propor uma sequência estratigráfica para o local.

Idênticos problemas de leitura e conjugação dos dados do registo arqueológico foram constatados para a cidade de Balsa, neste caso relacionados com contradições entre os dados do relatório e a informação constante nas etiquetas que acompanhavam as cerâmicas, o que obrigou a tratar, com toda a prudência, os dados estratigráficos de que dispusemos para esta cidade.

Apesar destes constrangimentos, procurou-se sempre fazer a conjugação dos diferentes elementos existentes, tendo como objectivo a tentativa de reconstituição da topografia da cidade antiga, nas suas diferentes fases. Para tal, além das informações retiradas das áreas escavadas,

cujas reduzidas dimensões constituem, em si, uma limitação, procurou obter-se uma cartografia dos restantes achados recuperados na cidade. Mas é um facto que estamos perante informação de natureza muito diversa, e em grande medida contraditória, não resultando fácil a integração da totalidade dos dados obtidos.

No estudo dos materiais, privilegiou-se a classificação tipológica, de acordo com os manuais de referência, tendo-se realizado a abordagem quantitativa dos conjuntos. A adopção de metodologias de quantificação idênticas para todos eles permitiu a comparação dos resultados obtidos e a identificação de tendências e ritmos de consumo que se procurou interpretar à luz de um quadro mais amplo, de âmbito político-administrativo e económico. Esta abordagem não se encontra isenta de problemas, pois, como haverá oportunidade de discutir, diferentes áreas de um mesmo núcleo urbano podem apresentar comportamentos, se não antagónicos, pelo menos bastante diferenciados. Quanto à comparação dos dados obtidos com os de outras regiões e sítios, a tarefa encontrou os habituais limites relacionados com a escassez dos dados publicados, por um lado, e pelo facto de se tratar de conjuntos numericamente menos significativos, por outro.

Além dos dados retirados dos materiais arqueológicos, as informações veiculadas pelo conjunto das fontes literárias, da epigrafia e da numismática foram igualmente analisadas, tendo-se efectuado uma leitura crítica das mesmas. As referências a *Ossonoba*, *Balsa* e *Baesuri* foram produzidas em contextos históricos específicos e as indicações que transmitem, assim como a sua omissão, o seu estatuto e a sua localização, devem ser interpretadas à luz desses contextos.

Como já se referiu, o facto de se ter privilegiado conjuntos que se encontravam, em alguns casos, há décadas, em instituições de investigação ou museológicas partiu da consciência da enorme potencialidade informativa que estes materiais encerravam. Por outro lado, a leitura num âmbito cronológico tão amplo permite a análise de linhas de evolução nas diferentes fases. É, no entanto, inquestionável que uma informação mais precisa para as diferentes áreas dos núcleos urbanos estudados só será possível com a realização de intervenções arqueológicas, onde seja possível obter sequências estratigráficas mais completas.

A abordagem que adoptámos privilegiou a integração do Sul da Lusitânia na rede comercial da bacia do Mediterrâneo e no complexo sistema que constituiu a economia antiga. O estudo das produções de âmbito local e regional foi apenas considerado para o caso das ânforas que transportaram preparados piscícolas. Naturalmente, que a informação da cerâmica comum de âmbito local e regional, assim como da importada, poderá, num futuro próximo, trazer maior luz aos aspectos relacionados com a autarcia económica que estas comunidades poderão ter conhecido. Por outro lado, muito se encontra ainda por saber acerca dos recursos explorados em território algarvio. Em última análise, foram esses recursos que permitiram às populações do Algarve romano atingir um determinado poder aquisitivo, que possibilitou a obtenção de cerâmicas de mesa e produtos alimentares vindos do exterior. O estudo das condições de acesso ao mar e das modificações que a linha de costa poderá ter sofrido durante a Antiguidade constitui igualmente uma linha de investigação em que a conjugação da arqueologia e da geologia/geografia poderá trazer frutos. Além dos recursos marinhos, não deve esquecer-se que existem condições para a exploração agrícola, sendo igualmente apontados os recursos mineiros.

O título deste trabalho: “A ocupação romana do Algarve – estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano” remete ainda para as questões do povoamento, ainda que este aspecto tenha ficado, de alguma forma, relativamente subalternizado, neste trabalho. De facto, se inicialmente se pretendia estudar a totalidade dos conjuntos recolhidos em vários sítios de âmbito rural por Estácio da Veiga nas suas “explorações”, e hoje depositados no Museu Nacional de Arqueologia, este estudo foi apenas iniciado. O facto de se tratar de conjuntos reduzidos, cuja comparação seria difícil, relativamente às séries mais amplas dos núcleos urbanos, levou-nos a adiar, mas não a abandonar, essa intenção. Assim, quando nos

referimos a sítios rurais que pertenceram aos *territoria* destas cidades, temos por base os dados já publicados no “Roman Portugal” de Jorge de Alarcão (1988a), igualmente presentes na Carta Arqueológica do Algarve (IPPAR) (Marques *et al.*, 1995), mas também, para o interior do concelho de Castro Marim, o catálogo dos sítios que Helena Catarino prospectou e registou no âmbito do seu trabalho sobre o povoamento islâmico no Alto Algarve Oriental (Catarino, 1997/98). Estes dados foram ainda completados com as referências que constam da base de dados Endovélico do IGESPAR, onde se encontram reunidas as informações sobre a maior parte trabalhos arqueológicos decorridos no passado. Pelos mesmos motivos, não se discutiu os limites desses mesmos *territoria* aceitando-se, de um modo geral, as propostas já apresentadas por outros autores, como J. de Alarcão (1990) e V. Mantas (1997a).

O período cronológico que abordamos corresponde a um tempo longo, que se inicia com as primeiras importações cerâmicas romanas (campaniense A, ânforas greco-italicas), num momento pouco preciso no séc. II a.C., e que se prolonga além do domínio romano do Ocidente Peninsular, até às derradeiras importações de *sigillata* clara D, nos finais do séc. VI, início do séc. VII. Assim, como forma de organizar a informação e poder comparar a evolução do consumo de produtos alimentares transportados em ânforas nos distintos núcleos urbanos, houve necessidade de subdividir este longo período. Optou-se por apresentar uma primeira etapa, correspondente ao período republicano, que inclui a segunda metade do séc. II a.C. e se prolonga até ao momento anterior ao principado de Augusto. O segundo marco cronológico (Alto Império) desenvolve-se a partir de Augusto, e integra o séc. I e II d.C., e o terceiro corresponde ao período compreendido entre o séc. III e o séc. V, identificado com o Baixo Império, ou tardo romano. Deve referir-se que, no caso das cerâmicas de mesa (*sigillata* clara D), esta baliza cronológica estende-se, como já se referiu *supra*, até ao terceiro quartel do séc. VI, ou mesmo até às primeiras décadas do séc. VII, portanto já depois do fim do domínio romano.

A informação de que dispomos para estas distintas fases é bastante desigual, quer no que se refere ao tema central deste trabalho, a evolução do consumo de produtos manufacturados, como a cerâmica de mesa e os produtos alimentares transportados em ânforas, quer relativamente à restante informação, de natureza muito distinta, como são as fontes literárias e epigráficas, a numismática, a escultura e a arquitectura.

Para as fases iniciais do período Republicano, dispomos de informação sobretudo para a cidade de Faro, sendo limitada a que está disponível para a antiga *Baesuri*. Apenas a fase mais tardia, imediatamente anterior ao principado de Augusto, se encontra melhor documentada, do ponto de vista arqueológico no Castelo de Castro Marim. Efectivamente, os trabalhos realizados nos anos 80 do séc. XX já tinham assinalado a existência de um importante contexto arqueológico datado entre 50 e 30 a. C. (Arruda, 1988a). A partir da época de Augusto, passamos a dispor de dados para os três núcleos urbanos estudados, juntando-se agora a *Ossonoba* e *Baesuri*, também, informações sobre a ocupação da cidade romana de *Balsa*.

O período imperial inclui fases muito distintas, marcadas pela reorganização territorial do Ocidente peninsular, destacando-se a criação da rede administrativa e judicial, que fez depender o território algarvio da capital de *conventus Pax Iulia*, para os assuntos relacionados com o poder judicial, e de *Emerita Augusta*, que se constituiu como capital da província da Lusitânia. A fase Júlio-Cláudia foi determinante para o território algarvio, pois foi, essencialmente, a partir do período de Augusto, que se assistiu ao desenvolvimento das cidades, integradas numa rede de povoamento, que teve como eixo estruturante a sua relação privilegiada com o litoral. Terá sido igualmente neste período que se estabeleceu a via que segue paralela à costa, e o início da ocupação dos principais sítios rurais pode, igualmente, datar desta época.



O período de Cláudio corresponde a uma fase igualmente pujante para todo o território meridional, e em particular, para os núcleos urbanos que analisámos. Na cidade de Faro, por exemplo, e a par do núcleo inicial que corresponde ao sector monumental, assiste-se ao desenvolvimento de uma nova área da cidade, junto à frente ribeirinha, datando igualmente deste período o início da utilização do que se julga ser a principal necrópole da cidade.

O registo arqueológico deste período é bastante eloquente a demonstrar este crescimento, através da abundância das importações cerâmicas presentes nos conjuntos estudados, mas não oferece uma explicação para este fenómeno. O eventual papel que a cidade de Faro poderá ter desempenhado nas movimentações militares romanas no actual território de Marrocos tem sido um dos factores considerado. Por outro lado, o reinado de Cláudio, sendo marcado pela conquista da *Britannia* e dos Países Baixos, assinalaria um período que teria favorecido toda a vertente Atlântica da Península Ibérica, com o consequente desenvolvimento das cidades litorais, beneficiando, naturalmente, as cidades algarvias, mas não só. Este processo marcaria mesmo, segundo C. Fabião, o fim de uma certa periferia a que o Ocidente peninsular estaria votado, passando a constituir-se a costa Atlântica como plataforma de ligação entre o Mediterrâneo e o Atlântico (Fabião, 1993/1994; 2006a).

Os dados disponíveis acerca da fase inicial da produção de preparados piscícolas permanecem envoltos em problemas difíceis de superar pela escassez de informações estratigráficas seguras acerca do momento de construção e do início da produção dos preparados piscícolas. No entanto, aceita-se que poderá ter sido, igualmente, a partir desta fase (meados do séc. I), que esta produção começou, não existindo, até ao momento, quaisquer dados que apontem para a existência de unidades de produção de preparados piscícolas de época republicana, nem sequer associados às primeiras décadas do Império, pelo menos no Algarve. Por outro lado, a relativamente escassa produção anfórica associada à transformação deste produto alimentar tem início exactamente neste período. Testemunho disso é a produção de ânforas evidente em S. Bartolomeu de Castro Marim e na Manta Rota.

Durante a dinastia Flávia, intensificou-se o crescimento dos três núcleos urbanos algarvios, beneficiando a cidade de *Balsa* do *ius latii* concedido durante o reinado de Vespasiano ao conjunto das cidades da Península Ibérica. Desconhecemos de que modo o núcleo urbano de *Baesuri* terá participado neste processo, uma vez que os dados arqueológicos documentam o seu abandono nos finais do séc. I /inícios do séc. II d.C. É exactamente do final do período dos Flávios e do início da dinastia Antonina que data a maior parte dos dados epigráficos identificados em *Ossonoba* e *Balsa*. Além de deixar transparecer uma sociedade com elites que ocupam lugares destacados na administração, e em importantes sectores ligados às actividades económicas, a epigrafia testemunha também a existência de uma série de construções e/ou remodelações que têm lugar neste período, em *Ossonoba* e *Balsa*, fruto do evergetismo destas elites. Esta fase fica marcada exactamente pela emergência destas elites locais, que têm a sua expressão máxima com Adriano.

São também estes dados epigráficos que mostram que, no final do séc. II, ou no início do séc. III, o circo de *Balsa* terá sido construído, ou restaurado, ao contrário do que sucede em outros núcleos urbanos, em que as últimas obras realizadas datam do período de Vespasiano. É igualmente atribuído a este período o mosaico do Oceano, construído em Faro sobre estruturas anteriores.

A viragem do séc. II para o séc. III corresponde a um período de transformações nas estruturas produtivas de outras regiões da Lusitânia, nomeadamente nos contentores anfóricos utilizados para o transporte de preparados piscícolas. Desconhece-se, com exactidão, o que terá estado na origem deste fenómeno, mas é frequente invocar-se o rasto de destruição causado pelas incursões das tribos maura em 170/172.

A partir do séc. III, passamos a dispor de menor quantidade de informação, dada a escassez de fontes epigráficas. Contudo, a cidade de Faro mantém ainda sinais de grande vitalidade na segunda metade desse século, comprovada pelas homenagens dos seus cidadãos aos imperadores Valeriano e Aureliano, que constituem, simultaneamente, testemunho da importância que as instituições municipais mantêm nesta época. Desta forma, assiste-se a uma divergência significativa no percurso das duas cidades, *Ossonoba* e *Balsa*, que culminará, passados alguns séculos, com o abandono definitivo da segunda.

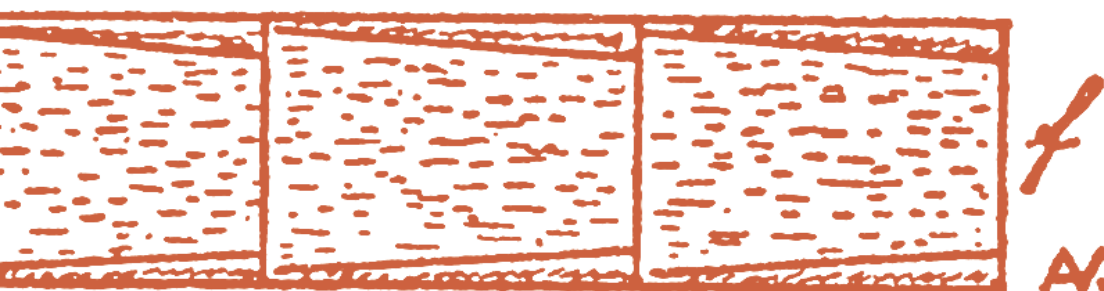
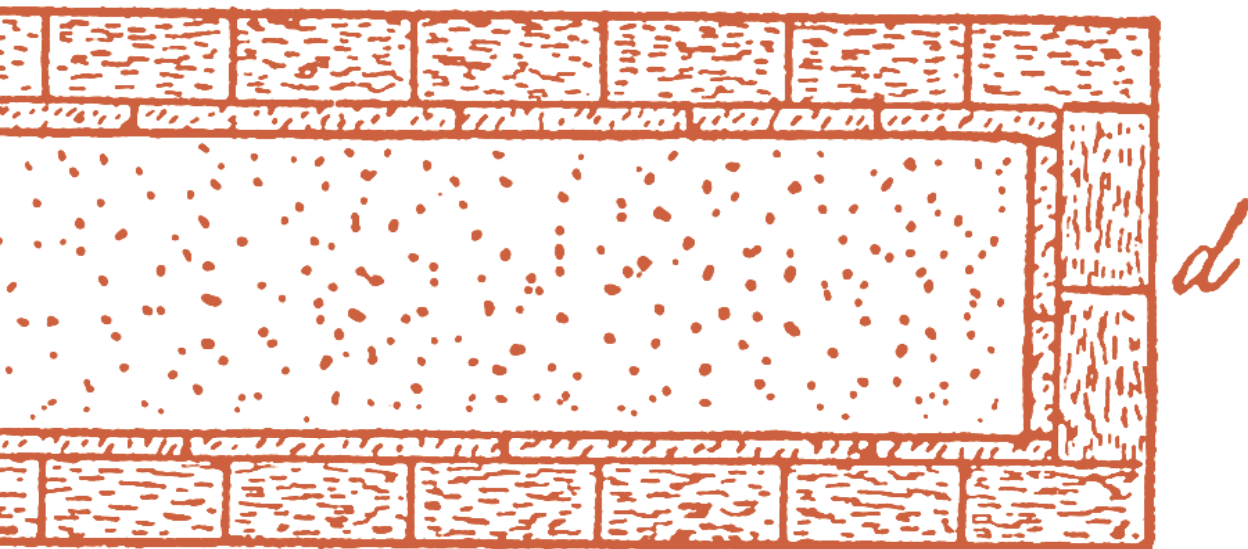
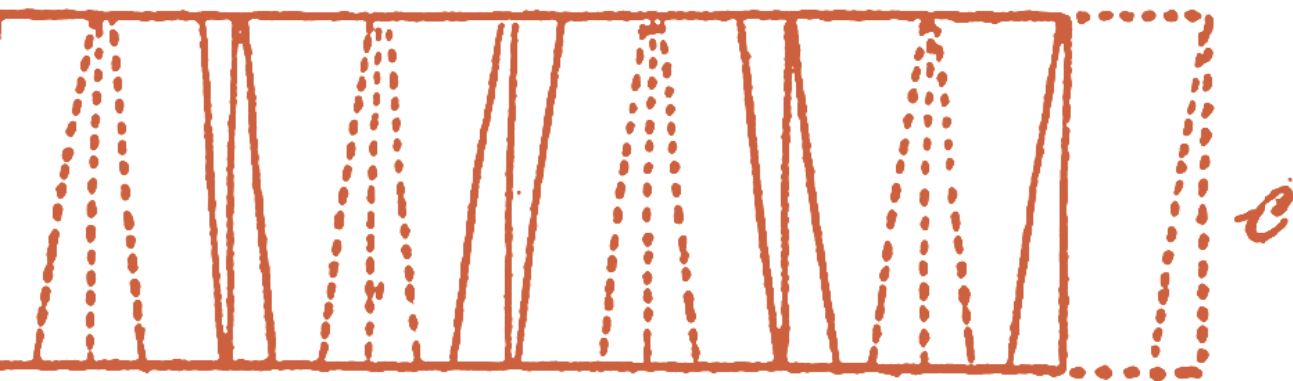
A dinâmica evolutiva das cidades romanas do Algarve costeiro em momento tardio, como aliás em outras regiões, esteve também fortemente condicionada pelo papel que estes núcleos urbanos desempenharam na estrutura hierarquizada da Igreja, sendo novamente a cidade de Faro a “beneficiada”, pois dispõe de Bispo logo nos inícios do séc. IV. A informação acerca de *Balsa* é mais reduzida, e não permite ter uma ideia muito clara das fases mais tardias da sua ocupação, nomeadamente nos séculos IV e V. Contudo, os dados das importações cerâmicas mostram que, do ponto de vista do consumo, quer de produtos manufacturados quer de produtos alimentares transportados em ânforas, a cidade manteve um comportamento idêntico à cidade de *Ossonoba*.

Relativamente ao abandono de *Balsa*, várias hipóteses têm vindo a ser avançadas. Neste, como em outros capítulos, as interrogações são mais frequentes que as respostas. Desconhecemos, em grande medida, se este abandono se poderá relacionar com o clima de insegurança gerado pela luta entre suevos e visigodos, ou se o devemos atribuir a fenómenos naturais de cariz mais ou menos catastrófico. Num momento que situámos nos meados do séc. V, a área ribeirinha da cidade de Faro, onde se localizava o mosaico do Oceano, foi igualmente abandonada, mantendo-se a cidade protegida no núcleo muralhado.

É frequente invocar-se a transformação que poderá ter ocorrido nas condições portuárias da cidade, fenómeno que poderá ajudar a explicar a decadência de *Balsa*. A dependência que estes núcleos urbanos mostram relativamente ao litoral, não só para exploração dos recursos marinhos, mas também pelo facto de se terem constituído como plataformas das actividades comerciais pode ajudar a explicar ascensão e queda dos núcleos urbanos estudados.



# Antecedentes





## 1.1. Antecedentes

### 1.1.1. História da investigação arqueológica do período romano no Algarve: dos pioneiros à actualidade

#### Questões prévias

Referem-se aqui os trabalhos mais relevantes relativos ao território algarvio relacionados com o período cronológico e a área geográfica que é objecto de estudo, sem ter pretendido ser exaustiva. Procurou-se analisar os trabalhos arqueológicos realizados, tentando integrar as diferentes vertentes da actividade arqueológica, cartografia e escavação arqueológica propriamente dita, não excluindo as diferentes correntes interpretativas que os mesmos suscitaram. Relativamente aos trabalhos arqueológicos realizados nos diferentes sítios estudados, estes são objecto de maior desenvolvimento em capítulo específico (Ver *infra* Trabalhos Arqueológicos em Faro, Balsa e Castro Marim).

Em outro ângulo de abordagem, examina-se a forma como a ocupação romana do território algarvio foi tratada nas sínteses realizadas sobre diferentes aspectos do período romano. Os principais projectos de investigação que tiveram lugar nesta região são também examinados, procurando-se reconhecer os resultados mais relevantes obtidos, à luz da informação disponível.

#### Antes dos pioneiros: André de Resende

As primeiras referências ao passado romano do Algarve surgem no séc. XVI, na obra do humanista português André de Resende. Nesta fase, a identificação das cidades e lugares mencionados nas fontes clássicas, assim como os achados epigráficos e numismáticos, constituíam as principais preocupações dos antiquaristas quinhentistas. Neste contexto, no Livro Quarto de “As Antiguidades da Lusitânia”, o humanista português procurou identificar o local dos principais sítios mencionados por Pompónio Mela, Plínio, Ptolemeu, e no Itinerário de Antonino (Resende [1593] 1996).

Assim, *Ossonoba* foi colocada nas ruínas da *villa* de Milreu (Estói), onde, já nessa data se tinham identificado vestígios arqueológicos. Apesar de reduzida à simples aldeia de Estói, é chamada a atenção para os vestígios da sua anterior grandeza, visíveis designadamente nas epígrafes provenientes da muralha de Faro. Refere-se, igualmente, ao nome da cidade e às transformações que sofreu em época muçulmana e descreve-se a *Ossonoba* da crónica de Al Razi. As epígrafes onde consta a referência directa a *Ossonoba*, como a inscrição de homenagem ao imperador Valeriano (IRCP 3), e a homenagem de Recepto por ocasião da ascensão ao *sexvirato* (IRCP 11), são igualmente referidas, sendo já conhecidas nessa data. Posteriormente, existe nova referência, nos finais do séc. XVI, à localização de *Ossonoba* em Milreu, por parte do Bispo de Faro (Beja, 1999-2000, p. 219).

Quanto aos *balsenses*, foram mencionados como um dos povos da Lusitânia, referindo-se que a cidade mais importante do Algarve foi Tavira, que correspondia, na Antiguidade, a *Balsa*.

A antiga *Baesuri* (à data erradamente designada por *Esuri*), mencionada no Itinerário de Antonino enquanto local de passagem do sistema viário antigo, era situada em território espanhol, em Xerez de los Caballeros.

A constituição de colecções de antiguidades caracterizou igualmente o séc. XVIII, período em que se destaca a actividade de Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas e da Academia Real da História (Fabião, 1989, p. 10–26). Desconhecemos o contexto da deslocação do Bispo de Beja ao Algarve, mas é um facto que recolheu um busto de mulher de meia idade, na região de *Balsa*, que se encontra actualmente depositado no Museu de Évora (Lápides do Museu Sesinando Cenaculano Pacense, nº 103). Vicente Salgado refere ter visto no Gabinete do Bispo de Beja moedas de *Ossonoba*, pelo que a ligação às antiguidades do Algarve poderão ficar assim justificadas (Salgado, 1786, p. 85-86).

Ainda neste período, deve destacar-se o conjunto de informações recolhidas após o terramoto de 1755, no Dicionário Geográfico que cobriu a totalidade do território português. Com esta iniciativa da realização de um Inquérito à escala nacional levada a efeito por parte da Academia, no que tem sido entendido como uma das primeiras manifestações da tomada de consciência do património cultural e da necessidade da sua defesa, foi feito o primeiro levantamento do património construído.

Frequentemente, as respostas dos párocos locais referem-se a ruínas de diversos períodos que identificaram na sua região, aspecto a que o território algarvio não é alheio, como se verifica, por exemplo, com as descrições de sítios como Milreu (Beja, 1999-2000, p. 233), ou com as ruínas assinaladas na Quinta das Antas pelo pároco da Luz. De facto, A. Viana refere que o pároco da localidade de Luz de Tavira mencionara que no sítio das Antas, a oriente da Quinta de Torre de Ares (Tavira), existiam ruínas de uma cidade antiga (Viana, 1952b). No entanto, estes dados não foram relacionados com a cidade de *Balsa*, que veio mais tarde a ser identificada por Estácio da Veiga, nas Quintas de Torre de Ares e das Antas (Fabião, 2003a, p. 12).

Nas “Memórias eclesiásticas do reino do Algarve”, publicadas em 1786, Frei Vicente Salgado discute a localização das cidades mencionadas por Pompónio Mela, identificando *Myrtilis* com Mértola e *Balsa* com a actual Tavira (Salgado, 1786), p. 70). Relativamente a *Ossonoba*, informamos que a sua localização se deve atribuir a Estói e não a Estombar como outros autores defendiam. Afirma “(...) A *Ossonoba* he Cidade reputada sem hesitação por littoral; o que se verifica em Estoy, ainda que dista huma pequena legua de Faro. Antigamente na baixa do sitio chamado de Santo Antonio do Alto, ao nascente desta Cidade, havia hum grande Esteio, ou Estuario, por onde entrava a maré até quasi a Estoy, e por isso foi a nossa *Ossonoba* chamada Estuaria (...)” (Salgado, 1786, p. 79). Associa ainda as referências do mouro Razis, que recolhe de A. de Resende e que aponta para a existência de férteis hortas regadas por abundantes águas em *Ossonoba*. Entre os outros argumentos que recolhe a favor da litoralidade de *Ossonoba* encontram-se ainda as alusões aos “symbolos” marinhos que se podem ver nas medalhas de *Ossonoba* e, para rematar, menciona também as epígrafes e outros testemunhos (colunas, etc.) que se encontravam nas muralhas da cidade de Faro, voltando a citar Resende (Salgado, 1786, p. 99-110).

## Dos pioneiros à actualidade

Será apenas no séc. XIX que se verá nascer a arqueologia como actividade científica, no contexto europeu e em Portugal. Na maior parte dos sítios algarvios, as primeiras investigações arqueológicas de que há notícia devem-se a Estácio da Veiga.

Natural de Tavira, foram diversas as ocasiões em que, movido pela vontade de engrandecer a sua província natal, se deslocou ao Algarve. Assim, logo na década de 50, permanece nesta província, com o objectivo de aí proceder à recolha da Literatura Popular (Marques, 1993-1994; 2005). Foi igualmente nessa ocasião que identificou e recolheu a epígrafe com caracteres gregos oriunda da Fazenda do Trindade, sendo apontada a data de 1856 como o momento em que iniciou a sua colecção de arqueologia (Pereira, 1978).

Foi depois da sua aposentação do cargo que ocupava nos Correios, em 1865, que mais se dedicou às pesquisas relacionadas com as ciências naturais e a arqueologia. Na sequência de uma das suas deslocações ao Algarve, em que percorreu os concelhos de Faro e Tavira, no que tem sido entendido como a origem do que mais tarde virá a ser a Carta Arqueológica do Algarve, localizou a cidade de *Balsa* nas Quintas de Torre de Ares e das Antas. Para esta localização, combinou vários elementos. Por um lado, os vestígios de materiais de construção e os “robustos alicerces” visíveis à superfície, a que se aliaram diversos outros materiais arqueológicos, como moedas, dados que relacionou com as epígrafes (ou “monumentos” como as designava) que identificou no local. Além dos vestígios arqueológicos propriamente ditos, foram também consideradas as informações transmitidas pelas fontes clássicas, nomeadamente as distâncias referidas no Itinerário de Antonino, tudo confluindo para a identificação do local onde viveram “os famigerados balsenses”, como veio a relatar na sua obra /opúsculo “Povos Balsenses” (Veiga, 1866).

Entre 1867 e 1875, afastando-se do Algarve, residiu em Mafra, onde manteve a investigação arqueológica, explorando diversos sítios do concelho e desenvolvendo actividades relacionadas com a Botânica. Só mais tarde, no ano de 1876, iniciou o projecto da sua vida: a “Carta Arqueológica do Algarve”. Efectivamente, uma série de acontecimentos culminaram com o convite formulado pela então Direcção da Instrução Pública para realizar o levantamento arqueológico do Algarve. Dos trabalhos que desenvolveu e do seu *modus operandi*, possuímos hoje um conhecimento bastante detalhado, devido à abundante documentação que deixou. Fazem parte integrante do acervo do Arquivo do MNA um conjunto de ofícios e documentos, através dos quais ia dando conta, às autoridades de então, do desenvolver das suas pesquisas. Deste modo, e também graças às publicações recentes que têm sido feitas sobre o decorrer dos seus trabalhos (Cardoso e Gradim, 2004; Cardoso, 2007) conhecemos o modo como estes se foram desenvolvendo, as dificuldades no cumprimento dos prazos e a metodologia de inquérito prévio à exploração dos sítios, que foi por ele utilizada. Alguns destes aspectos serão relatados, com mais pormenor, quando nos referirmos aos trabalhos desenvolvidos em Faro, *Balsa* e Castro Marim (ver *infra* Trabalhos Arqueológicos em Faro, em *Balsa* e em Castro Marim).

A maior parte do seu trabalho consta da publicação das “Antiguidades Monumentais do Algarve” (Veiga, 1886, 1887, 1889, 1891). Esta obra tinha como objectivo acompanhar a cartografia dos sítios identificados e relatar os achados realizados por ordem cronológica, (desde o Paleolítico até à época medieval), percorrendo o território algarvio de ocidente para oriente. O seu trabalho ficou, infelizmente, inacabado devido ao seu falecimento e o volume V, que deveria corresponder ao período romano, foi apenas parcialmente publicado, já no séc. XX, nas páginas de O Arqueólogo Português (Veiga, 1904, 1905; 1910) e reorganizado, mais recentemente, num volume anotado por J. L. Cardoso (Cardoso e Gonçalves, 2006). Este volume permaneceu inacabado e nunca cobriu a totalidade do território, incidindo essencialmente na vertente ocidental da costa algarvia.

Parte importante dos dados obtidos nos sítios romanos do Algarve foram posteriormente publicados pela sua descendente, que dedicou dois volumes à “Arqueologia romana do Algarve” (Santos, 1971; 1972). Entre a documentação utilizada, encontra-se a “Collecção de Plantas e Desenhos dos Campos explorados para o reconhecimento das Antiguidades Monumentaes do Distrito de Faro (...)” “realizada por Estácio da Veiga, e recolhida, desde o séc. XIX, no Arquivo do MNA. Do espólio aí depositado, faz igualmente parte um conjunto de fotografias com indicação do nº de Estampa e com diversas anotações, que correspondem às estampas que se destinavam, muito possivelmente, a integrar a ilustração dos volumes das Antiguidades Monumentais do Algarve sobre o Algarve romano. Dispomos ainda de um conjunto de listagens de materiais arqueológicos recolhidos pelo arqueólogo algarvio, com a numeração das caixas em que se encontrava.

Estácio da Veiga recolheu um abundante espólio que servia, em seu entender, para justificar os locais que descobrira, nos quais, em muitos dos casos, tinha procedido a escavações

(“explorações” no seu vocabulário), e que deveria integrar um Museu do Algarve, projecto que não conseguiu concretizar. Além do “*Catalogo dos productos archeologicos obtidos desde o concelho de Alcoutim até o de Tavira, e acondicionados em 26 caixotes e tres canastrões em 30 de Junho de 1877. E.dV. Continuação deste catalogo, comprehendendo os productos dos concelhos de Olhão, Faro e Loulé até 20 de Novembro de 1877 – E.dV. Continuação – concelho de Albufeira, Lagôa e Silves até 20 de janeiro de 1878.*” (Veiga, 1877/1878a), existem ainda outras listagens, em que os materiais se encontram separados por categorias, e dentro destas, distribuídos pelos sítios que explorou. Uma dessas listas encontra-se parcialmente reproduzida como Anexo na obra de M. L. E. da V. A. dos Santos (Santos, 1972). Quanto aos objectos arqueológicos propriamente ditos, parte importante destes encontra-se actualmente no MNA, embora também existam materiais dispersos por outras instituições como o Museu de Évora, Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Museu Municipal de Faro, entre outros.

Através deste conjunto de materiais, percebe-se que foram recolhidos diversos tipos de cerâmicas como *terra sigillata* (“vasos de Sagunto”), frequentemente com “marca de fabrico”; cerâmica de paredes finas (urnas), mas também cerâmica comum (“vasos de argila”, etc.) e cerâmica de construção, como *tegulae* (“tijolo de bordos levantados”) ou *lateres*, alguns dos quais também com marca. Os bocais e fundos de ânforas (alguns igualmente com marca), recipientes de vidro (“urnas de vidro” e unguentários), objectos de metal (anzóis, pregos e argolas), objectos de osso (alfinetes de cabelo) e moedas constam também da listagem, onde se encontra ainda referência a epígrafes, elementos de estatuária de mármore ou fragmentos de mosaico.

Além do material que recolheu nas escavações, adquiriu alguns objectos, tendo-lhe sido igualmente oferecidos outros por diversos proprietários dos terrenos que percorreu. O objectivo defendido por Estácio da Veiga, de formar museus regionais que teriam lugar nas principais cidades, assim como institutos arqueológicos, mostra a necessidade de dar o devido enquadramento a inúmeros achados e colecções que existiam um pouco por todo o país e não constitui uma originalidade algarvia. Neste contexto, podem referir-se outros exemplos, como é o caso do Museu de Guimarães, destinado a albergar as colecções recolhidas por Martins Sarmiento em Briteiros, sítio que Estácio da Veiga visitou em 1880, no quadro do Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica (Lemos, 1995, p. 5). Outros locais seguem o mesmo modelo, como sucederá com o Museu da Figueira da Foz, instituído por Santos Rocha, em 1893, ou por Francisco Tavares Proença Júnior, em Castelo Branco (Moreira, 1989, p. 57; Fabião, 2004b).

Estácio da Veiga não foi o único a desenvolver actividade arqueológica no Algarve, durante o séc. XIX, mas foi ele quem exerceu essa actividade de forma mais sistemática e com objectivos precisos: proceder ao levantamento dos sítios arqueológicos de cronologia muito diversa, desde o Paleolítico até ao período medieval islâmico.

O território algarvio exerceu, efectivamente, uma forte atracção junto dos investigadores novecentistas, sobretudo pela sua riqueza e densidade de vestígios arqueológicos do período romano. Foram vários os arqueólogos que, tendo o centro da sua actividade fora da região algarvia, aí realizaram trabalhos arqueológicos. Entre eles, Santos Rocha desenvolveu a sua actividade sobretudo no concelho de Lagos, na escavação das necrópoles da Marateca e da Fonte Velha (Rocha, 1896). As pesquisas deste jurista de formação, natural da Figueira da Foz, levaram à criação, em 1894, do Museu da Figueira da Foz, à constituição de Sociedade Arqueológica da mesma cidade, em 1898, e à publicação do respectivo Boletim. Apesar da sua actividade arqueológica se ter centrado sobretudo no sítio de Santa Olaia, as suas deslocações ao Algarve foram relativamente frequentes, tendo recolhido para o museu da Figueira inúmeros objectos recuperados em sítios do Sotavento ao Barlavento algarvio. O arqueólogo figueirense chega a afirmar que “*Além das estações que temos tentado descrever, colhemos notícia de outras durante as nossas excursões entre Tavira e Búdens, sobretudo nas vizinhanças de S. Braz de Alportel e da Freguezia da Mexilhoei-*



*ra Grande. O Algarve está juncado de restos da epocha romana, cujo estudo absorveria mais do que a vida de um individuo, e só podia ser feito com enorme sacrificio de cabedal, a avaliar as despesas pelo que nos custaram as nossas explorações. Nós não podíamos ir mais longe, nem o objecto dos nossos estudos o permittia; e por isso deixamos a outros a tarefa de inventariar tudo o mais que por lá existe “* (Rocha, 1896, p. 79). Além dos trabalhos realizados no Concelho de Lagos, Santos Rocha também desenvolveu a sua actividade em outros sítios algarvios, como é o caso de Boca do Rio, Marim e do centro produtor de ânforas de S. João da Venda.

No final do séc. XIX, destaca-se igualmente a actividade do Cónego Pereira Botto, que, através de pequenas notícias nas páginas de *O Arqueólogo Português*, vai dando conta dos materiais incorporados nas colecções do Museu de Faro, descrevendo a sua proveniência e principais características (Botto, 1896a, p. 25-27). Assinala ainda os aspectos administrativos mais relevantes desta instituição, como seja a deliberação da Câmara Municipal, que, em sessão de 18 Junho 1896 declarou “a franquia pública do Museu Archeologico Lapidar “Infante D. Henrique”, aspecto fundamental para o desenvolvimento do Museu (Botto, 1896b, p. 167). Os objectos são provenientes dos sítios mais emblemáticos do Algarve, epígrafes da Quinta de Marim, lucernas de Milreu, um conjunto de objectos de uma sepultura da necrópole da Quinta das Antas oferecido por um particular, entre outros. As descrições das epígrafes feitas pelo Cónego Botto permite-nos conhecer, um pouco melhor, esta rede de investigadores com quem mantinha contactos regulares. Assim, refere-se ao “affectuoso collega Dr Santos Rocha, a quem o Museu do Algarve, e particularmente eu, devemos as mais subidas provas de generosa deferencia”, discutindo determinadas características das epígrafes e a propósito de uma lucerna menciona igualmente a opinião do “sabio Dr. Hübner”, e do “meu amigo Leite de Vasconcelos”. Na descrição também de uma lucerna refere ainda o seu “illustre consocio o Exmo. Sr. Manuel de Bivar Wienholtz”, que partilhava consigo algumas funções no Museu (Botto, 1896a, p. 25-27). Entre as publicações que realizou, destaca-se a lista de inscrições existentes no Museu de Faro (Botto, 1899), tendo ensaiado igualmente a realização de uma planta esquemática das ruínas de Milreu, à data identificada com a antiga *Ossonoba*, numerando os diversos compartimentos e apresentando uma proposta para a sua funcionalidade (Botto, 1898, p. 158-160).

A este conjunto de personalidades deve ainda juntar-se a actividade de Teixeira de Aragão, que foi responsável pela escavação de um dos cemitérios da antiga *Balsa*, no sítio do Arroio. Destes trabalhos, deixou relatos muito incompletos, que, infelizmente não permitem hoje reconhecer as características desta necrópole nem a sua localização precisa (Aragão, 1968). Este investigador destaca a região “*Do Rio Gilão, que corta a cidade de Tavira, do sítio chamado das Quatro Águas, parte um canal que vae passar por Santa Luzia, Fuseta, Antas, Torre de Ares e Olhão, terminando nos esteios de Faro. Por estas margens tem-se descoberto innumeros objectos da civilização romana (...)*” (Aragão, 1896, p. 55).

Da acção do fundador do Museu Nacional de Arqueologia, José Leite de Vasconcelos, no território algarvio, destaca-se a escavação do forno de ânforas de Olhos de S. Bartolomeu de Castro Marim (1898, p. 329-336). Desta intervenção, que corresponde à primeira escavação de um forno de ânforas no território hoje português, foi apresentada a publicação bastante completa n’*O Arqueólogo Português*. Destaca-se, neste contexto, o cuidado, pouco habitual para a época, se exceptuarmos os trabalhos de Estácio da Veiga e de Santos Rocha, posto na descrição do contexto dos achados, na apresentação de levantamentos em planta e corte da estrutura do forno, assim como na ilustração dos exemplares de ânforas que aponta como produzidas do referido forno e dos restantes materiais associados. Os interesses de Leite de Vasconcelos dispersavam-se por diversas realidades entre a arqueologia, etnografia e linguística, apresentando igualmente estudos sobre a numismática “lusitana” (1901, p. 86-88), onde se incluem os exemplares de *Balsa*, *Ossonoba* e *Baesuri*. Estas últimas tinham sido anteriormente objecto de estudo por parte de

Mowat, (1900, p. 17-24). A forma como tomava conhecimento da realidade arqueológica das várias regiões do país, através das suas “excursões arqueológicas”, encontra-se descrita, por exemplo no artigo intitulado “Da Lusitania à Bética” (Vasconcelos, 1900a, p. 225-249). Publicado no *O Arqueólogo Português*, refere-se a uma deslocação ao Algarve “Aproveitando as férias paschoaes de 1895, fiz uma pequena excursão archeologica pelo Sul do nosso país” (Vasconcelos, 1900a, p. 225), descrevendo então o seu percurso de Lisboa a Faro, passando por Beja, Serpa, Mértola e Castro Marim. Infelizmente, neste artigo não se refere a essa parte final da sua excursão, que passou por *Balsa* e *Ossonoba*, e que reserva para posterior trabalho, que não chegou a publicar.

Além dos relatos de recolha de objectos descontextualizados para os museus regionais, mais ou menos dispersos nas publicações, assiste-se a um esforço, ainda que pontual, de sistematização de informação acerca de algumas realidades. Com base no estudo dos instrumentos de pesca (anzóis, agulhas e pesos de rede), que procurou inventariar em diversos museus regionais e no Museu Etnológico, Mesquita de Figueiredo tinha como objectivo estudar a pesca no período romano em Portugal (Figueiredo, 1898, p. 53-58). Apoiado nas fontes que se referem à abundância de peixe na costa portuguesa e ao *garum* hispânico, verifica que os 46 anzóis existentes no Museu Etnológico são provenientes dos diversos concelhos do Algarve, com particular destaque para a “região balsense”. Num trabalho posterior, debruçou-se sobre os tanques de salga, tendo publicado nessa ocasião algumas plantas esquemáticas dessas estruturas, algumas das quais da autoria de Estácio da Veiga (Figueiredo, 1906, p. 109-121).

E. Hübner toma igualmente conhecimento das epígrafes do território algarvio através dos contactos que mantém com investigadores portugueses, como Estácio da Veiga, entre outros. É neste contexto, que publica, no CIL II, uma série de epígrafes da área meridional portuguesa, além de outros textos acerca das mesmas (Hübner, 1871).

A identificação das cidades algarvias com os locais mencionados nas fontes escritas manteve-se, ainda no séc. XIX, como um dos principais assuntos abordados pelos autores novecentistas, mesmo quando o tema central dos trabalhos publicados não se refere a essa problemática. A identificação de *Balsa* por Estácio da Veiga não parecia colocar dúvidas, o mesmo não se podendo dizer da atribuição de *Ossonoba* às ruínas de Milreu. Efectivamente, Teixeira de Aragão, ao referir-se a alguns objectos, como uma *statera*, de Torre de Ares e a um *speculum* da Quinta das Antas, indica que provêm de *Balsa* e confirma “(...) o que combina com o Itinerário de Antonino, que diz achar-se *Balsa* a cinco léguas de *Aesuri* (Ayamonte ou Castro Marim) e a quatro de *Ossonoba* (Faro), distancias que existem hoje muito aproximadamente entre a Torre de Ares e Ayamonte e Castro Marim, e a capital do Algarve” (Aragão, 1896, p. 56). Apesar da discussão/polémica não se encontrar expressa nas páginas de *O Arqueólogo Português*, também Hübner deixa adivinhar que a questão da localização de *Ossonoba* em Milreu não era pacífica. Se assim não fosse, porque afirmaria que, apesar da concentração de inscrições em Faro, “A muito contestada situação de *Ossonoba* parece portanto dever marcar-se nas ruínas de Estoy junto a Faro”? (Hübner, 1871, p. 32). V. Mantas cita, igualmente, G. Henriques, autor de um Guia turístico de 1876, que colocava *Ossonoba* em Faro (Henriques, 1876, p. 40 *apud* Mantas, 1993, p. 515).

Já no séc. XX, em 1933, Abel Viana realizou trabalhos arqueológicos na actual capital do Algarve, tendo identificado alguns vestígios do período romano (Viana, 1949). No entanto, foram os trabalhos posteriores, levados a efeito por Lyster Franco, que permitiram a identificação do *podium* do templo, na sequência de obras de pavimentação promovidas pela autarquia (Franco, 1940). Além do *podium*, a recuperação da epígrafe onde ocorre o termo *CIVITAS OSSONO(bensis)* constituíram elementos de força na argumentação que Abel Viana desenvolveu no sentido da definitiva identificação de Faro com a antiga *Ossonoba* (Viana, 1952a). A juntar a estes argumentos, refira-se que era igualmente apresentada uma “prova geológica”, na expressão de Abel Viana, que completava os testemunhos arqueológicos, uma vez que Milreu dificilmente poderia ser apontado como porto de mar pela sua situação geográfica (Viana, 1952a, p. 24-40).

O esforço da identificação dos diversos testemunhos do período Romano em Faro prosseguiu igualmente com os trabalhos de Pinheiro e Rosa, director do Museu de Faro, entre 1967 e 1983. Entre os trabalhos que publicou nos Anais do Município de Faro, na década de 80, assinala-se o artigo “Estamos em Ossonoba?”, onde elenca os testemunhos de época romana encontrados, desde o séc. XIX, na cidade, o que mostra que a questão da localização ainda alimentava polémica. Não podemos esquecer que J. F. Mascarenhas continuava a insistir numa outra localização para a Ossonoba mencionada nas fontes escritas (Mascarenhas, 1967, p. 17-24 *apud* Mantas, 1993, p. 515).

A importância da exploração dos recursos marinhos no Algarve romano, constatada desde o séc. XIX e os inícios do séc. XX através dos trabalhos de Estácio da Veiga, e, em menor escala, dos de Mesquita de Figueiredo, foi igualmente referida pelos investigadores franceses e espanhóis que se dedicaram ao estudo do *garum*, já nos anos 60 do séc. XX. Neste contexto, na obra de Ponsich e Tarradel intitulada: “Garum et industries antiques de salaison dans la Méditerranée Occidentale” estuda-se a produção na costa sul da Península Ibérica e na costa do actual Marrocos (*Mauritania*). Os conjuntos de cetárias da região algarvia são incluídos, tendo por base a listagem anteriormente produzida por Mesquita de Figueiredo (1906), que, por sua vez, teve como suporte a obra de Estácio da Veiga (Veiga, 1886, 1887, 1889, 1891; 1904; 1905, 1910; Fabião, 2007, p. 131-142). Os sítios assinalados são: “Cacessa, Antas, Torre de Ares, Praia de Quarteira, Pera de Armação, Portimão, Vão, Senhora da Lux et Boccadorio” (Ponsich e Tarradel, 1965, p. 89), indicando-se a costa algarvia como uma área que apresenta uma elevada densidade de sítios com indústrias de salga (Ponsich e Tarradel, 1965, Fig. 1, p. 89-90). São analisados, com maior pormenor, os dados relativos a algumas unidades de exploração da costa da Mauritânia e da Bética, e não é dada uma atenção particular à vertente ocidental algarvia da “Côte ibérique”, que é vista como um prolongamento das fábricas béticas. Posteriormente esta informação volta a ser indicada por Ponsich (1988).

Ainda nos finais dos anos 60, regista-se a publicação de lotes de determinadas categorias de materiais arqueológicos, como os vidros (Alarcão, 1968, p. 9-13; 1970, p. 237-273) e a *sigillata* clara (Delgado, 1968, p. 41-65), provenientes de Museus do Alentejo e Algarve, por parte de membros da equipa luso-francesa que viria a proceder ao estudo dos materiais de *Conimbriga* e à publicação das *Fouilles de Conimbriga*.

Os anos 70 do séc. XX marcam um ponto de viragem nos estudos realizados sobre a arqueologia romana do território algarvio.

Como já se referiu, não foi possível a Estácio da Veiga realizar, em vida, a publicação integral dos achados efectuados na região, para o período romano. Foi, sobretudo, o trabalho da sua bisneta, M.L.E.V.A. dos Santos, que permitiu conhecer parte significativa dos sítios que o seu antepassado tinha identificado e do conjunto de levantamentos que o mesmo efectuou (Santos, 1971, 1972). A publicação em 1971 e 1972 da “Arqueologia Romana do Algarve” (Santos, 1971, p. 20) corresponde a “um inventário de todas as estações romanas algarvias sobre as quais encontrámos vestígios aparentes e bibliografia” e constitui ainda hoje uma obra incontornável para quem estuda a arqueologia romana do Algarve. São inúmeros os trabalhos que esta autora dedicou à vida e obra do seu bisavô, assim como a diferentes aspectos da arqueologia romana algarvia, entre eles uma síntese do que considerou serem as “Marcas de oleiros algarvios do período romano”, aspecto a que aludiremos mais detalhadamente *infra* (Pereira, 1974-1977, p. 243-268).

Na obra de referência para o período romano em Portugal, o “Portugal Romano” de J. de Alarcão, não existem menções específicas ao território algarvio enquanto região que pudesse apresentar características diferenciadas no quadro da Lusitânia romana (1973). São salientados os aspectos da história política mais relevantes, sempre em estreita conexão com acontecimentos ocorridos nas províncias próximas, da Bética e da Mauritânia. J. de Alarcão atribuiu o desenvolvimento económico da Bética e do Sul da Lusitânia, em época cláudia, ao papel que terão então

desempenhado cidades como *Ossonoba*, uma vez que foram “(...) essas regiões as fornecedoras das tropas romanas que nessa altura conquistaram a Mauritânia (...)” (Alarcão, 1973, p. 54). Em outra passagem, mencionam-se as invasões mauras de 175, destacando-se o esforço do governador da Lusitânia, Maximiano, pelo papel que desempenhou na obtenção da paz (Alarcão, 1973, p. 56). Seguindo o troço da via litoral, percorre o trajecto “De *Laccobriga* a *Baesuri*”, assinalando os principais vestígios encontrados nas *villae* e cidades algarvias, declarando serem ainda insuficientes os achados de Castro Marim, para aí identificar *Baesuri*. É interessante verificar que, quando se refere à *villa* da Boca do Rio, indica que “seriam ao mesmo tempo explorações agrícolas e centros piscatórios e conserveiros” (Alarcão, 1973, p. 80), uma associação que será defendida posteriormente por alguns autores e contestada por outros. Admite a existência da via que corre paralela ao Guadiana e atinge Mértola (1973, p. 67, fig. 6 e p. 81), aspecto que mais tarde virá a negar (Alarcão, 1988b, p. 101). Do ponto de vista das actividades económicas, referem-se sobretudo os recursos mineiros, e, no quadro da produção “industrial” anfórica, além dos fornos do vale do Sado e Tejo então ainda conhecidos, menciona-se o forno de S. Bartolomeu de Castro Marim, associando-o, neste caso, à exportação de *garum* (Alarcão, 1973, p. 135-137). No capítulo consagrado à religião, não deixam de ser referidas as evidências de culto imperial em *Balsa* e em Faro, bem como a práticas funerárias identificadas nas duas cidades. Quanto às manifestações artísticas, o mapa onde se apresenta a distribuição dos mosaicos romanos em Portugal é bastante elucidativo (Alarcão, 1973, p. 197, Fig. 55). Observa-se uma clara concentração de pavimentos na região costeira algarvia, sobretudo em torno às *civitates* de *Ossonoba* e *Balsa*, por um lado, e em torno de *Laccobriga*, por outro.

Só a partir dos finais dos anos 70 do séc. XX, no entanto, se iniciaram os trabalhos arqueológicos inseridos em projectos de investigação, segundo moldes mais próximos da arqueologia actual. É neste contexto que se enquadra o Projecto de realização da Carta Arqueológica do Algarve (CAALG), da responsabilidade da então Unidade de Arqueologia do Centro de História da Universidade de Lisboa. A estratégia de actuação e os objectivos deste projecto centravam-se na “identificação dos vestígios arqueológicos da região algarvia; – escavação selectiva de tais vestígios; – estudo das formas mais adequadas de sua protecção” (Gonçalves, 1979, p. 109-110). Implicava portanto a recolha e elaboração de cartografia, que se destinava, não só a orientar a investigação, mas que servia igualmente de instrumento de gestão do território para as autarquias.

Na sequência deste projecto, realizaram-se uma série de intervenções arqueológicas em solo algarvio, como sucedeu em Vale do Bôto (Gonçalves, Catarino e Arruda, 1980, p. 71-79), e na Quinta do Lago (Loulé), este último identificado pela equipa do CAALG em 1984. Embora em outro contexto, foi também na sequência dos trabalhos de prospecção enquadrados no projecto da CAALG que se realizou a escavação que decorreu em Torre de Ares nos anos 70. Os trabalhos na Quinta do Lago permitiram a identificação, além de estruturas habitacionais e de uma necrópole muçulmana, de um conjunto de cetárias a que se associa a evidência de produção de ânforas do período romano (Arruda e Fabião, 1990, p. 199-213).

Foi igualmente como consequência do projecto CAALG que nasceram outros projectos de investigação que deram origem a dissertações de doutoramento na Universidade de Lisboa e Coimbra, que, embora se relacionem com períodos cronológicos muito diversos do que aqui se trata, merecem referência. Referimo-nos, por exemplo, ao projecto dirigido pelo Prof. V. S. Gonçalves sobre “Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental” ou ao da Prof. H. Catarino que incidiu sobre “O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica – Povoamento rural e recintos fortificados” (1997-98). Destaca-se, entre estes projectos, o que se desenvolveu em Castro Marim, sob direcção de Ana Margarida Arruda sobre a ocupação antiga no Castelo (Gonçalves, Arruda e Catarino, 1983-84, p. 191 – 196).



Entre os trabalhos de síntese sobre os vestígios romanos conhecidos no nosso país, deve destacar-se a obra “Roman Portugal”, da autoria de Jorge de Alarcão, que constituiu um trabalho imprescindível para todos os que se debruçam sobre o território nacional, dispondo de um volume que se dedica, mais em particular, à região algarvia “Gazeteer III. Évora, Lagos and Faro” (Alarcão, 1988a). Este inventário dos sítios com ocupação romana apresenta textos mais desenvolvidos para os sítios melhor conhecidos, permitindo um reconhecimento bastante aproximado do povoamento da região meridional, no período romano. Acompanhando este repertório de sítios, a síntese sobre o período romano, elaborado pelo mesmo autor, “O domínio romano em Portugal”, constitui uma actualização dos aspectos mais relevantes da história política, económica e cultural do período romano em Portugal (Alarcão, 1988a). Na identificação das *civitates* do Algarve, são mencionadas capitais em *Ossonoba* e *Balsa*, onde ocorrem epígrafes que claramente o comprovam, apontando-se outra *civitas* na parte ocidental, em Lagos ou Silves (Alarcão, 1988b, p. 53). Relativamente às vias do Algarve, a principal alteração corresponde à negação da existência da via entre *Baesuri* e Mértola, citada no Itinerário de Antonino, que justifica pela proximidade do Guadiana navegável (Alarcão, 1988b, p. 101). Relativamente aos recursos minerais, avança com a tese de que “O cobre de Aljustrel, S. Domingos e de outras minas do Alentejo oriental e do Algarve poderia ser exportado pelo porto de *Ossonoba*” (Alarcão, 1988b, p. 131). Na base desta afirmação, encontra-se a inscrição presente num lingote encontrado perto de Marselha, mas cuja leitura deve ser entendida com reserva, como o próprio J. de Alarcão recomenda (Alarcão, 1988a, p. 210). Quanto à produção cerâmica, aponta as marcas de ânforas e de cerâmica de construção indicadas por M.L.E.V. Pereira como originárias de produções algarvias, e, relativamente aos fornos de ânforas, acrescenta, a propósito de S. Bartolomeu de Castro Marim, que já era conhecido, os fornos da Manta Rota e do Martinhal, ainda que sujeitos a confirmação (Alarcão, 1988b, p. 146). Posteriormente, na mesa redonda sobre as ânforas lusitanas, em Conímbriga (Alarcão e Mayet 1990), foi confirmada a existência deste último, somando-se à lista dos locais com evidência de produção, a Quinta do Lago (Arruda e Fabião, 1990) e S. João da Venda, que já era conhecido (Fabião e Arruda, 1990). Só mais recentemente se pôde confirmar a existência de produção na Manta Rota, com o estudo do conjunto de materiais recuperados nas escavações da responsabilidade de Cristina T. Garcia, que tiveram lugar em 1993 (Viegas, 2006b, p. 177-196.; Dias *et al.*, 2009). Destaca-se ainda a produção de preparados piscícolas, indicando-se que são frequentes as cetárias na costa algarvia “(...) muitas delas associadas a ricas *villae*” (...) (Alarcão, 1988b, p. 147).

Ainda no âmbito da cartografia dos vestígios arqueológicos do Algarve, o esforço de realização da Carta Arqueológica Nacional, atribuição do Departamento de Arqueologia do então IPPAR, na sua vertente de inventário, resultou na publicação dos volumes relativos ao território algarvio (Marques *et al.*, 1992; 1995). Através da leitura deste documento, verifica-se que, nos anos 90, em muitos dos sítios revisitados, já não se encontravam quaisquer vestígios arqueológicos. No entanto, este inventário e a cartografia que o acompanha mantêm-se de grande utilidade, dispondo-se actualmente da base de dados Endovélico, que constitui uma ferramenta fundamental para a investigação arqueológica, além da óbvia utilidade enquanto instrumento de gestão do território.

Além destas cartas arqueológicas, alguns concelhos e freguesias algarvias desenvolveram ainda cartografias próprias, como por exemplo Vila do Bispo (Gomes e Silva, 1987); Cacela (Garcia, 2008); S. Brás de Alportel (levantamento de Susana Estrela); Faro, levantamento de João Pedro Bernardes (Bernardes, 2008), S. Bartolomeu de Messines (lev. de Nuno Bicho); Albufeira (lev. de Luís Manuel Campos Paulo); e ainda sobre o Cachopo (Tavira) (Maia e Maia, 2001). Assim, pode afirmar-se que, no conjunto, e em termos gerais, existe uma noção, bastante aproximada, do que seria o povoamento romano na região algarvia. Contudo, salvo raras excepções, são relativamente escassos os sítios romanos que foram sujeitos a intervenção continuada e ainda menos os sítios de que dispomos de informação completa publicada.



Apesar dos projectos de maior fôlego, a maior parte dos sítios romanos do território algarvio conheceu apenas intervenções pontuais, algumas das quais resultantes da renovação urbana, como sucedeu, em 1976, com a intervenção de salvamento do mosaico do Oceano, em Faro. Apenas Milreu e Cerro da Vila constituem uma excepção a esta regra, pois foram objecto de campanhas de escavação continuadas, no primeiro caso por parte da equipa do Instituto Arqueológico Alemão, como se verá *infra*. O Castelo de Castro Marim foi também alvo de um projecto de investigação plurianual como se aludirá *infra*.

A acção do IPPC no território algarvio pautou-se igualmente por campanhas pontuais de salvamento, como, a título de exemplo, a que teve lugar em 1987 e 1988 no sítio do Martinhal, local onde as estruturas de fornos de ânforas se encontravam “ameaçadas de completa destruição”, devido à abrasão da arriba (Silva, Coelho-Soares e Correia, 1990, p. 225-246). Neste local, foi identificada, ainda no séc. XIX por Estácio da Veiga, a estrutura de uma cisterna e, mais tarde, foram detectados fornos de ânforas (Santos, 1971, p. 70-71). A apresentação e publicação do resultado destes trabalhos, no colóquio sobre as “Ânforas Lusitanas” que teve lugar em Conímbriga, constitui uma excepção à regra, já que, na maior parte dos casos, as intervenções arqueológicas, de carácter mais ou menos pontual, permaneceram inéditas até aos nossos dias, dispondo-se apenas (embora nem sempre) do relatório dos trabalhos realizados.

Como referimos, existe um conjunto de sítios que merecem ainda referência e que foram objecto de projectos de investigação continuada. Entre estes referimo-nos às intervenções realizadas na *villa* de Milreu, cujas primeiras intervenções datam ainda do séc. XIX, e em Cerro da Vila.

A consulta da base de dados do IGESPAR não clarifica sobre a data precisa do início dos trabalhos em Milreu, por parte da equipa do Instituto Arqueológico Alemão, que terão começado na década de 70, desenvolvendo-se nas seguintes (Endovélico, CNS 9). Posteriormente, desde 1999, o projecto passa a ter como responsável F. Teichner, que vê aprovado PNTA que visa a “Documentação e publicação do espólio arqueológico e arquitectónico da *Villa Romana de Milreu*”. Esta actividade resultou, entre outros aspectos, na identificação de um sector da *pars rustica* com lagar de azeite (Teichner, 2001), tendo sido recentemente publicados os resultados dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos por F. Teichner, não só em Milreu, mas também no Cerro da Vila (Teichner, 2008). Esta última *villa* constitui outro dos sítios “emblemáticos” do território algarvio. Identificada ainda nos anos 60, foram diversos os arqueólogos que desenvolveram a sua actividade neste local, entre os quais J. L. de Matos, durante as décadas de setenta e oitenta (Matos, 1971, 1972). Além das escavações arqueológicas propriamente ditas, recentemente têm vindo a utilizar-se outras técnicas de investigação, como a prospecção geofísica, o que levou à identificação, por parte da equipa liderada por F. Teichner, de um edifício que o investigador relacionou com a produção de púrpura (Teichner, 2006). Defende-se ainda que, em vez de uma *villa* romana, este sítio corresponda a uma aglomeração secundária, com forte componente de produção de carácter industrial.

Entre as restantes *villae* do território algarvio que têm sido sujeitas a intervenções continuadas ao longo do séc. XX, destacam-se ainda a da Abicada e de Boca do Rio.

A análise da base de dados Endovélico do IGESPAR permite obter uma listagem dos projectos arqueológicos, na categoria de investigação, que têm sido desenvolvidos em solo algarvio. Por um lado, existe um conjunto de actividades, a que em parte já aludimos, e que se enquadram em projectos de realização da carta arqueológica de determinados concelhos do Algarve. Por outro, podem referir-se os restantes projectos de investigação, alguns dos quais se relacionam mais directamente com a transformação de recursos marinhos, como o PNTA de 2003, da responsabilidade de Teresa Laço, intitulado “Indústrias Conserveiras de Época Romana no Sudoeste Algarvio”, que visava o estudo da unidade de preparados piscícolas escavado em Lagos na Rua Silva Lopes, trabalhos arqueológicos realizados na sequência de uma obra de remodelação de um imóvel (Ramos e Almeida, 2005; Ramos, Almeida e Laço, 2006); e o PNTA de 2005, dirigido por Adolfo

Silveira Martins e designado por “As indústrias do mar no período clássico no barlavento algarvio”, que visava, entre outros aspectos, o estudo das áreas portuárias das *villa* da Abicada e Boca do Rio, bem como a identificação de estruturas de transformação de pescado nestes locais.

De assinalar, igualmente, outras linhas de investigação relacionadas com temas diversos, como o mundo rural e a arqueologia da morte, como sucede com o PNTA 98 de Isabel Inácio “Projecto de estudo da Antiguidade Tardia no Algarve” (Inácio, 2005); ou estudo dos mosaicos no seu contexto arqueológico, no que se refere ao PNTA de 1999, relativo ao “Corpus dos mosaicos Romanos de Portugal–Conventus Pacensis II–Algarve”, da autoria de J. Lancha (Lancha, 2003; Oliveira e Viegas, 2005, p. 53-72; Oliveira e Viegas, no prelo); ou ainda o projecto PNTA 2007 de J. P. Bernardes designado “Trabalhos arqueológicos no sítio romano das Salgadas, Loulé”. Na categoria de Projectos arqueológicos-Prevenção encontra-se o projecto PNTA de 2008, liderado por J. P. Bernardes, sob a designação de “Exploração dos recursos marinhos algarvios na época Romana”.

Teresa Júdice Gamito, na sequência da realização de escavações na área urbana da cidade de Faro (Polícia Judiciária), desenvolveu um projecto de investigação para a cidade (PNTA-1998 intitulado “Valorização dos Centros Urbanos”). A reanálise da estrutura do templo de Quinta de Marim deu origem ao PNTA 2002, da responsabilidade de investigadores alemães: Angelika Geyer e Denis Graen “Templo da Quinta do Marim” (Graen, 2004; Graen, 2007, p. 275-288).

Os trabalhos arqueológicos que se realizaram no Castelo de Castro Marim, ainda no âmbito da carta Arqueológica do Algarve em 1983, após interrupção nos anos 90 do séc. XX, foram retomados no âmbito de um PNTA de 2002 intitulado “Castro Marim e o seu território imediato durante a Antiguidade”, da responsabilidade de Ana Margarida Arruda. De referir que o Projecto de Castro Marim mereceu aprovação e financiamento por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia “The Archaeological Occupation of Castro Marim from the Iron Age to the Roman Epoche” (POCTI/HAR/38334/0). No âmbito deste projecto pluridisciplinar, realizaram-se uma série de teses de mestrado em Arqueologia na Universidade de Lisboa, orientadas por Ana Margarida Arruda, no que se constituiu como um verdadeiro “ninho” de projectos arqueológicos relacionados com este sítio e com a região algarvia, fenómeno em que o presente trabalho também se integra.

Um aspecto que é frequentemente apontado como condicionador do desenvolvimento da investigação arqueológica do período romano numa determinada região prende-se com a existência, ou não, da leccionação da disciplina de Arqueologia Clássica nas Universidades geograficamente mais próximas. Não sendo este o local para desenvolver a fundo esta temática, deve referir-se apenas que na Universidade de Lisboa, a disciplina de Arqueologia Clássica surge nos planos de estudo da Licenciatura em Histórico Filosóficas. Nesse contexto, deve recordar-se que sobretudo a partir da década de 70, foi defendido um conjunto de teses de Licenciatura sobre diferentes aspectos da arqueologia Clássica, designadamente o trabalho de M. L. E. V. A. Santos, que deu posteriormente origem à obra “Arqueologia Romana do Algarve” (Santos, 1971, 1972).

Nos planos de estudos posteriores, da Licenciatura em História, e mais concretamente na Licenciatura em História, variante em Arqueologia, e Licenciatura em Arqueologia, o peso da Arqueologia Clássica, foi reforçado, mantendo-se até aos nossos dias.

Além deste aspecto, a investigação sobre o território algarvio constitui uma das linhas de investigação no Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Unidade de I&D financiada pela FCT, intitulada “Dynamic Interactions in Portuguese Iron age: Greeks, Phoenicians, Romans and Natives” e dirigida por A. M. Arruda.

Com a criação da Universidade do Algarve, em 1979, e posterior estabelecimento da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, em 2001, foi criado o Departamento História, Arqueologia e Património, que ofereceu, desde 2007, a Licenciatura em Arqueologia e Património. No âmbito da investigação dos docentes desta Universidade, assinalam-se projectos no âmbito da Pré-História (do Paleolítico da responsabilidade de Nuno Bicho e da Neolitização, sob direcção A. Faustino de

Carvalho) e ainda o já mencionado projecto de J. P. Bernardes relativo à “Exploração dos Recursos Marinhos Algarvios na Época Romana”.

Nos anos mais recentes, e na sequência da criação do IPA, além dos projectos arqueológicos plurianuais de investigação ou de prevenção, parte importante da actividade arqueológica tem sido desenvolvida no quadro de Estudo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA ou EIA), portanto no âmbito da arqueologia preventiva. A maior parte dos trabalhos arqueológicos de que há notícia, por exemplo, na cidade de Faro, resultaram de intervenções pontuais, que, actualmente, são condicionadas às áreas a afectar pelas construções previstas.

No final dos anos 90, assistiu-se à publicação de obras de síntese sobre o território algarvio e a sua história, procurando colmatar as lacunas que frequentemente se registam nas histórias gerais do actual território português, no que se refere à região do Algarve. Embora em contextos diversos, assinala-se a publicação, da edição de Filomena Barata e Rui Parreira da obra “Noven- ta séculos entre a serra e o mar”, editada pelo IPPAR (1997), surgindo posteriormente o título, coordenado por M. G. M. Marques, da obra “O Algarve da Antiguidade aos nossos dias”(1999). Em ambos casos, trata-se de obras que apresentam textos de diversos especialistas que se debru- çaram sobre distintas realidades arqueológicas e históricas do território meridional português e sobre alguns aspectos da história da sua investigação.

### 1.1.2. A investigação sobre a ocupação romana do Algarve: o estado da questão

Paralelamente aos trabalhos arqueológicos, propriamente ditos, escavações ou inventário de sítios no âmbito de cartografia arqueológica, assistiu-se, sobretudo a partir da década de 80, à produção de sínteses por parte de diferentes investigadores acerca de diversos aspectos da arqueologia romana no território hoje português, e que incluem dados específicos relativos à região. Neste contexto, deve referir-se a obra de J. d’Encarnação “Inscrições Romanas do Conven- tus Pacensis” (IRCP), onde se apresenta, além do inventário de toda a epigrafia romana algarvia, o estudo sobre diferentes aspectos da romanização de todo o território do Alentejo e Algarve. Esta análise permitiu caracterizar, com algum detalhe, a sociedade algarvia romana, quanto à sua composição e quanto à origem geográfica dos seus elementos (IRCP, p. 765-790). Os dados epigráficos possibilitaram, ainda, o conhecimento acerca dos cargos públicos que estão docu- mentados, além de um amplo conjunto de informações sobre a vivência do sagrado. O grau de romanização das populações do Alentejo e Algarve pôde ser igualmente aferido a partir de di- versos elementos, como a tipologia das epígrafes funerárias, assim como da estrutura textual das mesmas (IRCP, p. 807 e ss.). Em diversas ocasiões, e a propósito dos comentários que teceu acerca de várias epígrafes, o autor assinalou a importância das actividades comerciais em *Ossonoba*. Segundo J. d’Encarnação, a importância destas actividades reflectiu-se na existência de uma elite, cuja riqueza se baseava, não só em bens imobiliários, mas também nessa mesma actividade comercial (IRCP, p. 59).

A cronologia para a ascensão a município das cidades de Faro e *Balsa* foi igualmente abor- dada, tendo J. d’Encarnação proposto que os cidadãos de *Ossonoba* estariam inscritos na tribo Galéria, apontando uma cronologia Flávia para o município de *Balsa*. Posteriormente, J. de Alar- ção defendeu que apesar de os cidadãos de *Ossonoba* terem sido inscritos na tribo Galéria, a ascensão a município dataria não do reinado de Augusto, mas sim de César (Alarcão, 1985, p. 105). Além da importância comercial que já Encarnação defendera para a cidade, J. de Alarcão pretendeu atribuir-lhe igualmente funções administrativas, à semelhança do que teria sucedido com a transferência para *Olisipo* de algumas das funções administrativas de *Scallabis*. Afirma que

“O mesmo se poderá ter dado com *Pax Iulia* (Beja), capital do *conventus pacensis*, e a cidade de *Ossonoba*, embora as provas não sejam indiscutíveis” (Alarcão, 1985, p. 105). Esta tese teve por base a epigrafia, embora os elementos que a suportam sejam muito frágeis. Apoiou-se, concretamente, numa epígrafe duvidosa, por apenas se conservarem alguns caracteres, segundo a qual se estaria perante um monumento em *Ossonoba* erigido por *Myrtilis* (IRCP 9) e numa marca, igualmente problemática, existente num lingote de cobre na qual M. Euzennat entendeu ler “*procurator ossonobensis*”, o que colocava *Ossonoba* como ponto de fiscalização e escoamento dos recursos mineiros. Por outro lado, Alarcão defendeu também o carácter de residência oficial de Milreu, com base não só na série de bustos imperiais aí recuperados, mas sobretudo numa inscrição votiva em honra da *domus* imperial (IRCP 2) (Alarcão, 1985, p. 106). Apesar de ser possível admitir que *Ossonoba* desempenhou funções administrativas em detrimento de *Pax Iulia*, não existem, actualmente, provas concretas para o fundamentar.

Adquire particular importância, no contexto da reflexão sobre o meio urbano durante o período romano, o artigo de referência de V. Mantas acerca das “Cidades marítimas da Lusitânia”, no qual se debruça, demoradamente, sobre as cidades de *Ossonoba* e *Balsa* (Mantas, 1990, p. 149-205). Neste trabalho, defende o carácter de aglomeração secundária de *Baesuri*, que seria dependente de *Balsa*, reconhecendo o seu papel enquanto ponto de escoamento da produção mineira da serra algarvia (Mantas, 1990, p. 159 e p. 193). Para este investigador, a cidade de Faro teria ascendido a município no reinado de Cláudio, admitindo igualmente a possibilidade de esta ter desempenhado funções administrativas. Ao contrário de Alarcão, que não definira, do ponto de vista cronológico, em que período é que este fenómeno se poderia ter registado, Mantas relaciona-o sobretudo com as epígrafes que testemunham a prosperidade da cidade de Faro durante o séc. III. Argumenta ainda com os dados acerca da antiguidade da diocese de *Ossonoba*, enquanto Beja só teve bispo no séc. VI (Mantas, 1990, p. 184). Quanto à topografia da *urbe* antiga, já anteriormente o investigador tinha apresentado propostas para a localização das principais componentes do urbanismo, com base na análise da fotografia aérea (Mantas, 1986, p. 13 – 26). Relativamente às actividades económicas, alarga o leque de recursos explorados, e, além das actividades marítimas, aponta também a agricultura e as minas.

Se em Faro o séc. III seria o do apogeu económico, em *Balsa* o destaque recai sobre o período dos Antoninos, sem que se encontre uma justificação para tal. Na explicação para o declínio de *Balsa*, conjugam-se factores de ordem geomorfológico, por um lado, e, por outro, as incursões suevas, que, aliadas à ausência de dispositivos defensivos, teriam justificado o seu completo abandono (Mantas, 1990, p. 199). V. Mantas defende ainda a supremacia dos portos béticos face aos lusitanos, os primeiros impulsionados pela influência púnica exercida a partir de Cádiz.

Sendo uma síntese notável, retoma algumas das teses já propostas por Encarnação e Alarcão, mas não acrescenta novos dados, sendo a base material/documental disponível à data da sua elaboração a mesma que a utilizada por aqueles investigadores. Relativamente a *Balsa*, apoia-se sobretudo nas referências de M.L.E.V.A. dos Santos, e, para Faro, nos trabalhos de Pinheiro e Rosa sobre os vestígios romanos dispersos pela cidade. Só posteriormente surgiram os dados de J. Nolen sobre *Balsa*, que, enriquecendo em diversas vertentes as informações disponíveis sobre a cidade, conduziram, entre muitos outros aspectos, à alteração da data de abandono do núcleo urbano para momento posterior ao séc. V (Nolen, 1994).

O conjunto de cerâmicas e vidros publicado por J. Nolen encontrava-se depositado no Museu Nacional de Arqueologia e correspondia a materiais provenientes das intervenções de Estácio da Veiga, na necrópole, e a um acervo de material, mais fragmentado, originário da intervenção realizada, nos anos 70, por M. e M. Maia. Apesar da selecção dos materiais, esta obra, em que C. Fabião estudou um conjunto de ânforas e H. Catarino colaborou no estudo das cerâmicas medievais, permite obter uma noção aproximada não só da cronologia geral da ocupação da cidade,



mas também das diferentes regiões que a abasteceram quer de produtos alimentares transportados em ânforas, quer de produtos manufacturados, como a cerâmica e o vidro. O estudo incluiu igualmente a cerâmica comum, permitindo reconhecer um importante conjunto de cerâmicas importadas originárias do norte de África, além das produções de âmbito local/regional.

A obra de J. C. Edmonson “Two industries in Roman Lusitania. Mining and Garum production”, publicada em 1987, e mais focada nos aspectos da economia da Lusitânia, suscitou diversas reacções por parte da comunidade científica nacional, merecendo por isso que nos detenhamos nas principais teses que defende. Segundo Edmonson, a concentração da produção de preparados piscícolas em oficinas nucleadas, como sucede em Tróia, pode explicar-se por diversos factores, entre os quais destaca o facto da produção estar assim organizada como reflexo do investimento de um proprietário rural: “In other words is this nucleation a sign of the investment of landed wealth in the industry and, if so, were the landowners indulging in what would now be termed “economies of scale” ? (Edmonson, 1987, p. 128). Adianta ainda que, quando as explorações agrícolas se encontravam junto à costa, perto de locais onde se podia extrair o sal, o proprietário romano devia ter assumido a exploração do peixe como actividade subsidiária à agricultura. Esta tese encontra no território algarvio a sua melhor expressão “The direct involvement of land-owners in the industry can best be demonstrated in the Algarve”, uma vez que muitas *villae* se localizam na costa, e é, igualmente, aí que se encontram os vestígios de unidades de exploração (cetárias), assim como na proximidade da área residencial (Edmonson, 1987, p. 129). Admite também que o excedente da produção poderia ter sido exportado através dos portos de Portimão e Faro (Edmonson, 1987, p. 136).

Ainda em 1988, no quadro do arranque do projecto de estudo das indústrias de salga no Vale do Sado, desenvolvido pela missão Luso Francesa, teve lugar em *Conimbriga* as Jornadas de Estudo “As ânforas Lusitanas”, que reuniu um amplo conjunto de investigadores que se debruçaram sobre esta temática (Alarcão e Mayet, 1990). Nesse contexto, foram apresentados resultados de escavações em centros produtores de ânforas do Vale do Tejo e Sado, assim como da costa algarvia. Na apresentação das ânforas produzidas na Quinta do Lago, pretendeu-se fornecer igualmente um enquadramento acerca do contexto da produção e exportação de preparados piscícolas num âmbito mais alargado (Arruda e Fabião, 1990). Surge então aí uma primeira contestação à teoria de Edmonson relativamente ao carácter sazonal e de consumo local a que se destinaria a produção piscícola algarvia. Segundo A. Arruda e C. Fabião, a evidência arqueológica mostrava que “Na Quinta do Lago, a produção de preparados piscícolas está directamente associada à produção de ânforas”, excluindo-se aqui a possibilidade de produção agrícola dada a natureza dos terrenos (Arruda e Fabião, 1990, p. 207).

Relativamente ao faseamento da produção das ânforas, nessa ocasião C. Fabião e A. Carvalho chamaram a atenção para o faseamento da produção dos contentores lusitanos, nomeadamente para o momento de ruptura que situaram na viragem do séc. II para o séc. III (Fabião e Carvalho, 1990, p. 37-63). Não sendo possível avançar com um nexo causal único para explicar este fenómeno, constatam que ele se manifesta na modificação, ou mesmo no abandono, das estruturas de produção de preparados piscícolas, documentadas no vale do Sado, por exemplo. Por outro lado, assistiu-se, a partir do séc. III, à produção de contentores anfóricos de morfologia muito diversa dos anteriormente fabricados, como os tipos Almagro 51c, Almagro 50 e Almagro 51a-b (Fabião e Carvalho, 1990, p. 50-54). Estas questões, perceptíveis sobretudo para a região do vale do Tejo e do Sado, apresentam maiores problemas no que se refere aos contextos algarvios, dada a escassez de dados.

Outro dos temas debatidos durante a década de 90 foi a questão da suposta origem lusitana das ânforas do tipo Keay XVI com marca de oleiro. Como já se referiu, no seu trabalho sobre as “Marcas de oleiros algarvios do período romano” (Pereira, 1974-1977, p. 243-268), que incidiu so-



bre um conjunto de marcas de oleiro estampadas sobre *tegulae* e ânforas que se encontravam depositadas no MNA, a investigadora pretendia reconhecer uma origem no território algarvio para estes materiais. Trata-se de um conjunto de *tegulae* originárias do sítio de Portimões, local onde Estácio da Veiga tinha identificado cetárias, e de Olhos de S. Bartolomeu de Castro Marim, onde foi encontrado um forno de ânforas, além de uma série de ânforas provenientes da Quinta de Marim, da Quinta das Antas e da Quinta de Torre de Ares. Apesar de se encontrar hoje colocada de lado a hipótese de se tratar de uma produção lusitana, há ainda alguns autores que continuam a insistir na origem algarvia da produção do tipo Keay XVI, com marca de oleiro, aspecto que foi negado com base numa série de argumentos consistente, entre os quais destaco as características do fabrico (Fabião, 1997b, p. 62-67).

A argumentação a favor da origem bética destes contentores tem sido igualmente defendida em obras de autores espanhóis, como sucede, por exemplo, no trabalho de D. Bernal sobre as produções anfóricas tardias da Bética (Bernal Casasola, 2000, p. 239-372).

Na proposta tipológica de Dias Diogo para as ânforas da Lusitânia, foi traçado um quadro geral da produção, estabelecendo-se 12 tipos de ânforas, que nem sempre se relacionaram com áreas produtoras específicas (Diogo, 1987, p. 179-192). Por outro lado, além da produção nos vales do Tejo e Sado e da costa algarvia, avança-se com a proposta da produção também na costa alentejana (Sines), até hoje sem provas categóricas.

Posteriormente, nas Jornadas sobre a romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, C. Fabião, na leitura crítica que fez da tipologia de D. Diogo, recusa a possibilidade de se considerar a realidade observada na Lusitânia como “(...) uma realidade homogénea, funcionando em bloco, no âmbito de uma economia planificada” (Fabião, 1996a, p. 382). Chega a defender que as diferentes regiões produtoras da Lusitânia teriam tido como destino mercados distintos, propondo que os centros de consumo do interior tivessem sido abastecidos sobretudo pelas produções do vale do Sado, enquanto que as produções algarvias teriam sido destinadas aos mercados do Mediterrâneo. Assim, ao contrário de D. Diogo, propõe para esta fase da investigação o estabelecimento de tipologias de âmbito regional, por considerar serem as que mais se adequam ao estado dos conhecimentos (Fabião, 1996a, p. 383).

No estudo das ânforas de S. Cucufate, os seus autores propõem que as ânforas do Sado teriam como destino sobretudo o consumo local (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990, citado por Fabião). Como se verá *infra*, esta posição veio a ser reconsiderada com o desenvolver do projecto luso-francês acerca das produções anfóricas do vale do Sado, atribuindo-se, posteriormente, todo um novo papel exportador à Lusitânia no quadro das relações económicas da bacia do Mediterrâneo (Étienne e Mayet, 1993-1994).

Nos artigos que dedicou ao povoamento rural romano do Algarve (1992-1993; 1994b), C. Fabião reuniu a informação disponível sobre as *villae* algarvias e unidades de transformação do pescado e verificou que a maior parte das chamadas *villae* algarvias escolheram solos de boa aptidão agrícola para a sua implantação (Fabião, 1994b, p. 243). Por outro lado, apenas em alguns casos as *villae* e as *cetariae* se encontram em associação directa. Assim, defendeu que “A implantação das estruturas destinadas à produção de preparados de peixe não sugere qualquer intenção de exploração complementar de recursos agrícolas, visto que não foram, na generalidade, e salvo os poucos casos citados, instalados em áreas com terrenos de aptidão agrícola acessíveis, nem tampouco há qualquer indicador preciso da associação entre aquela e esta actividades (...)” (Fabião, 1994b, p. 245). Constatou-se também que a implantação das unidades de transformação apresentava contornos bastante diferenciados. São, no entanto, reconhecidas as limitações no conhecimento destas unidades de transformação do pescado, sobretudo no que se refere às fases iniciais da produção, assim como ao seu faseamento. Por outro lado, aceita-se que, na economia da região algarvia do período romano, os recursos marinhos seriam complementados com os

agrícolas, mas mais numa base regional, uma vez que essa complementaridade não se manifesta num mesmo sítio (Fabião, 1994b, p. 240).

Posteriormente, C. Fabião, a propósito do estudo dos preparados piscícolas, avançou com uma proposta de faseamento da exploração dos recursos marinhos algarvios. Segundo este autor, durante o período anterior ao séc. III a exportação dos preparados piscícolas dependia dos contentores da Bética e só a partir dessa data é que se assistia ao surgimento de centros oleiros, tornando-se a produção e exportação independente da província vizinha (Fabião, 1997a, p. 39). Desse momento em diante, assistir-se-ia a uma alteração significativa do papel do sul da Lusitânia relativamente à Bética, no que à produção de preparados piscícolas diz respeito. Assim, de área periférica passaria a sua concorrente, aproveitando a decadência que a província vizinha conheceu a partir deste período (Fabião, 2000b, p. 718-720). Destaca-se ainda que, apesar das dificuldades na obtenção de dados sobre as cetárias que se conhecem no território algarvio, se reconhece a diversidade de situações em que estas aqui ocorrem.

Para R. Étienne e F. Mayet a produção de preparados piscícolas no território algarvio caracteriza-se pela existência de diversas “*petites unités de production souvent liées à une villa rurale et davantage destinées à auto-consommation*” (Étienne e Mayet, 1993-1994, p. 209). Para os autores franceses, apenas *Balsa* constituiria uma eventual excepção a este modelo, que apenas a escavação permitiria confirmar, podendo mesmo vir a revelar-se um sítio com alguma importância, no que à produção de preparados piscícolas se refere. A dificuldade na identificação das ânforas lusitanas seria um dos factores que, segundo estes autores, poderia explicar a sua sub-representação nos conjuntos do ocidente romano, e também em Roma (Étienne e Mayet, 1993-1994, p. 211). Por outro lado, a listagem dos naufrágios constitui a prova da exportação dos produtos piscícolas lusitanos, sobretudo, para as regiões do ocidente do Mediterrâneo, com um claro domínio das ocorrências no Baixo Império, não se negando a importância destes produtos e da sua comercialização no mercado interno, que S. Cucufate demonstra.

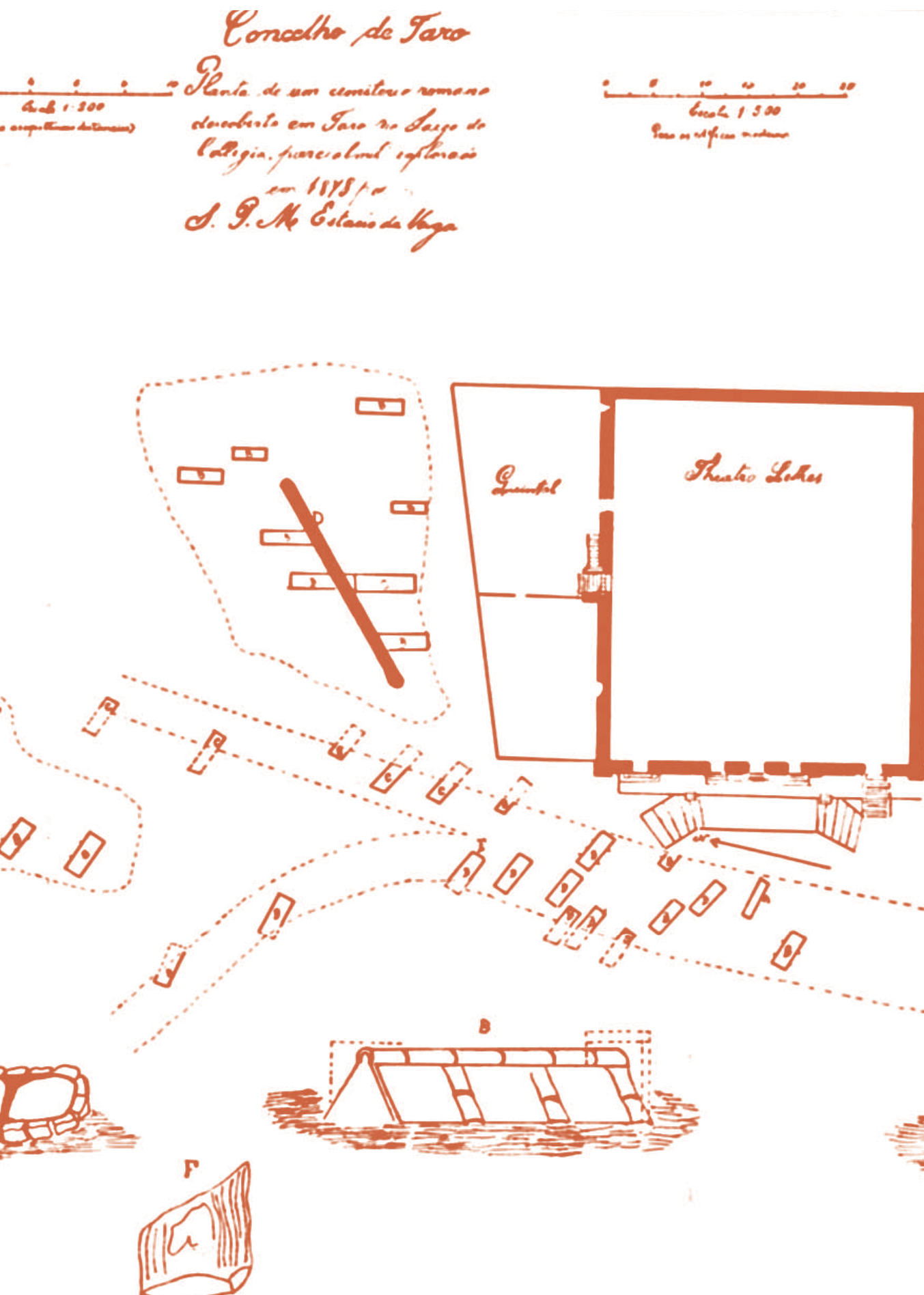
Na obra “*Salaisons et sauces de poissons hispaniques*”, os autores franceses defendem que o domínio da região da baía de Cádiz se exerceu a diversos títulos, tendo tido um papel essencial no escoamento dos produtos do litoral algarvio (Étienne e Mayet, 2002, p. 229). Como prova desta situação, referem a existência de inúmeras unidades de exploração de peixe durante o Alto Império, apontando apenas uma oficina de ânforas em S. Bartolomeu de Castro Marim. A inscrição pintada numa ânfora típica da baía de Cádiz, indicando a origem do produto transportado como sendo de *Ossonoba* constituiria outro elemento de prova de que o escoamento dos produtos lusitanos se fazia através de Cádiz.

Outro argumento a favor desta dependência relacionava-se com a suposta superioridade da qualidade das ânforas béticas face às lusitanas: “*C’est à l’évidence la baie de Cadix qui a connu le plus fort développement de la production d’amphores, sans doute grâce à l’importance des gisements d’argile, d’une argile calcaire donnant des amphores de meilleure qualité pour résister aux aléas du transport maritime (...)*” (Étienne e Mayet, 2002, p. 228).

Assim, a complementaridade entre a Lusitânia e a Bética passaria pelo transporte de preparados piscícolas lusitanos até Cádiz, local onde se faria o transvase destes produtos para ânforas Béticas, de pasta calcária, supostamente mais resistentes, sendo essas então exportadas para a vertente ocidental da bacia do Mediterrâneo (Étienne e Mayet, 2006, p. 335). Num aspecto é de assinalar a concordância dos investigadores: actualmente, perante os dados disponíveis, verifica-se uma desproporção entre a elevada frequência e dimensão das estruturas de produção de preparados piscícolas lusitanos e a relativa escassez da sua presença em contextos de comercialização e consumo exteriores à Península Ibérica. C. Fabião observa que “Não deixa, porém, de causar alguma estranheza a verificação de que estas exportações lusitanas, observadas pela disseminação das ânforas, parecem quantitativamente mais modestas do que a capacidade insta-

lada para produzir preparados de peixe faria supor (Fabião, 2006a, p. 137). Neste contexto, ganha ainda maior expressão a interrogação de F. Mayet: “que deviennent les amphores lusitaniennes?” (Étienne e Mayet, 2006, p. 335). Estas observações, que se aplicam sobretudo à produção do vale do Sado, devem ser devidamente perspectivadas no que se refere à realidade algarvia, que apresenta especificidades próprias, que apenas a continuação da investigação permitirá esclarecer.

# Condicionalismos da investigação



## 1.2. Condicionaismos da investigação, questões prévias, limitações e opções metodológicas

Se é reconhecido o potencial informativo dos restos cerâmicos, torna-se igualmente necessário chamar a atenção para um conjunto de questões que limitam as conclusões que se podem retirar a partir destes materiais.

Relativamente ao estudo dos conjuntos anfóricos, deve dizer-se que estes oferecem inúmeros dados para o conhecimento da economia e do consumo de produtos alimentares na antiguidade, encerrando também um conjunto de limitações que não se devem desprezar. No caso concreto deste trabalho, é importante começar por dizer que desconhecemos a representatividade da amostra que estudámos face ao número total de ânforas que qualquer um dos sítios terá utilizado, consumido ou descartado. É certo que estamos perante conjuntos relevantes, pelo seu número, mas o desconhecimento que temos face à topografia urbana e ao significado funcional das áreas escavadas, levam-nos a ter alguma prudência na interpretação dos dados apresentados. O estudo de outras categorias cerâmicas, como a *terra sigillata*, mostrou, por exemplo, em Faro e Balsa, que diferentes sectores ou áreas escavadas apresentavam perfis de importação diferenciados, quando não antagónicos, dentro do mesmo núcleo urbano. O estudo das ânforas de Balsa também confirmou estas observações.

Outro aspecto que tem vindo a ser destacado, diz respeito à deposição dos resíduos e às suas consequências na conservação do registo arqueológico, bem como ao aparente decréscimo do consumo nas cidades, a partir do séc. II. As observações de S. Martin-Kilcher a propósito dos contextos que estudou em Augst e Kaiser Augst, na actual Suíça (Martin-Kilcher, 1987; 1994), e em Cartago, na Tunísia, apontam para a necessidade de se proceder a uma verdadeira crítica interna das fontes arqueológicas (Martin-Kilcher, 2005, p. 202-207). As questões levantadas prendem-se, sobretudo, com as diferentes funções das áreas da cidade romana, o modo como os resíduos permanecem no solo, como foram escavados, além da forma como foram quantificados. Assim, a investigadora suíça destaca “It goes without saying that the history of a building or a settlement considerably influences the deposition of waste, the main source of archaeological material” (Martin-Kilcher, 2005, p. 204). Outro aspecto a ter em consideração diz respeito ao modo como os resíduos eram descartados. O destino de parte importante dos lixos pode ter sido o mar ou rios próximos das áreas habitacionais. Felizmente para os arqueólogos e para a conservação do registo arqueológico, a cerâmica não era reciclável, como sabemos o foram o vidro ou o metal (Martin-Kilcher, 2005, p. 206). Mas, no caso das ânforas, torna-se necessário chamar a atenção para o facto de se conhecerem diversas formas de reutilização dos recipientes, depois de cumprida a sua função inicial, como material de construção, em contextos de sepulturas, ou outros.

Por outro lado, sabemos também que outros contentores, e não apenas as ânforas, transportaram produtos alimentares no quadro do comércio a longa distância. Referimo-nos aos barris, *dolia* ou mesmo os odres, que estão documentados em outros contextos, além de outros recipientes cerâmicos de menores dimensões. Os dados de Vindolanda, por exemplo, sítio militar da Grã-Bretanha, mostram que a percentagem de produtos importados se altera de forma significativa, quando se consideram as importações de produtos transportados em barris (Marlière e Torres Costa, 2005, p. 214-236). M. Ponsich refere que determinados preparados piscícolas de maior valor económico, como o *garum*, não seriam transportados em ânforas, mas sim em recipientes cerâmicos de menores dimensões, recipientes esses que devem procurar-se entre as formas de cerâmica comum, como adiante se referirá (Ponsich, 1988).



A estas dificuldades acresce ainda o facto de para determinados contentores permanecer a discussão acerca do conteúdo que teria sido transportado, defendendo-se mesmo uma utilização diversificada de determinadas ânforas, sobretudo no período republicano.

Apesar do papel que se atribui à cerâmica enquanto indicador económico, alguns autores têm recentemente questionado esse mesmo papel. Efectivamente, M. Bonifay contesta a explicação que tem sido avançada para o desenvolvimento económico do território norte africano, na qual a produção de azeite tem desempenhado o papel central (Bonifay, 2003, p. 115). Procurando sistematizar as diferentes fases da produção cerâmica tunisina, verifica que as ânforas e a *sigillata* clara têm a sua proveniência em regiões distintas da actual Tunísia. Assim, além de defender a possibilidade de parte significativa destas ânforas terem transportado igualmente preparados piscícolas e vinho, o autor considera que o trigo teria constituído a carga principal das embarcações onde se encontrou *sigillata* africana (Bonifay, 2003, p. 113-128). Este autor defende igualmente um conteúdo piscícola para a maior parte das ânforas da série das Africanas II, às quais se atribuía tradicionalmente um conteúdo oleícola (Bonifay, 2004b).

Outro aspecto que tem sido discutido prende-se com o modelo segundo o qual as cerâmicas finas de mesa constituíam carga secundária nas embarcações que transportavam produtos alimentares envasados em ânforas. Uma das interrogações diz respeito ao facto de se saber se pode aplicar esta tese, de forma indiscriminada, a todos os produtos, nomeadamente aos originários da actual Tunísia. Efectivamente, a análise da distribuição das ânforas norte africanas mostra uma difusão que se tem circunscrito a um reduzido número de exemplares, ao contrário da abundância da cerâmica de mesa (*sigillata* africana/clara A, C e D). Por outro lado, a evidência de alguns naufrágios, como é o caso do Culip IV, situado na costa da Catalunha, mostra que em algumas situações a carga principal das embarcações era apenas constituída por *sigillata* sudgálica, neste caso maioritariamente formada por recipientes decorados (Nieto e Puig, 2001).

Relativamente à *terra sigillata* (de tipo itálico, hispânica e sudgálica), existem alguns aspectos que merecem alguma discussão. Desconhecemos que valor exacto lhe era atribuído na Antiguidade, uma vez que a sua ampla difusão parece poder contradizer a noção de que esse produto teria um carácter semi luxuoso. Como tem sido defendido, a distribuição da *sigillata* sudgálica não se pode relacionar, directamente, com o abastecimento aos contingentes militares. Pelo contrário, segundo A. Mees, “L’écoulement de la marchandise semble s’être déroulé selon le principe suivant: la commercialisation s’effectue là où il y a de l’argent.” (2007, p. 153).

Quanto ao papel que se atribui à *terra sigillata* enquanto indicador económico desconhecemos qual a percentagem exacta da *terra sigillata* face às restantes cerâmicas utilizadas à mesa, e ainda não dispomos de estudos suficientes que permitam aferir, com alguma precisão, acerca da maior ou menor capacidade económica dos diferentes sítios estudados. Do mesmo modo, torna-se impossível estabelecer uma relação directa entre estes produtos e o quantitativo populacional de uma região ou lugar. Apesar do que se afirmou, considera-se que a evolução das importações deste tipo de cerâmica constitui um bom indicador acerca da evolução da capacidade económica das comunidades que consumiram este tipo de produtos. Neste caso, essa evolução e os padrões de importação registados podem ser comparados e constituir um elemento, a juntar a outros, na leitura da evolução dos núcleos urbanos estudados.

No estudo dos conjuntos cerâmicos de Faro, Balsa e Castro Marim, uma das primeiras questões que se colocou à investigação relacionou-se com o facto de estarmos perante diferentes categorias de registo arqueológico, de características muito diversificadas. A quantidade e qualidade de informação disponível para os três núcleos urbanos estudados era muito desigual, o que, naturalmente, também condicionou os resultados obtidos. De facto, para as intervenções realizadas no Castelo de Castro Marim dispomos de toda a informação necessária para poder

compreender a natureza dos depósitos aí escavados. Neste caso, as limitações que temos dizem apenas respeito à forma como os vestígios do período romano, sobretudo de cronologia Alto Imperial, se conservaram nas áreas que foram escavadas.

Relativamente aos materiais originários de Faro, nomeadamente do local onde se identificou o mosaico do Oceano, os problemas são mais significativos, pois não existe qualquer relatório desta intervenção arqueológica, nem se realizou qualquer publicação dos resultados. As referências existentes dizem respeito aos trabalhos de conservação realizados por parte da equipa do Museu Monográfico de *Conimbriga* (Beloto, 1978, p. 125-139) e a uma primeira descrição do achado (Alarcão *et al.*, 1980, p. 219-232). Em 1985, foi realizado o estudo estilístico do mosaico, no qual foi feita uma abordagem, bastante sucinta, às condições da sua descoberta (Lancha, 1985, p. 151-175). Assim, os dados disponíveis para compreender a sucessão estratigráfica escavada são bastante limitados. As cerâmicas encontravam-se divididas entre duas instituições (Museu Nacional de Arqueologia e o Museu Municipal de Faro), acompanhadas das suas etiquetas, onde se indicava quadrícula, a camada e algumas outras observações acerca do contexto de recolha. Além destes dados, localizaram-se ainda no Arquivo do MNA um conjunto de fotografias, da autoria de J. M. Bairrão Oleiro, assim como uma série de desenhos (cortes e plantas) relativos a determinadas fases dos trabalhos de escavação. A conjugação de todos estes elementos foi bastante difícil.

A cerâmica foi recolhida sem que tenha havido uma selecção de determinadas categorias, e a maior parte mantinha informação da sua proveniência. De um modo geral, neste local obteve-se uma sucessão de ocupação do período romano, que se deverá ter iniciado em meados do séc. I, tendo o local sido abandonado em meados/terceiro quartel do séc. V.

Na intervenção realizada sob direcção de D. Paulo e N. Beja (Paulo e Beja, 2002; 2003), nas instalações do Museu Municipal, obteve-se uma sucessão estratigráfica com uma potência de cerca de 6 m de altura, na qual se documenta uma ocupação desde o séc. IV a.C. até à actualidade. A área escavada foi relativamente reduzida e a identificação de estruturas no interior das sondagens limitou o espaço, dificultando a leitura acerca da natureza dos depósitos e funcionalidade das áreas escavadas.

No que se refere às intervenções realizadas na Quinta de Torre de Ares, a esmagadora maioria do material que foi objecto de estudo na presente dissertação é proveniente da intervenção realizada em 1978 por M. e M. Maia. Os materiais encontravam-se depositados no Museu de Arqueologia desde essa data e ainda por lavar, tendo-se procedido a uma selecção dos fragmentos de cerâmica comum e ânforas que permitiam identificação morfológica e da totalidade dos fragmentos de cerâmicas finas de mesa (*terra sigillata* e paredes finas). Além das etiquetas que acompanhavam as cerâmicas e que forneciam informação acerca do seu contexto de recolha (Sector, Quadrado, camada e outras observações), dispomos de relatório dos trabalhos realizados (Maia e Maia, 1978). Contudo, verificámos lacunas importantes na reconstituição da estratigrafia presente no local, designadamente quando se procurou a conjugação dos dados das etiquetas e das informações que constavam dos relatórios. A perturbação dos níveis arqueológicos parece ser resultante, por um lado dos trabalhos agrícolas realizados no local e, por outro, de intrusões modernas.

A classificação das cerâmicas de mesa (*campaniense* e *terra sigillata*) foi feita com base nas principais tipologias de referência para cada categoria, tendo-se analisado os conjuntos de um ponto de vista não apenas tipológico, mas procurando verificar, igualmente, os diferentes fabricos representados. Deve referir-se que a informação disponível sobre as diferentes categorias cerâmicas é bastante desigual. Efectivamente, se para a *terra sigillata* de tipo itálico se dispõe de uma obra relativamente recente, que reúne os estudos realizados por diversos investigadores (*Conspectus*), para outras categorias as informações são mais limitadas. Também para o vasto

universo das produções anfóricas se assinala a existência de informação muito desigual acerca das diferentes produções existentes neste amplo período de tempo, compreendido entre o séc. II a.C. e o séc. V, e que abarca áreas de produção muito diversificadas, distribuídas por diferentes regiões da bacia do Mediterrâneo, além das produções de âmbito local e regional. O ideal seria dispomos de monografias mais completas, como sucede, por exemplo, para as ânforas do tipo Haltern 70, com o conjunto de estudos que foram realizados a propósito da publicação dos materiais do naufrágio Culip VIII (Carreras Monfort et al., 2004).

Além dos dados tipológicos, procurou-se dar atenção também aos fabricos. Tanto quanto possível procurou-se fazer uma descrição das ânforas distinguindo-se grandes grupos que se tentou relacionar com as áreas de produção conhecidas. A relativa diversidade de fabricos dentro das pastas tidas como provenientes das produções de âmbito local ou regional da Lusitânia, levou à criação de diferentes grupos. Por outro lado, também no caso das ânforas com origem na actual Tunísia, seguiram-se de perto as descrições feitas por M. Bonifay (2004a). No entanto, a tarefa de identificação da sua origem viu-se, em alguns casos, dificultada. A descrição dos fabricos de ânforas é apresentada em anexo.

Esta análise dos fabricos teve grandes limitações, sobretudo que se refere à *terra sigillata* e à cerâmica de verniz negro ou campaniense. Se, por um lado, se verificou que na observação macroscópica, com recurso a lupa de 15X, seria possível uma descrição das principais características das pastas destas cerâmicas, por outro, os seus vernizes ou engobes encontravam-se muito degradados, devido às condições a que estiveram sujeitos no subsolo. Também, os estudos recentes de parte importante destas cerâmicas, sobretudo das cerâmicas de mesa (*terra sigillata* e campaniense), têm chamado a atenção para a necessidade da utilização de métodos laboratoriais, esses sim capazes de identificar distintos fabricos de diferentes áreas de produção.

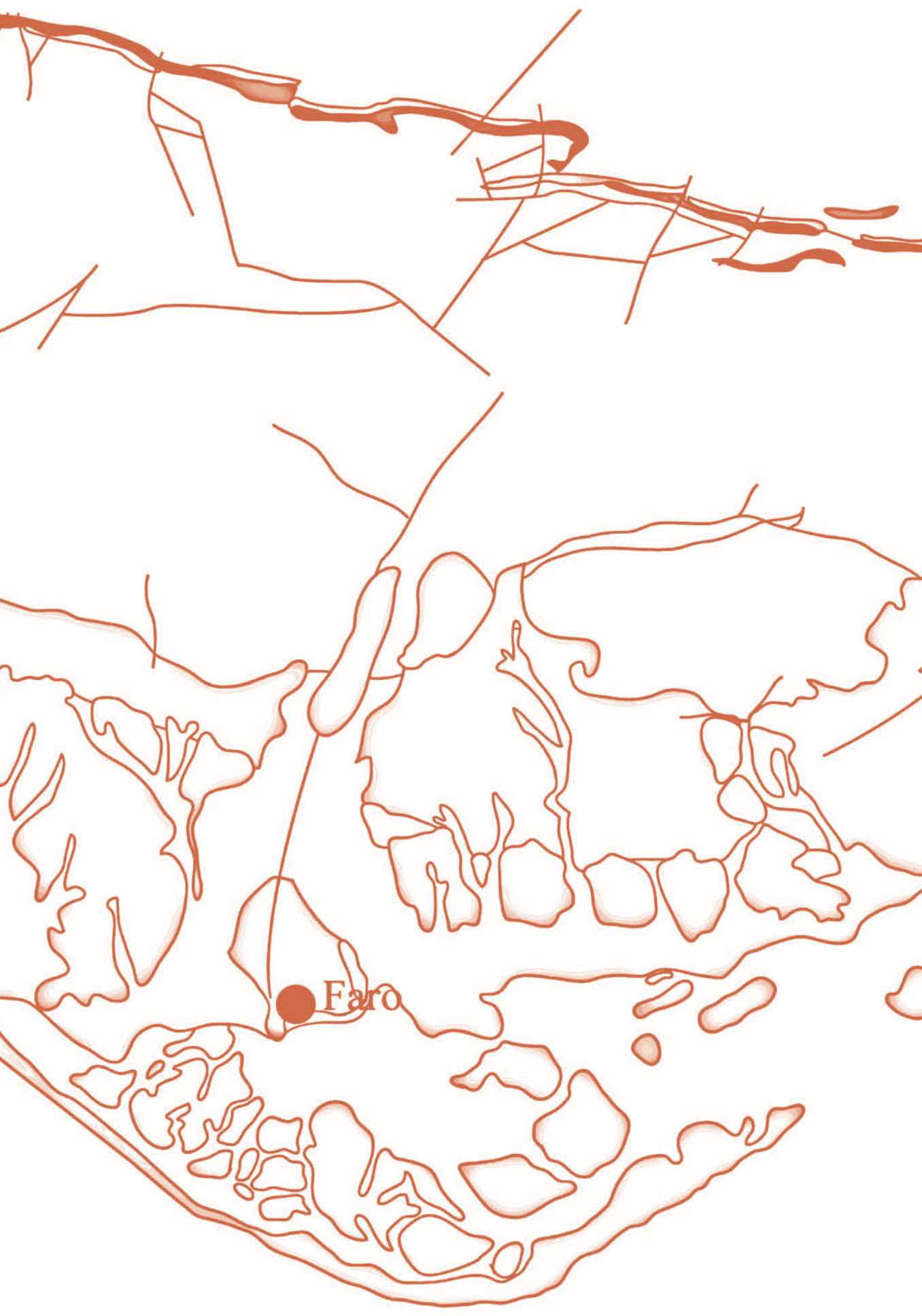
Na abordagem quantitativa, seguiu-se a proposta do Protocole de Beuvray, relativamente à contagem do Número Mínimo de Indivíduos (Protocole Beuvray, 1998). Assim, nos diferentes conjuntos, obteve-se o NMI (Número Mínimo de Indivíduos) através da identificação de um dos elementos caracterizadores de uma determinada forma. Na maior parte dos casos, este elemento identificador corresponde ao bordo da peça, mas pode ser também qualquer outro detalhe tipológico, como carena, moldura, asas, fundo etc. Este método foi aplicado às cerâmicas finas de mesa, seguindo-se para as ânforas a contagem através do número de bordos. A opção por este sistema prendeu-se com o facto de existirem determinados fragmentos de ânforas, como as asas, que são idênticos em diversos tipos de ânforas, o que poderia causar alguma distorção. Apesar de termos assumido esta opção, nunca excluímos a referência a determinados tipos anfóricos que identificámos através exactamente das asas.

No estudo do conjunto de *terra sigillata* sudgálica decorada, optou-se ainda pela apresentação da totalidade dos fragmentos (nº de frag.), indicando-se igualmente o número máximo de indivíduos (nmi), pois considerou-se que uma quantificação que tivesse por base apenas um elemento identificador de determinada forma através do NMI, excluiria muitos exemplares que são particularmente úteis quando se pretende definir a distribuição cronológica destes materiais. Assim, e como será assinalado *infra* indica-se o NMI (Número Mínimo de Indivíduos), calculado normalmente com base nos bordos e, quando se revelou útil, apresentam-se também os valores que constituem o nmi (nmi = número máximo de indivíduos).

Das cerâmicas estudadas, seleccionou-se, para figurarem nas estampas desenhadas, um conjunto de formas que fosse representativo. Todos os desenhos foram realizados à escala natural, tendo as ânforas sido reduzidas para 1:4, as cerâmicas de mesa de formas lisas (campaniense e *terra sigillata*) para 1:3 e a *sigillata* decorada apenas para metade (1:2). As marcas de oleiro, em

*terra sigillata* ou nas ânforas, e os grafitos em cerâmica campaniense foram reproduzidos à escala natural (1:1). Apresenta-se igualmente fotografia dos fragmentos de *sigillata* decorada, das marcas e dos grafitos na escala mais aproximada possível, relativamente ao desenho correspondente. As fotografias da *terra sigillata* decorada são da autoria do Dr. João de Almeida e os desenhos desta categoria cerâmica devem-se à Dra. Tânia Dinis. Os restantes desenhos são da autoria da signatária, da Dra. Tânia Dinis e da Dra. Andreia Maia. Um conjunto numeroso de ânforas do Museu de Faro foi desenhado por Nuno Teixeira.

## Enquadramento geográfico





### 1.3. Enquadramento geográfico

É um dado assente que nas suas condições naturais o território hoje português não constitui uma realidade diferenciável da vizinha Espanha, assentando a sua individualidade, essencialmente, no que as comunidades humanas puderam forjar ao longo dos tempos.

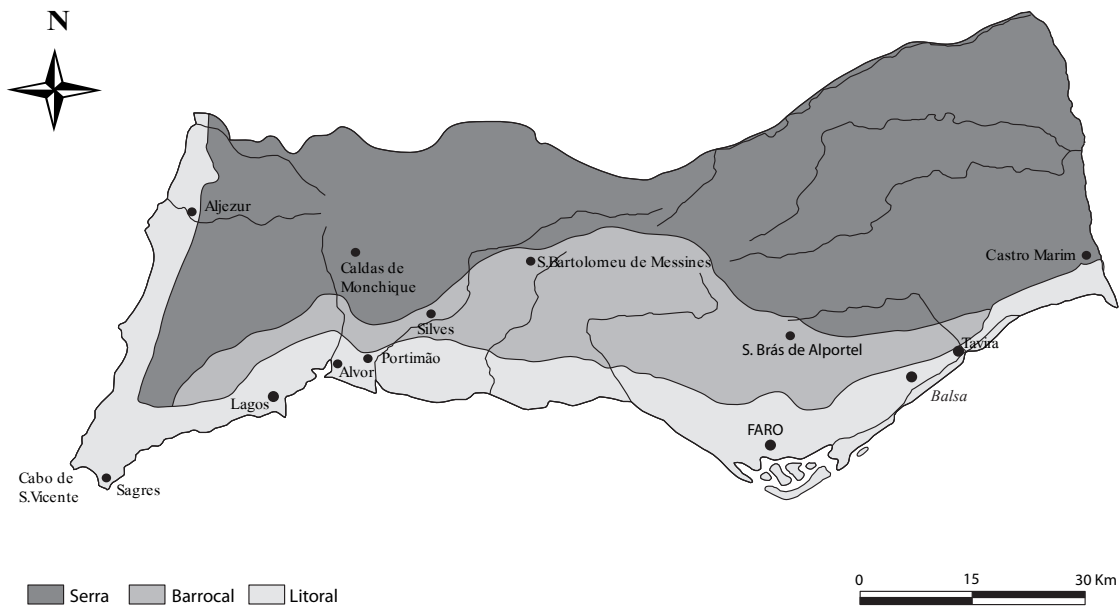
Apesar da diversidade que a sua paisagem encerra, o território algarvio constitui uma realidade geográfica individualizada e una, que se encontra bem delimitada pelo mar, a sul, e pelo conjunto de acidentes geográficos, a norte (Serra) (**Figura 1**).

Dentro dos seus limites, diferenciam-se, pelas suas características geomorfológicas climáticas e de coberto vegetal, as regiões do litoral, barrocal e serra (**Figura 2**). A serra, também designada por Alto Algarve, corresponde à região menos povoada e encontra-se marcada por formações geológicas mais antigas, que determinaram a formação de um relevo acentuado, constituído pelo complexo xisto-grauváquico. “Étroite bande de terrain isolée de l’intérieur par la Serra, l’Algarve n’est en rapport avec le reste du monde que par la mer” (Feio, 1949, p. 111). Esta área constitui uma barreira que dificultou, ou impediu mesmo, a circulação entre o Algarve e o Baixo Alentejo, circunstância que condicionou fortemente toda a vida das comunidades algarvias durante a Antiguidade. A natureza dos solos, aliada ao relevo, propiciou um coberto vegetal espontâneo específico. Por outro lado, a natureza das rochas deu origem a uma rede hidrográfica marcada por vales profundos (Trindade, 2007, p. 30).

O barrocal corresponde à região intermédia, que se encontra em estreita relação com o litoral e a serra, estendendo-se, longitudinalmente, por todo o território algarvio, excepto no extremo ocidente e na região a oriente de Tavira. Trata-se de uma área caracterizada por solos calcários, argilas e arenitos, onde ocorrem plantas arbustivas de matriz mediterrânea, e cujos solos favorecem a existência de pomares. Como complemento, esta área recebeu igualmente o plantio de hortas e, em menor escala, de cereais.



Figura 1 – Localização geográfica do Algarve.



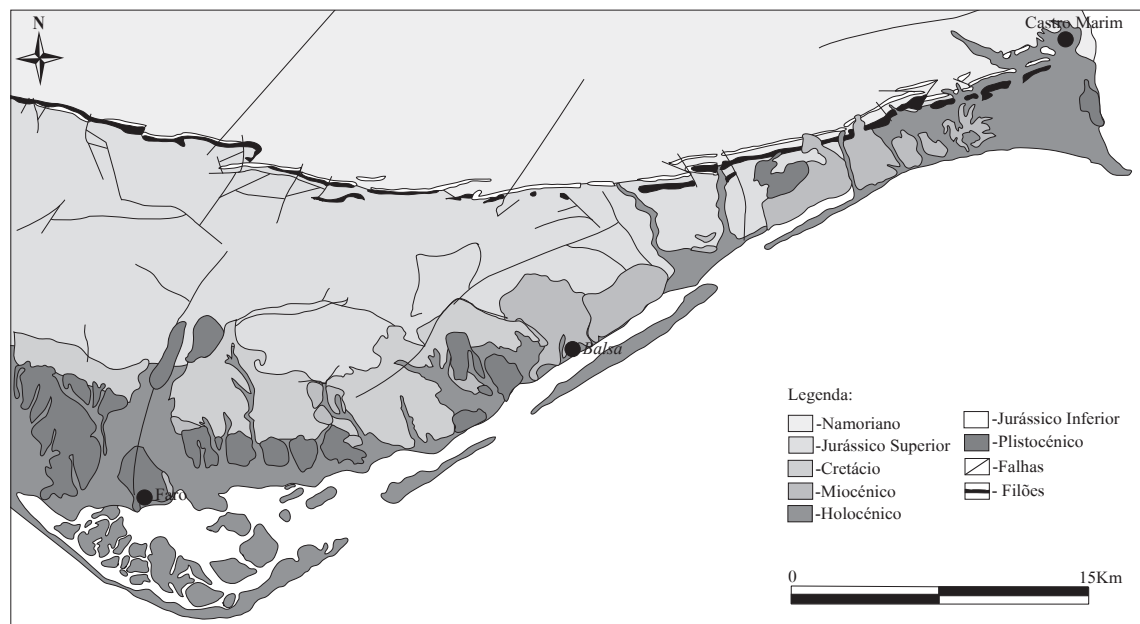
**Figura 2 – Unidades geomorfológicas do Algarve.**  
Base cartográfica Gouveia, 1983 (adaptado de Trindade, 2007).

Do ponto de vista da caracterização geológica, a região do barrocal “é constituída por rochas mesozóicas essencialmente carbonatadas que assentam em discordância angular sobre o soco paleozóico”. As rochas carbonatadas caracterizam-se por um modelado cárstico bastante variado (lapiás, dolinas, uvalas, vales secos, poljes e grutas) (Trindade, 2007, p. 31).

O litoral constitui a razão de ser de toda a região algarvia, funcionando como uma verdadeira “plataforma logística”, nas palavras do geógrafo J. Gaspar, pelos recursos que disponibiliza, mas também pela possibilidade que oferece à navegação e ao comércio (1993, p. 176). Já anteriormente, M. Feio destacara esta “atração” que o mar exerceu sempre sobre o homem “algarvio”, mostrando que o recrutamento de pescadores se fez, em muitos casos, entre a população agrícola, sendo a pesca, uma actividade que foi raramente exercida em regime de exclusividade: “Le paysan est amphibie” (Feio, 1949, p. 125-126). Esta “atração” manifesta-se ainda na distribuição do povoamento, que é significativamente mais concentrado nesta faixa litoral e se traduz na implantação dos principais núcleos urbanos, que, no passado como nos dias de hoje, privilegiaram o acesso ao mar.

O fraco relevo e a “ausência da maldição das superfícies pedregosas”, por um lado, e o clima e os recursos aquíferos, por outro, transformam o Algarve Litoral numa área de elevada potencialidade agrícola (Cavaco, 1976, p. 19). É igualmente no Algarve Litoral que tem lugar uma paisagem dominada por hortas e pomares de regadio, com campos de cultivo onde dominam as árvores (amendoeiras, figueiras, alfarrobeiras e oliveiras), pouco restando para o plantio de cereais e leguminosas, que apenas se desenvolveram como complemento às culturas arbóreas.

O território algarvio possui alguns recursos em matérias primas não metálicas, como os calcários, dolomitos e rochas ornamentais, mas não dispõe de boas argilas devido aos elevados teores de alcalino terrosos (de 5 a 12%), que estas apresentam, ou de areias (Oliveira et al., 1992, p. 84). A maior parte das explorações que se conhecem na actualidade concentram-se nas “formações mesozóicas, principalmente na unidade de pelitos, calcários e evaporitos de Silves, do Retiniano/Hetangiano (10 explorações) (Manuppella et al., 1985 *apud* Trindade, 2007, p. 88). Como se refere na notícia explicativa da Carta Geológica de Portugal, “A megassequência sedimentar da Bacia Algarvia é predominantemente carbonatada e os únicos sedimentos terrígenos suscep-



**Figura 3 – Geologia do Algarve central e oriental.**  
Base cartográfica: Carta Geológica de Portugal (Oliveira et al., 1992) e Trindade, 2007 (adaptado).

tíveis de se utilizarem como fonte de matéria-prima para a indústria do barro vermelho situam-se no Complexo Evaporítico de Silves, na Formação Telheiro e em unidades cretácicas” (Oliveira et al., 1992, p. 84).

O estudo recente acerca das argilas da bacia algarvia, que procurou fazer uma caracterização das suas transformações térmicas, quer do ponto de vista geoquímico quer mineralógico, confirmou que são apenas as argilas ditas comuns, as que se conhecem actualmente nesta região (Trindade, 2007) (**Figura 3**).

Referindo-se às olarias da baía gaditana da época romana republicana, Lagóstena Barrios afirma que aquela região beneficiou, na sua formação geológica, da formação de depósitos calcários e argilosos, fenómeno que, segundo o autor, condicionou fortemente a escolha deste local para a instalação de olarias (Lagóstena Barrios, 1996a, p. 12), aspecto que diverge do que sucedeu no litoral algarvio.

O litoral meridional algarvio apresenta alguma diversidade do ponto de vista da litologia e da morfologia, sendo composto por um sector ocidental (Barlavento) que se caracteriza, genericamente, pela presença de arribas talhadas em rocha dura de formação mesozóica e cenozóica; e por um sector oriental (Sotavento), onde a costa é “formada por arribas arenosas talhadas na rocha branda e de menor altura, atribuídas ao Pliocénico e Plistocénico e com extensas praias de areias holocénicas” (Trindade, 2007, p. 31). Além da litologia, do relevo e dos solos, a distinção entre Barlavento, Centro e Sotavento observa-se, no entender de C. Cavaco, igualmente em outros factores como “no clima, nas tonalidades de vegetação espontânea e cultivada, nos tipos de costa e nas orientações da vida marítima” (Cavaco, 1976, p. 20). Relativamente à diferenciação geográfica leste-oeste na área costeira, considera-se que, apesar da distinção evidente entre uma vertente ocidental dominada por arribas e uma vertente oriental que se caracteriza pela existência de restingas com formação lagunar, “As potencialidades portuárias e marítimas são todavia semelhantes: portos abrigados nos estuários e nos canais da ria, mas sempre de difícil acesso através de barras de areia instáveis; posições costeiras sobre os braços da laguna e sobre praias arenosas convidando à pesca; extensões de areia fina, junto dum mar calmo durante um largo estio, atraindo veraneantes” (Cavaco, 1976, p. 21-22).

Outro aspecto importante a considerar quando se pretende fazer uma caracterização, mesmo que sumária, dos aspectos mais relevantes da geografia da costa algarvia, diz respeito à formação da linha costeira tal como hoje a conhecemos e aos factores que exerceram e ainda exercem influência a sua transformação. Segundo S. Daveau, o estudo da evolução recente do litoral (desde há 20 000 anos) mostra que ocorreram importantes modificações que correspondem à transgressão flandriana, resultante da subida geral do nível do mar (há cerca de 5000 anos), que determinou a sua posição actual e “à colmatagem e regularização que a estabilização aproximativa do nível do mar durante os últimos milénios tornou possível” (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1987, p. 99). A transgressão holocénica foi responsável pela formação da estrutura de ilhas-barreira, como a da Ria Formosa.

Apesar da discussão que ainda se mantém na comunidade científica relativamente à data em que as transformações ocorreram e ao nível que o mar atingiu, tudo aponta para a “(...) elevação muito rápida do nível do mar iniciada há cerca de 10 000 anos, com intenso preenchimento dos vales estuarinos; passados poucos milénios as razões de subida começaram a amortecer até que o nível do mar atingiu valores próximos do nível actual” (Dias, 2004, p. 165). Em consequência da subida rápida do mar, assistiu-se à retracção da linha de costa para o continente e à formação de vastos sapais, como consequência da evolução das zonas vestibulares dos rios (Trindade, 2007, p. 83).

A evolução da costa meridional do Algarve levou à formação de um amplo sistema lagunar, hoje designado por ria Formosa (que inclui a ria de Faro), com um cordão litoral que começa a este de Quarteira e se prolonga até a Cacela. Nesta área existem várias ilhas-barreira, canais e restingas, que limitam e protegem o acesso à costa. A formação deste sistema deve-se essencialmente ao transporte de areias que, na costa meridional, se faz de oeste para este, areias estas que resultam da abrasão das arribas entre S. Vicente e Quarteira e, em menor grau, dos rios que desaguam na costa (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1987, p. 48). No seu percurso, estas areias transportadas vão acumular-se no litoral da Andaluzia Ocidental (areias Gordas) (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1987, p. 97).

Outros factores, como a Neotectónica, devem igualmente ser considerados nas transformações ocorridas na costa algarvia. A proximidade desta região da fronteira das placas Açores/Gibraltar explica a incidência sísmica no território algarvio, sendo a actividade neotectónica marcada por um “(...) levantamento regional e por um predomínio de falhas mesoscópicas, de orientação variada, com componente dominante de movimentação inversa (...)” (Cabral, 2004, p. 49). Por outro lado, além dos efeitos causados pelos sismos, deve associar-se igualmente, para as áreas litorais, o efeito de *tsunamis*. Estes fenómenos encontram-se identificados para as épocas históricas e estão bem documentados, sobretudo, no que se refere ao terramoto de 1755, mas infelizmente não existem dados concretos para datas anteriores.

Como refere M. J. Trindade, “(...) a morfologia do sistema de ilhas-barreira está constantemente a ser modificada pela acção do mar através de galgamentos mais ou menos intensos ao longo do ano, dependendo da sua associação ao regime normal de marés ou em períodos de tempestade (Matias, 2006)” (Matias, 2006 *apud* Trindade, 2007, p. 32). Assim, apesar da sua formação ser bastante antiga, deve associar-se às ilhas barreira uma certa instabilidade, que teve, certamente, reflexos nas condições portuárias dos diferentes núcleos urbanos e, portanto, no seu maior ou menor desenvolvimento. Segundo Terrinha (1998), citado por Trindade “do ponto de vista estrutural, a Baía Algarvia [seria] formada por duas bacias distintas super impostas, uma de idade mesozóica e outra cenozóica” (Trindade, 2007, p. 36).

Na Antiguidade, como no passado mais recente, as condições de acesso aos portos modificaram-se progressiva e/ou subitamente e ditaram o maior ou menor desenvolvimento das respectivas cidades.

M. Feio distingue três portos principais: Vila Real de Santo António, Faro-Olhão e Portimão, indicando que os restantes, como Lagos, Silves e Tavira se encontravam, em meados do séc. XX, inacessíveis à navegação (Feio, 1949, p. 137-138). Refere ainda o primado da exportação sobre a importação, marcada sobretudo pelas conservas de peixe, frutos secos, pirites de S. Domingos, peixe em salmoura, sal, alfarrobas, linho em bruto e trabalhado (Feio, 1949).

Na evolução das cidades algarvias do séc. XVI, após desenvolvimento inicial da cidade de Lagos, assiste-se, posteriormente, a uma maior relevância da cidade de Tavira, que, mais tarde, devido ao assoreamento do porto, entra igualmente em decadência, numa altura em que Faro começa a desenvolver-se (Gaspar, 1993, p. 179). Tal como poderá ter sucedido na antiguidade, o apoio logístico que a região prestou às praças portuguesas do Norte de África jogou igualmente um papel relevante neste contexto.

Como se referiu *supra*, a área que foi delimitada para o presente estudo integra as sub-regiões identificadas com o Algarve Central, onde se localiza a cidade de Faro, e o Algarve Oriental, onde se situa *Balsa* e *Baesuri*, e que merecem ainda uma leitura mais aproximada das características específicas da sua implantação, do ponto de vista geográfico.

A cidade de Faro, na área correspondente ao centro histórico delimitado actualmente pelo recinto muralhado, encontra-se numa pequena elevação que não ultrapassa os 20 m, de configuração circular, que se encontrava, na Antiguidade, rodeada de água, estando ligada a terra firme apenas na sua vertente noroeste (**Figura 4**).

Estrabão, autor clássico que terá escrito a sua Geografia na viragem da Era, descreve genericamente as características da costa, referindo que os esteiros que a recortam têm a mesma função que os rios, indicando que muitas cidades foram fundadas indistintamente nas margens de ambos, como sucede com *Asta*, *Nabrissa*, *Onoba*, *Ossonoba*, *Menoba* e muitas outras (III, 2, 5).

A paisagem descrita por Al Razi, no séc. X, recorda que “Santa Maria do Garbe está situada numa ponta que avança pelo Atlântico e os seus muros são banhados pelas águas na maré cheia. É uma cidade de importância média com um território cujo solo é de boa qualidade” (Coelho, 2008, p. 46).

Apesar do necessário cuidado na leitura das representações da cartografia antiga, destaca-se o Atlas del Rey planeta, datado do séc. XVII, concretamente na parte que mostra a costa algarvia em que é bem visível o seu recorte. Relativamente à implantação da cidade de Faro, esta situa-se na margem direita de uma ampla área estuarina, incluída no interior de uma cerca defensiva, mostrando-se igualmente a área portuária nessa mesma margem (Pereda e Marías, 2009).

Ainda no séc. XIX, a cidade é descrita por Pinho Leal como estando localizada numa planície arenosa, na foz do rio ou esteiro de Valle Formoso, a que se chega atravessando a ponte do Rio Seco. “O Rio é formado por um braço de mar, que se mette entre o areal chamado Ilha, e a terra firme” (Leal, 1874b, p. 141). Além desta ribeira ou esteiro, existiriam, igualmente, outros cursos de água, como por exemplo, a ribeira de Lethes, que passava na Pontinha, no entroncamento da R. de Santo António com a praça da Liberdade, onde se encontrava uma ponte desde o séc. XIX (Gamito, 1997, p. 347). O registo fotográfico do século XIX mostra embarcações junto às muralhas (**Figura 5**).

O porto de Faro, ou mais tarde o de Faro-Olhão, sempre foi dos principais da costa algarvia, apesar das dificuldades inerentes à sua posição devido ao cordão litoral. Efectivamente, para ser possível a passagem de embarcações de maior tonelagem, tornou-se necessário, em meados do séc. XX, a abertura de uma passagem artificial (Feio, 1949, p. 137).

Do ponto de vista da geologia, esta corresponde a uma área onde dominam formações do Holocénio, constituídas por terrenos de aluvião, areias e lodos, e do Plistocénio, apresentando nomeadamente areias e cascalheiras de Faro-Quarteira (Oliveira, 1992, Folha 8).







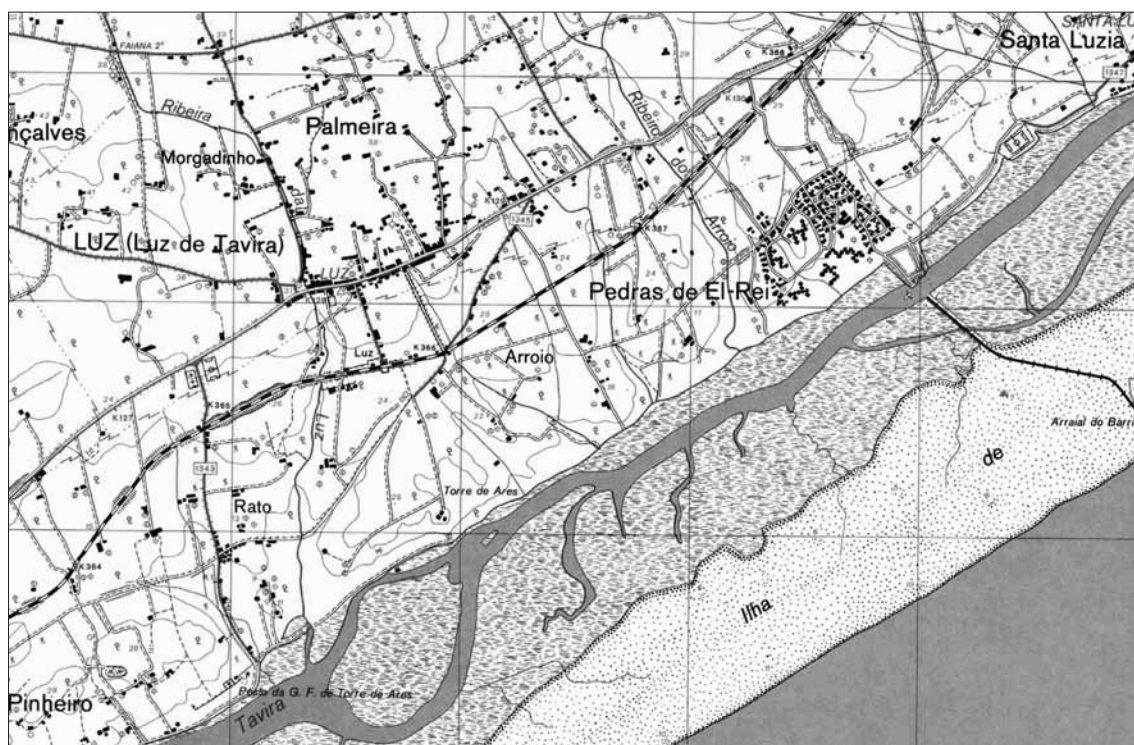


Figura 6 – Quinta de Torre de Ares (Balsa).  
Carta Militar 1:25 000. Folha 608. Serviço Cartográfico do Exército.



Figura 7 – Castro Marim na Carta Militar 1:25 000. Folha 600. Serviço Cartográfico do Exército.

O local onde se implantou a cidade de *Balsa* corresponde, em linhas gerais, à área da Quinta de Torre de Ares e Quinta das Antas (**Figura 6**). A altitude máxima do pequeno planalto em que se implantou é de cerca de 17 m, onde actualmente se situa a casa principal da Quinta de Torre de Ares. Parte importante da cidade deve ter-se desenvolvido junto à linha de costa e nas margens dos pequenos cursos de água que cruzam a área, como as ribeiras da Luz, das Antas e de Xareca, que teriam certamente um caudal superior ao actual. Nesta área, a ilha-barreira apresenta uma largura menor que a que está em frente da cidade de Faro, mas coloca as mesmas questões. Por um lado, a costa permaneceu protegida por esse cordão litoral, formando-se uma laguna rica em recursos marinhos, por outro, apesar da estabilidade desse cordão, pode assistir-se, devido a inúmeros factores, a fenómenos que modificam as condições de acesso ao mar através dos canais.

A leitura da Carta Geológica permite verificar que esta área se caracteriza por diversas formações: do Holocénico onde pontuam terrenos de cascalheiras, terraços e tufos calcários; do Plistocénico, com areias e cascalheiras de Faro Quarteira; e do Pliocénico (Oliveira, 1992, Folha 8).

O Castelo de Castro Marim, hoje identificado com a antiga *Baesuri*, situa-se numa colina de forma tendencialmente circular, com uma altimetria que não excede os 42 m (**Figura 7**).

Localiza-se na margem direita do Guadiana, a cerca de 6 km da sua foz. Actualmente esta região encontra-se marcada por uma área de terra firme e de sapais, que se desenvolvem para ocidente e para sul (hoje Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António), junto à margem do rio. Destacam-se os Esteiros da Lezíria e da Carrasqueira como principais linhas de água, que derivam do Guadiana e atravessam os campos, para ocidente, a sul do actual núcleo urbano.

A vila foi porto marítimo, referindo-se Pinho Leal, ainda no séc. XIX, ao facto de Castro Marim comunicar directamente com o rio através de um esteiro “(...) que permite que as embarcações fundeiem no bairro da Ribeira, ao sopé do castello” (Leal, 1874a, p. 209). Este porto era ainda utilizado em 1895 quando Leite de Vasconcelos realizou a sua “excursão archeologica” que descreveu nas páginas de *O Arqueólogo Português*. Na sua chegada, vindo de Mértola até Castro Marim, pelo Guadiana, registou a vitalidade das actividades do porto: “O movimento do caes, a alegria do local, as aguas historico-archeologicas do rio, e principalmente a minha imaginação, qua andava repleta de cousas antigas, tudo me punha deante dos olhos naquella occasião a epocha em que das *naves onerariae* desembarcavam os *mercadores* romanos, que vinham buscar os nossos figos e o nosso atum, tão gabado por Estrabão, e em troca deixavam pelas cidades do Algarve os lindos vasos samios historiados, [*terra sigillata*], que ainda lá aparecem a cada passo aos bocados, pelos campos, e cujos restos eu sempre procuro com tanta cobiça, quando ando nas minhas pesquisas archeologicas!” (Vasconcelos, 1900a, p. 246).

Do ponto de vista da geológico, o Castelo de Castro Marim “implanta-se numa região de depósitos quaternários, entre os xistos do maciço antigo a Norte, os calcários do Oligoceno e as rochas eruptivas da orla, a Oeste” (Arruda, 2000, p. 4-16).

Torna-se muito difícil reconstituir a paisagem circundante da área do Castelo na Antiguidade, sendo certo que seria igualmente marcada por zonas de sapal e por esteiros que possibilitariam uma ligação directa ao Guadiana, cujo percurso seria certamente diverso do que actualmente se observa. Estudos preliminares realizados pela Universidade do Texas propõem uma reconstituição da paisagem circundante do Castelo de Castro Marim, apontando para que a elevação onde se encontra o Castelo se encontrasse rodeada de água em todo o seu redor, com excepção da vertente ocidental. A área portuária devia localizar-se na reentrância da elevação do castelo (a NE), na margem do amplo estuário que o Guadiana deveria constituir (Wachsmann et al., 2009).

Por outro lado, a investigação levada a efeito no quadro do projecto de investigação no quadro da FCT dirigido por Ana Margarida Arruda acerca de Castro Marim na Antiguidade (Projecto Marcas POCTI/38334/HAR/2001) comportou estudos de Paleo-Etno-Botânica que pretendiam

reconstituir o meio ambiente envolvente da área do antigo núcleo urbano. Estes estudos, que foram levados a efeito pelo CIPA, tiveram por base os dados recolhidos durante a escavação e permitem reconhecer as principais espécies vegetais que cobriam esta região desde a fase mais recuada da Idade do Ferro até ao período romano (Fase VI) (Queiroz et al., 2006). Assim, num conjunto de 36 carvões de várias espécies arbóreas e arbustivas verifica-se que quase metade das amostras (47.22%) corresponde ao Freixo (*Fraxinus angustifolia*), seguido do Pinheiro manso (*Pinus pinea*) (22.22%), sendo igualmente abundante a pequena árvore vulgarmente designada por Pilriteiro, de frutos comestíveis (*Rosaceae Maloidea cf. Crateagus*) (22.22%) (Queiroz et al., 2006). O pinheiro bravo (*Pinus sp*) e o carvalho (*quercus sp.*) encontram-se igualmente representados, embora apenas por 5.56% e 2.78% das amostras estudadas (Queiroz et al., 2006). Efectivamente, o Freixo constitui uma espécie que necessita de abundante água (Queiroz et al., 2006, p. 11), aspecto que é compatível com a paisagem que circunda o Castelo de Castro Marim.

Os restantes dados estudados correspondem a 118 amostras de frutos e sementes carbonizados, na sua maioria de escamas (61.86%) e sementes (2.54%) de Pinheiro Manso (*pinus pinea*). Igualmente significativa é a existência de gramíneas, como a aveia (*hordeum*) 33,05%, sendo menos expressivo, neste conjunto, a presença de trigo (*tritium*), com apenas 0.85%, e de leguminosas, como a favinha (*vicia faba minuta*), que regista escassos 1,69% (Queiroz et al., 2006).





# Povoamento e economia do Algarve



## Enquadramento político-administrativo



## 2.1. Enquadramento político-administrativo do sul da Lusitânia

### 2.1.1. O Algarve nas fontes antigas

#### 2.1.1.1. Fontes literárias e numismáticas

Na sequência do domínio romano de parte da Península Ibérica, foi criada, em 197 a.C., a província da *Hispania Ulterior*. Contudo, nesta fase o centro nevralgico desta província encontrava-se mais a oriente, dominado pelo vale do Guadalquivir, que, pela sua riqueza e fertilidade se constituía, há muito, numa área fortemente urbanizada. Nos momentos iniciais da ocupação romana, esta região, que possuía uma importante população emigrada de origem itálica, contrastava com a vertente mais ocidental, praticamente ignorada pelas fontes escritas.

A análise das referências escritas, das cunhagens locais republicanas e dos dados epigráficos constitui um aspecto incontornável para quem se debruce sobre qualquer aspecto da história antiga do Algarve romano. O estudo destes documentos deve fazer-se tendo presente as suas limitações e procurando uma leitura crítica que atente a cada período concreto e ao seu contexto histórico.

A obra de Estrabão desenvolve-se em diversos livros, sendo o terceiro dedicado à Ibéria. O autor grego escreve nas primeiras décadas do séc. I d.C., relatando uma realidade que se pode situar no séc. II-I a.C. Ao contrário de outras regiões com que Estrabão contactou directamente, relativamente à Ibéria baseou-se, em parte, nos trabalhos anteriores de Artemidoro de Éfeso e de Posidónio. Este último teria estado no sul da península, tendo permanecido durante algum tempo em Cádiz. Por seu turno, sobre Artemidoro de Éfeso, que se viria a fixar em Alexandria no séc. II a.C., refere-se que navegou até ao Promontório Sacro, o Cabo de S. Vicente (Gautron, 2006, p. 55-60).

Recentemente, foi descoberto um papiro, cuja autenticidade tem dividido a comunidade científica, e que corresponderia à cópia de um dos mapas de Artemidoro e a parte das descrições que realizou, tendo este novo documento permitido uma série de novas observações. Por um lado, defende-se, como destaca B. Kramer: “Artemidoro, como verdadeiro investigador, navegó personalmente por las costas del Mediterráneo hasta el Atlántico y publicó una descripción del orbe en once libros” (2005, p. 22). Artemidoro apresenta a descrição da Península (Hispania e Ibéria surgem como sinónimos), utilizando para tal a forma do quadrilátero, referindo as divisões político-administrativas e apresentando, seguidamente, um itinerário costeiro, onde destaca determinados aspectos geográficos e aponta as cidades mais importantes, indicando também as distâncias entre elas (Kramer, 2005, p. 24).

Por outro lado, outros autores, entre os quais se destaca L. Canfora, têm negado a sua autenticidade afirmando que o texto corresponderia a um resumo da obra de Artemidoro produzido por Marciano (Guerra, 2007, p. 319-322).

Quanto ao mapa, propriamente dito, é descrito por Kramer como uma rede de linhas, na sua maioria horizontais e paralelas entre si, assinalando-se a posição de alguns pontos, sendo inegável a sua semelhança com a *Tabula Peutingeriana*, embora menos esquemática (2005, p. 25). A dificuldade na identificação da parte do mapa reproduzida mantém-se, apesar de se aceitar que se trata de uma porção de Espanha (Kramer, 2006, p. 108).

Interessa, particularmente, na descrição da Península Ibérica, a referência à costa algarvia, conjugada com as distâncias apresentadas, em estádios. Apesar do texto se encontrar muito des-

truído, podem ler-se os nomes de dois topónimos entre *Onuba* estuarina (Huelva) e o Promontório Sacro (Cabo de S. Vicente). Trata-se das cidades de *Ipsa* e *Cilibes* que correspondem a Vila Velha (Alvor) e Silves/Cerro da Rocha Branca, localizadas através das cunhagens monetárias (Kramer, 2005, p. 27-28). No papiro, estas cidades encontram-se situadas a este de um estuário, de cujo nome apenas conserva a inicial A- o que levou inicialmente Kramer a considerar tratar-se de *Anas* (?) (Kramer, 2006, p. 104 e 105). Seguindo esta leitura, as cidades ficariam localizadas a este do Guadiana, quando os achados monetários correspondentes apontam para sítios da costa algarvia. Por outro lado, a referência que se faz a *Salacia* noutra passagem do texto, tem sido apontada pelos defensores da falsidade do documento, uma vez que a designação do topónimo ao tempo de Artemidoro deveria ser *Beuibom* e não *Salakeinoi* (Guerra, 2007, p. 321 e ss).

Na sua Geografia, Estrabão recorreu a diversos instrumentos de retórica para permitir ao leitor da obra uma mais correcta percepção do espaço geográfico. No caso da Ibéria, começou o seu relato com uma imagem gráfica, a da pele de um boi, que permite obter uma ideia geral da sua configuração (Cruz Andreotti, 2007, p. 59 (p. 44 – 66). Enquanto herdeiro de uma longa tradição anterior, Estrabão seguiu um esquema descritivo já conhecido, em que o sistema oro-hidrográfico serve de base à organização do discurso, no interior de cada região, e para delimitar as diferentes entidades étnicas (Cruz Andreotti, 2007, p. 62).

Numa primeira passagem, Estrabão apontou o Promontório Sacro como o ponto mais ocidental da Europa e de todo o mundo habitado (III, 1, 4). Afirmou que os confins da Ibéria se estendem desde aí, designando como *Cuneus* o promontório que se projecta dentro do mar e que é comparado a uma embarcação (III, 1, 4).

Seguindo a ordem do texto estraboniano, indica-se também que o litoral adjacente ao cabo de S. Vicente é o início do lado ocidental da Ibéria, que vai, por um lado, desde a desembocadura do Tejo até ao começo do lado meridional, e, por outro, até ao rio *Anas* (III, 1, 6). Neste território, assinalou sobretudo o percurso dos principais rios, referindo-se à zona entre o Tejo e Guadiana, onde situou populações na sua maior parte célticas e lusitanas, considerando-a regularmente fértil. Distinguiu esta região da que se lhe segue para oriente pela sua riqueza e excelência dos seus bens, terrestres e marítimos, afirmando que é banhada pelo *Betis* (rio Guadalquivir). Nomeou-a Bética, devido à designação do rio, e Turdetânia, pelo povo que a habita (III, 1, 6).

Nesta primeira referência à Turdetânia, a identificação com a Bética é clara, dizendo que foi habitada por um povo, os turdetanos, que teria fama de ser dos mais sábios da Ibéria (III, 1, 6), situando-a a oriente do rio Guadiana e, para Este, até à Oretania, desde a desembocadura do *Anas* até às colunas de Hércules (Estreito de Gibraltar). Quando descreveu a região do estreito de Gibraltar, mencionou especificamente o local onde se faria a travessia para África, e indicou que teria mercado e salgas de peixe (III, 1, 8). Ficamos também a saber que o *Betis* teria duas desembocaduras, tal como o *Anas* e, neste último, ambas navegáveis (III, 1, 9).

Mais adiante no seu texto, Estrabão identificou a Turdetânia com toda a região entre o cabo sagrado e as colunas, e, nesse contexto, foi feita referência à costa que é marcada pelos estuários dos rios, em grande medida navegáveis (III, 2, 4). Quando se refere às populações incluiu também na Turdetânia os povos que ocupavam o outro lado do *Anas* e muitos outros (III, 2, 1). Esta passagem “explica la inclusión entre las ciudades “turdetanas” de *Ossonoba* o las estribaciones de Cástulo, por ejemplo” (Cruz Andreotti, García Quintela e Gómez Espelosín, 2007, p. 164, nota 7). Esta diferente apresentação dos limites da Turdetânia é explicada pelos reajustes recentes das próprias fronteiras provinciais. “De esta manera la Turdetania en sentido amplio, aquella que trespasa la frontera natural del Guadiana – y que habría que poner en relación con una Lusitania al norte del Tajo (III, 3, 3) – sería el reflexo de las modificaciones en las fronteras provinciales del 27 a.C.; en cambio, la Turdetânia en sentido estricto, que absorbe a los bástulos pero que se queda en el Guadiana, habría que leerla como la *Hispania Ulterior Baetica* tras las reformas del 7-2 a.C. (...)” (Cruz Andreotti, García Quintela e Gómez Espelosín, 2007, nota 6, p. 164).

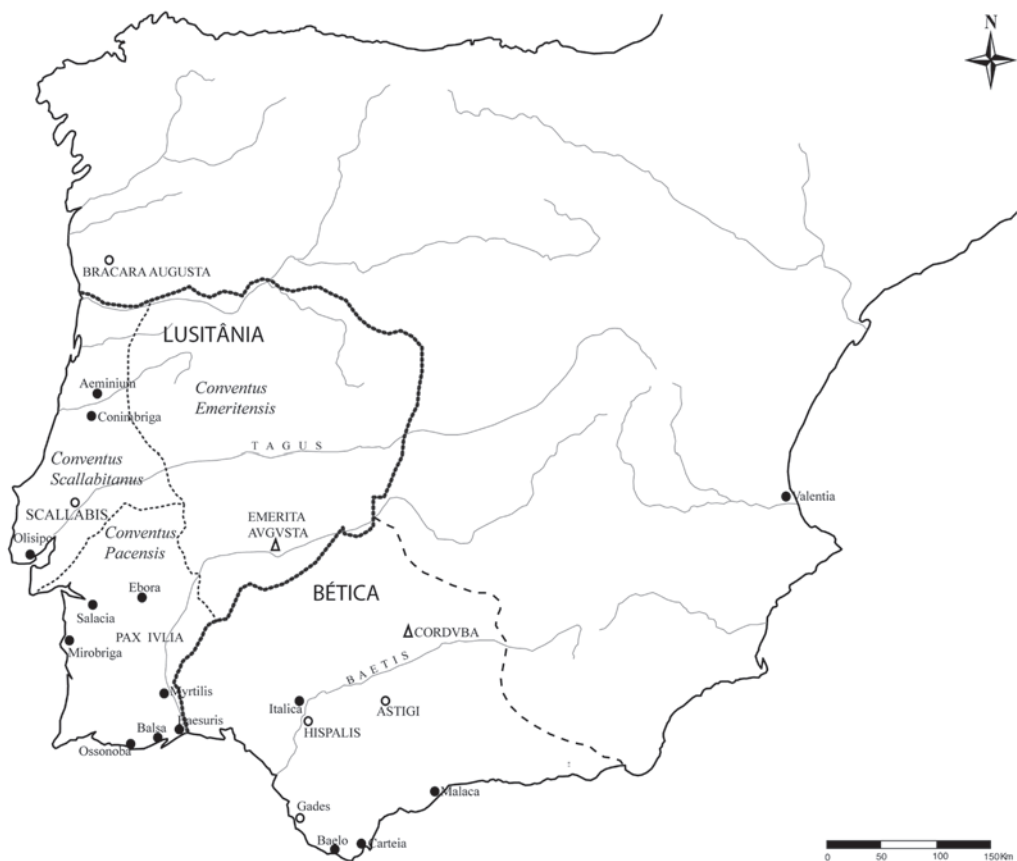


Figura 8 – Mapa da Península Ibérica com os limites da Lusitânia. Base cartográfica (Carte, 1990).

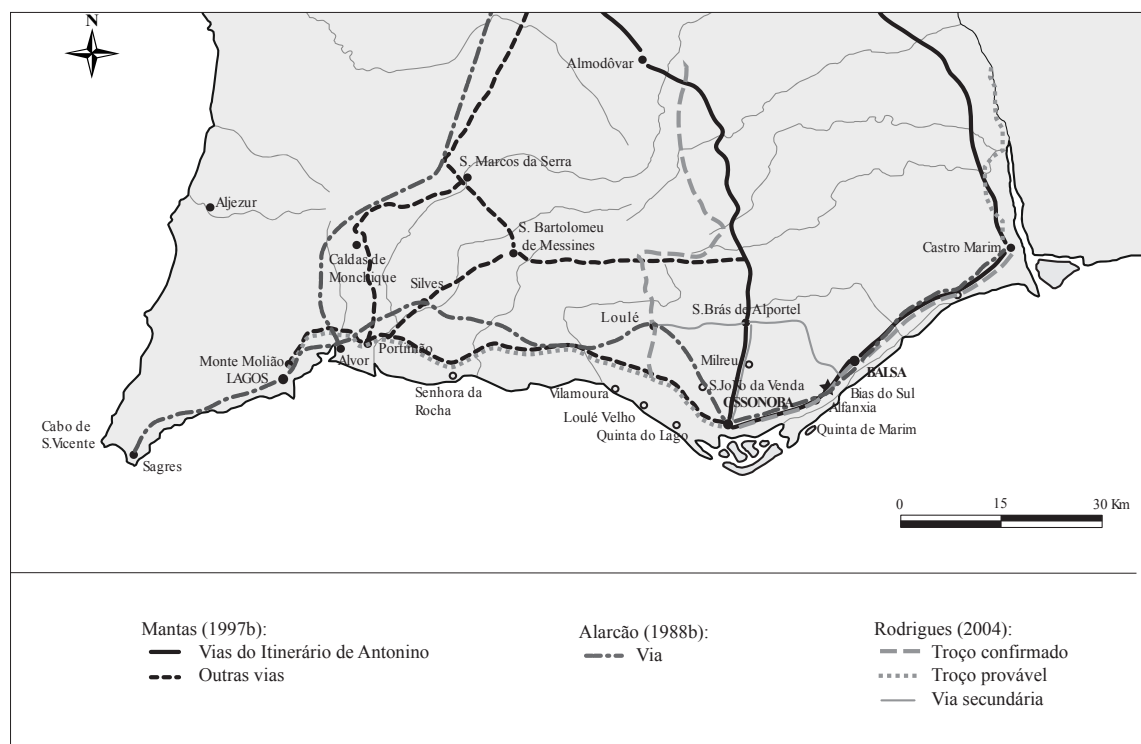


Figura 9 – Mapa das vias do Algarve romano, segundo Alarcão (1988b); Mantas (1997b, Fig. 2) e Rodrigues (2004). Base cartográfica segundo Mantas (1997b), adaptado.



Esta assumpção parece correcta, tanto mais que a investigação arqueológica recente sobre o período pré-romano destas regiões comprova também que ambos lados do Guadiana partilharam o mesmo esquema cultural que se reflecte em (...) “um conjunto muito significativo de tipologias e funcionalidades, de implantações e também de artefactos, centros exportadores, hábitos de consumo e actividades económicas” (Arruda, 1999-2000; 2002; 2003).

Estas passagens têm justificado a inclusão do território hoje algarvio na Turdetânia (Arruda, 1999-2000; Fabião, 1999, p. 34), mas, logo de seguida, parece ser novamente a Bética o território a que Estrabão se referia quando indicava numerosas cidades, destacando que as mais importantes, devido ao comércio, se situavam junto aos rios, aos esteiros e ao mar. Não é o sul da Lusitânia que merece descrições mais detalhadas por parte do geógrafo grego, como foi também salientado por A. M. Arruda e L. Gonçalves (1993, p. 455-458). Detêm-se mais na Bética, referindo-se a algumas cidades e ao rio Betis, que seria navegável até Córdova (III, 2, 3). Diz também que o Guadiana seria navegável, embora por embarcações menores. Quanto aos recursos naturais, além da agricultura (exporta trigo, vinho e azeite), são igualmente apontadas oficinas de preparados piscícolas e os recursos mineiros, sendo as condições naturais da costa e rios propícias à exportação dos excedentes e ao comércio (III, 2, 4). As embarcações seriam mesmo construídas na região, destacando-se a sua dimensão (III, 2, 6).

A única referência de Estrabão a cidades do actual Algarve diz respeito a *Ossonoba*, ao mencionar que os indígenas estabeleceram as suas cidades junto aos esteiros dos rios, tal como *Asta*, *Nabrissa*, *Onoba* e *Mainoba* e muitas outras (III, 2, 5). Novamente se assiste à inclusão de áreas a Ocidente do Guadiana como pertencentes à Turdetânia. De facto “los limites de la Turdetania son evidentemente muy flexibles, como no podía ser menos en un concepto etno-geográfico que evoluciona en el tiempo” (Cruz Andreotti, García Quintela e Gómez Espelosín, 2007, p. 174, nota 33).

Com o domínio romano, as comunidades indígenas integraram *oppida foederata*, *libera* e *stipendiaria*. A resistência face à ocupação romana ditou que a maior parte das cidades se integrasse na última categoria, sendo obrigadas ao pagamento de um tributo anual. Tudo aponta para que não tenham existido, em território algarvio, quaisquer fundações coloniais, nem que alguns dos *oppida* existentes tenham ascendido à categoria de município durante a ditadura de César.

As cunhagens monetárias do sul do actual território português constituem outro dado relevante quando se pretende conhecer a geografia e distribuição da implantação dos principais núcleos urbanos algarvios em época republicana. Efectivamente, apesar das dificuldades sentidas na datação destas cunhagens, e da polémica em torno à sua atribuição à época da guerra civil entre Pompeio e César (49-44 a.C.), ou a um período anterior, das guerras sertorianas, aceita-se uma cronologia genérica da segunda metade do séc. I a.C. V. Mantas defendeu que a maior parte dos *oppida* algarvios (*Baesuri*, *Balsa*, *Ossonoba* e *Ipses*) teria tomado o partido pompeiano o que explicaria, entre outros factores, o declínio de *Baesuri* e a escassez de *Iulii* no território algarvio (1997a, p. 286). Pelo contrário, segundo Amela Valverde estas emissões foram realizadas tendo como objectivo os mercados locais, servindo como “elemento fraccionario” dos denários de prata (2004, p. 245).

Relativamente à ceca de *Baesuri*, é pacífica a sua atribuição à área do Castelo de Castro Marim, onde desde 1983 se desenvolve um projecto de investigação sob direcção de A. M. Arruda. Segundo A. Faria, o facto de uma das moedas ser uma recunhagem sobre um exemplar de *Salacia* e a legenda, que segundo Mowat (1900), apresenta a leitura M(arcus) ANTI(onius) ANTI(ullus) ET CONL(legae), seriam argumentos a favor de uma cronologia dos finais do séc. I a.C. ou mesmo dos inícios do século seguinte (Faria, 1995, p. 143-144; 1997, p. ). Outra recunhagem sobre um exemplar de *Laelia* (Cerro de la Cabeza, Olivares-Sevilha) reforça esta mesma ideia, afastando a hipótese de Mantas (Amela Valverde, 2004, p. 258). Recentemente, a leitura proposta por Mowat foi contestada por L. Amela sob pretexto da sigla ANT poder ser desdobrada em inúmeros outros antropónimos latinos e não necessariamente no que o autor francês propôs: “Por tanto, a nues-

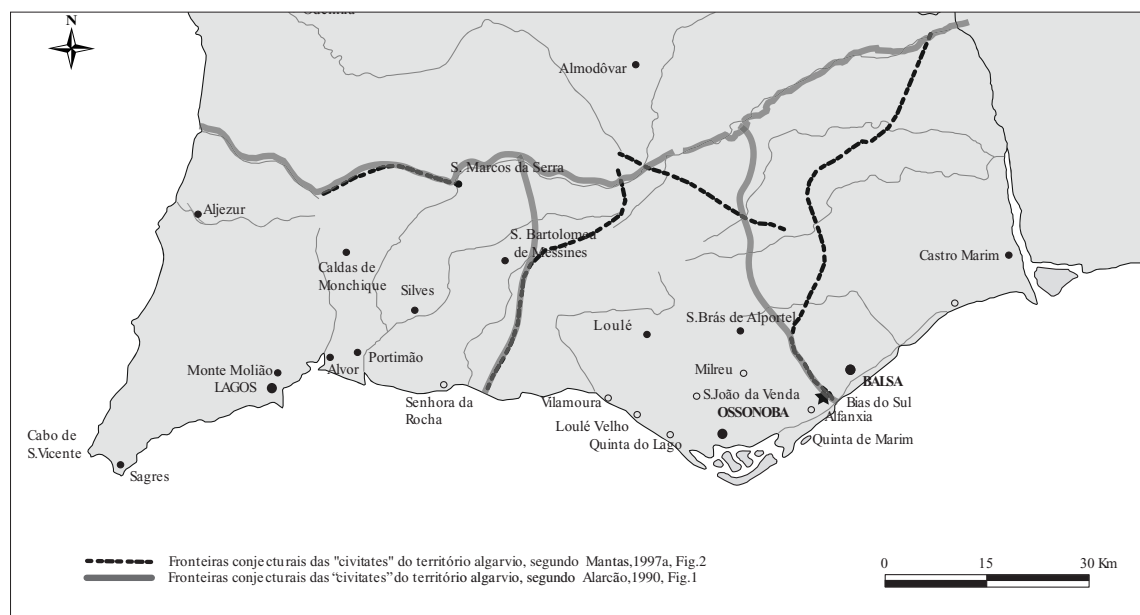


Figura 10 – Limites das *civitates* do Algarve romano. Base cartográfica Mantas (1997a, Fig. 2).

tro juício, la pieza de *Baesuri* nada tiene que ver con el famoso triunviro ni con su hijo, pues no sólo es complicado considerar porqué esta ciudad emitiría esta moneda con tal mención, sino que la resolución de la abreviatura desaconseja tal solución” (Amela Valverde, 2004, p. 259). Defende ainda que a leitura correcta é a apresentada por A. Gomes (1998) com a sigla *M.AN.ANT.ET / CON*. A. Faria admitiu posteriormente que o *tria nonima* do magistrado pode ter sido *M. An(nius) Ant* (1999c, p. 264). As moedas conhecidas de *Baesuri* são muito raras e tanto ocorrem em chumbo como em bronze. O infeliz erro na transcrição da grafia desta cidade, no Itinerário de Antonino, tem difundido o nome de *Esuri* em vez de *Baesuri* que deve ser abandonado definitivamente, por ser incorrecto (Guerra, 2006).

A cidade de *Balsa* também cunhou moeda, embora se discuta actualmente onde se terá localizado o *oppidum* pré-romano e a cidade republicana, uma vez que os trabalhos arqueológicos realizados na área onde se implantou a cidade romana (Quinta de Torre de Ares) forneceu escassíssimos materiais arqueológicos destas etapas mais recuadas. Coloca-se a possibilidade de no período pré-romano a cidade de *Balsa* se ter localizado em Tavira, onde se têm identificado vestígios de ocupações sidéricas que remontam ao séc. VII a.C. (Maia, 2003, p. 57-72), tendo sido posteriormente transferido para outro local (Arruda, 1999, p. 25 e 2003), hipótese que é partilhada por outros autores (Mantas, 1999, p. 138-139; 2003, p. 86; Maia, 2003, p. 59, Fabião, 2003b). A possibilidade de o Serro do Cavaco ter sido também ocupado numa fase ligeiramente anterior à ocupação romana e nos momentos iniciais do período romano é outro dado a considerar neste contexto (Fabião, 2003b).

Na síntese realizada a propósito das cunhagens de *Balsa* e *Ossonoba*, R. e M. Gomes referem que as nove moedas por si estudadas são originárias da Quinta de Torre de Ares (*Balsa*), da Quinta do Pinheiro, que dista algumas centenas de metros para oeste da Quinta de Torre de Ares, do Amendoal e de Milreu (Gomes e Gomes, 1981-1983, p. 156). Assinalam ainda que haverá certamente outros numismas em colecções particulares e originários das escavações realizadas por M. e M. Maia em *Balsa*. Infelizmente, não se dispõe de informação relativa a estes materiais no relatório dos trabalhos (Maia e Maia, 1978), não tendo sido possível localizá-las entre o espólio do MNA que tem origem nessas escavações. Segundo informação pessoal de A. Faria, estas moedas terão dado entrada no Museu da Figueira para serem restauradas e estudadas pela Dra. Isabel Pereira.

A temática patente nas moedas de *Balsa* relaciona-se com o mar, estando figurado no anverso um barco transportando uma árvore e no reverso um golfinho ou um atum, motivos que se encontram igualmente noutras cunhagens do mesmo período, como nas de *Ossonoba* e *Baesuri*. Os exemplares balsenses correspondem não só a trientes e a quadrantes de chumbo, estando também identificado um divisor de bronze (Faria, 1995, p. 144).

O único sítio algarvio mencionado por Estrabão, *Ossónoba*, localiza-se sob a cidade de Faro e também cunhou moeda. Trata-se, sobretudo, de exemplares de chumbo, embora os asses de bronze também estejam representados, sendo apontada a cronologia para estas emissões, tal como para as de *Balsa*, genericamente o séc. I a.C. (Faria, 1995, p. 150). A temática marinha prevalece, como referimos, com uma representação, igualmente esquemática, das embarcações e peixes, embora se registem também motivos de outras embarcações produzidos com bastante maior cuidado e detalhe. Os materiais das intervenções arqueológicas mais recentes realizadas nas instalações do museu de Faro apontam, como se verá, não só para as fases iniciais da ocupação romana, existindo igualmente cerâmicas compatíveis com as cronologias do séc. I a. C. propostas para estas cunhagens.

Conhecem-se outras cunhagens que são atribuídas a cidades da vertente mais ocidental do território hoje algarvio. Encontra-se nesta situação a cunhagem de *Cilpes*, topónimo habitualmente identificado com Silves ou com o Cerro da Rocha Branca (Faria, 1997, p. 364). Mantém-se viva, registando desenvolvimentos recentes, a discussão sobre as propostas para a localização de *Cilpes* e a eventual atribuição deste topónimo ao etnónimo *Cilibitani* da *Historia Naturalis* pliniana, por parte de J. de Alarcão (2005a, p. 295) e A. Guerra (2006, p. 332-334).

A ceca de *Ipses* pode relacionar-se com o sítio descoberto em Vila Velha (Alvor), local onde se recolheram três exemplares de chumbo, e com materiais que remontam ao período republicano (Gamito, 1994b, p. 213-218). A correcta localização deste e de outros sítios mencionados nas fontes e/ou nas cunhagens monetárias fica dependente de diversos factores entre os quais se destaca a descoberta de epígrafes em contexto arqueológico seguro.

De um modo geral, as fontes são silenciosas relativamente a episódios militares que tenham tido lugar na vertente mais ocidental da *Ulterior*, assistindo-se a uma concentração dos esforços na área do Tejo e do Douro. A referência às movimentações que Décimo Júnio Bruto teria operado em 138 a.C., na linha do Tejo, têm sido entendidas como prova de que o sul do território hoje português já se encontraria pacificado nesta data. Posteriormente, apenas se regista uma referência de Plutarco a *Laccobriga*, num episódio enquadrado nas chamadas guerras sertorianas.

Após a conquista definitiva do território do ocidente peninsular, e na sequência da reorganização territorial e administrativa operada por Augusto, a região algarvia foi integrada na província da Lusitânia. O limite entre esta província e a Bética foi marcado pelo Guadiana, limite esse que, a sul, não é objecto de contestação por parte dos diversos autores antigos que se lhe referem como é o caso, por exemplo de Plínio e Mela.

De um modo geral, ficamos com a noção, através de Estrabão, de que existiam efectivamente afinidades entre o território que hoje corresponde ao Algarve e a actual Andaluzia. Contudo, no reordenamento territorial operado por Augusto assiste-se ao sancionar das diferenças que, ainda assim, eram evidentes entre as duas regiões a ocidente e a oriente do Guadiana, e que ficam marcados pela divisão entre a província da Lusitânia e da Bética. De um lado, encontrava-se uma região que, apesar de possuir núcleos urbanos com maior ou menor grau de desenvolvimento, e de se encontrar plenamente integrada no âmbito cultural Mediterrânico, não tinha merecido particular atenção por parte da máquina administrativa romana. Do outro, a oriente do *Anas*, na província da Bética, resultante também da anterior *Ulterior*, registava-se, aliada a uma intensa actividade agrícola centrada na produção e exportação de produtos alimentares, a atribuição de privilégios a uma série de cidades, ainda durante a República.

A partir do reinado de Augusto, e assegurada que estava a paz na Península Ibérica, assiste-se ao desenvolvimento dos fenómenos de urbanização e ao desenvolvimento de um conjunto de actividades económicas, como a exploração de recursos mineiros e agrícolas e as actividades relacionadas com a transformação dos produtos do mar (**Figura 8**).

Para as fases iniciais do período alto imperial dispomos de um conjunto de fontes que se referem, ainda que de forma superficial e esquemática, ao sul da Lusitânia, aos seus principais acidentes geográficos e às povoações antigas existentes, dando conta, por vezes, do seu estatuto.

Pompónio Mela (III, 1, 7) assinala dois promontórios: o *Cuneus Ager* onde se encontra *Myrtilis*, *Balsa* e *Ossonoba*; e o Promontório *Sacrum*, onde inclui *Laccobriga* e *Portus Hannibalis*. Este autor, originário de uma povoação próxima do estreito de Gibraltar, escreveu *De Chorographia*, nos meados do séc. I, sem indicar, no entanto, quaisquer distâncias entre as localidades.

*Caius Plinius Secundus*, mais vulgarmente conhecido por Plínio-o-Velho, escreveu no mesmo período a *Naturalis Historia*, que constitui o texto latino mais relevante para o conhecimento da Lusitânia, descrevendo alguns aspectos administrativos, geografia e recursos naturais da província. Refere, segundo a tradução de A. Guerra (1995, p. 35) que “(...) entre o *Anas* e o promontório *Sacro* habitam os *Lusitanos*”. Para lá do Tejo, as mais notáveis cidades da costa são *Olisipo*, célebre pelas éguas que concebem do Favónio, *Salacia*, cognominada *Urbs Imperatoria*, *Miróbriga* e, entre os promontórios *Sacro* e *Cúneo*, os ópidos de *Ossónoba*, *Balsa* e *Mírtilis*” (IV, 4, 116). Mais adiante indica-se que a cidade de Mértola era município de direito latino e que *Balsa* se encontra entre os *oppida stipendiaria*, sem que se aponte o estatuto de *Ossónoba* (IV, 4, 117 e 118).

Na obra de Cláudio Ptolemeu, datada do séc. II, apresenta-se uma listagem de cidades e dos principais acidentes geográficos, com indicação da sua localização com coordenadas. Na costa meridional da Lusitânia, depois da desembocadura do *Anas* (Guadiana), refere-se para o território algarvio, apenas *Balsa* e *Ossonoba* e o Promontório Sagrado (II, 5, 1-7).

Habitualmente, identifica-se o promontório *Cúneo* com o cabo de Santa Maria e a localização do promontório *Sacro* das fontes antigas tem sido apontada no cabo de S. Vicente. Recentemente, novas hipóteses foram levantadas, com base, não só na releitura e reinterpretação das fontes, mas também tendo como suporte novas propostas de tradução para os textos antigos (Alarcão, 2005b, p. 250-285).

Independentemente das hipóteses formuladas, e atendendo às referências de Mela, podem encontrar-se ainda, na vertente ocidental do Algarve, as cidades de *Laccobriga* e *Portus Hannibalis*. Quanto a *Laccobriga*, os trabalhos recentemente desenvolvidos no local do Monte Molião (Lagos) e suas imediações (Estrela, 1999; Sousa e Serra, 2006) e as escavações arqueológicas sistemáticas resultantes do projecto de investigação em curso têm confirmado que o sítio de Monte Molião (Lagos) teve ocupação durante a época romana, desde as fases iniciais até sensivelmente a meados do séc. II (Arruda, 2007; Arruda et al. 2008).

A localização de *Laccobriga* parece pacífica, mesmo que se aponte a possibilidade de transferência do núcleo primitivo situado no Monte Molião para a área da actual Lagos (Fabião, 1999, p. 38; Arruda 2007). Os dados arqueológicos actualmente disponíveis apontam para a existência de uma ocupação romana extensa no actual núcleo histórico da cidade de Lagos, a partir de meados do séc. I, e que se caracteriza por um amplo conjunto de estruturas ligadas à transformação do peixe (cetárias) (Ramos e Almeida, 2005; Ramos, 2008). Por seu turno, a ocupação do Monte Molião remonta às fases iniciais da ocupação romana, tendo o sítio sido abandonado na segunda metade do séc. II (Arruda et al., 2008, p. 137-168).

Tradicionalmente, situa-se *Portus Hannibalis* em Portimão, embora recentemente se tenha levantado novas questões quanto a esta localização, como se depreende das observações de A. Guerra, que afirma que, do ponto de vista linguístico, o topónimo derivaria, sim, de *Portus Magnus* ou *Portus Magonis* (2006, p. 336).



Sem epigrafia onde constem as suas instituições, estes núcleos urbanos contrastam com as cidades da vertente oriental e central, como Faro ou *Balsa*, onde as epígrafes abundam. A descoberta, no Largo da Sé de Faro, local onde provavelmente se implantou o *forum* da cidade romana, de epígrafes que mencionam a CIVITAS OSSONOB(ensis) (IRCP 7) desfez as dúvidas que ainda podiam persistir sobre a localização de Ossónoba.

Ainda no séc. XIX, os testemunhos epigráficos, aliados a outras evidências, constituíram um dos elementos fundamentais para a identificação, na Quinta de Torre de Ares, do local de implantação da antiga *Balsa*, por parte de Estácio da Veiga (Veiga, 1866). Particularmente relevante, neste contexto, é a epígrafe que refere [EX DECRETO DECVRIT?]ONUM· R(es)·P(ublica) BALS[ENSIVM?], que figuraria num monumento de grandes dimensões (IRCP 75).

Outra fonte que se deve valorizar é o Itinerário de Antonino, em que se mencionam diversas localidades que eram servidas pelo sistema viário romano, indicando a distância entre elas, destacando-se a principal via romana em território algarvio que acompanhava a costa e que seguia de *Baesuri* a *Ossonoba*. O documento é omissivo quanto à continuação desta via para oeste, mas parece consensual que continuaria certamente até ao extremo ocidental, o cabo de S. Vicente. Através do Itinerário, sabemos que uma das vias que partia de *Baesuri* seguia para Norte, para *Pax Iulia*, passando por Mértola. Foi designada “*per compendium*”, por se tratar do percurso mais curto. A existência desta estrada parece provada segundo argumentação de V. Mantas (1997b, p. 315) e A. Guerra (2006), apesar da posição contrária de J. de Alarcão, segundo o qual “A navegabilidade do Guadiana parece dispensar uma estrada por terra entre Mértola e *Esuris* ou *Baesuri* (...)” (1988, p. 101), opinião que é também partilhada por C. Torres (1992) e por V. Lopes (2006, p. 50). Outro eixo viário “principal” partia igualmente de Faro para Norte. Neste ponto, os investigadores concordam genericamente que o traçado passaria por S. Brás de Alportel e daí V. Mantas indicar a passagem da serra algarvia, em direcção a Almodôvar (1997b, fig. 2). Outra hipótese, recentemente avançada, considera a existência de uma via que partia da via litoral, perto de Almansil em direcção a norte, para Salir, servindo Loulé (Rodrigues, 2004, p. 47) (**Figura 9**).

Como testemunho dos eixos viários, além de se apontarem alguns troços do traçado, regista-se igualmente a presença de um marco miliário incompleto, descoberto em Canada de Bias (IRCP 660), mas onde se assinala “[...] / AVG(usto) · PON/TIFICI · M/AXIMO / M(ilia) P(assuum) X”. Este marco, que se encontra datado do período dos Júlios-Cláudios, possivelmente mesmo do reinado de Augusto, indicaria o local de passagem da via que partia de *Baesuri* para *Ossonoba* e daí para *Laccobriga*, assinalando as 10 milhas a partir de *Ossonoba*. Demonstra também a importância que o estado romano atribuiu à região algarvia logo nos inícios do séc. I (IRCP, p. 720). A localização deste marco tem também servido para se apontar o limite entre os territórios das duas *civitates* (Alarcão, 1990a; Mantas, 1990, p. 184).

As fontes árabes podem fornecer informações relevantes para a região algarvia no período romano, destacando-se particularmente a crónica de Al Himiari, em que se refere ainda como porto, a povoação de Castro Marim, indicando-se a existência de ruínas atribuídas à época de Diocleciano (Mantas, 1997b, p. 293; Coelho, 2008, p.44). A referência do Itinerário de Antonino e esta última constitui prova da continuidade da ocupação de *Baesuri* no Baixo Império, que contraria os dados recuperados na área do Castelo. Aí, como se constatou, a ocupação foi interrompida a partir dos finais do séc. I/inícios do séc. II (Viegas, 2003b), para só voltar a ser retomada já em período medieval.

Praticamente coincidente com o Itinerário de Antonino, na informação que transmite sobre o traçado dos eixos viários, a Cosmografia do Anónimo de Ravena refere-se, no entanto, a uma *statio sacra* entre *Balsa* e *Ossonoba*, que tem suscitado interpretações diferentes por parte dos investigadores, desde o séc. XIX até à actualidade (Mantas, 1997b, p. 315). Segundo Estácio da Veiga, tratar-se-ia do sítio de Quinta de Marim (Olhão), local onde ele próprio recolheu inúmeras epígrafes e onde escavou uma ampla área cemiterial, assim como diversas construções, entre as



quais um templo (Santos, 1972, p. 249-286). Pelo contrário, Leite de Vasconcelos preferiu fazer coincidir a *statio sacra* com o *promontorium sacrum* (Vasconcelos, 1905, p. 198). A hipótese de identificação de Quinta do Marim com a *statio sacra* foi recentemente reabilitada por D. Graen, com base nos estudos que realizou no local e em novas interpretações relativamente às estruturas já conhecidas (Graen, 2007, p. 275-288). Contudo, e segundo V. Mantas “Como sucedeu com outras vias descritas pelo Anónimo de Ravena é muito provável que a estação de *Statio Sacra* pertença a outra estrada, tendo sido incluída por engano entre *Balsa* e *Ossonoba* (...)” (Mantas, 1997b, p. 315). Independentemente da sua localização, a chave para a compreensão desta questão reside, no entender de J. de Alarcão, no facto deste sítio poder ter adquirido importância apenas a partir da época bizantina e não no período romano (Alarcão, 2005a, p. 301 e 302). No entanto, não deixa de reconhecer potencial no sítio de Quinta de Marim para poder constituir o local da *statio sacra*.

Independentemente do significado que se pode atribuir à *civitas* enquanto sede administrativa, parece haver unanimidade relativamente à existência de três *civitates* em território algarvio. Não restando dúvidas sobre *Balsa* e *Ossonoba*, considera-se plausível a existência de outra *civitas* a ocidente de Faro, em Lagos ou Silves, com maior peso para esta última (Alarcão 1990a, p. 22) (Figura 10).

Para as fases mais tardias da ocupação romana no actual território algarvio, dispomos de dados menos concretos. Referem-se os ataques *mauri* à Mauritânia de meados do séc. II e a consequente resposta militar romana, com movimentações nos portos da Bética, mas também muito provavelmente no sul da Lusitânia, nomeadamente em *Ossonoba*, o que foi apontado como possível explicação para o desenvolvimento da cidade nesta época (Alarcão 1988b, p. 29). Apesar das tentativas de controlo da situação por parte de Roma, os anos de 171 /173 ficam marcados por novos ataques mauros, que terão tido repercussões no sul da Lusitânia, e, sobretudo, na Bética, na região do vale do Guadalquivir (Keay, 1988, p. 173). Segundo J. d’Encarnação, a homenagem, de carácter oficial, dos munícipes mertolenses a Marco Aurélio poderia ser a expressão da sua gratidão pela intervenção do poder central, face às investidas das tribos do Rif norte Africano (IRCP, p. 754-755). Desconhece-se, com exactidão, as consequências destes movimentos no sul da Lusitânia, e mesmo na cidade bética de Belo, mas sabe-se que terão afectado cidades como *Italica* e *Singila Barba*, e terão levado mesmo à construção de muralhas defensivas em *Munigua* (Sillières, 1995, p. 59).

Outro dado que deve ser igualmente equacionado, diz respeito à usurpação de Clodius Albinus, assim como os levantamentos a seu favor e a consequente repressão por parte do imperador Septímio Severo, nos finais do séc. II.

A reorganização político-administrativa de Diocleciano não alterou o enquadramento do actual território algarvio, tendo marcado as divisões jurídico-administrativas posteriores, nomeadamente a que se atribui à época visigótica.

O fenómeno transversal a toda a sociedade baixo imperial, que consiste na introdução do Cristianismo, deve ser igualmente considerado neste período, com os primeiros testemunhos desta religião na Lusitânia, que remontam a meados do séc. III. Referimo-nos, concretamente, à carta enviada pelo bispo de Cartago, por ocasião de perseguições a outros bispos, por parte de Trajano, carta essa dirigida ao clero e ao povo cristão de *Legio*, *Asturica* e *Emerita Augusta*, datada de 254 (Maciel, 1996, p. 32). Apesar do dinamismo que a cidade de Faro demonstra, a diversos níveis, em época tardia, a primeira referência ao Cristianismo data apenas do séc. IV. Trata-se da participação de um bispo de *Ossonoba* no concílio de Elvira, no que é entendido como “o primeiro grande acontecimento cristão na Hispânia do séc. IV” (Maciel, 1996, p. 37). Tem sido inúmeras vezes destacado que entre os bispos presentes se encontram três da Lusitânia: *Liberius* de *Emerita Augusta*, *Quintilianus* de *Elbora* e *Vicentius* de *Ossonoba*. Efectivamente, a presença do bispo Vicente constitui uma prova da importância da comunidade cristã na cidade (Jorge, 2002).

Em 378, são referidos os bispos de Ithacius de *Ossonoba*, juntamente com Higino de Córdova e Hydatius de *Emerita* no contexto da perseguição contra Prisciliano (Maciel 1996, p. 46).

Não é possível saber de que modo é que os ataques suevos terão afectado o sul da Lusitânia, concretamente o território algarvio. Mas, segundo V. Mantas, este episódio teria sido marcante a ponto de ter levado ao abandono definitivo de *Balsa* “Sem muralhas e num local de fraco valor militar, *Balsa* terá sido definitivamente abandonada por altura da grande incursão dos Suevos no Sul da Lusitânia e na Bética, em 440, ano em que tomaram Mértola” (Mantas, 1990, p. 199). A instabilidade do séc. V, estaria documentada, além das fontes escritas, através da presença de tesouros monetários de que conhecem alguns exemplos em território algarvio (Inácio, 2005, p. 11)

Segundo H. Catarino, as lutas entre suevos e visigodos não afectaram grandemente o território algarvio, e, de acordo com as fontes escritas, *Ossonoba* teria estado sob domínio Bizantino, ainda que por um período relativamente curto (Catarino, 2002, p. 30). Cesário, representante do imperador bizantino, teria dominado a cidade até 624, altura em os Bizantinos terão sido expulsos do território peninsular, pela mão de Suintila.

Outra justificação que se tem apontado para a presença Bizantina na costa algarvia está relacionada com a ausência de bispos de *Ossonoba* nos concílios visigóticos que tiveram lugar entre 589 e 653, retomando a sua frequência a partir da segunda metade do séc. VII (Catarino, 2002, p. 30). Apesar desta ausência, o Cristianismo manteve-se certamente activo na região, como o testemunham, por exemplo, diversos vestígios em sítios como o Montinho das Laranjeiras (Alcoutim), e Milreu (Estói). A epigrafia paleocristã encontra-se na necrópole de *Balsa*, onde ocorre parte de um epitáfio, infelizmente fragmentário e de cronologia pouco precisa, que documenta a utilização do cemitério da cidade nesta fase (Dias e Gaspar, 2006, nº 125).

A reunificação do território peninsular por parte dos reis visigodos teve lugar durante o reinado de Recesvindo e a chamada divisão de Vamba, cuja autenticidade se discute, terá ocorrido nas últimas décadas do séc. VII (Catarino, 1999, p. 61). Nesta altura, a diocese de Faro incluiu sensivelmente os limites do actual distrito “*Exonoba teneat de Ambia usque Salam de Ipsa usque Turrem*”. Se exceptuarmos *Ipsa*, que se pode localizar em Vila Velha de Alvor, os restantes topónimos: *Ambia*, *Salam* e *Turrem* são difíceis de identificar no terreno.

### 2.1.1.2. Epigrafia

Relativamente aos dados epigráficos, os testemunhos são abundantes e diversificados nas duas cidades algarvias, *Balsa* e *Ossonoba*, e nos seus territórios, embora ocorram com menos frequência em Castro Marim. Deve-se a J. d’Encarnação o estudo sistemático da epigrafia do *Conventus Pacensis*, onde se incluem as cidades a que nos referimos (IRCP). Oferecem informações valiosas sobre diferentes aspectos da organização política e administrativa, da composição da sociedade, assim como da vivência do sagrado, podendo mesmo constituir os únicos testemunhos de alguns equipamentos urbanos, hoje completamente desaparecidos.

Não são menores, no entanto, as limitações destes documentos, pois encontraram-se, na maior parte dos casos, desprovidos do seu contexto arqueológico, baseando-se por isso a sua datação no tipo de letra e no formulário utilizado. De um modo geral, a maior parte das epígrafes encontram-se datadas com base nestes critérios, da segunda metade ou finais do século II e inícios do séc. III, havendo contudo, em Faro, algumas epígrafes anteriores, datadas ainda do séc. I. Não se estranha, por isso, que transpareça uma sociedade já plenamente romanizada, como a onomástica latina demonstra, com um grupo significativo de libertos, cuja presença se pode depreender, entre outros aspectos, pela utilização de *cognomina* gregos.

O número de magistrados de Faro e de *Balsa* é idêntico ou superior ao da maior parte das restantes cidades do *conventus pacensis*, verificando-se que apenas *Salacia* (Alcácer do Sal) e a própria capital do *Conventus*, *Pax Iulia* (Beja), superam, em muito, os valores que as cidades algarvias apresentam (IRCP, p. 749).

Segundo J. d'Encarnação, são conhecidos quatro magistrados em *Ossonoba*, um quadrúviro, um flâmine provincial e dois sexviros (IRCP, p. 749), podendo eventualmente incluir-se também nesta categoria os quatro ofertantes do pavimento em mosaico onde figura o deus Oceano. Efectivamente, estes personagens: “Gaio Calpúrnio (...) e Gaio Víbio Quintiliano e Lúcio Átio (?) (...) e Marco Vérrio Gémino” têm sido interpretados como membros de uma corporação de naviculários (IRCP 35), pertencendo, de qualquer forma, tal como os restantes magistrados, a um grupo populacional privilegiado a quem se exigiam avultadas somas (*summa honoraria*) para o exercício de funções municipais. Trata-se dos *quatorviros* da *civitas*, na opinião de J. d'Encarnação, sendo os seus nomes indicadores de famílias exteriores à mesma (2005, p. 21). Independentemente de se poder avançar a hipótese de se tratar de uma corporação de naviculários, parece indiscutível que estamos perante um edifício público.

Desconhece-se que características teria o edifício que os sexviros terão oferecido, “a suas expensas” aquando da sua ascensão ao cargo. No lintel desse edifício, em *tabula ansata*, figuravam os seus dois nomes: Marco Cornélio Herediano e Gaio Júnio Recepto (IRCP 11). J. d'Encarnação apontou uma datação do séc. II, destacando que esta elite poderá ter ascendido aos cargos públicos não apenas pela riqueza baseada nos bens imobiliários, mas também, e certamente, pela actividade comercial que o porto de *Ossonoba* favorecia (IRCP, p. 59).

Duas epígrafes referem-se a flâmines do culto imperial. Uma delas, de paradeiro desconhecido e atribuída a data posterior ao séc. II, refere-se a uma homenagem de um grupo de quatro personagens ao flâmine Gaio Júlio Felícitor (IRCP 8). A outra é proveniente do Largo da Sé e refere-se a Marco Cornélio Persa, filho de Quinto, da tribo *Galéria* (IRCP 7). Apesar do cognome *Persa*, tudo aponta para que esta personagem seja originária de *Ossonoba* e pertença à poderosa família dos *Corneli*, podendo relacionar-se com o Marco Cornélio Herediano da inscrição anterior (Encarnação, 2005, p. 22). Esta inscrição refere a “*CIVITAS OSSONOB(ensis)*” quando o mais frequente no séc. III foi a menção à república, como sucede em duas outras inscrições do mesmo período.

Na hierarquização das cidades da Lusitânia, que R. Étienne propôs com base na forma de organização do culto imperial, a cidade de Faro fica situada entre as cidades de primeiro escalão (Étienne, 1990b, p. 215-231). Mérida destaca-se enquanto capital, seguindo-se no primeiro escalão a cidade de Lisboa, *Salacia*, Évora e *Ossonoba*, entre outras. A *Pax Iulia*, apesar de ser sede de *conventus*, é atribuído lugar no segundo escalão e *Balsa* seria cidade de terceiro escalão, no que à organização do culto imperial diz respeito (Étienne, 1990b, p. 226).

Além da religião oficial, a epigrafia mostra que o culto de origem oriental a Cíbele também era praticado em *Ossonoba* (IRCP 1), sendo prova disso a ara votiva datada do séc. III. No entender de J. d'Encarnação, “esta inscrição de Faro, ao referir um sacerdote, atesta que o número de adoradores da deusa não seria diminuto na região, facto que não será de estranhar se tivermos em conta o cosmopolitismo de *Ossonoba*” (IRCP, p. 42).

Além do testemunho do culto imperial, a vitalidade das instituições municipais no séc. III, em Faro, encontra-se também patente nas homenagens que os habitantes fazem aos imperadores Valeriano (254/255) (IRCP 3) e Aureliano (274) (IRCP 4) e, numa época um pouco posterior, ao governador da Lusitânia Aurélio Ursino (IRCP 5). Na primeira “a República *Ossonobense*, por decreto da ordem, ofereceu e dedicou, por devoção ao seu génio e magestade”, numa alusão ao que constitui mais um testemunho da devoção relativamente tardia ao culto imperial (IRCP, p. 45). Ainda que separados por duas décadas, a época a que se reportam estes dois imperadores foi marcada por uma série de acontecimentos que mostram que se vivia um período bastante

conturbado, devido à anarquia militar e à pressão dos povos germânicos nas fronteiras do Danúbio e do Reno, o que colocava em perigo a unidade do Império romano.

Segundo J. d'Encarnação, a epígrafe que se refere ao governador da Lusitânia, Aurélio Ursino, corresponde a uma homenagem ao poder central “Ossónoba nunca foi capital da Lusitânia, mas o facto de esta homenagem ali ter sido prestada pelo mais alto funcionário imperial bem demonstra a sua importância – nomeadamente no sector económico – dentro do contexto das metrópoles lusitanas” (IRCP, p. 49).

Além de demonstrarem o funcionamento pleno das instituições municipais neste período, os acontecimentos “catastróficos” que habitualmente se referem para esta época e para outras regiões do Império parecem ter tido um efeito muito reduzido nas cidades do Sul da Lusitânia, como se depreende destes dados epigráficos. Da mesma forma, se pode interpretar a menção ao flâmine do culto imperial patente na inscrição de Faro, datada do séc. III (IRCP 7). Independentemente da evolução que o culto imperial possa ter tido neste período, parece evidente um reforço da sua ligação às entidades municipais. Assim, para R. Étienne, apesar da aparente perda de devoção ao imperador verifica-se que (...) «le culte impériale assure la survie des cités et enregistre leur vitalité» (Étienne, 1990b, p. 230).

Particularmente relevante para a caracterização da sociedade ossonobense, é a inscrição onde figura uma lista de vinte e um nomes, que se associaram, mesmo desconhecendo-se o tipo de homenagem ou edifício a que se destinaria (IRCP, p. 56), podendo tratar-se também de uma associação profissional (Dias, 1988-1989, p. 246). É constituída por libertos, em que figuram nomes das famílias conhecidas em *Ossonoba*, mas também outros, possivelmente emigrados (IRCP, p. 49), embora se defenda que possam igualmente ser todos originários de *Ossonoba*, ou do Algarve costeiro (Dias, 1988-1989, p. 246). Segundo M. Alves Dias, é significativo que alguns destes nomes se encontrem representados entre os funcionários municipais, como os *Cornelius*, *Iunius* e possivelmente também os *Iulius*, estranhando-se que o mesmo não ocorra com os *Caecilii*, que pela sua frequência na referida lista, se esperaria encontrar entre as elites locais (Dias, 1988-1989, p. 246).

A epigrafia de *Balsa*, embora menos rica que a de Faro, revela dados igualmente importantes sobre a cidade e os seus habitantes. Desde logo, o facto dos seus cidadãos estarem inscritos na tribo Quirina indica que estamos perante um município de época Flávia (IRCP, p. 742).

Conhecem-se três magistrados em *Balsa*, o duúnviro T. Mânlio Faustino, o séxviro Ânio Primitivo e o *dispensator* Speratus. Como celebração da elevação ao sexvirato, Ânio Primitivo ofereceu um combate de barcas e um combate de pugilistas, o que pressupõe que *Balsa* dispunha de um circo onde se podiam realizar naumaquias ou simulações de combates navais (IRCP 73, p. 125 e ss). Igualmente relativas ao circo, são as inscrições que se referem às ofertas de L. Cassius Celer e G. Licinius Badius, de cem pés do seu *podium* (IRCP 76 e 77, p. 128-130; Encarnação, 2003a, p. 96; Dias, 2005, p. 229-230).

Existem igualmente outras inscrições que se referem a monumentos da cidade. Por exemplo, a epígrafe, muito fragmentada, onde se pode ler o termo *antepagmentis*, deveria fazer parte de uma construção monumental, possivelmente também o circo, ou outra, referindo-se aos elementos do seu revestimento (IRCP 78, p. 131 e 132; Dias, 2005, p. 230).

A cronologia avançada para estes três testemunhos epigráficos segue critérios paleográficos e situa-os no séc. II, mostrando que a cidade construiu de raiz, ou recuperou, nesta data, equipamentos importantes.

Ainda pertencendo ao conjunto de epígrafes que se encontrariam integradas em edifícios públicos, deve mencionar-se a inscrição, muito incompleta, que se refere à “república dos Balsenses”, difícil de interpretar dado o seu estado de conservação (IRCP 75, p. 127-128; Encarnação, 2003a, p. 99).



São igualmente relevantes os dados acerca da composição da sociedade, onde pontuam diversos testemunhos de famílias importantes, pertencentes ao que se designa como a “burguesia” da cidade, portanto com elevado estatuto socio-económico. Exemplos deste fenómeno são a família dos T. Manlii e Faustinus (IRCP 79) e mesmo da gens Rutíia, embora esta última se encontre menos representada (IRCP 80). As alianças familiares ou as verdadeiras relações de clientela estão também expressas nesta homenagem e é esse o sentido que se deve dar ao termo *amici* (IRCP, p. 782; Encarnação, 2003, p. 100). J. d’Encarnação interroga-se se estes *amici* serão *serveri* ou *libertos*, salientando a existência de quatro que ostentam cognome grego, não sendo claro se seriam descendentes de colonos provenientes do Mediterrâneo Oriental (IRCP, p. 768-769). A onomástica grega está bem representada em *Balsa*, registando-se mesmo uma ara funerária com inscrição em grego encontrada na Quinta da Trindade (Mantas, 1990, p. 196). Os antropónimos gregos, frequentes em território algarvio, denotam antes o hábito cultural das elites, que, ao atribuírem aos seus *libertos* estes nomes, pretendiam demonstrar a sua superioridade dando “um nome sonante, relacionável com divindades, atributos ou ideias, dando mostras, assim – ou pretendendo dar – de uma cultura letrada acima da média (...)” (Encarnação, 2003b, p. 154).

Seguindo outra linha de investigação, M. Alves Dias analisou em pormenor a presença e dispersão dos Rutíii e dos Manlii na Hispânia, demonstrando como os últimos (...) “ocupavam cargos públicos em numerosas cidades da Bética e da Tarraconense, principalmente na orla costeira” (Dias, 1988-1989, p. 253-254). Esta autora mostra ainda as ligações entre as elites de *Olisipo* e de *Balsa*, evidenciando como, possivelmente na primeira metade do séc. II, Tuscillianus e seus descendentes poderiam estar relacionados com actividades ligadas ao comércio marítimo (Dias, 1988-1989, p. 241-262).

Neste contexto, não se estranha também a existência de um habitante de *Balsa* originário do Norte de África (Nabeul-Tunísia), como evidencia a inscrição funerária datada do séc. III e encontrada em Baleisão (Beja) (IRCP 294). Saturninus era uma personagem importante, que, depois de ter estado em *Balsa*, se deslocou até *Pax Iulia*, tendo ficado conhecido através de uma ara em honra da sua filha (Encarnação, 2000, p. 1291-1293).

Em *Balsa*, são relativamente escassos os elementos que se referem à vivência do sagrado. De referir, no entanto, a inscrição em que Ânio Primitivo celebra o sexvirato, onde o mesmo evidencia reconhecimento à deusa Fortuna, aqui com epíteto Augusta, que a poderá ligar ao culto imperial (IRCP 73, e p. 797). Segundo R. Étienne, esta inscrição, datada da segunda metade do séc. II/séc. III, corresponde efectivamente a uma evidência do culto imperial, atribuindo a Ânio Primitivo o cargo de *serviri augustales* (Étienne, 1990b, p. 225). Para J. d’Encarnação, a escolha da deusa Fortuna pode estar relacionada com o facto de se tratar de um liberto que obteve o sexvirato pelo enriquecimento devido à sua actividade económica. A epígrafe traduz ainda, pelos conhecimentos que revela da língua latina do encomendante ou do lapidicista, a ligação com a península itálica (IRCP, p. 126). A ausência de epígrafes ou de outros testemunhos que apontem para divindades pré-romanas no território hoje algarvio (Alarcão, 1988b) é um dado relevante, que mostra, novamente, a forte romanização deste território.

Parte significativa da epigrafia balsense diz respeito a monumentos funerários, cuja tipologia poderá manifestar diferentes graus de romanização. Assim, no entender de J. d’Encarnação, as placas sem moldura, presentes de forma significativa em sítios como *Balsa* e Tróia, poderão ter servido uma população de raiz latina, mas cujo estatuto social não se pode determinar (IRCP, p. 813). Por outro lado, a diversidade tipológica dos monumentos (imponência dos pedestais, delicadeza das placas, etc.) evidencia a multiplicidade de influências, sendo muitas delas norte africanas (IRCP, p. 842).

A relação entre as duas cidades, *Balsa* e *Ossonoba*, manifesta-se em diversas epígrafes, como por exemplo no pedestal de cariz honorífico, datado do séc. I, que se refere a Lúcio Ânio



Novato, da tribo Quirina (IRCP 6). Foi nesta tribo que os habitantes de *Balsa* foram inscritos, pertencendo à gens *Annia* o personagens que ofereceu o combate de barcas (IRCP 73). Esta ligação está também patente na onomástica, registando-se, na lista de libertos unidos para prestar uma homenagem que se desconhece (IRCP 10), nomes como por exemplo os de vários elementos da gens *Licina*, que constitui um dos ofertantes de cem pés do pódio do circo de *Balsa*, L. *Licinius Badius* (IRCP 77). A presença de *Publicius* nesta inscrição de Faro e igualmente em *Balsa* (IRCP 80) é outro testemunho desta mesma realidade.

Segundo M. Alves Dias, apesar destas relações, que a investigadora alarga igualmente a outros casos, apenas numa situação se poderá falar de uma relação familiar expressa, como sucede com *Vibii* e com os *Quintii*, não existindo testemunho de relações familiares próximas entre as elites das duas cidades vizinhas o que poderá denotar até um certo espírito competitivo (Dias, 1988-1989, p. 250).





## 2.2. Centros urbanos

### 2.2.1. Ossonoba

#### 2.2.1.1. Trabalhos arqueológicos em Faro: breve sinopse

##### Antes de Estácio da Veiga

Ainda no séc. XVI, o humanista André de Resende refere-se ao sul da Lusitânia no Livro Quarto da sua *De antiquitatibus Lusitaniae*. Tendo por base os autores antigos, identificou os três *oppida* que Pompónio Mela situa no *Cuneus* (região de Sta Maria, segundo Resende) como sendo Mértola, Tavira e Estói (Resende [1593]1996, p. 186). Afirmar que a maior cidade do Algarve foi Tavira, que correspondia à antiga *Balsa*, mencionada por Pompónio Mela, Plínio, Ptolemeu e no Itinerário de Antonino. Quanto a Ossónoba, que foi identificada com as ruínas de Milreu, em Estói, afirma que foi quase destruída e reduzida a simples aldeia, embora subsistam vestígios da sua antiga grandeza, sobretudo na muralha de Faro. Tece depois algumas considerações sobre o nome da cidade e sua transformação em época muçulmana, descrevendo a *Ossonoba* da crónica do geógrafo árabe Razis (séc. X) (Resende, [1593]1996, p. 186).

Os vestígios da grandeza da antiga *Ossonoba* conservados na muralha de Faro correspondem a uma série de epígrafes, como é o caso da homenagem ao imperador Valeriano (IRCP 3) (**Figura 11**), da homenagem de Recepto em honra do sexvirato (IRCP 11) e das inscrições funerárias dedicadas a Catúrica Prima (IRCP 18) e a Ânio Rómulo (Resende, [1593]1996, p. 187-188).

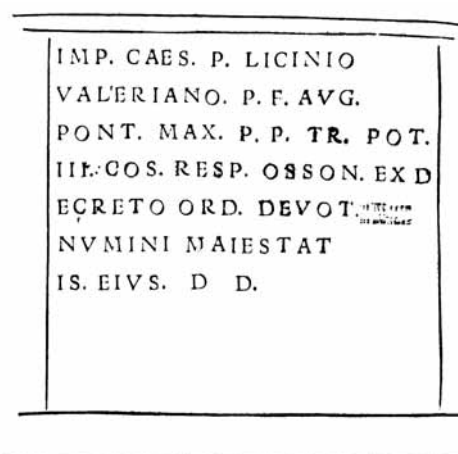
A identificação da antiga *Ossonoba* com as ruínas de Milreu (Estói) permaneceu, até às primeiras décadas do séc. XX, reforçada pela autoridade do autor desta tese, marcando os futuros estudos sobre o Algarve romano.

Nas “Memórias eclesiásticas do reino do Algarve” de Frei Vicente Salgado (1786), defende-se a localização de *Ossonoba* em Estói e não em Estombar, como parece ter sido defendido por outros autores nessa época.

##### “Explorações” de Estácio da Veiga em Faro no séc. XIX

Os primeiros trabalhos arqueológicos de que há notícia em Faro foram levados a efeito por Estácio da Veiga, no âmbito da realização da Carta Arqueológica do Algarve, actividade que empreendeu, de acordo com o contrato estabelecido com o governo de então. O início dos trabalhos teve lugar em Mértola em 1877, seguindo depois para Alcoutim, Castro Marim, e desde então, percorreu a região algarvia seguindo de Oriente para Ocidente.

Conhecemos hoje, com bastante pormenor, o seu percurso e actividades devido à pu-



**Figura 11 – Inscrição em que se homenageia o imperador Valeriano proveniente de Faro e reproduzida nas “Antiguidades da Lusitânia” (Resende, 1593).**

blicação dos quatro volumes das “Antiguidades Monumentaes do Algarve” (Veiga, 1886; 1887; 1889; 1891), com o volume póstumo incompleto (apenas incluindo o Barlavento algarvio), dedicado ao período romano (Veiga, 1904; 1905; 1910; Cardoso e Gonçalves, 2006). O abundante espólio que deixou, hoje depositado no Museu Nacional de Arqueologia, além da documentação muito diversificada, entre cartas, fotografias, inventários e registo de peças, plantas gerais e de pormenor dos locais objecto de intervenção (“exploração”), constituem elementos essenciais quando se procura reconstituir a actividade de Estácio da Veiga no Algarve. Por outro lado, a publicação de parte dos seus registos pela sua desdente M. L. A. Santos na obra “Arqueologia Romana do Algarve” (1971, 1972) e a atenção que tem merecido por parte de inúmeros investigadores que recentemente lhe têm dedicado as suas pesquisas, permitem traçar, com alguma precisão, as linhas de actuação deste pioneiro da arqueologia algarvia.

Nascido em Tavira, a necessidade de chamar a atenção para a sua província natal, o Algarve, constituiu uma das principais motivações de Estácio da Veiga, quando, em 1856, se deslocou ao Algarve para a proceder à recolha de literatura popular e à exploração e exame de vestígios arqueológicos. Data igualmente deste ano a recolha da epígrafe grega da Fazenda do Trindade, que é habitualmente apontada como o início da sua colecção de arqueologia, que posteriormente se alargou com as recolhas que fez no âmbito da Carta Arqueológica. Estas recolhas de objectos arqueológicos visavam ilustrar a Cartografia arqueológica e teriam como objectivo a constituição do Museu do Algarve. Em 1861, travou conhecimento com Hübner, quando o epigrafista alemão esteve em Portugal com o intuito de recolher epígrafes romanas. Será possivelmente nesta ocasião, ou posteriormente, que Estácio da Veiga dará a conhecer a E. Hübner parte das epígrafes de Faro, algumas das quais já eram conhecidas desde o séc. XVI e que foram posteriormente incluídas no *Corpus Inscriptionum Latinorum* de 1866 (CIL II).

Disso mesmo dá conta Hübner na publicação das “Noticias archeologicas de Portugal” publicadas pela Academia (de Belas Artes) em 1871, reafirmando que “A muito contestada situação de *Ossonoba* parece portanto dever marcar-se nas ruínas de Estoy junto a Faro” (Hübner, 1871, p. 32).

Quanto a Estácio da Veiga, foi sobretudo após a sua aposentação do cargo que ocupava nos Correios, em 1865, que desenvolveu a sua vertente científica no âmbito das pesquisas relacionadas com as ciências naturais e a arqueologia. Nessa ocasião, de volta à sua província de origem, o Algarve, percorreu os concelhos de Faro e Tavira, no que pode ter constituído o embrião da futura Carta Arqueológica do Algarve. Como veremos *infra*, foi neste contexto que explorou diferentes vestígios e estudou vários “monumentos”, (como designa as epígrafes), na Quinta de Torre de Ares e das Antas, o que o levou à identificação da cidade romana “dos famigerados balsenses” (Veiga, 1866, p. 12). A identificação desta cidade foi relevante no contexto dos estudos que desenvolveu no litoral algarvio, pois tornou-se possível, conjugando diferentes tipos de informação. No estudo sobre os “Povos Balsenses”, tomamos ainda conhecimento de que a cidade de *Ossonoba* fora identificada com os vestígios que também explorara em Milreu, concretamente do templo, que Estácio da Veiga questiona se “seria elle a fautsa cathedral de que ainda ha memoria pelo nome dos sete prelados que a fizeram florescer desde o terceiro até quasi ao fim do setimo seculo da era cristã?” (Veiga, 1866, p. 21). No estudo das restantes povoações da via *Ossonoba-Baesuris*, identifica esta última com Ayamonte.

Parece não ser, no entanto, nesta ocasião que procedeu a quaisquer trabalhos na cidade de Faro ou nos seus arredores, e, nos anos que se seguiram, entre 1867 e 1875, fixou residência em Mafra, não se desenvolvendo de imediato o projecto da Carta Arqueológica do Algarve. Nesta fase, os seus estudos voltaram-se para a Botânica, mantendo actividade arqueológica no concelho de Mafra, onde “explorou” diversos sítios. Neste contexto, tornou-se sócio da “Real associação dos Architectos civis e Archeologos portuguezes”, mas posteriormente entrou em conflito com a direcção da associação. Na opinião da sua descendente, foi a sua ligação à “Academia Real



das Ciências de Lisboa” que potenciou o desenvolvimento da sua carreira de arqueólogo (Pereira, 1978).

Em 1876, uma sucessão de acontecimentos de diversa índole culminou com o convite endereçado a Estácio da Veiga, por parte da Direcção da Instrução Pública, para a realização da carta Arqueológica do Algarve. Por um lado, as chuvas intensas desse ano e as consequentes cheias do Guadiana tinham colocado à vista ruínas na margem direita, assistindo-se, por outro lado, a uma série de artigos na imprensa que alertavam a opinião pública para os achados. Como referem J.L. Cardoso e A. Gradim, “De um simples e limitado reconhecimento dos vestígios arqueológicos relatados pela imprensa da época, passou-se a um desígnio muito mais ambicioso e coerente: o levantamento arqueológico de todo o Algarve!” (2004, p. 72).

Os trabalhos iniciam-se em Março de 1887 em Mértola, seguindo para Alcoutim e posteriormente para Castro Marim, deslocando-se, no litoral, de oriente para ocidente. Reconhecendo os prazos curtos que limitavam a sua actuação, obtinha primeiro informações através de um inquérito que preparou, organizando as deslocações aos sítios, posteriormente (Cardoso, 2007, p. 493).

Além da localização dos sítios, procedeu à sua escavação (“exploração”), registando através de desenhos de plantas e de fotografia as ruínas que identificou, tendo recolhido abundante espólio destinado a integrar as colecções do futuro Museu do Algarve. Parte dessa “Collecção de Plantas e Desenhos dos Campos Explorados para o Reconhecimento das Antiguidades Monumentaes do Distrito de Faro e para comprovação parcial da Carta Archeologica do Algarve organizada em virtude da Ordem do Governo por S. P.: Estácio da Veiga 1877-1878” foi posteriormente publicada nas “Antiguidades Monumentaes do Algarve”(AMA). Os volumes I a IV cobriam a Pré-história, desde o Paleolítico, Neolítico até à Idade do Ferro, ficando o volume V (referente ao período romano) (...) “manuscrito e incompleto (até Silves) porque entretanto em 1891 faleceu (...)”. Este volume foi posteriormente publicado a título póstumo n’O Arqueólogo Português (Veiga, 1904, 1905, 1910), sendo M. L. A. dos Santos responsável pela publicação da maior parte dos materiais (plantas e fotografias) relativos ao período romano, que foram integrados na obra sobre a “Arqueologia Romana do Algarve” (Santos, 1971-1972).

As referências aos vestígios arqueológicos do concelho de Faro encontram-se dispersas pelos diferentes volumes, consoante o período a que se referem. No entanto, logo no volume II das AMA, onde abordou os “tempos pré históricos”, refere-se ao sítio do Amendoal (situado na foz do antigo Rio Seco) “(...) onde explorei parcialmente uma opolenta villa ou granja romana, cujos edificios tinham excellentes pavimentos de mosaico, que felizmente foram desenhados, como se podem ver na pasta encadernada das plantas e desenhos existentes no museu (...)” (Veiga, Vol II [1887] 2005, p. 389-390; Santos, 1972, p. 173-177, planta nº 28) (**Figura 12**). Tem-se considerado estes vestígios como pertencentes a uma villa já no exterior da cidade, mas desconhece-se, hoje, com exactidão, a sua localização. O topónimo “Terras do Amendoal” é visível a Nordeste da Capela de S. Luís, na planta de Faro do séc. XIX (**Figura 21**), embora não tenha sido fácil confirmar a localização desta villa (Bernardes, 2008). Dos pavimentos de mosaico, restam apenas os registos nos desenhos realizados por J. Arouca, sob condução de Estácio da Veiga, e um fragmento que pertence às colecções do Museu Nacional de Arqueologia. A planta, muito incompleta, não permite grandes leituras, mas o que restou das estruturas permite observar uma série de compartimentos que se podem identificar como *cubicula*, devido sua forma e à composição dos mosaicos (Santos, 1972, Fig. 248, 250 e 251) (**Figura 13**).

Além dos desenhos, numa das listas do material recolhido por Estácio da Veiga que se conserva no MNA (Veiga, 1877/78a), constam objectos diversos, como materiais de construção (Capitel de coluna de mármore branco, “oito exemplares de mosaico”, “quatro pacotes de mosaico”, tijolo de abóboda e de quadrante, fragmentos de estuques pintados, fragmento de “cimento dos solos”, tesselas), cerâmicas (fundos de ânforas, cerâmica grosseira e fina, *terra sigillata*, “dois fragmentos de bocas de vasos grandes e grosseiros”, “candeia de barro inteira de bico alonga-

do” e um “objecto de louça figurando 2 secções esféricas unidas pelos bordos”), vasos de vidro, objectos metálicos e de osso, fauna, cinzas e uma “pedra com trabalho de forma semicircular”.

No volume III das AMA, quando elaborou o “Mappa das minas do Algarve, de que ha noticias já compiladas e de varios logares com vestigios de antigas fundições”, os únicos achados que refere relativos a Faro dizem respeito a “escórias de fundição”, que identificou em Milreu e na cidade de Faro: no Campo da Trindade e no Amendoal (Veiga, [1889] 2005, p. 78-79), e que pertencem, certamente, ao período romano.

Na cidade de Faro, propriamente dita, Estácio da Veiga explorou, em 1877, um cemitério “lusio-romano” no Bairro Letes, onde registou mais de 30 sepulturas numa ampla área em redor do Teatro Letes, no Largo do Colégio (Santos, 1971, planta nº 26, p. 188-192) (Figura 26). De acordo com as características que observou, distinguiu três tipos diferentes de sepulturas (A, B e C), com base nos materiais de construção utilizados e na forma da sua cobertura. Como foi recentemente salientado, encontram-se nesta tipologia algumas das formas mais comuns de inumação presentes na Hispânia romana (Teichner et al., 2007, p. 163).

Segundo a planta original de Estácio da Veiga (Santos, 1972, planta nº 26) (Figura 14), este cemitério era formado por um conjunto de 38 sepulturas, algumas das quais já só se conservavam em parte. Correspondem, na sua maioria, a inumações, sendo as sepulturas mais frequentes as que foram identificadas com o tipo B, formadas por *tegulae* dispostas como num telhado de duas águas, tendo no topo remate com *imbrices*. Ocorrem igualmente algumas sepulturas do tipo C, constituídas por uma caixa construída com *tegulae* colocadas ao alto e cobertas com o mesmo tipo de material, desta vez colocado na horizontal. Apenas um enterramento exemplifica o tipo de sepultura A, igualmente rectangular e construída com tijolos. O mobiliário funerário é diversificado, sendo difícil reconhecer que materiais se encontravam em associação. Os dados cronológicos são também relativamente escassos, referindo M.L.A dos Santos que as duas únicas moedas recolhidas são do período de Tibério (Santos, 1971, p. 192).

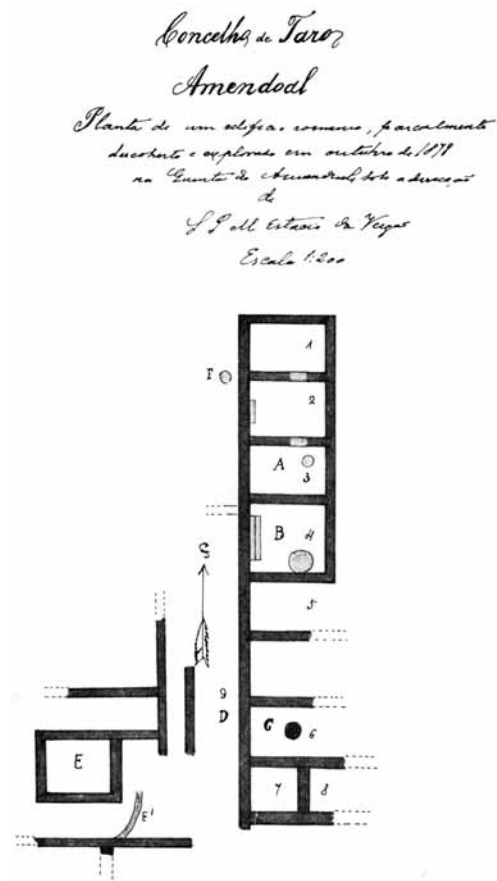


Figura 12 – Planta dos vestígios “explorados” por Estácio da Veiga no sítio romano do Amendoal (Faro) (Santos, 1972, planta nº 28).

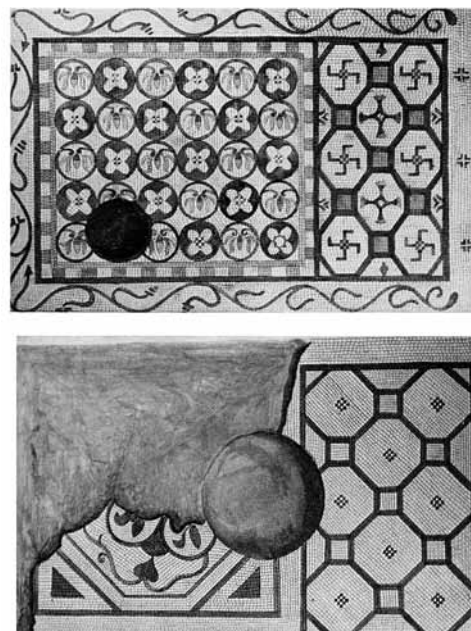


Figura 13 – Desenho dos pavimentos ornados com mosaico provenientes de dois *cubiculae* da villa do Amendoal (Faro) (Santos, 1972, Fig. 250 e 251).

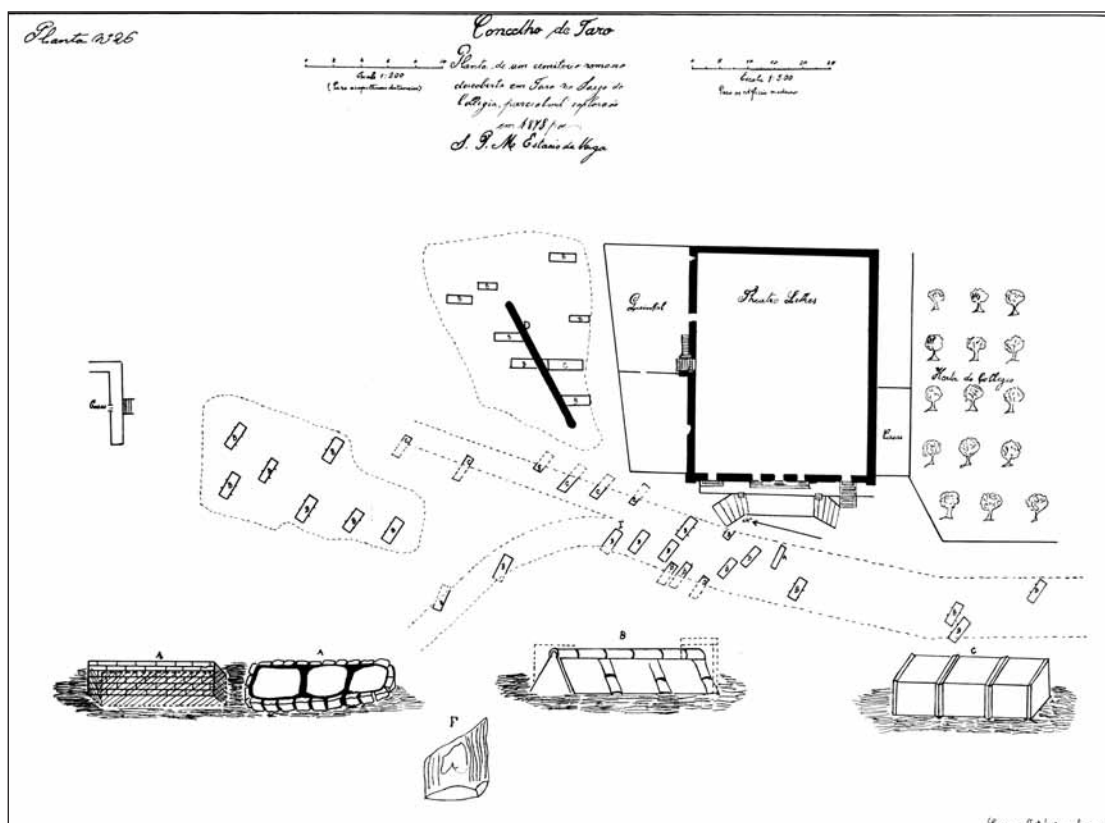


Figura 14 – Necrópole romana do Largo do Colégio (Faro) “explorada” por Estácio da Veiga em 1878 (Santos, 1971, planta nº 26).

No “Inventário do Museu Archeologico do Algarve e suas pertenças incluindo as collecções depositadas pelo seu fundador Sebastião Philippes Martinz Estácio da Veiga em 15 de Março do Anno de 1883” (Santos, 1972), constam algumas referências a materiais com proveniência do Campo da Trindade, como 14 fragmentos de “louça de Sagunto” (*terra sigillata*), sendo outro fragmento assinalado como proveniente do Largo do Colégio, e ainda cinco incinerações, material proveniente da área da necrópole romana (Santos, 1972).

Com data anterior, no “Catalogo dos productos archeologicos obtidos desde o concelho de Alcoutim até ao de Tavira, e acondicionados em 26 caixotes e tres canastrões em 30 de Junho de 1877”, consta um conjunto mais completo de espólio então recolhido no “Largo do Collegio”, onde figuram materiais de construção (*tegulae* da cobertura das sepulturas, tijolos do cemitero, coluna de mármore), cerâmica (fragmento de boca de pote, urna cinerária, “specimens de louças”), “Incineração achada n’uma bacia de barro mal cozido”, outra em vaso de *terra sigillata* liso, fragmentos de ossos de uma das sepulturas e ainda referência a ossos, e “ossos calcinados, fragmentos de conchas e um fundo de ânfora, de uma sepultura do L. do Collegio”, vários fragmentos de objectos de cobre e vidro, uma conta de argila. Da R. do Arco assinala-se *tegulae* e cinco fundos de ânforas, ocorrendo igualmente fundos de ânforas na R. das Adegas e no Lgo. do Collegio. Do Campo da Trindade, existe registo de materiais de construção (fragmentos de mármore, “calcareos e xistos lascados das sepulturas”), ossos, pregos de cobre e ferro igualmente das sepulturas, fundo de ânfora, *terra sigillata* (um fragmento com marca), além de “dois frascos de vidro, um inteiro de uma sepultura da Trindade”. Refere-se ainda a fragmentos de escória de ferro e fragmentos de vidro “do edifício do Campo da Trindade”, construção cujas características se desconhece (Veiga, 1877/78a).

Estas listagens de espólio recolhido por Estácio da Veiga são particularmente interessantes porque mostram que, além de inumações, o ritual da incineração foi também praticado, aspecto a que M.L.A dos Santos já aludira (Santos, 1971, p. 192, nota 48). Assim, a referência a estas cinco incinerações encontram-se não só no Inventário do Museu, de 1883 (Santos, 1972), mas também no Catálogo mais antigo de 1877, onde não se referem as cinco incinerações, mas sim à “Incineração achada n’uma bacia de barro mal cozido”, outra em vaso de *terra sigillata* liso, fragmentos de ossos de uma das sepulturas e ainda referência a ossos, e “ossos calcinados, fragmentos de conchas e um fundo de ânforas, de uma sepultura do L. do Collegio” (Veiga, 1877/78a).

Não foi no entanto na cidade de Faro que Estácio da Veiga investiu maior esforço de trabalho, tendo centrado as suas “explorações” em Milreu, sítio que se encontrava identificado, desde o séc. XVI, com a antiga *Ossonoba*. Os trabalhos decorreram no ano de 1877 e a planta final elaborada constitui um excelente exemplo da capacidade de registo do arqueólogo algarvio. Indicou a existência de vestígios anteriores à época romana, nomeadamente instrumentos de pedra e outros de bronze que se encontravam em níveis anteriores às construções romanas (Veiga, [1889] 2005, p. 102).

Ainda no séc. XIX, Santos Rocha realizou trabalhos em diversos sítios algarvios, afirmando, na parte final da publicação dos resultados, nas páginas de *O Arqueólogo Português* que: “O Algarve está juncado de restos da epocha romana, cujo estudo absorveria mais do que a vida de um individuo, e só podia ser feito com enorme sacrificio de cabedal, a avaliar as despesas pelo que nos custaram as nossas explorações. Nós não podíamos ir mais longe, nem o objecto dos nossos estudos o permittia; e por isso deixamos a outros a tarefa de inventariar tudo o mais que por lá existe” (Rocha, 1896, p. 79).

Relativamente perto de Faro, em S. João da Venda, que já pertence ao concelho de Loulé, Santos Rocha escavou diversas estruturas e recolheu inúmeros fragmentos de ânfora, o que veio mais tarde a provar-se serem muito provavelmente restos de uma entulheira relacionada com um forno que produziu ânforas (Fabião e Arruda, 1990, p. 215-224; Fabião, 2004a, p. 399). As ânforas produzidas foram sobretudo as integráveis na forma Almagro 51 A-B, registando-se um fundo recozido.

Nos finais do séc. XIX e nas décadas iniciais do séc. XX, deve referir-se ainda as excursões que Leite de Vasconcelos, director do Museu Nacional de Arqueologia, promoveu ao Algarve. Dedicou, igualmente, no volume III das *Religiões da Lusitânia*, várias páginas a diferentes epígrafes de *Ossonoba*, cidade romana que mantinha, no entanto, em Milreu.

### Trabalhos arqueológicos em Faro no séc. XX e XXI

O erro da identificação de *Ossónoba* com a *villa* de Milreu manteve-se durante todo o séc. XIX, tendo sido corrigido já nos anos 30 do séc. XX, na sequência dos trabalhos desenvolvidos no Largo da Sé. Efectivamente apesar de já em 1939 terem aparecido ruínas, só em 1940, M. Lyster Franco identificou, como sendo pertencentes ao *podium* de um templo romano (**Figuras 15 e 16**) as construções antigas colocadas a descoberto na sequência de obras de calcetamento realizadas pela Câmara Municipal, no Largo da Sé, na cidade de Faro.

Segundo os relatos de Pinheiro e Rosa, arranjos no pavimento do Largo da Sé, em 1870, já tinham permitido identificar vestígios antigos, mas foram silenciados de imediato “para não haver interferências e entraves de arqueólogos” (Rosa, 1984). Posteriormente, em 1883, terão ocorrido obras no edifício da Câmara Municipal, sugerindo que também aí teriam aparecido estruturas arqueológicas (Rosa, 1984, p. 150). Entre os vestígios encontrados nas escavações, refere-se



igualmente a existência de tanques de salga rectangulares e de várias dimensões, situados frente à porta principal da Sé (Franco, 1940, Santos, 1971, p. 186-187). Segundo J. de Alarcão estes vestígios “não devem corresponder a cetárias visto que no Largo da Sé, em Faro, se situava o *forum* de Ossonoba” (Alarcão, 1989, p. 243).



Figura 15 – Escavações no Largo da Sé de Faro realizadas nos anos de 1933-41 e que permaneceram visíveis até ao final dos anos 60 (Santos, 1971, Fig. 62 e 62-A).





Figura 16 – Pormenor da escadaria do templo descoberto no Largo da Sé, em Faro (Santos, 1971, Fig. 63A).

Estes achados, noticiados na imprensa periódica local, foram também posteriormente relatados por A. Viana, e constituíram a prova definitiva da localização de *Ossonoba* em Faro (Viana, 1952a, p. 250-285). Outro elemento fundamental nesta identificação foi a inscrição que se refere a um flâmine, onde figura o termo *CIVITAS OSSONO(bensis)* (IRCP 7).

Estava assim definitivamente desfeito o equívoco quanto à localização de *Ossonoba*. Outro aspecto que foi valorizado por A. Viana na identificação de *Ossónoba* com Faro correspondia à chamada “prova geológica”, que constituiu um argumento de peso baseado na impossibilidade de navegação no rio Seco. Assim, uma vez que Milreu não era porto de mar, não se poderia identificar com *Ossonoba* (Viana 1952a, p. 24-40).

Já anteriormente, em 1933, fora o próprio Abel Viana a realizar escavações no Largo da Sé, em Faro, referindo-se à descoberta, escavação e recolha de um *dolium* intacto que foi removido para o Museu Municipal (Viana, 1949, p. 1-4, fig. 3-6) (Figura 17). Nesta área da escavação, onde se recolheram sobretudo “conchas de ma-



Figura 17 – *Dolium* retirado durante as escavações de A. Viana no Largo da Sé (Viana, 1949, Fig. 6).

risco” e “fragmentos de cerâmica árabe”, foi também identificada a estrutura de um poço (Viana, 1949). Foram igualmente observadas uma série de estruturas, de que se destaca uma parede (orientada N/S) que se conservava numa altura de 2m, e que apresentava revestimento de estuque pintado, assinalando também, na sua base, vestígios de revestimento de mármore. O pavimento, com uma espessura de 20 cm, era formado por uma “argamassa rigíssima”. Nos níveis inferiores da sondagem, além dos entulhos constituídos por conchas, Abel Viana assinalou também algum espólio de época romana (uma lucerna e fragmentos de vidro romano) (Viana, 1949, p. 5-6). Dada a reduzida dimensão da área escavada, torna-se difícil propor uma funcionalidade concreta para estas construções.

Dos materiais recolhidos nas escavações realizadas no Largo da Sé, restam-nos, além de algumas referências, as cerâmicas depositadas nas reservas do Museu Municipal de Faro. Recentemente, A. Pereira publicou o reduzido lote de *terra sigillata* recolhido nesta área (Pereira, 2003-2004). Trata-se de um conjunto formado por 12 fragmentos que se distribuem por um período compreendido entre a primeira metade do séc. I e o séc. IV. Dos vidros hoje depositados no Museu de Faro, ocupou-se J. de Alarcão ainda no final dos anos 60 (Alarcão, 1968). A ausência de dados estratigráficos que contextualizem estes achados limita as observações acerca destes materiais, o mesmo sucedendo com o conjunto de fragmentos de ânfora que têm a mesma proveniência. Trata-se de um conjunto igualmente heterogéneo do ponto de vista cronológico, pois encontram-se exemplares desde o séc. I a.C. até ao séc. V d.C., e, também quanto à sua proveniência, com exemplares oriundos da Península Itálica (Lácio/Campânia), *Uterior/Bética* (área costeira e vale do Guadalquivir) e Norte de África.

Em finais de 1938, A. Viana teve a oportunidade de realizar trabalhos arqueológicos na necrópole romana do Bairro Letes, parcialmente explorada em 1878 por Estácio da Veiga (Viana, 1951, p. 145-165). Aí identificou sete sepulturas rectangulares, muitas incompletas, algumas das quais com cobertura de *tegulae* e *imbrices*. Destaca-se, no conjunto estudado, a sepultura nº 3, pelo mobiliário funerário que apresentava, onde se incluía uma urna e uma “vasilha de barro: oinochoe”, além de peças de vidro (como um copo de base sextavada), pregos e uma moeda (Viana, 1951, p. 7-9). Relativamente à tipologia das sepulturas, apontou paralelos em sepulturas identificadas na cidade de *Balsa*, igualmente rectangulares e com cobertura de telhado de duas águas (Viana, 1951, p. 18). A sepultura nº 7 encontrava-se completa e intacta e o espólio no seu interior incluía dois objectos de vidro, de que se destaca uma garrafa de vidro com decoração gravada, uma lucerna e um bronze de Tibério (Figura 18).

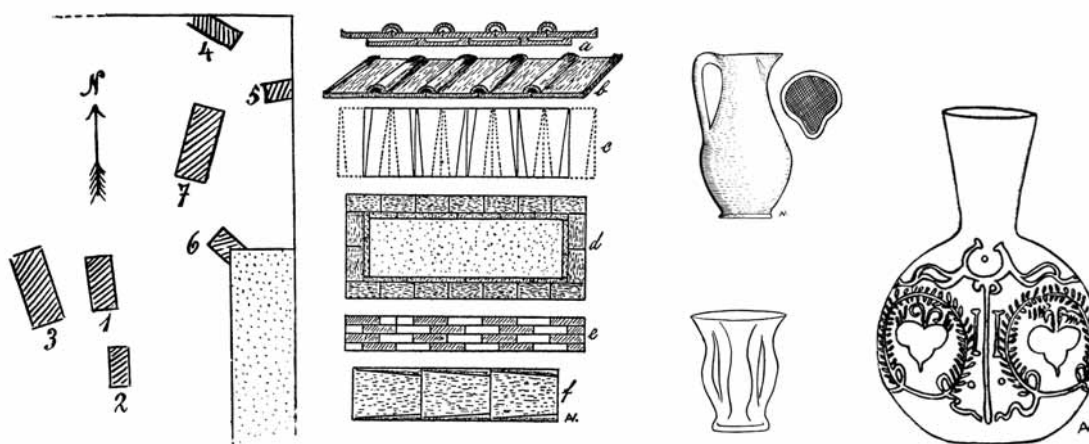


Figura 18 – Necrópole do Bairro Letes. Planta com a localização das sepulturas, desenho esquemático de um dos tipos de sepultura escavado e objectos de vidro (Viana, 1951, Fig. 1, 7, 8 e 9).

A cronologia recentemente proposta para os vidros situa este enterramento no séc. III/IV (Teichner et al., 2007, p. 163). Pela sua descrição, esta sepultura corresponde ao tipo A de Estácio da Veiga. Contudo, tal como referiu posteriormente M.L.E.V.A. dos Santos, A. Viana não teve conhecimento da planta das escavações que Estácio da Veiga realizara em local próximo, no séc. XIX, desconhecendo, portanto, que se tratava da continuação da necrópole romana anteriormente identificada (Santos, 1971, p. 189).

Em 1976, a propósito da publicação de um prato de *terra sigillata* de tipo itálico com marca de oleiro, são referidos inúmeros achados provenientes de diversos pontos da cidade, muitos dos quais terão sido recolhidos para o Museu Municipal (Gamito e Maia, 1976, p. 147-158).

Pinheiro e Rosa, então director do Museu de Faro, em publicação de 1984, procurou realizar a cartografia possível destes achados avulsos na cidade de Faro, com o intuito de que constituíssem prova arqueológica definitiva para a localização de *Ossonoba* (Rosa, 1984, p. 149-156). Os achados a que se refere estão organizados de acordo com a data da sua descoberta e são oriundos de diversos pontos da cidade. Em alguns casos, não existe referência concreta ao achado, mas sim à suspeita de terem sido detectados vestígios antigos, como sucede no caso das obras de arranjo do pavimento no Largo da Sé, em 1870, e nas obras do edifício camarário, em 1894, a que já aludimos. É nesta listagem que refere a descoberta, em 1926, do mosaico do Oceano, aquando da remodelação da rede de saneamento (1984, p. 150, nº 5). Efectivamente, a Acta da Sessão de Câmara de 17 de Julho de 1926, informa de “Outro officio do Sr. Conservador do Museu e secretário do Instituto arqueológico do Algarve, do teor seguinte: – cumpre-me agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> a sua comunicação de alto interesse científico para a história da nossa cidade e louvar a lembrança que V. Ex.<sup>a</sup> teve, indicando-me a descoberta do mosaico em escavações a que se procede na rua Infante D. Henrique, desta mesma cidade. Pelo exame a que procedi nos fragmentos que me foram mostrados, depreendi tratar-se de mosaico romano policromo, semelhante e possivelmente contemporâneo ao que formava o pavimento do balneário de Ossónoba”. (Livro 52, Folha 207 V e 208, Arquivo C. M. de Faro). (Agradeço à Dra Dália Paulo esta referência à Acta da sessão camarária, onde se menciona o mosaico de Oceano).

Nesta lista das provas históricas da localização de *Ossonoba* em Faro, onde constam ainda os vestígios de bases e fustes de colunas, assim como de diversas peças cerâmicas (lucernas, *terra sigillata* e ânforas), dispersos por diversos locais, destacou a localização do edifício romano no Largo da Sé, sendo igualmente mencionada a área da necrópole, junto do bairro Letes (Rosa, 1984, p. 151). A descoberta de sepulturas, igualmente romanas, na Rua de Santo António aponta para a existência de outro cemitério neste local, assim como na Horta do Ferragial (Rosa, 1984, p. 153), relatando-se também a presença de sepulturas tardo-romanas em terrenos adjacentes à Escola Afonso III (Rosa, 1984, p. 151).

Na Av. da República, encontraram-se, a par de elementos de fustes de coluna de mármore, três tanques de salga, igualmente dignos de referência (Rosa, 1984, p. 153). Nesta série de tanques deve incluir-se também o que se encontra mencionado na base de dados do Endovélico (CNS 6352) e que terá sido identificado na sequência da abertura de uma cave, na mesma avenida (Rosa, 1984). A localização destes tanques tem sido particularmente valorizada servindo de base à tese de que esta área da cidade teria uma funcionalidade artesanal, associada à transformação do pescado, funcionalidade essa de que o edifício onde figura o deus Oceano, seria igualmente testemunho (Mantas, 1990, p. 186).

De referir ainda, na Rua Conselheiro Bívar num prédio à esquina da Travessa da Alfândega, um conjunto de seis ânforas completas colocadas ao alto e que “Continham sal, escamas de peixe e algumas “garum” (...)” (Rosa, 1984, p. 152).

O achado de um conjunto de lucernas no que era designado como a Horta do Pinto deve corresponder a uma área exterior à cidade, tendo sido igualmente de lucernas, o achado efectuado no local do mercado Municipal (Belchior, 1977).





**Figura 19 – Retrato feminino encontrado na Praça Alexandre Herculano (Faro), datável do período de Tibério ou Tibério/Cláudio (segundo Souza, 1990, nº 120, p. 42).**

Outro elemento a juntar à listagem de vestígios encontrados em diversas circunstâncias na área urbana de Faro é a cabeça feminina de mármore que foi descoberta na Praça Alexandre Herculano (**Figura 19**). Trata-se de um retrato feminino, cuja cronologia aponta para o período de Tibério ou Tibério/Cláudio, de acordo com as características do penteado, o chamado “penteado de Antónia”, típico dessa época, assim como devido aos restantes elementos patentes na sua execução (Souza, 1978, p. 151 – 153; Hertel, 1984, p. 159-172). Na recente síntese sobre a escultura romana, L. Gonçalves destacou os paralelos próximos que se encontram em peças idênticas provenientes de Conímbriga, *Augusta Emerita* e Carmona, podendo ainda comparar-se com o retrato de Agripina Minor da *villa* de Milreu (Gonçalves, 2007, p. 170, nº 50). Este último tinha sido igualmente apontado por Hertel, que comparou também as características do mármore branco fino e cristalino, muito possivelmente algarvio, considerando que se tratou de um trabalho possivelmente com origem numa oficina ossonobense (Hertel, 1984, p. 159-172).

Para L. Gonçalves, a cabeça de Conímbriga “apesar de muito deteriorada, revela um nível de execução plástica inferior relativamente aos exemplares hispânicos referidos [Mérida e Carmona], nomeadamente quando confrontada com o tratamento do rosto e cabelo. Já a escultura de Faro, apesar da superfície estar manchada, revela uma qualidade plástica idêntica às das peças hispânicas, como se pode observar no tratamento do cabelo, nas feições do rosto, olhos, boca, pavilhões auriculares” (2007, p. 170). De referir ainda que se coloca a possibilidade de parte ou da totalidade dos retratos imperiais que se encontram na *villa* de Milreu, que representam Agripina Minor e os bustos de cronologia posterior dos imperadores Adriano e Galieno, terem tido a sua origem em Faro, constituindo um exemplo de colecionismo tardio por parte do proprietário da *villa* (Gonçalves, 2007, nº 9 p. 88-90, nº 15, p. 100-102, nº 16, p. 103-107, *apud* Bergmann, 1998). Assim sendo, estes bustos e especificamente o de Agripina Minor, poderiam ter integrado o programa iconográfico da arquitectura pública de Ossonoba em período Júlio-Cláudio (Gonçalves, 2007).



Em 1976, destaca-se a descoberta, ou melhor, a redescoberta, do mosaico do Oceano, que suscitou a realização de uma intervenção arqueológica por parte das Conservadoras do Museu Nacional de Arqueologia, M.L.A dos Santos e M. Maia (Beloto, 1978, p. 125-139; Alarcão *et al.*, 1980, p. 219-232; IRCP 35; Lancha, 1985, p. 151-175) (**Figura 20**).

Trata-se de um mosaico que ostenta uma composição geométrica, com um medalhão central onde figura a cabeça do deus Oceano (Lancha, 1985). Numa das suas extremidades, encontra-se uma inscrição onde se lê o nome dos quatro ofertantes do pavimento e do solo onde o mosaico foi construído, o que constitui um dado muito relevante para a discussão sobre a funcionalidade do edifício que este mosaico ornava (IRCP 35). Trata-se, segundo J. d'Encarnação, de indivíduos pertencentes a uma corporação de naviculários ou mesmo dos *quatorviros* da civitas (2005, p. 21), não restando muitas dúvidas de que se está perante um edifício público. Para V. Mantas, a proximidade de cetárias nesta área (Av. da República, a antiga ribeira), referidas por Pinheiro e Rosa (1984, p. 153), indica que esta zona da cidade teria uma função industrial (Mantas, 1990, p. 185-186).

Além dos relatórios que se referem aos trabalhos de restauro e levantamento do mosaico, dirigidos por A. Alarcão, não se dispõe de relatório ou publicação dos trabalhos arqueológicos realizados. A tentativa de reconstituição da estratigrafia foi realizada no âmbito do projecto do Corpus dos mosaicos do Sul de Portugal. O estudo do contexto estratigráfico do mosaico teve por base os dados disponíveis: fotografias da escavação da autoria de J.M. Bairrão Oleiro, desenhos de plantas e cortes, de Dario de Souza (desenhador do MNA) e as indicações fornecidas pelas etiquetas que acompanhavam os materiais.

A partir de 1984, teve início um projecto de investigação para a cidade de Faro, da responsabilidade do Sector de Arqueologia da Universidade do Algarve, liderado por T. J. Gamito, intitulado “O presente do passado de Faro”. É neste contexto que são realizadas as intervenções arqueológicas na necrópole da R. das Alcaçarias (Gamito, 1992, p. 99-118), na Horta da Misericórdia e no sítio onde se localizam as instalações da Polícia Judiciária de Faro (Gamito, 1991, p. 19-26; 1994, p. 115-117). No entender desta investigadora, a cidade romana não excederia a área do amuralhado medieval (aliás de origem romana), e devia situar-se “sobre um pequeno ilhéu”, possuindo “algumas *villae* sumptuosas no seu arrabalde” (Gamito, 1991, p. 20). O povoado antigo, pré-romano, cujos vestígios foram revelados nas escavações do pátio da Polícia Judiciária e foram datados com recurso ao rádio-carbono, teria, nesta zona, na opinião de T. Gamito, o seu limite norte. Nessa mesma área, foram igualmente identificados pavimentos de época romana (séc. II/I a.C.), formados por fragmentos de ânfora sobre os quais se construíram outros já de *opus signinum*, correspondendo, possivelmente, a um piso de uma habitação (Gamito, 1991, p. 20). A existência de inúmeras tesselas nos estratos sobre o pavimento de *opus signinum* levou T. Gamito a supor tratar-se de “pavimentos de mosaico cujas tesselas se teriam posteriormente soltado” (1994, p. 116). Além dos vestígios romanos mais antigos, foi possível identificar igualmente (...) “um estrato romano tardio, séc. III/IV, reocupado por visigodos, como o testemunha os tipos de cerâmica encontrados, nomeadamente Late Roman C” (Gamito, 1994, p. 116). Os vestígios mais antigos identificados remontariam, como se referiu, à Idade do Ferro, tendo-se atingido níveis do séc. V-VI a.C. já sob as águas do nível freático, o que veio a dificultar o prosseguir dos trabalhos nesta zona. De um modo geral, pode afirmar-se que a conservação, quer dos vestígios romanos quer dos anteriores, se encontrava bastante afectada pela ocupação medieval islâmica e mesmo posterior que se encontrou neste local (Gamito, 1994, p. 116).

Já anteriormente, em publicação de 1983, a investigadora tinha identificado a localização do cardo e do decumano da cidade romana, assinalando-os numa planta datada do séc. XIX (Gamito, 1983, fig. 3, p. 349-355) (**Figura 21**). Aponta também o sítio onde foi encontrado o mosaico do Neptuno, como sendo já parte integrante de uma *villa* que se situaria no exterior da cidade.



Figura 20 – Aspecto dos trabalhos arqueológicos que conduziram à descoberta do mosaico do Oceano. Fotografias da autoria de J. M. Bairrão Oleiro. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.



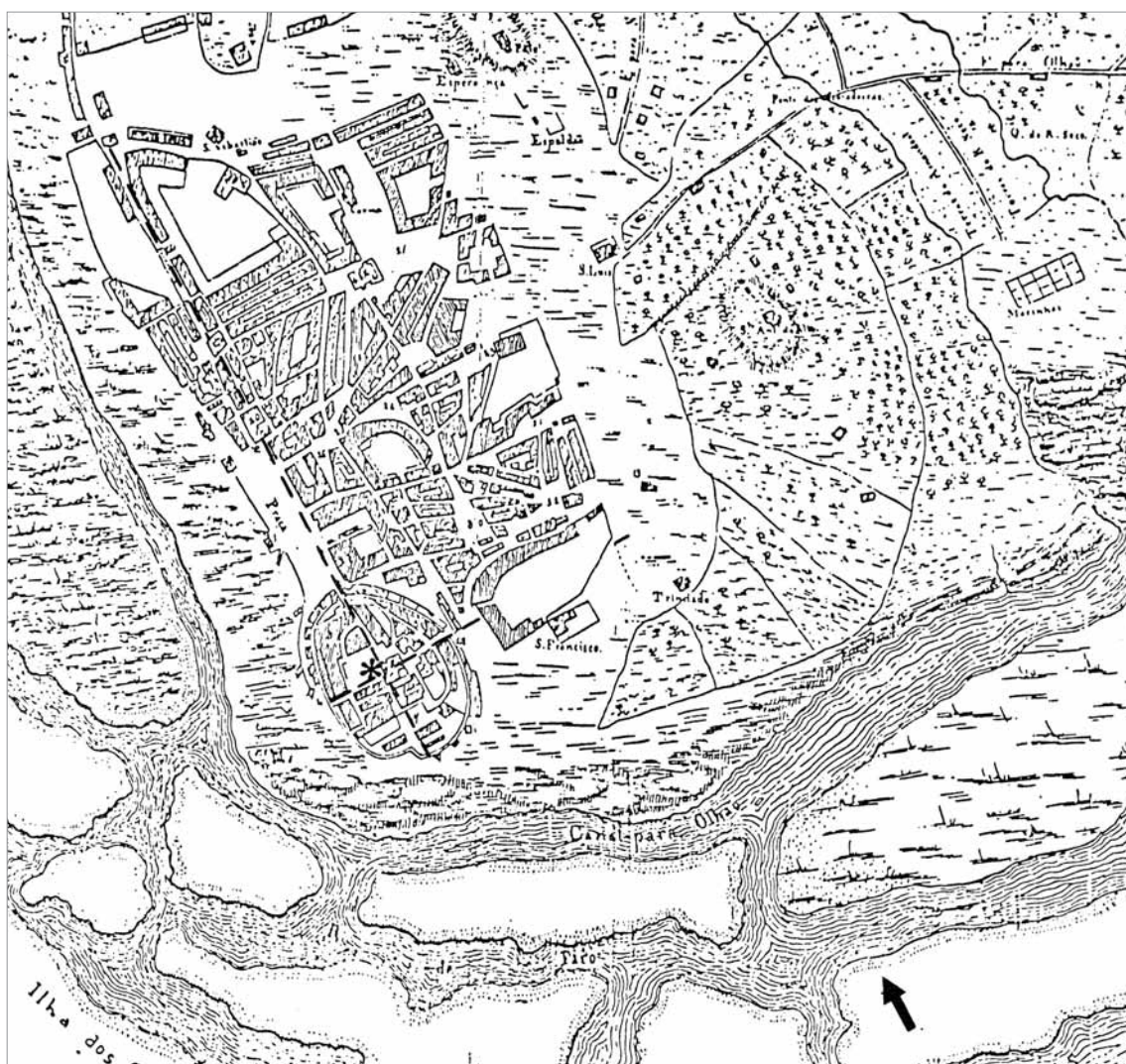


Figura 21 – Proposta de localização do cardo e decumano da antiga Ossónoba, segundo Gamito, (1983, Fig. 3). Planta de Faro no séc. XIX, segundo Lopes (1848, p. 355).

Quanto aos trabalhos arqueológicos realizados na Horta da Misericórdia, existe referência a campanhas de escavações nos anos de 1983 e 1984, 1993, 1996 a 1998/2000. Os dados disponibilizados na base de dados Endovélico revelam a existência de dois grandes momentos de destruição marcados por derrubes formados por materiais de construção. Segundo a arqueóloga responsável, correspondem a um ou dois terramotos (...) “o mais recente do princípio do século XVI (possivelmente de 1532) e o outro dos séculos XII/XIII (talvez consequência da ocupação da cidade pelos cristãos ou mesmo outro terramoto importante)” (Endovélico, CNS 1102). Na campanha de 1999, refere-se a descoberta de latrinas datadas do período visigótico-bizantino, e, no ano seguinte, existe indicação da presença de estratos romanos.

Ainda segundo a base de dados Endovélico do IGESPAR, em 1997/98 foi apresentado um novo Projecto de Investigação da responsabilidade de T. Júdice Gamito, que tinha como objectivo “Estudar a inter-relação da cidade com o meio, história, população e economia”, que terá dado posteriormente origem a um novo Projecto no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA), em 1998, com o intuito de “Estudar a articulação das cidades de Faro, Silves, Huelva e Niebla e sua inter-relação como o meio ambiente, a história e evolução das suas populações e economias, a teia urbana que foram construindo” (Endovélico, CNS 1102).

Da intervenção na necrópole da Rua das Alcaçarias, dispõe-se de publicação, onde se referem as características das oito sepulturas identificadas, mobiliário funerário associado às inumações e correspondente cronologia (Gamito, 1992, p. 99-118) (Endovélico, CNS 1524) (**Figura 22**). A relativa “homogeneidade cronológica”, que situa no séc. II/III, e de “cultura material” levam T. Gamito a propôr tratar-se de um “pequeno cemitério familiar”, de uma área que interpreta como sendo o exterior da cidade, possivelmente de uma *villa* (Gamito, 1992, p. 118).

Apesar de disperso e diversificado, o conjunto de elementos disponíveis sobre a cidade de Faro permitiu que diversos investigadores tecessem considerações sobre o urbanismo da cidade. Em 1986, Vasco Mantas apresentou propostas para a localização dos eixos viários principais da cidade e restantes componentes urbanas, utilizando técnicas inovadoras que tiveram por base a leitura da fotografia aérea (Mantas, 1986, p. 13-26).

Apesar de considerar que a sua análise se encontrava, de certa forma, condicionada devido à modificação da linha de costa, propõe que os traçados das actuais “ruas do Município e do Castelo como sucessoras do cardo da cidade tardo-romana e a Rua do Repouso como representante do decumano” (Mantas, 1986, p. 22) (**Figura 23**), confirmando a proposta anterior de T. J. Gamito, mas corrigindo o traçado correspondente à área exterior à cerca muralhada. Aceitou ainda a possibilidade de a muralha medieval assentar numa estrutura romana, atendendo a uma série de factores, como a densidade de materiais romanos reutilizados nela encontrados e a coincidência das três portas com a localização das referidas vias. Com base na análise estereoscópica da fotografia aérea, identificou ainda alguns troços dos *decumani* e dos *cardines* da cidade antiga, que permanecem no cadastro da cidade actual (Mantas, 1986, p. 22).

Voltou a reflectir sobre a cidade algarvia no seu artigo que constitui hoje uma referência sobre as cidades marítimas da Lusitânia e a que já aludimos por diversas vezes (Mantas, 1990, p. 182-192). Relativamente à época pré-romana, assinalou apenas a existência de um fragmento de biberão proveniente das escavações do Lgo. da Sé, que compara com os materiais de Cartago (Mantas, 1990, p. 183). Trata-se de um fragmento que ostenta uma cabeça de equídeo, que M. L. A dos Santos associa a outros aparecidos em Torre de Ares e no Montinho das Laranjeiras e a que atribui uma origem púnica (Santos, 1971, p. 196). De acordo com os dados disponíveis, é muito discutível a atribuição de uma cronologia pré-romana a estes recipientes, que devem antes corresponder à forma Hayes 123, de *sigillata* clara A, com uma cronologia inícios do séc. II até inícios do séc. III, como J. Nolen propõe para o exemplar balsense (Nolen, 1994, sc-4, p. 98).



**Figura 22** – Colar e brincos romanos descobertos em contexto funerário na R. das Alcaçarias (segundo Gamito, 1992, Est. XII).





Figura 23 – Proposta de localização do cardo, decumano e restantes componentes da cidade romana de Faro, tendo por base a leitura da fotografia aérea da cidade, segundo Mantas (1986, Fig. 6).

Já anteriormente, T. Gamito tinha identificado, nas escavações realizadas no pátio da Polícia Judiciária, níveis pré-romanos que documentavam o limite do povoado (1991). Deve referir-se igualmente, que nas escavações que A. Viana conduziu em 1949 no Largo da Sé se descobriram dois pratos de pescado de cerâmica de “Kuass” que apenas recentemente foram devidamente valorizados (Sousa, 2005, p. 37; 2009).

### **Intervenções arqueológicas recentes para minimização de impactes sobre o património arqueológico na área urbana de Faro**

Recentemente, as intervenções na área urbana de Faro sucedem-se ao ritmo da renovação urbanística, conhecendo-se já os resultados de algumas delas que foram objecto de publicação, aspecto que constitui, no entanto, uma excepção, no panorama da arqueologia urbana em geral, regra a que a cidade de Faro também não escapa.

Desde a criação do IPA em 1997, que a legislação prevê a realização de sondagens arqueológicas ou acompanhamentos em obras que afectem o subsolo. Estas intervenções de carácter preventivo em área urbana têm como objectivo geral a avaliação da potencialidade, do ponto de vista científico e patrimonial, destas áreas que estão sujeitas a obras que envolvem acções no subsolo. Procura-se a identificação de estruturas e/ou níveis arqueológicos e seus materiais associados, com vista ao estabelecimento de sequências ocupacionais nas diferentes áreas da cidade sujeitas a intervenção. Acredita-se que a identificação e o registo destas realidades, mesmo que na maior parte dos casos se proceda à sua desmontagem e remoção, permitirá a sua salvaguarda, através do registo, possibilitando um conhecimento mais aprofundado acerca da evolução do urbanismo da cidade de Faro e sobre as populações que aí habitaram.



Para uma mais correcta gestão do património arqueológico existente no subsolo da cidade, a equipa de arqueologia do Museu Municipal estabeleceu uma carta de sensibilidade arqueológica (Paulo e Beja, 2007, p. 31-38) (**Figura 24**).

A aquisição, por parte da Câmara Municipal de Faro, do edifício correspondente à antiga Fábrica da Cerveja Portugália suscitou a realização de uma série de sondagens de diagnóstico, entre Janeiro e Março de 1999, com vista à posterior reabilitação do edifício (Paulo, 1999/2000, p. 17-84). Neste contexto, a equipa do Museu Municipal de Faro, liderada por Dália Paulo, procedeu à abertura de quadrados de 2X2m em três áreas e de uma vala de 1X11m, opção metodológica que condicionou a leitura dos resultados obtidos. Das estruturas identificadas, destacam-se, os muros 3 e 4, na quadrícula 1, que formavam um ângulo delimitando um compartimento de época romana, cuja funcionalidade não foi possível determinar (Paulo, 1999/2000, p. 25). Na quadrícula 2, as únicas estruturas encontradas situavam-se a uma profundidade de 3,50 m. Trata-se de um muro que, pelas suas características, foi datado de época proto-histórica. Relativamente à quadrícula 3, identificaram-se dois muros, que formavam um ângulo, revestidos a *opus signinum* e com os cantos com a característica “meia-cana”. Tal como refere D. Paulo, trata-se de uma técnica habitual na construção de tanques ou cetárias (Paulo, 1999/2000, p. 26). No entanto, segundo esta investigadora a localização desta estrutura e o facto de ter detectado uma canalização, no canto Sudoeste da sondagem, uma canalização, levou-a a considerar tratar-se de uma parte de um edifício termal, assinalando que o material associado era constituído por materiais de construção (*tegulae*). Quanto à sondagem 2, que consistiu numa vala de 11m de comprimento por 1 m, revelou o muro da torre.

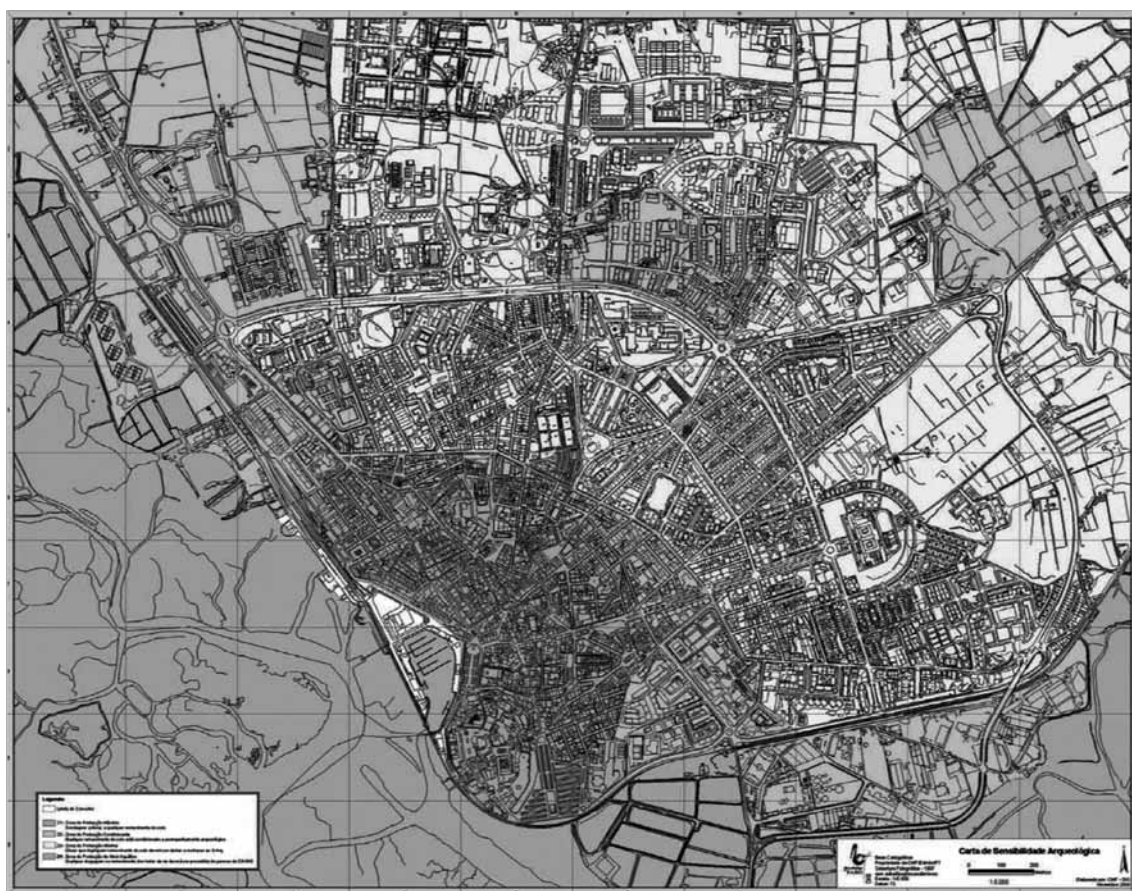


Figura 24 – Carta de sensibilidade arqueológica, segundo Paulo e Beja (2007).

O conjunto cerâmico exumado é igualmente limitado, em número, mas diversificado quanto à sua proveniência e cronologia. Entre as cerâmicas finas, assinala-se a presença de cerâmica campaniense A, B e B-oide, *terra sigillata* de tipo itálico, sudgálica e hispânica e *sigillata* clara norte africana (A, C e D), *sigillata* foceense tardia e *sigillata* paleocristã cinzenta. No conjunto, é de destacar a maior frequência de *sigillata* de cronologia mais tardia, com destaque para a clara D, correspondente ao período tardo-romano (Paulo, 1999/2000).

No que se refere às ânforas, registam cinco bordos, entre produções itálicas vinárias (Dressel 1), datáveis do séc. I a.C., dois exemplares de ânfora Dressel 7/11 do séc. I-II d.C. e dois bordos de ânforas de fabrico lusitano (Almagro 51 a-b e 51c), datáveis entre o séc. III e V (Paulo, 1999-2000, p. 40-44).

O projecto de remodelação previsto para a área do Museu Municipal suscitou a realização de sondagens arqueológicas por parte da equipa do Museu Municipal de Faro. As escavações, que foram conduzidas por Dália Paulo e Nuno Beja, tiveram lugar nos anos de 2001 e 2002, tendo-se procedido à abertura de duas sondagens de 4 x 8m, nas quais se atingiu uma profundidade de mais de 5m (Paulo e Beja, 2002; 2003).

Para a compreensão da complexa estratigrafia deste local foi possível dispor de relatórios trabalhos e de abundante registo gráfico e fotográfico das diferentes fases da escavação. Procedemos igualmente à triagem das cerâmicas de período romano e anterior e ao inventário desses materiais extraídos da totalidade dos contentores de espólio provenientes desta intervenção, tarefa em que contámos com a colaboração de Elisa de Sousa, a quem muito agradecemos.

A publicação dos materiais anfóricos relacionados com a ocupação pré-romana de Faro constituiu um dos primeiros estudos sistemáticos sobre a Ossónoba da Idade do Ferro, demonstrando que a ocupação da cidade remonta ao séc. IV a.C. (Arruda, Bargão e Sousa, 2005). A cerâmica ática (Barros, 2005, p. 931-945) e a cerâmica do “tipo Kuass” (Sousa, 2009) proveniente desta intervenção foram igualmente objecto de estudo. Apesar de se terem detectado, igualmente, estruturas de época pré-romana a reduzida área escavada não permitiu identificar a sua função. A leitura da presença destes materiais de Faro no quadro do que se conhece para a Idade do Ferro do actual território algarvio levou as autoras do primeiro desses estudos a propor que (...) “parece possível defender que grande parte do Algarve, concretamente o Central e Ocidental, fica à margem das movimentações de fenícios para ocidente e que a integração deste território na *koiné* mediterrânea se verifica apenas a partir do século IV a.C.” (Arruda, Bargão e Sousa, 2005, p. 205; Arruda, 2007, p. 115-130). Efectivamente, apenas a partir da II Idade do Ferro se estende a ocupação a Faro, ao Cerro da Rocha Branca, a Portimão, a Vila Velha de Alvor e ao Monte Molião (Arruda, 2007, p. 126-128).

Para outras intervenções realizadas em Faro, dispõe-se de informação na base de dados Endovélico e nos respectivos processos no arquivo do IGESPAR. No entanto, quando os relatórios dos trabalhos não se encontram ainda entregues, torna-se impossível obter qualquer tipo de dados sobre os mesmos. Da intervenção realizada em 2005 na R. Serpa Pinto, nº 37-41, pela Empresa Palimpsesto sob direcção do arqueólogo Miguel Dias, tivemos oportunidade de observar, de forma sumária, parte do material exumado quando este estava a ser inventariado em Lagos. Correspondia a níveis alto imperiais (segunda metade do séc. I e séc. II), com conjuntos cerâmicos muito idênticos aos que nos foi possível estudar na área onde se recuperou o mosaico do Oceano. De referir que o local da intervenção da R. Serpa Pinto dista umas escassas dezenas de metros do local onde o mosaico do Oceano foi encontrado.

Relativamente a outras intervenções mais recentes, tivemos conhecimento da sua existência através da informação que o Dr. Pedro Barros (a quem muito agradecemos), nos facultou. Os relatórios, ainda que preliminares, existentes no Museu Municipal de Faro ajudaram a completar a extensa cartografia dos achados romanos da cidade. Os vestígios recuperados na inter-

venção realizada na R. do Compromisso nº 27 não atingiram o substrato rochoso, mas permitiram verificar que, nesta área, se documentou um conjunto de estruturas do período romano. Concretamente na sondagem 2, identificou-se um pavimento com materiais associados do séc. IV d.C. (Botelho, Estrela e Ferreira, 2007, p. 9-17).

Em duas ocasiões distintas, apresentaram-se os resultados obtidos numa intervenção arqueológica que teve lugar na Cripta da Sé de Faro, sob direcção de António Medeiros, resultados esses que não foram, infelizmente, dados à estampa. Assim, são limitadas as informações disponíveis que apontam para a presença de materiais pré-romanos (cerâmica de Kuass e ânforas), além dos materiais do período romano, como a cerâmica campaniense, *terra sigillata*, além de algumas moedas.

Na Rua Teresa Ramalho Ortigão, nº 23 a 29, uma zona considerada de arrabaldes da cidade, foram realizadas sondagens, sendo praticamente inexistentes, nesta área materiais do período romano que se resumiam a um bico fundeiro de uma ânfora lusitana tardia (Pereira e Infantini, 2007).

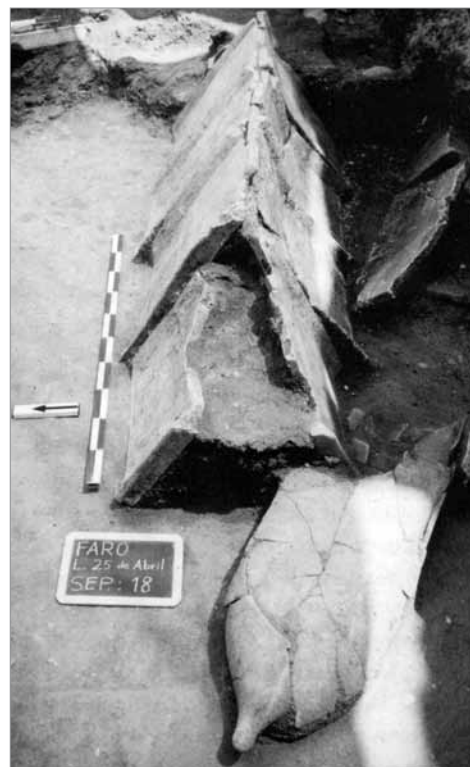
Um novo conjunto de sepulturas relacionadas com a necrópole do Bairro Letes foi objecto de intervenção por Sandra Cristina Brazuna Lopes e Marina Jacinta Ordaz Paiva Pinto, concretamente na R. D. João de Castro nº 6 e 21, na área do Parque de estacionamento de Mouras Velhas (Endovélico, CNS 1613).

No balanço realizado sobre a actividade da empresa de arqueologia Palimpsesto entre os anos 2002 a 2005, é dado conta de um acompanhamento arqueológico realizado na cidade de Faro, concretamente na R. de Portugal nº 33 e 35 (Serra et al., 2006, p. 207-212). Tratou-se, infelizmente, neste caso, de proceder ao registo de uma série de cinco sepulturas datadas do séc. III-IV, parcialmente destruídas pela abertura de uma cave (Serra et al., 2006, p. 212).

Mais recentemente, no ano de 2004, tiveram lugar novas intervenções de carácter preventivo no Largo 25 de Abril, na área que corresponde à necrópole Norte da antiga *Ossonoba*, onde se encontram quinze enterramentos (Teichner et al., 2007, p. 159-178) (**Figura 25**).

Trata-se de um conjunto muito diversificado e do maior interesse, pois além de confirmar a existência de incinerações neste local, pertencentes às fases mais antigas do cemitério, permitiu identificar alguns novos tipos de sepultura, (além dos tipos A, B e C de Estácio da Veiga), como, por exemplo, o enterramento em ânfora e a sepultura com inumação efectuada em “fossa oval escavada na rocha” (Teichner et al., 2007, p. 176, sepultura 2004/80, fig. 80). Nesta nova área, foi possível recolher materiais em associação nas sepulturas, cuja cronologia aponta para um período que se estende desde pelo menos o séc. I até ao séc. VI, o que constitui um dado relevante que confirma o amplo período de utilização do que parece ser uma das maiores necrópoles de *Ossónoba*.

As intervenções arqueológicas que visam a salvaguarda de vestígios arqueológicos no subsolo da cidade de Faro sucedem-se ao ritmo da renovação urbana, com todas as implicações inerentes.



**Figura 25** – Aspecto de uma das sepulturas escavadas pela empresa Archaiois na necrópole Norte de *Ossónoba*, segundo Teichner et al. (2007).





- 1- Rua Infante D. Henrique (Mosaico do Oceano)
- 2- Sondagens do Museu Municipal (D. Paulo e N. Beja)
- 3- Largo da Sé (intervensões de L. Franco e A. Viana)
- 4- Fábrica da Cerveja
- 5- Polícia Judiciária
- 6- Av. da República (coluna de mármore; três tanques de salga)
- 7 - Prato de TSI com marca de Cn Ateius (esquina da R. Infante D. Henrique com R. Francisco Barreto)
- 8 - R. de Sto António (sepulturas tardias)
- 9 - Praça Alexandre Herculano (cabeça romana em mármore)
- 10 - Praça Ferreira de Almeida (fustes, bases, plintos e capitel)
- 11 - Rua Serpa Pinto (escavações da empresa Palimpsesto)
- 12 - Rua Conselheiro Bivar (seis ânforas e moeda de Nero)
- 13 - Fora do Arco-da-Vila perto do Jardim Manuel Bivar (capitel visigótico)
- 14 - Terreno do Mercado Municipal (lucernas romanas)
- 15 - Rua do Compromisso
- 16 - Rua Teresa Ramalho Ortigão
- 17 - Horta do Ferragial (sepulturas)
- 18 - Rua do Repouso/Praça Afonso III (dolium romano)
- 19 - R. do Prior (fragmentos de mosaico)
- 20 - Escola Afonso III (sepulturas tardo-romanas)

#### Necrópole Norte

- N1 - Teatro Letes (necrópole) Estácio da Veiga
- N2 - R. D João de Castro (necrópole). A. Viana
- N3 - Rua de Portugal
- N4 - Largo 25 de Abril
- N5 - Rua das Alcaçarias
- N6 - Largo das Mouras Velhas

**Figura 26– Planta da cidade de Faro com a localização aproximada dos vestígios do período romano. Base cartográfica, Planta de Faro (Núcleo de SIG da Câmara Municipal de Faro) (adaptada).**



### 2.2.1.2. Contexto estratigráfico dos materiais do mosaico do Oceano

Como já houve oportunidade de referir, relativamente à intervenção suscitada pela descoberta do mosaico do Oceano não se dispõe do relatório dos trabalhos ou de qualquer caderno de campo e a proveniência dos materiais foi obtida através das etiquetas que os acompanhavam. Posteriormente, localizaram-se nos arquivos do MNA outros elementos úteis para a reconstituição dos trabalhos realizados em 1976, como as fotografias de J. M. Bairrão Oleiro e os desenhos de cortes e plantas da escavação, realizados por Dario de Souza, desenhador do MNA. A sequência estratigráfica obtida é descontínua e nem sempre se encontram referências às diferentes camadas em todas as áreas escavadas. O material encontra-se dividido entre o Museu Nacional de Arqueologia e o Museu de Faro, não existindo a certeza de se tratar da totalidade do espólio proveniente da intervenção realizada. Tudo aponta para que a recolha dos materiais tenha sido cuidadosa e os dados de que dispomos revelam que não houve uma selecção dos materiais recolhidos durante as escavações.

A metodologia de escavação seguiu os princípios de Mortimer Wheeler com a implantação de quadrados e respectivas banquetas, mas, adaptando-se ao local em causa. As sondagens foram reduzidas a 2,5 m de lado e as banquetas a apenas 50 cm. Tudo aponta para se tenham seguido as camadas naturais. A área onde se realizaram os trabalhos encontrava-se dividida por um muro mais recente. Daí resultou que uma das áreas fosse designada por Quadrado do Oceano, por corresponder à zona do medalhão e a outra área foi escavada segundo a quadrícula implantada no local (**Figuras 27 e 28**).

Deve voltar a referir-se que os trabalhos de escavação tiveram um carácter de emergência, o que condicionou, naturalmente, a forma como se desenrolaram.

Apesar das dificuldades, foi possível reconstituir as linhas principais da estratigrafia da área onde se recuperou o mosaico, trabalho que se enquadrou na participação que tivemos no projecto do *Corpus* dos Mosaicos do Sul de Portugal. A reconstituição da estratigrafia deve-se, em grande medida, ao facto da Dra. Adília Alarcão manter ainda viva a recordação de parte dos trabalhos, uma vez que acompanhou e dirigiu os trabalhos de remoção do pavimento de mosaico a cargo da equipa do Museu Monográfico de Conímbriga.

A interpretação dos registos estratigráficos obtidos no local do mosaico do Oceano permitiu identificar três níveis de ocupação e outros tantos de destruição. A caracterização e interpretação completa das camadas arqueológicas será integrada no volume do *Corpus* relativo ao Algarve – Este (Alarcão, no prelo), sendo aqui retomada, nas suas linhas essenciais (**Figura 29**).

Para a presente dissertação, foi tratado o conjunto de ânforas e de *terra sigillata* provenientes desta intervenção. No inventário geral do conjunto das cerâmicas recuperadas na escavação e seleccionadas para estudo, dos cerca de 1500, verifica-se que 64.5% possuem informação sobre a proveniência exacta. Estes 1500 registos inventariados na base de dados correspondem, repetimos, a uma selecção que é composta por: fragmentos de bordos, asas e fundos de cerâmica comum e ânforas; a totalidade dos fragmentos das cerâmicas finas (*terra sigillata*, cerâmica de paredes finas e vidrada) e das cerâmicas de cozinha africana.

Identificou-se a primeira ocupação do local nas **camadas 6, 7 e 8**, que pode ser datada dos meados do séc. I aos finais do séc. I, ou mesmo inícios do séc. II.

A documentação disponível indica que a camada 6 corresponde à terra virgem, ainda que, no Q do Oceano, no Q A1, no Q B1 e no Q B2 tenham sido recolhidos muitos fragmentos cerâmicos atribuídos a esta camada. No Q B2, assinala-se a referência “6 – terra escura com manchas de carvões” ou ainda “camada 6-7 terra amarela – última camada”. No Q do Oceano, dois fragmentos encontravam-se acompanhados de etiqueta com a indicação “6- terra escura”.

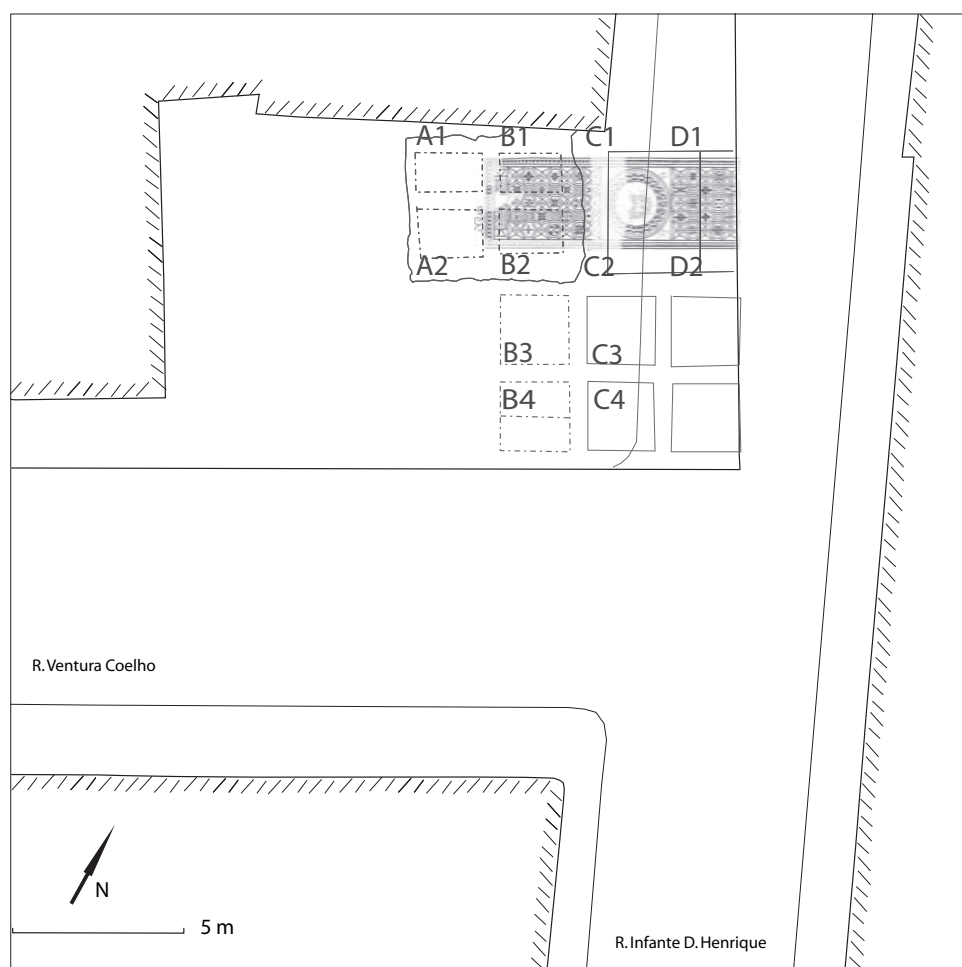


Figura 27 – Faro, escavação do mosaico do Oceano 1976. Planta geral segundo Dario de Souza (adaptada).

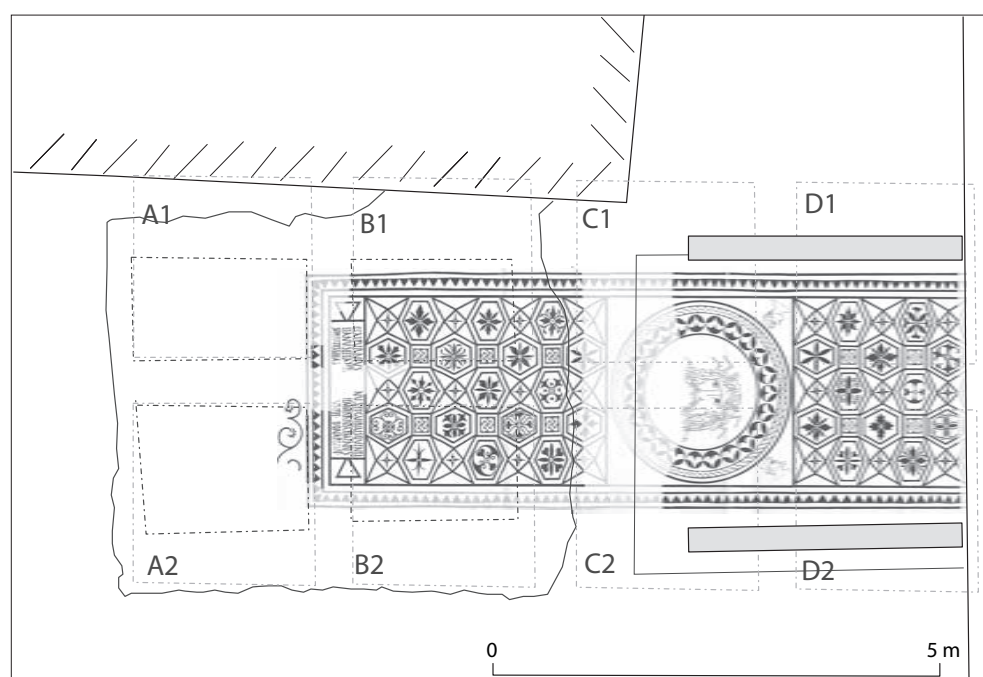


Figura 28 – Pormenor da área do mosaico do Oceano, segundo Dario de Souza (adaptado).

A suportar esta cronologia, encontra-se um conjunto de materiais de que se destaca os dois únicos fragmentos de *terra sigillata* de tipo itálico (Consp. 20.4 e fragmento decorado de forma indeterminável) datável de Tibério a meados do séc. I. Parte significativa dos materiais recuperados nesta camada, corresponde à *sigillata* sudgálica, tanto de formas pertencentes às fases iniciais da produção (Drag. 24/25, Drag. 11) como à época flávia (Drag. 35/36, Drag. 37, etc.), estando a *sigillata* hispânica do tipo Peñaflor (formas IC, III, IIIC), datável entre a segunda metade do séc. I e os inícios do séc. II, igualmente presente. A cerâmica de paredes finas é muito frequente, com uma cronologia da segunda metade do séc. I, e apenas se recuperou um fragmento de cerâmica vidrada, sendo o conjunto de ânforas muito significativo nestas camadas. As formas que transportaram preparados piscícolas béticos da área gaditana (Dressel 7/11, Beltrán IIB e Dressel 14) associam-se às importações de azeite e *defrutum* do vale do Guadalquivir. Entre estas encontram-se exemplares do tipo Dressel 20, estando presentes as variantes datadas de Cláudio-Nero. A Haltern 70 encontra-se igualmente representada por dois fragmentos de colo e asa.

Além destes materiais, estão presentes quatro fragmentos de cerâmica de cozinha africana (Hayes 196), mas apenas um se integra na variante que apresenta um bordo mais espessado. A datação desta variante situa-se a partir do séc. II, ocorrendo as duas variantes em Nabeul, em contextos do séc. III (Bonifay, 2004a, p. 225-226).

A destruição deste 1º nível corresponde à **camada 5**, situação que poderá ter ocorrido nos inícios do séc. II (?). As etiquetas referem, na área do Oceano, uma camada “5-entre o 1º e o 2º pavimento” e, no Quadrado A1 distinguem-se duas áreas para esta camada, o “5-lado Oeste” e o “5-lado Este”. Noutra etiqueta, indica-se que se tratou de uma “sondagem para localizar o fragmento de parede N articulada com o pavimento da 5ª camada na Banquete A1N”. No Quadrado A2, esta camada é localizada com maior precisão “44 cm abaixo”, estando também presente em Q B2.

Verifica-se que a esmagadora maioria dos materiais deste nível de destruição pertence ao período alto imperial. Apesar de a *terra sigillata* de tipo itálico estar ausente, a restante e as paredes finas encontradas possuem, em termos gerais, o mesmo âmbito cronológico do nível precedente. A cerâmica de cozinha africana encontra-se representada pela forma Hayes 23B, pertencente às variantes mais antigas datadas da primeira metade do séc. II, registando-se igualmente um fragmento de *sigillata* clara A da forma Hayes 8 A, com cronologia entre os finais do séc. I e o séc. III. Deve ainda referir-se que este exemplar cola com outro fragmento proveniente de uma camada de “cima do mosaico”, como a etiqueta indica.

Apesar de não se dispor de estruturas associadas a estes primeiros momentos da ocupação do local, pelas características das associações artefactuais observadas, nada indica que não se trate, como sucederá em fases posteriores, de uma área de carácter habitacional.

A **camada 4** corresponde ao nível de construção de um mosaico anterior ao Oceano e ter-se-á formado igualmente na primeira metade do séc. II. Esta camada encontra-se identificada nos desenhos como “pavimento” e corresponde ao nível de assentamento de um mosaico de que se

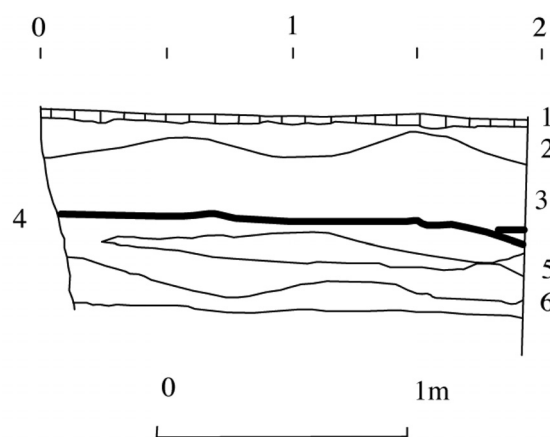


Figura 29 – Faro. Oceano 1976, corte Norte do Q A2, segundo Dario de Souza (adaptado).

encontraram alguns fragmentos. O conjunto das etiquetas refere, especificamente “4-entre dois pavimentos”, mas sem apontar o quadrado ou a área escavada, podendo tratar-se da área do Oceano, uma vez que em outra etiqueta que acompanha uma moeda lê-se “Oceano – 4ª entre o 1º e o 2º pavimento”; no Q A2, ocorre com a indicação de “4-terra amarela”, mas na Banquete de A2E refere-se uma “camada de carvões”; na Banquete B1N-B2N, indica-se a camada “4-sobre o pavimento” e, no Q B2, “estuque com pintura, argamassa, *sigillata* hispânica”. Noutra etiqueta, a área do Oceano possui referência, simplesmente, à camada “4”.

Atendendo ao conjunto de materiais com cronologia segura, sugere-se para esta camada um *terminus post quem* centrado na primeira metade do séc. II. No entanto, o longo arco temporal do fabrico das formas de cerâmica de cozinha africana, aqui registadas, deixa a cronologia em aberto. Neste contexto, ocorre uma forma de cerâmica de cozinha africana, Hayes 199/Ostia III, fig. 324, datável da época flávia até ao séc. II (Tortorella, 1981a, Est. CVII, nº 4) e outro fragmento da forma Hayes 23A.

A **camada 3** parece documentar a destruição do 2º nível de ocupação, e, como foi indicado, não se registaram materiais claramente posteriores ao séc. II.

As referências existentes indicam “3 imediatamente por cima do pavimento”, apontando-se neste caso para o pavimento anterior ao mosaico, uma vez que, quando se referem as camadas sobre o mosaico, estas estão claramente identificadas como “cima do mosaico – zona do Neptuno”, ou “material sobre a zona do medalhão”. Além desta área, existem outras referências a esta camada 3 no Quadrado A2, onde se refere também “terra escura”, ou, na banquete A2E, “por baixo da parede de alvenaria – 3ª camada”, em B1, na banquete B1S – B2N ou na banquete A2EB, onde uma etiqueta assinala “c. acima/contígua ao pavimento da parede com estuque”. Estranhamente, não se encontrou material referido dos Q A1 e B2, que registam sequências bastante completas.

De um modo geral, a cronologia das cerâmicas deste nível possui grandes semelhanças com a registada na camada anterior. Assim, constata-se que, além da cerâmica de cronologia alto imperial, existem três fragmentos de cerâmica de cozinha africana da forma Hayes 196, dois dos quais com espessamento no bordo.

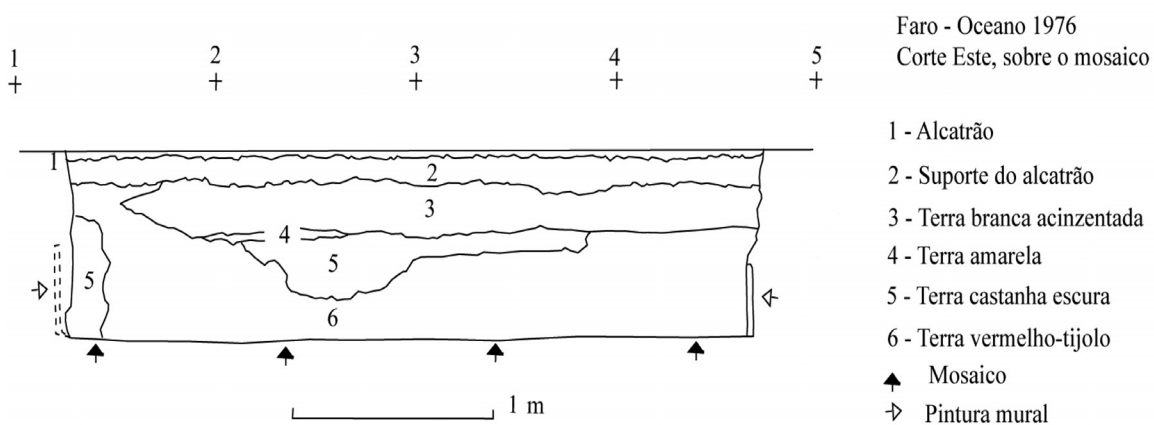


Figura 30 – Faro, Oceano (1976). Corte Este, sobre o mosaico, segundo Dario de Souza (adaptado).



Na camada que corresponde à construção do mosaico do Oceano, indicada na escavação como **camada 2**, a par de materiais da segunda metade do séc. I e do séc. II, e de outros com datação imprecisa, registou-se um fragmento de *terra sigillata* clara D e outro de clara C de formas indetermináveis. Nas etiquetas que acompanham o material do Q A1, encontra-se a indicação: “2 – zona vermelha (abaixo do mosaico)” e “2 – zona vermelha por baixo do mosaico”; no Quadrado B1, indica-se que é a camada “imediatamente abaixo da argamassa do mosaico”; no Q B2, assinala-se a referência “2” e “2 – ao longo da parede de B2N”. Relativamente à área do Oceano, a referência que existe indica simplesmente “2”. De difícil de interpretação são as etiquetas Q A2, “terra negra – final terra (sobre o mosaico)”, que parece corresponder a material recuperado sobre o mosaico; Q A2, camada 2 “terra amarela ocre”; Q A2 “2 – por baixo da parede A2E”.

Tal como nas camadas precedentes, assinala-se a presença de um fragmento de cerâmica de cozinha africana, da forma Hayes 196.

Na **camada 1**, imediatamente sob o mosaico, predominam as cerâmicas dos séculos I e II, mas entre as produções posteriores assinala-se a presença de dois fragmentos (*sigillata* clara C e *sigillata* luzente), também indetermináveis quanto à forma, cuja data inicial de fabrico tem sido atribuída à segunda metade do séc. III. Apenas se encontram materiais referidos para o Q A2 e para as Banquetes B2O-A2E e A2O-B2E.

A cerâmica de cozinha africana encontra-se aqui representada por um fragmento da forma Hayes 197 e Hayes 23B, esta última datada da segunda metade do séc. II/inícios do séc. III (Hayes 1982), forma que ocorre em Ostia, desde a primeira metade do séc. II até fins do séc. IV/início do V (Tortorella, 1981 a, p. 217). Nos sítios do vale do Guadalquivir, onde é bastante frequente, esta forma possui uma cronologia inicial ainda dos finais do séc. I (Sánchez, 1995, p. 270). Na evolução desta forma, M. Bonifay valoriza a altura do lábio interno, que associa aos exemplares mais tardios. Nesta perspectiva, o exemplar ossonobense encontra-se entre as variantes mais tardias, dos séc. III ou IV (Bonifay, 2004a).

A cronologia do abandono do local obteve-se através do estudo das formas cerâmicas de *sigillata* clara D mais tardias recolhidas sobre o mosaico, que estão datadas de meados do séc. IV a meados/terceiro quartel do séc. V (**Figura 30**). Além desta evidência directa, considerou-se igualmente relevante o material das camadas superficiais dos quadrados exteriores à área do mosaico, que apontam para a mesma cronologia.

Além das cerâmicas do período romano, recuperou-se igualmente um conjunto relativamente reduzido de cerâmicas de cronologia moderna, composto por fragmentos de faiança.

Apesar do estudo da cerâmica de cozinha africana não ter sido incluído neste trabalho, os contextos do mosaico do Oceano oferecem um importante contributo para o estudo da sua comercialização à distância, não obstante as imprecisões de ordem estratigráfica verificadas. A presença desta categoria cerâmica em praticamente todas as camadas constituiu um dado relevante para o estudo da sucessão estratigráfica do local, em geral, e da cronologia do mosaico do Oceano, em particular.

Os trabalhos de X. Aquilué Abadías para a cidade de Badalona (antiga *Baetulo*), na Tarracense (costa da Catalunha), mostram que a cerâmica de cozinha africana já ocorre em contextos peninsulares do período júlio-cláudio (1985, p. 210-221). Posteriormente, os estudos desenvolvidos por Aguarod sobre a importação de cerâmica de cozinha importada para a área da Tarracense confirmaram estes dados (1995).

Os trabalhos que incidem sobre contextos de áreas geográficas mais próximas, como os da província da Bética, concretamente de diversos sítios do baixo vale do Guadalquivir, permitem verificar que as formas de cerâmica de cozinha africana encontradas em níveis sob o mosaico do Oceano podem ocorrer em contextos datados dos finais do séc. I/ inícios do séc. II (Sánchez, 1995, p. 267-275).

Exemplo desta realidade, na casa das colunas em Itálica, o nível 7 do sector 1 foi datado do séc. II, ou mesmo de um momento anterior (Abad Casal, 1982, p. 146). Para a obtenção desta cronologia apontam-se uma série de cerâmicas de cozinha africana, concretamente a forma Hayes 23A e o prato Hayes 181, associados a algumas das importações mais antigas de *sigillata* clara A, como as formas Hayes 6, 8 e 9, datadas habitualmente dos finais do séc. I, mas também um fragmento da forma Hayes 14/17, já de uma fase um pouco posterior, de meados do séc. II.

Em Carmona (Sevilha), a cerâmica de cozinha africana ocorre em níveis de preenchimento de estruturas escavadas na rocha (na calle San Felipe 1A), que se dataram de 90-120 d.C. Além de *sigillata* sudgálica (residual) e hispânica, encontraram-se as formas Hayes 23A e B, 196, 197, e *sigillata* clara A nas suas formas mais antigas, como Hayes 3B e 6 (Vázquez Paz, 2006, p. 1658).

S. Tortorella chama a atenção para o facto de os contextos de naufrágios mais antigos de época imperial, onde se encontram *sigillata* clara A e cerâmica de cozinha africana, possuírem uma datação de meados do séc. II o que corresponde ao “momento della massima diffusione della sigillata A (...)” (Tortorella, 1981b, p. 360). Testemunham esta realidade, por exemplo, os naufrágios de Cales Coves e Porto Cristo (Menorca), de Les Laurons II (Marselha) ou de Procchio (Ilha de Elba), onde ocorrem isoladas, ou em associação, as formas de cozinha africana Hayes 23B, 181, Ostia III, fig. 332 e fig. 267, Ostia I, fig. 261 e 262, e da *sigillata* clara A da forma Hayes 3C, 8A ou 9B (Tortorella, 1981b, p. 373-377). A prova da continuidade de comercialização da cerâmica de cozinha africana em fases posteriores encontra-se no naufrágio siciliano de Ognina (Siracusa), datado das primeiras décadas do séc. III, onde a cerâmica de cozinha africana (formas Hayes 23B e Ostia III, fig. 267) se encontra associada a ânforas (Africana I, Almagro 50, e Kapitän I e II). Igualmente da primeira metade do séc. III, no naufrágio que teve lugar na costa da Etrúria (junto a Trincere), é abundante a cerâmica de cozinha africana (Hayes 196, 197 e 23B) associada a um carregamento de ânforas do tipo Africana II (Pontacolone e Incitti, 1991, p. 543-570). Com cronologia da segunda metade do séc. III, no naufrágio de Punta Ala, encontra-se a forma de *sigillata* clara C Hayes 50 A, associada à forma Hayes 23B (Tortorella, 1981).

No sul da Lusitânia, verifica-se que estas cerâmicas se encontravam, até agora, sobretudo em contextos datados do séc. II-III. Na Ilha do Pessegueiro, a cerâmica de cozinha africana encontra-se representada pelas formas Hayes 23, pelo prato/tampa Hayes 196 e Ostia I, fig. 261 e pelo tacho Hayes 197, sendo este último o mais abundante nos níveis do séc. II e da segunda metade do séc. III (Silva e Soares, 1993, p. 109). Na Quinta de Marim (Loulé), as formas Hayes 196 e 197 ocorrem em contextos da primeira metade do séc. III (Silva, Soares, Coelho-Soares, 1992, p. 348).

Na síntese que realizámos recentemente sobre a presença das cerâmicas tardias no Sudoeste da Península Ibérica, considerámos também, a propósito do conjunto de *Balsa*, que apesar da cerâmica de cozinha africana poder ter começado a ser importada em meados do séc. I, inícios do séc. II, foi certamente a partir dessa data que as importações se tornaram mais numerosas. Aponta-se também para um fim destas importações nos finais do séc. IV—inícios do séc. V (Viegas, 2007a, p. 75).

Em Castro Marim, o estudo da *terra sigillata* aponta para um abandono da área do Castelo nos finais do séc. I—inícios do séc. II (Viegas, 2003b, p. 641-646), e o inventário da cerâmica comum permitiu verificar que ali ocorrem apenas dois fragmentos de cerâmica de cozinha africana. Portanto, parece que esta produção não estava ainda a ser comercializada para aquele núcleo urbano neste período.

Recentemente, nos trabalhos desenvolvidos em Monte Molião (Lagos) foram detectados níveis arqueológicos em que as cerâmicas de cozinha africana ocorrem em contextos datáveis da primeira metade do séc. II (Arruda et al., 2008, p. 137-168).

Perante o que foi exposto, julgo poder defender-se que o conjunto da cerâmica de cozinha africana sob o mosaico do Oceano pode datar de um período entre finais do séc. I/ primeira metade do séc. II até à segunda metade dessa centúria ou ao séc. III. A associação destas cerâmicas de

cozinha africanas a formas relativamente antigas de *sigillata* clara A e a ausência de *sigillata* clara C e D (se desvalorizarmos os poucos fragmentos isolados, atribuídos a camadas sob o mosaico) ajudam a suportar esta cronologia. Mas também não podemos esquecer que quando analisamos a camada 3 estamos a referir-nos aos níveis de preparação para a construção do pavimento musivo, que resultam, eles próprios, parcialmente, da destruição de um edifício anterior, não sendo possível saber quanto tempo terá decorrido entre essa destruição e a construção do pavimento de Oceano.

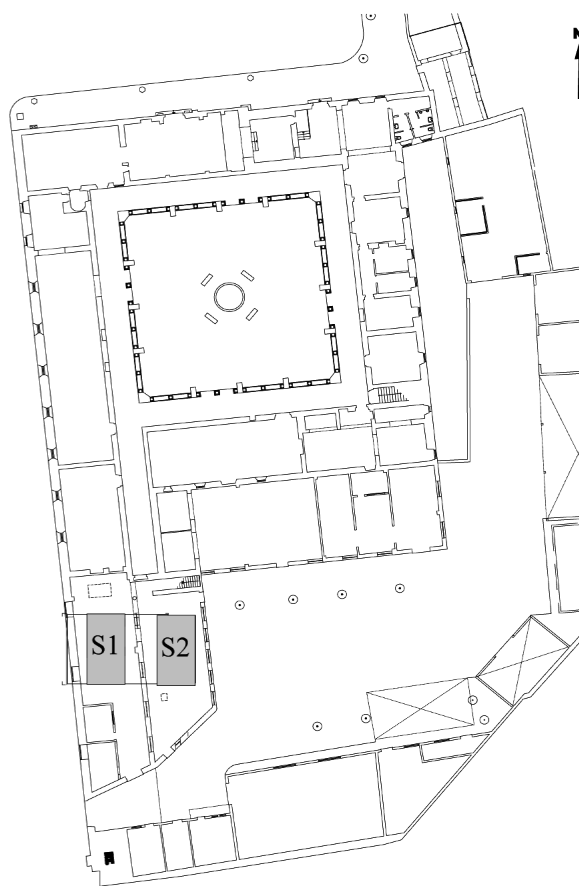
A inexistência de um relatório completo e bem documentado sobre os trabalhos de escavação obriga a encarar com prudência os dados estratigráficos de que dispomos, enquanto suporte de datação deste mosaico. Contudo, a maior parte desses dados forma um todo coerente, cuja cronologia não parece ultrapassar a primeira metade do séc. III.

Em conclusão, os dados do estudo estilístico realizado por J. Lancha sobre este mosaico, e que apontam para uma cronologia entre a segunda metade do séc. II e os inícios do séc. III podem ser confirmados, podendo mesmo propor-se um ligeiro avanço desta cronologia até meados do séc. III. As datas posteriores devem, no entanto, excluir-se devido à inscrição que o próprio mosaico apresenta, pois a utilização do *tria nonima* não fará sentido em data mais recente.

### 2.2.1.3. Contexto estratigráfico dos materiais do Museu de Faro (2000-2002)

A intervenção realizada no Museu Municipal foi suscitada pelo projecto de remodelação do Museu, que previa a realização de um túnel subterrâneo que iria ligar a área do convento, onde se localiza o Museu Municipal (**Figura 31**), e o castelo, para onde se projectava a construção de um núcleo dedicado à arte contemporânea. Os trabalhos decorreram sob direcção dos Drs. Dália Paulo e Nuno Beja durante os meses de Abril a Dezembro de 2001 e nos meses de Fevereiro e Março de 2002.

Nos dois relatórios de progresso apresentados ao IPA, encontra-se uma síntese dos principais resultados obtidos nas escavações (Paulo e Beja, 2002; 2003), tendo-nos sido igualmente facultada a totalidade dos elementos que constam do registo arqueológico desta intervenção. Estes dados foram ainda completados com o inventário das cerâmicas que realizámos, juntamente com a Dra. E. de Sousa, quando procedemos à selecção das cerâmicas romanas e da Idade do Ferro, entre o conjunto das restantes categorias. A ocupação pré-romana foi objecto de caracterização no trabalho publicado por A. M. Arruda, P. Bargão e E. de Sousa



**Figura 31– Localização sondagens 1 e 2 no Museu de Faro. Serviço de Arqueologia do Museu Municipal de Faro (adaptado).**

(2005, p. 177-208), tendo a cerâmica de Kuass sido posteriormente objecto de análise por parte de E. de Sousa (2009).

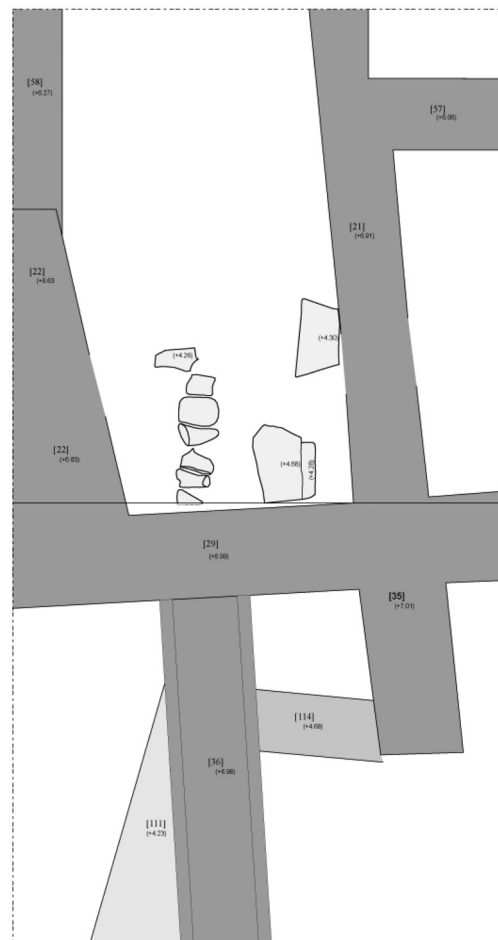
A metodologia de escavação seguiu os princípios de estratigrafia de Harris, tendo as unidades estratigráficas (UE) sido desmontadas, registadas e descritas em fichas de Unidade Estratigráfica (Paulo e Beja, 2002, p. 3). Em cada sondagem a numeração iniciou-se de forma independente na UE 1. No que diz respeito à opção pela realização de sondagens, são os próprios arqueólogos a referir as condicionantes que sentiram devido à leitura necessariamente condicionada e limitada que tiveram, considerando que o ideal teria sido a abertura de escavação em área (Paulo e Beja, 2002, p. 7).

Relativamente às informações disponíveis sobre esta zona, os arqueólogos responsáveis pelos trabalhos indicam que “(...) aquando da implantação do Convento de Nossa Senhora da Assunção em 1590, o espaço já estava ao abandono e tinha pertencido à Judiaria de Faro, como comprova o documento Auto de diligências e avaliação que se fez de casas tomadas a Joana Simões, para se fazer a portaria do convento na antiga Judiaria de Faro, de 16 de Março de 1553” (Paulo e Beja, 2003, p. 2).

A desmontagem de estruturas foi ditada pela necessidade de prosseguir os trabalhos em profundidade, tendo-se optado, em alguns casos por manter “(...) algumas UE relacionadas com o convento de Nossa Senhora da Assunção, por se tratarem de estruturas passíveis de serem musealizadas e integradas no projecto de remodelação do Museu de Faro”. (Paulo e Beja, 2002, p. 3). Na **Figura 32**, encontra-se uma planta de uma das fases de escavação desta sondagem 1, estando representados alguns destes muros de cronologia moderna e outros de datação indeterminada.

Apesar de dispormos de abundante informação, não resultou fácil a tentativa de reconstituição dos principais dados estratigráficos, por um lado devido às dificuldades inerentes a qualquer intervenção em área urbana, e, por outro, porque a dimensão das sondagens, aliada à presença de estruturas (sobretudo na sondagem 1), foi tornando cada vez menor a área de escavação, comprometendo as observações acerca da funcionalidade das unidades estratigráficas identificadas. A maior parte dos materiais provenientes desta intervenção e que foi objecto de estudo neste trabalho, encontrava-se em níveis de deposição secundária e em outros bastante revolidos pela ocupação medieval e moderna.

Na **sondagem 1**, com 4x8 m, uma parte significativa dos níveis arqueológicos e estruturas detectadas correspondem a ocupações modernas de carácter fabril e outras estão ainda relacionadas



**Figura 32 – Faro. Museu Municipal. Planta da sondagem 1. Conjunto de estruturas pertencentes ao convento e outras de cronologia indeterminada. Serviço de Arqueologia do Museu Municipal de Faro.**



com o convento aí existente. Atingiu-se o estrato geológico a uma profundidade de cerca de 5,40 m., (...) “um nível (UE129, UE144 e UE154) composto por areia e saibro beije esverdeado com epizolitos, muito húmido e compacto.” (Paulo e Beja, 2002, p. 5) (Figura 33).

Entre as camadas desta sondagem, destacamos a UE 96, que parece constituir um nível preservado, cuja formação poderá ter ocorrido no séc. I a.C. Efectivamente, e apesar de registarmos neste nível um fragmento de cerâmica vidrada, esta unidade estratigráfica possui materiais com uma relativa homogeneidade e não parece ter sido afectada por revolvimentos medievais ou modernos. Encontramos aí fragmentos de ânforas da Classe 67, Mañá C2 da Bética, além de campaniense A e B de Cales e cerâmica de Kuass, assim como ânforas de morfologia pré-romana. O mesmo parece suceder com a UE 97, que terá a mesma datação. Também neste nível inventariámos dois fragmentos vidrados, sendo o restante material formado por vários exemplares de ânforas Dressel 1 itálicas, Mañá C 2 béticas e ânforas morfologia pré-romana.

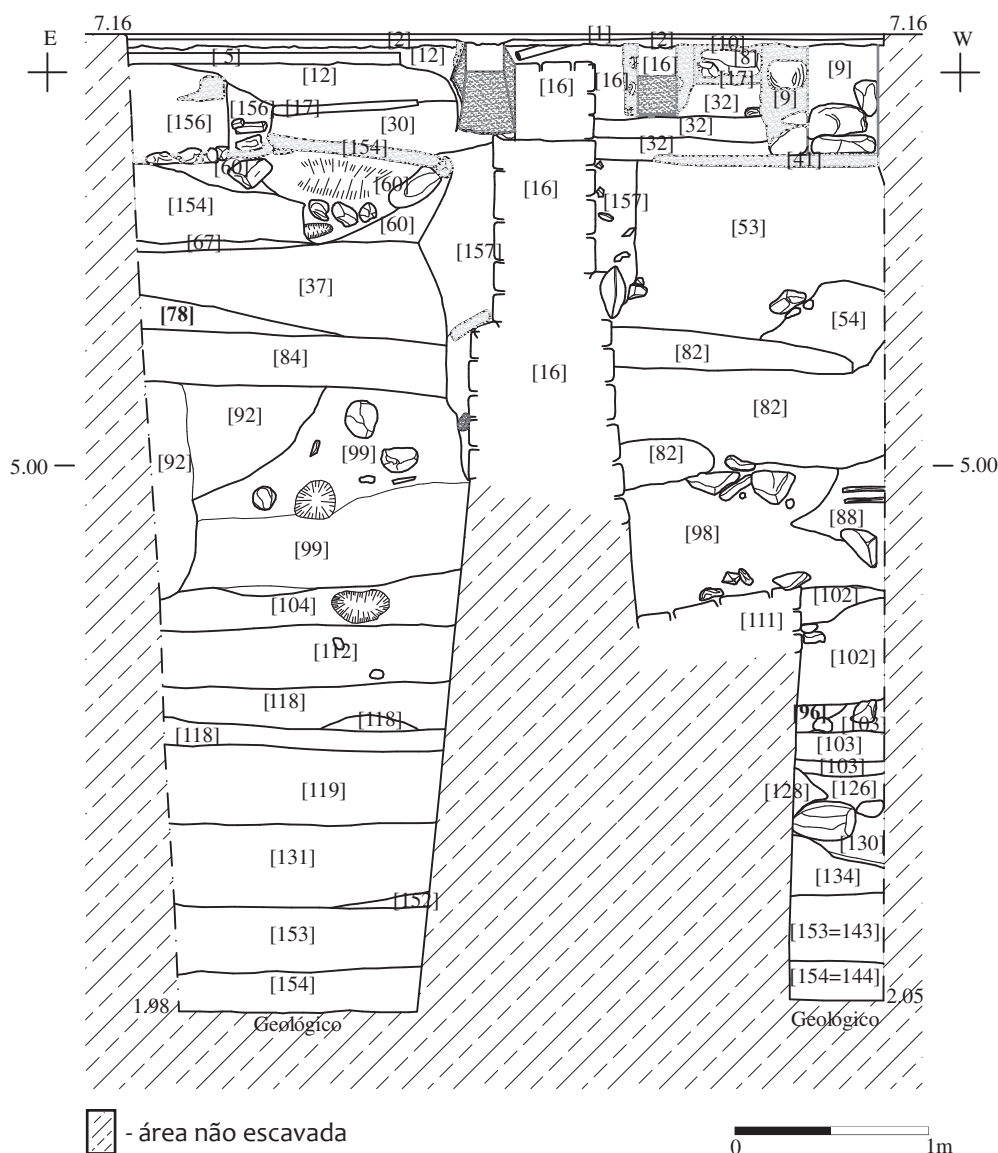


Figura 33 – Faro. Museu Municipal. Sondagem 1. Corte Sul.  
Serviço de Arqueologia do Museu Municipal de Faro.

De idêntica cronologia, situada em época romana republicana, destacamos ainda a UE 103 que, apesar de ter oferecido dois fragmentos de *sigillata*, um hispânico tipo Peñaflor e outro de clara D, no conjunto de quase uma centena de registos, a datação dos materiais é bastante homogênea. Assim, verifica-se que, além de cerâmicas de tradição pré-romana como a do tipo “Kuass” (Sousa, 2005) e ânforas (Arruda, Bargão e Sousa, 2005, p. 177-208), existiam ânforas Dressel 1 itálicas, Haltern 70, assim como inúmeros fragmentos de cerâmica campaniense A e B calena. Dada a relativamente reduzida área escavada, não foi possível fazer uma caracterização muito detalhada destes níveis, não sendo igualmente fácil identificar a sua funcionalidade.

A **sondagem 2** situou-se a escassos metros a oeste da anterior e a perturbação provocada em época medieval e moderna foi bastante mais marcada, tendo atingido mesmo os níveis mais profundos escavados até uma profundidade de cerca de 3,50 m.

As estruturas identificadas encontravam-se muito mal conservadas e foram interpretadas como tendo pertencido à fase anterior à construção do Convento, portanto do período medieval cristão. Os autores do relatório referem ainda a existência de níveis do período romano, mas o inventário geral das cerâmicas veio mostrar que estes níveis se encontravam contaminados por materiais posteriores (medievais islâmicos).

#### 2.2.1.4. Os materiais

##### 2.2.1.4.1. A cerâmica campaniense

##### Questões prévias

A cerâmica que N. Lamboglia designou de campaniense (1952), por considerar ser originária da Campânia, constitui hoje um dos melhores indicadores cronológicos para as fases mais antigas da presença romana no território hoje português. O avanço da investigação permitiu reconhecer diversos locais de produção, não só nas regiões mais próximas da capital do império romano, mas também nas províncias.

Além da “Classificazione Preliminare della ceramica campana” (Lamboglia, 1952), dispomos hoje de outras ferramentas para o estudo desta categoria cerâmica, como a tipologia de J.-P. Morel (1981). Por outro lado, o progresso da investigação tem dado a conhecer conjuntos de sítios da bacia do Mediterrâneo, de diversa natureza, quer de contextos habitacionais, quer de sítios militares ou de naufrágios, o que possibilita a obtenção de um correcto enquadramento para os seus materiais.

Em termos gerais, a cerâmica campaniense corresponde a uma cerâmica dita fina, utilizada essencialmente no serviço de mesa (constituída, maioritariamente, por pratos para comer e servir e taças para beber), que foi fabricada a torno, segundo uma tecnologia própria. Seguindo a tradição helenística, a cerâmica campaniense, fabricada em Itália a partir dos finais do séc. IV /séc. III a.C., encontra a sua origem mais remota nas produções áticas e a sua produção termina com a progressiva introdução da *terra sigillata* de tipo itálico.

De acordo com as características morfológicas, e tendo por base igualmente critérios tecnológicos, como a coloração das pastas e o aspecto dos vernizes, N. Lamboglia definiu três categorias diferenciadas: campaniense A, B e C, que distribuiu por 63 formas (1952). O surgimento de novas formas e variantes, à medida que a investigação foi avançando, aliado à dificuldade em distinguir, com clareza, as diversas produções de campaniense e afins, de carácter local/regional, levou à proposta de uma nova tipologia elaborada por J.-P. Morel (1981). Esta tipologia, que a co-

munidade científica acolheu com agrado, e para a qual se reconhece a maior utilidade, não veio, no entanto destronar, completamente, a anterior, de N. Lamboglia. Assim, na maior parte dos trabalhos mais recentes verifica-se que se mantém a designação tradicional de N. Lamboglia, sendo por vezes introduzida a forma de J.-P. Morel. Nesta opção, não será alheia a dificuldade, que também experimentámos, em aplicar a tipologia de J.-P. Morel quando se dispõe de conjuntos de *habitat*, portanto com elevado grau de fragmentação. Ainda assim, utilizámos a designação de Lamboglia, seguida, sempre que foi possível, da correspondente de J.-P. Morel, optando por este último quando se trata de formas ausentes da tipologia mais antiga.

Na sua estrutura, a tipologia de J.-P. Morel organiza-se por formas, assentando nos princípios de um sistema, herdado das ciências naturais, de classificação taxonómica, que divide a cerâmica campaniense em categorias, géneros, espécies, séries e, por fim, tipos (1981). O contributo deste investigador para o estudo desta categoria cerâmica estende-se igualmente à clarificação de fenómenos como o das “imitações”, definindo alguns critérios base para a sua identificação, que hoje podemos aplicar à cerâmica campaniense, sendo válidos igualmente para as outras categorias cerâmicas do mundo romano (Morel, 1978, p. 149-168). Assim, a par das grandes categorias de campaniense A, B e C, produzidas por oficinas ou grupos de oficinas e com ampla difusão (ditas “universais”), conhecem-se inúmeras produções de carácter local e regional (imitações ou não), que possuem um alcance também ele mais restrito à escala regional.

Na base da distinção destas produções, está a possibilidade de diferenciar a coloração da argila ou as distintas qualidades do verniz, o que nem sempre é fácil. Se numa primeira abordagem se pode ensaiar uma observação macroscópica, em algumas situações as análises químicas podem ser de grande utilidade. Em 1971, a equipa do laboratório ceramológico de Lyon, liderada por M. Picon, procurou caracterizar os aspectos tecnológicos da cerâmica campaniense A e B, tendo verificado que o aspecto mais claro das pastas da segunda se devia à elevada percentagem de calcário na argila utilizada (Picon *et al.*, 1971, p. 82-88). Concluiu-se ainda que as diferenças na coloração das pastas se devem às oscilações na câmara de cozedura, aspecto que não deve, por isso, ser excessivamente valorizado.

Entre as produções que tiveram uma ampla difusão, ditas “universais”, encontra-se a cerâmica **campaniense A**. É originária do Golfo de Nápoles, com argilas, muito possivelmente, da Ilha de Ischia, apresentando tonalidades rosa avermelhado e verniz negro, com reflexos metálicos. Definida pela primeira vez em *Albintimilium* por N. Lamboglia (1950), a produção estende-se desde finais do séc. IV a. C. até cerca de 40 a. C., não sendo detectada nos níveis augustanos. Perante uma cronologia tão ampla, J. -P. Morel propôs a subdivisão da produção em várias fases: arcaica (cerca de 280-220 a. C.), antiga (cerca de 220-180 a. C.), média ou clássica (cerca de 180-100 a. C.) e tardia, que corresponde ao período entre 100 e 40 a. C., fase em que se dá o desaparecimento das estampilhas a favor da decoração com círculos incisos em caneluras e pintados (Morel, 1980; Py, Adroher Auroux, Sanchez, 2001, p. 438). Nesta última fase, a campaniense A sofre também a concorrência das restantes campanienses ditas “universais”, campaniense B e C (Morel 1980; Py, 1993b, p. 146).

Esta produção oferece alguns exemplares com decoração, sobretudo nas fases antiga e clássica, constituída por palmetas impressas no fundo interno de grandes pratos, que está ausente dos exemplares da fase final da produção. A decoração estampilhada, como o motivo da rose-ta ou outros um pouco mais complexos, impressos no fundo interno de taças, ocorre, sobretudo, na fase arcaica e antiga. A pintura está também presente, sendo rara a decoração em relevo (Py, 1993, p. 146).

A cerâmica **campaniense B** é proveniente da Etrúria e caracteriza-se por uma pasta ocre ou bege e um verniz negro azulado e sem reflexos. Foi produzida a partir do segundo quartel do séc. II a. C. e teve uma ampla difusão em toda a bacia do Mediterrâneo, tendo sido a base de inúmeras produções à escala local/regional.

Afastando o termo “imitação” de campaniense B, J. P. Morel preferiu a designação de campaniense “B-óide” para um conjunto de produções igualmente da Península Itálica com grandes semelhanças formais e decorativas com a “verdadeira” campaniense B, e cujo centro produtor se supôs poder localizar-se na região do Sul da Campânia /Norte do Lácio (Morel, 1981, p. 46). A expressão “círculo da B” enquadra-se também neste mesmo fenómeno e designa igualmente as cerâmicas que possuem grandes afinidades com as produções de campaniense B, sem serem as “verdadeiras” B. Os dados dos centros de consumo têm permitido verificar que estas campanienses ditas B-óides tiveram ampla difusão na Catalunha e no Languedoc ocidental, sendo relativamente raras no Sul da Gália (Py, 1993c, p. 151). Infelizmente, sob a designação de campaniense B-óides ou do “círculo da B”, colocam-se frequentemente todas as campanienses que não se integram na campaniense B, mas que são aparentadas com esta, e ainda as que são de classificação duvidosa.

Actualmente, admite-se que parte significativa, senão a totalidade, das cerâmicas anteriormente denominadas B-óides foi produzida no centro produtor de Cales ou nas suas proximidades, sendo, no entanto, difícil a sua identificação face às restantes B-óides e ainda relativamente às cerâmicas designadas Byrsa 661 (Adroher Auroux e López Marcos, 1996, p. 11-37). Tratar-se-ia, no caso da produção de Cales, de um fenómeno de reinterpretação de modelos anteriores, por parte de oleiros emigrados para esta região, muito possivelmente originários da Etrúria (Adroher Auroux e López Marcos, 1996, p. 31).

Nos anos 80, L. Pedroni procurou definir as produções calenas, caracterizando-as por apresentarem uma pasta calcária clara, bem depurada, de tons bege claro a bege rosado, admitindo também a dificuldade de distinguir algumas de estas, de outras, com pastas claras, como a da campaniense B etrusca (Pedroni, 1986 1990, p. 185-191 *apud* Adroher Auroux e López Marcos, 2000, p. 153-154). A decoração impressa de losangos, outrora atribuída às produções norte africanas Byrsa, parece constituir uma característica distintiva das produções de Cales (Morel, 1981; Adroher Auroux e López Marcos. 2000, p. 154). Do ponto de vista cronológico, o fabrico destas cerâmicas teve o seu início em torno a 334 a.C., desaparecendo no período de Augusto. No entanto, foi durante o período compreendido entre 184 a. C. e cerca de 50 a.C. que se registou o momento áureo da produção e exportação desta oficina (Adroher Auroux e López Marcos, 1996, p. 20).

Relativamente às produções de Cales, são também de destacar os trabalhos sobre os materiais da cidade de Valência, onde estas cerâmicas chegaram nos momentos da fundação da cidade (Escrivá Torres, Marín Jordá e Ribera i Lacomba, 1992, p. 443-468; Marín Jordá e Ribera i Lacomba, 2000, p. 91-05). Efectivamente, foram os dados cronológicos relativos a Valência que permitiram clarificar a informação acerca da presença de produções lisas de Cales na Hispânia. Inicialmente, identificou-se, nesta cidade, um conjunto de produções de verniz negro designadas como Byrsa 401 e 661, para as quais se apontava uma origem em Cartago (Marín Jordá e Ribera i Lacomba, 2001, p. 246-295). Como os investigadores valencianos puderam constatar posteriormente, “(...) se vio que algo no acababa de cuadrar en el esquema teórico inicial de las producciones de Byrsa 401 y 661, a las que se había supuesto un origen cartaginés y, por consiguiente, se le daba una fecha final que no podía sobrepasar el momento de su asedio y destrucción, o sea, los años 149-146 a.C. Evidentemente, la habitual presencia de estas cerámicas en Valencia, fundada 10 años después de la caída de Karthago, no encajaba con este esquema.” (Marín Jordá e Ribera i Lacomba, 2001, p. 249).

Sendo impossível contradizer os dados das fontes e dos contextos arqueológicos de Valência, a convergência das descobertas realizadas em Cales por L. Pedroni mostrou que este sítio foi um importante centro produtor de cerâmicas entre o séc. III e I a. C. (1986, 1990). Constatou-se igualmente que entre as suas produções “(...) se distingían no sólo las típicas piezas firmadas y con relieve aplicado sino que también había que incluir en su repertorio a las referidas Byrsa 661



y a una buena parte de lo que se llamó campaniense B y beoide (Marín Jordá e Ribera i Lacomba, 2001, p. 250)". Posteriores análises químicas confirmaram a origem calena das cerâmicas outrora identificadas como Byrsa 661, tendo sido proposta, relativamente à produção Byrsa 401, uma origem na Sicília, que carece ainda de confirmação.

As descrições das pastas e vernizes das cerâmicas procedentes de Valência são particularmente úteis sobretudo para as produções lisas, do período compreendido entre o momento da fundação da cidade (138 a.C.) e os finais do séc. II a.C. (Marín Jordá e Ribera i Lacomba, 2000, p. 94). Transcrevemos essas características, por as considerarmos relevantes para futura referência "Arcilla: pasta beige verdosa-amarillenta a beige rosada, en ocasiones con el núcleo interior más anaranjado, dura e compacta, con pequeñas inclusiones micáceas, algunos puntos de cal y núcleo interior generalmente mas anaranjado. Barniz: en el barniz se aprecian dos matizaciones, por una parte un barniz negro que es por lo general mate, con irisaciones de color marrón-verdoso de aspecto rugoso, com líneas de torno muy marcadas y numerosas huellas digitales; en las piezas de estas características generalmente se observa una ausencia de barniz en la pared esterna y en lo que sería el disco de apilamento. Por otra parte, se observan otras piezas que poseen un barniz negro cubriente de aspecto algo rugoso, bien adherido y diversos matices en su coloración que varía entre el negro mate, negro profundo satinado o negro metálico con numerosas irisaciones azuladas" (Marín Jordá e Ribera i Lacomba, 2000, p. 94).

Os trabalhos de Pedroni, realizados a partir dos materiais dos depósitos das oficinas calenas, além de mostrarem uma vigorosa produção de formas lisas mais tardias, confirmaram a importância da difusão destas produções para o Ocidente, como o sul da Gália, e o território espanhol, praticamente até à mudança da Era (Py, Adroher Auroux e Sanchez, 2001, p. 429). A sua presença em Lattes, na Gália não é, no entanto, muito significativa, encontrando-se representada apenas por algumas das suas formas (Py, Adroher Auroux e Sanchez, 2001, p. 429-434).

Na tentativa de distinguir as origens de uma amostra de 62 fragmentos de cerâmicas campanienses ditas B-óides de vários sítios da Gália e da actual Espanha (sobretudo de Ampúrias), J. P. Morel e M. Picon analisaram estes materiais do ponto de vista dos seus constituintes químicos. Assim, distinguiram-se claramente dois grupos que correspondem às produções etruscas e às da Campânia (Morel e Picon, 1994, p. 23-46). A confirmação de que a maior parte da cerâmica campaniense B e B-óide da Gália é originária da região da Campânia, concretamente da zona de Cales-Teano, obteve-se pelo confronto dos resultados obtidos com os do grupo de referência de Cales (Morel e Picon, 1994, p. 36). Estes investigadores assinalam também que a escolha das metodologias de análise é fundamental nesta matéria, dado a monotonia das composições químicas das argila da Península Itálica, aspecto que dificulta a identificação das diferentes proveniências (Morel e Picon, 1994, p. 31-36).

Na conclusão da mesa redonda de Ampúrias, defende-se mesmo que o termo B-óide deve ser abandonado, pois esta designação tem sido utilizada de forma abusiva e pouco concreta. Assim deveria falar-se antes de campaniense B etrusca e B calena, consoante estejamos perante a cerâmica originária da Etrúria ou das produções de Cales, no norte da Campânia. Relativamente à correcta distinção destas produções, os autores são unânimes em considerar de máxima necessidade a utilização de métodos arqueométricos (Aquilué Abadías, García Rosseló e Guitart Duran, 2000, p. 404).

Além das produções mencionadas, refira-se ainda a existência da cerâmica **campaniense C**, que tem a sua origem na Sicília, concretamente na região de Siracusa. Caracteriza-se por ter uma pasta cinzenta e "verniz" negro apenas na superfície interna da peça e no exterior junto ao bordo. A sua produção teve lugar num período compreendido entre 150 e 50 a. C. (Morel, 1980, p. 104).

A difusão desta campaniense nunca atingiu as quantidades das campanienses A e B (da Etrúria e da Campânia) (Py, 1993d, p. 153), sendo percentualmente muito escassa nos sítios de

referência, como Ampúrias (Sanmartí Greco, 1978) e Azaila (Vale do Ebro) (Beltrán Lloris, 1979), na Península Ibérica, ou Olbia, na Provença (Bats, 1988). Outros autores referem ainda o facto de o conjunto de formas exportadas ser relativamente reduzido face ao produzido e destacam que esta foi a primeira vez em que a Sicília é responsável por exportações para um território tão vasto (Morel, 1978; Adroher Auroux e López Marcos, 1996, p. 25).

É importante referir ainda o facto de as características técnicas desta campaninense C serem distintas das restantes congéneres itálicas. Segundo os estudos realizados por J.-P. Morel e M. Picon, estas produções não foram revestidas com um verniz idêntico aos das Campanienses A ou B da Etrúria ou da Campânia, mas sim um “verniz de type non grésé” (Morel e Picon, 1994, p. 44), que não adquire, portanto, o aspecto lustroso e impermeável, assemelhando-se mais a um engobe de tipo argiloso. As condições de cozedura também diferem, sendo na campaniense C realizadas em Modo B (cozedura dominante redutora e arrefecimento igualmente em ambiente redutor), o que resulta na coloração cinzenta da pasta, e, nas restantes, seguem uma cozedura em modo A, portanto em ambiente dominante redutor e um arrefecimento oxidante (Morel e Picon, 1994, p. 44-45).

Muitas das produções inspiradas nos modelos da cerâmica campaniense e à escala local regional têm igualmente coloração acinzentada, não devendo, no entanto, confundir-se com a produção siciliana, ausente, até ao momento, no território hoje português. No ocidente da actual Andaluzia, de um conjunto de mais de 1500 peças, apenas sete pertencem a esta categoria, distribuindo-se por sítios da região de Málaga, Sevilha, Cádiz e Huelva, o que evidencia a raridade desta cerâmica (Ventura Martínez, 2000, p. 183).

É bastante vasto este conjunto de produções que teve apenas uma difusão à escala local/regional. Mesmo no seio da Península Itálica, conhecem-se diversos centros produtores, mas igualmente em outras regiões, designadamente na Catalunha e no vale do Guadalquivir, na Ásia Menor, no Norte de África, em França, na Sardenha e em Ibiza.

Dada a proximidade geográfica relativamente aos sítios que estudamos, interessam-nos particularmente as produções que se detectaram na *Ulterior* (Adroher Auroux e López Marcos, 2000, p. 149-176). Assim, destaca-se uma série, ainda que problemática, que corresponde a uma produção de pasta cinzenta, identificada na região do Alto Guadalquivir (Cástulo e Porcuna). A maior parte das formas que imita ou em que se inspira pertence ao repertório da campaniense B, centrando-se a sua produção no séc. I a.C. (Adroher Auroux e López Marcos, 2000, p. 152). Dentro desta série, distingue-se a produção cinzenta oretana e, cinzenta bastetana. O centro produtor da primeira pode ter-se situado junto a *Obulco* (Porcuna), centrando-se o seu fabrico no séc. I a.C., apesar de estar ainda presente uma imitação da forma Lamb. 36, de cronologia anterior (Adroher Auroux e López Marcos, 2000, p. 158, est. 3). As formas da cerâmica cinzenta bastetana também tiveram inspiração em modelos da campaniense B, portanto do séc. I a.C., prolongando-se a sua presença no registo arqueológico até cerca 30 e 10 a.C., cronologia que se obteve pela associação com a *terra sigillata* de tipo itálico (Adroher Auroux e López Marcos, 2000, p. 159, est. 3). De referir que, neste caso, as superfícies das peças não oferecem qualquer verniz, sendo estas alisadas e brunidas.

Também J. Ventura Martínez se refere a uma produção de cerâmica de pasta cinzenta e verniz negro “(...) adscribible a un taller o círculo de talleres para el que no descartamos una posible radicación en el Valle del Guadalquivir (...)” (Ventura Martínez, 2000, p. 185). Na composição da pasta, refere a presença de inclusões micáceas finas, lembrando também que a distribuição deste tipo de materiais alcançou diversos sítios do Baixo Guadalquivir e de toda a área costeira de Cádiz (Ventura Martínez, 2000, p. 185). Em alguns fragmentos de fundos desta produção, ocorre a decoração com o losângulo impresso, típico da produção calena, enquadrado por caneluras concêntricas (Ventura Martínez, 2000, p. 185, fig. 21).

Outra série, de difusão mais restrita, corresponde a escassos seis fragmentos identificados em Almuñecar, cujas características apontam para uma maior influência das formas mais comuns do séc. II a.C. (Adroher Auroux e López Marcos, 2000, p. 152). A sua pasta é de tonalidade castanha avermelhada, sendo visíveis inclusões esbranquiçadas.

Segundo J. Principal Ponce e J. Sanmartí Greco, reconhecem-se actualmente vários grupos de pasta cinzenta de época republicana no contexto das produções de imitação de cerâmica itálica tardo republicana (2007, p. 259-271). Assinalam-se dois grupos principais, um originário do norte de África e o outro procedente do Mediterrâneo central e ocidental. A área de circulação preferencial dos produtos norte africanos colocaria em evidência, segundo estes investigadores, a ligação entre a Bética e a área mauritana, com especial incidência nos conjuntos da Andaluzia ocidental (Principal Ponce e Sanmartí Greco, 2007, p. 261), o que parece confirmar-se através dos dados que J. Ventura Martínez recolheu em Sevilha (1985, p. 125-132). Reconhecem, contudo, que o conhecimento destas realidades permanece ainda limitado.

Além dos avanços na caracterização das produções locais/regionais de diferentes áreas da Península Ibérica, a Mesa Redonda de Ampúrias constituiu um marco nos estudos das distintas categorias de cerâmica campaniense na Península Ibérica, e não só (Aquilué Abadías, García Rosseló e Guitart Duran, 2000). “Obrigando” os autores que se debruçaram sobre diferentes áreas geográficas (desde o norte de Itália, Génova, região de Ampúrias, costa Laietana, Badalona, região de Valencia, região de Alicante, Cartagena, Pollentia, região da actual Andaluzia, cidades romanas de Isona (Aeso) e Lleida (Ilerda), área de Saragoça, acampamentos numantinos e vale do Ebro) a responder a um questionário comum, os coordenadores desta reunião asseguraram a divulgação de um conjunto importante de dados. Entre as questões levantadas, procurou discutir-se os aspectos cronológicos relacionados com a distribuição da cerâmica campaniense A, suas imitações, e o momento da sua substituição pela campaniense B (Bloco I). Outros aspectos tratados relacionaram-se com a cerâmica campaniense B, procurando-se a sua caracterização e tentando também discutir os aspectos relacionados com as chamadas B-óides. Os critérios, decorativos ou outros, que os investigadores têm utilizado na definição de outras cerâmicas de verniz negro, como as aretinas de verniz negro ou a cerâmica de Cales, foram também objecto de discussão no bloco II. O bloco III incidiu sobre as produções de campaniense C e sua difusão nas regiões estudadas. As produções de âmbito local/regional que se inspiraram ou imitaram formas de cerâmica campaniense foram também apresentadas, como já tivemos oportunidade de realçar *supra* (Aquilué Abadías, García Rosseló e Guitart Duran, 2000).

No território português, destacam-se os trabalhos de síntese de M. Delgado, que, no início dos anos 70 do século passado, apresentou o estado da questão sobre a cerâmica campaniense em Portugal (Delgado, 1971, p. 403-419). Da quase centena de exemplares estudados, a maioria pertence a sítios do Sul de Portugal (Vaiamonte, Alcácer do Sal, Algarve, Setúbal, Miróbriga e Castelo da Lousa), fazendo-se apenas referência à existência de exemplares da colecção de Castro Nunes, recolhidos na Lomba do Canho (Arganil), (Delgado, 1971, p. 403). Assinala-se ainda a variedade de fabricos, com um grande número de imitações da campaniense B.

O conjunto de Conímbriga também é digno de referência, sobretudo pelas importantes conclusões que o colóquio internacional “A propos des céramiques de Conimbriga”, onde estiveram presentes N. Lamboglia e J. P. Morel, proporcionou (Delgado, 1976a, p. 92). Relevante foi igualmente a publicação da campaniense de Conímbriga que constituiu, na sua época, o conjunto mais numeroso publicado (Delgado, 1976b, p. 21-26). Trata-se de 41 fragmentos, que pertencem, na sua maioria, à campaniense B e B-óides, estando a campaniense A e C igualmente representadas. Na impossibilidade de rever estes materiais, parece-nos provável que, há luz dos dados agora conhecidos sobre a difusão das produções calenas tardias, a totalidade ou pelo menos parte significativa da cerâmica campaniense B de Conímbriga, assim como as produções ditas “locais

regionais” G e H pertença às produções da Campânia. A propósito da cerâmica campaniense de Alcácer do Sal, são igualmente discutidas questões importantes relativas aos problemas na distinção da campaniense B, e suas produções afins (Soares, 1978).

Mais recentemente, são de referir as reflexões em torno da cerâmica campaniense da Lomba do Canho (Arganil), com enquadramento relativamente aos conjuntos mais relevantes do território nacional (Fabião e Guerra, 1996, p. 109-131). Fazendo uma reavaliação dos materiais já conhecidos para o território português, os autores concluem que os sítios que apresentam cerâmicas mais antigas são Miróbriga e Alcácer do Sal, onde ocorrem formas de campaniense A datáveis de meados e da segunda metade do séc. II a.C. (Fabião e Guerra, 1996, p. 121). A difusão destes materiais estaria relacionada com o percurso dos exércitos romanos, o que justificaria a concentração, a sul do Tejo, dos exemplares mais antigos, aspecto a que não terá sido alheia a operação de Décimo Júnio Bruto (Fabião e Guerra, 1996, p. 123).

### Caracterização geral da amostra

A cerâmica campaniense de Faro é originária das sondagens realizadas no Museu Municipal. Anteriormente, D. Paulo tinha já registado a presença deste tipo cerâmico, na intervenção arqueológica realizada em 1999 na Fábrica da Cerveja, uma área a cerca de 500 metros do local onde, em 2000, se localizaram as sondagens do Museu Municipal, (Paulo, 1999-2000, p. 15-85). Trata-se de 11 fragmentos, impossíveis de classificar dada a sua reduzida dimensão, pertencentes à campaniense A (5 frag.), campaniense B (3 frag.) e campaniense B-óides (3 frag.) (Paulo, 1999-2000, p. 30-31).

As escavações da área onde se recuperou o mosaico do Oceano não ofereceram quaisquer materiais do período republicano, iniciando-se a ocupação desta área da cidade num momento posterior aos meados do séc. I d.C. (Viegas, 2008b). Uma abordagem preliminar do conjunto de cerâmica campaniense de Faro foi objecto de uma comunicação ao IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Viegas, 2008c, p. 215-231). Retomam-se aqui as principais linhas desse estudo e desenvolvem-se aspectos que anteriormente não tinham sido objecto de análise pormenorizada.

A cerâmica campaniense de Faro corresponde a um conjunto de 452 fragmentos. Destes, foi possível obter classificação morfológica para 121 indivíduos, que se repartem por três grandes categorias de cerâmica campaniense (Ver **Tabela 1**).

Na revisão do material de Faro, distinguiram-se as seguintes produções, de acordo com as características do verniz/engobe e pasta. A campaniense A não levanta grandes questões quanto à sua identificação e caracterização. No que se refere às produções de verniz negro do mundo das B, a questão é mais complexa. Na sequência dos estudos desenvolvidos por J.P. Morel, e das conclusões da Mesa redonda de Ampúrias, consideramos ser mais correcto designar como campaniense B de Cales, o conjunto de materiais que anteriormente denominámos por B-óides. Aparentemente, a campaniense B etrusca está ausente do conjunto de Faro, e, além das categorias mencionadas, foi ainda possível encontrar fragmentos, que designámos por cerâmica campaniense de pasta cinzenta, alguns dos quais poderão ter a sua origem no vale do Guadalquivir.

A cerâmica campaniense A encontra-se representada por cerca de 42.1% das formas cujo tipo foi possível identificar, sendo a cerâmica campaniense B de Cales responsável por 49.6% do total das formas recuperadas. Registou-se ainda um conjunto de seis peças (8.3%) que se enquadra nas produções regionais de pasta cinzenta. O elevado grau de fragmentação dificultou a classificação segundo as tipologias de referência de N. Lamboglia (1952) ou da mais recente proposta de J. P. Morel (1981).



	Nº Frags	% Nº Frags	NMI	% NMI
<b>Campaniense A</b>	233	51.6	51	42.1
<b>Campaniense B de Cales</b>	195	43.1	60	49.6
<b>Campaniense pasta cinzenta</b>	24	5.3	10	8.3
<b>Total</b>	<b>452</b>	<b>100</b>	<b>121</b>	<b>100</b>

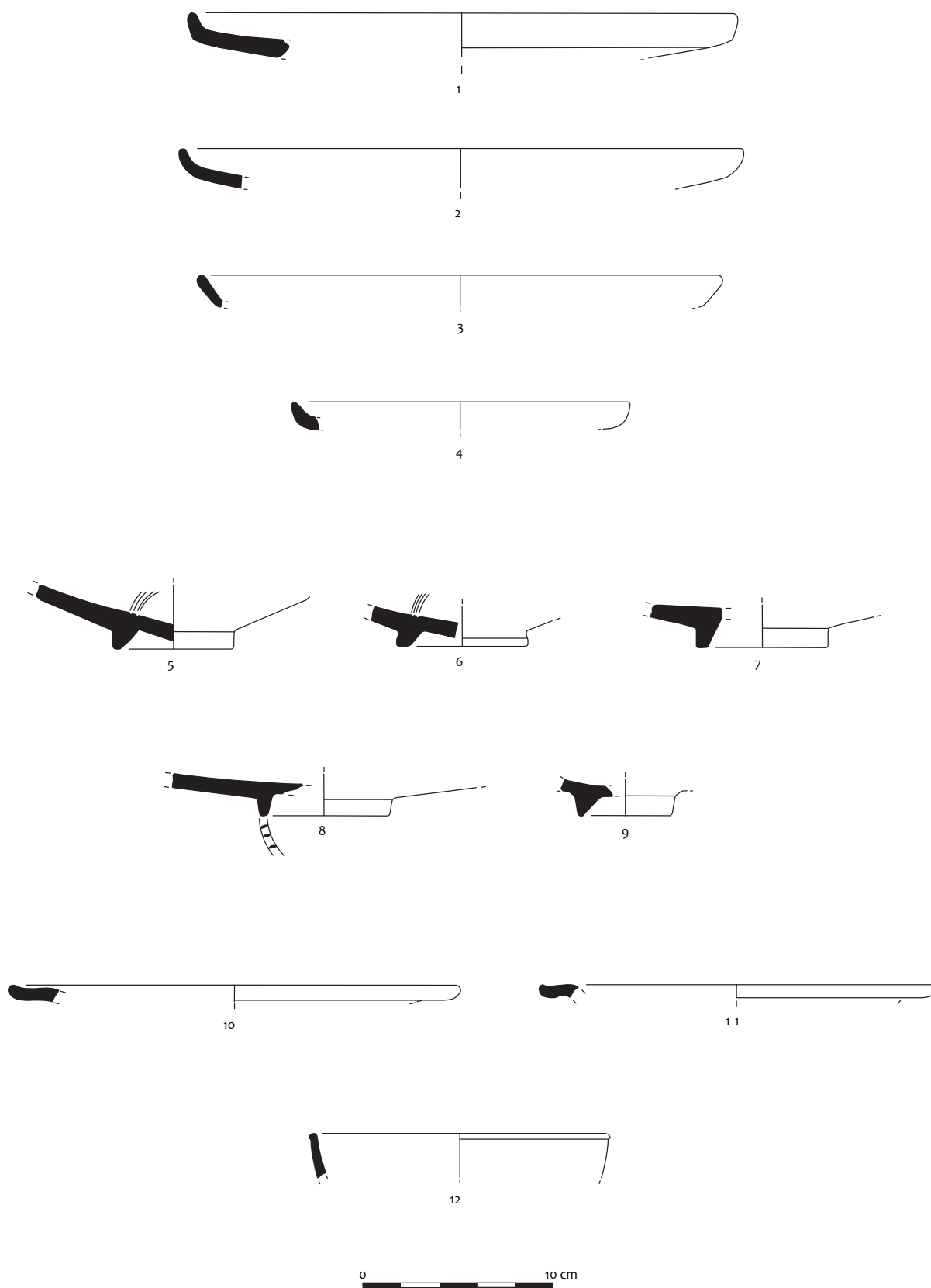
Tabela 1 – Faro. Distribuição da cerâmica campaniense das escavações do Museu Municipal.

As produções de cerâmica **campaniense A**, originárias da região de Nápoles, são abundantes em Faro (**Estampa 1, 2 e 3**). O conjunto é bastante diversificado, em termos morfológicos, como se pode observar na **Tabela 2**. Encontram-se as formas mais comuns nos sítios que receberam este tipo de materiais, como a Lamb. 27 (nº **13 a 16**), 31 (nº **19 a 26**) e 36 (nº **10 e 11**), que são bastante frequentes em Faro. Do ponto de vista cronológico, pode afirmar-se que, no seu conjunto, estes materiais se enquadram num período compreendido entre a segunda metade do séc. II a.C. e o séc. I a.C. Esta datação é obtida pela presença das formas mais antigas, como é o caso da Lamb. 36, relativamente abundante em Faro para a cronologia mais antiga, e Lamb. 5/7 ou 8, para momentos mais tardios.

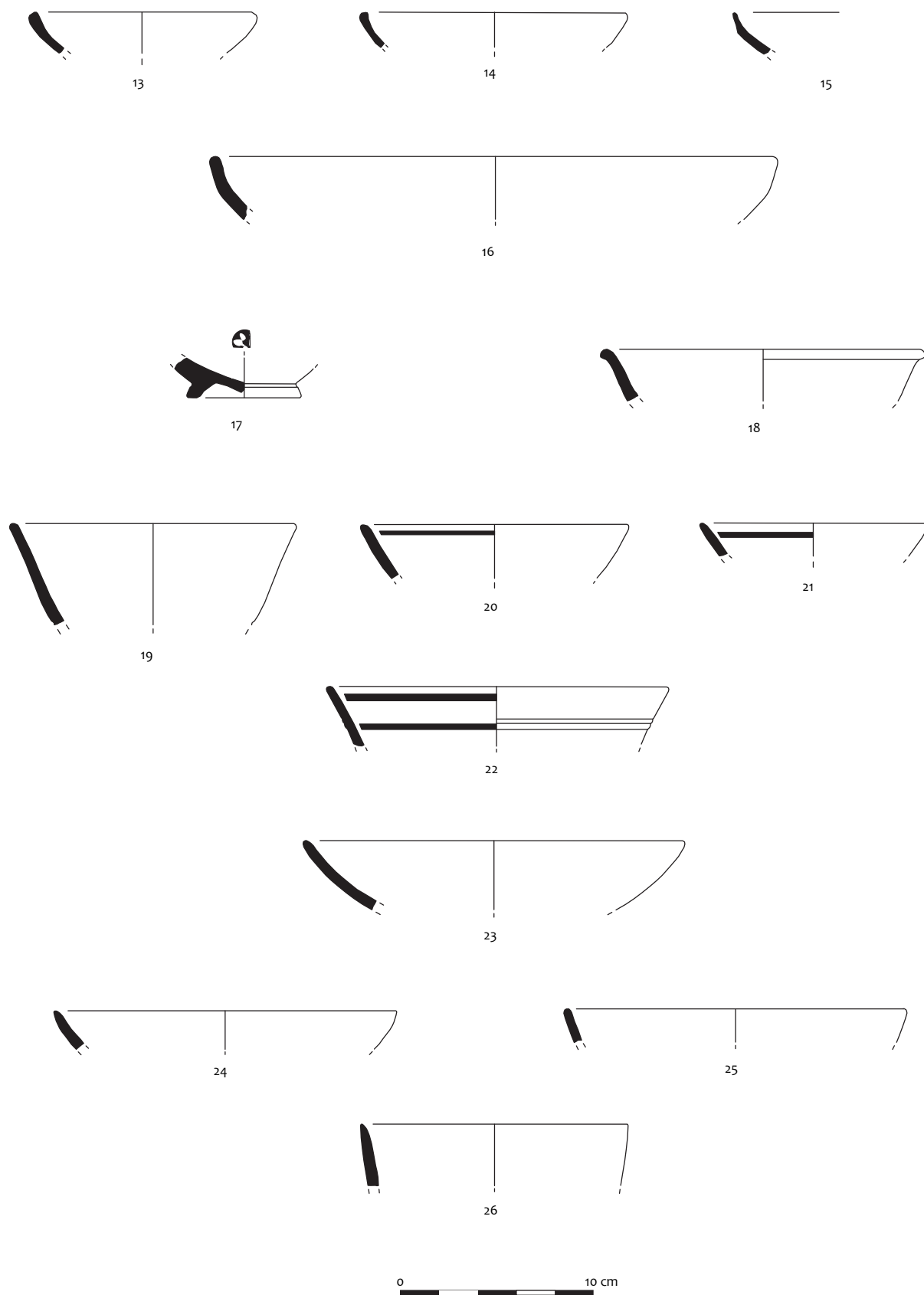
	NMI
<b>Lamb. 5/7</b>	7
<b>Lamb. 6</b>	2
<b>Lamb. 8</b>	3
<b>Lamb. 27</b>	8
<b>Lamb. 28</b>	1
<b>Lamb. 31</b>	13
<b>Lamb. 33</b>	3
<b>Lamb. 36</b>	8
<b>Lamb. 42</b>	1
<b>Lamb. 55</b>	5
<b>Total</b>	<b>51</b>

Tabela 2 – Faro. Formas de campaniense A.

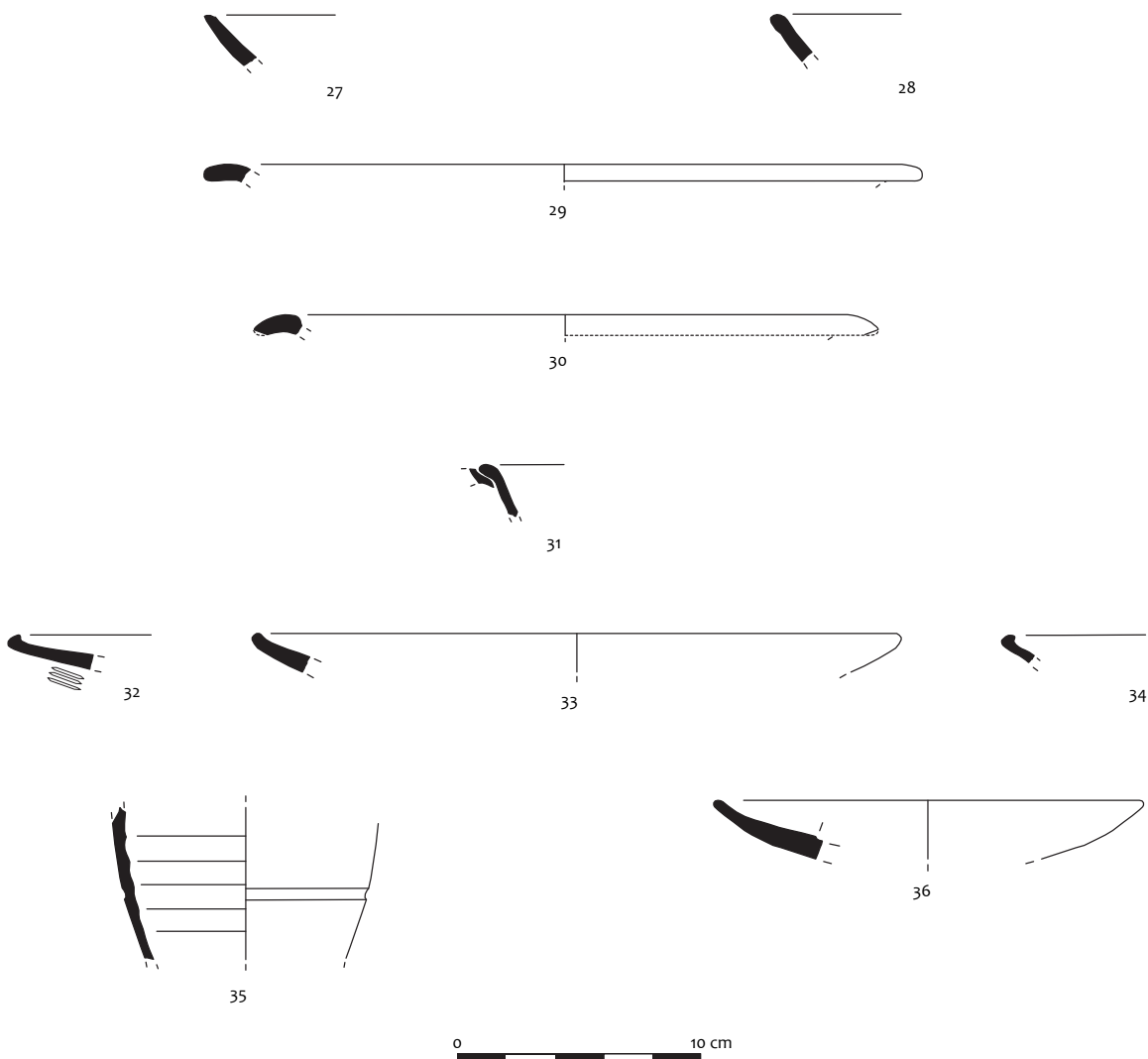
Segundo J. Ventura Martínez, o *faciès* característico das campanienses A de época clássica (portanto do séc. II a.C.), que se encontra nos sítios estudados da Andaluzia ocidental, mostra um conjunto de formas, como a Lamb. 23, 25, 27b, 27c, 28a-b, 31, 33a, 33b, 34, 36, 55, 59, Morel F3131, F3221 e F3421 (Ventura Martínez, 2000, p. 186). Comparando este repertório com o que se encontra em Faro, verifica-se que a maioria destas formas se encontra representada na cidade algarvia, como a Lamb. 27, 28, 33, 36, 55 e F3221. As tigelas de paredes encurvadas da forma Lamb. 27 (F2824-2825 e 2911-1965 de Morel) correspondem a oito exemplares (nº **13 a 16**), mas são, sem dúvida, as taças da forma Lamb. 31 (F2950 de Morel) as mais frequentes, registando alguns dos exemplares vestígios de linhas de pintura a branco na superfície interna (nº **19 a 26**). O prato com bordo em aba da forma Lamb. 36 (F1514 de Morel) está igualmente presente (nº **29 e 30**) e um dos exemplares da forma Lamb. 55 (F2230 de Morel) ostenta uma decoração de guilhoché na parede exterior, sob o bordo (nº **32**).



Estampa 1 – Faro. Cerâmica campaniense A.



Estampa 2 – Faro. Cerâmica campaniense A.



**Estampa 3 – Faro. Cerâmica campaniense A.**

Vários autores têm chamado a atenção para a dificuldade em identificar os materiais correspondentes à fase tardia da campaniense A, tendo por base critérios técnicos, como as características da pasta e verniz (Ventura Martínez, 2000, p. 177-215). Como refere o investigador espanhol, nem sempre uma pior qualidade da peça poderá corresponder a uma cronologia mais tardia. Vários factores devem ponderar-se, e, no caso dos materiais de Faro, registamos alguma degradação dos vernizes que poderá ficar a dever-se às condições de enterramento das peças, o que dificultou a nossa análise.

Assim, temos de nos centrar numa apreciação meramente morfológica e procurar encontrar as formas que correspondem às fases mais tardias da campaniense A, como é o caso dos tipos Lamb. 5, 5/7, 6 e 8B, sendo a decoração com caneluras sob a forma de círculos concêntricos, no fundo interno das peças, outro sinal desta fase (nº 5 e 6). Algumas taças Lamb. 31, por exemplo a peça nº 24, apresenta o bordo biselado, podendo integrar-se na forma Morel 2974, que, em termos cronológicos, corresponde já ao séc. I a.C.

Os pratos da forma Lamb. 5/7 (F2257 de Morel) e 6 (F1441-1443 de Morel) encontram-se bem representados (nº 1 a 9) e, no caso dos primeiros, são uma antecipação do sucesso que os



seus congêneres produzidos em Cales virão, posteriormente, a conhecer. Refira-se que nesta fase tardia da produção da cerâmica campaniense A, do séc. I, a cidade de *Ossonoba* já se encontra a receber grandes quantidades de cerâmica campaniense B de Cales.

Ausente das contagens, por não ser bordo, não podemos deixar de fazer referência à presença de um fragmento de bojo de uma forma fechada de perfil cilíndrico, cujo tipo não é possível precisar, mas que se poderá integrar na série F4300 de Morel (nº 35). As formas Lamb. 31, 33 e 36 podem ver igualmente a sua quantidade reforçada por mais um ou dois fragmentos que, pela sua reduzida dimensão, não arriscamos classificar.

A decoração impressa está presente em apenas um caso (nº 17). Trata-se, muito possivelmente, de um fundo de uma forma Lamb. 27, com decoração impressa no fundo interno, em posição central, que apenas se conservou parcialmente, sendo difícil a sua correcta classificação de acordo com os tipos conhecidos (Adroher Auroux e López Marcos, 2000, nº 97, p. 176 ou Ventura Martínez, 2000, nº 1462, p. 202). Apenas podemos observar 25% desta estampilha, que ostenta uma pequena roseta, onde parecem ver-se, pelo menos, duas pétalas de forma oval, em relevo, numa cartela circular, que se assemelha muito à representada entre os materiais de Lattes, datada, pela sua posição estratigráfica, de 175-150 a.C., e que se integra na série das rosetas com sete pétalas redondas ou ovais (Py, Adroher Auroux e Sanchez, 2001, p. 534; nº 2798, p. 540). Em Lattes, associou-se a decoração impressa de rosetas sobretudo à forma Lamb. 27ab e c, estando a sua abundância directamente relacionada com a elevada frequência desta forma no sítio (Py, Adroher Auroux e Sanchez, 2001, p. 534). É possível que o fundo (nº 6) também ostentasse estampilha circular central, mas dela apenas se conservou o limite da eventual cartela, sem que seja possível perceber que motivo estaria presente.

Os grafitos realizados após a cozedura encontram-se praticamente ausentes do conjunto de Faro. De assinalar ainda a presença de um fragmento de bordo inclassificável que possuía, junto à fractura, uma perfuração para reparação (M.Faro 64433, não ilustrado). Em Mértola, um exemplar também regista esta perfuração (Luís, 2003a), que foi, à semelhança de um outro exemplar de Mesas do Castelinho (Fabião, 1998a, p. 317), associada a uma eventual dificuldade de importação (Luís, 2003a, p. 112). Os fragmentos inclassificáveis permitiram ainda constatar que se regista uma esmagadora maioria de pratos face aos relativamente raros exemplos de taças, aspecto que os fundos confirmam.

No conjunto da cerâmica campaniense recuperada em Faro, a produção considerada de **Cales** possui quase a mesma expressão quantitativa que a produção A, o que corresponde a 49.6% das peças (60 exemplares) (**Estampa 4 e 5**).

Na **Tabela 3**, é possível observar a distribuição morfológica, onde se destacam as forma Lamb. 1 (nº 37 a 51) e Lamb. 5/7 (nº 56 a 75), o que vai ao encontro do que outros autores observaram em locais geográfica e culturalmente próximos, como é o caso da vertente ocidental da actual Andaluzia (Ventura Martínez, 2000, p. 187). Representadas por apenas um exemplar, encontram-se também as forma Lamb. 3 (nº 52), 4 (nº 53), 10, 30, e 36.

A questão da substituição das campanienses A pelas B etruscas ou calenas (um dos problemas levantados na mesa redonda de Ampúrias) é difícil de resolver em Faro, porque não dispomos de sequências estratigráficas que permitam uma quantificação estatística que enquadre este fenómeno. Assim, somos levados a atender exclusivamente aos dados que as próprias cerâmicas encerram, enquanto elementos datantes privilegiados.

No que se refere à forma Lamb. 1, encontram-se as variantes apontadas como mais antigas, que não possuem qualquer ranhura junto ao bordo, e que se integram no tipo F2360 de Morel (nº 39, 40, 42 e 44). A variante F2320 de Morel, com duas ranhuras, é relativamente menos frequente (nº 37, 38, 41 e 43). Algumas peças ostentam círculos no fundo interno (nº 47 a 51). Os pratos da forma Lamb. 5 (F2257-2258 de Morel) e da sua variante de parede mais recta e carena mais

acentuada (próximos da F2270 de Morel) encontram-se, a par das taças Lamb. 1, entre as formas mais bem representadas (nº 56 a 66). Apresentamos igualmente um conjunto de fundos destes pratos com interior decorado com caneluras circulares concêntricas que, em um dos casos, enquadra uma faixa de guilhoché (nº 67 e 72). As restantes formas, Lamb. 3 (F7550 de Morel) (nº 52) e 4 (F1413 de Morel) (nº 53), encontram-se representadas por apenas um ou dois exemplares.

	NMI
<b>Lamb. 1</b>	23
<b>Lamb. 3</b>	1
<b>Lamb. 4</b>	1
<b>Lamb. 5/7</b>	31
<b>Lamb. 10 ?</b>	1
<b>Lamb. 30</b>	1
<b>Lamb. 36</b>	1
<b>Pasquinucci 127</b>	1
<b>Total</b>	<b>60</b>

**Tabela 3 – Faro. Formas de campaniense B de Cales.**

A peça nº 55 pertenceu à forma Pasquinucci 127 (série F3120 de Morel), que corresponde a uma taça de perfil hemisférico com asa, da qual apenas se conservou um reduzido segmento. Esta forma ocorre igualmente nas produções antigas de Cales, datadas do séc. II a.C., mas continuou a ser produzida no seio das variantes tardias da produção Calena (séc. I a.C.), existindo, frequentemente, em contextos desse período na Gália, tendo a sua origem na Campânia setentrional sido confirmada por análises químicas (Morel e Picon, 1994).

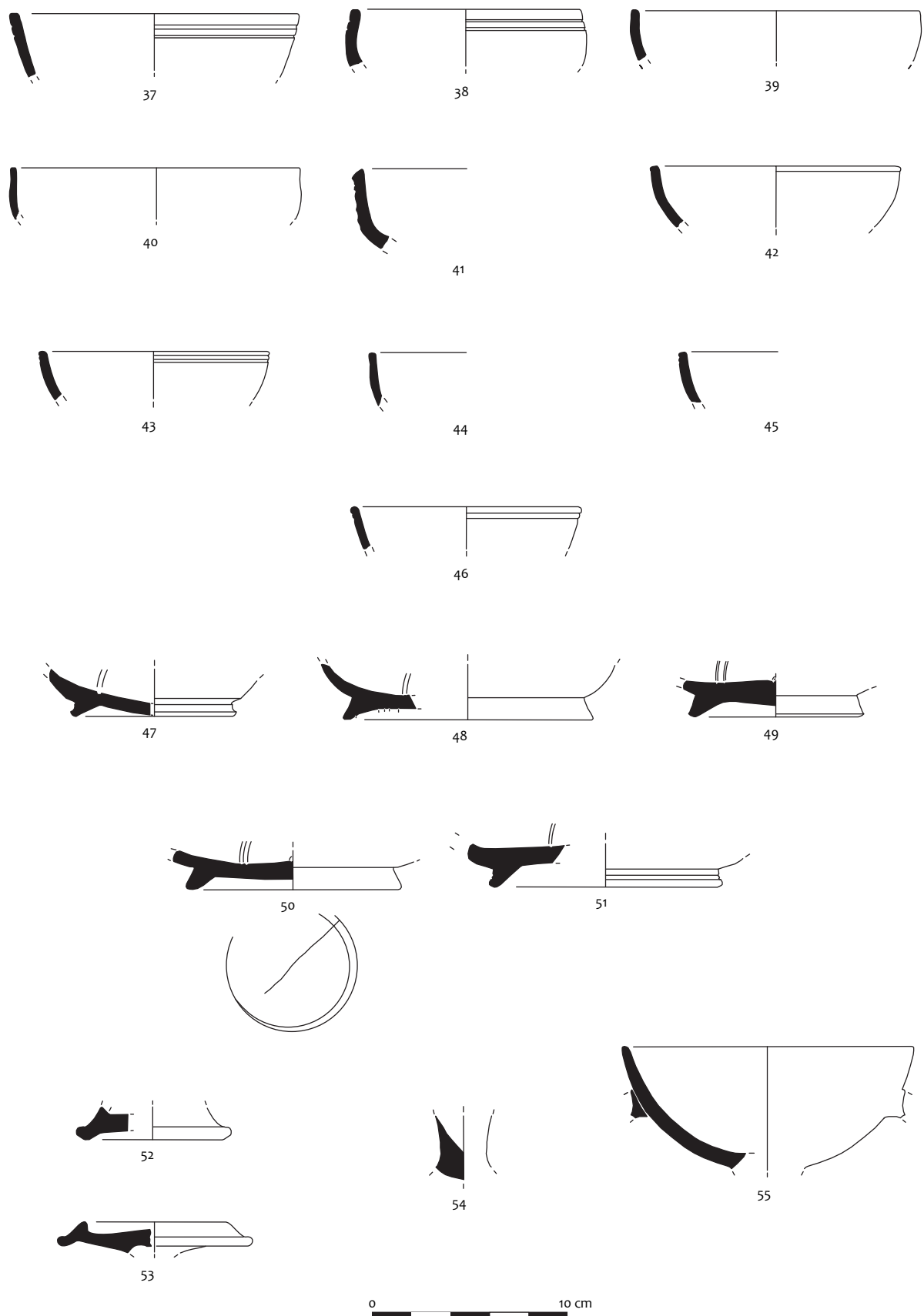
Um fragmento anteriormente publicado como pertencente às produções áticas de verniz negro, originária das escavações realizadas no Museu Municipal (Barros, 2005, p. 936, nº 4, Fig. 5), integra-se na forma Lamb. 2.

Os vasos com asas encontram-se representados apenas pelas suas asas em dois casos, como na peça M. Faro 64463 (não ilustrada). Uma asa de secção elíptica e sulco longitudinal pode ter pertencido a um recipiente da forma F4514 de Morel, embora nas peças descritas por este autor as asas sejam bífidas (Morel, 1981, p. 267). A asa de fita com duas nervura (M. Faro 69842, não ilustrada) pode ter pertencido a uma taça da série F3231a de Morel, que é atribuída a uma produção local ou regional itálica do séc. I a.C. (Morel, 1981, p. 256).

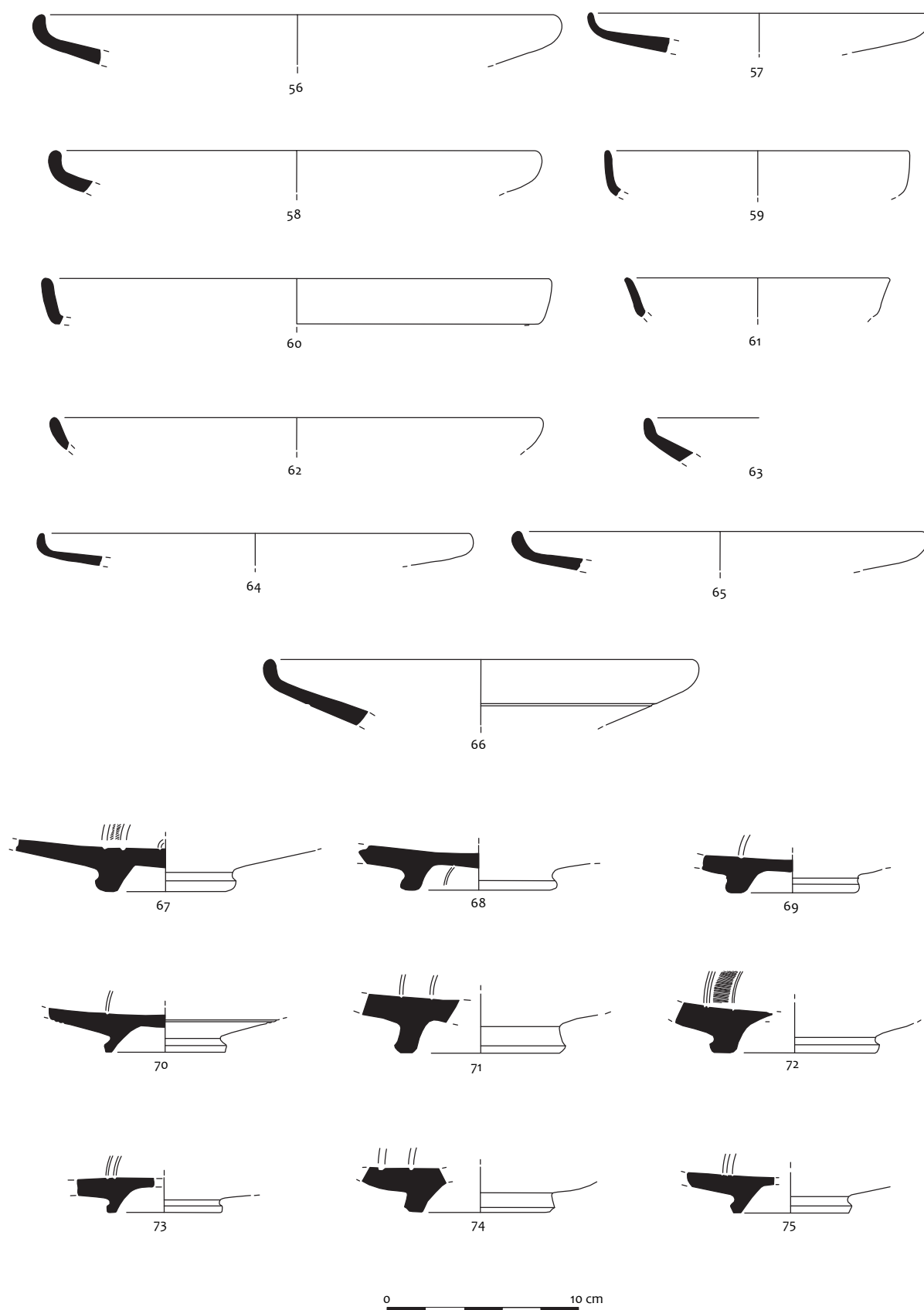
Quanto aos fundos, verifica-se, nos casos em que foi possível a sua integração morfológica, que pertenceram, maioritariamente, às formas Lamb. 1 e 5/7 (nº 47 a 51 e nº 67 a 75, respectivamente), tipos que vêm, assim, a sua quantidade ainda mais reforçada. Um fragmento de parede que faria parte de uma peça de perfil cilíndrico, que não representámos graficamente, deve ter pertencido a uma forma fechada (M. Faro 64434, não ilustrado).

Não se registam decorações com estampilha, típicas desta produção, e os grafitos estão igualmente pouco representados. Apenas a peça nº 50 apresenta um traço que poderá corresponder a um grafito.

As cerâmicas de verniz negro de Cales de Faro integram-se nas variantes médias (130/120-90/80 a.C.) ou Grupo 3 de Valência, que têm a sua origem no Norte da Campânia (Marin Jordá e Ribera i Lacomba, 2000, p. 91-105) e, possivelmente também, na fase Tardia datada do período compreendido entre 82 a.C. a 40 a.C., na definição de Pedroni (2000, p. 346). As formas que se encontram no sítio algarvio parecem confirmar esta cronologia geral, que a ausência de estratigrafias seguras impossibilita confirmar.



Estampa 4 – Faro. Cerâmica campaniense B de Cales.



Estampa 5 – Faro. Cerâmica campaniense B de Cales.



Sob a designação de cerâmica **campaniense de pasta cinzenta** encontra-se uma série de peças que têm em comum o facto de apresentarem uma pasta depurada de tonalidade cinzenta escura e revestimento sob a forma de verniz ou engobe cinzento escuro ou negro (**Tabela 4, Estampa 6**). Trata-se de um conjunto relativamente reduzido e pouco homogéneo, no que diz respeito à sua caracterização tecnológica (Ver Anexo – Descrição dos fabricos da cerâmica campaniense). O principal obstáculo para considerar todas as peças como pertencentes a um mesmo centro produtor prende-se com as diferenças que registámos, sobretudo ao nível dos revestimentos. Estes apresentam características de cor, espessura e brilho bastante diferentes e com o estado de conservação igualmente diversificado. Trata-se, no entanto, sempre de engobes argilosos de melhor ou pior qualidade, e não de vernizes. Apenas três peças da forma Lamb. 5/7 parecem ter recebido um engobe mais espesso, com polimento (nº 79 e M. Faro 64298, não ilustrada) e uma outra de forma indeterminável (nº 85).

	NMI
<b>Lamb. 1</b>	1
<b>Lamb. 5/7</b>	5
<b>Lamb. 28</b>	3
<b>Lamb. 31</b>	1
<b>Total</b>	<b>10</b>

**Tabela 4 – Faro. Formas de campaniense de pasta cinzenta.**

Tendo por base as descrições de diversos autores sobre as produções do Alto Guadalquivir que sintetizámos *supra*, acreditamos ser possível que a maior parte da cerâmica campaniense de pasta cinzenta de Faro seja originária daquela região.

Relativamente à classificação morfológica, verifica-se que a maior parte das peças se integra na forma Lamb. 5/7 (nº 77 a 79), estando também presentes as formas 1 (nº 76) e 28 (nº 83), além de uma forma afim da Lamb. 31 (nº 82 e 84) (**Tabela 4**). Todos eles se podem relacionar com o *facies* cronológico do séc. I a.C. e são também compatíveis com as produções do Alto Guadalquivir.

De referir ainda que em Faro existem outros produtos que têm origem nesta mesma região do vale do Guadalquivir. Refiro-me concretamente aos produtos alimentares transportados em ânforas, como é o caso das ânforas da Classe 67 e das primeiras produções de Haltern 70, que se discutirão *infra*, além de abundante cerâmica comum que tem origem na área costeira da *Uterior*.

### **Síntese sobre as principais características da cerâmica de verniz negro ou campaniense de Faro**

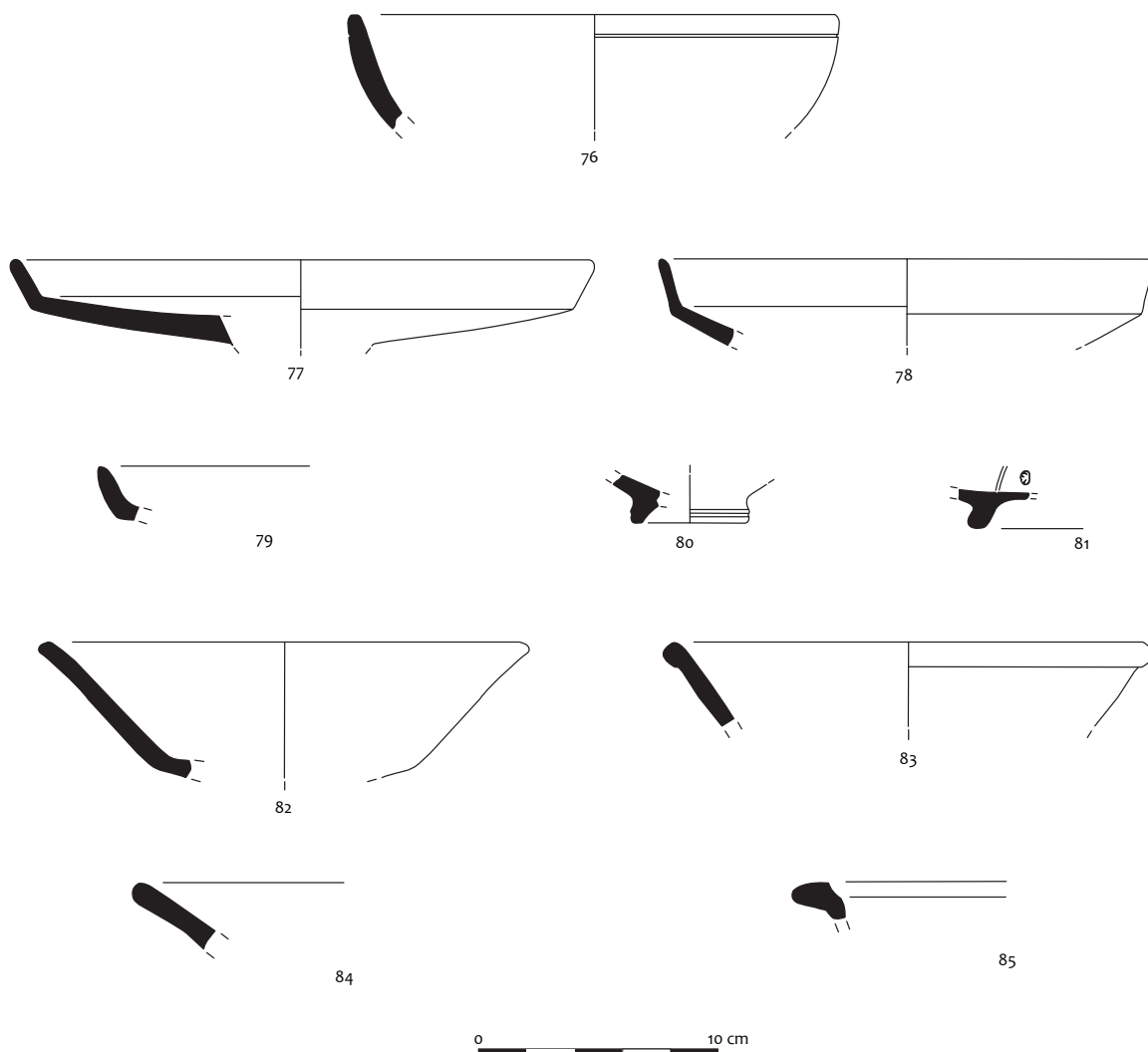
A cerâmica de verniz negro ou campaniense de Faro coloca-nos nas fases iniciais da presença romana no território português. O conjunto das formas de cerâmica campaniense A aponta para o início da importação deste tipo de materiais em meados do séc. II a.C., cronologia que se obteve pela presença significativa das formas Lamb. 27, 28, 31, 33 e 36 e 55. Esta importação prolongou-se até ao séc. I a.C., o que se pode perceber pela presença de certos detalhes morfológicos em formas ditas clássicas, ou pela presença de determinados tipos que se consideram já da fase tardia da produção da cerâmica campaniense A, como a forma Lamb. 5, a sua variante 5/7, 6 e 8. As peças que ostentam caneluras circulares nos fundos são igualmente típicas desta fase.

Durante o séc. I a. C., a cidade já se encontrava também a receber cerâmica campaniense B, originária muito possivelmente de Cales, norte da Campânia. Trata-se de um conjunto onde estão presentes as formas mais comuns desta categoria. Destacam-se as formas Lamb. 1 e Lamb. 5, que

apontam para uma importação característica do séc. I a.C., e que são, igualmente, os tipos mais bem representados nos sítios da *Ulterior*. Apesar de esta produção calena se encontrar presente na Andaluzia, com algumas peças com decoração em relevo, datáveis do séc. II a.C. (Ventura Martínez, 2000, p. 186-187), estas cerâmicas não se encontraram ainda no Sul do actual território português. Assim, até ao momento, a presença da cerâmica campaniense de Cales no sudoeste da Península Ibérica centra-se, sobretudo, no séc. I a.C.

A cerâmica campaniense B etrusca, de melhor qualidade, encontra-se ausente do conjunto de Faro. Esta cerâmica está atestada nos conjuntos de Sevilha e Córdoba, com cronologias em torno ao séc. I a.C., e, no território algarvio, foi também identificada em Castro Marim, ainda que de forma apenas vestigial.

Ainda durante o séc. I a.C., regista-se a presença de uma escassa percentagem de cerâmicas que designámos campaniense de pasta cinzenta. Conscientes de que sob esta designação se encontram materiais com características bastante diversas, aceitamos, com alguma reserva, uma origem no Vale do Guadalquivir para uma parte significativa destas cerâmicas. As características de pasta e engobe assim o indicam. Do ponto de vista cronológico, as formas inspiram-se, sobretudo, no repertório da cerâmica campaniense B, sendo a forma Lamb. 5/7 a mais representada.



Estampa 6 – Faro. Cerâmica campaniense de pasta cinzenta.

## Catálogo 1 – Cerâmica campaniense, formas ilustradas

Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. Total	Dese- enho	Depó- sito
1	1	M. Faro	69815	s 1	63	1	Camp. A	Lamb. 5/7	bordo		290	24	T. Dinis	M. Faro
1	2	M. Faro	64514	s 1	104		Camp. A	Lamb. 5/7	bordo		Indet.	21	T. Dinis	M. Faro
1	3	M. Faro	64155	s 1	79		Camp. A	Lamb. 5/7	bordo	série 2252. cola c/ 64423 (UE 97) e 64265 (UE 80)	280	17	C. Viegas	M. Faro
1	4	M. Faro	64376	s 1	82		Camp. A	Lamb. 5/7	bordo		180	14	T. Dinis	M. Faro
1	5	M. Faro	64525	s 1	104		Camp. A	Lamb. 5/7	fundo	2 caneluras fundo interno	64	34	C. Viegas	M. Faro
1	6	M. Faro	64190	s 1	80		Camp. A	Lamb. 5/7	fundo	duas caneluras no fundo interno	70	21	C. Viegas	M. Faro
1	7	M. Faro	64183	s 1	80		Camp. A	Lamb. 5/7	fundo	muito desgastado no fundo interno, já sem verniz	70	23	C. Viegas	M. Faro
1	8	M. Faro	64478	s 1	102		Camp. A	Lamb. 5/7	fundo		70	23	C. Viegas	M. Faro
Possui três ranhuras no exterior do fundo em anel realizadas após a cozedura, cujo significado é difícil de determinar mas que se pode relacionar com a propriedade ou comercialização destes recipientes.														
1	9	M. Faro	69836	s 1	091?		Camp. A	Lamb. 5/7	fundo		50	19	T. Dinis	M. Faro
1	10	M. Faro	64196	s 1	80		Camp. A	Lamb. 6	bordo	1440.	210	7	C. Viegas	M. Faro
1	11	M. Faro	64201	s 1	80		Camp. A	Lamb. 6	bordo	1440	210	7	C. Viegas	M. Faro
1	12	M. Faro	69856	s 2	Limp.		Camp. A	Lamb. 8	bordo	cola com 64477 (UE 102)	160	24	C. Viegas	M. Faro
2	13	M. Faro	64210	s 1	80		Camp. A	Lamb. 27	bordo		120	21	T. Dinis	M. Faro
2	14	M. Faro	64529	s 1	104		Camp. A	Lamb. 27	bordo	cola com 64517	140	19	T. Dinis	M. Faro
2	15	M. Faro	64375	s 1	82		Camp. A	Lamb. 27	bordo		Indet.	22	T. Dinis	M. Faro
2	16	M. Faro	64284	s 1	80		Camp. A	Lamb. 27B	bordo	4 frags. 69825 (UE 64), 64462 (UE 101) e 64257	300?	33	C. Viegas	M. Faro
2	17	M. Faro	64260	s 1	80		Camp. A	Lamb. 27	fundo		60	21	T. Dinis	M. Faro
Estampilha com pequena roseta, com duas pétalas em relevo de forma oval, numa cartela circular. Assemelha-se à representada entre os materiais de Lattes, datada, pela sua posição estratigráfica, de 175-150 a.C., e que se integra na série das rosetas com sete pétalas redondas ou ovais (Py, Adroher e Sanchez, 2001, p. 534; nº 2798, p. 540).														
2	18	M. Faro	64485	s 1	103		Camp. A	Lamb. 28	bordo		170	28	C. Viegas	M. Faro
2	19	M. Faro	64516 <sub>b</sub>	s 1	104		Camp. A	Lamb. 31	bordo		150	54	C. Viegas	M. Faro
2	20	M. Faro	64303	s 1	80		Camp. A	Lamb. 31	bordo		140	28	T. Dinis	M. Faro
Faixa pintada a branco no interior.														
2	21	M. Faro	64221	s 1	80		Camp. A	Lamb. 31	bordo		120	17	T. Dinis	M. Faro
Faixa pintada a branco no interior.														
2	22	M. Faro	69831	s 2	70		Camp. A	Lamb. 31	bordo		180	31	T. Dinis	M. Faro
Possui duas faixas de pintura a branco no interior e duas caneluras no exterior.														
2	23	M. Faro	64192	s 1	80		Camp. A	Lamb. 31	bordo		200	32	C. Viegas	M. Faro
2	24	M. Faro	64307	s 1	80		Camp. A	Lamb. 31	bordo	6 fragmentos	180	20	C. Viegas	M. Faro
2	25	M. Faro	64571	s 1	104		Camp. A	Lamb. 31	bordo	série 2150	180	18	C. Viegas	M. Faro
2	26	M. Faro	64145	s 1	53		Camp. A	Lamb. 31	bordo		140	32	C. Viegas	M. Faro
3	27	M. Faro	64382	s 1	82		Camp. A	Lamb. 33	bordo		Indet.	21	T. Dinis	M. Faro

Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. Total	Dese- enho	Depó- sito
3	28	M. Faro	64137	s 1	11		Camp. A	Lamb. 33	bordo		Indet.	21	T. Dinis	M. Faro
3	29	M. Faro	64206	s 1	80		Camp. A	Lamb. 36	bordo	série 1300-1315	300?	7	C. Vie- gas	M. Faro
3	30	M. Faro	64317	s 1	80		Camp. A	Lamb. 36	bordo		260	7	C. Vie- gas	M. Faro
3	31	M. Faro	64504	s 1	103		Camp. A	Lamb. 42	bordo	com arranque de asa	Indet.	17	C. Vie- gas	M. Faro
3	32	M. Faro	64251	s 1	80		Camp. A	Lamb. 55	bordo	possui decoração de guilhoché no exterior	Indet.	14	C. Vie- gas	M. Faro
3	33	M. Faro	64193	s 1	80		Camp. A	Lamb. 55	bordo		270	16	C. Vie- gas	M. Faro
3	34	M. Faro	64305	s 1	80		Camp. A	Lamb. 55	bordo		Indet.	11	C. Vie- gas	M. Faro
3	35	M. Faro	64458	s 1	101	1	Camp. A	Indet.	parede				T. Dinis	M. Faro
Pode integra-se na série F4300 de Morel.														
3	36	M. Faro	69859	s 2	96	2	Camp. A	F2230	bordo		120	17	C. Vie- gas	M. Faro
4	37	M. Faro	64440	s 1	99	1	Camp. B de Cales	Lamb. 1	bordo		150	32	C. Vie- gas	M. Faro
Dois sulcos no exterior do bordo.														
4	38	M. Faro	64779	s 1	14	1	Camp. B de Cales	Lamb. 1	bordo		120	29	C. Vie- gas	M. Faro
Dois sulcos no exterior do bordo.														
4	39	M. Faro	64428	s 1	97	1	Camp. B de Cales	Lamb. 1	bordo	sem sulcos	150	26	C. Vie- gas	M. Faro
4	40	M. Faro	64359	s 1	82	1	Camp. B de Cales	Lamb. 1	bordo		150	26	C. Vie- gas	M. Faro
4	41	M. Faro	64380	s 1	82	1	Camp. B de Cales	Lamb. 1	bordo	2 sulcos	150	41	C. Vie- gas	M. Faro
4	42	M. Faro	64775	s 1	80	1	Camp. B de Cales	Lamb. 1	bordo		150	3	C. Vie- gas	M. Faro
4	43	M. Faro	64237	s 1	80	1	Camp. B de Cales	Lamb. 1	bordo		120	25	A. Maia	M. Faro
4	44	M. Faro	64350	s 1	82	1	Camp. B de Cales	Lamb. 1	bordo		Indet.	27	A. Maia	M. Faro
4	45	M. Faro	64384	s 1	82	1	Camp. B de Cales	Lamb. 1	bordo		Indet.	26	A. Maia	M. Faro
4	46	M. Faro	64144	s 1	53	1	Camp. B de Cales	Lamb. 1	bordo		120	22	A. Maia	M. Faro
4	47	M. Faro	64435	s 1	99		Camp. B de Cales	Indet.	fundo		86	34	T. Dinis	M. Faro
4	48	M. Faro	64500	s 2	103		Camp. B de Cales	Lamb. 1	Indet.	cola com 64486	130	28	T. Dinis	M. Faro
4	49	M. Faro	64342	s 1	82	1	Camp. B de Cales	Lamb. 1	fundo				T. Dinis	M. Faro
4	50	M. Faro	64339	s 1	82		Camp. B de Cales	Lamb. 1	fundo	grafito no exterior do fundo?	112	20	T. Dinis	M. Faro
4	51	M. Faro	69828	s 1	65		Camp. B de Cales	Lamb. 1	fundo		120	21	T. Dinis	M. Faro
4	52	M. Faro	64162	s 1	80		Camp. B de Cales	Lamb. 3	fundo		80	15	C. Vie- gas	M. Faro
4	53	M. Faro	64217	s 1	80	1	Camp. B de Cales	Lamb. 4	bordo/ pé		50	11	C. Vie- gas	M. Faro
4	54	M. Faro	64377	s 1	82		Camp. B de Cales	Lamb. 4	pé		30	33	T. Dinis	M. Faro
4	55	M. Faro	64180	s 1	80	1	Camp. B de Cales	Pasquinucci 127?	bordo/ asa/ parede	cola com 64166	150	62	T. Dinis	M. Faro
Taça hemisférica.														



Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. Total	Dese- enho	Depó- sito
5	56	M. Faro	64351	s 1	82	1	Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	bordo		280	26	A. Maia	M. Faro
5	57	M. Faro	64364	s 1	82	1	Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	bordo		180	20	C. Vie-gas	M. Faro
5	58	M. Faro	64247	s 1	80	1	Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	bordo		260	22	A. Maia	M. Faro
5	59	M. Faro	64306	s 1	80	1	Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	bordo		160	24	C. Vie-gas	M. Faro
5	60	M. Faro	69776	s 1	14	1	Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	bordo		270	24	C. Vie-gas	M. Faro
5	61	M. Faro	64365	s 1	82	1	Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	bordo		140	20	A. Maia	M. Faro
5	62	M. Faro	64302	s 1	80	1	Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	bordo		260	17	A. Maia	M. Faro
5	63	M. Faro	69847	s 1	80	1	Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	bordo		Indet.	22	A. Maia	M. Faro
5	64	M. Faro	64520	s 1	104	1	Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	bordo		230	17	C. Vie-gas	M. Faro
5	65	M. Faro	64512	s 1	104	1	Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	bordo		220	20	A. Maia	M. Faro
5	66	M. Faro	64439	s 1	99	1	Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	bordo		230	34	A. Maia	M. Faro
5	67	M. Faro	64510	s 1	104		Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	fundo		74	28	T. Dinis	M. Faro
5	68	M. Faro	64412	s 1	93		Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	fundo		84	23	C. Vie-gas	M. Faro
5	69	M. Faro	69804	s 1	48		Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	fundo		70	20	A. Maia	M. Faro
5	70	M. Faro	69805	s 2	48	1	Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	fundo		64	23	T. Dinis	M. Faro
5	71	M. Faro	64333	s 1	80		Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	fundo		90	30	T. Dinis	M. Faro
5	72	M. Faro	64173	s 1	80		Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	fundo		90	26	T. Dinis	M. Faro
5	73	M. Faro	64158	s 1	079-080	1	Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	fundo		60	19	T. Dinis	M. Faro
5	74	M. Faro	64418	s 1	96		Camp. B de Cales	Lamb. 5/7	fundo		80	23	T. Dinis	M. Faro
5	75	M. Faro	64159	s 1	079-080		Camp. B de Cales	Indet.	fundo		64	21	T. Dinis	M. Faro
6	76	M. Faro	60256	s 1	80	1	Camp. Cinzenta	Lamb. 1	bordo		140	33	A. Maia	M. Faro
6	77	M. Faro	64888	s 1	104	1	Camp. Cinzenta	Lamb. 5/7	bordo/parede		230	37	A. Maia	M. Faro
6	78	M. Faro	64883	s 1	99	1	Camp. Cinzenta	Lamb. 5/7	bordo/parede		210	37	A. Maia	M. Faro
6	79	M. Faro	69816	s 2	64	1	Camp. Cinzenta	Lamb. 5/7	bordo		Indet.	15	T. Dinis	M. Faro
6	80	M. Faro	64895	s 1	119	1	Camp. Cinzenta	Indet.	fundo		50	20	A. Maia	M. Faro
6	81	M. Faro	71053	s 1	82	1	Camp. Cinzenta	Indet.	fundo		Indet.	16	A. Maia	M. Faro
6	82	M. Faro	69840	s 2	71	1	Camp. Cinzenta	Lamb. 31	bordo		140	38	A. Maia	M. Faro
6	83	M. Faro	64300	s 1	80	1	Camp. Cinzenta	Lamb. 28	bordo		140	25	A. Maia	M. Faro
6	84	M. Faro	73342	s 2	42	1	Camp. Cinzenta	Lamb. 28	bordo		Indet.	19	A. Maia	M. Faro
6	85	M. Faro	64882	s 1	99	1	Camp. Cinzenta	Indet.	bordo		Indet.	10	A. Maia	M. Faro

#### 2.2.1.4.2. A terra sigillata

A *terra sigillata* de Faro aqui estudada é originária de duas áreas distintas da cidade. A primeira corresponde aquela onde, em 1976, foi descoberto o mosaico do Oceano; a segunda no Museu Municipal, onde, em 2001 e 2002, se realizaram sondagens. Uma primeira abordagem destes conjuntos foi já realizada (Viegas, 2003b; 2008b; 2008c), sendo agora retomada e desenvolvida.

Em Faro, foram registados 1632 fragmentos de *terra sigillata*, que correspondem a 406 exemplares, que se classificaram de acordo com as tipologias de referência (**Tabela 5**). Apesar de as duas áreas da cidade mostrarem perfis de consumo de *terra sigillata* e cronologias de ocupação distintas, optou-se por realizar o seu estudo conjunto, não se deixando, no entanto, de valorizar o que as diferencia, no capítulo dedicado ao contexto arqueológico.

De um modo geral, a cronologia das importações estende-se pelo período compreendido entre as últimas décadas do séc. I a. C. e os finais do séc. VI d.C., ou mesmo os inícios da centúria seguinte. Estão representadas as diferentes categorias de *terra sigillata* como a *sigillata* Oriental A, originária do Mediterrâneo Oriental, a *sigillata* de tipo itálico, a *sigillata* sudgálica, a *sigillata* hispânica tipo Peñaflor), a *sigillata* hispânica de Tricio e de Andújar, as produções norte africanas (clara A, C e D), as tardias do sul da Gália (Luzente e DSP), além de *sigillata* foceense tardia, proveniente do Mediterrâneo Oriental.

Apesar de se ter optado por uma abordagem conjunta das duas amostras, reconhece-se a sua especificidade, que será devidamente destacada ao longo destas páginas e amplamente comentada quando se tratar do contexto arqueológico da *terra sigillata* de Faro. Efectivamente, se na área onde se recuperou o mosaico do Oceano a maioria das importações ocorreu durante o Alto império, nas sondagens realizadas no Museu Municipal a maior parte da *terra sigillata* pertence ao Baixo Império. Como teremos oportunidade de discutir *infra*, julgamos que esta realidade está directamente relacionada com a funcionalidade destas diferentes áreas na topografia da antiga Osssonoba.

	Mosaico do Oceano 1976			Museu Municipal 2001/2002			Faro total	
	Nº de Frag	NMI	% NMI	Nº de Frag	NMI	% NMI	NMI	% NMI
<i>Sigillata</i> oriental A (TSOA)	2	-	0	5	1	0.3	1	0.2
<i>Sigillata</i> tipo itálico (TSI)	1	1	0.7	96	26	8.9	27	6.3
<i>Sigillata</i> sudgálica (TSS)	251	71	53.1	197	71	24.2	142	33.4
<i>Sigillata</i> hispânica tipo Peñaflor (TSHPeñ)	19	5	3.7	41	13	4.4	18	4.2
<i>Sigillata</i> hispânica (TSH)	93	28	21	85	10	3.4	38	8.9
<i>Sigillata</i> clara A (TSCIA)	22	8	6	86	29	9.9	37	8.7
<i>Sigillata</i> clara C (TSCIC)	21	5	3.7	116	29	9.9	34	8
<i>Sigillata</i> clara D (TSCID)	31	13	9.7	505	96	32.9	109	25.6
<i>Sigillata</i> foceense tardia (TSfoc)	1	1	0.7	16	6	2	7	1.6
<i>Sigillata</i> luzente (Tsluz)	3	1	0.7	39	10	3.4	11	2.6
Der. <i>sigillata</i> paleocristã (DSP)	-	-	-	2	2	0.7	2	0.5
<b>Total</b>	<b>444</b>	<b>134</b>	<b>100</b>	<b>1188</b>	<b>293</b>	<b>100</b>	<b>426</b>	<b>100</b>

Tabela 5 – Faro. Distribuição da *terra sigillata* (mosaico do Oceano e sondagens no Museu Municipal).

Os documentos arqueológicos relativos ao início da ocupação romana das diferentes áreas estudadas mostraram que na área do Museu Municipal a presença romana remonta ao séc. II a.C., como foi possível observar pelo estudo da cerâmica campaniense. Tal como sucede em outros locais da Península Ibérica ou no território actualmente português, como em Santarém, as importações de *sigillata* tipo itálico sucedem-se às de cerâmica campaniense, sem que tenha ocorrido uma interrupção entre os meados do séc. I a. C. e os momentos finais desse século. Também em Faro, se regista esta continuidade entre as derradeiras importações de cerâmica campaniense calenas (tardias) e a *sigillata* de tipo itálico. Sucede, porém, que, mesmo não havendo ruptura no abastecimento, este teve uma quebra que corresponde às fases iniciais da produção de *sigillata* de tipo itálico. De assinalar, no entanto, que, ao contrário do que sucede em Santarém, não se encontrou em Faro, até ao momento, qualquer fragmento de *sigillata* de tipo itálico de verniz negro.

**A *sigillata* oriental A** ou “**Eastern *sigillata* A**” corresponde a uma produção originária do Mediterrâneo oriental, cuja produção antecedeu as primeiras experiências de *terra sigillata* de tipo itálico. Trata-se de um tipo de *sigillata* identificado pela primeira vez nos trabalhos de K. Kenyon sobre Samaria-Sebaste, no território da actual Jordânia, tendo sido objecto de uma caracterização mais sistemática, por parte de J. W. Hayes, no quadro das diversas produções de *sigillata* originárias do Mediterrâneo Oriental (1985, p. 9-48; 2001, p. 145-160). Caracterizada por uma pasta depurada de coloração bege amarelada clara (Munsell 10YR 8/4 e 7.5YR 7/6-8/6), e um verniz homogéneo e liso laranja acastanhado (Munsell YR4/6-4/8), um dos seus traços distintivos relativamente à restante *sigillata* diz respeito à chamada “risca de dupla imersão” que ocorre por as peças terem sido imersas no verniz em duas fases distintas. A sua produção teve lugar desde meados do séc. II a.C. até quase ao final do séc. II d.C., situando-se o período de maior produção e exportação entre 100 a.C. e a época de Adriano (Hayes, 1985, p. 12). A sua tipologia abarca um conjunto de formas do serviço de mesa (pratos, tigelas, taças e cráteras), que se inspiram nos modelos helenísticos, mas que evidenciam também uma influência itálica.

Depois de vários investigadores terem tentado, com recurso a análises químicas, localizar o seu centro produtor, Hayes colocou a possibilidade de terem existido, na área sirio-palestiniana, vários locais a produzirem esta *sigillata*: “Théoriquement, toute la production pourrait avoir été localisée dans le Liban ou dans la partie limitrophe de la Syrie, régions depuis lesquelles auraient été fournies toute la Syrie et la Palestine anciennes” (Hayes, 2001, p. 146).

A *sigillata* oriental A teve como área de difusão privilegiada a região do Mediterrâneo Oriental, mais especificamente a Síria e a Palestina, durante todo o período de produção, e, em Chipre, na fase anterior ao reinado de Augusto. A avaliação dos padrões de distribuição das várias *sigillatas* orientais (*sigillata* oriental A, B, cipriota e dita de Çandarli) nos diversos sítios do Mediterrâneo oriental foi recentemente objecto de abordagem quantitativa, mostrando as diferentes regiões comportamentos algo diferenciados (Malfitana, 2002, p. 133-157). A presença e cronologia da *terra sigillata* de tipo itálico foi igualmente analisada neste contexto.

Na Península Itálica, à luz dos testemunhos de Pompeia, verificava-se que a sua presença era rara nos contextos com cerâmica campaniense do séc. I a.C., ganhando alguma importância sobretudo nas fases finais de Pompeia (Hayes, 2001).

Recentemente, D. Malfitana, J. Poblome e J. Lund chamaram a atenção para as diferentes fases e tendências do consumo de *terra sigillata* Oriental A em Itália, procurando estabelecer uma relação entre o processo de romanização do oriente e a intensificação do comércio com aquela região (Malfitana, Lund e Poblome, 2005, p. 199-212). Avançaram ainda com a possibilidade da origem desta cerâmica se poder encontrar em Rhosos (Síria), embora deixem em aberto esta questão, aguardando novos resultados, que só futuros estudos interdisciplinares poderão resolver (Malfitana, Lund e Poblome, 2005, p. 203).

No entender de Hayes, é enquanto achado esporádico ou fruto de “(...) arrivages fortuits, produit d’un système de cabotage (...)” que se deve entender a sua presença, na costa mediterrânea do território hoje espanhol, associada, por vezes, a outros produtos de origem oriental (Hayes, 2001, p. 151).

A **sigillata oriental A** foi identificada pela primeira vez, no território hoje português no conjunto da Alcáçova de Santarém (Viegas 2003a, p. 33-41; 2003c). Em Faro, recuperou-se uma peça (nº 86) pertencente a um prato da forma Hayes 3 (Hayes, 1985, p. 14-15, est. I, nº 7 e 8). Trata-se de um prato amplo, de paredes baixas e encurvadas, com pé baixo e pesado. Segundo Hayes, esta forma constituiu, juntamente com o prato Hayes 4, um dos tipos mais comuns do séc. I a. C., nos sítios do Mediterrâneo Oriental. Os dados cronológicos disponíveis apontam para o início da sua presença nos contextos da Ágora de Atenas datados de 110-100 a.C., sendo o final destas séries do período tardo-Erodiano e Augustano, em Samaria e Knossos. A datação desta forma aponta, portanto, para um período entre os finais do séc. II e as últimas décadas dos séc. I a. C. (Hayes, 1985, p. 15). Também em Itália, as formas 3 e 22, integradas na “Late hellenistic series”, são das mais comuns (Malfitana, Lund e Poblome, 2005, p. 201, Tabela 2).

A **terra sigillata de tipo itálico** corresponde a um conjunto de produções não só das grandes oficinas como Arezzo, Pozzuoli e Pisa, mas igualmente de outras menores, produção essa que teve início, na Península itálica, a partir, sensivelmente, de 40 a.C. Através de estudos que envolveram a realização de análises químicas, verificou-se que as oficinas aretinas, tidas anteriormente como as principais responsáveis pelo abastecimento deste tipo de cerâmicas para os sítios militares, como por exemplo Haltern, constituíam apenas cerca de 10% da *sigillata* de tipo itálico recuperada neste sítio. Cerca de 50% desta cerâmica era originária da subsidiária do sul da Gália das oficinas aretinas, portanto de La Murette, em Lyon, tendo-se verificado que 30% tinham origem nas oficinas pisanas.

Não é possível distinguir a produção destes diferentes locais sem o recurso a técnicas laboratoriais, mas acredita-se que o estudo das marcas de oleiro, permite, apesar de tudo, uma aproximação a esta realidade, possibilitando compreender quais as oficinas que tiveram um maior peso no abastecimento dos diferentes mercados.

A tipologia de referência para o estudo desta categoria cerâmica é a obra “*Conspectus Formarum Terrae sigillatae italico modo Confectae*” (=Conspectus), recorrendo-se, para a classificação das marcas de oleiro, ao trabalho clássico de Oxe e Comfort “*Corpus vasorum arretinorum*”, cuja edição foi recentemente completada e actualizada por Ph. Kenrick (=OCK).

Nas fases mais antigas, as formas de *sigillata* de tipo itálico apresentam filiação em alguns tipos de cerâmica campaniense, e alguns dos materiais deste período demonstram que se trata ainda de uma fase de experimentação quer ao nível das técnicas de cozedura, quer relativamente à obtenção de vernizes vermelhos de qualidade.

No período de maior apogeu da produção e comercialização, nas últimas décadas do séc. I e nas primeiras do século seguinte, a produção atingiu elevada qualidade, começando a perder importância nos mercados exteriores, a partir do reinado de Tibério. No seu período áureo, as formas de *sigillata* de tipo itálico distribuem-se por um conjunto diversificado, que é formado sobretudo por taças, pratos e grandes pratos de tipos bastante estandardizados produzidos com argila muito depurada e com um verniz de brilho mate. Além de formas lisas, produzidas a torno, encontram-se igualmente peças decoradas a molde.

O conjunto de estudos existentes sobre sítios militares do *limes* germânico, sobre contextos de naufrágios, ou acerca de outros locais de consumo tornaram ainda esta cerâmica num importante elemento datante para os contextos arqueológicos em que ocorre. Os dados que permite inferir acerca da evolução económica dos sítios de consumo, sobre o conhecimento dos padrões de importação e das principais áreas que abasteceram a região algarvia constituem alguns dos aspectos a estudar, neste contexto.



A **terra sigillata de tipo itálico** encontra-se representada na área do mosaico do Oceano por apenas dois fragmentos, correspondendo a cerca de 9.6% do total da *terra sigillata* recuperada na área das sondagens do Museu Municipal (**Tabela 6, Gráfico 1 e Estampa 7 e 8**). Este último conjunto é formado por 96 fragmentos, que correspondem a 26 exemplares de formas lisas, segundo o cálculo do NMI, por seis fragmentos de peças decoradas (apenas um bordo) e por oito marcas de oleiro, de que se apresenta a leitura para cinco. Recupera-se ainda uma marca anteriormente publicada, proveniente da R. Infante D. Henrique na esquina com a R. Francisco Barreto (Gamito e Maia, 1976, p. 147-158), mas que não foi objecto de observação directa. Como já se referiu, da área do mosaico do Oceano, apenas se recuperou um fragmento de *sigillata* de tipo itálico, da forma Consp. 20.4, apesar de ser difícil precisar o seu diâmetro (nº 96), além de um fragmento decorado (nº 108).

	Forma	Oceano 1976 (NMI)	M. de Faro 2001-02 (NMI)	Total Faro
<b>Formas lisas</b>	Consp. 3.2		1	1
	Consp. 4.3		1	1
	Consp. 4.4		1	1
	Consp. 12.4		2	2
	Consp. 18.1		1	1
	Consp. 18.2		7	7
	Consp. 18.3		1	1
	Consp. 20.1		1	1
	Consp. 20.4	1		1
	Consp. 21.3		1	1
	Consp. 22.1		1	1
	Consp. 22.4		1	1
	Consp. 22.5		2	2
	Consp. 22.6		1	1
	Consp. 27.1		1	1
	Consp. 28.1		1	1
	Consp. 32		1	1
	Consp. 36		1	1
	<b>Total</b>		<b>24</b>	<b>26</b>
<b>Formas decoradas</b>	Consp. R 7.1.1		1	1
	Frag. decor. indet.		(4)	(4)
	Pé		(1)	(1)
<b>Marcas de oleiro</b>	<b>Marcas</b>		(8)	(8)

**Tabela 6 – Faro. Formas de *terra sigillata* de tipo itálico.**

Nota: N° Mínimo de Indivíduos calculado normalmente com base nos bordos. Entre parêntesis encontram-se os fragmentos de parede, carena, meia cana ou fundos das respectivas formas que não entraram no cálculo do NMI.

A distribuição cronológica deste tipo de *sigillata* mostra que as fases mais antigas da produção se encontram muito escassamente representadas.

Apenas dois fragmentos pertencem ao chamado serviço I de Haltern. Trata-se do prato Consp. 12, caracterizado por apresentar bordo pendente, de perfil triangular. Apesar de partilharem alguns detalhes morfológicos que as aproximam, as formas deste período ainda não registam a estandardização a que se assistirá posteriormente com as peças que se integram no chamado serviço II de Haltern. O exemplar de Faro não pertence, no entanto, às variantes mais antigas e inclui-se na forma Consp. 12.4, que está datada de meados a finais do reinado de Augusto (Conspectus, p. 72) (nº 90).

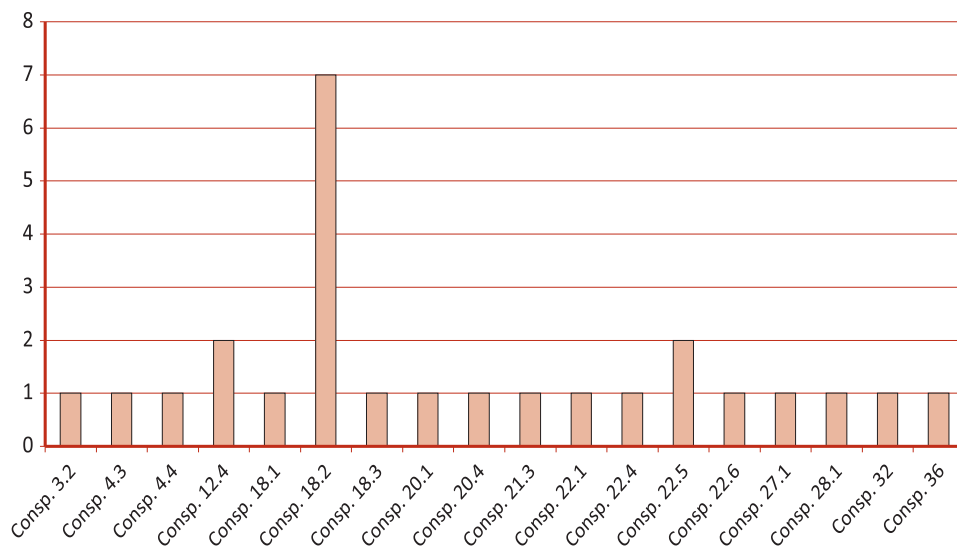


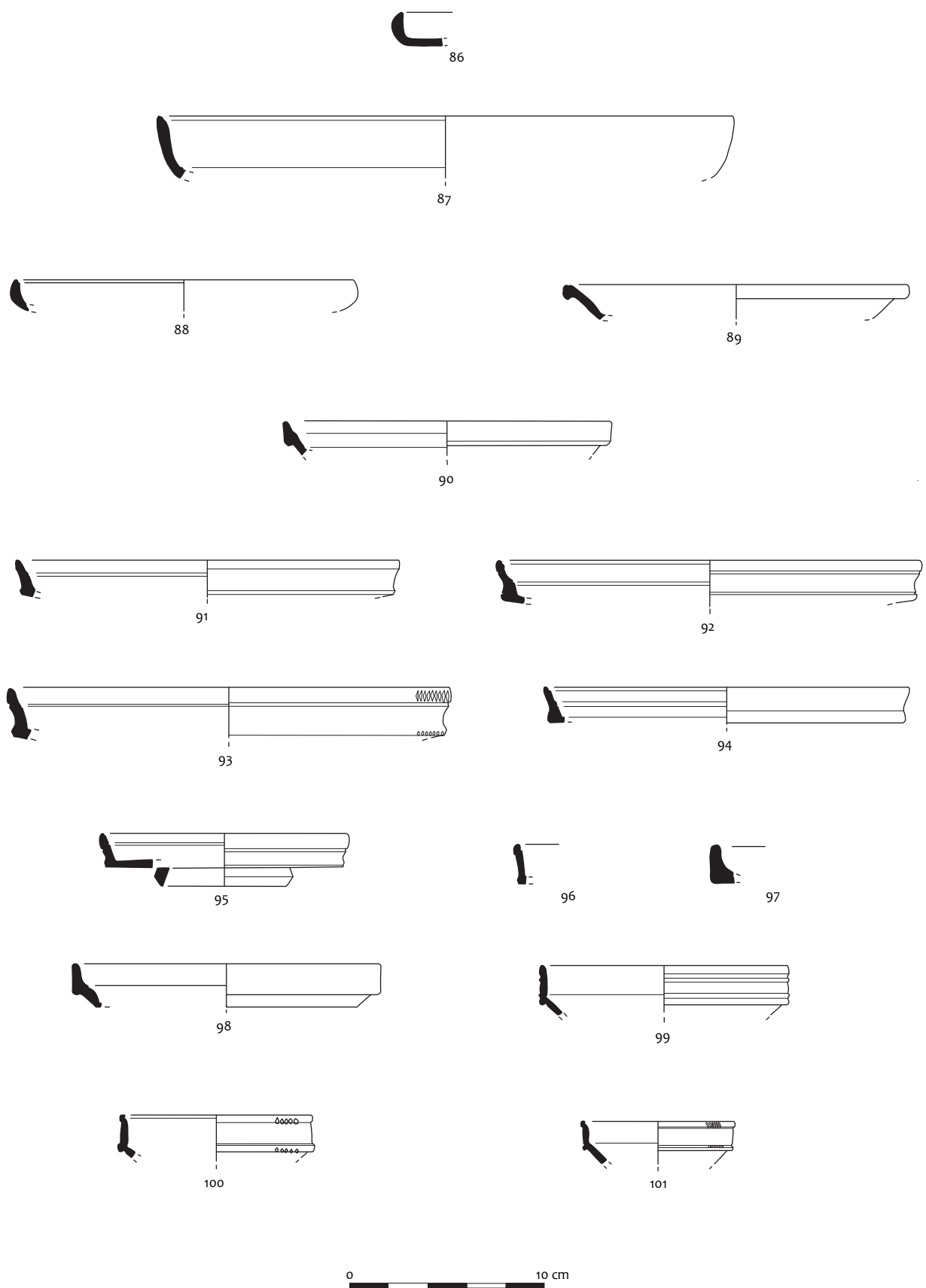
Gráfico 1 – Faro. Distribuição das formas lisas de terra sigillata de tipo itálico (NMI).

A esmagadora maioria das peças pertence exactamente a este serviço II de Haltern, integrando-se nas formas Consp. 18 e 22 (nº 91 a 97 e 99 a 101). Trata-se de pratos e taças de bordo vertical, que podem pertencer a variantes que apresentam maior ou menor molduração interna ou externa, detalhes morfológicos que possuem significado cronológico. De um modo geral, a sua cronologia aponta para o período do reinado de Tibério. Outras formas, como o prato de parede baixa e encurvada do tipo Consp. 4.3 ou 4.4 (nº 87 e 88), ou ainda o prato Consp. 3.2, também pertencem a este período (nº 89).

Os momentos mais tardios da produção encontram-se também representados com alguns fragmentos da forma Consp. 27 (nº 102), Consp. 28 (nº 103) e Consp. 32 (nº 104), que virá a tornar-se na muito popular taça Drag. 27 das produções sudgálicas. Esta última forma tem a sua origem em período tiberiano, podendo ocorrer até à segunda metade do séc. I d.C., nas produções tardo-italicas (Conspetus, p. 108). Outro exemplar com cronologia idêntica, a taça Consp. 36 (nº 105), pode mesmo atingir os finais do séc. I d.C. Dada a ausência de contextos arqueológicos, não podemos assegurar a cronologia do final da importação destes produtos em Faro, sendo provável que ainda se encontrassem nos mercados quando as produções sudgálicas se começaram a afirmar.

São muito escassas as peças decoradas e o seu estado de conservação limita as nossas observações. A maior parte dos fragmentos pertencem a cálices, cuja forma não foi possível determinar e apenas em um caso pudemos apontar para a forma Consp. R 7.1.1 (nº 106). Em dois exemplares, conservou-se uma parte reduzida da linha de óvulos duplos (M. Faro 64724, não ilustrado), num dos fragmentos, com lingueta (70680). Os motivos vegetais estão presentes num exemplar e numa faixa decorada de outra peça (nº 107). Um fragmento decorado ostenta linha ondulada formada por grinaldas de duas folhas e o motivo do *cantharus* (nº 108). O pé de um outro cálice encontra-se também neste conjunto (nº 109).

Das oito marcas de oleiro existentes, apenas seis permitem leitura. No seu conjunto, a cronologia do período de laboração dos oleiros representados situa-se entre a última década do séc. I a.C. e os meados da centúria seguinte (Tabela 7, Estampa 8). Os produtos originários de Pisa são maioritários, estando igualmente representados os aretinos e de Pozzuoli (Putéolos). Todas as marcas são provenientes das escavações realizadas nas instalações do Museu Municipal, mas considerou-se também a marca recuperada nos anos 70, proveniente de um achado fortuito numa vala aberta na Rua Conselheiro Bívar (Gamito, Maia, 1976).



Estampa 7 – Faro. *Terra sigillata* oriental A e *terra sigillata* de tipo itálico.

A produção do oleiro Anthus (OCK, 200), o único originário de Pozzuoli (Putéolos) entre os materiais de Faro (nº 110), desenvolveu-se entre a última década do séc. I a.C. e a primeira década do século seguinte. De acordo com os dados de OCK, não se trata de um oleiro cuja produção tenha tido uma ampla difusão, encontrando-se apenas 17 peças assinaladas no OCK. A distribuição deste produtor de taças cónicas estende-se, além de Itália, à *Germania* e à *Gallia*, ocorrendo igualmente um exemplar na *Africa Proconsularis* (Cartago), assim como na Península Ibérica (em Tarragona).

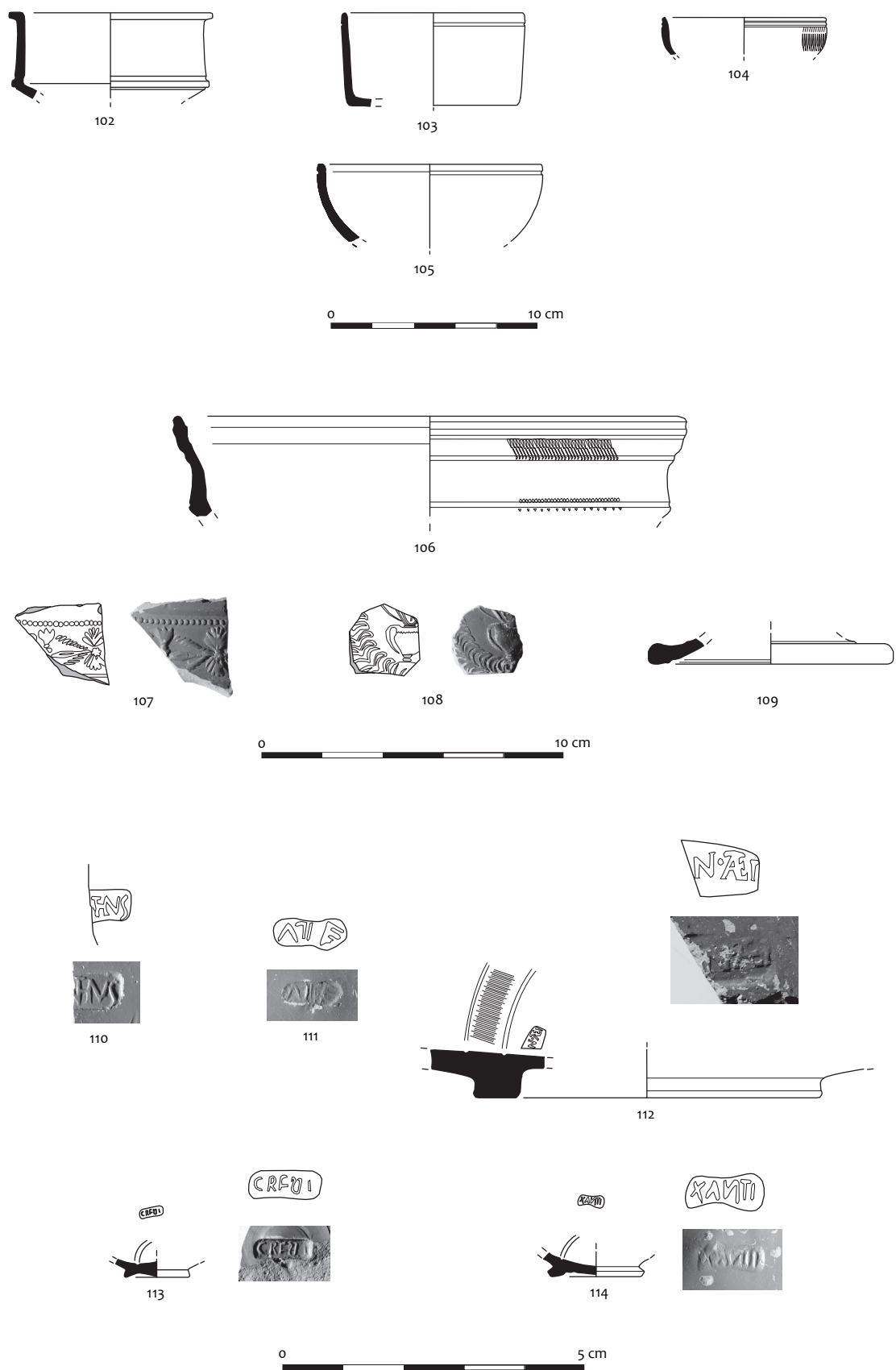
Como se sabe, o oleiro Ateius produziu em diversas oficinas, como as de Arezzo, de Pisa e também em Lyon, na Gália. A marca que se encontra em Faro (nº 111) pertence à produção pisana, que terá ocorrido entre 5 a.C. e 25 d.C. (OCK 268.145) e possui a característica cartela *in planta pedis*, o que, por si só, a coloca no período tiberiano. Este oleiro encontra-se bem representado no OCK, com 862 ocorrências. Além dos inúmeros exemplares encontrados em Itália, este oleiro exportou sobretudo para a *Germania* (acampamentos militares), encontrando-se também bem representado em diversos sítios da província da Gália. A sua distribuição estende-se ainda, embora sempre em quantidades mais reduzidas, à *Africa Proconsular*, à *Mauritania* e à *Britannia*. Do total das marcas dispersas pelo mundo romano, apenas 8.3% corresponde a sítios da Península Ibérica. Este oleiro ocorre na Tarraconense (52 exemplares) e na Bética (11 exemplares), encontrando-se igualmente na Lusitânia, nos centros urbanos de Beja, Conímbriga e Mérida.

Também com ampla produção em diversos centros produtores itálicos e do sul da Gália, o oleiro Cn. Ateius (2) é o único representante da produção aretina, tendo produzido entre 15 e 5 a.C. (OCK 275.28). Trata-se da única marca radial recuperada, até ao momento, em Faro, correspondendo a mais um dos raros testemunhos das fases mais antigas da produção de *terra sigillata* de tipo itálico, nesta cidade (nº 112). A maior parte das 201 marcas conhecidas deste oleiro ocorrem na Península Itálica e apenas 3.5% do total de ocorrências foi registada na Península Ibérica (*Tarraconensis* e *Baetica*).

Nº Inv./Referª	Oleiro	Leitura	OCK= Oxé, Comfort e Kenrick, 2000	Origem	Forma	Local na peça	Caixilho	Cronol.	Ilustração
70564	ANTHVS (1)	(N?)THVS	200	Pozzuoli	Indet.	Fundo int.	Rectangular com ângulos arredondados	10 a.C. - 10 d.C.	Estampa 8 Nº 110
64834	ATEIVS	ATEI	268.145	Pisa	Prato Indet.	<i>Idem</i>	<i>In planta pedis</i>	5 a.C. - 25 d.C.	Estampa 8 Nº 111
70435	CN.ATEIVS (2)	N.ATEI	275.28	Arezzo	Prato Consp. B 1.4	<i>Idem</i>	Radial Rectangular	15 - 5 a.C.	Estampa 8 Nº 112
Gamito e Maia 1976	CN.ATEIVS (3)	CN.ATE	276	Pisa	Prato Consp. 18.2	<i>Idem</i>	Trifolio	5 a.C. - 40 d.C.	Gamito e Maia, 1976
70522	CRESTVS	CRESTI com S retrógrado	698.30	Pisa / Lyon	Taça Consp. B 4.14	<i>Idem</i>	Rectangular	10 a.C. - 30 d.C.	Estampa 8 Nº 113
70544	XANTHVS (2)	XANTI com N retrógrado	2536.67	Pisa	Taça Consp. B 4.12	<i>Idem</i>	Rectangular	5 a.C. - 50 d.C.	Estampa 8 Nº 114

Tabela 7 – Faro. Descrição das marcas de oleiro em *sigillata* de tipo itálico.





Estampa 8 – Faro. Terra sigillata de tipo itálico lisa, decorada e marcas de oleiro.

De referir que a produção pisana do oleiro Cn. Ateius (3) já se encontrava representada em Faro por um exemplar anteriormente publicado (Gamito, Maia, 1976). Corresponde a um prato da forma Consp. 18.2 e a marca pertence ao tipo OCK 276, com cartela em trifolio e espiga. Em Pisa, a laboração deste oleiro corresponde a um período compreendido entre 5 a.C e 40 d.C. No fundo externo, este prato possui um grafito XAP (Gamito e Maia, 1976). De acordo com o OCK, este oleiro registou igualmente uma ampla difusão, encontrando-se 271 ocorrências. Além da sua elevada frequência no território italiano, a distribuição fez-se sobretudo para os territórios das antigas províncias da Germânia e da Gália. A sua representação na Península Ibérica é relativamente reduzida, apenas com 9.9% do total das ocorrências, encontrando-se presente na Tarraconense, na Bética e na Lusitânia (em Conímbriga e Mérida).

Julgamos que a marca onde se lê Cresti, com “S” retrógrado, pertence ao oleiro itálico Crestus (OCK, 698.30), que terá produzido em Pisa/Lyon, entre a última década do séc. I a.C. e as primeiras décadas da centúria seguinte (nº 113). Tal como refere Kenrick, a maior parte destas marcas deve poder atribuir-se a Cn. Ateius Crestus de Pisa (OCK, p. 204). Encontram-se 369 referências a este oleiro no OCK (CD-Rom), com ampla distribuição, que se concentra sobretudo na *Germania* (Superior e Inferior) e na Gália (sobretudo Narbonense), estando também relativamente bem representada na *Hispania*, na Tarraconense e na Bética, onde se assinalam cinco marcas em Belo e oito em Córdova (OCK-CD-Rom). No território hoje algarvio, esta marca já tinha sido reconhecida entre o material do sítio da Lezíria que dista apenas cerca de 600m do Castelo de Castro Marim (Arruda e Dias, 1985, p. 119).

O oleiro Xanthus (2) produziu igualmente em Pisa, nos últimos anos do séc. I a.C. e durante a primeira metade do séc. I d.C. (OCK, 2536.67), e pertence ao período mais tardio da produção itálica (nº 114). As marcas que constam do OCK, num total de 658 exemplares, mostram uma difusão onde têm especial ênfase as províncias da Gália e da Germânia, correspondendo as marcas existentes na Península Ibérica a apenas 7% do total. Além da Tarraconense e da Bética, esta marca encontra-se na Lusitânia, designadamente na cidade de Beja e na capital provincial, Mérida.

De um modo geral, a distribuição cronológica das marcas de oleiro aponta para um perfil idêntico ao que as formas lisas deixam transparecer. Apesar de se poder afirmar que as importações itálicas tiveram início num momento recuado, ainda no séc. I a.C. (Consp. 1.2 e Consp. 12 e marca radial de Cn. Ateius) estas são muito escassas. Será, sobretudo, durante o reinado de Tibério que a maior parte da *terra sigillata* de tipo itálico terá atingido Faro. As importações podem ter-se prolongado ainda durante os reinados seguintes, mas já sem o vigor do período anterior, numa altura em que os produtos sudgálicos se começavam a impor, progressivamente, nos mercados. Testemunho disso são os fragmentos das formas Consp. 32 e 36.

A ***sigillata sudgálica*** constitui a produção realizada por um conjunto de oficinas do Sul da Gália romana, produção essa que foi encabeçada pelo maior centro produtor de *terra sigillata* que La Graufesenque constituiu. Este foi, sem dúvida, o principal centro produtor e exportador destinado essencialmente a abastecer os contingentes militares do *limes* germânico e que também foi o responsável pelo aprovisionamento dos mercados do território actualmente algarvio.

A produção de *sigillata sudgálica* iniciou-se ainda em época de Tibério, tendo por influência directa as produções itálicas. Destinada, inicialmente, a aprovisionar os acampamentos militares do *limes* germânico, as produções de Lyon (La Murette) dão, posteriormente, lugar a outros centros produtores, entre os quais se destaca La Graufesenque. Entre os factores que favoreceram o sucesso das oficinas dos rutenos, encontra-se um conjunto de factores, como a proximidade do rio Aude, que, associado a uma densa rede de vias permitia o fácil escoamento da produção para o importante porto de Narbonne. Aliado a estes aspectos, a quebra da produção itálica e a existência de importantes recursos na região, como argilas de qualidade e abundante combustível para alimentar os fornos, incentivaram, de forma significativa, o desenvolvimento desta produção (Vernhet, 1979, p. 96; 1986, p. 96-103).

A produção desenvolveu-se em várias fases e com diferentes características, que se podem observar, quer nas formas lisas utilizadas, quer nos esquemas decorativos adoptados.

Seguindo a mesma metodologia que adoptámos no trabalho recente sobre a *terra sigillata* de Torre de Ares (Viegas, 2006a), procurámos reconhecer o perfil das importações em Faro, tendo por base a análise das formas que foram produzidas num período mais reduzido. As marcas de oleiro e as peças decoradas permitem igualmente precisar a cronologia das importações.

Outros indicadores são frequentemente utilizados para obter melhor aproximação cronológica, como a qualidade do verniz e o perfil das peças. No que se refere ao verniz, este nem sempre conservou as suas características originais, o que dificultou a aplicação desse critério. Por outro lado, dado o estado de fragmentação das peças, tornou-se difícil reconhecer perfis mais ou menos pesados nas séries de formas mais frequentes.

No estudo dos padrões de importação de *sigillata* sudgálica decorada, seguimos a metodologia desenvolvida por outros autores, tendo por base o trabalho de A. Mees “Modellsignierte Dekorationen auf sudgallischer terra sigillata” (1995), além da obra de J.L. Tilhard, sobre o material de Poitiers (2004). Esta informação foi complementada com a consulta de outros trabalhos que incidiram sobre conjuntos fechados de cronologia precisa, como é o caso do naufrágio Culip IV, datado de 78-82 (Nieto e Puig, 2001), ou da chamada caixa de Pompeia (Atkinson, 1914), cujos materiais foram recentemente objecto de nova publicação (Dzwitza, 2004), ou ainda a obra colectiva sobre a Drag. 29, com marca de oleiro (Dannell et al., 2003), e para a identificação dos diferentes tipos de linha de óvulos utilizou-se o trabalho de G. Dannell, B. Dickinson e A. Vernhet sobre este motivo em Drag. 30 (1998). Não esquecemos as informações das publicações clássicas de Hermet (1934) e os trabalhos de Knorr (1912; 1952) ou de Oswald (1964a e b). Na base de dados disponível na internet encontra-se um amplo conjunto de informações sobre oleiros sudgálicos que produziram *sigillata* sudgálica decorada Drag. 29 e respectivas marcas de oleiro (Samian research).

A *terra sigillata* sudgálica de Faro é originária das duas áreas de escavação que foram objecto de estudo: o local onde se recuperou o mosaico do Oceano, onde constitui 53.1% do total de *sigillata* recuperada, e as sondagens do Museu Municipal, sendo aqui apenas 24.2% do total da *terra sigillata*. No conjunto, as duas áreas da cidade espelham a mesma realidade, no que diz respeito ao padrão de importação das produções do Sul da Gália. Em termos quantitativos, estas cerâmicas correspondem a 29.8% do total da *sigillata*, distribuindo-se os cerca de 448 fragmentos por 142 peças pertencentes a formas lisas, 18 a formas decoradas, registando-se ainda oito marcas de oleiro (**Tabela 8, Gráfico 2 e Estampa 9 a 13**).

A importação de *sigillata* sudgálica para Faro iniciou-se ainda na primeira metade do séc. I, concretamente durante os reinados de Tibério e Cláudio, como sugere a presença das formas Ritt. 8 (nº 115 a 117), Drag. 24/25 (nº 118 a 120) e Drag. 15 (nº 121 a 123). Esta fase da produção é, no entanto, minoritária, como se pode observar na **Tabela 8**.

O conjunto de formas lisas de Faro é pouco diversificado, em termos tipológicos, sendo sobretudo constituído pelas formas mais comuns nesta produção, como a taça Drag. 27 (nº 132 a 135) e os pratos Drag. 15/17 (nº 124 a 126) e Drag. 18 (nº 127 a 130). No seu conjunto, estes somam cerca de 62 % do total das formas lisas. Tendo uma produção que compreende um período bastante vasto, que se prolonga, genericamente, entre 30/40 e 100, as peças de Faro encontram-se muito fragmentadas, não conservando perfil suficiente para que se possam integrar nas fases mais antigas ou mais avançadas da produção. Por outro lado, a forma Drag. 35/36 (nº 137 a 141), que é das mais comum dos chamados serviços Flávios criados em La Graufesenque, constitui 21.6% das formas lisas, o que mostra bem o peso desta fase, no conjunto. A escassez desta forma em Cornímbrega foi apontada como sinal do decréscimo de importação da *sigillata* sudgálica a partir do reinado de Vespasiano (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975, p. 93). Refira-se ainda um exemplar de uma forma pouco habitual, a Drag. 4/22 (nº 131), datada entre as décadas de 40 e 70 do séc. I.

	Forma	Oceano 1976 (NMI)	M. de Faro 2001-02 (NMI)	Total Faro (NMI)
Formas lisas	Ritt. 8	1	2	3
	Ritt. 9	-	3	3
	Drag. 24/25	5	4	9
	Drag. 27	14	12	26
	Drag. 18	4	20	24
	Drag. 15	-	3	3
	Drag. 15/17	6	8	14
	Drag. 35/36	15	7	22
	Halt. 14 (?)	-	1	1
	Drag. 4/22	1	-	1
	Indet.	18		18
	<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>60</b>	<b>124</b>
Formas decoradas	Drag. 11	1	-	1
	Herm. 9	-	1	1
	Drag. 29	4	5	9
	Drag. 30	1	1	2
	Drag. 37		1	1
	Knorr 78		1	1
	Herm. 7/15		2	2
	Déch. 63	1		1
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>18</b>
	Decoradas indet.	(23)	(6)	-
Marcas de oleiro	Marcas de oleiro	(4)	(4)	(8)

Tabela 8 – Faro. Formas de terra sigillata sudgálica.

Entre parêntesis (nmi=número máximo de indivíduos).

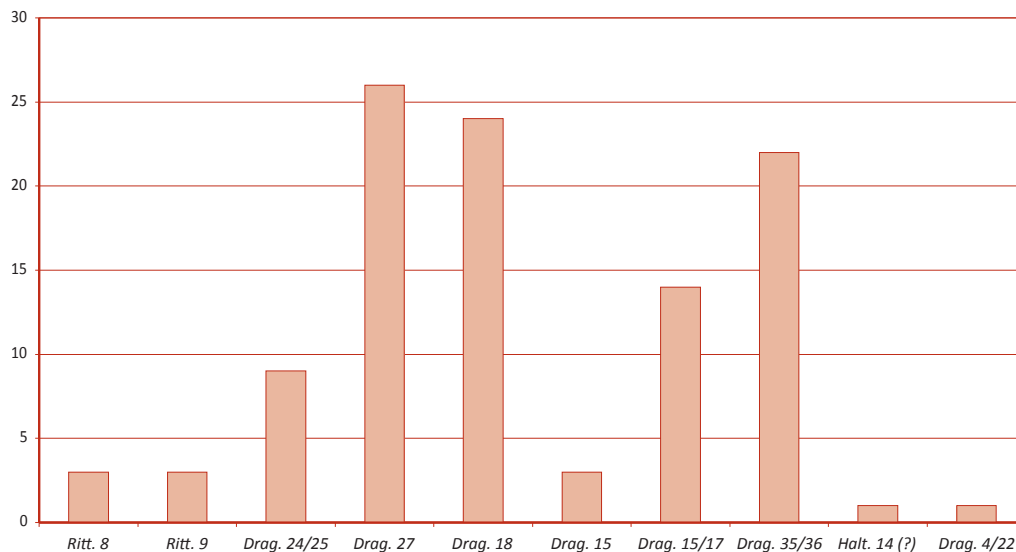
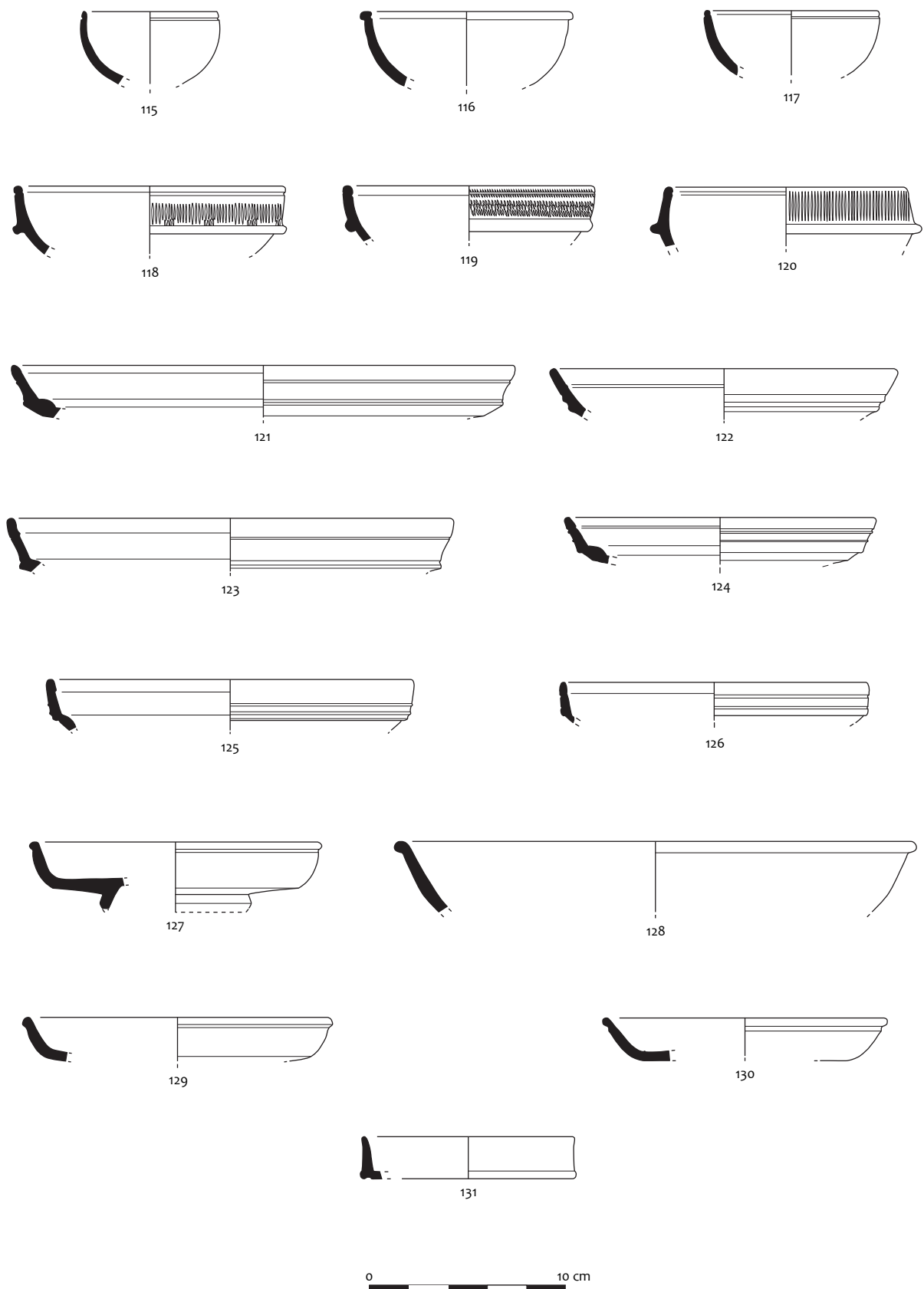


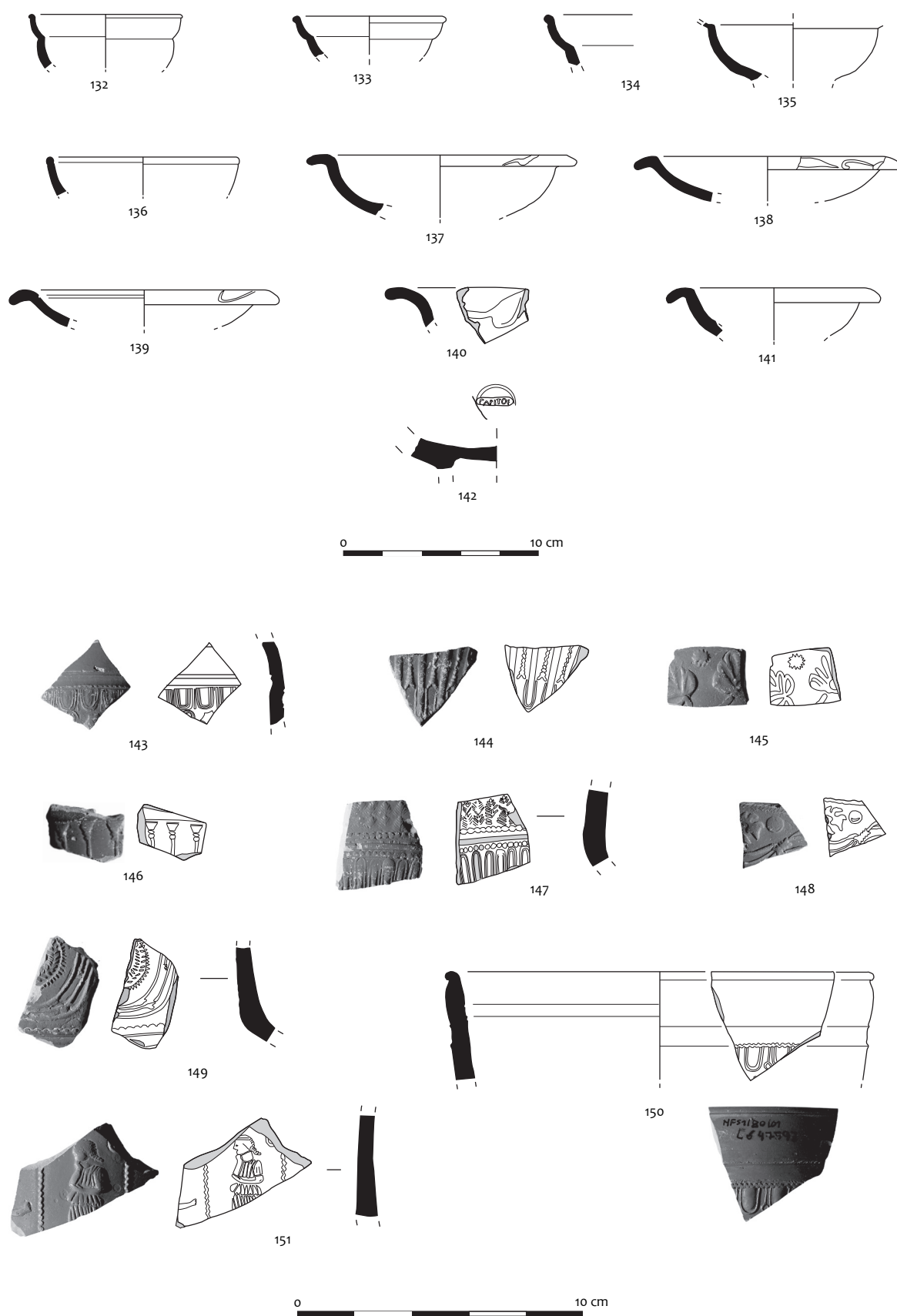
Gráfico 2 – Faro. Distribuição das formas lisas de terra sigillata sudgálica.

Para uma correcta leitura do conjunto da terra sigillata sudgálica decorada de Faro torna-se necessário uma análise da totalidade dos fragmentos e não apenas dos bordos, tendo-se procedido ao cálculo do nmi = número máximo de indivíduos (Tabela 9, Estampa 10 a 12). Além da forma representada, foi através da análise dos motivos e das composições decorativas que se procurou obter um quadro mais claro sobre a distribuição cronológica e o padrão de importação deste tipo de sigillata na cidade algarvia.



Estampa 9 – Faro. *Terra sigillata* sudgálica lisa.





Estampa 10 – Faro. Terra sigillata sudgálica lisa e decorada.

Do ponto de vista das formas representadas, verificou-se que além das mais características Drag. 29, 30 e 37, encontram-se igualmente, embora em reduzido número, a Drag. 11, o cantil Déchelte 63, a taça Knorr 78 e a forma fechada Hermet 7/15, o que mostra uma significativa diversidade morfológica (**Tabela 9**). Registou-se um aparente equilíbrio numérico entre os fragmentos de *terra sigillata* sudgálica recuperada nas sondagens realizadas no Museu de Faro e os provenientes da escavação do mosaico do Oceano, embora seja de referir que, entre o material desta última área, se contam inúmeros fragmentos de muito reduzida dimensão.

Do total de fragmentos estudados, apenas foi possível obter uma cronologia mais precisa para 30, o que corresponde a uma percentagem também de 30% (**Tabela 10**).

	Oceano 1976 (nmi)	M. de Faro 2001-02 (nmi)	Total Faro (nmi)
<b>Drag. 11</b>	1	-	1
<b>Drag. 29</b>	9	9	18
<b>Drag. 30</b>	3	7	10
<b>Drag. 37</b>	12	27	39
<b>Knorr 78</b>	-	1	1
<b>Herm. 7/15</b>	-	2	2
<b>Déch. 63</b>	1	-	1
<b>Decor. indet.</b>	23	6	29
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>52</b>	<b>101</b>

Tabela 9 – Faro. Formas de *sigillata* sudgálica decorada.  
(nmi=nº máximo de indivíduos).

Cronologia	nmi	% nmi
<b>Tibério e Tibério Cláudio (14-54)</b>	7	23
<b>Cláudio e Nero (50-70)</b>	5	17
<b>Nero-Vespasiano (65/70-80/85)</b>	4	13
<b>Flávios (Vespasiano-Domiciano) e posteriores</b>	14	47
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

Tabela 10 – Faro. Distribuição cronológica da *sigillata* sudgálica decorada.  
(nmi=nº máximo de indivíduos).

Dos fragmentos a que foi possível atribuir uma cronologia das fases iniciais da produção, 23% são datados dos reinados de Tibério e de Tibério e Cláudio, encontrando-se representados sobretudo por fragmentos da forma Drag. 29, embora a forma Drag. 11 esteja também presente (nº 143). Trata-se de exemplares que ostentam esquemas decorativos como a palissada de gomos simples (nº 147) ou palissada de gomos que alterna com linha ondulada e elementos vegetais bifoliados (nº 144) ou grinalda ondulada (nº 145 e 148). Um fragmento do tipo Hermet 9 (nº 146) pode integrar-se, igualmente, nesta fase inicial da produção.

As composições e motivos decorativos atribuídos ao período de Cláudio e Nero não são igualmente das mais numerosas (17%), encontrando-se um fragmento de Drag. 29 onde apenas se conservou o registo inferior da decoração formado por uma linha de grinaldas onduladas com medalhões constituídos por folhagens (nº 149). Noutro exemplar, pertencente à taça cilíndrica Drag. 30 (nº 150), apenas se observou a linha de óvulos simples com lingueta que termina em anel, que se aproxima do tipo QQ atribuída a Lupus ii (Dannell, Dickinson e Vernhet, 1998, fig. 2, p. 82). Igualmente numa Drag. 30 (nº 151), cuja decoração é impossível de reconstituir, observa-se

uma figura feminina (Penélope ?) atribuída à obra do oleiro Masclus, que terá produzido, em La Graufesenque, no período de esplendor (Vernhet, 1979, est. XXI, nº 1; Bourgeois e Mayet, 1991, p. 129-130, est. XXIII, nº 2379-2384; Mees, 1995, est. 111, nº 3, p. 84).

Outros fragmentos decorados, produzidos em *sigillata* marmoreada, pertencentes à forma Drag. 29, mas que não conservaram a área decorada, poderão também ser atribuídos a este período (nº 152).

Considerámos como pertencentes já a outra fase, compreendida entre o reinado de Nero e o de Vespasiano, outros dois fragmentos marmoreados, pois além de integrarem a forma Drag 37, os motivos decorativos que ostentam parecem apontar para fases mais avançadas da produção. No seu conjunto, a este período pertencem 13% dos fragmentos estudados. Encontra-se nesta situação a peça nº 153, que ostenta uma possível composição com grinalda ondulada e o nº 155, que possui decoração com medalhão simples que inclui um leão. Outro exemplo deste período mostra um possível esquema que inclui caules sinuosos que pertencem a arcarias ou painéis com cruzeiros de Sto. André.

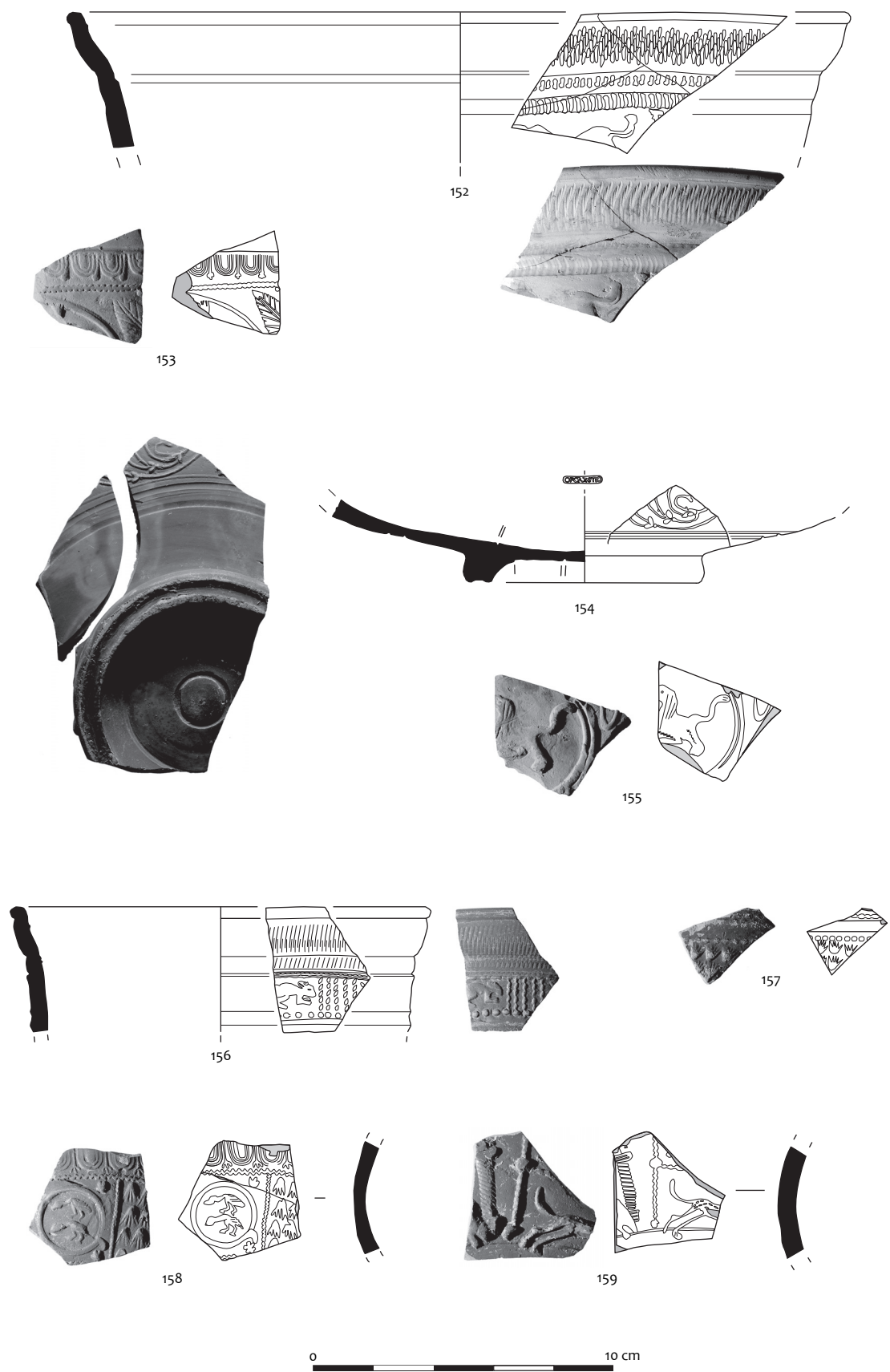
Quase metade dos exemplares a que foi possível atribuir uma cronologia mais precisa correspondem a produções Flávias ou posteriores (47%). Encontram-se, neste caso, ainda alguns raros exemplares da forma Drag. 29, por exemplo com o registo superior formado por uma decoração compartimentada, constituída por séries de linhas onduladas verticais, observando-se num painel uma lebre (nº 156); com o registo superior com imbricações (nº 157); ou uma outra composição que é impossível de reconstituir, onde se conservou um medalhão que inclui aves, alternando com imbricações (nº 158).

A única peça decorada que possui marca de oleiro pertence à produção de Crestio, oleiro que tem sido apontado como pertencendo ao período anterior aos Flávios (nº 154; Tabela 12), distinguindo-se de outro oleiro Crestus, com quem pode, por vezes, ser confundido, este de cronologia posterior aos Flávios (Polak, 2000, p. 213).

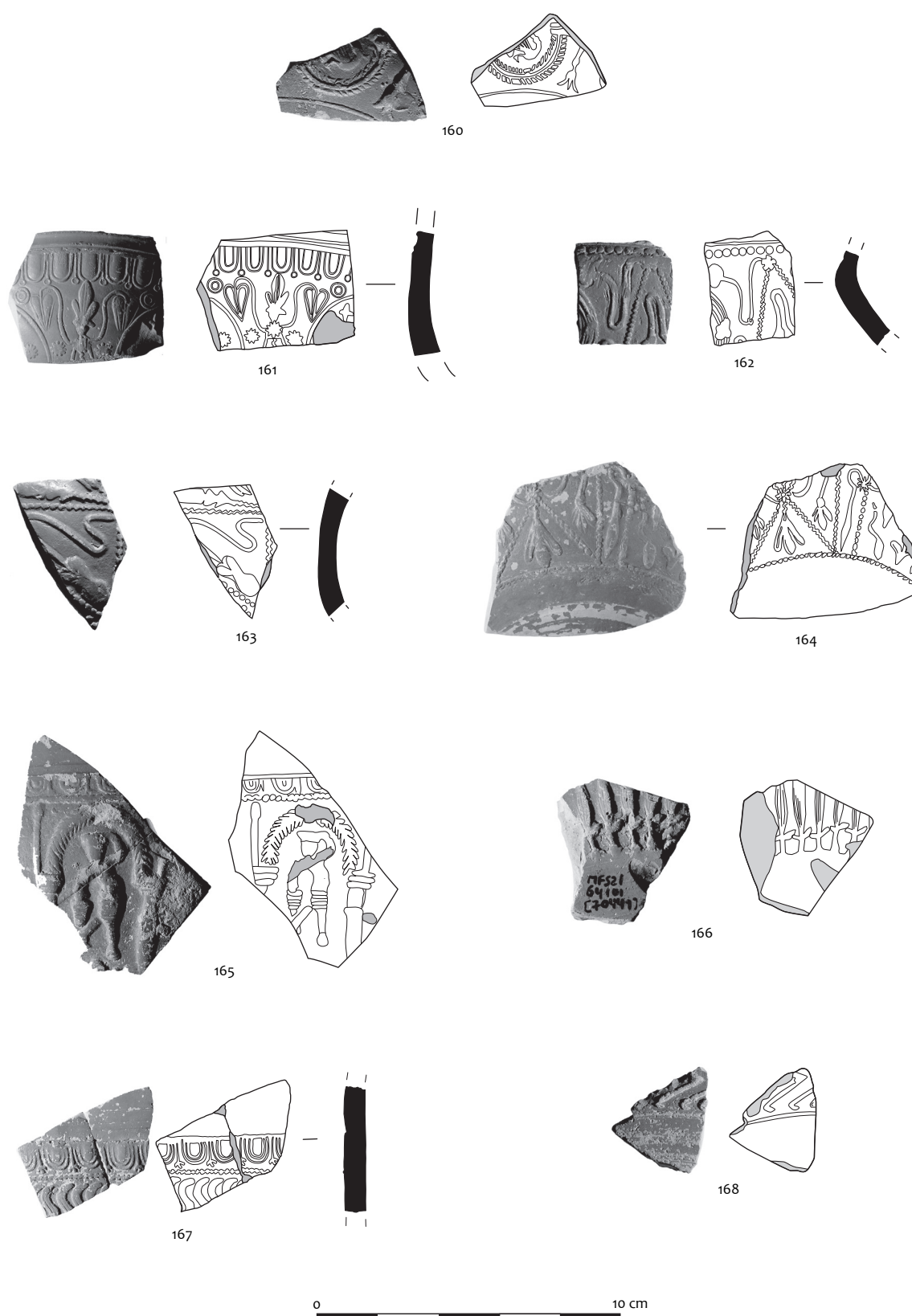
De um modo geral, é a Drag. 37 que domina esta fase, com composições metopadas, onde se incluem figurações animais (canídeo) (nº 159) ou decoração com festão duplo formado por folhagens, que inclui uma ave, alternando com elementos vegetais com extremidade trifoliada (nº 160). A composição com alternância de medalhões simples e cruzeiros de Sto André, terminando os caules sinuosos em folhas cordiformes ou outras (nº 161 a 164), está presente, encontrando-se igualmente o motivo das arcarias formadas por grinaldas, com colunas, incluindo-se no seu interior um sátiro (nº 165). Trata-se, neste último caso, de uma peça que poderá integrar-se na produção do oleiro Biragillus, que produziu em La Graufesenque na última década do séc. I e nas primeiras da centúria seguinte, correspondendo por isso à fase mais tardia da produção. A decoração encontra-se bastante empastelada e a pasta apresenta inúmeras inclusões de finas partículas brancas.

A palissada de folhas lanceoladas verticais corresponde ao limite inferior de uma composição difícil de reconstituir, que se poderá integrar nas produções deste período (nº 166), sucedendo o mesmo com um conjunto de fragmentos que ostentam linhas de óvulos com linguetas de extremidade em tridente (nº 167 e 179). No caso da peça nº 167, a palissada de estrigilos é idêntica à de algumas peças de Poitiers, que se encontram datadas do período de Nero-Vespasiano (Tilhard, 2004, nº 299 e 300, Est. 154, p. 425).

O estudo sobre as características da distribuição da *sigillata* marmoreada tem vindo a ser valorizado pela investigação mais recente. Se inicialmente se indicava a produção para a *sigillata* marmoreada entre 40 e 70 d.C., em La Graufesenque, actualmente este período alargou-se (Genin, 2006, p. 231-243). Em Faro, esta *sigillata* corresponde a um total de 35 fragmentos, que correspondem a dez peças de acordo com o cálculo do NMI. Em sítios com conjuntos muito mais numerosos, como Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975), recuperaram-se apenas cinco fragmentos, e, em Santarém, somente dois (Viegas, 2003a).



Estampa 11 – Faro. Terra sigillata sudgálica decorada.



Estampa 12 – Faro. Terra sigillata sudgálica decorada.



Os fragmentos ossonobenses distribuem-se por um conjunto relativamente limitado de formas lisas, formas decoradas e uma marca de oleiro, dominando a forma Drag. 35/36. Assinalamos um fenómeno idêntico de abundância da forma Drag. 35/36, com elevada frequência de fragmentos marmoreados em Belo (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 92-93).

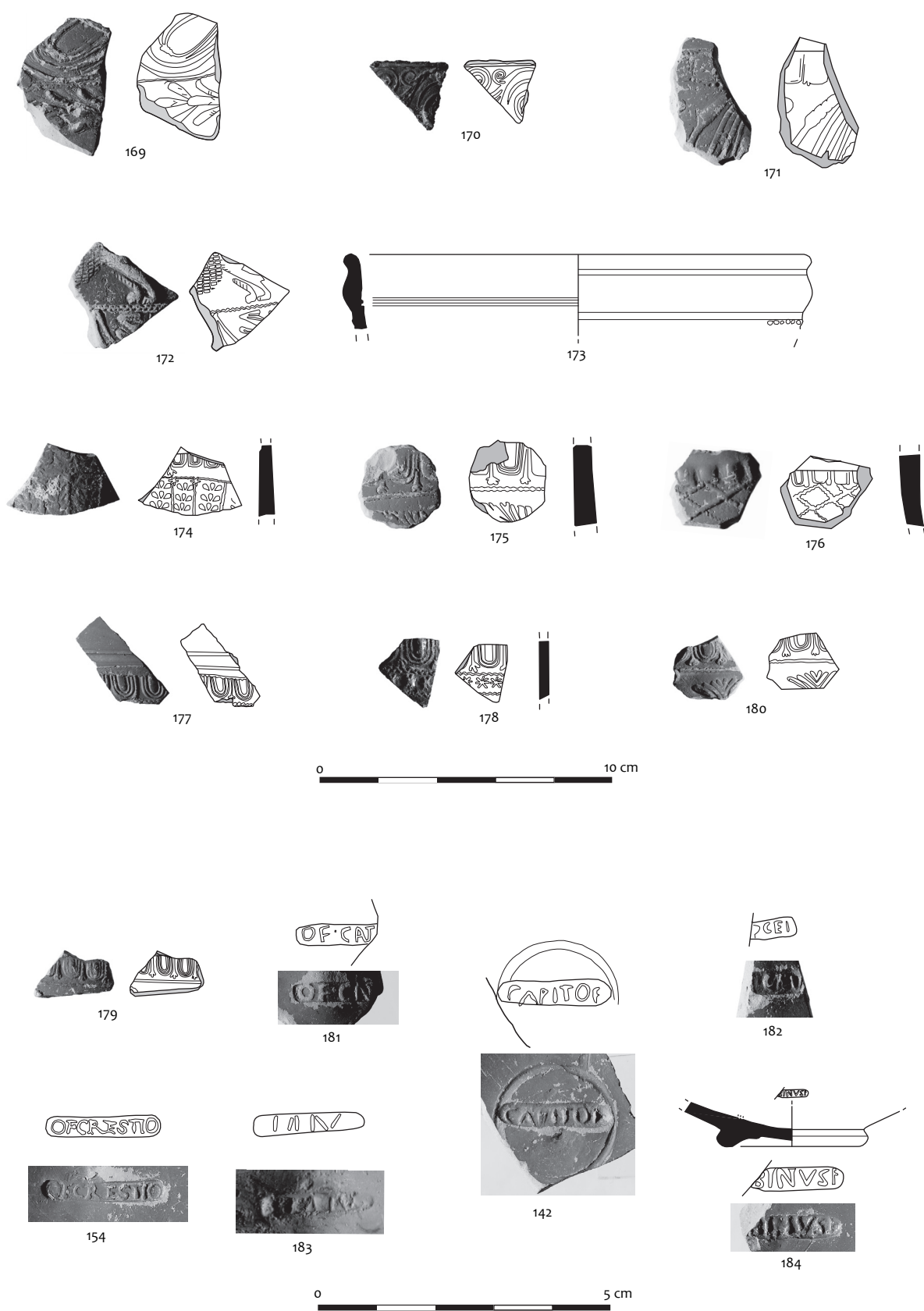
	Nº Frags	NMI
<b>Drag. 27</b>	6	2
<b>Drag. 35/36</b>	9	6
<b>Indeterminadas lisas</b>	10	-
<b>Drag. 29</b>	2	2
<b>Drag. 37</b>	3	-
<b>Indeterminadas decoradas</b>	2	-
<b>Marca</b>	1	
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>10</b>

Tabela 11 – Faro. Formas de *sigillata* marmoreada.

Das seis marcas de oleiro de Faro, foi possível identificar quatro com exactidão, pertencentes aos oleiros de La Graufesenque (Tabela 12, Estampa 13): Cantus, Capito, Crestio e Sabinus, e propor leitura, ainda que com alguma reserva, para uma outra que julgamos poder ser do oleiro lucundus. As marcas de Cantus e Capito pertencem a oleiros que produziram entre o reinado de Cláudio e Nero (Polak, 2000, p. 196 e 197), a de Crestio aponta para um período pré-Flaviano (Polak, 2000, p. 213) e a de Sabinus poderá situar-se no reinado de Vespasiano (Polak, 2000, p. 315). Se exceptuarmos este último oleiro, de que se conhece produção igualmente em Rozier, todos os restantes exerceram a sua actividade no principal centro produtor sudgálico, La Graufesenque.

Nº	Oleiro	Leitura	Polak, 2000	Origem	Forma	Local na peça	Caixilho	Cronologia	Ilustração
181	Cantus	OF.CANT	p. 196	La Graufesenque	Indet.	Fundo interno	Rectang. com ângulos arredond.	Cláudio - Nero	Estampa 13, nº 181
142	Capito	CAPITO F	p.197	Idem	Idem	Idem	Idem	Cláudio - Nero	Estampa 13, nº 142
182	Celadus	CE(I ?)	p. 201	Idem	Idem	Idem	Rectang. de extremid. bífida	Nero	Estampa 13, nº 182
154	Crestio	OF.CRESTIO	p. 213	Idem	Drag. 29	Idem	Rectang. com ângulos arredond.	Pré-flaviano	Estampa 13, nº 154
183	lucundus	I (?)N ...	p.242 - 243	Idem	Indet.	Idem	Idem	Nero - Flávios	Estampa 13, nº 183
184	Sabinus	BINVSF	p. 313 - 315	La Graufesenque/ Rozier	Drag. 29 (?)	Idem	Idem	Vespasiano	Estampa 13, nº 184

Tabela 12 – Faro. Descrição das marcas de oleiro sudgálicas.



Estampa 13 – Faro. Terra sigillata sudgálica decorada e marcas de oleiro.

O oleiro Cantus (nº 181) produziu em La Graufesenque entre os reinados de Cláudio e Nero, embora a maior parte das suas peças se encontre sobretudo centrada na primeira metade do séc. I, como demonstra o estudo realizado por Polak a propósito dos materiais de Vechten (Polak, 2000, p. 196). Este oleiro, que se encontra representado na obra de Oswald por inúmeros exemplares (Oswald, 1964b), está presente em território nacional, em Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975, p. 112, nº 247) e em Represas (Ribeiro, 1958; Lopes, 1994, Quadro II, p. 41, nº 3995).

A julgar pela frequência com que ocorre no *Index of Potter Stamps* de Oswald (1964), a marca de Capito (nº 142) não conheceu uma difusão muito vasta, encontrando-se representada por 43 exemplares. Segundo Polak, oleiros com nome idêntico produziram também em Carrade e Espalion, encontrando-se um Capito igualmente em Montans (Polak, 2000, p. 197). Segundo este investigador, não existem dúvidas que os exemplares recolhidos em Vechten pertencem ao oleiro que trabalhou em La Graufesenque. Consequentemente, e dada a semelhança entre a nossa marca e a C60 daquele sítio, também a colocamos neste centro produtor.

Exemplares deste oleiro encontram-se no território actualmente português, em sítios como a Alcáçova de Santarém (Viegas, 2003a, p. 128, nº 24309), Vipasca (Ferreira e Andrade, 1964, p. 318, fig. 6), Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975, p. 112, nºs 249 e 250), Vaiamonte (Ferreira, 1969, p. 168) e Braga (Morais, 2005, p. 204-205, nº 10 e 11).

A taça carenada decorada do tipo Drag. 29 (nº 154, **Estampa 13**) possui marca do oleiro Crestio, que, como já foi dito anteriormente, laborou em La Graufesenque em período pré-Flávio. O longo período a que as suas marcas foram atribuídas, entre 50 e 110, levaram os autores a propor uma distinção entre a produção de Crestio e de Crestus, considerando-se o período de laboração do primeiro antes de 70, e, do segundo, após aquela data. Actualmente, esta cronologia tem sido contestada por existir uma série de marcas datadas entre 60 e 80, o que torna menos válida esta divisão entre pré e pós-Flávio (Polak, 2000). Entre o material publicado na obra colectiva sobre a Drag. 29 com marca de oleiro, não existe nenhuma grinalda idêntica, embora algumas sejam bastante próximas (Dannel et al., 2003, Crestio, Est. G 9, nº 3124 ou Est. G 7, nº 3103). Segundo os dados disponíveis sobre a distribuição deste oleiro, esta fez-se sobretudo para a Grã-Bretanha e para os sítios militares do limes germânico.

Apesar do seu estado fragmentário, julgamos que a marca nº 182 pertence provavelmente ao oleiro Celadus que, segundo Polak, terá produzido em La Graufesenque, no período de Nero, embora a sua produção não se tenha prolongado para o período de Domiciano (Polak, 2000, p. 201). Um aspecto que nos leva a propor esta classificação, arriscada por se basear numa peça que apenas conserva CE e possivelmente um L, é a cartela rectangular de extremo bífido, que se assemelha ao exemplar C92 de Vechten (Polak, 2000, Est. 6).

Mais difícil de classificar é a marca em *sigillata* sudgálica marmoreada nº 183, que pode ter pertencido à produção de Lucundus, com ampla difusão em outros sítios algarvios, como Castro Marim, onde ocorrem vários exemplares (ver *Terra sigillata* de Castro Marim *infra*). Trata-se de um oleiro que se encontra igualmente em outros sítios do território hoje português, como a Alcáçova de Santarém, onde existem dois exemplares, (Viegas, 2003a, p. 127, nº 2914 e 2918), Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975, p. 116, nºs 273-275), Torre de Palma (Ferreira, 1969, p. 169), Miróbriga (Dias, 1976-1977, p. 387, nº 106, est. IX, 4), Briteiros (Ferreira, 1969, p. 169) e Braga (Morais, 2005, p. 207-208, nº 23). Para A. Mees, a difusão da produção deste oleiro para o Mediterrâneo pode considerar-se como complementar ao seu mercado do Norte de Europa (2007, p. 148).

A marca nº 184 pertence ao oleiro Sabinus. Actualmente, encontram-se identificados diversos oleiros com este nome em La Graufesenque e Rozier, cuja produção se desenvolveu durante a primeira metade do séc. I (Polak, 2000, p. 313). A marca de Faro possui grandes semelhanças com a que foi identificada em Vechten (S18), e que Polak atribuiu ao reinado de Vespasiano (70-90), podendo ter a sua origem em La Graufesenque ou Rozier (2000, p. 315). O oleiro Sabinus

encontra-se presente em inúmeros sítios da Península Ibérica (Beltrán, 1991, p. 94). No território hoje português, este oleiro apresenta-se com diversos exemplares em Braga (Morais, 2005, p. 202), na Citânia de Briteiros (Pinto, 1929, p. 41, nº 20-22; Oleiro, 1951, p. 24, nº 45; Diogo, 1980a, nº 233), Conímbriga (Oleiro, 1951, p. 24; Delgado, Mayet e Alarcão, 1976, p. 125, nº 332-334), na Alcáçova de Santarém (Viegas, 2003a, p. 127), Miróbriga (Almeida, 1974, p. 63-64; Dias, 1978, p. 391-392), Santo André (S. Cacém) (Diogo, 1980a, nº 240) e um exemplar com a indicação genérica de proveniência no Algarve (Comfort, 1959, nº 32). Também no território algarvio, este oleiro encontra-se entre os recentemente identificados na cidade de Balsa (Viegas, 2006a, nº 124, p. 42)

No seu conjunto, verifica-se que as produções que datam das últimas décadas do séc. I, e que correspondem ao período dito Flávio, ou mesmo posterior, são bastante mais frequentes em Faro, atingindo 50% dos fragmentos decorados com datação mais precisa, do que em outros sítios mais setentrionais, como Conímbriga, Mérida ou mesmo Santarém. O peso das produções do período Flávio encontra-se também expresso nas formas lisas, designadamente na quantidade de exemplares pertencentes à forma Drag. 35/36.

O facto das importações se encontrarem com vigor considerável nas últimas décadas do séc. I não deve retirar importância às produções anteriores que se encontram igualmente representadas em Faro, com uma percentagem relativamente importante, quando olhamos para os fragmentos decorados.

Igualmente relevante é a percentagem de *sigillata* sudgálica decorada em relação ao total, o que corresponde, em Faro, a 15,6%, enquanto que em Conímbriga e Santarém é relativamente menor (6,3 e 12,1% respectivamente). Em Belo, as formas Drag. 29, 30 e 37 correspondem a 23,6% do total da *sigillata* sudgálica do sítio (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 113). A confirmação desta percentagem superior de fragmentos decorados face aos lisos na *terra sigillata* sudgálica deverá ser realizada comparando-se um maior número de sítios e de conjuntos.

A ***terra sigillata* hispânica do tipo Peñaflor**, também designada por J. Nolen como “cerâmica de verniz vermelho da época dos Júlio-Cláudios”, seguindo o exemplo de J. Remesal Rodríguez a propósito das cerâmicas de Belo (Remesal Rodríguez, Rouillard e Sillières, 1977), foi produzida na província da Bética, e distingue-se claramente das restantes produções hispânicas alto-imperiais. No final dos anos 90, M. Roca Roumens e I. Fernández García avançaram com a proposta de que este tipo de cerâmica se deveria passar a designar como *sigillata* hispânica precoce, por anteceder as produções de Tricio e Andújar (1999), apontando mais concretamente a área de Andújar como possível origem desta produção. Mais recentemente, esta categoria foi designada de “*terra sigillata* itálica local”, segundo proposta dos investigadores da Universidade de Southampton e Barcelona, cuja investigação se centrou na cidade romana de Celti (Peñaflor) (Keay, Creighton e Remesal Rodríguez, 2001, p. 107 ss.).

Do ponto de vista da caracterização tecnológica, encontramos-nos perante um tipo de cerâmica que não ostenta o verniz característico das restantes categorias de *terra sigillata* alto-imperiais. Trata-se de um revestimento de tipo argiloso, pouco uniforme, no que diz respeito à sua coloração, que pode variar entre tonalidades laranja avermelhado até aos acastanhados e violetas (Munsell 2.5YR 5/8, 7.5YR 8/6 e 7.5YR 3/3). No que diz respeito à pasta, esta apresenta, frequentemente, tonalidades bege alaranjadas ou rosadas (Munsell 7.5YR 7/6 e 5YR 7/6), e são macias e bem depuradas, onde se podem observar inclusões de partículas de mica. Estas características encontram paralelo nos fabricos 15 e 18 descritos por S. Keay e D. Williams, a propósito dos materiais de Peñaflor (Keay, Creighton e Remesal Rodríguez, 2001, Appendix 2).

As formas representadas correspondem a imitações de *terra sigillata* de tipo itálico, sudgálico ou de cerâmica de “engobe vermelho pompeiano” e ainda de cerâmica de paredes finas. No que se refere aos pratos que imitam a forma mais comum de “engobe vermelho pompeiano” itálica (forma 6 de Aguard/Luni 5), não hesitamos em incluí-la no conjunto da *terra sigillata* pois,

ao contrário do que sucede com os modelos itálicos em que se inspiram, trata-se de exemplares que não ostentam quaisquer vestígios de terem sido expostos ao fogo directo, apresentando frequentemente engobe em ambos lados. Não se trata, portanto, de peças com função culinária, mas sim utilizadas no serviço da mesa, como sucede com toda a restante *sigillata*. Assim, quer do ponto de vista tecnológico quer funcional será entre a *terra sigillata* que melhor integramos estes exemplares.

Quanto às tipologias disponíveis, o trabalho mais exaustivo é o de F. Martínez Rodríguez, que corresponde à Memoria de Licenciatura sobre o tema, apresentada em 1987 à Universidade de Sevilha (Martínez Rodríguez, 1987). Neste estudo, e no seu resumo publicado em artigo e amplamente citado (Martínez Rodríguez, 1989), estabeleceram-se quatro grandes grupos de formas: as taças do tipo I, inspiradas directamente em formas idênticas de *sigillata* de tipo itálico e sudgálica; as páteras do tipo II, taças que imitam protótipos de *sigillata* sudgálica; o tipo III, semelhante às formas de engobe vermelho pompeiano e o tipo IV, que engloba as imitações de formas de paredes finas (Amores e Keay, 1999; Keay, Creighton e Remesal Rodríguez, 2001).

Os estudos recentes desenvolvidos em Peñaflor (antiga *Celti*) permitiram alargar a proposta tipológica de F. Martínez Rodríguez a outras formas que já tinham sido apresentadas de forma preliminar (Amores e Keay, 1999, p. 210-221) e os estudos subsequentes levaram os investigadores a propor a localização da produção nesta zona, onde se encontraram restos de cozedura perto da área dos fornos de “El Cortijillo” (Keay, Creighton e Remesal Rodríguez, 2001, p. 114 e CD-Rom, Apéndice 2). As análises de lâmina delgada realizadas parecem suportar igualmente esta possibilidade, a que se junta o facto de o repertório formal ser mais amplo nesta zona do que em qualquer outro dos locais onde esta cerâmica ocorre. A tipologia que S. Keay, Creighton e Remesal Rodríguez desenvolveram na sequência dos trabalhos realizados em *Celti* é bastante útil e completa, embora permaneçam bastantes lacunas no que se refere à cronologia das diferentes formas (designadas Celti 1, 2, 3 etc.), aspecto que só poderá vir a ser superado, no futuro, com a publicação de mais contextos datados.

Já nos primeiros anos do séc. XXI, outros investigadores espanhóis apontaram para a possibilidade da produção deste tipo de cerâmica ter ocorrido na própria cidade de Córdoba, não só das formas que imitam os pratos de “engobe vermelho pompeiano” (Martínez Rodríguez III ou forma Celti 1), mas também de outros tipos (Vargas e Moreno, 2004, p. 722-723). A apoiar esta tese estariam restos de peças mal cozidas, que se identificaram na “zona septentrional extra-muros de la antigua Colonia Patricia, asociados al uso alfarero de varios hornos y vertederos cerámicos” (Vargas e Moreno, 2004, p. 722). Mais duvidosa, em nosso entender, será a atribuição de uma origem cordovense às supostas marcas de oleiro identificadas em alguns destes exemplares, parecendo antes que correspondem a um oleiro itálico. Esta *sigillata* deve corresponder às produções itálicas antigas, correspondente à fase inicial ou de ensaio da produção aretina, que se caracterizou pela adopção de uma nova tecnologia que se traduziu na utilização dos vernizes vermelhos, aspecto que nem sempre é bem sucedido. Esta seria uma possível explicação para a existência de fragmentos com vernizes que não apresentam as características de brilho mate e homogeneidade, que se irão encontrar nas fases de apogeu da produção em época de Augusto. Em Faro, e de um modo geral nos outros sítios algarvios que estudamos, não se registaram exemplares de *sigillata* de tipo itálico destas fases mais antigas da produção, mas em Santarém foram claramente identificadas (Viegas, 2003a, p. 44).

A *terra sigillata* hispânica do tipo Peñaflor de Faro corresponde a apenas 4.2% da *terra sigillata* de Faro (**Tabela 13, Gráfico 3 e Estampa 15**). O conjunto é reduzido em termos quantitativos, mas relativamente diversificado no que diz respeito ao repertório formal identificado. Trata-se de material muito fragmentado, o que dificultou a integração nas respectivas variantes.



Forma	Oceano 1976 (NMI)	M. de Faro 2001-02 (NMI)	Total Faro
Martínez I	- (1)		
Martínez IA		1	1
Martínez IB		1	1
Martínez IC	2		1
Martínez IE	1		1
Martínez II		(4)	-
Martínez IIB		1	1
Martínez IIC		1	1
Martínez III	- (1)	5 (1)	5
Martínez III (?)	1		1
Martínez IIIA		1	1
Martínez IIIB	1		1
Amores 1		1	2
Amores 7		1	1
Amores 10		1	1
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>18</b>

Tabela 13 – Faro. Formas de *terra sigillata* hispânica do tipo Peñaflores.

Encontram-se representadas as taças da forma I de Martínez, variantes A, B, C ou E. A taça IB (nº 187) corresponde ao tipo Celti 14 (Keay, 2001, mais concretamente 2-E324-F18), que copia a forma Consp. 8.3, datada do início do reinado de Augusto. Segundo Martínez Rodríguez, citado por Keay, esta taça ocorre deste os finais do séc. I a.C. até aos finais da centúria seguinte (Martínez Rodríguez 1987, *apud* Keay, 2001).

A taça do tipo IE de Martínez Rodríguez (nº 190) corresponde ao tipo Celti 16 e parece inspirar-se na taça sudgálica Drag. 35, sendo também apontada a sua filiação na forma 4 de *sigillata* hispânica (Keay, 2001, p. 8). Do ponto de vista cronológico, esta forma encontra-se em contextos dos finais do séc. I, inícios do séc. II (Martínez Rodríguez, 1987; Keay, 2001, p. 8).

Os pratos de bordo escalonado, mais ou menos pendente, da forma II de Martínez Rodríguez estão igualmente representados no conjunto de Faro (nº 185 e 186), encontrando-se também fundos sem que se possa determinar a variante (nº 188, 209 e 210). Estas formas correspondem aos tipos Celti 11-13 de Keay, o que aponta para imitações de formas de *terra sigillata* itálica de tipo itálico datadas, na sua origem, do período augustano. Os paralelos de contextos seguros apontam para uma cronologia do séc. I d.C., com particular incidência para o período de Cláudio e Nero (Keay, 2001, p. 6).

A forma mais comum no conjunto de *sigillata* hispânica tipo Peñaflores de Faro corresponde ao tipo III de Martínez Rodríguez, que se inspira no prato de engobe vermelho pompeiano itálico do tipo Luni 5 (forma 6 de Aguardo Otal) (nº 192 a 198 e 200). A maior parte dos diâmetros destas peças situa-se entre os 160 mm e os 220 mm, mas podem atingir os 300 mm, como sucede com um exemplar (70510). Além do perfil geral e do engobe, que se inspira na forma de “engobe vermelho pompeiano”, encontram-se, nos fundos internos destas peças, os mesmos sulcos concêntricos que caracterizam as suas congéneres itálicas. Não se trata, portanto, do tipo Celti 7 de Keay, que corresponderia a uma imitação da forma itálica Consp. 36, e que, por apresentar engobe nas duas faces, o afastaria da imitação de um prato de “engobe vermelho pompeiano” (Keay, 2001, p. 4). Em nosso entender, esta forma corresponde sim a uma imitação de uma forma de “engobe vermelho pompeiano”, idêntica, aliás, aos tipos também apresentados por S. Keay no seu trabalho sobre Peñaflores (Keay, 2001). De salientar ainda que estas peças ostentam os fabricos F.15 e F.18, que são exactamente os mesmos das cerâmicas tipo Peñaflores. Como referimos *supra*, o carácter culinário não está patente nas peças algarvias que imitam formas de “engobe vermelho pom-

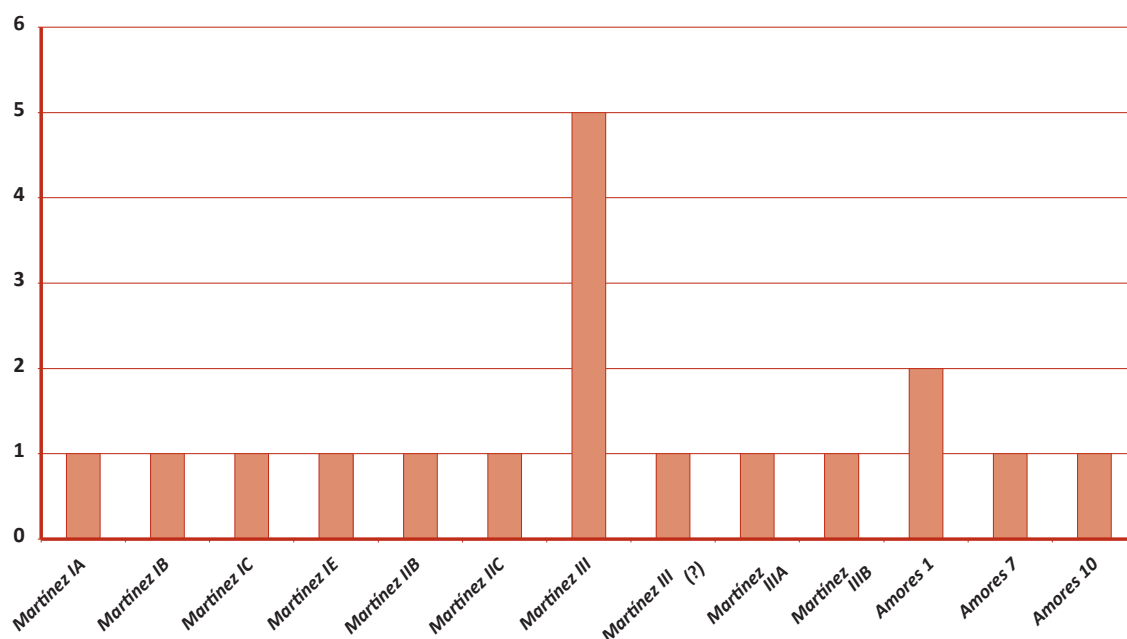


Gráfico 3 – Faro. Distribuição das formas de terra sigillata hispânica do tipo Peñafior (NMI).

peiano”, pois em nenhuma se encontraram vestígios de utilização ao fogo, daí a sua integração no conjunto das formas de serviço de mesa tal como a *terra sigillata*. O engobe cobre a superfície interna, o bordo e o seu exterior até sensivelmente metade da parede exterior, encontrando-se nesta área, em alguns casos, um revestimento algo irregular.

Pelas características do seu perfil, a peça 2001.76.12 (nº 199) afasta-se destes pratos da forma III de Martínez Rodríguez, por parecer pertencer, possivelmente, a uma tigela. Igualmente problemático, o exemplar nº 202, que possui as mesmas características de pasta e engobe que se descreveram para as cerâmicas tipo Peñafior. No entanto, a sua forma e a decoração de guilhoché que ostenta no exterior aproximam-no muito do tipo 37, com decoração dita “burilada” das produções de *sigillata* hispânica das oficinas de Andújar (Sotomayor Muro, Roca Roumens e Fernández García, 1999, Fig. 6) ou da oficina granadina de “Carmen de la Muralla (Albaizín)” (Serrano Ramos, 1999, Fig. 7). O bordo nº 191 não possui uma forma correspondente exacta em nenhuma das tipologias consultadas, encontrando-se próxima do tipo 1 ou 2 de Amores e Keay (1999), com inspiração nas formas itálicas do tipo Consp. 10, datado do início do reinado de Augusto (Keay, 2001). A peça nº 192 encontra um paralelo próximo no tipo 10 (Martínez IID), que corresponde a um prato de parede esvertida, que terá sido produzido nas fases de Augusto-Tibério e Tibério-Claudio (Keay, 2001).

Do ponto de vista da cronologia, verifica-se que as taças Martínez IB e IC e os pratos IIB e IIC se inspiram em formas de *terra sigillata* de tipo itálico que, na sua origem, datam do período de Augusto e Tibério. No entanto, estes tipos ocorrem sobretudo em meados do séc. I e na segunda metade desse mesmo século, podendo, em alguns casos, atingir as primeiras décadas da centúria seguinte. Na necrópole de “La Constancia” (Córdova), encontraram-se exemplares destas formas em contextos do período de Tibério/Cláudio, podendo atingir, em alguns casos, os finais do séc. I d.C. As taças Martínez Ib e Ic, por exemplo, que correspondem ao tipo Celti 14 de Keay, assim como os pratos Martínez IIB e Martínez IIC, assimiláveis ao tipo Celti 13, encontraram-se nos enterramento 10 e 23, em contextos onde foram exumados exemplares de cerâmica de paredes finas e vidros que, no seu conjunto, foram datados do período de Tibério/Cláudio (Vaquerizo, Garriguet e Vargas, 2005, p. 75-81). O prato Martínez IIB/ Celti 13 ocorre em épocas posteriores

(Flávios), como o demonstra o conjunto dos materiais do enterramento 25. Em outros casos, as mesmas associações de *sigillata* hispânica de tipo Peñaflores são colocadas em época Cláudio/neroniana podendo mesmo atingir os finais do séc. I. Encontra-se nesta situação o espólio de diversos enterramentos, entre os quais o 36, onde aparecem diversos exemplares do prato Martínez Ib (Celti 13) e taças Martínez Ib, Ic (Celti 14), entre cerâmica de paredes finas e vidros (Vaquerizo, Garriguet e Vargas, 2005, p. 87).

A forma mais frequente em Faro corresponde à imitação do prato de engobe vermelho pompeiano (Martínez III), que, na sua origem, pode ocorrer entre o período de Augusto e os finais do séc. I d.C. Como Keay refere, quer os protótipos itálicos, quer as diferentes versões das suas imitações encontram uma ampla difusão em inúmeros sítios da Bética, concretamente no vale do Guadalquivir, desde o período augustano até aos inícios do séc. II (Keay, 2001). Igualmente da fase mais tardia desta produção, encontra-se a forma Martínez IE/forma Celti 16, cuja cronologia avança, também, para o séc. II.

Tal como sucedeu em outros locais, além desta produção específica designada tipo Peñaflores, o fabrico de *terra sigillata* também teve início no interior da Hispânia, nas províncias da Tarraconense (Tricio), a partir do reinado de Cláudio, e, na Bética (em Andújar), durante o reinado de Tibério-Cláudio.

O principal centro produtor foi Tricio (*Tritium Magalum*) ou La Rioja, situado no Vale do Ebro, que corresponde à “cabeça” de uma produção que se desenvolveu em diversas oficinas ditas satélites, como Nájera, Arenzana de Arriba, Arenzana de Abajo, Manjarres, Sotés e Bezares. A sua difusão teve um carácter essencialmente terrestre, tendo como ponto de redistribuição privilegiado para a *Lusitania*, a sua capital, Mérida. Nos mercados do Sul da Lusitânia e da Bética, concorreu directamente com outras produções de âmbito local/regional.

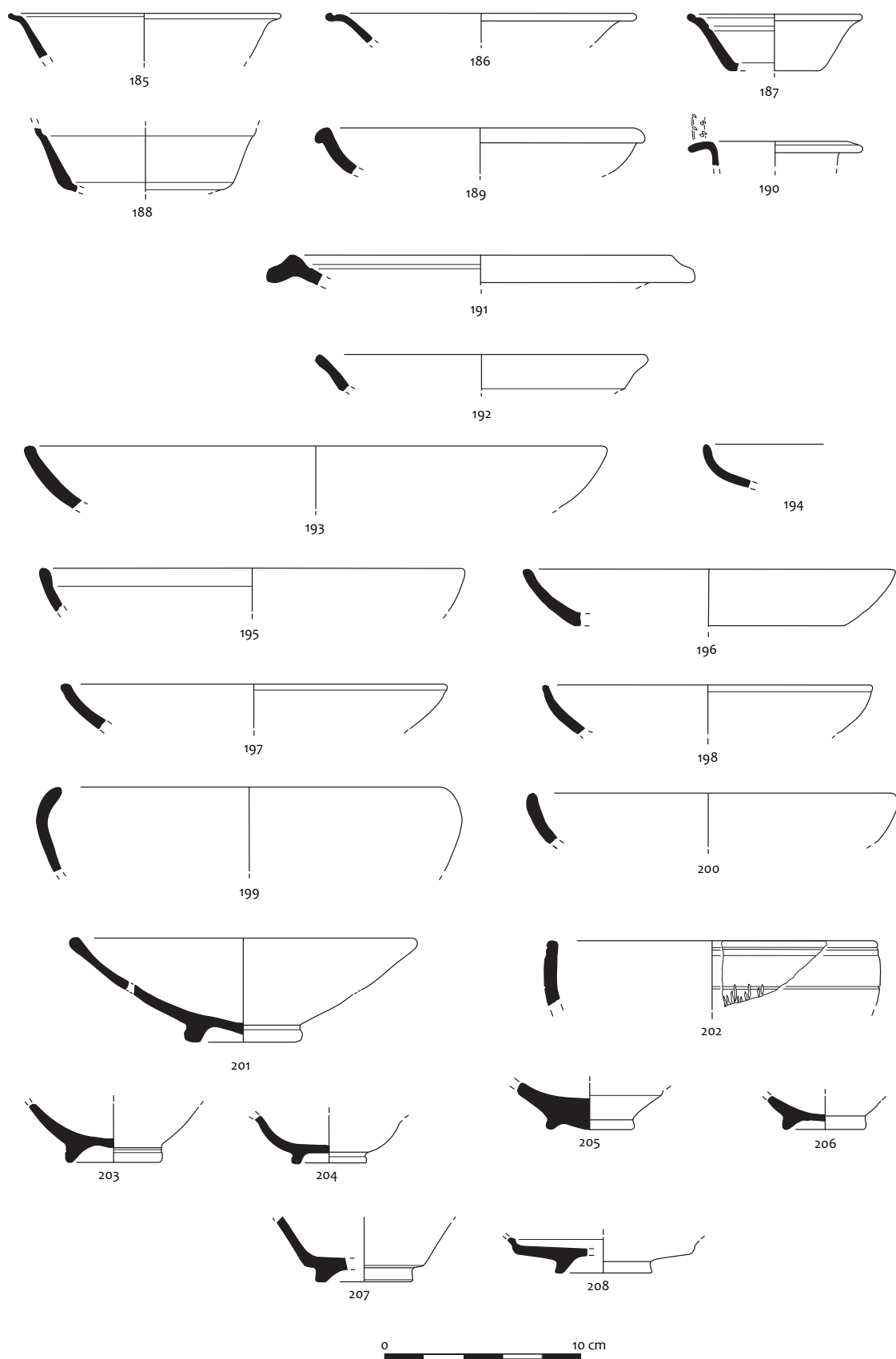
No Vale do Guadalquivir, situa-se o centro produtor de Andújar (em Los Villares – Jaén), numa região onde se assinala igualmente a existência de outros polos que terão produzido *sigillata*, como Granada e Málaga, estes com uma difusão mais restrita.

As características desta produção, quer quanto aos seus aspectos técnicos quer relativamente às tipologias (formas lisas ou decoradas), marcas de oleiro, entre outros aspectos, têm sido objecto de numerosos trabalhos, desenvolvidos por M. Roca Roumens (1976), F. Mayet (1984), M. A. Mezquíriz de Catalán (1985), e, mais recentemente, na obra colectiva coordenada por M. Roca Roumens e I. Fernández García (1999).

Nos estudos que se têm desenvolvido sobre conjuntos de *terra sigillata* provenientes de centros de consumo, como Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975), Belo (Bourgeois e Mayet, 1991), S. Cucufate (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990), Represas (Lopes, 1994), Tróia (Étienne, Makaroun e Mayet, 1994), tem-se procurado, apesar da dificuldade que os autores reconhecem, distinguir as produções de Tricio e Andújar. A questão é relevante, na medida em que uma maior percentagem de *sigillata* hispânica com origem no centro produtor de Tricio permite caracterizar o tipo de abastecimento preferencial através de vias terrestres, enquanto que uma percentagem superior de *sigillata* proveniente de Andújar mostra que foi privilegiado sobretudo o aprovisionamento de âmbito marítimo.

As produções de *sigillata* hispânica de Andújar, iniciadas sob o reinado de Tibério e Cláudio, tiveram o seu auge durante o período dos Flávios, situando-se as fases finais da produção em meados do séc. II (Sotomayor Muro, Roca Roumens e Fernández García, 1999, p. 32-33), fenómeno a que não será alheia a liderança que os produtos africanos assumem nos mercados.

Relativamente a Tricio, o apogeu da produção registou-se entre a segunda metade do séc. I e a primeira metade do séc. II. Distinguem-se ainda as fases dita “média” e “tardia” para um conjunto de produções de *sigillata* hispânica que tiveram como área de produção/difusão privilegiada a região do vale do Ebro e do Douro (Paz Peralta, 1991).



Estampa 14 – Faro. Terra sigillata hispânica do tipo Peñaflores.

A *terra sigillata* hispânica de Faro corresponde a 8.9% da *terra sigillata* recuperada nas duas áreas da cidade objecto de estudo: a zona onde se identificou o mosaico do Oceano e as escavações que tiveram lugar no Museu Municipal (**Tabela 14, Gráfico 4 e Estampa 15**). O conjunto de formas presente é bastante limitado, correspondendo a um total de 178 fragmentos, que dizem respeito a 38 indivíduos. Resume-se essencialmente à taça Drag. 27 (nº 215) e aos pratos Drag. 18 (nº 211 a 213) e 15/17 (nº 214 217). A forma Drag. 15/17 é particularmente numerosa, aspecto que é reforçado pelo conjunto de fundos e outros fragmentos identificáveis que não foram quantificados no NMI. Trata-se da versão desta forma em que já não se regista qualquer molduração na parede exterior, típica das produções hispânicas. A totalidade dos fragmentos é oriunda da Bética, das oficinas de Andújar, parecendo constituir um dos tipos com maior sucesso entre os provenientes daquele centro produtor. Apenas entre o material recuperado nas escavações que se seguiram à desmontagem do mosaico do Oceano, se obteve outras formas, como a forma fechada Hisp. 2 (nº 216).

	Forma	Oceano 1976 NMI	M. de Faro 2001-02 NMI	Total Faro NMI
Formas lisas	Drag. 15/17	6	3	9
	Drag. 27	4	4	8
	Drag. 18	8	3	10
	Hisp. 2	1	-	1
	Mezq. 40	1	-	1
	Indet.	8		8
	<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>10</b>	<b>38</b>
Formas decoradas	Drag. 37	1	(1)	1
	Indeterm. decor.	(11)	3	(14)
Marcas de oleiro	Marcas	(1)	(2)	(3)

Tabela 14 – Faro. *Terra sigillata* hispânica.  
(Entre parêntesis nmi=número máximo de indivíduos).

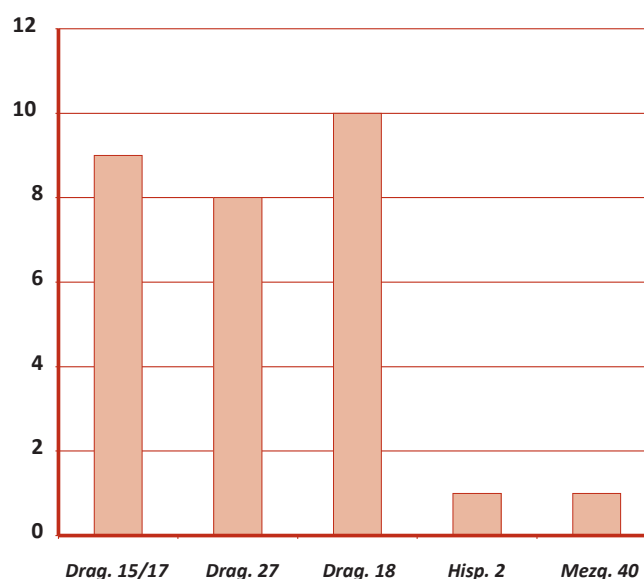
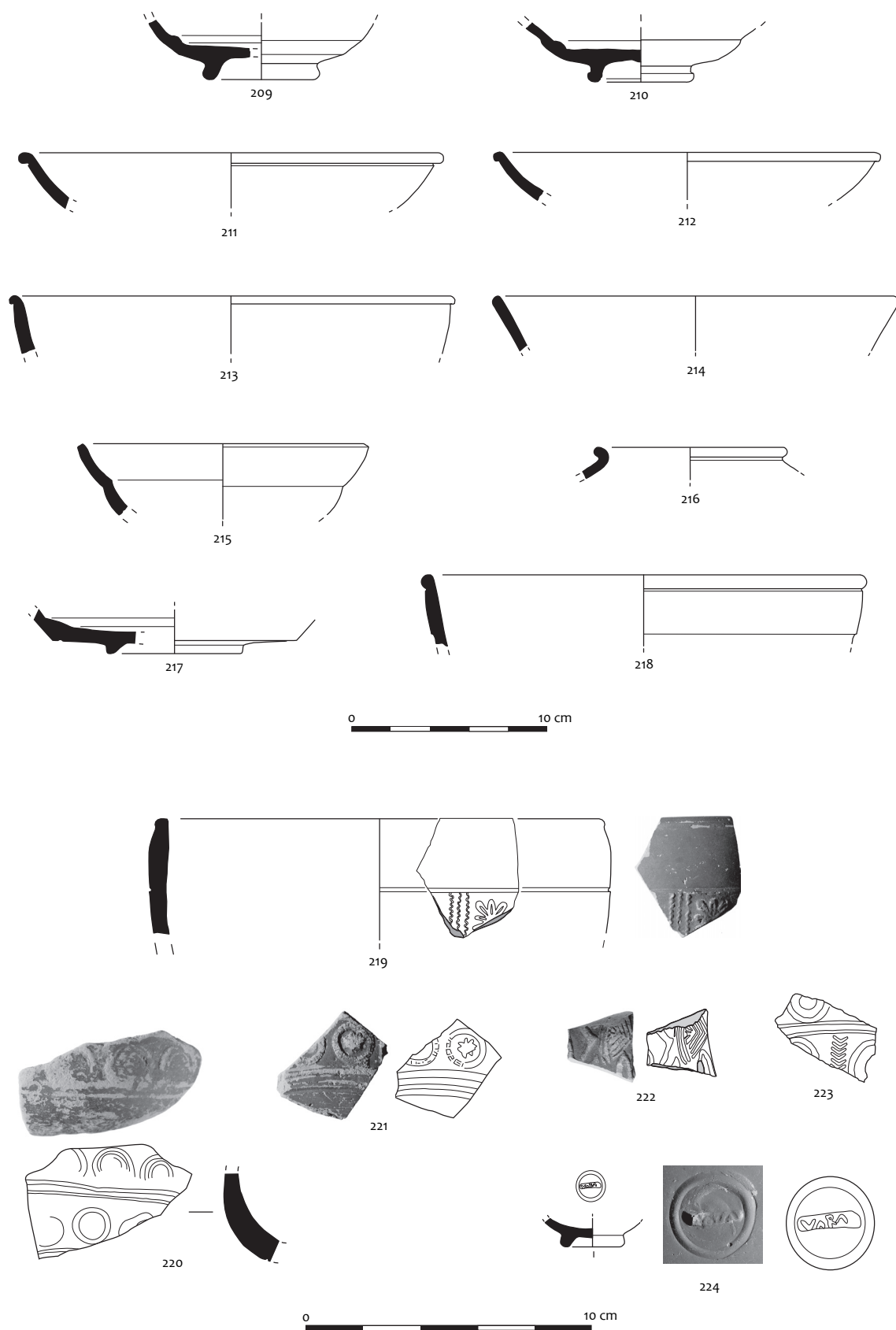


Gráfico 4 – Faro. Distribuição da *terra sigillata* hispânica de Faro (NMI).





Estampa 15 – Faro. *Terra sigillata* hispânica do tipo Peñaflores e *terra sigillata* hispânica lisa e decorada.

As formas decoradas encontram-se representadas sobretudo pelo tipo Drag. 37, embora sejam igualmente frequentes os fragmentos indeterminados com decoração. Entre estes últimos, são as decorações com motivos circulares que surgem mais frequentemente. Infelizmente, os reduzidos fragmentos não permitem reconstituir a decoração. Na única Drag. 37 ilustrada que conservou a decoração (nº 219), esta deve seguir um esquema de métopas. Sob um sulco horizontal, desenvolve-se a decoração formada por painéis separados por séries de três linhas verticais. O único elemento que se conservou em outro painel foi parte de uma roseta. O tipo de motivos e o perfil da peça apontam para um exemplar originário de Andújar, embora se encontrem motivos idênticos entre o material das oficinas da região de La Rioja, na Tarraconense.

Existem duas marcas de oleiro, mas apenas se propõe leitura para a marca VA PA, que poderá pertencer ao oleiro de Tricio, Valerius Paternus, um dos oleiros cuja produção conheceu maior difusão na Península Ibérica (**Tabela 15**).

Nº Inv.	Oleiro	Leitura	Refer <sup>a</sup>	Origem	Forma	Local na peça	Caixilho	Ilustração
Nº 224	Valerius Paternus	VAPA / VARA ?	Preciado, 1999, p. 130-131	Tricio	Taça	Fundo interno	Rectangular de ângulos arredondados	Figura 15, nº 224

**Tabela 15 – Faro. Descrição das marcas de oleiros hispânicos.**

A determinação de proveniência dos fragmentos originários de Tricio ou Andújar teve por base critérios já definidos em outros trabalhos, nomeadamente no que se realizou para a *terra sigillata* da Alcáçova de Santarém (Viegas, 2003a, p. 30 e 31). Trata-se de uma análise macroscópica realizada com auxílio de lupa de 15X. Tal como nessa ocasião, assinala-se a dificuldade de atribuição de determinados fragmentos às oficinas de Tricio, dado a sua semelhança com os seus congêneres do sul da Gália. O material de Faro e dos restantes sítios algarvios coloca esta problemática ainda com maior veemência, uma vez que são bastante frequentes os fragmentos de *terra sigillata* da área meridional da França actual onde se encontram reduzidas inclusões de partículas de calcite, e vernizes de fraca qualidade e escassa homogeneidade, pertencentes, sobretudo, às fases mais tardias da produção de La Graufesenque.

Por outro lado, a distinção entre produções de Tricio e Andújar fez-se, essencialmente, tendo em conta a maior proporção de inclusões de calcite (brancas ou amareladas), que tornam a textura das peças também mais grosseira. Preferiu-se não avançar com a distinção de diferentes fabricos dentro das produções de Andújar ou Tricio, não por se considerar esta informação pouco relevante, mas por se considerar que a mesma não se enquadra no âmbito deste trabalho. Reconhece-se a elevada potencialidade no estudo que tem vindo a ser desenvolvido, nomeadamente por J. C. Quaresma sobre os materiais de Miróbriga (Quaresma, 2008, p. 483-491). Este investigador defende, apoiado em análises químicas e nos dados estratigráficos, que determinados fabricos da *sigillata* hispânica de Tricio e Andújar ocorrem preferencialmente em determinados períodos.

No seu conjunto, a *sigillata* hispânica corresponde a uma percentagem relativamente reduzida de 12.5% do total, aspecto que se relaciona com o peso dos produtos sudgálicos. A chegada dos produtos africanos ainda nas últimas décadas do séc. I seria outro factor a considerar na explicação do fraco peso da *sigillata* hispânica. Relativamente à distribuição entre a produção originária da Tarraconense ou da Bética verifica-se que a percentagem proveniente da última província corresponde a 33%, face ao material procedente da primeira (28%), sendo o número de fragmentos indeterminados bastante elevado (39%).

Com ampla difusão na bacia do Mediterrâneo, a *sigillata* produzida em diversos centros produtores da actual Tunísia ganha peso nos mercados sobretudo a partir do séc. II d.C., acompanhada, em muitos casos, por outros produtos, como as ânforas e as lucernas. À tipologia de referência de Hayes (1972, 1980), que atribuiu uma datação para a produção das diferentes formas de *sigillata* clara, juntaram-se, progressivamente, as informações sobre escavações mais recentes em Ostia (Carandini et al., 1981), além de trabalhos sobre este tipo de cerâmica noutros contextos itálicos.

Inicialmente centrada nos principais centros de consumo do Mediterrâneo ocidental, a pesquisa tem-se vindo a desenvolver, mais recentemente, no próprio território tunisino, com vista a caracterizar as áreas de produção dos diferentes fabricos de *sigillata* africana, clara A, C e D, bem como da cerâmica de cozinha africana e das ânforas (Bonifay, 2004a).

O conjunto de dados disponíveis acerca de materiais em contextos de consumo permite dispor de informação cronológica sobre a maior parte das formas produzidas em diferentes categorias de ***sigillata*, clara A, C e D**, aspecto que transforma estas cerâmicas em excelentes indicadores cronológicos para os contextos em que ocorre.

Desconhece-se, com exactidão, qual a área de produção da *sigillata* clara A, além das regiões tradicionalmente apontadas, como o Norte da Tunísia, mais concretamente a de Cartago, embora a investigação tenha colocado a possibilidade de existirem oficinas igualmente na Tunísia central. Afastada a hipótese de a *sigillata* clara D suceder à A, nas mesmas oficinas, coloca-se actualmente a possibilidade de a sua origem se localizar em Oudhna (Bonifay, 2004a, p. 47-48).

As primeiras formas começaram a ser produzidas a partir da segunda metade/finais do séc. I, mas o auge da difusão destes produtos ocorreu em meados do séc. II e durante o séc. III.

“La question de l’origine des premières sigillées africaines est toujours restée énigmatique mais les recherches actuelles sur le terrain africain montrent une situation encore plus complexe qu’elle ne pouvait le paraître sur d’autres rivages. La même constatation peut être faite pour d’autres catégories” (Bonifay, 2004a, p. 48). Apesar de se manter ainda a classificação tradicional, que divide as produções em clara A1-2, C1-5, A/D, D1-2 e E, reconhecem-se as suas limitações.

A *sigillata* clara C foi produzida sobretudo no centro da Tunísia (Bizacena), em sítios como Sidi Mazourk, Tounsi e Haffouz, e, em menor escala, em oficinas como Henchir Bloul, Henchir Tebraria e Henchir el-Kouky (Bonifay, 2004a, p. 50). Esta fase da produção, sobretudo entre o séc. III e o V, está relacionada com um novo impulso proporcionado pela produção de bens alimentares transportados em ânforas, correspondendo às primeiras exportações da ânfora “africana grande” (Carandini et al., 1981, p. 58). Durante o período relativamente longo da sua produção, assiste-se a uma progressiva deterioração do fabrico, que, inicialmente é muito depurado e tem um engobe fino, encontrando-se diferentes características desde a *sigillata* clara C1 até à C5.

Identificadas na região sul da Tunísia, as produções C/E e E conheceram uma difusão sobretudo na área onde foram produzidas (Bonifay, 2004a, p. 51).

Relativamente às áreas de produção da *sigillata* clara D, distinguem-se, de acordo com o trabalho de M. Bonifay, três grandes oficinas ou zonas de oficinas: vale de Mejerda, próximo de Tuburbo Minus, onde se situam as oficinas de El-Mahrine, Enchir el-Biar e Borj el-Jerbil; Oudhna e vale do Oued Miliane; finalmente a oficina de Sidi Khalifa, no golfo de Hammamet. Para a oficina “X”, definida tendo por base critérios estilísticos, não foi ainda proposta uma localização concreta (Bonifay, 2004a, p. 49). A produção da *sigillata* clara D1 e D2 apresenta características diferenciadas, quer quanto à pasta quer relativamente à qualidade do engobe, e, de um modo geral, este fabrico prolonga-se desde o séc. IV-V até às produções mais tardias, que atingem os meados/segunda metade do séc. VII, como o demonstram diversas formas.

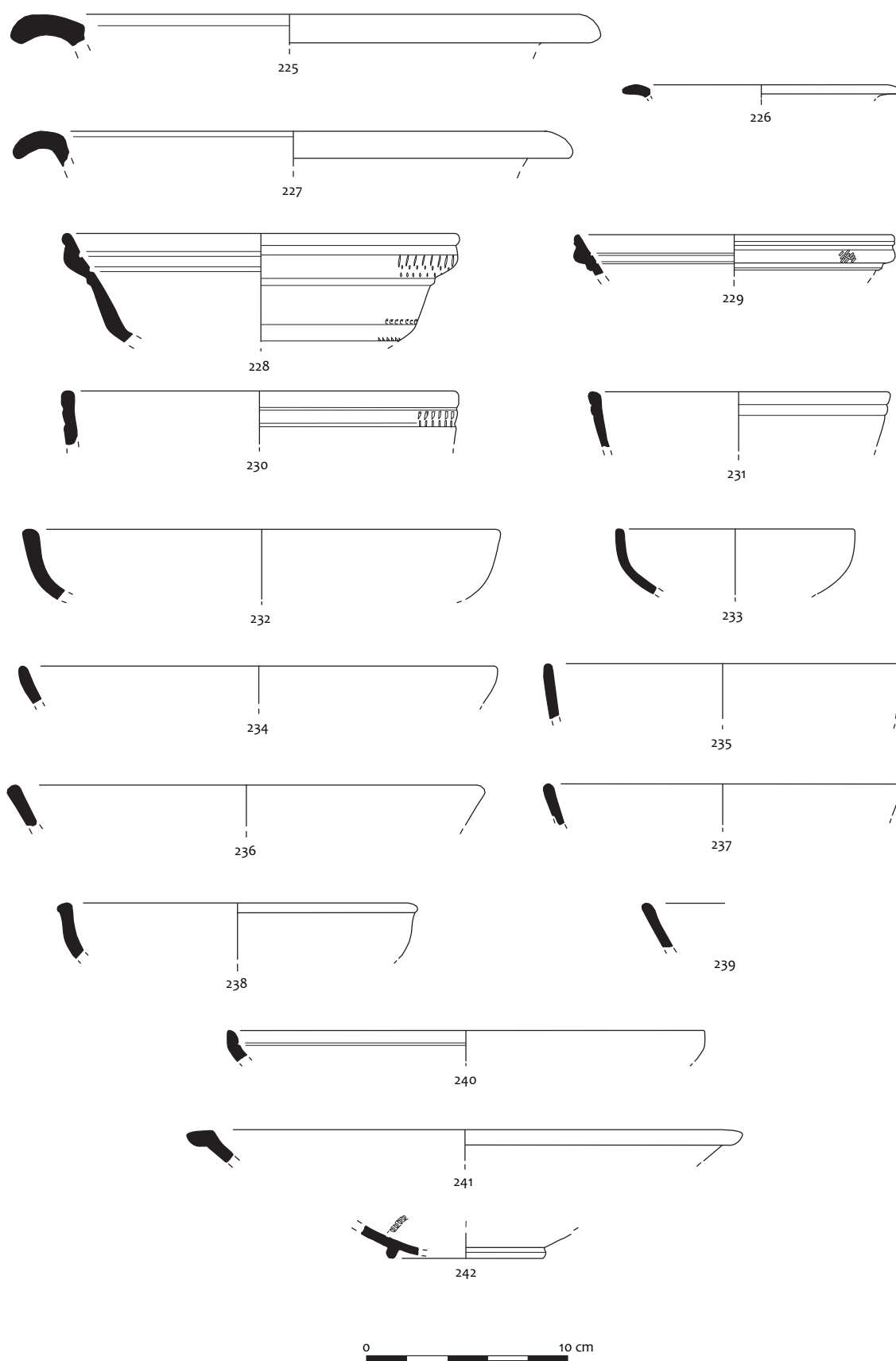
A ***sigillata* clara A** corresponde a 8.7 % do total da *sigillata* de Faro (**Tabela 15, Gráfico 5 e Estampa 16**). O início das importações com origem na actual Tunísia teve lugar num momento em que a cidade se abastece em diversos mercados, nos finais do séc. I e inícios da centúria seguinte.

Ainda que não tenhamos à nossa disposição dados estratigráficos que apoiem as nossas observações, tudo aponta para que ainda nas primeiras décadas do séc. II se tenha assistido ao domínio das importações do Norte de África.

Este fluxo, que não se vai interromper até ao séc. VI ou mesmo aos inícios do séc. VII, irá conhecer, nas diferentes fases, volumes de mercadorias igualmente diversificados. Esta realidade pode depreender-se imediatamente das percentagens de *sigillata* clara C (8%) e clara D (25.6%) presentes em Faro.

	Forma	Oceano 1976 (NMI)	M. de Faro 2001-02 (NMI)	Total Faro (NMI)
Clara A	Hayes 3	-	3 (1)	3
	Hayes 3A	1	-	1
	Hayes 4A/5A	(1)	-	-
	Hayes 6	1	1	2
	Hayes 8A	4	- (1)	4
	Hayes 9A	1	3	4
	Hayes 9B	-	1	1
	Hayes 14/17	1	17	18
	Hayes 27	-	3	3
A/D	Hayes 33	-	1	1
	<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>29</b>	<b>37</b>
Clara C	Hayes 44	1	1	2
	Hayes 45A	-	3 (1)	3
	Hayes 46	-	1	1
	Hayes 50	4	-	3
	Hayes 50A	-	6	6
	Hayes 50B	-	7	7
	Hayes 52	-	1 (2)	1
	Hayes 58	-	5	5
	Hayes 61 A	-	2	2
	Hayes 67	-	1	1
	Hayes 71A	-	1	1
	Hayes 53	-	1	1
	<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>29</b>	<b>34</b>
Clara D	Hayes 56	-	1	1
	Hayes 58	4	9	10
	Hayes 59	1	13	14
	Hayes 59A	-	- (4)	-
	Hayes 60	-	1	1
	Hayes 61A	2	14	16
	Hayes 61B	1	-	1
	Hayes 63	-	3	3
	Hayes 64	-	1	1
	Hayes 67	3	27	30
	Hayes 76	1	5	6
	Hayes 80B	-	5	5
	Hayes 87	-	2	2
	Hayes 91	1	5	6
	Hayes 99	-	1	1
	Hayes 103	-	1	1
	Hayes 103 A	-	1	1
	Hayes 104	-	1	1
	Hayes 104 A	-	1	1
	Indeterminado	-	5	5
	<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>96</b>	<b>109</b>
Fragmentos decorados	Decor. estamp.		13	13
	Polida		2	2

Tabela 15 – Faro. Formas de *sigillata* clara A, C e D.



Estampa 16 – Faro. *Sigillata* clara A.



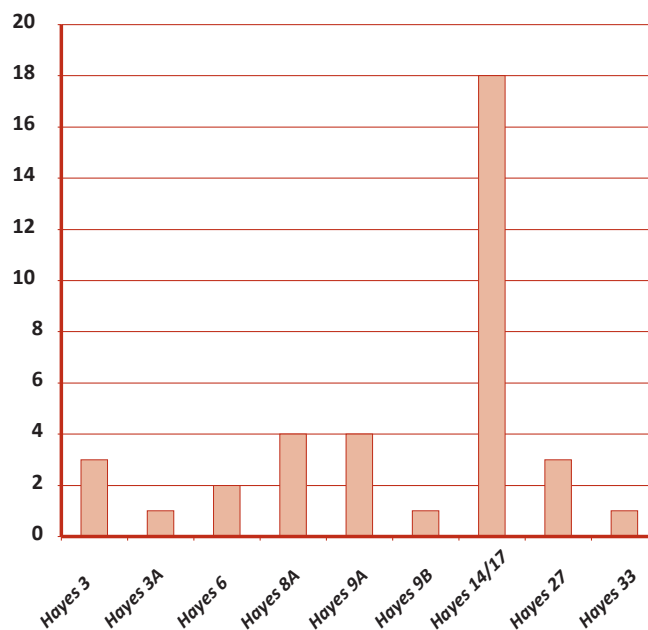


Gráfico 5 – Faro. Distribuição das formas de *sigillata clara A* (NMI).

As formas Hayes 3 (nº 225 a 227), 6, 8 (nº 228 e 229) ou 9 (nº 230 e 231) mostram que as importações norte africanas se iniciam ainda nos finais do séc. I, numa altura em que a cidade é abastecida pelas oficinas do Sul da Gália e da Hispânia (da província da Tarraconense e da Bética). A forma Hayes 8, por exemplo (nº 229), ocorre sobretudo na sua variante A, com guilhoché, correspondendo, segundo Hayes, a uma produção que compreende um período desde 80/90 até 160 (Hayes, 1972, p. 35). A forma Hayes 9 teve uma evolução idêntica à anterior, existindo também a versão simplificada, já sem o guilhoché (nº 231), sendo mais tardia e datando da segunda metade do séc. II e mesmo do séc. III.

A partir de meados do séc. II, estas importações intensificam-se, como se pode verificar pela presença da forma Hayes 14/17, cuja produção perdura até meados do século seguinte (nº 232 a 239). Desta mesma fase cronológica, assinala-se a presença de apenas um exemplar da forma Hayes 27 (nº 240). O fragmento que se classificou como pertencente à forma Hayes 33 possui características de engobe de e pasta que o aproximam do fabrico A/D (nº 241). Entre o material de Faro, algumas peças conservam ainda as características originais do engobe, permitindo uma aproximação ao fabrico de clara A em que se encontram produzidas.

Importa referir que não se incluíram aqui as formas de cerâmica de cozinha africana Hayes 23 A e B ou Hayes 181, pois, embora tenham grandes afinidades do ponto de vista da caracterização dos seus fabricos com a *sigillata clara A*, pertencem a outra categoria, que corresponde à cerâmica de cozinha africana, igualmente abundantes em Faro.

Entre a *sigillata clara C* de Faro, que representa escassos 6.4% do total, encontra-se uma esmagadora maioria de exemplares pertencentes à forma Hayes 50 (Tabela 15, Gráfico 6 e Estampa 17 e 18). Parte importante destes pratos de amplo diâmetro, paredes altas e inclinadas, pertence à sua variante A, mais fina e de pasta mais depurada, datada entre 230/240 e o primeiro quartel do séc. IV (nº 248 a 253). A peça nº 245 pode pertencer à forma Hayes 44, embora o facto de não se poder determinar o diâmetro não permita uma distinção segura entre esta e a Hayes 46. O tipo Hayes 45 obtém frequentemente o segundo lugar nas tabelas das importações de *sigillata clara C* para sítios da Península Ibérica, tendo em Faro contabilizado três exemplares na sua variante

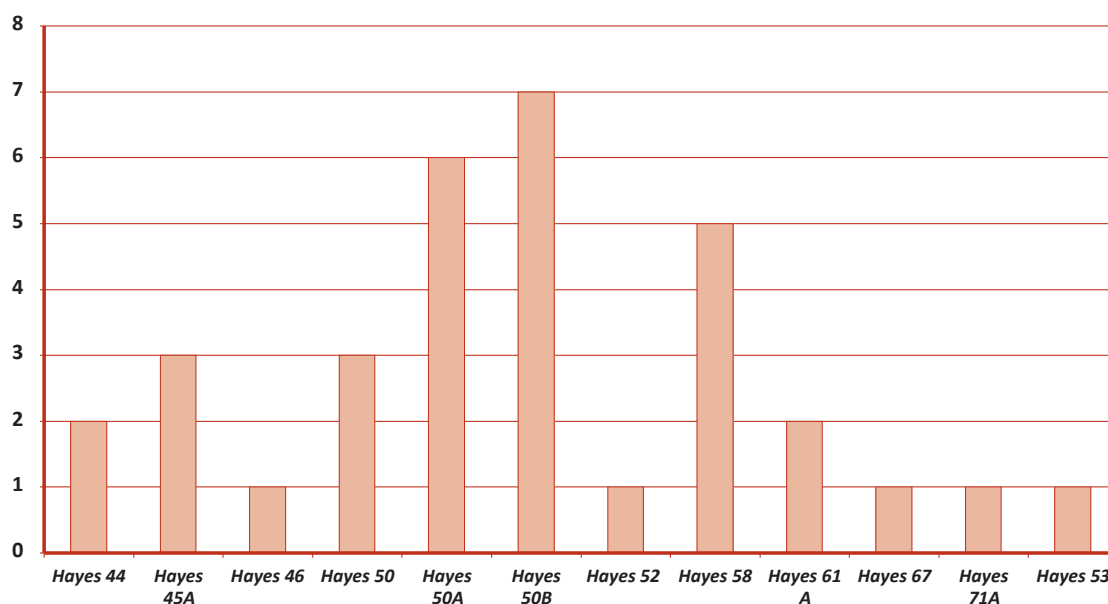


Gráfico 6 – Faro. Distribuição das formas de *sigillata* clara C (NMI).

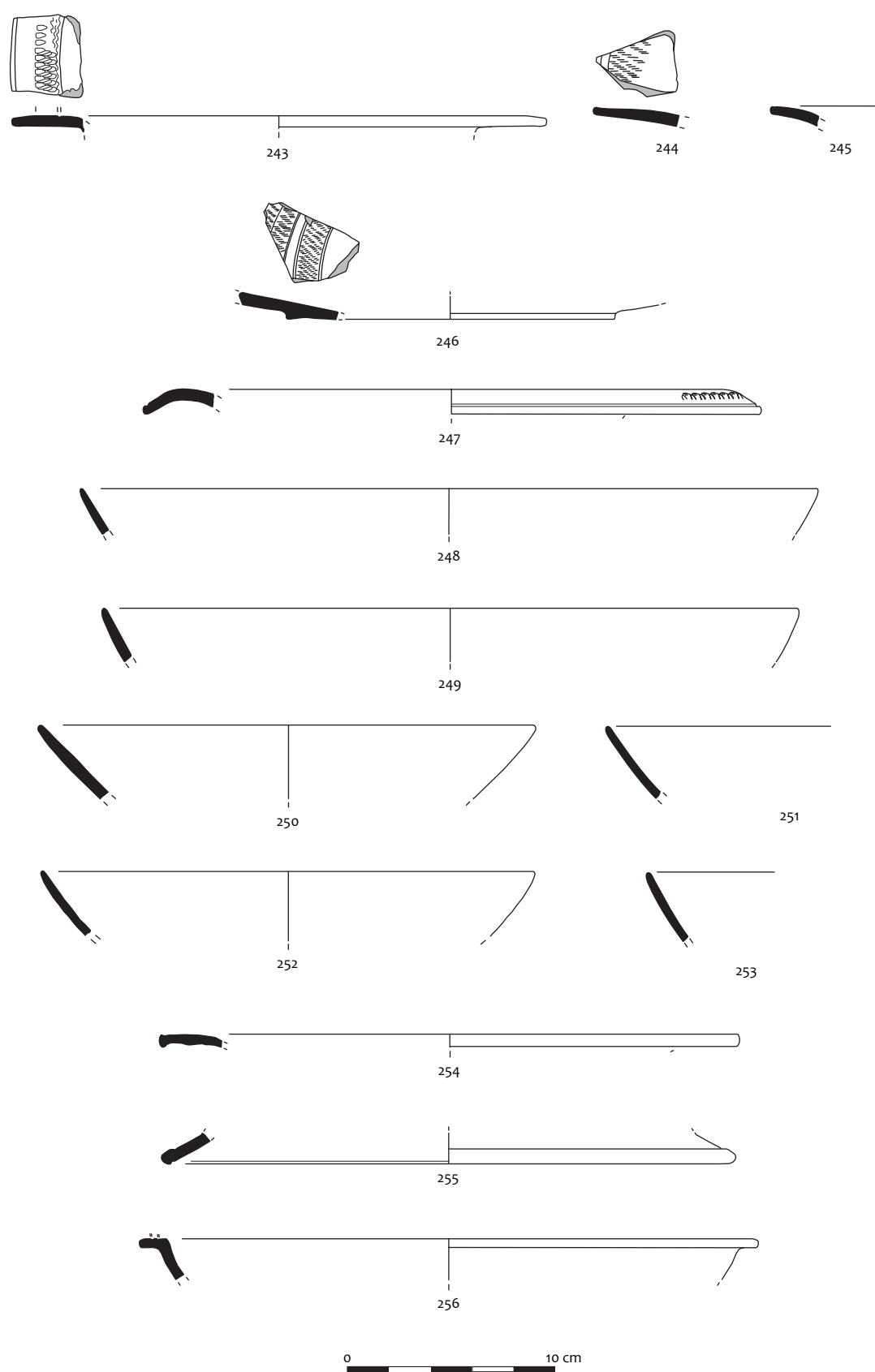
A, com decoração de guilhoché fino na aba do bordo (nº 243 e 244) ou fundo (nº 246). Ambas variantes, A e B, foram produzidas entre 220/240 até 320.

A peça nº 247 pertence à forma Hayes 46, que constitui um tipo de prato com bordo encurvado e, decoração de guilhoché, relativamente raro, encontrando-se datado entre o último quartel do séc. III e o primeiro quartel do séc. IV. Exemplares desta forma encontram-se no conjunto de Belo (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 272, Est. LIV).

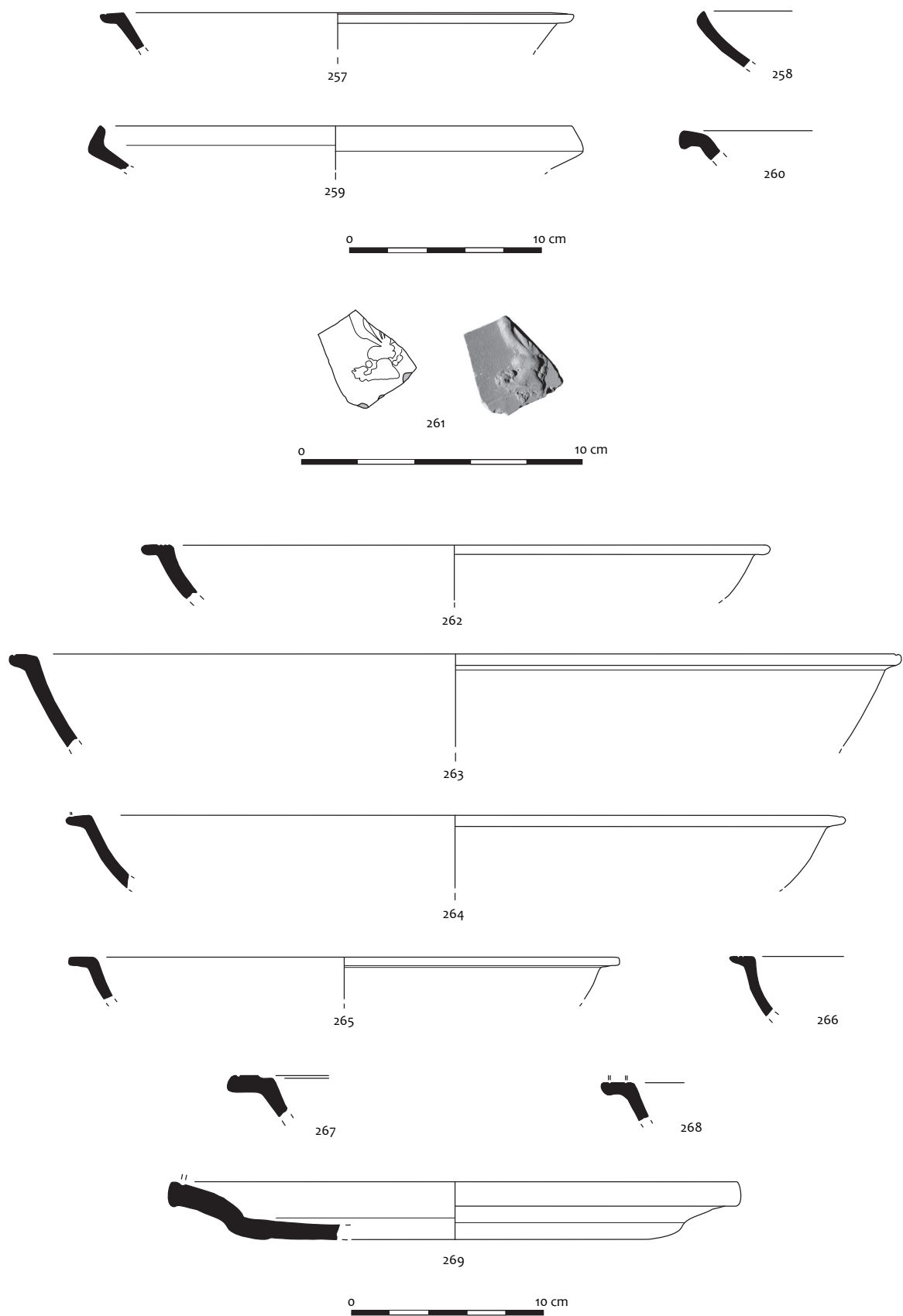
A forma Hayes 50B encontra-se bastante bem representada, mostrando que as importações de *sigillata* clara C continuaram durante a segunda metade do séc. IV até aos inícios do séc. V. Esta forma pertence à fase mais tardia do período dito clássico das produções da Bizacena, correspondendo a uma certa degradação, não só do grau de depuração das pastas, mas também a uma menor qualidade dos engobes. Algumas formas que ocorrem em fabricos tipicamente de *sigillata* clara D, como os tipos Hayes 58 (nº 256 e 257), 61A (nº 258 e 259), 67 (nº 260) e 71, encontram-se também presentes em *sigillata* clara C, aspecto que se documenta igualmente em outros locais.

A taça Hayes 52 encontra-se representada por um exemplar (nº 254), e a decoração aplicada regista-se em um reduzido fragmento da parede interna de um prato de forma indeterminada (provavelmente Hayes 53 ou Salomonson a) (nº 261). Ostenta o motivo do *cantharus*, de que apenas se conservou o pé e a parte inferior da pança, com gomos (Carandini et al., 1981, Est. LXXXVIII, nº 17). Uma peça com decoração idêntica, a que se associam outros motivos como figuras humanas e uma árvore, encontra-se actualmente entre o espólio do Museu Arqueológico Nacional de Madrid (Carandini et al., 1981, tav. CXLIV, 1). Trata-se de uma produção no fabrico C3, datada do período compreendido entre a segunda metade do séc. IV, prolongando-se um pouco além do primeiro quartel do séc. V. Embora seja uma forma relativamente rara, o tipo Hayes 71 encontra-se representado entre a *sigillata* clara C de Faro, encontrando-se uma situação idêntica em Belo (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 275-276, nº 121, Est. LXII) e em Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975).

A *sigillata* clara D é muito abundante em Faro, somando 25.6% da *terra sigillata* da cidade e sendo sobretudo originária da área do Museu Municipal, aspecto que será discutido *infra*, quando se analisar o contexto arqueológico da *terra sigillata* de Faro (Tabela 15, Gráfico 7 e Estampa 18 a 22). Trata-se, no entanto de uma importação que se prolongou por vários séculos, daí que este



Estampa 17 – Faro. *Sigillata* clara C.



Estampa 18 – Faro. *Sigillata* clara C e D.

valor deva ser devidamente ponderado através da aplicação de metodologia adequada, como a leitura das médias anuais importadas para a cidade.

Independentemente do que se referiu, parece indiscutível que na área onde hoje se situa hoje o Museu Municipal, se assistiu a um reactivar das importações centrado num período compreendido entre a segunda metade do séc. IV e os finais do séc. V.

As importações de *sigillata* clara D iniciaram-se com um volume significativo em torno ao início do séc. IV, como o testemunha a abundância das formas Hayes 58 (nº 262 a 266), 59 (nº 267 e 268) e 61A (nº 271 a 277), que foram produzidas entre os inícios desse século e as primeiras décadas do séc. V. Dentro deste mesmo âmbito cronológico, encontram-se outras formas menos comuns, como a Hayes 60 (nº 269), 63 (278 e 279) e 56 (nº 306). Estas formas são mais raras e, no último caso, trata-se de um prato rectangular amplamente decorado com linha de pérolas em relevo, no bordo, ostentando igualmente decoração aplicada na aba e no fundo interno. Infelizmente, do exemplar ossonobense apenas se conservou uma mínima parte deste bordo com aba perolada. Esta é uma forma relativamente rara, encontrando-se um exemplar idêntico na obra “A propos des céramiques de Conimbriga” (Delgado, 1976a, Est. XI). De referir que os últimos testemunhos de importação para a área onde se identificou o mosaico do Oceano tiveram lugar neste período, pois não se encontraram formas de épocas posteriores aos finais do séc. IV e meados do séc. V.

Na área onde se realizaram as sondagens no Museu Municipal, a presença esmagadora da forma Hayes 67 (nº 280 a 286 e 288) mostra que as importações continuaram com especial vigor até à segunda metade do séc. V, momento a partir do qual decresceram.

Embora menos numerosas, existem também outras formas produzidas em meados e durante a segunda metade do séc. V, como por exemplo os tipos Hayes 80B (nº 292 a 295), 87 e variantes A e B da forma Hayes 91 (nº 296, 298, 300 e 301), que são provenientes das escavações da área do Museu Municipal. As importações mantêm-se ainda nas primeiras décadas/meados do séc. VI, como mostram as formas Hayes 91C (nº 297 e 299) ou 103A (nº 302 e 303), datando as últimas importações de *sigillata* clara D em Faro dos finais do séc. VI, inícios do séc. VII. Testemunho desta fase final dos contactos comerciais com a actual Tunísia é a forma Hayes 99, 103, 104B (nº 304), assim como alguns raros fragmentos decorados.

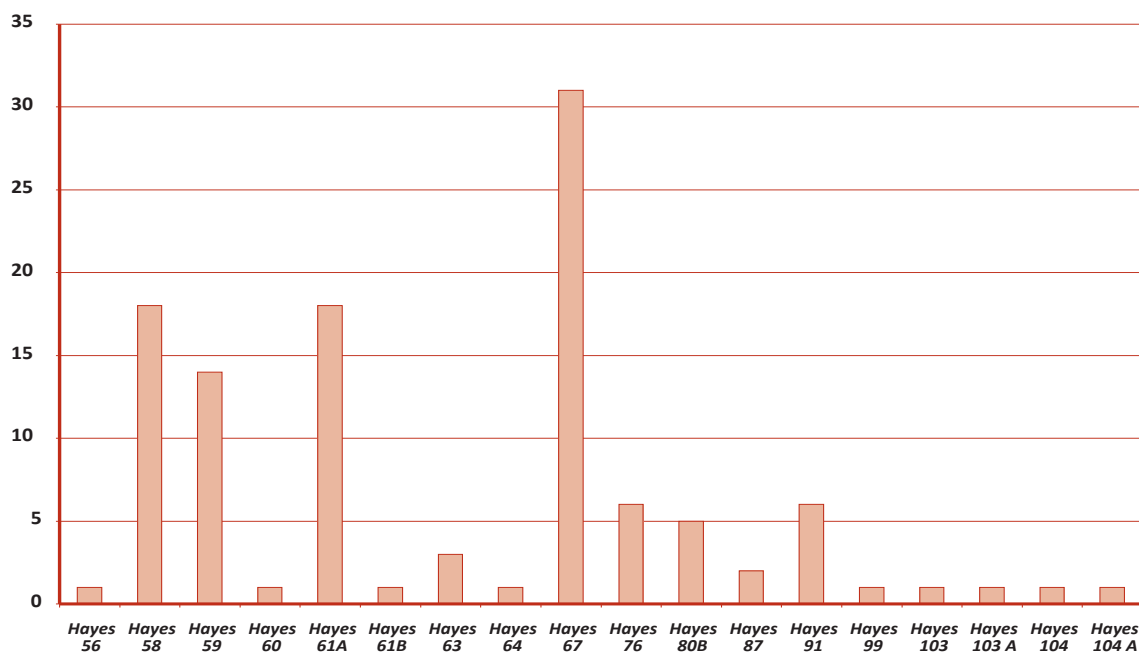
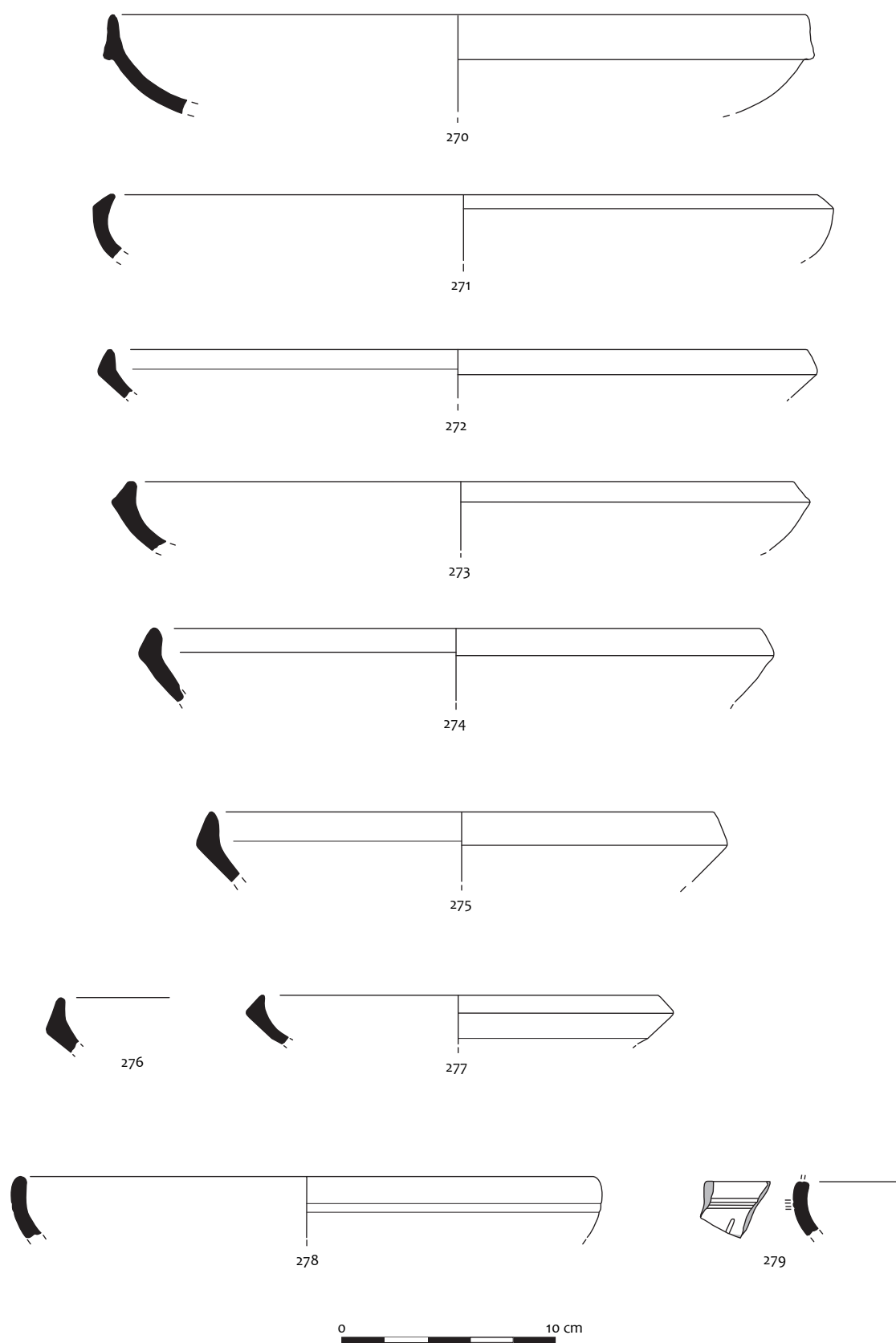
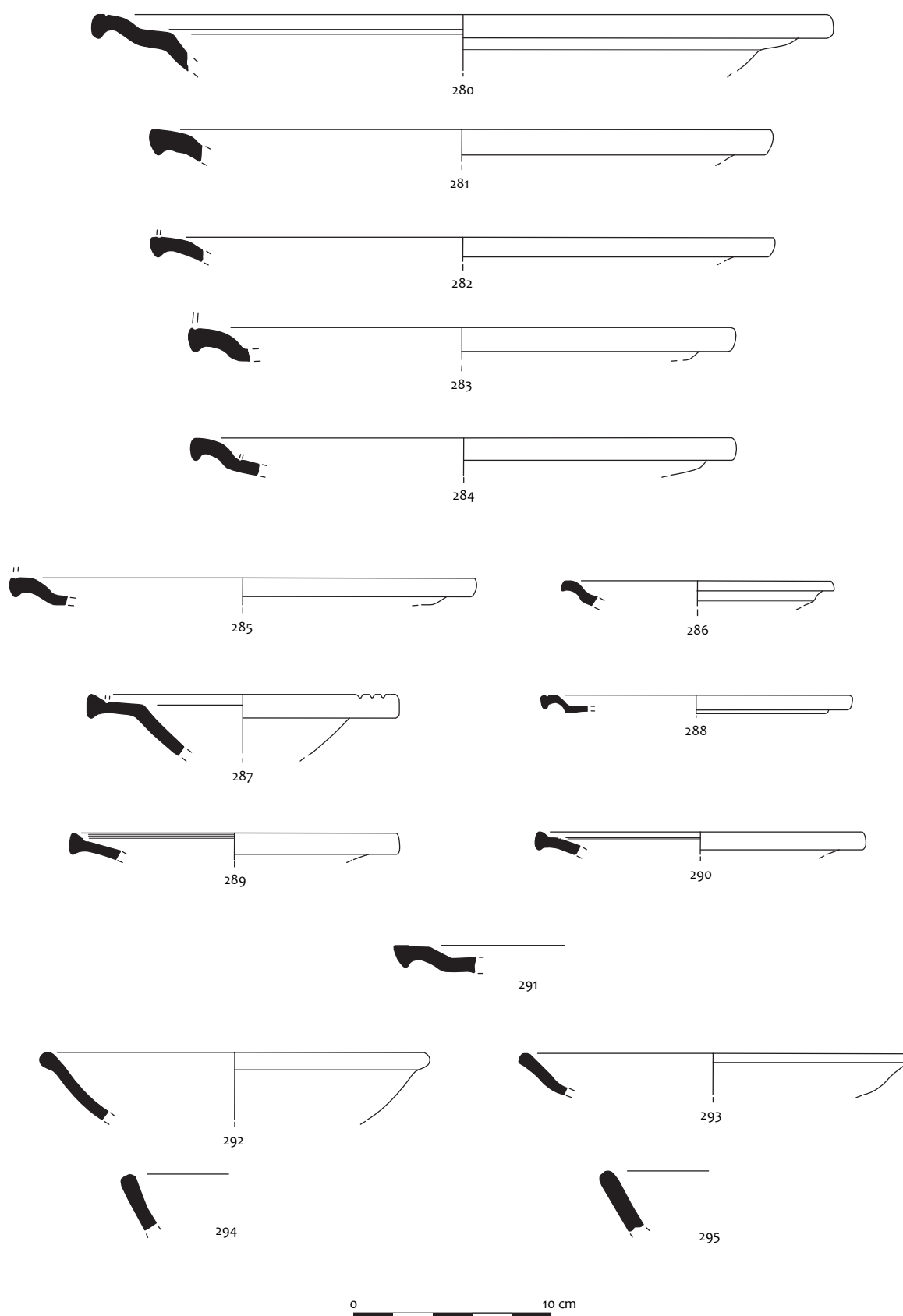


Gráfico 7 – Faro. Distribuição das formas de *sigillata* clara D (NMI).

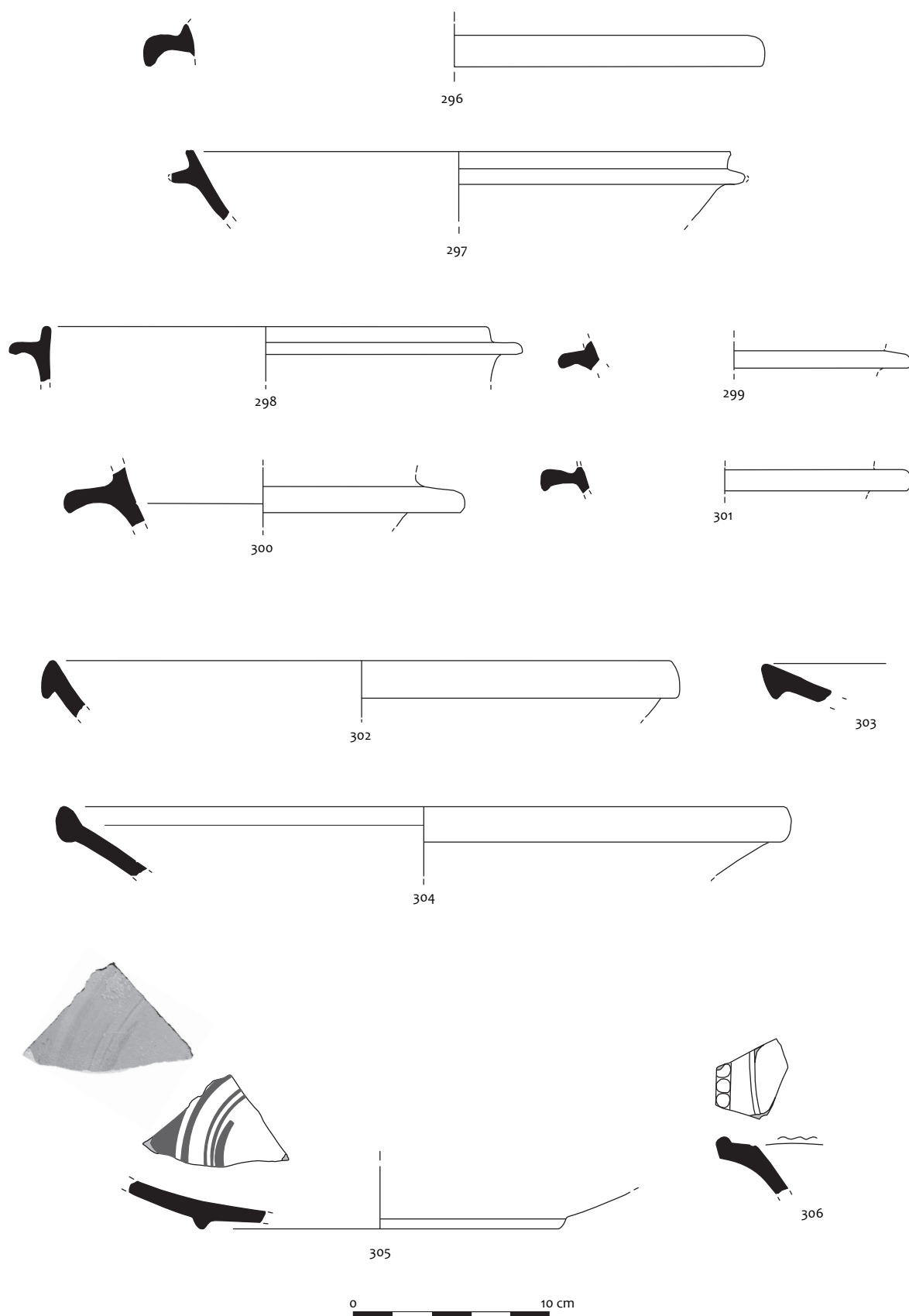




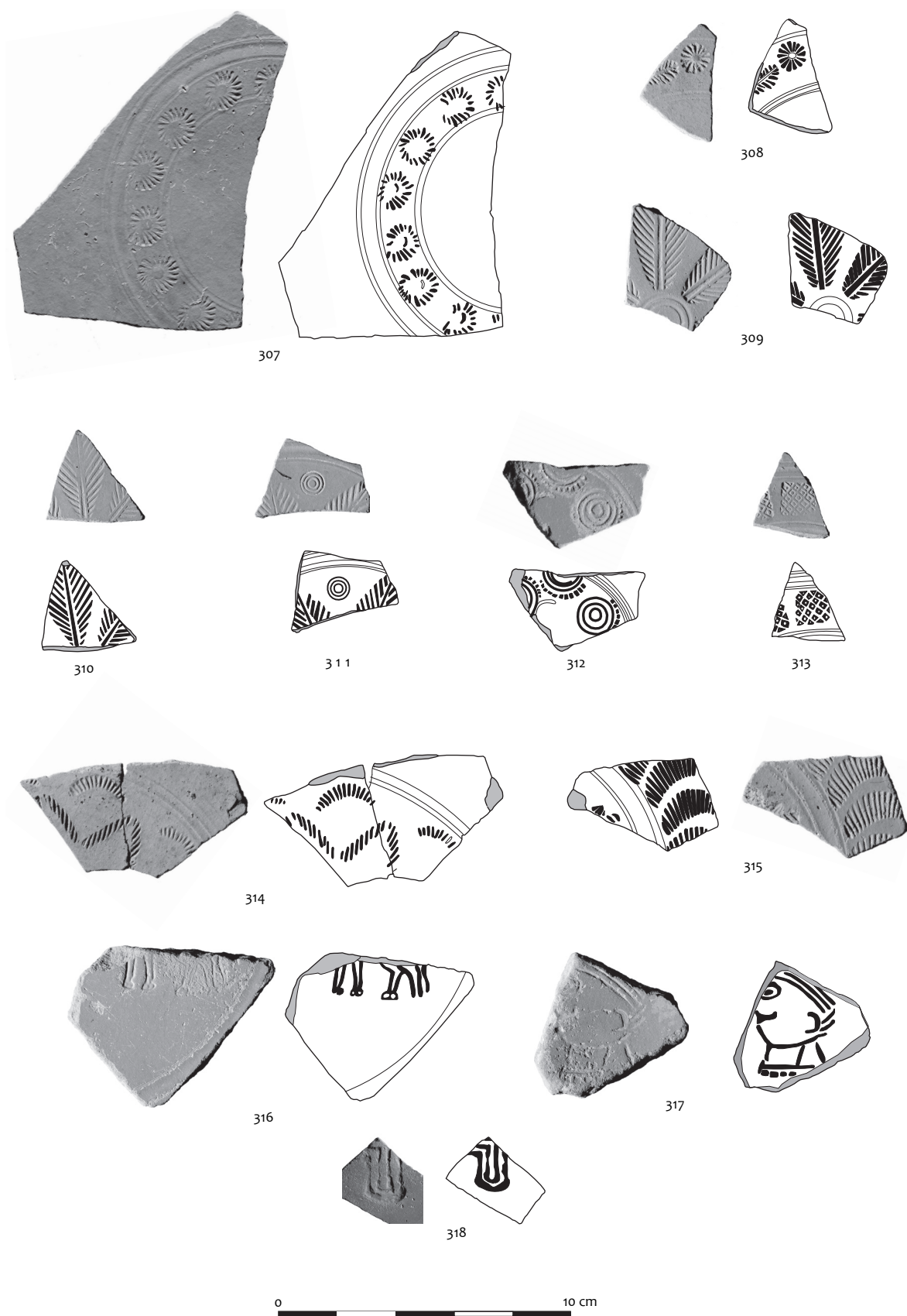
Estampa 19 – Faro. *Sigillata clara D.*



Estampa 20 – Faro. *Sigillata clara D*.



Estampa 21 – Faro. *Sigillata* clara D.



Estampa 22 – Faro. *Sigillata clara D* decorada.

O perfil de importação que acaba de se traçar é também o que se observa quando se analisam os fragmentos decorados. Como é frequente nos conjuntos do território hoje português, os fragmentos com decoração mais representados são os pertencentes ao chamado Estilo A (i) e (ii) de Hayes, datados desde 320 até 420. Mesmo se correspondem, na maior parte dos casos, a reduzidos fragmentos, as peças que ostentam decoração estampada mostram alguns exemplares das chamadas rosetas do tipo 44B de Hayes, datadas, sobretudo, do segundo-terceiro quartel do séc. IV (1972, Fig. 41, p. 239) (nº 307). Num dos casos, (nº 308) as mesmas rosetas alternam com palmetas pertencentes ao tipo 1 a e b de Hayes (1972, fig. 38, p. 229).

Com uma cronologia geral que compreende um período desde meados do séc. IV até aos inícios do século seguinte encontramos exemplares que ostentam palmetas próximas do tipo 4i de Hayes, datadas desde cerca de meados do séc. IV até aos inícios do séc. V (1972, Fig. 38, p. 229) (nº 309), por vezes associadas a círculos concêntricos, como sucede no nº 310. Trata-se do mesmo motivo de palmeta que foi mencionado, sendo os círculos próximos do tipo 26f de Hayes, o que não altera a sua cronologia geral (1972, Fig. 40, p. 235).

Ainda pertencente a este mesmo estilo A, durante a primeira metade do séc. V, tornaram-se mais populares os motivos dos círculos concêntricos (nº 312) (quatro círculos em que o último é segmentado, do tipo 320 de Hayes, datados dos finais do séc. IV a meados do séc. V (1972, Fig. 40, p. 236). Os chevrons (nº 314), os crescentes (nº 315) e as quadrículas de losangos (nº 313) integram-se igualmente nesta fase.

Como se referiu, são bastante raros os motivos figurativos mais tardios, pertencentes aos estilos D e E, que correspondem às fases mais tardias da produção. Encontram-se nesta situação dois fragmentos. Num deles, observa-se decoração estampada de um carneiro, de que apenas se conservaram os membros inferiores e que tem paralelo no tipo 172p de Hayes (nº 316) (1972, fig. 48, p. 256). Em outro exemplar (nº 317), observa-se a cabeça de uma personagem, que Hayes indica como feminina, vista de perfil voltado para a esquerda, com cabelo preso atrás das orelhas, ostentando um colar (“jewelled necklace”) ao pescoço. Na obra de Hayes, não existe, no entanto, nenhum paralelo exacto, aproximando-se do tipo 249 e 262, ambos pertencentes ao Estilo E (ii), datado do terceiro quartel do séc. VI ou posterior (1972, Fig. 52, p. 269).

Mais fragmentado e mais difícil de classificar, é o motivo da cruz (nº 318), pertencente também ao estilo E de Hayes, genericamente datado de 480 a 540 (1972, Fig. 56, p. 222).

Encontram-se ainda no conjunto de *sigillata* clara D de Faro dois fragmentos com decoração polida “lustré” no fundo interno. Dada a dimensão do fragmento, temos dificuldade na sua integração nos grupos estabelecidos por Bonifay para este tipo de decoração. De facto, a peça que ilustramos (nº 305) pode integrar-se em qualquer um dos grupos 1 ou 2 (Bonifay, 2004a, p. 194-196), não sendo possível precisar a sua cronologia que poderá situar-se num momento entre a segunda metade do séc. V e o séc. VII.

No grupo da *sigillata* que N. Lamboglia denominou de claras (“chiara”), encontravam-se os tipos A, B, C, “Lucente” e D (1958 e 1963). Como se sabe, posteriormente, os trabalhos de Hayes mostraram que as *sigillata* clara A, C e D tinham uma origem norte africana e que a *sigillata* B e luzente (“luisante”) eram provenientes da Gália (Hayes, 1972). Os estudos desenvolvidos em França permitiram atestar a origem da *sigillata* clara B, no sudeste da Gália (vale do Ródano, entre Lyon e Vienne) e apontar uma cronologia para a sua produção entre a primeira metade do séc. II e os meados do séc. III, altura em que começou a ser substituída pela *sigillata* luzente (Desbat, 1987, p. 267-277). A *sigillata* clara B não se encontrou, até hoje, no território actualmente português, mas a *sigillata* luzente está representada em diversos conjuntos algarvios, sempre em quantidades bastante reduzidas, tendo sido identificada pela primeira vez entre os materiais de Tróia (Maia, 1978, p. 295-307).



A *sigillata* **luzente** caracteriza-se por possuir uma pasta bastante depurada de tonalidade alaranjada e revestimento de engobe argiloso fino e pouco homogêneo, com coloração que pode oscilar entre o laranja, passando pelos tons acastanhados, podendo mesmo atingir o negro. O brilho metalizado, que por vezes adquire no processo de cozedura, é responsável pela designação de “luisante”, registando-se igualmente, com alguma frequência, decoração de guilhocé no exterior de grandes tigelas, e, por vezes, pintura a branco ou decoração de barbotina. Trata-se de uma técnica bastante mais simples do que a utilizada na *terra sigillata* sudgálica alto imperial, que consiste na aplicação de um engobe argiloso “non grésé” e uma cozedura em modo A, portanto num forno de cerâmica comum (Picon, 1973; 2002).

A produção da *sigillata* luzente distingue-se da *sigillata* clara B “En dépit de certaines affinités techniques, ces deux groupes de céramiques se révèlent en effet différents par leurs centres de production, leur diffusion, leur typologie, leurs décors et leur chronologie” (Desbat, 1987, p. 267). Tendo uma difusão sobretudo na região do sudeste da Gália, foram identificadas duas áreas de produção, nas oficinas de Conjux e Portout (Sabóia), centrando-se o seu fabrico entre a segunda metade do séc. III e a primeira metade do séc. V (Raynaud, 1993a, p. 504-510).

A tipologia desta cerâmica é constituída por formas destinadas ao serviço de mesa, como pratos, taças e tigelas, assim como por formas fechadas, como copos, pequenos potes ou urnas e jarros (Raynaud, 1993a; Pernon e Pernon, 1990). No estudo do material algarvio, optei por utilizar as designações da tipologia de Lamboglia (1963), mas como o sítio de Portout foi objecto de publicação monográfica mais recente, por parte de J. e C. Pernon (1990), apresentam-se igualmente os seus tipos correspondentes, mesmo que não possamos assegurar a origem, numa determinada oficina, do material algarvio.

Em Faro, assinala-se a presença de um conjunto pouco numeroso de *sigillata* dita luzente (“luisante”), que corresponde a apenas 2.5% do total. Trata-se de 39 fragmentos que depois de calculado o NMI, ficam reduzidos a apenas nove peças (**Tabela 16 e Estampa 23**). A forma mais representada é a tigela carenada, de bordo vertical e secção em forma de amêndoa, Lamb. 1/3, que corresponde à forma Luis 37a (nº 319 a 322 e 324 a 327). O bordo nº 323 possui um perfil diferente dos anteriores, mas deve pertencer também à série de taças carenadas, tão comuns nesta produção. Uma série de fragmentos de parede e carena, com decoração de guilhocé, aspecto que constitui uma das características desta e de outras formas da *sigillata* luzente, podem eventualmente pertencer à forma Lamb. 1/3, o que poderia fazer aumentar o peso da sua presença em Faro.

Um fragmento de parede, que não representámos, deve pertencer a um pequeno copo/potinho (“gobelet”), com integração difícil numa forma particular da tipologia dos materiais de Portout, dada a dimensão do fragmento. Pelo cálculo da dimensão do diâmetro do colo (c. 10 cm), julgamos poder tratar-se da forma da série Lamb. 28 (Luis 74/78), com colo ligeiramente côncavo e ombro destacado (Pernon e Pernon, 1990, p. 121, Est. XV; Raynaud, 1993 p. 509). O fragmento de Ossonoba possui decoração incisa, idêntica à que enquadra as aplicações onde se representa a cabeça de um leão, típica do almofariz da forma Luis. 40, e utilizada como bico vertedor (Pernon e Pernon, 1990, p. 117, Fig. 44, nº 1-4). Estas formas encontram-se datadas de um período compreendido entre a segunda metade do séc. II e os meados do séc. V.

A *sigillata* dita paleocristã, que os autores franceses preferiram designar como derivada da *sigillata* paleocristã (“dérivée-des-sigillées paléochrétiennes” ou DSP), engloba o conjunto “qui nous paraissaient alors représenter les dernières céramiques fines issues de la technique des T.S. (*terra sigillata*) dans un monde encore imprégné de la civilisation gallo-romaine” (Rigoir e Rigoir, 1987, p. 329), correspondendo às últimas produções de cerâmica fina da Gália. A designação “paleocristã” estaria relacionada, segundo Rigoir, com o fenómeno contemporâneo de adopção do

Cristianismo como religião oficial, justificado igualmente pelos raros motivos decorativos de carácter cristão, presentes nestas cerâmicas. Também designada como cerâmica estampada cinzenta ou laranja, a DSP caracteriza-se, de um modo geral, por uma “pasta fina calcária de dureza média, por vezes macia nas produções de qualidade medíocre, e por um engobe fino e transparente, a maior parte das vezes, por vezes espesso com tendência para escamar, sobretudo nas produções alaranjadas” (Raynaud, 1993b, p. 410, tradução nossa). Independentemente de se poder considerar mais ou menos correcta uma determinada designação, a opção foi adoptar a terminologia que a comunidade científica actual utiliza e, nesse sentido, a sigla DSP (derivado de *sigillata* paleocristã) parece ser o que encontra uma maior expressão.

Esta cerâmica, que encontra inspiração, quer nas formas quer nos motivos decorativos em outras produções tardias, como, por exemplo, na *sigillata* originária do norte de África, teve como função principal, também, o serviço de mesa.

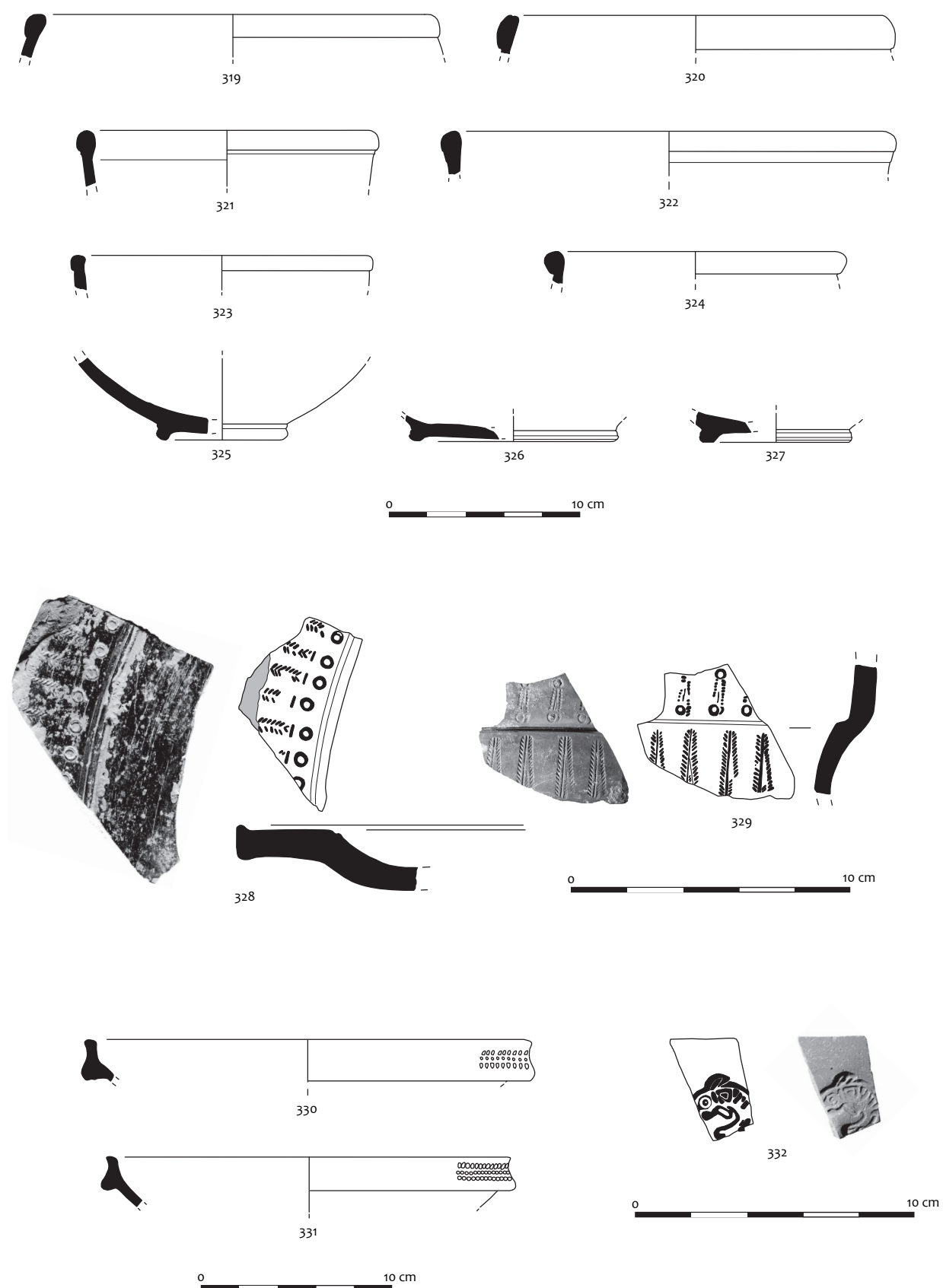
Conhecem-se actualmente diversas áreas de produção na Gália, como a da Provença com centro em Marselha; as da região do Languedoc, com centro em Narbona; e também a da região da Aquitânia, com centro em Bordéus. Não nos deteremos nas características específicas da produção de cada uma destas regiões, referindo apenas que, de um modo geral, o fabrico desta cerâmica teve início nos finais do séc. IV e se prolongou até ao séc. V, atingindo mesmo a centúria seguinte (Raynaud, 1993b, p. 410; Carandini, 1981, p. 5-6). Quanto à sua distribuição, fez-se sobretudo no sul da Gália e áreas litorais do Mediterrâneo do actual território espanhol, costa da Liguria e Ilhas Baleares, Sardenha e Córsega. Estranhamente, não se encontra na Tunísia, que constitui uma verdadeira potência exportadora de cerâmica em época tardia, ocorrendo em quantidades reduzidas em outras regiões Norte africanas, como Marrocos e a Argélia (Raynaud, 1993a, p. 410). No território português, existe na costa algarvia no sítio de Loulé Velho (Gomes e Serra, 1996, p. 43-44), em Tróia (Grândola) (Maia 1976-1977, 411-415) e na *villa* do Alto do Cidreira (Cascais) (Nolen, 1988, p. 89), além de Braga (Gaspar, 2003, p. 455-481).

	Forma	Oceano 1976 (NMI)	M. de Faro 2001-02 (NMI)	Total Faro
Luzente	Lamb. 1/3 (Luis 37a)	1	9	10
	Lamb. 28 (Luis 74/78)		1	1
	Total			11
DSP	Rigoir 1		1	1
	Rigoir 18		1	1
	Total			2

Tabela 16 – Faro. Formas de *sigillata* luzente e DSP.

A DSP de Faro constitui escassos 0.5% do total, sendo toda ela originária da área do Museu Municipal, estando representadas as formas Rigoir 1 (nº 328) e Rigoir 18 (nº 329), datáveis do séc. VI (Raynaud, 1993b, p. 413-418) (Tabela 16). A juntar a estes fragmentos, deve recordar-se a presença da forma Rigoir 2 que foi recuperada nas escavações que tiveram lugar na Fábrica da Cerveja (Paulo, 1999/2000, p. 61). Esta taça, com bordo em aba, ostenta decoração formada por círculos concêntricos. A pasta é de boa qualidade, sendo o engobe cinzento claro.

O prato da forma Rigoir 1 apresenta um perfil dito clássico, com amplo bordo de aba horizontal, de espessura regular e parede baixa. Possui um engobe negro de boa qualidade e recebeu decoração estampada formada por círculos do tipo 12, mas que não são duplos, e palmetas



Estampa 23 – Faro. *Sigillata* luzente, DSP e focense tardia.

do tipo 62 (Rigoir, 1960, *apud* Carandini et al., 1981, tav. X e XI). A pasta caracteriza-se pela sua tonalidade cinzenta, encontrando-se bem depurada sem que seja possível observar quaisquer inclusões a olho nu.

A forma Rigoir 18 corresponde a uma taça carenada que apresenta, habitualmente, o bordo destacado, com um colo rectilíneo, carena acentuada e uma pança troncocónica. Existem, no entanto, diversas variantes a este esquema, que passam pela existência de bordos mais aplanados, e por colos com perfis mais convexo ou côncavos. A peça de Ossonoba corresponde à variante de colo mais vertical, apresentando no registo superior decoração estampada, com palmetas verticais entre dois círculos que se encontram mal impressas, próximas do tipo 53 de Rigoir, (1960, *apud* Carandini, 1981, tav. XI). Na pança, de que apenas se conservou a parte superior, regista-se decoração de palmetas verticais do tipo 72 (Rigoir 1960, *apud* Carandini, 1981, tav. XI). A coloração acastanhada desta peça aponta para uma cozedura irregular, sendo o engobe de boa qualidade. Algumas decorações com palmetas idênticas às algarvias encontram-se em exemplares do contexto 12 das intervenções arqueológicas recentes de Marselha “Le puits de la rue du Bon-Jésus (îlot 39N)”. Este contexto foi datado do terceiro terço do séc. V, datação baseada nas moedas e nas formas de *sigillata* clara D recuperadas (Reynaud et al., 1998, p. 197-212, Fig. 174 a 178).

Pelas suas características, aponta-se uma cronologia do terceiro quartel do séc. V ou mesmo do séc. VI para estas cerâmicas, que podem ter a sua origem na Narbonense.

A *sigillata* foceense tardia, também designada “Late Roman C” na obra clássica de Hayes (1972), corresponde a uma produção originária da costa oeste da actual Turquia, como os trabalhos dos anos 80 de F. Mayet e M. Picon demonstraram (Mayet e Picon, 1986, p. 129-142). Esta cerâmica conheceu uma ampla difusão na bacia do Mediterrâneo, com maior peso para a sua vertente oriental, entre os meados do séc. V e os meados do século seguinte. Com um repertório tipológico que se resume a 10 formas, entre diversos tipos de tigelas e pratos de amplo diâmetro, a decoração resume-se ao guilhoché, que pode ser aplicado no exterior dos bordos ou no fundo interno, e a diversos motivos, que podem ocorrer estampados no fundo interno.

A *sigillata* foceense tardia de Faro encontra-se representada por 17 fragmentos, o que constitui sete exemplares, correspondendo a 1.7% da *sigillata* recuperada. Tal como se regista na maior parte dos sítios, não só da Península Ibérica, mas também de outras regiões, a forma Hayes 3 é a única representada na cidade algarvia (**Tabela 17**, nº 330 e 331). Impossibilitados de nos aproximarmos de uma cronologia mais precisa, devido ao estado de conservação dos exemplares não permitir conhecer qual a variante em causa, a cronologia geral desta forma aponta para um período compreendido entre os meados do séc. V e os meados do séc. VI.

Apenas um fragmento possui decoração estampada (nº 332), com o motivo de um peixe, para o qual não se encontrou paralelo exacto na obra de Hayes (1972), mas que se integra no Grupo III definido pelo investigador britânico, datado de c. 470 a c. 580. Trata-se do motivo próximo do tipo 45 (Hayes, 1972, Fig. 76, p. 361).

	Oceano 1976 (NMI)	M. de Faro 2001-02 (NMI)	Faro Total (NMI)
<b>Hayes 3</b>	1	6	7

**Tabela 17 – Faro. *Sigillata* foceense tardia (NMI).**

### Síntese sobre as principais características da *terra sigillata* de Faro

Além de uma perspectiva geral que o conjunto da *terra sigillata* de Faro permite apresentar, existe ainda uma série de observações que resultam do facto de esta *sigillata* mostrar perfis de importação bastante diferenciados, consoante nos referimos ao material originário das sondagens do Museu Municipal ou ao da área onde se recuperou o mosaico do Oceano.

A presença de *terra sigillata* oriental A em Faro deve ser entendida como resultado do que Hayes designou de troca ocasional “(...) arrivages fortuits, produit d’un système de cabotage (...)” (2001, p. 151), e não como resultado de um comércio regular com a área oriental da bacia do Mediterrâneo.

De um modo geral, verifica-se que a importação de *sigillata* de tipo itálico para Faro se enquadra num movimento comercial anterior que trouxe à cidade produtos alimentares transportados em ânforas, como as Dressel 1, e manufacturados como a campaniense A e a B de Cales, nas suas produções mais tardias. Não nos referimos a uma comercialização directa com os portos de origem itálica, mas, naturalmente a trocas comerciais que têm como base de operações sobretudo o porto de Cádiz. A importação de *terra sigillata* de tipo itálico manteve, portanto, uma tradição anterior, que perde volume na segunda metade e nos finais do séc. I a.C., mas volta a adquirir fôlego quando ocorrem as importações das séries mais comuns da produção de *sigillata* de tipo itálico, datadas da segunda metade do reinado de Augusto. É neste mesmo fluxo comercial que podemos enquadrar alguns exemplares de cerâmica de paredes finas, assim como de cerâmica comum itálica. Ausentes do conjunto de *Ossonoba*, as ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 2-4, contemporâneas destas importações, constituem uma aquisição esporádica e de peso muito relativo nos restantes sítios algarvios e mesmo no restante território actualmente português, num período em que são essencialmente os produtos da actual Andaluzia a dominar os mercados.

As primeiras importações de *sigillata* tipo Peñaflor, da actual Andaluzia, e de *sigillata* sudgálica, oriunda de La Graufesenque, tiveram lugar ainda durante o reinado de Tibério, mas foi, certamente, durante os meados, ou mesmo na segunda metade do séc. I, que estas importações ganharam peso. Neste contexto, deve ser dado especial relevo à presença da *sigillata* sudgálica, cuja elevada percentagem parece demonstrar a importância e o elevado poder aquisitivo que a cidade de Faro adquiriu, sobretudo a partir do reinado de Cláudio. Se este dado pode ou não relacionar-se com a elevação do estatuto da cidade, como outros autores já sugeriram (Mantas, 1990, p. 183), é um aspecto que merece ser discutido, não só à luz das importações de *terra sigillata*, mas também dos restantes produtos estudados (ver *infra*). Outro aspecto que se destaca é a elevada percentagem de *sigillata* marmoreada, assim como o número muito significativo de fragmentos decorados.

Durante o período Flávio, estas importações originárias do sul da Gália mantiveram-se com bastante vigor, numa altura em que outras cidades Lusitanas, como Conímbriga, já tinham iniciado as importações de *sigillata* hispânica de Tricio. Pelo contrário, as cidades algarvias, como Faro, nunca chegaram a receber quantidades muito expressivas de *terra sigillata* hispânica.

Várias explicações se podem avançar para este fenómeno. Por um lado, o centro abastecedor de Tricio, o principal para a Península Ibérica, tem um sistema de distribuição baseado nas vias terrestres, com centro redistribuidor para a Lusitânia localizado em Mérida. Dado o custo acrescido de um transporte terrestre face a um abastecimento marítimo ou fluvial, este poderá ser um factor a ter em consideração para explicar este fenómeno. Por outro lado, as oficinas do vale do Guadalquivir não tiveram força suficiente para se impor nos mercados algarvios, o que prolongou a sua “dependência” relativamente às oficinas do sul da Gália. Neste processo, deve ainda considerar-se o facto de os produtos norte africanos conhecerem uma expansão considerável desde relativamente cedo, pelo menos a partir das últimas décadas do séc. I. Tendo em conta



o volume de *terra sigillata* que chegou a Faro e a diversidade de mercados em que a cidade se abasteceu, pode mesmo afirmar-se que deverá ser este o período (desde a segunda metade do séc. I, até às primeiras décadas ou mesmo meados do séc. II) em que a cidade mostrou um maior poder aquisitivo.

De então em diante, encontramos leituras díspares para as duas áreas da cidade que importa valorizar. Enquanto que a área onde se recuperou o mosaico do Oceano terá sido abandonada em torno ao terceiro quartel do séc. V, os materiais do Museu Municipal mostram uma continuidade ou mesmo um reavivar do consumo naquela área da cidade a partir do séc. IV.

É um facto que a percentagem de *sigillata* clara A e C é relativamente reduzida nas duas áreas, mas o que sobressai é a elevada percentagem da clara D na área das sondagens do Museu Municipal. Este facto parece testemunhar um retomar da actividade desta área da cidade, sobretudo a partir do séc. IV. Já defendemos em outro local (Viegas, 2008c, p. 215-231), a possibilidade de esta zona, muito possivelmente já muralhada neste período, se ter constituído como local privilegiado, assumindo o controlo das funções urbanas de *Ossonoba*, numa época normalmente associada a instabilidade generalizada. Esta seria uma possível explicação para a elevada percentagem de *sigillata* clara D. Por outro lado, no estudo realizado a propósito dos materiais de Belo, as autoras chamam a atenção para o facto de a *sigillata* clara D ter sido importada durante um longo período de tempo (cerca de 300 anos), o que leva a que seja necessário ter também em consideração o estudo desta realidade, procurando calcular a importação média anual (Bourgeois e Mayet, 1991).

Quando analisamos o perfil de importação desta *sigillata* em particular, devemos ter ainda em consideração outros aspectos. No seu conjunto, verifica-se que a maior parte dos materiais chegaram a Faro entre meados do séc. IV e meados do séc. V, momento a partir do qual se registou uma quebra nas importações. Nesta fase, ou remontando por vezes ao séc. III, a cidade abasteceu-se igualmente nos mercados do Sul da Gália, embora sempre em quantidades bastante reduzidas, como o testemunha a presença da *sigillata* luzente e a DSP. Apesar da quebra acentuada no volume de importação de produtos africanos, a área do Museu Municipal continuou ainda a receber *sigillata* clara D até aos finais do séc. VI ou mesmo às primeiras décadas do séc. VII.

A importância que a cidade adquire enquanto sede de Bispado constitui um aspecto que deve ser valorizado igualmente neste contexto, quando sabemos da presença do bispo Vicente no 1º concílio de Elvira, nos inícios do séc. IV (Catarino, 2002, p. 30).

## Catálogo 2 – Terra sigillata, formas ilustradas

Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. Total	Desenho	Depósito
7	86	M. Faro	70542	s 2	90	2	TSOA	Hayes 3	bordo		Indet.	25	C.V.	M. Faro
7	87	M. Faro	64870	s 1	82	1	TSI	Consp. 4.6	bordo		300	33	C.V.	M. Faro
7	88	M. Faro	70595	s 2	90	2	TSI	Consp. 4.4	bordo		180	15	C.V.	M. Faro
7	89	M. Faro	64747	s 1	80	1	TSI	Consp. 3.2	bordo		180	18	C.V.	M. Faro
7	90	M. Faro	64815	s 1	76	1	TSI	Consp. 12	bordo		170	17	T.D.	M. Faro
7	91	M. Faro	70589	s 2	90	2	TSI	Consp. 18	bordo		200	19	T.D.	M. Faro
7	92	M. Faro	70686	s 2	80	2	TSI	Consp. 18	bordo		220	24	C.V.	M. Faro
7	93	M. Faro	70452	s 2	64	1	TSI	Consp. 18.2	bordo		230	26	C.V.	M. Faro
7	94	M. Faro	70440	s 2	64	1	TSI	Consp. 18.2	bordo		190	18	C.V.	M. Faro
7	95	M. Faro	70574	s 2	79	1	TSI	Consp. 18	bordo/ parede/ fundo	mais 8 frag. Cola c/ 70599, 70584, 70589, 70580, 70575, 70578 e 70576	130	27	C.V.	M. Faro
7	96	Oceano	704	B1	6		TSI	Consp. 22.1	bordo			15	C.V.	M. Faro
7	97	M. Faro	70442	s 2	64	1	TSI	Consp. 20.1	bordo		Indet.	18	T.D.	M. Faro
7	98	M. Faro	70671	s 2	79	1	TSI	Consp. 21.1	bordo		160	22	C.V.	M. Faro
7	99	M. Faro	70567	s 2	70	1	TSI	Consp. 22.6	bordo/ parede		130	27	C.V.	M. Faro
7	100	M. Faro	70560	s 2	48	1	TSI	Consp. 22.5	bordo/ parede		100	23	C.V.	M. Faro
7	101	M. Faro	70566	s 2	64	2	TSI	Consp. 22.5	bordo/ parede		80	22	C.V.	M. Faro
8	102	M. Faro	70590	s 2	90	2	TSI	Consp. 27	bordo/ parede	mais 1 frag. 70587			C.V.	M. Faro
8	103	M. Faro	70509	s 2	79	1	TSI	Consp. 28	bordo		90	41	C.V.	M. Faro
8	104	M. Faro	70591	s 2	90	1	TSI	Consp. 32	bordo		80	19	C.V.	M. Faro
8	105	M. Faro	64869	s 1	82	1	TSI	Consp. 36	bordo	mais 3 frags.	110	32	C.V.	M. Faro
8	106	M. Faro	70507	s 2	79	1	TSI	Consp. R.7.1.1	bordo		170	33	T.D.	M. Faro
Não se conservou a área decorada														
8	107	M. Faro	70506	s 2	78	1	TSI	Cálice	parede				C.V.	M. Faro
Reduzido fragmento que ostenta motivos florais														
8	108	Oceano	830	Oceano	8		TSI	Cálice	parede				C.V.	M. Faro
Decoração impossível de reconstituir com linha ondulada formada por grinaldas de duas folhas e uma cratera														
8	109	M. Faro	70518	s 2	79	1	TSI	Cálice	pé		Indet.	9	T.D.	M. Faro
8	110	M. Faro	70564	s 2	63	1	TSI	Prato	fundo				C.V.	M. Faro
Marca do oleiro Anthus (OCK 200) de Pozzuoli que laborou entre 10 a.C e 10 d.C.														
8	111	M. Faro	64834	s 1	82	1	TSI	Grande prato	fundo				C.V.	M. Faro
Marca do oleiro Ateius (in planta pedis) de Pisa que laborou entre 5 a.C. e 25 d.C. (OCK 268.145)														
8	112	M. Faro	70435	s 2	57	1	TSI	Prato	fundo		170	24	T.D.	M. Faro
Marca radial do oleiro Cneus Ateius de Arezzo (OCK 275.28) que laborou entre 15 e 5 a.C.														
8	113	M. Faro	70522	s 2	79	1	TSI	Consp. B 4.14	fundo	taça	34	9	C.V.	M. Faro
Marca do oleiro Crestus de Pisa (OCK 698.30) que laborou entre 10 a.C. e 30 d.C.														
8	114	M. Faro	70544	s 2	90	2	TSI	Consp. B 4.12	fundo		50	12	C.V.	M. Faro
Marca do oleiro Xanthus (2) de Pisa (OCK 2536.67) que laborou entre 5 a.C. e 50 d.C.														

Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. Total	Desenho	Depósito
9	115	M. Faro	64835	s 1	80	1	TSS	Ritt. 8	bordo	9 frags – UE 080/79/82	70	37	C.V.	M. Faro
9	116	Ocea-no	371	Ocea-no	5		TSS	Ritt. 8	bordo/parede	entre o 1º e o 2º pavimento	110	45	C.V.	M. Faro
9	117	M. Faro	64767	s 1	80	1	TSS	Ritt. 8	bordo		90	33	T.D.	M. Faro
9	118	M. Faro	70688	s 2	80	1	TSS	Drag. 24/25	bordo/carena/parede	guilhoché fino. Cola com 64758	140	35	C.V.	M. Faro
9	119	M. Faro	70682	s 2	79	1	TSS	Drag. 24/25	bordo/carena/parede		130	28	C.V.	M. Faro
9	120	Ocea-no	591	Bq A20/B2E	1		TSS	Drag. 24/25	bordo/carena/parede				C.V.	M. Faro
9	121	M. Faro	64786	s 1	82	1	TSS	Drag. 15	bordo/parede/meia cana	cola com 64866	260	27	C.V.	M. Faro
9	122	M. Faro	70475	s 2	69	1	TSS	Drag. 15	bordo		180	25	A.M.	M. Faro
9	123	M. Faro	70621	s 2	30	1	TSS	Drag. 15	bordo/parede/meia cana		230	27	C.V.	M. Faro
9	124	Ocea-no		Ocea-no	6		TSS	Drag. 15/17	bordo/parede/meia cana		160	21	C.V.	MNA-Lisboa
9	125	M. Faro	64830	s 1	82	1	TSS	Drag. 15/17	bordo/parede/meia cana		190	26	C.V.	M. Faro
9	126	M. Faro	70675	s 2	71	1	TSS	Drag. 15/17	bordo/parede		160	21	A.M.	M. Faro
9	127	M. Faro	64867	s 1	82	1	TSS	Drag. 15/17	bordo/parede/fundo	mais 1 frag. 64768 – UE 80	150	36	C.V.	M. Faro
9	128	M. Faro	70405	s 2	29	1	TSS	Drag. 18	bordo/parede		270	36	C.V.	M. Faro
9	129	M. Faro	64801	s 1	101	1	TSS	Drag. 18	bordo/parede/fundo	mais 6 frags (UE 101 e 80)	160	27	C.V.	M. Faro
9	130	M. Faro	64860	s 1	80	1	TSS	Drag. 18	bordo/parede/fundo		150	21	C.V.	M. Faro
9	131	Ocea-no	427	A1	5		TSS	Drag. 4/22	bordo/parede/fundo	5. lado Este	110	24	C.V.	M. Faro
10	132	M. Faro	70561	s 2	48	1	TSS	Drag. 27	bordo/parede	bordo de secção semi circular	80	22	C.V.	M. Faro
10	133	M. Faro	64760	s 1	80	1	TSS	Drag. 27	bordo/parede		80	21	A.M.	M. Faro
10	134	M. Faro	70878	s 2	80	2	TSS	Drag. 27	bordo	marmoreada	Indet.	25	T.D.	M. Faro
10	135	M. Faro	64752	s 1	80	1	TSS	Drag. 27	parede		--	36	T.D.	M. Faro
10	136	M. Faro	64780	s 1	82	1	TSS	Drag. 27	bordo		100	19	C.V.	M. Faro
10	137	Ocea-no	2001.76.2	B4	3		TSS	Drag. 35/36	bordo/parede	marmoreada	130	33	C.V.	MNA-Lisboa
10	138	Ocea-no	198	--	--		TSS	Drag. 35/36	colo	s/etiqueta. Marmoreada.	130	24	C.V.	M. Faro
Decoração a barbotina de folha de água														
10	139	Ocea-no	581	B2	2		TSS	Drag. 35/36	bordo/parede		130	18	C.V.	M. Faro
Decoração a barbotina de folha de água														
10	140	M. Faro	70662	s 2	64	1	TSS	Drag. 35/36	bordo		Indet.	19	C.V.	M. Faro
Decoração a barbotina de folha de água														
10	141	M. Faro	70869	s 2	42	1	TSS	Drag. 35/36	parede	marmoreada	110	25	T.D.	M. Faro
10	142	Ocea-no	2001.76.6	B4	3		TSS	Indet.	fundo	marca CAPITO			C.V.	MNA-Lisboa
Marca CAPITO F, do oleiro Capito de La Graufesenque. Produção: Cláudio -Nero.														

Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. Total	Desenho	Depósito
10	143	Oceanó	644	B2	6-7		TSS	Drag. 11	parede	6 – 7 – terra amarela – última camada	--	30	C.V.	M. Faro
										Linha de óvulos com lingueta simples.				
10	144	M. Faro	64853	s 1	74	1	TSS	Drag. 29	parede		--	22	C.V.	M. Faro
										Tibério. Reduzido fragmento. Decoração impossível de reconstituir. Apenas se conservou o que deverá corresponder ao limite inferior da decoração formada por uma palissada de gomos que alterna com linha ondulada e elementos vegetais bifoliados. Uma decoração idêntica está presente em Poitiers num igualmente reduzido fragmento (Tilhard, nº 97, figura 134, p. 414). Peça integrada nas produções do período de Tibério.				
10	145	M. Faro	70418	s 1	48	1	TSS	Drag. 29	parede		--	22	C.V.	M. Faro
										Tibério – Cláudio. Decoração impossível de reconstituir de que apenas se conservaram folhas polilobadas que possivelmente integravam uma grinalda ondulada. A atribuição desta cronologia baseia-se na semelhança desta peça com um exemplar de Poitiers que ostenta folhas idênticas (Tilhard, 2004, nº 177, p.418). Pesou igualmente o facto, excepcional no conjunto algarvio, de este engobe apresentar um brilho e qualidade superior. Uma composição idêntica encontra-se igualmente na obra de Albinus, oleiro de La Graufesenque cuja actividade se centrou no período de Cláudio -Nero (Mees, 1995, est. 5, nº 1, p. 61). Outras Drag. 29 com grinaldas onduladas e folhas idênticas foram produzidas por Modestus (Mees, 1995, est. 142, nº 2 e est. 143, nº 1, p. 87).				
10	146	M. Faro	70629	s 2	37	1	TSS	Hermet 9	parede		--	20	C.V.	M. Faro
										Tibério e Tibério – Cláudio. Decoração impossível de reconstituir formada por elementos verticais. A atribuição desta cronologia baseia-se na datação geral da forma Hermet 9 que foi produzida entre 40 e 55. 30				
10	147	M. Faro	64862	s 1	82	1	TSS	Drag. 29	carena		--	30	C.V.	M. Faro
										Tibério – Cláudio. Composição impossível de determinar. No registo superior conservaram-se folhagens, segue-se moldura simples enquadrada por duas linhas de pérolas e, no registo inferior, uma palissada de gomos. As folhagens são idênticas ao tipo tipo 74, (Hermet, 1934, est. 12). A palissada de gomos ocorre em exemplares de Poitiers atribuídos ao período de Tibério – Cláudio (Tilhard, 2004, nº 136, p. 416). Este fragmento apresenta um engobe brilhante e de boa qualidade.				
10	148	Oceanó	2001.76.15	B5	4		TSS	Drag. 29	parede			20	T.D.	MNA-Lisboa
										Grinalda ondulada. Fase inicial da produção.				
10	149	M. Faro	70644	s 2	64	1	TSS	Drag. 29	parede		--	34	C.V.	M. Faro
										Cronologia difícil de precisar. Decoração difícil de reconstituir. Conservou-se a moldura simples enquadrada por duas linhas de pérolas que antecede o registo inferior. Este último é formado por uma grinalda ondulada e medalhões duplos constituídos por folhagens.				
10	150	M. Faro	64759	s 1	80	1	TSS	Drag. 30	bordo/parede	o engobe conservou-se brilhante e de boa qualidade	150	37	C.V.	M. Faro
										Cláudio-Nero (50-70). Decoração impossível de reconstituir. Uma linha ondulada é seguida de linha de óvulos simples com lingueta que termina em anel. Encontra-se um motivo semelhante na obra de Albinus (Mees, 1995, est. 4, nº 4) e de Volus (Mees, 1995, est. 200, nº 1). A linha de óvulos simples com lingueta, terminando em anel, aproxima-se do Tipo QQ atribuído a Lupus ii (Dannell, Dickinson e Vernhet, 1998, fig. 2, p. 82).				
10	151	M. Faro	64763	s 1	80	1	TSS	Drag. 30	parede		--	36	C.V.	M. Faro
										40-60. Decoração impossível de reconstituir. Composição metopada com painéis delimitados por linhas onduladas verticais que enquadram uma figura feminina (Penélope?). Esta peça pode ser atribuída à obra do oleiro Masclus que terá produzido em La Graufesenque no período de esplendor (Vernhet, 1979, est. XXI, nº 1; Bourgeois e Mayet, 1991, p. 129-130, est. XXIII, nº2379-2384; Mees, 1995, est. 111, nº 3, p. 84). Uma figura feminina idêntica, embora enquadrada em arcaria, encontra-se na obra de Masclus (Mees, 1995, Est. 109, nºs 1, 2, 3 e 12).				
11	152	M. Faro	70870	s 2	48	1	TSS	Drag. 29	bordo	70872, 70874 e 70876. Marmoreada	260	45	T.D.	M. Faro
										Cláudio- Nero. Composição impossível de determinar de que apenas se conservou parte (traseiras e cauda) de uma figura animal que poderá tratar-se de um leão (?).				
11	153	M. Faro	70865	s 2	014A	1	TSS	Drag. 37	parede	marmoreada	--	36	T.D.	M. Faro
										Nero-Vespasiano. Composição impossível de reconstituir. Linha de óvulos duplos com parte central simples e linguetas a terminar em três pontas arredondadas, voltada para a esquerda. Composição formada, muito possivelmente, por uma grinalda ondulada encontrando-se folhas na parte superior da ondulação. Linha de óvulos que corresponde ao tipo SE atribuído a Memor e Tetlo (Dannell, Dickinson e Vernhet, 1998, fig. 2, p. 83 e 84). Poderá tratar-se de uma composição idêntica à que se encontra numa Drag. 37 encontrada no naufrágio Culip IV (Nieto e Puig, 2001, nº 395, p. 348 ou nº 160, p. 233). A última peça (nº 160), foi produzida pelo oleiro Virthus com actividade entre 75 e 85. Esta composição foi igualmente utilizada pelo oleiro Memor (Mees, 1995, est. 125, nº 3). Outra composição idêntica foi identificada entre o material de Poitiers integrando-se no período de Nero-Vespasiano (Tilhard, 2004, nº 378 e 379, p. 429, 430).				
11/13	154	Oceanó	2001.72.8	Oceanó	6		TSS	Drag. 29	fundo	marca OF CRESTIO	80	34	C.V.	MNA-Lisboa
										Única peça decorada que possui marca de oleiro pertence à produção de Crestio, oleiro que tem sido apontado como pertencendo ao período anterior aos Flávios, distinguindo-se de outro oleiro Crestus, com quem pode, por vezes, ser confundido, este de cronologia posterior aos Flávios (Polak, 2000, p. 213). Actualmente esta cronologia tem sido contestada por existirem uma série de marcas datadas entre 60 e 80, o que torna menos válida esta divisão entre pré e pós-Flávio (Polak, 2000). Entre o material publicado na obra colectiva sobre a Drag. 29 com marca de oleiro, não existe nenhuma grinalda idêntica, embora algumas sejam bastante próximas (Dannell et al., 2003, Crestio, Est. G 9, nº 3124 ou Est. G 7, nº 3103).				

Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. Total	Desenho	Depósito
11	155	M. Faro	70873	s 2	48	1	TSS	Drag. 37	parede	marmoreada	--	40	C.V.	M. Faro
Nero-Vespasiano. Composição impossível de determinar. Conservou-se medalhão duplo simples que inclui um leão voltado à esquerda, além de um caule sinuoso. Elementos decorativos idênticos (medalhão e leão) encontram-se na obra de C. Valerius Albanus, oleiro de La Graufesenque que terá produzido entre 80 e 100 (Mees, 1995, est. 3, nº 2, 3 e 6, p. 67-68).														
11	156	M. Faro	70627	s 2	31	1	TSS	Drag. 29	bordo/ parede		140	41	C.V.	M. Faro
Flávio e posterior. Decoração impossível de reconstituir. No registo superior encontra-se a figura de uma lebre, voltada à direita, seguida de uma série cinco linhas onduladas verticais. Do registo inferior, que se encontra sob a linha de pérolas e moldura simples, nada se conservou. Uma composição idêntica e com motivos decorativos semelhantes encontra-se numa peça Drag. 29 recuperada no naufrágio Culip IV, com marca do oleiro Virthus (Nieto e Puig, 2001, nº 153, p. 228). Este oleiro de La Graufesenque teve actividade entre 75 e 85. O exemplar algarvio apresenta engobe pouco brilhante e a estalar. Guilhoche fino.														
11	157	M. Faro	70638	s 2	48	1	TSS	Drag. 29	parede		--	22	T.D.	M. Faro
Flávio e posterior. Decoração impossível de reconstituir. Apenas se conservou parte do registo superior com imbricações. As mesmas observações realizadas para o fragmento nº 70642 são pertinentes neste caso.														
11	158	M. Faro	70642	s 2	64	1	TSS	Drag. 37	parede	2 frags. mesma peça que 70455	--	20	C.V.	M. Faro
Flávio e posterior. Composição impossível de determinar. Linha de óvulos duplos com lingueta tripla ligeiramente voltada à direita. Linha ondulada seguida por composição metopada formada por um painel que inclui um medalhão simples com duas aves, com roseta no canto. O outro painel foi preenchido com imbricações. As imbricações são idênticas ao tipo Eg 29 a de Culip IV, presente em diversos exemplares, de que destacamos uma peça da forma Drag. 29 (Nieto e Puig, 2001, nº 261, p. 289). Outra composição com alguma semelhança encontra-se na obra do oleiro Passienus (Mees, 1995, est. 156, nº 3).														
11	159	M. Faro	70643	s 2	64	1	TSS	Drag. 37	parede	possível Drag. 29	--	20	C.V.	M. Faro
Flávios e posterior. Decoração impossível de reconstituir. Trata-se do limite inferior de uma composição metopada com os limites dos painéis formados por linhas onduladas. O motivo incluído no painel inferior consiste num canídeo de que apenas se conservaram os membros e cauda. À esquerda, observa-se uma coluna e outros motivos impossíveis de precisar dada a dimensão do fragmento. Entre os materiais provenientes da chamada "caixa de Pompeia" encontra-se um motivo de canídeo idêntico ao do exemplar algarvio (tipo T2.5), embora integrado numa composição diferente, com marca do oleiro Mommo (Dzwiza, 2004, est. 2 e 10). Este oleiro possui actividade atestada entre 70 e 90.														
12	160	M. Faro	70635	s 2	48	1	TSS	Drag. 37	parede		--	30	C.V.	M. Faro
Flávios e posterior. Decoração impossível de reconstituir. Filete simples que constitui o limite inferior da decoração seguido de linha de festões que inclui aves e alterna com elementos vegetais verticais de extremidade trifoliada. O festão simples é enquadrado por outros dois com folhagens. Os motivos dos festões simples que incluem aves encontra-se na obra de Mercator (Mees, 1995, est. 130, nº 1 e est. 137, nº 13). Este oleiro teve actividade em La Graufesenque entre 80-100. Encontra-se também semelhança com a decoração da Drag. 29 onde se observam festões simples, duplos, com aves muito idênticas às da peça algarvia. Trata-se, neste caso da obra do oleiro Lupus (Mees, 1995, est. 100, nº 1)														
12	161	Oceanó	553	A1	6		TSS	Drag. 37	parede		--	42	C.V.	M. Faro
Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos duplos com lingueta com extremidade em anel. Composição com alternância de medalhões simples e cruces de Sto André, terminando os caules sinuosos em folhas cordiformes.														
12	162	Oceanó	2001.67.10	s/eti-queta			TSS	Drag. 29	parede		--	30	C.V.	MNA-Lisboa
Decoração impossível de reconstituir. Linha de pérolas que constitui o limite do registo inferior e composição com alternância de medalhões simples e cruces de Sto André, terminando os caules sinuosos em folhas cordiformes.														
12	163	Oceanó	2001.67.11	s/eti-queta			TSS	Drag. 37	parede		--	20	C.V.	MNA-Lisboa
Decoração impossível de reconstituir. Possível esquema de cruces de Sto André.														
12	164	Oceanó	2001.72.50	Oceanó	6		TSS	Drag. 37	parede		--	41	C.V.	MNA-Lisboa
Decoração impossível de reconstituir. Esquema de cruces de Sto André.														
12	165	Oceanó	172	Oceanó	4		TSS	Drag. 37	parede		--	80	C.V.	M. Faro
Flávio. Decoração impossível de reconstituir. Composição com arcaria formada por grinaldas, com colunas, incluindo-se no seu interior um sátiro. Uma composição idêntica foi utilizada pelo oleiro Biragillus (Mees, 1995, est. 11, fig. 1). Trata-se de uma produção tardia de La Graufesenque, situada entre 80-120 d.C. Um motivo idêntico encontra-se num fragmento de Poitiers (Thilhard, 2004, est. 165, nº 441, p. 433). Decoração muito empastelada e pouco nítida. Pasta com inúmeras inclusões de partículas brancas.														
12	166	M. Faro	70441	s 2	64	1	TSS	Drag. 37	parede/fundo		--	20	C.V.	M. Faro
Flávios e posterior. Decoração impossível de reconstituir de que apenas se conservou a parte inferior. Trata-se de uma palissada de folhas lanceoladas verticais, idêntica à da peça A8 da chamada caixa de Pompeia, peça do oleiro Mommo (Dzwiza, 2004, est. 8), embora neste caso ocorra a meio da composição.														
12	167	Oceanó	2001.76.5	B4	3		TSS	Indet.	parede		--	22	C.V.	MNA-Lisboa
Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos com linguetas de extremidade em tridente. Tem palissada de estrigilos que é idêntica à de algumas peças de Poitiers que se encontram datadas do período de Nero-Vespasiano (Thilhard, 2004, nº 299 e 300, Est. 154, p. 425).														



Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. Total	Desenho	Depósito
12	168	M. Faro	64743	s 1	74		TSS	Drag. 37	parede		--	38	T.D.	M. Faro
										Decoração impossível de reconstituir. Apenas se conservou o limite inferior formado por uma linha de folhagens estilizadas.				
13	169	M. Faro	64130	s 1	37	1	TSS	Drag. 37	parede		--	44	C.V.	M. Faro
										Flávios e posterior (Mercator). Decoração impossível de reconstituir. Composição de que apenas se conservou o limite inferior e grinalda de elementos vegetais trifoliados. Sobre esta grinalda desenvolvem-se caules sinuosos possivelmente parte de um esquema de uma grinalda ondulada. A grinalda do limite inferior da decoração possui paralelo num exemplar presente no naufrágio Culip IV (Nieto e Puig, 2001, nº 401, p. 352). Outra grinalda idêntica encontra-se na obra de Mercator que produziu nas duas últimas décadas do séc. I (Mees, 1995, est. )128, nº1 e 2.				
13	170	M. Faro	70601	s 2	14	1	TSS	Drag. 29	parede		--	33	C.V.	M. Faro
										Cronologia pouco precisa: 40-60 (Masclus); 50-75 (Murranus). Decoração impossível de determinar. Conservou-se o que deve corresponder ao registo superior de uma composição formada por uma grinalda ondulada. Uma fórmula idêntica encontra-se na peça apresentada por Mees, produção do oleiro Masclus cuja actividade teve lugar em La Graufesenque entre 40 e 60 (Mees, 1995, est. 114, nº 2, p. pág. 84). Outra grinalda ondulada do mesmo tipo foi igualmente produzida por Murranus, cuja laboração aponta para uma cronologia entre 50 e 75 (Mees, 1995, est.150, nº 1 e nº 8; est. 151, n.º 1).				
13	171	M. Faro	64802	s 1	101	1	TSS	Drag. 37	parede		--	44	T.D.	M. Faro
										Cronologia difícil de precisar. Decoração impossível de determinar. Linha de óvulos com lingueta muito empastelada. Grinalda ondulada, para a qual que não foi possível encontrar paralelos concretos.				
13	172	M. Faro	70674	s 2	79	1	TSS	Drag. 37	parede		--	36	C.V.	M. Faro
										Flávio e posterior. Decoração difícil de determinar. Possível composição metopada com painel ou registo inferior formado por linha ondulada seguindo-se flor "mystica", sendo visível, na parte superior parte da figura de um leão. Composições com flores idênticas encontram-se em diversos exemplares encontrados no naufrágio Culip IV (Nieto e Puig, 2001, por exemplo, o nº 427, p. 366).				
13	173	Ocea-no	2001.76.9	B4	3		TSS	Drag. 29	bordo	Não se conservou a parte decorada.	160	28	C.V.	MNA-Lisboa
13	174	M. Faro	64756	s 1	80	1	TSS	Knorr 78	parede	motivos vegetais	--	28	T.D.	M. Faro
										Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos simples com lingueta de extremidade tripla. Segue-se linha ondulada horizontal e novas linhas onduladas verticais que enquadram elementos vegetais trifoliados. Cronologia dos Flávios (70-90) pela forma. Decoração muito pouco nítida.				
13	175	M. Faro	64792	s 1	88	1	TSS	Drag. 37	parede	reaproveitado como marca de jogo	--	32	T.D.	M. Faro
										Cronologia difícil de precisar. Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos com lingueta de extremidade tripla ou roseta de quatro pétalas (?). Linha ondulada e decoração de que apenas se conservou uma folha idêntica à do fragmento marmoreado nº 153, não sendo possível determinar se se encontrava integrada numa composição igualmente formada por grinalda ondulada. Motivos empastelados e tremidos.				
13	176	Ocea-no		B2	2		TSS	Drag. 37	parede		--	24	C.V.	M. Faro
										Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos muito empastelados seguida de losangos formados por linhas onduladas.				
13	177	Ocea-no	2001.73.4				TSS	Drag. 30	parede	zona do Neptuno. Em cima do mosaico	--	30	C.V.	MNA-Lisboa
										Decoração de linha de óvulos.				
13	178	M. Faro	64852	s 1	70	1	TSS	Indet.	parede		--	40	T.D.	M. Faro
										Decoração difícil de reconstituir. Linha de óvulos duplos com lingueta com extremidade em tridente e linha de rosetas enquadradas por duas linhas onduladas. A linha de óvulos pertence a uma variante muito próxima do tipo SD associada ao oleiro Pontius cuja actividade se centra entre 80 e 100 (Dannell, Dickinson e Vernhet, 1998).				
13	179	M. Faro	70415	s 2	42	1	TSS	Drag. 37	parede		--	16	C.V.	M. Faro
										Flávio e posterior. Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos duplos com lingueta de extremidade tripla idêntica ao tipo SD atribuídos a Pontus e Severus (Dannell, Dickinson e Vernhet, 1998).				
13	180	Ocea-no	486	B2	2		TSS	Drag. 37	parede		--	22	C.V.	M. Faro
										Linha de óvulos de extremidade tripla. Motivo vegetal de composição que não é possível precisar.				
13	181	Ocea-no	167	Ocea-no	3		TSS	Indet.	fundo	marca OF.CANT	--	--	C.V.	M. Faro
										Marca OF.CANT do oleiro Cantus que produziu em La Graufesenque no período compreendido entre o reinado de Cláudio e Nero.				
13	182	M. Faro	70630	s 2	37	1	TSS	Indet.	fundo	marca Celadus	--	--	C.V.	M. Faro
										Marca CE(I?). Marca do oleiro Celadus de La Graufesenque, cuja produção se encontra atestada para o período de Nero.				
13	183	M. Faro	70868	s 2	42	1	TSSmarm	Indet.	fundo	marca lucundus	--	--	T.D.	M. Faro
										IVND (?). Marca do oleiro lucundus que produziu em La Graufesenque no período de Nero-Flávio.				
14	185	Ocea-no	2001.72.18	Ocea-no	6		TSH Peñafior	Martínez Ic	bordo		150	24	C.V.	MNA-Lisboa

Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. Total	Desenho	Depósito
14	186	M. Faro	70500	s 2	70	2	TSH Peñaflo	Martínez IIb	bordo	cola com 70485 – prato	160	15	C.V.	M. Faro
14	187	M. Faro	70523	s 2	79	1	TSH Peñaflo	Martínez Ib	bordo		90	29	C.V.	M. Faro
14	188	M. Faro	70462	s 2	64	1	TSH Peñaflo	Martínez II	parede		- -	36	T.D.	M. Faro
14	189	M. Faro	69865	s 2	014 A	1	TSH Peñaflo	Indet.	bordo		170	24	C.V.	M. Faro
14	190	Ocea-no	2001.67.14	s/eti-queta			TSH Peñaflo	Martínez Ie	bordo				C.V.	MNA-Lisboa
14	191	M. Faro	63741	s 1	80	1	TSH Peñaflo	Forma 1	bordo	de Amores e Keay, 1999	220	15	C.V.	M. Faro
14	192	M. Faro	70464	s 2	64	1	TSH Peñaflo	Forma 10	bordo	de Amores e Keay, 1999	170	18	C.V.	M. Faro
14	193	M. Faro	70510	s 2	79	1	TSH Peñaflo	Martínez IIIa	bordo		300	32	C.V.	M. Faro
14	194	M. Faro	70431	s 2	57	1	TSH Peñaflo	Martínez III	bordo		Indet.	22	A.M.	M. Faro
14	195	M. Faro	63811	s 1	101	1	TSH Peñaflo	Martínez III	bordo		220	23	A.M.	M. Faro
14	196	Ocea-no	2001.72.16	Ocea-no	6		TSH Peñaflo	Martínez III	bordo		170	24	C.V.	MNA-Lisboa
14	197	M. Faro	70323	s 2	75	1	TSH Peñaflo	Martínez III	bordo		200	23	A.M.	M. Faro
14	198	M. Faro	70409	s 2	30	1	TSH Peñaflo	Martínez III	bordo		170	25	T.D.	M. Faro
14	199	Ocea-no	2001.76.12	B4	3		TSH Peñaflo	Indet.					C.V.	MNA-Lisboa
14	200	Ocea-no	2002.119.3	Bq B1S – B2N	3		TSH Peñaflo	Martínez IIIb	bordo	com engobe vermelho escuro no interior parte ext.			C.V.	MNA-Lisboa
14	201	M. Faro	70482	s 2	70	1	TSH Peñaflo	Forma 7(?)	bordo	de Amores e Keay, 1999. 21 frag	180	53	C.V.	M. Faro
14	202	Ocea-no	2001.67.9	s/eti-queta			TSH Peñaflo	Drag. 37	bordo	guilhoché no exterior	180	21	C.V.	MNA-Lisboa
Poderá corresponder também a uma forma Drag. 37 com decoração burilada, originária de Andújar. No entanto as características do seu fabrico (pasta e engobe) colocam-na próxima das produções de Peñaflo.														
14	203	M. Faro	71046	s 2	112	1	TSH Peñaflo	Taça	fundo		50	30	T.D.	M. Faro
14	204	M. Faro	70812	s 2	64	1	TSH Peñaflo	Taça	fundo		38	25	T.D.	M. Faro
14	205	M. Faro	64915	s 1	138	1	TSH Peñaflo	Taça	fundo		46	24	T.D.	M. Faro
14	206	M. Faro	63706	s 1	80	2	TSH Peñaflo	Indet.	fundo		44	17	A.M.	M. Faro
14	207	Ocea-no	219	B4	3		TSH Peñaflo	Martínez I	parede/fundo/pé				C.V.	M. Faro
14	208	M. Faro	70478	s 2	70	1	TSH Peñaflo	Indet.	fundo		50	19	T.D.	M. Faro
15	209	Ocea-no	2001.72.10	Ocea-no	6		TSH Peñaflo	Drag. 15/17?	fundo	queimado	63	18	C.V.	MNA-Lisboa
15	210	Ocea-no	2001.72.9	Ocea-no	6		TSH Peñaflo	Drag. 15/17?	fundo		60	18	C.V.	MNA-Lisboa
15	211	Ocea-no	794	Ocea-no			TSH	Drag. 18	bordo/parede	material sobre a zona do medalhão	210	18	C.V.	M. Faro
15	212	M. Faro	70443	s 2	64	1	TSH	Drag. 18	bordo/parede		200	25	C.V.	M. Faro
15	213	Ocea-no	2001.69.7	Ocea-no			TSH	Drag. 18	bordo	terras mexidas sobre o mosaico	240	18	C.V.	MNA-Lisboa
15	214	Ocea-no	104	B1	3		TSH	Drag. 15/17?	bordo/parede		210	18	C.V.	M. Faro
15	215	Ocea-no	2001.67.17	s/eti-queta			TSH	Drag. 27	bordo		160	27	C.V.	MNA-Lisboa
15	216	Ocea-no	2001.67.70	s/eti-queta			TSH	Hisp. 2	bordo		100	21	C.V.	MNA-Lisboa
15	217	Ocea-no	636	Ocea-no			TSH An	Drag. 27	meia cana	zona do medalhão do Ocea-no de dentro da parede	75	27	C.V.	M. Faro
15	218	M. Faro	64868	s 1	82	1	TSH	Drag. 37	bordo		230	37	C.V.	M. Faro

Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. Total	Desenho	Depósito
15	219	Oceano	2001.67.12	s/etiqueta			TSH	Drag. 37			250	70	C.V.	MNA-Lisboa
										Decoração impossível de reconstituir. Esquema de métopas formadas por linhas verticais onduladas, seguidas de rosetas. Trata-se muito possivelmente de uma peça oriunda das oficinas de Andújar.				
15	220	Oceano	786	Oceano			TSH	Indet.		material sobre a zona do medalhão	--	48	C.V.	M. Faro
										Decoração impossível de reconstituir formada por duas linhas de círculos separadas por sulcos ou caneluras.				
15	221	Oceano	57	A2	1		TSH An	Indet.			--	57	C.V.	M. Faro
										Decoração impossível de reconstituir. Conservou-se o limite inferior de uma decoração formada por círculos com uma roseta no interior.				
15	222	Oceano	2001.74.11	C3	1		TSH An	Indet.	parede		--	39	C.V.	MNA-Lisboa
										Decoração impossível de reconstituir. Motivos vegetais (?).				
15	223	Oceano	2001.66.8	B4	2		TSH	Indet.			--	45	C.V.	MNA-Lisboa
										Decoração impossível de reconstituir. Conservaram-se parte de duas linhas de círculos concêntricos. Na linha inferior além dos círculos observase uma linha de “chevrons” vertical.				
15	224	M. Faro	70533	s 2	80	2	TSH	Indet./taça	fundo	VARA ou VAPA	35	14	C.V.	M. Faro
										Marca de oleiro: VARA ou VAPA (Valerius Paternus).				
16	225	M. Faro	69976	s 2	30	1	TSCIA	Hayes 3	bordo		190	11	C.V.	M. Faro
16	226	M. Faro	69866	s 2	014 A	1	TSCIA	Hayes 3	bordo		140	6	T.D.	M. Faro
16	227	M. Faro	70325	s 2	75	1	TSCIA	Hayes 3	bordo		190	11	C.V.	M. Faro
16	228	Oceano	1	Bq A2E/B2O			TSCIA	Hayes 8A	bordo/parede	c.acima/contígua ao pav. da parede c/estruque			C.V.	M. Faro
16	229	Oceano	2001.66.13	B4	2		TSCIA	Hayes 8A	bordo				C.V.	MNA-Lisboa
16	230	M. Faro	64694	s 1	88	1	TSCIA	Hayes 9A	bordo		200	22	C.V.	M. Faro
16	231	M. Faro	69374	s 2	71	1	TSCIA	Hayes 9	bordo	s/ guilhoché	150	27	T.D.	M. Faro
16	232	M. Faro	70299	s 2	70	1	TSCIA	Hayes 14/17	bordo		240	35	C.V.	M. Faro
16	233	M. Faro	70183	s 2	64	1	TSCIA	Hayes 14/17	bordo		120	33	C.V.	M. Faro
16	234	M. Faro	70102	s 2	59	1	TSCIA	Hayes 14/17	bordo		240	18	T.D.	M. Faro
16	235	M. Faro	70321	s 2	71	1	TSCIA	Hayes 14/17	bordo		180	28	T.D.	M. Faro
16	236	M. Faro	70375	s 1	80	1	TSCIA	Hayes 14/17	bordo		240	20	T.D.	M. Faro
16	237	M. Faro	69948	s 2	28	1	TSCIA	Hayes 14/17	bordo		180	20	T.D.	M. Faro
16	238	M. Faro	69935	s 2	27	1	TSCIA	Hayes 14/17	bordo		180	27	T.D.	M. Faro
16	239	M. Faro	64596	s 1	53	1	TSCIA	Hayes 14/17	bordo		Indet.	22	T.D.	M. Faro
16	240	M. Faro	69913	s 2	21	1	TSCIA	Hayes 27	bordo		240	15	C.V.	M. Faro
16	241	M. Faro	64615	s 1	79	1	TSCIA/D	Hayes 33	bordo		340	17	T.D.	M. Faro
16	242	Oceano	2001.74.3	C3	1		TSCIA	Hayes 4A ou 5A	fundo	com dec. de guilhoché no fundo interno	69	21	C.V.	MNA-Lisboa
17	243	M. Faro	70044	s 2	45	1	TSCIC	Hayes 45	bordo	com guilhoché	260	9	C.V.	M. Faro
17	244	M. Faro	64599	s 1	66	1	TSCIC	Hayes 45	bordo	com guilhoché	Indet.	9	T.D.	M. Faro
17	245	M. Faro	64666	s 1	82	1	TSCIC	Hayes 44	bordo/parede		340	26	A.M.	M. Faro
17	246	M. Faro	70116	s 2	64	1	TSCID	Hayes 45	fundo	com guilhoché; mesma peça que 70138 e 70348	160	13	T.D.	M. Faro
17	247	M. Faro	70045	s 2	48	1	TSCIC	Hayes 46	bordo/parede	com guilhoché	300	13	C.V.	M. Faro
17	248	M. Faro	70201	s 2	64	1	TSCIC	Hayes 50	bordo/parede		Indet.	34	A.M.	M. Faro

Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. Total	Desenho	Depósito
17	249	M. Faro	70013	s 2	42	1	TSCIC	Hayes 50	bordo		Indet.	12?	A.M.	M. Faro
17	250	M. Faro	70119	s 2	64	1	TSCIC	Hayes 50	bordo/parede		240	32	C.V.	M. Faro
17	251	M. Faro	64631	s 1	80	1	TSCIC	Hayes 50	bordo/parede		Indet.	22	A.M.	M. Faro
17	252	Ocea-no	2001.74.24	C3	1		TSCIC	Hayes 50?	bordo		360	36	C.V.	MNA-Lisboa
17	253	M. Faro	70390	s 2	96	2	TSCIC	Hayes 50	bordo/parede		Indet.	35	A.M.	M. Faro
17	254	M. Faro	69959	s 2	30	1	TSCIC	Hayes 52	bordo		280	6	T.D.	M. Faro
17	255	M. Faro	70159	s 2	64	1	TSCIC	Tampa	bordo		280	15	T.D.	M. Faro
17	256	M. Faro	70327	s 2	78	1	TSCIC	Hayes 58	bordo/parede		300	20	T.D.	M. Faro
18	257	M. Faro	70122	s 2	64	1	TSCIC	Hayes 58	bordo/parede		250	19	T.D.	M. Faro
18	258	M. Faro	64550	s 1	30	1	TSCIC	Hayes 61A	bordo		Indet.	29	T.D.	M. Faro
18	259	M. Faro	63517	s 1	corde E-S	1	TSCIC	Hayes 61A	bordo		260	23	T.D.	M. Faro
18	260	M. Faro	70089	s 2	48	1	TSCIC	Hayes 67	bordo		Indet.	16	A.M.	M. Faro
18	261	M. Faro	70082	s 2	48	1	TSCIC	Hayes 53 ou Salomonson A	aba	aplicada			C.V.	M. Faro
Decoração aplicada com motivo de “cantharus”														
18	262	Ocea-no	2001.73.2	Ocea-no			TSCID	Hayes 58	bordo	cima do mosaico – zona do Neptuno			C.V.	MNA-Lisboa
18	263	M. Faro	69863	s 2	014 A	1	TSCID	Hayes 58	bordo/parede		470	46	T.D.	M. Faro
18	264	M. Faro	70259	s 2	64	1	TSCID	Hayes 58	bordo/parede		410		T.D.	M. Faro
18	265	Ocea-no	228	C3	2		TSCID	Hayes 58	bordo/parede				C.V.	M. Faro
18	266	M. Faro	70271	s 2	68	1	TSCID	Hayes 58	bordo/parede		380	31	C.V.	M. Faro
18	267	M. Faro	94717	s 1	105	1	TSCID	Hayes 59	bordo/parede		Indet.	21	C.V.	M. Faro
18	268	M. Faro	70050	s 2	48	1	TSCID	Hayes 59	bordo/parede		Indet.	19	C.V.	M. Faro
18	269	M. Faro	70387	s 2	81	1	TSCID	Hayes 60	bordo		300	30	C.V.	M. Faro
19	270	Ocea-no	2001.74.6	C3	1		TSCID	Hayes 61B	bordo				C.V.	MNA-Lisboa
19	271	Ocea-no	2001.69.1	Ocea-no			TSCID	Hayes 61A	bordo	terras mexidas sobre o mosaico			C.V.	MNA-Lisboa
19	272	M. Faro	64618	s 1	80	1	TSCID	Hayes 61A	bordo/parede		340	23	T.D.	M. Faro
19	273	M. Faro	70339	s 2	79	1	TSCID	Hayes 61A	bordo/parede	mais 70329 e 79338	330	32	C.V.	M. Faro
19	274	M. Faro	64679	s 1	82	1	TSCID	Hayes 61A	bordo/parede		300	35	T.D.	M. Faro
19	275	M. Faro	70316	s 2	71	1	TSCID	Hayes 61A	bordo/parede		250	33	T.D.	M. Faro
19	276	M. Faro	70140	s 2	64	1	TSCID	Hayes 61A	bordo/parede		Indet.	26	T.D.	M. Faro
19	277	M. Faro	64620	s 1	80	1	TSCID	Hayes 61A	bordo/parede		200	24	T.D.	M. Faro
19	278	M. Faro	70196	s 2	64	1	TSCID	Hayes 63	bordo/parede		280	29	A.M.	M. Faro
19	279	M. Faro	70380	s 2	80	2	TSCID	Hayes 63	bordo		Indet.	25	A.M.	M. Faro
20	280	M. Faro	70280	s 2	70	1	TSCID	Hayes 67	bordo		380	29	C.V.	M. Faro
20	281	M. Faro	70191	s 2	64	1	TSCID	Hayes 67	bojo/ab		320	15		M. Faro
20	282	M. Faro	94705	s 1	101	1	TSCID	Hayes 67	bordo		320	13	A.M.	M. Faro

Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. Total	Desenho	Depósito
20	283	Oceano	2001.69.2	Oceano			TSCID	Hayes 67	bordo	terras mexidas sobre o mosaico			C.V.	MNA-Lisboa
20	284	M. Faro	70054	s 2	48	1	TSCID	Hayes 67	bordo		280	19	A.M.	M. Faro
20	285	M. Faro	70085	s 2	48	1	TSCID	Hayes 67	bordo		240	14	A.M.	M. Faro
20	286	M. Faro	69971	s 2	30	1	TSCID	Hayes 67	bordo		140	12	A.M.	M. Faro
20	287	M. Faro	70126	s 2	64	1	TSCID	Hayes 76	bordo/parede		160	31	C.V.	M. Faro
20	288	M. Faro	70067	s 2	48	1	TSCID	Hayes 67	bordo/parede		160	90	C.V.	M. Faro
20	289	M. Faro	43894	s 2	70	1	TSCID	Hayes 76	bordo		170	13	A.M.	M. Faro
20	290	M. Faro	70238	s 2	64	1	TSCID	Hayes 76	bordo		170	12	A.M.	M. Faro
20	291	M. Faro	64624	s 1	80	1	TSCID	Hayes 67	bordo		Indet.	14	A.M.	M. Faro
20	292	M. Faro	69933	s 2	27	1	TSCID	Hayes 80B	bordo		200	34	C.V.	M. Faro
20	293	M. Faro	70136	s 2	64	1	TSCID	Hayes 80B	bordo		200	22	C.V.	M. Faro
20	294	M. Faro	69921	s 2	21	1	TSCID	Hayes 80B	bordo		Indet.	27	T.D.	M. Faro
20	295	M. Faro	70217	s 2	64	1	TSCID	Hayes 80B	bordo		Indet.	31	T.D.	M. Faro
21	296	M. Faro	70189	s 2	64	1	TSCID	Hayes 91A	aba	variante antiga – grande aba	320	22	T.D.	M. Faro
21	297	Oceano	2001.74.10	C3	1		TSCID	Hayes 91C	bordo		360	39	C.V.	MNA-Lisboa
21	298	M. Faro	64664	s 1	82	1	TSCID	Hayes 91A	bordo/aba		230	28	C.V.	M. Faro
21	299	M. Faro	69957	s 2	29	1	TSCID	Hayes 91C	aba		185	15	T.D.	M. Faro
21	300	M. Faro	69384	s 2		1	TSCID	Hayes 91A	bojo	perfil w	210	30	T.D.	M. Faro
21	301	M. Faro	70019	s 2	42	1	TSCID	Hayes 91A	bojo/aba		195	15	T.D.	M. Faro
21	302	M. Faro	69871	s 2	014 A	1	TSCID	Hayes 103A	bordo		330	29	C.V.	M. Faro
21	303	M. Faro	69925	s 2	21	1	TSCID	Hayes 103	bordo		Indet.	24	C.V.	M. Faro
21	304	M. Faro	69858	s 1	12	1	TSCID	Hayes 104	bordo		380	35	T.D.	M. Faro
21	305	M. Faro	64626	s 1	80	1	TSCID	Indet.	fundo		190	24	A.M.	M. Faro
Decoração de faixas polidas no fundo interno.														
21	306	M. Faro	70022	s 2	42	1	TSCID	Hayes 56	bordo		Indet.	27	T.D.	M. Faro
22	307	M. Faro	70337	s 2	79	1	TSCID	Indet.	fundo		--	--	C.V.	M. Faro
Decoração de rosetas enquadradas por sulcos concêntricos no fundo interno de peça de forma indeterminada. As rosetas pertencem ao tipo 44B de Hayes, datadas sobretudo do segundo-terceiro quartel do séc. IV (1972, Fig. 41, p. 239).														
22	308	M. Faro	70226	s 2	64	1	TSCID	Indet.	fundo		--	--	T.D.	M. Faro
Fragmento reduzido em que se conservou parte da decoração formada por uma linha de rosetas que alternam com palmetas. As rosetas são idênticas às do frag. 70337, do tipo 44B de Hayes, datadas sobretudo do segundo-terceiro quartel do séc. IV (1972, Fig. 41, p. 239). As palmetas são próximas do tipo 1 a e b de Hayes, de cronologia idêntica (1972, fig. 38, p. 229).														
22	309	M. Faro	70154	s 2	64	1	TSCID	Indet.	fundo		--	--	C.V.	M. Faro
Fragmento reduzido que corresponde à área central do fundo interno de uma forma indeterminada, observando-se palmetas que se dispõem de forma radial. As palmetas aproximam-se do tipo 4i de Hayes, datadas desde cerca de meados do séc. IV até aos inícios do séc. V (1972, Fig. 38, p. 229).														
22	310	M. Faro	64656	s 1	80	1	TSCID	Indet.	fundo		--	--	C.V.	M. Faro
Palmetas idênticas ao nº 309														



Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. Total	Desenho	Depósito
22	311	M. Faro	64646	s 1	80	1	TSCID	Indet.	fundo		--	--		M. Faro
										Fragmento reduzido que pertence à parte central do fundo interno de forma indeterminada onde se observa decoração com palmetas e círculos concêntricos, em alternância. As palmetas são idênticas às do exemplar 309, próximas do tipo 4i de Hayes, datadas desde cerca de meados do séc. IV até aos inícios do séc. V (1972, Fig. 38, p. 229), sendo os círculos próximos do tipo 26f de Hayes, o que não altera a sua cronologia geral (1972, Fig. 40, p. 235).				
22	312	M. Faro	69958	s 2	30	1	TSCID	Indet.	fundo		--	--		M. Faro
										Decoração formada por círculos concêntricos com o círculo exterior segmentado. Estes círculos aproximam-se do tipo 32o de Hayes, datado dos finais do séc. IV a meados do séc. V (1972, Fig. 40, p. 236).				
22	313	M. Faro	64655	s 1	80	1	TSCID	Indet.	fundo		--	--	C.V.	M. Faro
										Decoração estampada no fundo interno de forma indeterminada. Motivo da grelha "grille-pattern" com pequenos pontos pertencente ao estilo A(ii) (Hayes, 1972, fig. 72, nº 71 h, p. 241), datável do final do séc. IV/início do séc. V.				
22	314	M. Faro	70055	s 2	48	1	TSCID	Indet.	fundo	cola com 70046	--	--	C.V.	M. Faro
										Decoração da área central do fundo interno de uma forma indeterminada formada por chevrons dispostos de forma radial, alternando com crescentes. Os chevrons pertencem ao tipo 75p de Hayes, estando datados da primeira metade do séc. V (1972, fig. 42, p. 243) e os crescentes integram-se no tipo 73 dos finais do séc. IV-meados do séc. V ou posterior.				
22	315	M. Faro	70141	s 2	64	1	TSCID	Indet.	fundo		--	--	C.V.	M. Faro
										Fragmento de parte do fundo interno de uma forma indeterminada. Observam-se crescentes enquadrados por sulcos concêntricos. Os crescentes são próximos do tipo 73k de Hayes datado do final do séc. IV a meados do séc. V ou posterior (Hayes, 1972, Fig. 42, nº 73K, p. 243).				
22	316	M. Faro	63360	s 1	51	1	TSCID	Indet.	fundo/bojo		--	--	C.V.	M. Faro
										Decoração estampada de um carneiro de que apenas se conservaram os membros inferiores e que tem paralelo no tipo 172p de Hayes (1972, fig. 48, p. 256).				
22	317	M. Faro	69861	s 2	14	1	TSCID	Indet.	fundo/bojo		--	--	C.V.	M. Faro
										Observa-se a cabeça de um personagem, que Hayes indica como feminino, visto de perfil voltado para a esquerda, com cabelo preso atrás das orelhas, ostentando um colar ("jewelled necklace"), ao pescoço. Na obra de Hayes, não existe, no entanto, nenhum paralelo exacto, aproximando-se do tipo 249 e 262, ambos pertencentes ao Estilo E (ii), datado do terceiro quartel do séc. VI ou posterior (1972, Fig. 52, p. 269).				
22	318	M. Faro	69927	s 2	21	1	TSCID	Indet.	fundo	cruz	--	--	C.V.	M. Faro
										Decoração estampada com o motivo da cruz, pertencente também ao estilo E de Hayes, genericamente datado de 480 a 540 (1972, Fig. 56, p. 222).				
23	319	M. Faro	70400	s 2	27	1	TSH luz	Indet.	bordo		230	23	T.D.	M. Faro
23	320	Ocean	2001.69.6	Ocean			TS luz	Lamb. 1/3	bordo	terras mexidas sobre o mosaico. Frag. com engobe negro com reflexos metálicos no exterior	210	21	C.V.	MNA-Lisboa
23	321	M. Faro	70467				TS luz	Lamb. 1/3	bordo		165	30	C.V.	M. Faro
23	322	M. Faro	70165	s 2	64	1	TS luz	Lamb. 1/3	bordo		240	22	T.D.	M. Faro
23	323	M. Faro	63676	s 2	72	1	TS luz	Lamb. 1/3	bordo	cola com 70858 e 70857	160	18	C.V.	M. Faro
										Possível Lamb. 14/26				
23	324	M. Faro	70844	s 2	48	1	TS luz	Lamb. 1/3	bordo		160	12	C.V.	M. Faro
23	325	M. Faro	70858	s 2		1	TS luz	Lamb. 1/3	fundo		75	48	C.V.	M. Faro
23	326	M. Faro	70842	s 2	42	1	TSH luz	Indet.	fundo		110	14	T.D.	M. Faro
23	327	M. Faro	70855	s 2	64	1	TS luz	Indet.	Fundo	fundo em anel	80	16	T.D.	M. Faro
23	328	M. Faro	70773	s 2	80	2	TSpaleo	Rigoir 1	bordo		Indet.	23	C.V.	M. Faro
										Com decoração estampilhada				
23	329	M. Faro	69367	s 2	65	1	TSpaleo	Rigoir 18	carena		Indet.	72	C.V.	M. Faro
										Com decoração estampilhada. Pasta e engobe acastanhados.				
23	330	M. Faro	68798	s 2	31	1	TS foc	Hayes 3D	bordo	guilhoché	240	21	T.D.	M. Faro
23	331	M. Faro	45468	s 1	113	1	TS foc	Hayes 3H	bordo		220	26	T.D.	M. Faro
23	332	M. Faro	70118	s 2	64	1	TS foc	Indet.	fundo/bojo				C.V.	M. Faro
										Decoração estampada onde figura um peixe.				

### 2.2.1.4.3. As ânforas

As ânforas de Faro constituem um total de 449 exemplares (**Tabela 18, Estampa 24 a 37**), sendo provenientes, como já se referiu, de duas áreas distintas da cidade, embora a maior parte dos exemplares (que correspondem a 423 peças) tenha origem nas sondagens do Museu Municipal, os restantes 26 são provenientes da escavação onde se recuperou o mosaico do Oceano.

A maioria dos exemplares pertence ao período Republicano, correspondendo a 62.1% do total das ânforas estudadas. Apenas 26.3 % podem ser atribuídas ao período Alto Imperial e 11.5% ao Baixo Império (**Tabela 19**). A distribuição cronológica deste material não coincide com o que se observou para as cerâmicas finas das sondagens do Museu Municipal (cerâmica campaniense e *terra sigillata*), onde parece registar-se uma tendência contrária à que se detecta para as ânforas.

Durante o período republicano, a cerâmica campaniense constitui 22.4% de peças que permitiram identificação morfológica; no período imperial registaram-se 40.1% das cerâmicas finas (soma da *terra sigillata* itálica, sudgálica e hispânica) e 37.5% das peças desta categoria cerâmica são pertencentes ao Baixo Império (*sigillata* tardia norte africana, do sul da Gália e Fócea).

### Período Republicano

Durante o período republicano, a maioria das formas anfóricas registadas em Faro integra-se em tipos de tradição punicizante ou ibero-púnica (69.9%), que se enquadra na tradição oleira pré-romana da baía gaditana, tradição essa que se prolongou durante o domínio romano. Esta percentagem poderá ser mais elevada, pois, como se verá *infra*, alguns destes tipos (Mañá-Pascual A4 e forma D de Pellicer, por exemplo), não se distinguem, do ponto de vista morfológico, dos seus congéneres pré-romanos, e a ausência de níveis conservados não permite uma clara percepção do seu verdadeiro peso em época republicana. Em Faro, as formas romanizadas encontram-se em número significativo, com exemplares sobretudo de ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1, de ânforas da Classe 67, mas também Haltern 70, estas originárias do Vale do Guadalquivir, na *Ulterior*.

### Importações itálicas

A ânfora **greco-itálica**, assim denominada por se inspirar nos modelos helenísticos, corresponde à Classe 2 de Peacock e Williams (1986, p. 84-85). Apresenta características diversificadas, que se traduzem na morfologia do bordo e nos fabricos em que foi produzida. Caracterizam a forma o seu bordo de perfil triangular, o colo cilíndrico e a carena acentuada no ombro. O corpo assume um perfil piriforme, que termina em bico fundeiro sólido.

Este modelo encontra-se atestado em diversos pontos da Península Itálica e na Sicília, embora se verifique uma concentração na área da Campânia e sul do Lácio. A cronologia da produção estende-se por um período compreendido entre o final do séc. IV e 130 a. C., altura em que foi, progressivamente, substituída pela forma Dressel 1. O desenvolvimento morfológico desta ânfora ao longo desse amplo período cronológico foi tratado por E. L. Will, autora que estabeleceu, para o efeito, uma divisão de tipos de A a E (Will, 1982, p. 338-356, est. 85). Apenas as variantes tardias são conhecidas no ocidente peninsular.

A fronteira entre o tipo greco-itálico e a Dressel 1 não é fácil de traçar. Por esse motivo, no estabelecimento dos parâmetros morfológicos da primeira foi seguido o modelo proposto por F. Gateau, que considerou diferentes aspectos da dimensão do bordo (1990).

Relativamente ao produto transportado, o conteúdo vinário não é contestado para os exemplares itálicos da Campânia e Lácio.

	Oceano 1976	Museu 01-02	Total NMI
Greco-italicas (Itálica)		2	2
Dressel 1 (Itálica)		38	38
Lamboglia 2 (Itálica)		5	5
Mañá C2a (Tripolitanas)		5	5
Castro Marim 1 (Ulterior)		99	99
T-9.1.1.1 (Ulterior)		4	4
Forma D evoluída (Ulterior)		5	5
Mañá Pascual A4 (Ulterior)		4	4
Mañá C2b (Ulterior)		78	78
Classe 67 (Ulterior)		24	24
Dressel 12 (Ulterior)		2	2
Greco-italica (Ulterior)		2	2
Dressel 1 (Ulterior)		6	6
Haltern 70 (Ulterior)		5	5
Dressel 7/11 (Bética)	3	22	25
Dressel 14 (Bética)	2	4	6
Beltrán II A (Bética)		2	2
Beltrán II B (Bética)	10	7	17
Haltern 70 (Bética)		41	41
Haltern 71 (Bética)		1	1
Dressel 20 (Bética)	9	14	23
Gauloise 4 (Gália)		1	1
Tripolitana II (N. Africana)		2	2
Almagro 50 / Keay XVI (Béticas)		8	8
Almagro 51a-b/ Keay XIX (Bética)		2	2
Almagro 51c (Bética)		1	1
Dressel 23/Keay XIII (Bética)		5	5
Keay VI (Bética)		1	1
Almagro 50 (Lusitanas)		1	1
Almagro 51a-b (Lusitanas)		1	1
Almagro 51c (Lusitanas)		16	16
Africana I /Keay III B (N. Africana)	1		1
Africana II A (Keay (N. Africana)		4	4
Africana II C (N. Africana)		3	3
Africana II D (N. Africana)	1	3	4
Keay XXV (N. Africana)		1	1
Keay XXXV (N. Africana)		4	4
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>423</b>	<b>449</b>

Tabela 18 – Faro. Tipos de ânforas identificados.

Período	NMI	% NMI
Republicano	281	62.3
Alto Imperial	118	26.2
Baixo império	52	11.5
<b>Total</b>	<b>451</b>	<b>100</b>

Tabela 19 – Faro. Distribuição das ânforas por período.

A evidência do Castelo de S. Jorge (Lisboa) reforça a ideia de uma evolução contínua e lenta na transição entre as duas formas (greco-italicas e Dressel 1), que segue o que terá sucedido nos próprios centros produtores, onde os dois modelos coexistiram cerca de duas décadas (Pimenta, 2005, p. 48).

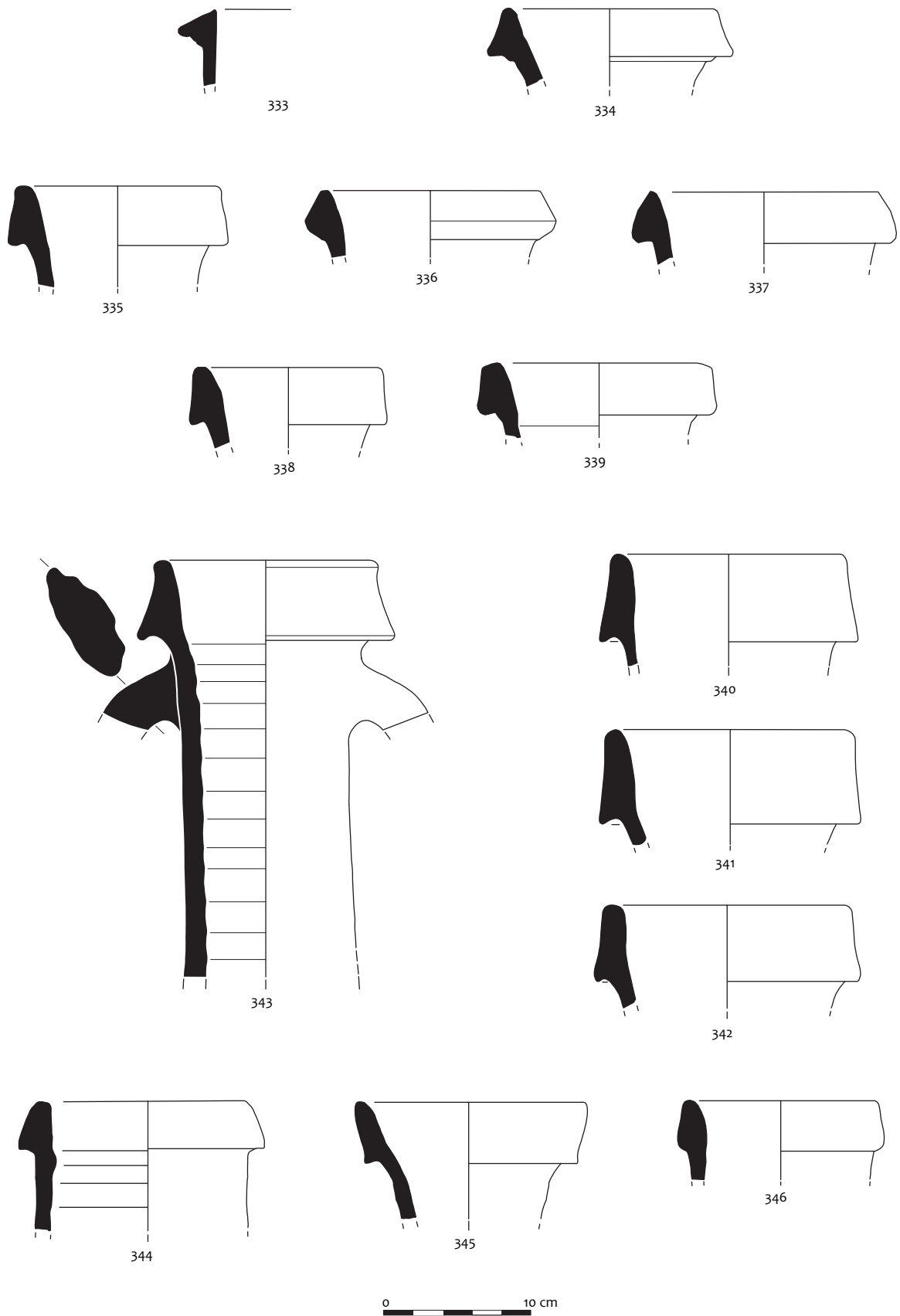
Em Faro, encontram-se apenas dois exemplares que, de acordo com os parâmetros de Gatteau, se podem enquadrar nesta forma (nº 333 e 334). Um deles é um bordo (nº 334) que apresenta um fabrico que não é o mais característico da região da Campânia e do Lácio, que designámos por Fabrico ital2, com pasta alaranjada, compacta e com abundantes inclusões de dimensões reduzidas. Entre as inclusões, observam-se pontos de calcite e nódulos de ferro castanhos escuros (um deles com 4 mm, embora habitualmente sejam de reduzida dimensão), além de abundantes areias (quartzo subrolado). Pouco se conservou do engobe na superfície externa, mas a sua presença em duas manchas na superfície interna do bordo, permitiu identificar a sua coloração bege esbranquiçada. O outro exemplar (MF 65598) também apresenta um fabrico com características peculiares. Na análise da fractura, observam-se argilas de duas colorações diferentes, uma vermelha alaranjada e outra bege esbranquiçada, que parece não terem sido suficientemente misturadas, formando uma pasta rosada de aspecto folheado. Este fabrico apresenta uma textura menos compacta, e entre as abundantes inclusões podem ver-se raras partículas negras que correspondem às areais vulcânicas características da região do Lácio e da Campânia. A superfície exterior é revestida por um engobe argiloso bege amarelado.

Este tipo anfórico não é muito frequente no nosso território, estando representado por escassos exemplares nos locais onde ocorre. No que se refere ao território algarvio, verifica-se que esta forma está presente em Monte Molião (Lagos) (Sousa e Serra, 2006, p. 15, Fig. 4) e em Castro Marim (Arruda, 1993). Além destes sítios, este modelo encontra-se igualmente no vale do Tejo, tendo sido recentemente também objecto de análise detalhada os exemplares integrados no conjunto de Santarém (Bargão, 2006, p. 37-38).

O **tipo 1** da tabela **de Dressel** corresponde às Classes 3, 4 e 5 de Peacock e Williams, caracterizando-se por ter um bordo de secção triangular, corpo cilíndrico com ombro bem marcado, asas verticais e fundo maciço (1986, p. 86-92). Dividindo-as em diferentes Classes, os investigadores ingleses assumiram, definitivamente, como relevantes as distintas características dos bordos que anteriormente tinham levado à divisão formal em Dressel 1A, B e C. Esta divisão foi estabelecida primeiro por N. Lamboglia em 1955, e reafirmada por Benoit (1957), com cronologia específica para cada classe. Assim, a Dressel 1A sucederia à ânfora greco-italica, num processo de transição, com a coexistência dos dois modelos a partir da segunda metade do séc. II a. C. até ao final dessa centúria. A evidência arqueológica não permite estabelecer uma clara sucessão das diferentes variantes que coexistem em determinados momentos (Peacock e Williams, 1986, p. 90). Por outro lado, torna-se difícil a identificação das diferentes variantes tendo em conta o estado fragmentário da maior parte dos materiais em contextos oriundos de sítios de consumo.

As características areais vulcânicas permitiram situar a área de produção da Dressel 1 na Península Itálica, em particular na região da Campânia e Etrúria. Apesar de outros conteúdos terem já sido identificados em contextos de naufrágio (Peacock e Williams, 1986, p. 90), esta é considerada a ânfora vinária itálica por excelência. Do ponto de vista cronológico, trata-se de um recipiente utilizado desde a década de 30 do séc. II a. C. até à época de Augusto.

Esta ânfora é bastante comum em Faro, onde se registam 38 exemplares, correspondendo a 8.6% do total da amostra e registando um peso ainda mais expressivo no conjunto das ânforas do período republicano, onde ascende a 16.8% (nº 335 a 346). Trata-se, na sua maioria, de exemplares que se integram nas fases mais tardias da produção, que habitualmente se designam de Dressel 1C, como se pode deduzir pela morfologia dos bordos. No entanto, encontram-se igualmente exemplares que se podem integrar no tipo Dressel 1B.



Estampa 24 – Faro. Ânforas do tipo greco-italico e Dressel 1 itálicas.



Relativamente ao fabrico, a maioria dos exemplares apresenta a pasta com as características areias vulcânicas que se atribuem à região do Lácio e Campânia (Fabrico ital1) (nº 340 a 343). Estão também presentes fabricos (fabrico ital2) (nº 338, 339 e 344 a 346) que se caracterizam por uma pasta mais compacta com abundantes inclusões, mas de menor dimensão. Estas são constituídas por reduzidos pontos de calcite e núcleos ferruginosos, por vezes de dimensão média. A superfície exterior é revestida por um engobe esbranquiçado. Este fabrico é, em tudo, idêntico ao da ânfora Greco-italica nº 334.

Esta ânfora conheceu ampla difusão em todo o Mediterrâneo ocidental e no território hoje português teve também uma distribuição relacionada com os momentos iniciais da ocupação romana.

A ânfora da forma **Lamboglia 2** ou **Dressel 6** corresponde à Classe 8 de Peacock e Williams (1986, p. 98-101). Trata-se de um recipiente de bordo e paredes bastante espessas. O bordo possui secção triangular, embora se possa observar inúmeras variantes de perfil, mais ou menos quadrangular, e o corpo é genericamente ovóide, com ombro marcado e fundo cónico (Peacock e Williams, 1986, p. 99). É frequente estas ânforas ostentarem marca no bordo. A cronologia da sua produção cobre um período compreendido entre o séc. II e os meados do séc. I a. C. (Peacock e Williams, 1986), podendo atingir o período de Augusto (Empereur e Hesnard, 1987, p. 33), sendo conhecidos diversos fornos de ânforas na Apúlia (Desy, 1989, p. 14-18). Um conteúdo oleícola é frequentemente aceite, embora o vinho esteja também atestado.

Os escassos cinco exemplares de Faro, que não atingem um ponto percentual relativamente ao total da amostra estudada, mostram um fabrico característico, idêntico ao descrito por Peacock e Williams, e que se atribui à Apúlia (no Adriático) (1986, p. 98-101) (fabrico ital3). Referimo-nos a uma argila bege amarelada, bastante compacta, com abundantes inclusões de reduzida dimensão difíceis de identificar macroscopicamente. Entre estas, o elemento mais característico são os nódulos ferruginosos de diferentes dimensões (entre 0.5 a 2 mm), com distribuição irregular (fabrico ital3). Quatro exemplares exibem este fabrico, onde, em alguns casos, ainda se podem observar finas partículas de calcite e micas (nº 347 e 348). Dois deles ostentam ainda um engobe argiloso fino bege, mais claro que a pasta, engobe esse que, nos restantes dois, não se conservou. Uma das peças (MF68351) escapa a esta descrição e apresenta um fabrico compacto e uma coloração idêntica à descrita anteriormente, com abundantes inclusões de reduzida dimensão, mas onde parecem estarem ausentes os nódulos de ferro alaranjados. Neste caso, ainda se conservam alguns vestígios do que seria o engobe de tonalidade bege amarelado.

Do ponto de vista morfológico, regista-se alguma variação nos bordos, o que constitui uma das características desta forma. Assim, em alguns exemplares o bordo é de secção quadrangular enquanto outros apresentam um perfil mais triangular.

Quando se analisa a importação de produtos itálicos em Faro, em época republicana verifica-se que 90.6% são ânforas da forma Dressel 1, originárias da costa tirrénica e apenas 9.4% são Lamb. 2, provenientes da costa adriática, fenómeno que se repete em outras regiões do território hoje português.

	NMI	NMI %
Lamb. 2	5	9.4
Dressel 1	38	90.6
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

Tabela 20 – Faro. Distribuição dos produtos itálicos transportados em ânforas.

O estudo da distribuição das ânforas Lamboglia 2 na Península Ibérica mostra uma concentração nos sítios costeiros do SE da Hispânia, com particular destaque para a cidade/porto de *Cartago Nova*, com abastecimento a partir do norte do Adriático, como o provam os materiais dos sítios do anfiteatro e El Molinete (Pérez Ballester, Pascual Berlanga, 2004, p. 27-37). No conjunto de este último, verifica-se que o peso das ânforas originárias do Adriático, que correspondem a 45.9%, é idêntico ao do tipo Dressel 1, proveniente da costa Tirrénica (com 52.1%)(Molina Vidal 1997, p. 21-24). Por outro lado, as escavações do anfiteatro revelaram percentagens bastante mais díspares, detendo a Lamboglia 2 4% e a Dressel 1 96% (Pérez Ballester, Pascual Berlanga, 2004, p. 27). Em diversos sítios numa extensão de 150 km próximo da costa, verifica-se a mais importante concentração de ânforas Lamb. 2 do Mediterrâneo Ocidental (Pérez Ballester, Pascual Berlanga, 2004, p. 28).

A este propósito, Molina Vidal refere a existência de uma rota que transportaria, de forma directa, mercadoria (vinho) do Adriático para esta cidade (Molina Vidal, 1997, p. 219-222). Nesta actividade comercial controlada pela cidade de *Cartago Nova*, além do vinho estariam também envolvidos escravos oriundos do Mediterrâneo oriental, do Egeu e, mais concretamente, do porto de Delos, e os metais obtidos nas minas perto de Cartagena.

Estas ânforas estão presentes no depósito de Mértola, datado da primeira metade do séc. I a. C., onde se encontram associadas a ânforas Dressel 1C (Fabião, 1989, p. 86-92). A sua presença está documentada igualmente em Castro Marim e no sítio das Mesas do Castelhinho (Arruda e Almeida, 1999, p. 330, fig. 11 e 12; Fabião 1998 e Fabião e Guerra 1994). A norte, no vale do Tejo, esta ânfora foi identificada na Alcáçova de Santarém (Arruda, 2002, p. 126; Bargão, 2006, p. 41-42).

Mesmo se em outros locais existe uma clara associação entre as importações tirrénicas de ânforas do tipo Dressel 1 e as Lamboglia 2 Adriáticas, como parece ter sucedido na costa do Sudeste de Espanha, o mesmo não se verifica para o território hoje português. Aqui a difusão do último tipo foi bastante reduzida, e resume-se a escassos exemplares.

### Importações do Norte de África

A ânfora designada por **Mañá C2a** corresponde a um contentor de tradição púnica produzido no Mediterrâneo central, na região que corresponde à área da *Tripolitania* (actual Líbia). Na tipologia de Ramon Torres, esta forma integra-se na série 7, distinguindo-se alguns tipos com pasta que se atribui à área de Cartago-Tunis como T-7.2.1.1., T-7.3.1.1., T-7.3.2.1., T-7.3.2.2., T-7.4.1.1., T-7.4.2.1., T-7.4.2.2. e T-7.4.3.1, que terão sido produzidos nas áreas púnicas do Sahel tunisino, na *Tripolitania*, na região Cartago-Tunis ou na Sicília (1995, p. 205-211, Fig. 74-81). A sua cronologia distribui-se entre o séc. III e II a. C., embora se registem variações consoante a morfologia específica dos bordos.

Em Faro, existem apenas cinco exemplares que se atribuem a esta forma, com fabrico claramente associado às produções Norte Africanas, o que não chega a corresponder a 1% das ânforas Republicanas (nº 349 a 354). As peças nº 350 e 354, integram-se na forma T.7.2.1.1. de Ramon Torres, ânfora que terá sido produzida sobretudo na área púnica do Sahel tunisino (1995, p. 206).

As ânforas de *Ossonoba* possuem dois fabricos distintos: três exemplares detêm pasta de cor laranja avermelhada e com as características partículas de calcite e engobe branco amarelado característico das produções da *Tripolitania*. Dois outros apresentam uma argila caracterizada por uma pasta mais compacta e sem qualquer engobe que não foi possível, neste momento atribuir a uma área produtora específica no Norte de África. Trata-se igualmente de uma argila de cor laranja vivo, com inúmeras inclusões difíceis de identificar.

## Importações da *Uterior*

A ânfora do tipo **Mañá-Pascual A4**, de tradição púnica, encontra-se entre as formas que continuaram a ser produzidas na Baía de Cádiz durante a República, propondo E. García Vargas que se designem por Cádiz A4 (1998, p. 57). O seu fabrico está atestado desde os inícios do séc. III a. C. na área gaditana, estando presente nos fornos de “Torre Alta”, na produção de meados do séc. II a. C., encontrando-se igualmente nas oficinas de “Cerro del Mar” (Almayate, Málaga), desde a segunda metade do séc. II a. C. até ao terceiro quartel do séc. I a. C. (García Vargas, 1998, p. 60).

Entre as formas punicizantes, encontram-se em Faro escassos testemunhos da forma evoluída do tipo Mañá Pascual A4 (quatro exemplares), com pastas características da área costeira da *Uterior* que podem, ou não, pertencer ao período romano (nº 381). Infelizmente, nas sondagens realizadas no Museu de Faro não existem contextos arqueológicos seguros para estes exemplares da variante mais tardia desta forma, que, no entanto, em Castro Marim ocorrem maioritariamente em níveis tardo republicanos.

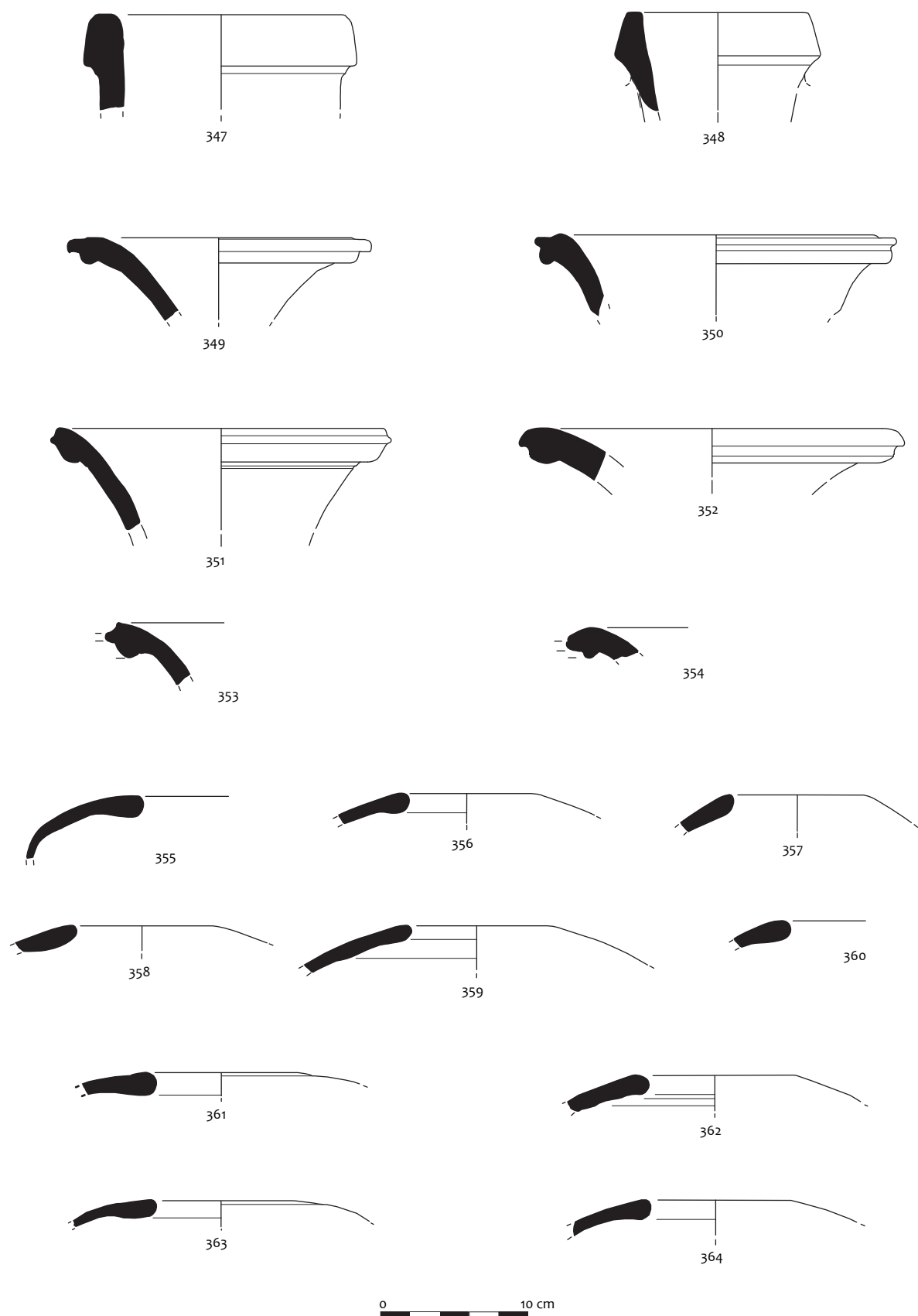
No caso da forma Mañá Pascual A4, a inexistência de características morfológicas precisas, sobretudo ao nível dos bordos, que permitam distinguir, claramente, os pertencentes ao período pré-romano (séc. III a. C.) e republicano (do séc. II a. C. até ao terceiro quartel do séc. I a. C.), torna impossível reconhecer em que período deverão ser integradas.

As ânforas pré-romanas desta forma presentes em Faro integram-se, na sua maioria, na série 12 de J. Ramon Torres (T-12.1.1.1 e 12.1.1.2), datável do séc. III a. C. (Ramon Torres, 1995).

A **forma D** tardia da tipologia de Pellicer constitui outro tipo punicizante, também designado por Cádiz C1, e que ocorre igualmente desde os finais do séc. IV até aos inícios do séc. II a. C. (García Vargas, 1998, p. 62). A sua maior concentração na área gaditana parece apontar para uma origem nesta região, aspecto que carece ainda de confirmação. Não é apenas a área de produção que se mantém ainda incerta, discutindo-se também, tal como para a Idade do Ferro, se o conteúdo deste recipiente terá sido o azeite, os preparados piscícolas ou mesmo o vinho.

Nas sondagens realizadas no Museu de Faro, encontram-se inúmeros exemplares desta forma nos níveis pré-romanos conservados (nas UE 113 e 105, por exemplo). Pelas suas características, e devido à cronologia dos materiais que as compunham, considerámos pertencerem já ao período republicano, as UEs 103 e 96, encontrando-se aí um total de cinco exemplares desta forma D de Pellicer. Sucede que estes contextos registam igualmente uma grande quantidade de material anterior, do final da Idade do Ferro, em posição residual, o que torna novamente difícil, tal como sucedeu para a forma Mañá Pascual A4, a atribuição segura destes exemplares ao período republicano (nº 380). Contrariamente ao que se verifica no Castelo de Castro Marim, onde estão claramente identificados os níveis pré-romanos e os tardo-republicanos (Arruda *et al.*, 2006), em Faro não dispomos dessa informação. Por outro lado, a inexistência de características morfológicas que permitam distinguir os bordos destas duas fases, como o material de Castro Marim também deixa transparecer, não ajuda no esclarecimento desta questão, mesmo se nas formas mais tardias as paredes são mais espessas e se encontra uma separação entre o bordo e o ombro através de uma canelura (Arruda *et al.*, 2006, p. 161).

A ânfora designada por **Castro Marim 1** individualizou-se pela primeira vez entre o material do Castelo de Castro Marim, por não se enquadrar em nenhum dos tipos que se encontram nas tipologias de referência, quer na de Pellicer quer na mais recente, de Ramon Torres (Arruda *et al.*, 2006, p. 163). Esta ânfora possui um bordo plano, de reduzido diâmetro, habitualmente entre os 90 e 100 mm, com leve espessamento interno. O corpo é cilíndrico e estreito com uma carena acentuada na ligação do bordo ao corpo, formando um ângulo próximo dos 90°.



Estampa 25 – Faro. Ânforas Lamboglia 2 itálicas, Maña C2a norte-africanas e Castro Marim 1 da *Ulterior*.

Com clara filiação na forma D de Pellicer, concretamente nas variantes mais tardias ou evolucionadas, este tipo apresenta também analogias com as formas T-5.2.3.1., com produção atribuída à área de Cartago-Tunes, datada do séc. III a II a. C., e ao tipo T-5.2.1.2, que Ramon Torres atribui à Sardenha e que foi datado do segundo quartel do séc. I a. C. (1995, p. 196-197). Esta forma pode também enquadrar-se, genericamente, no tipo S-5.0.0.0. e constitui certamente um dos derradeiros exemplos de produção de formas puniczantes (Arruda *et al.*, 2006, p. 163). As suas características morfológicas, que a aproximam da forma D, e o fabrico gaditano sugerem um conteúdo piscícola. Em Faro, esta ânfora encontra uma expressão muito significativa constituindo 22.2% do total das ânforas (99 exemplares) (nº 355 a 377).

No que diz respeito ao contexto arqueológico destes materiais, esta forma está representada na UE 103, que datamos do período republicano. Os fabricos desta ânfora correspondem ao que habitualmente se atribui à baía gaditana. No entanto, uma observação mais atenta das pastas, também realizada para o material de Castro Marim, permitiu identificar outros dois fabricos, além do gaditano típico, que se caracteriza por uma pasta calcária fina (fabrico gadit1) e que é largamente maioritário (57% – 56 exemplares) (Tabela 21, nº 355 a 360). Assim, constatou-se que um conjunto importante de peças (29%) ostentam uma pasta igualmente calcária, mas bastante mais arenosa (fabrico gadit2) (nº 361 a 369) e apenas 14 exemplares possuem uma argila laranja, não calcária (fabrico gadit3) (nº 370 a 376).

Estas diferenças, que correspondem a áreas produtores distintas na região costeira da *Ulterior*, e mesmo, possivelmente na área gaditana, não têm correspondência em diferenças morfológicas significativas.

Fabrico	NMI	NMI %
Fabrico gadit1	56	57
Fabrico gadit2	29	29
Fabrico gadit3	14	14
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>100</b>

Tabela 21 – Faro. Distribuição dos fabricos das ânforas Castro Marim 1.

A forma **Mañá C2b** (T-7.4.3.2. e T-7.4.3.3.) corresponde ao tipo Cádiz F1 e constitui das ânforas mais bem documentadas entre as produções republicanas da baía de Cádiz (García Vargas, 1998, p. 65). Ao contrário das formas anteriores, que registam uma tradição pré-romana, a produção deste tipo iniciou-se na *Ulterior* no séc. II a. C., estando documentada até a uma época imediatamente anterior ao principado de Augusto. Estas ânforas, inspiram-se directamente nas Mañá C2a centro Mediterrâneas, cuja produção se encontra documentada em Cartago, até à sua destruição em 146 a. C. (García Vargas, 1998, p. 66-67). Para L. Lagóstena Barrios, a produção deste tipo de contentores em diversos locais na Baía gaditana corresponde a uma evolução tardia das ânforas do mundo púnico, ocorrendo por vezes acompanhada das séries mais antigas da forma Beltrán Ia (Lagóstena Barrios, 1996a, p. 153; Lagóstena Barrios, 1996b).

A associação dos locais de produção deste contentor a áreas onde existem fábricas que produziram preparados piscícolas, quer na área gaditana quer no norte de África, permite apontar um conteúdo principalmente piscícola para esta ânfora (Arruda e Almeida, 1998, p. 208; Fabião, 1998a, p. 394).

Recentemente, esta hipótese foi reforçada por evidência directa e explícita, proveniente das escavações da Universidade de Cádiz em Belo (Bernal Casasola *et al.*, 2003, p. 305-313). Num contexto de deposição primário, foram encontradas seis ânforas, quase completas, cujo conteúdo



se analisou. Entre estes recipientes, encontrava-se uma Mañá C2b (tipo T-7.4.3.2), de que apenas faltava o fundo, e que continha um “tipo de conserva de peixe” (“type of fish preserve”) (Bernal Casasola *et al.*, 2003, p. 311).

No que diz respeito à tipologia de Ramon Torres, as ânforas Mañá C2b correspondem à forma da série T-7, concretamente aos tipos T-7.4.3.2., com bordo de moldura mais simples (caracterizados por deterem pastas do grupo “Extremo Occidente indeterminado”), e T-7.4.3.3., estas últimas de bordo mais moldurado, produzidas com pastas desse mesmo grupo, e ainda das áreas de Cádiz e Málaga (Ramon Torres, 1995, p. 211-212, Fig. 82 e 83).

Em Faro, esta forma corresponde a 24.6% das ânforas no período Republicano e os seus fabricos são em tudo idênticos aos que habitualmente se atribuem à região gaditana (Fabrico gadit1) (nº 382 a 396). Apenas um bordo apresenta uma pasta com bastantes inclusões arenosas, característica das argilas sedimentares do vale do Guadalquivir, concretamente da área designada por Las Marismas (Baixo Guadalquivir) (Fabrico gadit2).

A área de produção das Mañá C2b tem sido relacionada sobretudo com a área costeira. Por outro lado, a produção anfórica na área de “Las Marismas”, Baixo Guadalquivir, está atestada, por exemplo no *Lacus Ligustinus*, no sítio de “Torre de los Herberos” (Orippe), para outros tipos anfóricos, como as Haltern 70 e Dressel 7/11, mas, até ao momento, ainda não foram identificadas produções de Mañá C2 (Carreras Monfort, 2000, p. 419-426).

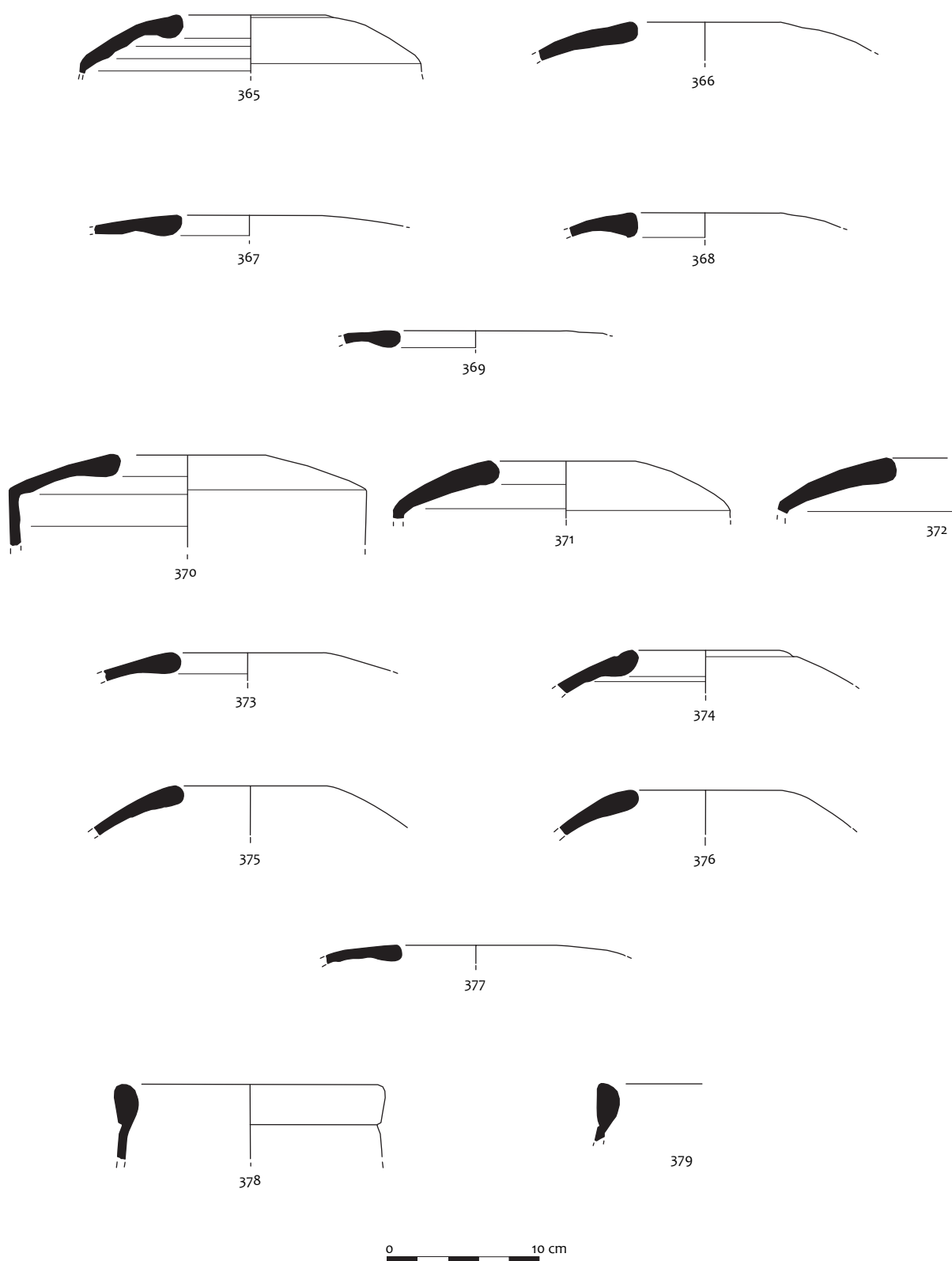
A produção de Mañá C2b no vale do Guadalquivir, embora sujeita a confirmação no terreno, parece ganhar algum peso, ainda que seja sempre mais escassa da que se documenta na área de Cádiz. O exemplar ossonobense não é o único no território hoje português e entre o material da Alcáçova de Santarém, que foi recentemente estudado por R. Almeida, esta forma enquadra-se no Grupo I, representada por três exemplares, dois dos quais já tinham sido anteriormente publicados (Arruda e Almeida, 1998, p. 215; Almeida, 2006, p. 35-40, Est. 54). Este autor assinala outros achados, provenientes de recolhas de superfície ou de escavações, em Mesas do Castelinho (Almodôvar), em contextos da primeira metade do séc. I a. C., anteriores a Augusto, no Cerro do Cavaco (Tavira) e na Quinta do Almaraz (Almada) (Barros e Henriques, 2002) (Almeida, 2006, p. 39).

Do ponto de vista morfológico, regista-se uma diversidade considerável de bordos com molduração, de maior ou menor complexidade. A maior parte dos exemplares de Faro parece enquadrar-se no tipo T-7.4.3.3., de molduração mais elaborada, embora alguns se aproximem dos tipos T-7.4.3.3 (Ramon Torres, 1995, p. 205 e 212, Fig. 79 e 83). De assinalar que esta variedade nos perfis dos lábios se encontra igualmente atestada nos centros produtores, como por exemplo no forno da Av. Pery Junquera (San Fernando-Cádiz) (González Toraya, *et al.*, 2000, p. 182).

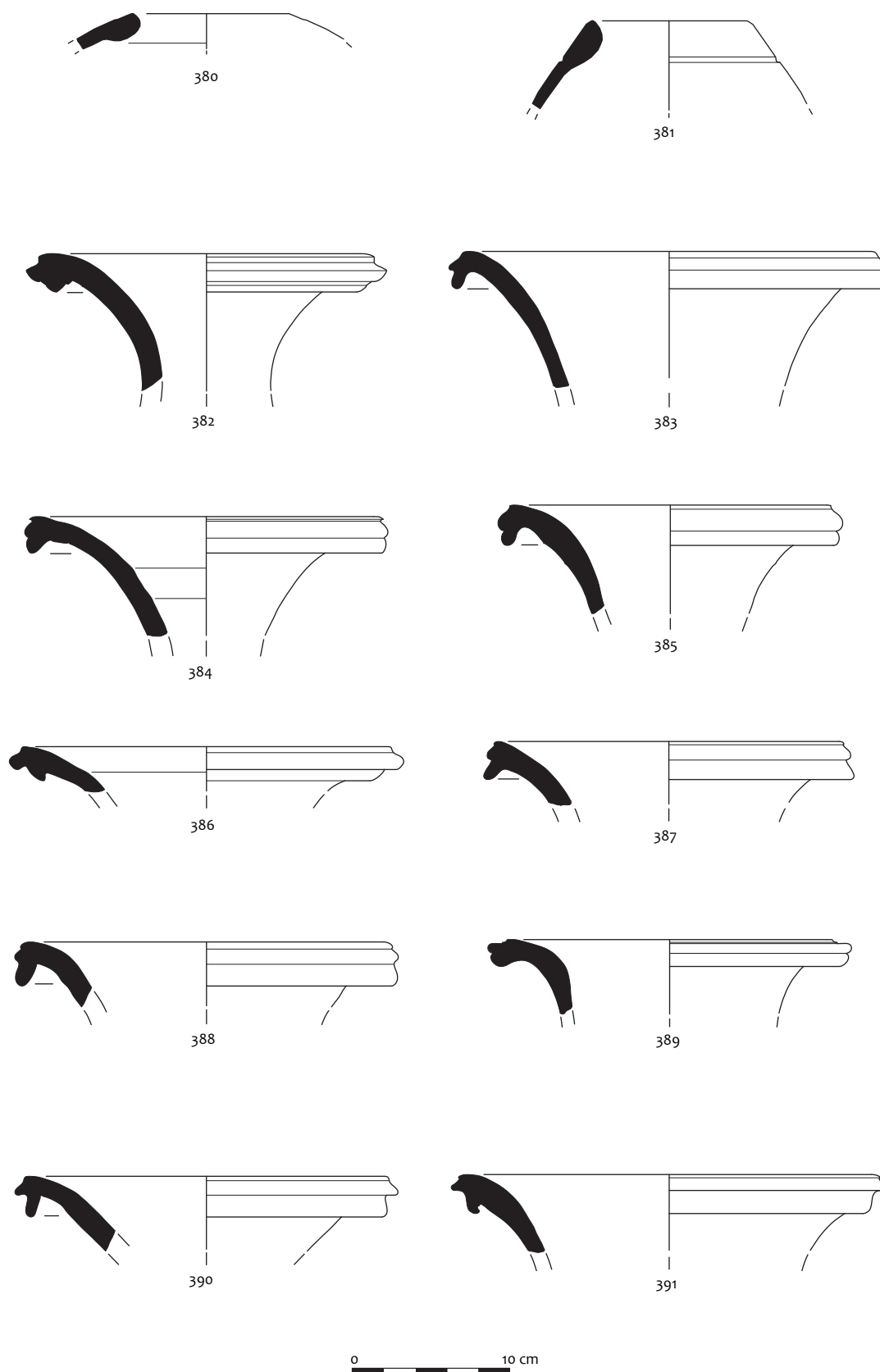
Contrariamente ao que sucede com os exemplares presentes na maior parte dos sítios onde esta ânfora ocorre, na Alcáçova de Santarém estes contentores são originários de níveis conservados (Arruda e Almeida, 1998, p. 201-231). Assim, a sua associação a alguns achados monetários, assim como a cerâmicas finas, permitiram precisar a cronologia da importação para aquele sítio, verificando-se que o abastecimento destas ânforas à Alcáçova de Santarém, que se deve integrar nas estreitas relações que a *colonia* manteve com a *Ulterior*, e, posteriormente, com a província da Bética, se realizou sobretudo nos meados do séc. I a. C. e nos inícios do reinado de Augusto (Arruda e Almeida, 1998, p. 217-219).

Em Lisboa, os dados recentes recolhidos no Castelo de S. Jorge permitiram apontar o início da importação destes modelos ainda durante a segunda metade do séc. II a. C., sendo os exemplares produzidos, na sua totalidade, no Ocidente (Pimenta, 2005, p. 72-73).

Além do conjunto de Castro Marim (Arruda *et al.* 2006, p. 153-176) e de Faro, que agora se dá a conhecer, a distribuição deste tipo não sofreu alterações significativas desde a publicação dos materiais de Santarém. Na costa algarvia, importa acrescentar a presença, já anteriormente confirmada por outros investigadores deste tipo anfórico (Silva, Coelho-Soares e Soares, 1987, p. 203-219), entre novos achados de dragagens do rio Arade (Diogo, Cardoso e Reiner, 2000, p. 81-118).



Estampa 26 – Faro. Ânforas do tipo Castro Marim 1 e 9.1.1.1 da *Ulterior*.



Estampa 27 – Faro. Ânforas da forma D, Mañá Pascual A4 e Mañá C2b da *Ulterior*.

A ânfora **Tipo 9.1.1.1. de Ramon Torres**, também designada por CC.NN por ter sido individualizada pela primeira vez entre os materiais dos acampamentos numantinos (Sanmartí Grego, 1985b), corresponde ao tipo Cádiz E2 (García Vargas, 1998, p. 64). A estratigrafia de Cerro Macareno faz recuar a sua aparição aos finais do séc. IV a. C., mas nos acampamentos numantinos o seu consumo é do séc. II a. C., encontrando-se mesmo em níveis datados da primeira metade do séc. I a. C. (García Vargas, 1998, p. 64). A sua produção está atestada quer nos fornos de “Torre Alta”, quer no de “Pery Junquera” (San Fernando, Cádiz), onde constitui mais de 35%, este último com cronologia da segunda metade do séc. II ao primeiro terço do séc. I a. C. (González Toraya et al., 2000, p. 175-185).

Em Faro, registam-se apenas quatro exemplares desta forma e apenas dois ocorrem em níveis arqueológicos que se atribuíram ao período republicano. Apresentam um fabrico típico da baía gaditana (gadit1) (nº 378 e 379).

A ânfora **Classe 67** foi individualizada pela primeira vez por C. Fabião, integrada no estudo sobre as ânforas da Lomba do Canho (Arganil), sendo conhecida na Bibliografia igualmente com a designação de Lomba do Canho 67 (1989, p. 65-71). Trata-se de uma ânfora ovóide que se caracteriza por apresentar um bordo de lábio ovalado ou em fita e que possui um ressalto ou moldura que estabelece a separação entre o bordo e o colo. Os bordos podem ser bastante diversificados em termos morfológicos, sem que se tenha encontrado um significado cronológico para tal, podendo também confundir-se com exemplares da forma Dressel 12. Os colos e bordos apresentam-se, tendencialmente, de perfil mais vertical embora se registem variações significativas.

Como refere C. Fabião, esta forma foi identificada pela primeira vez nos anos 50 em *Albintimilium*, onde ocorre em níveis datados de 50/30 a. C. (Lamboglia, 1955), encontrando-se igualmente documentada em contextos funerários da mesma época na Gália, em Toulouse (Fouet, 1958) (Fabião, 1989, p. 65, *apud* Lamboglia e Fouet). Na década seguinte, foi avançada a indicação da origem da sua produção no Sul da Península Ibérica, na sequência das escavações de Thamusi-da (Fabião, 1989, p. 65 *apud* Callu et al., 1965).

Por outro lado, nas escavações realizadas em Sala, recuperaram-se exemplares deste tipo em níveis da segunda metade do séc. I a. C., um dos quais mostrava deformações de cozedura, o que levou à atribuição de uma produção local norte africana e justificou que este tipo se designe também por Sala 1 (Boube, 1979-1980, *apud in* Fabião, 1989).

Enquadrada nas formas do sul da Península Ibérica que terão sofrido influência dos modelos tardo republicanos da costa tirrénica e apula, a produção da Classe 67 encontra-se documentada na primeira metade do séc. I a. C. em Algeciras, em “Cerro del Mar”, onde está associada à Dressel 1C, intensificando-se a sua produção em momentos posteriores, na segunda metade dessa centúria (García Vargas, 2000, p. 64). Também produzida em “El Rinconcillo” (Algeciras) (Fernández Cacho, 1995, p. 173-214), esta forma está igualmente referenciada em achados de prospecção, nas oficinas de “Guardiario” (San Roque, Cádiz) (García Vargas, 2000, p. 65).

Os dados disponíveis sobre a produção nas baías de Algeciras ou Cádiz contrastam com os dos centros de consumo, pois aí, a esmagadora maioria das ânforas desta forma ocorre com fabricos que tradicionalmente se relacionam com o vale do Guadalquivir, idênticos aos das ânforas Dressel 20 e Haltern 70. Estranhamente, até ao momento, a produção desta ânfora não foi atestada em qualquer centro produtor do vale do Guadalquivir. Assim, os dados acerca da evolução cronológica desta produção devem procurar-se, sobretudo, nos centros de consumo e nos contextos de naufrágios, o que aponta para um início da difusão desta forma durante o primeiro quartel do séc. I a. C. (Fabião, 2000a).

Outro dado que se encontra no centro da discussão científica sobre este tipo anfórico diz respeito ao conteúdo ou conteúdos transportados. Inicialmente, foi apontado um produto piscí-

cola (Fabião, 1989, p. 68) devido à área de produção conhecida ser sobretudo a área do “círculo do estreito” e a costa de Marrocos (Molina Vidal, 2000, p. 638). Actualmente, e na sequência da atribuição, da maior parte dos exemplares recolhidos em centros de consumo, à área do vale do Guadalquivir, tem-se preferido considerar alguma diversidade quanto aos produtos que este contentor terá transportado, incluindo-se neste leque de conteúdos o azeite e o vinho ou *defrutum* (Fabião, 1998; Molina Vidal, 2000, p. 638). Tendo por base o estudo dos sítios na costa do Sudeste da Hispânia, Molina Vidal verifica que este recipiente tem uma escassa representação nos sítios dessa região, defendendo que esta forma possui difusão privilegiada para a área meridional do sudoeste Península Ibérica (1997, p. 419-424).

A presença desta forma em Castro Marim num contexto do séc. I a.C., o nível tardo republicano datado entre 50-30 a. C., onde é muito abundante (Arruda, 1996, p. 99), trouxe, recentemente, novos dados para discussão sobre os conteúdos deste envase. Apesar de se admitir a possibilidade de diversos produtos, como já se referiu, os dados de Castro Marim apontam para um conteúdo piscícola, tendo por base a associação a opérculos com clara origem na baía gaditana, comprovados por análises químicas (Arruda et al., 2006, p. 173). Assim, defendeu-se que as ânforas deste tipo, originárias na sua maioria no vale do Guadalquivir, teriam sido transportadas vazias até à baía de Cádiz, onde teriam sido seladas com opérculos fabricados localmente. “Isto invalida portanto a hipótese de um conteúdo produzido no vale médio e alto Guadalquivir” (Arruda et al., 2006, p. 173).

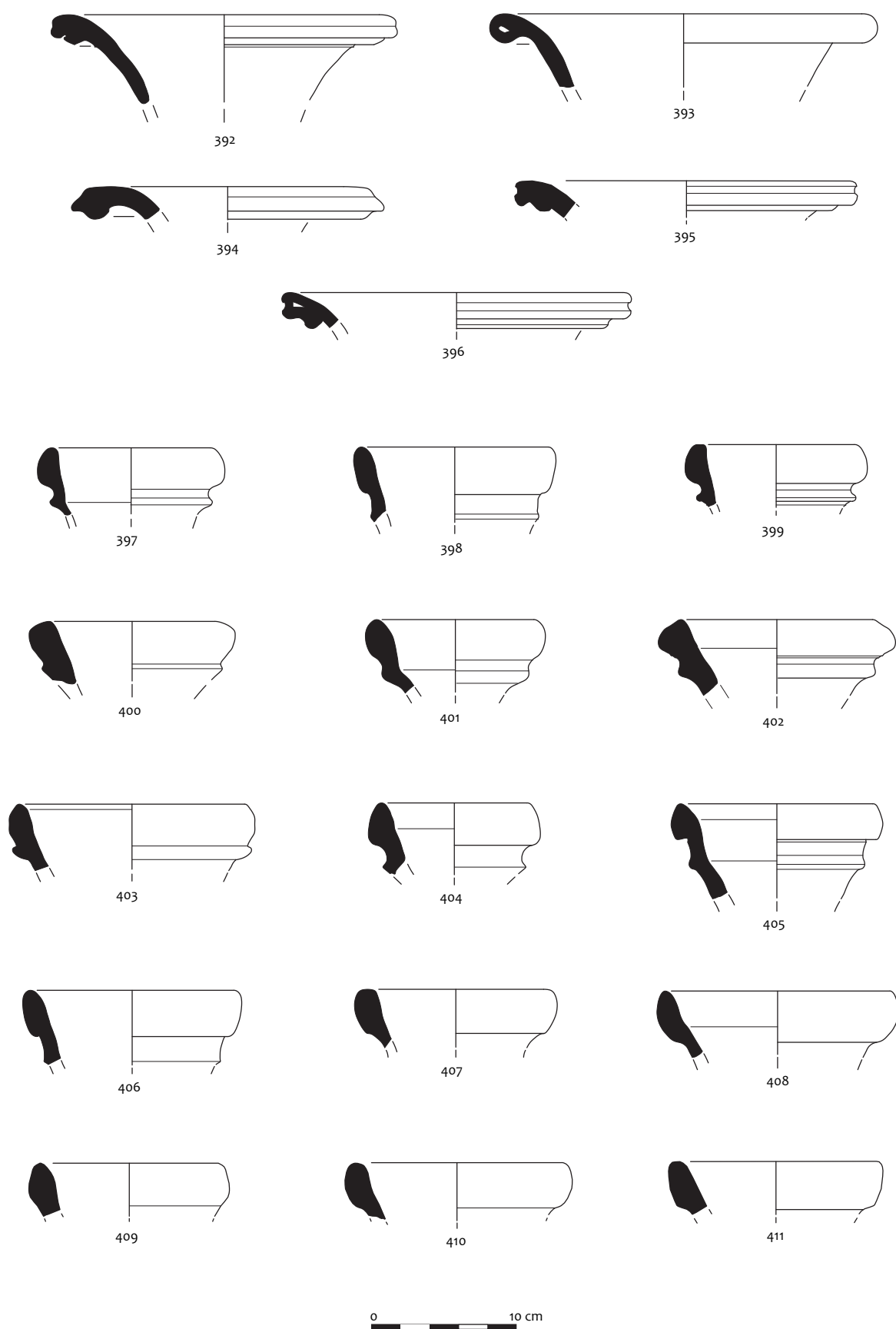
Em Faro, existem 24 bordos desta forma, que correspondem a 8.1% das ânforas do sítio em período republicano, de que se apresentam alguns exemplos nas **Estampa 28 e 29 (nº 397 a 406)**. Apenas três peças ostentam fabrico compatível com uma origem na área gaditana (nº **400, 402 e 403**) (fabrico gadit1), sendo os restantes exemplares atribuíveis ao vale do Guadalquivir (fabrico guad1).

Tivemos alguma dificuldade em integrar igualmente na Classe 67 um conjunto de oito exemplares que apenas ostentam o bordo de lábio ovalado e cujo estado de conservação não permite saber se teriam, ou não, a moldura inferior. Por esse motivo, ilustram-se esses exemplares (nº **407 a 414**). Na verdade estas peças poderiam eventualmente integrar-se nas formas oleárias antigas da Bética ou nas variantes mais antigas da ânfora Dressel 20, o que faria avançar a sua cronologia para o período augustano. Ostentam fabricos do Guadalquivir e apenas em dois casos o fabrico é compatível com uma origem na baía de Cádiz (nº **413 e 414**). Esta forma aproxima-se de exemplares identificados na Alcáçova de Santarém, sendo aí incluídas no grupo IX que integra as formas da Classe 24 /Oberaden 83/Dressel 20 (Almeida, 2008, p. 143-165)

No ocidente peninsular, a difusão das ânforas da Classe 67 está atestada em inúmeros sítios com ocupação tardo-republicana em contextos de prospecção e de escavações arqueológicas. Os contextos mais relevantes, além da Lomba do Canho (Fabião, 1989), são os de Mesas do Castelhinho (Almodôvar) onde se encontra em contextos do séc. I a.C. (Fabião e Guerra, 1994, p. 279; Fabião 2000a, p. 673), e do Castelo de Castro Marim (Arruda et al., 2006; Ver *infra*). Recentemente, R. Almeida, a propósito dos materiais da Alcáçova de Santarém, actualizou o quadro da difusão deste tipo para os sítios da fachada atlântica peninsular, não só para os materiais provenientes de contextos de escavação, mas também oriundos de prospecções (Almeida, 2008, p. 71-78).

A evidência estratigráfica da Alcáçova de Santarém aponta para uma importação desde as fases mais antigas de ocupação romana do sítio, com ênfase para a presença significativa em toda a fase tardo republicana do sítio (Almeida, 2006, p. 54). “As associações contextuais revelam um perfil de abastecimento controlado pelas importações itálicas de Dr.1 e pelas importações ocidentais de Mañá C2b, com algumas produções tripolitanas antigas e escassos exemplares de ovóides gaditanas (...)” (Almeida, 2006, p. 54). Embora com algumas reservas, tudo aponta para que as importações tenham cessado no primeiro terço do séc. I d. C. (Almeida, 2006, p. 54; 2008).





Estampa 28 – Faro. Ânforas do tipo Mañá C2b e Classe 67 da *Ulterior*.

Infelizmente, em Faro a grande maioria das peças desta forma tem origem em níveis de deposição secundária, pouco homogêneos, com materiais de cronologias muito diversas. Apenas a unidade [096] da sondagem 1 escapa a esta situação, apresentando um conjunto de materiais que pertence ao período tardo republicano, (meados do séc. I a.C.), encontrando-se associado ao fragmento de ânfora da Classe 67, outros exemplares dos tipos Mañá C2b, D de Pelicer, Castro Marim 1, Lamboglia 2, Haltern 70 e Mañá Pascual A4. Mesmo que se considerem alguns dos recipientes em posição residual neste contexto estratigráfico, nota-se uma clara primazia das formas Castro Marim 1 e Mañá C2 B, que constituem modelos de tradição púnica, mas que se sabe terem sido produzidos em contextos já de plena romanização, na área da baía gaditana. Se considerarmos apenas estas duas formas, a sua presença ascende a 74.2% relativamente às ânforas que se identificaram neste contexto.

A forma **Dressel 12** corresponde à Classe 14 de Peacock e Williams (1986, p. 113-114). Trata-se de um recipiente que, pelas suas características morfológicas poderá ter constituído uma evolução da forma Dressel 1C de produção hispânica (García Vargas, 2000, p. 63), estando o conteúdo piscícola atestado por diversos *tituli* (Beltrán Lloris, 1970). Do ponto de vista da cronologia, “Las Dressel 12 más antiguas proceden de naufragios fechados a mitad del siglo I a. C. o en años inmediatamente posteriores, como Grand Conglué 3, donde se asocian a ánforas ovoides de la familia de las LC 67” (García Vargas, 2000, p. 63).

Parece inegável a semelhança desta forma com os exemplares da Classe 67 e na sua diferenciação, aquando do estudo dos exemplares castro marinenses, assumiu particular importância o perfil dos bordos, assim como a verticalidade dos bocais (Arruda *et al.*, 2006, p. 167). R. Almeida, a propósito dos materiais da Alcáçova de Santarém integrou esta forma no Grupo VII, destacando os “lábios maciços de secção maioritariamente subtriangular, com algumas pequenas variações, apresentando-se a parte inferior externa do lábio ligeiramente descaída, assumindo quase a forma de uma pequena aba (...), ocasionalmente mais pronunciada (...), ou menos descaída, com uma tendência amendoada (Almeida, 2006, p. 71).

Na cidade de Faro, foram identificados apenas dois exemplares que julgamos poderem atribuir-se a este tipo, apresentando os bordos um perfil triangular, algo pendente (nº 415 e 416). Infelizmente, a reduzida dimensão dos fragmentos não permite conhecer se os bocais seguiriam uma tendência mais vertical.

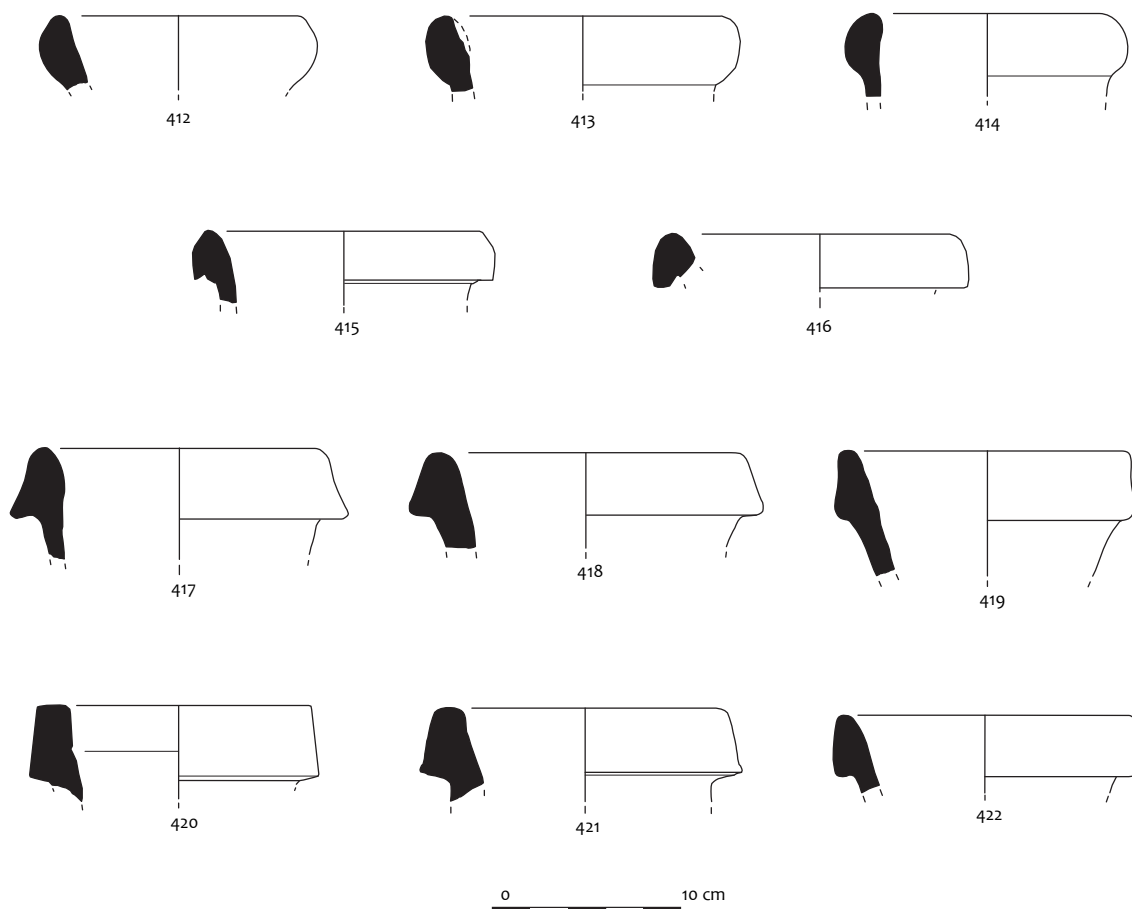
Apesar da grande maioria das ânforas **Haltern 70** ter sido importada por Faro, Balsa e Castro Marim já durante o Alto Império, no primeiro dos sítios regista-se uma reduzida percentagem de recipientes que, pela sua posição estratigráfica, integramos no período tardo republicano. Trata-se de cinco peças originárias das raras unidades estratigráficas conservadas, cuja cronologia aponta para meados do séc. I a. C. As restantes peças pertencem já ao período alto imperial discutindo-se os modelos morfológicos e os conteúdos envasados em capítulo referente a esse período (ver *infra* Importações da Bética – Haltern 70, p. 208 e ss.).

As formas romanizadas incluem as ânforas produzidas em áreas exteriores à Península Itálica, e que morfológicamente se enquadram na greco-italica, tendo imitado o seu modelo original. Encontram-se nesta situação as ânforas **greco-italicas** tardias, provenientes da **Uterior**, cuja produção está atestada em sítios como “Torre Alta” (San Fernando – Cádiz), sendo, no entanto, difícil a sua caracterização tipológica dado o estado muito fragmentário dos exemplares (García Vargas, 2000, p. 61). Reconhecem-se, ainda assim, alguns aspectos típicos das produções gaditanas, que as afastam dos modelos itálicos. Na fase de produção em que se integra, este modelo de ânfora marca uma ruptura clara, relativamente às formas púnicas da tradição artesanal local (García Vargas, 1998, p. 69).

A discussão em torno ao conteúdo deste tipo mantém-se em aberto, com a possibilidade de terem transportado produtos vinários, embora ganhe cada vez mais consistência a hipótese de o conteúdo principal ter sido os preparados piscícolas. De facto, além das marcas, onde se observa uma figura feminina e um atum (García Vargas, 1998, p. 71), e da localização do único forno conhecido até ao momento, outros dados recentes apontam também para um conteúdo piscícola. Na sequência da investigação levada a efeito pela Universidade de Cádiz, foram recuperados, em *Baelo Claudia*, alguns exemplares completos de ânforas greco-italicas de produção do Sul da Hispânia que ainda conservavam o seu conteúdo (Bernal Casasola et al., 2003, p. 305-313). As análises realizadas demonstraram tratar-se de um preparado misto, à base de peixe, no qual também se identificou carne, crustáceos e gastrópodes, o que constitui a primeira prova directa deste tipo de conteúdo (Bernal Casasola et al., 2003, p. 311).

Em Faro, recolheram-se apenas dois exemplares que se integram nesta forma e possuem um fabrico que não temos dúvida em atribuir à área costeira da actual Andaluzia (nº 417). Um deles ostenta o típico fabrico gaditano (MF12966, não ilustrada), mas o outro (MF72065) possui uma pasta alaranjada com abundantes inclusões de areias e um espesso engobe esbranquiçado cobre ambas as superfícies.

Comparativamente com modelo itálico, esta ânfora conhece uma dispersão ainda mais reduzida, quer quanto ao número de sítios onde está identificada, quer relativamente ao número de exemplares recolhidos nesses mesmos sítios.



Estampa 29 – Faro. Ânforas da Classe 67, Dressel 12, greco-italicas e Dressel 1 (*Ulterior/Bética*).

O modelo de ânfora itálica **Dressel 1** foi também imitado na **Ulterior**, encontrando-se documentada em diversos centros produtores da baía de Cádiz, baía de Algeciras e na Costa Mediterrânea. Trata-se, sobretudo, de exemplares, que, pelas dimensões do bordo, se relacionam com a variante Dressel 1C. No forno de “Pery Junquera” (San Fernando-Cádiz), uma datação *post quem* para este tipo situa-o no primeiro quartel do séc. I a.C. (García Vargas, 2000, p. 63), enquanto que em “El Rinconcillo” (Algeciras) as datações apontam para o segundo terço do séc. I a.C., encontrando-se nesta fase (II), na produção deste forno, exclusivamente ânforas Dressel 1A e B-C (Fernandez Cacho, 1995, p. 181-184). As pastas das ânforas produzidas neste sítio (“El Rinconcillo”) teriam coloração alaranjada com abundante desengordurante branco, e seriam cobertas por um engobe creme ou acinzentado (Étienne e Mayet, 2002, p. 117). A produção em “Cerro del Mar” (na costa oriental de Málaga), encontra-se datada da primeira metade do séc. I a.C.

Esta ânfora terá sido também produzida em Belo, registando, segundo R. Étienne e F. Mayet, uma pasta característica, de cor rosada com inclusões brancas e engobe bege, tendo-se obtido uma cronologia de produção desde a segunda metade do séc. I a.C. até à época de Augusto (2002, p. 113-115, Fig. 27). Segundo estes investigadores, a uma diversidade de centros produtores ter-se-ia seguido uma concentração da produção na baía de Cádiz (...) “l’argile calcaire convenait mieux à la fabrication d’amphores, présentant un meilleur rapport entre poids et contenance et donc plus aptes au transport lointain” (Étienne e Mayet, 2002, p. 118).

Se relativamente aos exemplares itálicos o conteúdo vinário está estabelecido, pode supor-se um conteúdo piscícola para as peças gaditanas, tendo por base a localização dos fornos e a implantação das fábricas de preparados piscícolas nesta baía. Outro dado a favor desta possibilidade, prende-se com a recente identificação do conteúdo de um exemplar completo de ânfora greco-itálica de Belo (originária da *Ulterior*), que continha um preparado à base de peixe (Bernal Casasola et al., 2003, p. 310). É também significativo que neste contexto de deposição primária se encontrassem igualmente ânforas da forma Mañá C2b, também com conteúdo piscícola, e uma Dressel 1A, neste caso vazia (Bernal Casasola et al., 2003, p. 310).

Em Faro, encontram-se seis exemplares desta forma, com fabrico característico da baía gaditana e do vale do Guadalquivir, o que corresponde a 1.3% das ânforas estudadas (nº 418 a 422). Como sobressai da observação da estampa das peças desenhadas, a morfologia dos exemplares recuperados é muito diversificada. Alguns detêm as características típicas da Dressel 1 itálica, mas a peça nº 422, por exemplo, apesar da sua morfologia algo atípica, classificou-se igualmente como Dressel 1. Trata-se de um exemplar que ostenta fabrico que julgamos poder atribuir ao vale do Guadalquivir, com pasta bege acastanhada, bastante compacta com inclusões de xistos, calcários e raras micas. Com idêntica origem, hesitei em classificar a peça nº 419 como Dressel 1, pois pareceu-me que a sua morfologia a aproxima igualmente da forma Haltern 70. No entanto, o seu bordo vertical levou-me a integrá-la no primeiro tipo. A este respeito podem observar-se *infra*, no ponto onde se referem as Haltern 70, exemplares que documentam esta fase/morfologia, e que encontram paralelo numa peça de Ampúrias (Aquilué et al., 2004, CulipVIII, p. 113-115, Fig. 68, 7). Relativamente às peças nº 418, 420 e 421, originárias da baía gaditana, a morfologia dos bordos, com perfil de secção quase quadrangular, aproxima-as dos modelos da Lamboglia 2 adriáticas.

A diversidade morfológica dos perfis dos bordos das Dressel 1 da *Ulterior*, presentes em Faro, enquadra-se no que se pode observar nos diversos locais que as produziram (García Vargas, 2000). No entanto, e ao contrário do que sucede nos centros produtores gaditanos, onde a variante Dressel 1C parece ser maioritária, em Faro verifica-se que a maior parte dos exemplares se enquadra na Dressel 1A e Dressel 1B, registando-se apenas uma peça da forma Dressel 1C. Se exceptuarmos os casos já mencionados, cuja produção se atribui ao vale do Guadalquivir (nº 419 e 422), os restantes exemplares ostentam fabricos típicos da baía gaditana.

### Síntese das principais características das ânforas republicanas de Faro

Antes de mais, é importante referir, novamente, que a totalidade das ânforas republicanas de Faro, provem das escavações que tiveram lugar em 2001 e 2002, no Museu Municipal. Na **Tabela 22**, que segue de perto o modelo utilizado por E. Marlière e J. Torres Costa para o sítio militar britânico de Vindolanda (2005, p. 216 Fig. 232), procurou-se organizar a informação relativa às ânforas do período republicano, no que se refere à sua origem e ao produto transportado. Se relativamente à origem, o conhecimento que se dispõe actualmente sobre as características dos diferentes fabricos, permite, na maior parte dos casos, apontar para uma determinada proveniência, o mesmo não sucede relativamente aos produtos que se julga terem sido transportados. Efectivamente, e tal como já se teve oportunidade de salientar *supra*, diversos conteúdos têm sido propostos para alguns dos contentores mais abundantes em Faro. Encontram-se nesta situação as ânforas da Classe 67, que poderão ter transportado diversos produtos além dos preparados piscícolas, ou Haltern 70, (para referir apenas alguns exemplos), que, além do *defrutum*, também conheceram outros conteúdos. Apesar disto, consideramos que as vantagens, na clarificação da leitura do conjunto anfórico que este tipo de tabela oferece, superam as eventuais imprecisões ou riscos que tal opção acarreta.

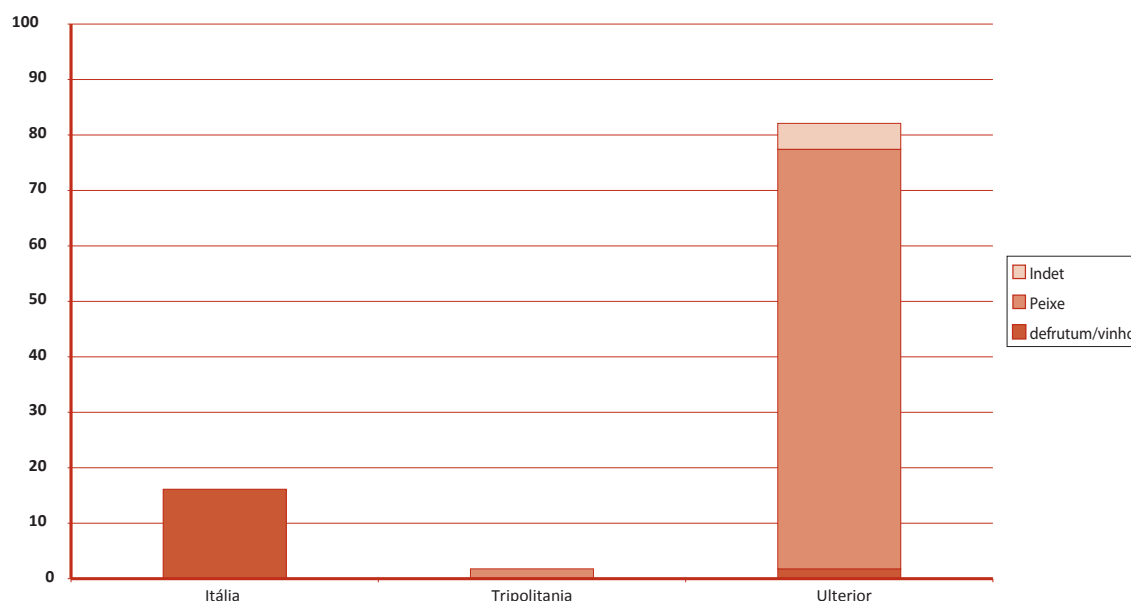
Entre as ânforas que se atribuíram ao período republicano, encontram-se formas que pertencem ao grupo tradicionalmente designado por punicizante, que soma 69.9%, registando-se, igualmente, os tipos já romanizados, que correspondem a 30.1% das ânforas. Os contentores deste período são, maioritariamente, provenientes da actual Andaluzia (82.1%), encontrando-se igualmente exemplares originários da Península Itálica (16.1%) e raros contentores Norte Africanos/da Tripolitania (1.8%) (**Tabela 22**).

Se nos detivermos um pouco mais nos recipientes itálicos, verificamos que existe uma clara supremacia das importações com origem na costa tirrénica, representadas pelas ânforas Dressel 1 (que somam 88.4%), sendo os produtos adriáticos bastante escassos, como o provam os cinco exemplares do tipo Lamboglia 2, que se resumem a 11.6% das ânforas itálicas deste período. Como referimos, as ânforas desta última forma mostram o fabrico característico da Apúlia, com uma pasta bege, compacta, com abundantes nódulos de ferro, alguns dos quais são bem visíveis a olho nu (4 mm). A cronologia deste recipiente cobre um período entre o séc. II a. C. e os meados da centúria seguinte.

Conteúdo	Origem	Tipo	Total NMI	%	Total NMI por origem	%	Total NMI por produto	%
Vinho	Itália	Greco-itálicas	2	0.7				
		Dressel 1	38	13.6				
		Lamboglia 2	5	1.8	45	16.1	45	16.1
Peixe	Tripolitania	Mañá C2a	5	1.8	5	1.8	5	1.8
Peixe	Ulterior	Castro Marim 1	99	35.5				
		T.9.1.1.1	4	1.4				
		Mañá Pascual A4	4	1.4				
		Mañá C2b	78	28				
		Classe 67	24	8.6				
		Dressel 12	2	0.7	211	75.6	211	75.6
Indeterm.	Ulterior	Greco-itálica	2	0.7				
		Dressel 1	6	2.2				
		Forma D evoluída	5	1.8	13	4.7	13	4.7
Vinho/ Defrutum	Ulterior	Haltern 70	5	1.8	5	1.8	5	1.8
<b>Total</b>			<b>279</b>	<b>100</b>	<b>279</b>	<b>100</b>	<b>279</b>	<b>100</b>

Tabela 22 – Faro. Ânforas do período republicano segundo o seu conteúdo e origem.





**Gráfico 8 – Faro. Distribuição percentual das ânforas republicanas segundo o seu conteúdo e origem.**

Os dados retirados do estudo da cerâmica campaniense apontam para um início das importações itálicas que poderá remontar ainda ao séc. II a.C., dada a presença de uma percentagem significativa de campaniense A, com formas que se integram neste período (por exemplo Lamb. 36). As ânforas itálicas correspondentes a essa fase são, no entanto, muito escassas, pertencendo a maior parte às variantes mais tardias, do tipo Dressel 1B e 1C.

Julgamos que a forte presença de ânforas originárias da *Ulterior* em Faro neste período mostra que a cidade algarvia se manteve na esfera de influência desta província e em particular da cidade de Cádiz, seguindo, aliás, uma longa tradição que remonta à Idade do Ferro (Arruda, 2004; Arruda, Bargão e Sousa, 2005). No que se refere aos produtos que estas ânforas transportaram para Faro, regista-se uma clara supremacia dos preparados piscícolas, que somam 75.6% do total das ânforas estudadas. Mesmo se em alguns casos se duvide deste conteúdo, os fabricos gaditanos que atestam uma produção costeira constituem argumentos a favor de uma produção anfórica claramente associada ao fabrico de diversos tipos de preparados piscícolas.

O fabrico de ânforas na baía de Cádiz em período republicano segue três grandes linhas de actividade, que encontram reflexo directo no material recolhido no centro de consumo que constituiu a cidade de Faro. Uma parte significativa destes contentores é herdeiro de uma longa tradição de produção de preparados piscícolas que se desenvolveu na baía de Cádiz desde a Idade do Ferro. Referimo-nos às ânforas que seguem tradição púnica, dos tipos Castro Marim 1, T.9.1.1.1 de Ramon Torres, Forma D evoluída de Pellicer e Mañá Pascual A4, responsáveis pelo abastecimento de 38.3% das ânforas de *Ossonoba* durante o período republicano. Por outro lado, a evolução das *figlinae* da *Ulterior* determinou também o aparecimento de outros tipos anfóricos de tradição púnica, que tiveram o seu surgimento na região gaditana já em época romana republicana, como a forma Mañá C2b, que, por si só, corresponde a 28% das ânforas deste período. Por fim, outro fenómeno que se observa neste contexto diz respeito à progressiva romanização da *Ulterior*, o que se reflecte na adopção de formas itálicas clássicas para os contentores anfóricos, seja tratando-se de imitações que resultam em formas como a greco-itálica e Dressel 1, produzidas na região da actual Andaluzia, ou de envases que tiveram a sua inspiração directa nos produtos itálicos, como foi o caso de outros recipientes como a Classe 67 e a Dressel 12. De todas as ânforas da *Ulterior*

que abasteceram Faro neste período, apenas as da Classe 67 e as Haltern 70 terão a sua origem em *figlinae*, infelizmente ainda por identificar, do vale do Guadalquivir. Apenas um exemplar da forma Mañá C2b se junta a este grupo, neste caso com origem na área de “Las Marismas” (Baixo Guadalquivir), além de duas Dressel 1 que ostentam um fabrico com as características que se atribuem ao vale do Guadalquivir. Todos os restantes exemplares possuem as pastas características da área costeira da baía gaditana.

Do ponto de vista da produção da baía de Cádiz, verifica-se que os diferentes tipos punizantes ou romanizados coexistem nas mesmas *figlinae*, como é o caso de “Torre Alta”. Quanto à cronologia, o séc. I a. C. constituiu um momento essencial na romanização dos contentores, sendo que no período seguinte, sobretudo a partir do reinado de Augusto, já não se encontram vestígios de envases com filiação púnica (García Vargas, 1996).

Pode portanto afirmar-se que a influência gaditana sobre o sul do actual território português (a região algarvia) se manteve depois da transferência da órbita política e económica romana. Trabalhos recentes sobre as ânforas pré-romanas de Faro provenientes da escavação do Museu Municipal são disso mesmo também testemunho (Arruda, Bargão, Sousa, 2005).

## Alto Império

No conjunto de ânforas de Faro, 26,3 % pertencem ao período Alto Imperial (118 exemplares). Nesta época, incluem-se não só os materiais recolhidos nas escavações do Museu Municipal, mas também os das escavações em que se colocou a descoberto o Mosaico do Oceano, local que começou a ser ocupado nos meados do séc. I d. C. No entanto, o sítio que contribuiu com um maior número de exemplares para a amostra estudada é a área do Museu Municipal. À excepção de um exemplar que atribuímos à Gália, todas as restantes peças são provenientes da Bética.

## Importações da Bética

Entre as importações béticas com origem no vale do Guadalquivir, regista-se a presença da forma **Haltern 70**, a Classe 15 de Peacock e Williams (1986, p. 115-116). Este tipo não se encontra claramente identificado na tabela de Dressel, embora alguns autores considerem que possa estar sob a designação do tipo Dressel 10, e foi pela primeira vez identificada por Loeschke com o n.º 70, entre os materiais do acampamento militar de Haltern (García Vargas, 1998, p. 97). Posteriormente, este tipo foi individualizado no estudo do naufrágio de Port Vendres II, no qual foi feita uma clara distinção entre esta ânfora e as Dressel 7/11, e onde os *tituli picti* apontam para um conteúdo vinário (Colls et al., 1977).

A semelhança, ao nível dos fabricos, com a forma Dressel 20 e os dados epigráficos indicaram uma área de proveniência localizada no vale do Guadalquivir. Na verdade, entre a escassa epigrafia das Haltern 70 ocorre a marca CFVFAVITI, que também está documentada em ânforas oleárias do tipo Dressel 20, o que permitiu propor uma mesma origem para ambos recipientes, concretamente “Alcalá del Río” (Moros e Berni Millet, 2004, p. 55-56). Além do vale do Guadalquivir, encontra-se documentada a produção deste envase na baía de Cádiz, nomeadamente nas oficinas de “Puente Melchor”, em Puerto Real, na segunda metade do séc. I d.C., sendo os exemplares recolhidos nos fornos de “Cerro de los Mártires” datados de época augustana (García Vargas, 1998, p. 96). Se tradicionalmente se colocava a produção desta ânfora entre 50 a. C. e 50 d.C., actualmente os dados disponíveis permitem subir esta cronologia para época Flávia, tal como os

dados de Lyon o demonstraram, atingindo mesmo os finais do séc. I e primeira década da centúria seguinte, como ficou comprovado nas escavações em solo italiano (Remesal Rodríguez e Carreras Monfort, 2004, p. 21) e em Braga (Morais, 2004b).

Este recipiente corresponde a uma ânfora de corpo cilíndrico, colo igualmente cilíndrico ou biconcavo, bordo ligeiramente esvasado e fundo maciço. Dispomos de uma excelente actualização da informação disponível, recentemente publicada a propósito dos dados do naufrágio Culip VIII (Carreras Monfort et al., 2004).

Quanto aos produtos que esta ânfora transportou, a evidência epigráfica e as análises dos conteúdos apontam alguma diversidade, com destaque para os derivados do vinho. De facto, ocorrem *tituli picti* mencionando (...) “una àmplia varietat de productes de la Bética, com eren els derivats del vi (*defrutum*, *sapa*), de l’olivera (*olivae*) i de salaons (*muria*)” (...) (Carreras Monfort, 2004, p. 117). Por outro lado, a conotação militar deste recipiente (Fabião, 2000), que teve como destino principal os contingentes militares estacionados no Noroeste da Península Ibérica e no *limes* germânico, pode ter implicado uma variedade de conteúdos (Morais e Carreras Monfort, 2004, p. 97). A maior parte das inscrições apontam para um conteúdo de azeitonas conservadas em algum tipo de produto vinário, como *defrutum* ou *dulcis*, embora em outros casos, seja este líquido, que servia de conservante, o principal produto transportado (Carreras Monfort, 2003, p. 88).

Quando procuramos seguir as propostas de evolução morfológica deste modelo, debatemo-nos com o problema da elevada fragmentação dos materiais e a grande diversidade do perfil dos bordos. As tentativas de sistematização das formas e faseamento das ânforas do tipo Haltern 70 devem-se sobretudo a S. Martin-Kilcher (1994) e J. Baudoux (1996), que seguem propostas semelhantes, partindo das variantes augustanas até aos subtipos mais tardios.

Na síntese recente de A. Puig, as ânforas Haltern 70 correspondentes às diferentes fases de produção distinguem-se entre si, não só pelos detalhes do bordo (moldura exterior mais ou menos alta, concavidade interna, etc.), mas, sobretudo, pela proporção do colo relativamente à altura total da ânfora (2004, p. 23-32). Assim, estes dados são particularmente úteis para exemplares completos, mas apresentam naturais limitações para conjuntos de *habitat*, em que os fragmentos de bordos, muitas vezes até incompletos, são o mais frequente.

Nos sítios do actual território português, destaca-se o trabalho recente de R. Moraes sobre *Bracara Augusta*, um “pequeno Testaccio de ânforas Haltern 70”, na expressão do investigador do Minho (2004a, p. 545-566; 2005). Partindo de dados estratigráficos seguros, dividiu os bordos de acordo com as suas características morfológicas, dentro das duas grandes fases que a estratigrafia da cidade lhe permitiu identificar. Assim, do primeiro grupo fazem parte exemplares recolhidos num contexto selado datado do período de Augusto a finais do reinado de Tibério/inícios de Cláudio, pertencendo ao segundo grupo um conjunto de materiais recolhidos em diversas Unidades Estratigráficas com datação do período Flávio e Flávio/Antonino (Morais, 2004, p. 554; 2005). Dentro deste faseamento, verifica-se que existem bordos com morfologia bastante diversificada, que R. Moraes agrupou segundo diferentes tipos.

Por seu turno, R. Almeida, a propósito do material da Alcáçova de Santarém, enquadrou esta forma no grupo VI, propondo uma divisão das formas em oito subgrupos, cada um deles, por vezes, com três outras variantes (Almeida, 2008, p. 89-99, Tabla 2).

Na classificação do material de Faro, segui as divisões morfológicas propostas por S. Martin-Kilcher (1994) e J. Baudoux (1996), retomadas na publicação de Culip VIII, por A. Puig (2004). Entre os materiais recuperados nas escavações de Faro (Museu Municipal), encontram-se 44 exemplares de Haltern 70. A forma encontra-se igualmente representada nas escavações do Mosaico do Oceano, com diversos colos e arranques de asa com o característico sulco central, que não constam das contagens devido à opção do NMI ter privilegiado apenas os bordos destas peças, mas que poderiam somar pelo menos outros cinco exemplares.

Todos os exemplares apresentam fabrico atribuível ao vale do Guadalquivir. Uma vez que a sua produção se estendeu desde o período tardo republicano e perdurou ainda durante o período alto imperial, procurei reconhecer nos perfis dos bordos, de acordo com os dados disponíveis, diferentes características que permitissem relacioná-los com as diferentes fases da sua produção.

A fase augustana encontra-se hoje bem documentada através do material do naufrágio Culip VIII, mostrando também uma diversidade considerável de perfis de bordos, que levou C. Carreras Monfort a subdividi-los nos grupos A, B e C, de acordo com as suas características (2004, p. 139-147). Enquadrei neste tipo exemplares que apresentam alguma proximidade morfológica com as Dressel 7/11, juntamente com os de cronologia mais alta, que atribuí ao período augustano. Esta semelhança não é de estranhar, e R. Morais encontra, em *Bracara Augusta*, situações idênticas (2004a, p. 558), que justifica, de certo modo, com a produção simultânea de Dressel 7/11 e Haltern 70, atestada recentemente por C. Carreras Monfort na área de Las Marismas (Baixo Guadalquivir) (2000, p. 419-426).

Entre os exemplares que enquadrei em época augustana, encontram-se sete peças que correspondem a 17% do total dos que permitiram identificação da cronologia. (nº 456 a 461). Especificamente, a peça (nº 459) e, em parte também, a nº 457, possuem paralelo num exemplar de Ampúrias (Aquilué et al., 2004, nº 7 fig. 68p. 113-115). Trata-se de um modelo de ânfora com bordo mais alto (6 cm), com pequeno rebordo/lábio na parte superior e um perfil triangular geral, “molt proper al de les àmfores itàliques del tipus Dr. 1B I C, en les que probablement s’inspiren i li serviren de model” (Aquilué et al. 2004, Fig. 68, 7).

A maioria das peças pertence ao período do reinado de Cláudio, com 25 exemplares, que se integram nesta época, 61% do total das Haltern 70 (Tabela 23). Trata-se de bordos com a característica fita (“bandeau”) e concavidade na face interna (nº 462 a 466).

No período Flávio, Faro continuava a receber, embora em menor quantidade, este tipo de ânforas. Nesta fase, as peças já não ostentam bordo com qualquer fita exterior e assemelham-se, em termos morfológicos, ao tipo Dressel 14, chegando mesmo a ocorrer exemplares com bordo de lábio. Estas formas foram melhor caracterizadas recentemente na obra que trata o naufrágio Culip VIII e encontram paralelos próximos nos exemplares aí ilustrados ou em outros provenientes de Itália ou de Sevilha (Puig, 2004, p. 28 e 29, fig. 26c, 28c e 25).

As peças nº 462, 463 e 464 ossonobenses têm paralelo próximo no exemplar também ampuritano, de cronologia dos Julio-Cláudios (com materiais associados datados de Cláudio-Nero até aos Flávios) (Aquilué et al., 2004, p. 115, Fig. 68, 5).

É com algum risco que integramos neste grupo de cronologia Flávia um conjunto de nove exemplares, dos quais apenas dispomos da parte superior do bordo, sem qualquer moldura exterior, e, na maior parte dos casos, sem a concavidade na face interna do bordo. Tratar-se-ia de peças que se podem incluir na variante Flávia, embora, em alguns casos, a sua identificação com a forma Dressel 14 não seja totalmente descabida. Formalmente, estas ânforas estão também relacionadas com outros tipos próximos das Haltern 70, como as ânforas Verulamium 1908. Apresentam,

Período	NMI	%
Augusto	7	17
Cláudio	25	61
Flávio	9	22
Total	41	100

Tabela 23 – Faro. Distribuição cronológica das Haltern 70.

todavia, o fabrico em tudo idêntico ao das restantes Haltern 70, característico do vale do Guadalquivir. Efectivamente, foram estas características do fabrico, mas também de morfologia, que constituíram um dos principais critérios que presidiram à distinção das Haltern 70 Flávias de outros tipos que foram classificados como Dressel 14 (ver Dressel 14 e nº 440 a 443). De facto, ocorrem em Faro alguns exemplares que, em termos morfológicos, se aproximam de alguns publicados por C. Carreras Monfort como tardios (“the late furrowed group”) (2003, p. 86, p. Fig. 2, 1), mas que ostentam um fabrico que difere muito do que é típico das Haltern 70 (nº 468 a 471).

Alguns dados relativos a outros centros produtores ajudam a enquadrar esta problemática. Efectivamente, se atendermos à evolução das ânforas do tipo Dressel 14 lusitanas, sobretudo da área do vale do Tejo e do Sado, verifica-se que as formas que parecem anteceder-las apresentam morfologias a formas afins das Haltern 70 e dos tipos Dressel 7/11. Mesmo se as primeiras variantes da Dressel 14, concretamente a variante A, das Dressel 14 de Abul não são designadas de Haltern 70 (Mayet e Silva, 2002), o que se verifica é que, mesmo nos centros de consumo, ocorrem estes tipos próximos das Haltern 70 e das Dressel 7/11. Este aspecto foi observado, além de em outros locais, entre as ânforas lusitanas da Alcáçova de Santarém (Arruda, Viegas e Bargão, 2006, p. 233-252). Esta perspectiva é igualmente explorada por R. Morais, a propósito das evolução morfológica das ânforas tardo republicanas ovóides lusitanas (2004b, p. 36-40).

Apesar de não estarem documentados bordos, nas escavações do mosaico do Oceano recolheram-se colos com arranque de asa de cinco exemplares de ânforas deste tipo. Atendendo a que a área da cidade onde foi identificado este mosaico regista ocupação apenas a partir de meados do séc. I, estes exemplares de Haltern 70 também devem integrar-se nessa cronologia ou no período Flávio.

Destaque para um raro exemplar com a marca LFO (Ver *infra* Epigrafia anfórica), para a qual se pode apontar uma cronologia de finais do segundo quartel do séc. I d. C., com base na secção da asa de uma Dressel 20, tipo que ostenta esta mesma marca (Moros e Berni Millet, 2004, nº 7, p. 56) (nº 527).

A difusão das Haltern 70 no território hoje português pode ser vista a partir dos centros de consumo, mas também com base nos testemunhos de naufrágios ao longo da costa algarvia e ocidental. Estes dados foram compilados no recente trabalho de síntese sobre as Haltern 70 e mostram, juntamente com os mapas de distribuição, os principais eixos de difusão deste tipo anfórico (Garrote e Marimon, 2004, p. 83-92; Morais e Carreras Monfort, 2004, p. 93-112). Interessam-nos, particularmente, a chamada “rota Atlântica” que transportaria as Haltern 70 até à *Britannia* e que seria responsável por importante parte dos achados que se registam em território nacional. Encontram-se nesta situação as ânforas provenientes de contextos de naufrágios encontrados ao largo de Tavira (Arruda, Frade e Travassos, 1987, p. 125-131; Diogo e Cardoso, 2000, p. 67-79), possivelmente também os da Meia Praia (Lagos) (Diogo, 1999, p. 244-247) e de Cabo Sardão (Cardoso 1978; Diogo, 1999, 239-243), para referir apenas os mais meridionais.

Segundo os mesmos autores, o momento de maior difusão desta ânfora centra-se entre os finais do séc. I a. C. e a primeira metade do séc. I d. C. (Morais e Carreras Monfort, 2004, p. 97, Fig. 54), o que concorda com os dados que obtive para Faro. De acordo com a sua dispersão no sul do território hoje português, nota-se uma presença regular destes recipientes nas cidades algarvias, embora com alguma disparidade nas respectivas percentagens. Tudo aponta para que estes centros urbanos tenham beneficiado dos eixos de escoamento que tinham como finalidade o abastecimento aos efectivos militares estacionados na Cantábria e Astúrias assim como do *limes* germânico (Morais e Carreras Monfort, 2004, p. 96). A abundância de Haltern 70 em inúmeros sítios no Noroeste peninsular é testemunho disso, particularmente, *Bracara Augusta* (Morais, 2004; 2005). O mesmo eixo ganharia novo significado, a partir da conquista da Britânia, em meados do séc. I.



Não se estranha a presença pouco significativa destes recipientes nas *villae* alentejanas, como S. Cucufate (Mayet e Schmitt, 1997, p. 72 – p. 92; Pinto e Lopes, 2006, p. 197-224) e Cidade das Rosas (Norton, Cardoso e Carvalhosa, 2006, p. 225-232), o que poderá ser justificado sobretudo por uma questão cronológica, uma vez que se observa que no Monte da Cegonha a presença desta ânfora é bastante expressiva (Pinto, Lopes, 2006, p. 197- 224). Entre os conjuntos alentejanos, sobressai também o sítio de Castelo da Lousa (Mourão) (Morais e Carreras Monfort, 2004, p. 98, Fig. 56).

Na linha do Tejo, a presença em Lisboa foge um pouco ao que se esperaria deste importante núcleo urbano, pois nas diferentes intervenções realizadas na cidade somam-se apenas 26 peças (Morais e Carreras Monfort, 2004, p. 98, Fig. 56), destacando-se claramente, pela sua quantidade, o conjunto de Santarém (218 exemplares) (Almeida, 2006, tabela 6; 2008). Nesta cidade, o início do consumo de produtos vínicos oriundos da Bética deve ter-se iniciado num momento em torno aos meados do séc. I a.C., quando as importações itálicas ainda tinham lugar (Arruda e Almeida, 2000, p. 712). Relativamente às importações do Guadalquivir presentes na Alcáçova de Santarém, os dados recentes apontam para que o auge das importações de Haltern 70 se localize no primeiro quartel do séc. I d. C. (Almeida 2006, p. 115). Neste contexto, e segundo R. Almeida, teria sido a proximidade da rota atlântica a explicar a abundância deste tipo anfórico em Santarém, além da cidade poder ter desempenhado uma função de redistribuição interior (2006, p. 116), ainda que a situação de Lisboa seja, neste contexto, mais difícil de interpretar.

### **Oleária antiga /Haltern 71/Oberaden 83**

A problemática em torno das ânforas que se têm designado de ovóides republicanas é complexa e tem conhecido, recentemente, novos desenvolvimentos. E. García Vargas chamou a atenção para um conjunto de produções anfóricas republicanas da baía gaditana, que designa como “ovóides gaditanas”, cujos antecedentes morfológicos situa nos contentores oleários de Brindisi, testemunhadas nas primeiras produções oleárias do período de Augusto (Oberaden 83/ Dressel 19/20) (1998, p. 75). Segundo o mesmo autor, na baía gaditana estes modelos parecem anteceder as ânforas das formas Dressel 9, 10 e Haltern 70, partilhando todas a mesma tendência de corpo ovóide, estando a sua produção documentada na c. Javier de Burgos, em Puerto de Santa María (García Vargas, 1998, p. 74-75).

Este tipo de formas ocorre igualmente no vale do Guadalquivir. Trata-se, segundo, P. Berni Millet, de uma forma anfórica que se enquadra nos modelos de oleárias antigas, que designa como Haltern 71 ou Oberaden 83 e que antecede e serve de protótipo à Dressel 20, tendo uma cronologia augustana (1998, p. 26, Fig. 4 – 6).

Na origem destes recipientes, estão formas que foram designadas por C. Fabião como pertencentes à Classe 24 de Peacock e Williams (1986, p. 134-135), relativamente ao material de Mesas de Castelinho (Fabião, 1988, p. 73-74, Fig. 6, nº 514). Também neste caso, a asa conserva sulco marcado no dorso, quando o típico seria a asa deter secção circular. Estes dados, juntamente com os obtidos em contextos datados em Mesas do Castelinho (Almodôvar), permitiram a este investigador propor um recuo da datação das primeiras importações de azeite para meados do séc. I a.C. (Fabião, 2000a, p. 670). A partir desta data, assiste-se a uma evolução destes contentores que irá no sentido do alongamento dos perfil dos lábios, que tornará estas ânforas nas Haltern 71 e Oberaden 83 augustanas.

Em Faro, regista-se um exemplar que conserva, além do bordo, o colo e uma asa que integrei no conjunto das formas precoces de ânforas oleárias da Bética e classifiquei como Haltern 71 (nº 472). Possui bordo semi circular, colo cilíndrico relativamente curto, e a asa, de secção elíptica,

ostenta o sulco longitudinal bem marcado. Estas formas oleárias antigas possuem alguns aspectos morfológicos característicos das Dressel 20, como o bordo, e também mantêm o sulco na asa, como se observará na Haltern 70, ambas de cronologia posterior. Quanto ao seu fabrico, trata-se de uma pasta característica do vale do Guadalquivir.

Três exemplares da Catalunha constituem bons paralelos para a peça ossonobense, apresentando igualmente a asa com sulco central. Refiro-me às peças provenientes de Ampúrias, Martaró e Sta Perpètua de Modoga, onde se encontram datadas de época augustana (Berni Millet, 1998, p. 170, fig. 19).

Do ponto de vista morfológico, a ânfora de Faro encontra paralelos em exemplares apresentados por García Vargas, originários da Plaza de San Antonio, em Cádiz (1998, fig. 67, nº 1, p. 385), estando também documentada em Lyon, no horizonte 2 do chamado “Santuário de Cybelle”, datado de 40-20 a. C. (Desbat, Lemaître, 2000, p. 795, fig. 3). Nestas últimas, contudo, o bordo apresenta características diferentes do de Faro, sendo o colo mais alto. A pasta é típica do vale do Guadalquivir, idêntica à das Haltern 70 e às das Dressel 20.

Entre o material proveniente de contextos de naufrágio, encontram-se também exemplares com as características referidas no espólio do naufrágio Capo Graziano C (Filicudi) (Liou, 2000, p. 1061-1110 – especificamente Lám. XI, nº 1, p. 1086), com a asa igualmente com sulco central, e designada nessa publicação como Dressel 20 com corpo alongado.

Outro contentor originário do vale do Guadalquivir corresponde à forma **Dressel 20**, uma ânfora cujo conteúdo seria o azeite. Este recipiente, a Classe 25 de Peacock e Williams (1986, p. 136-140), caracteriza-se pela sua forma globular, colo curto e bordo com asas de secção circular e fundo em botão. As asas detêm, frequentemente, marcas em cartela rectangular, onde se pode ler, em abreviatura, o nome de um ou dois indivíduos (frequentemente em *tria nomina*), que, segundo J. Remesal Rodríguez, seria o produtor do azeite envasado (1986).

A produção encontra-se atestada em inúmeros centros oleiros no vale do Guadalquivir (entre Córdoba e Sevilha), assim como no Baixo Genil (entre Écija e Palma del Río), embora, comparativamente, sejam relativamente escassas as intervenções arqueológicas realizadas naquelas áreas. A cartografia destes sítios foi feita, sobretudo, com base em diversos trabalhos de prospecção realizados, ainda no séc. XIX, por Bonsor, apresentados em 1888, e também posteriormente em 1931, a que se seguiram os trabalhos de M. Ponsich (1974; 1979). Destes inúmeros sítios, conhece-se o âmbito cronológico geral da produção, assim como a epigrafia anfórica. Por sua vez, os trabalhos realizados por H. Dressel sobre a epigrafia anfórica dos exemplares recolhidos no Monte Testaccio (em Roma), recolhidos no volume XV do CIL, em 1891, permitiram-lhe concluir que a maior parte das marcas estava associada à forma 20 da sua tabela, desconhecendo-se então a sua proveniência.

Importantes bases para a investigação das Dressel 20 foram lançadas nos anos 60 do séc. XX. Aos trabalhos de investigação de Rodríguez Almeida, seguiu-se, desde 1989 o Projecto do Monte Testaccio, desenvolvido pelo grupo de pesquisa do CEIPAC, sob coordenação de J. Remesal Rodríguez. Na verdade, este investigador, ao defender a constituição de verdadeiros *corpora* para as marcas estudadas com base no *nomen*, veio a dar sequência aos estudos anteriores, e criar as bases para o conhecimento mais profundo das Dressel 20, da origem das diferentes marcas, das possíveis relações entre diferentes *nomen*, entre muitos outros aspectos (...) “Además, la creación de *Corpora* regionales nos ayudará a conocer la difusión de los materiales de cada centro productor, lo que permite conocer la importancia relativa de cada uno de ellos y, en síntesis, la evolución económica tanto de la región productora, como su significado en el concierto económico del imperio (...)” (Remesal Rodríguez in Berni Millet, 1998, p. 12).

Por outro lado, a estreita ligação deste recipiente ao sistema *annonario*, constitui um elemento fundamental para se compreender o sistema da sua produção e comercialização e a organização da administração fiscal do Estado Romano, assim como a estrutura geral do comércio e a intervenção da administração na evolução desse mesmo comércio (Remesal Rodríguez, 1986).

No sítio de “El Tejarillo” (Lora del Río), J. Remesal Rodríguez escavou dois fornos, sendo a estrutura mais antiga datada do séc. II d.C. (Remesal Rodríguez, 1983). A maioria das ânforas recuperada é, no entanto, posterior, já com cronologia a partir de meados do séc. III. A sua produção corresponde sobretudo à forma Dressel 23 e a outra forma igualmente tardia designada de “Tejarillo 1” (Remesal Rodríguez, 1983).

No sítio designado por “Las Delicias”, que segundo García Vargas é um dos locais de produção mais bem conhecidos, foi mesmo possível escavar uma entulheira com restos de ânforas, onde a análise de milhares de fragmentos permitiu estabelecer a evolução morfológica das Dressel 20, desde Tibério/Cláudio até ao séc. III (García Vargas, 2000, p. 92.).

Em Sevilha, nos fornos do “Hospital de las Cinco Llagas”, escavaram-se cinco fornos sob o actual Parlamento da Andaluzia, onde se produziu, além de ânforas do tipo Dressel 20, as Dressel 28, Haltern 70 e talvez Beltrán IIa (García Vargas, 2003, p. 200-219).

Actualmente, a produção encontra-se também atestada em alguns fornos da Bética costeira, designadamente na baía de Cádiz (“Puente Melchor”) e na costa de Málaga (“Huerta del Rincón”) (García Vargas, 2000, p. 90). Se no primeiro sítio a produção se encontra documentada desde época Augustana até ao séc. IV, no segundo os fornos iniciam a laboração a partir de meados do séc. I d.C. até ao séc. IV (García Vargas, 2000, p. 96 e 98).

Os inúmeros estudos realizados sobre o Monte Testaccio em Roma, os naufrágios, assim como outros contextos de produção e de consumo, em âmbito civil ou militar, permitiram já aos investigadores, como S. Martin-Kilcher, propor uma evolução morfológica deste contentor (Martin-Kilcher, 1983, p. 337-347). P. Berni Millet retoma a proposta de evolução cronológica desta autora e aprofunda o tema, com base nos materiais da Catalunha (1998). Assim, verifica-se que o início da produção se encontra documentado a partir do período augustano, com os tipos que deram posteriormente origem à Dressel 20, como a ânfora Oberaden 83, também integrada na Classe 24 de Peacock e Williams (1986, p. 134-135). Sem querer entrar num excessivo detalhe acerca da evolução das características da Dressel 20, desde época de Augusto/Tibério até ao final do séc. III, pode apenas referir-se que o bordo tende a abandonar a sua forma amendoada, para adquirir um aspecto mais triangular, num processo que se irá desenvolver a partir de meados do séc. I inícios do séc. II (Martin Kilcher, 1983, p. 342-343). Além da morfologia do bordo, assiste-se também a transformações do corpo dos contentores, que tendem a perder o aspecto ovóide, alongando-se os colos a partir, sobretudo, do séc. II. No séc. III, a tendência marca, novamente, uma redução dos colos, as asas contraem-se e os bordos ostentam perfis triangulares.

Na classificação dos nossos exemplares, seguimos a recente proposta de evolução das ânforas Dressel 20 apresentadas por P. Berni Millet (2007).

Em Faro, existem 23 fragmentos de bordos de Dressel 20, a que se devem somar os fragmentos de três asas que ostentam marca. Além das peças originárias das sondagens realizadas no Museu de Faro (14), nove bordos provêm das escavações em que se recuperou o mosaico do Oceano. Do ponto de vista morfológico, verificamos, de uma maneira geral, e pelo perfil dos bordos, que estes abarcam um longo período de importações, que se pode situar entre as fases iniciais da produção, em período Augusto/Tiberiano e momentos bastante mais tardios, situáveis no séc. II, ou posteriormente, como ficou evidenciado através de bordos com perfis triangulares.

Assim, verifica-se que a maioria dos exemplares originários das escavações do Museu Municipal pertence aos primeiros momentos da produção alto imperial (datada de 30-50 tipo I de P. Berni Millet (2007) (nº 473, 474, 475, e 477). Os restantes exemplares distribuem-se por dois

períodos. Um entre 50-80, com ânforas do tipo II de P. Berni Millet (nº 479), e outro, entre 80 e 130, com exemplares integráveis no tipo III do mesmo autor, já com bordo triangular achatado (Berni Millet, 2007)(nº 485).

Não estranhamos a ausência de Dressel 20 das fases mais antigas da produção, atribuídas aos reinados de Augusto e Tibério, no sítio onde se recuperou o mosaico do Oceano, pois o início da ocupação deste local encontra-se datado de um momento ligeiramente anterior a meados do séc. I d.C., cronologia que se obteve através do estudo conjugado das várias categorias cerâmicas (Viegas, 2008b). De salientar a abundância relativa desta forma neste local (nove exemplares que correspondem quase a um terço das peças recuperadas), que se distribuem do seguinte modo: um pertenceria ao tipo I (30-50) de Berni Millet (nº 476), ainda que se encontrem na Catalunha alguns exemplares da forma Dressel 23d que são idênticos ao de Faro (Berni Millet, 1998, Fig. 44); três podem pertencer ao tipo II (50-80) de Berni Millet (nº 481, 482 e 483); e outros dois integram-se na variante seguinte (tipo III), datada já dos finais do séc. I, inícios do séc. II (Berni, 2007) (nº 484 e 486).

Apesar das diferenças verificadas nas pastas dos exemplares de Ossonoba, estes enquadram-se, sem dúvida, nas produções do vale do Guadalquivir, apesar de se saber que a sua produção também está atestada nas áreas costeiras da Bética.

A maioria das formas béticas importadas para Faro correspondem a recipientes que têm a sua origem na baía Gaditana, ou, mais genericamente, na região da Bética costeira.

As ânforas que na tabela de Dressel pertencem aos tipos 7 a 11 correspondem à Classe 16 de Peacock e Williams (1986, p. 117-119), sendo integradas no tipo I de Beltrán. Os autores ingleses diferenciam, no entanto, a Dressel 8 que incluem na Classe 17 (Peacock e Williams, 1986, p. 120-121). As dificuldades em distinguir claramente os diferentes tipos da tabela de Dressel apenas com base nos bordos conservados levaram-nos a tratar esta “família” de ânforas como um todo, à semelhança do que outros autores têm vindo a realizar (Zevi, 1966, Étienne e Mayet, 2002, p. 122).

Estes recipientes, que têm a sua origem em formas republicanas como a Dressel 1, Dressel 21-22 e Dressel 2-4 ou 6, apresentam uma considerável diversidade morfológica, que se pode sintetizar, genericamente, da seguinte forma: o bordo pode ser vertical ou exvertido e apresenta um perfil habitualmente triangular ou subrectangular, com maior ou menor moldura exterior; o colo pode apresentar-se cilíndrico ou troncocónico e o corpo caracteriza-se pela sua morfologia, sobre o ovóide, podendo apresentar-se cilíndrico ou mesmo piriforme; as asas, verticais, têm perfil oval, e ostentam caneluras longitudinais; o fundo pode ser cónico e oco, sendo a sua altura bastante variável.

É elevada a concentração de sítios onde esta forma ocorre na área da baía gaditana, encontrando-se atestada em inúmeros fornos, conforme L. Lagóstena Barrios assinalou, considerando mesmo esta a “família anfórica” melhor representada nesta região (1996). Observa-se, em muitos destes locais, a lenta substituição da forma Mañá C2, pela Beltrán Ia e as suas variantes. Segundo o mesmo autor, a presença de diversas variantes da mesma forma num mesmo centro produtor destinar-se-ia ao envase de produtos de diferentes qualidades (Lagóstena Barrios, 1996, p. 155). Assim, e tendo também por base os *tituli* que ocorrem nas diferentes formas, as ânforas de maiores dimensões, como a Dressel 11, serviriam para o transporte de produtos secundários, enquanto que às Beltrán Ib estaria reservado o *garum*, produto de maior qualidade.

A geografia da produção destes contentores aponta para uma área preferencial na costa atlântica da Bética e, mais raramente, na sua vertente Mediterrânea, encontrando-se praticamente excluído o curso do Guadalquivir (García Vargas, 2000, p. 73-100). Entre todos os locais conhecidos, é a área da baía gaditana a que maior produção conheceu. A produção de Dressel 7 a 10



encontra-se documentada em fases bastante antigas, em período augustano, no “Cerro de los Mártires” (San Fernando-Cádiz) e no forno das “Gallineras”, com cronologias do terceiro quartel do séc. I a. C. (García Vargas, 2000, p. 75), assim como em “Cerro de lo Mar” (Málaga), com idêntica cronologia (García Vargas, 1998, p. 78). Atestada a produção no forno de “El Gallinero” (Puerto Real – Cádiz) e em Haza Honda (Málaga), com cronologias propostas para o final do reinado de Augusto e período tiberiano, as ânforas Dressel 8 foram igualmente produzidas nos fornos de “Villanueva” e “Puente Melchor” (García Vargas, 2000, p. 77-78). No que se refere à Dressel 9, e tal como refere García Vargas, esta ânfora foi produzida na maior parte dos sítios com fornos da baía de Cádiz, com cronologia do séc. I d.C. (1998, p. 87).

Em suma, e de um modo geral, pode afirmar-se que a produção das formas Dressel 7/11 se iniciou na segunda metade ou terceiro quartel do séc. I a.C. e terá tido lugar até ao terceiro quartel do séc. I d. C. (García Vargas, 1998, p. 87). Outro aspecto que deve ser igualmente considerado diz respeito às observações que foram recentemente feitas para a evolução das ânforas ovóides republicanas de origem Bética e Lusitana (Morais, 2004b, p. 36-40). Neste contexto, e particularmente para a Bética, R. Morais propõe uma linha evolutiva que se inicia com as ânforas de tipologia Dressel 10 arcaicas e que termina na Dressel 14, passando pelos modelos de ânforas Dressel 7/11 e Beltrán IIA e IIB (2004b, Fig. 35).

Apesar da grande diversidade morfológica, por vezes patente no mesmo centro produtor, existem alguns traços que permitem distinguir fases na evolução das Dressel 7-11, como recentemente sintetizou S. Martin-Kilcher, com base no material de centros de consumo das províncias a Norte dos Alpes e de contextos datados, quer de centros de consumo quer de contextos de naufrágios (2003, p. 69-84).

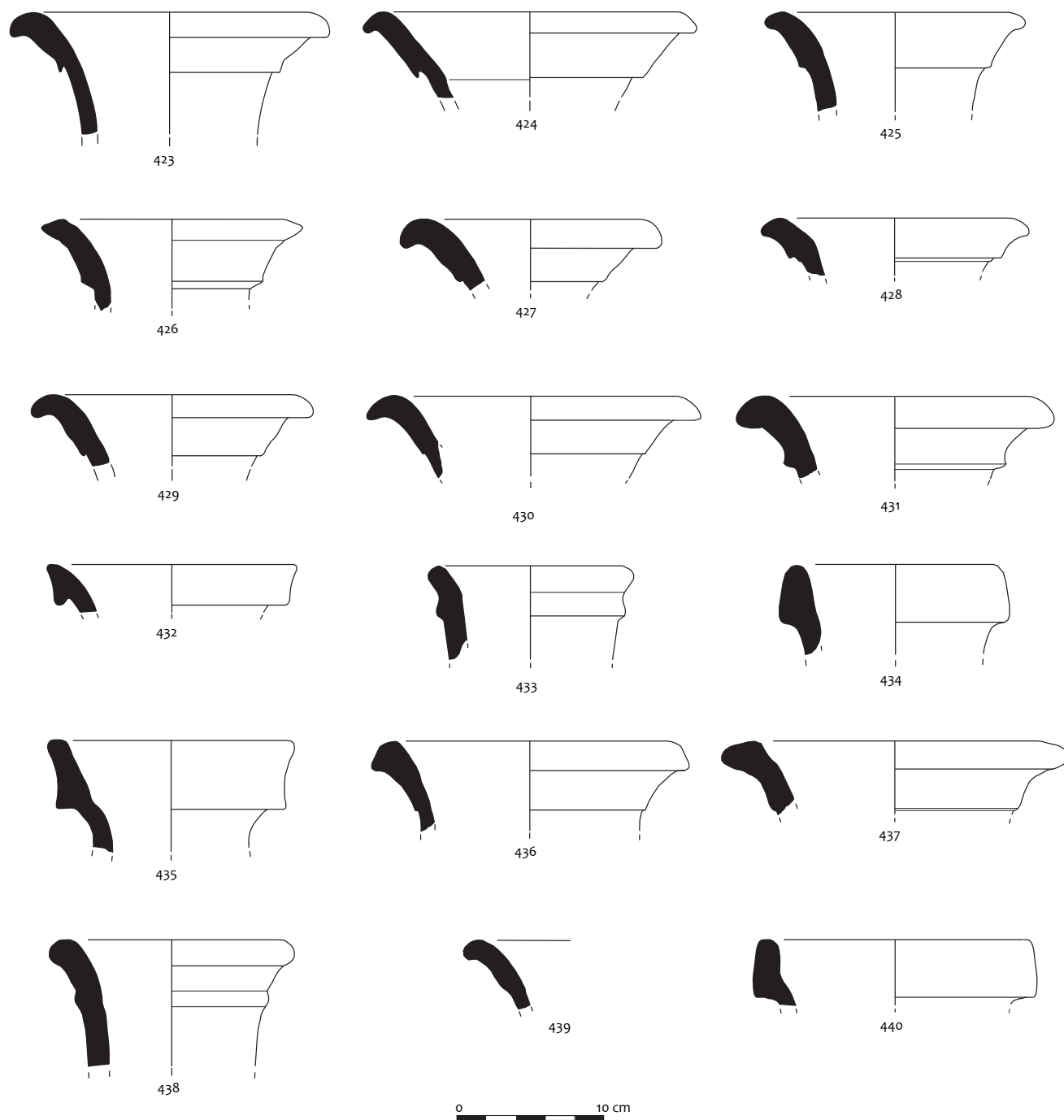
Se é certo que algumas ânforas destas formas convivem, em determinadas fases, nos centros produtores com as ânforas das formas Beltrán IIA e IIB, não pareceu correcto considerá-las em conjunto, pois detêm traços que as permitem distinguir morfológicamente. O facto de apresentarem igualmente cronologias diferenciadas, pelo menos em parte do período das suas respectivas produções, também reforçou esta posição.

Um conteúdo piscícola foi estabelecido, ainda no séc. XIX, para estes contentores, com base em inúmeras inscrições que mencionavam diversos tipos de preparados piscícolas como *garum*, *muria*, *liquamen*, *hallex* ou *cordula*. Além dos dados epigráficos, este conteúdo tem sido confirmado através da análise de restos de peixes conservados no interior de ânforas provenientes de contextos de naufrágios e pela proximidade existente entre os centros produtores de ânforas e as fábricas de transformação de pescado.

Mais recentemente, e seguindo uma linha de pesquisa iniciada por B. Liou, que sugeria um conteúdo vínic para estes recipientes (1988, *apud in* Silvino e Poux, 2005), realizaram-se análises de conteúdos por investigadores do Laboratório de Lyon que sugerem esse conteúdo para alguns destes recipientes (Silvino e Poux, 2005, p. 501-514). Efectivamente, estes autores fazem um ponto da situação sobre a presença destes recipientes em contextos funerários, não só da Gália mas também da Grã-Bretanha, nos quais os contentores vinários são substituídos por ânforas Dressel 7/11 a partir das primeiras décadas do séc. I d.C., sustentando, igualmente, a continuidade da produção de vinho na Bética, conforme relato das fontes escritas (Silvino e Poux, 2005, Fig. 2, p. 505). A hipótese de alguns *tituli picti*, que apontam para um conteúdo como o *laccatum* ou *lymphatum*, corresponderem a um produto vinário é também avançada, sendo verdade que a argumentação final se prende com a análise laboratorial de resíduos orgânicos por meio de cromatografia e espectrometria de massa. Assim, a presença de resinas no interior das ânforas analisadas permitiu apontar a hipótese de um conteúdo vinário para um conjunto de apenas seis recipientes, pelo que apenas a multiplicação deste procedimento poderá trazer novos dados no futuro (Silvino, Poux, 2005, p. 510-512, Tableau 1).



Em Faro, as ânforas Dressel 7/11 encontram-se representadas por 25 exemplares. Regista-se uma grande variedade morfológica, tendo-se procurado obter dados cronológicos para caracterizar o conjunto, sem tentar uma busca exaustiva de paralelos exactos nos diferentes centros produtores gaditanos, o que pareceu uma estratégia pouco proveitosa. Todos os exemplares ostentam fabricos típicos da baía gaditana (nº 423 a 440).



Estampa 30 – Faro. Ânforas dos tipos Dressel 7/11 da Bética.

Aparentemente, não se registam muitos exemplares que se atribuem habitualmente às épocas mais antigas, como os apresentados por S. Martin-Kilcher (2003, p. 79, fig. 9). Efectivamente, apenas duas peças (nº 431) correspondem a modelos datáveis de meados do séc. I a. C., podendo, parte significativa das peças, enquadrar-se nos modelos das Dressel 8 de época de Augusto e Tibério (por exemplo nº 423 a 426). A grande diversidade de perfis de bordos encontrados nos centros produtores da baía gaditana desaconselhou a busca de paralelos exactos, mas permitiu confirmar algumas das classificações que propomos. Por exemplo a peça nº 434, que apresenta uma morfologia pouco habitual no grupo das Dressel 7/11, encontra-se pelo menos em três sítios da baía gaditana, como “Hijuela del Tío Prieto” (Lagóstena Barrios, 1996, p. 35 Fig.4), “Los Sauces” e “Buena Vista” (fig. 7 p. 41 e Fig. 14, p. 59).

Quanto aos contextos de recolha dos exemplares de *Ossonoba*, deve dizer-se que o material das sondagens realizadas no Museu não se encontra em níveis preservados. Três exemplares de Dressel 7/11 são originários das escavações onde se recuperou o mosaico do Oceano e, como esta área da cidade só tem ocupação documentada a partir de meados do séc. I d. C., devem ser datados desse período ou posterior.

A ânfora **Dressel 14 Bética** integra-se no tipo IV de Beltrán, tendo sido identificada a sua produção na Bética, em Calahonda e Motril (Granada) (1970, p. 456). Uma produção local/regional lusitana encontra-se atestada na costa algarvia, e nos vales do Tejo e do Sado. A ela nos referiremos oportunamente *infra*.

Deve-se a Parker a distinção entre as produções lusitanas e béticas, propondo-se a designação de Beltrán IVa para as últimas (García Vargas, 1998, p. 101). Segundo C. Fabião e A. Carvalho, o único critério seguido nesta diferenciação prendeu-se com a morfologia do bordo, arredondado nos exemplares béticos, o que não constitui um elemento suficientemente claro para o estabelecimento desta distinção (Fabião e Carvalho, 1990, p. 41-48). Assim, e segundo os mesmos autores, as duas classes de Peacock e Williams 20 e 21 (1986, p. 126-129), pretendendo distinguir as produções béticas e lusitanas, deviam ser reunidas na Classe 20/21. Por seu turno, R. Étienne e F. Mayet defendem a distinção das Dressel 14 da Bética com a letra A e da Lusitania com a letra B, sugerindo que (...) “il est vraisemblable qu’elles n’ont rien à voir l’une avec l’autre et que la seconde n’est pas une imitation de la première comme on a pu le penser” (2002, p. 133).

Trata-se de uma ânfora que se caracteriza pela sua forma cilíndrica, com colo alto, bitronco-cónico ou cilíndrico, com bordo bastante variável: de perfil semicircular e voltado para o exterior. As asas têm sulco longitudinal.

Na Bética, a produção distribui-se pelas vertentes Mediterrânea da costa da actual Andaluzia, mas também no lado ocidental. Além da produção gaditana de Puente Melchor, datada de época flávia, a Dressel 14, foi documentada também nos fornos de Venta del Carmen, (Los Barrios-Algeciras) (Bernal Casasola, 1998; García Vargas, 2000, p. 83-84), entre outros locais. Defendeu-se, recentemente, que os centros produtores gaditanos, que foram outrora apontados como tendo produzido Dressel 2/4, teriam, na verdade fabricado Dressel 14 (Bernal Casasola et al., 2004, p. 633-648). Encontram-se nestas condições as oficinas de “Guadarranque (San Roque, Cádiz), “El Rinconcillo” e “Loma de Ceres” (Bernal Casasola et al., 2004, p. 635-636, Figura 3).

A produção das Dressel 14 iniciou-se no período tardo-augustano ou tiberiano, como o atestam os achados de contextos de naufrágio, mas foi nos finais do séc. I, e na centúria seguinte que se registou uma maior produção deste tipo, encontrando-se ainda a ser fabricada no séc. III (García Vargas, 2000, p. 84; Étienne e Mayet, 2002, p. 134). Segundo García Vargas, a diferenciação morfológica entre os tipos lusitanos e béticos não faria muito sentido, uma vez que na fase final de produção bética existe uma aproximação tipológica de ambas (2000, p. 84).

Em Faro, apenas se recolheram seis exemplares que incluímos, ainda que com algumas reservas, nesta forma, todos pertencentes a produções que se atribuíram à baía gaditana, mas a sua morfologia própria não permitiu relacioná-los com um centro produtor específico (nº 441 a 443). Alguns destes exemplares (nº 444) encontram-se, como já se referiu, na fronteira entre a Dressel 14 e a Haltern 70 tardia, Flávia, com um perfil próximo das chamadas Verulamium 1908, estas datadas do primeiro quartel/meados do séc. II (Carreras, 2003, Fig. 3; Sealey, 2003, p. 92-95). Neste caso, a opção por considerar estes exemplares dentro da forma Dressel 14 relaciona-se com o seu fabrico, que não corresponde ao habitual no vale do Guadalquivir, e, portanto, as afasta das Haltern 70.

Entre as importações da Bética costeira, encontra-se também a ânfora **Beltrán IIA**, que terá transportado preparados piscícolas, e que apresenta uma considerável diversidade morfológica. Corresponde à Classe 18 de Peacock e Williams (1986, p. 122-123).

A produção inicia-se em época de Augusto-Tibério, como o atestam os fornos de “Venta del Carmen” (Algeciras) e “Olivar de los Valencianos” (Cádiz), mas será durante o séc. I d. C. que se regista o momento de maior exportação desta ânfora (García Vargas, 2000, p. 84-85). Este tipo anfórico desaparece do registo arqueológico nos centros de consumo, na segunda metade do séc. II (García Vargas, 1998, p. 108). Na Bética costeira, são inúmeros os fornos que produziram esta forma, entre meados do séc. I e os finais do séc. II (García Vargas, 2000, p. 86).

Trata-se de uma ânfora com corpo ovóide, colo alto troncocónico ou cilíndrico e fundo cónico, alto e oco. O bordo pode ser mais ou menos desenvolvido e tem habitualmente um perfil triangular, voltado para o exterior, sem se diferenciar do colo. As asas são verticais e têm secção elíptica. Regista-se uma evolução morfológica do perfil geral da ânfora, que permite distinguir os tipos mais estilizados como pertencentes a épocas mais recentes, sendo apontadas diversas variantes, de A a D (García Vargas, 1998, p. 105-108; 2000, p. 85).

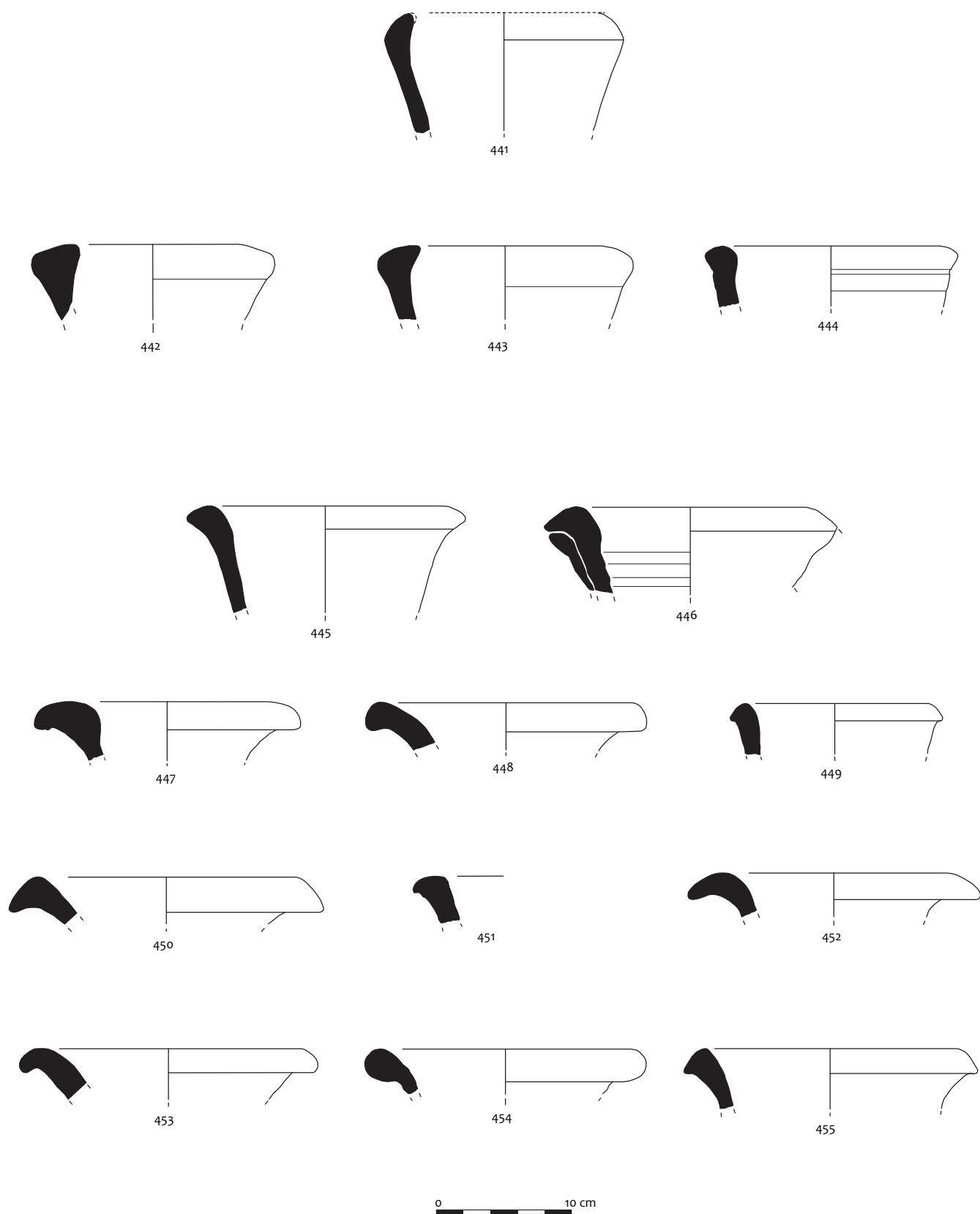
Por sua vez, R. Étienne e F. Mayet avançaram, recentemente, propostas de evolução geral das Beltrán II, onde incluem a forma Pompei VII, como variante intermédia entre a Dressel 7/11 e a Beltrán IIA, discordando das variantes B a D propostas por García Vargas (2002, p. 126).

Em Faro, existem apenas dois exemplares deste tipo, que ostentam um fabrico tipicamente gaditano, e que não ilustrámos.

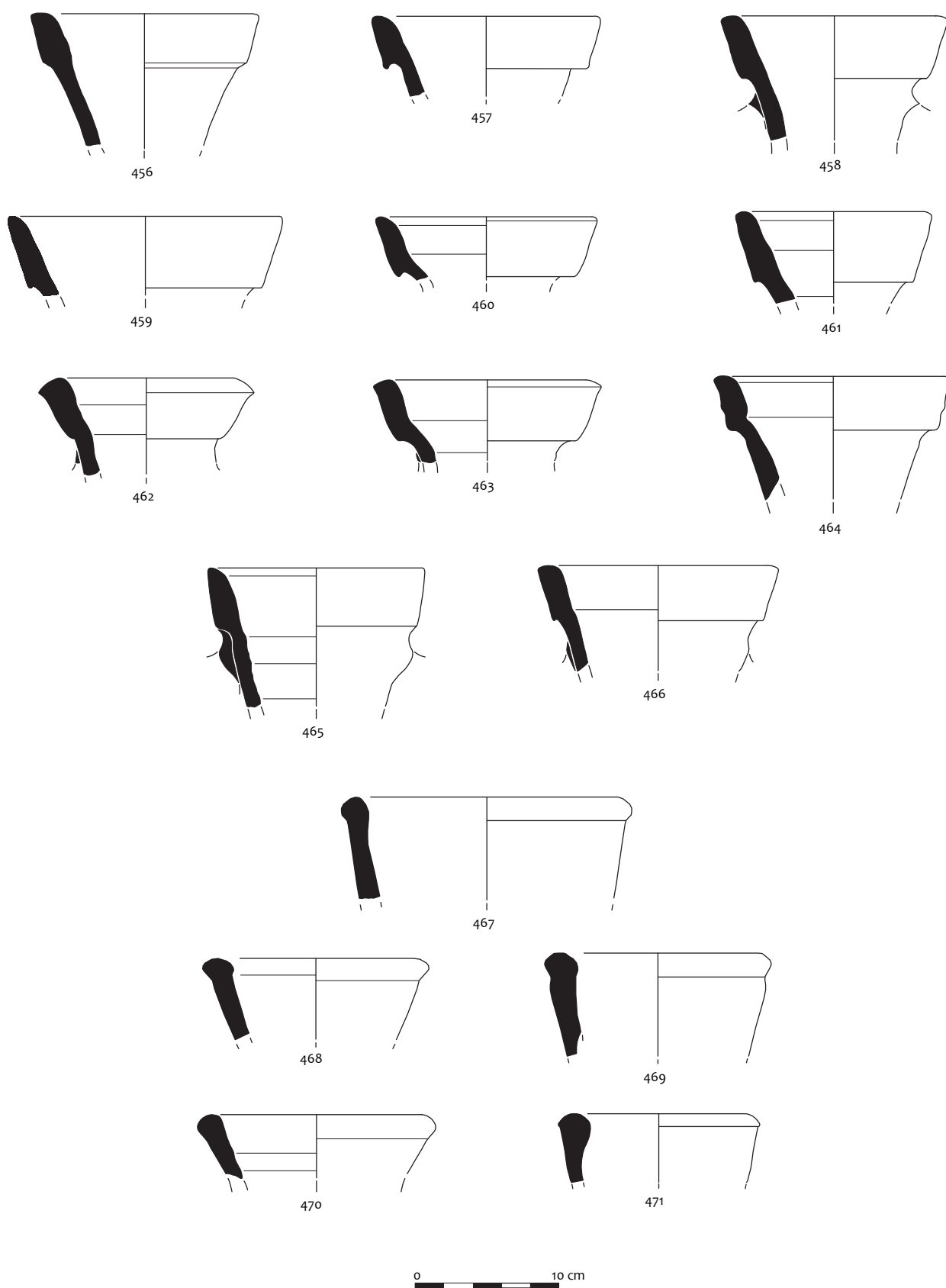
Um dos mais típicos contentores de preparados piscícolas da Bética costeira definidos por Beltrán nos anos 70 corresponde à forma **IIB** (1970, p. 433), a Classe 19 de Peacock e Williams (1986, p. 124-125).

Este modelo caracteriza-se por um bordo de amplo diâmetro, voltado para o exterior, longas asas verticais, com sulcos longitudinais, corpo piriforme que alarga junto ao fundo oco, fundo esse que possui perfil cónico. García Vargas distingue duas variantes, A e B, que se distinguem, essencialmente, pelo bordo, uma vez que, na variante A, o bordo apresenta uma moldura que estabelece a distinção entre este e o colo, enquanto na variante B esta moldura não existe (García Vargas, 1998, p. 108-111). Em termos cronológicos, a segunda variante ter-se-ia produzido sobretudo a partir dos finais do séc. I e durante todo o séc. II d. C. (García Vargas, 2000, p. 86).

Apesar de ser de opinião que as duas variantes se devem distinguir, verifico, tal como apontam alguns autores, que a variante A, com moldura, se distingue com dificuldade de alguns exemplares que se integram nas Dressel 7/11, sobretudo na Dressel 11 (Étienne e Mayet, 2002, p. 130). Esta dificuldade é acrescida quando apenas se conservou, como é o caso da maior parte dos fragmentos de Faro, Balsa e Castro Marim, a parte superior dos bordos, o que não permite verificar a existência, ou não, de moldura. Por outro lado, nos casos em que esta moldura existe, a tendência foi integrar esses exemplares na categoria das Dressel 7/11.

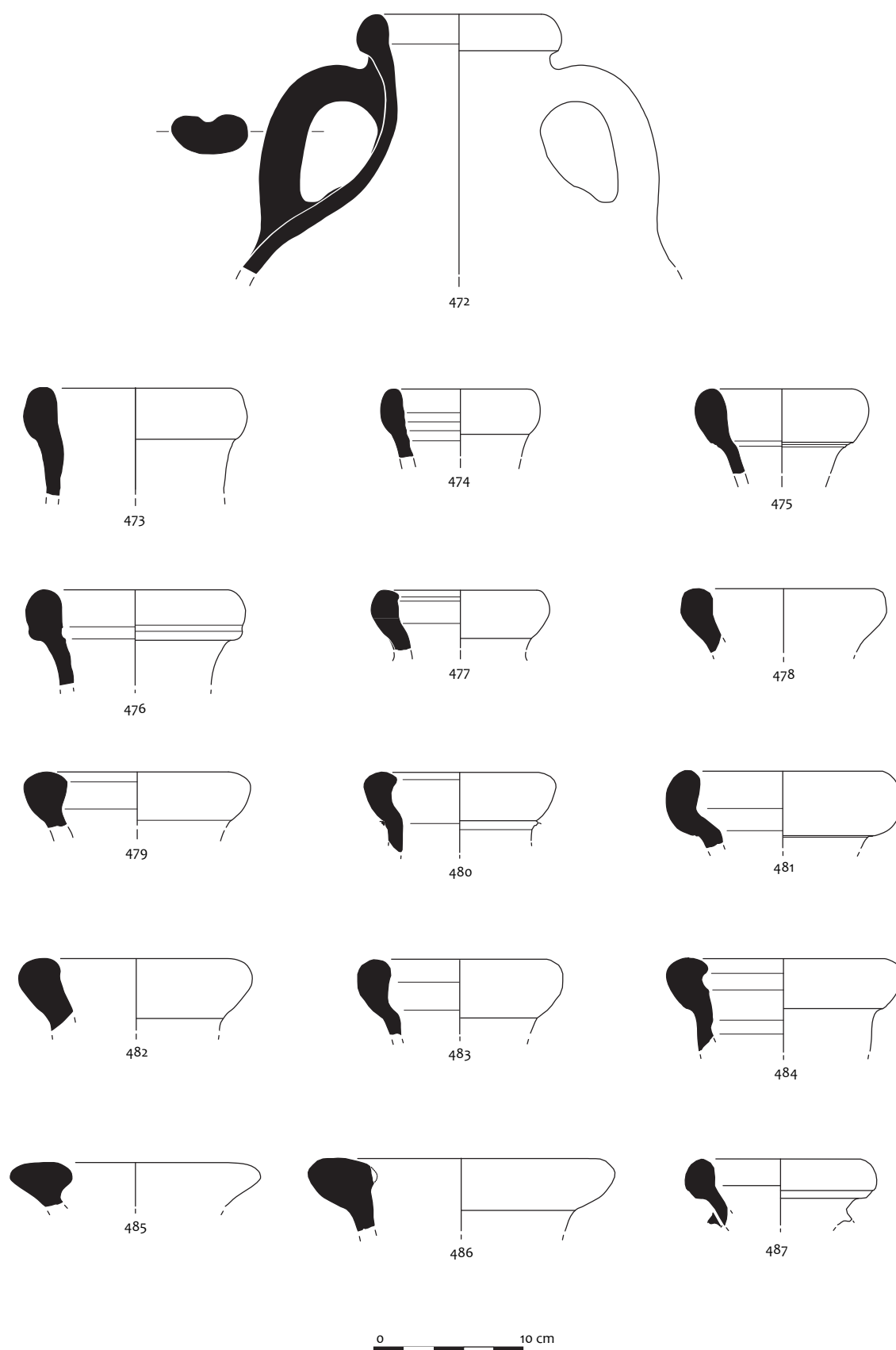


Estampa 31 – Faro. Ânforas Dressel 14 e Beltrán IIB da Bética.



Estampa 32 – Faro. Ânforas do tipo Haltern 70 da Bética.





Estampa 33 – Faro. Ânfora do tipo Haltern 71/Oberaden 83 e Dressel 20 da Bética, e Gauloise 4 da Gália.

A cronologia do início da sua produção é ainda um pouco controversa, pois, segundo M. Beltrán Lloris e C. Panella, este começo dataria do período de Augusto ou Tibério, embora os locais de produção estudados, designadamente “Puente Melchor” (Puerto Real), apontem para período posterior, já em meados do séc. I d. C. A produção deste modelo encontra-se disseminada por toda a costa da baía Gaditana e também na costa mediterrânea (área de Málaga e Granada) (García Vargas, 2000, p. 86-87).

Em Faro, esta forma corresponde a 3.8% do total de ânforas recuperadas, o que perfaz um total de 17 exemplares. É importante referir que estas peças se repartem, de forma quase igual, pelos dois sítios de Faro: o local onde se identificou o mosaico do Oceano e as sondagens do Museu Municipal (nº 445 a 455). No primeiro caso, verifica-se mesmo que este tipo anfórico constitui pouco menos de metade das ânforas aí recuperadas. Os exemplares aí encontrados parecem pertencer todos à variante B, (sem moldura) de García Vargas, e datariam, portanto, segundo este autor, de finais do séc. I d.C. e do século seguinte.

### Importação da Gália

As ânforas da forma **Gauloise 4** foram integradas na Classe 27 de Peacock e Williams (1986, p. 142-143). Trata-se de um recipiente de dimensão relativamente reduzida (não ultrapassa os 69 cm de altura), de bordo arredondado, corpo piriforme e o fundo caracteriza-se por ser de anel, estreito e plano. As asas, que possuem secção elíptica e sulco longitudinal, partem do meio do colo e terminam sobre o ombro.

Os trabalhos de F. Laubenheimer revelam que a maioria destas ânforas tem a sua origem na Narbonense, embora também se registem oficinas no Languedoc e Provença (1985), verificando-se igualmente reproduções deste modelo em outras regiões da actual França e em Espanha.

A propósito do material de diversos sítios do Nordeste de França, Baudoux refere as dificuldades em aplicar os parâmetros propostos por Laubenheimer com vista ao reconhecimento de diferentes áreas de produção (Baudoux, 1996, p. 56).

De acordo com a informação dos *tituli* que alguns exemplares ostentam, o vinho terá sido o principal conteúdo deste recipiente, produzido entre os meados do séc. I e o séc. III d. C. A sua distribuição é bastante ampla, com presenças documentadas em França, na Grã-Bretanha, na Alemanha, na Holanda e em Itália, assim como no Mediterrâneo oriental, embora em menores quantidades (Peacock e Williams, 1986, p. 142-143).

Segundo Baudoux, as pastas distinguem-se com dificuldade, podendo as mais arenosas ser originárias da área de Cannes e Fréjus, embora um estudo mais rigoroso deva recorrer a análises mineralógicas e petrográficas (Baudoux, 1998, p. 58-60).

Em Faro, apenas se regista um exemplar desta forma, ostentando o característico bordo de lábio de secção semi circular, colo côncavo e o arranque da asa (nº 487). Este fragmento detem o típico fabrico creme rosado, compacto e duro descrito na bibliografia de referência (Peacock e Williams, 1986, p. 143).

### Importações do Norte de África

Entre os tipos ditos neo-púnicos, a forma **Tripolitana II** corresponde ao nº IX de Keay (1984, p. 129-131, Fig. 47) e integra-se na Classe 37 de Peacock e Williams (1986, p. 169-170). Identificada pela primeira vez por C. Panella em Ostia, esta forma encontra-se entre os tipos que seguem a tradição púnica não só ao nível da configuração do bordo, voltado para o exterior, mas também

no que se refere ao corpo cilíndrico, e às asas colocadas no corpo (Panella, 1973, *apud* Bonifay, 2004a, p. 89-90). Trata-se de um contentor cuja produção se encontra atestada entre o séc. I e o séc. IV, na região Tripolitana (actual Líbia) (Keay, 1984, p. 129), embora os dados de Ostia apontem para um intensificar das importações sobretudo a partir dos finais do séc. II, e um final da produção no séc. III (Panella, 1973, p. 563, *apud* Bonifay, 2004a).

Tal como para as restantes ânforas africanas, a discussão sobre se terá transportado azeite ou preparados piscícolas, continua em aberto (Bonifay, 2004a, p. 92).

Em Faro, recolheram-se dois exemplares desta forma, (nº 508 e 509), detendo pastas idênticas às descritas para a região da Tripolitania.

Uma vez que a importação de cerâmicas norte africanas teve início no período dos Flávios (Viegas, 2008a, 2008b) tendo-se intensificado no séc. II e seguintes, julgamos que a importação de produtos transportados em ânforas pode ter ocorrido igualmente neste período.

### Epigrafia anfórica

São relativamente escassas as inscrições que se encontram entre o material recuperado das cidades algarvias. Em Faro, de um total de quatro marcas, três pertencem a Dressel 20 (LCF, PSAVITI e ... RSED), sendo, em um dos casos, uma rara inscrição numa asa de Haltern 70 (LFO). Na transcrição das marcas, utilizaram-se as mesmas normas que são propostas na base de dados do Centro para el Estudio de la Interdependência Provincial en la Antigüedad Clasica (CEIPAC), da Universidade de Barcelona.

#### 1 – LCF (nº 526)

Tipologia: Dressel 20  
Local de descoberta: Faro (Mosaico do Oceano)  
Local de conservação: Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa) nº 2002.116.3  
Bibliografia: inédita  
Marca: LCF  
Conservação: |L.C.\*  
Local da peça: *in ansa*  
Direcção: *directa*  
Relevo: *litt. extantibus*.



Trata-se da segunda ocorrência desta marca em solo algarvio, não restando dúvidas sobre a sua leitura, pois encontrou-se completo um outro exemplar, proveniente do sítio romano da Manta Rota (Vila Real de Santo António) (Viegas, 2006, Fig. 7, nº 62, p. 177-196; CEIPAC nº 4624). Apesar da leitura não oferecer problemas, não existe ainda uma segurança quanto à localização numa *figlina* específica no vale do Guadalquivir. Conforme referimos em ocasião anterior, segundo Chic Garcia esta marca LCF está atestada em diversos locais do vale Médio do Guadalquivir, além da sua identificação no Monte Testaccio, em Roma (Chic Garcia, 2001, p. 72). A fórmula LCF consistia, segundo o mesmo autor, uma simplificação da marca LCFSCVFM, descoberta em várias oficinas do vale do Betis.

Com a sigla LCF, além dos exemplares referidos, a marca ocorre no Vale do Guadalquivir, no Cortijo de Romero (Palma del Río)(CEIPAC nº 11381) e no Cerro de los Presebres (CEIPAC nº 845) e em Vindolanda (Grã-Bretanha) (CEIPAC nº 15757).

Uma marca idêntica, mas com grafia diferente, com a fórmula LCFPCO, referenciada na *Britannia*, não foi atribuída a uma *figlina* específica e a sua cronologia abarcava um longo período desde a segunda metade do séc. I até meados do séc. III (Carreras Monfort e Funari, 1998, p. 118-119). Esta marca encontra-se presente, segundo a informação da base de dados do CEIPAC, em nove exemplares (cinco de França, dois da Grã-Bretanha e apenas um exemplar da Holanda e da Alemanha).

Os caracteres LC da marca de Faro podem ainda pertencer à marca LCFPCE, que se encontrou num campo militar do *limes* (Rottweil), onde foi datada do período Flávio ou Trajânico devido à tipologia da ânfora (Remesal Rodríguez, 1997, nº 66a). O contexto arqueológico de uma marca LCFPCE recuperada em trabalhos arqueológicos recentes realizados em *Vindolanda*, na Grã-Bretanha, apontam para cronologias posteriores entre 180 e 212 d.C. (Marlière e Torres Costa, 2005, p. 219, nº 2). Além dos exemplares já referidos, esta marca foi identificada noutros três casos na Alemanha, também em Itália, Suíça, França e no Egipto (CEIPAC).

## 2 – LFO (nº 527)

Tipologia: Haltern 70

Local de descoberta: Faro (Mosaico do Oceano)

Local de conservação: Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa)

Bibliografia: inédita

Marca: LFO

Conservação: |L(%F) \*

Local da peça: *in ansa*

Direcção: *directa*

Relevo: *litt. extantibus*.



Ao contrário do que sucede para as ânforas Dressel 20, é relativamente escasso o conjunto de marcas conhecidas para as Haltern 70. A marca de Faro, onde se lê um L com bastante nitidez e o que julgo ser parte do F, corresponde à sigla LFO. Na recente publicação sobre as Haltern 70 e a propósito do naufrágio de Culip VIII, apresenta-se uma síntese da epigrafia conhecida para esta ânfora (Moros e Berni Millet, 2004, p. 51-57). Tudo aponta para que a marca de Faro seja idêntica à que se encontra num exemplar recolhido em Xanten, na Alemanha (Moros e Berni Millet, 2004, nº 7. p. 56)(CEIPAC nº 24960). A mesma marca ocorre em Dressel 20, sendo a cronologia Júlio-cláudia (até finais do segundo quartel do séc. I d.C.) obtida pela forma da secção da asa, desconhecendo-se a *figlina* precisa, do vale do Guadalquivir, que a terá produzido.

Na pesquisa realizada na base de dados do CEIPAC, além de Xanten na Alemanha, apenas encontramos referência a esta marca na forma Verulamium 1908 que corresponde ao que tem sido considerado como uma Haltern 70 tardia, em França (CEIPAC nº 7870) e em Itália (CEIPAC nº 25022).

O estado de conservação do exemplar ossonobense não ajuda na busca de paralelos. Ainda assim, a marca que mais parece aproximar-se da que descrevemos, além das já referidas, encontra-se num exemplar de Dressel 20, (CEIPAC nº 18978), encontrada em Mainz na Alemanha. Como já se referiu a mesma marca é frequente em exemplares do tipo Dressel 20, distribuindo-se maioritariamente por sítios na actual Alemanha e Grã Bretanha, embora também por França, Suíça e Itália, atingindo igualmente o actual Marrocos e mesmo o Egipto.

### 3 – PSAVIT (nº 528)

Tipologia: Dressel 20  
Local da descoberta: Faro (Museu de Faro)  
Local de Conservação: Museu de Faro  
Bibliografia: inédita  
Marca: PSAVIT  
Conservação: |P·S·(AVIT)|  
Local da peça: *in ansa*  
Direcção: *directa*  
Relevo: *litt. extantibus*



A marca PSAVITI teve uma difusão considerável, encontrando-se, na consulta à base de dados do CEIPAC, inúmeros locais de achado, tais como o Vale do Guadalquivir, no sítio de Las Delícias, na Tarraconense, em Itália (no *Castro Praetoria* e no *Testaccio*) e na Gália, assim como nas províncias do Norte, como a *Britannia* e a *Germania*, e Augst (Suiça). A marca que mais se aproxima do exemplar de *Ossonoba* é a CEIPAC nº 7594 de Augst (Suiça) (Martin Kilcher, 1987). O exemplar CEIPAC nº 6237, encontrado na Gália, também apresenta muitas semelhanças com a nossa peça (Lamour e Mayet, 1981, pp. 3-18; nº 104, p. 10, pl. V.).

Não podemos deixar de relacionar esta marca com a de CFVFAVITI, patente quer em ânforas do tipo Dressel 20 quer em Haltern 70, que se encontra datada do período de Cláudio, apontando-se o local de produção em Alcalá del Río, no Vale do Guadalquivir.

### 4 – RSED (nº 529)

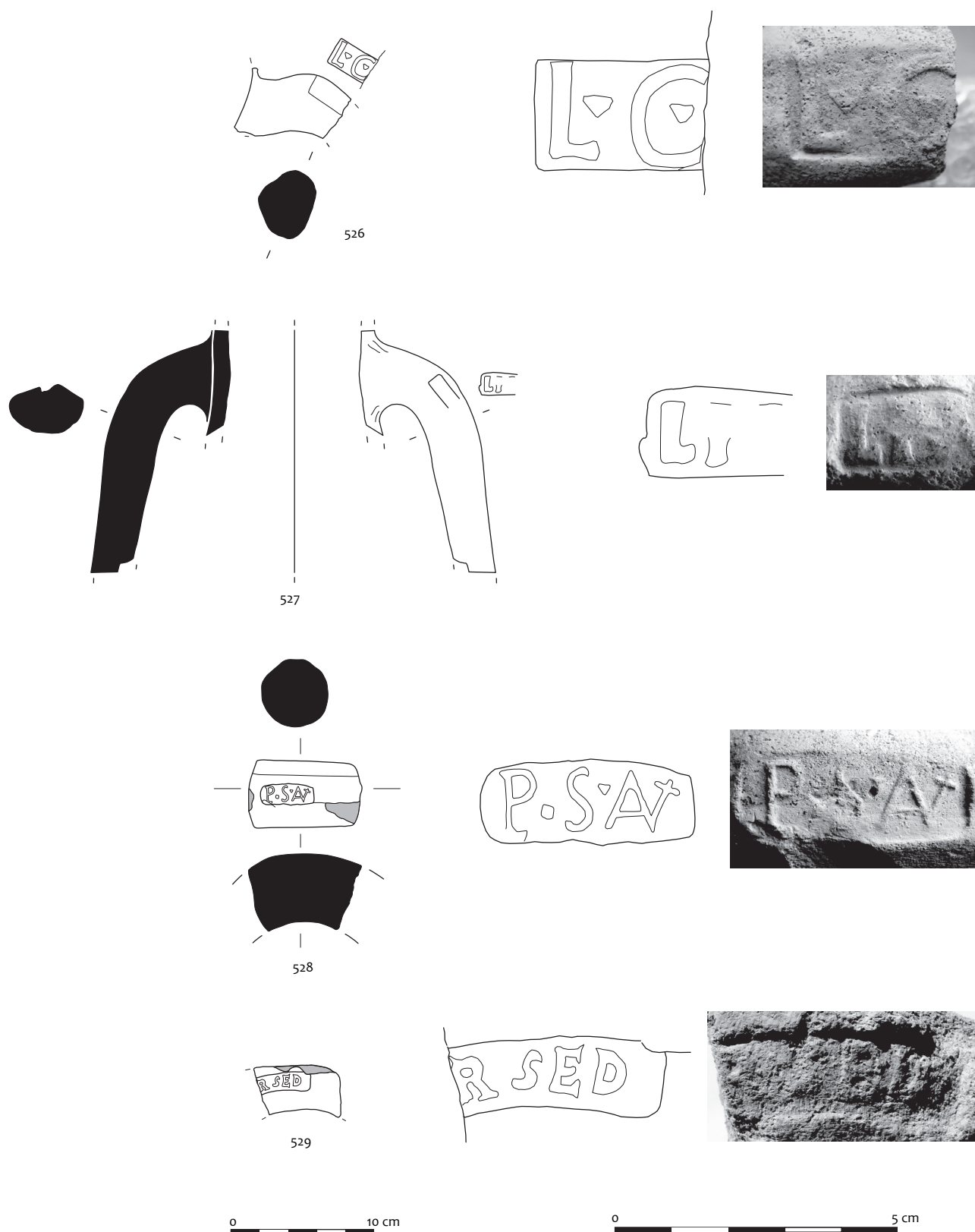
Tipologia: Dressel 20  
Local de descoberta: Faro (Mosaico do Oceano)  
Local de conservação: Museu de Faro  
Bibliografia: inédita  
Marca: RSED  
Conservação: \*RSED|  
Local da peça: *in ansa*  
Direcção: *directa*  
Relevo: *litt. extantibus*



A marca de Faro onde se lê R SED parece corresponder à sigla ...Q...ERSED (CEIPAC nº 4525). Trata-se de um exemplar registado ainda no séc. XIX por H. Dressel, relativo a material proveniente de Porta Flaminia (Roma) (Dressel, 1899, CILXV 3308).

Do ponto de vista onomástico, pode estabelecer-se uma relação desta personagem com QSERVILIBROCH, com uma datação de meados do séc. I, originária da *figlina* de “Las Sessenta”, localizada próximo de Lora del Río, no vale do Guadalquivir. Outro indivíduo a relacionar com a nossa marca seria [Q]SERCR, que se encontra entre o material do naufrágio de Port-Vendres, datado da época dos Júlio-Cláudios.





Estampa 34 – Faro. Epigrafía anfórica.

### Síntese das principais características das ânforas alto imperiais de Faro

As ânforas cuja tipologia se enquadra no período Alto Imperial correspondem a cerca de 26.3% dos recipientes estudados (118 exemplares). Para tal contribuem não só as ânforas provenientes das escavações do Museu de Faro, mas também, embora em menor número, as recuperadas nas escavações do mosaico do Oceano.

O primeiro dado que sobressai da leitura da **Tabela 24** e do **Gráfico 9**, do material de Faro, diz respeito à ausência de produções locais e regionais lusitanas nesta cidade, o que não valorizamos excessivamente e explicamos pela natureza da amostra estudada, que poderá não ser representativa da realidade das importações anfóricas na cidade de *Ossonoba*, no que diz respeito ao período Imperial.

Conteúdo	Origem	Tipo	Total NMI	%	Total NMI por origem	%	Total NMI por produto	%
Peixe	Bética	Dressel 7/11	25	21.2				
		Dressel 14	6	5.1				
		Beltrán II A	2	1.7				
		Beltrán II B	17	14.4				
Defrutum		Haltern 70	41	34.8			50	42.4
Azeite		Haltern 71	1	0.8			41	34.8
	Dressel 20	23	19.5	24	20.3			
Vinho	Gália	Gauloise 4	1	0.8	115	97.5	24	20.3
Vinho	Gália	Gauloise 4	1	0.8	1	0.8	1	0.8
Indet.	N. África	Tripolitana II	2	1.7	2	1.7	2	1.7
Total			118	100	118	100	118	100

Tabela 24 – Faro. Ânforas no Alto Império segundo a sua origem e conteúdo.

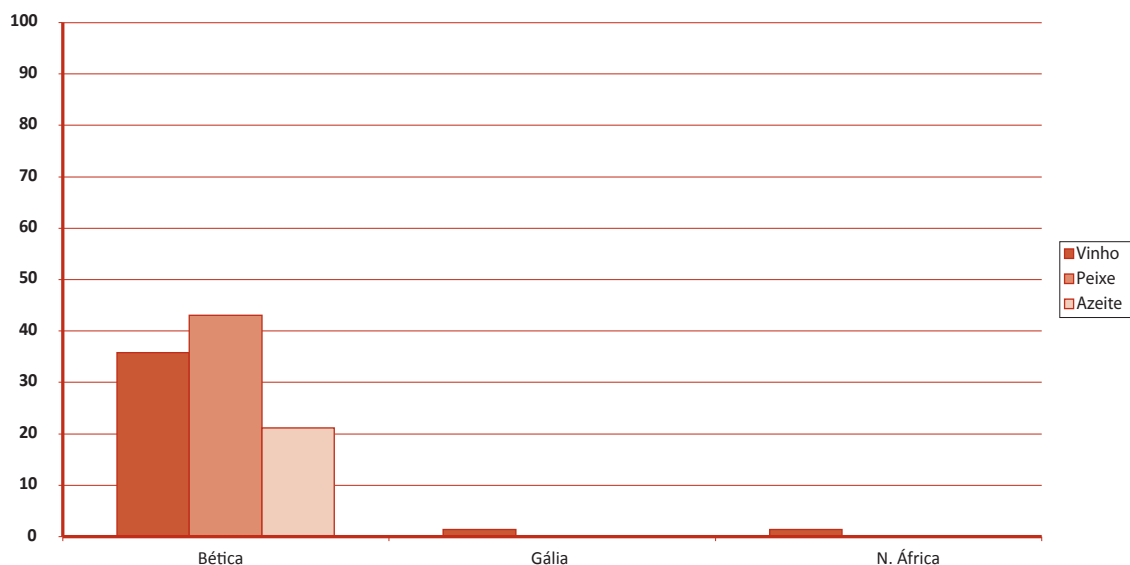


Gráfico 9 – Faro. Distribuição percentual das ânforas no Alto Império segundo a sua origem e conteúdo.

A origem da quase totalidade das ânforas de Faro, durante o Alto Império, foi a província Bética. De facto, regista-se apenas um exemplar de uma ânfora vinária da Gália, da forma Gauloise 4 e um outro norte africano. Relativamente à Bética, esta província foi responsável pelo abastecimento de recipientes para preparados piscícolas oriundos dos centros produtores da área costeira. No conjunto, dominam as formas Dressel 7/11 e Beltrán IIB, encontrando-se também alguns exemplares da forma Dressel 14 e Beltrán IIA. Do ponto de vista da evolução cronológica das importações com origem na área gaditana, verifica-se uma continuidade desde o período republicano, uma vez que a produção da Dressel 7/11 se encontra atestada desde o terceiro quartel do séc. I a.C., até ao terceiro quartel da centúria seguinte. Nesta continuidade cronológica, não deixa, no entanto, de se verificar uma ligeira quebra das importações nos finais do séc. I a.C. e início do século seguinte pois, como se verificou, não se registam muitos exemplares das formas mais antigas, augustanas. A presença significativa da forma Beltrán IIB, já sem moldura, e portanto pertencente à variante B proposta por García Vargas (1998), demonstra que Faro continuou a receber estes contentores destinados ao transporte de preparados piscícolas nos finais do séc. I e no decurso do séc. II d. C. Outro aspecto digno de destaque é o volume de importações durante o Alto Império ter sido muito menor do que o que foi registado para o período anterior. Efectivamente, e tal como tivemos oportunidade de verificar, durante o período Republicano os preparados piscícolas são percentualmente muito significativos, correspondendo a 75.6% dos produtos importados, mas numericamente este valor é de 211 exemplares, portanto quase cinco vezes superior ao registado em época alto imperial. Naturalmente que este aspecto deve ser matizado, uma vez que se regista uma menor quantidade de ânforas do período Alto Imperial do que a que se obteve para o período republicano. Infelizmente, a ausência de dados estratigráficos e a relativamente reduzida área escavada nas sondagens do Museu Municipal não nos permite observações mais precisas.

Igualmente com origem na Bética, mas desta vez provenientes do vale do Guadalquivir, encontra-se em Faro um conjunto significativo de ânforas do tipo Haltern 70, que constituem 34.8% dos contentores registados no Alto Império. De acordo com a morfologia dos bordos, tudo aponta para uma concentração das importações sobretudo na dinastia dos Julio-Cláudios, designadamente de meados do séc. I d. C. Apesar de existirem exemplares já do período Flávio, estes são minoritários. A esta ânfora tem sido associado um conteúdo vinário (*defrutum*), mas alguns autores defendem que, enquanto envase destinado a um abastecimento essencialmente militar, o seu conteúdo pode ter sido mais diversificado.

Foram recuperadas em Faro outras ânforas provenientes das *figlinae* do vale do Betis. Refiro-me às ânforas oleícolas mais antigas, como é o caso da Haltern 71 de época augustana, forma que estará na origem da Dressel 20, o típico contentor de azeite bético. Para conhecer a evolução das importações da Dressel 20 devemos deter-nos na análise da evolução dos seus bordos, cuja morfologia se modifica desde época de Augusto – Tibério até ao séc. III. Os dois sítios tratados (sondagens do Museu Municipal e área onde se recuperou o mosaico do Oceano, oferecem uma visão complementar, em que se observa, por um lado, na área do Museu Municipal, uma maior concentração de exemplares de Dressel 20 ainda da primeira metade do séc. I, para não mencionar novamente a Haltern 71 datada de Augusto, na área do Museu Municipal, sendo predominantes, no mosaico do Oceano, os bordos de perfil triangular, datáveis do período Flávio.

## Baixo Império

Do total de ânforas estudadas, apenas 11.6% correspondem a contentores importados durante o Baixo Império, num total de 52 peças. Ambos sítios tratados, sondagens do Museu Municipal e área do mosaico do Oceano, contribuíram para este fenómeno. Mantém-se uma importação significativa de produtos oriundos da vizinha província Bética, sobretudo de preparados piscícolas (20.7%), embora as produções locais e regionais sejam responsáveis pelo abastecimento de 35.8% das ânforas deste período. A presença dos produtos africanos é agora bastante significativa, com 39.7% dos contentores registados na cidade. Como se terá oportunidade de referir, a discussão acerca do conteúdo de parte importante destes recipientes encontra-se longe estar resolvida, propondo-se, por um lado, um conteúdo oleícola, tese que vai ganhando peso, e por outro, a utilização destes envases, ou de parte deles no transporte de preparados piscícolas.

### Importações da Bética

Durante o séc. III, a produção de ânforas na Bética costeira registou um acentuado declínio, visível na diminuição de centros produtores em actividade (Lagóstena Barrios, 1996, p. 136-137).

A produção de ânforas **Almagro 50**, que inicialmente se julgou ser exclusiva da *Lusitania*, encontra-se atestada nos fornos de “Puente Melchor”, onde ocorre com a marca SOCI (Lagóstena Barrios, 1996, p. 137). Neste sítio, encontram-se associadas, em contextos de lixeira, às suas antecessoras Puerto Real 1 (García Vargas, 1998, p. 123).

Para este tipo, que Keay subdivide entre a forma XVI bética (piriforme) e a XXII lusitana (cilíndrica e menor) (1984), R. Étienne e F. Mayet propuseram, recentemente, a denominação de Almagro 50A para os exemplares produzidos na Bética, de modo a distingui-lo da B de produção Lusitana (2002, p. 137). O conteúdo piscícola não parece oferecer dúvidas, tendo-se recuperado restos de pequenos peixes, como sardinha, em exemplares da forma Keay XXII (1984, p. 170-172).

Além da produção gaditana, este tipo encontra-se entre os materiais fabricados nos fornos de “Ringo Rango”, na baía de Algeciras, e em “Los Barreros” e “Los Matagallares”, na área de Granada, situando-se a sua produção desde finais do séc. II/inícios do séc. III, podendo encontrar-se em contextos de consumo, até a finais do séc. V d. C. (Bernal Casasola e Navas Rodríguez, 1998, p. 70-81; Bernal Casasola, 1998; Bernal Casasola, 2000, p. 281-282). Muitos exemplares ostentam marca na asa.

Como já referimos supra, outrora indicada como sendo produção algarvia, a origem bética destes contentores tem sido defendida por vários autores (Fabião, 1997b, p. 62-67; Bernal Casasola, 2000, p. 239-372) com base não só nas características dos fabricos, mas igualmente na epigrafia, embora encontre ainda alguma resistência.

Em Faro, esta forma encontra-se representada por oito exemplares, que ostentam a pasta característica da baía gaditana (fabrico gadit1), e que correspondem a 1.8% do total da amostra (nº 488 a 491).

A forma **Almagro 51 a-b bética**, que corresponde ao nº 52 da tipologia de Béltrán, foi também designada por Keay XIX, tendo-lhe sido apontada uma origem no Sul da Hispânia (Keay, 1984, p. 157-160 e p. 160-168). Trata-se de um recipiente cujas características morfológicas não são muito uniformes, registando-se grandes variações sobretudo ao nível do perfil dos bordos. O corpo é piriforme, cilíndrico ou fusiforme (80/90 cm), o colo é curto e o bordo tem perfil em “S” invertido, e é côncavo com uma moldura saliente. As asas têm curvatura acentuada e o fundo é maciço.

Actualmente, a sua produção encontra-se atestada, além da Lusitânia, na província da Bética, na costa de Málaga, registando-se o que Bernal Casasola classifica como formas afins da Keay XIX, nas oficinas de “Los Barreros” e “Los Matagallares” (Bernal Casasola e Navas Rodríguez, 1998, p. 70-81; Bernal Casasola, 1998, p. 298-99). A forma está, no entanto, claramente documentada na costa de Granada, nos fornos de “Huerta del Rincón”, onde também se produziram as formas Almagro 51c e Dressel 23 e outras formas de cronologia tardia (Baldomero *et al.*, 1997, p. 173, *apud* Bernal Casasola, 2000). Segundo S. Keay, a datação da produção parece situar-se entre a segunda metade do séc. III e os meados do séc. V (1984, p. 160-168), embora D. Bernal Casasola proponha um prolongamento até inícios do séc. VI d.C. (Bernal Casasola, 1997, p. 238-239; Bernal Casasola 2000, p. 283).

Em Faro, esta forma encontra-se representada por dois raros fragmentos, dos quais apenas se representa um, o que representa uns escassos 0.4% relativamente ao total (nº 492). Este tipo é sempre escasso, quer nos contextos de consumo quer de produção, como se verifica em diversos locais estudados e também em Santarém (Arruda, Viegas e Bargão, 2006, p. 233-252).

A forma **Almagro 51c bética**, designada por Keay como XXIII (1984, p. 172-178), corresponde à Classe 23 de Peacock e Williams, embora neste caso os autores se refiram à produção lusitana sem atender a variantes a que não atribuem relevância (1986, p. 132-133). Tal como na Lusitânia, esta forma, foi, na Bética, o principal contentor usado para o transporte de preparados piscícolas no período tardo romano (Bernal Casasola, 2000, p. 284). A sua origem está confirmada em diversos sítios, não só das baías de Cádiz e Algeciras, mas também nas áreas costeiras de Málaga e Granada. Concretamente, está documentada nos fornos de Puente Melchor, o que levou a um prolongar da produção gaditana além do séc. III, até à centúria seguinte (García Vargas, 1998, p. 124; Lagóstena Barrios, 1996). O fabrico nos fornos granadinos de “Los Matagallares” ocorreu durante o séc. III (Bernal Casasola, 1998, p. 249-257).

Este contentor regista inúmeras variantes, cuja evolução se deverá procurar esclarecer no futuro, à luz de achados dos centros produtores béticos, o que ainda não é possível actualmente. Morfologicamente, corresponde a um recipiente de dimensões relativamente reduzidas (normalmente entre 60/70 cm). O bordo, de diâmetro igualmente reduzido, apresenta perfil algo irregular, mas geralmente de secção triangular, o colo é baixo e estreito e o fundo pode ser cónico, plano e curto.

Nas primeiras fases de produção, documentadas em “Los Matagallares” em finais do séc. II/inícios do séc. III, este envase seguiu uma evolução da forma Gauloise 4, tendo passado por morfologias com características próximas das Dressel 30, para se constituir na Almagro 51c do séc. IV (Bernal Casasola, 2000, p. 285).

Apesar deste ser um dos principais contentores do Baixo Império, em Faro apenas se inventariou um bordo desta forma. Trata-se de um exemplar com fabrico gaditano bastante característico: pasta fina compacta, rosada clara (fabrico gadit1).

Durante alguns anos, julgou-se que a exportação de azeite a partir da Bética tinha cessado a partir do séc. III. A ausência destas ânforas no Monte Testaccio (Roma), assim como a dificuldade na sua identificação nas sucessivas campanhas de prospecção no vale do Guadalquivir, ajudaram a consolidar esta posição. No entanto, a evolução dos conhecimentos permitiu verificar que as transformações na produção de azeite no vale do Guadalquivir, a partir do séc. III, determinaram modificações nos contentores de transporte deste alimento. Assim, as **Dressel 23** apresentavam características morfológicas menos homogêneas que as Dressel 20, o que pode ter levado a uma maior dificuldade na sua identificação (Remesal Rodríguez, 1991). Por outro lado, as escavações de “El Tejarillo”, no vale do Guadalquivir, vieram trazer nova luz sobre toda a questão da produção



anfórica no Baixo Império. Neste centro produtor, foram encontrados os tipos anfóricos “Tejarillo” I, II e III, produzidos juntamente com as Dressel 23, o que mostra que não se registou uma ruptura na produção e exportação de azeite no vale do Guadalquivir, mas sim uma modificação dos contentores que a serviam (Remesal Rodríguez, 1983, p. 115-131). Os trabalhos provaram também que as Dressel 20 e 23 conviveram até meados do séc. III, ostentando em alguns casos a mesma epigrafia. Nos anos 80, os trabalhos de S. Martin-Kilcher sobre o material de Augst e Kaiseraugst mostraram também a evolução morfológica das Dressel 20 e a sua continuação nas Dressel 23 (1983, p. 337-347; 1987, p. 49 e ss.), seguidos e confirmados com os dados da Catalunha por P. Berni Millet (1998).

A típica Dressel 23 possui corpo de menores dimensões que a sua congénere alto imperial, de forma globular de tendência mais piriforme que anteriormente, colo curto, habitualmente com um bordo triangular e asas ovais, que, ocasionalmente, podem ostentar marca.

As variações do bordo levaram Keay a propor a criação de diversas variantes desta ânfora (XIIIA, B, C, D e E, XIII bis, XIV, XV e XVIII) (1984, p. 140-146), que foram também posteriormente seguidas por P. Berni Millet no seu estudo a propósito da presença do azeite da Bética na Catalunha (1998, p. 57-62).

Em Faro, registam-se cinco exemplares desta forma, que ostentam bordos com perfis triangulares, com alguma variabilidade que se integraram na variante Dressel 23A de P. Berni Millet (nº 493 a 496 e 498). Um dos exemplares (nº 493) ostenta o fabrico que este autor descreve para os exemplares desta variante “Las paredes de las ánforas son más delgadas, y cuando presentan tonos rojizos son, a simple vista, de cierta similitud a algunas producciones norteafricanas” (Berni Millet, 1998, p. 61). Esta peça apresenta pasta compacta avermelhada com inúmeras inclusões de dimensão reduzida e um engobe bege (fabrico guad2). Em outros casos, os bordos possuem concavidade na sua face interna (sulco marcado), que se podem integrar na forma Keay XIIID (nº 497).

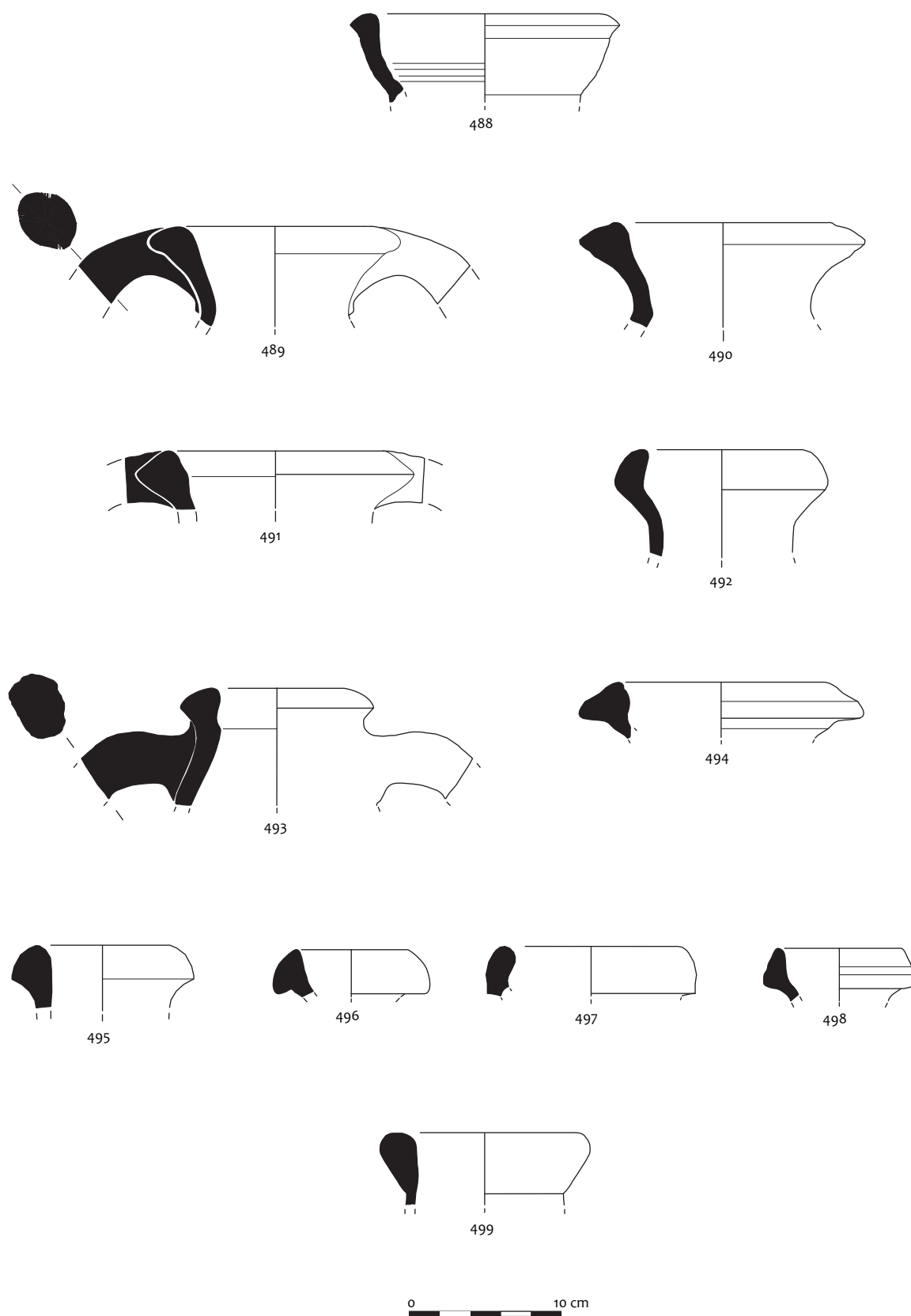
Na oficina de Puente Melchor (Puerto Real – Cádiz), produziu-se uma forma próxima do tipo Africano designada por **Keay VI**, que García Vargas considera ter filiação directa nas produções tardias dessa região (1998, p. 121). Trata-se de um recipiente cilíndrico, que apresenta um colo alto e troncocónico e bordo de secção oval, que nos exemplares gaditanos parece mais arredondado que nos protótipos norte africanos.

Os fragmentos recuperados em Puente Melchor permitiram uma datação do segundo quartel do séc. IV, data que é compatível com as das mesmas formas norte africanas, importadas para necrópoles próximas, como Chipiona e Barbate (Bernabé Salgueiro, 1992, p. 416, nº 7; García Vargas, 1998, p. 122).

Em Faro, encontra-se um exemplar com pasta compacta, bege, que integramos nos fabricos da Bética costeira, e que possui um bordo cujo perfil é idêntico à forma Keay VI (nº 499). Afasta-se dos exemplares norte africanos, pois o bordo apresenta um diâmetro de dimensões superiores, de 14 cm, e ostenta uma secção mais arredondada, tal como García Vargas refere para a imitação gaditana.

### Importações do Norte de África

Tal como sucedeu em outras regiões, a produção de ânforas em época romana no Norte de África, além dos modelos púnicos, assumiu também as formas ditas clássicas romanas, que, embora mantendo a configuração do corpo cilíndrica (da anterior tradição púnica), registam a colocação das asas no colo.



Estampa 35 – Faro. Ânforas do tipo Keay XVI, Dressel 23 e Keay VI da Bética.

A ânfora designada como tipo “Africano Piccolo”, Dressel 27 ou **Keay IIIB**, corresponderia, no entender de C. Panella, à variante mais tardia da forma **Africana I**, sendo a que foi também mais exportada, de acordo com os dados de Ostia (1973, p. 575-579, *apud* Bonifay, 2004a). Esta variante B teria o início da produção a partir do segundo quartel do séc. III, a que se seguiria ainda uma variante C “tardia” (Panella, 1982). Segundo S. Keay, a transição entre as duas variantes carece de clarificação, defendendo que este contentor se manteve ainda durante o séc. IV e V (1984, p. 100-101). Alguns exemplares ostentam epigrafia que associa estas produções às cidades tunisinas de *Leptis Minor*, *Hadrumetum*, *Sullectum* (Salakta) e possivelmente *Thaenae* (Uthina). Esta ânfora corresponde à Classe 33 de Peacock e Williams (1986, p. 153-154).

Os dados mais recentes da necrópole de Pupput parecem suportar o esquema evolutivo de C. Panella, uma vez que as ânforas da variante A ocorrem na segunda metade do séc. II, podendo encontrar-se por vezes associados à variante B. No entanto, em Nabeul, nos túmulos mais tardios, apenas se encontra a variante B, datada a partir da primeira metade ou meados do séc. III, ou na segunda metade dessa centúria (Bonifay, 2004a, p. 107, Fig. 56). Os dados disponíveis apontam ainda para a sobrevivência de uma forma, ainda que modificada, no séc. IV, mas excluem a existência das formas tardias no séc. V (Bonifay, 2004a, p. 107).

Trata-se de uma ânfora cilíndrica e estreita, tendo o bordo, nesta variante específica, o perfil semi circular, com a face interna côncava e o colo curto. As asas são pequenas, partem da base do bordo e repousam no topo do corpo.

Inicialmente, julgou-se estas ânforas teriam transportado preparados piscícolas, pela sua associação às Africanas grandes, cujo conteúdo seria oleícola, e pela localização dos centros produtores junto a grandes cidades portuárias. Posteriormente, colocou-se a hipótese de transporte de azeite (Keay, 1984), que foi confirmado com análises químicas (Panella 1982, p. 174, *apud* Bonifay, 2004a) e que Bonifay reforçou, mais recentemente (2004a, p. 107, 471 e Tabela IV).

Na cidade de Faro, encontra-se apenas um exemplar desta forma Africana IB (Keay IIIB) proveniente das escavações do mosaico do Oceano (nº 510).

Dentro da categoria das ânforas africanas cilíndricas de maiores dimensões (“tipo Africano grande”), ou **Africana II**, encontra-se um grupo pouco homogéneo, a partir do qual C. Panella propôs uma subdivisão em quatro variantes (A, B, C e D). A base para a identificação destas variantes seria sobretudo o perfil dos bordos, aspecto que, embora esteja ainda hoje sujeito a ampla discussão por parte da comunidade científica, continua a constituir o critério base para a classificação de parte importante dos contentores anfóricos africanos clássicos. Mantém-se igualmente a argumentação relativamente aos conteúdos transportados, oleícolas ou piscícolas, estando esta discussão longe de se encontrar resolvida.

A forma **Africana IIA** “con gradino” corresponde à Classe 34 de Peacock e Williams (1986, p. 155-157). Segundo S. Keay, este tipo (Keay III) foi importado para a costa da Catalunha desde o final do séc. II/início do séc. III, embora existam evidências da continuidade deste comércio até ao séc. IV ou V (1984, p. 114, fig. 43). Discorda M. Bonifay, que propõe que a produção deste tipo não atingiu o séc. IV (2004a, p. 111). Os dados da necrópole de Pupput levaram este investigador a distinguir ainda três variantes nesta forma Africana IIA, tendo por base, sobretudo, a dimensão dos recipientes, que traduzem uma evolução desde o fim do séc. II – primeira metade do séc. III para a variante A1 e A2 e de meados ou da segunda metade do séc. III, no caso da variante A3. Bonifay admite dificuldades em distinguir as suas variantes com base não só em fragmentos de bordos, mas também em exemplares completos (2004a, p. 111).

No que se refere aos conteúdos, S. Keay defendeu que o azeite deve ter constituído o principal produto transportado nestas ânforas a partir da região da Bizacena (Keay, 1984, p. 111), aspecto em que foi recentemente contrariado por M. Bonifay, que considera que o azeite não seria o prin-

cipal produto transportado, mas sim os preparados piscícolas. Como defende “Il semble assuré aujourd’hui que les amphores africaines IIA, don’t beaucoup d’exemplaires sont poissés, n’étaient pas destinés à la commercialisation de l’huile” (Bonifay, 2004a, p. 111). O pezgamento do interior dos recipientes constitui assim um dos principais argumentos do autor a que se associam outros.

Em Faro, existem quatro bordos que enquadrei nesta variante Africana II A provenientes das sondagens do Museu Municipal (nº 511 a 513). Os dois bordos identificados possuem fabricos compatíveis com a região de Salakta (fabrico afric2), cuja descrição e caracterização foi recentemente sintetizada (Bonifay, 2004a). A peça nº 511, com pasta laranja e cinzenta escura, possui inúmeros pontos brancos e engobe bege, e a nº 512 tem pasta mais alaranjada viva, com menos pontos brancos e engobe amarelado claro.

A ânfora **Africana IIC**, também designada por Keay VI (1984), teve como área de produção privilegiada o território de *Neapolis* (Nabeul), tal como é afirmado por M. Bonifay (2004a, p. 36). De acordo com os dados recolhidos na Tunísia, este investigador conseguiu diferenciar ainda três variantes nesta forma, com base na dimensão dos exemplares, o que seria visível no tamanho do diâmetro do bordo e na sua altura. A tendência geral seria no sentido de um aumento da dimensão do corpo dos recipientes, desde a variante mais antiga (C1, de meados do séc. III – inícios do séc. IV), passando pela variante C2 (não anterior ao séc. III – primeira metade do séc. IV (?)), e por fim a variante C3, que Bonifay data do séc. IV (?) (2004a, p. 114-115).

Os dados disponíveis apontam para um conteúdo oleário, embora os preparados piscícolas também tenham sido transportados (Keay, 1984, p. 119). Segundo o investigador francês, o principal conteúdo desta ânforas deve ter sido a *salsamenta*, dado o elevado conjunto de exemplares que ostentam revestimento resinoso (pezgamento) na sua superfície interna. A difusão deste recipiente centrou-se, sobretudo, na segunda metade do século III e o século IV (Bonifay, 2004a, p. 115).

Em Faro, esta forma é dos tipos africanos mais frequentes, correspondendo a três peças (nº 514 a 516). Foram todas recolhidas nas escavações do Museu de Faro e as suas pastas são compatíveis com uma origem nas oficinas de Nabeul. A tentativa de integração dos exemplares osso-nobenses nas variantes de Bonifay fez-se, em alguns casos, com alguma dificuldade, uma vez que nem sempre foi possível determinar as dimensões de bordo e a altura do lábio, o que permitiria verificar a sua compatibilidade com os subtipos apresentados (**Tabela 25**).

Verifica-se que, pelo diâmetro dos bordos e altura dos lábios, estas peças se integram na variante 2, embora de acordo com os dados apresentados por Bonifay, a altura dos lábios devesse ser um pouco superior e o diâmetro “ideal” fosse os 12 cm. Assim, o conjunto de Africanas IIC de Faro centrar-se –ia numa cronologia dos finais do séc. III – primeira metade do séc. IV (?).

O tipo **Africana II D**, também designado por Keay VII (Keay, 1984, p. 121, Fig. 47), teve a sua área de produção na região da Bizacena, em cidades como *Leptis Minor* e *Hadrumetum*, desde o séc. III até meados do séc. V (Keay 1984, p. 123-126). De acordo com M. Bonifay, os dados disponíveis, quer em centros de consumo, quer em contextos de naufrágios, não permitem avançar a cronologia para além do primeiro terço do séc. IV (2004a, p. 117).

Este tipo foi dos mais comuns entre as Africanas II, a “família” das ânforas africanas cilíndricas de grandes dimensões. A característica morfológica mais distintiva desta ânfora prende-se com o seu bordo, cuja face exterior é plana, por vezes com um sulco, mais ou menos marcado, que estabelece a distinção entre o bordo e o colo. As variantes propostas pelos diversos autores que têm estudado estes recipientes têm por base as características do perfil do bordo, a forma do colo, troncocónico ou cilíndrico, características que nem sempre são fáceis de determinar em material muito fragmentário.

Tal como para a maioria das ânforas da série das Africanas II, os dados disponíveis apontam para o transporte de produtos como o azeite e os preparados piscícolas. Um dos exemplares estudados por Zevi e Tchernia (1969, *apud* Bonifay, 2004a) ostentava um “*dipinto*” com o termo *olei*, estando o azeite também confirmado num exemplar de Ostia, sujeito a análises laboratoriais. Mas a presença de resina em exemplares de naufrágio pode apontar para um conteúdo piscícola (Keay, 1984). Bonifay é também partidário de um conteúdo piscícola, dada a abundância de exemplares pezgados com resina, argumentando que o *tituli* indicaria um conteúdo diferente do que seria o habitual (Bonifay, 2004a, p. 117, Tabela IV). O facto das oficinas se localizarem na costa seria outro aspecto a reforçar esta tese.

Em Faro, esta forma encontra-se representada por quatro exemplares. Três provêm das escavações do Museu Municipal, sendo o outro originário do mosaico do Oceano. Quanto à origem, na actual Tunísia, dos exemplares ossonobenses, as peças nº 518 e 519 parecem ser originárias da região do Sahel, podendo mesmo relacionar-se com a oficina de Moknine (Bonifay, 2004a, p. 35). As outras duas peças possuem um fabrico claramente africano, mas que no entanto não foi possível relacionar com uma área produtora específica.

O conjunto de formas norte africanas cilíndricas tardias com cronologias gerais entre o séc. IV e VI foram integrados por Peacock e Williams na genérica **Classe 35**, remetendo para a obra de S. Keay, os detalhes sobre as formas específicas, os fabricos e os conteúdos transportados (1986, p. 158-165).

A forma **Keay XXV** possui vinte e nove sub tipos, que correspondem a diferenças registadas sobretudo ao nível do perfil dos bordos, dos colos e dos seus diâmetros (1984, p. 184-212). Segui a proposta recente de M. Bonifay, segundo o qual seria suficiente reter as três variantes principais do tipo XXV de Keay e, no contexto dos materiais que estudamos, interessa-nos particularmente a variante Keay XXVC, que corresponde à Africana III A – Keay XXV subtipo 1, de Bonifay (2004a, p. 119). Por outro lado, “*Ces distinctions typologiques ont une double signification chronologique et géographique ...*” (2004a, p. 122). Assim, em termos gerais, esta variante seria considerada precoce, com cronologia entre os finais do séc. III ou inícios do séc. IV, com produção no sul da Bizacena ou Zeugitane (2004a, p. 122). A epigrafia é rara nestes exemplares.

Trata-se de um recipiente igualmente integrável no grupo das ânforas africanas cilíndricas do baixo império, de médias dimensões, cujo estudo se deve, em parte, a Manacorda, com base nos materiais de Ostia (1977). Morfologicamente, caracteriza-se por um bordo de lábio voltado para o exterior, formado por uma faixa, ligeiramente esvertido, sendo o colo troncocónico.

A evidência relativa ao conteúdo desta ânfora aponta para vestígios de peixe em contextos de naufrágio, embora Keay considere que “*However, given the importance of olive oil in the African economy at this time, it is probable that the majority of these probably contained olive oil*” (1984, p. 193). Segundo M. Bonifay, o vinho terá sido o principal conteúdo transportado (2004a, p. 122, Tabela IV).

Em Faro, encontra-se apenas um fragmento desta forma. No que se refere ao fabrico, parece corresponder a uma pasta do sul da Bizacena ou da área de Nabeul – pasta fina e compacta, laranja viva no cerne e mais acastanhada no exterior e engobe mais claro, amarelado. Quanto ao exemplar nº 521, ostenta um fabrico característico de Sidi Zahrani (as oficinas do território de Nabeul). A opção por integrar esta peça na forma Africana IIIA e não IIIC prende-se com o facto de a faixa exterior medir pouco mais de 4 cm, quando na variante IIIC deveria medir entre 4,5 e 5 cm e porque o mesmo se apresenta esvasado, mas não tanto como nos exemplos da forma IIIC.

A forma **Keay XXXV** foi identificada e estudada tendo por base o material de diversos sítios da Catalunha, onde a evidência arqueológica apontou para uma produção norte africana (tuni-



sina), com uma cronologia a partir dos meados do séc. V, podendo atingir mesmo os inícios do séc. VII (1984, p. 233-240). Trata-se de uma ânfora cilíndrica, colo estreito e bordo de secção arredondada, voltado para o exterior. A distinção entre a variante A e B teve por base, sobretudo, a morfologia do bordo.

Recentemente, Bonifay, suportado nos dados do trabalho de campo dos centros produtores na Tunísia, considerou que as duas variantes A e B da forma Keay 35 correspondem a duas formas distintas que transportaram também produtos diferentes (2004a, p. 134-135). Interessam-nos particularmente a forma **XXXVB**, produzida em Sidi Zahrani (território de Nabeul), devendo a *salsamenta* ter sido o principal produto transportado, uma vez que a variante A se destinaria ao transporte de azeite (Bonifay, 2004a, p. 134-135, Tabela IV).

Esta forma, constitui das formas africanas mais frequentes no Mediterrâneo Ocidental durante os dois primeiros terços do séc. V (Bonifay, 2004a, p. 135). Está representada em Faro por quatro fragmentos de bordo (nº 522 a 525). Esta ânfora ostenta o típico fabrico africano que, no entanto, não conseguimos relacionar directamente com uma das áreas produtoras identificadas por M. Bonifay.

### Produções locais /regionais lusitanas

A ânfora **Almagro 50 lusitana** (Keay XXII) corresponde à forma Lusitana 2, da tipologia formulada por D. Diogo (1987). R. Étienne e F. Mayet propõem que esta forma se designe por Almagro 50B ou da Lusitânia, para se distinguir da Almagro 50A Bética (2002, p. 139). A questão relativa à sua origem suscitou polémica, mas hoje estão relativamente bem definidas as produções lusitanas e béticas (*vide supra* Almagro 50 da Bética). No território hoje português, esta ânfora foi produzida no vale do Tejo, nos sítios da Quinta do Rouxinol (Duarte e Raposo, 1996, p. 237-342) e no Porto dos Cacos (Raposo e Duarte, 1996, p. 249 – 265), e, no vale do Sado, nos fornos de Abul II (Diogo e Faria 1990; Mayet e Silva, 2002) e do Pinheiro (Mayet e Silva, 1998).

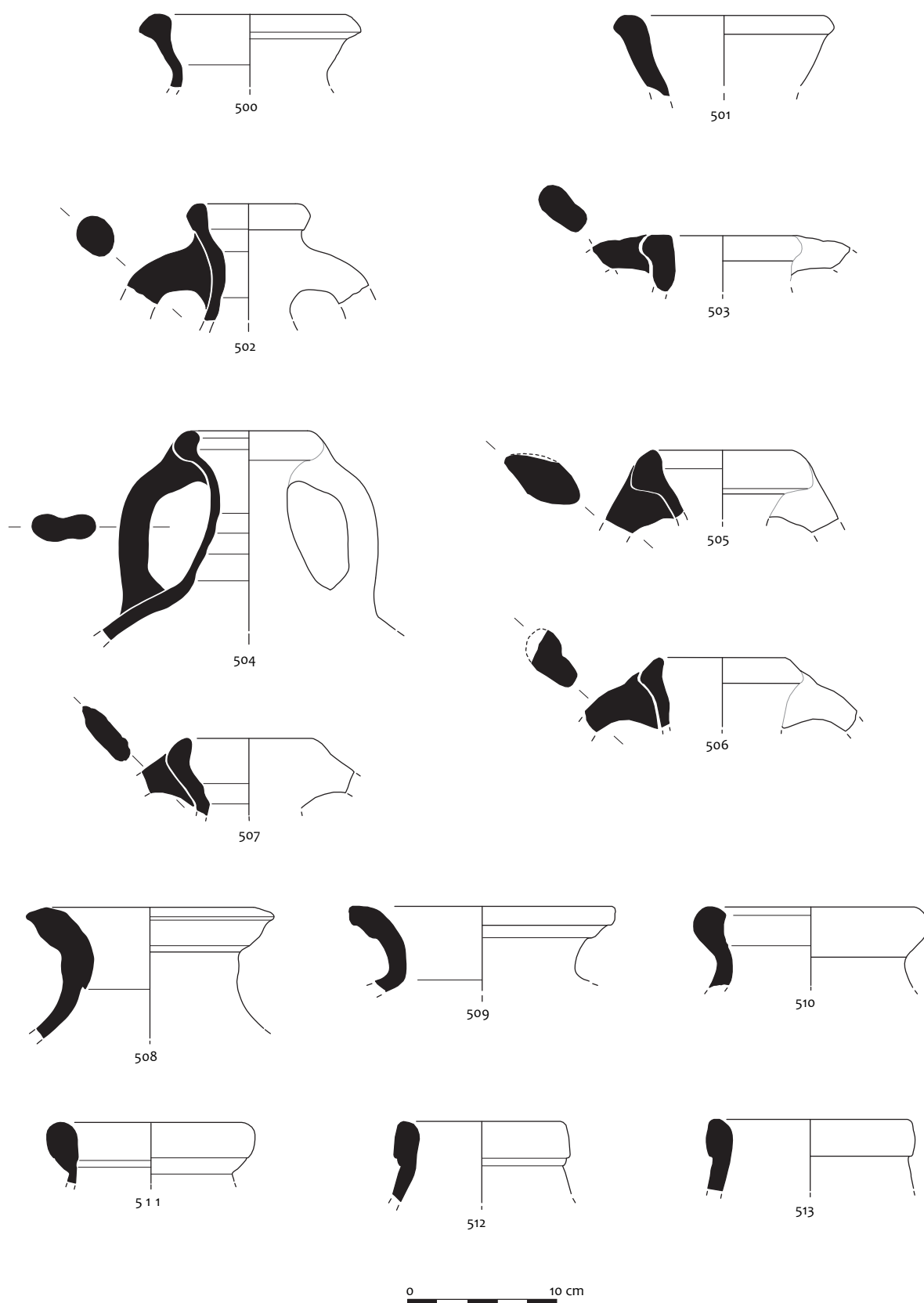
Na região algarvia, o seu fabrico encontra-se atestado no centro produtor da Quinta do Lago (Loulé) (Arruda e Fabião, 1990, p. 199, fig. 59), assim como na costa do Algarve ocidental, no Martinhal (Sagres) (Silva, Soares e Correia, 1990, p. 225-246).

A morfologia desta ânfora apresenta diversas variantes, embora se registe, em termos gerais, uma dimensão aproximada de cerca de 1m. Tem um colo curto, e as asas, que partem de um bordo espessado ou de perfil triangular, assentam no topo do corpo. Este pode ser piriforme ou cilíndrico e o fundo é cónico. Apesar das variantes que Keay valorizou e individualizou nas formas Keay XVI de corpo piriforme e XXII cilíndrica, para C. Fabião e A. Carvalho estas diferenças não são suficientes para definir subtipos (1990, p. 52).

Quando à datação da forma lusitana, os dados obtidos nas escavações realizadas na Travesa dos Apóstolos, na área urbana de Setúbal, fazem remontar a cronologia para os finais do séc. II (Soares e Silva, 1986, p. 95), embora os dados recolhidos no quadro do projecto Luso-Francês de exploração arqueológica do Sado apontem para uma cronologia mais tardia, com depósitos de meados do séc. III, e não dos inícios dessa centúria, o que leva os autores franceses a defenderem que a forma bética seria anterior (Étienne e Mayet, 2002, p. 141). Os dados da estratigrafia dos fornos de Abul e do Pinheiro apontam para uma cronologia do séc. III (Mayet e Silva, 1998; 2002).

Não se coloca em dúvida que terá sido piscícola o seu conteúdo, discutindo-se se se tratou de restos de pequenos peixes salgados, como parecem comprovar os restos recuperados em alguns exemplares provenientes de naufrágios, ou de *hallec* (Fabião e Guerra, 1993, p. 1006).

Em Faro regista-se apenas dois exemplares desta forma (nº 500 e 501).



Estampa 36 – Faro. Ânforas do tipo Almagro 50, 51 A/B e 51C (produção local regional da Lusitânia), Tripolitana II, Keay IIIB e Africana IIA (Norte de África).

Identificada nos anos 50 do séc. XX por M. Almagro, em Ampúrias, a forma **Almagro 51a-b Lusitana** corresponde ao tipo Beltrán 52 ou Lusitana 3 na tipologia de Dias Diogo. As ânforas Almagro 51a-b foram produzidas no Vale do Sado, encontrando-se no forno da Quinta da Alegria (Setúbal) (Coelho-Soares e Silva, 1979) e nos fornos do Pinheiro, onde F. Mayet e C. T. da Silva distinguiram três variantes de bordo (Mayet, Silva, 1998). Na região algarvia, ocorre como produção principal nos centros produtores de S. João da Venda (Faro) (Fabião e Arruda, 1990, p. 215-224, fig. 62 e 63) e no Martinhal (Sagres) (Silva, Soares e Correia, 1990, p. 225-246). Os dados cronológicos disponíveis nos centros produtores parecem apontar para uma cronologia posterior à das produções béticas, no final do séc. IV, que se prolongou até meados do séc. V (Étienne e Mayet, 2002, p. 149).

Mais uma vez, estamos perante um tipo pouco uniforme que se caracteriza pela sua dimensão reduzida (70/80 cm), colo curto, asas que descrevem curvatura acentuada, desde a base do lábio até à parte superior do corpo. O bordo é destacado, côncavo, com moldura saliente, sendo o corpo cilíndrico ou fusiforme (Fabião e Carvalho, 1990, p. 53-55).

Em Faro, existem apenas dois fragmentos desta forma (nº 502 e 503). A peça nº 502 tem paralelo próximo na produção dos fornos do Martinhal, (Silva, Soares e Correia, 1990, p. 244, Fig. 74, nº 5), embora neste caso a asa não apresente a secção circular que o exemplar de Faro ostenta e a sua posição seja também relativamente diferente.

Durante o Baixo Império, a ânfora mais bem representada e que maior volume de produção conheceu na *Lusitania*, foi o tipo **Almagro 51c**. Corresponde à Keay XIX, e constitui o tipo Lusitana 4 que Dias Diogo distingue de uma variante de menores dimensões, a que atribui o nº 10 da sua tabela tipológica (1987).

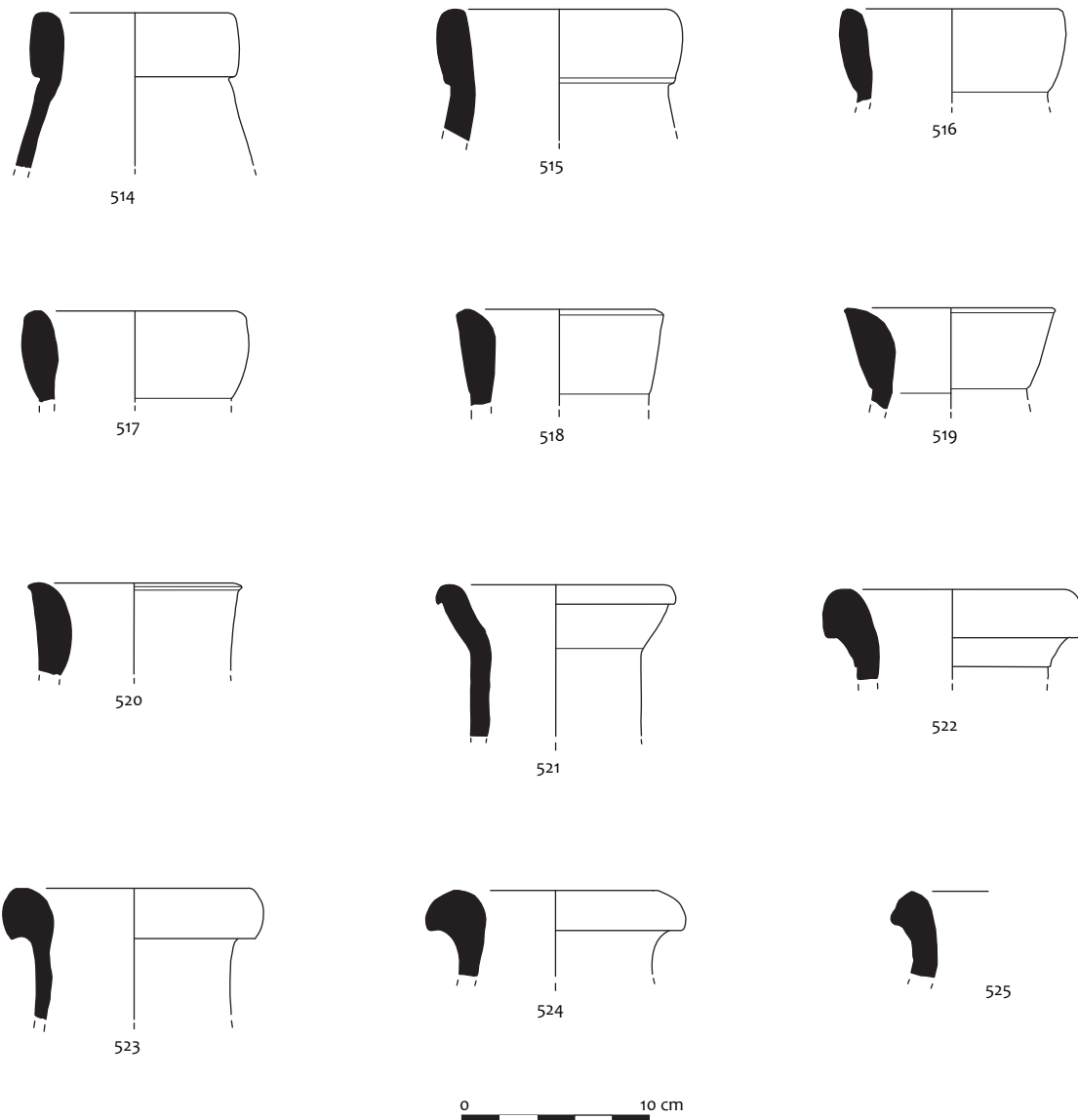
Esta forma encontra-se atestada nos centros produtores do vale do Tejo e do Sado desde o final do séc. II/ inícios do séc. III, até aos meados do séc. V. No sul de Portugal, no Algarve, a produção ocorreu igualmente na Quinta do Lago (Loulé) (Arruda e Fabião, 1990, fig. 60-61), sendo a forma mais bem representada nesse local. Foi fabricada igualmente nos restantes centros oleiros algarvios, como na Manta Rota (Viegas, 2006b, p. 177-196), S. Bartolomeu de Castro Marim (Vasconcelos, 1898, p. 329-336; Alves, Diogo e Reiner, 1990, fig. 56) e no Martinhal (Sagres) (Silva, Soares e Correia, 1990, p. 225-246).

A proximidade dos centros produtores relativamente aos locais onde se produziram preparados piscícolas constitui um dos argumentos a favor de um conteúdo piscícola, juntamente com escamas de peixes associadas a uma ânfora no naufrágio Cabrera III (Étienne 1990a, p. 17). A hipótese de vinho foi também avançada, num determinado momento da discussão, no Colóquio de Conímbriga (Diogo, 1990, p. 189) e, posteriormente, C. Fabião e A. Guerra sugeriram igualmente esta possibilidade, tendo por base exemplares cujo interior apresentava revestimento resinoso/peçgamento, o que poderia indicar vinho (1993, p. 1006).

Trata-se de uma ânfora que possui uma diversidade morfológica considerável, caracterizando-se, em termos gerais, por apresentar uma dimensão entre 60/70 cm, um bordo de secção triangular, habitualmente voltado para o exterior, diâmetro reduzido e asas que partem do bordo ou imediatamente sob este e assentam no topo do corpo.

Distinguem-se habitualmente duas variantes, de acordo com o perfil do corpo: piriforme ou fusiforme. Recentemente, R. Étienne e F. Mayet propuseram três variantes. A Almagro 51c A corresponde a uma forma que outros autores consideram afim da forma Dressel 30 e Gauloise 4, com fundo plano, e que corresponderia à primeira variante da Almagro 51c (Étienne e Mayet, 2002 ; Mayet, Schmitt e Silva, 1996).

Em Faro, esta ânfora é bastante abundante, com 17 exemplares que correspondem a 3.8% do total de ânforas recolhidas (nº 504 a 507). A peça nº 504 apresenta as mesmas características formais que um exemplar da Quinta do Rouxinol (Duarte, 1990, nº 21, p. 114), no que diz respeito às proporções gerais do bordo, embora no exemplar ossonobense o bordo esteja mais voltado para o interior e o colo seja mais estreito e com caneluras. Mais próximo geograficamente, nas produções da Quinta do Lago (Loulé), encontram-se exemplares com morfologia muito idêntica à desse mesmo exemplar nº 504 (Arruda e Fabião, 1990, nº 215 p. 212). Por seu lado, a peça nº 507 possui uma morfologia semelhante à que se encontra igualmente em Vilares de Alfundão (Norton *et al.*, 1993-94, nº 19), Santarém (Arruda, Viegas e Bargão, 2006) e Quinta das Longas (Almeida, Carvalho, 1998, p. 157, Fig. 6, nº 12).



Estampa 37 – Faro. Ânforas do tipo Africana IIC, IID, Keay XXV e Keay XXXV (Norte de África).

### Síntese das principais características das ânforas do Baixo Império em Faro

Como se referiu inicialmente, as ânforas do Baixo Império não encontram uma representação muito expressiva entre os materiais recuperados em Faro, nem nas escavações do Museu Municipal, nem no local onde se identificou o mosaico do Oceano, pois constituem apenas 11.6% do total da amostra (52 peças) (Tabela 26, Gráfico 10).

Conteúdo	Origem	Tipo	Total NMI	%	Total NMI por origem	%	Total NMI por produto	%
Peixe	Bética	Almagro 50 / Keay XVI	8	14.5	10	19.9	58.1	31
		Almagro 51a-b/ Keay XIX	2	3.6				
		Almagro 51 c	1	1.8				
	Lusitania	Almagro 50	2	3.6	21	38.2		
		Almagro 51a-b	2	3.6				
		Almagro 51c	17	31				
Azeite	Bética	Dressel 23/ Keay XIII	5	9.1	6	10.9	5	9.1
Indeterm		Keay VI	1	1.8			1	1.8
Intederm	N.de África	Africana I/Keay III B	1	1.8	17	37.3	17	37.3
		Africana II A	4	7.3				
		Africana II C	3	5.5				
		Africana II D	4	7.3				
		Keay XXV	1	1.8				
		Keay XXXV	4	7.3				
Total			52	100	52	100	52	100

Tabela 26 – Faro. Ânforas no Baixo Império segundo a sua origem e conteúdo.

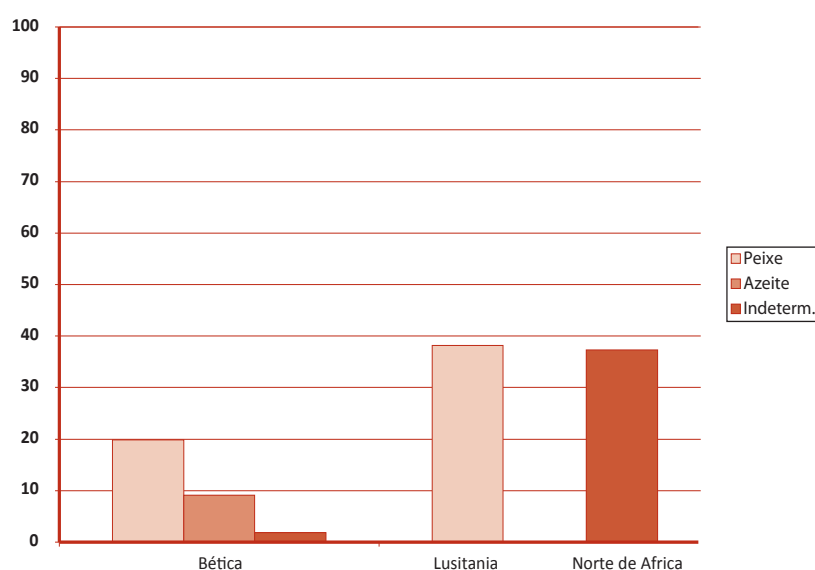


Gráfico 10 – Faro. Distribuição percentual das ânforas no Baixo Império de acordo com a sua origem e conteúdo.



No total das ânforas deste período, 61.8% das ânforas são importadas (Bética e Norte de África) e 38.2% pertencem a produções lusitanas (vale do Tejo e Sado e Algarve).

As importações da Bética mantêm uma percentagem de 30.8%, que corresponde, sobretudo, a contentores relacionados com o transporte de preparados piscícolas, portanto provenientes dos centros produtores da Bética costeira, registando-se apenas cinco exemplares de ânforas Dressel 23, que transportaram azeite do Guadalquivir. Assiste-se, portanto, a um fenómeno aparentemente contraditório, uma vez que, apesar de se registar um decréscimo acentuado da produção anfórica a partir do séc. III, na região da baía gaditana (Lagóstena Barrios, 1996), as ânforas desta província continuam a ter uma presença importante no Sul da *Lusitania*. Esta presença, ainda relevante, de preparados piscícolas béticos no sul da Lusitânia durante o Baixo Império deve também ser vista sob outra perspectiva, se atendermos ao facto de a maior parte dos centros que produziram preparados piscícolas a nível local se encontrarem em actividade durante o Baixo Império. Apesar de se saber que o tipo Almagro 51c constituiu o contentor bético deste período, por excelência, apenas se encontrou em *Ossonoba* um exemplar correspondendo a maioria ao tipo Almagro 50/Keay XVI, que soma a 14.5% do total das ânforas deste período, ocorrendo as Almagro 51 a-b, com menor representação.

Além dos preparados piscícolas, regista-se igualmente a presença de alguns exemplares de Dressel 23, o que constitui uma prova de que, durante esta época, o azeite da Bética continua a estar presente nos mercados de *Ossonoba*. A sua escassez não permite outras conclusões sobre as características de que se revestiu este comércio.

As ânforas lusitanas encontram-se completamente ausentes da amostra que se estudou de Faro no que diz respeito aos materiais do Alto Império, o que causa alguma estranheza. A sua presença destaca-se, no entanto, durante o Baixo Império, registando 22 exemplares, somando uma percentagem de 39.6% do total das ânforas deste período. A forma mais representada é, de longe, a Almagro 51c, embora também se encontre dois exemplares de cada uma das formas Almagro 50 e Almagro 51a/b. Entre as produções lusitanas, destaca-se o que julgamos tratar-se de produções algarvias, designadamente da Quinta do Lago, embora os fabricos que se associam aos centros oleiros do Vale do Tejo e do Sado se encontrem também representados.

Tal como se verifica em outros locais, o vigor produtivo e exportador do Norte de África, concretamente da região actualmente tunisina, tem expressão no número e percentagem dos recipientes importados durante o Baixo Império, num total de 15 exemplares, o que corresponde a 28.4% das ânforas deste período em Faro.

Nesta cidade, os recipientes de menores dimensões como a Keay IIIB estão representados por um exemplar, mas, no conjunto, são as típicas ânforas africanas cilíndricas (Africana II) as mais frequentes. Esta categoria genérica integra formas com diferenças não só ao nível do bordo, mas também com diferentes origens no território da actual Tunísia, que se subdividem em variantes A, B, C e D. Regista-se a presença de exemplares de Africana IIA originários da Bizacena, concretamente do centro produtor de Salakta. As produções da Zeugitânia estão igualmente bem representadas, com ânforas do tipo Africana IIC, que ostentam fabricos compatíveis com os descritos por M. Bonifay para as oficinas do território de Nabeul (2004), assim como as Africanas IID também da área costeira (Sahel tunisino). De uma maneira geral, estas formas encontram-se datadas entre o séc. III (podendo recuar ao séc. II no caso da Africana IIA) e a primeira metade do séc. IV, não chegando a atingir o séc. V, como chegou a propor S. Keay (1984).

As formas Keay XXV.1 e XXXV.B completam o conjunto das ânforas africanas, mostrando que as importações se prolongaram pelo menos até ao séc. V, como ficou demonstrado pela presença deste último tipo.

A discussão sobre o produto que estas ânforas transportariam encontra-se ainda por resolver no seio da comunidade científica. Por um lado, a vasta produção de azeite no norte de África

levou os investigadores a considerar ser este o principal conteúdo das ânforas africanas. Este argumento é frequentemente utilizado por S. Keay no seu trabalho sobre a Catalunha, no qual também menciona o *dipinto* “olei” numa Africana IID, referenciado por F. Zevi e A. Tchernia nos anos sessenta (1969, p. 187; Keay, 1984, p. 111). Recentemente, outros elementos foram trazidos para a discussão. M. Bonifay, com base nos estudos que realizou sobre os centros produtores e de consumo das ânforas africanas, tem vindo a argumentar a favor de um conteúdo piscícola para a Africana IIA, IIC e IID, tendo por base a localização das oficinas, que se concentram sobretudo nas áreas costeiras, mas também, e sobretudo, porque se passou a valorizar o pezgamento interno/revestimento resinoso, visível em muitos exemplares (2004a, p. 11-119). Interpreta o *tituli* da Africana IID como testemunho não do conteúdo habitual deste recipiente, mas como sinal de uma excepção à regra, que seria o transporte de preparados piscícolas.

Para o tipo Keay XXV.1, os dados são ainda mais difíceis de interpretar. Por um lado, Keay refere a existência de ânforas da forma Keay XXVB com vestígios de pezgamento, assim como restos de peixes e crustáceos em exemplares provenientes de contextos de naufrágio (Liou, 1973, p. 599-600), mas admite, que a maioria das peças tivesse servido para o transporte de azeite, dada a importância deste sector na economia africana (Keay, 1984, p. 193). Por seu turno, Bonifay aponta para um conteúdo vínico (2004a, p. 122). No caso da ânfora Keay XXXVB, a argumentação de Bonifay parece ser bastante convincente a favor de um conteúdo piscícola. Efectivamente, a informação recolhida nas ânforas do naufrágio Dramont E (Santamaria, 1995, *apud* Bonifay, 2004a) mostra que todos os exemplares da variante B estão pezgados, (contrariamente ao da variante A), e a sua frequência em sítios costeiros onde se localizam fábricas de preparados piscícolas tem que valorizar-se (Bonifay, 2004a, p. 135; Bonifay *et al.*, 2002-2003).

Apesar de os dados da *sigillata* clara D apontarem para uma continuidade da importação de produtos com origem tunisina até ao séc. VI, e mesmo os inícios do séc. VII (Viegas, 2007a), verifica-se que as ânforas africanas terão abastecido Faro de azeite ou de preparados piscícolas, sobretudo entre os finais do séc. III e IV, podendo atingir o séc. V (Keay XXXVB piscícola), mas não ultrapassando essa data.

Outro elemento digno de menção diz respeito à relativa escassez de ânforas baixo imperiais originárias do sítio onde se identificou o mosaico do Oceano. Este aspecto não deveria causar estranheza, pois a importação de *terra sigillata* durante este período também foi menos expressiva do que na época anterior. Por outro lado, considero que este dado é relevante, se pretendermos argumentar a favor ou contra a tese de V. Mantas, de que se estaria perante uma área industrial dada a proximidade de cetárias. Se assim fosse, a presença de ânforas deveria ser em muito maior número do que o que realmente se encontra depositado quer no Museu de Faro, quer no MNA, em Lisboa. Neste contexto, os materiais recolhidos seriam mais compatíveis com uma área de características habitacionais. A este respeito, é de salientar também que não podemos avaliar que critérios terão presidido à recolha dos materiais, embora seja de prever que à data da escavação, em 1977, já não se desprezassem os fragmentos de ânforas, como sucedeu em períodos anteriores.

Mesmo sendo relativamente menos importante numericamente que no período republicano e mesmo imperial, o conjunto de ânforas do Baixo Império de Faro revela as principais tendências que se encontram nos sítios costeiros algarvios, sobretudo no que diz respeito à maior expressividade das importações africanas.

## Catálogo 3 – Ânforas, formas ilustradas

Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Forma	Frag.	Fabrico	Observações	Diâm. Bordo	Alt. bordo	Alt. Total	Des.	Depósito
24	333	M. Faro	65598	s 1	80	1	Greco-italica	bordo	Ital2(?)	pasta rosada	Indet.	28	52	T.D.	M. Faro
24	334	M. Faro	68297	s 1	98	1	Greco-italica	bordo	Ital2		140	35	50	T.D.	M. Faro
24	335	M. Faro	68105	s 1	97	1	Dressel 1B	bordo	Ital1		140	39	68	C.V.	M. Faro
24	336	M. Faro	65879	s 1	80	1	Dressel 1A	bordo	Ital1		170	35	45	C.V.	M. Faro
24	337	M. Faro	65571	s 1	80	1	Dressel 1A	bordo	Ital1		180	35	49	C.V.	M. Faro
24	338	M. Faro	69004	s 1	37	1	Dressel 1B	bordo	Ital2		130	39	55	C.V.	M. Faro
24	339	M. Faro	66201	s 1	80	1	Dressel 1B	bordo	Ital2		160		52	C.V.	M. Faro
24	340	M. Faro	69594	s 1	112	1	Dressel 1C	bordo	Ital1		165	61	72	N.T.	M. Faro
24	341	M. Faro	69415	s 2		1	Dressel 1C	bordo	Ital1	3 frags. Cola com 69595 e 69593	170		78	C.V.	M. Faro
24	342	M. Faro	66875	s 1	83	1	Dressel 1C	bordo	Ital1		170	53	72	C.V.	M. Faro
24	344	M. Faro	71789	s 2	64	1	Dressel 1B	bordo	Ital2		160	35	89	C.V.	M. Faro
24	345	M. Faro	66572	s 1	80	1	Dressel 1C	bordo	Ital2		160	42	86	C.V.	M. Faro
24	346	M. Faro	72037	s 2	64	2	Dressel 1C	bordo	Ital2		140	34	54	C.V.	M. Faro
25	347	M. Faro	66822	s 1	82	1	Lamb. 2	bordo	Ital3	Adriático	180	43	66	C.V.	M. Faro
25	348	M. Faro	65068	s 1	49	1	Lamb. 2	bordo	Ital3	Adriático	141	36	66	N.T.	M. Faro
25	349	M. Faro	66378	s 1	80	1	Mañá C2a	bordo	Afric2		210		56	T.D.	M. Faro
25	350	M. Faro	23515	s 1	82	1	Mañá C2a	bordo	Afric2		250?		56	C.V.	M. Faro
25	351	M. Faro	67818	s 1	86	1	Mañá C2a	bordo	Afric2		236	22	66	N.T.	M. Faro
25	352	M. Faro	66561	s 1	80		Mañá C2a	bordo	Afric2		236	22	30	N.T.	M. Faro
25	353	M. Faro	42251	s 1	64	1	Mañá C2a	bordo	Afric2		Indet.		42	C.V.	M. Faro
25	354	M. Faro	19911	s 1	82	1	Mañá C2a	bordo	Afric2		Indet.		22	C.V.	M. Faro
25	355	M. Faro	68560	s 1	101	1	Castro Marim 1	bordo	Gadit1		Indet.		42	A.M.	M. Faro
25	356	M. Faro	68204	s 1	99	1	Castro Marim 1	bordo	Gadit1		80		20	A.M.	M. Faro
25	357	M. Faro	72035			1	Castro Marim 1	bordo	Gadit1		90		20	C.V.	M. Faro
25	358	M. Faro	68723	s 1	103		Castro Marim 1	bordo	Gadit1		90		17	A.M.	M. Faro
25	359	M. Faro	68240				Castro Marim 1	bordo	Gadit1		90		17	C.V.	M. Faro
25	360	M. Faro	71033	s 2	21	1	Castro Marim 1	bordo	Gadit1		Indet.		15	A.M.	M. Faro
25	361	M. Faro	69389	s 1	104	1	Castro Marim 1	bordo	Gadit2		90		16	T.D.	M. Faro
25	362	M. Faro	67429	s 1	82	1	Castro Marim 1	bordo	Gadit2		90		25	T.D.	M. Faro
25	363	M. Faro	71288	s 1	30	1	Castro Marim 1	bordo	Gadit2		90		18	T.D.	M. Faro
25	364	M. Faro	69006	s 1	104	1	Castro Marim 1	bordo	Gadit2		90		24	T.D.	M. Faro
26	365	M. Faro	69012	s 1	104	1	Castro Marim 1	bordo	Gadit2		90		39	T.D.	M. Faro
26	366	M. Faro	68034	s 1	96	1	Castro Marim 1	bordo	Gadit2		90		26	T.D.	M. Faro
26	367	M. Faro	67642	s 1	88	1	Castro Marim 1	bordo	Gadit2		90		14	T.D.	M. Faro

Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Forma	Frag.	Fabrico	Observações	Diâm. Bordo	Alt. bordo	Alt. Total	Des.	Depósito
26	368	M. Faro	67683	s 1	92	1	Castro Marim 1	bordo	Gadit2		90		16	T.D.	M. Faro
26	369	M. Faro	67986	s 1	156	1	Castro Marim 1	bordo	Gadit2		100		11	T.D.	M. Faro
26	370	M. Faro	28532	s 1	99	1	Castro Marim 1	bordo	Gadit3		90 int?	--	59	C.V.	M. Faro
26	371	M. Faro	72457	s 2	80		Castro Marim 1	bordo	Gadit3		90		32	C.V.	M. Faro
26	372	M. Faro	65785	s 1	80		Castro Marim 1	bordo	Gadit3		Indet.		38	C.V.	M. Faro
26	373	M. Faro	69410	s 1	104	1	Castro Marim 1	bordo	Gadit3		90		19	A.M.	M. Faro
26	374	M. Faro	66310	s 1	80	1	Castro Marim 1	bordo	Gadit3		90		28	A.M.	M. Faro
26	375	M. Faro	65398	s 1	80		Castro Marim 1	bordo	Gadit3		90		33	A.M.	M. Faro
26	376	M. Faro	67738	s 1	96	1	Castro Marim 1	bordo	Gadit3	cola c/ 68026	90		30	A.M.	M. Faro
26	377	M. Faro	65918				Castro Marim 1	bordo	Gadit3		100		30	A.M.	M. Faro
26	378	M. Faro	40234	s 1	105	1	9.1.1.1	bordo	Gadit1		180	--	49	C.V.	M. Faro
26	379	M. Faro	49564	s 2	80	2	9.1.1.1	bordo	Gadit1		Indet.		38	C.V.	M. Faro
27	380	M. Faro	66931	s 1	82	1	Forma D	bordo	Gadit2		95		23	C.V.	M. Faro
27	381	M. Faro	69849 b	s 1	113	1	Mañá Pascual A4	bordo	Gadit3		100?	--	56	C.V.	M. Faro
27	382	M. Faro	65523	s 1	80	1	Mañá C2b	bordo	Gadit1		232	25	89	N.T.	M. Faro
27	383	M. Faro	71772	s 2	64	1	Mañá C2b	bordo	Gadit1		285	24	89	N.T.	M. Faro
27	384	M. Faro	65966	s 1	80	1	Mañá C2b	bordo	Gadit1		234	24	77	N.T.	M. Faro
27	385	M. Faro	67886	s 1	96	1	Mañá C2b	bordo	Gadit1		222	26	70	N.T.	M. Faro
27	386	M. Faro	65949	s 1	80	1	Mañá C2b	bordo	Gadit1		256	22	29	N.T.	M. Faro
27	387	M. Faro	66134	s 1	80	1	Mañá C2b	bordo	Gadit1		237	25	40	N.T.	M. Faro
27	388	M. Faro	66712	s 1	80	1	Mañá C2b	bordo	Gadit1		248	29	47	N.T.	M. Faro
27	389	M. Faro	69387	s 1	104	1	Mañá C2b	bordo	Gadit1		231	18	47	N.T.	M. Faro
27	390	M. Faro	67755	s 1	96	1	Mañá C2b	bordo	Gadit1		246	22	47	N.T.	M. Faro
27	391	M. Faro	67360	s 1	82	1	Mañá C2b	bordo	Gadit1		281	25	49	N.T.	M. Faro
28	392	M. Faro	69194	s 1	104	1	Mañá C2b	bordo	Gadit1		243	21	63	N.T.	M. Faro
28	393	M. Faro	67604	s 1	88	1	Mañá C2b	bordo	Gadit1		273	21	53	N.T.	M. Faro
28	394	M. Faro	68040	s 1	97	1	Mañá C2b	bordo	Gadit1		218	22	23	N.T.	M. Faro
28	396	M. Faro	67335	s 1			Mañá C2b	bordo	Gadit1		218	22	23	N.T.	M. Faro
28	397	M. Faro	67979	s 1	96	1	Classe 67	bordo	Guad1		132	32	54	N.T.	M. Faro
28	398	M. Faro	65518	s 1	80	1	Classe 67	bordo	Guad1		142	33	54	N.T.	M. Faro
28	399	M. Faro	66866	s 1	82	1	Classe 67	bordo	Guad1		128	31	48	N.T.	M. Faro
28	400	M. Faro	70964	s 2	014 A	1	Classe 67	bordo	Gadit1		144	30	42	N.T.	M. Faro
28	401	M. Faro	66614	s 1	80	1	Classe 67	bordo	Guad1		126	31	51	N.T.	M. Faro
28	402	M. Faro	67201	s 1	82	1	Classe 67	bordo	Gadit1		166	29	54	N.T.	M. Faro

Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Forma	Frag.	Fabrico	Observações	Diâm. Bordo	Alt. bordo	Alt. Total	Des.	Depósito
28	403	M. Faro	67455	s 1	82	1	Classe 67	bordo	Gadit1		174	30	48	N.T.	M. Faro
28	404	M. Faro	66662	s 1	80	1	Classe 67	bordo	Guad1		121	31	51	N.T.	M. Faro
28	405	M. Faro	66445	s 1	80		Classe 67	bordo	Guad1	possui algumas das características da Dressel 12 (?)	148	26	66	N.T.	M. Faro
28	406	M. Faro	66290	s 1	80	1	Classe 67	bordo	Guad1		154	33	53	N.T.	M. Faro
28	407	M. Faro	69375	s 1	104	1	Classe 67	bordo	Guad1		142	31	41	N.T.	M. Faro
28	408	M. Faro	66973	s 1	82		Classe 67	bordo	Guad1		170	38	48	N.T.	M. Faro
28	409	M. Faro	72560	s 2	80	2	Classe 67	bordo	Guad1		150		32	T.D.	M. Faro
28	410	M. Faro	65377	s 1	79	1	Classe 67	bordo	Guad1	cola com 67191 da unidade 82	180	30	32	T.D.	M. Faro
28	411	M. Faro	67648	s 1	88	1	Classe 67	bordo	Guad1		160		36	T.D.	M. Faro
29	412	M. Faro	66648	s 1	80	1	Classe 67	bordo	Guad1		150		40	C.V.	M. Faro
29	413	M. Faro	66228	s 1	80	1	Classe 67	bordo	Gadit1		170		33	T.D.	M. Faro
29	414	M. Faro	67431	s 1	82	1	Classe 67	bordo	Guad1	cola com 65298	150	32	44	C.V.	M. Faro
29	415	M. Faro	67890	s 1	96	1	Dressel 12 (?)	bordo	Gadit1		160	29	38	C.V.	M. Faro
29	416	M. Faro	71364	s 2	38	1	Dressel 12 (?)	bordo	Gadit1		160		30	C.V.	M. Faro
29	417	M. Faro	72065	s 2	65	1	Greco-italica	bordo	Gadit1		160	40	60	C.V.	M. Faro
29	418	M. Faro	67426	s 1	82	1	Dressel 1	bordo	Guad1		190	35	52	C.V.	M. Faro
29	419	M. Faro	71475	s 2	48	1	Dressel 1	bordo	Guad1?		160	38	68	C.V.	M. Faro
29	420	M. Faro	66225	s 2	80	1	Dressel 1	bordo	Cádiz		160	41	51	T.D.	M. Faro
29	421	M. Faro	72565	s 2	80	2	Dressel 1	bordo	Gadit1		160	37	49	C.V.	M. Faro
29	422	M. Faro	67188	s 1	82	1	Dressel 1	bordo	Gadit1		160	32	41	C.V.	M. Faro
30	423	M. Faro	72673	s 2	83	1	Dressel 7-11	bordo	Gadit1		222	42	64	N.T.	M. Faro
30	424	M. Faro	72682	s 2	90	2	Dressel 7-11	bordo	Gadit1		230	46	59	N.T.	M. Faro
30	425	M. Faro	65972	s 1	80	1	Dressel 7-11	bordo	Gadit1		180	39	69	C.V.	M. Faro
30	426	M. Faro	72105	s 2	70	1	Dressel 7-11	bordo	Gadit1		180	48	64	C.V.	M. Faro
30	427	M. Faro	71702	s 2	64	1	Dressel 7-11	bordo	Gadit1		180	43	49	C.V.	M. Faro
30	428	M. Faro	65233	s 1	70	1	Dressel 7-11	bordo	Gadit1		185	23	39	C.V.	M. Faro
30	429	M. Faro	72050	s 1	64	2	Dressel 7-11	bordo	Gadit1		195	43	49	N.T.	M. Faro
30	430	M. Faro	28204	s 2	42	1	Dressel 7-11	bordo	Gadit1		230	40	56	C.V.	M. Faro
30	431	Oceano	2001.72.33	Oceano	6		Dressel 7-11	bordo	Gadit1		220	50	56	C.V.	MNA – Lisboa
30	432	M. Faro	12920	s 1	80	1	Dressel 7-11	bordo	Gadit1		170	28	32	C.V.	M. Faro
30	433	M. Faro	39891	s 1	105	1	Dressel 7-11	bordo	Gadit2		140	34	64	C.V.	M. Faro
30	434	M. Faro	67418	s 1	82	1	Dressel 7-11	bordo	Gadit1	ou Dressel 1(?)	150	39	61	C.V.	M. Faro
30	435	M. Faro	68351	s 1	99	1	Dressel 7-11	bordo	Gadit1		160	43	51	C.V.	M. Faro
30	436	Oceano	2001.72.38	Oceano	6		Dressel 7-11	bordo	Gadit1		200	48	60	C.V.	MNA – Lisboa



Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Forma	Frag.	Fabrico	Observações	Diâm. Bordo	Alt. bordo	Alt. Total	Des.	Depósito
30	437	Oceano	s/ nº				Dressel 7-11	bordo	Gadit1		200	48	48	C.V.	M. Faro
30	438	Oceano	273	B2	6		Dressel 7-11	bordo	Guad1	pasta clara 2 frags.	170	44	80	C.V.	M. Faro
30	439	Oceano	2001.67.52	s/ indicação			Dressel 7-11	bordo	Gadit1		indet	32	48	C.V.	MNA – Lisboa
30	440	Oceano	519	B1	4		Dressel 7-11	bordo	Gadit1			200	20	C.V.	M. Faro
31	441	M. Faro	124	s 1	11	2	Dressel 14	bordo	Gadit1		180		80	T.D.	M. Faro
31	442	M. Faro	66016	s 1	80	1	Dressel 14	bordo	Gadit2		180		57	C.V.	M. Faro
31	443	M. Faro	65008	s 2	37	1	Dressel 14	bordo	Gadit2		190		55	C.V.	M. Faro
31	444	Oceano	2001.72.7	Oceano	6		Dressel 14	bordo	Cádiz		190		44	C.V.	MNA – Lisboa
31	445	Oceano	2001.67.3	s/ etiqueta			Beltrán II B	bordo	Gadit1	Cádiz	210		80	C.V.	MNA – Lisboa
31	446	Oceano	2001.117.1	Bq A2 E			Beltrán II B	bordo	Gadit1	por baixo da parede de alvenaria	220		60	C.V.	MNA – Lisboa
31	447	Oceano	489	s/ etiqueta			Beltrán II B	bordo	Gadit1		200		40	C.V.	M. Faro
31	448	Oceano	2001.68.1	Oceano	6		Beltrán II B	bordo	Gadit1		210		40	C.V.	MNA – Lisboa
31	449	Oceano	2001.72.48	Oceano	6		Beltrán II B	bordo	Gadit1		160		40	C.V.	MNA – Lisboa
31	450	Oceano	755	s/ etiqueta			Beltrán II B	bordo	Gadit2		240		36	C.V.	M. Faro
31	451	Oceano	2001.68.5	Oceano	6		Beltrán II B	bordo	Gadit2		indet		40	C.V.	MNA – Lisboa
31	452	Oceano	2001.67.58	s/ indicação			Beltrán II B	bordo	Gadit1		220		32	C.V.	MNA – Lisboa
31	453	M. Faro	38395	s 2	64	1	Beltrán II B	bordo	Gadit1		220		37	C.V.	M. Faro
31	454	M. Faro	67884	s 1	96	1	Beltrán II B	bordo	Gadit2		210	24	34	T.D.	M. Faro
31	455	Oceano	2001.68.4	Oceano	6		Beltrán II B	bordo	Gadit1		220		40	C.V.	MNA – Lisboa
32	456	M. Faro	67330	s 1	82	1	Haltern 70	bordo	Guad1		160	38	94	C.V.	M. Faro
32	457	M. Faro	68427	s 1	99	1	Haltern 70	bordo	Guad1		160	38	58	C.V.	M. Faro
32	458	M. Faro	72114	s 2	70	1	Haltern 70	bordo	Guad1		160	45	89	N.T.	M. Faro
32	459	M. Faro	65266	s 1	74	1	Haltern 70	bordo	Guad1		195	51	56	N.T.	M. Faro
32	460	M. Faro	71986	s 2	64	1	Haltern 70	bordo	Guad1		156	43	45	N.T.	M. Faro
32	461	M. Faro	65284	s 1	74	1	Haltern 70	bordo	Guad1		139	50	65	N.T.	M. Faro
32	462	M. Faro	66243	s 1	80	1	Haltern 70	bordo	Guad1		152	44	68	N.T.	M. Faro
32	463	M. Faro	66824	s 1	82	1	Haltern 70	bordo	Guad1		161	44	58	N.T.	M. Faro
32	464	M. Faro	66123	s 1	80	1	Haltern 70	bordo	Guad1		169	39	88	N.T.	M. Faro
32	465	M. Faro	68686	s 1	103	1	Haltern 70	bordo	Guad1		155	45	99	N.T.	M. Faro
32	466	M. Faro	71283	s 2	30	1	Haltern 70	bordo	Guad1		170	39	74	N.T.	M. Faro
32	467	M. Faro	64936	s 1	11	1	Haltern 70	bordo	Guad1		180		71	C.V.	M. Faro
32	468	M. Faro	19819	s 1	82	1	Haltern 70	bordo	Guad1	bordo muito incompleto	160		55	T.D.	M. Faro
32	469	M. Faro	71610	s 2	48	1	Haltern 70	bordo	Guad1		160		73	T.D.	M. Faro
32	470	M. Faro	67900	s 1	96	1	Haltern 70	bordo	Guad1		188		50	N.T.	M. Faro

Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Forma	Frag.	Fabrico	Observações	Diâm. Bordo	Alt. bordo	Alt. Total	Des.	Depósito
32	471	M. Faro	11542	s 1	80	1	Haltern 70	bordo	Guad1		140		48	C.V.	M. Faro
33	472	M. Faro	68371	s 1	79	1	Haltern 71 / Ob. 83	bordo/colo/asa	Guad1		149	28	178	N.T.	M. Faro
33	473	M. Faro	67089	s 1	82	1	Dressel 20	bordo	Guad1		150	35	73	C.V.	M. Faro
33	474	M. Faro	67294	s 1	82	1	Dressel 20	bordo	Guad1		110	33	50	N.T.	M. Faro
33	475	M. Faro	72009	s 2	64	1	Dressel 20	bordo	Guad1		117	38	56	N.T.	M. Faro
33	476	Oceano	2002.126.1	B2	6		Dressel 20	bordo	Gadit1	terra escura	150	36	64	C.V.	MNA – Lisboa
33	477	M. Faro	66993	s 1	82	1	Dressel 20	bordo	Guad1		120	35	42	N.T.	M. Faro
33	478	M. Faro	66014	s 1	80	1	Dressel 20	bordo	Guad1		140	33	43	T.D.	M. Faro
33	479	M. Faro	71380	s 2	42	1	Dressel 20	bordo	Guad1		153	34	36	N.T.	M. Faro
33	480	M. Faro	72674	s 2	83	1	Dressel 20	bordo	Guad1		130	34	54	T.D.	M. Faro
33	481	Oceano	2001.72.3	Oceano	6		Dressel 20	bordo	Guad1					C.V.	MNA – Lisboa
33	482	Oceano	121	B2	5		Dressel 20	bordo	Gadit1					C.V.	M. Faro
33	483	Oceano	2001.72.30	Oceano	6		Dressel 20	bordo	Guad1					C.V.	MNA – Lisboa
33	484	Oceano	2001.76.26	B4	3		Dressel 20	bordo	Guad1					C.V.	MNA – Lisboa
33	485	M. Faro	65135	s 1	53	1	Dressel 20	bordo	Guad1		170		30	C.V.	M. Faro
33	486	Oceano	2001.67.1	s/ etiqueta			Dressel 20	bordo	Guad1					C.V.	MNA – Lisboa
33	487	M. Faro	12431	s 2	21	1	Gauloise 4	bordo	Gadit1		130		44	T.D.	M. Faro
34	526	Oceano	2002.116.3	B1	7		Dressel 20	asa	Guad1	marca L-C[...]				C.V.	MNA – Lisboa
34	527	Oceano	2001.67.48	s/ etiqueta			Haltern 70	colo/asa	Guad1	marca L (F?)				C.V.	MNA – Lisboa
34	528	M. Faro	72928	s 1	70	1	Dressel 20	asa	Guad1	marca P-S-ANT				N.T.	M. Faro
34	529	Oceano	68	s/ etiqueta			Dressel 20	asa	Guad1	marca [...] R SED				C.V.	M. Faro
34	488	Oceano	2001.68.6	Oceano 6			Almagro 50?	bordo	Gadit1	destruída no exterior. Cerâmica comum?				C.V.	MNA – Lisboa
34	489	M. Faro	64950	s 2	27	1	Keay XVI / Almagro 50	bordo	Gadit1		170		66	N.T.	M. Faro
34	490	M. Faro	67690	s 1	94	1	Keay XVI / Almagro 50	bordo	Gadit1		190	39	69	C.V.	M. Faro
34	491	M. Faro	71568	s 2	48	1	Keay XVI / Almagro 50	bordo	Gadit1		188		39	N.T.	M. Faro
35	492	M. Faro	66303	s 2	80	1	Almagro 51AB / Keay XIX	bordo	Gadit1		140		70	C.V.	M. Faro
35	493	M. Faro	66328	s 2	80	1	Dressel 23	bordo	Guad2	fractura lisa, engobe mais claro	130	25	78	C.V.	M. Faro
35	494	M. Faro	71875	s 2	69	1	Dressel 23	bordo	Guad1	pasta cinzenta idêntica à dos restantes exemplares	190	28	29	T.D.	M. Faro
35	495	M. Faro	71333	s 2	31	1	Dressel 23	bordo	Gadit1		120	29	41	C.V.	M. Faro
35	496	M. Faro	45781	s 2	71	1	Dressel 23	bordo	Guad1		100	27	34	C.V.	M. Faro
35	497	M. Faro	69514	s 1	105	1	Dressel 23	bordo	Mal1	pasta com xistos	140	32	33	T.D.	M. Faro
35	498	M. Faro	10932	s 2	21	1	Dressel 23	bordo	Mal1	pasta compacta rosada ocre, com inclusões de xisto	110	30	38	C.V.	M. Faro
35	499	M. Faro	68687	s 1	103	1	Keay VI	bordo	Gadit1	imitação bética de forma africana	140	41	48	C.V.	M. Faro
36	500	M. Faro	67937	s 1	96	1	Almagro 50?	bordo	Lusit	laranja lusitana acastanhada, cerâmica comum (?)	150	17	50	C.V.	M. Faro

Est.	Nº	Sítio	Nº Inv.	Sond.	UE	Ano	Forma	Frag.	Fabrico	Observações	Diâm. Bordo	Alt. bordo	Alt. Total	Des.	Depósito
36	501	Oceano	513	B2	7		Almagro 50?	bordo	Lusit		156		56	C.V.	M. Faro
36	502	M. Faro	71910	s 2	64	1	Almagro 51A/B	bordo	Lusit1	engobe bege	81	12	77	N.T.	M. Faro
36	503	M. Faro	71831	s 2	64	1	Almagro 51A/B	bordo	Lusit1		70		38	T.D.	M. Faro
36	504	M. Faro	72394	s 2	79	1	Almagro 51C	bordo/colo/asa	Lusit	lusitana	102		136	N.T.	M. Faro
36	505	M. Faro	71504	s 2	48	1	Almagro 51C	bordo	Lusit1	lusitana, laranja clara c nódulos ferro	124	31	48	N.T.	M. Faro
36	506	M. Faro	66551	s 2	80	2	Almagro 51C	bordo	Lusit1	sobrecozida	110		50	C.V.	M. Faro
36	507	M. Faro	41590b	s 2	64	1	Almagro 51C	bordo	Lusit	lusitana compacta laranja	110		50	C.V.	M. Faro
36	508	M. Faro	68878	s 1	103	2	Tripol. II	bordo	Africana	cola com 61639 da UE 112	168	30	89	N.T.	M. Faro
36	509	M. Faro	65834	s 1	80	1	Tripol. II	bordo	Africana	laranja com engobe branco	180	21	59	C.V.	M. Faro
36	510	Oceano	2001.74.21	C3	1		Keay IIIB	bordo	Africana					C.V.	MNA – Lisboa
36	511	M. Faro	25891	s 2	31	1	Africana IIA	bordo	Afric2	pasta cinzenta acastanhada compacta com inúmeros pontos brancos e engobe cinzento claro. Pela descrição da pasta poderá ser produção de Salakta – Catacombas (Bonifay 2004, p. 33, fig. 12). Séc. I-IV	140		41	C.V.	M. Faro
36	512	M. Faro	71923	s 2	64	1	Africana IIA	bordo	Afric2	pasta laranja com partículas brancas e engobe branco	120		54	C.V.	M. Faro
36	513	M. Faro	66572b	s 1	80	1	Africana IIA	bordo	Africana	laranja com inúm pontos de calcite com engobe branco	160	86	42	C.V.	M. Faro
37	514	M. Faro	67651	s 1	88	1	Africana IIC	bordo	Africana	laranja com engobe branco	110	35	84	C.V.	M. Faro
37	515	M. Faro	65065	s 2	42	1	Africana IIC	bordo	Africana	pasta acastanhada		130	70	C.V.	M. Faro
37	516	M. Faro	32259	s 2	48	1	Africana IIC	bordo	Africana	pasta fina alaranjada com poucas partículas calcite. Cola com 32260	120		50	C.V.	M. Faro
37	517	M. Faro	71911	s 2	64	1	Africana IID	bordo	Africana	laranja; superfície estragada, com engobe esbranquiçado	120	48	49	C.V.	M. Faro
37	518	M. Faro	32541	s 2	48	1	Africana IID	bordo	Africana	laranja compacta sem engobe. Paralelo nas oficinas de Leptimnus (Bonifay 2004, p.35); pasta da est. I nº 16; tipologicamente muito idêntico à fig 16, nº 5.	110		51	C.V.	M. Faro
37	519	M. Faro	11897	s 1	80	1	Africana IID	bordo	Africana	laranja compacta sem engobe	110	44	54	C.V.	M. Faro
37	520	Oceano	2001.66.5	B4	2		Africana IID	bordo	Africana		120		56	C.V.	MNA – Lisboa
37	521	M. Faro	38275	s 2	64	1	Keay XXVG	bordo	Africana	Sidi Zahrani (?)	130		82	C.V.	M. Faro
37	522	M. Faro	71821	s 2	64	1	Keay XXXVB	bordo	Africana	Sidi Zahrani (?)	140	28	49	C.V.	M. Faro
37	523	M. Faro	71499	s 2	48	1	Keay XXXVB	bordo	Africana	Sidi Zahrani (?)	140	28	70	C.V.	M. Faro
37	524	M. Faro	72602	s 2	80	2	Keay XXXVB	bordo	Africana	Sidi Zahrani (?)	140	23	46	C.V.	M. Faro
37	525	M. Faro	18562	s 1	82	1	Keay XXXVB	bordo	Africana		indet.		46	C.V.	M. Faro

### 2.2.1.5. A cronologia de ocupação e a dinâmica evolutiva de *Ossonoba*

O conjunto de dados que se apresentou sobre os vestígios de época romana existentes em Faro merecem ainda algumas observações. Apesar dos condicionalismos das intervenções, é possível reconstituir alguns aspectos da malha urbana da cidade antiga e apontar hipóteses de interpretação para a localização das diferentes componentes da estrutura da cidade romana.

Afastada que está, definitivamente desde a primeira metade do séc. XX, a questão da localização de *Ossonoba*, não restam hoje dúvidas de que sob a actual cidade de Faro se localizou a importante cidade romana de *Ossónoba* mencionada nas fontes e em inúmeras epígrafes e numismas.

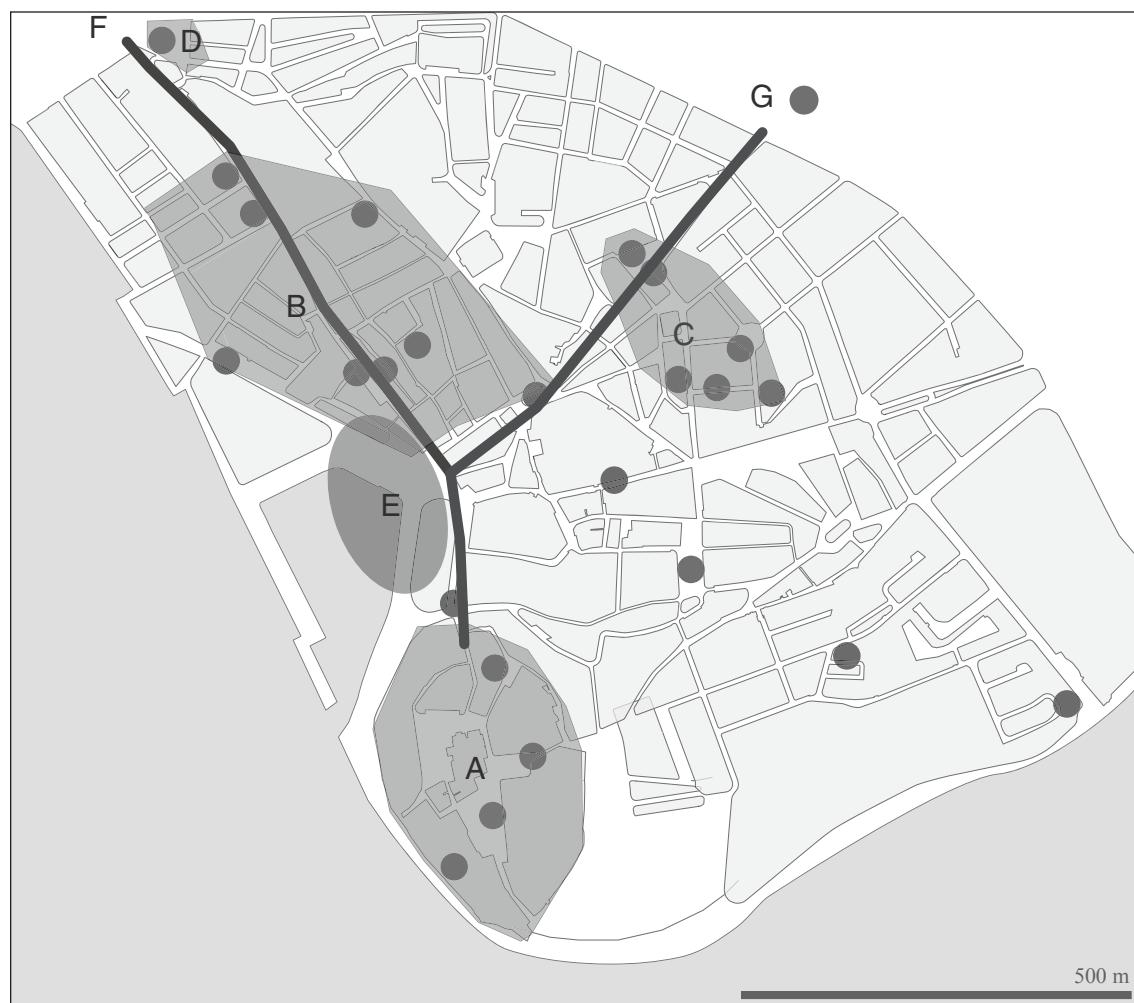
Encontram-se bem definidos os limites da cidade romana, determinados por duas áreas de necrópole identificadas (**Figura 34**). A necrópole norte de *Ossonoba*, cuja escavação Estácio da Veiga realizou ainda no séc. XIX, constitui, até ao momento, a que apresenta maiores dimensões e localiza-se já no exterior da cidade, junto à via que ligava esta cidade a *Balsa*. Não foi possível, até ao momento, estabelecer a localização exacta desta via, uma vez que os vestígios de enterramentos se estendem por uma vasta área, desde o Teatro Letes até à R. D. João de Castro (Bernardes, 2005, p. 30). Sucessivas intervenções nesta área, com um último episódio em 2004, têm procurado minimizar a sua destruição, documentando uma ampla área cemiterial. Outros elementos apontam para a existência de uma necrópole no eixo da via que seguia para ocidente.

O núcleo muralhado, hoje designado por centro histórico, constituiu o local de assentamento mais antigo das populações que, no séc. IV a.C., fundaram *Ossonoba*. Terá sido também nesta área que se estabeleceram as elites romanas, ainda no séc. II a.C. Do urbanismo pré-romano e romano Republicano pouco ou nada se conhece. Apesar de terem sido identificadas estruturas pertencentes a estes períodos, nas intervenções realizadas na Fábrica da Cerveja (Paulo, 1999-2000, p. 17-87) e no Museu Municipal, a reduzida dimensão das sondagens não permitiu reconhecer a sua funcionalidade. Por outro lado, na intervenção realizada por T. Gamito nas instalações da Polícia Judiciária, parece ter-se documentado igualmente testemunhos destas épocas que a investigadora interpretou como sendo prova do alargamento da área da cidade sobre os sapais, no séc. II/I a.C., materializados numa camada de fragmentos de ânforas (Gamito, 1997a, p. 348).

É também possível que a ceca que cunhou moeda em meados e finais do séc. I a.C. se tenha igualmente localizado nesta área da cidade, e desconhecemos igualmente onde seria a necrópole nesta fase mais antiga, pois o cemitério do bairro Letes só regista enterramentos a partir do séc. I d.C.

Os testemunhos apontam para que tenha sido na área da cidade muralhada “vila adentro” que se desenvolveu a cidade romana republicana. Esta afirmação é sustentada no facto de não se terem encontrado, até hoje, vestígios de épocas tão recuadas em outras áreas da cidade. O estudo do conjunto de cerâmicas importadas permitiu verificar que, a partir do séc. II, se iniciou o consumo de produtos vinários itálicos, oriundos da costa tirrénica, e materializados nas escassas ânforas greco-itálicas e Dressel 1 A que ocorrem, por exemplo, nas escavações do Museu Municipal. O estudo da cerâmica campaniense, nomeadamente a campaniente A, permitiu verificar que as importações desta cerâmica de mesa teve início durante o séc. II a.C.

Entre as importações itálicas, encontra-se igualmente a cerâmica de paredes finas. Apesar da presença de campaniense de formas relativamente antigas (por exemplo a Lamb. 36) apontar para um início das importações itálicas ainda no séc. II a.C., estas importações intensificam-se, sobretudo, durante a primeira metade do séc. I a.C., sendo muito provavelmente deste período a maior parte das ânforas do tipo Dressel 1 encontradas em Faro. Além das importações oriundas da costa tirrénica, existe testemunho de importação de vinho itálico proveniente da costa adriática, que se manifesta na presença de escassos exemplares do tipo Lamb. 2.



**Figura 34 – Proposta de reconstituição das componentes urbanas de Ossoyoba.**

**A – Área monumental; B – Área residencial / artesanal; C – Necrópole Norte; D – Necrópole Ocidental;  
E – Área Portuária; F – Via para Laccobriga; G – Via para Balsa.**

Contemporânea das importações itálicas do período tardo republicano, a presença de uma peça de *sigillata* oriental A, pertencente a uma forma datável de um período compreendido entre os finais do séc. II a.C. e as últimas décadas do séc. I a.C., constitui um testemunho de uma troca ocasional, que não corresponde a um efectivo fluxo comercial com o Mediterrâneo Oriental. Esta presença, juntamente com as peças de Santarém, corresponde ao limite da dispersão deste tipo de cerâmica para o ocidente. De um modo geral, nos restantes sítios onde ocorre, na vertente central e ocidental da Península Ibérica, constitui sempre um achado pouco frequente, a que se podem associar eventualmente outros produtos orientais, como *lagynoi* e ânforas ródias, mas que não são reflexo de uma comercialização regular.

Além dos produtos itálicos relacionados com o consumo do vinho, e que constituem a prova da existência de uma elite romana itálica ou indígena romanizada, subsistem as relações com a área mais ocidental da *Ulterior*/futura Bética, em continuidade com o que sucedia em períodos anteriores. É originária desta região a esmagadora maioria dos produtos alimentares importados para Ossoyoba neste período. Refiro-me, concretamente, às ânforas dos tipos Castro Marim 1, T.9.1.1.1., Mañá Pascual A4 e Mañá C2b, que se enquadram nos modelos que seguem a tradição



púnica, assim como as que seguem modelos que se inspiraram nos contentores itálicos, que constituem uma minoria e que se encontram representados pelas formas da Classe 67, Dressel 12 e Haltern 70. Assim, tudo aponta para que, mesmo sob a órbita romana, a influência gaditana se tenha mantido, seguindo uma tradição anterior que já estava bem patente desde o séc. IV a.C., como o demonstraram os trabalhos recentes sobre as ânforas pré-romanas de Faro (Arruda, Bargaço e Sousa, 2005).

Como já tivemos oportunidade de referir *supra*, para algumas ânforas do período republicano colocam-se diversas possibilidades quanto ao seu conteúdo. Apesar disso, parece relativamente pacífico considerar que a esmagadora maioria destes contentores terão transportado preparados piscícolas da área gaditana para o núcleo urbano de Faro. No entanto, deve referir-se que alguns destes recipientes podem ter transportado, igualmente, produtos oleícolas ou vinários, existindo também a possibilidade de poder ter servido, simultaneamente, para diferentes alimentos.

A importação de produtos alimentares patente no conjunto de ânforas estudado mostra ainda evidência de consumo de produtos piscícolas originários do Norte de África, como o atesta a presença das ânforas do tipo Mañá C2A, estando ausentes as ânforas tripolitanas antigas, que habitualmente ocorrem neste período em diversos conjuntos do ocidente peninsular e igualmente no sul algarvio (por exemplo, em Castro Marim).

Por oposição à informação disponível relativamente aos produtos alimentares e cerâmicas importadas, não dispomos de muitos dados acerca do urbanismo de época republicana. É muito provável que tenha sido também nesta área da cidade que se localizou a ceca ou cecas que cunharam moeda em meados e finais do séc. I a.C. Outra questão que permanece sem solução corresponde à localização da “cidade dos mortos” do período republicano, uma vez que, como já atrás se referiu, os enterramentos da necrópole do bairro Letes se encontram datados de um período posterior ao séc. I d.C.

A reorganização territorial atribuída a Augusto manifesta-se, naturalmente, com vigor significativo nesta região da *Ulterior*, não só no estabelecimento dos limites da província da Lusitânia, que passa a ter uma fronteira clara em relação à província da Bética, no curso do Guadiana, mas também no estabelecimento do sistema viário desta região. Efectivamente, atribui-se ao período dos Júlio-Cláudios o miliário encontrado em Bias do Sul (IRCP 660), onde figura a distância, em milhas, desde a cidade de Faro, e que se encontrava na via *Baesuri-Ossonoba*.

Foi também no Largo da Sé que se edificou o centro monumental da urbe antiga. Desconhece-se qual a cronologia exacta do pódio do templo, cuja escadaria foi descoberta nos anos 30/40. Possivelmente corresponde já a uma remodelação de um conjunto monumental anterior, do qual não existe notícia, embora seja arriscado atribuir ao início do séc. I a primeira construção (Augustana?). Como já se referiu, a epigrafia não permite fixar com segurança a data da promoção municipal de Ossónoba tendo por base a inscrição dos seus cidadãos na tribo Galéria ou na Quirina, pois existem exemplos das duas situações. Com base na inscrição a Marco Cornélio Persa, J. d’Encarnação coloca os cidadãos de Faro na tribo Galéria, datando a promoção municipal de Augusto (1984). Para J. de Alarcão, este não é um dado seguro pois “o *patronus* de uma cidade não era necessariamente um cidadão local”, permanecendo a dúvida por se desconhecer a naturalidade (Alarcão 1985, p. 105). Noutra inscrição de Faro, na epígrafe a Lúcio Ânio Novato refere-se à tribo Quirina (IRCP 10), o que não constitui igualmente um dado suficientemente forte para a atribuição dos habitantes de *Ossonoba* a esta tribo, por estarmos perante um liberto. Recorde-se também que a Quirina é a tribo onde se encontram inscritos os cidadãos de *Balsa* e, para J. d’Encarnação, este seria um cidadão de *Balsa* que foi homenageado em *Ossonoba* (IRCP, p. 50). Alarcão conclui que existem fortes indícios de que a tribo de *Ossonoba* tenha sido a Galéria, mas não atribui a sua datação a Augusto, mas sim a César (Alarcão, 1985, p. 105).

Segundo V. Mantas a ascensão a município deu-se (...)“ainda sob os Júlio-Cláudios, provavelmente na época de Cláudio, como Belo (Bolonía)(...)” (Mantas, 1990, p. 183).

A construção do centro cívico de *Ossonoba*, no qual o templo se integrou, deve possuir uma cronologia compatível com a da promoção municipal da cidade. Importa igualmente referir-se, a este propósito, que o busto de Agripina *Minor*, recuperado em Milreu (Estói), tem sido interpretado como um exemplo de colecionismo tardio por parte do proprietário da *villa*, avançando-se a hipótese que, na sua origem, este elemento poderá ter sido parte integrante do programa iconográfico do centro monumental de *Ossonoba* em período Júlio-Cláudio (Gonçalves, 2007, p. 90). Uma cronologia augustana pode igualmente propor-se, com base na datação do estabelecimento do eixo viário e no abundante conjunto de cerâmicas que mostram o valor e o peso das importações itálicas (cerâmicas de mesa e ânforas vinárias) na cidade. Consumo de uma população que demonstra um elevado grau de romanização, nesta fase recuada.

Não parece constituir novidade que o templo de culto imperial se destacaria no *forum*, uma vez que, além dos vestígios arqueológicos que se podem relacionar com esta construção, a epigrafia documentou, ainda que para um momento mais tardio, posterior ao séc. II, a presença de uma homenagem a um flâmine e duúnviro, possivelmente originário de outra cidade (IRCP 8). Como se verá, a localização do templo de culto imperial deverá ter-se mantido no séc. III, o que se depreende da inscrição que homenageia Marco Cornélio Persa, descoberta, ainda que desconstruída, no Largo da Sé (IRCP 7).

A existência de estruturas relacionadas com a água, nomeadamente um tanque cujo interior seria revestido a *opus signinum*, que é difícil de integrar do ponto de vista cronológico e arquitectónico, não constitui um elemento estranho, no contexto do centro monumental. A associação do templo de culto imperial à água encontra-se em diversas cidades romanas, correspondendo a um claro programa de propaganda do poder imperial. Um exemplo no território actualmente português constitui o conjunto de tanques que formavam um “espelho de água” em redor do templo imperial de *Ebora Liberalitas Iulia* (Hauschild e Sarantopoulos, 1995-1997). Como destacou C. Marquéz a propósito das estruturas relacionadas com a água do *forum* de *Colonia Patricia Cordoba*, as fontes materializam a chegada da água através de aquedutos financiados pelo imperador (Marquéz, 2004, p. 57). Não se conhecem em Faro, até ao momento, quaisquer estruturas relacionadas com a distribuição de água à cidade. O facto do núcleo urbano dispor actualmente de inúmeras nascentes, quer na área protegida pela muralha, quer no exterior, leva-nos a supor que este abastecimento se pode ter feito através de cisternas e poços de captação e não através de qualquer outra estrutura como um aqueduto. Esta autonomia, no que diz respeito ao aprovisionamento de água, constitui uma vantagem competitiva muito significativa, sobretudo quando confrontada com os outros dois núcleos urbanos como *Balsa* e *Castro Marim*, que não estavam dotados de este tipo de recursos.

A proposta de localização dos principais eixos viários da cidade romana, o *cardo* e o *decumano* máximo, assente na localização do *forum* no Largo da Sé, tem bastante viabilidade, atendendo à descoberta do *podium* do templo. Outro elemento relevante da estrutura urbana de Faro que merece ser discutido corresponde às muralhas da cidade e, sobretudo, à cronologia da sua construção. Segundo T. Gamito, estas foram erigidas no séc. II d.C. (...) “mais como sinal de prestígio e importância da cidade do que propriamente por necessidade (...)” (Gamito, 1997, p. 348) e os torreões circulares e quadrados seriam disso prova. Posteriormente, em época Bizantina, teriam sido reforçadas com o torreão facetado em heptágono e ainda em período islâmico (Gamito, 1997, p. 349).

V. Mantas defende que “É provável que a muralha árabe de Faro assente nos restos de uma cerca tardo-romana: a reutilização de materiais, a distribuição dos mesmos e o facto da sapata da muralha se encontrar, perto do Castelo, cerca de 7 metros abaixo do nível actual do solo, para além da localização das três portas antigas do recinto fortificado coincidirem com o *cardo* e com

o decumano, são argumentos suficientes para considerar seriamente uma origem romana para a muralha farenses” (Mantas, 1993, p. 519-520). Segundo D. Hourcade, o processo que conduziu à construção dos recintos fortificados da Lusitânia confunde-se com o da própria urbanização, avançando que cerca de metade destes recintos possui uma cronologia entre o séc. I a.C. e o séc. I d.C. (Hourcade, 2004, p. 245 e ss). Este fenómeno, de acordo com o investigador, estaria directamente relacionado com a organização da província da Lusitânia e o estabelecimento de *civitates*.

A inexistência de dados arqueológicos inequívocos, até ao momento, não ajudam a resolver a questão da datação da muralha de Faro. Contudo, o facto de esta estrutura constituir um elemento definidor do urbanismo romano favorece, em meu entender, a defesa de uma cronologia alto imperial, podendo os dados sobre a contemporaneidade das portas da muralha e do cardo e do decumano, avançados por V. Mantas, ser utilizados igualmente a favor desta cronologia mais antiga. A reconstrução da totalidade ou de troços desta muralha em fases posteriores, tardo-romana, bizantina, islâmica deve ter sido uma realidade que apenas um estudo detalhado de arqueologia murária, com análise cuidada dos paramentos, permitirá desenvolver no futuro.

Até ao momento, a presença de materiais com cronologia do séc. II e I a.C. circunscreve-se às intervenções realizadas na área do centro histórico de Faro. Efectivamente, tudo aponta para que tenha sido apenas a partir de meados do séc. I d.C. que a cidade extravasou os limites do que pode ter constituído, ainda em período romano, uma área fortificada, e se expandiu para a sua vertente ocidental, ao longo da via que faria a ligação entre a cidade e a vertente mais ocidental do território algarvio.

Testemunha esta realidade um conjunto de materiais recuperados no local onde posteriormente se edificou a construção que tinha como pavimento o mosaico do Oceano. Infelizmente, dada a reduzida área escavada não se recuperaram, aqui, estruturas que permitam caracterizar particularmente o urbanismo da cidade no séc. I. A sequência estratigráfica que foi possível reconstituir aponta para a existência de um edifício cuja funcionalidade se desconhece, mas que poderá ter sido de carácter habitacional. Desta estrutura sobreviveu parte reduzida de um muro com revestimento de estuque pintado e uma igualmente reduzida parcela de pavimento que seria revestido a mosaico. Posteriormente, a construção do edifício que teve como pavimento o mosaico do Oceano (séc. III) manteve-se com orientação idêntica à da trama urbana anterior, trama essa que sobreviveu nesta área da cidade, nas suas linhas essenciais, até aos nossos dias.

Desconhece-se que fenómeno ou que conjunto de fenómenos terão provocado o abandono desta área da cidade nos meados/terceiro quartel do séc. V, tendo-se avançado que na sua origem poderia ter estado uma destruição violenta explicada pela presença de uma camada de carvões (Lancha, 1985, p. 155). A possibilidade de este abandono estar relacionado com a transformação da linha de costa não deve ser igualmente afastada.

Segundo V. Mantas, a área onde se encontrou este edifício destinava-se a actividades industriais, dada a presença de tanques relacionados com a transformação de peixe. Temos conhecimento destes três tanques através da notícia de Pinheiro e Rosa, que os localiza na Av. da República, embora se desconheçam as suas características.

Tudo aponta para que esta zona correspondeu a um núcleo da cidade, que se desenvolve paralelamente à via que, pelo litoral, seguia para oeste. Além do edifício do mosaico do Oceano e das cetárias na Av. da República, os vestígios arqueológicos encontrados recentemente na Rua Serpa Pinto ou na Rua do Compromisso constituem parte integrante deste núcleo ribeirinho e/ou portuário da antiga *Ossonoba*, correspondendo ao seu limite para norte. Não se assinalaram aqui materiais republicanos, mas verificou-se que o *terminus* da ocupação romana teve lugar no séc. IV, como é confirmado pelos dados recuperados na R. do Compromisso (Botelho, Estrela e Ferreira, 2007).

Independentemente da configuração que a cidade dos vivos pudesse ter adquirido neste período, sabemos que a necrópole norte da cidade já se encontrava a ser utilizada no séc. I. Prova-o a datação obtida para um conjunto de enterramentos, concretamente uma inumação em sepultura rectangular construída com lateres com cobertura de *tegula* que formava um telhado de duas águas (tipo B de Estácio da Veiga), onde ocorrem paredes finas com forma datada desde Augusto até aos Flávios (Teichner et al., 2007, nº 2004/73, p. 175). Efectivamente, diversos outros enterramentos possuem, como mobiliário funerário, cerâmicas, cuja cronologia aponta para o séc. I, podendo, em bastantes casos, prolongar-se a sua datação até ao séc. II, o que não permite ter a certeza se corresponde, a enterramentos da fase mais antiga do cemitério. É exactamente esse o problema que se coloca igualmente ao estabelecimento de uma datação inequívoca do séc. I para o conjunto das incinerações identificadas que possuem espólio associado, cuja cronologia se estende até à primeira metade do séc. II.

No conjunto, identificaram-se diversos tipos de enterramento, como a incineração, e, na inumação, foram identificados diversas soluções: simples, em fossa, ou construído com lateres, *tegulae* e *imbrices* com diferentes coberturas: tipo A, B e C (de Estácio da Veiga) e ainda o enterramento em ânfora (Teichner et al., 2007). Este cemitério foi utilizado entre o séc. I/II d.C. e o séc. VI. Não se encontraram, nesta área cemiterial, quaisquer edifícios que configurem a existência de mausoléus, o que não permite afirmar que não tenham existido. Este tipo de estruturas é relativamente comum nas necrópoles das cidades romanas da actual Andaluzia, como por exemplo em Córdoba (Vaquerizo, Garriguet, Vargas, 2005). A mesma tipologia de enterramentos que se conhece em *Ossonoba*, nomeadamente a sepultura com telhado de duas águas formado por *tegulae* identificou-se igualmente na necrópole de *Balsa* (Santos, 1971) e em Pedras d'el Rei (Viana, 1952b).

Dispomos de informação muito relevante sobre o consumo de produtos alimentares manufacturados, designadamente de cerâmicas finas, de duas áreas distintas da cidade: das intervenções realizadas no Museu Municipal e da área onde se recuperou o mosaico do Oceano. Apesar do estudo da cerâmica comum não ter sido concluído, possuímos igualmente algumas informações preliminares sobre as produções de cerâmica comum importada e local e regional.

Do ponto de vista do consumo de alimentos, cujo registo nos chega através dos contentores anfóricos, os sécs. I e II ficam marcados por um domínio quase absoluto dos produtos oriundos da vizinha Bética. Efectivamente, a julgar pelos restos anfóricos recuperados nas diferentes áreas da cidade, pode afirmar-se que, neste período, *Ossonoba* se encontrava muito dependente dos mercados da cidade da Cádiz, para obtenção de produtos piscícolas. Efectivamente, mais de 40% das ânforas pertencem, essencialmente, aos tipos Dressel 7/11 e Beltrán II B, encontrando-se igualmente exemplares das formas Dressel 14 e Beltrán IIA. Este dado causa alguma estranheza, uma vez que a própria cidade, e, de um modo geral, toda a costa algarvia, possui testemunho de unidades de transformação do peixe (cetárias), cuja produção terá tido o seu início nesta fase. Por outro lado, a diversidade de contentores que transportaram estes produtos, além do significado cronológico que encerra, poderá eventualmente corresponder a diferentes tipos de preparados piscícolas, diversidade que está documentada nas fontes escritas e que as análises aos conteúdos de ânforas têm vindo a confirmar.

A produção local/regional de ânforas que transportaram preparados piscícolas foi uma realidade no território hoje algarvio, documentada no registo arqueológico a partir de meados do séc. I, como se pode constatar pela existência de um centro produtor no sítio da Manta Rota. Neste local, foram detectados restos do que poderá ter sido a entulheira de um ou mais fornos, formada por uma quantidade significativa de fragmentos de ânforas do tipo Dressel 14 (Viegas, 2006b, p. 177-196; Dias et al., 2009). A produção de cerâmica comum também está atestada neste local. Também em Olhos S. Bartolomeu de Castro Marim, local onde se identificou, ainda no séc. XIX (Vasconcelos, 1898), um forno de ânforas e um depósito com uma variante dita tardia de

Dressel 14 (Fabião, 2004a), está confirmada a produção de envases para transporte e exportação de preparados piscícolas, ainda no Alto Império.

Entre a cerâmica comum, identificámos um conjunto de fabricos que apontamos como sendo de produção local/regional. Contudo, a sua distribuição cronológica e a sua frequência relativa nas diferentes fases de ocupação da cidade não constituem dados passíveis de serem avaliados. A dificuldade na obtenção de contextos arqueológicos seguros limita, em grande medida, a análise que poderíamos fazer. No entanto, pode afirmar-se que a cerâmica de produção local/regional de pastas alaranjadas (idêntica às das ânforas), mas também uma produção de cerâmica cinzenta de textura média/grosseira, se encontra entre os produtos consumidos pelos habitantes de Faro, durante o Alto Império. De um modo geral, a leitura dos inventários parece, no entanto, apontar para que estes fabricos sejam minoritários face à cerâmica comum da Bética.

Quanto aos produtos alimentares, deve referir-se que o azeite foi importado em quantidades significativas dos centros produtores do vale do Guadalquivir nas ânforas Dressel 20, assim como os produtos da uva, o “*defrutum*”, que seriam igualmente transportados para Faro em ânforas do tipo Haltern 70. Pode admitir-se, no entanto, que a maior parte dos produtos vinícolas e oleícolas consumidos nesta cidade tenha tido a sua origem nas numerosas *villae* que circundavam a cidade. Torna-se muito difícil obter datações conclusivas alto imperiais para as estruturas de transformação dos produtos agrícolas existentes em algumas *villae* algarvias. Por outro lado, a ausência de recipientes específicos que se tenham conservado no registo arqueológico, e que tenham sido utilizados para o transporte e consumo destes produtos, constitui um dado relevante quando se pretende avaliar o peso da produção local face às importações. A evolução das importações de ânforas Haltern 70 aponta para uma concentração no período dos Júlio Cláudios, centrada nos meados do séc. I. Quando às Dressel 20, assiste-se a perfis de importação diferenciados nas duas áreas da cidade. No Museu Municipal, além de uma variante mais antiga do contentor oleícola, a Haltern 71 augustana, dominam sobretudo exemplares que se podem colocar na primeira metade do séc. I, enquanto que na área do mosaico do Oceano os bordos de perfil mais triangular datáveis dos Flávios são dominantes.

No início do séc. I, a cidade continua a receber cerâmicas finas oriundas de diversos centros produtores da península itálica (*terra sigillata* de tipo itálico), no que constitui um prolongamento da produção e importação da cerâmica campaniense. A Faro chegaram, sobretudo, taças e pratos originários da oficina de Pisa, cuja produção domina o mercado do Sul da Lusitânia, encontrando-se representada pelos oleiros Ateius, Cresti e Xanthus. Do ponto de vista da cronologia, as importações itálicas iniciam-se nas últimas décadas do séc. I a.C., mas concentraram-se sobretudo durante o período de Tibério.

Neste período, a cidade de Faro não importou vinho itálico, estando, até ao momento, as ânforas do tipo Dressel 2-4 ausentes do registo arqueológico. Este tipo anfórico encontra-se, no entanto, presente, embora de forma muito esporádica, noutras cidades algarvias, como por exemplo, em Balsa.

Ainda no reinado de Tibério e Cláudio, a cidade de Faro começa a abastecer-se igualmente nos mercados do Sul da Gália, que vão progressivamente dominar a produção e comercialização de *terra sigillata* para as províncias ocidentais do império. A distribuição cronológica das importações mostra que o consumo deste tipo de cerâmica se iniciou, como já se referiu, numa fase relativamente antiga da produção, no período de Tibério e Cláudio, sendo, no entanto, nas fases seguintes que estas importações ganharam maior expressão. O estudo conjugado das formas lisas, das formas decoradas e das marcas de oleiro parece apontar para uma percentagem significativa de importação de *terra sigillata* sudgálica para Faro durante o reinado dos Flávios, decrescendo as importações sobretudo a partir dos inícios do séc. II. No entanto as produções mais antigas, atribuíveis ao período de Tibério e Cláudio e de Cláudio e Nero têm maior expressão



nesta cidade do que, por exemplo, em *Balsa*, onde as decorações que remetem para o período Flávio são esmagadoras.

A percentagem de *terra sigillata* sudgálica oriunda de La Graufesenque é bastante elevada, sobretudo na área do mosaico do Oceano, documentando a intensidade de ocupação desta área da cidade na segunda metade do séc. I. Por outro lado, atendendo à datação proposta para o mosaico (Lancha, 1985), esta área terá recebido amplas obras de remodelação entre a 2ª metade do séc. II e o séc. III, aspecto que aparentemente não se reflectiu numa maior percentagem de *sigillata* datável deste período. Este facto remete-nos para a forma como se processou a deposição dos lixos e de como a cerâmica foi descartada.

A importação de cerâmicas originárias do Sul da Gália não se circunscreveu à *terra sigillata*, tendo-se identificado igualmente ânforas do tipo Gauloise 4, que documentam o consumo de vinho originário daquela região em Ossónoba. Por outro lado, regista-se um conjunto significativo jarros trilobados de cerâmica comum de pasta caulínica, a que atribuímos uma origem gália (Battigne e Desbat, 1996, p. 381-394). Estes recipientes, que se difundiram sobretudo desde o reinado de Tibério, serviram como fervedores (“bouilloires”), uma vez que a argila caulínica apresenta uma excelente capacidade para suportar o choque térmico. Dada a sua morfologia troncocónica, não é de desprezar a hipótese de terem sido comercializados pelo seu conteúdo (que hoje desconhecemos), tendo sido posteriormente reutilizados como fervedores. Esta utilização está atestada, por exemplo, na cidade de *Balsa*, onde ocorrem exemplares cuja superfície interna apresenta depósitos calcários.

Durante a primeira metade do séc. I, a cidade também se abasteceu nos mercados do interior da Hispânia. Por um lado, está presente a *sigillata* hispânica do tipo Peñaflor oriunda da antiga *Celti*, no Vale do Guadalquivir, encontrando-se igualmente, sobretudo a partir da segunda metade desse século, as produções hispânicas provenientes das oficinas de Tricio (no vale do Ebro) e de Andújar (no Vale do Guadalquivir). A forte concorrência dos produtos sudgálicos aliada à aparição, também nos finais do séc. I, das primeiras importações de *sigillata* clara A, do Norte de África, determinaram uma fraca presença das *sigillatas* hispânicas nas cidades algarvias, aspecto que ficou também patente na cidade de Faro. Um aspecto que deve ser destacado diz respeito ao facto da percentagem de produtos hispânicos recuperados nas escavações do mosaico do Oceano ser mais elevada do que o habitual.

Apesar da escassez de dados estratigráficos, os dados tipológicos mostram que nos finais do séc. I, inícios do séc. II, a cidade de Faro se está a abastecer de cerâmicas finas (*terra sigillata*) em diferentes mercados: no Sul da Gália (em La Graufesenque); no interior da Hispânia (em *Celti*-Peñaflor, em Andújar e em Tricio); e no Norte de África (no Norte da Tunísia?). Por outro lado, são exactamente os dados estratigráficos recuperados na escavação do mosaico do Oceano que permitem avançar com a hipótese de as primeiras importações de cerâmica de cozinha africana terem tido lugar nos finais do séc. I ou nos inícios/meados do séc. II. A presença destes materiais em contextos onde, por um lado, se encontra ainda *sigillata* alto imperial (sudgálica e hispânica) e onde estão presentes as primeiras importações de *sigillata* clara A, com formas datáveis dos Flávios (Hayes 8 e 9), aliada ao facto de, por outro lado, não se encontrarem, nestes níveis, materiais posteriores, como as formas mais tardias de *sigillata* clara A e clara C, constituem alguns dos argumentos que utilizamos para justificar esta afirmação. Acresce ainda que este fenómeno se encontra atestado em outros contextos no actual Algarve, em Monte Molião (Lagos) (Arruda et al., 2008) e na Andaluzia, em Itálica (Abad Casal, 1982, p. 146) e em Carmona (Vázquez Paz, 2006, p. 1658). Assim, e ao contrário do que julgámos inicialmente (Viegas, 2007a), a presença da cerâmica de cozinha africana não constitui um fenómeno exclusivo da fase baixo imperial, sendo uma realidade a partir dos inícios do séc. II.

A importação de ânforas da forma Tripolitana II demonstra que a comercialização de produtos alimentares, que se encontrava já documentada para o período republicano, não sofreu

uma interrupção durante o Alto Império. Efectivamente, a cidade de *Ossonoba* recebeu produtos oleícolas ou piscícolas norte africanos. A questão da determinação exacta do conteúdo destes recipientes ainda permanece em aberto.

Apesar da diversidade do aprovisionamento patente no registo arqueológico, o comércio de produtos provenientes da Bética é claramente maioritário nos contextos alto imperiais, alargando-se igualmente às paredes finas e à cerâmica comum. Apesar de ser possível que uma parte da cerâmica de pastas claras tenha sido produzida no actual Algarve, tem-se considerado que o conjunto das cerâmicas comuns de pastas calcárias teve como origem a província da Bética, dada a semelhança destes fabricos com os das ânforas daquela procedência. Entre as produções que tiveram a sua origem nessa província, a maior parte provém da área gaditana, embora existam igualmente peças provenientes do vale do Guadalquivir. Estas cerâmicas cobrem a generalidade das funções de uso doméstico: serviço de mesa, preparação, armazenamento e transporte de alimentos. Alguns recipientes, designadamente *dolia* ou *seria*, que tiveram a sua origem no vale do Guadalquivir. Dadas as características da estratigrafia das sondagens do Museu Municipal e também da área do mosaico do Oceano (embora por motivos diferentes), tornou-se muito difícil avaliar, em termos de distribuição cronológica, a frequência desta cerâmica comum da Bética na cidade de Faro.

Ao contrário do que sucede em *Balsa*, a epigrafia ossonobense não refere especificamente que tipo de edifícios beneficiaram dos actos de evergetismo da elite municipal, como sucedeu por exemplo com os *sexviro*s, Marco Cornélio Eridiano e Gaio Júnio Recepto (IRCP 11). O facto desta inscrição se encontrar datada do séc. II mostra, no entanto, que algum equipamento da cidade foi objecto de construção de raiz, ou pelo menos de remodelação ou restauro, neste período.

Parte significativa da epigrafia de Faro encontra-se datada, por critérios paleográficos, do séc. II ou dos finais dessa centúria, e permite-nos dispor de alguns dados acerca das características da população. O estudo atento da onomástica deixa ver que a fusão entre o elemento indígena, o latino, e o grego constitui uma das características centrais da composição da população ossonobense (IRCP; Mantas, 1990, p. 187-188). Este elemento indígena, de raiz céltica, encontra-se, por exemplo, na muito citada inscrição funerária que Lúcio Calpúrnio Teodoro dedica à sua mulher Catúrica Prima (IRCP 18). Como destaca J. d'Encarnação, o *tria nonima* do marido, com cognome grego, deixa adivinhar tratar-se do liberto de um Calpurnius que desposou uma mulher do meio indígena (IRCP, p. 67).

A componente da onomástica grega da população está patente em inúmeros outros exemplos, remetendo para um substrato populacional formado por libertos que ascenderam na hierarquia social, muito possivelmente devido às actividades económicas que desenvolveram. Entre estas, as relacionadas com o comércio, amplamente beneficiadas pela situação de cidade portuária de Faro, foram habitualmente as mais referidas, neste contexto.

Do conjunto da epigrafia de Faro, destaca-se uma série de inscrições que se atribuem ao séc. III. As mais relevantes correspondem a duas homenagens que a população da cidade efectuou, com um intervalo de duas décadas, aos imperadores Valeriano e Aureliano.

Os dados disponíveis acerca do consumo de alimentos transportados em ânforas e de produtos manufacturados, como as cerâmicas finas importadas e a cerâmica comum, apontam para a continuidade das importações das cerâmicas africanas durante o séc. III a V, designadamente a *sigillata* clara C e D. Apesar da primeira, atribuível ao séc. III, ser relativamente escassa no conjunto estudado, a sua presença é suficiente para comprovar a continuidade das trocas comerciais com a região central da actual Tunísia.

Além da importação de cerâmicas finas do Norte de África, claramente maioritárias no Baixo Império, assinala-se a presença de cerâmicas originárias de outros locais, como o Sul da Gália e o Mediterrâneo Oriental. Trata-se, neste caso, das produções que sucederam às oficinas de *terra sigillata* alto imperiais, que deram continuidade a um tipo de cerâmica com características muito

específicas (*sigillata* Luzente), encontrando-se igualmente outros produtos da mesma proveniência, como a *sigillata* dita paleocristã, laranja ou cinzenta. O Mediterrâneo oriental, designadamente a costa da actual Turquia, foi também responsável pela presença de alguns fragmentos de *sigillata* foceense tardia.

São muito relevantes os dados que podemos extrair da importação da *sigillata* clara D, de origem tunisina. O consumo destas cerâmicas teve uma maior importância, sobretudo entre as primeiras décadas do séc. IV e os inícios do século seguinte, mas as formas que representam as importações posteriores, de meados do séc. V e das primeiras décadas do séc. VI, demonstram que, embora menos numerosas do que na fase anterior, este tipo de produtos continuou a ser importado em Faro. Igualmente raros, alguns fragmentos pertencem a tipos e decorações que mostram que até às primeiras décadas do séc. VII a cidade de Faro recebeu *sigillata* clara D. Por outro lado, o perfil de importação desta cerâmica é antagónico nas duas áreas da cidade estudadas. Se na área do mosaico do Oceano esta cerâmica é minoritária, e a sua presença marca o abandono do local nos meados/terceiro quartel do séc. V, na área do Museu Municipal estas importações de *sigillata* clara D são muito abundantes, o que interpretei como sendo um sinal do reactivar desta área da cidade, durante o Baixo Império. Aparentemente, este fenómeno não teve igual expressão no que respeita à presença de ânforas, pois a amostra destes recipientes é bastante menos expressiva nesta fase, sobretudo quando comparada com o período republicano ou alto imperial. Não obstante, os produtos alimentares transportados em ânforas encontram-se documentados por um conjunto de mais de meia centena de peças, o que permite aferir uma série de dados não só sobre quais os produtos transportados, mas também relativamente à sua origem.

Também quanto às ânforas tardias, as perspectivas obtidas para as duas áreas da cidade são bastante divergentes. Na área do mosaico do Oceano, as únicas produções tardias encontram-se representadas por duas únicas ânforas Norte Africanas, enquanto que na área do Museu Municipal existe a uma maior quantidade e diversidade das áreas de aprovisionamento, o que se reflecte igualmente nos produtos alimentares transportados.

Neste período, a presença das ânforas de produção local/regional lusitana que transportaram preparados piscícolas adquiriu um peso significativo no conjunto da amostra (38.2%). Dado o estado actual dos nossos conhecimentos acerca da caracterização dos centros produtores de ânforas na Lusitânia, centros estes que se encontram atestados em Peniche, no Vale do Tejo e do Sado e na costa algarvia, é muito difícil determinar com segurança a origem destas ânforas. No entanto, numa primeira abordagem, que teve por base o exame macroscópico das pastas, tudo aponta para que correspondam, na sua maioria, às produções do vale do Tejo e do Sado.

Nos séculos III a V, a cidade de Faro, além da cerâmica fina de mesa (clara C e D) e da cerâmica de cozinha africana, importou da actual Tunísia também produtos alimentares transportados em ânforas. Para uma parte significativa destes recipientes mantém-se a discussão se terão transportado preparados piscícolas ou azeite, o que, se optarmos pela primeira hipótese, reforça ainda mais a frequência de aquisição de preparados piscícolas para uma cidade que terá sido, ela própria ou a sua região imediata, responsável pelo fabrico deste tipo de produtos. Neste núcleo urbano, as ânforas africanas apresentam uma distribuição cronológica que se centra sobretudo entre o séc. III e o séc. V, registando-se um exemplar que poderá atingir o séc. VII.

Apesar dos centros produtores lusitanos e norte africanos terem conseguido obter uma cota significativa do mercado de produtos alimentares, a vizinha Bética, que detinha nos séculos anteriores uma posição dominante na cidade de Faro, manteve, mesmo assim, uma importação relevante. No entanto, assiste-se a um peso ainda maior dos preparados piscícolas em detrimento dos produtos da uva e do azeite, que também estavam presentes anteriormente.

O mapa de distribuição dos achados relacionados com lagares de vinho ou azeite apontam para a presença deste tipo de equipamentos integrados nas grandes *villae*, dispersos por diversos locais do território algarvio. Apesar das inúmeras dificuldades, nomeadamente na sua correcta

distinção entre lagares de vinho e azeite e na sua cronologia, o desenvolvimento que estas *villae* tiveram no Baixo Império autoriza a considerar que estes equipamentos estariam em plena actividade nessa época.

São praticamente nulos, ou muito escassos, os dados arqueológicos de que dispomos sobre o urbanismo da cidade de Faro, entre o séc. III e o V, e mesmo posteriormente. Uma epígrafe recuperada nas escavações dos anos 30/40 no Largo da Sé (IRCP 7) testemunha a continuidade do culto imperial, no que tem sido entendido como um sinal do vigor das instituições municipais neste período. Poderá depreender-se igualmente que o templo se mantinha neste local durante o Baixo Império. Por outro lado, a cronologia apontada para a construção do mosaico do Oceano mostra que esta área da cidade registou as últimas grandes remodelações, relacionadas, neste caso concreto, com a instalação de um edifício público, em que o mosaico se integra, nos finais do séc. II inícios do séc. III, datação proposta por J. Lancha para o mosaico (Lancha, 1985, p. 167). Não se encontram testemunhos de remodelações posteriores a esta data e, como já se referiu, esta área terá sido abandonada nos meados/terceiro quartel do séc. V.

O culto a Cíbele, divindade de origem oriental, também era praticado no séc. III, como o comprova a epígrafe que se refere a um sacerdote que terá celebrado um *crinobolium* (sacrifício animal) em honra da deusa (IRCP 1).

Vários aspectos destacam a vitalidade das instituições ossonobenses no séc. III, mas entre os diversos testemunhos, têm sido as homenagens aos imperadores que têm adquirido maior destaque. Na lápide dedicada a Valeriano, datada de 254 ou 255, e que constitui simultaneamente mais um testemunho do culto imperial, o conjunto da população “*respublica*” homenageia o imperador (IRCP 3). Passadas duas décadas, assinala-se nova homenagem. Neste caso trata-se de um pedestal, possivelmente de uma estátua, dedicada a Aureliano, o que remete para mais uma manifestação da *devotio* do culto imperial. São várias as possibilidades de interpretação que este conjunto epigráfico permite. Por um lado, não parecem restar dúvidas que, apesar da aparentemente grande instabilidade político-militar que se associa a este período, na cidade de Ossónoba estas epígrafes manifestam a reafirmação na vitalidade das instituições municipais. Mas também é possível associar estas homenagens a determinados acontecimentos, cuja gravidade levou à intervenção do imperador, mostrando, desta forma, os cidadãos de Ossónoba o seu reconhecimento pelo auxílio prestado. Por outro lado, podem também ser entendidas como um reforço da capitalidade de Ossónoba face às restantes cidades algarvias da vertente central ou oriental. Recorde-se que a área correspondente ao Castelo de Castro Marim (*Beasuri*) terá sido abandonada em finais do séc. I, inícios do séc. II e que não dispomos de testemunhos epigráficos posteriores aos inícios do séc. III em Balsa que refiram a edificação ou reconstrução de equipamentos urbanos. Mas, apesar disso, esta cidade manteve a importação, quer de produtos alimentares transportados em ânforas, quer de cerâmicas finas, durante o séc. III e posteriormente.

Apesar da pujança que a epigrafia de Faro testemunha, é possível que, tal como se verificou noutras cidades, o fenómeno de retracção urbana tenha também afectado a cidade. O abandono do núcleo oeste, exterior às muralhas, em meados/terceiro quartel do séc. V, parece ser disso testemunho. No mesmo sentido, a área muralhada poderá ter ganho um novo fôlego, aspecto de que a elevada percentagem de *sigillata* clara D constitui prova. A cidade foi sede de bispado logo a partir do séc. IV, sendo muito tentador considerar a área do antigo *forum* e templo do culto imperial (ainda activa no séc. III) como o local da sede da igreja paleocristã. Contudo, apesar de existirem núcleos em que este fenómeno se verificou, ele não é frequente. O avanço do cristianismo e a implantação dos equipamentos relacionados com o culto encontraram frequentemente lugar de implantação já no exterior das cidades, junto das áreas cemiteriais, como sucedeu em diversos núcleos urbanos em que as basílicas foram construídas juntos de cemitérios *ad sanctos*. A presença de retratos imperiais na *villa* de Milreu pode constituir uma prova de que o *forum* poderia encontrar-se já em desagregação, na segunda metade do séc. III.

## 2.2.2. Balsa

### 2.2.2.1. Trabalhos arqueológicos em Balsa

#### André de Resende e Balsa

As primeiras referências a Balsa surgem pela mão do humanista André de Resende, ainda no séc. XVI (**Figura 35**). Quando se refere às povoações romanas do sul da Lusitânia, mencionadas nas fontes clássicas, identifica a cidade romana de Balsa com Tavira, que corresponde à maior cidade do Algarve. Trata-se, neste caso, de uma abordagem que se integra na perspectiva do colecionismo que vigorava nos meios cultos da Europa do séc. XVI. A recolha de epígrafes e a atenção dada aos achados numismáticos andavam a par da tentativa de identificação das cidades romanas referidas nas fontes clássicas, como no Itinerário de Antonino ou nas obras de Plínio e de Pompónio Mela.

Os vestígios romanos existentes na região da Luz de Tavira eram conhecidos dos párocos locais e são objecto de referência no Dicionário Geográfico mencionado por A. Viana (1952, p. 277; Fabião, 2003a, p. 12), mas não foram identificados como sendo as ruínas da antiga Balsa. Neste contexto, o pároco da Luz de Tavira responde ao inquérito feito na sequência das destruições do terramoto de 1755, mencionando a existência de uma cidade que refere como a cidade de Antas situada entre “o sítio do Arroio até o Porto da Pedra (as Pedras d’El Rei)”.

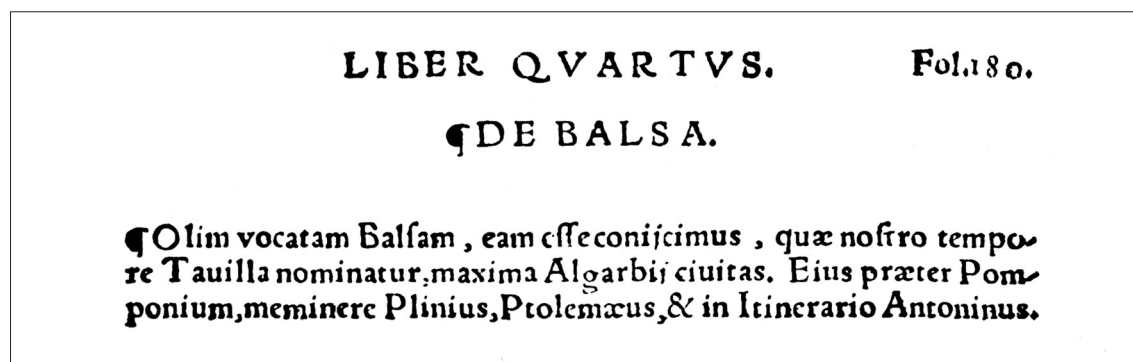


Figura 35 – Referência a Balsa nas “Antiguidades da Lusitânia” de A. de Resende ([1593] 1996).

#### A localização de Balsa na Quinta das Antas e Torre de Ares: Estácio da Veiga

Apesar das informações relativas a vestígios na área da Luz, só posteriormente veio esta área, e mais especificamente as Quintas das Antas e de Torre d’Ares, a ser identificada com a cidade de Balsa, identificação que devemos a Estácio da Veiga.

Nascido em Tavira, e mesmo tendo vivido por longos períodos em Lisboa e Mafra, a ligação ao Algarve natal manteve-se ao longo de toda a sua vida, manifestando-se em diversos momentos e na realização de pesquisas em áreas muito diversas, como na recolha da literatura popular ou na vertente mais ligada às ciências naturais (recolha de plantas e conchas).





Figura 36 – Epígrafe grega da Quinta do Trindade, segundo Hübner (1871, p. 33).

Os primeiros contactos com a região onde virá a ser identificada a cidade romana têm lugar ainda na década de 50, quando Estácio da Veiga recupera a epígrafe grega da Fazenda do Trindade, “monumento” que recolheu e que é considerado como o ponto de partida para a sua futura colecção, que veio posteriormente a constituir-se no espólio do Museu do Algarve. Mais tarde dará conhecimento desta inscrição a E. Hübner, que a publicou (Hübner, 1871, p. 33) (Figura 36).

Como já se referiu a propósito do percurso de Estácio da Veiga em Faro, foi a partir da sua aposentação dos Correios, em 1865, que, percorrendo os concelhos de Faro e Tavira, procedeu à recolha de inúmeras epígrafes, que culminaram com a identificação de Balsa na área da Quinta das Antas e de Torre de Ares, esta última propriedade de um seu familiar.

Como já tivemos oportunidade de referir em outras ocasiões, são diversas as categorias de achados que se conjugam para afirmar a descoberta de Balsa. Na obra que dedicou ao tema “Povos Balsenses”, além das epígrafes, refere que “A primeira destas quintas está em grande parte como tomada de robustos alicerces: ali se tem descoberto casas soterradas, bellos marmores polidos, tijolos de não vulgar espessura e de diversas formas, fragmentos de aqueductos, grossos telhões de argila, sepulturas com objectos proprios dos usos gentilicios, dispersos pedaços de armaduras militares, e abundantes moedas, chegando a encontrar-se perto de cinco mil, quasi todas do baixo imperio, ha pouco mais de tres annos; e no dia 24 de janeiro ultimo, tendo o sr. Sebastião Fernandes Estacio da Veiga mandado fazer uma escavação nas proximidades da bella casa desta sua quinta, descobriram-se à nossa vista cinco pedras quasi iguaes, de forma rectangular, e outras da mesma largura e grossura, mas de metade do comprimento daquellas, contendo duas das maiores inscripções, que vieram sobretudo confirmar, como documentos de toda a authenticidade, que naquellas paragens, distantes uns seis kilometros da cidade de Tavira, hoje cultivadas e povoadas de arvoredo, existiram os famigerados balsenses” (Veiga, 1866, p. 12 e 13).

Além destes elementos, as distâncias entre as cidades de Balsa, Ossonoba e Baesuri, expressas no Itinerário de Antonino, constituíram um elemento fundamental na argumentação de Estácio da Veiga, mesmo tendo em conta, como já tivemos oportunidade de referir, que a antiga cidade de Ossonoba se encontrava identificada com as ruínas da villa romana de Milreu, pelo menos desde o séc. XVI.

Depois de expor toda a argumentação a favor da nova localização de Balsa, concluiu: *“Dirigindo-nos porém ao ponto principal do nosso assumpto, parece-nos poder-se hoje dizer que Tavira não está precisamente fundada sobre as ruínas de Balsa; e para este fim vamos em abono da verdade historica, que de modo algum deve ser prejudicada, expender as considerações que a este respeito nos ocorrem, e servir-nos dos documentos de que podemos dispôr para o comprovar.”* (Veiga, 1866, p. 11).

Posteriormente, Estácio da Veiga voltou a efectuar trabalhos arqueológicos em Balsa, desta vez integrados no projecto da sua vida, a Carta Arqueológica do Algarve, que iniciou em 1887 no concelho de Alcoutim. Este contrato, firmado com o Governo português, e que consistia na identificação de sítios arqueológicos de todo os períodos desde a pré-história até à época árabe, implicava a exploração dos vestígios encontrados, procedendo-se ao registo da planta dos achados identificados e à recolha e classificação de objectos.

Estas recolhas, aquisições e ofertas de objectos, realizadas com o intuito de ilustrar e justificar a própria Carta Arqueológica, constituíram, mais tarde, o espólio do Museu do Algarve, projecto que Estácio da Veiga nunca veio a concretizar. Como refere nas Antiguidades de Mértola, *“A sua coordenação por epochas e collocação geographica ha de facilitar a comprovação da Carta Arqueologica, assim como a colleção das plantas que a acompanham”* (Veiga, 1880, p. 6).

Além dos “Povos Balsenses”, a abundante documentação existente no Museu Nacional de Arqueologia e os estudos que se têm realizado recentemente sobre Estácio da Veiga permitem conhecer, com algum detalhe, o desenvolvimento dos seus trabalhos na área que tratamos. No documento nº 4 do MNA, por exemplo, ficamos a saber quantos dias empregou nos diferentes sítios até chegar a Torre de Ares, com *“Partida de Alcoutim no dia 28, 29, 30, 31, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 em Almada d’Ouro p<sup>a</sup>. Castro Marim. Nos dias 16, 17, 18 na Fornalha, nos dias 19, 20, 21, 22, volta p<sup>a</sup>. Castro Marim. 23, 24, 25 – Partida em 26 para Cacella, onde estive ate 7 de Maio, em que parti para Tavira. No dia 8 inscripções em Tavira, a 9 começou o trabalho na Torre d’Ares, e no dia 14 estacionei na Torre”* (Cardoso e Gradim, 2004, p. 76). Demorou-se bastante nestas paragens, pois em carta dirigida ao Conselheiro Amorim, datada de 25-6-1877, afirma que: *“Não me foi possível responder immediatamente á honrosa carta de V. Ex.<sup>a</sup> porque o grande trabalho que tive até o dia 23 nas famosas quintas da Torre d’Ares, das Antas e do Arrôio, e d’outros logares da mesma região balsense, tanto de exploração como de levantamento de plantas de vários edificios e de um vasto cemitério romano até então desconhecido, chegou a impedir-me não poucas vezes, o próprio descanso de que carecia em meio de tão aturadas fadigas”*.

*“Hoje, porém, que acabo de regressar a Tavira para começar a encaixotar os numerosos objectos que obtive, entre os quaes ha cousas dignas do maior apreço e do nosso futuro museu academico, vou cumprir o meu dever, aproveitando alguns momentos deste dia para escrever a V. Ex.<sup>a</sup>, por isso que amanhã tenciono partir para Santa Luzia*



Figura 37 – Casa principal da Quinta de Torre de Ares, segundo Santos (1971, Fig. 81).

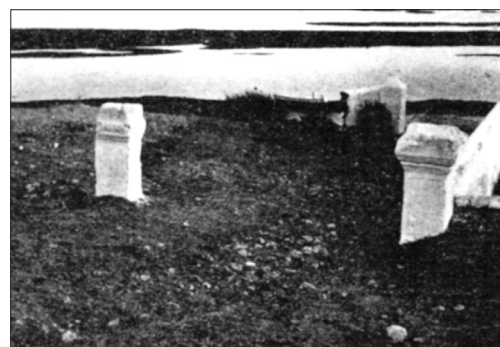


Figura 38 – Lápides da Quinta de Torre de Ares, segundo Santos (1971, Fig. 81 A).

e correr o resto desta riquíssima região archeologica examinando as quintas do coronel Freire, do Trindade, e a das Pedras, para em seguida passar á freguesia de Sto. Estêvão, onde me indicam haver muitas antiguidades em vários sítios próximos, como são o Paul, S. Govito, Pés da Serra, Manjovos (Mons-Jovis), Poço do Valle, Mont'água, Thesouro, Quintão, Sinagoga, Igreja, Asseca, Malhão, Marco, Alcarias, Torre, Casas Juntas e Boa Vista.

Direi pois a V. Ex.<sup>a</sup>, que até ao fim de Julho não é possível examinar todo o resto do Algarve, para assim ficar completa a Carta Archeologica desta província, mas sim adiantar-se muitíssimo, porque logo que me veja livre da extensa região balsense, passarei ao concelho de Olhão para estudar o grande cemitério romano de Marim, e verificar as antiguidades que me consta haver nos Serros de S. Miguel e da Cabeça, o sitio de Bias, a Torre Velha, de que Resende cita uma inscrição romana, e dahi logo seguir para a sede do districto, onde há estudos de muita importância a fazer, tanto em Faro como em Estói e Milreu, onde há pouco tempo foram descobertas estatuas, certamente pertencentes a Ossonoba, e as quaes presumo poderem ser adquiridas pelo Estado (...) (minuta da carta dirigida ao Director Geral de Instrução Pública em 23-6-1877: Arquivo do MNA, in Cardoso, 2007, Fig. 133).

Em outra ocasião, em Novembro desse mesmo ano, deu novamente conta ao Director-Geral de Instrução Pública do prosseguir dos trabalhos da Carta Arqueológica, mencionando os 65 caixotes com monumentos e objectos arqueológicos que entregou na Administração do Concelho de Tavira e no Governo Civil de Faro e referiu outros que se encontram nas Quintas de Torre de Ares (Tavira) e na Quinta de Marim (Olhão) (Cardoso, 2007, p. 496, Fig. 134, Documento nº 51).

O cuidado que demonstrara com os materiais que recolhia e que procurava, a tudo o custo, que não se dispersassem por diversas instituições encontra-se bem patente na carta que dirigiu ao conselheiro Amorim, ainda no início de Junho. Deve, no entanto, referir-se que Estácio da Veiga se incompatibilizara com Possidónio da Silva, o que também ajuda a explicar o que se transcreve: “Escrevo confidencialmente a Vexa para o prevenir de um inesperado acontecimento, que muito me tem desagradado, mas que com o auxílio de Vexa espero remediar.

Quando cheguei a esta cidade soube logo que os três monumentos encontrados nas Antas, dois dos quaes se referem ao circo de Balsa tinham sido levados para casa do escrivão Francisco Rafael da Paz Furtado; e manifestando a este individuo o intuito de reunir todos os monumentos de Balsa para que uma tão rica coleção se collocasse pela sua ordem geográfica na Academia, entendi que ele se tinha inteiramente conformado com o bom senso desta ideia; mas quando lhe anunciei que ia mandar conduzir os ditos monumentos respondeu-se, que não podia cedê-los – já os tinha oferecido ao Sr Ministro do reino – por intervenção de Augusto Soromenho, para serem colocados num museu nacional.

O Possidónio da Silva também lhos pediu para o Museu da Associação dos Architectos, “que por decência do paiz melhor fora não existir”, assim como o seu famoso catalogo, obra singular que acabou de pôr em relevo todo aquele desconcertado labirinto.

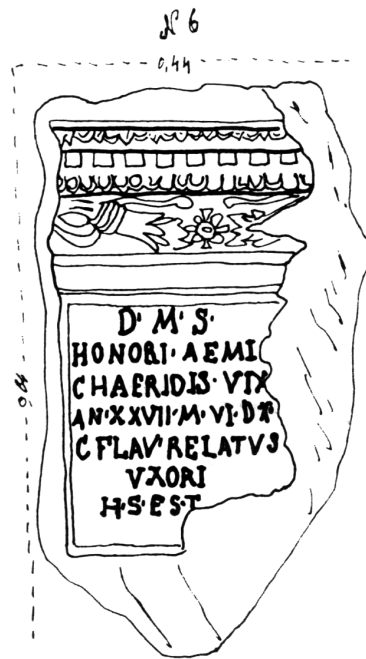
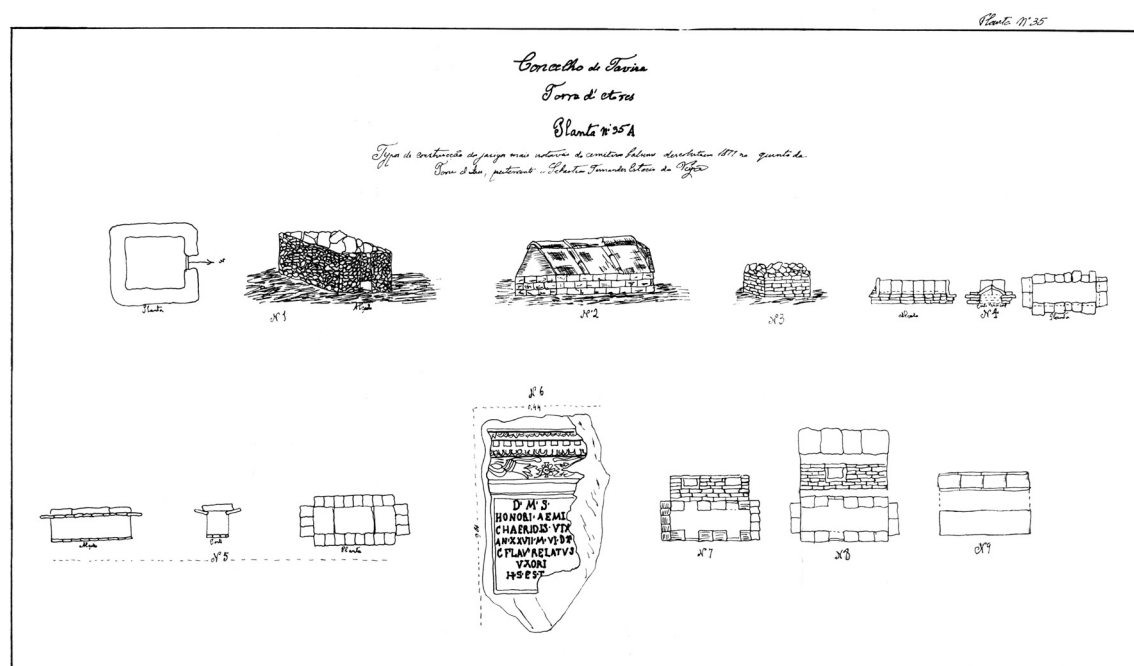


Figura 39 – Pormenor do desenho da inscrição encontrada na necrópole de Balsa, segundo Veiga (Santos, 1971, planta nº 35).



**Figura 40 – Tipo de sepultura identificados na necrópole de Balsa, segundo Estácio da Veiga (Santos, 1971, Planta nº 35 A).**

Há portanto dois pretendentes aos monumentos das Antas – o Soromenho e o Possidónio, segundo afirma Paz Furtado – cada um deles visa desviá-los da academia.

Pede, caso ele ofereça os monumentos, que o ministro não conceda os monumentos a nenhum estabelecimentos (com excepção da Academia das sciencias) sem ele chegar e estarem reunidos com outros monumentos que – e que em caso algum os deixe entrar no chamado museu dos architectos pois seria cousa altamente lamentosa se os famosos padrões epigráficos da região balsense, que tanto trabalho lhe têm causado, não podessem agora reunir.

“Os monumentos de Balsa, de que tenho conhecimentos, são 15: eu já conto com sete, e tenho outro há muitos annos em minha casa: alcançando-se os três das Antas, teremos onze; e quanto aos outros quatro, indicarei a maneira se se obterem sem grande difficuldade” (documento nº 6 minuta de carta dirigida ao Conselheiro Amorim em 3-6-1877 – Arquivo do MNA, in Cardoso, 2007, p. 377 e 378, Fig. 72).

Como se referiu, coube em parte a Maria Luisa Estácio da Veiga reunir os principais dados disponíveis sobre a cidade romana de Balsa, nos capítulos relativos às Quintas de Torre d’Ares e da Quinta das Antas na sua obra “Arqueologia Romana do Algarve” (Santos, 1971, p. 219-304). Depois de se referir às diferentes epígrafes que o sítio forneceu, assim como aos vestígios de vias, mencionou diversas construções que se encontrariam dispersas pela Quinta, algumas delas objecto de “exploração” por Estácio da Veiga, seu bisavô. Sendo hoje extremamente difícil localizar os vestígios descritos, foram assinaladas várias estruturas, que figuram na planta nº 34, (**Figura 41**). Num dos compartimentos, refere-se a um pavimento de mosaico que, segundo a legenda da planta apresentada por Estácio da Veiga, ostentaria, em cada canto, um polvo atacando peixes (Santos, 1971, planta nº 34, compartimento B).

A análise da planta e da sua legenda permite observar que, contíguo ao compartimento revestido a mosaico, se encontrava um tanque (compartimento D), cuja funcionalidade se discute, pois se a sua construção (revestimento de cimento e ângulos abatidos em curva) poderia apontar



para um tanque de salga de peixe, por outro, a sua localização, junto ao compartimento com mosaico, e a referência a canalizações remetem possivelmente, para outra funcionalidade que se tem relacionado com um edifício termal. Assinala-se ainda a presença de arcos, que pertenceriam a um sistema de hipocausto (compartimento F), seguindo-se restos de outras construções, além da localização de uma série de canalizações (“encanamento” H), de onde seriam originárias centenas de moedas de Cláudio Gótico, anéis e pedras de anel. (Santos, 1971, p. 233). Outros compartimentos e tanques são igualmente apontados, como o E e o D. M. L. Santos conclui “Sem nos arriscarmos a uma interpretação errónea acerca destas ruínas, pois a sua exploração foi parcial e os elementos de que dispomos foram colhidos há quase um século, admitimos com muitas reservas, que seriam os restos de uma luxuosa casa de habitação, com o seu balneário privado servido por uma extensa canalização, hipocausto, tanques e fontes, ou então um edifício de banhos” (Santos, 1971, p. 234).

Além deste conjunto, Estácio da Veiga assinalou ainda em A “casa capella e predios rusticos da quinta, tudo construído (...) sobre alicerces de grandes edifícios antigos” (legenda da planta nº 34, in Santos, 1971). Trata-se, efectivamente, da área mais elevada da Quinta de Torre de Ares, local da casa hoje em ruínas, onde é ainda possível observar as bases de construções antigas, implantadas nesta plataforma.

A cerca de 300 m a N desta área, situa “P – grande cemiterio romano ...”, que constitui uma das necrópoles de Balsa, igualmente objecto de escavações por parte de Estácio da Veiga. Tal como em Faro, registou, em planta e alçado, vários tipos de sepulturas, algumas das quais idênticas às daquela cidade e de Pedras d’el Rei (Santos, 1971, vol. 1, p. 235; Viana, 1952, p. 261-285). Nesta necrópole, além da inumação, a incineração também foi praticada, apontando-se o séc. I e II como o período de utilização da mesma, com base nos numismas recuperados (Santos, 1971, vol. 1, p. 236). Como se poderá verificar através da cronologia dos materiais publicados por J. Nolen, esta datação prolongou-se pelo menos até ao séc. III (Nolen, 1994).

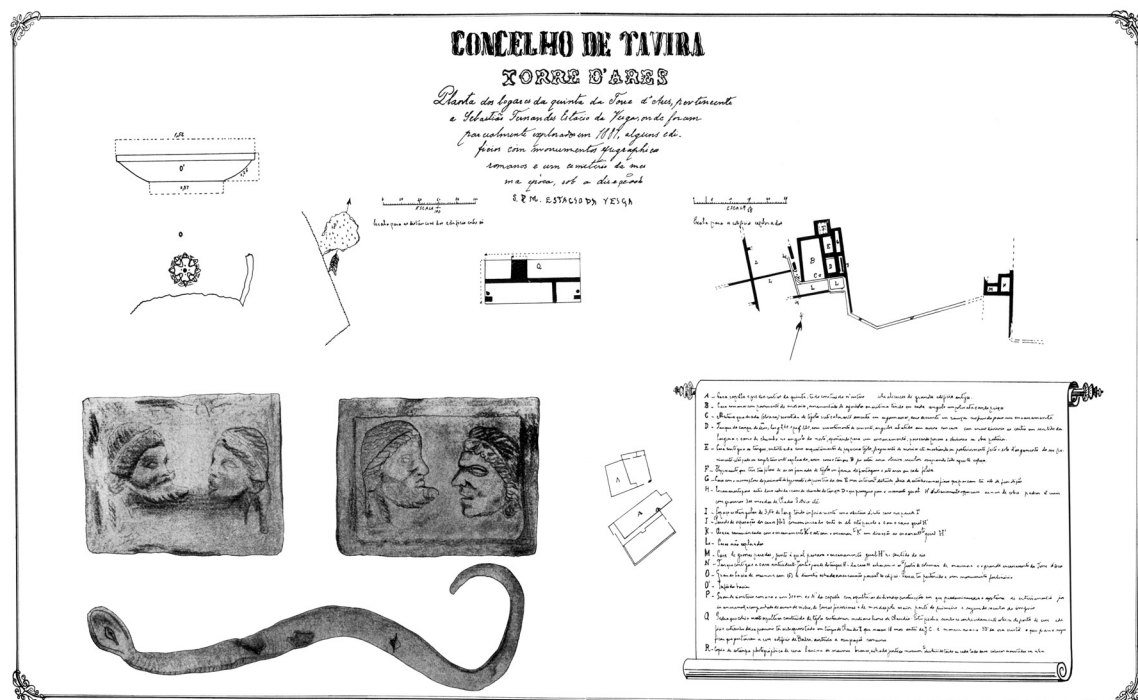


Figura 41 – Levantamento das estruturas romanas “exploradas” por Estácio da Veiga na Quinta de Torre d’Ares (Santos, 1971, planta nº 34).



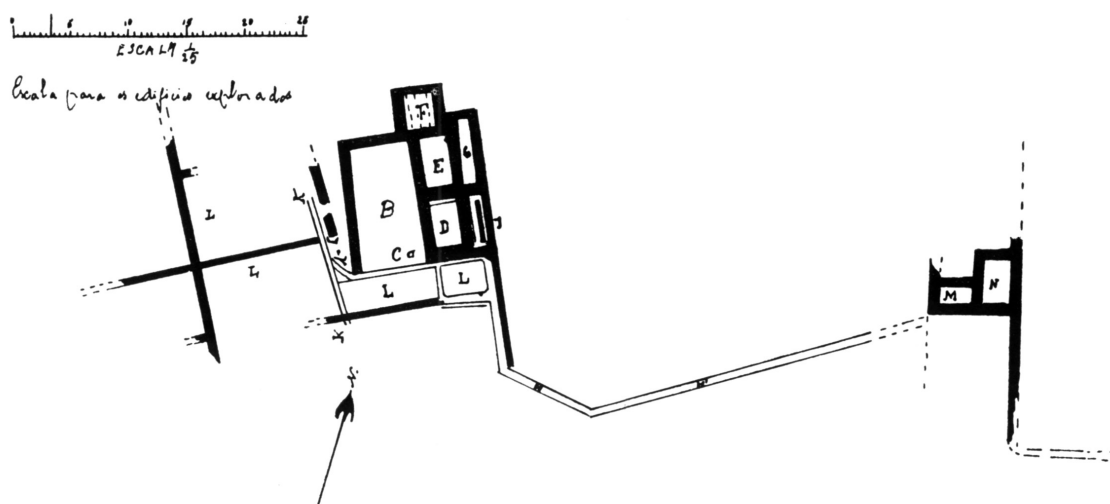


Figura 42 – Pormenor da Planta nº 34 mostrando uma série de compartimentos e canalizações (Santos, 1971).

Um conjunto de outros documentos depositados no MNA permite reconstituir algumas destas associações de objectos, que faziam parte do mobiliário funerário. Assim, em anotações a lápis registadas em fotos que corresponderiam às estampas relativas a *Balsa* (possivelmente para a continuação da publicação das *Antiguidades Monumentais do Algarve*, relativas ao período romano), Estácio da Veiga assinalou, a propósito do prato de vidro com decoração gravada: “Est. XLIII – Prato fundo de vidro com gravura pontuada figurando uma caçada em que parece serem representados dois lobos, uma lebre e um cão. Em sepultura rectangular de 1,20m de compr., 1,10m de larg. E 0,85m de prof. Continha ossos, contas, lampadas de barro e uma urna de barro com um fragmento de dado de jogar” (nº 375) (Cardoso, 2007, p. 434, Fig. 103).

É ainda possível obter alguns dados acerca destas associações artefactuais nos contextos das sepulturas de incineração, na primeira listagem de materiais que efectuou, o “*Catalogo dos productos archeologicos obtidos desde o concelho de Alcoutim até o de Tavira, e acondicionados em 26 caixotes e tres canastrões em 30 de Junho de 1877. E.dV.*”. Nesta listagem, organizada por caixas, descreveu o seu conteúdo, e, aludindo aos objectos “de barro”, indicou, frequentemente, como foram encontrados. Transcrevemos, a título de exemplo, alguns dos números de registo desta listagem, cujo conteúdo se pode encontrar, na íntegra, em anexo. “*Concelho de Tavira. Caixa nº 11- Torre d’Ares. 216 – urna cinerária fracturada, com cinzas, acompanhada de um fragmento de vidro, e pregos de ferro de varias grandezas; 217- Fragmentos de urna cineraria com um cardium cheio de cinzas e uma lampada inteira de argila.; 218- Incineração com fragmentos de varios vidros, ossos calcinados, moeda e um prego de ferro. ; 219- Incineração com ossos calcinados e urna de argila. ; 220- Urna lavrada com incineração e uma agulha de malheiro, que vai inclusa nos artefactos de cobre.*” (Veiga, 1877/1878a). Por vezes trata-se de material oferecido por familiares seus, como existe referência na correspondência que o arqueólogo algarvio mantinha, a propósito do Museu cuja colecção estava a formar, e que se encontra igualmente assinalado nesta listagem: “o- 232 – Tres urnas cinerarias de argilla, inteiras, offerecida pela Exma Sra. D. Mª do Carmo Estácio da veiga Tello”. (Veiga, 1877/1878a).

As urnas a que se refere devem corresponder aos recipientes de pasta cinzenta grosseira que foram publicadas por J. Nolen (1994, p. 142, cr-116-120), sendo interessante que se encontra a referência ao modo como se encontravam cobertas com pratos de pasta clara, possivelmente bética: “243 Tres pratos de argila alvacenta, que serviam de opérculos de urnas cinerarias no cemiteiro da Torre d’Ares”. No “*Caixote nº 13 – Tavira – Torre d’Ares*” foi acondicionada grande parte dos recipientes de vidro, entre urnas de barro: “*Urna de vidro com incineração; Urna de vidro fracturada*

com incineração e fragmentos de louça; Urna de vidro fracturada com incineração ; 313 Urna de vidro fracturada com incineração; 314 Dita de vidro fracturada com incineração e um prego de cobre; 315 D<sup>a</sup> por incineração – fracturada.”. No Caixote nº 14, destacam-se, além de alguns vasos com incinerações, ossos e outros materiais provenientes das sepulturas de inumação “348 – Vaso de argilla superiormente partido, com incineração.; 349 – Craneo extraído de uma inumação do cemiterio romano.; 350 – Inumação, com fragmentos de pequena urna cerâmica.; 351 – Inumação – (craneo).; 352 – Inumação, com fragmento de louça e pregos de ferro. 354 – Inumação com vaso de bocca estreita, fragmentos de faca de? Ferro com virola de cobre e vidros partidos, e dentes. 361 – Inumação, com ossos, frag<sup>mtos</sup> de urna de barro, candeia com uma agulha de cobre enfiada pelo orificio, fragmento de vidro e moeda de Gordio (...)” (Veiga, 1877/78a).

Entre o espólio desta necrópole, estudado por J. Nolen, adquirem especial relevo os vasos de paredes finas, as lucernas, objectos de osso, contas de vidro e unguentários (Nolen, 1994). Entre a cerâmica comum, além das urnas, existem imitações de formas de cerâmica de paredes finas, pequenos potes e taças (Nolen, 1994).

Outra importante necrópole identificada nesta região situa-se junto ao eixo viário que faria a ligação a *Baesuris*, junto à linha da costa, em de Pedras d’el Rei, tendo sido escavada em meados do séc. XX por A. Viana (Viana, 1952, p. 261-285). Trata-se, neste caso, possivelmente de uma necrópole que deverá corresponder ao cemitério de uma *villa*, que se situou em Pedras d’el Rei.

Parte das peças depositadas no MNA foi publicada por J. Nolen, em 1994, na monografia “Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares. *Balsa*”, reconhecendo-se facilmente a sua origem, na maior parte dos casos, pelo seu estado de conservação e por deterem numeração de inventário em torno a 14000. Entre os materiais existentes no MNA, destaca-se o conjunto numismático de *Balsa*, que soma 730 moedas, das quais se dispõe de pouca informação sobre o seu contexto e condições da sua recolha. Se considerarmos a amostragem que esteve patente na exposição do Banco de Portugal, em 1999, como representativa da totalidade do espólio, aspecto que não é possível assegurar, a esmagadora maioria das moedas pode atribuir-se ao Baixo Império. Efectivamente, a listagem relativa às moedas expostas distribui os numismas da seguinte forma: quatro moedas cunhadas na Península Ibérica; dezassete moedas cunhadas em Roma; seis moedas do Baixo Império; 39 moedas do Baixo Império-Antoniniani de Galieno e Cláudio II; 43 moedas do Baixo Império do séc. IV; e, finalmente, sete moedas do séc. IV d. C.

Além da cerâmica, entre o espólio de *Balsa* que se encontra no MNA existem fragmentos de mosaico que pertenceram a dois ou mesmo três pavimentos distintos, dos quais apenas se conservam as bordaduras exteriores, que enquadrariam as diferentes composições (nº inv. MNA 18793; 18753) e de um fragmento com motivos de losangos negros sobre fundo branco (nº inv. MNA 18750).



Figura 43 – Fragmento de mosaico proveniente de *Balsa* (Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia).

O fragmento mais interessante é também bicromo, sendo possível observar-se a cabeça de dois peixes e um polvo (**Figura 43**), desenhados com filetes simples de tesselas negras, sobre fundo branco (Machado, 1970, nº 29, p. 41; Santos, 1971, p. 238, Nogales, 2003, p. 265, nº 87). Pelas suas características estilísticas, pode datar-se do fim do séc. II ou da primeira metade do séc. III. Além de Ostia, este tipo de representação encontra paralelos próximos no pavimento de um tanque de Cerro da Vila (Vilamoura), no mosaico de Baritto de Mérida e num pavimento de Barcelona (Oliveira e Viegas, no prelo).

O espólio de *Balsa* dispersa-se ainda por outras instituições, como o Museu Municipal de Faro, onde está depositado um conjunto de objectos de vidro originário da necrópole, assim como algumas epígrafes. Integrado no Museu Regional de Évora, o busto de uma mulher, esculpido em mármore, foi datado por diversos autores da época de Antonino Pio, e poderia, segundo Mantas, ter origem em oficinas da Bética, (1997a, p. 293; Gonçalves, 2007, p. 185-187 com bibliografia anterior; Museu Regional de Évora ME 1711) (**Figura 44**). Desconhece-se o local preciso onde, ainda no séc. XVIII, Frei Manuel do Cenáculo encontrou esta escultura, oriunda da área da *civitas* de *Balsa*, não se podendo por isso assegurar se se integrava em contexto funerário ou doméstico (Gonçalves, 2007, p. 187). Segundo J. de Alarcão, este retrato de uma mulher de meia idade “(...) é testemunho do elevado nível social da família que o há-de ter encomendado” (Alarcão, 1994, p. 3). M. L. Afonso dos Santos atribui esta peça à Quinta das Antas ou de Torre de Ares, uma vez que a indicação refere apenas uma procedência dos arredores de Tavira, tendo sido inicialmente levada para o Museu de Beja e posteriormente transferida para o de Évora (Santos, 1971, p. 292-293, Fig. 117).



**Figura 44** – Retrato de mulher proveniente de Balsa, hoje depositado no Museu de Évora (Fotografia de José Pessoa, IMC, 2004. Museu de Évora; 31579 TC / 31579.01 TC, ME 1711).





Figura 45 – Baixo relevo representando Dionísio, uma ménade e um sátiro. Fotografia da cópia existente no MNA. Fotografia de Delfim Ferreira (Souza, 1990, nº 119).

Outro elemento escultórico digno de referência é o baixo-relevo que representa Dionísio e uma Ménade (**Figura 45**), numa das faces, e o deus e um Sátiro, na outra. Está hoje, infelizmente, perdido, conservando-se apenas, no MNA, uma cópia em gesso (Santos, 1971, p. 237, fig. 86). Segundo L. Gonçalves, trata-se de um *oscillum*, portanto uma placa com função decorativa, que seria colocada em suspensão nos intercolunares de peristilos ou em pórticos de outro tipo de edifícios, ostentando frequentemente temática dionisíaca (Gonçalves, 2007, nº 114, p. 261-262). O paralelo mais próximo do *oscillum* de Balsa (na face B) encontra-se no Museu de Chiaramonti, estando datado da época de Antonino Pio (Gonçalves, 2007, p. 262).

Além dos trabalhos que realizou na Quinta de Torre de Ares, propriedade de um seu familiar, as explorações de Estácio da Veiga desenvolveram-se também na Quinta das Antas, um pouco a Oriente daquela, e em diversos locais, numa ampla área que deverá corresponder à cidade de Balsa, mas também, em alguns casos, já aos seus arredores, como: Paúl, Pedras d’el Rei, Quinta do Pinheiro, Quinta do Arroio, Quinta da Trindade e S. Domingos de Asseca.

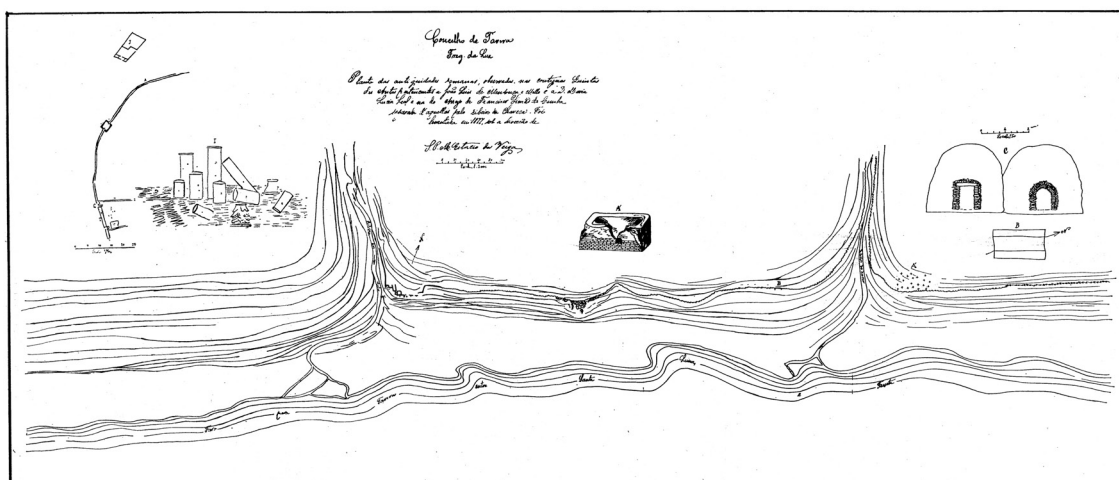
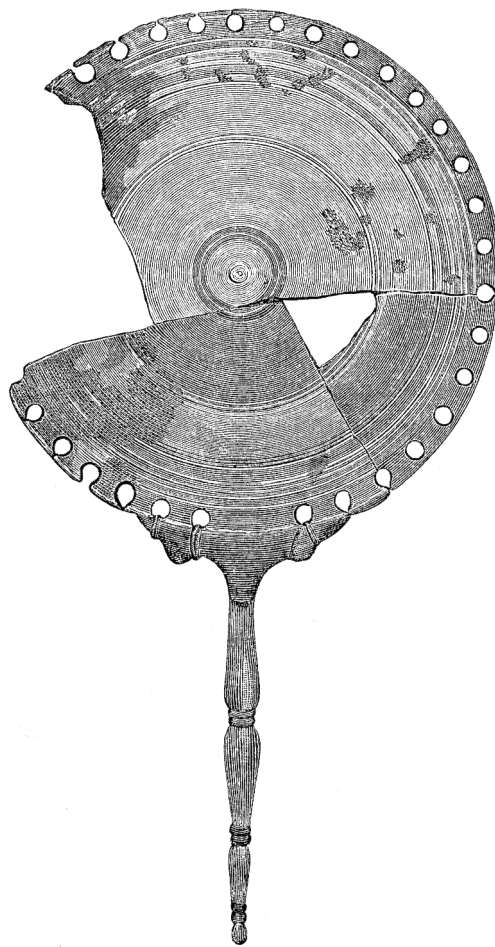


Figura 46 – Planta das “antiguidades romanas” exploradas por Estácio da Veiga na Quinta das Antas (Santos, 1971, p. 298).

Como já referimos, a Quinta das Antas já se encontrava referenciada, pelo pároco Luís Cardoso no Dicionário Geográfico, como um sítio onde se assinalaram vestígios antigos (Viana, 1952; Santos, 1971, p. 282). São originárias deste local as duas epígrafes que referem o circo (IRCP 76 – 77), outra igualmente pertencente a um edifício público (IRCP 78) e o busto feminino (no Album do Cenáculo nº 103 indicado como procedente dos arredores de Tavira), tendo Estácio da Veiga identificado uma série de estruturas junto à Ribeira das Antas e na margem da Ribeira da Xareca relacionadas com a exploração de preparados piscícolas. Destes vestígios efectuou o levantamento da respectiva planta e desenhou o tanque. Nos anos 70, M.L.E.V. A Santos ainda observou alguns tanques e defendeu que estes se localizavam apenas na Ribeira das Antas (**Figura 46**), pretendendo rectificar a informação anteriormente veiculada por Mesquita de Figueiredo, que propunha a existência de tanques nas duas Ribeiras (Santos, 1971, p. 289). No entender da descendente de Estácio da Veiga, as pequenas cruces assinaladas na Ribeira da Xareca indicaram uma área cemiterial. A nossa leitura da planta de Estácio da Veiga concorda com a opinião de Mesquita de Figueiredo, pois, além das estruturas da Ribeira das Antas, foi apontada a localização do tanque desenhado em perspectiva em A', portanto na margem esquerda da Ribeira da Xareca. Foi ainda representada uma série de elementos arquitectónicos, como fustes e capitéis pertencentes a um edifício, que M.L.A. Santos afirmou estar relacionado com a água (1971, p. 291). Também se referiu à descoberta de duas urnas de chumbo e de uma sepultura de inumação.

Entre o espólio referido no inventário de 1877, assinalaram-se diversos objectos: “366 – Sarcophago de chumbo, achado nas Antas com ossos-offº por M?; 367 – Vaso de vidro com phalange de mão a que estava pregado uma moeda; 368 Urna de vidro, n’uma inhumação.; 369 – Urna de vidro com ornatos e uma concha – em inhumação.; 370 – Ossos e fragm.<sup>to</sup> De frasco de argilla.; 384 – Inhumação com ossos, etc. Antas.; 391 – Fragmentos (3) de vaso de marmore, tiradas de junto de um grande pedestal de monumento destruído, a mais de um metro de fundura.; 392 – Fragmto de pé de estátua de mármore – Antas, no logar anterior;. 393 – D.º que parece ser um fragmento de estatua, achado no m.<sup>mo</sup> llogar dos 391 e 392 Antas; 399 – Dez azas de amphoras, 6 da Torre e 4 das Antas, com marca de fabrico.; 410 – Prato de barro – Antas; 411 – Botija de aza – Antas.; 412 – Dois ossos trabalhados com orifício – um das Antas, outro da Torre.”(Veiga, 1877/1878a).

Entre o material proveniente da Quinta das Antas, destaca-se ainda um objecto metálico, um *speculum* de bronze (?) polido, referido por Teixeira de Aragão n’O Arqueólogo Português (Aragão, 1896, p. 55 – 57) (**Figura 47**). É interessante a sua notícia sobre esta região, pois referindo-se ao canal que percorre a costa desde Sta. Luzia até Torre de Ares e Olhão menciona que “Por estas margens tem-se descoberto innumeros objectos da civilização romana, como



**Figura 47 – Speculum de bronze (?) originário da Quintas das Antas, segundo Aragão (1896, p. 55 – 57).**



tanques construídos de rija argamassa (*opus signinum*), sendo alguns forrados de mosaico, e bem assim moedas, vasos de vidro, de barro, e varios utensilios de metal e de pedra, de uso domestico” (Aragão, 1896, p. 55). Trata-se muito possivelmente, neste caso, de tanques integrados num complexo termal, tal como se verifica, por exemplo, na *villa* de Milreu.

Os outros sítios objecto de estudo por Estácio da Veiga, no âmbito da Carta Arqueológica são, por exemplo, o Paúl, que foi referido como “povoação extinta ou arrazada”, pouco mais se assinalando além de que se trata de uma *villa* da “região balsense”, com a respectiva necrópole (Santos, 1972, p. 297).

Mais para oriente, localiza-se o sítio de Pedras d’el Rei, local onde Estácio da Veiga recolheu fragmentos de estuques e mosaicos, como consta do Inventário do Museu archeologico do Algarve, (1883, p. 35 e p. 49; Santos, 1972, p. 307). Trata-se, no que se refere aos mosaicos, de fragmentos pertencentes ao mesmo pavimento, que seria constituído por uma composição de octógonos que incluem peixes, sendo a bordadura formada por caules de vinha ondulados (**Figura 48**) (Machado, 1970, nº 32-35, p. 44-47; Santos, 1971-1972, p. 310; Nogales, 2003, p. 265, nº 88). No estudo realizado no âmbito do projecto dos Corpus do Mosaicos de Portugal, apontou-se a possibilidade de este pavimento ter pertencido ao *triclinium* da *villa* (Oliveira e Viegas, no prelo).



**Figura 48 – Fragmento de mosaico de Pedras d’el Rei depositado no MNA. (Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia).**

Em Pedras d’el Rei, M.L.A. dos Santos referiu ainda a existência de vestígios que relacionou com um cais (“grandes blocos de *opus signinum*”) e uma conduta de água que ainda observou nos anos sessenta (Santos, 1972, p. 307-308).

Quanto à necrópole, que foi posteriormente explorada por A. Viana na Primavera de 1950 na sequência da plantação de um laranjal, registou-se diversas sepulturas. Trata-se de inumações idênticas quer às do Teatro Letes, em Faro, quer às anteriormente identificadas por Estácio da Veiga na necrópole de Balsa, portanto as formas mais comuns nesta região algarvia (Viana, 1952b, p. 261–285). Distinguiu dois tipos diferentes de sepulturas, ambas rectangulares, construídas com tijolos e com a cobertura formada por *tegulae*, colocadas horizontalmente, num dos tipos, e formando um telhado de duas águas, no outro (Viana, 1952b, p. 281-282).

Em 1980, M. e M. Maia procederam à realização de sondagens arqueológicas em Pedras d’el Rei, trabalhos que não foram objecto de publicação ou relatório. Apesar da reduzida área escavada representada numa planta, e da escassez dos elementos de registo, de que apenas restam as etiquetas que acompanhavam os materiais, foi possível tirar algumas conclusões do estudo da *terra sigillata*. Este estudo, ainda que preliminar, permitiu verificar que a distribuição cronológica desta categoria cerâmica aponta para um maior desenvolvimento do sítio sobretudo no período do Baixo Império, aspecto que é compatível com a proposta dos vestígios de Pedras d’el Rei terem pertencido a uma *villa* (Viegas e Dinis, 2010, p. 235-251).

Os vestígios de termas e de necrópole registados no Roman Portugal (Alarcão, 1988a, nº 315, p. 208) e na Carta Arqueológica de Portugal (Marques *et al.*, 1995, p. 157) encontram-se sob a actual urbanização (CNS 7585).

A área da Quinta do Pinheiro, imediatamente a oeste da Quinta de Torre de Ares, deve corresponder ao limite ocidental da antiga cidade romana de Balsa. Também aí se identificaram sepulturas em 1920, que foram destruídas na sequência de trabalhos agrícolas, restando apenas algumas peças cerâmicas. O objecto mais significativo desta área foi o balsamário de bronze em

forma sátiro (Santos, 1972, p. 302-305, Fig. 324). De referir que algumas moedas correspondentes a cunhagens de Balsa, estudadas por M. e R. V. Gomes, são provenientes deste local (Gomes e Gomes, 1983, p. 157).

Na Quinta do Arroio, a oriente da Quinta das Antas e de Torre de Ares, foram identificadas inscrições funerárias pertencentes à necrópole que foi objecto de trabalhos por parte de Teixeira de Aragão, em 1868, e que foi também explorada por Estácio da Veiga, em 1877. Efectivamente, nas listagens existentes nos Arquivos do MNA, encontram-se referências aos “Caixotes nº 15 e 16 – Torre d’Ares – Antas e Arroio”, incluindo-se igualmente o espólio de 1868. Desta listagem consta: “371 – Monumento epigráfico do Arroio offo. Por? Fr<sup>co</sup>. Simão da Cunha ?? ; 372 – Caixa contendo um lindo copo inteiro de vidro, e varios frascos e frag<sup>mtos</sup>. de outros e uma aza.; 373 – Caixa com outros fragm.<sup>tos</sup> de fracos de vidro.; 374 – Caixa com frascos de vidro – das incinerações.; 375 – Prato de vidro branco com gravuras, extraído da sepultura rectangular de 1,20 c sobre 1,10 c e 85 de fundo – Continha ossos, contas? Da de Claudio e vaso de Sagunto.; 376 – Grandes fragmentos de prato de vidro – Incineração; 377 – D.<sup>os</sup>D.<sup>os</sup>; 378 – Frascos de vidro em estado de fusão, extraídos das incinerações.; 379 – Fragmentos de frascos de vidro – nas incinerações.; 385 – Ossos extraídos do cemiterio do Arroio explorado em 1868.; 386 – D.<sup>os</sup>D.<sup>os</sup>.” (Veiga, 1877/78a). M.L.A. Santos referiu ainda a existência de uma série de lucernas, objectos de vidro (nove unguentários), metais, alfinetes de marfim e contas de âmbar e moedas (Santos, 1972, p. 323). Esta necrópole partilha as mesmas características gerais que as anteriores, nos rituais presentes (incineração e inumação), no tipo de sepulturas (rectangulares construídas com tijolos e telhas) e no mobiliário funerário, onde são frequentes os recipientes de vidro.

A anteriormente referida epígrafe grega, cuja descoberta em 1856 é apontada como o início da colecção de objectos arqueológicos de Estácio da Veiga, é oriunda da Quinta do Trindade, local onde assinalou uma “povoação extinta ou arrazada” (Santos, 1972, p. 326-330). A epígrafe, inicialmente publicada por Estácio da Veiga nos “Povos Balsenses” (Veiga, 1866), foi posteriormente dada a conhecer a E. Hübner, que a traduziu e que a apontou como pertencente à segunda metade do séc. I (Hübner, 1871, p. 33). Mais recentemente, esta inscrição foi objecto de outra interpretação, onde foi relacionada com o período paleocristão (Perea Yébenes, 1995, p. 169-183).

Ainda no sítio de S. Domingos de Asseca, existe referência a vestígios, como fragmentos de mosaicos, que pertenceram, muito possivelmente, a uma *villa romana* (Santos, 1972, p. 335).

Relativamente aos trabalhos realizados no âmbito da Carta Arqueológica por Estácio da Veiga, não é difícil compreender a dificuldade na previsão da duração dos trabalhos realizados numa região com uma tão grande densidade de povoamento antigo. Este facto obrigou o arqueólogo algarvio a solicitar sucessivos adiamentos para a conclusão da Carta Arqueológica, que só deu por terminada em finais de Outubro de 1878, altura em que entregou ao governo a cartografia à escala 1:200.000, sendo igualmente entregues no MNA a colecção de plantas e desenhos e uma cópia do inventário dos materiais recolhidos até Outubro desse ano (Cardoso, 2007, p. 504).

Posteriormente, Estácio da Veiga publicou nas Antiguidades Monumentais do Algarve os resultados das suas investigações naquela região, e deu conta, nos volumes I a IV, dos testemunhos relativos à Pré-história. A sua morte em 1891 não lhe permitiu concluir os volumes que se sabe dedicaria ao período romano e árabe, sendo publicado, postumamente, o volume V, incompleto, nas páginas da revista “O Arqueólogo Português”, por iniciativa de Leite de Vasconcelos. Recentemente, este volume foi objecto de publicação anotada por J. L. Cardoso (Cardoso e Gonçalves, 2006). Muito mais do que uma folha explicativa da Carta Archeologica, nas palavras de V. S. Gonçalves, estes volumes “são já testemunho de que a prospecção, a recolha, a escavação, o registo, se encontram idealmente entrosados num tecido comum, na delicada teia que o arqueólogo tece ao procurar reconstituir o passado” (Gonçalves, 1979, p. 101).

A maior parte das plantas relativas ao período romano permaneceram, no entanto, inéditas até 1971-72, altura em que a sua descendente, M.L.E. da V. A. dos Santos, publicou a obra “Arqueologia Romana do Algarve” (Santos, 1971; 1972).

As referências aos sítios do concelho de Tavira nas “Antiguidades Monumentais do Algarve. Tempos pre-históricos” iniciam-se no volume II, com a indicação de uma série de instrumentos líticos de pedra polida, oriundos de Torre Ares e das Antas, atribuídos a uma eventual ocupação do Neolítico (Veiga, [1887], 2005, p. 392-395, Est. XXI, Fabião, 2003). Também mencionou que, na sua propriedade da freguesia da Conceição, no sítio da Arrancada, além de “cinco fornos de cal romanos e árabes, têm apparecido alguns vestígios prehistoricos” (Veiga, 1887, 2005, p. 395-396). No volume III, surge ainda a referência à exploração antiga da mina de cobre da Pedra do Leão e da Malhada do Nobre, na freguesia de Santa Catarina em Tavira (Veiga, 1889, 2005, p. 65).

Perfeitamente convencido do passado pré histórico da região balsense, Estácio da Veiga aponta, na área das Quinta das Antas: “*Antas – No vol. I (p. 104 – 107) dei noticia d’este importante logar da região balsense, onde o nome e muitos característicos da ultima idade da pedra deixam presumir que alli tivesse havido algumas antas ou dolmens, cujos monolithos fôsem aproveitados nas grandiosas construcções de Balsa, de que restam ainda á vista e a pouca profundidade da superficie dos terrenos d’aquella quinta e das que lhe são contiguas, denominadas Torre de Ares e Pedras de El-Rei, numerosos paredões de famosos edificios arrazados, assentes n’um plano pouco mais baixo, em que têm apparecido muitos machados, percutores e outros instrumentos de pedra, como significando a séde de uma população neolithica, que continuou a viver na primeira idade dos metaes*”. (Veiga, 1891, p. 107).

Referiu ainda que “*No vol. II (pag. 392 a 395) deixei indicação de alguns d’esses instrumentos achados na Torre de Ares e nas Antas; mas não é só o periodo neolithico que se vê alli bem caracterizado, como tambem a sua sucessora idade do cobre*.” (Veiga, 1891, p. 108). Representou na Est. XII, nº 1 e 2 duas adagas ou facas de cobre (**Figura 50**), indicando que “*A rude fabricação d’estes dois instrumentos não permite supor-se que pertençam a uma phase adiantada da idade do cobre, e muito menos á idade do bronze, tanto mais não constando ter-se alli achado artefacto algum prehistorico d’esse metal*” (Veiga, 1891, p. 108). Concluiu então que “*A região balsense, cuja população já os romanos acharam constituida desde longa data, foi portanto primitivamente, ou muito anteriormente occupada por um povo que fazia uso de instrumentos de pedra e de armas de cobre*”.

“*Não pôde, pois, deixar de ser inscripta na idade do cobre.*”

“*Da população neolithica proseguem os vestígios, não só no littoral maritimo, como em terrenos um tanto já distantes das praias do mar. Acham-se, pois, em muitos logares das freguezias da Luz, de Santa Maria e S. Thiago de Tavira, da Conceição e de Cacella (...)*” (Veiga, 1891, p. 108).

No volume IV, foi igualmente à Ossonoba (então localizada em Milreu) e à Balsa pré-romanas que se referiu quando apontou a existência de contas de colares que atribuiu à Idade do Ferro “*Nos terrenos das ruínas de Balsa, outra cidade préromana, em planos tambem inferiores aos dos alicerces dos edificios arrazados, colligi as que vão figuradas com os n.os 10 e 11. Julgo não ser preciso descrevel-as, por terem ficado sufficientemente perceptíveis. Advirto apenas, que as quatro superiores do n.º 10 são vertebraes de peixe furadas, e que a inferior é uma agatha rematada superiormente n’um sulco circumdante, para poder ser usada como pinjente*” (Veiga [1891], 2005, p. 260, Est. XXVIII) (**Figura 51**). A inexistência, na área da antiga Balsa, de outros vestígios integráveis na Idade do Ferro leva-nos a supôr que estes adornos pertençam ao período romano.

Tal como se referiu a propósito dos achados de Faro, existem pelo menos duas listagens dos materiais recolhidos, uma, corresponde ao “*Catalogo dos productos archeologicos obtidos desde o concelho de Alcoutim até o de Tavira, e acondicionados em 26 caixotes e tres canastrões em 30 de Junho de 1877. E.dV.*” (Veiga, 1877/78a). Nesta última figuram os materiais encontrados com referência à caixa em que foram acondicionados. A outra, posterior, mas praticamente equivalente no seu conteúdo, constitui o “*Inventário do Museu Archeologico do Algarve e suas pertenças incluindo as*



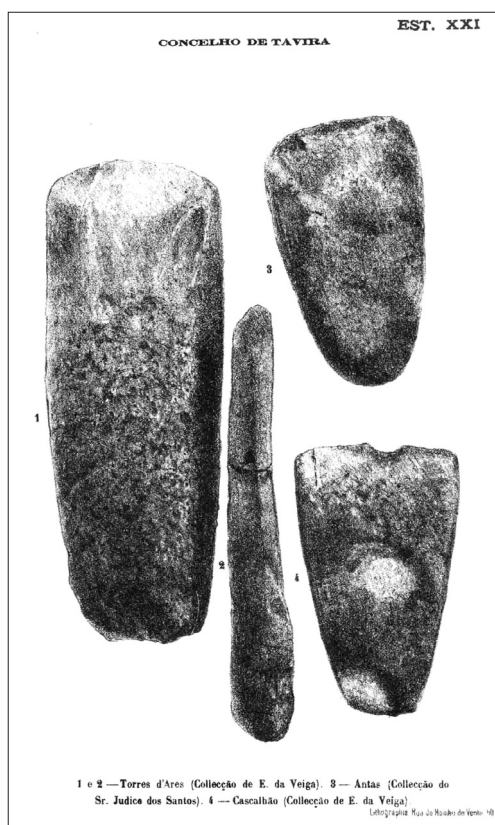


Figura 49 – Machados de pedra polida originários de Torre de Ares e das Antas, segundo Veiga (1891, Est. XXI).

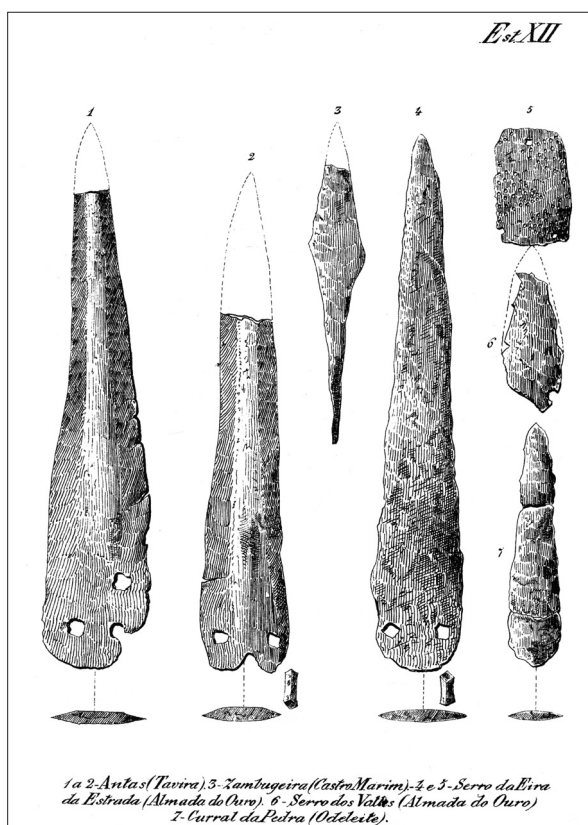


Figura 50 – N° 1 e 2 “Duas adagas ou facas de cobre” provenientes da Quinta das Antas, recolhidas por Estácio da Veiga (1891, Est. XII).

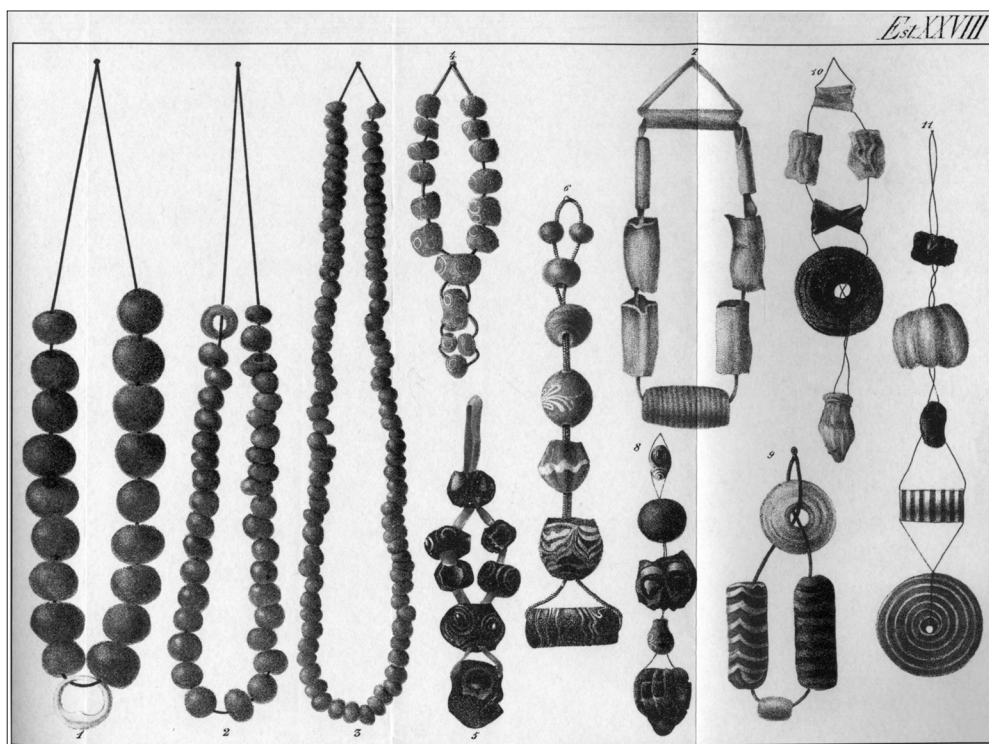


Figura 51 – Adornos recolhidos por Estácio da Veiga em Torre de Ares (n° 10 e 11) e atribuídos à Idade do Ferro (Veiga, 1891, p. 260, Est. XXVIII).

collecções depositadas pelo seu fundador Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga em 15 de Março de 1883” (Santos, 1972) e encontra-se dividido por épocas e concelhos, indicando os objectos para o período romano, e, do concelho de Tavira, da Quinta de Torre d’Ares, da Quinta das Antas, de Pedras d’el Rei, de Manjovos e do Paúl.

Entre os materiais recuperados, regista-se uma enorme diversidade de objectos. Entre eles, assinalaram-se moedas, objectos de metal (pregos, anzóis e argolas de bronze) (Figura 52), objectos de osso (alfinetes, etc.) e fragmentos de frascos de vidro (unguentários?) (Figura 53). A cerâmica dividiu-se entre “candeias”, “vasilhas e taças de barro”, “louças com marca do seu fabricante”, “louças ditas de Sagunto” (*terra sigillata*) e ânforas. Os materiais de construção foram igualmente representados por fragmentos de cimentos (*opus signinum*?), telhas e tijolos, mosaicos, estuques, além da referência a um cano de chumbo (Santos, 1972).

Relativamente ao destino que pretendia para este conjunto, Estácio da Veiga defendeu, nos “Assumptos que precedem esta Memória” [das Antiguidades de Mértola]: “(...) Indica-se a conveniencia de ser organizado na capital um museu rigorosamente archeologico. – Impugna-se a idéa de serem concentradas em Lisboa todas as antiguidades do reino. – Cidades em que devem ser creados museus e institutos archeologicos provinciaes. – Utilidade e fins principaes d’estes institutos e museus. – Breves apontamentos respectivos á realisação d’esta idéa. – Rasões que dão superior preferencia à cidade de Faro para ser a séde do já colligido museu do Algarve. – Indica-se o edificio que para este fim seria apropriado. – Suscita-se a lembrança de serem representadas as antiguidades prehistoricas do Algarve no congresso internacional que ha de reunir-se em Lisboa em 1880 (...)” (Veiga, 1880, p. 1).

Concluiu com a necessidade de se instituir o Museu do Algarve, com os objectos existentes e outros que venham a integrar a colecção (aquisições e ofertas), procedentes do Algarve e de outras partes do reino, o que deverá constituir a base para um futuro museu arqueológico nacional (Veiga, 1880, p. 7). É neste contexto que se deve procurar entender a montagem do museu, que chegou a realizar-se em 1880, nas instalações da Academia Real de Belas Artes (no antigo convento de S. Francisco), mas que não chegou a estar aberto um ano.

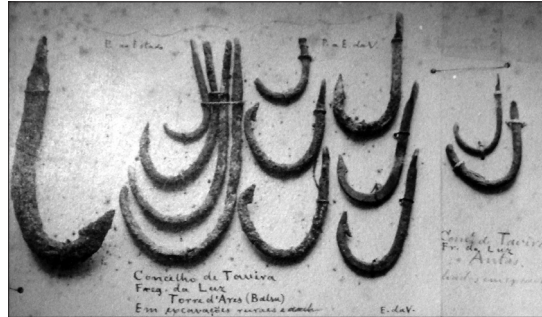


Figura 52 – Detalhe de fotografia Est. XXVI onde figuram anzóis de Torre d’Ares (Balsa), indicando-se “em escavações ruraes” e das Antas. Segundo Veiga (Arquivo do MNA).



Figura 53 – Fotografia Est. XXXVIII com diversos unguentários de vidro romanos provenientes de sítios romanos do Algarve, segundo Veiga (Arquivo do MNA).



A instituição de museus regionais, que se deviam localizar nas principais cidades, assim como de institutos arqueológicos, defendida por Estácio da Veiga, inseria-se igualmente no “espírito” da sua época, e constituía uma realidade em outras regiões. Inscreve-se neste mesmo fenómeno o caso do Museu de Guimarães, destinado a albergar as colecções recolhidas por Martins Sarmiento em Briteiros, sítio que Estácio da Veiga visitou em 1880, integrado na IX Sessão do Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica (Lemos, 1995, p. 5). Outros locais seguiram o mesmo modelo, como sucedeu com o Museu da Figueira da Foz criado por Santos Rocha em 1893, ou por Francisco Tavares Proença Júnior, em Castelo Branco (1910) (Moreira, 1989, p. 57).

Nas palavras de Estácio da Veiga, “(...) A concentração, n’um só ponto, de todos os monumentos nacionaes, se por um lado tem alguma vantagem, por muitos outros é justamente contrariada (...)” (Veiga, 1880, p. 11), daí que concordasse com a imprensa algarvia, que reclamava o Museu do Algarve para Faro, a instalar no convento de Sto. António dos Capuchos. Mas, na impossibilidade de o realizar “Que venham pois esses monumentos para a capital, visto não ter havido no Algarve quem os reclamasse (...)” (Veiga, 1880, p. 12).

### O Séc. XX e a arqueologia de Balsa

As referências a Balsa na obra “As Religiões da Lusitânia” de José Leite de Vasconcelos, concentram-se sobretudo no capítulo dedicado à “Necrolaria, ou culto dos mortos”, na secção III do volume em que tratou a época “lusitano-romana” (Vasconcelos, [1913], 1981, p. 372-374, Fig. 159). No entanto, a cidade romana mereceu outras menções quando identificou os diferentes vestígios das principais cidades romanas conhecidas no nosso território. É neste contexto que mencionou, por exemplo, a existência do circo de Balsa do séc. II (p. 180), ou que se referiu à via de *Baesuri* para *Pax Iulia* que passava por Balsa, *Ossonoba*, *Ebora*, *Serpa* (p. 182). Apesar das deslocações frequentes que o próprio Leite de Vasconcelos fez ao Algarve, tudo aponta para que a principal fonte que utilizou para os dados que apresentou relativos a Balsa tenha sido a documentação de Estácio da Veiga. A propósito da sua Fig. 77, em que reproduziu um tanque de salga de Balsa (Vasconcelos, [1913], 1981, Fig. 77, p. 184, nota 4 e p. 185), referiu concretamente, o álbum de desenhos do arqueólogo algarvio, conservado no arquivo do MNA. De facto, já anteriormente, Mesquita de Figueiredo assinalara este tanque no “Bulletin Hispanique”, reproduzindo o mesmo desenho (1906).

Outras informações referem-se a algumas epígrafes, como a inscrição grega (Vasconcelos, [1913], 1981, Fig. 228, p. 445) ou a epígrafe dedicada à deusa Fortuna, proveniente da Luz de Tavira (p. 308-309). O baixo relevo representando Dionísio e uma ménade (Fig. 262 e 263, p. 499 – 500), a que já aludimos, é igualmente descrito, assim como uma pequena estatueta de mármore de que não se conservou a cabeça, e que Leite de Vasconcelos julgou poder representar uma deusa romana (Fortuna, Victória ou Vénus ?) (Fig. 275, p. 512 e 513) figuram na secção IV, onde se reuniu “*Varia quaedam sacra*”. Incluiu também neste capítulo final o amuleto fálico de Torre de Ares (Fig. 288, p. 525 e 527).

Depois dos trabalhos de Estácio da Veiga e das escavações de Abel Viana em Pedras d’el Rei, só voltaram a realizar-se trabalhos arqueológicos na área da antiga Balsa, na década de 70 do séc. XX. Na sequência das prospecções de campo realizadas pela UNIARQ (Unidade de Arqueologia do então Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), no âmbito da realização da Carta arqueológica do Algarve, sob direcção do Prof. Victor S. Gonçalves, identificaram-se áreas com grande concentração de vestígios arqueológicos que motivaram a realização das escavações. O pedido para realização destes trabalhos arqueológicos foi formulado em nome de Victor S. Gonçalves, Fernando Bandeira Ferreira, Maria e Manuel Maia.

Foi neste contexto que se realizou, nos meses de 24 de Outubro a 25 Novembro de 1977, uma intervenção arqueológica no sítio de Torre d'Ares, sob direcção dos arqueólogos M. e M. Maia, não tendo os resultados desta intervenção sido objecto de publicação. Segundo o relatório dos trabalhos, a opção pela localização das diferentes áreas da intervenção arqueológica relacionou-se com a topografia do terreno e com os vestígios existentes à superfície (Maia e Maia, 1978, p. 1), tendo-se definido três sectores, e procedido à escavação, de cerca de 350 m<sup>2</sup>. No Sector 1, foram escavados níveis superficiais e o conteúdo de uma canalização com a respectiva caixa de derivação, tendo-se identificado uma unidade de exploração de preparados piscícolas no sector 2. O sector 3, correspondia a uma série de muros que definiam um compartimento que tem vindo a ser interpretado como uma possível área habitacional. Referimos os dados relativos a esta intervenção com maior detalhe *infra*.

O conjunto dos materiais originários desta intervenção arqueológica foram depositados no Museu Nacional de Arqueologia e uma reduzida parcela foi seleccionada para publicação, aquando do estudo de cerâmicas e vidros de Torre d'Ares realizado por J. Nolen (1994). A totalidade do espólio anfórico e da *terra sigillata* constitui parte integrante deste estudo.

Nos anos 90, C. T. Garcia publicou o resultado de actividades de prospecção que realizou na área da Quinta de Torre d'Ares, sítio do Arroio e Pedras d'el Rei, no âmbito da sua actividade no Parque Natural da Ria Formosa. Identificou então três sectores, correspondendo os dois primeiros (TA.1 e TA.2) às áreas escavadas em 1977 por M. e M. Maia, assinalando uma terceira área (sector AR.3) que apontou como sendo o local das anteriores explorações de Estácio da Veiga (Garcia, 1991, p. 109-115).

Mesmo sem terem realizado trabalhos arqueológicos na cidade de *Balsa*, as diferentes componentes do seu urbanismo suscitaram reflexões e análises por parte da investigação arqueológica portuguesa.

São relativamente dispersas as referências a *Balsa* no Portugal Romano de Jorge de Alarcão (1973), sendo avançada na obra “Roman Portugal” uma explicação para a proximidade entre as *civitates* de *Balsa* e *Ossonoba* que dividiam entre si o território do Algarve Oriental, aspecto que estaria relacionado com o “passado pré-romano das duas cidades” (RP, II, 3, p. 188).

Em diversas ocasiões, V. Mantas publicou trabalhos que se referem às cidades algarvias, centrando a sua análise, sobretudo, nos dados disponíveis para os núcleos urbanos de *Ossonoba* e *Balsa*, mas discutindo igualmente aspectos da organização política e económica desta região durante a época romana, além do sistema viário (Mantas, 1990, p. 182-199; 1993, p. 515-537; 1997a, p. 283-309; 1997b, 310-325; 2003, p. 85-94).

No seu trabalho sobre as cidades marítimas da Lusitânia, associou a fundação da última cidade e os topónimos Luz de Tavira e Santa Luzia a santuários pré-romanos de influência púnica, dedicados a divindades protectoras de navegantes (Mantas, 1990, p. 192). Na verdade, não existem, até ao momento, evidências de ocupação pré-romana na cidade de *Balsa*. Por outro lado, os dados recentemente revelados pelas escavações realizadas na área urbana de Tavira, conduzidas por M. e M. Maia, têm colocado em evidência o passado sidérico deste núcleo urbano, que remonta ao séc. VII a.C., com a presença de populações com forte influência orientalizante (Maia, 2003, p. 57-72). Posteriormente, V. Mantas insistiu numa origem oriental fenícia para o topónimo de *Balsa* tendo por base a representação do motivo do navio que transporta uma árvore, presente nas cunhagens locais (Mantas, 1997a, p. 291). A. Guerra contesta a opção de Mantas pois considera “(...) que é no mínimo muito arriscado relacionar o enquadramento linguístico de um topónimo pré-romano, com o eventual significado histórico-cultural de um símbolo usado em cunhagens monetárias correspondentes a um momento concreto da presença romana” (Guerra, 1998, p. 327). Parece efectivamente mais viável uma aproximação proposta por este último autor,

que relaciona o topónimo com hidrónimos, nomeadamente relacionando o termo *balxa* a “lugar pantanoso” (Guerra, 1998, p. 327).

Neste contexto, A. M. Arruda sugeriu que, algures na primeira metade do séc. I a.C., se teria dado a transferência do povoado de Tavira para outro local (Arruda, 1999, p. 25 e 2003), tese partilhada por outros autores (Mantas, 1999, p. 138-139; 2003, p. 86; Maia, 2003, p. 59, Fabião, 2003b). A respeito da ocupação romana mais antiga documentada na região imediata de Tavira e *Balsa*, não pode deixar de referir-se o sítio do Serro do Cavaco, localizado a norte de Tavira, junto da margem direita do rio Gilão. Os dados disponíveis sobre o local foram objecto de uma síntese recente de C. Fabião, que afirmou que “No Serro do Cavaco observam-se, sobretudo, materiais de época romana republicana, isto é, contemporâneos do processo de conquista e consolidação do poder de Roma no extremo ocidente peninsular.” (Fabião, 2003b, p. 78). Não existem, portanto, dados que permitam pensar numa ocupação pré-romana do sítio, cujo abandono deve ter ocorrido ainda no séc. I a. C.

Outro elemento difícil de integrar no conjunto de dados disponíveis sobre *Balsa* diz respeito às cunhagens monetárias. Ostentando temática marinha, que as aproxima das suas congéneres ossonobenses, embora também figurando espigas, a sua datação aponta para o séc. I a.C. (Gil Farrés, 1966, Gomes e Gomes, 1983, Faria, 1995). Ora, até ao momento, são muito escassos os testemunhos de materiais com cronologias compatíveis com esta fase de *Balsa*, além das moedas propriamente ditas.

A via litoral que liga *Balsa* a *Ossonoba* e *Baesuri* foi valorizada por V. Mantas, enquanto elemento verdadeiramente estruturante na organização do território, sendo reconhecidas *villae*, algumas de clara vocação marítima, relacionadas com a produção de preparados piscícolas ao longo da estrada romana. Uma vertente raramente explorada, que tem por base a análise da fotografia aérea, forneceu novos dados sobre a localização de alguns equipamentos da cidade antiga, como a área portuária e a localização do circo, tendo permitido avançar também com propostas sobre a orientação do cadastro de época romana no território a oeste da cidade (Mantas, 1990, p. 193). Analisaram-se algumas das componentes da topografia da cidade à luz dos dados epigráficos, sendo igualmente estes elementos os utilizados para a leitura proposta acerca da composição da sociedade balsense (Mantas, 1990, p. 194-197).

V. Mantas referiu ainda os aspectos económicos e os recursos de que a cidade dispunha, com especial destaque para os marinhos, sem esquecer a componente agrícola e a possibilidade de exploração de recursos mineiros (Mantas, 1990, p. 197). Apesar dos escassos dados disponíveis, o investigador arrisca ainda algumas hipóteses sobre os ritmos da economia balsense, afirmando que a cidade estaria no seu auge sob os Antoninos (Mantas, 1990, p. 197).

Quanto ao final de ocupação do sítio, o autor indicou que “É provável que as invasões dos finais do séc. III tenham marcado o fim do desenvolvimento de *Balsa*. No séc. V a decadência parece ter sido rápida”. Factores relacionados com modificações geomorfológicas da costa, aliados à inexistência de muralhas capazes de defender a cidade de incursões dos povos do norte, foram apontados como causadores do abandono de *Balsa* nesta data (Mantas, 1990, p. 199). De referir que, neste ponto particular, Mantas foi desmentido pelos dados apresentados, alguns anos mais tarde, por J. Nolen, que identificou as derradeiras formas de *sigillata* clara D recuperadas no sítio, o que permitiu colocar o abandono da cidade no séc. VI. Apesar da sua ténue presença, julgamos dispor de elementos que permitem fazer avançar esta data até aos inícios do séc. VII, como haverá possibilidade de justificar neste trabalho.

Em 1994, J. Nolen apresentou, na obra “Cerâmicas e vidros de Torre de Ares – *Balsa* – incluindo o espólio ósseo e medieval”, um amplo conjunto de materiais que corresponde, não só às recolhas realizadas, ainda no séc. XIX, por Estácio da Veiga, mas também a uma série de cerâmicas originárias das escavações realizadas, em 1977, por Maria e Manuel Maia. Baseando-se no

espólio existente nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia, apresentou uma síntese sobre as principais categorias cerâmicas, indicando a sua cronologia e proveniência. Nesse trabalho, contou com a colaboração de vários investigadores, como J. de Alarcão, que sintetizou os principais dados disponíveis sobre a cidade de *Balsa*; C. Fabião, que apresentou o estudo do conjunto de ânforas; F. Real, que deu o seu contributo através da observação das pastas de cerâmicas comuns locais e regionais; e H. Catarino, que colaborou na classificação das cerâmicas medievais recolhidas no sítio.

Parte do material estudado é originário da área da necrópole, “explorada” no séc. XIX por S. P. M. Estácio da Veiga. Julgo poder identificá-lo com relativa facilidade pelo seu estado de conservação (muitas das peças encontram-se completas), e também através dos números de inventário antigos, com algarismos em torno aos 14000. Além do material da necrópole, mais de 60% (ou mesmo 75%) do material estudado por J. Nolen tem origem nas escavações de 1977, da responsabilidade de Maria e Manuel Maia, tal como a autora referiu na sua introdução “atribuí nº de estudo às peças que têm proveniência nas escavações da M. e M. Maia...” (Nolen, 1994, p. 5).

A leitura desta obra permite obter uma ideia bastante clara da diacronia de ocupação da cidade de *Balsa*, com início de ocupação que não vai para trás do séc. I a.C., o que poderá ser comprovado pela presença de cerâmica campaniense B-óide, representada por apenas duas formas: Lamb. 5 (ou Morel 2286-e) e Lamb. 3 (Morel 7553) (Nolen, 1994, p. 63, Est. 9). As paredes finas mais antigas do sítio são raras, podendo datar do reinado de Augusto. Neste conjunto, que se reduz a apenas 26 exemplares, a maior parte das peças são, no entanto, originárias da Bética, com cronologia que pode atingir a segunda metade do séc. I d.C. (Nolen, 1994, p. 55-62, Est. 8 e 9).

Apesar da relativa escassez de *terra sigillata* apresentada, reconheceu-se a presença das principais categorias deste tipo cerâmico, estando também representadas algumas das formas que foram recuperadas no sítio. O estudo da cerâmica comum, que também foi, na sua maior parte, seleccionada entre o material proveniente das escavações de 1977, como se depreende pela atribuição de números de estudo, colocou em destaque as produções importadas de cerâmica de cozinha africana (Nolen, 1994, p. 111-117, est. 23-26). Quanto às cerâmicas comuns de produção local e regional, foi feita uma caracterização dos fabricos, individualizando-se o conjunto de peças produzidas com pastas claras, que se atribuíram à área de Cádiz. Além deste, identificou-se um grupo que foi produzido com pastas de argilas residuais com elevada percentagem de feldspatos, pastas alaranjadas e pastas cinzentas, assim como pastas de argilas transportadas (Nolen, 1994, p. 123-128). A diversidade formal é assinalável, procurando-se cronologia para os diferentes tipos com base em paralelos de materiais recuperados em contextos datados em outros sítios e tendo como perspectiva de análise o facto de determinados fabricos terem sido preferencialmente utilizados para produzir determinadas formas. Trata-se, também no que se refere à cerâmica comum romana do Algarve, de um estudo pioneiro e incontornável.

Os vidros estudados, dos quais uma selecção tinha já sido objecto de análise por J. de Alarcão (1970, p. 237-273), correspondem a um conjunto que soma 214 vasos (130 peças em catálogo), entre tigelas, pratos, copos, taças, garrafas, boiões, unguentários, assim como objectos de adorno e mesmo vidro de janela (Nolen, 1994, p. 169-199). No caso dos vidros, é mais difícil saber exactamente a sua proveniência, pois se por um lado continuamos a relacionar os nºs de inventário com numerações em torno ao 14000 com o espólio recolhido por Estácio da Veiga, por outro, já não é possível atribuir todos os números de estudo aos materiais recolhidos em 1977 por M. e M. Maia. Na verdade, verifica-se que algumas peças publicadas em 1970 por J. de Alarcão têm este número de estudo. O espólio vítreo cobre uma cronologia que se estende desde a primeira metade do séc. I até à primeira metade do séc. V, com caso excepcional de materiais que podem atingir o séc. VII. Entre as diversas peças publicadas, J. Nolen destacou a grande quantidade de unguentários, que testemunhariam a elevada percentagem de sepulturas de mulheres na necró-

pole (Nolen, 1994, p. 199). Igualmente originárias da necrópole, são as cerca de 60 lucernas, já em parte estudadas por J. A. Almeida (1953), provenientes da Bética e também do Norte de África (Nolen, 1994, p. 37-53, est. 3-7, fig. 21-23).

As ânforas, estudadas por C. Fabião, completam o conjunto de cerâmica romana integrado na obra de J. Nolen. A grande maioria destes recipientes contém nº de estudo, pelo que facilmente as poderemos integrar no material proveniente das escavações de M. e M. Maia. Trata-se de um conjunto formado por 23 exemplares, que cobrem diversas produções com origem na Bética, no Norte de África, assim como um raro exemplar proveniente do Mediterrâneo Oriental (Fabião, 1994a, p. 17-36, est. 1-2, fig. 19). As ânforas béticas são as mais numerosas, e, entre estas, as que abasteceram *Balsa* de preparados piscícolas são maioritárias. Também ocorrem exemplares de ânforas lusitanas do tipo Almagro 50 e 51 C (Fabião, 1994a, p. 34).

Pouco se conhece da *Balsa* medieval e moderna. Na publicação de J. Nolen, o estudo das cerâmicas medievais e modernas foi elaborado por H. Catarino (1994, p. 161-167, est. 34, fig. 18). Reconheceram-se algumas cerâmicas comuns típicas das fases finais da Antiguidade tardia ou dos momentos iniciais da ocupação islâmica, produzidas a “torneta”, embora do conjunto faça também parte um grupo de cerâmicas vidradas e não vidradas de pastas claras datáveis do séc. XII a XIV. Alguns fragmentos podem mesmo corresponder às produções de Paterna e Manises, já dos meados do séc. XIV (Nolen e Catarino, 1994, p. 162). Face a estes dados, parece difícil sustentar uma continuidade da ocupação do sítio desde a época tardo romana até ao período medieval islâmico. Efectivamente, tudo parece apontar para um abandono da cidade em finais do séc. VI, inícios do séc. VII, com uma reocupação posterior, já em época islâmica tardia, do séc. XII em diante. Também neste caso, a reduzida área escavada e o desconhecimento do significado dessas realidades, face à totalidade do que seria cidade antiga, não permitem conclusões definitivas.

O nome de Torre de Aires deriva directamente da Torre de Aires Gonçalves, que foi construída em época indeterminada do período medieval, na área da antiga cidade (Alarcão, 1994, p. 3)

Recentemente, os estudos relativos à cidade de *Balsa* têm incidido sobre a topografia da cidade antiga, optando-se pela sua divulgação em publicação e através da *internet*, no sítio do Campo Arqueológico de Tavira. L. Fraga da Silva propõe uma delimitação da área urbana antiga com base no estudo da fotografia aérea e das cartas cadastrais e regista, em diversos mapas, a localização dos achados produzidos ao longo do tempo naquela área, fruto de prospecções não sistemáticas (Silva, 2006; 2007). A restituição topográfica abrange igualmente propostas de localização de alguns equipamentos da cidade, nomeadamente o circo, cuja existência, recorde-se, está comprovada pela epigrafia, além da área costeira, com seus portos. Dada a escassez de dados arqueológicos que suportem as hipóteses de reconstituição da cidade de *Balsa*, o modelo é apresentado, pelo próprio L. Fraga da Silva, como conjectural.

Mais recentemente, temos conhecimento de que a autarquia mantém o seu empenhamento na investigação de *Balsa*, tendo promovido a realização de prospecção geofísica numa área restrita da cidade antiga, com vista a avaliar qual a melhor metodologia a utilizar em futuras prospecções: se a prospecção magnética ou por georadar.

#### 2.2.2.2. Contexto estratigráfico dos materiais de *Balsa*

##### Questões prévias

Os materiais provenientes de *Balsa* que se apresentam neste livro foram recolhidos nas escavações realizadas sob direcção de M. e M. Maia, de 24 de Outubro a 25 de Novembro de 1977.



Os trabalhos arqueológicos realizados foram objecto do relatório apresentado à tutela e encontra-se disponível no arquivo do IGESPAR (Maia e Maia, 1978). Além destas informações, dispomos igualmente das referências das etiquetas que acompanham os sacos com cerâmicas que se encontram depositados no MNA.

Além da indicação do sector, quadrado e camada, as etiquetas apresentam ainda observações suplementares relativas a determinadas zonas da escavação, cujos materiais os arqueólogos quiseram individualizar. Através destas mesmas etiquetas, sabemos que alguns níveis foram criados, tendo sido recolhidos fragmentos de muito reduzida dimensão.

O relatório indica as diferentes camadas escavadas, suas dimensões gerais, caracterizando os sedimentos de forma mais ou menos detalhada e descrevendo igualmente as estruturas. Deste relatório constam ainda plantas com a localização das sondagens, plantas gerais das estruturas identificadas nos sectores, assim como alguns cortes estratigráficos dos sectores 2 e 3. No final, um conjunto de fotografias a preto e branco mostra aspectos da escavação e das estruturas detectadas nos diversos sectores.

Na proposta de reconstituição dos dados estratigráficos que se apresenta *infra*, tentaram conjugar-se as informações das etiquetas com as indicações que o relatório oferece, aspecto o que foi bastante difícil. Efectivamente, se na maior parte dos casos é possível encontrar nos dados do relatório as mesmas camadas que se encontram indicadas nas etiquetas, em outros a referência a determinadas camadas e quadrados não tem correspondência em qualquer etiqueta do material que se encontrava no MNA, facto para o qual não encontramos explicação. Para procurar recuperar os principais dados estratigráficos desta intervenção, dispomos igualmente do inventário das cerâmicas, trabalho que realizámos no MNA durante os anos de 2004 e 2005.

Segundo os dados existentes, constata-se, como já se referiu, que foram estabelecidos três sectores de escavação, tendo a sua localização sido motivada pela existência de maior densidade de vestígios à superfície em determinadas áreas, assim como pela topografia do sítio (Maia e Maia, 1978, p. 1).

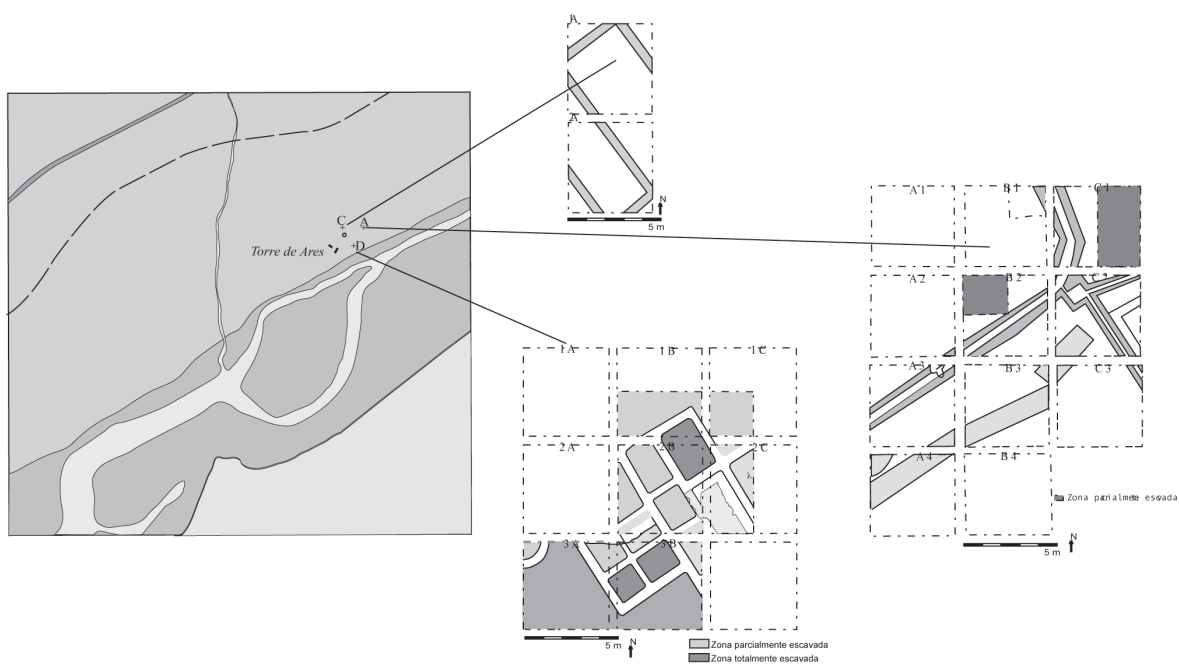


Figura 54 – Localização dos sectores de escavação, segundo Maia e Maia (1978), adaptado.

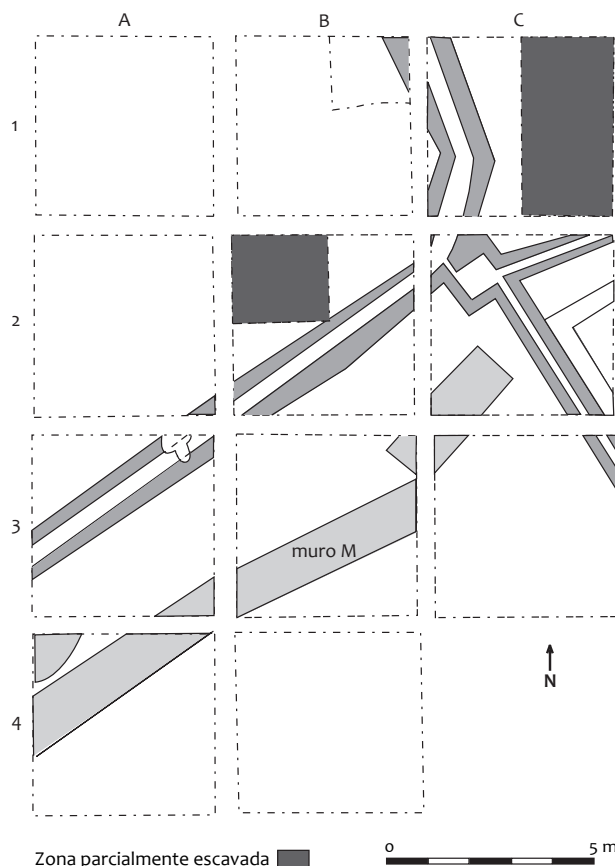
Tudo aponta para que os trabalhos de escavação tenham seguido os princípios de Mortimer Wheeler, estabelecendo-se quadrados com 5 m de lado e deixando banquetas junto aos cortes Sul e Este. A recolha dos materiais parece ter sido cuidadosa e não houve selecção das cerâmicas no campo.

### Sector 1

A localização do **sector 1** relacionou-se com a existência de um muro de grandes dimensões que se encontrava parcialmente à superfície (muro M). Foram abertos vários quadrados que foram escavados alternadamente, tendo sido identificada a estrutura de uma canalização. Esta era formada por duas paredes baixas, que corriam paralelas, sendo o seu interior revestido a *opus signinum* (Maia e Maia, 1978, p. 4). Da cobertura da canalização, que foi feita com lajes, apenas se conservou uma parte, e, no quadrado Q2C, identificou-se uma caixa de derivação (Maia e Maia, 1978, p. 4). Por se tratar de uma estrutura relacionada com a condução de águas, os arqueólogos referiram-se-lhe, por vezes, nas etiquetas, como aqueduto. No entanto, em nossa opinião, a referida estrutura deverá estar relacionada com o escoamento de águas residuais e não tanto com a condução de água para consumo na cidade. Foram individualizadas diversas camadas de sedimentos de diferentes colorações e dimensões.

Tal como já tinha sido referido, trata-se, em grande medida, de níveis superficiais revolidos por trabalhos agrícolas, aspecto que o elevado grau de rolamento das fracturas das cerâmicas parece confirmar.

Quanto à cronologia de utilização e abandono desta estrutura, verifica-se que não foram escavados níveis identificados especificamente com a implantação da conduta, sendo difícil apontar uma data para a sua construção. Já relativamente ao abandono, que pode ser avaliado pelos níveis que a cobriam, verifica-se que as cerâmicas correspondem a cronologias muito diversificadas, tanto alto como baixo imperiais, sendo os materiais mais tardios constituídos por *sigillata* clara D, das formas Hayes 104, *sigillata* Luzente, da forma Lamb. 1/3, e ânforas lusitanas, das formas Almagro 50 e 51c, alguns exemplares de ânforas norte africanas (Africana IID). Assim, parece possível propor-se uma cronologia do séc. V ou ligeiramente posterior, para o fim da utilização destas estruturas. Verifica-se ainda que em alguns quadrados a cerâmica medieval vidrada, atinge a camada 2.



**Figura 55 – Planta do sector 1 onde se indentificou um conjunto de canalizações, segundo Maia e Maia (1978) adaptado.**

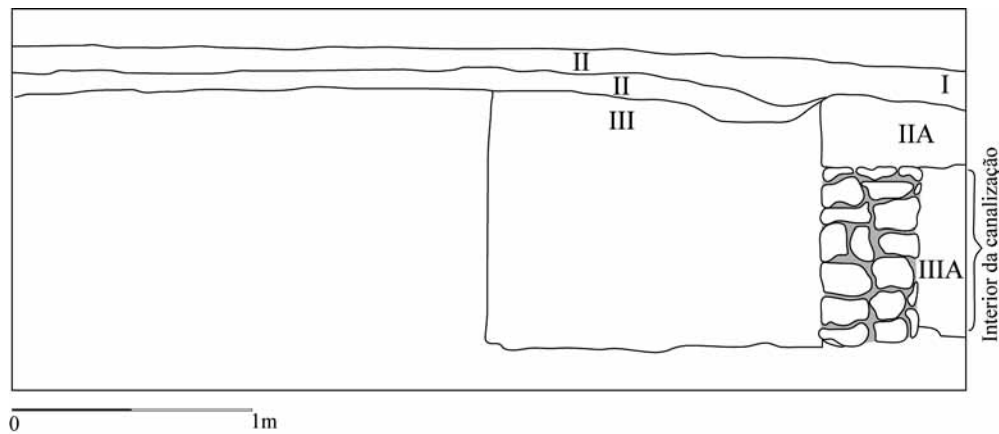


Figura 56 – Sector 1. Corte Norte do Q B2. Segundo Maia e Maia (1978), adaptado.

## Sector 2

Um curso de água “sazonal” existente a sudoeste do sector 1 colocou à vista algumas estruturas o que justificou a implantação do **sector 2** nesta área. Aqui, identificou-se uma unidade de transformação de preparados piscícolas, tendo sido escavado parcialmente, um conjunto de cetárias (Maia e Maia, 1978, p. 5 e ss.). A planta do local mostra onze tanques de planta quadrangular, construídos em *opus incertum* e revestidos “por argamassa do tipo cimento” (Maia e Maia, 1978, p. 12). Como sucede frequentemente neste tipo de estruturas, os ângulos internos possuíam meia cana e algumas das cetárias conservavam, no fundo, uma depressão circular, para limpeza. Os autores do relatório referem ainda que algumas cetárias resultam da subdivisão, com um muro, de cetárias maiores e anteriores. O modelo deste complexo industrial não se afasta muito de outros conhecidos para o actual território português, apresentando o característico corredor central pavimentado a *opus spicatum*, dispondo-se as unidades de transformação do pescado nos três lados deste corredor. A entrada neste corredor, que se constituía também como uma área de serviço, seria aberta a sul, encontrando-se os muros perimetrais da fábrica definidos na sua extensão para ocidente.

Nesta unidade, encontraram-se pelo menos oito cetárias, das quais se conhece a planta total de cinco, tendo sido os muros das restantes três postos à vista apenas parcialmente.

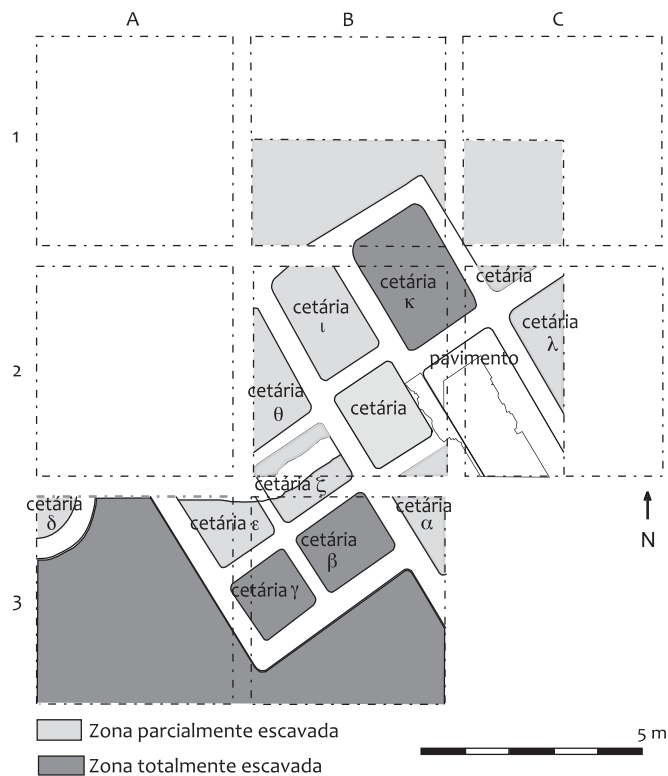


Figura 57 – Planta final do sector 2, um conjunto de cetárias parcialmente escavado em 1977, segundo Maia e Maia (1978), adaptado.

O conteúdo das cetárias  $\gamma$  e  $\beta$  foi totalmente escavado, tendo as restantes sido apenas em parte intervencionadas. É ainda possível que no canto NO desta unidade estivesse outra cetária, da qual não existe qualquer registo. O topo norte da fábrica parece ter sido formado por um tanque (cetária  $\kappa$ ), que terá sido totalmente escavado. Quanto ao desenvolvimento que a “fábrica” teria para nascente, torna-se mais difícil a sua caracterização, dado que apenas se definiram parcialmente, em 1977, duas cetárias. Desconhece-se o faseamento destas construções, apesar dos arqueólogos se referirem à divisão de algumas cetárias. Por exemplo, as cetárias  $\gamma$  e  $\beta$  teriam sido divididas em momento indeterminado, pois a espessura do muro que as separa é bastante menor que a dos restantes, o mesmo sucedendo com as duas cetárias a norte (Maia e Maia, 1978, p. 14). Teríamos assim um tanque de maiores dimensões, posteriormente subdividido em quatro. Diferentes tipos de aparelho construtivo evidenciados em alguns muros, assim como detalhes no acabamento das meias canas dos ângulos internos, constituem outros dados que poderão apontar para momentos de construção diferenciados. No entanto, estas indicações não ajudam a formular um faseamento claro das construções, que, não pode esquecer-se, não foram escavadas na totalidade. Os sinais de violações em época mais ou menos recente estão também patentes, designadamente pela presença de um tacho de esmalte no fundo da camada 2 da cetária  $\epsilon$ , pelas inúmeras bolsas de diferentes colorações que os arqueólogos identificaram e ainda pela existência de restos do revestimento das próprias cetárias no seu interior (Maia e Maia, 1978, p. 9). Aparentemente, algumas cetárias conservavam ainda restos do que os arqueólogos designaram por *garum*, como por exemplo na etiqueta onde se lê “TA.77.2, Q / – 5ª camada cet  $\alpha$   $\gamma$  ao nível do *garum*”.

A dificuldade de conjugação dos dados do relatório com as informações da etiquetas esteve especialmente patente neste sector. O relatório segue uma descrição das camadas identificadas, tendo por base a unidade de referência que constitui a quadrícula, distinguindo as camadas identificadas. Por exemplo, o Q. 3 A, que no relatório possui apenas para a camada I, teria aparentemente outras unidades, uma vez que existem etiquetas que referem os níveis 2 e 3. A própria camada 1 estaria subdividida em diferentes “zonas”. Noutra situação, a zona a Oeste do muro D, que surge no relatório com as camadas 1, 1A e 2, não se encontraram quaisquer referências nas etiquetas dos materiais. Outro aspecto que torna difícil a nossa leitura destas realidades prende-se com o facto de os autores terem utilizado caracteres gregos para identificar as diferentes

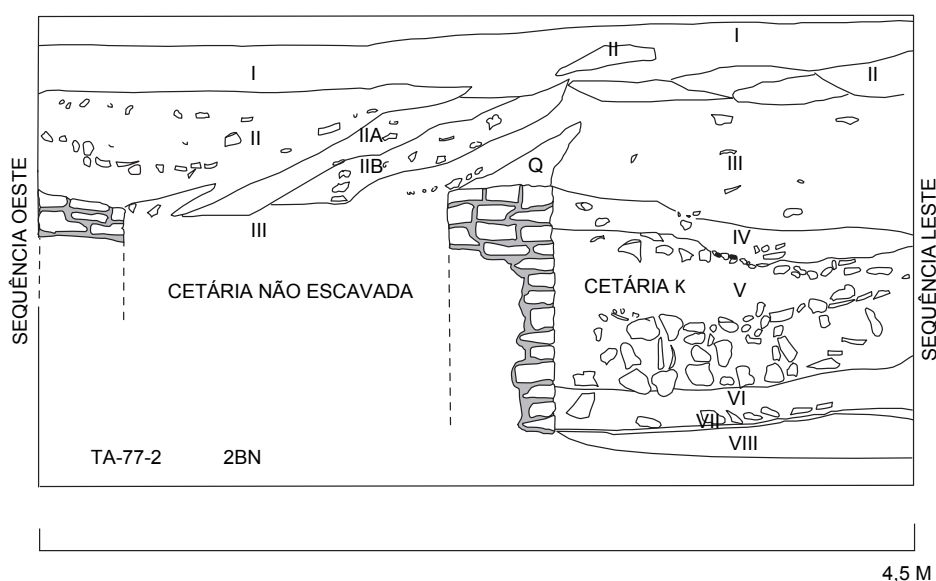


Figura 58 – Corte Norte do Q 2 B, sector 2, segundo Maia e Maia (1978), adaptado.

cetárias e terem utilizado igualmente esses caracteres para identificar bolsas de sedimentos de características diferentes no interior de uma determinada camada. Nem sempre é claro, portanto, quando se está a fazer referência ao interior de uma cetária ou a uma bolsa. Naturalmente que estes problemas condicionaram fortemente as conclusões que procurámos retirar da informação disponível, sobretudo neste sector da escavação.

Relativamente à leitura crono-estratigráfica deste conjunto, fomos igualmente confrontados com bastantes problemas no que se refere à datação da fase de construção das cetárias, sendo também difícil determinar a cronologia da remodelação destas construções.

As mesmas questões que se enunciaram a respeito da cronologia da construção das canalizações do sector 1 podem repetir-se relativamente à datação das cetárias. Estas devem ter sido construídas no substrato arenoso. Por outro lado, desconhecemos também se a remodelação operada nesta unidade se insere no quadro mais geral observado no vale do Sado e em outras regiões, nos finais do séc. II –inícios do séc. III, altura em que se assiste a importantes modificações, não só nas estruturas destinadas à elaboração de preparados piscícolas, mas igualmente nos próprios contentores utilizados para o seu transporte (Fabião e Carvalho, 1990, p. 49-53).

Os dados para os quais dispomos de maior volume de informação referem-se ao abandono desta unidade. De um modo geral, encontramos o mesmo quadro de materiais que o referido a propósito dos níveis de abandono das canalizações do sector 1. A *sigillata* clara D, de formas tardias, encontra-se representada, a par da *sigillata* luzente e das ânforas de produção lusitana Almagro 51 A-B, Almagro 51c e africana. No Q 2B camada 5ª α γ (MNA.2004.235), encontra-se um conjunto de *sigillata* clara D das formas Hayes 99, 103 e 104, cuja cronologia aponta já para o séc. VI. Depreendemos que todas as camadas abaixo da 5 correspondem ao interior da cetária κ, a única que foi escavada na íntegra no Q 2B (**Figura 58**).

Ora se se fizer corresponder essa designação aos dados do relatório esta camada poderá corresponder a “V – camada: pedras de construção em grande quantidade, com pouca terra castanha clara, com zonas rosadas com argamassa, junto ao muro C. Trata-se de um enchimento. Espessura média: 80 cm. Entre as pedras havia bolsas de escamas e espinhas de peixe, juntamente com terra arenosa amarela-clara” (Maia e Maia, 1978, p. 6), pelo que estes dados não devem deixar de ser apreciados com a devida prudência.

Dado nem todas as cetárias terem sido escavadas, não foi possível saber se determinados tanques continuaram a ser utilizados quando outros já tinham cessado a sua actividade.

O problema da cronologia deste tipo de estruturas coloca-se especialmente para os conjuntos escavados há alguns anos, sobretudo resultantes de trabalhos com registo arqueológico deficiente, mas mantém-se também difícil em casos em que as cetárias foram escavadas mais recentemente, como é o caso da Rua Silva Lopes na área urbana de Lagos (Ramos e Almeida, 2005; Ramos, Almeida e Laço, 2006).

Quanto ao significado deste conjunto no contexto da cidade de *Balsa*, a relativa escassez de dados acerca da topografia urbana da cidade torna difícil uma correcta avaliação da situação. Além desta unidade, outras terão existido, sendo referida uma outra unidade de exploração de preparados piscícola ainda no perímetro da cidade de *Balsa*, na área da Quinta das Antas, que Estácio da Veiga documentou no séc. XIX (Santos, 1972). Assim, é possível que a produção destas unidades se destinasse primeiramente ao consumo interno da própria cidade, sendo exportados os eventuais excedentes. Não podemos esquecer igualmente que em toda a costa algarvia se encontram estes tanques.



### Sector 3

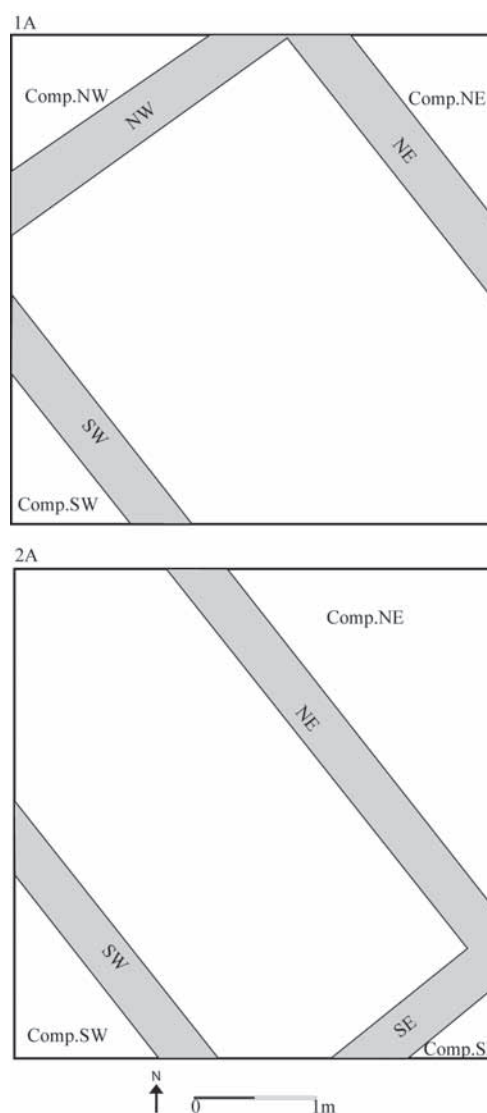
Apesar de se terem implantado quatro Quadrados no **sector 3**, foram apenas escavados dois, o Q 1A e 2A.

No Q 1A, identificou-se um conjunto de três paredes de um compartimento, tendo-se procedido à escavação dos diferentes níveis que poderão corresponder às áreas de interior e exterior de diversos compartimentos (sequência SW, NW, NE e área central) (Maia e Maia, 1978, p. 15). São referidos revestimentos de algumas destas estruturas, como um rodapé de estuque (Maia e Maia, 1978, p. 15). Mais uma vez, o registo das camadas no relatório não é coincidente com as referências das etiquetas, uma vez que para um conjunto significativo de sacos com materiais, por exemplo do Q 1A, não existe indicação específica a qual das sequências se refere. Verifica-se, igualmente, que as camadas definidas se encontravam frequentemente “(...) escavadas em várias zonas, por vezes em toda a sua espessura para a introdução de entulhos de que resultaram várias bolsas, constituídas de um modo geral por carvões, cinzas e material, por vezes quase intacto, havendo ainda zonas com grande concentração de conchas” (Maia e Maia, 1978, p. 15). Neste caso as indicações das etiquetas espelham bem esta realidade, encontrando-se várias indicações a bolsas que são diferenciadas das camadas onde se inserem e identificadas por uma letra grega.

As estruturas foram construídas em “(...) *opus incertum*, ligado por uma argamassa de tipo cimento” (Maia e Maia, 1978, p. 19) e pareciam assentar em areia estéril. Não é claro, contudo, como teria sido o revestimento do pavimento que, aparentemente, não se terá conservado nestes compartimentos. Exceptua-se o caso do Q 2A, no qual os arqueólogos indicam que “(...) a cerca de 1 m de profundidade em relação à superfície do solo encontrámos uma grande plataforma de argamassa que, dadas as pequenas dimensões deste compartimento em 2A preferimos não a remover, não sendo possível determinar se se trata de um pavimento ou de estuque caído da parede. (...)” (Maia e Maia, 1978, p. 19).

Com base nos dados disponíveis, e apesar do que foi referido *supra*, a sucessão estratigráfica que julgamos poder reconstituir para este sector é a seguinte, relativamente ao Quadrado Q A1 (**Figura 60**).

A camada 6 deve corresponder aos níveis sobre os quais se terá edificado o conjunto de muros identificados nesta área. Nesta camada, o material datável circunscreve-se a uma ânfora Haltern 70, além de cerâmica comum da bética e de um fundo de cerâmica de pasta caulinítica.



**Figura 59 – Sector 3. Planta das estruturas identificadas, segundo Maia e Maia (1978), adaptado.**

Não dispomos de qualquer referência à camada 5 os dados relativos à **camada 4** são problemáticos, mas indica-se que se trata de material proveniente do “canto NE, crivo” o que poderá corresponder aos níveis de construção destas estruturas, pois no relatório refere-se que camada 4 se encontra abaixo do rodapé de estuque. Neste nível, registaram-se dois fragmentos de *terra sigillata* de tipo itálico (um dos quais da forma Consp. 4.4), treze de cerâmica de paredes finas (dois dos quais de paredes finas itálicas) e um conjunto de cerâmicas comum da bética. Entre este material, maioritariamente de cronologia alto imperial, assinalaram-se ainda dois fragmentos de *sigillata* clara C, um dos quais da forma Hayes 50, e cerâmica de cozinha africana das formas Hayes 23B, 197, 196. Com base no material alto imperial, partindo do princípio de que estas cerâmicas mais tardias correspondem a intrusões ou a lapsos no registo, pode propor-se uma cronologia para a construção desta estrutura situada ainda na primeira metade do séc. I.

Existem apenas três fragmentos de cerâmica provenientes da camada 3, que poderá, segundo o relatório, corresponder já a níveis de destruição e abandono das estruturas, pois refere-se que, pelo menos no compartimento SW, a camada III era (...) “amarelada, com muito estuque caído” (Maia e Maia, 1978, p. 17).

A camada 2 corresponde aos níveis de derrube e/ou remodelação das estruturas identificadas, sendo caracterizada pela existência de várias bolsas de entulhos, como já se referiu *supra*. Mais uma vez, trata-se de um conjunto em que se destacam os materiais de época alto imperial, onde importa referenciar, relativamente às cerâmicas datáveis, um conjunto significativo de *terra sigillata* sudgálica (37 fragmentos, dos quais seis pertencem à forma Drag 37; quatro à Drag. 27; três à Drag. 18/31; um à Drag. 24/25 e um à Drag. 35/36); 10 fragmentos de *terra sigillata* hispânica e apenas um de *sigillata* clara A da forma Hayes 8 A. A cerâmica de cozinha africana encontra-se igualmente bem representada neste contexto, com 24 fragmentos, que se distribuem pelas seguintes formas: Hayes 196: oito; Hayes 197: quatro; Hayes 23B: três; Hayes 23: um). Entre as ânforas, registam-se quatro bordos de Beltrán IIB e um de Dressel 20. Atendendo ao que foi exposto, este contexto parece poder datar-se dos finais do séc. I, embora a presença de cerâmica de cozinha africana possa fazer avançar esta cronologia para fases posteriores (até meados do séc. II). As observações finais que fizemos relativamente aos contextos associados à construção

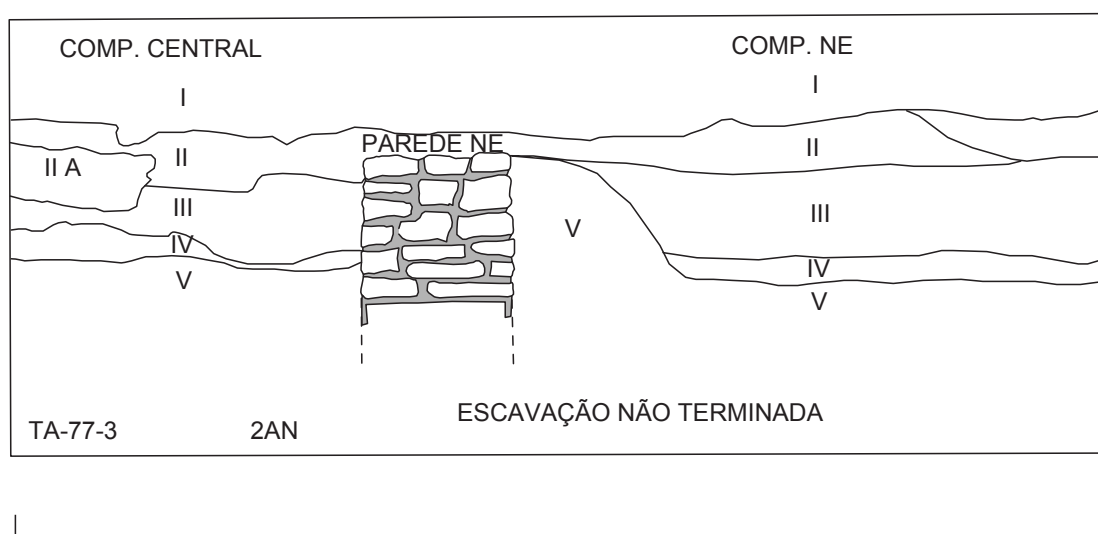


Figura 60 – Corte Norte do Q 2A do sector 3, segundo Maia e Maia (1978), adaptado.

do Mosaico do Oceano (Faro) são, em certa medida, também válidas para Balsa. Contudo, a inexistência de *sigillata* clara ou de outras cerâmicas finas de cronologia posterior aos meados do séc. II coloca estes contextos numa fase ligeiramente anterior à que se propôs para Faro. Assim sendo, estamos perante um abandono/remodelação destas estruturas numa fase relativamente antiga, em meados do séc. II.

A camada 1, que corresponde aos níveis de superfície, cobria as paredes que formavam este compartimento e incluía materiais mais tardios. Nesta camada, entre mais de 400 fragmentos inventariados, 111 pertencem a *terra sigillata*, que se distribui da seguinte forma: cinco de *sigillata* de tipo itálico (Consp. R.3.3.1, 20 e 22); 52 de *sigillata* sudgálica (6 Drag. 27; 3 Drag. 30 e Drag. 18; 2 Drag. 35/36 e Drag. 37; 1 Drag. 15/17); 14 de *sigillata* hispânica (Drag. 37 e 2 Drag. 27); um de *sigillata* hispânica tipo Peñaflor; 10 de *sigillata* clara A (3 Hayes 14/17; Hayes 27 e 33); 22 de *sigillata* clara C (2 Hayes 50 A, 2 Hayes 50B, Hayes 44 e 46); sete de *sigillata* clara D (2 Hayes 67, Hayes 59 A e 60); um de *sigillata* foceense tardia da forma Hayes 3. A cerâmica de cozinha africana encontra-se representada por 91 frags (26 Hayes 197; 26 Hayes 196; 13 Hayes 23 B; quatro Hayes 181 e um Ostia II, 314). São 10 os fragmentos de cerâmica vidrada. Perante este conjunto, parece poder propor-se que o final da ocupação deste sector terá ocorrido nos finais do séc. IV inícios do séc. V, ou mesmo os meados desse século (Hayes 67), tendo por base a cronologia das formas de *sigillata* clara D. Refira-se, no entanto, que esta área esteve sujeita a revolvimentos decorrentes dos trabalhos agrícolas, o que justifica a presença de cerâmicas vidradas, já de época medieval.

Deve recordar-se que os dados disponíveis acerca do contexto de recolha dos materiais são de difícil leitura, devendo, por isso mesmo, ser lidos com a maior prudência.

No **Quadrado 2A** foram identificadas sete camadas, de acordo com as etiquetas que acompanhavam os materiais (**Figura 61**). Neste quadrado, encontrou-se a continuação do compartimento central identificado na quadrícula anterior, aqui designado por “comp. NE” (Maia e Maia, 1978, p. 18). Neste caso, e ao contrário do que sucedeu com os materiais da quadrícula anterior, onde não foi feita a distinção dos compartimentos, neste Quadrado existe apenas a referência ao compartimento SW e o NE, para algumas camadas.

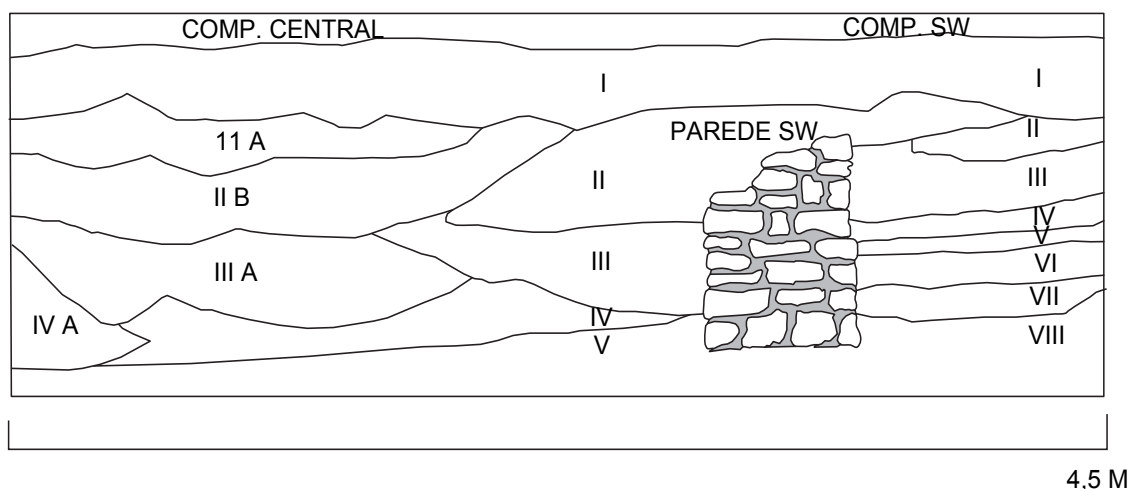


Figura 61 – Corte Sul do Q A1 do sector 3, segundo Maia e Maia (1978), adaptado.

## Tratamento das cerâmicas no Museu Nacional de Arqueologia

Depois da escavação de 1977, o espólio deu entrada na reserva do MNA, onde permaneceu por lavar e inventariar. Perante o conjunto de 80 contentores de material cerâmico que se encontrava nestas condições, tornou-se necessário tomar algumas opções, que, por um lado viabilizassem o tratamento das cerâmicas deste conjunto num período de tempo relativamente reduzido, e, por outro, não colocassem em causa os objectivos científicos a que nos tínhamos proposto. Assim, e perante a impossibilidade de proceder à lavagem da totalidade do material foi efectuada uma selecção da cerâmica retirando dos sacos todos os bordos, asas e fundos de cerâmica comum e de ânforas e a totalidade das cerâmicas ditas finas (*terra sigillata*, paredes finas e lucernas), assim como todos os fragmentos de cerâmica vidrada, actividade em que contei com a colaboração da Dra. Elisa Sousa, a quem muito agradeço. Realizou-se o desdobramento das etiquetas, e foram ainda separados dos sacos gerais as cerâmicas de construção (*tegulae* e fragmentos de pequenos tijolos de um pavimento), as tesselas, os fragmentos de placas de mármore, a fauna malacológica, os fragmentos de vidros e alguns fragmentos de metais.

Os fragmentos indeterminados, como os bojos de ânforas, cerâmica comum ou a cerâmica de construção, foram contados e voltaram para os seus sacos de origem e para contentores, que foram numerados. Existem, actualmente, nas reservas do MNA 53 contentores com estes fragmentos de cerâmica e alguns contentores com fauna mamalógica e malacológica

Todo o trabalho de lavagem, marcação e inventariação dos materiais teve uma importante componente pedagógica, uma vez que se integraram estas actividades na disciplina de Trabalho de Campo e Laboratório, contando-se com a participação de estudantes da Licenciatura em Arqueologia da Faculdade de Letras (Universidade de Lisboa). Algumas destas actividades foram igualmente integradas no Curso internacional “Learning Roman Ceramics – Hands On”, que contou com a participação de estudantes de Universidades estrangeiras. Neste caso, além das cerâmicas de Balsa, foram também tratadas as cerâmicas provenientes de Torre de Palma, sob coordenação de Maia Langley.

Segundo as indicações do Sector de Inventário do MNA, procedeu-se à atribuição de numeração própria a cada referência que as etiquetas forneciam (Viegas, 2006a, p.119-122).

Depois de classificados, os fragmentos integraram uma base de dados informatizada (Filemaker 9), tendo sido aí colocada toda a informação referente às cerâmicas. Tal como já tinha sido feito em 2001, aquando do estudo da *terra sigillata* da Alcáçova de Santarém, criaram-se layouts diferentes para a descrição de determinados aspectos da *terra sigillata* e das restantes categorias cerâmicas (Viegas, 2001). Foi ainda criado outro Layout, para permitir a correspondência entre os números de complexos atribuídos pelo Sector de Inventário do MNA e a informação patente nas etiquetas que acompanhavam os materiais.

Além destes materiais que se encontravam inéditos, o presente estudo integra ainda os restantes materiais de Balsa que constam da publicação de J. Nolen de 1994, além dos provenientes das recolhas de Estácio da Veiga. Mas é sempre aqui feita referência expressa às peças que foram anteriormente publicadas, quer de *terra sigillata* (Nolen, 1994), quer de ânforas (Fabião, 1994a).

### 2.2.2.3. Os materiais

#### 2.2.2.3.1. A cerâmica campaniense

Até ao momento, registam-se apenas duas peças de cerâmica campaniense que se encontram depositadas no Museu Nacional de Arqueologia e que foram atribuídas a *Balsa*, embora se possam colocar dúvidas quanto à sua origem. Trata-se de fragmentos de um prato do tipo Lamb. 5 (F2286-3 de Morel) e de uma taça Lamb. 3 (F7553 de Morel), datados do séc. I a. C. (Nolen, 1994, p. 63), aos quais J. Nolen atribuiu um nº de estudo, procedimento que afirma ter adoptado para as peças que eram originárias da escavação de 1977 (Nolen, 1994, p. 5). Não se trata, portanto, em princípio, de material recolhido por Estácio da Veiga, nas diversas ocasiões em que realizou trabalhos na antiga *Balsa*, no séc. XIX. Por outro lado, existe uma referência à existência de “pequenos fragmentos de cerâmica campaniense B que não permitem reconstituição da forma”, recolhidos na escavação de 1977 (Maia, 1987, p. 45). Durante os trabalhos realizados na reserva do Museu Nacional de Arqueologia, não foi possível localizar estes fragmentos.

Segundo J. Nolen, no conjunto do material de Torre de Ares objecto de publicação em 1994, as peças mais antigas foram datadas da segunda metade do séc. I a.C. Além da cerâmica campaniense, a que já se aludiu, existem ainda dois fragmentos de unguentários fusiformes de engobe negro, que possuem números de inventário compatíveis com as recolhas de Estácio da Veiga (Nolen, 1994, cr-162 e cr-163).

Quanto à cerâmica de paredes finas itálicas, ainda que possam datar-se do período republicano, é frequente a sua cronologia estender-se para épocas mais tardias, já do início do período imperial. No que se refere às ânforas, quer nas estudadas por C. Fabião, quer nas que apresentamos *infra*, não se encontram exemplares tardo republicanos.

Não é demais voltar a salientar que os sectores que foram objecto de escavação em 1977 são relativamente reduzidos, desconhecendo-se o seu contexto na topografia do que seria a antiga *Balsa*. Por outro lado, as zonas que têm sido objecto de prospecção não incluem a área mais elevada, onde se localizam as casas da Quinta de Torre de Ares, sítio que, pelas suas características, poderá eventualmente encerrar a ocupação mais antiga de *Balsa*. Existe ainda a hipótese da *Balsa* pré-romana se ter localizado sob a actual Tavira e o povoado ter-se deslocado, posteriormente, para a Quinta de Torre de Ares, como já foi afirmado (Arruda, 1999). Contudo, em Tavira, os dados disponíveis não permitem admitir uma ocupação posterior ao século III a.C.

#### 2.2.2.3.2. A terra sigillata

A *terra sigillata* de *Balsa* corresponde ao conjunto dos materiais que foram recuperados durante as escavações que tiveram lugar em 1977 na Quinta de Torre d’Ares. Parte reduzida deste material tinha sido anteriormente objecto de publicação por parte de J. Nolen (1994) (**Tabela 27**). Retomamos nestas páginas o estudo monográfico que realizámos sobre o conjunto do espólio que se encontra no Museu Nacional de Arqueologia (Viegas, 2006 a).

A *terra sigillata* de tipo itálico de *Balsa* corresponde a 7.6% do total da *terra sigillata* recuperada no sítio (**Tabela 28, Estampa 38 a 64**). De um conjunto formado por 119 fragmentos, 46 correspondem a peças pertencentes a formas lisas, que se integraram nas tipologias de referência, assinalando-se cinco fragmentos decorados, além de três marcas de oleiro, uma das quais inédita.



	NMI total	% NMI
<i>Sigillata</i> tipo itálico (TSI)	73	7.6
<i>Sigillata</i> sudgálica (TSS)	393	41.1
<i>Sigillata</i> hispânica tipo Peñaflor (TSH Peñ)	49	5.1
<i>Sigillata</i> hispânica (TSH)	80	8.3
<i>Sigillata</i> clara A (TSCIA)	116	11.8
<i>Sigillata</i> clara C (TSCIC)	90	9.7
<i>Sigillata</i> clara D (TSCID)	135	14.3
<i>Sigillata</i> Foceense (TSFoc))	9	0.9
<i>Sigillata</i> Luzente (TSLuz)	6	0.6
Deriv. <i>Sigillata</i> Paleocristã (DSP)	6	0.6
<b>Total</b>	<b>957</b>	<b>100</b>

Tabela 27 – *Balsa*. Distribuição da terra *sigillata*.  
Inclui o material anteriormente publicado por Nolen (1994).

As primeiras importações na cidade podem ter ocorrido ainda nas últimas décadas do séc. I a.C., mas intensificaram-se, sobretudo, no final do reinado de Augusto e durante o reinado de Tibério. A presença de alguns exemplares das formas Consp. 27 (nº 546 e 547) permite prolongar as importações até ao reinado de Nero ou mesmo até momentos posteriores, como sugere a marca de oleiro de L. Rasinius Pisanus (Nolen, 1994, si-16, p. 66, est. 10, fig. 20).

As primeiras importações encontram-se testemunhadas por um exemplar do prato de bordo pendente do tipo Consp. 11.1 típico dos horizontes de Dangstetten e Oberaden, assim como pela taça de bordo igualmente pendente, da forma Consp. 14.1 (nº 534), ligeiramente posterior, da primeira década do séc. I d.C. As formas mais abundantes correspondem a pratos e taças de bordo vertical, pertencentes ao serviço II de Haltern (Consp. 18, 20 e 22) (nº 535, 538 a 540 e 542). Também desta cronologia do final do reinado de Augusto e do período tiberiano, estão presentes os pratos da forma Consp. 19, com fina molduração no interior e exterior e outros de perfil mais simples, com parede baixa e convexa e ranhura no seu interior, pertencentes ao tipo Consp. 4 (nº 530 a 532), nas suas variantes datadas de um momento anterior à fundação de Haltern, o período tardo augustano. Não é fácil a distinção entre o tipo Consp 19 e 21, podendo a peça nº 541 pertencer a esta segunda forma.

A taça que pertence a este mesmo serviço, Consp. 22, é bastante comum em *Balsa*, registando 10 exemplares que se distribuem pelas diferentes fases da sua produção. Como já se referiu, e seguindo um processo idêntico ao que se observa nos pratos, a evolução desta forma vai no sentido de uma progressiva simplificação na molduração da superfície interna e externa dos bordos e paredes verticais. Este fenómeno desenvolve-se desde as variantes mais antigas, de fina molduração, datadas das últimas décadas do séc. I a.C., até atingir o reinado de Tibério, com a forma Consp. 22.6. A forma 23.1, datada de meados até ao terceiro quartel do séc. I d.C., encontra-se igualmente representada por alguns exemplares (nº 543).

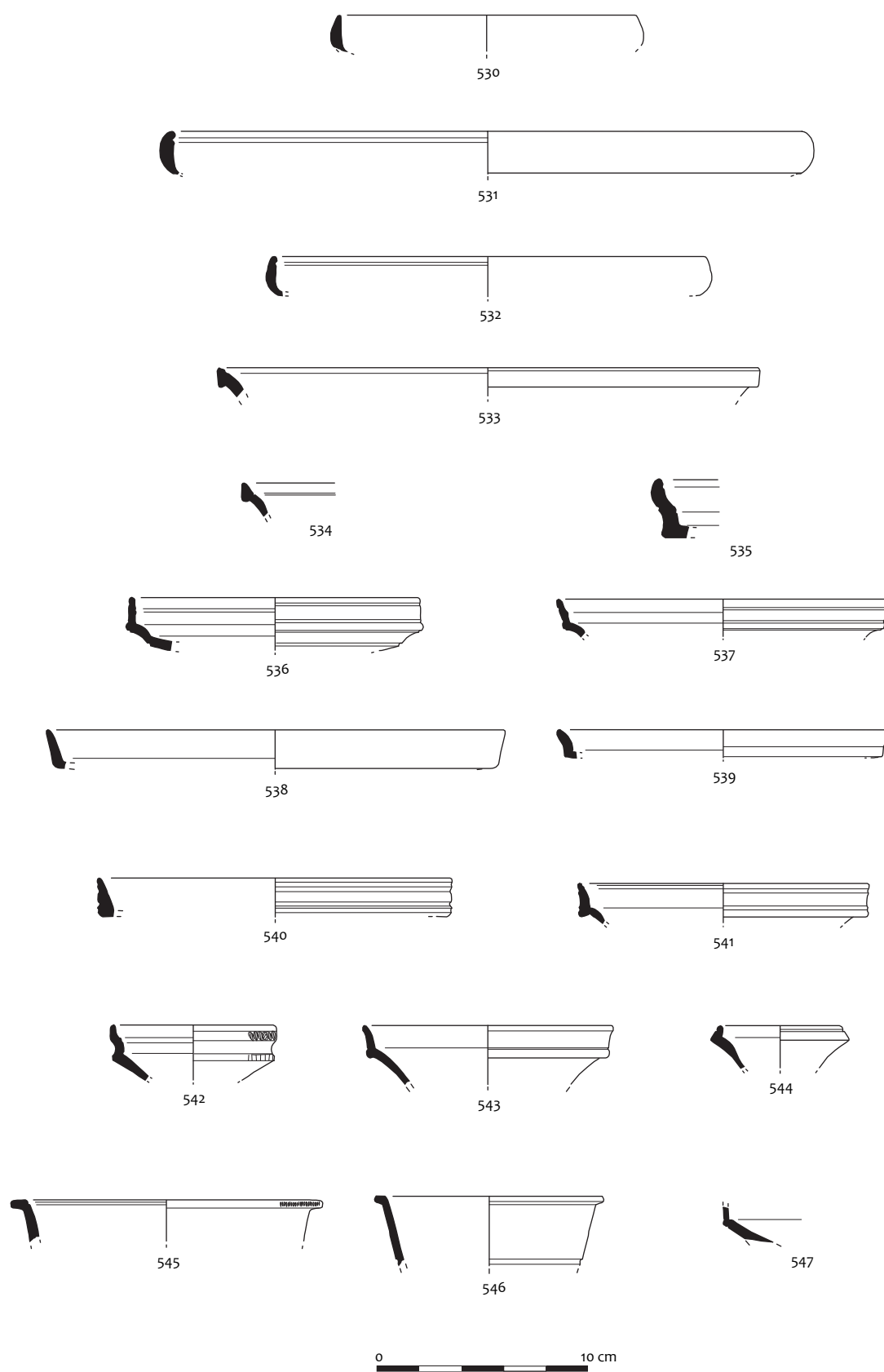
O copo Consp. 50, caracterizado por paredes pouco espessas, verticais, onde apenas se regista um ligeiro sulco horizontal na parede exterior, está também documentado entre os materiais desta fase augusto-tiberiana (nº 550).

A maior parte das formas são datadas do reinado de Tibério, mas as produções posteriores estão ainda relativamente bem representadas por tipos como a taça Consp. 27 (nº 546 e 547). Esta última, que regista cinco exemplares em *Balsa*, encontra-se datada da primeira metade do séc. I d.C. De cronologia idêntica, a forma Consp. 32, que corresponde a uma taça de parede bi-

		NMI 2004	Nolen 1994	Total NMI
Formas lisas	Consp. 4	2		2
	Consp. 4.4	2		2
	Consp. 4.5	2		2
	Consp. 6.1	1	1	2
	Consp. 11.1	1		1
	Consp. 12.2	1		1
	Consp. 12.3	-	1	1
	Consp. 12.5	-	1	1
	Consp. 14.2	1		1
	Consp. 18.2	3 (4)	3	6
	Consp. 19	2		2
	Consp. 19.2	1		1
	Consp. 20	2	1	3
	Consp. 20.1	1		1
	Consp. 20.2	1		1
	Consp. 20.3	1		1
	Consp. 20.4.3	2		2
	Consp. 20.5		1	1
	Consp. 21.3	1		1
	Consp. 22	1	1	2
	Consp. 22.1.2	1		1
	Consp. 22.2	6		6
	Consp. 22.5	1		1
	Consp. 22.6	1		1
	Consp. 23.1		2	2
	Consp. 23.2	2		2
	Consp. 24.1	1		1
	Consp. 27	2 (3)		2
	Consp. 27.1	1		1
	Consp. 27.2	1		1
	Consp. 27.2.1	1		1
	Consp. 32.2	2		2
	Consp. 33	1		1
	Consp. 50	1		1
	<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>11</b>	<b>57</b>
Formas decoradas	Consp. R 1.1.1	1		1
	Consp. R 2		1	1
	Consp. R 3.3.1	2		2
	Drag. 11- R 7.1	1		1
	Frag. decor. indet.	5	2	7
Marcas de oleiro		1	2	3

Tabela 28 – Balsa. Formas de *terra sigillata* de tipo itálico.

-convexa e bordo saliente, é habitualmente atribuída a um período que decorre entre Tibério até meados do séc. I (Conspetus, p. 108). Recuperaram-se dois exemplares desta forma, um dos quais ostenta decoração aplicada de uma dupla espiral no bordo (nº 549). Dentro deste leque de formas, cuja cronologia ultrapassa os meados do séc. I, podendo mesmo atingir os finais desse século (Conspetus, p. 110), encontra-se um exemplar da forma Consp. 33, uma taça hemisférica com uma ligeira moldura na parede exterior (nº 548).



Estampa 38 – Balsa. Terra sigillata de tipo itálico.

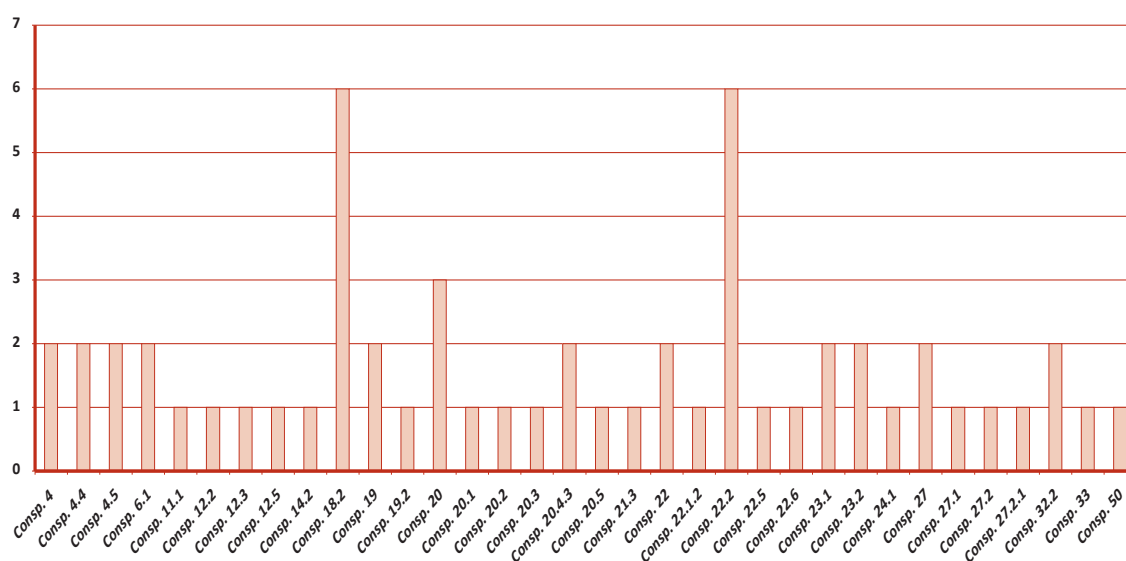


Gráfico 11 – Balsa. Distribuição das formas lisas de sigillata de tipo itálico (NMI).

São poucos os fragmentos de sigillata de tipo itálico decorados. As únicas formas que pudemos identificar correspondem ao tipo Drag. 11 (nº 554), que deve pertencer à peça anteriormente publicada por J. Nolen (Nolen, si-1, est. 10, p. 67). Da decoração desta forma, que está datada do final do reinado de Augusto, apenas se conservou a palissada de elementos verticais, idêntica à de um exemplar de Poitiers (Tilhard, 2004, nº6, est. 126, p. 410).

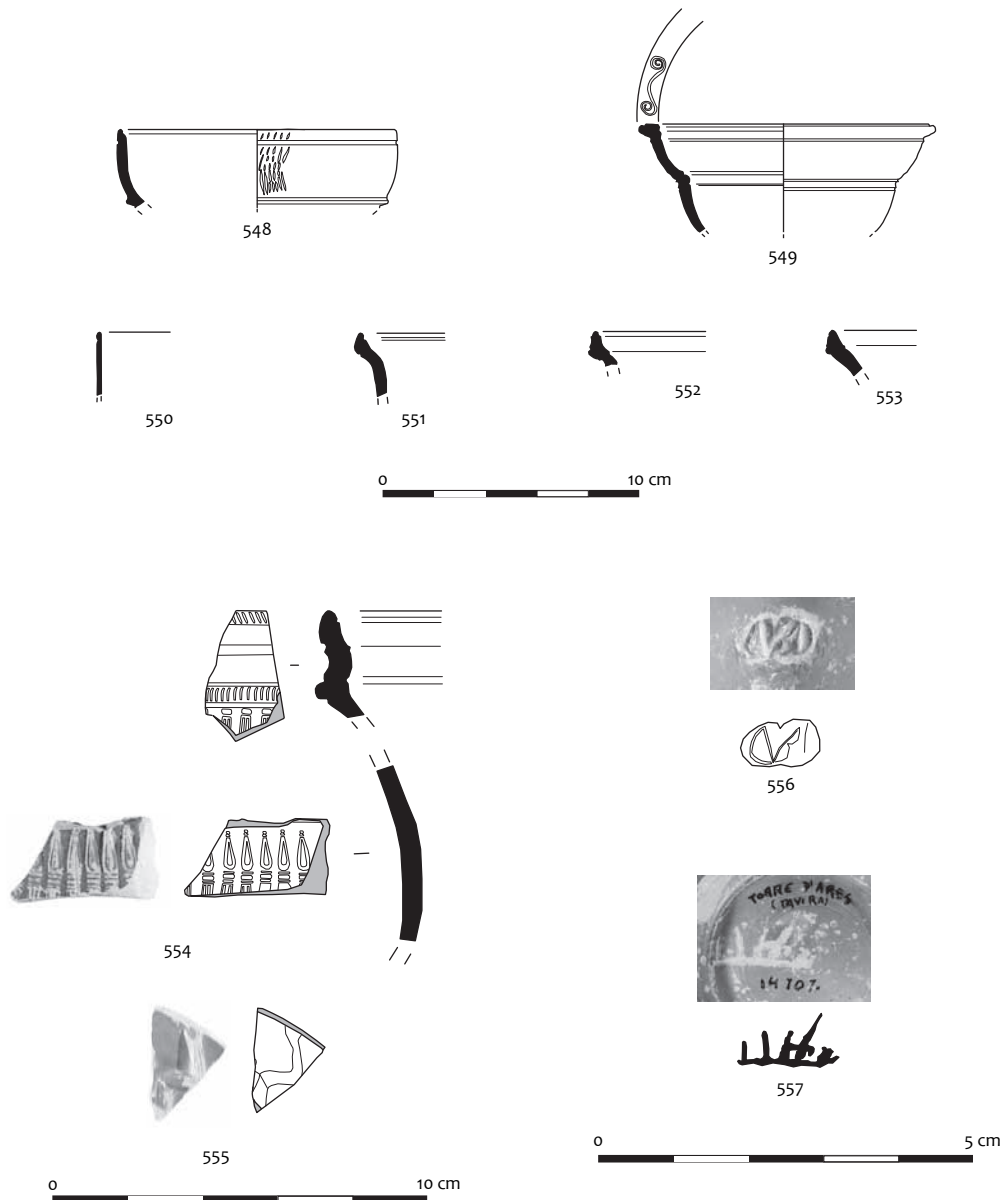
As peças nº 551 e 553 pertenceram provavelmente a um *modilus* da forma Consp. 3.3.1, obra do oleiro Perennius Tigranus (*Conspectus*, p. 170). Identifiquei o fragmento nº 552 como pertencente a um cálice Consp. 1.1.1. Entre os fragmentos decorados de forma indeterminada, encontra-se uma peça que conservou apenas o membro superior de uma figura humana, desconhecendo-se o tipo de composição em que estaria integrada.

Em Balsa existem actualmente quatro marcas de oleiro de terra sigillata de tipo itálico (**Tabela 29, Estampa 39**). Trata-se de oleiros provenientes de Arezzo e Pisa cuja produção se estende por todo o séc. I. O oleiro C. Vibienus (nº 556) (OCK 2373) produziu em Arezzo, entre o início do séc. I d.C e a década de 40 desse mesmo século, registando 193 ocorrências no *Corpus Vasorum Arretinorum*. A concentração de exemplares em Roma fez supor que pudessem ter existido duas oficinas ou talvez uma transferência de Arezzo para a área de Roma (OCK). Além de Itália, este oleiro conheceu uma distribuição por toda a bacia do Mediterrâneo, com um conjunto significativo de marcas recuperadas em diversos sítios da Tarraconense (10% das marcas), mas também para a Gália, Germânia, Britânia e para o Norte de África. Em Portugal, além de Balsa, esta marca ocorre igualmente em Castro Marim (vide, neste trabalho, o capítulo da terra sigillata de Castro Marim) e em Represas (Beja) (Lopes, 1994, nº 1640, Quadro I).

Entre o material anteriormente publicado por J. Nolen, encontra-se igualmente uma marca da oficina pisana de L. Rasinius Pisanus. Trata-se de uma única marca desse oleiro e não de duas, como anteriormente referimos (Viegas, 2007b, p. 317-340), pois verifica-se que uma delas (Nolen, 1994, si-15, p. 66, est. 10, fig. 20, nº de estudo T-13-M) corresponde ao nº 17 já publicado por M. A. F. G. Pereira sendo portanto originária de Tróia (Pereira, 1971, Estampa VII, p. 92 e 93 do vol. I e Fig. 2 do vol. 2). Esta marca tinha sido incluída entre o material de Balsa, pois encontrava-se entre o espólio desse sítio, facto que se terá ficado a dever ao processo de arrumação dos materiais no MNA, durante os anos 80 do séc. XX.

Nº Inv. MNA	Oleiro	Leitura	OCK	Origem	Forma	Local Peça	Caixilho	Crono.	Publicação
2004. 141.46	C.VIBIENVS (2)	CVIBI	2373	Arezzo	indet.	fundo	elipse Próximo de OCK 631	1-40 +	Viegas 2006, p. 26, nº 28, Estampa 2
14707	C.VIBIENVS (2)	C.VIB	2373.32	Arezzo	taça	fundo	rectangular	1-40 +	Nolen, 1994, si-14, p. 66, est. 10, fig. 20.
	L.RASINIVS PISANVS	[...]INPISANI	1690.55	Pisa	taça	fundo	em forma de crescente	50-120	Nolen, 1994, si-16, p. 66, est. 10, fig. 20.

Tabela 29 – Balsa. Marcas de oleiro de *sigillata* de tipo itálico.



Estampa 39 – Balsa. Terra sigillata de tipo itálico lisa, decorada, marcas e grafito.



O oleiro Rasinius Pisanus (OCK 1690) produziu num período compreendido entre meados do séc. I e os inícios do séc. II e a sua produção é muito vasta, a julgar pelos 484 exemplares recolhidos no *Corpus Vasorum Arretinorum* (OCK). Cerca de metade destas marcas provêm da península Itálica (Lácio e Etrúria), distribuindo-se o restante por inúmeros sítios das províncias da bacia do Mediterrâneo. Na Hispânia, esta marca é conhecida na *Tarraconensis* (Alicante, Ampúrias, Cartagena, Elche, Sagunto), registando-se um exemplar duvidoso na Bética (?). Na Lusitânia, e além de *Balsa*, este oleiro encontra-se em Tróia (Pereira, 1971, Estampa VII, p. 92 e 93 do vol. I e Fig. 2 do vol. 2; Sepúlveda, 1996)

O único grafito identificado não é romano, mas sim do período islâmico e surge no fundo externo da peça (nº 557) que possui marca do oleiro C. Vibienus. Trata-se do que parece constituir um antropónimo, onde se pode ler o nome Mohamed, em árabe cursivo, muito comum neste período. Esta proposta de leitura, ainda que se faça com as devidas reservas, não teria sido possível sem o auxílio do Dr. Álvaro Figueiredo e dos Professores Doutores Dias Farinha e José Augusto Ramos, a quem agradecemos.

A *terra sigillata sudgálica* é muito abundante em *Balsa*, somando 41.1% (NMI). Trata-se de 393 exemplares, dos quais foi possível classificar, segundo as tipologias de referência, 259 peças lisas e 119 decoradas. Deste conjunto, constam 20 marcas de oleiro, seis das quais inéditas (**Tabela 30, Gráfico 12, Estampa 39 a 55**). Em Belo, a percentagem de *terra sigillata sudgálica* é de 24.32% (Bourgeois e Mayet, 1991), em Santarém de 30.64% (Viegas, 2003) e em Conímbriga de 30% (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975).

A percentagem de *sigillata sudgálica* é superior à que se regista nestes sítios e deve ser ainda mais valorizada, pois esta cerâmica foi exportada para *Balsa* num período relativamente curto, centrado, sobretudo, nas últimas décadas do séc. I d.C.

	Forma	NMI 2004	Nolen 1994	Total NMI
Formas lisas	Ritt. 5		1	1
	Ritt. 8	2 (2)		2
	Ritt. 9	2 (2)		2
	Drag. 24/25	20 (29)	13	33
	Drag. 27	64 (108)	18	82
	Drag. 18	70 (76)	16	86
	Drag. 15/17	13 (20)	6	19
	Drag. 35/36	28 (37)	6	34
	<b>Total</b>	<b>199 (274)</b>	<b>60</b>	<b>259</b>
Formas decoradas	Drag. 11A	1 (1)		1
	Drag. 29	4 (15)	2	6
	Drag. 29 B	2 (2)		2
	Drag. 29 ou 37		3	3
	Drag. 30	4 (17)	2	6
	Drag. 37	52 (106)	37	89
	Déch. 63	9 (9)	1	10
	Herm. 7	1 (1)		1
	Herm. 37	1 (1)		1
	<b>Total</b>	<b>74 (152)</b>	<b>45</b>	<b>119</b>
Marcas de oleiro		(7)	(15)	22

Tabela 30 – *Balsa*. Formas de *terra sigillata sudgálica*.  
Entre parêntesis número máximo de indivíduos (=nmi).

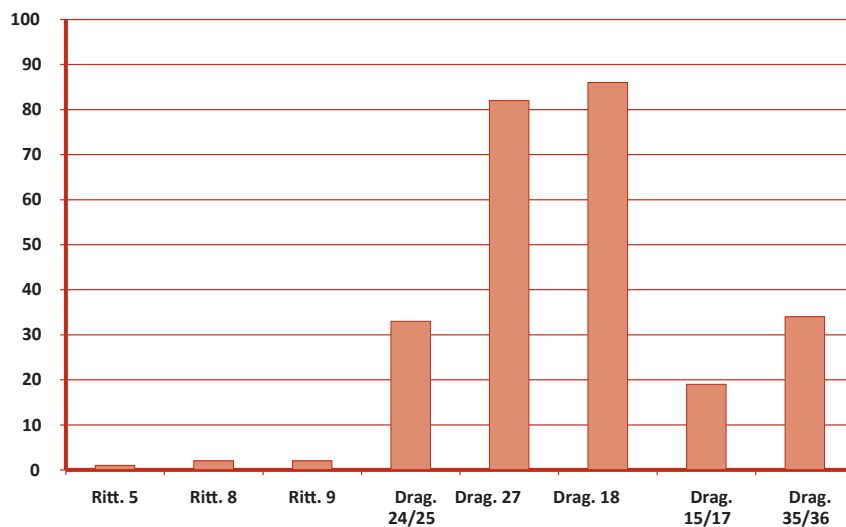


Gráfico 12 – Balsa. Distribuição das formas de terra sigillata sudgálica lisa (NMI).

A presença de formas como a Drag. 24/25 mostra que o início das importações de *sigillata* sudgálica em Balsa teve lugar em época tiberiana ou claudiana. Contudo, foi a partir da segunda metade do séc. I que se assistiu a uma intensificação destas importações, sobretudo a partir dos Flávios. A distribuição cronológica da *sigillata* de Balsa, quer das formas lisas quer das decoradas, mostra um *floruit* das importações durante o período dito de “transição” e “decadência” de La Graufesenque, segundo a periodização proposta, nos anos 70 do séc. XX, por A. Vernhet (1979, p. 18). Existem igualmente testemunhos que evidenciam que nas primeiras décadas do séc. II ainda existe *terra sigillata* sudgálica em Balsa.

Entre as formas que correspondem aos momentos iniciais das importações, destaca-se, além dos tipos Ritt. 5 e 8, a taça Drag. 24/25 (nº 558 a 560), que reúne 20 exemplares. A maior parte destas peças apresenta o característico guilhoché, e entre as peças cuja dimensão do diâmetro foi possível calcular encontram-se dois exemplares com 110 mm e com 80 mm, 100 mm e 140 mm regista-se apenas um exemplar de cada. Um único fragmento é marmoreado.

Em Balsa, tal como nos restantes sítios cuja *terra sigillata* têm sido objecto de estudo, a maior parte das formas presentes (Drag. 18, 27, 15/17) foi produzida num período cronológico muito amplo, desde as décadas de 30/40 até ao início do séc. II. A percentagem de *terra sigillata* sudgálica que se integra neste período constitui 73.4% do total. As formas que representam os chamados serviços Flávios, testemunhados pela Drag. 35/36 (nº 578 e 579), correspondem a 14.9% da *sigillata* sudgálica de Balsa.

A forma Drag. 27 (nº 573 a 577) encontra-se representada por 64 exemplares, tendo sido possível obter a dimensão do diâmetro em metade deles. A maior parte das peças (50%) apresenta uma abertura de 120 mm e as restantes distribuem-se da seguinte forma: 80 mm de diâmetro: um exemplar; 90 mm de diâmetro: três; 100 mm: quatro; 140 mm: sete; 160 mm: um. O detalhe tipológico que aproxima estas peças das suas antecessoras itálicas, e que corresponde à presença de decoração de guilhoché na parede exterior, não se encontra presente nos exemplares balsenses. O amplo espectro cronológico em que esta forma se desenvolveu leva à busca de outros detalhes tipológicos, pois perfis mais pesados são associados às fases mais tardias da produção. Infelizmente, a dimensão dos fragmentos não permitiu retirar conclusões sobre este aspecto. São quatro os fragmentos desta forma que possuem o característico verniz marmoreado, que foi produzido em La Graufesenque.

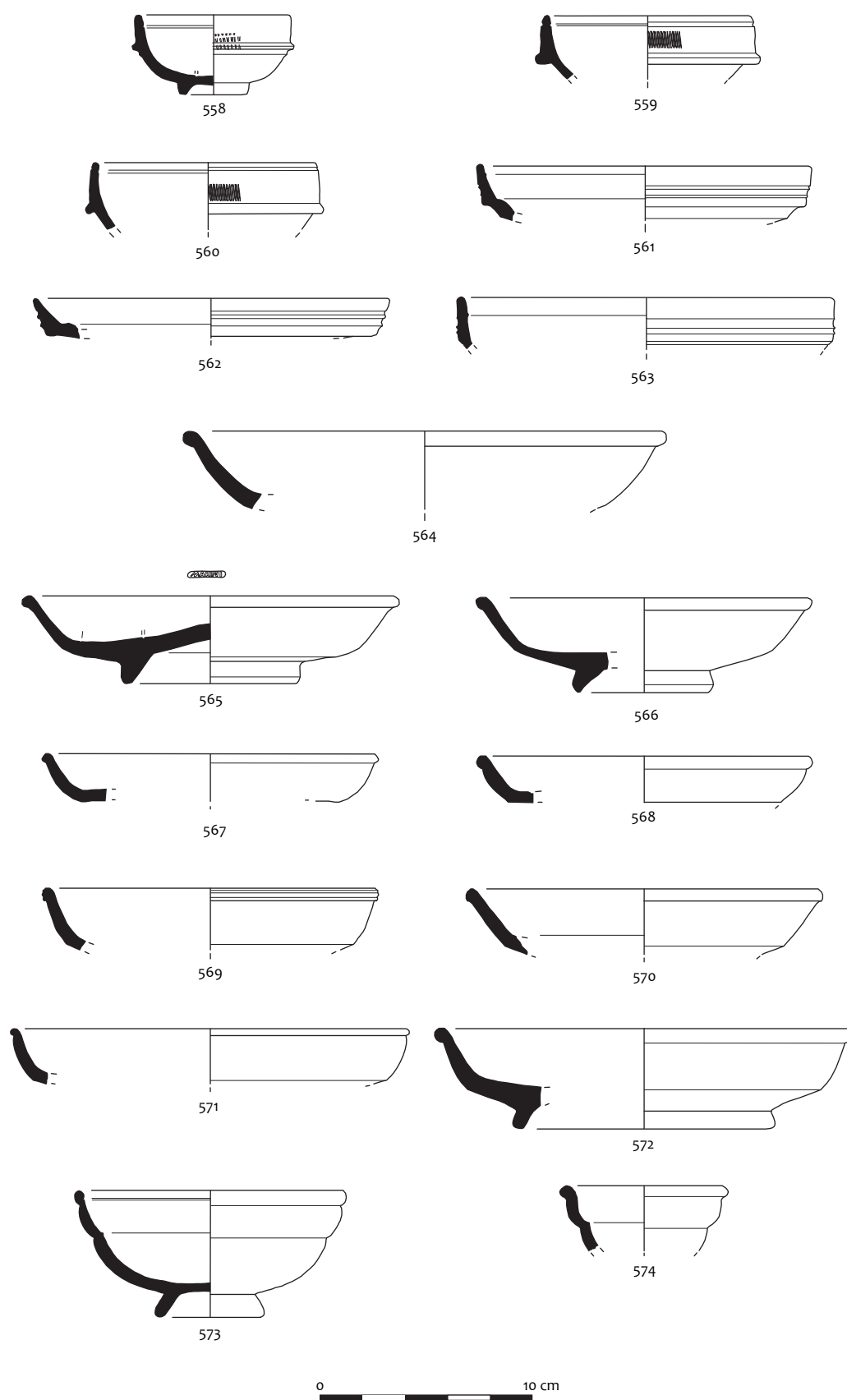
A forma mais frequente corresponde ao prato Drag. 18, a que Polak se referiu como “the best-sold form from the time of Claudius onwards” (Polak, 2000, p. 91) (nº 564 a 572), expressão verdadeira também para a Lusitânia, uma vez que esta é a forma mais comum em diversas cidades, como Conímbriga, Santarém e Miróbriga. A busca de uma maior precisão cronológica para os exemplares de Drag. 18 balsenses estaria facilitada se o número de marcas de oleiro fosse elevado. Infelizmente, tal não sucede, e apenas uma peça ostenta a marca do oleiro *Marinus*. A atenção deve dirigir-se para determinados detalhes tipológicos, mesmo que se registem diferentes opiniões nos autores que debruçaram sobre esta matéria. A propósito do conjunto de Belo, A. Bourgeois privilegiou sobretudo as características gerais dos perfis deste tipo de pratos, considerando os perfis “allure massive et lourde qu’on trouve dans la “Fosse 79” du IIe s.” (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 101). Para este prato Drag. 18, verifica-se, tal como para outras formas, que a escassez de exemplares com perfis completos não permite observações muito concludentes no que diz respeito ao aspecto mais pesado dos perfis.

Outro prato com grande sucesso em *Balsa* integra-se na forma Drag. 15/17 (nº 561 a 563), em que 37 fragmentos correspondem a 28 indivíduos. Trata-se de um prato onde se assinala fina molduração na parede exterior, registando-se a característica meia cana na ligação do bordo ao fundo. Não foi possível, uma vez mais, apontar uma cronologia mais específica dentro do longo período de produção desta forma, dado o estado fragmentário das peças. Trata-se, de qualquer forma, do modelo de Drag. 15/17 mais estandardizado, oscilando os diâmetros entre os 140 e 180 mm.

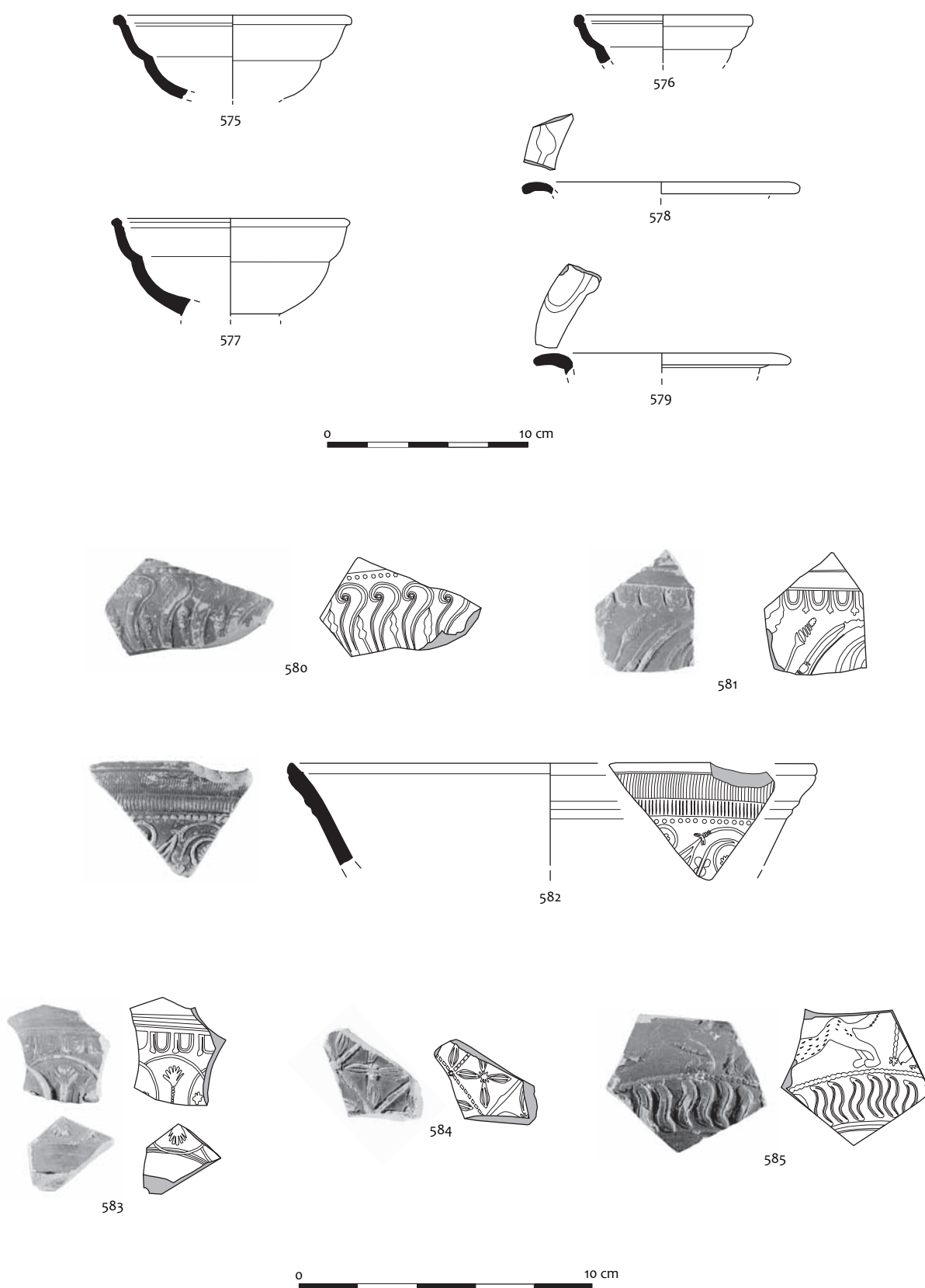
A presença e o peso relativo da forma Drag. 35/36 nos conjuntos de *terra sigillata* sudgálica conhecidos é um dado relevante que permite caracterizar diferentes perfis de importação. De facto, a forma Drag. 35/36 é habitualmente integrada nas formas resultantes da produção do período Flávio, em La Graufesenque, caracterizadas por Vernhet (1976). Em *Balsa*, esta forma encontra-se representada por uns expressivos 28 exemplares, o que parece demonstrar que as importações eram ainda significativas na segunda metade/finais do séc. I. É particularmente interessante verificar, como já se referiu, que em outros núcleos urbanos, como Conímbriga esta mesma forma se encontra representada por um reduzido número (Alarcão, Delgado e Mayet, 1978), enquanto que em Santarém se registam apenas raras peças (Viegas, 2003a). A confirmação deste volume de importações sob os Flávios também se observa nas formas decoradas e nas marcas de oleiro.

Uma das principais características do conjunto de *terra sigillata* sudgálica de *Balsa* é a elevada percentagem de fragmentos decorados, que se destacam, não só pelo seu volume, mas também pela cronologia relativamente tardia da maior parte dos exemplares. A cronologia está centrada sobretudo no período de transição e decadência e tinha sido um dos aspectos anteriormente destacados por J. Nolen, com base nos fragmentos por ela estudados (Nolen, 1994, p. 71-84). No trabalho que realizámos, verificou-se que algumas peças publicadas pela investigadora holandesa (Nolen, 1994) colam com fragmentos agora tratados e, nestes casos, completou-se a pesquisa anteriormente realizada.

Em outro local, tivemos já oportunidade de referir o faseamento das produções decoradas e sintetizar a problemática em torno do seu estudo (Viegas, 2006a, p. 33-34). Como também ficou expresso para o conjunto de Faro, a metodologia adoptada na investigação das formas e composições decoradas segue o esquema utilizado por J.-L. Tilhard para a *sigillata* sudgálica decorada de Poitiers (2004), tendo como obra de base o “*Modellsignierte Dekorationen auf sudgallischer terra sigillata*”, de A. Mees (1995), além de outros trabalhos mais recentes, e outros mais antigos e clássicos, para esta matéria (Hermet, 1934; Knorr, 1912; Oswald, 1964; Dannel, Dickinson e Vernhet, 1998, p. 69-109; Nieto e Puig, 2001; sem esquecer a base de dados online, Samian research).



Estampa 40 – Balsa. Terra sigillata sudgálica lisa.



Estampa 41 – Balsa. Terra sigillata sudgálica lisa e decorada.



Em *Balsa*, existem 371 fragmentos decorados, alguns de reduzida dimensão, o que não permitiu a atribuição a uma determinada forma de inúmeras peças (173). Como já se referiu, optou-se, por isso, por apresentar não só o NMI (Número Mínimo de Indivíduos), mas todos os fragmentos, independentemente de permitirem atribuição morfológica, ou não, utilizando para isso a contagem do número máximo de indivíduos (nmi).

A importação de *sigillata* sudgálica decorada em *Balsa* acompanhou a das formas lisas, tendo-se iniciado ainda em época Tiberiana ou Cláudia, mas foi sobretudo a partir da dinastia dos Flávios que este abastecimento adquiriu maior importância.

Relativamente às formas representadas, apenas um exemplar pertence ao cálice Drag. 11. A taça carenada do tipo Drag. 29 encontra-se identificada por seis fragmentos, correspondendo alguns destes às fases mais antigas da produção. A forma Drag. 29 começou a ser produzida ainda na fase dita de ensaio de La Graufesenque (10-20 d.C.) e terá terminado em torno a 85 d.C. (Mees, 1995, p. 55). Igualmente presente entre o material algarvio, com seis exemplares, encontra-se a taça cilíndrica Drag. 30. Trata-se de uma forma originária das oficinas de La Graufesenque e o início da sua produção data de 40 d.C., tendo sido retirada dos mercados pouco antes dos inícios do séc. II, embora este tipo tenha continuado a ser produzido em Banassac (Mees, 1995, p. 56).

Segundo A. Mees, foram apenas três os oleiros que produziram os cantis Déch. 63 entre a época Flávia e o reinado de Adriano. Esta forma é muito rara nos restantes contextos da *Lusitania*, e em *Balsa* existem dez peças enquadráveis neste tipo.

A forma decorada mais frequente corresponde à tigela hemisférica Drag. 37, que soma 89 indivíduos, tendo-se iniciado a sua produção na segunda metade do séc. I e terminado em torno às primeiras décadas do séc. II (Mees, 1995, p. 59). Algumas das tigelas Drag. 37 algarvias possuem decorações que se associam às últimas fases da produção e que mostram que, nas primeiras décadas do séc. II, *Balsa* ainda recebia *sigillata* do Sul da Gália.

Atendendo às características morfológicas, por um lado, e às composições decorativas, por outro, procurou-se propor uma cronologia para o máximo de fragmentos. Do conjunto, que inclui um total de cerca de 325 fragmentos, se excluirmos os anteriormente publicados, obteve-se datação para 59, o que corresponde a uma percentagem de 18.15% do total (**Tabela 31**). Verifica-se que é muito rara a presença de testemunhos do período de Tibério ou Tibério/Cláudio, e mesmo os que ostentam esquemas decorativos passíveis de se integrar no reinado de Cláudio e Nero não se encontram representados senão por cerca de 8% do total dos fragmentos decorados. Esta percentagem é também reduzida quando se individualizam as decorações datáveis do reinado de Nero e Vespasiano.

As produções decoradas Flávias e posteriores têm um peso esmagador neste conjunto, pois somam, em termos percentuais, cerca de 87%, o que corresponde a 51 fragmentos.

Cronologia	nmi	% nmi
Tibério e Tibério-Cláudio (14-54)	1	2
Cláudio e Nero (50-70)	5	8
Nero e Vespasiano (65/70-80/85)	2	3
Flávias (Vespasiano-Domiciano) e posteriores	51	87
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>100</b>

**Tabela 31 – *Balsa*. Distribuição cronológica da *sigillata* sudgálica decorada. (nmi=número máximo de indivíduos).**

Como já se referiu, as produções pré-Flávias, datadas do período de Tibério e de Tibério e Cláudio, são escassas em *Balsa*. Embora se trate de um reduzido fragmento de Drag. 29, julgamos que o exemplar nº 580 pertence a este período. Trata-se de uma peça cuja decoração é impossível reconstituir. Conservou-se apenas o registo inferior (ou pança) desta Drag. 29, onde ocorre o motivo da palissada de pequenos gomos que terminam em volutas, alternando com bolotas que saem de duas folhas. Uma peça idêntica foi identificada em Poitiers (Tilhard, 2004, est. 134, nº 94, p. 414), tratando-se, possivelmente, de uma obra de Albinus ii (Dannel et al., 2003, Albinus ii, Est. C 1, Nº 0023).

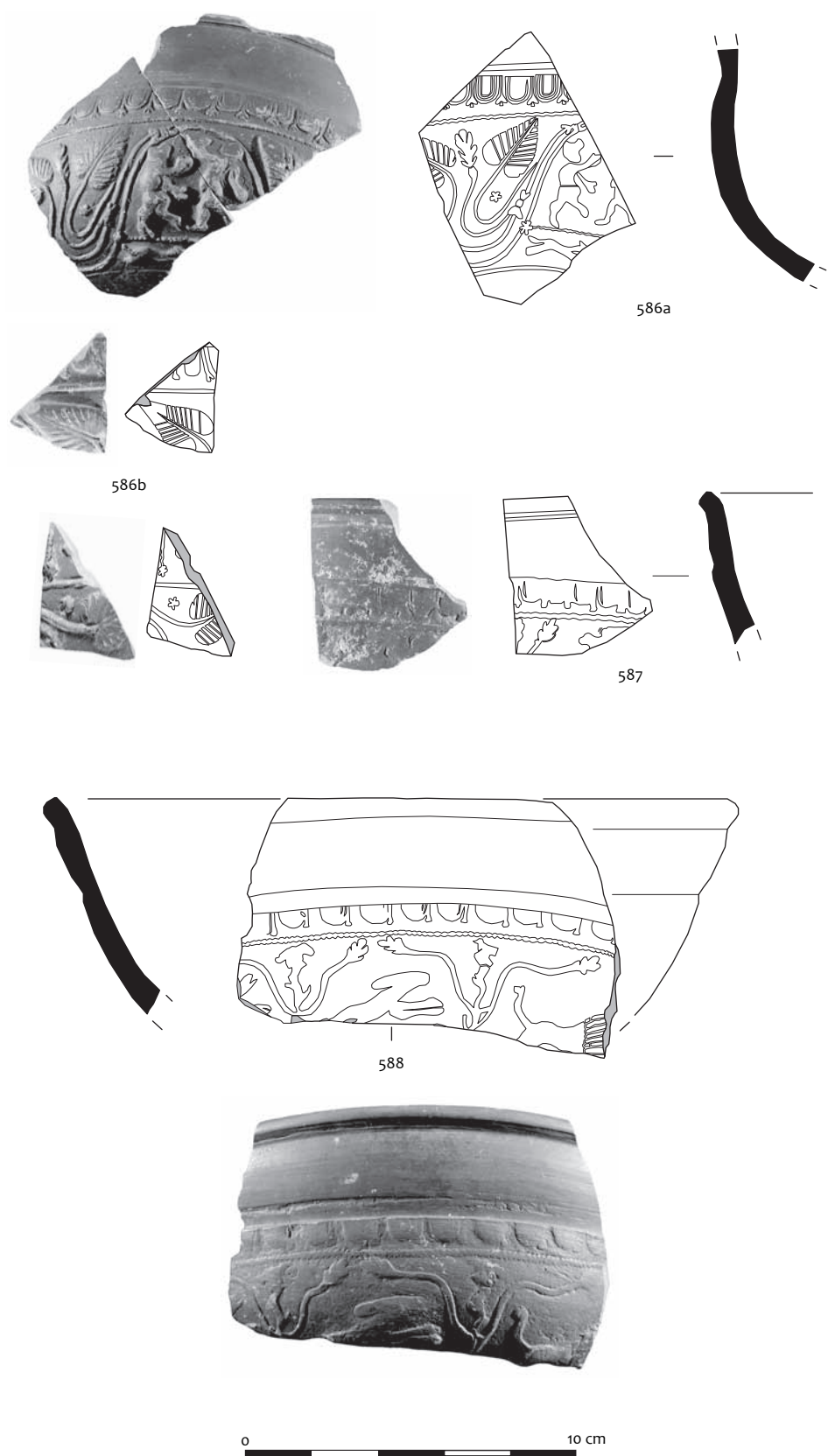
Do período de Cláudio e Nero são igualmente raras as peças. Exemplo do tipo de decorações desta fase é a Drag. 29 nº 582, que possui guilhoché fino, linha de pérolas e friso decorado com grinalda de volutas, motivo que encontra paralelo muito próximo na obra de Modestus, oleiro que terá produzido em La Graufesenque entre 50 e 70 (Mees, 1995, est. 143.1, p. 87). A mesma grinalda ondulada encontra-se também numa Drag. 30, que deve pertencer a este período, podendo integrar-se na produção de Masclus, que produziu em La Graufesenque entre 50 e 70 (Mees, 1995, p. 84) (nº 581). A forma decorada Hermet 7, cujo período de produção está centrado entre 50-70, ostenta decoração de medalhões de filetes simples entrelaçados, que incluem elementos vegetais (nº 583). É igualmente desta fase o fragmento do tipo Drag. 30, onde se observa uma decoração de losangos, que incluem pequenas flores de quatro pétalas, com botão central (nº 584).

Entre as taças decoradas Drag. 37 do período de Nero-Vespasiano (65/70-80/85), encontra-se uma peça em que dois dos fragmentos já tinham sido anteriormente publicados por J. Nolen (1994, p. 73 e 79, est. 13, ss-30), e cuja composição e esquema decorativo foi agora possível completar (nº 586 a e b). Trata-se de uma grinalda ondulada, em que a parte superior das “ondas” possui como motivo de preenchimento uma série de folhas, encontrando-se, sob os arcos, duas personagens, um fauno e um putto, e, sob estes, um canídeo. Uma composição idêntica encontra-se em Poitiers (Tilhard, 2004, est. 161, nº 378, p. 429-430), registando-se esta composição na obra de Memor, oleiro que produziu em La Graufesenque entre 75-95 (Mees, 1995, est. 125, nº 3, p. 85).

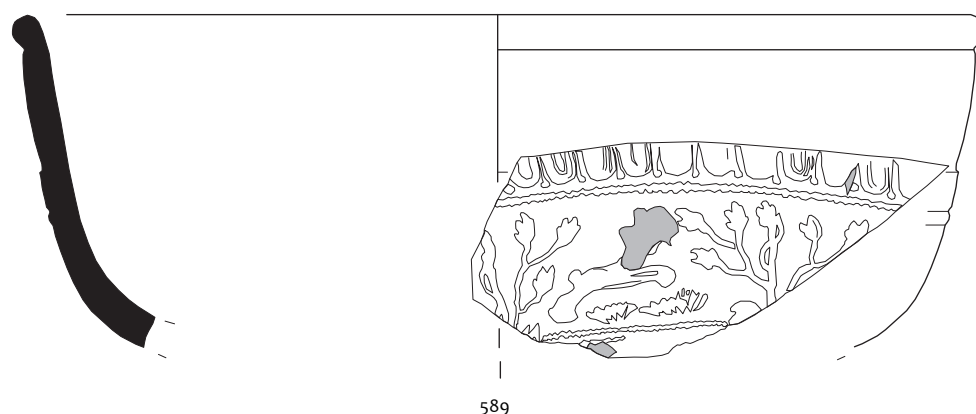
A faixa de palissada de estrigilos está igualmente representada (nº 585), constituindo um motivo que se pode integrar na obra de Vitalis, que esteve activo entre 75 e 95 (Mees, 1995, nº 1, est. 197, p. 99 e 179), ou de M. Crestio (80-110 (?)) (Mees, 1995, est. 46, nº 2, p. 74 e 139).

A esmagadora maioria da *sigillata* sudgálica decorada de *Balsa* integra-se no período Flávio (reinados de Vespasiano e Domiciano) e mesmo em época posterior. Nesta fase, o tipo Drag. 37 é maioritário, embora se registem ainda alguns exemplares da forma Drag. 29 e do cantil Déch. 63.

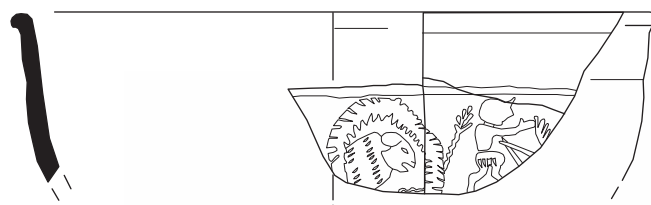
São vários os exemplares cuja decoração se pode atribuir ao oleiro Germanus III, que produziu em La Graufesenque em torno aos anos 80 do séc. I, mais concretamente entre 75 e 100 (Mees, 1995, p. 78), cronologia que J.-L. Tilhard centra entre o reinado dos Flávios e os finais do séc. I ou inícios do séc. II (2004, p. 220). O “estilo” peculiar de Germanus III caracteriza-se, entre outros elementos, pela presença de árvores estilizadas ladeadas por diversos animais, como lebres ou leões, que se deslocam no espaço, sendo que nas próprias árvores são visíveis pequenas aves, como no exemplar algarvio (nº 588). Além destas peças, regista-se igualmente um exemplar com as características árvores, e em que uma lebre (?) se desloca sobre um *flabelum* (nº 589). Não parece haver dúvidas de que a peça anteriormente publicada por J. Nolen (1994, p. 78, Est. 14, ss-29), e que agora se completa com alguns outros fragmentos (nº 590), corresponde também a obra de Germanus III, conforme a autora aliás já sugerira (Mees, 1995, nº 1, est. 77 e nº 2 est. 88, p. 78). A peça TA.2004.107.33 (não ilustrada), onde julgo ver a característica árvore que este oleiro tantas vezes representou, também se integra nesta série. A referida árvore, com o detalhe específico da pequena ave (nº 591), foi também produzida por Mercator, entre 80/90-100 (Mees, 1995, est. 133, nº 5, p. 86), e por Germanus VI, que produziu em Banassac em fase bastante mais tardia, entre 120 ou 130 até meados do séc. II (Mees, 1994, est. 231, nº 1, p. 109).



Estampa 42 – Balsa. Terra sigillata sudgálica decorada.



589



590



0 10 cm

Estampa 43 – Balsa. Terra sigillata sudgálica decorada.

Às peças descritas pode ainda juntar-se uma outra enquadrável no estilo de Germanus. Trata-se de uma Drag. 37, que tem o nº de inv. MNA 15587, e cuja referência e fotografia encontramos, em Junho de 2007, quando pesquisávamos o conjunto de fotografias de Estácio da Veiga relativas ao Museu do Algarve onde figuram materiais de *Balsa*. Esta fotografia possui, a lápis, indicação de ser originária de Torre de Ares, mas estava indicada como proveniente do Algarve no Inventário do Museu. Esta peça já tinha sido anteriormente publicada por M.L.E da V. A. dos Santos na obra “Antiguidades romanas do Algarve” como proveniente de Torre de Ares, tendo sido classificada como *terra sigillata* hispânica decorada (Santos, 1971, Fig. 89). Trata-se de mais um exemplo de uma Drag. 37 que possui o característico estilo de Germanus III, sendo possível observar uma cena livre onde figuram, além das típicas árvores estilizadas, veados e cães sobre *flabelum*.

A grinalda de três folhas, que constitui o limite inferior da decoração dos nº 592 e 594, pode atribuir-se ao oleiro Biragillus, que produziu em La Graufesenque entre 70-120 (Mees, 1995, nº 3, est. 12, p. 71). A decoração metopada, característica deste período, encontra-se igualmente representada numa peça em que um dos painéis ostenta um sátiro com uvas, na mão direita, segurando uma lebre caída, na mão esquerda (nº 593) (Mees, 1995, nº 1, est. 11)

Do reinado de Vespasiano, encontra-se a decoração de uma taça da forma Drag. 29, cujo registo superior ainda utiliza a grinalda ondulada com volutas como motivo decorativo, sendo o registo inferior formado por uma palissada de gomos (nº 595), assinalando-se uma composição idêntica na obra de Momo (Mees, 1995, p. 87, nº 2, est. 145). A peça anteriormente publicada por J. Nolen, com composição livre onde se observa uma serpente e águia, foi correctamente atribuída a Crucuro (1994, ss-39, p. 80, est. 14), e tornou-se possível completá-la com novos fragmentos (nº 596), pertencendo a esta fase.

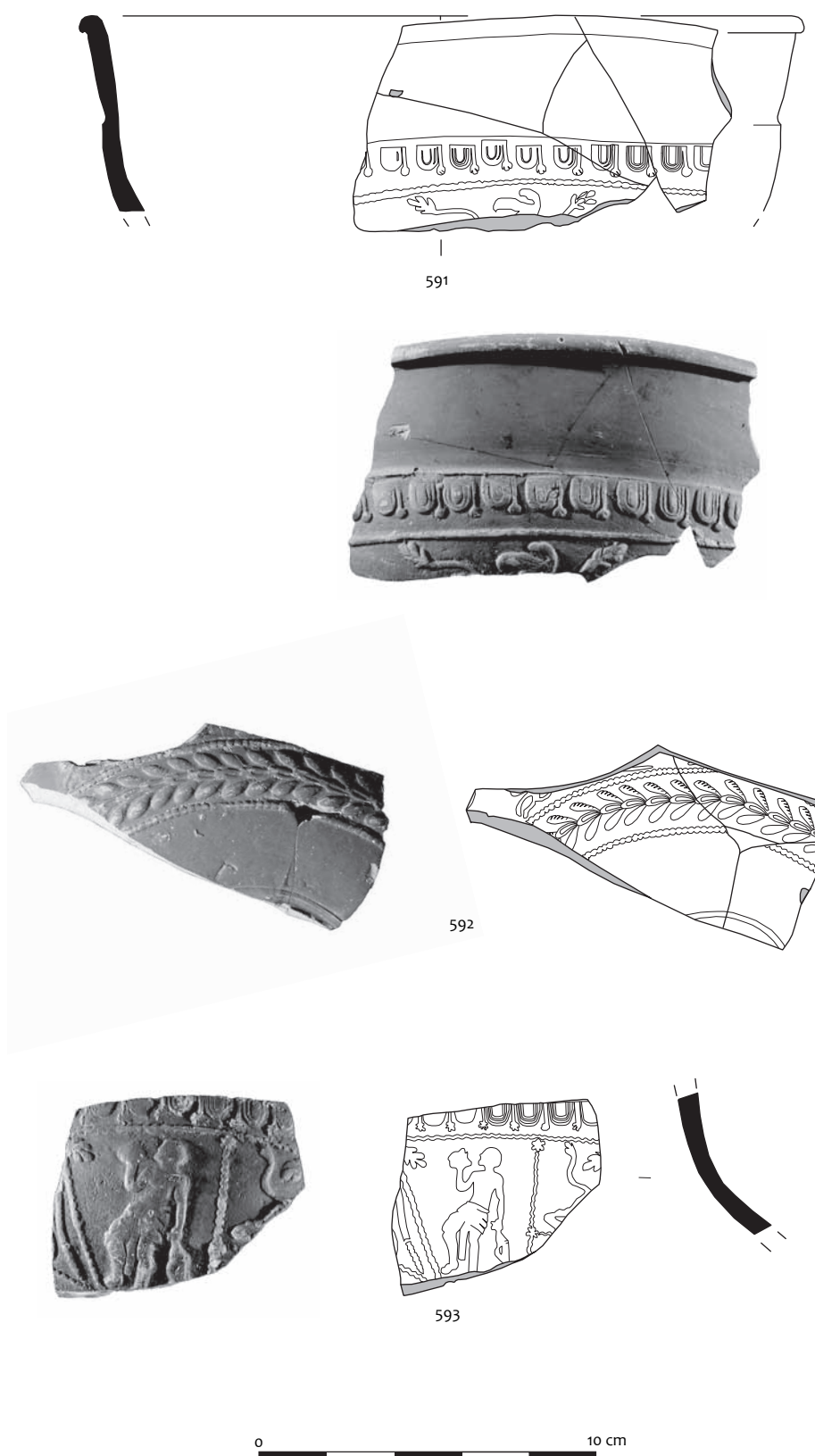
Os medalhões alternando com métopas compartimentadas (nº 597) constituem outro dos temas utilizados neste âmbito cronológico. O medalhão inclui uma personagem alada próxima dos motivos utilizados pelo oleiro C. Iulius, que laborou em La Graufesenque de 70/75 até 90/100 (Mees, 1994, est. 175, nº 1, p. 93), encontrando-se igualmente na obra de Cabiatus (Dannel et al., 2003, Cabiatus, Est. D 2, nº 2846).

A mesma composição (métopas compartimentadas e medalhões) da peça nº 598, constitui característica da produção do oleiro C. Valerius Albanus, que esteve activo em La Graufesenque entre 80 e 100 (Mees, 1995, est. 2, nº 8 e nº 10, p. 67-68). Poderá tratar-se igualmente de uma composição metopada, alternando com arcarias e cruces de Sto. André, a que está patente no reduzido fragmento de Drag. 30 (nº 599). A integração neste período apoia-se na semelhança do exemplar algarvio com um de Poitiers (Tilhard, 2004, nº 451, p. 433, est. 166 e 167). Também se integra neste período o fragmento da forma Drag. 30 com decoração constituída por arcarias formadas por grinaldas de duas folhas que alternam com elementos verticais (nº 605). Uma decoração idêntica foi produzida por Crestio, (Knorr, 1952, nº 1), que, segundo Mees, terá produzido entre 80 e 110 (1995, p. 74-75).

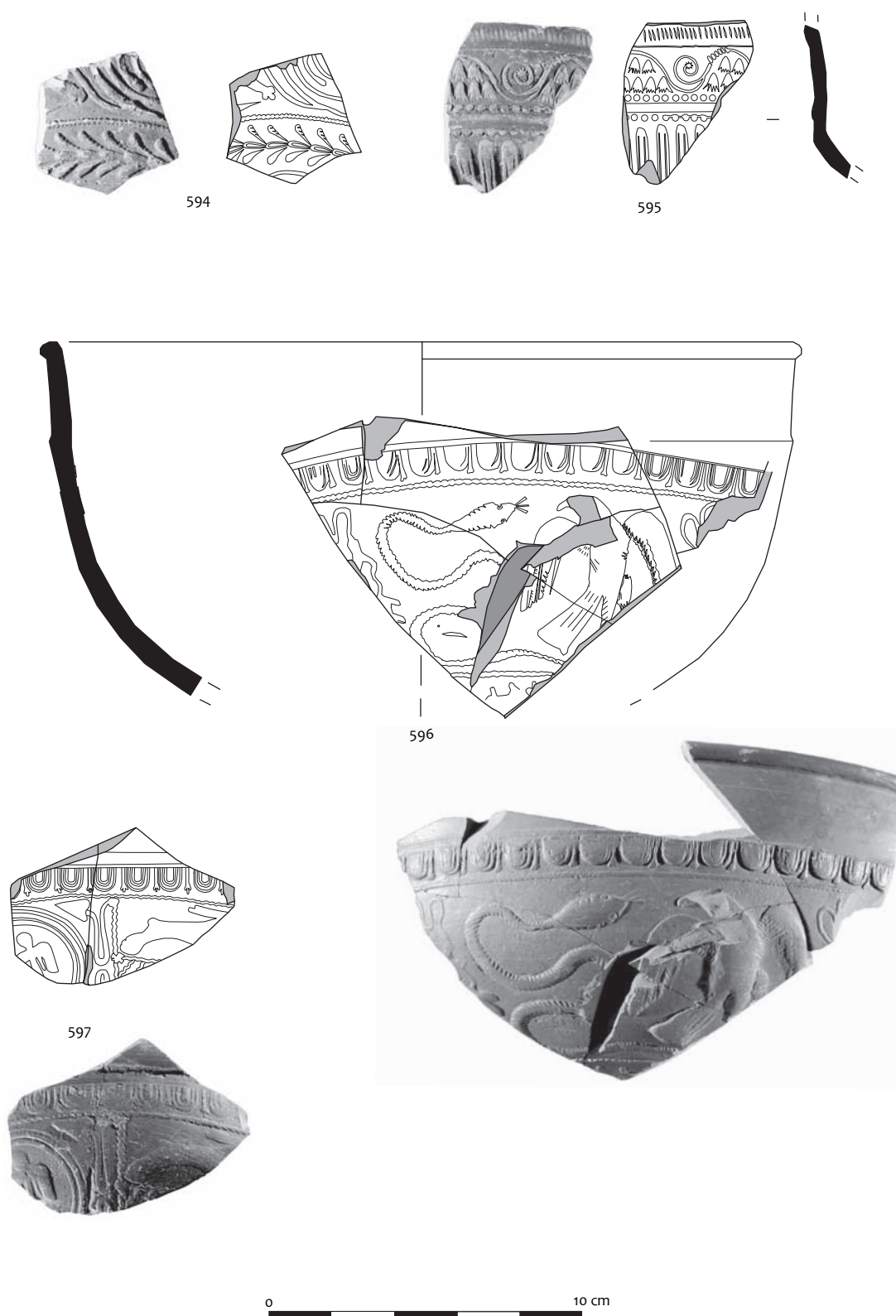
A utilização de diferentes personagens constitui outra das características da produção deste período. A figura incompleta de um gladiador (nº 600) foi utilizada por Frontinus I, no que poderá ter sido uma composição metopada (Mees, 1995, est. 65, nº 5, p. 76). Outro gladiador (nº 606) encontra um paralelo próximo na obra de Mercator (Mees, 1995, est. 134, nº 4, 7, 9, e 11, p. 86).

O motivo da linha de festões com volutas, terminando numa pequena flor, nº 601, foi também utilizado por este oleiro (Mees, 1995, est. 64, nº 4, p. 76), encontrando-se igualmente na obra de Calvus I (Dannel et al., 2003, Calvus I, Est. B1, nº 0264). O javali que integra, certamente, uma composição metopada (nº 602) pode ter sido obra de Censor, que utilizou um motivo idêntico (Mees, 1995, est. 22, nº 1, p. 73). Outra composição que conserva uma linha de festões que inclui uma ave (nº 604) pode atribuir-se a Mercator, oleiro activo anos 90 do séc. I (Mees, 1995, est. 130, nº 1, pág. 86; Tilhard, 2004, est. 168-169, nº 458, p. 433).

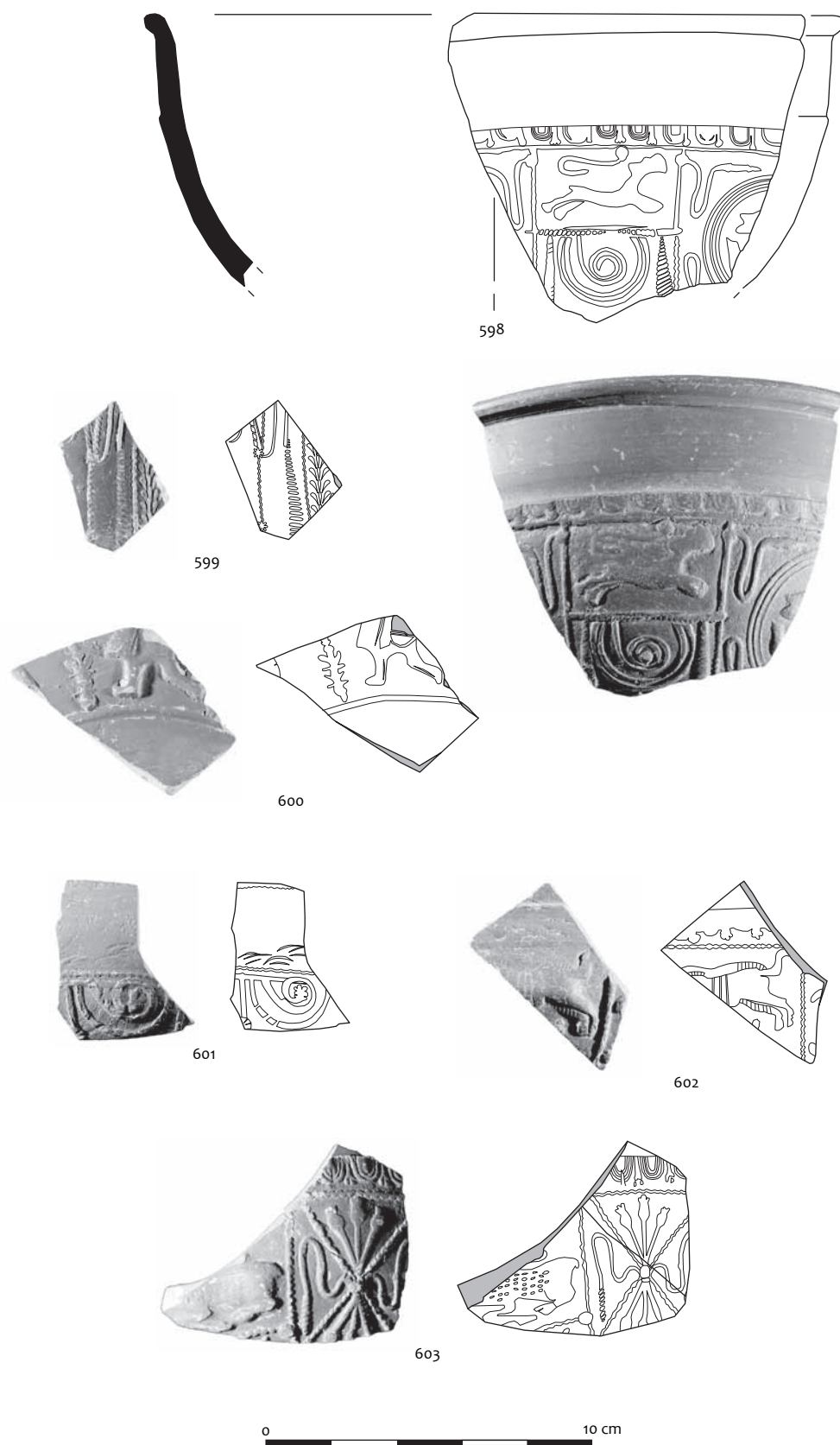




Estampa 44 – Balsa. Terra sigillata sudgálica decorada.



Estampa 45 – Balsa. Terra sigillata sudgálica decorada.



Estampa 46 – Balsa. Terra sigillata sudgálica decorada.

De outras peças que se integram nesta fase de produção, conservou-se apenas a linha de óvulos e a grinalda de três folhas que antecede uma composição impossível de reconstituir nº 607). Em Poitiers, encontra-se um exemplar idêntico que foi atribuído a este período (Tilhard, 2004, est. 168, nº 456, p. 433), o mesmo sucedendo para o motivo do “ados” nº 609 (Tilhard 2004, est. 169, nº 458, p. 433-434). O cervídeo sob composição de ornatos de folhagens (nº 608) está presente em Poitiers, embora em composição diferente (Tilhard 2004, est. 164, nº 433, e 437, p. 432 e também na est. 168, nº 456, p. 433).

A grinalda de duas folhas (nº 610) que limita a composição é idêntica à que foi produzida por Sulpicius de La Graufesenque, oleiro cuja produção se encontra datada de 90-100 (Mees, 1995, est 194, nº 4, p. 97).

O conjunto de fragmentos com composições metopadas é muito vasto, o que reforça a cronologia Flávia, e posterior, deste conjunto, sendo por vezes os fragmentos de reduzida dimensão para que se possam reconhecer os motivos incluídos nos painéis. Encontram-se nesta situação os exemplares nº 611 a 614, (TA.2004.150.10 e TA.2004.161.396 não ilustrados). No caso da peça nº 615, o motivo da cruz de Sto. André alterna com uma figura impossível de determinar (humano ?) e as mesmas cruces são encontradas em alternância com medalhões (TA.2004.142.41 não ilustrada). Em outros casos, estão presentes os painéis recortados/subdivididos (nº 616), um dos quais apresenta novamente a cruz de Sto. André, ostentando o outro a figura de um cervídeo (nº 603). As peças nº 634 e 635 possuem também uma cronologia claramente tardia, no contexto das produções do Sul da Gália, sendo indicadores desse facto a espessura da parede, a sua reduzida dimensão, assim como as composições decorativas presentes e também a fraca qualidade da moldagem dos motivos.

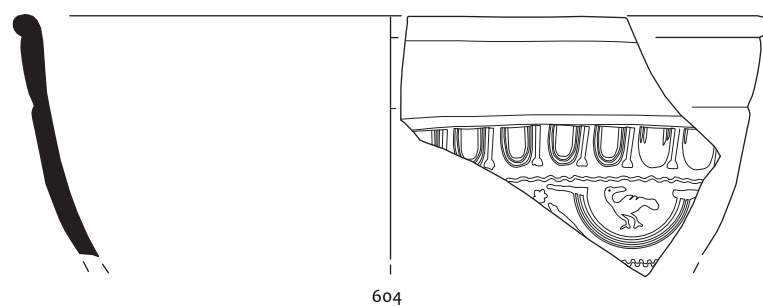
As decorações dos cantis Déch. 63 também se enquadram no âmbito das composições com métopas, datadas dos Flávios, assinalando-se linhas onduladas que limitam os painéis (nº 617 a e b, 618), a representação de parte de animais ou os membros inferiores de uma figura humana (nº 617).

A importação de *sigillata* decorada mostrava ainda algum vigor nas últimas décadas do séc. I e primeiras do século seguinte. Trata-se do período dito de decadência de La Graufesenque, no qual se assiste à introdução de diversas personagens e cenas eróticas (Vernhet, 1979, p. 18).

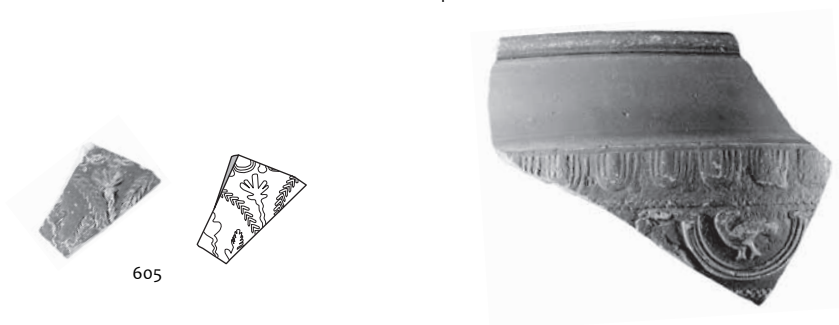
Pertencem a este período composições onde se observam, por exemplo, além das árvores estilizadas, ursos assentes nas patas traseiras e cervídeos deitados, sendo que o registo da zona inferior, formado por festões de folhagens que incluem volutas no seu interior, alterna com elementos verticais (nº 620 e 621). Esta composição, assim como alguns dos motivos utilizados, que se atribui a Masculus, oleiro que produziu em La Graufesenque entre 80 e 120 (Mees, 1995, est. 119, fig. 3, p. 85), encontra-se muito próxima do chamado “estilo” de Germanus III.

Na peça nº 622, observa-se uma composição metopada anteriormente publicada por J. Nolen (1994, ss-8, Est. 11, p. 72), e para a qual se encontrou outro fragmento que permitiu a colagem. Trata-se da representação de Diana caçadora, motivo que também foi utilizado por Masculus (Mees, 1995, est. 121, fig. 1, pág. 85). A peça Déch. 63, ornada com métopas, encontra-se na mesma situação. Segundo A. Mees, os cantis só teriam sido produzidos por decoradores como Fuscus, Germanus e Quintus (1995, p. 57). Por seu turno, J. Nolen tinha chamado a atenção para o estilo do gladiador, aí representado poder ser da época de Vespasiano (Nolen 1994, p. 76). O limite de uma composição metopada numa Drag. 37 (nº 623) poderá também ter sido produzido pelo oleiro Masculus (Mees, 1995, est. 121, fig. 1, p. 85).

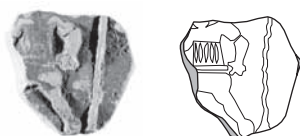
Uma grinalda bifoliada, idêntica à da peça nº 624, foi produzida por M. Crestio, que laborou na Graufesenque, entre 80 e 120 (Mees, 1995, est. 49, nº 1, p. 74).



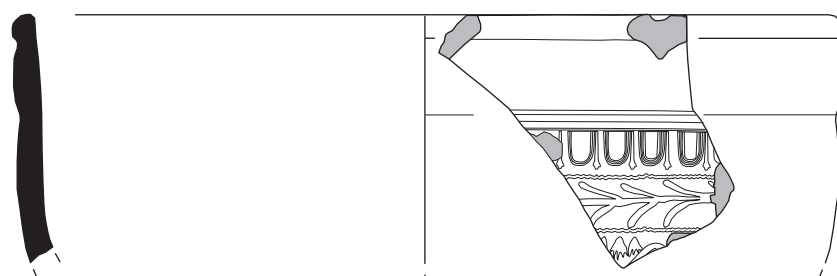
604



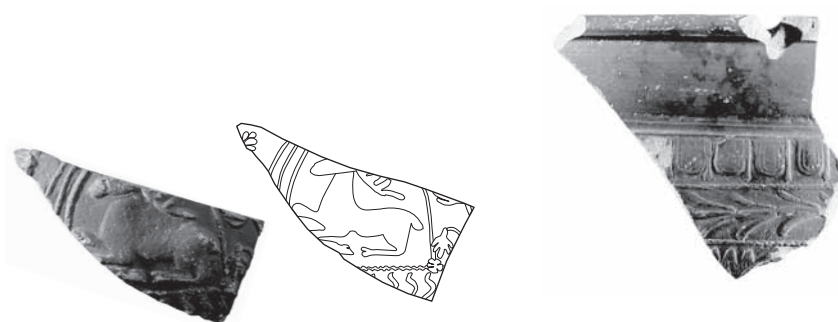
605



606



607

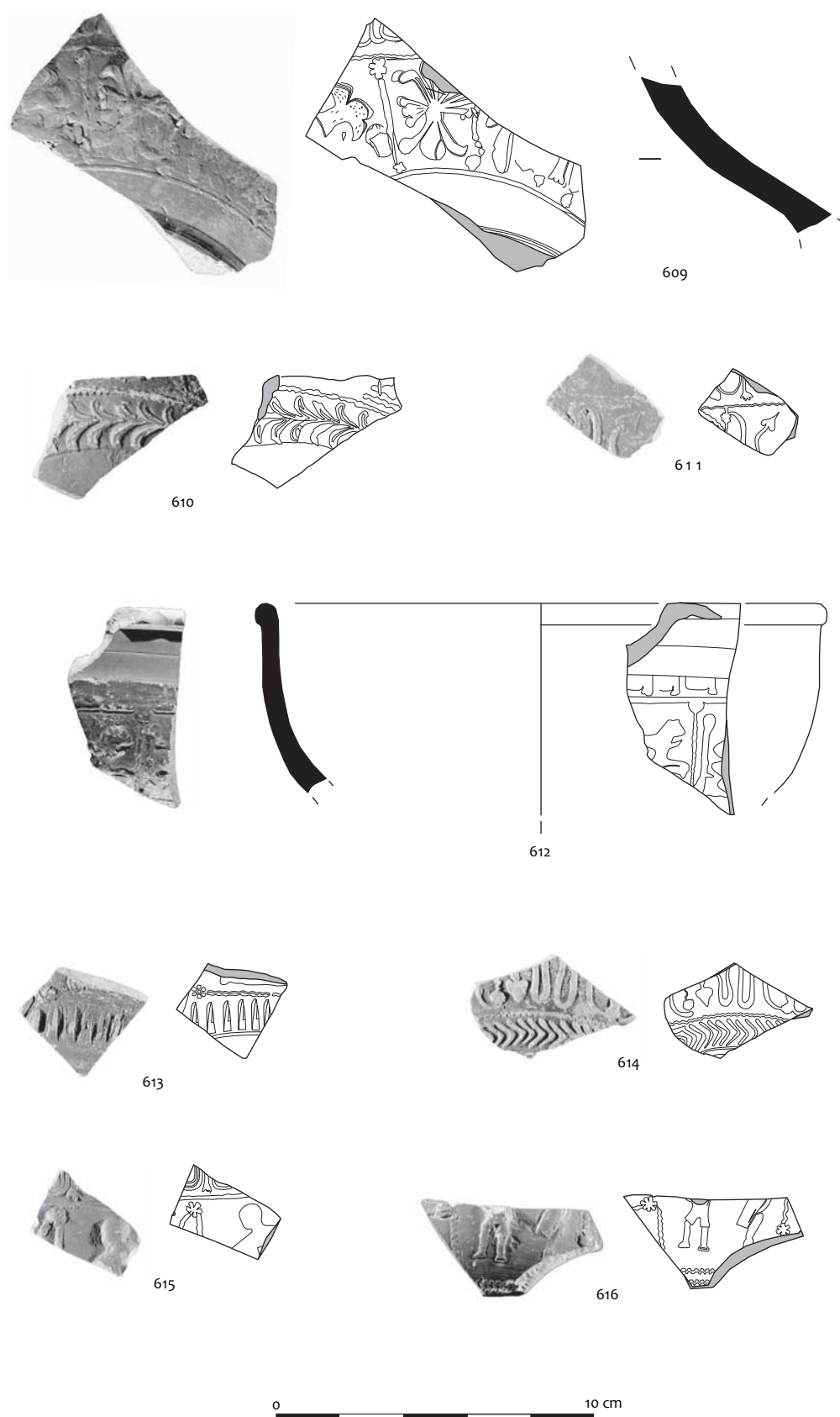


608

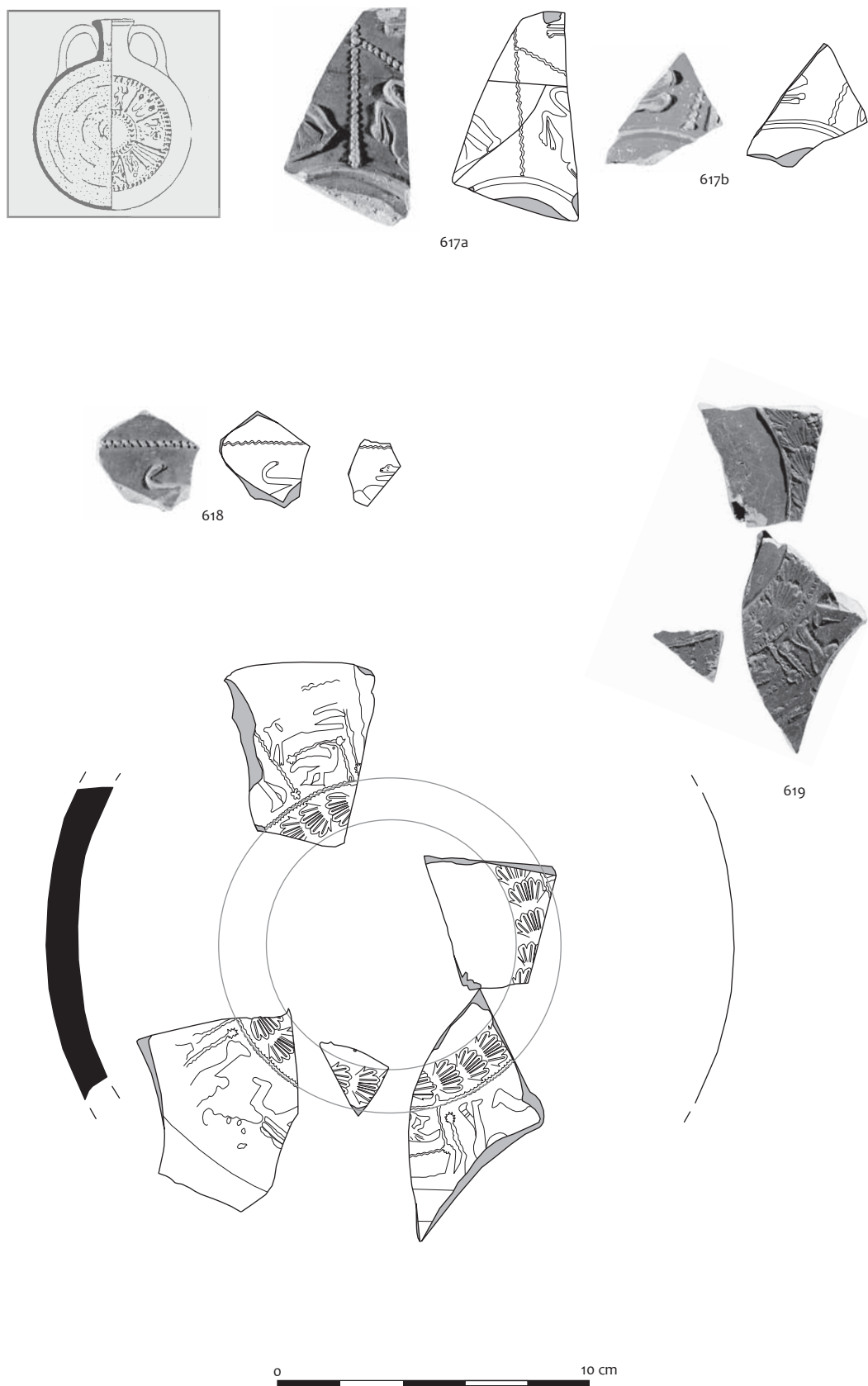
0 10 cm

Estampa 47 – Balsa. Terra sigillata sudgálica decorada.

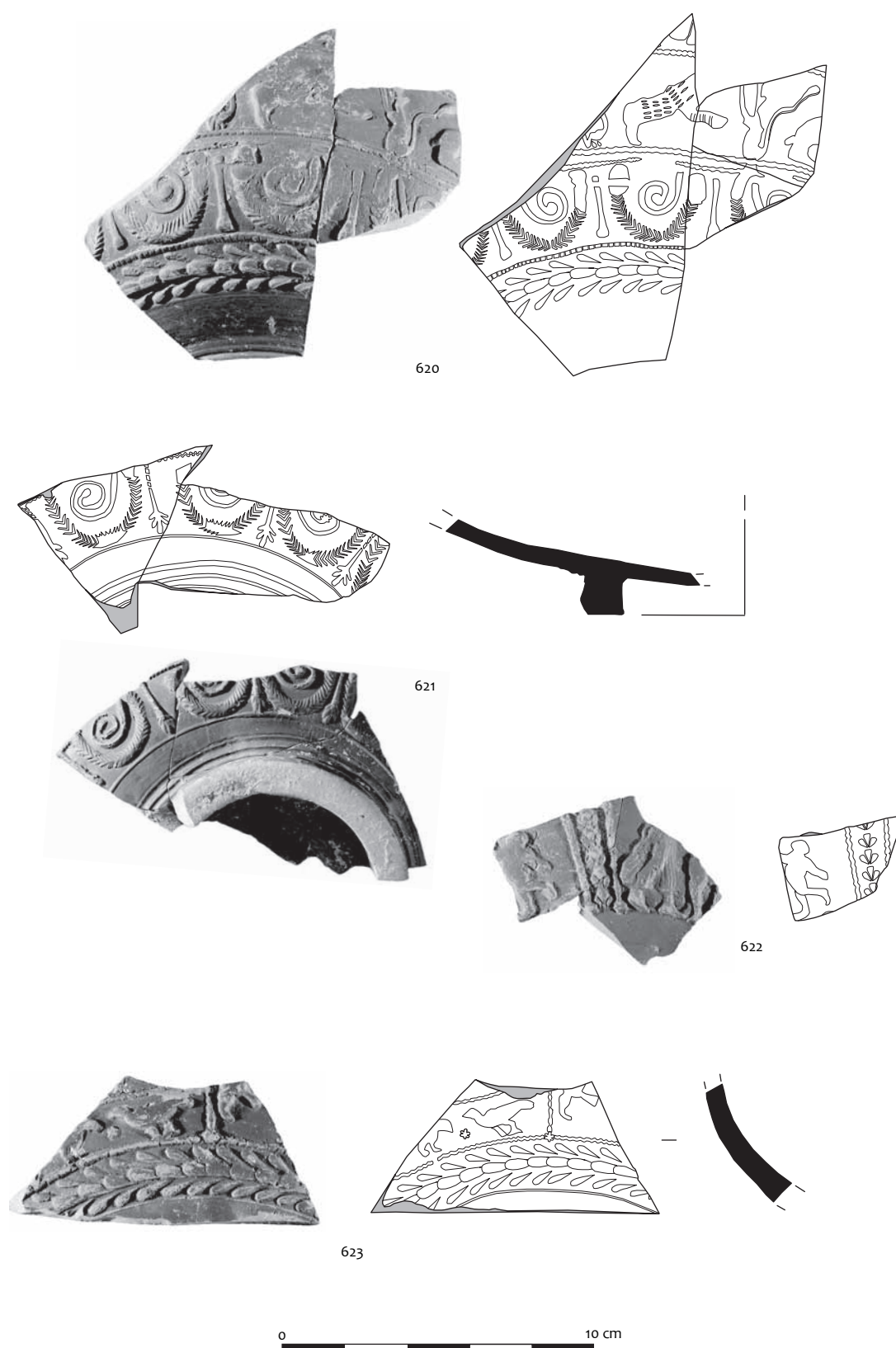




Estampa 48 – Balsa. Terra sigillata sudgálica decorada.



Estampa 49 – Balsa. Terra sigillata sudgálica decorada.



Estampa 50 – Balsa. Terra sigillata sudgálica decorada.

O motivo do *putto* representado no fragmento nº 626 foi usado por diversos oleiros deste período. Um cupido idêntico foi utilizado por Cnobiús, oleiro cuja produção se encontra datada de 80-110 (Mees, 1995, 19, nº 12 a 15, p. 74), sendo uma figura também do agrado de Germanus V e VI de Banassac, com cronologia mais tardia (Mees, 1995, est. 228.2 e est 229. 1, 4 e 5, p. 109; est. 230. 1). Outro cupido com estas características fora anteriormente identificado e publicado por J. Nolen (Nolen, 1994, est. 14, ss-29, p. 73 e 79).

Outras personagens, como a Vitória alada, são relativamente comuns neste período. Este motivo encontra-se em dois fragmentos (nº 627 e 628), sendo possível que se trate de obras do oleiro Calvinus (Mees, 1995, est. 18, fig. 2, p. 72), mas pode ser igualmente de Masculus (Mees, 1995, est. 120, fig. 2, p. 85).

A grinalda ondulada presente na peça nº 629, embora com motivos de preenchimento diferente, pode ter sido produzida por Sabinus II, oleiro da fase final da produção de La Graufesenque, datado de 90/100-120 (Mees, 1994, est. 176.2, p. 93).

Embora se possa afirmar que há um menor volume de importações sudgálicas nos inícios do séc. II, existem testemunhos que mostram que quando a cidade se abastecia nos mercados de Trício e Andújar, na Hispânia, ou mesmo no norte de África, os produtos do Sul da Gália eram ainda uma realidade em *Balsa*.

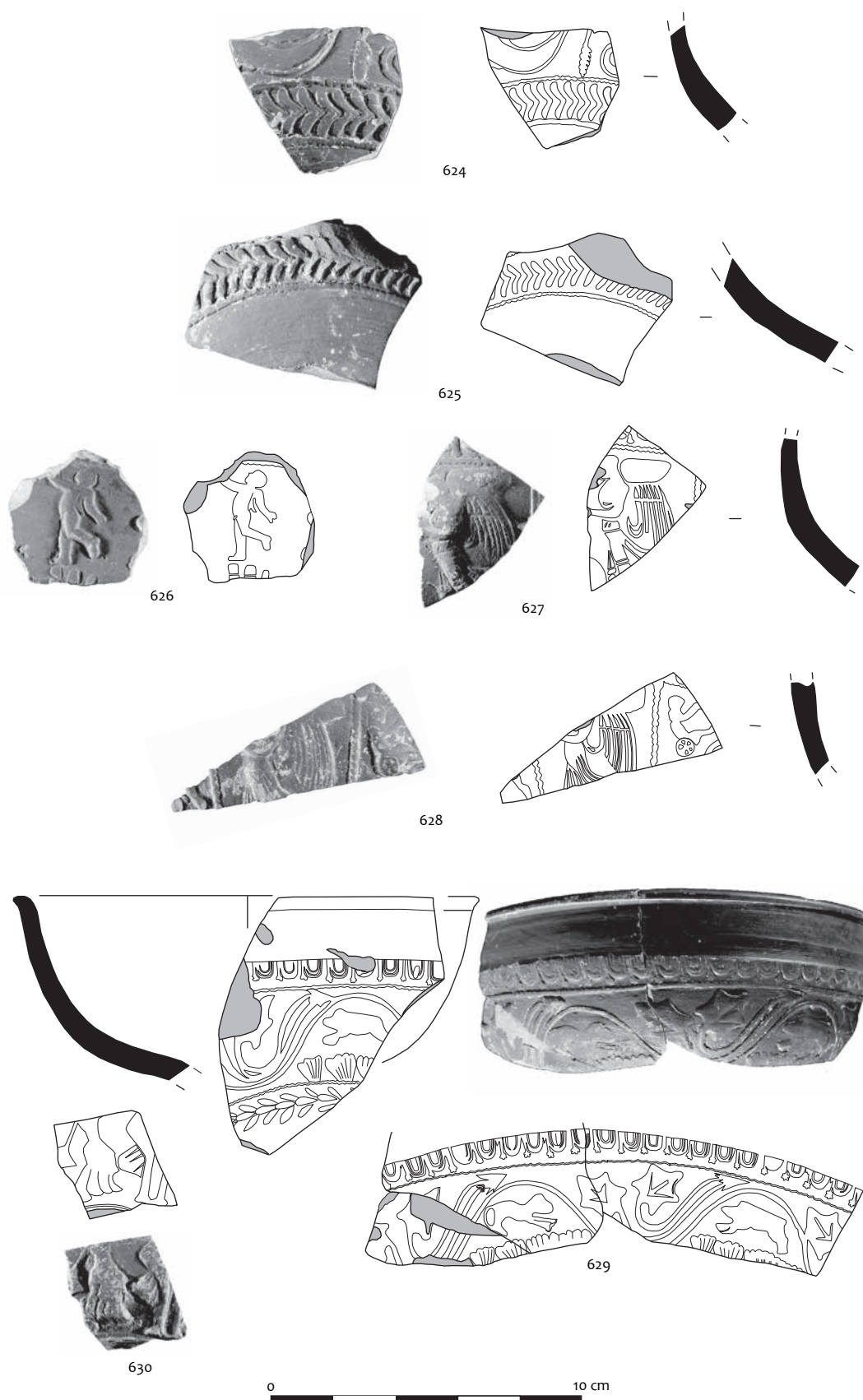
A cena erótica da peça nº 631 encontra paralelos na obra de diversos oleiros de La Graufesenque, como Amandus, que estava activo entre os anos de 115/120-130 (Mees, 1995, est. 6, fig. 2, p. 68), ou no oleiro cuja marca é uma roseta (Rosette), com cronologia entre 100 e 130 (Mees, 1995, est. 211, fig. 2, p. 100), ou ainda no oleiro que assina os seus vasos com SER (Mees, 1995, est. 233, nº 5, p. 110). O mesmo motivo terá sido igualmente utilizado por Germanus VII em Banassac, outro importante centro produtor do grupo de La Graufesenque (Mees, 1995, est. 232.1, p. 110). A figura do sátiro está também presente em outro fragmento, a peça nº 630. A grinalda trifoliada que delimita uma composição que se perdeu (nº 633) pode atribuir-se a Amandus, que decorou as suas peças entre 115/120-130.

Como se procurou mostrar, as produções dos finais do séc. I têm um peso muito significativo no conjunto da *sigillata* sudgálica decorada de *Balsa*. Verifica-se ainda que a quase totalidade das peças terá tido a sua origem em La Graufesenque, sendo difícil confirmar a presença de peças provenientes de Banassac, uma vez que na fase final da produção de La Graufesenque existem oleiros de Banassac a utilizarem os mesmos motivos.

O estudo das peças marmoreadas tem vindo a conhecer novos desenvolvimentos, no quadro das pesquisas recentes sobre a produção de La Graufesenque (Genin, 2006). Em *Balsa*, regista-se a presença de 27 fragmentos desta produção específica (Tabela 32), que se distribuem por um leque de formas lisas mais reduzido do que aquele que assinalámos em Faro e Castro Marim. Estão representadas as taças Drag. 24/25 e 27 e o prato Drag. 15/17. Incluíram-se também, nesta Tabela 32 um conjunto de outros cinco fragmentos marmoreados. Correspondem a peças identificadas, já no início de 2008, como pertencentes a *Balsa*, possivelmente das recolhas antigas de Estácio da Veiga. Trata-se de três peças (NMI) correspondentes aos bordos das formas lisas Ritt. 9 e Drag. 35/36, um fragmento de bordo e outro de parede de Drag. 37 decorada, além de um fragmento indeterminado.

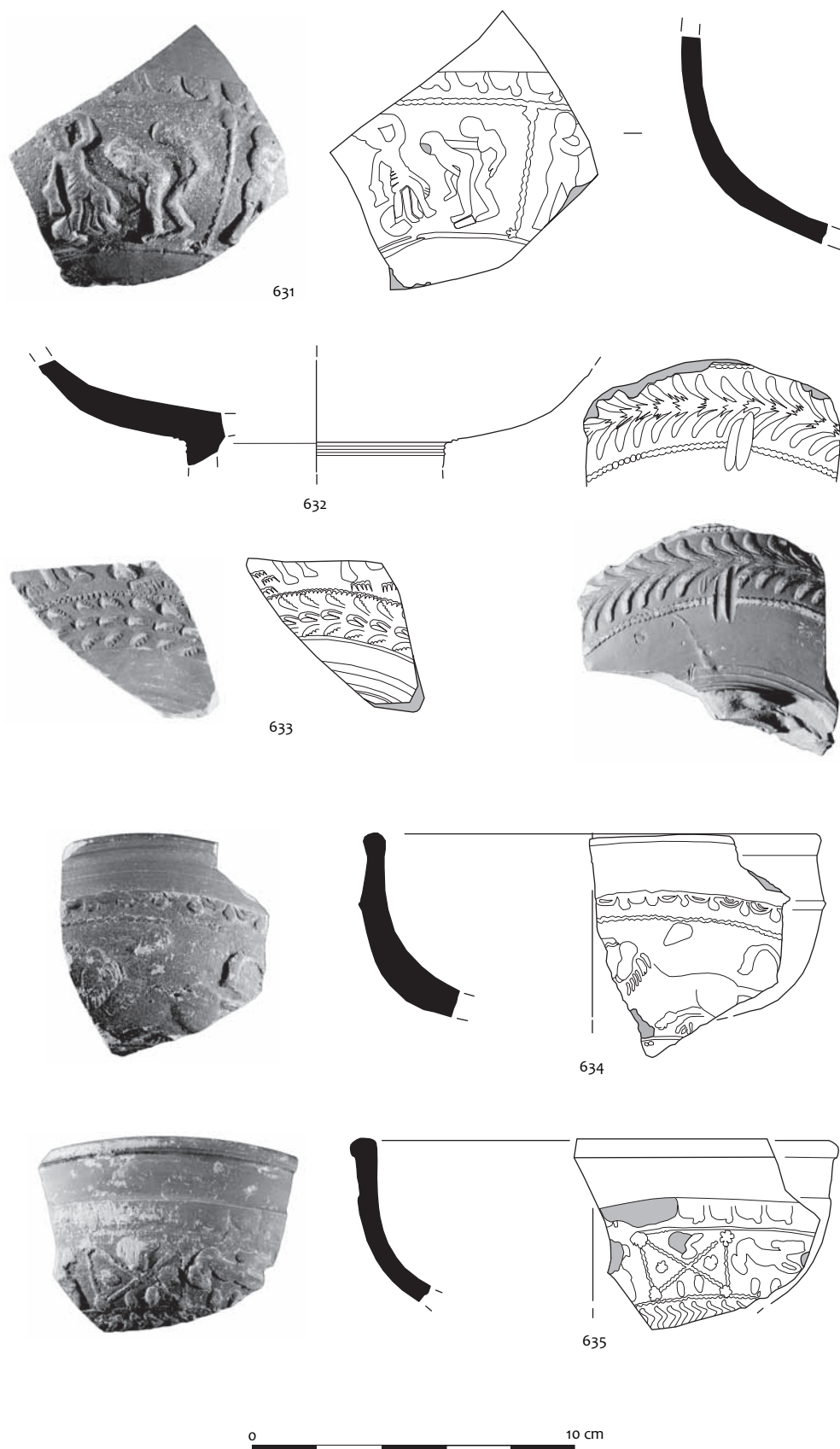
	Nº Frgs	NMI
Ritt. 9	1	1
Drag 24/25	1	
Drag. 27	2	2
Drag. 15/17	2	2
Drag. 35/36	1	1
Drag. 37	2	1
Indet. Lisas	18	
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>7</b>

Tabela 32 – *Balsa*. Formas de terra *sigillata* sudgálica marmoreada.

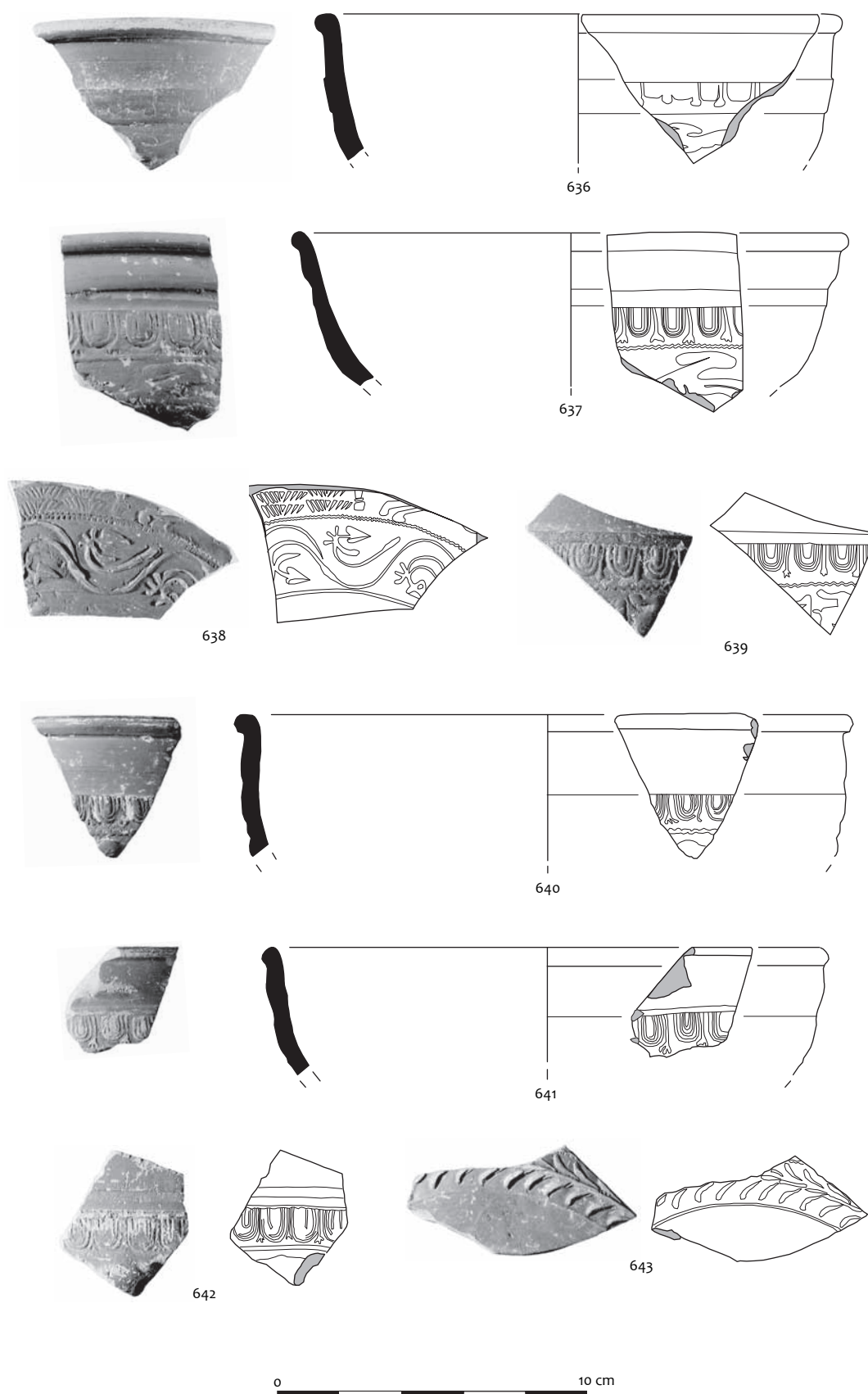


Estampa 51 – Balsa. Terra sigillata sudgálica decorada.





Estampa 52 – Balsa. Terra sigillata sudgálica decorada.



Estampa 53 – Balsa. Terra sigillata sudgálica decorada.

Outro elemento essencial para o reconhecimento da distribuição cronológica e do padrão de importação da *sigillata* sudgálica baseia-se no estudo das marcas de oleiro. Para tal, e além das marcas de oleiro que se reconheceram mais recentemente, teve-se igualmente em consideração as anteriormente publicadas (Nolen, 1994, p. 75 e 82-84, est. 16, fig. 20), cuja informação foi actualizada com base nas informações que Polak obteve em Vechten (2000) (**Tabela 33**).

No que se refere aos dados mais recentes, reconheceu-se um total de 15 marcas, das quais apenas foi possível obter leitura para sete. As marcas ilegíveis correspondem a exemplares muito fragmentados, ou a marcas cujos caracteres não se encontravam suficientemente nítidos. Trata-se também, em muitos dos casos, de fragmentos onde apenas se conservaram as letras OF de “*officina*”, ou mesmo apenas o canto do caixilho.

O oleiro Marini de La Graufesenque, cuja marca se encontra no fundo interno de um prato da forma Drag. 18 (nº **649**), encontra-se entre o material de Vechten, estando datado de 80-110 (Polak, 2000, p. 260). Trata-se de um oleiro que não parece ter tido uma grande difusão na Península Ibérica.

A marca onde se pode ler ONICI, com N retrógrado, pertence, muito provavelmente, ao oleiro Niger (nº **650**). Esta classificação baseia-se no facto de este oleiro, que produziu em La Graufesenque entre 50 e 70 (Polak, 2000, p. 280-281), ter utilizado por diversas vezes a sigla NIG. A julgar pela listagem de Beltrán (1990, p. 94), este oleiro encontra-se relativamente bem representado na Península Ibérica, constituindo a peça de *Balsa* um dos raros exemplares de cronologia mais antiga.

A marca OF PAT (nº **651**) pertence certamente ao oleiro Patricius de La Graufesenque, que produziu entre 75 e 100 (Polak, 2000, p. 285). A sua produção está atestada em diversos locais da Península Ibérica e, especificamente, da Lusitânia (Beltrán, 1990, p. 94).

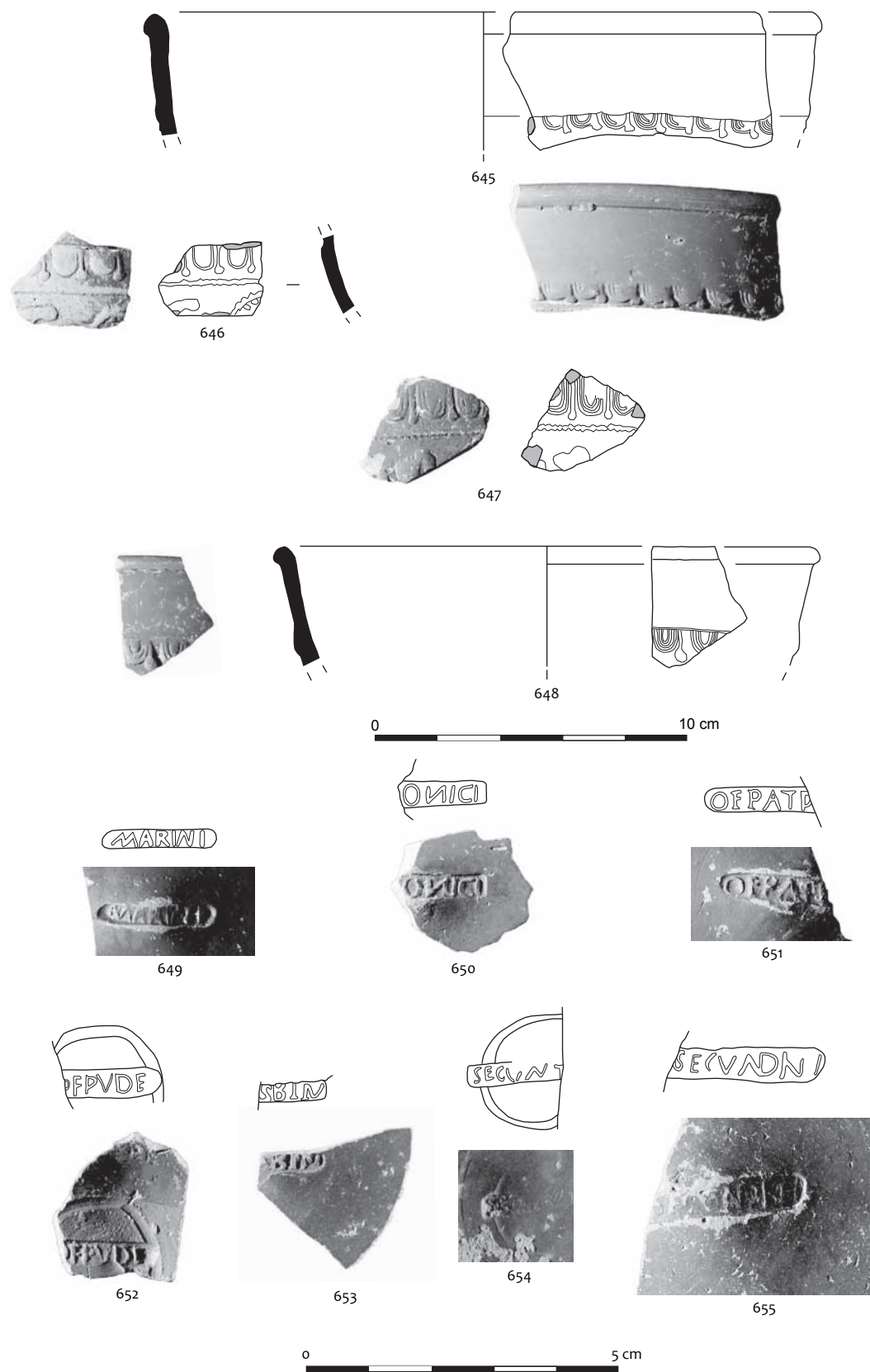
O oleiro Pudens encontra-se representado por uma marca onde se pode ler OF PVDE, conhecida entre a produção de La Graufesenque e de Rozier (nº **652**). Segundo Polak, este oleiro trabalhou não só em La Graufesenque e Rozier, mas também em Carrade, mostrando o estudo das suas marcas que laborou entre 40 e 85 d.C. (2000, p. 303). A marca algarvia, em particular, encontra paralelo num exemplar de Vechten, que está representada nos três centros de produção mencionados, e que Polak atribuiu ao período entre 60 e 80 d.C (Polak, 2000, P142, p. 303). Corrigimos assim a origem e cronologia desta marca anteriormente atribuída exclusivamente a La Graufesenque (Viegas, 2006a, p. 42).

Na marca do oleiro Sabinus de *Balsa* apenas se lê um S com dificuldade, seguido de BIN (nº **653**). O oleiro Sabinus foi bastante difundido na Península Ibérica e no território hoje português (Beltrán, 1990, p. 94). Segundo Polak, a sua produção compreende o período entre 65 e 85 (Polak, 2000, p. 313).

O oleiro Secundus encontra-se bastante bem representado no território hoje português, tendo produzido em La Graufesenque no período de Cláudio-Nero (nº **654**). Trata-se, novamente, de um oleiro que produziu em La Graufesenque, mas o fabrico do exemplar balsense afasta-se bastante do que é comum para esta proveniência. Existe ainda a possibilidade desta marca pertencer ao oleiro Secundini, do mesmo centro produtor do Sul da Gália. Se podemos hesitar relativamente ao nº **654**, não temos dúvidas de que a marca da peça nº **655**, pertence a Secundini, oleiro que laborou entre o terceiro quartel do séc. I e o final dessa mesma centúria (Polak, 2000, p. 321-322, S64). De referir que este oleiro chegou a ser apontado como originário de Lezoux, mas a sua origem é La Graufesenque (Hofmann, 1986 nº 175.5, est. XIV, p. 30). A julgar pela listagem de Beltrán (1991, p. 94-95), este oleiro não conheceu uma difusão muito significativa na Península Ibérica, apesar de se encontrarem dois exemplares em *Balsa*. Esta ausência poderá ficar a dever-se, eventualmente, ao facto de algumas das suas marcas serem identificadas como pertencentes do oleiro Secundus.

Nº Inventário MNA			Oleiro	Leitura	Polak, 2000	Origem	Forma	Local Peça	Caixilho	Cronol.	Observ.
Ano	Comp	Nº Inv.									
2004	164	002	MARINVS	MARINI	p. 260, M26	La Graufes	Drag. 18	Fundo interno	Rectang. c/ângulos arredond.	80-110	Inédito nº 120, Estampa 19
2004	150		NIGER	ONICI com N retrogrado	p. 280-281	La Graufes	Indet	Fundo interno	Rectang.	50-70	Inédito nº 121, Estampa 19
2004	271	1	PATRICIVS	OFPAT	p. 285	La Graufes/Rozier/Carrade	Indet.	Fundo interno	Rectang. c/ângulos arredond.	60/80	Inédito nº 122, Estampa 19
2004	148	21	PVDENS	OFPVDE	p. 303	La Graufes	Indet.	Fundo interno	Elipse	40-80 (?)	Inédito nº 123, Estampa 19
2004	107	30	SABINVS	[...]S(?)BIN	p. 313	La Graufes	Indet.	Fundo interno	Rectang. c/ângulos arredond. (?)	65-85	Inédito nº 124, Estampa 19
2004	151		SECVNDVS	SECVN	p. 322	La Graufes	Indet. Drag. 27 ?		Rectang. c/ângulos arredond.	Cláudio-Nero	Inédito nº 125, Estampa 19
1990	004	273	SECVNDINVS	SECVNDINI	p. 321-322, S64	La Graufes	Drag. 18	Fundo interno	Rectang. c/ângulos arredond.	75-100	Inédito nº 126, Estampa 19
TA-1090			BIRAGILLVS	BIRACIL		La Graufes	Drag. 37	Parede exterior		Domic. -Trajan	Nolen, 1994, ss-69, p. 82, est. 16, fig. 20
14608			CASTVS	F CAS		La Graufes	Drag. 27	Fundo interno		Cláudio-Vespas	Nolen, 1994, ss-58, p. 83, est. 16, fig. 20
14847			CHRESTVS	CH HR		La Graufes	Possível Ritt.8	Fundo interno		Nero – Vespasi	Nolen, 1994, ss-70, p. 83, est. 16, fig. 20
14846			CRESTIO	CRESTI	p. 214	La Graufes	Drag. 27	Fundo interno	Rectang. ângulos arredond.	50-75	Nolen, 1994, ss-71, p. 83, est. 16, fig. 20
14707A			CRESTIO	FCRES rectrógrada	p. 214, C162	La Graufes	Drag. 27	Fundo interno	Caixilho irregular	70-100	Nolen, 1994, ss-72, p. 83, est. 16, fig. 20
14707B			CVSTVS	OF IVS[T]	p. 248, I39	La Graufes	Provável Drag. 27	Fundo interno	Rectang. ângulos arredond.	50-70	Nolen, 1994, ss-73, p. 83, est. 16, fig. 20
14614			MELAINVS	MEL ANO	p. 267	La Graufes	Drag. 15/17	Fundo interno	Rectang. ângulos arredond.	45-70	Nolen, 1994, ss-45, p. 81, est. 15, fig. 20
14658			MICIO	MICVI		LA Graufes.	Drag. 27	Fundo interno		Flávio	Nolen, 1994, ss-63, p. 82, est. 16, fig. 20
14653			L MVRR	L MVRRRA	p. 276	La Graufes	Drag. 18	Fundo interno	Rectang.	55-70	Santo, 1971, nº5, p. 240; Nolen, 1994, ss-47, p. 81, est. 15, fig. 20
TS-72			PRIMVS	PRM [I]	p. 302	La Graufes	Drag. 27	Fundo interno	Rectangul. ângulos arredond.	50-70	Nolen, 1994, ss-74, p. 83, est. 16, fig. 20
C1960/12			SECVNDINI	SECV[ND]INI	p. 321-322	La Graufes	Drag. 18 (?)	Fundo interno	Rectangular de ângulos arredond.	75-100	Nolen, 1994, ss-75, p. 83, est. 16, fig. 20
C1925/09A			VINIVS	VINI		La Graufes	Drag. 24/25	Fundo interno		Flávia	Nolen, 1994, ss-76, p. 83, est. 16, fig. 20
C1963/02E			VITALIS I	VITA[L]	p. 354, V60	La Graufes	Drag. 27	Fundo interno		45-65	Nolen, 1994, ss-77, p. 83, est. 16, fig. 20
TS-14			NAEVIVS	NAII[V]			Drag. 27 (?)	Fundo interno			Nolen, 1994, ss-78, p. 84, est. 16, fig. 20
C1951/02B				Marca incompleta O[...]			Drag. 15/17	Fundo interno			Nolen, 1994, ss-79, p. 84, est. 16, fig. 20

Tabela 33 – Balsa. Descrição das marcas de oleiro de terra sigillata sudgálica.



Estampa 54 – Balsa. Terra sigillata sudgálica decorada e marcas de oleiro.



A análise da distribuição cronológica das marcas de *Balsa*, quer as recentemente publicadas (Viegas, 2006a) quer as que J. Nolen tinha anteriormente apresentado (1994), mostra a mesma tendência; uma importação muito relevante durante o período de Flávio (12 marcas). No entanto, as marcas de Cláudio e Nero estão também representadas por oito exemplares.

A *sigillata* hispânica tipo *Peñaflor*, também designada como *sigillata* hispânica precoce, e que foi denominada de “cerâmica de verniz vermelho dos Júlio-Cláudio” na publicação de J. Nolen sobre as cerâmicas de *Balsa* (1994), corresponde a uma produção que deve ser individualizada. Como já se referiu *supra*, a propósito do estudo da *terra sigillata* de Faro, optou-se pela designação de *sigillata* hispânica tipo *Peñaflor*, tendo-se abandonado a designação de *sigillata* hispânica precoce por a considerarmos menos correcta.

Em *Balsa*, foram identificados 78 fragmentos de *sigillata* hispânica tipo *Peñaflor*, que correspondem a 49 exemplares, o que soma apenas 3.2% do total da *terra sigillata* (Tabela 34, Gráfico 13, Estampa 55). A integração destas peças nas variantes propostas pela tipologia de Martínez Rodríguez foi dificultada pela reduzida dimensão dos fragmentos. Actualizaram-se os dados desta tipologia com os obtidos por Keay em *Peñaflor* (2001). A importação desta *sigillata* terá tido o seu início ainda na primeira metade do séc. I, prolongando-se pela segunda metade desse século, podendo atingir os inícios do séc. II, ainda que de forma pontual.

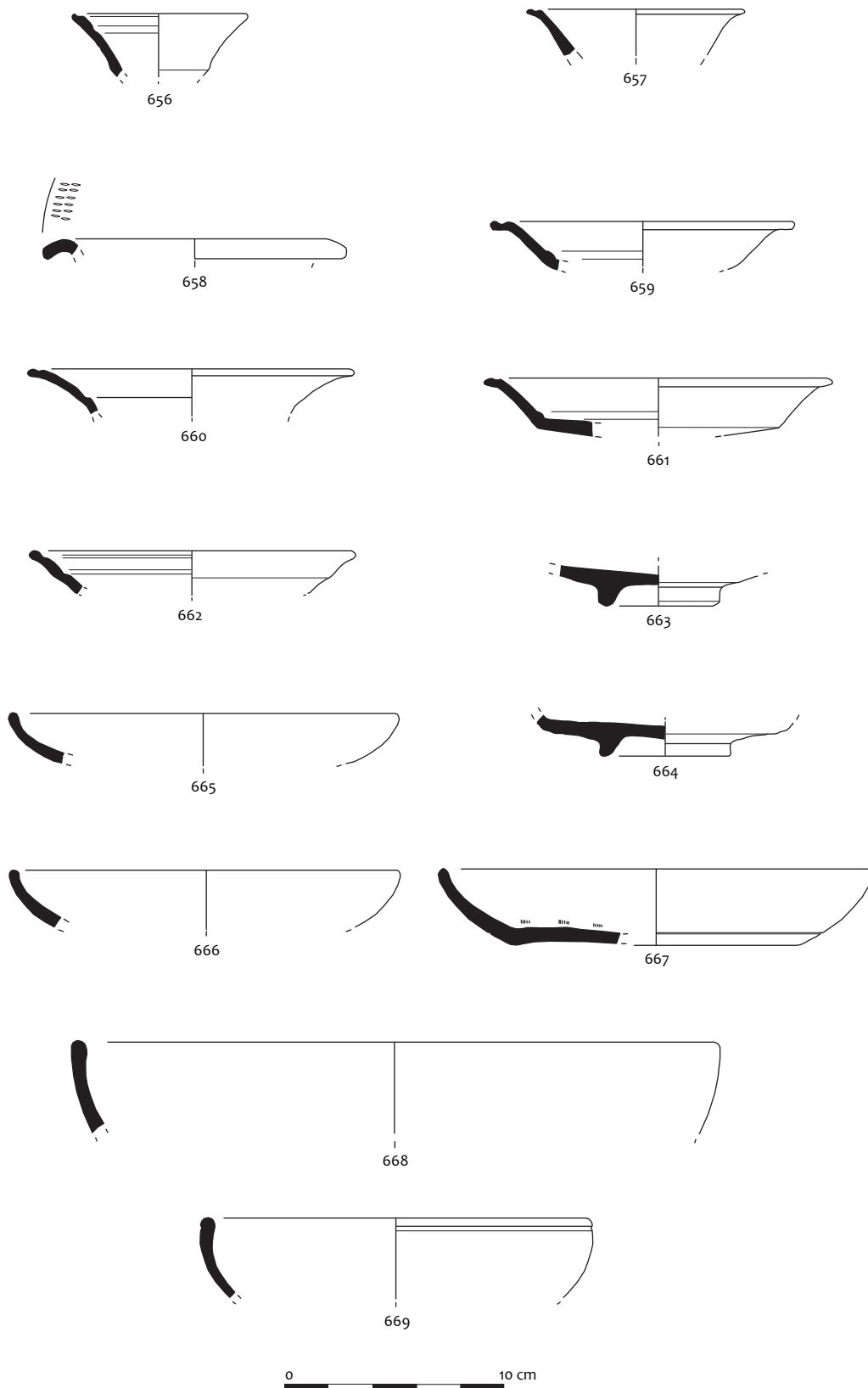
Tal como sucede em Faro, a maioria das peças (22 exemplares) pertence à forma III de Martínez Rodríguez, um prato que imita o prato itálico de “engobe vermelho pompeiano” da forma Luni 5 (forma 6 de Aguardod) (nº 665 a 669). Já se referiu, a propósito do material de Faro, que se optou por integrar estas formas no conjunto da *terra sigillata* que foi produzida no vale do Guadalquivir (em *Celti*, *Peñaflor*), pois em todos os exemplares estudados nenhum apresentava sinais de utilização ao fogo. Foi também afastada a hipótese destas peças pertencerem ao tipo *Celti* 7 da tipologia de Keay, pois não ostentam engobe nas duas superfícies do recipiente (2001). Entre os pratos da forma Martínez III, encontra-se, sobretudo, a variante B, estando a A e a C igualmente presentes. Na cronologia proposta para os exemplares de *Celti*, Keay defende que esta forma, apesar de ter a sua origem em modelos Augustanos, conheceu inúmeras versões locais que se difundiram por toda a província da Bética desde essa época até ao séc. II (2001).

A taça que pertence ao tipo I de Martínez Rodríguez apresenta variantes que se inspiram em formas de *sigillata* de tipo itálico, como é o caso da variante IA a D de Martínez (tipos *Celti* 14 de Keay). Outras variantes, como o tipo Martínez IE (forma *Celti* 16), possuem filiação hispânica, defendendo Keay que este tipo também pode estar relacionado com as forma Drag. 35/36 sudgálicas (2001). A taça mais representada em *Balsa* integra-se no tipo I C (nº 657 a 659), com uma percentagem de 14.3% do total.

A maior parte dos pratos deste fabrico integram-se no tipo IIB (nº 660 e 662), sendo também desta forma a maior parte das peças anteriormente publicadas por J. Nolen (1994, p. 87 e 88, est. 17), correspondendo a 24,5% do total.

	NMI 2004	Nolen 1994	Total NMI
Martínez I	3		3
Martínez I B	3	1	4
Martínez I C	7		7
Martínez I E	3		3
Martínez II	1		1
Martínez II B	2	4	6
Martínez II C	2		2
Martínez III	12		12
Martínez III A	1		1
Martínez III B	8		8
Martínez III C	1		1
Pátera pé Alto		1	1
Total	43	6	49

Tabela 34 – *Balsa*. Formas de *sigillata* hispânica tipo *Peñaflor*.



Estampa 55 – Balsa. Terra sigillata hispànica tipo Peñafior.

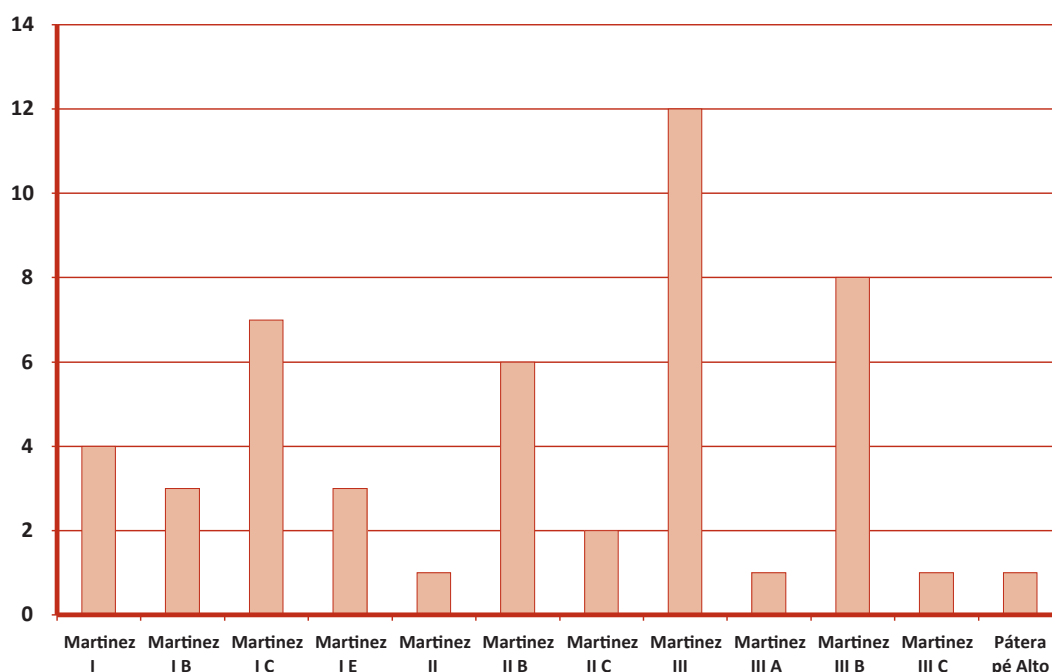


Gráfico 13 – Balsa. Distribuição das formas de terra sigillata hispânica tipo Peñaflor (NMI).

Do ponto de vista cronológico, é significativo que estejam ausentes do conjunto balsense as variantes mais antigas, datadas dos finais do séc. I a.C. e do período de Augusto e Tibério. As importações em *Balsa* podem ter-se iniciado ainda durante a primeira metade do séc. I d.C., mas foi na segunda metade desse século e talvez nas primeiras décadas do séc. II que tiveram maior desenvolvimento. Os dados recentes da necrópole de La Constancia (Córdoba) mostram esta mesma realidade (Vaquerizo, Garriguet e Vargas, 2005). De facto, mesmo que as formas de sigillata hispânica do tipo Peñaflor se inspirem em modelos itálicos, Augustanos ou Tiberianos, estas cerâmicas ocorrem frequentemente em diversos contextos da segunda metade do séc. I d.C.

Atendendo à numeração que apresentam, parte importante das peças anteriormente publicadas por J. Nolen deve ter a sua origem em contextos de necrópoles, correspondendo às recolhas efectuadas por Estácio da Veiga no séc. XIX, facto que o seu estado de conservação parece também confirmar (Nolen, 1994, p. 87-88, est. 17, fig. 7). Um exemplar corresponde a uma forma rara, que J. Nolen classificou como uma pátera de pé alto. Esta forma permanece ausente das principais tipologias de referência (Martínez Rodríguez, 1989; Amores e Keay, 1999; Roca Roumens e Fernández García, 1999, Keay 2001). Contudo, na proposta de Keay (2001), a forma Celti 19 corresponde a um pé moldurado, que o investigador inglês associou a um cálice decorado, indicando que não se conservou nenhum exemplar completo. Assim, parece possível que, em vez de uma forma decorada, este tipo de pé servisse de base a uma pátera, como o exemplar balsense sugere.

Entre o espólio anteriormente publicado por J. Nolen, encontra-se uma peça que corresponde à forma Drag. 24/25 e que tinha sido anteriormente atribuída a Andújar (1994, Est. 19, sh-18, nº de estudo C1960/02B). As características do seu fabrico aproximam-na das produções de sigillata de Peñaflor. Uma forma idêntica foi identificada com o tipo Celti 20 de Keay (2001). Os exemplares classificados como “imitação de sigillata hispânica (?) em cerâmica comum” (Nolen, 1994, est. 19, sh-23 e sh-24) correspondem também, em meu entender, a exemplos de cerâmica tipo Peñaflor ou hispânica precoce, integrando-se no tipo IE de Martínez ou Celti 16 de Keay.

A *sigillata* hispânica de Balsa encontra-se representada pelas produções de Trício e Andújar, somando 8.2% do total, o que corresponde a 263 fragmentos, dos quais foi possível integrar nas tipologias 80 peças, entre formas lisas e decoradas (NMI) (Tabela 35, Gráfico 14 e Estampa 56 a 58). O perfil de importação e a distribuição cronológica que estas cerâmicas permitem reconhecer aponta para um consumo centrado sobretudo no último quartel do séc. I e nos inícios do séc. II. A presença de um elevado número de exemplares da forma decorada Drag. 37 e de inúmeros fragmentos com decoração de círculos parece deixar antever esta realidade.

De um modo geral, o conjunto de formas lisas de *sigillata* hispânica de Balsa é bastante monótono e pouco diversificado. Os pratos estão representados pelos tipos Drag. 18 e 15/17 e as taças, quase exclusivamente, pela forma Drag. 27. Apenas alguns raros exemplares reproduzem formas de criação das oficinas hispânicas, como o prato Hisp. 17 e a taça Hisp. 4. Regista-se ainda uma forma fechada.

	Forma	NMI 2004	Nolen 1994	Total NMI
Formas lisas	Drag. 24/25		3	3
	Drag. 15/17	10	3	13
	Drag. 27	19	4	23
	Drag. 18/31	2	1	3
	Hisp. 4	1		1
	Hisp. 17	1		1
	Fechada	1		1
	Hermet 90.5	2		2
	<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>10</b>	<b>45</b>
Formas decoradas	Drag. 29		1	1
	Drag. 29 ou 37	3	1	4
	Drag. 37	10	3	13
	Drag. 37 a	8	1	9
	Drag. 37 b	1		1
	<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>6</b>	<b>28</b>
Marcas de oleiro			3	3

Tabela 35 – Balsa. Formas de terra *sigillata* hispânica.

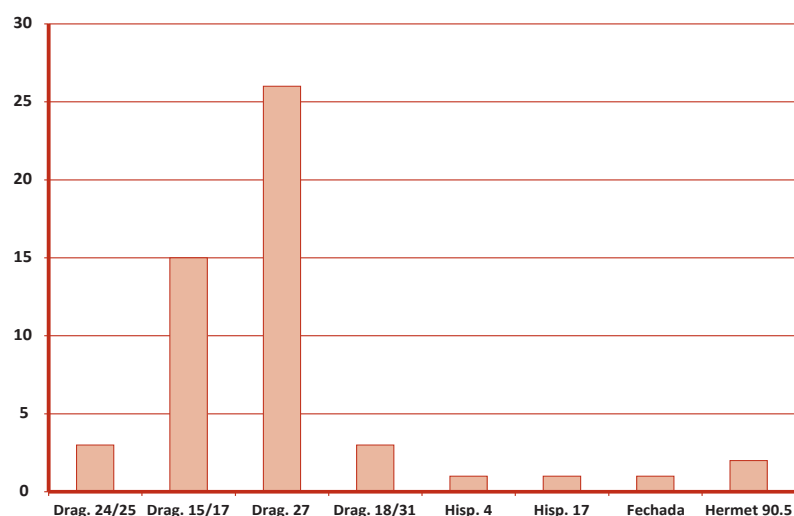


Gráfico 14 – Balsa. Distribuição das formas de terra *sigillata* hispânica (NMI).

Entre os exemplares do prato Drag. 15/17, encontra-se apenas uma peça, que já não apresenta as características da sua antecessora sudgálica, com a parede exterior moldurada. A grande maioria das Drag. 15/17 de *Balsa* possuem a parede externa lisa e mais aberta (nº 670 a 673), característica dos modelos fabricados a partir da segunda metade do séc. I (Mezquíriz, 1985, p. 148). O centro produtor de Andújar domina o abastecimento, no que se refere sobretudo a esta forma, uma vez que, das 26 peças identificadas, 16 são originárias deste centro produtor. O prato Drag. 18 encontra-se também presente.

A taça Drag. 27 é também muito frequente (nº 674 a 679), registando-se igualmente apenas uma peça que ainda conserva os traços tipológicos dos protótipos sudgálicos, com o bordo de lábio de perfil semi circular (nº 677).

As formas desenvolvidas pelas oficinas hispânicas são relativamente raras em *Balsa*, como já se referiu. Trata-se, num dos casos, de um fragmento de bordo em aba com guilhoché, pertencente à taça Hisp. 4 (nº 682). A peça nº 680, que oferece perfil quase completo, corresponde ao prato de paredes pouco profundas, rectas inclinadas e bordo em aba, que se integra na forma Hisp. 17. Este tipo, que não se terá produzido antes do início do séc. II, pode ter atingido o Baixo Império.

Tal como já tivemos oportunidade de observar em Faro, verifica-se em *Balsa*, que, apesar da proximidade geográfica entre o sul da Lusitânia e o vale do Guadalquivir, a percentagem de *sigillata* oriunda Tricio é ainda significativa, representando 36% da *terra sigillata* hispânica.

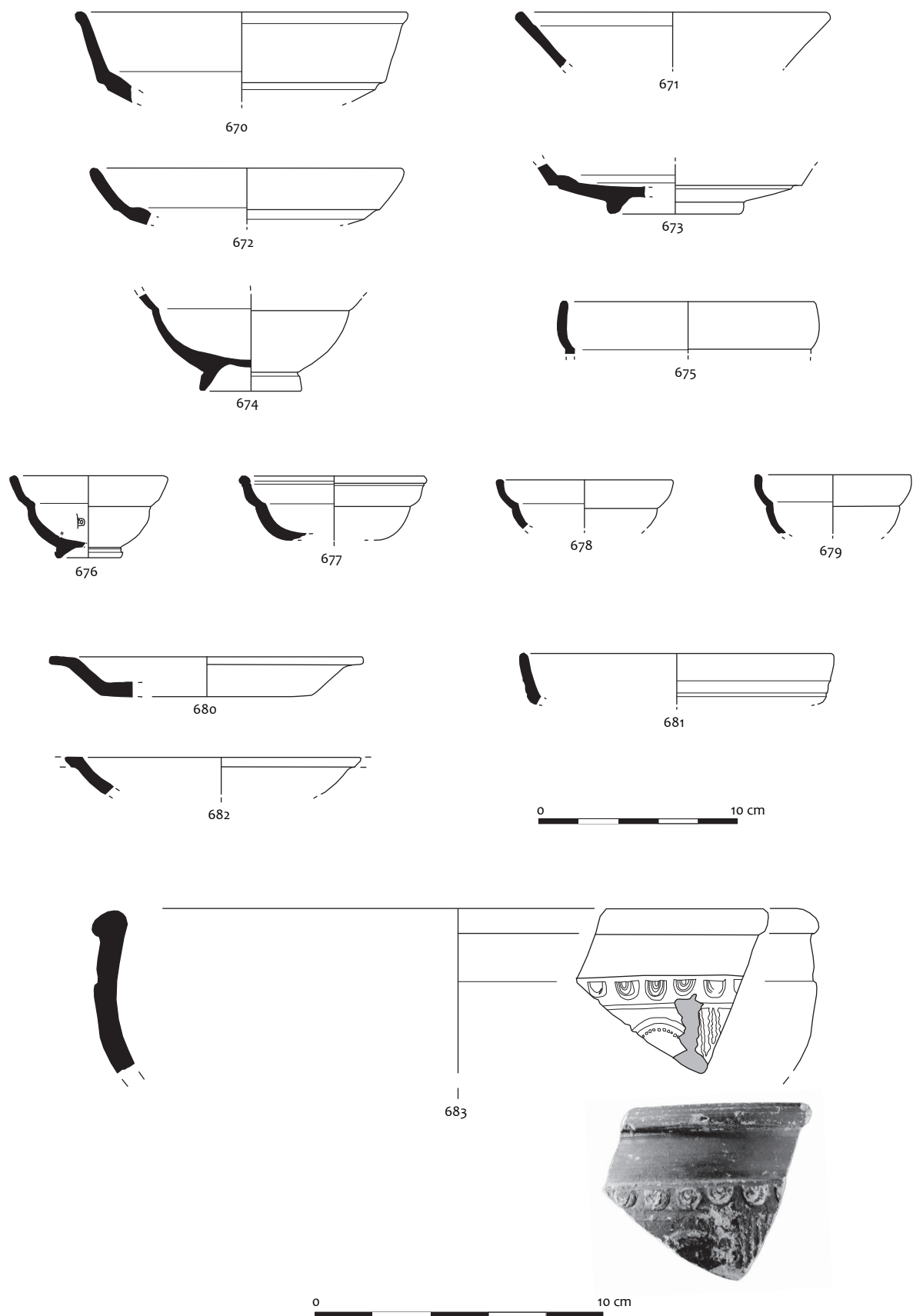
Parte da *sigillata* hispânica anteriormente publicada por J. Nolen (oito peças) teve origem em contextos de necrópole, aspecto que se pode confirmar não só pelo nº de inventário, mas também pelo estado de conservação dos exemplares (Nolen, 1994, sh-1, sh-6, sh-9, sh-11, sh-12, sh-15, sh-19 e sh-20). A restante é proveniente das escavações de 1977. Na publicação de 1994 encontra-se referência a três marcas de oleiro (Nolen, 1994, sh-9, sh-10 e sh-15, p. 92). A primeira pertence ao oleiro L. Apillius, a segunda à oficina de Sempronius, sendo a terceira atribuída a uma olaria de Andújar, que segundo J. Nolen, ainda é desconhecida, EX.OF[C]AH (Nolen, 1994, p. 93).

Relativamente às formas decoradas, assiste-se a uma maioria de exemplares da forma Drag. 37, dos quais um número significativo pertence à variante A, de bordo vertical, cuja produção se prolongou desde o último quartel do séc. I até ao séc. IV. Os bordos de perfil em amêndoa, da variante B, são mais raros, e, nestes, a produção centrou-se nos últimos anos do séc. I, mas não ultrapassam essa data (Roca Roumens e Fernández García, 1999, p. 288).

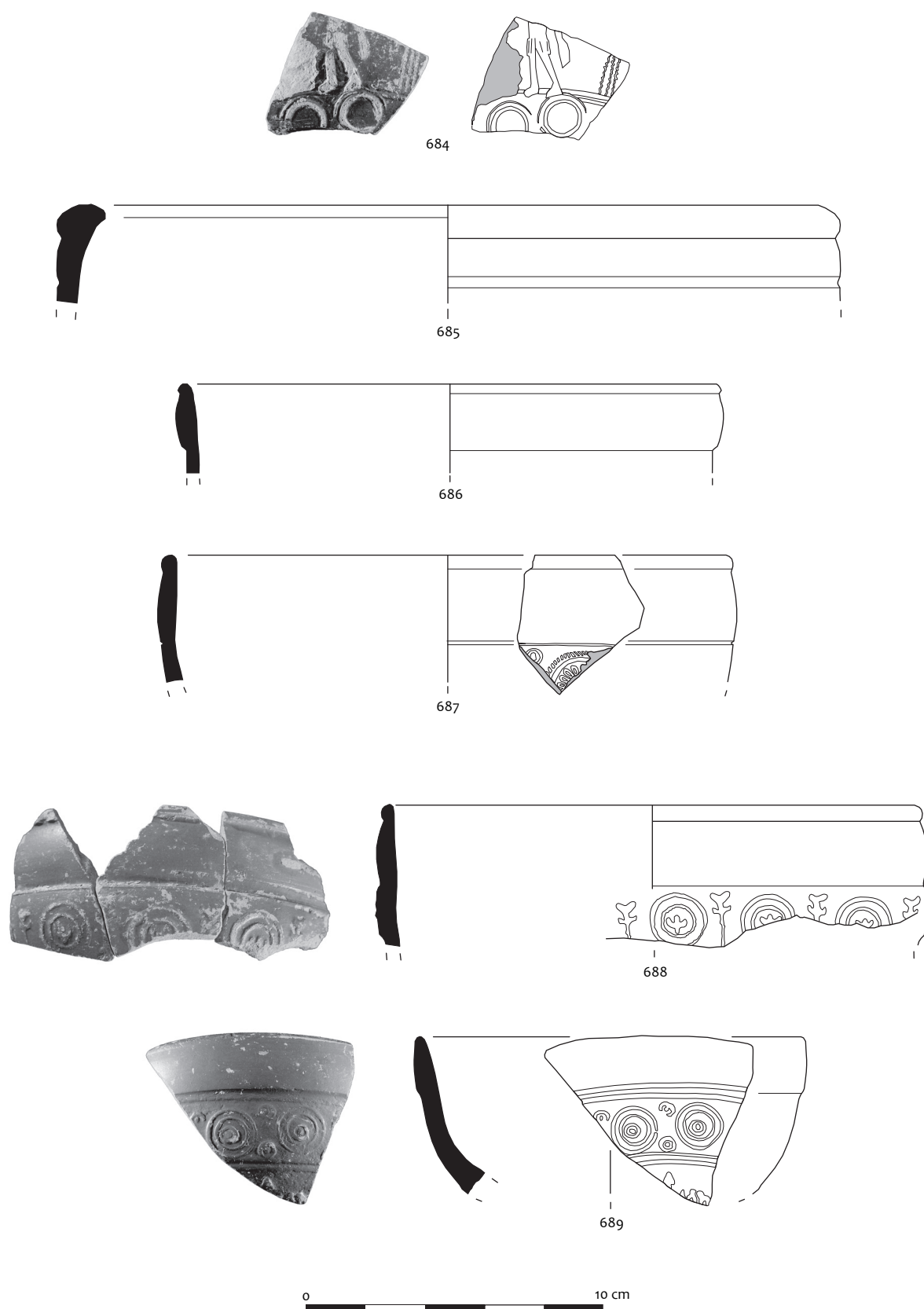
A decoração de inspiração sudgálica encontra-se em apenas um caso da forma Drag. 37, onde se observa parte de uma composição metopada, com as séries de linhas verticais que delimitam os painéis (nº 685 e 686). Outras Drag. 37 que conservam a área decorada ostentam os muito frequentes e típicos círculos concêntricos, que alternam com elementos verticais ou círculos segmentados nº 687 e 688.

Na maior parte dos casos, dispomos apenas de fragmentos da parede dos vasos que não permitem a identificação da forma. Entre estes, apenas um possui uma decoração que pode corresponder a métopas nº 684. Trata-se do limite inferior de uma peça, onde se observam os membros inferiores de uma figura humana, além de uma série de três linhas verticais que limitariam, possivelmente, outro painel. Esta peça deve ser originária de Andújar, uma vez que aí se encontrou um molde que oferece os mesmos motivos e que se associa ao oleiro daquele centro produtor que assina com a marca CAP (Roca Roumens, 1976, nº 53, fig. 5, p. 127). Trata-se, certamente, de uma cena onde estariam presentes dois guerreiros, pois nas produções hispânicas, ao contrário das itálicas ou sudgálicas, não se realizaram cenas muito complexas. A confirmar-se que se trata de uma peça atribuível a CAP, esta decoração integra-se na segunda fase das produções de Andújar, de época Flávia (Sotomayor Muro, Roca Roumens e Fernández García, 1999, p. 33).

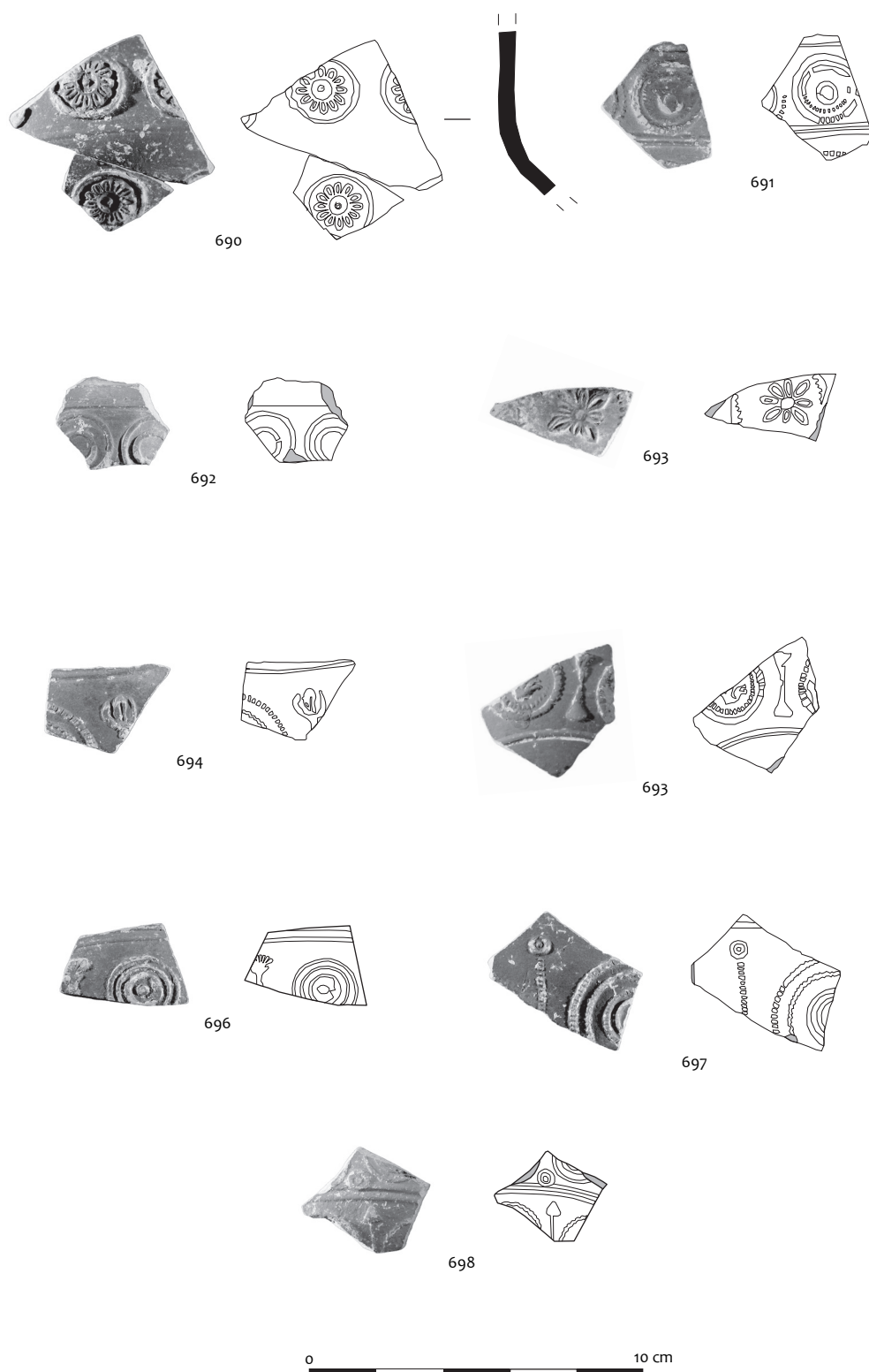




Estampa 56 – Balsa. Terra sigillata hispânica lisa e decorada.



Estampa 57 – Balsa. Terra sigillata hispânica decorada.



Estampa 58 – Balsa. Terra sigillata hispânica decorada.

Os motivos decorativos dominantes são, mais uma vez, os círculos, que podem ocorrer simples e concêntricos, como na peça nº 692, ou segmentados, como sucede com os exemplos nº 691 ou 695. O preenchimento dos círculos com rosetas está presente nas peças nº 690 e 693, registando-se como motivo de alternância os elementos verticais, também de natureza muito diversificada, como bastões segmentados rectilíneos, com pequeno círculo na extremidade superior (nº 697), aras (nº 695), ou elemento vertical com extremidade superior em tridente (nº 694), elementos verticais formados por linha simples, com extremidade lanceolada (nº 698) ou bífida (nº 688).

Quanto à cronologia dos fragmentos decorados, tudo aponta para um intensificar do consumo destes produtos a partir do reinado dos Flávios, prolongando-se pelo séc. II.

No seu conjunto, as importações **norte africanas** perfazem 35.2% da *sigillata* de Balsa e ocorreram durante mais de cinco séculos. A *sigillata* clara A corresponde a 11.5% do total da *sigillata* (Tabela 36, Gráfico 15 e Estampa 59). Como já se referiu, a data do início das importações desta categoria cerâmica constitui um elemento importante para aferir o maior ou menor peso do comércio marítimo, nos diferentes sítios de consumo. Verifica-se que, sítios mais setentrionais e interiores, como por exemplo Conímbriga, que baseiam o seu abastecimento nas vias terrestres, a *sigillata* hispânica se mantém mais tempo nos mercados e a chegada dos produtos norte africanos só ocorre em meados do séc. II.

Forma	NMI 2004	Nolen 1994	Total NMI
Hayes 3	3		3
Hayes 3 A	3		3
Hayes 3 B	4	2	6
Hayes 3 C	2		2
Hayes 4 B	1		1
Hayes 6	1		1
Hayes 6 B		1	1
Hayes 7	1		1
Hayes 8	3		3
Hayes 8 A	8	6	14
Hayes 9	6		6
Hayes 9 A	7	1	8
Hayes 9 B	5	1	6
Hayes 10 A		1	1
Hayes 10 B		1	1
Hayes 14		2	2
Hayes 14 A		2	2
Hayes 14 B		1	1
Hayes 14/17	29		29
Hayes 17	1		1
Hayes 27	6	2	8
Hayes 28	1		1
Hayes 30 C		1	1
Hayes 31	1		1
Hayes 32	3	1	1
Hayes 32/ 58		1	1
Hayes 33	1		4
Hayes 182		1	1
Salom. A 23-a		1	1
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>23</b>	<b>109</b>

Tabela 36 – Balsa. Formas de *sigillata* clara A.

As primeiras formas de **sigillata clara A** de *Balsa* pertencem a modelos que se inspiraram, diretamente, em formas do Sul da Gália, como é o caso da forma Hayes 3 (nº 699 a 703), que teve por base o tipo Drag. 36, o prato do serviço Flávio que maior sucesso conheceu. Em *Balsa*, os 12 exemplares deste tipo distribuem-se pelas variantes A, B e C. Esta realidade mostra que as importações de **sigillata clara A** se iniciaram ainda durante os Flávios, nas últimas décadas do séc. I, ou um pouco antes (Hayes, 1972, p. 25), mesmo que esta forma possa ter permanecido nos mercados até meados do séc. II, ou mesmo até mais tarde (Carandini et al., 1981, p. 24). Outras formas apontam para esta mesma cronologia dos finais do séc. I a meados do séc. II, como por exemplo a forma Hayes 8 A (nº 704 a 706). A forma Hayes 7 também pertence a esta fase inicial das importações, e o mesmo sucede com o tipo Hayes 9 A, este último mais frequente, com oito exemplares (nº 708 a 710).

O volume de importações norte africanas intensifica-se a partir de meados do séc. II, encontrando-se esta fase representada por diversas formas, como a Hayes 3C, 4B e 9B (nº 711 e 712), estas com apenas alguns fragmentos e, sobretudo, pela forma Hayes 14/17, que possui 29 exemplares (nº 713 a 717). Segundo os dados das escavações de Ostia, a cronologia desta forma pode mesmo prolongar-se até à 1ª metade do séc. III (Carandini et al., 1981, p. 34). Bonifay assinala também que a produção das formas mais tardias de **sigillata clara A** ocorreu até à segunda metade do séc. III ou mesmo ao séc. IV (2004a, p. 157). A importação massiva de cerâmica de cozinha africana para *Balsa* poderá ter ocorrido igualmente deste período em diante.

As importações de finais do séc. II e da primeira metade do séc. III encontram-se testemunhadas pela forma Hayes 27 (nº 719), com sete exemplares, além da forma Hayes 32 (nº 718) e 33 (nº 721) (cada uma com três exemplares).

Tal como sucedeu com a restante *terra sigillata* anteriormente publicada (Nolen, 1994), reconheceram-se materiais que devem ter tido a sua origem num contexto de necrópole. As formas fechadas, como o púcaro Hayes 134-1, a chamada anforeta Hayes 161, o biberão Hayes 123 e o cantil Hayes 147-3 (Nolen, 1994, sc-1, 2, 4, fig. 30 e 5, p. 104, est. 19 e 20) encontram-se nesta situação, assim como o prato Hayes 6B, a tigela Hayes 8A e o prato Hayes 14C (Nolen 1994, sc-7, 8, fig. 32 e 15, fig. 31). As formas fechadas são muito raras em contextos de consumo, e a sua cronologia aponta também para as fases iniciais da produção de **sigillata clara A**, de época Flávia, (Nolen, 1994, p. 97), embora também se registem outros exemplares que integram fases mais adiantadas da produção, como é o caso do prato Hayes 14C, que pode ser datado da segunda metade do séc. II (Hayes, 1972, p. 41), ou mesmo da primeira metade do séc. III, datação confirmada pelos dados de Ostia (Carandini et al., 1981, p. 33).

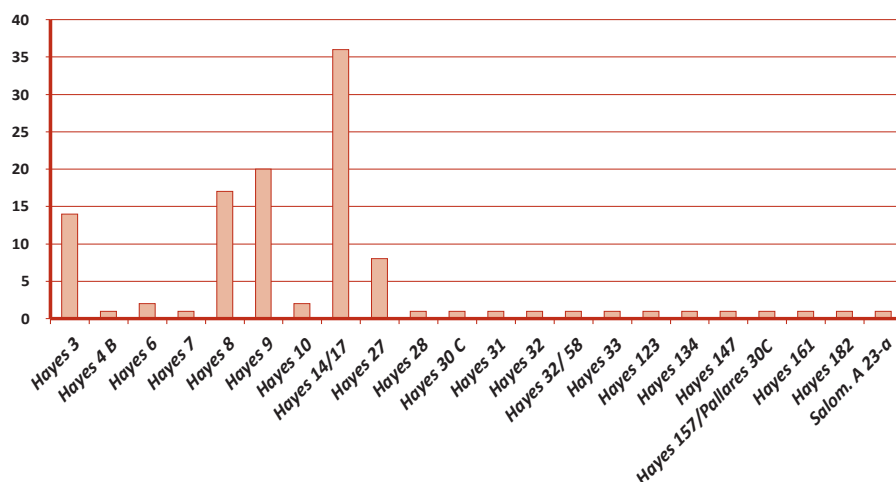
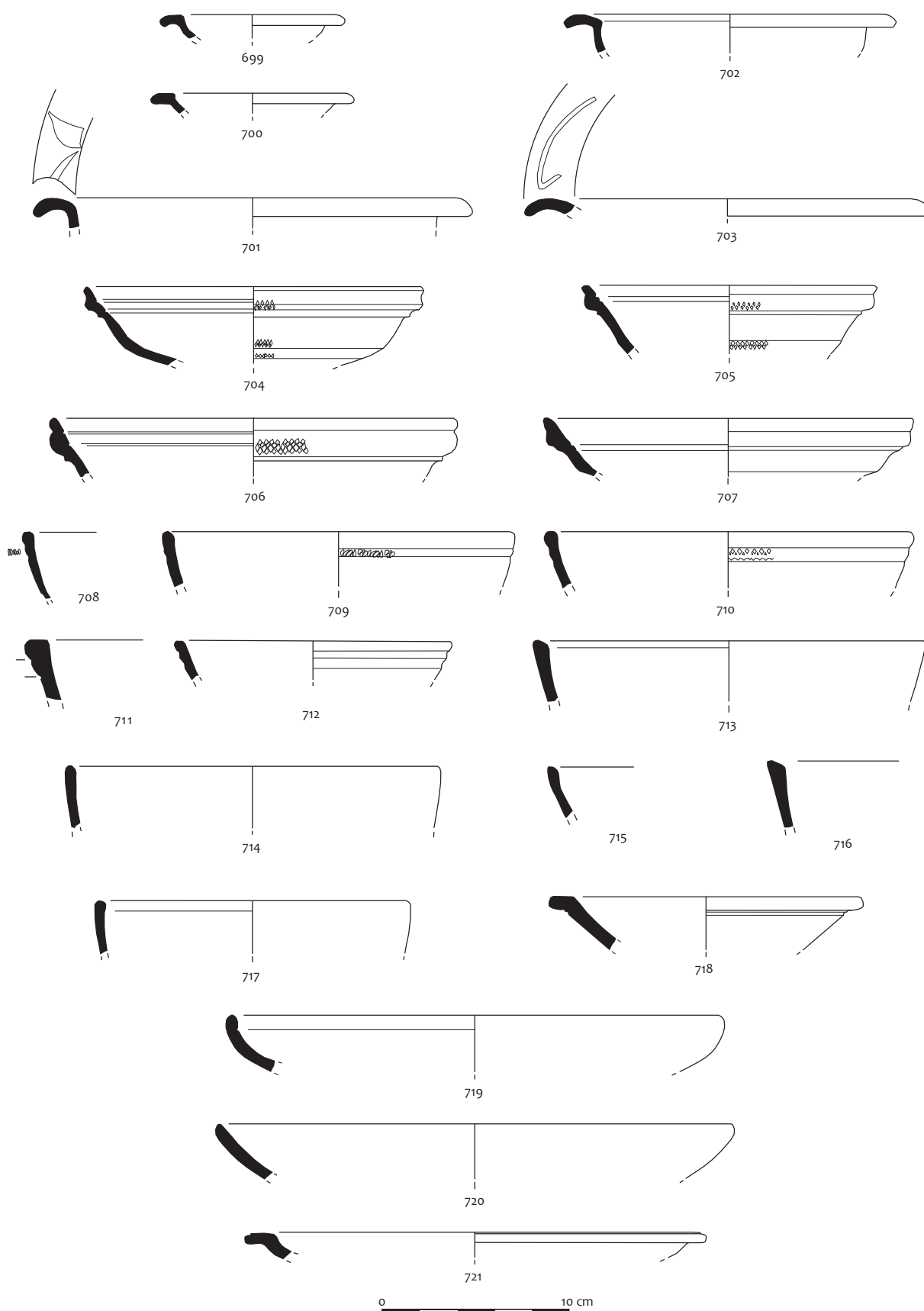


Gráfico 15 – *Balsa*. Distribuição das formas de **sigillata clara A** (NMI).





Estampa 59 – Balsa. Sigillata clara A.

Entre a *sigillata* originária do Norte de África, as produções da Bizacena central (centro da Tunísia) de *sigillata clara C* constituem as que menor percentagem regista, somando 9.5% do total da terra *sigillata* (Tabela 37 e Estampa 60). As primeiras importações tiveram início, ainda que de forma tímida, nos finais do séc. II e inícios do séc. III, como está documentado pelos dois exemplares da forma Hayes 34. A partir dessa data (inícios/meados do séc. III), as importações intensificaram-se, com a presença das formas Hayes 32 e 42 e Hayes 44, esta última representada apenas por um exemplar, tendo-se desenvolvido, sobretudo, na segunda metade do séc. III, podendo mesmo ter atingido o final dessa centúria (Hayes, 1972).

Entre as formas mais frequentes de *sigillata clara C*, encontra-se o prato com bordo em aba da forma Hayes 45. Em *Balsa*, recuperaram-se quatro exemplares, três dos quais da variante A, que corresponde à produção entre as últimas décadas da primeira metade do séc. III e os anos 20 do séc. IV (Hayes 1972, Carandini et al., 1980, p. 65).

O período em que a cidade algarvia recebeu uma maior quantidade de *sigillata clara C* corresponde ao da produção da forma Hayes 50 A (nº 729 e 730), que teve lugar entre 230/40-325. Este prato, de paredes pouco espessas, inclinadas e amplo fundo plano, soma uns expressivos 29 exemplares em *Balsa* e se juntarmos a estes outras 20 peças, cuja dimensão não permitiu optar por uma das suas variantes: A ou B (nº 732), verificamos que mais de metade da *sigillata clara C* de *Balsa* se integra nesta forma. As formas Hayes 46 (nº 724) e 48 (nº 728) também pertencem a este mesmo âmbito cronológico. A variante B da Hayes 50 encontra-se também bem representada em *Balsa*, com 15 exemplares, sendo a sua cronologia um pouco mais tardia, pois prolonga-se desde meados do séc. IV até aos inícios do séc. V, ou um pouco posteriormente (Hayes, 1972). De referir ainda que não se estranha a presença esmagadora deste prato em *Balsa*, uma vez que esta é uma realidade documentada na maior parte dos sítios, não só da Península Ibérica.

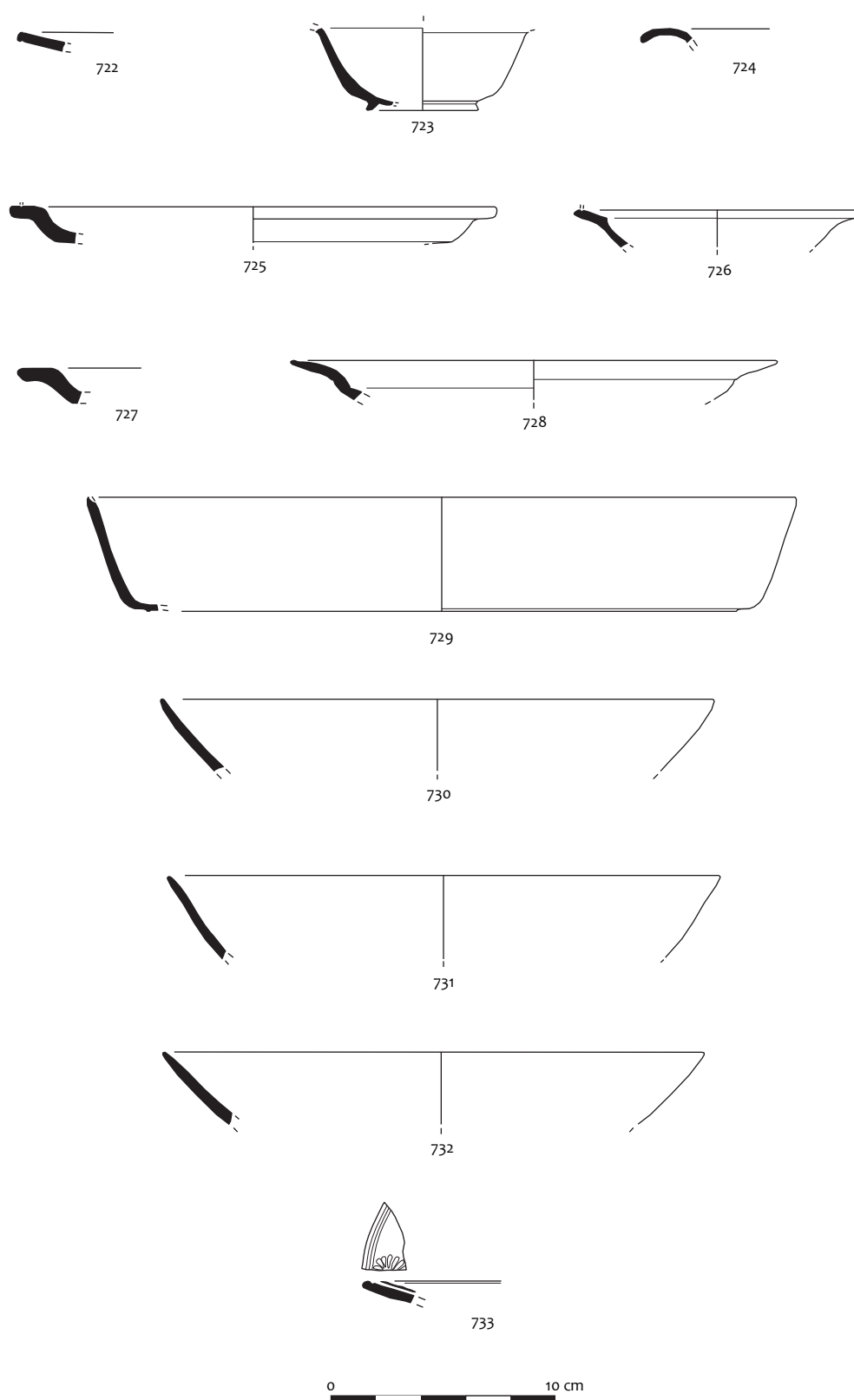
Mais rara, a decoração aplicada também faz a sua aparição neste conjunto, através de um reduzido fragmento de aba do bordo da forma Hayes 52 A (nº 733) ou B, com datação, no caso da variante A, de inícios a meados do séc. IV; ou B, de finais do séc. III a finais do séc. IV ou inícios do V.

A existência de uma peça de *sigillata clara C* da forma Hayes 50 B entre o material recolhido por Estácio da Veiga (Nolen, 1994, sc-25, est. 21) remete para a possibilidade de se tratar, como já defendemos para outras peças, de espólio proveniente de um contexto de necrópole. A confirmar-se esta afirmação, o período de utilização da referida necrópole teria ocorrido entre o séc. I e os meados do séc. IV/inícios do séc. V.

A *sigillata clara D* corresponde a 14.2% do total da terra *sigillata* sendo constituída por 187 fragmentos, dos quais 135 pertencem a formas que se integraram nas tipologias (Tabela 38, Gráfico 16, Estampas 61 a 63), onde se incluem também os fragmentos de fundos com decoração estampada ou polida no fundo interno. A importação deste tipo de *sigillata* prolongou-se pelo menos por três séculos, desde os inícios do séc. IV (Hayes 58 ou 59) até aos finais do séc. VI, ou mesmo o começo do séc. VII (formas Hayes 105 e 109).

Forma	NMI 2004	Nolen 1994	Total NMI
Hayes 32	1		1
Hayes 33	3		
Hayes 34	2		2
Hayes 40		1	1
Hayes 42	1		1
Hayes 45	1		1
Hayes 45 A	3		3
Hayes 46	5 (6)		5
Hayes 48	2		2
Hayes 48 B		2	2
Hayes 50	20		20
Hayes 50 A	29	2	31
Hayes 50 B	15	2	17
Hayes 52 A	1		1
Hayes 52 B		1	1
Hayes 61 A		2	2
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>10</b>	<b>93</b>

Tabela 37 – *Balsa*. Formas de *Sigillata clara C*.



Estampa 60 – Balsa. Terra sigillata clara C.

O início da presença da *sigillata* clara D ocorreu a partir do começo do séc. IV, como mostra a forma Hayes 58 (nº 735, 736 e 739), datada da última década do séc. III/inícios do IV até ao terceiro quartel do séc. V (Hayes, 1972). Trata-se de um prato, que, tal como o tipo Hayes 59 (nº 741), é bastante comum na maioria dos sítios que receberam este tipo de *sigillata*, no sul do actual território português. A sua cronologia mostra que foi produzido desde as primeiras décadas do séc. IV e atingiu os inícios do séc. V (Hayes, 1972). Ainda dos finais do séc. IV regista-se, em Balsa, a presença de um exemplar da forma Hayes 60, bastante rara nos contextos onde se encontra este tipo de cerâmica.

A partir de meados do séc. IV e até meados do século seguinte, acentuou-se o peso das importações tunisinas, fenómeno que se encontra documentado, como o **Gráfico 16** elucida, pela forte presença das formas Hayes 61 A (nº 742 e 743) e B (nº 744 e 745), assim como da Hayes 67 (nº 746), ou mesmo da Hayes 76 (nº 748 e 749).

Forma	NMI 2004	Nolen 1994	Total NMI
Hayes 32	2		2
Hayes 58	6 (7)	-	6
Hayes 59	2		2
Hayes 59A	1	1	2
Hayes 59 B	2 (4)	1	3
Hayes 60	1		1
Hayes 61	2		2
Hayes 61A	8 (9)	1	9
Hayes 61 B	4 (5)	3	7
Hayes 67	10	5	15
Hayes 73 A	1		1
Hayes 76	7	4	11
Hayes 76 A		1	1
Hayes 76 B		2	2
Hayes 81 A	2	1	3
Hayes 84	1		1
Hayes 87	2		2
Hayes 87 A/88	1	1	2
Hayes 90 B var B 2	1		1
Hayes 91	2 (5)	7	9
Hayes 91 A	1		1
Hayes 91 B	1		1
Hayes 91 C	1		1
Hayes 91 D	1		1
Hayes 94 A	2		2
Hayes 94 B		3	3
Hayes 98 AB	1		1
Hayes 99	12		12
Hayes 99A	3 (4)	2	5
Hayes 103 A	1	1	2
Hayes 103 B	2		2
Hayes 104	7 (8)		7
Hayes 104 A	1	3	4
Hayes 104 A2	1		1
Hayes 104 B	1		1
Hayes 105	1	1	2
Hayes 109	2	2	4
Frag. decorados indeterminados	12	4	16
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>35</b>	<b>135</b>

Tabela 38 – Balsa. Formas de *sigillata* clara D.

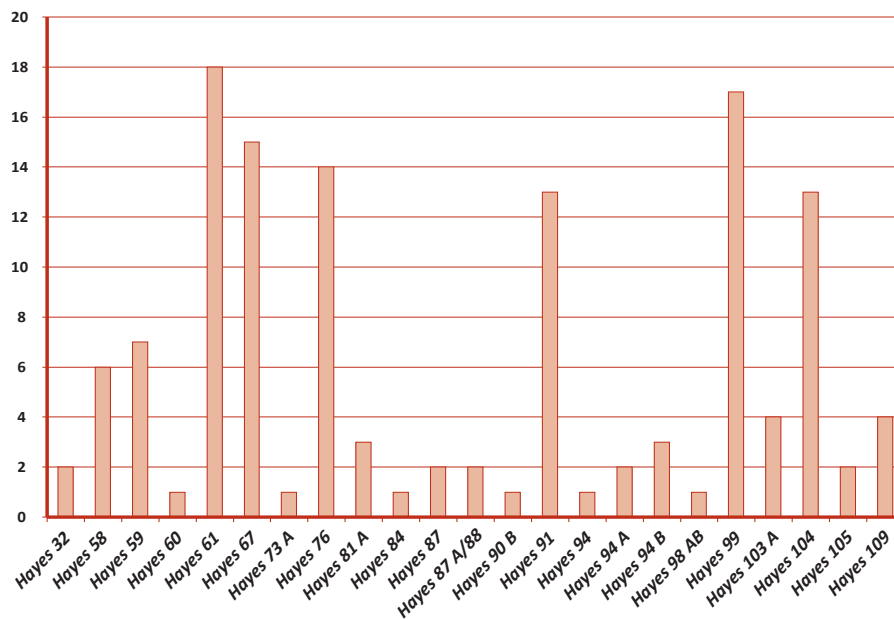


Gráfico 16 – Balsa. Distribuição das formas de sigillata clara D (NMI).

O conjunto de formas que mostra a continuação das importações na segunda metade do séc. V e nos inícios do séc. VI é bastante diversificado. Mas encontram-se os tipos representados, ainda que por apenas um ou dois exemplares, os tipos Hayes 81 A (nº 751 e 752), 84, 87, 91 A, 91 B (nº 753) e 91 C (nº 754), 94, 94 A (nº 755 e 756) e 98.

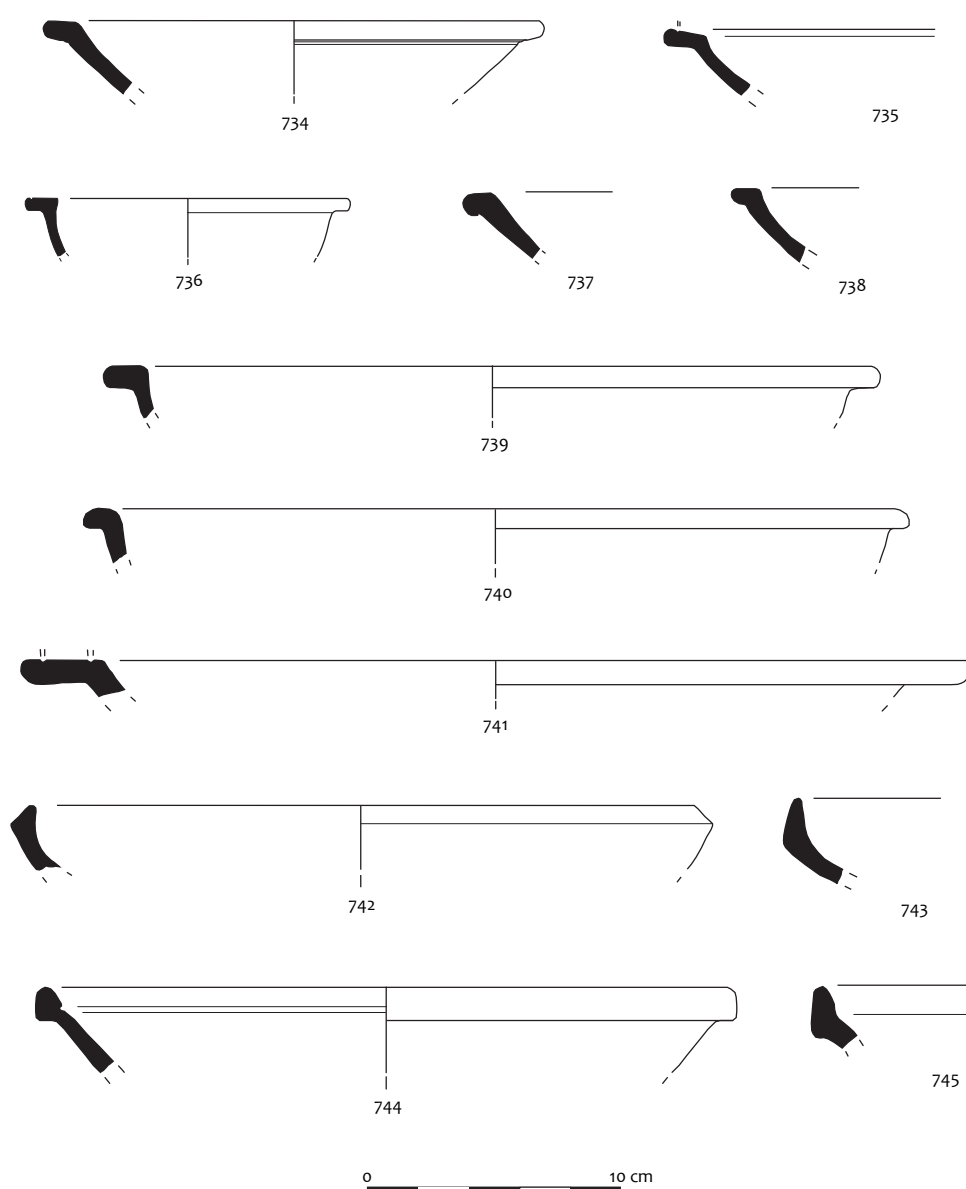
Registou-se um novo pico no volume das importações norte africanas já durante o pleno séc. VI, documentado pela forma Hayes 99, cuja datação pode estender-se desde inícios do séc. VI até às primeiras décadas do séc. VII. Em onze exemplares, não foi possível determinar a variante, mas parece existir algum predomínio da A (nº 757), produzida em Oudhna (Tunísia), que se encontra datada entre os finais do séc. V e os meados do séc. VI (Bonifay, 2004a, p. 181). Outras formas mostram este ressurgir do consumo e comercialização da sigillata clara D, como o tipo Hayes 104 A e B (nº 762 a 764), assim como o 105 e 109. É tentador relacionar este reforço da presença de sigillata clara D em Balsa com a retoma das oficinas do Oued Miliane (Oudhna), proposta por Bonifay, e que se traduz, entre outros aspectos, na produção da forma Hayes 99 e na utilização de novos esquemas decorativos do estilo E (1) (Bonifay, 2003, p. 123-124).

São as formas Hayes 104, 105 e 109 que permitem avançar com a proposta de um *terminus* para a ocupação de Balsa nos finais do séc. VI, ou mesmo já no séc. VII. A forma Hayes 105 data de cerca de 580/600 a 660, ou de um período ligeiramente posterior, e está documentada em Cartago, em estratos do séc. VII (Carandini et al., 1981, p. 96), e o tipo Hayes 109 foi produzido no mesmo período (580/600) e atingiu os meados do séc. VII (Hayes, 1972, p. 166-172). Alguns exemplares da forma Hayes 104 enquadram-se na variante A1 de Bonifay, datada do fim do séc. V e primeiro terço do séc. VI (2004, p. 183). A peça nº 766 pertence ao tipo 109, definido por Bonifay como variante B (Hayes 87/109), que ocorre em contextos dos finais do séc. VI e inícios do séc. VII (2004, p. 186 e 187).

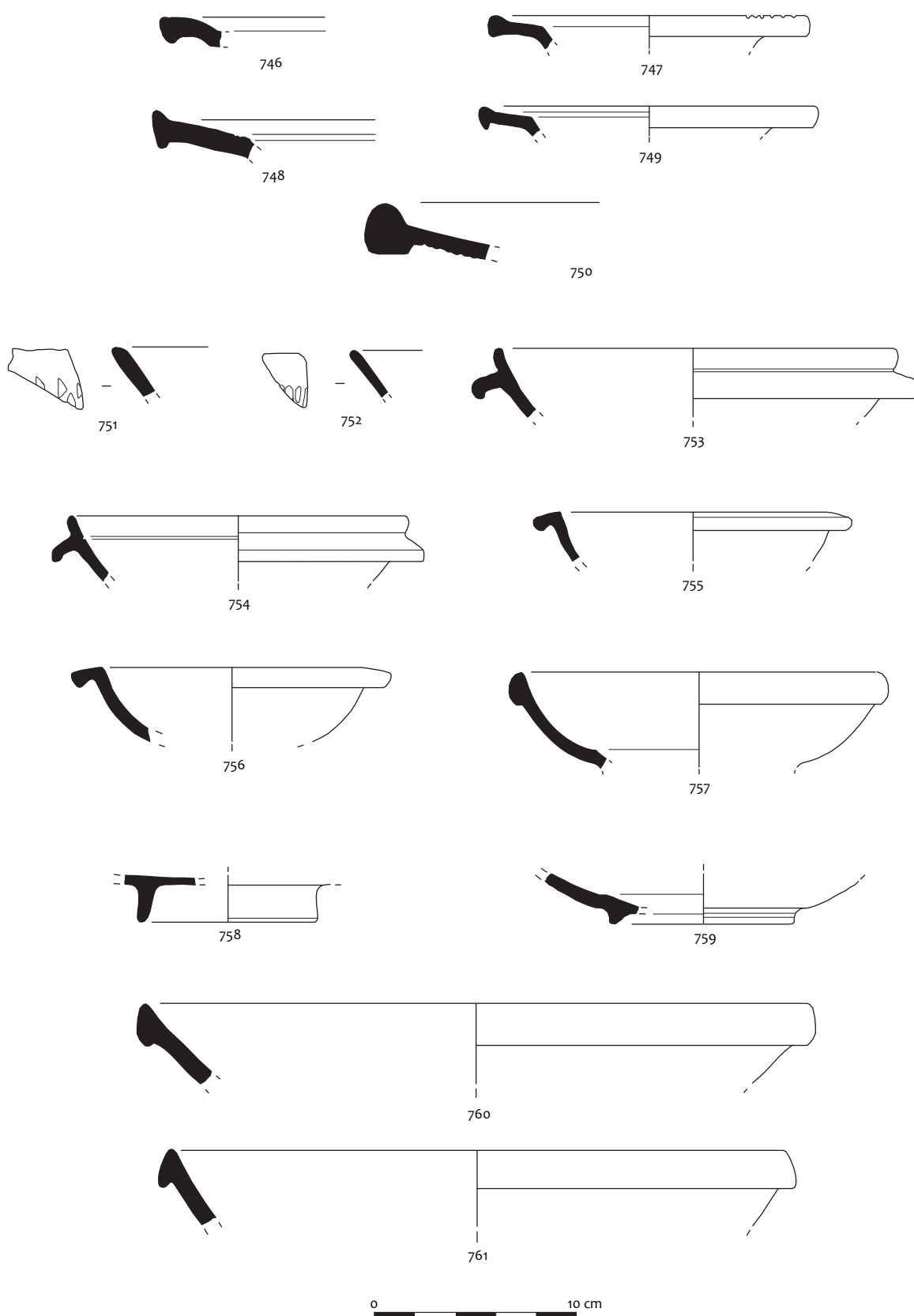
O conjunto de sigillata clara D de Balsa completa-se com uma série de fragmentos decorados, que não permitem a identificação da sua forma. De assinalar a presença de um fragmento de um fundo com decoração polida/brunida, o que sucede também num exemplar de Faro. Uma das peças possui uma faixa decorada com festões (nº 768), que se integra no grupo 1 A de Bonifay, datado da segunda metade do séc. V/ início do séc. VI (2004a, p. 193-196). Em outro exemplar encontra-se decoração polida, em espiral.



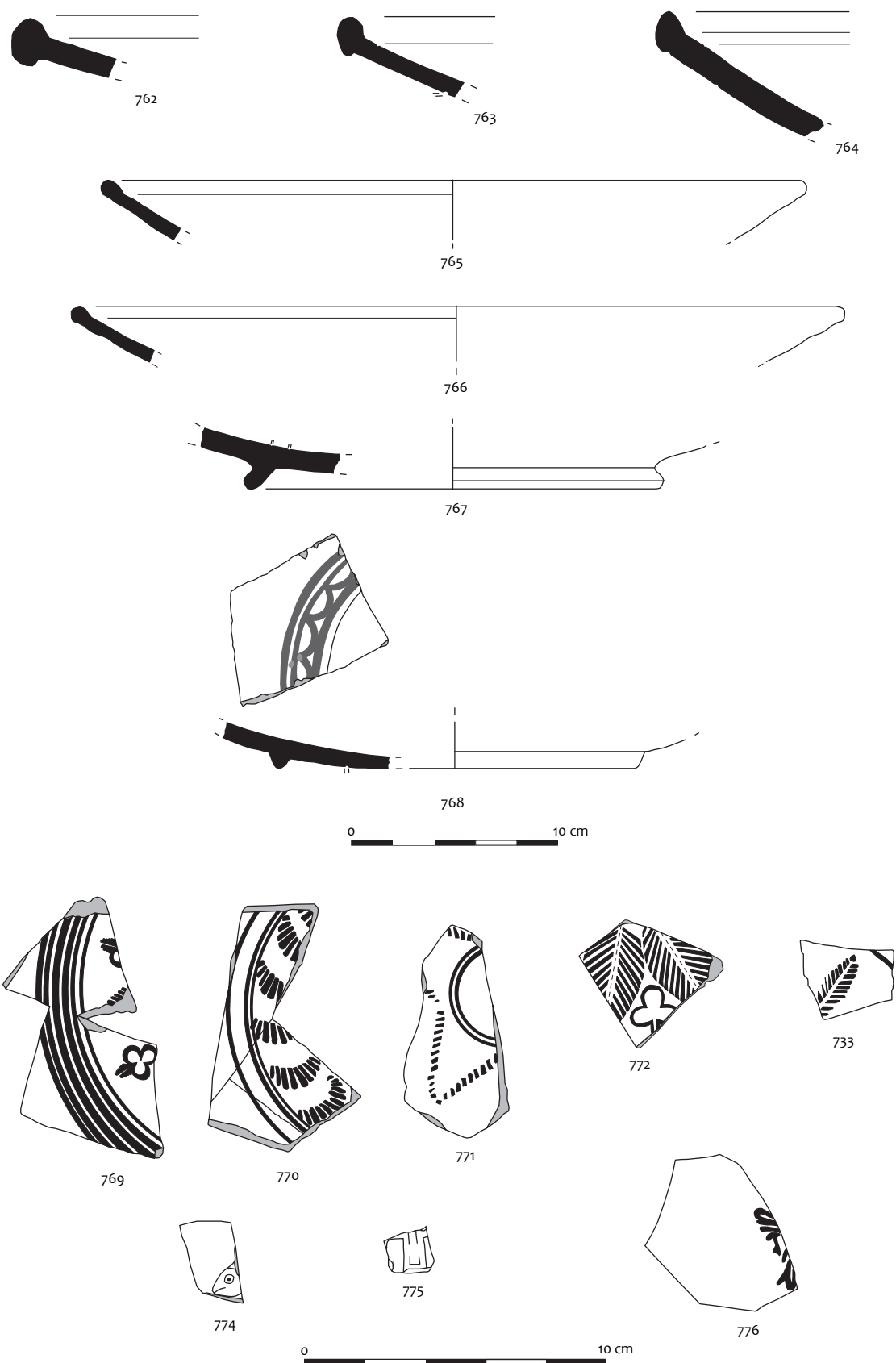
A decoração mais frequente é, como habitualmente, a estampada, encontrando-se sobretudo exemplos do estilo A, com palmetas e trevos (nº 769 e 772), sendo as primeiras tipo 2d e as segundas de uma variante do tipo 78c, com cronologia centrada nos finais do séc. IV (Hayes, 1972, fig. 38, p. 229 e fig. 43, p. 244, respectivamente). O fragmento nº 771 possui o motivo do *chevron*, que compõe uma estrela no fundo central de um prato ou tigela, datado da primeira metade do séc. V (Hayes, 1972, fig. 42, tipo 75, p. 242). Ainda do estilo A (ii)-(iii), encontramos um fundo, nº 770, que ostenta uma linha de crescentes, desenhados eles próprios por linhas radiais, com cronologia entre o final do séc. IV e os meados do séc. V, ou posterior (Hayes, 1972, nº 73, fig. 42, p. 243). No fragmento nº 773, apenas se conservou uma pequena folha de palma, que estaria certamente associada a outros motivos do estilo A, possivelmente círculos concêntricos ou grelhas. Apresenta cronologia da segunda metade do séc. IV (Hayes, 1972, tipo nº 3e, fig. 38, p. 231).



Estampa 61 – Balsa. Terra sigillata clara D.



Estampa 62 – Balsa. Terra sigillata clara D.



Estampa 63 – Balsa. Terra sigillata clara D.

Nas obras de referência consultadas, não encontramos nenhum paralelo exacto para o motivo da peça nº 774, onde apenas se observa a cabeça de um peixe com olho. A julgar pela cronologia dos restantes exemplos de peixes pertencentes ao estilo D de Hayes, este fragmento poderá datar-se entre a segunda metade do séc. V e os inícios do séc. VI, ou em momento ligeiramente posterior (Hayes, 1972, p. 221).

O estilo E está representado por apenas um exemplar, que ostenta parte de uma cruz de duplo contorno (nº 775), pertencente ao tipo 311g, datado dos finais do séc. V (?) a início do séc. VI (Hayes, 1972, p. 277, fig. 56). Em Mértola, encontra-se uma cruz idêntica, tipo 311e, numa peça cuja forma não é possível identificar, mas que poderá ser do tipo Hayes 93, 96/97, 99 e 104 (Lopes, 2003, p. 57).

Tal como sucede com a distribuição cronológica das formas, a maior parte dos motivos decorativos estampados aponta para um pico de importações deste tipo de *sigillata* centrado, sobretudo, nos finais do séc. IV e inícios do séc. V. Embora presente, o estilo E, mais tardio, é claramente minoritário.

A partir de meados do séc. V, *Balsa* recebeu também *sigillata* oriunda do Mediterrâneo Oriental. A *sigillata* **focense tardia** encontra-se representada por 0.9% do total da *sigillata* (**Tabela 39, Estampas 63 e 64**), um conjunto pouco numeroso, que corresponde a umas escassas oito peças, das quais duas já tinham sido objecto de publicação por parte de J. Nolen (1994, p. 102, 107, est. 22). Tal como sucede habitualmente, a forma mais frequente, e neste caso a única corresponde à tigela da forma Hayes 3, (com seis exemplares) (nº 777 e 778). A variante mais tardia (Hayes 3 F), cuja cronologia aponta para o segundo quartel-meados do séc. VI, encontra-se presente com três exemplares (nº 779 a 781), cuja cronologia aponta para o segundo quartel – meados do séc. VI (Hayes 1972, p. 338). Além desta forma, regista-se um fragmento de fundo com decoração estampada (nº 776), que corresponde a parte de uma cruz (“double-ribbed cross-monogram”), com alfa e ómega, motivo datado de finais do séc. V (Hayes 1972, p. 363, fig. 78, nº 65 g).

Forma	NMI 2004	Nolen 1994	Total NMI
Hayes 3	3		3
Hayes 3C		2	2
Hayes 3F	3		3
Indeterminada	1		1
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>9</b>

Tabela 39 – *Balsa*. Formas de *sigillata* focense tardia.

No decorrer de uma deslocação à Quinta de Torre de Ares (em Novembro de 2007), no âmbito da preparação da campanha de prospecção geofísica, recolheu-se um fragmento da forma Hayes 8 (depositado no Laboratório de Arqueologia da C. M. Tavira). Esta forma, bastante mais rara, ocorre apenas, no território hoje português, em Mértola (Delgado, 1992, p. 125-133) e na Alcáçova de Santarém (Viegas, 2003a, p. 204).

A reduzida percentagem desta categoria cerâmica em *Balsa* não difere do que se observa nos outros sítios de referência, como Conímbriga, Santarém, Represas e Belo, por exemplo, onde as percentagens rondam também o 1%. No entanto, o conjunto de *Balsa* difere dos anteriores pela presença significativa de exemplares das variantes mais tardias, sobretudo do segundo quartel/meados do séc. VI, que são pouco frequentes nos restantes sítios.

A *sigillata* **luzente** conta com 11 exemplares (**Tabela 40 e Estampa 64**). A forma mais frequente, Lamb. 1/3 (Luis 37 a) (nº 782), corresponde à tigela de bordo vertical e perfil em amêndoa e decoração formada por guilhoché grosseiro. A sua cronologia centra-se entre as últimas décadas

do séc. III e os meados do séc. IV (Raynaud, 1993a). Além deste tipo, encontra-se igualmente em *Balsa* a taça carenada de menores dimensões, do tipo Luis 31/33 B (nº 783 e 784), datada do período compreendido entre os meados do séc. IV e os meados do século seguinte (Raynaud, 1993a; Pernon e Pernon, 1990, p. 116). Formas idênticas encontram-se especificamente no centro produtor de Portout (Pernon e Pernon, 1990, p. 116, nº 60, Est. XXVII). A cronologia desta forma situa-se entre os meados do séc. IV e os meados do século seguinte (Raynaud, 1993a).

Alguns fragmentos de fundos foram identificados como pertencentes a formas fechadas, possivelmente urnas, e as asas podem ter pertencido a jarros. Entre os primeiros, o fundo nº 785 pode ter pertencido a uma urna do tipo Luis. 92 (Pernon e Pernon, 1990, p. 122, Est. XVI), datada de meados do séc. III até ao séc. V (Raynaud, 1993a, p. 509). O fundo nº 786 pode ter feito parte também de uma urna, de cronologia idêntica, que pode atingir os meados do séc. V.

Entre o material estudado por J. Nolen nos anos 90 do séc. XX, esta cerâmica já tinha sido individualizada (Nolen, 1994, sc-54 a 56, p. 102, 106-107) através de uma série de fragmentos que constituem, de acordo com o cálculo do NMI, um exemplar.

Num momento em que *Balsa* se abasteceu, sobretudo, nas oficinas norte Africanas da Tunísia, a presença de *sigillata* do Sul da Gália constitui uma realidade patente também na presença de *sigillata paleocristã* (DSP). Esta encontra-se representada apenas por 0.6% do total da *sigillata*, o que se traduz numas escassas três peças (Tabela 41, Estampa 64). Duas taças pertencem ao tipo Rigoir 3, com pasta cinzenta e decoração estampada no topo do bordo em aba, num dos casos formada por círculos concêntricos (simples e segmentados) (próximos do tipo nº 2 de Carandini, 1981, Tav. XI) (nº 788). O exemplar nº 789 deve pertencer à forma Rigoir 16. Trata-se de uma peça de pasta alaranjada e engobe da mesma cor, observando-se decoração estampada no exterior, onde ainda é possível ver uma lúnula raiada, onde se incluem diversos círculos concêntricos, simples e segmentados (Carandini, 1981, Tav. XII, variante do nº 27 e Tav. X, variante nº 27 dos círculos). Apesar de ser arriscado atribuir uma área de produção aos exemplares Balsenses, julgamos que, pelo menos a última peça, pode possivelmente, pertencer ao grupo da Narbonense, pois 40/60% da produção desta área possui pastas alaranjadas (Carandini et al., 1981, p. 5).

Forma	NMI 2004	Nolen 1994	Total NMI
Lamb. 1/3 (=Luis. 37a)	6 (7)		7
Luis. 31/33B	2		2
Formas fechadas	2	1	2
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>11</b>

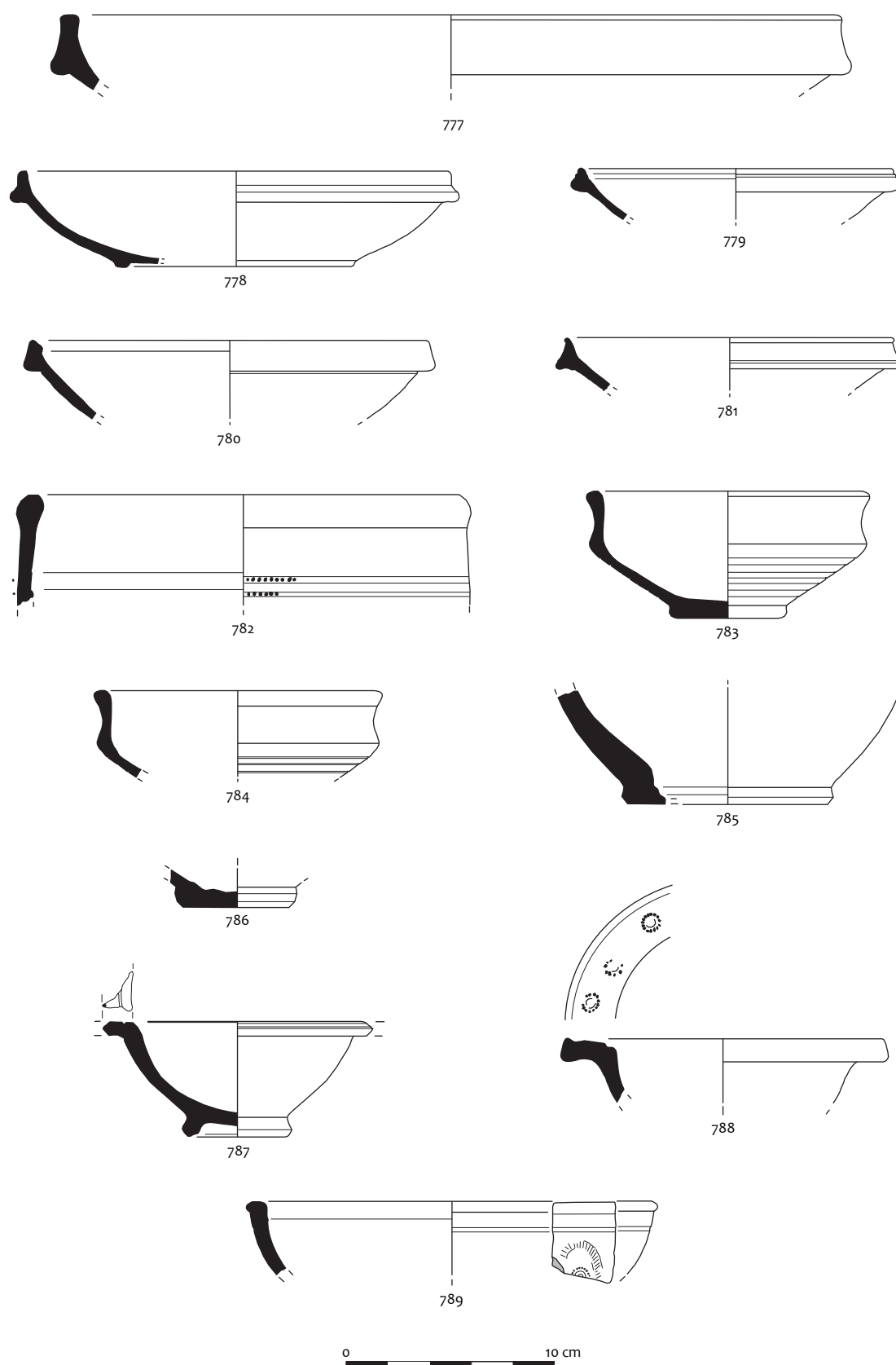
Tabela 40 – *Balsa*. Formas de *sigillata* luzente.

Forma	NMI 2004	Nolen 1994	Total NMI
Rigoir 1a		2	2
Rigoir 3a	2		2
Rigoir 16	1		1
Indeterminada		1	
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>6</b>

Tabela 41 – *Balsa*. Formas de DSP.

Entre o material anteriormente publicado por J. Nolen, encontram-se dois fragmentos de pratos da forma Rigoir 1, a de pasta cinzenta com a característica decoração estampada na aba do bordo (Nolen, 1994, p. 109, pc-1 e pc-2). Esta forma encontra-se entre as mais comuns neste tipo de cerâmica, e o seu modelo inspirou-se na forma norte africana idêntica, Hayes 59. Embora sempre em reduzidas quantidades, a DSP (derivada da *sigillata* paleocristã) encontra-se, no território hoje algarvio, na cidade de Faro.





Estampa 64 – Balsa. *Sigillata* foceense tardia, luzente e DSP.

Catálogo 4 – *Terra sigillata*, formas ilustradas

Est.	Nº	Nº Inv.	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Bibliografia	Diâm.	Alt. total	Dese- nho	Nº contentor MNA
38	530	2004.307.1	TSI	Consp. 04.4	bordo		Viegas, 2006a, Est. 1, nº 1.	150	17	C.V.	0139.7
38	531	2004.184.9	TSI	Consp. 04.5	bordo		Viegas, 2006a, Est. 1, nº 2	310	21	C.V.	0139.7
38	532	2004.292.5	TSI	Consp. 04.5	bordo		Viegas, 2006a, Est. 1, nº 3.	210	20	C.V.	0139.7
38	533	2004.362.2	TSI	Consp. 12.2	bordo		Viegas, 2006a, Est. 1, nº 4.	260	19	C.V.	0139.7
38	534	2004.159.3	TSI	Consp. 14.2	bordo		Viegas, 2006a, Est. 1, nº 5.	indet	15	TA246	0139.7
38	535	2004.249.3	TSI	Consp. 18.2	bordo	guilhoché grosseiro	Viegas, 2006a, nº 6, Est. 1.	indet.	29	C.V.	0139.7
38	536	2004.141.14	TSI	Consp. 19	bordo/ fundo		Viegas, 2006a, nº 7, Est. 1.	140	25	C.V.	0139.7
38	537	2004.163.5	TSI	Consp. 19.2	bordo		Viegas, 2006a, nº 8, Est. 1	160	18	C.V.	0139.7
38	538	2004.292.1	TSI	Consp. 20.1	bordo		Viegas, 2006a, nº 9, Est. 1	220	19	C.V.	0139.7
38	539	2004.197.35	TSI	Consp. 20.4.3	bordo	cola com 317	Viegas, 2006a, nº 10, Est. 1	160	13	C.V.	0139.7
38	540	2004.163.16	TSI	Consp. 20.2	bordo		Viegas, 2006a, nº 11, Est. 1	170	19	C.V.	0139.7
38	541	2004.161.706	TSI	Consp. 21.3	bordo		Viegas, 2006a, nº 12, Est. 1	140	19	C.V.	0139.7
38	542	2004.163.11	TSI	Consp. 22.1.2	bordo	guilhoché grosseiro	Viegas, 2006a, nº 13, Est. 1	80	27	C.V.	0139.7
38	543	2004.218.3	TSI	Consp. 23.2	bordo		Viegas, 2006a, nº 14, Est. 1	120	28	C.V.	0139.7
38	544	2004.109.20	TSI	Consp. 24.4	bordo		Viegas, 2006a, nº 15, Est. 1	60	21	C.V.	0139.7
38	545	2004.141.13	TSI	Consp. 27.2	bordo	com guilhoché no exterior do bordo	Viegas, 2006a, nº 16, Est. 2	150	20	C.V.	0139.7
38	546	2004.126.48	TSI	Consp. 27.1	bordo		Viegas, 2006a, nº 17, Est. 2	110	33	C.V.	0139.7
38	547	2004.163.13	TSI	Consp. 27	fundo		Viegas, 2006a, nº 18, Est. 2	indet.	18	TA246	0139.7
39	548	2004.141.36	TSI	Consp. 33	bordo	guilhoché ext. – 11	Viegas, 2006a, nº 19, Est. 2	110	31	C.V.	0139.7
39	549	2004.163.10	TSI	Consp. 32.2	bordo	decor de dupla espiral no bordo	Viegas, 2006a, nº 20, Est. 2	120	43	C.V.	0139.7
39	550	2004.360.4	TSI	Consp. 50.3.2	bordo	lisa, só com ranhuras	Viegas, 2006a, nº 21, Est. 2	indet.	27	C.V.	0139.7
39	551	2004.134.35	TSI	Consp. R 3.3.1 modiolus	bordo		Viegas, 2006a, nº 22, Est. 2	indet.	27	C.V.	0139.7
39	552	2004.286.4	TSI	Consp. R 1.1.1	bordo	s.d	Viegas, 2006a, nº 23, Est. 1	indet.	13	C.V.	0139.7
39	553	2004.120.41	TSI	Consp. R 3.3.1 modiolus	bordo		Viegas, 2006a, nº 24, Est. 2	indet.	18	C.V.	0139.7
Modiolus com bordo secção triangular originário de Arezzo, possível obra de Perennius Tigranus.											
39	554	2004.143.14	TSI	Drag. 11	bordo/ parede	Consp. R 7.1	Viegas, 2006a, nº 25, Est. 2	indet.	132	C.V.	0139.7
Final de reinado de Augusto. Sob o bordo decorado com guilhoché, na parede do cálice, decoração impossível de reconstituir. Apenas se conservou a palissada de elemen- tos verticais. Paralelo para a forma e palissada de elem verticais em Tilhard, est. 126, nº 6, p. 410 – (Ettlinger 1983, Oxé 1933, Fiches 1971).											
39	555	2004.141.15	TSI	Indet.	bojo		Viegas, 2006a, nº 26, Est. 2			C.V.	0139.7
Apenas se observa parte do membro superior de um personagem impossível de classificar dada a dimensão do fragmento.											
39	556	2004.141.46	TSI	Indet.	fundo	marca de oleiro C Vibienus	Viegas, 2006a, nº 27, Est. 2	indet.	--	C.V.	0139.7
Marca de oleiro CVBI – OCK 2373											
39	557	14707	TSI				Nolen, 1994, si-14, p. 66, est.10, fig.20.			C.V.	0139.7
Grafito islâmico produzido no fundo externo da peça que ostenta a marca do oleiro aretino C.VIBIENVVS, anteriormente publicada por J. Nolen (Nolen, 1994, si-14, p. 66, est. 10, fig. 20). No grafito pode ler-se o nome Mohamed em árabe cursivo (Viegas, 2006a, nº 28 Est. 2.)											

Est.	Nº	Nº Inv.	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Bibliografia	Diâm.	Alt. total	Dese- nho	Nº contentor MNA
40	558	2004.161.1	TSS	Drag. 24/25	forma completa	marca ilegível.	Viegas, 2006a, nº 29, Est. 3.	80	38	C.V.	0139.7
40	559	2004.150.9	TSS	Drag. 24/25	bordo	decoração de guilhocché	Viegas, 2006a, nº 30, Est. 3.	100	30	C.V.	0139.1
40	560	2004.108.99	TSS	Drag. 24/25	bordo	decoração de guilhocché fino	Viegas, 2006a, nº 31, Est. 3	110	32	C.V.	0139.1
40	561	2004.119.22	TSS	Drag. 15/17	bordo/ meia cana		Viegas, 2006a, nº 32, Est. 3	160	26	C.V.	0139.5
40	562	2004.189.6	TSS	Drag. 15/17	bordo		Viegas, 2006a, nº 33, Est. 3	170	19	T.D.	0139.4
40	563	2004.161.347	TSS	Drag. 15/17	bordo		Viegas, 2006a, nº 34, Est. 3	180	24	C.V.	0139.5
40	564	2004.164.5	TSS	Drag. 18	bordo		Viegas, 2006a, nº 35, Est. 3.	230	38	C.V.	0139.1
40	565	2004.164.2	TSS	Drag. 18	perfil	marca de oleiro Marinus	Viegas, 2006a, nº 36, Est. 3 e 19	186	45	C.V.	0139.1
40	566	2004.142.158	TSS	Drag. 18	bordo	defeitos na aplicação do verniz visíveis na superfície externa	Viegas, 2006a, nº 37, Est. 3	160	45	C.V.	0139.1
40	567	2004.117.16	TSS	Drag. 18	bordo	verniz a estalar	Viegas, 2006a, nº 38, Est. 3	160	22	C.V.	0139.1
40	568	2004.115.78	TSS	Drag. 18	bordo	verniz a estalar	Viegas, 2006a, nº 39, Est. 3	160	22	C.V.	0139.1
40	569	2004.211.12	TSS	Drag. 18	bordo		Viegas, 2006a, nº 40, Est. 3	160	25	C.V.	0139.1
40	570	2004.142.22	TSS	Drag. 18	bordo		Viegas, 2006a, nº 41, Est. 3	170	31	C.V.	0139.1
40	571	2004.161.87	TSS	Drag. 18	bordo		Viegas, 2006a, nº 42 Est. 4	190	30	C.V.	0139.1
40	572	1990.4.214	TSS	Drag. 18	bordo/ fundo	perfil pesado	Viegas, 2006a, nº 43, Est. 4	200	48	C.V.	0139.1
40	573	2004.133.61	TSS	Drag. 27	completa	com marca de oleiro ilegível	Viegas, 2006a, nº 44, Est. 4	140	60	C.V.	0139.5
40	574	2004.161.7	TSS	Drag. 27	bordo		Viegas, 2006a, nº 45, Est. 4	80	31	C.V.	0139.5
41	575	2004.133.82	TSS	Drag. 27	bordo		Viegas, 2006a, nº 46, Est. 4	120	42	C.V.	0139.5
41	576	2004.142.70	TSS	Drag. 27	bordo/ parede		Viegas, 2006a, nº 47, Est. 4	90	24	T.D.	0139.1
41	577	2004.150.6	TSS	Drag. 27	parede/ bordo		Viegas, 2006a, nº 48, Est. 4	120	46	C.V.	0139.5
41	578	2004.109.6	TSS	Drag. 35/36	bordo	decoração de barbotina de folha de água	Viegas, 2006a, nº 49, Est. 4	140	6	C.V.	0139.5
41	579	2004.133.152	TSS	Drag. 35/36	bordo	decoração de barbotina de folha de água	Viegas, 2006a, nº 50, Est. 4	130	11	C.V.	0139.5
41	580	2004.126.34	TSS	Drag. 29	parede		Viegas, 2006a, nº 51, Est. 5		34	T.D.	139
<p>Produções pré-Flávias (Tibério-Cláudio). Cronologia 15-35/40 (Tilhard, 2004). Decoração cuja composição é impossível de determinar. A parte superior da decoração não se conservou restando apenas a área da carena com moldura simples, enquadrada por duas linha de pérolas. Sob ela, encontra-se a pança formada por uma palissada de gomos ("palissade de godronides volutés") idênticas às representadas por Hermet (1934, nº 11, est. 16, p. 14). Palissada de gomos que alternam com bolotas que saem de duas folhas. Estes motivos foram datados de 15-35/40 (Tibério) (Tilhard, 2004, est. 134, nº 94, p. 414). Encontra-se uma composição idêntica produzida por Albinus ii, (Dannel et al. 2003, Albinus ii, Est. C 1, Nº 0023). Este tipo de decoração está presente no naufrágio Culip IV, tipo Cg.4a, num exemplar sem marca de oleiro, mas de cronologia bastante posterior, uma vez que o naufrágio está datado entre 78 e 82 (Nieto e Puig, 2001, nº 103, p. 201). O mesmo motivo, de gomos e bolotas, pode ser atribuído a Senicio (Knorr, 1952, est 21 F) e também atribuído a Ardacus em Drag. 29 (Knorr, 1952, est. 74, C). No território hoje português encontra-se uma peça idêntica, também Drag. 29, com decoração do friso inferior semelhante, recuperada em Braga e também atribuída a Tibério-Cláudio (Morais, 1997/98, nº 33, p. 87, est. XXII e XXXII).</p>											
41	581	2004.109.157	TSS	Drag. 30	parede		Viegas, 2006a, nº 52, Est.5, p. 44	--	44	T.D.	139
<p>Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos simples com lingueta de extremidade tripla. Decoração de grinalda ondulada, não é possível determinar dada a dimensão do fragmento. Encontra-se um bom paralelo para a grinalda na obra de Knorr, atribuído a Masclus da Graufesenque que Knorr data de Cláudio (1952, est. 36). Mees atribui uma cronologia entre 50-70 a este oleiro que pode ter iniciado a sua produção com Tibério-Cláudio (1995, p. 84).</p>											
41	582	2004.134.5	TSS	Drag. 29	bordo/ parede		Viegas, 2006a	200	40	T.D.	139
<p>Cronologia 50-70. Decoração impossível de reconstituir. Guilhocché fino, linha de pérolas e friso decorado com grinalda ondulada idêntica a Hermet, nº 46 (Hermet, 1934, est. 36, p. 76). Decoração com paralelo muito próximo na obra de Modestus, oleiro que terá produzido em La Graufesenque, entre 50 e 70 (Mees, 1995, est.143.1, p. 87). A peça apresentada por Mees é em tudo idêntica ao nosso exemplar, quer no tipo de grinalda, quer nas florzinhas no interior das volutas e nas folhas da grinalda, assim como na linha de pérolas.</p>											
41	583	2004.111.18	TSS	Herm. 7	parede	cola com 108	Viegas, 2006a,	ind	36	T.D.	139
<p>Decoração de linha de óvulos com lingueta. Composição decorativa formada por medalhões formados por filete simples entrelaçados (Hermet, 1934, est. 51, nº 8, p. 88). Os medalhões incluem elementos vegetais semelhantes ao nº 2 (Hermet, 1934, est. 14, p. 13).</p>											

Est.	Nº	Nº Inv.	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Bibliografia	Diâm.	Alt. total	Dese- nho	Nº contentor MNA
41	584	2004.224.4	TSS	Drag. 30	indet.	Produções pré-Flávias (Tibério-Cláudio). Decoração impossível de reconstituir. Composição de losangos que incluem florzinhas de quatro pétalas. Decoração como no nº 3 de Hermet (1934, est. 78, p. 128).	Viegas, 2006a, nº 55, Est. 5	—	28	T.D.	139
41	585	2004.133.146	TSS	Drag. 37	parede	Cronologia 65/70-80/85. Decoração de difícil reconstituição. Trata-se possivelmente de uma decoração metopada. À direita de uma linha ondulada vertical, pode observar-se um cão de que apenas se conservaram as patas traseiras, cauda e parte do corpo. A composição é limitada, na sua parte inferior, por uma linha ondulada horizontal e por uma faixa de palissada de estrigilos. O cão assemelha-se ao nº 39 (Hermet, 1934, est. 26, p. 35). O estrigilo é idêntico ao representado com o nº 21 mas de direcção contrária (Hermet, 1934, est. 16, p. 14). Uma composição com palissada idêntica encontra-se na forma Drag. 37 representada com o nº 1 da est. 197 de Mees, que se encontra atribuído ao oleiro Vitalis de La Graufesenque, datado de 75-95 (Mees, 1995, est. 197, p. 99 e 179). No entanto verifica-se que o oleiro M. Crestio, do mesmo centro produtor, e datado de 80-110, utilizou o mesmo tipo de palissada de estrigilos, também na forma Drag. 37 (Mees, est. 46.2, p. 74 e p. 139). O mesmo tipo de palissada de estrigilos é datado do período de Nero-Vespasiano (65/70-80/85) por J.-L. Tilhard (2004, est. 154, nº 317-319, p. 426). Apesar deste fragmento já permitir uma aproximação à cronologia desta peça, naturalmente que o conhecimento do restante da composição seria fundamental para uma maior precisão.	Viegas, 2006a, nº 56, Est. 5	ind	48	T.D.	139
42	586b	2004.141.7	TSS	Drag. 37	parede	3 fragmentos. Um destes fragmentos cola com o bordo já publicado por Nolen (1994, p. 79, est. 13). Diâm. indet., alt. nº 57a 80 mm.	Viegas, 2006a, nº 57a e 57b, Est. 5	ind.	22	T.D.	139
						Cronologia 65/70-80/85. Linha de óvulos duplos com lingueta tripartida próxima do tipo SH (Dannel, Dickinson e Vernhet, 1998, p. 80, e 84), linha ondulada horizontal. Composição formada por grinalda ondulada. Parte superior da ondulação com folhas. Sob os arcos encontram-se dois personagens, fauno e putto. Na zona inferior observa-se um canídeo. Encontram-se as mesmas folhas e composição com grinalda, mas com os elementos de preenchimento de tipo diferente, em Poitiers (Tilhard, 2004, est. 161, nº 378, p. 429-430). Encontra-se datado do período de Nero-Vespasiano (65/70-80/85). Também se regista um paralelo nas folhas na peça nº 379, (Tilhard, 2004, est. 161, p. 430). Uma outra composição e folhas semelhantes aos de Balsa, mas com o preenchimento com gladiadores e “ados” verticais com caules sinuosos, está presente na obra de Mees (1995, est. 125, nº 3 p. 85). Trata-se de obra do oleiro Memor de La Graufesenque, com laboração entre 75-95. Encontram-se folhas iguais numa composição diferente com duas ordens de decoração no friso e na panga numa peça do naufrágio Culip IV (Nieto e Puig, 2001, folha tipo Ca.80, nº 160, p. 233). Trata-se de uma peça com marca do oleiro Virthu, que iniciou sua produção em La Graufesenque em 75. Também se encontram semelhanças com o exemplar nº 395 (Nieto e Puig, 2001, p. 348), Drag. 37 com composição e folhas idênticas excepto nos motivos de preenchimento. Ainda com semelhanças nas folhas da peça nº 397, (Nieto e Puig, 2001, p. 350). Neste caso observa-se uma composição com medalhões entre a linha ondulada de grinalda, sendo diferente o motivo de preenchimento.					
42	587	2004.133.156	TSS	Drag. 37	bordo	Cronologia 75-100/110. Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos com lingueta com extremidade espessada (circular?). Motivos muito empastelados. Linha ondulada e, sob ela, observam-se as extremidades de folhas de dois ramos de árvore. Um outro motivo, à direita, é impossível de determinar. Trata-se possivelmente de obra do oleiro Germanus III, cujo período de laboração decorreu de 75-100/110 (Mees, 1995, p. 77, est. 76.3, 83.8, 84.3 e 85.1 e 2, 86.14.). Polak coloca o fim da produção deste oleiro em época ligeiramente anterior 85/90 (Thilhard, 2004, p. 220).	Viegas, 2006a, nº 58, Est. 6	ind	46	T.D.	
42	588	2004.133.259	TSS	Drag. 37	bordo	Cronologia 75-100/110. Linha de óvulos com lingueta não sendo possível saber qual a sua extremidade por se encontrar empastelada. Linha ondulada, seguindo-se composição difícil de determinar formada por motivos de árvores que alternam com figuras de animais – cabeça e membros superiores de lebre em salto que se dirige para a direita – e parte da juba, dorso e cauda de leão na mesma direcção. No topo das árvores encontram-se pequenas aves. Estilo possivelmente de Germanus III com árvore já mais estilizada, habitualmente datado de 75-100/110 d.C. (Mees, 1995, p. 77, est. 76.3, 83.8, 84.3 e 85.1 e 2, 86.14.).	Viegas, 2006a, nº 59, Est. 6	210	64	T.D.	139
43	589	2004.133.135	TSS	Drag. 37	bordo/ parede	Cronologia 75-100/110. Linha de óvulos duplos com lingueta cuja parte final parece ser circular (?). Torna-se impossível precisar a característica desta extremidade pelo empastelamento da peça e falta de nitidez. Segue-se linha ondulada e composição com motivos de árvores, que alterna com o motivo de um animal (lebre?) em salto, sobre dois <i>flabelum</i> (arbustos). Pelos motivos das árvores atribuímos a decoração a Germanus III cujo período de laboração decorreu de 75 a 100/110 (Mees, 1995, p. 77, est. 76.3, 83.8, 84.3 e 85.1 e 2, 86.14.).	Viegas, 2006a, nº 60, Est. 7	210	88	T.D.	139
43	590	2004.193.78	TSS	Drag. 37	bordo	pertence à peça anteriormente publicada por J. Nolen (1994, ss-29, p. 79, est. 14). Cronologia 75-100/110. Decoração reconstituível com grinalda ondulada de duas folhas (aspas) que inclui cabeça de leão voltado à direita e um fauno igualmente voltado à direita. Paralelo para o leão, sob arcaria de folhagem idêntica, em Mees, (1995, est. 77 nº 1, p. 78) atribuído a Germanus III, de La Graufesenque. Também se encontra a cabeça de leão noutra peça (Mees, 1995, est. 81, nº 2, p. 78, do mesmo oleiro. Este motivo também está presente numa peça do naufrágio Culip IV, com assinatura do oleiro Sex.lul.lucund (Nieto e Puig, 2001, tipo Ba.15, nº 33, p. 159).	Viegas, 2006a, nº 61, est. 7	170	44	T.D.	139
44	591	2004.133.43	TSS	Drag. 37	bordo	Cronologia 75-100/110. Linha de óvulos duplos com lingueta com extremidade tripla. Linha ondulada horizontal, seguindo-se um esquema decorativo impossível de reconstituir onde se observa o limite superior de uma árvore, com ave (pomba?), voltada para a esquerda. Atribuí também esta peça à produção de Germanus III (Mees, 1995, est. 72, nºs 1, 5, 6, 9, 10, 14 e 15, est. 76, nº 3, est. 78, nº 10, est. 79, nº 3, p. 78). O mesmo tipo de árvore com o detalhe específico de ostentar a pequena ave foi também produzida por Germanus VI que produziu em Banassac em fase bastante mais tardia entre 120 ou 130 até meados do séc. II (Mees, 1994, est. 231, nº 1, p. 109). Verifica-se também que Mercator, cuja produção data de entre 80/90-100, utilizou uma árvore e ave idênticas (Mees, 1995, est. 133.5, p. 86). Motivos idênticos também na obra de Germanus VII de Banassac (Mees, 1995, est. 232.4, p. 110).	Viegas, 2006a, nº 62, Est. 8	124	60	T.D.	139
44	592	2004.185.52	TSS	Drag. 37	parede/ fundo	Cronologia 70-120. Decoração impossível de reconstituir, apenas se conservou o limite inferior, formado por grinalda de três folhas enquadrada em duas linhas onduladas horizontais. Esta grinalda encontra-se em peças do naufrágio Culip IV (Nieto e Puig, 2001, grinalda tipo Eb.59a nº 486, p. 391 e nº 631). Infelizmente a peça não ostenta marca de oleiro. Outra grinalda, em tudo idêntica, está presente em Mees, (1995, est. 12, nº 3, p. 71) numa peça do oleiro Biragillus, de La Graufesenque, datado de 70-120. Também se encontra uma peça semelhante em Knorr (1912, est XIX, nºs 1-3).	Viegas, 2006a, nº 63, Est. 8	--	32	T.D.	139

Est.	Nº	Nº Inv.	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Bibliografia	Diâm.	Alt. total	Dese- nho	Nº contendor MNA
44	593	2004.150.2	TSS	Drag. 37?	parede		Viegas, 2006a, nº 64, Est. 8	--	42	T.D.	139
<p>Cronologia de 80-120. Linha de óvulos duplos com lingueta com extremidade com flor de seis pétalas. Composição metopada com painéis repartidos. Ao centro observa-se um sátiro, à esquerda existe uma possível cruz de Santo André e à direita um motivo vegetal – árvore (?). O sátiro, segura um cacho de uvas na mão direita e uma lebre caída, na mão esquerda. Este sátiro tem semelhanças com nº 87 (Hermet, 1934, est. 19, p. 20), embora o nosso exemplar seja mais estilizado. Encontra-se um sátiro idêntico numa peça do oleiro Biragillus de La Graufesenque, datado de 90-120 (Mees, 1995, est. 11, fig. 1, p. 71). No entanto, neste exemplar, os painéis da composição metopada encontram-se cortados e a decoração dos restantes painéis é diferentes da do exemplar de Balsa. A peça nº 500 de Poitiers possui um sátiro mais esquematizado incluído numa composição livre. (Tilhard, 2004 est. 172, p. 436). Essa peça, é atribuída a Biragillus que produziu entre Domiciano e Trajano.</p>											
45	594	2004.145.1	TSS	Drag. 37	parede/ fundo		Viegas, 2006a, nº 65, Est. 9	--	33	T.D.	139
<p>Cronologia 70-120. Decoração impossível de reconstituir. Faixa com grinalda ondulada, e limite inferior da decoração formado por grinalda de três folhas, enquadras por duas linhas onduladas e simples, horizontais. No naufrágio Culip IV, regista-se uma grinalda do tipo Eb.59a (Nieto e Puig, 2001, nº 486, p. 391, e nº 631, p. 467). Esta peça não possui marca de oleiro. Uma grinalda idêntica em tudo, está publicada na obra de A. Mees, (1995, est. 12, nº 3, p. 71). Trata-se de um exemplar do oleiro Biragillus de La Graufesenque, datado de 70-120.</p>											
45	595	2004.104.156	TSS	Drag. 29	bordo		Viegas, 2006a, nº 66, Est. 9	ind	50	T.D.	139
<p>Cronologia 70-90. Guilhoché fino que corresponde à parte inferior do bordo. O friso superior possui grinalda ondulada que inclui imbricações de pontas de flecha. A grinalda apresenta voluta com florzinha central, formada por 10 pétalas. Segue-se moldura lisa enquadra por duas linhas de pérolas. A carena é acentuada e a pança possui palissada de gomos. Trata-se de uma decoração possivelmente de Momo, que produziu em La Graufesenque entre 70 e 90 d.C. (Mees, 1995, p. 87, est. 145.2). Uma florzinha e pétalas idênticas, encontram-se noutra peça também de Momo (Mees, 1995, est. 145.10).</p>											
45	596	2004.141.34	TSS	Drag. 37	bordo/ parede/ asa hori- zontal	fragmentos que pertencem à peça ss-39 publicada por J. Nolen, mas não permite colagem (1994, ss-39, p. 80, est. 14).	Viegas, 2006a, nº 67, Est. 9	240	11	T.D.	139
<p>Cronologia de Vespasiano. Linha de óvulos e lingueta com extremidade tripla. Composição onde se observa a representação de uma águia com a cabeça voltada para a esquerda e área onde se encontra uma serpente. J. Nolen, com base na obra de Oswald, atribui o motivo do javali, da águia e da serpente ao oleiro Crucuro que trabalhou na Graufesenque de Vespasiano a Trajano (Nolen, 1994, ss-39, p. 80, est. 14). Regista-se também uma águia e a serpente idêntica às representadas no nº 2 e 3 (Hermet, 1934, est. 28, p. 38). A composição encontra-se atribuída a Crucuro por Hermet (1934, nº 3 est. 89, p. 143).</p>											
45	597	2004.366.1	TSS	Drag. 37	parede		Viegas, 2006a, nº 68, Est. 9	--	44	T.D.	139
<p>Cronologia 90-100. Linha de óvulos duplos com lingueta tripla. Decoração formada por métopas que alternam com medalhão que inclui personagem alada. No espaço disponível observam-se caules sinuosos que terminam em folhas cordiformes. A métopa à esquerda, encontra-se repartida. Na sua parte superior inclui uma lebre e na inferior uma série de linhas onduladas inclinadas a 45 graus. Decoração que encontra com bom paralelo em Mees est. 175.1. Produção atribuída ao oleiro C. Iulius, que laborou em La Graufesenque de 70/75 até 90/100. Esta peça específica datará de 80 segundo Mees (1995, p. 93.). Uma peça idêntica foi assinada por Cabiatus (Dannel <i>et al.</i>, 2003, Cabiatus, Est. D 2, nº 2846).</p>											
46	598	2004.133.63	TSS	Drag. 37	bordo		Viegas, 2006a, nº 69, Est. 10	220	84	T.D.	139
<p>Cronologia 90/95-110. Linha de óvulos duplos e lingueta com extremidade tripartida de que apenas se observa o limite inferior. Decoração metopada formada por medalhões tripos, simples, com caules sinuosos nos ângulos, que alternam com painéis repartidos. Na parte superior do painel regista-se a figura de um animal que se desloca para a direita, enquanto o painel, na parte inferior ostenta festão simples duplo que inclui uma voluta. Em ambos os lados do festão observam-se motivos florais pendentes. Peça com paralelo à composição, nas estampas est. 2.8 e 10 embora os motivos de preenchimento sejam diferentes (Mees, 1995, p. 67-68). Obra atribuída ao oleiro C. Valerius Albanus, que produziu, em La Graufesenque entre 80 e 100, as formas decoradas Drag 29 e 37, esta última maioritariamente. Uma composição idêntica está presente nas peças Drag. 29 nº 281 e 283 encontrada no naufrágio Culip IV, (Nieto e Puig, 2001, p. 303, nº 283), com marca do oleiro Sex Iulius Iucundus. Em outro caso, o exemplar recolhido na costa da Catalunha não ostentava marca de oleiro (Nieto e Puig, 2001, p. 431, nº 657). Outra peça, próxima da algarvia, encontra-se em Poitiers onde foi datada da época de Domiciano-Trajano (90/95-110). (Tilhard, 2004, p. 436, est. 174, nº 504).</p>											
46	599	2004.161.94	TSS	Drag. 30	indet.	verniz brilhante	Viegas, 2006a, nº 70, Est. 10	ind	42	T.D.	139
<p>Cronologia 80/85-95/100. Decoração impossível de determinar formada por possível esquema de métopas que alternam com arcarias. Linha vertical, divisória do painel, formada por grinalda de três folhas. Assemelha-se ao esquema de cruzes de Sto André do exemplar que Tilhard atribuiu a época de Domiciano (Tilhard, 2004, nº 451, p. 433, est. 166 e 167).</p>											
46	600	2004.133.69	TSS	Drag. 37	parede		Viegas, 2006a, nº 71, Est. 10	--	50	T.D.	139
<p>Cronologia 80-100. Decoração impossível de reconstituir. Apenas se conservou o limite inferior com uma figura de um gladiador do qual apenas se conservam os membros inferiores e parte do escudo. Linha vertical com motivos vegetais. O gladiador é semelhante à est. 65.5, com marca do oleiro Frontinus I de La Graufesenque, datado entre 80-100 (Mees, 1995, p. 76).</p>											
46	601	2004.133.163	TSS	Drag. 29	parede		Viegas, 2006a, nº 72, Est. 10	--	46	T.D.	139
<p>Cronologia 80-100. Decoração impossível de reconstituir. Desconhecemos o que estaria representado no friso junto ao bordo. A carena não ostenta qualquer decoração e a pança é decorada com linha de festões simples, que incluem volutas terminando em florzinha, alternando com pendentes terminando também, possivelmente, com florzinhas. Peça com alguma semelhança, na linha de festões com volutas e florzinha, na representada na est. 64.4 (Mees, 1995, est. 64, fig. 4, p. 76). Trata-se de um exemplar atribuído a Frontinus I da Graufesenque, datado entre 80-100.</p>											
46	602	2004.116.41	TSS	Drag. 37	parede	engobe estalado	Viegas, 2006a, nº 73, Est. 10	ind	56	T.D.	139
<p>Cronologia 80-100. Composição impossível de determinar. Linha de óvulos muito empastelada. Linha ondulada horizontal, seguindo-se uma possível composição metopada. Num dos painéis observa-se um javali voltado para a esquerda, de que se conservam os membros inferiores traseiros, a cauda e parte do corpo. O engobe encontra-se a estalar. A representação do javali tem algumas semelhanças com a da peça de Culip IV, nº 552, sem marca de oleiro (Nieto e Puig, 2001, p. 417). Outro paralelo para o javali de Balsa está presente em Mees est. 22, nº 1 (1995, p. 73). Trata-se de uma Drag. 37 com marca do oleiro Censor de La Graufesenque que terá laborado entre 80-100. Em Tilhard, encontra-se outro paralelo para o javali, (2004, est. 176, nº 524), datado de Trajano (100-120/130).</p>											



Est.	Nº	Nº Inv.	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Bibliografia	Diâm.	Alt. total	Dese- nho	Nº contentor MNA
46	603	2004.191.6	TSS	Drag. 37	parede	dois fragmentos com colagem	Viegas, 2006a, nº 74, Est. 10	ind	3.8	T.D.	139
						Linha de óvulos duplos com lingueta de extremidade tripla. Linha ondulada e composição metopada. Num dos painéis observa-se um cervideo deitado, voltado para a esquerda. Trata-se de um veado do tipo 4 est. 27 (Hermet, 1934, p. 36). No painel à direita encontra-se uma cruz de Santo André com a parte superior idêntica à de Hermet, (1934, tipo18. est. 33, p. 57). Outro motivo idêntico encontra-se em Poitiers (Tilhard, 2004, est 168, p. 532, nº 462).					
47	604	2004.161.218	TSS	Drag. 37	bordo	engobe desgastado na superfície interior	Viegas, 2006a, nº 75, Est. 11	200	70	T.D.	139
						Cronologia 80/85-95-100. Composição difícil de reconstituir. Linha de óvulos duplos com lingueta com extremidade com três ou quatro pontas. Uma linha ondulada horizontal limita a decoração formada por uma linha de festões triplos que incluem aves. Uma nova linha ondulada limitaria outra linha com composição decorativa que não se conservou. Esta peça possui um paralelo muito próximo na forma Drag. 37 apresentada por A. Mees. Trata-se de uma produção de Mercator, oleiro de La Graufesenque, com datação em 100 (Mees, 1995, est. 130.1, pág. 86). Apresenta igualmente grandes semelhanças com a Drag. 37 de Poitiers que ostenta marca intradecorativa de Mercator, o que parece confirmar a atribuição desta peça a este oleiro, com datação em torno a 90 (Tilhard, 2004, est. 168-169, nº 458, p. 433- datado de Domiciano 80/85-95-100). Os festões são do tipo 5 (Hermet, 1934, est. 31, p. 51) e a ave corresponde possivelmente à pomba nº 42, (Hermet, 1934, est. 28, p. 38).					
47	605	2004.215.6	TSS	Drag. 30	parede		Viegas, 2006a, nº 76, Est. 11	ind	30	T.D.	139
						Cronologia 80-110. Decoração impossível de reconstituir. Apenas se conservou o limite inferior de linha de óvulos muito incompleta. Decoração constituída por arcarias formadas por grinaldas de duas folhas. Os elementos verticais, também com folhagens, alternam com arcaria e encontram-se também no interior. Alguma semelhança com obra de Crestio, (Knorr, 1952, nº 1, est. 17). Segundo Mees este oleiro terá produzido em entre 80-110 (Mees, 1995, p. 74-75).					
47	606	2004.133.130	TSS	Indet.	parede		Viegas, 2006a, nº 77, Est. 11	ind	30	T.D.	139
						Cronologia 90-100. Decoração impossível de reconstituir onde se pode ver a figura de um gladiador e à sua direita uma linha ondulada vertical. Do gladiador pode observar-se membro inferior e superior direitos, além do corpo, envergando uma lança. Um paralelo para o gladiador, encontra-se na peça da est 134.11, 4 e 7 e 9, atribuída a Mercator de La Graufesenque, datado de 80-100 (Mees, 1995, p. 86).					
47	607	2004.157.1	TSS	Drag. 37	bordo/ parede		Viegas, 2006a, nº 79, Est. 11	220	64	T.D.	139
						Cronologia 80/85-95/100. Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos duplos com lingueta com extremidade tripartida. Linha com grinalda de três folhas enquadrada por duas linhas onduladas. Pode ver-se ainda parte do caule que formaria a grinalda ondulada que seria preenchida com imbricações de pontas de flecha. Esta peça assemelha-se a outra recuperada no Culip VI (Nieto e Puig, 2001, p. 353, nº 403). Tem ainda paralelo com outra peça do Culip IV (Nieto e Puig, 2001, p. 355, nº 406 e 407). Em Poitiers existe um exemplar com semelhanças com o algarvio (Tilhard, 2004, est. 168, nº456, p. 433; est. 164, nº 429, p. 432). Outra composição idêntica, com linha de óvulos, pertence a uma peça que se enquadra no período de Domiciano (80/85-95/100). Outra grinalda idêntica, encontra-se também em Poitiers, embora apenas com duas folhas e foi datada de Nero-Vespasiano (65/70-80/85) (Tilhard, 2004, nº 327, p. 427, est. 156-157).					
47	608	2004.190.3	TSS	Drag. 37	parede		Viegas, 2006a, nº 79, Est. 11	--	50	T.D.	139
						Cronologia 80/85-95/100. Grinalda ondulada que inclui, sob as arcarias, um cervideo deitado voltado à esquerda. Pouco se conservou da grinalda. É também visível a grinalda de duas folhas, sob linha ondulada, que constitui o limite inferior da decoração. O veado é idêntico ao da fig. 2 de Hermet (1934 p.27 fig. 2). Outro cervideo idêntico ao de Balsa encontra-se em Tilhard (2004, est. 164, nº 433, e 437, p. 432 e est 168, nº 456, p. 433) do período 80/85-95/100. Um veado com o pormenor da representação da pelagem corresponde ao tipo nº 1746 de Oswald (1937).					
48	609	2004.133.148	TSS	Drag. 37	parede		Viegas, 2006a, nº 80, Est. 12	--	46	T.D.	139
						Cronologia 80/85-95/100. Conservou a parte inferior da decoração formada pelo motivo “ados” vertical, de folhas quadripartidas com tripétalas. Decoração empastelada e tremida. Encontra-se este motivo do “ados”, embora na horizontal em Mees (1995, est. 173, nº 2, p. 93) do oleiro Sabinus I, que terá produzido entre 50/70. Outro paralelo para o motivo “Ados”, encontra-se em Poitiers (Tilhard, 2004, est. 169, nº 458, p. 433-434) Este motivo do “Ados” horizontal com os motivos em cima e baixo com arcos, foi integrado na obra de Domiciano 80/85-95/100.					
48	610	2004.133.68	TSS	Drag. 37	parede		Viegas, 2006a, nº 81, Est. 12	--	36	T.D.	139
						Cronologia 90-100. Decoração impossível de reconstituir. Apenas conserva limite inferior da decoração formada por uma grinalda de duas folhas, sob uma linha ondulada horizontal. Grinalda exactamente como em A. Mees, est. 194, nº 4 (1995, p. 97) de Sulpicius, oleiro de La Graufesenque, datado de 90-100. Também presente em Tilhard, (2004) e em Knorr (1912, est. XXIII, nº 4 e 8)					
48	611	2004.109.159	TSS	Indet.	parede		Viegas, 2006a, nº 82, Est. 12	ind	30	T.D.	139
						Composição decorativa impossível de reconstituir. Fragmento de parede com linha ondulada horizontal que divide dois painéis. Possível decoração metopada de que apenas se conservaram os elementos vegetais e a folha cordiforme.					
48	612	2004.107.31	TSS	Drag. 37	bordo		Viegas, 2006a, nº 83, Est. 12	180	29	T.D.	139
						Decoração muito empastelada e pouco nítida, impossível de reconstituir. Linha de óvulos com lingueta. Trata-se possivelmente de uma decoração metopada não podendo descrever-se os motivos que se encontram em ambos os lados de uma linha ondulada vertical.					
48	613	2004.227.1	TSS	Indet.	parede	o verniz encontra-se a estalar	Viegas, 2006a, nº 84, Est. 12	--	30	T.D.	139
						Decoração impossível de reconstituir. Possível decoração metopada de que apenas se conservou uma linha ondulada horizontal, com florizinha e o limite inferior da decoração, com palissada.					
48	614	2004.195.13	TSS	Indet.	parede/ fundo		Viegas, 2006a, nº 85, Est. 12	--	48	T.D.	139
						Decoração impossível de reconstituir. Apenas se observa o limite inferior, com grinalda de duas folhas, do que parece ser um esquema com cruzeiros de Sto André ou caules sinuosos, um deles terminando em folha cordiforme.					
48	615	2004.367.1	TSS	Drag. 37	parede		Viegas, 2006a, nº 86, Est. 12	--	28	T.D.	139
						Decoração impossível de reconstituir formada por uma linha de óvulos e por uma possível composição onde alternam cruzeiros de Sto André e uma figura impossível de determinar (humano ?).					

Est.	Nº	Nº Inv.	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Bibliografia	Diâm.	Alt. total	Dese- nho	Nº contendor MNA
48	616	2004.142.60	TSS	Indet.	parede		Viegas, 2006a, nº 87, Est. 12	ind	24	T.D.	0139.6
						Decoração impossível de reconstituir. Decoração metopada com painel onde se observa cena com gladiadores. Do gladiador da esquerda, (posição frontal) apenas se conservam os dois membros inferiores. O da direita encontra-se de lado (?) e enverga um escudo rectangular. Decoração empastelada.					
49	617a	2004.195.6	TSS	Déch. 63	bojo	cantil semelhante a TA 195.91 e TA 190 2	Viegas, 2006a, nº 88 a, Est. 13	--	68	T.D.	139
						Composição impossível de reconstituir formada por métopas. Em um dos painéis encontra-se os membros inferiores de um personagem, nou- tro painel repartido, triangular, encontra-se um canídeo deitado voltado para a direita, do qual se observa a cauda e os membros inferiores traseiros. Sobre ele, encontra-se outro motivo impossível de determinar. Semelhante ao nº 88 b, podendo pertencer-lhe, e ao nº 89.					
49	617b	2004.190.2	TSS	Déch. 63	parede		Viegas, 2006a, nº 88 b, Est. 13	ind	40	T.D.	139
						Decoração impossível de reconstituir. Decoração metopada onde se observa um canídeo, voltado à direita, de que apenas se conserva parte dianteira.					
49	618	2004.195.91	TSS	Déch. 63	parede	fragmentos reduzidos	Viegas, 2006a, nº 89, Est. 13	--	30	T.D.	139
						Decoração metopada (?). Observa-se apenas a linha ondulada e o motivo da cauda do canídeo.					
49	619	2004.150.5	TSS	Dech. 63	parede/ bordo	cola com 282 e 195. Pertence à peça ss 6 de Nolen.	Viegas, 2006a, nº 90, Est. 13	--		T.D.	139
						Cronologia 80-120. Pertence à peça anteriormente publicada por J. Nolen (1994, est. 11, ss-6, p. 76). Composição difícil de reconstituir. Linha de óvulos. Decora- ção metopada com painéis onde se observam gladiadores apenas se conservam os membros inferiores. À direita, as métopas compartimenta- das incluem uma ave e sobre ela outro animal difícil de determinar. Toda a decoração se encontra mal moldada com áreas em que quase não se percebem os motivos, por estarem pouco nítidos. Além da composição em geral, esta peça encontra grandes semelhanças com a peça da est. 121, nº 1, (Mees, 1995, p. 85) do oleiro Masculus de La Graufesenque, datado de 80-120, neste caso numa forma Drag. 37.					
50	620	2004.133.75	TSS	Drag. 37	parede		Viegas, 2006a, nº 91, Est. 14	ind		T.D.	139
						Cronologia 60-100. Decoração que se pode reconstituir a partir dos fragmentos conservados. Friso com animais de um lado e outro de árvores desenhadas de forma estilizada ("arboréides flexueux"). Conservou-se o corpo do que julgamos ser um urso, que se encontra voltado para a direita, apoia- do nas patas traseiras (idêntico ao nº 6 de Hermet) (1934, est. 26, p. 35). À direita da árvore observa-se a cauda de um cervídeo sentado, voltado para a direita (Hermet, 1934, nº 1, est. 27, p. 36). Linha ondulada e parte inferior da pança com festões de folhagens que alternam com elementos verticais, ostentando os festões (Hermet, 1934, nº 16 ou 17, est. 31, p. 51), no seu interior, volutas. Trata-se de uma peça possivelmente do oleiro Germanus datado de 60-100. Composição presente em Tilhard, (2004, est. 146) numa composição idêntica à da peça nº 253 com árvores e urso e semelhantes às nº 255-260 pelos festões com folhagens, apesar dos elementos verticais que alternam, serem diferentes e dos motivos que estão incluídos nos festões serem também outros (Tilhard, 2004, p. 422-423). Grupo de Germanus datado de período desde Nero Flávios – 65-95). Outro paralelo bastante próximo numa peça apresentada por A. Mees, est. 90, nº 1, (1995, p. 79). Trata-se de uma obra de Germanus IV, com faixa com árvores e veados ora sentados ora de pé e sob estes, encontra-se uma linha de festões com folhagens com voluta no seu interior (os elementos verticais que alternam são diferentes dos de Balsa). Trata-se do oleiro que produziu em torno a 80 d.C. em La Graufesenque. Outro paralelo próximo encontra-se numa peça produzida por Masculus, oleiro datado de 80 – 120 (Mees, 1995, est. 119, fig. 3, p. 85). Neste caso, observa-se um friso com árvores, com lebres deitadas e sob esta composição, encontra-se uma linha de festões com folhagens, com volutas no interior e elementos verticais que alternam com as volutas diferentes dos de Balsa, pois terminam em folha lanceolada.					
50	621	2004.142.46	TSS	Drag. 37	parede		Viegas, 2006a, nº 92, Est. 14			T.D.	139
						Cronologia 80-120. Decoração impossível de reconstituir. Conservou-se a faixa inferior, com festões de folhagens que alternam com motivos pendentes com extremidade com elemento vegetal com cinco pontas. Estes festões incluem volutas com roseta central. O remate da composição obteve-se com linha simples. Tudo aponta para que se possa atribuir esta decoração ao oleiro Masculus de La Graufesenque que terá produzido de 80 a 120 d.C. (Mees, 1995, est. 119, fig. 3, p. 85). Neste paralelo, na parte superior da decoração, existe uma faixa com árvores e lebres ora de pé ora deitadas e sob esta composição, encontra-se então a linha de festões com folhagens em tudo idêntica à de Balsa. Parte inferior idêntica à peça nº 91.					
50	622	2004.142.47	TSS	Indet.	parede	o verniz encontra-se a estalar	Viegas, 2006a, nº 93, Est. 14		32	T.D.	139
						Cronologia 80-120. Fragmento que cola com o fragmento anteriormente publicado por J. Nolen ss-8 (1994, est. 11, p. 72). Diâm. indet., alt. 32 mm. Painel de com- posição metopada fragmentado com putto, uma linha de flores, vertical, enquadrada de ambos os lados por linhas onduladas. No fragmento publicado anteriormente por J. Nolen observavam-se os membros inferiores de Diana caçadora voltada para a direita com membros inferiores de lebre (Diana idêntica a Hermet, 1934, nº 6, est. 18, p. 17-20). Esta composição metopada, com putto e com a figura de Diana, entre outras figuras pode ter sido obra do oleiro Masculus de La Graufesenque com período de laboração entre 80 e 120 d.C. (Mees, 1995, est. 121.1, pág. 85). A Diana caçadora é ainda representada em cenas com diversas outras figuras como a Vitória alada, mas neste caso numa obra de Calvinus, de La Graufesenque, oleiro datado de 80 (Mees 1995, est. 18.1 e 2, p. 72).					
50	623	2004.191.1	TSS	Drag. 37	parede		Viegas, 2006a, nº 94, Est. 15		38	T.D.	139
						Cronologia 80-120. Composição metopada impossível de reconstituir. Painéis recortados com duas aves afrontadas junto à base. Linha ondulada vertical que delimita outro painel muito incompleto onde se observam os membros inferiores de uma figura humana. Faixa com grinalda de três folhas ("guirlande de trifol"). Este tipo de decoração pode atribuir-se, possivelmente, ao oleiro Masculus datado de 80-120 (Mees, 1995, est. 121, fig. 1, p. 85).					
51	624	2004.189.1	TSS	Indet.	parede	o verniz encontra-se a estalar	Viegas, 2006a, nº 95, Est. 15		32	T.D.	139
						Decoração impossível de reconstituir. Apenas se conserva limite inferior da decoração com possível grinalda ondulada com motivo pendente (?) também vegetal. Grinalda de duas folhas enquadrada por duas linhas onduladas. Grinalda final com paralelo no tipo Ea.31a recuperado no naufrágio Culip IV (Nieto e Puig, 2001. Encontra-se uma grinalda com pendentes semelhante, na obra de M. Crestio, oleiro de La Graufe- senque que produziu entre 80 e 110 (Mees, 1995, est. 49, nº 1, p. 74) embora o fragmento algarvio seja muito reduzido para uma atribuição cabal a este oleiro. Outra grinalda de duas folhas encontra-se em Poitiers, num fragmento que só conserva a grinalda e que está datado de Nero-Vespasiano, 65/70-80/85 (Tilhard, 2004, nº 287, p. 424, est. 152).					
51	625	2004.190.5	TSS	Drag. 37	parede		Viegas, 2006a, nº 96, Est. 15	ind	32	T.D.	139
						Decoração impossível de reconstituir. Limite inferior da decoração formado por duas linhas onduladas horizontais que enquadram uma grinalda de duas folhas (Hermet, 1934 p. 44 fig.60?). Possui ainda bastantes semelhanças com a peça nº 95. A grinalda final tem paralelo no tipo Ea.31a do naufrágio Culip IV (Nieto e Puig, 2001).					

Est.	Nº	Nº Inv.	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Bibliografia	Diâm.	Alt. total	Dese- nho	Nº contentor MNA
51	626	2004.133.127	TSS	Drag. 37	parede	Fragmento afeiçãoado e reaprovei- tado como marca de jogo (?)	Viegas, 2006a, nº 97, Est. 15		48	T.D.	139
<p>Cronologia 80-110. Decoração impossível de reconstituir. Painele delimitado por linha ondulada horizontal e putto. Na obra de A. Mees estão representados alguns fragmentos que incluem putti muito idênticos aos de Balsa. Por exemplo, na est. 19. 12-15, observa-se pouco mais do que esta figura, num dos casos numa composição metopada (12 e 13), nos restantes apenas se conservou o cupido, estando sempre presente a marca intradecorativa do oleiro Cobnius que laborou entre 80 e 110 (Mees, 1995, p. 74). Tilhard atribui a Germanus uma composição com metopas que incluem um putto sobre flabelum (2004, nº 444, p. 433, est. 167). No caso da peça nº 464, (Tilhard, 2004, p. 434) trata-se de um exemplar aparentado com o estilo de Mercator, pela composição mais compartimentada e não especificamente devido ao putto. Apresenta o mesmo tipo de figura, com cronologia geral de Domiciano. O oleiro Germanus V de Banassac também representou o mesmo motivo. (Mees, 1995, est. 228.2 e est. 229. 1, 4 e 5, p. 109). Por se tratar de um motivo bastante comum, também ocorre no oleiro Germanus VI de Banassac (est. 230. 1).</p>											
51	627	2004.133.67	TSS	Indet.	parede		Viegas, 2006a, nº 98, Est. 15		46	T.D.	139
<p>Cronologia 90-120. Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos com lingueta com extremidade arredondada. Linha ondulada horizontal sob a qual apenas se conservou parte de uma figura de Vitória alada. Vitória nº 63, (Hermet, 1934, est. 20, p. 23). Na obra de A. Mees, encontra-se uma Vitória idêntica, com marca do oleiro Calvinus 80; vitória idêntica também à deste oleiro (Mees, 1995, est. 18, fig. 2, p. 72) e numa composição com outras figuras, existe uma Vitória idêntica (Mees, 1995, est. 120, fig. 2, p. 85) numa peça atribuída a Masculus que produziu entre 80 e 120, enquadrada numa composição metopada com outras figuras e motivos. Noutra composição metopada, esta figura é acompanhada por cruzeiros de Sto André e cupidos e Hércules, sendo atribuída ao oleiro Biragillus, datado de 90-120 (Mees, 1995, est. 14, fig. 3, p. 71). Em Poitiers, Tilhard documenta uma Vitória idêntica, numa composição metopada com cruz de Sto André (2004, nº 466).</p>											
51	628	2004.184.100	TSS	Drag. 37	parede		Viegas, 2006a, nº 99, Est. 15	ind	30	T.D.	139
<p>Cronologia 90-120. Decoração impossível de reconstituir. Apenas se observa a figura de uma Vitória alada voltada para a esquerda e que estaria enquadrada, em ambos os lados por linha ondulada vertical. As figuras ou outros elementos decorativos da composição não são possíveis de determinar. Estes elementos são também insuficientes para se procurar saber qual o oleiro que terá produzido este vaso. Trata-se de um exemplar em tudo idêntico ao anterior, nº 98 e as observações são as mesmas.</p>											
51	629	2004.150.1	TSS	Drag. 37	parede/ bordo		Viegas, 2006a, nº 100, Est. 16		30	T.D.	139
<p>Cronologia 90/100-120. Decoração possível de reconstituir. Linha de óvulos com lingueta cuja extremidade termina em florzinha com cinco/seis pétalas. Linha ondulada, seguindo-se composição formada por uma grinalda ondulada ("rincau ondulé"), onde se inserem javalis sobre séries de flabelum. Os javalis encontram-se afrontados. As folhas são de cinco pontas e os caules da grinalda terminam em folhas lanceolada. A composição termina com nova linha ondulada horizontal e uma grinalda de três folhas. Pela composição encontro semelhanças com o exemplar do naufrágio Culip IV, (Nieto e Puig, 2001, p. 362, nº 421), os motivos sob a grinalda ondulada são diferentes pois em Culip IV são constituídos por uma linha ondulada horizontal e por elementos verticais. O javali e os leões também parece terem sido executados com maior detalhe. Ostenta uma ave pelo meio da grinalda ondulada. As folhas da grinalda são também idênticas mas com sete pontas (Mees, 1994, est. 176.2, p. 93), numa peça atribuída ao oleiro Sabinus II de La Graufesenque que laborou entre 90/100 e 120.</p>											
52	631	2004.322.33	TSS	Drag. 37	parede	o verniz encontra-se a estalar	Viegas, 2006a, nº 102, Est. 16		62	T.D.	139
<p>Cronologia 115/120-130. Composição difícil de reconstituir. Linha de óvulos com lingueta terminada em círculo, seguida de linha ondulada. Composição metopada com painele incompleto, observando-se à esquerda um sátiro, a dançar, e ao centro uma cena erótica. Uma linha ondulada vertical delimita outro painele onde se pode ver uma figura humana indeterminada. Paralelos para a cena erótica na obra de A. Mees, (1995, est. 6, fig. 2, p. 68), em peça atribuída ao oleiro Amandus de La Graufesenque com cronologia entre 115/120 e 130. Neste caso, a metopa inclui apenas a cena erótica e não apresenta o sátiro no mesmo painele. Uma cena idêntica também está presente no oleiro Rosette, (Mees, 1995, est. 211, fig. 2, p. 100) que produziu entre 100 e 130. Neste caso, a cena erótica está integrada numa composição metopada apenas com as cenas erótica e outros paineis com gladiadores. O oleiro Germanus VII de Banassac também representou o mesmo motivo numa composição metopada onde alternam com motivos vegetais – árvore (?) aqui com marca intradecorativa (Mees, est. 232.1, p. 110). O oleiro SER do mesmo centro produtor utilizou este punção num molde que produziu a peça representada na est 233.5, p. 110 (Mees, 1995), sem indicação cronológica precisa. Aqui, a cena erótica encontra-se igualmente inserida numa composição metopada onde alterna com cruzeiros de Sto André.</p>											
52	632	2004.199.19	TSS	Drag. 37	fundo		Viegas, 2006a, nº 103, Est. 16		80	T.D.	139
<p>Cronologia 90-120. Composição impossível de reconstituir. Apenas se conservou o limite inferior da decoração com duas linhas onduladas horizontais que enquadram uma grinalda de duas folhas. Grinalda exactamente idêntica em Mees, pertencente ao oleiro Germanus IV de La Graufesenque, datado de 90 a 120 (1994, est 88, nº 2 p. 79).</p>											
52	633	2004.185.9	TSS	Drag. 37.	parede		Viegas, 2006a, nº 104, Est. 16		58	T.D.	139
<p>Cronologia 115/120-130. Composição impossível de determinar. Faixa decorada com elementos difíceis de identificar. Trata-se possivelmente dos membros inferiores de animais que pouco se conservaram. Duas linhas onduladas horizontais enquadram uma grinalda de três folhas que corresponde ao limite inferior da decoração. Peça idêntica à representada na est 7, nº 4 de Mees, atribuída a Amandus que produziu na Graufesenque entre 115/120-130 (Mees, 1995, p. 68). Também aí apenas resta um fragmento reduzido com os membros inferiores de animal e o final da decoração com grinalda com quatro folhas, enquanto a peça de Balsa, apenas apresenta três folhas.</p>											
52	634	2004.165.2	TSS	Drag. 37	bordo		Viegas, 2006a, nº 105, Est. 17	140	58	T.D.	0139.7
<p>Decoração impossível de determinar. Linha de óvulos com lingueta da qual a 2004.142.117 apenas se conserva a parte inferior. Linha ondulada horizontal seguindo-se a decoração disposta em registo único da qual se conserva a figura de um leão deitado voltado para a esquerda. Decoração muito empastelada.</p>											
52	635	2004.142.117	TSS	Drag. 37	bordo/ parede		Viegas, 2006a, nº 106, Est. 17	150	50	T.D.	0139.7
<p>Decoração em registo único de uma composição metopada. Após a linha de óvulos com lingueta muito empastelada, segue-se uma linha simples horizontal que limita, na parte superior, a composição. Observa-se uma simplificação do esquema de cruzeiros de Sto André incluindo-se pequenas flores no espaço disponível. Estes painéis alternam com outros onde se representa uma lebre voltada para a esquerda. Limite inferior é formado por grinalda de duas folhas.</p>											
53	636	2004.109.224	TSS	Drag. 37	bordo	o verniz encontra-se a estalar	Viegas, 2006a, nº 107, Est. 17	170	48	T.D.	139
<p>Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos com lingueta de extremidade arredondada. Decoração muito empastelada onde, sob uma linha ondulada, se observa um coelho a deslocar-se para a esquerda, do qual apenas se conservou parte da cabeça e corpo.</p>											

Est.	Nº	Nº Inv.	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Bibliografia	Diâm.	Alt. total	Dese- nho	Nº contentor MNA
53	637	2004.183.5	TSS	Drag. 37	bordo		Viegas, 2006a, nº 108, Est. 17	180	50	T.D.	139
						Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos duplos com lingueta de extremidade tripartida próximos do tipo SH que não foi possível atribuir a um oleiro específico (Dannel, Dickinson e Vernhet, 1998, p. 80 e 82). Linha ondulada horizontal e, sob ela, uma lebre que se desloca para a direita. Do animal apenas se conserva a cabeça e as patas dianteiras					
53	638	2004.133.96	TSS	Indet.	parede		Viegas, 2006a, nº 108, Est. 17		20	T.D.	139
						Parte inferior da decoração formada por pequenos arbustos e animais podendo ainda observar-se parte dos membros inferiores traseiros de um destes animais. Sob estes, linha ondulada horizontal e grinalda que se desenvolve em linha ondulada com folhas cordiformes. (Hermet, 1934, est. 30, nº 9, p. 42).					
53	639	2004.133.70	TSS	Drag. 37	parede		Viegas, 2006a, nº 110, Est. 17	ind		T.D.	139
						Decoração com linha de óvulos duplos e lingueta voltada para a direita. Linha ondulada horizontal. Decoração impossível de reconstituir.					
53	640	2004.183.9	TSS	Drag. 37	bordo		Viegas, 2006a, nº 111, Est. 17	200	46	T.D.	139
						Decoração linha de óvulos duplos com linguetas com extremidade tripartida próxima do tipo SJ atribuído a Sulpicius (Dannel, Dickinson e Vernhet, 1998, p. 80 e 84). Linha ondulada horizontal e decoração sob esta linha impossível de reconstituir.					
53	641	2004.161.807	TSS	Drag. 37	bordo		Viegas, 2006a, nº 112, Est. 18	ind		T.D.	139
						Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos com lingueta de extremidade tripla, próxima do tipo SH que não foi possível atribuir a um oleiro específico (Dannel, Dickinson e Vernhet, 1998, p. 80 e 82.).					
53	642	2004.180.15	TSS	Drag. 37	parede		Viegas, 2006a, nº 113, Est. 18		44	T.D.	139
						Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos com lingueta de extremidade tripla.					
53	643	2004.104.334	TSS	Drag. 37	parede		Viegas, 2006a, 114, Est. 18	20		T.D.	139
						Limite da decoração formada por grinalda de três folhas.					
54	644	2004.184.3	TSS	Drag. 37	parede	engobe muito desgastado na superfície externa	Viegas, 2006a, nº 115, Est. 18	ind	26	T.D.	139
						Decoração com composição impossível de reconstituir. Linha de óvulos com lingueta que termina num círculo do tipo Fda e Fdb atribuído aos oleiros Albinus I, Masclinus, Martialis e Masclus (Dannel, Dickinson e Vernhet, 1998, p. 74 e 76. Linha ondulada horizontal e elemento vegetal cuja forma parece idêntica à das folhas das árvores representadas nos vasos de Germanus.					
54	645	2004.133.42	TSS	Drag. 37	bordo		Viegas, 2006a, nº 116, Est. 18	220	40	T.D.	0139.5
						Cronologia Flaviana –Trajânica. Linha de óvulos duplos com lingueta que termina em círculo, próximos do tipo TU, frequente em época Flaviana –Trajânica (Dannel, Dickinson e Vernhet, 1998, p. 85 e 86). Decoração algo empastelada.					
54	646	21	TSS	Drag. 37	parede		Viegas, 2006a, nº 117, Est. 19	ind	36	T.D.	139
						Linha de óvulos duplos com lingueta espessada na extremidade próximos do tipo FB atribuído a Sabinus iii? Presente na fossa Malaval (Dannel, Dickinson, e Vernhet, 1998, p. 74 e 76. Linha ondulada e restante decoração impossível de determinar.					
54	648	2004.109.155	TSS	Drag. 37	bordo		Viegas, 2006a, nº 119, Est. 19	117	38	T.D.	139
						Linha de óvulos duplos com lingueta a terminar num círculo próxima do tipo CH para os óvulos (Dannel, Dickinson e Vernhet, 1998, p. 74) mas como o exemplar de Balsa ostenta círculo na extremidade, apresenta maiores semelhanças com o tipo FDb atribuído aos oleiros Masclinus, Albinus e também a Martialis (Dannel, Dickinson e Vernhet, 1998, p. 74, 76 e 77).					
54	649	2004.164.2	TSS	Drag. 18	bordo/ tudo	marca de oleiro Marinus	Viegas, 2006a, nº 120, Est. 19			C.V.	139
54	650	2004.150.12	TSS	Indet.	fundo	marca de oleiro Niger com N retrógrado	Viegas, 2006a, nº 121, Est. 19	ind		C.V.	139
54	651	2004.271.1	TSS	Prato	fundo	marca do oleiro Patricius	Viegas, 2006a, nº 122, Est. 19	80		C.V.	139
54	652	2004.148.21	TSS	Indet.	fundo	marca do oleiro Pudens	Viegas, 2006a, nº 123, Est. 19	ind		C.V.	139
54	653	2004.107.30	TSS	Indet.	fundo	marca do oleiro Sabinus	Viegas, 2006a, nº 124, Est. 19	ind		C.V.	139
54	654	2004.151.4	TSS	Taça	fundo	marca do oleiro Secundus	Viegas, 2006a, nº 125, Est. 19	30		C.V.	139
54	655	1990.4.273	TSS	Prato	fundo	marca de oleiro Secundini	Viegas, 2006a, nº 126, Est. 19			C.V.	139
55	656	2004.115.94	TSH Peñaflor	Martinez 1 B	bordo		Viegas, 2006a, nº 127, Est. 20	80	29	C.V.	0139.7
55	657	2004.122.7	TSH Peñaflor	Martinez 1 C	bordo		Viegas, 2006a, nº 128, Est. 20	100	23	C.V.	0139.7
55	658	2004.164.39b	TSH Peñaflor	Martinez 1	bordo	guilhoché na aba	Viegas, 2006a, nº 129, Est. 20	140	7	C.V.	0139.7
55	659	2004.161.705	TSH Peñaflor	Martinez 1 C	bordo		Viegas, 2006a, nº 130, Est. 20	140	22	C.V.	0139.7
55	660	2004.141.17	TSH Peñaflor	Martinez 2 B	bordo		Viegas, 2006a, nº 131, Est. 20	170	21	C.V.	0139.7
55	661	2004.199.17	TSH Peñaflor	Martinez 2 C	forma completa		Viegas, 2006a, nº 132, Est. 20	160	27	C.V.	0139.7

Est.	Nº	Nº Inv.	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Bibliografia	Diâm.	Alt. total	Dese- nho	Nº contentor MNA
55	662	2004.211.4b	TSH Peñaflor	Martinez 2 B	bordo		Viegas, 2006a, nº 133, Est. 20	150	20	C.V.	0139.7
55	663	2004.163.4	TSH Peñaflor	Marti- nez 2	fundo		Viegas, 2006a, nº 134, Est. 20	55	19	C.V.	0139.7
55	664	2004.211.16	TSH Peñaflor	Martinez 2 ?	fundo		Viegas, 2006a, nº 135, Est. 20	60	19	C.V.	0139.7
55	665	2004.133.97	TSH Peñaflor	Martinez 3 B			Viegas, 2006a, nº 136, Est. 20	180	23	C.V.	0139.7
55	666	2004.192.90	TSH Peñaflor	Martinez 3 B	bordo		Viegas, 2006a, nº 137, Est. 20	180	27	C.V.	0139.7
55	667	2004.133.345	TSH Peñaflor	Martinez 3 B	forma completa	cola com 196	Viegas, 2006a, nº 138, Est. 20	200	35	C.V.	139
55	668	2004.183.33	TSH Peñaflor	Martinez 3 B	bordo/ parede		Viegas, 2006a, nº 139, Est. 20	300	43	C.V.	0139.7
55	669	2004.213.11b	TSH Peñaflor	Martinez 3 B	bordo		Viegas, 2006a, nº 140, Est. 20	180	37	C.V.	0139.7
56	670	2004.161.3	TSH	Drag. 15/17	forma completa	Andújar	Viegas, 2006a, nº 141, Est. 21	170	46	C.V.	0139.7
56	671	2004.133.166	TSH	Drag. 15/17	bordo	Andújar	Viegas, 2006a, nº 142, Est. 21	160	28	C.V.	0139.6
56	672	2004.164.17	TSH	Drag. 15/17	bordo/ meia cana	Tricio	Viegas, 2006a, nº 143, Est. 21	160	29	C.V.	0139.6
56	673	2004.133.93	TSH	Drag. 15/17	fundo	Andújar	Viegas, 2006a, nº 144, Est. 21	70	24	C.V.	0139.6
56	674	2004.183.14	TSH	Drag. 27	parede/ fundo	Tricio	Viegas, 2006a, nº 145, Est. 21	50	49	T.D.	0139.4
56	675	2004.133.172	TSH	Drag. 27	bordo	Andújar	Viegas, 2006a, nº 146, Est. 21	130	27	C.V.	0139.7
56	676	2004.193.79	TSH	Drag. 27	forma completa	Andújar com marca de Oleiro ilegível	Viegas, 2006a, nº 147, Est. 21	80	40	C.V.	0139.6
56	677	2004.142.4	TSH	Drag. 27	bordo	Tricio	Viegas, 2006a, nº 148, Est. 21	95	32	C.V.	0139.6
56	678	2004.212.46	TSH	Drag. 27	bordo	fabricao Indet.	Viegas, 2006a, nº 148, Est. 21	80	29	C.V.	0139.6
56	679	2004.212.34	TSH	Drag. 27	bordo		Viegas, 2006a, nº 150, Est. 21	90	24	C.V.	0139.5
56	680	2004.222.1	TSH	Hispana 17	completa	fabricao indet.	Viegas, 2006a, nº 151, Est. 21	160	21	C.V.	0139.7
56	681	2004.133.164	TSH	Indet.	bordo	Tricio	Viegas, 2006a, nº 152, Est. 21	160	26	C.V.	0139.6
56	682	2004.270.1	TSH	Hispana 4	bordo	Andújar	Viegas, 2006a, nº 153, Est. 21	140	19	T.D.	0139.6
56	683	2004.191.5	TSH	Drag. 37	bordo		Viegas, 2006a, nº 156, Est. 22	250	55	C.V.	0139.7
Cláudio – Flávio. Linha de óvulos. Composição metopada onde se observa apenas motivo circular de um painel. Linha tripla vertical limitaria outro painel que não se conservou. Andújar.											
57	684	2004.133.85	TSH	Indet.	parede		Viegas, 2006a, nº 155, Est. 22	--	40	C.V.	0139.6
Cronologia Flávia. Decoração impossível de reconstituir possivelmente com métopas onde se pode observar uma figura humana da qual apenas se conservam os membros inferiores além de três linhas onduladas verticais que limitariam outro painel. Sob linha simples encontramos ainda uma linha formada por círculos adjacentes que limitam, na parte inferior, a composição. Trata-se muito provavelmente de uma peça originária Andújar uma vez que existe um molde com os mesmos motivos – dois guerreiros afrontados, um com lança outro com escudo, sendo o motivo vertical de separação dos painéis, uma grinalda bifoliácea entrelinhas triplas onduladas – originário desse centro produtor (Roca, 1976, nº 53, p. 127). Esta representação é associada a um outro molde do oleiro que assina CAP. Se poderemos realmente atribuir a CAP esta decoração, então ela integra-se, segundo Sotomayor, Roca e Fernández, na segunda fase da produção desta oficina bética da época Flávia (1999, p. 33). Andújar.											
57	685	2004.161.330	TSH	Drag. 37b	bordo		Viegas, 2006a, nº 156, Est. 23	260	23	C.V.	0139.7
Cronologia 70-100. Não se conservou a área decorada.											
57	686	2004.186.8	TSH	Drag. 37	bordo		Viegas, 2006a, nº 157, Est. 23	180	30	C.V.	0139.7
Cronologia 70-300. Não se conservou a área decorada. Andújar.											
57	687	2004.183.105	TSH	Drag. 37	bordo		Viegas, 2006a, nº 158, Est. 23	190	42	C.V.	0139.7
Flávios – séc. II. Decoração com círculos segmentados que alternam com outros menores simples. Andújar.											
57	688	2004.193.70	TSH	Drag. 37	bordo/ parede		Viegas, 2006a, nº 159, Est. 23	180	48	C.V.	139
Decoração formada por linha de círculos duplos que incluem motivo de extremidade tripla e que alternam com elementos verticais. Andújar.											



Est.	Nº	Nº Inv.	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Bibliografia	Diâm.	Alt. total	Dese- enho	Nº contendor MNA
57	689	2004.183.1	TSH	Drag. 37	bordo		Viegas, 2006a, nº 160, Est. 23	130	52	C.V.	0139.7
						Séc. II. Decoração com registo duplo (portanto em duas faixas) formada por uma linha de três círculos concêntricos que alternam com outros duplos de menores dimensões. Sob esta faixa registam-se outros motivos impossíveis de caracterizar dado o estado de conservação do nosso exemplar. Andújar.					
58	690	2004.161.16	TSH	Indet.	parede		Viegas, 2006a, nº 161, Est. 24	--	50	C.V.	0139.7
						Flávios – séc. II. Decoração em dois registos ou duas linhas de círculos que incluem rosetas no seu interior. Andújar.					
58	691	2004.133.66	TSH	Indet.	parede		Viegas, 2006a, nº 162, Est. 24	--	38	C.V.	0139.6
						Flávios- séc. II. Duas linhas de dois círculos segmentados concêntricos e círculo central simples. Tricio.					
58	692	2004.164.9	TSH	Indet.	parede		Viegas, 2006a, nº 163, Est. 24	--	26	C.V.	0139.7
						Flávios – séc. II. Decoração de dois círculos simples concêntricos. Andújar.					
58	693	2004.187.5	TSH	Indet.	parede		Viegas, 2006a, nº 164, Est. 24	--	20	C.V.	0139.7
						Flávios – séc. II. Decoração com círculo denteado que inclui roseta. Andújar.					
58	694	2004.142.87	TSH	Indet.	parede		Viegas, 2006a, nº 165, Est. 24	--	24	T.D.	0139.7
						Flávios – séc. II. Decoração formada por linha de pelo menos dois círculos concêntricos e elemento vertical com extremidade em tridente. Andújar.					
58	695	2004.161.67	TSH	Indet.	parede		Viegas, 2006a, nº 166, Est. 24	--	28	T.D.	0139.7
						Flávios – séc. II. Decoração de dois círculos segmentados concêntricos, que incluem elemento difícil de determinar, alternando com elementos verticais. Andújar.					
58	696	2004.199.10	TSH	Indet.	parede		Viegas, 2006a, nº 167, Est. 24	ind	22	T.D.	0139.7
						Decoração formada por círculos concêntricos simples que alternam com elementos					
58	697	2004.183.16	TSH	Indet.	parede		Viegas, 2006a, nº 168, Est. 24	--	44	T.D.	0139.7
						Flávios-séc. II. Decoração constituída por círculos concêntricos segmentados que incluem outros simples no seu interior e alternam com bastões segmentados rectilíneos com pequeno círculo na extremidade superior. Andújar					
58	698	2004.133.169	TSH	Indet.	parede		Viegas, 2006a, nº 169, Est. 24	ind	28	T.D.	0139.7
						Flávios – séc. II. Fragmento de parede de forma indeterminada.					
59	699	2004.153.34	TSCIA	Hayes 3	bordo		Viegas, 2006a, nº 170, Est. 25	100	12	T.D.	0139.3
59	700	2004.216.6	TSCIA	Hayes 3	bordo		Viegas, 2006a, nº 171, Est. 25	110	11	T.D.	0139.4
59	701	2004.119.55	TSCIA	Hayes 3 B	bordo	decoreção de barbotina de folha d'água.	Viegas, 2006a, nº 172, Est. 25	140	10	C.V.	0139.2
59	702	2004.133.36	TSCIA	Hayes 3 C	bordo		Viegas, 2006a, nº 173, Est. 25	180	19	T.D.	0139.4
59	703	2004.118.14	TSCIA	Hayes 3 B	bordo	decoreção de barbotina de folha d'água	Viegas, 2006a, nº 174, Est. 25	220	10	T.D.	0139.3
59	704	2004.141.31	TSCIA	Hayes 8 A	bordo		Viegas, 2006a, nº 175, Est. 25	180	42	T.D.	0139.3
59	705	2004.187.1	TSCIA	Hayes 8 A	bordo		Viegas, 2006a, nº 176, Est. 25	160	28	T.D.	0139.3
59	706	2004.145.7	TSCIA	Hayes 8 A	bordo	guilhoché exterior	Viegas, 2006a, nº 177, Est. 25	220	32	T.D.	0139.2
59	707	2004.117.21	TSCIA	Hayes 8 B	bordo/ parede		Viegas, 2006a, nº 178, Est. 25	200	32	T.D.	0139.3
59	708	2004.216.9	TSCIA	Hayes 09	bordo	guilhoché grosseiro	Viegas, 2006a, nº 179, Est. 25	indet	36	T.D.	0139.3
59	709	2004.109.165	TSCIA	Hayes 09	bordo		Viegas, 2006a, nº 180, Est. 25	190	30	T.D.	0139.3
59	710	2004.114.4	TSCIA	Hayes 09	bordo	decorado com guilhoché	Viegas, 2006a, nº 181, Est. 26	200	30	T.D.	0139.2
59	711	2004.216.9	TSCIA	Hayes 09 B	bordo		Viegas, 2006a, nº 182, Est. 26	--	36	T.D.	139
59	712	2004.259.1	TSCIA	Hayes 09 B	bordo		Viegas, 2006a, nº 183, Est. 26	150	21	T.D.	0139.3
59	713	2004.107.58	TSCIA	Hayes 14/17	bordo		Viegas, 2006a, nº 184, Est. 26	210	35	T.D.	139

Est.	Nº	Nº Inv.	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Bibliografia	Diâm.	Alt. total	Dese- nho	Nº contentor MNA
59	714	2004.119.3	TSCIA	Hayes 14/17	bordo		Viegas, 2006a, nº 185, Est. 26	200	35	T.D.	0139.3
59	715	2004.115.90	TSCIA	Hayes 14/17	bordo		Viegas, 2006a, nº 186, Est. 26	indet.	29	T.D.	0139.3
59	716	2004.110.30	TSCIA	Hayes 14/17	bordo		Viegas, 2006a, nº 187, Est. 26	indet.	37	T.D.	0139.3
59	717	2004.251.35	TSCIA	Hayes 14/17	bordo		Viegas, 2006a, nº 188, Est. 26	170	29	T.D.	0139.3
59	718	2004.155.4	TSCIA	Hayes 32	bordo/ parede		Viegas, 2006a, nº 189, Est. 26	170	29	T.D.	0139.4
59	719	2004.212.31	TSCIA	Hayes 27	bordo		Viegas, 2006a, nº 190, Est. 26	270	29	T.D.	139
59	720	2004.161.151	TSCIA	Hayes 31	bordo		Viegas, 2006a, nº 191, Est. 26	280	30	T.D.	0139.2
59	721	2004.189.36	TSCIA	Hayes 33	bordo		Viegas, 2006a, nº 192, Est. 26	252	15	T.D.	0139.3
60	722	2004.368.3	TSCIC	Hayes 45 A	bordo	com guilhoché. Cola com 148.	Viegas, 2006a, nº 193, Est. 27	indet.	4	T.D.	0139.4
60	723	2004.120.12	TSCIC	Hayes 44 ?	parede/ fundo	habitual 12/15bordo int. 8,8 cm	Viegas, 2006a, nº 194, Est. 27	88	36	C.V.	139
60	724	2004.161.695	TSCIC	Hayes 46	bordo		Viegas, 2006a, nº 195, Est. 27	indet.	60	T.D.	0139.4
60	725	2004.148.1	TSCIC	Hayes 33	bordo		Viegas, 2006a, nº 196, Est. 27	220	17	T.D.	0139.4
60	726	2004.133.39	TSCIC	Hayes 33	bordo		Viegas, 2006a, nº 197, Est. 27	130	16	T.D.	0139.4
60	727	2004.153.35	TSCIC	Hayes 33	parede		Viegas, 2006a, nº 198, Est. 27	indet.	16	T.D.	0139.4
60	728	2004.164.28	TSCIC	Hayes 48	bordo		Viegas, 2006a, nº 199, Est. 27	220	17	T.D.	0139.4
60	729	2004.153.19	TSCIC	Hayes 50 A	bordo/ parede/ fundo		Viegas, 2006a, nº 200, Est. 27	320	52	T.D.	0139.4
60	730		TSCIC	Hayes 50	bordo		Viegas, 2006a, nº 201, Est. 27	250	33	T.D.	0139.4
60	731	2004.279.37	TSCIC	Hayes 50 A	bordo		Viegas, 2006a, nº 202, Est. 27	250	38	T.D.	0139.4
60	732	2004.156.11	TSCIC	Hayes 50	bordo		Viegas, 2006a, nº 203, Est. 27	250	33	T.D.	0139.4
60	733	2004.106.63	TSCIC	Hayes 52	bordo	decoração aplicada flor	Viegas, 2006a, nº 204, Est. 27	indet.	10	T.D.	0139.4
61	734	2004.155.4	TSCID	Hayes 32	bordo/ parede		Viegas, 2006a, nº 205, Est. 28	200	20	C.V.	0139.3
61	735	2004.192.83	TSCID	Hayes 058	bordo		Viegas, 2006a, nº 206, Est. 28	indet.	2,6	C.V.	0139.3
61	736	2004.264.2b	TSCID	Hayes 058 ?	bordo		Viegas, 2006a, nº 207, Est. 28	130	24	T.D.	0139.4
61	737	2004.279.40	TSCID	Hayes 58	bordo		Viegas, 2006a, nº 208, Est. 28	indet.	26	T.D.	0139.2
61	738	2004.158.2	TSCID	Hayes 32	bordo		Viegas, 2006a, nº 209, Est. 28	indet.	30	T.D.	0139.2
61	739	2004.154.3	TSCID	Hayes 058	bordo		Viegas, 2006a, nº 210, Est. 28	310	20	C.V.	0139.3
61	740	2004.189.40	TSCID	Hayes 58	bordo		Viegas, 2006a, 211, Est. 28	330	20	C.V.	0139.3
61	741	2004.361.12	TSCID	Hayes 059	bordo		Viegas, 2006a, nº 212, Est. 28	380	15	C.V.	0139.3
61	742	2004.368.5	TSCID	Hayes 061 A	bordo		Viegas, 2006a, nº 213, Est. 28	280	26	C.V.	0139.3
61	744	2004.161.825	TSCID	Hayes 061 B	bordo		Viegas, 2006a, nº 215, Est. 28	280	35	C.V.	0139.3
61	745	2004.228.10	TSCID	Hayes 061 A	bordo e fundo	cola 821	Viegas, 2006a, nº 214, Est. 28	indet.	34	C.V.	0139.3
61	745	2004.161.821	TSCID	Hayes 061 B	bordo		Viegas, 2006a, nº 216, Est. 28	indet.	25	C.V.	0139.3
62	746	2004.148.52	TSCID	Hayes 067	bordo		Viegas, 2006a, nº 217, Est. 29	indet.	15	C.V.	0139.3
62	747	2004.153.7	TSCID	Hayes 073 A	bordo	bordo com recortes	Viegas, 2006a, nº 218, Est. 29	160	17	C.V.	0139.3
62	748	2004.134.4	TSCID	Hayes 076	bordo		Viegas, 2006a, nº 219, Est. 29	400	25	C.V.	0139.3
62	749	2004.361.13	TSCID	Hayes 076	bordo		Viegas, 2006a, nº 220, Est. 29	170	14	C.V.	0139.3

Est.	Nº	Nº Inv.	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Bibliografia	Diâm.	Alt. total	Dese- nho	Nº contentor MNA
62	750	2004.161.265	TSCID	Hayes 90B			Viegas, 2006a, nº 221, Est. 29	indet		T.D.	139
						Variante B2 de Bonifay, datada da segunda metade séc. VI – inícios do VII. Corresponde a uma forma intermédia com o tipo Hayes 105 (Bonifay 2004, p. 176-177, fig. 94).					
62	751	2004.231.3	TSCID	Hayes 081	bordo	decoração guilhoché grosseiro no exterior	Viegas, 2006a, nº 222, Est. 29	indet.	25	T.D.	0139.3
62	752	2004.167.13	TSCID	Hayes 81 A	bordo	com guilhoché grosseiro no ext. e engobe laranja acastanhado na parte exterior do bordo com polimento em bandas	Viegas, 2006a, nº 223, Est. 29	indet.	24	T.D.	0139.4
62	753	2004.358.3	TSCID	Hayes 091 B	bordo		Viegas, 2006a, nº 224, Est. 29	200	35	C.V.	0139.3
62	754	2004.168.1	TSCID	Hayes 091C	bordo	cola com 285	Viegas, 2006a, nº 225, Est. 29	170	32	C.V.	0139.3
						Bonifay data de meados do séc. VI (2004, p. 179).					
62	755	2004.166.2	TSCID	Hayes 094A	bordo		Viegas, 2006a, nº 226, Est. 29	160	24	C.V.	0139.3
62	756	2004.154.6	TSCID	Hayes 094A	bordo		Viegas, 2006a, nº 227, Est. 29	160	37	C.V.	0139.3
62	757	2004.156.13	TSCID	Hayes 099 A	fundo	2004.151.1	Viegas, 2006a, nº 228, Est. 29	160	37	C.V.	0139.4
62	758	2004.225.1	TSCID	Hayes 093	pé		Viegas, 2006a, nº 229, Est. 29	90	23	C.V.	0139.4
62	759	2004.225.2	TSCID	Hayes 099 ?	fundo		Viegas, 2006a, nº 230, Est. 29	93	27	C.V.	0139.4
62	760	2004.155.2	TSCID	Hayes 103B (?)	bordo		Viegas, 2006a, nº 231, Est. 30	340	40	C.V.	139
62	761	2004.235.2	TSCID	Hayes 103A	bordo		Viegas, 2006a, nº 232, Est. 30	320	37	C.V.	139
63	762	2004.161.626	TSCID	Hayes 104	bordo		Viegas, 2006a, nº 233, Est. 30	indet	28	T.D.	0139.4
						Corresponde à variante A1 de Bonifay que se encontra datada de finais do séc. V- primeiro terço do séc. VI (2004, p. 183, fig. 97).					
63	763	2004.349.4	TSCID	Hayes 104	bordo		Viegas, 2006a, nº 234, est. 30	indet	38	C.V.	0139.4
						Variante A2 de Bonifay, datada do 2º quartel – m. VI (2004, p. 183, fig. 97).					
63	764	2004.159.26	TSCID	Hayes 104 A	bordo		Viegas, 2006a, nº 235, Est. 30	indet.	37	C.V.	0139.4
63	765	2004.251.36	TSCID	Hayes 109	bordo		Viegas, 2006a, nº 236, Est. 30	350	29	C.V.	0139.4
63	766	2004.149.24	TSCID	Hayes 109	bordo		Viegas, 2006a, nº 237, Est. 30	300 ?	29	C.V.	0139.3
63	767	2004.166.1	TSCID	Hayes 104	fundo		Viegas, 2006a, nº 238, Est. 30	200	30	C.V.	0139.4
63	768	2004.305.1	TSCID	prato	fundo		Viegas, 2006a, nº 239, Est. 30	180	20	C.V.	0139.3
						Decoração polida/brunida em espiral e festões , que se integra no Grupo 1A de Bonifay, datado da segunda metade do V- início VI (2004, p. 193, fig. 103).					
63	769	2004.161.774	TSCID	Prato	fundo		Viegas, 2006a, nº 240, Est. 31	--	--	C.V.	0139.3
						Fundo de forma indeterminada, com decoração de trevos e palmetas.					
63	770	2004.293.9	TSCID	Prato	fundo		Viegas, 2006a, nº 241, Est. 31	--	--	C.V.	0139.3
						Final séc. IV-m. séc. V ou posterior. Fundo de forma indeterminada com decoração do estilo A , constituída por crescentes formados por linhas (Hayes, 1972, tipo nº 73 , fig. 42, p. 243).					
63	771	2004.134.9	TSCID	Indet.	fundo		Viegas, 2006a, nº 242, Est. 31	--	--	C.V.	0139.3
						Fundo de forma indeterminada com decoração do estilo A formada por estrela composta por linhas de traços diagonais e convergentes, datável da primeira metade séc.V (Hayes 1972, nº 75 q, p. 242).					
63	772	2004.105.14	TSCID	Indet.	fundo		Viegas, 2006a, nº 243, Est. 31	--	--	C.V.	0139.4
						Fundo de forma indeterminada com decor trevos (78.c,estilo A, p. 244) e palmetas (2.d, estilo A, p. 229) datado da segunda metade do séc. IV. (Hayes, 1972, p. 224 e 229).					
63	773	2004.161.332	TSCID	Indet.	fundo		Viegas, 2006a, nº 244, Est. 31	--	--	C.V.	0139.3
						Fundo de forma indeterminada Fundo, 2º met séc. IV, decoração impossível de reconstituir, onde se observa uma folha de palma , tipo nº 3e, (Hayes 1972, fig. 38, p. 231).					

Est.	Nº	Nº Inv.	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Bibliografia	Diâm.	Alt. total	Dese-nho	Nº contentor MNA
63	774	2004.167.15	TSCID	Indet.	parede		Viegas, 2006a, nº 245, Est. 31	--	--	C.V.	0139.3
						Fundo de forma indeterminada com decoração do estilo D (Hayes, 1972, p. 221, fig 47) constituída por um peixe, do qual apenas se conserva cabeça e olho. Cronologia 440-500. Não se encontra, na obra de Hayes, nenhum exemplo exactamente idêntico ao da peça algarvia.					
63	775	2004.226.13	TSCID	Indet.	fundo		Viegas, 2006a, nº 246, Est. 31	--	--	C.V.	0139.3
						Fragmento de fundo de forma indeterminada com decoração do estilo E, com uma cruz com duplo contorno (Hayes, 1972, nº 311g fig 56 p. 277) datada do fim V ?- início VI.					
63	776	2004.131.4	TSfoc	Grande prato	fundo		Viegas, 2006a, nº 247, Est. 31	--	--	C.V.	0139.2
						Fragmento de fundo indeterminado com decoração com motivo da cruz, sob o braço da cruz ainda se pode observar parte do caracter grego "alfa" (Hayes, 1972, nº 65g, p. 364. Cronologia final do séc. V.					
64	777	2004.216.1	TSfoc	Hayes 03	bordo		Viegas, 2006a, nº 248, Est. 31	380	37	C.V.	0139.2
64	778	2004.279.36	TSfoc	Hayes 03	perfil completo		Viegas, 2006a, nº 249, Est. 31	210	47	C.V.	0139.2
64	779	2004.155.1	TSfoc	Hayes 03 F	bordo/ parede		Viegas, 2006a, nº 250, Est. 31	160	25	C.V.	0139.2
64	780	2004.301.7	TSfoc	Hayes 03 F	bordo		Viegas, 2006a, nº 251, Est. 31	200	38	C.V.	0139.2
64	781	2004.149.23	TSfoc	Hayes 03 F	bordo		Viegas, 2006a, nº 252, Est. 31	160	26	C.V.	0139.2
64	782	2004.161.670	TSluz	Lamb. 1/3	bordo		Viegas, 2006a, nº 253, Est. 32	220	55	C.V.	0139.2
64	783	2004.279.35	TSluz	Luis. 31/33	forma completa		Viegas, 2006a, nº 254, Est. 32	135	61	C.V.	0139.2
64	784	2004.335.6	TSluz	Luis. 31/33	bordo		Viegas, 2006a, nº 255, Est. 32	140	42	C.V.	0139.2
64	785	2004.349.2	TSluz	Indet.	fundo		Viegas, 2006a, nº 256, Est. 32	100	60	C.V.	0139.2
						Possível forma Luis. 92 urna ovoide de pé baixo, datado de 250/400 (Reynaud, 1993a, p. 509).					
64	786	2004.134.94	TSluz	Indet.	fundo		Viegas, 2006a, nº 257, est. 32	60	18	C.V.	0139.2
						Fragmento de fundo plano de forma fechada. Trata-se possivelmente da forma Luis 91 (urna de duas asas), datada de 350-450 (Reynaud, 1993a, p. 509)					
64	787	2004.165.1	TSpaleo-cristã	Rigoir 3 a	forma completa	Cinzenta. Decor. Estampilhada na aba	Viegas, 2006a, nº 258, est. 32	50	53	C.V.	0139.6
64	788	2004.330.5	TSpaleo-cristã	Rigoir g 3	aba		Viegas, 2006a, nº 259, est. 32	160	28	C.V.	0139.6
						Com decoração estampada no topo do bordo em aba formada por círculos.					
64	789	2004.105.21	TSpaleo-cristã	Rigoir 16	bordo		Viegas, 2006a, nº 260, est. 32	--	25	C.V.	0139.6

### Síntese sobre as principais características da *terra sigillata* de Torre de Ares (Balsa)

A cidade de *Balsa* recebeu as principais categorias de *sigillata* produzidas na bacia do Mediterrâneo. Durante todo o período da sua ocupação, desde a época de Augusto até aos finais do séc. VI ou inícios do séc. VII, o sítio foi abastecido pelas oficinas itálicas, do sul da Gália, hispânicas, norte africanas e do Mediterrâneo Oriental. Possivelmente documentando a ocupação numa fase anterior, não podemos ignorar a presença de alguns fragmentos de cerâmica campaniense, cuja referência remete para uma proveniência de *Balsa* (Nolen, 1994, p. 63), materiais esses de cronologia de meados do séc. I a.C.

Independentemente desta eventual importação itálica anterior, o abastecimento ganhou peso sobretudo a partir das primeiras décadas do séc. I d.C. A *sigillata* de tipo itálico de *Balsa* constitui 7.6% do total, mas relativamente à sua distribuição cronológica parece significativo que não se registre qualquer marca radial e que as formas mais antigas sejam raras. Com base nas marcas de oleiro conhecidas, não terá sido apenas Arezzo a abastecer a cidade algarvia, mas também Pisa. As formas mais frequentes são as que se encontram habitualmente nos restantes sítios

objecto de estudo, e, de um modo geral, correspondem à fase de maior produção das oficinas itálicas. Referimo-nos às taças e pratos de bordo vertical, que se integram no serviço II de Haltern. Tudo aponta para que o auge das importações tenha ocorrido no final do reinado de Augusto e durante o período tiberiano.

Além de *sigillata*, recolheram-se ainda alguns exemplares de cerâmica comum itálica (pratos de bordo bifido e tampas) e de cerâmica de “engobe vermelho pompeiano”, e ainda de cerâmica de paredes finas itálicas. As ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 2/4 são escassas, encontrando-se representadas por apenas dois exemplares.

A *terra sigillata* sudgálica é a mais abundante em *Balsa*, somando 41.1% do total, aspecto que deve ainda ser mais valorizado atendendo ao facto de as importações se concentrarem, sobretudo, na segunda metade e finais do séc. I d.C. Além de muito abundante, esta cerâmica possui ainda um conjunto muito relevante de exemplares decorados, cujo estudo permitiu verificar que mais de 85% das peças pertencem ao período Flávio ou posterior, perfil de importação que é confirmado pelo estudo das marcas de oleiro. A presença expressiva de formas como a Drag. 35/36 constitui um aspecto diferenciador dos conjuntos algarvios face a outros conhecidos, como, por exemplo, Conímbriga. Apesar do que acabo de referir, existem provas de que o início das importações sudgálicas se deu ainda no período tiberiano e cláudio, mas de forma pouco expressiva. Pode igualmente afirmar-se que, nos inícios do séc. II, *Balsa* ainda recebia produtos do Sul da Gália, embora em quantidades reduzidas.

Atendendo ao estudo das formas decoradas e das marcas de oleiro, a cidade foi abastecida sobretudo por oleiros que produziram em La Graufesenque, embora se saiba que oleiros como Patricius tiveram actividade, além de em La Graufesenque, também em Rozier e Carrade. Por outro lado, verifica-se que algumas composições e motivos decorativos presentes em fragmentos de *Balsa*, da fase dita de “decadência” de La Graufesenque, foram utilizados também pelas oficinas de Banassac.

O conjunto de *sigillata* sudgálico de *Balsa* é excepcional no que diz respeito à elevada percentagem de formas decoradas face às lisas, que constituem 43.4% (NMI), número que pode atingir valores superiores se atendermos ao elevado número de fragmentos que não foi possível integrar numa determinada forma e que pertencem a peças diferentes. Esta elevada percentagem é uma constante nos conjuntos algarvios e da costa da actual Andaluzia, mas nunca atinge montantes tão elevados. A percentagem de fragmentos decorados de forma determinada é também bastante elevada em Castro Marim (23.5%), em Belo (23.6%) (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 113) e em Faro 15.6%. Claramente divergente desta realidade, Conímbriga e Santarém apresentam valores de 6.3% e 12.1%, respectivamente.

Outra característica diferenciadora da *sigillata* dos sítios algarvios corresponde à elevada quantidade de *sigillata* marmoreada, que contempla em *Balsa* 27 fragmentos, que constituem sete peças, e se opõe às realidades observadas em Conímbriga ou na Alcáçova de Santarém.

A elevada percentagem desta categoria cerâmica relaciona-se com a forte capacidade económica que a cidade revelou durante este período, aspecto que se poderá ligar à alteração do estatuto jurídico da cidade nessa época. Na realidade, e tal como sucedeu com as restantes cidades objecto de estudo neste momento, a cidade de *Balsa* abasteceu-se igualmente nas oficinas da Hispânia, quer em *Celti* (Peñaflor) e Andújar, na Bética, quer em Tricio, na Tarraconense, sendo igualmente desta fase (finais do séc. I) as primeiras importações oriundas do Norte de África.

Quanto à distribuição cronológica da *sigillata* hispânica do tipo Peñaflor de *Balsa*, responsável por 5.1% do total da *sigillata*, o abastecimento deve ter-se iniciado em meados do séc. I, tendo-se prolongado, ainda com algum peso, até à segunda metade desse século. A forma mais comum inspira-se no prato de “engobe vermelho pompeiano”, o que pode prolongar a importação até aos inícios do séc. II.



A *sigillata* hispânica corresponde a 8.3% do total, sendo constituída não só pelas produções geograficamente mais próximas, de Andújar, no vale do Guadalquivir, mas também pela oriunda de Tricio (La Rioja), no vale do Ebro, que é responsável por 36% da *sigillata* hispânica. Os materiais com origem neste centro produtor seriam distribuídos para a região da Lusitânia, através da capital da província – Mérida. Associamos a fraca expressão dos produtos hispânicos à imposição dos sudgálicos, nos mercados, beneficiados pela facilidade do transporte marítimo.

O padrão de importações hispânicas para *Balsa* é bastante monótono e centra-se, atendendo à presença maioritária de decoração com motivos circulares, no período dos Flávios e, possivelmente, nos inícios do séc. II. Deve recordar-se que a tradição de abastecimento de produtos alimentares a partir da *Ulterior* e, depois, da Bética constituiu uma realidade neste período, e mesmo posteriormente, com a presença “esmagadora” de ânforas que transportaram, sobretudo, preparados piscícolas, mas também vinho e azeite.

O comércio de produtos norte africanos pode ter-se iniciado ainda nos finais do séc. I, mas ganhou peso nos meados do séc. II, como mostra a distribuição das formas de *sigillata* clara A, que soma 11.5% do total. No conjunto de *sigillata* clara A de *Balsa*, anteriormente publicado por J. Nolen, destaca-se uma série de formas fechadas raras (Nolen 1994, sc-1, 2, 4, p. 104), que, dado o seu excepcional estado de conservação, devem ter tido origem numa área de necrópole. A *sigillata* clara A ainda se encontrava em *Balsa* nos finais do séc. II e inícios do séc. III.

O padrão de importação de *sigillata* clara C para *Balsa* acompanha o que se observa para a maior parte dos sítios de referência e é de uma grande monotonia. Apesar de se encontrarem alguns exemplares das formas Hayes 45 e 46, a forma que mais sucesso teve foi, sem dúvida, o tipo Hayes 50 A ou B. Foi, sobretudo, no período compreendido entre a segunda metade do séc. IV e inícios do séc. V que a importação foi mais intensa.

A *sigillata* clara D corresponde a 14.3% da *sigillata* do sítio, distribuindo-se por um longo período, desde os finais do séc. III/ início do séc. IV até aos finais do séc. VI, ou mesmo até ao séc. VII, como o prova a presença, ainda que pouco expressiva, de exemplares das formas Hayes 105 e 109. Se excluirmos estes produtos mais tardios, de um modo geral, as formas mais comuns são as habituais nos conjuntos de referência (Hayes 58, 59, 61, 67, 76 e 91). Associamos um certo ressurgir das importações e do consumo de *sigillata* clara D em *Balsa*, documentado pela presença da forma Hayes 99, ao que M. Bonifay considerou uma retoma económica da região produtora centrada nas oficinas de Oudhna (2003, p. 123-124).

Às importações de *sigillata* africana aliam-se outros produtos que têm uma presença muito expressiva em *Balsa*, como a cerâmica de cozinha africana (Viegas, 2007a, p. 71-83) e as ânforas (Viegas, 2008a).

Durante o período tardio, a cidade de *Balsa* também se abasteceu nas oficinas da região focense, no Mediterrâneo oriental (costa da actual Turquia), embora a percentagem seja diminuída (0,9%). A cidade algarvia segue o mesmo padrão que se conhece para os restantes sítios, com uma quantidade grande de exemplares da forma Hayes 3, mas destaca-se que a maior parte deles pertence às variantes mais tardias, com cronologia do segundo quartel/ meados do séc. VI.

Igualmente mínima, é a percentagem, escassos 0.6% de *sigillata* luzente, que documenta a presença dos produtos tardios originários do sul da Gália, que se completa com outros 0.6% de DSP (*sigillata* paleocristã). Esta região produziu e exportou os seus produtos durante um período compreendido entre o séc. III e o VI. A forma mais frequente de *sigillata* luzente é a Lamb. 1/3 (Luis 37), encontrando-se outros tipos de taças mais raras e menos frequentes, como o Luis. 31/33, além de algumas formas fechadas (urnas). Relativamente à DSP (derivada de *sigillata* paleocristã), encontram-se em *Balsa* as formas mais comuns, como o prato Rigoir 1 ou a taça Rigoir 3, além da forma Rigoir 16, esta menos frequente.

### Valorização do contexto arqueológico da *terra sigillata* de Balsa

Como tivemos oportunidade de referir *supra*, verificou-se, em Faro, que os dois sectores da cidade (mosaico do Oceano, supostamente a área artesanal, e o Museu Municipal, junto à área monumental) apresentavam diferentes perfis de importação de *terra sigillata*. Apesar do desconhecimento que temos relativamente à topografia da urbe antiga de Balsa considere importante apresentar os dados sobre a distribuição espacial da *terra sigillata*.

Recorde-se que o sector 1 corresponde a uma série de canalizações, com caixa de derivação. No sector 2, foi escavada uma unidade de transformação de preparados piscícolas, na qual algumas cetárias foram escavadas na totalidade, enquanto que em outras não se terá ido além dos níveis superficiais. No sector 3, foram identificados muros que levam a pensar tratar-se de uma área habitacional.

Verifica-se que foi o sector 3, a suposta área habitacional, a área onde se encontrou mais de metade da *sigillata* estudada, quer em nº de fragmentos, quer em nº de peças (**Tabela 42 e Gráfico 17**). A restante *terra sigillata* distribui-se de forma idêntica entre o sector 1 e 2 com 23.5% e 22.2%, respectivamente. De referir ainda que a área do sector 3 é muito menor que a dos restantes sectores. Por outro lado, quando se analisa a distribuição dos vários tipos de *terra sigillata* nos diferentes sectores escavados verifica-se que ostentam perfis de importação diferenciados.

No sector 1, onde se escavaram sobretudo níveis superficiais de carácter secundário e com bastantes sinais de revolvimentos modernos, encontra-se quase 80% de importações, que se realizaram durante o Alto Império. Esta importação ocorreu sobretudo a partir da época Flávia, dada a percentagem elevada de *sigillata* sudgálica, a que se somou a hispânica (tipo Peñafior, de Trício e de Andújar) e ainda a clara A. Pelo contrário, as importações tardias, oriundas da actual Tunísia e do sul da Gália, são pouco expressivas, e se tivermos em linha de conta que atingiram Balsa num longo período, de pelo menos três séculos, a sua presença torna-se ainda mais diluída.

A distribuição da *sigillata* no sector 2 mostra que a cerâmica atribuída ao Alto Império reúne pouco mais de 50% da *terra sigillata* recuperada naquela área. No sector onde foi parcialmente escavada uma fábrica de transformação de preparados piscícolas, a maior percentagem é de *sigillata* clara D, cuja importação se centra nos séculos IV e V, o que é igualmente significativo. A distribuição da *terra sigillata* no sector 3 é inversa à que observamos para a área das cetárias, uma vez que neste local, que correspondeu supostamente a uma área habitacional, a *sigillata* importada durante o Alto Império reúne mais de 90% da *terra sigillata* que foi recolhida em Balsa, em 1977. As importações tardias são, portanto, muito escassas nesta área.

A inventariação da totalidade da cerâmica (cerâmica de paredes finas, cerâmica comum local e regional e importada itálica, gálica, bética e norte africana e ânforas) proveniente das escavações de 1977 permitiu igualmente avaliar o peso relativo da *terra sigillata* face às restantes cerâmicas identificadas. Assim, verifica-se que a *terra sigillata* oscila entre os 17.6% no sector 2, atingindo o seu valor máximo no sector 3, onde reúne 25.5% da totalidade da cerâmica aí inventariada (nº de fragmentos). Trata-se de valores bastante elevados, se comparados com os cerca de 10 ou 15% que Tilhard propõe para a cidade de Poitiers, mesmo tratando-se de realidades muito diferentes (2004, p. 25).

Sector	Nº Frag.	% Nº Frag.
Sector 1	345	23.5
Sector 2	327	22.2
Sector 3	799	54.3

**Tabela 42 – Balsa. Distribuição da *terra sigillata* nos diferentes sectores.**

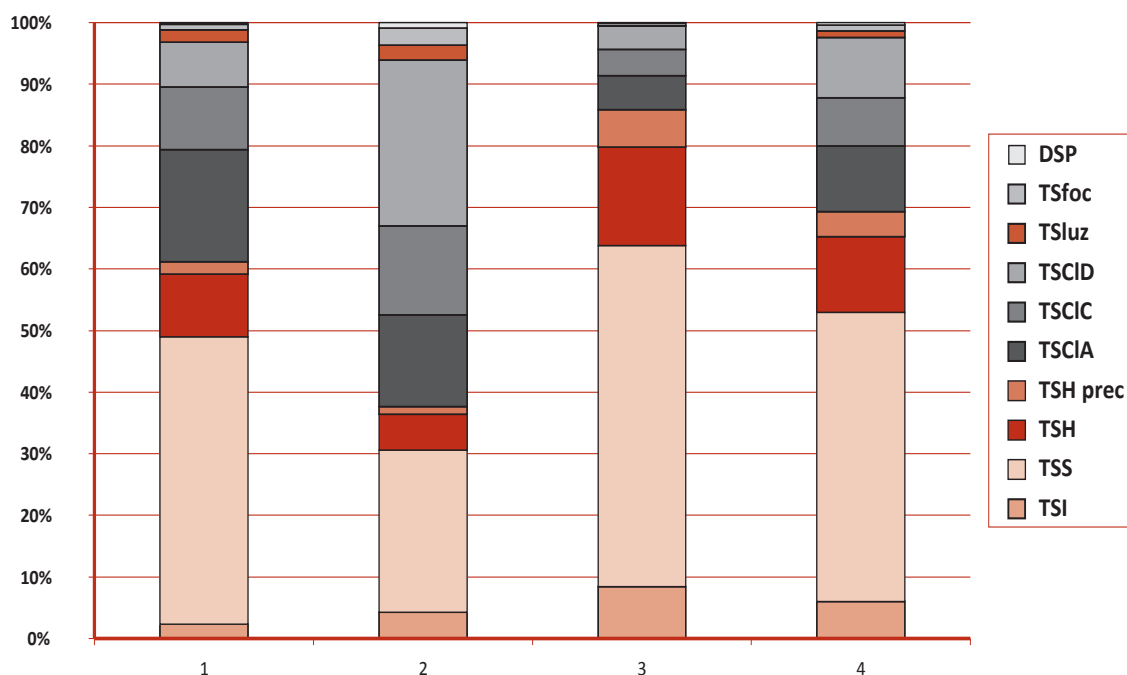


Gráfico 17 – Balsa. Distribuição percentual das diferentes categorias de terra sigillata nos 3 sectores.  
 1. Sector 1 canalizações ; 2 – Sector 2 conjunto de cetárias; 3 – Sector 3 estruturas habitacionais (?);  
 4 – Soma de todos os sectores. (nº de frag.).

Quanto aos materiais anteriormente publicados por J. Nolen, uma reduzida parte foi recolhida por E. da Veiga, supostamente numa das necrópoles de Balsa, ainda no séc. XIX. O bom estado de conservação da maior parte desses exemplares é disso bom indício. Os dados disponíveis permitem propor uma cronologia para a utilização da necrópole que não vai além do séc. IV, uma vez que ainda se regista a presença de um exemplar de *sigillata* clara C, da forma Hayes 50. A maior parte das cerâmicas recolhidas por E. da Veiga têm cronologia centrada entre os Flávios e o início do séc. III.

### 2.2.2.3.3. As ânforas

O conjunto de ânforas estudadas é composto por um total de 246 peças, incluindo os 43 fragmentos de bordos previamente estudados por C. Fabião, para além de cinco asas de ânfora com marca (1994a, p. 17-36) (**Tabela 43, Estampa 65 a 73**). Uma primeira abordagem deste conjunto foi já realizada (Viegas, 2008a), sendo aqui retomada e completada.

A distribuição cronológica das ânforas de Balsa distancia-se do que foi observado para a terra sigillata. Efectivamente, 55.3% das ânforas que abasteceram Balsa pertencem ao Alto Império, contra 44.7% que chegaram ao sítio durante o Baixo Império (**Tabela 44**). O equilíbrio entre o número de exemplares destes dois períodos tinha já sido salientado por C. Fabião, testemunhando recolhas em áreas com vestígios com uma diacronia considerável.

Não temos dúvidas de que a esmagadora maioria dos fragmentos de ânforas publicados anteriormente pertencem às escavações de 1977, realizadas sob direcção de M. e M. Maia.

Forma	Fabião 1994	Total NMI	%Total NMI
Dressel 2-4 (itálica)	-	2	0.8
Dressel 2-4 (Bética)	5	5	2
Haltern 70 (Bética)	1	26	10.6
Agora M 54 (Mediterrâneo Oriental)	1	1	0.4
Dressel 28 (Bética)	-	1	0.4
Dressel 14 (Bética)	-	9	3.7
Dressel 7/11 (Bética)	2	11	4.5
Beltrán IIA (Bética)	1	7	2.9
Beltrán IIB (Bética)	7	47	19.1
Gauloise 4 (Gália)	-	3	1.2
Dressel 20 (Bética)	-	14	5.7
Hammamet 1 (Norte de África)	-	1	0.4
Dressel 14 (Lusitânia)	-	9	3.7
Almagro 50/ Keay XVI (Bética)	2	29	11.8
Almagro 51a-b/ Keay XIX (Bética)	4	12	4.9
Almagro 51c (Bética)	3	7	2.9
Dressel 23a/ Keay XIII A (Bética)	1	3	1.2
Dressel 23c/ Keay XIII C (Bética)	-	1	0.4
Africana II A (Keay V) (Norte de África)	-	4	1.6
Africana II C (Keay VI) (Norte de África)	-	6	2.4
Africana II D (Keay VII) (Norte de África)	1	7	2.8
Keay XXV.1 (African III C) (Norte de África)	-	3	1.2
Almagro 50 (Lusitânia)	-	2	0.8
Almagro 51a-b (Lusitânia)	-	11	4.5
Almagro 51c (Lusitânia)	15	25	10.2
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>246</b>	<b>100</b>

Tabela 43 – *Balsa*. Tipos de ânforas identificados.  
Total de indivíduos incluindo as ânforas previamente estudadas por C. Fabião (1994a, p. 17-36).

Período	NMI	%
Alto Imperial	136	55.3
Baixo imperio	110	44.7
<b>Total</b>	<b>243</b>	<b>100</b>

Tabela 44 – *Balsa*. Distribuição das ânforas por período.

Efectivamente, neste caso são muito raras as peças com n.ºs de inventário que se atribuem às recolhas de Estácio da Veiga. Encontram-se nesta situação apenas a marca na Dressel 20 Q·R·FL·CORNE (n.º de inv. 14979) (Fabião, 1994a, an-6) e as marcas em Almagro 50 Béticas AEMHEL (n.º 14859 e 14980) e LEVGEN (n.º 14883) (Fabião 1994a, an-18, 19 e 20); e um bocal de Almagro 51c (n.º de inv. 14977A) (Fabião, 1994a, an-22).

Tal como se verificou *supra* com o estudo das cerâmicas finas (*terra sigillata* e paredes finas), e conforme J. Nolen já tinha defendido (1994), não existem materiais anteriores à época de Augusto, mantendo-se em aberto a questão relacionada com a localização precisa da fundação pré-romana de *Balsa*.

## Alto Império

### Importações da Península Itálica

As ânforas do tipo **Dressel 2-4** correspondem a contentores vinários que deram continuidade à importação de vinhos originários da Península Itálica (Dressel 1 e Lamboglia 2), embora nunca tenham tido o mesmo sucesso que a sua antecessora (Tchernia, 1986). A sua morfologia descende das ânforas do golfo de Cos, sucedendo também aos exemplares itálicos inúmeras imitações das províncias ocidentais do império, como a Tarraconense, a Gália, o centro da Europa, a *Britannia* e o Mediterrâneo Oriental (Marquéz Villora e Molina Vidal, 2005, p. 120). Esta forma distingue-se pelas suas longas asas bífidas, o bordo de secção semi circular, e carena acentuada no ombro.

Este envase, que corresponde à Classe 10 de Peacock e Williams, tem a característica pasta arenosa, onde se observam facilmente as areias negras de origem vulcânica, provenientes da região da Campânia, e a sua produção estende-se desde meados do séc. I a. C. até ao final do séc. II d. C. (1986, p. 86-87 e 105-106).

Esta forma está presente em **Balsa** com apenas duas peças (nº 790 e 791), com o típico fabrico, mostrando as características areias vulcânicas da região do Lácio/Campânia (fabrico itálico), o que corresponde a uma percentagem que não atinge um ponto percentual (0.8%). Trata-se das únicas ânforas com origem na península itálica, em *Balsa*.

Ainda no território algarvio, regista-se um exemplar de Dressel 2-4 itálica que foi recolhido para o MNA ainda no séc. XIX, por Estácio da Veiga no sítio romano da Manta Rota (Cacela) (Viegas, 2006b, p. 177-196).

### Importação do Mediterrâneo Oriental

A ânfora do tipo **Agora M-54**, produzida no Mediterrâneo Oriental, corresponde a um contentor que terá transportado, provavelmente, vinho. A sua produção foi situada na região da Cilícia (Sul da actual Turquia) e em outras regiões onde domina a escrita grega, como se deduz pelos *tituli* com esse tipo de caracteres (Empereur e Picon, 1989).

O seu fabrico está confirmado entre a segunda metade do séc. I d.C e a centúria seguinte, sendo o Mediterrâneo oriental a área de exportação preferencial desta ânfora, onde, aliás, também não ocorre em grandes quantidades nos diversos sítios da Grécia, Turquia, Egipto e Líbano.

Em *Balsa* apenas se regista um exemplar com origem no Mediterrâneo oriental, que foi anteriormente publicado por C. Fabião e cuja datação foi apontada para o séc. II, tendo por base um conjunto de dados sobre a sua ocorrência em outros sítios ocidentais com estratigrafia, como Lyon ou Ostia (1994, p. 23, Est. 2, an-17).

Mantendo-se uma importação extremamente rara no ocidente peninsular, a carta de distribuição deste tipo tem sofrido algumas alterações nos últimos anos, podendo acrescentar-se ao exemplar algarvio, único no nosso país em 1994, outras peças entretanto publicadas. Trata-se sempre de exemplares únicos, que se encontram presentes, por exemplo, em Tomar (antiga *Seillium*) (Banha e Arsénio, 1998, p. 175-176, nº 18). Neste caso, os autores apontam um contexto arqueológico na *insula* da Alameda, onde ocorre nos níveis mais antigos datados, possivelmente do séc. I d. C. (Banha e Arsénio, 1998, p. 176). Está também presente em Lisboa, sendo proveniente das escavações do Teatro romano (Diogo, 2000, p. 167, nº 8).

De registar igualmente, neste contexto, a existência de outras importações anfóricas alto imperiais originárias do Mediterrâneo Oriental, como sucede com as ânforas ródias presentes



em *Seilium* (Banha e Arsénio, 1998, p. 175), em Conímbriga (Buraca, 2005, p. 30-31, n.º 110) e na Alcáçova de Santarém, neste caso representadas por um exemplar de uma asa com marca (Bargão, 2006, p. 55).

### Importações da Bética

As restantes **Dressel 2-4** de *Balsa* (n.º 792 a 795) são originárias da Bética, tendo os cinco exemplares (bordos) sido anteriormente estudados por C. Fabião (1994, p. 31). Para esta forma, os únicos dados inéditos dizem respeito a uma série de fragmentos de asas bífidas que se registaram no inventário. Trata-se de peças que ostentam diferentes fabricos, mas todos relacionados com a Bética costeira ou o curso inferior do Guadalquivir. Esta forma, que reproduz o modelo vinário itálico, foi produzida em diversas províncias, mas, até há pouco tempo, os seus centros produtores béticos, quer da costa quer do Guadalquivir, não tinham sido devidamente identificados.

Recentemente, equipas das Universidades de Cádiz e de Madrid identificaram uma *figlina* no sítio de Villa Victoria, no interior da baía de Algeciras, local que, durante a antiguidade, estaria no território da cidade de *Carteia* (Bernal Casasola *et al.*, 2004, p. 633-648). Segundo as mesmas equipas, esta seria a primeira evidência inequívoca desta produção, pois defendem que as oficinas de “Guadarranque”, “El Rinconcillo” ou “Loma de Ceres” não produziram Dressel 2/4, mas sim Dressel 14 (Bernal Casasola *et al.*, 2004, p. 636). Quanto à eventualidade de uma produção no vale do Guadalquivir, já anteriormente apontada por J. Remesal, está comprovada apenas em contextos de consumo. Recentemente, no Congresso “Figlina Baetica”, E. García Vargas deu a conhecer a produção deste tipo no sítio de Guadalbaida, onde ocorre com uma marca que se repete numa Dressel 20 da mesma oficina (2004, p. 507-514).

Como já se referiu, entre o material deste sítio encontra-se um conjunto de cinco fragmentos de asas bífidas com fabricos idênticos aos documentados na baía gaditana, embora, em alguns casos, com inclusões arenosas. Um dos exemplares (n.º 794) apresenta uma pasta fina, aparentemente integrável das produções da baía gaditana, mas possui uma série de inclusões de nódulos de ferro laranja, de dimensão considerável (2 mm), recordando os fabricos da Apúlia na costa Adriática italiana. Outra asa ostenta fabrico compatível com as produções do baixo Vale do Guadalquivir. Neste exemplar (n.º 793), a asa não é formada por dois rolos que foram posteriormente “colados” com a barbotina, apresentando sim uma secção elíptica com sulcos relativamente profundos, no sentido longitudinal e em ambos os lados da asa.

Outro contentor vinário da Bética, a ânfora **Dressel 28**, distingue-se particularmente por apresentar dimensões relativamente mais reduzidas (60/70 cm) e um fundo plano. Trata-se da Classe 31 de Peacock e também pode ser apresentada na Bibliografia como Oberaden 74 (1986, p. 149-150). Este tipo de ânfora ocorre desde a época augustana, sendo bem conhecido na Tarraconense e, um pouco menos, na Bética (Márquez Villora e Molina Vidal, 2005, p. 129). Caracteriza-se pelo seu corpo ovóide, bordo saliente e moldurado, sendo o colo baixo e curto.

A produção de Dressel 28 na província da Bética não é muito frequente. Além dos exemplares dos fornos de “Venta del Carmen” e da baía de Algeciras, encontra-se atestada nas recentes escavações realizadas em Sevilha, no Hospital de Las Cinco Llagas, onde apresentam as características típicas deste tipo de envases (García Vargas, 2000, p. 88 e 89). A sua comercialização em época Cláudia encontra-se comprovada pela sua presença entre os materiais do naufrágio de Port-Vendres II, onde é minoritária (Colls *et al.*, 1977, p. 43-47).

Em *Balsa*, apenas um exemplar pertence ao tipo Dressel 28 (n.º 804), apresentando um fabrico que corresponde às produções típicas da baía gaditana. Trata-se de uma pasta de cor bege fina e compacta, onde se podem observar algumas inclusões médias de quartzo subrolado.

Pelas suas características morfológicas e atendendo aos dados obtidos por Martin-Kilcher para os materiais de Augst, julgo poder atribuir-lhe uma datação de meados do séc. I d. C., uma vez que os dois sulcos que formam o bordo apresentam aspecto idêntico (1994, p. 356-358). Alguns dos exemplares da época de Cláudio presentes no naufrágio de Port-Vendres II têm características muito idênticas às do exemplar balsense (Colls, et al., 1977, p. 43-48).

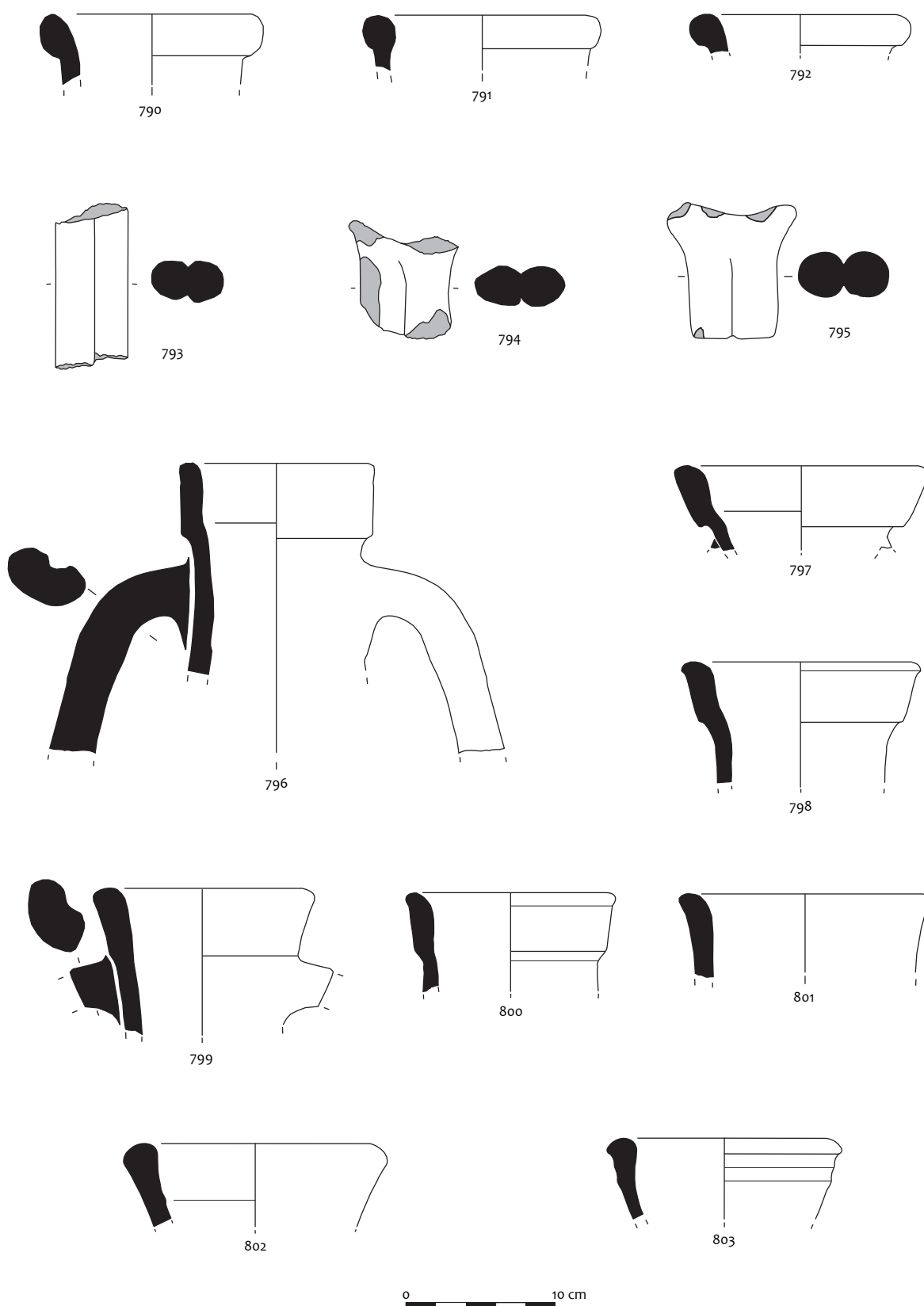
As ânforas do tipo **Haltern 70** que transportaram outro tipo de produtos derivados da uva, o *defrutum*, que por diversas vezes terá servido de conserva para azeitonas (Carreras Monfort, 2003, p. 88), foram produzidas desde a primeira metade do séc. I a. C. até à época Flávia, no vale do Guadalquivir.

Em *Balsa*, existem 26 peças desta forma, que representam 10.6% do total de ânforas encontradas no sítio. Como já se mencionou a propósito dos materiais de Faro, a evolução morfológica destas peças foi objecto de análise por S. Martin-Kilcher (1994) e J. Baudoux (1996). Na tentativa de conhecer o período de importação destas ânforas para *Balsa*, seguiram-se as informações das referidas investigadoras e os dados recentes propostos por A. Puig, na sequência do estudo do naufrágio Culip VIII (2004, p. 23-32). Assim, relativamente à evolução cronológica e morfológica, podemos confirmar que a maior parte das peças de *Balsa* pertence ao período de Cláudio (nº 796 a 798), com alguns exemplares que se atribuíram aos Flávios (nº 782). Apenas duas peças tinham sido anteriormente publicadas por C. Fabião, uma das quais um fundo (1994, p. 18, an-1 e 2, Est. 1). Quanto ao bordo, colo e asa, parecem apresentar as características tipológicas próximas dos exemplares da variante Cláudia.

As restantes importações do vale do Guadalquivir, as ânforas oleárias do tipo **Dressel 20**, correspondem a 5.7% total de ânforas estudadas (portanto 14 exemplares). Entre estas, encontram-se apenas dois exemplares (nº 836 e 834) de fabrico característico da área costeira da Bética (fabrico gadit1). Tal facto não é de estranhar, pois a produção de Dressel 20 está documentada na baía de Cádiz e na costa de Málaga (García Vargas, 2000, p. 90).

A evolução cronológica que se depreende das características morfológicas dos bordos proposta por S. Martin-Kilcher, e retomada por P. Berni Millet, mostra que alguns fragmentos pertencem às formas mais antigas, datadas do período de Augusto/Tibério, que se enquadram na forma I de P. Berni (por exemplo nº 831 a 834) (Berni Millet, 2007). Uma das peças ilustradas integra-se no tipo II de P. Berni, datado da segunda metade do séc. I até ao reinado dos Flávios (nº 838). Um conjunto significativo de peças pertence ao tipo III, que P. Berni Millet atribui aos finais do séc. I d. C. e às primeiras décadas do séc. II (nº 836, 839 e 840) (Berni Millet, 2007), embora existam dados que permitem apontar para a continuação da importação de azeite originário do vale do Guadalquivir durante o Baixo Império (Dressel 23). A importação de Dressel 20 cobre, portanto, um longo período com uma proporção importante de exemplares centrados, por um lado, nas fases iniciais da produção, no período de Augusto e Tibério e, por outro, com bastantes exemplares pertencentes às últimas décadas do séc. I d. C. e primeiras da centúria seguinte.

Entre as ânforas anteriormente publicadas por C. Fabião, incluem-se três fragmentos, dos quais apenas um apresenta o bordo, todos com marca (Fabião, 1994, p. 19, Estampa, 1, Fig.19, an-6, an-7 e an-8). Um dos exemplares (an-6) ostenta a marca QR·FL·CORNE (*Idem*, nota 25). Apesar das dificuldades de interpretação, devidas à raridade desta marca, que parece permanecer a única conhecida até ao momento, C. Fabião sugere uma aproximação cronológica ao séc. II, em detrimento de um momento anterior (Fabião, 1994, nota 25, CEIPAC nº 24964). Muito fragmentada, outra asa apenas conserva a marca impressa com o carácter “O” e uma espiga ou palma (Fabião 2004, an-7, CEIPAC nº 24965).



Estampa 65 – Balsa. Ânforas do tipo Dressel 2-4, itálicas e béticas, e Haltern 70 béticas.

Como já se referiu anteriormente, a maior parte das importações de *Balsa* durante o Alto Império teve a sua origem na Bética costeira. As ânforas **Dressel 7/11** (também designadas por Beltrán I) transportaram essencialmente preparados piscícola. O início da sua produção está datado do reinado de Augusto, tendo este tipo tido uma ampla distribuição nas províncias romanas da bacia do Mediterrâneo ocidental, atingindo igualmente as províncias do Norte (Martin-Kilcher, 1994, p. 393 – 401; 2003, p. 69-84). O estudo de contextos bem datados em diversos sítios de consumo permitiu reconhecer a evolução morfológica deste tipo de ânforas, desde a segunda metade do séc. I a. C. até meados do séc. I d. C. Esta forma corresponde a 4.5% das ânforas recuperadas em *Balsa*, portanto a 11 peças (nº 807 a 812). Os fabricos são os característicos da Bética costeira (fabrico gadit1).

Apesar da produção de **Dressel 14** se encontrar atestada na Lusitânia, na costa algarvia e nos vales do Tejo e do Sado, metade das ânforas desta forma são originárias da **Bética**, correspondendo a 3.7% do total da amostra estudada (nove peças) (nº 805 e 806). A produção cobre um período desde o reinado de Tibério até ao séc. II (García Vargas, 2000, p. 83-84), centrando-se a época de mais intensa comercialização entre a segunda metade do séc. I e o séc. II.

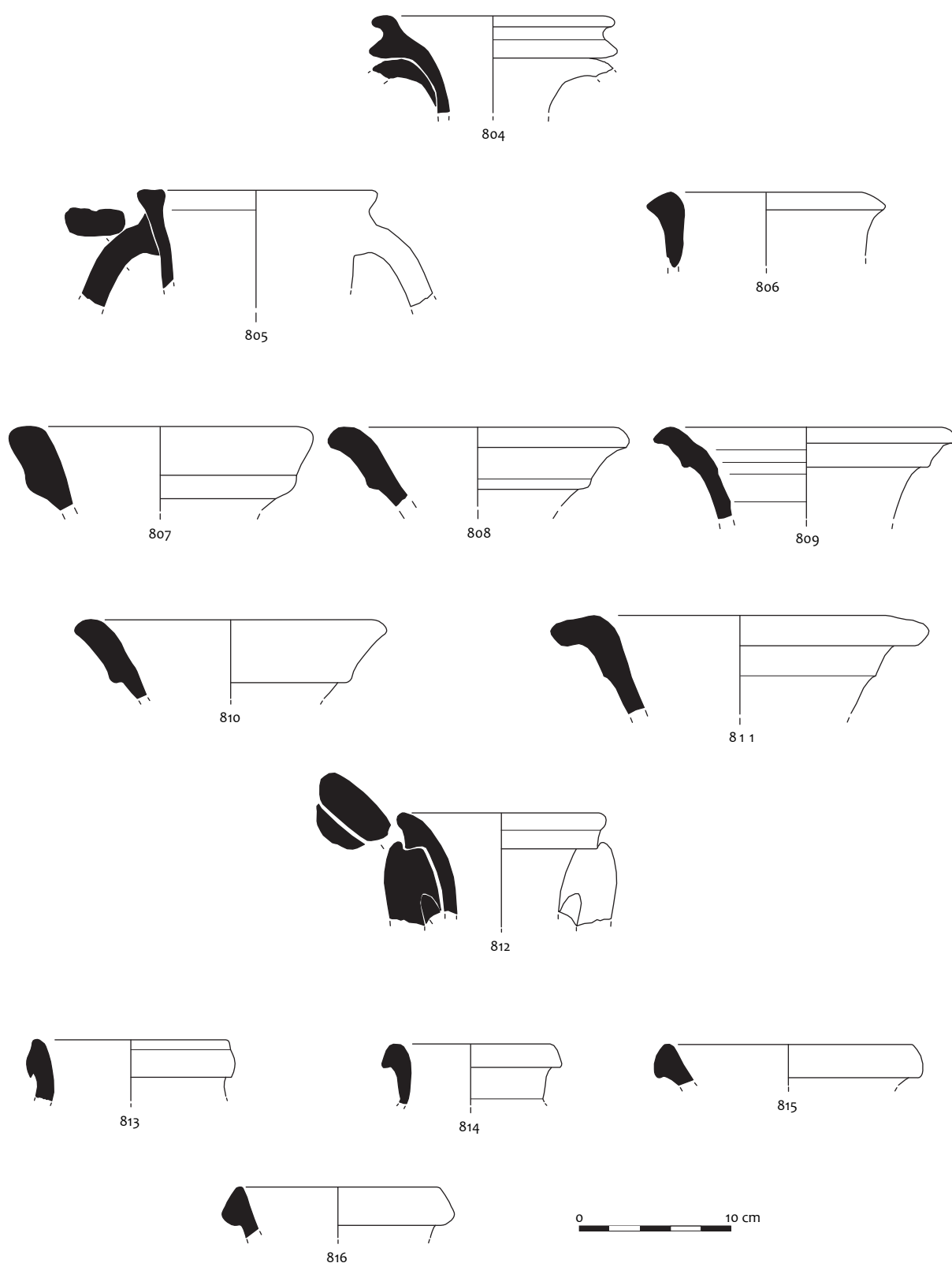
A forma **Beltrán IIA**, que se relaciona igualmente com um conteúdo piscícola, é relativamente rara em *Balsa*, encontrando-se representada por apenas 2.9% do total de ânforas (sete peças) (nº 813 a 816). A produção desta ânfora ter-se-á iniciado durante o reinado de Augusto ou Tibério, quer na Baía de Algeciras quer na de Cádiz, mas foi no último quartel do séc. I que as exportações se intensificaram (García Vargas, 2000, p. 84-85).

A quantidade de ânforas do tipo **Beltrán IIB** é bastante elevada, com 47 exemplares que correspondem a 19.1% do total da amostra estudada (nº 817 a 827). Esta forma foi produzida em diversos sítios da costa gaditana, da Baía de Algeciras, assim como na costa Mediterrânea. Encontra-se datada desde o início do séc. I até ao séc. II (García Vargas, 2000, p. 86-100). Tal como se verificou com os exemplares ossonobenses, também em *Balsa* todas as Beltrán IIB pertencem à variante B (sem moldura) de E. García Vargas (1998, p. 108-111). Os exemplares de *Balsa* ostentam um fabrico característico da baía gaditana e bastante uniforme. De assinalar que uma das peças (nº 819) possui inúmeras incrustações marinhas, o que sugere ter estado, em algum momento, embora por um período relativamente longo, em contexto subaquático. No entanto, encontrava-se entre o material indicado como proveniente da área das cetárias (sector 3, Quadrado 1A, camada 2).

Sendo abundante no sítio, esta forma encontra uma homogeneidade bastante considerável. A esmagadora maioria das formas pertence aos fabricos que habitualmente se atribuem à baía gaditana (gadit1). Apenas um exemplar possui uma pasta mais arenosa, possivelmente da área do baixo vale do Guadalquivir (Las Marismas) (gadit2).

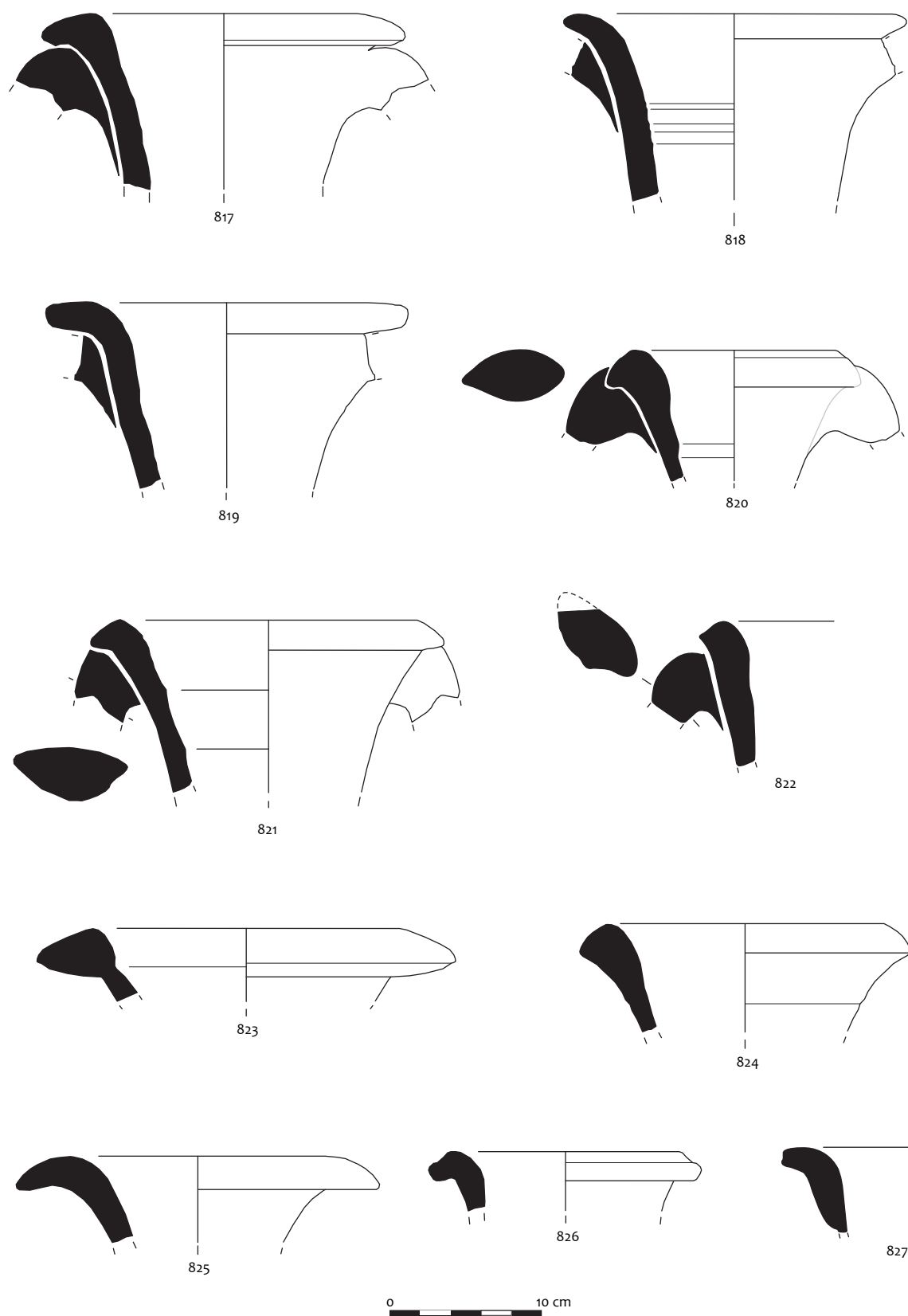
### Importação da Gália

A única importação anfórica da Gália em *Balsa* corresponde à ânfora **Gauloise 4**, que se encontra representada por três exemplares (1.2% do total das ânforas). Trata-se de um recipiente de dimensão relativamente reduzida que tem a sua origem na Narbonense, embora também se registre oficinas no Languedoc e Provença (Laubenheimer, 1985). Quanto ao produto transportado, o vinho terá sido o principal conteúdo deste recipiente, produzido entre os meados do séc. I e o séc. III d. C.



Estampa 66 – Balsa. Ânforas do tipo Dressel 28, Dressel 14, Dressel 7-11 e Beltrán IIA da Bética.





Estampa 67 – Balsa. Ânforas Beltrán IIB da Bética.

As peças balsenses (nº 828 a 830) possuem o característico fabrico destas ânforas, com uma pasta fina compacta, clara e ligeiramente rosada, observando-se inúmeras inclusões brancas de grão fino.

### Importação Norte Africana

A ânfora nº 893 corresponde, muito provavelmente, ao tipo **Hammamet 1**, na sua variante A. Trata-se de um exemplar único, o que corresponde a 0.4% do total das ânforas estudadas. Conforme M. Bonifay assinalou recentemente, este tipo segue a tradição Púnica e está atestado em diversos sítios costeiros do Golfo de Hammamet (2004a, p. 21-22; 2004b, p. 198-205). A cronologia proposta por este investigador, com base na estratigrafia de Nabeul e nos dados da necrópole de Pupput, centra-se nos meados do séc. II d.C., embora possa ainda atingir os inícios do séc. III (Bonifay, 2004b, p. 93-94). De uma maneira geral, a produção anfória do Golfo de Hammamet prolongou-se desde séc. I até ao séc. VII (Bonifay, 2004a, p. 21).

Esta forma caracteriza-se por deter um bordo moldurado, voltado para o exterior. Distinguem-se diversas variantes, de acordo com o perfil. Interessa-nos particularmente a variante A, com o bordo de perfil em “S”, embora o nosso exemplar não tenha a parte superior plana nem a extremidade mais fina, como sucede no ilustrado por Bonifay (2004b, p. 201, Fig. 4). O seu corpo é cilíndrico e a altura máxima ronda 1m. O fundo é cónico e as asas, semi circulares, foram colocadas sobre o ombro, possuindo diferentes tipos de secção.

Para o conteúdo transportado, M. Bonifay, ainda que apresente as suas propostas como hipóteses de trabalho, avança com a possibilidade de terem contido vinho, com base nos dados dos contextos de recolha (proximidade de uma prensa, presença de funil e opérculo de uma forma determinada). Por outro lado, exemplares pezgados no interior (2 em 30) apontam para um eventual conteúdo piscícola (Bonifay, 2004b, p. 224-225).

A distribuição desta ânfora no Mediterrâneo mostra apenas alguns exemplos na Península Itálica (fragmentos em Ostia, Luni, e uma ânfora completa na *villa Adriana*) e na costa do Sul da Gália (Marselha). Na Península Ibérica, a única ocorrência foi registada em Ampúrias (Bonifay, 2004a, p. 22).

O exemplar balsense, a confirmar através de análise petrográfica mais categórica, estende para ocidente a difusão deste tipo muito raro, numa época, as décadas centrais do séc. II, em que as importações anfórias africanas estão, totalmente, ausentes do registo arqueológico, no extremo ocidente e também na restante Península Ibérica.

### Produções locais/ regionais do Alto Império

A única forma alto imperial lusitana em Balsa é a **Dressel 14**, sendo que algumas das observações que já foram feitas para a sua congénere Bética não são descabidas neste contexto. Refiro-me, concretamente, à questão que divide os investigadores. Por um lado, A. Parker (1977), seguido posteriormente por Peacock e Williams (1986, p.126-129), defendeu uma distinção entre a Beltrán IVa Lusitana que se distinguiria da Beltrán IVb bética, tendo por base a morfologia do bordo, que seria arredondado nos exemplares Béticos (García Vargas, 1998, p. 101). Pelo contrário, outros consideraram que tal critério não seria suficiente para esta diferenciação, propondo a junção da Classe 20 e 21 de Peacock e Williams (Fabião e Carvalho, 1990, p. 41-48). Na tipologia das ânforas Lusitanas de D. Diogo, corresponde à Lusitana 2 (Diogo, 1991).

A ânfora Dressel 14 lusitana apresenta um corpo cilíndrico, colo igualmente cilíndrico ou troncocónico, apresentando um bordo algo variável. Por vezes pode ocorrer bordo em fita, de secção semi circular ou triangular. As asas verticais, que partem da parte superior do colo, repousam sobre os ombros, têm secção ovóide e sulco longitudinal bem marcado. Na sua variante tardia, as dimensões gerais do contentor reduzem-se, como se pode constatar nos exemplares de S. Bartolomeu de Castro Marim (Fabião, 1997a, p. 49).

A sua produção está atestada no vale do Tejo: nos fornos de Garrocheira (Benavente) (Amaro, 1990, p. 87-95), Porto dos Cacos (Alcochete) (Raposo, 1990, p. 117-151; Raposo e Duarte, 1996, p. 249-265); e no estuário do Sado nos fornos do Zambujalinho, Marateca (Palmela) (Fernandes e Carvalho, 1996, p. 73-106); no Largo da Misericórdia (Setúbal) (Silva, 1996, p. 43-54); na Quinta da Alegria (Setúbal) (Coelho-Soares e Silva, 1979, p. 205-221); no Pinheiro (Alcácer do Sal) (Almeida, Zbyszewski e Ferreira, 1971; Mayet e Silva, 1998, p. 56); e em Abul (Alcácer do Sal) (Almeida, Zbyszewski e Ferreira, 1971; Mayet e Silva, 2002).

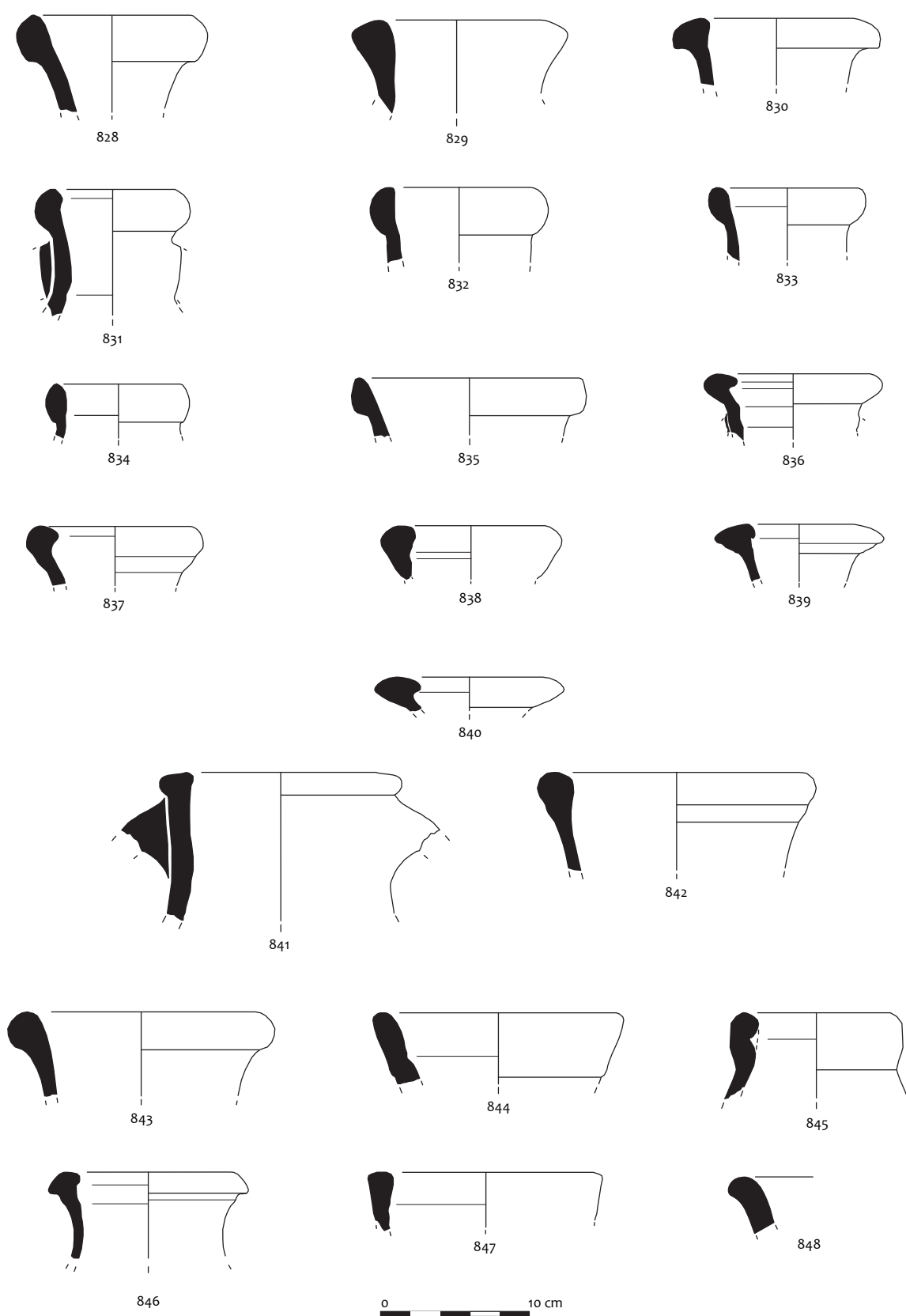
Na costa algarvia, as ânforas Dressel 14 encontram-se entre a produção dos fornos de S. Bartolomeu de Castro Marim (Vasconcelos, 1898; Maia, 1979, p. 141-144; Alves, Diogo, Reiner, 1990, p. 193-198) e na Manta Rota (Fabião, 2004a, p. 400; Viegas, 2006b, p. 177-196). Num total de 124 peças estudadas, apenas um bordo apresentava as características da fase mais antiga da produção, com o lábio de fita, com semelhanças com a variante A de Abul (Viegas, 2006b, p. 180, Fig. 2, nº 1). Os restantes bordos possuíam lábios de perfil triangular ou semi circular, que parecem enquadrar-se no pleno da produção do vale do Tejo, afastando-se também claramente das formas tardias algarvias de S. Bartolomeu de Castro Marim (Viegas, 2006b, p. 179-183, Fig. 2 e 3).

As fases iniciais da produção, caracterizadas por bordos de lábio em fita, que apresentam inegáveis similitudes com a forma Haltern 70, encontram-se datadas de época Tiberiana, estando documentadas no estuário do Sado, nas escavações do já citado forno situado no Largo da Misericórdia (Setúbal), já citado (Silva, 1996, p. 43-54). Posteriormente, esta cronologia foi confirmada pelas escavações dos fornos de Abul (Alcácer do Sal) (Mayet e Silva, 2002). Esta fase mais antiga encontra-se igualmente documentada nos fornos do Pinheiro (Mayet e Silva, 1998).

O final da produção não ultrapassou o séc. III, encontrando-se como exemplos desta fase tardia da produção, como já se referiu, os fornos de S. Bartolomeu de Castro Marim (Fabião, 1997, p. 40), mas também os do Pinheiro, como os trabalhos de C. T. da Silva e F. Mayet mostraram (1998, p. 118-120).

Durante o Alto Império, as ânforas lusitanas são uma minoria em *Balsa*, e, como já se referiu, estão representadas apenas pelas Dressel 14, correspondendo a 3.7% do total de ânforas estudadas (nove peças) (nº 841 a 848). Morfologicamente, registamos uma variedade assinalável de bordos, que se situam, contudo, nas fases mais adiantadas da produção desta forma. Na verdade, apenas um bordo (nº 844) possui lábio de fita com concavidade interna que o assemelha à forma Haltern 70 e que constitui a variante mais antiga presente em sítios do vale do Sado, como Abul, por exemplo. A maioria dos restantes bordos integra-se na variante de lábio semi circular, ilustrada pelos exemplares nº 841 a 843. Enquadrámos, igualmente, nesta forma, o exemplar nº 845, mas tal não se fez sem hesitações, pois não observamos nesta peça todos os aspectos característicos da Dressel 14.

A observação das pastas mostra que três exemplares (nº 846, 847 e 848) apresentam fabricos idênticos aos algarvios, embora mais compactos e com menor quantidade de inclusões de menor dimensão, concretamente ao fabrico 1 da Manta Rota (Viegas, 2006b, p. 186-187) (fabrico Lus1).



Estampa 68 – Balsa. Ânforas Gauloise 4 da Gália, Dressel 20 da Bética e Dressel 14 lusitanas.

Outros exemplares integram-se no fabrico que se apresenta mais arenoso e com maior quantidade de inclusões visíveis na superfície exterior da peça (Lus2). Neste fabrico, cabe a peça próxima da forma Haltern 70 (nº 844), neste caso um exemplar com inúmeras inclusões de dimensão reduzida/média, constituídas, sobretudo, por grãos de quartzos arredondados, transparentes e brancos, raros nódulos de ferro e feldspatos-branco opaco anguloso, bem visíveis à superfície. A peça nº 842 também se integra neste fabrico, registando um maior número de inclusões de quartzos bem rolados, e raros nódulos de ferro – pasta laranja viva com superfície exterior alisada e tonalidades laranja como a pasta e manchas violeta.

### Caracterização geral das ânforas do Alto Império de Balsa

Durante toda a época romana (Alto e Baixo Império), as ânforas que transportaram preparados piscícolas constituem a maioria, somando 61.1% das ânforas existentes no sítio durante o Alto Império e ascendendo a 79.8% durante o Baixo Império (**Tabela 45 e Gráfico 18**). O azeite corresponde a 10.3% das importações de produtos alimentares para a cidade de Balsa, e o vinho e seus derivados, com origens bastante diversificadas, apresentam uma percentagem muito expressiva de 27.9% do total, neste período.

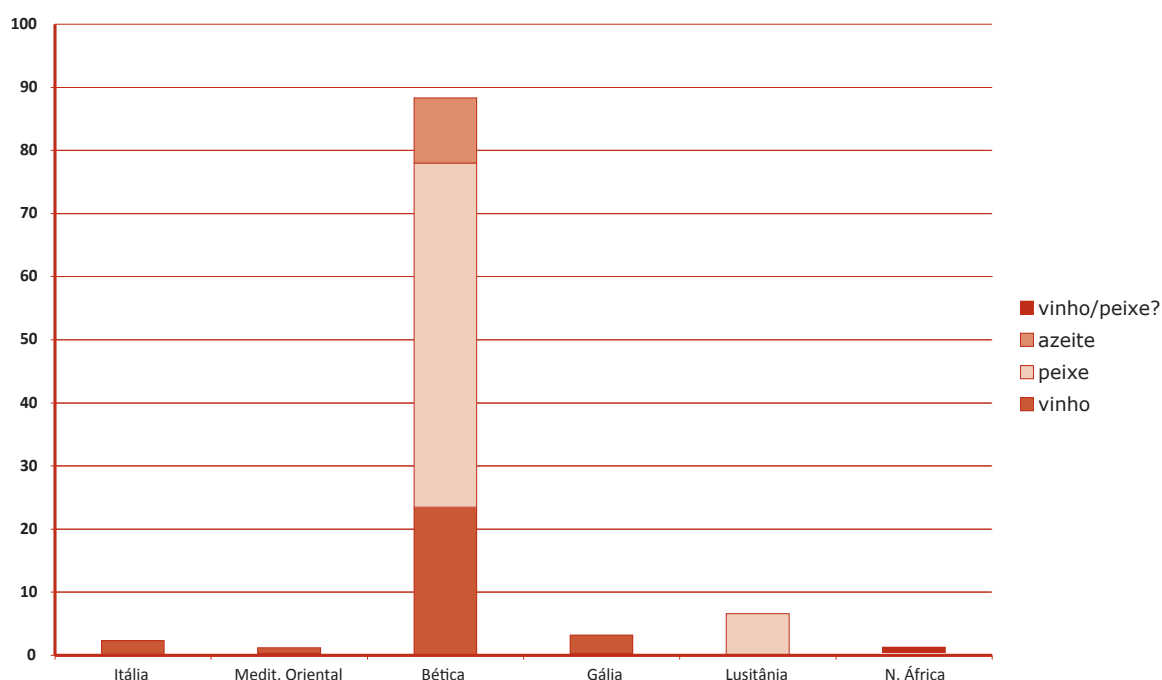
O princípio do abastecimento a partir da região geograficamente mais próxima parece ter dominado, mesmo se para tal se optou pela província vizinha. A percentagem de ânforas importadas de outras províncias é esmagadora no Alto Império (93.4%), apenas 6.6% das ânforas de Balsa correspondem a peças produzidas em âmbito local/regional lusitano.

Durante o Alto Império, os principais centros abastecedores de Balsa localizaram-se na província da Bética, com uma elevada percentagem de ânforas originárias da região costeira utilizadas para transportar preparados piscícolas (54.5%). Entre estas, encontram-se os tipos Dressel 7/11, Dressel 14 e as Beltrán IIA e B, com um claro domínio para esta última, que constitui 34.7% das ânforas que abasteceram Balsa, neste período.

Conteúdo	Origem	Tipo	Total NMI	%	Total NMI por origem	%	Total NMI por produto	%
Vinho/ <i>defrutum</i>	Itália	Dressel 2-4	2	1.5	2	1.5	38	27.9
	Medit. Oriental	Agora M54	1	0.7	1	0.7		
	Bética	Haltern 70	26	19.1	32	23.5		
		Dressel 2-4	5	3.7				
		Dressel 28	1	0.7				
Gália	Gauloise 4	3	2.2	3	2.2			
Peixe	Bética	Dressel 7/11	11	8.1	74	54.5	83	61.1
		Dressel 14	9	6.6				
		Beltrán II A	7	5.1				
		Beltrán II B	47	34.7				
	Lusitânia	Dressel 14	9	6.6	9	6.6		
Vinho/peixe ?	N. África	Hammamet 1	1	0.7	1	0.7	1	0.7
Azeite	Bética	Dressel 20	14	10.3	14	10.3	14	10.3
Total			136	100	136	100	136	100

Tabela 45 – Balsa. Ânforas do Alto Império segundo a sua origem e produto transportado. Total inclui as peças anteriormente publicadas por C. Fabião (1994a).





**Gráfico 18 – Balsa. Distribuição percentual dos produtos alimentares transportados em ânforas do Alto Império.**

Esta elevada percentagem de ânforas do tipo Beltrán IIB mostra que a importação de preparados piscícolas da Bética parece acompanhar a distribuição cronológica observada na importação das cerâmicas finas, designadamente da *terra sigillata*. Efectivamente, apesar das importações se terem iniciado ainda em época augustana, como se observa pela importação da *terra sigillata* de tipo itálico, foi a partir da segunda metade do séc. I que estas importações se intensificaram, como o demonstra o peso numérico e percentual das Beltrán IIB.

Apesar de a produção de preparados piscícolas e de ânforas se encontrar atestada na Lusitânia desde o Alto Império em diversos locais, com especial concentração nos vales do Tejo e do Sado, mas igualmente no sul, na costa algarvia (Olhos de S. Bartolomeu de Castro Marim e Manta Rota), as ânforas Dressel 14 são relativamente escassas no conjunto, representando apenas 6.6% do total de peças deste período (nove exemplares). Como se verificou, e apesar das dificuldades na identificação dos fabricos, atribuímos a origem de parte destes exemplares à região algarvia, embora se encontrem também peças que julgamos serem provenientes dos Vales do Tejo ou Sado.

A vizinha Bética, designadamente o vale do Guadalquivir, foi igualmente responsável pelo abastecimento de outros produtos alimentares como os da uva (vinho/*defrutum*) e o azeite, este último correspondendo a uma percentagem de 10.3% das ânforas deste período. De acordo com a morfologia dos bordos das ânforas do tipo Dressel 20, e as propostas de evolução cronológica de S. Martin-Kilcher (1994) e P. Berni (1998; 2007), tudo aponta para uma importação nos momentos iniciais de desenvolvimento da cidade, no período de Augusto e Tibério, assistindo-se, posteriormente, a um novo pico nas importações oleícolas, já em finais do séc. I d. C. e nas primeiras décadas do séc. II.

Os produtos da uva, o vinho e os seus derivados como o *defrutum*, são os que mostram uma maior diversidade quanto ao seu local de origem: Bética, Península Itálica, Mediterrâneo Oriental e

Gália. No entanto, o maior volume de importações é novamente proveniente da Bética, nomeadamente do vale do Guadalquivir, de onde provêm as ânforas do tipo Haltern 70, que correspondem a uma percentagem de 19.1%. De assinalar, no entanto, a presença de ânforas de outras tipologias, como a Dressel 28 e a Dressel 2/4, estas provenientes do Baixo Guadalquivir e em muito menores quantidades. As únicas ânforas provenientes da Península Itálica presentes em *Balsa* são também as Dressel 2/4, que terão transportado vinho da costa tirrénica (região do Lácio e Campânia). Ainda mais rara no Ocidente Peninsular é a ânfora do tipo Agora M54, com origem no Mediterrâneo Oriental, que C. Fabião identificou entre o material estudado nos anos 90. Para completar o quadro das importações vinárias para *Balsa*, há ainda a destacar as três ânforas do tipo Gauloise 4, oriundas da Gália e cuja importação poderá coincidir, como referi *supra*, com o pico das importações sudgálicas, portanto na segunda metade/ finais do séc. I, momento em que a cidade recebeu quantidades muito expressivas deste tipo de cerâmica de mesa.

O peso das importações vinárias em *Balsa* (cerca de 27.9% das ânforas importadas para o sítio durante o Alto Império) deve ser devidamente valorizado atendendo à diversidade das origens destes recipientes. Efectivamente, julgo que este dado é um reflexo directo da presença de uma elite abastada que habita a cidade e ocupa os seus cargos públicos/administrativos, aspecto que a epigrafia testemunha. A este respeito não pode esquecer-se que foi em época Flávia que se deu a promoção da cidade, crescendo consequentemente o funcionalismo relacionado com a administração da urbe antiga.

### Baixo Império

A percentagem de ânforas pertencentes ao período do Baixo Império corresponde a 44.7% do total das ânforas estudadas. Durante este período, as ânforas que foram importadas do exterior da província continuam a ser maioritárias (65.5%), com um peso ainda muito expressivo da Bética, mas também com os testemunhos do emergir da economia norte africana, que se traduz na presença de ânforas originárias do território actualmente tunisino (18.2%). As produções locais/regionais ganham peso, relativamente ao Alto Império, e são responsáveis pelo abastecimento de 34.5% do total das ânforas de *Balsa*.

### Importações da Bética

As ânforas **Almagro 50**, produzidas na Baía de Cádiz (também designadas de Keay XVI), encontram-se bastante bem representadas em *Balsa*, com 29 peças (12%) (nº 849 a 861). A produção deste tipo parece ter-se iniciado no final do séc. II/ inícios do séc. III e encontra-se atestada no centro produtor de Puente Melchor (Puerto Real – Cádiz), sendo ainda bastante frequente durante o séc. V (Lagóstena, 1996; García Vargas, 1998). Os exemplares balsense exibem o típico fabrico da baía Gaditana.

Entre as ânforas anteriormente publicadas, encontram-se três peças (dois bordos e uma asa) que ostentam marca (Fabião, 1994, p. 24, Est. 2, an-18, an-19 e an-20, Fig. 19). A sua atribuição à Bética foi posteriormente esclarecida por C. Fabião (Fabião, 1997b, p. 59-67). Trata-se de dois exemplares da marca AEMHEL, e de um outro onde se lê LEVGEN, que tinham já sido objecto de estudo por parte de M. L. E. V. Pereira (1974-77, p. 243-268; CEIPAC nº 24967 e 24968). A marca LEVGEN também tinha sido anteriormente mencionada por Mayet, (1978, p. 357-393, especificamente na p. 381, segundo Fabião, 1994, nota 83, p. 32, corresponde a CEIPAC nº 24969).

Esta forma é das mais frequentes em *Balsa* durante o Baixo Império. A maior parte dos exemplares possui as características típicas deste tipo (nº 849, 851 a 855), embora se tenham também integrado neste grupo outras peças, como os nº 856 e 858 a 856. Todas apresentam, no entanto, o mesmo fabrico gaditano (gadit1).

O tipo **Almagro 51ab (Keay XIX)** encontra-se igualmente bem representado com 12 peças (4.9%) pertencentes às produções costeiras da Bética (nº 862 a 669). Alguns dos exemplares estudados apresentam morfologia e fabrico característicos das produções da costa de Málaga (fabrico mal1) (nº 863, 864 e 865), concretamente do sítio designado Huerta del Rincón (Málaga) (Bernal, 2000, p. 283 e, em particular, a Fig. 5 nºs 46-49; Baldomero *et al.*, 1997, *apud* Bernal 2000). No entanto, na caracterização das ânforas do tipo Dressel 23 da Catalunha, P. Berni chama a atenção para a grande similitude entre esta forma, sobretudo na sua variante D, e a Keay XIX (1998, p. 62). Os exemplares balsenses parecem integrar-se melhor nesta última forma (Keay XIX) do que nas produções tardias do Vale do Guadalquivir. Pesa nesta opção o facto de, as pastas se caracterizarem por apresentarem inúmeras inclusões de xisto castanhos angulosos, elemento característico daquela região. De facto, os quatro exemplares ostentam pastas calcárias, com uma variação considerável em relação à sua cor (desde bege escuro até ao rosa alaranjado), compactas e com maior ou menor quantidade de inclusões arenosas médias. Entre estas, destacam-se as inclusões de partículas angulosas de xisto castanho escuro. De assinalar, igualmente, as grandes diferenças de diâmetro registadas.

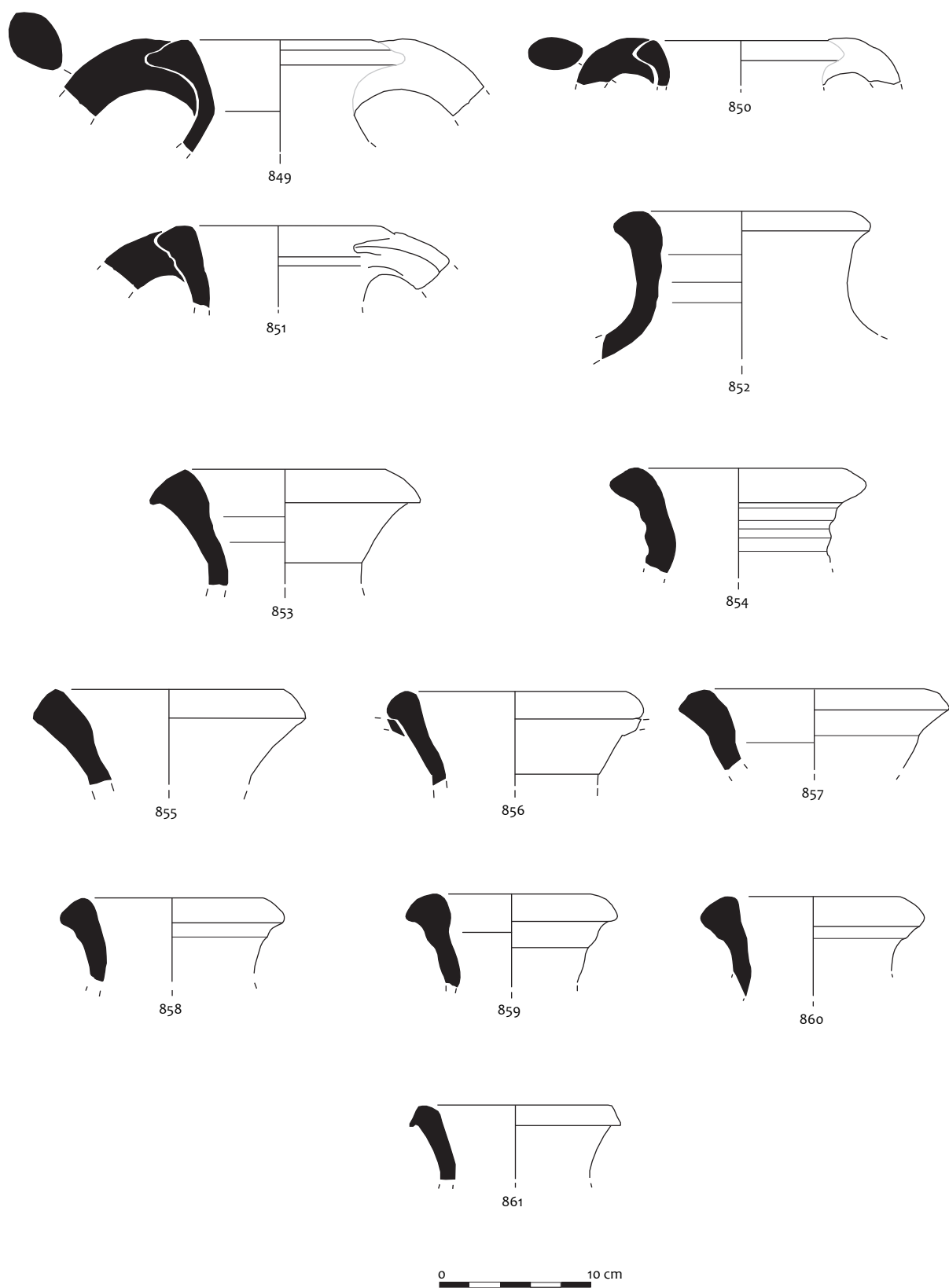
Não deixa de ser curioso assinalar que o melhor paralelo formal que se encontrou para a peça nº 862 é de origem lusitana, proveniente das olarias do vale do Tejo, concretamente dos fornos do Pinheiro (Étienne e Mayet, 2002, p. 148, fig. 44.4). Trata-se, no entanto, de um exemplar que apresenta uma pasta calcária, rosada e compacta, com inúmeras inclusões de areias de finas, ostentando engobe bege na superfície exterior, portanto originário da província Bética.

A forma **Almagro 51c** com fabrico característico da **Bética** costeira, à qual é igualmente atribuído um conteúdo piscícola, corresponde a 2.8% das ânforas recuperadas em *Balsa* (sete peças) (nº 870 a 872). Tal como foi referido anteriormente a propósito do material de Faro, a sua produção está confirmada em diversos sítios, não só da baía gaditana, mas também da costa Mediterrânea (região de Málaga e Granada). A produção nos fornos de “Los Matagallares” (Granada) ocorreu durante o séc. III (Bernal Casasola, 1998b, p. 249-257), tendo os dados do forno de Puente Melchor permitido prolongar a produção até ao séc. IV (García Vargas, 1998, p. 124; Lagóstena, 1996).

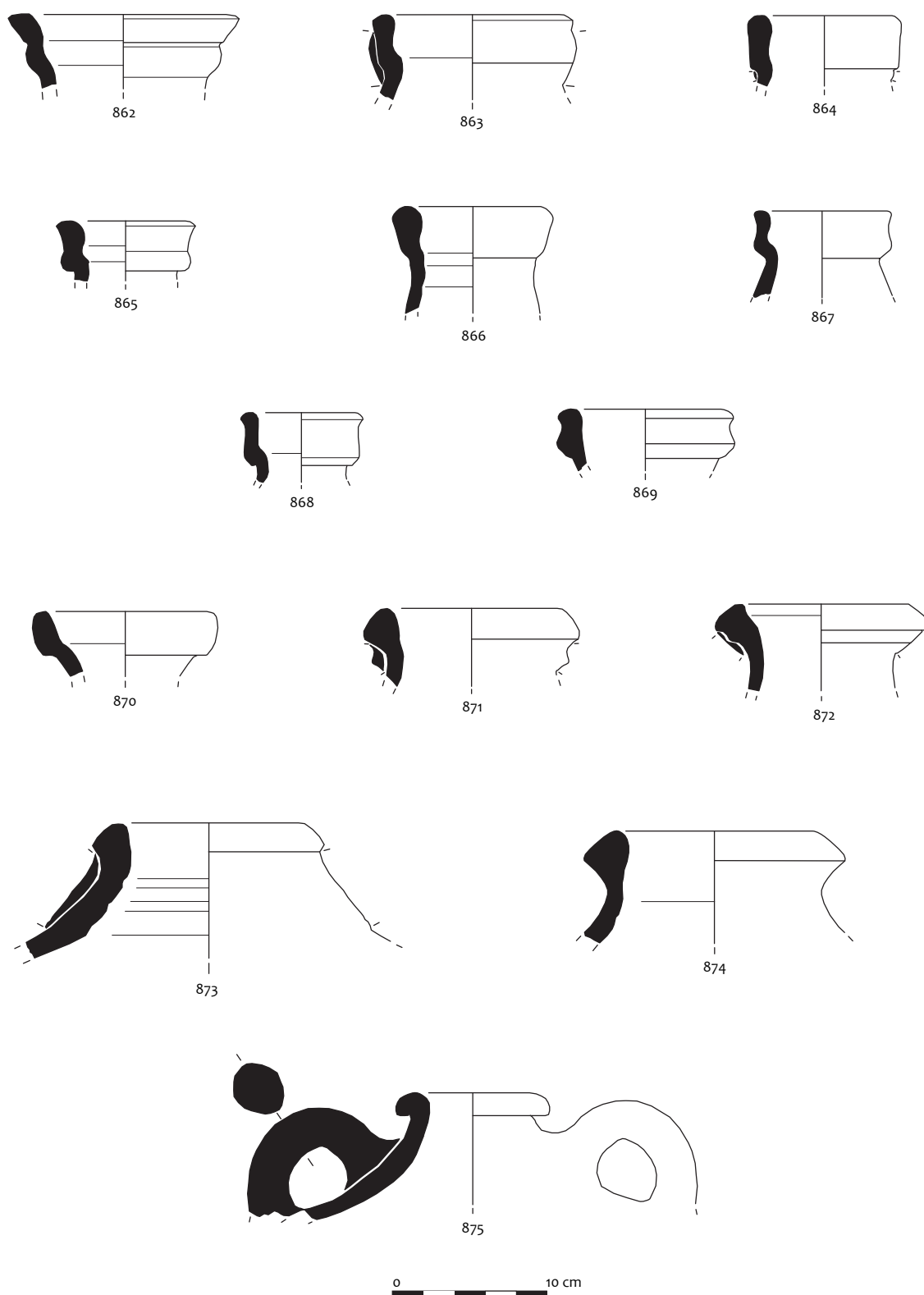
As peças balsenses possuem um fabrico característico da baía gaditana (fabrico gadit1).

Quatro exemplares da forma **Dressel 23/Keay XIII** provam a continuação da importação de azeite da Bética em *Balsa*, durante o Baixo Império. A cronologia deste tipo cobre um período desde o último quartel do séc. III até meados do séc. IV d. C., podendo ocorrer até meados da centúria seguinte, nas variantes Dressel 23D.

Uma das peças fora já objecto de publicação por parte de C. Fabião (1994, 19, est. 1, an-9), e outra, o bordo an-15, tinha sido classificado como Almagro 51c pois desconhecia-se a colagem com outros fragmentos de bordo e asa (nº 875), o que só foi possível após a lavagem do restante material que se realizou no Verão de 2004. Este exemplar pertence à variante Dressel 23c/Keay XIIIc de P. Berni, registando-se exemplares idênticos na Catalunha (1998, p. 61 e p. 194, Fig. 43). O fabrico apresenta tonalidade clara/branca, com inclusões arenosas relativamente finas, muito abundantes, que se atribuem frequentemente ao Baixo Guadalquivir (região de Las Marismas ?) (gadit2).



Estampa 69 – Balsa. Ânforas do tipo Keay XVI/Almagro 50 da Bética.



Estampa 70 – Balsa. Ânforas do tipo Keay XIX/Almagro 51 A-B, Almagro 51C e Keay XIII/ Dressel 23 da Bética.



As restantes duas peças são inéditas (nº 873 e 874) e enquadram-se na variante A de P. Berni (1998, p. 61) (Keay XIII A), com o bordo de secção triangular com concavidade na superfície interna. Uma das peças (305.7) possui um fabrico que se assemelha às produções norte africanas (pasta não calcária, compacta e avermelhada, neste caso acastanhada escura no cerne, com inclusões de partículas brancas de reduzida dimensão e superfície exterior com engobe esbranquiçado). Fabricos com estas características foram descritos por P. Berni para as Dressel 23A da Catalunha (1998, p. 61). O outro exemplar deste tipo (nº 873) possui uma pasta calcária compacta, bege rosada, com inclusões de grão muito fino difíceis de identificar, excepto no caso dos raros nódulos de ferro, e engobe bege (pasta não pulverolenta). Parece corresponder à Bética costeira, o que não se estranha uma vez que esta forma foi produzida nos fornos da costa de Málaga, no sítio da Huerta del Rincón (Bernal, 2000, p. 255).

### Importações do Norte de África

Tal como sucede em outros sítios da bacia do Mediterrâneo, durante o Baixo Império iniciaram-se as importações provenientes do Norte de África, da região da actual Tunísia, encontrando-se diversos exemplos de ânforas do tipo Africana II, nas suas variantes A, C e D. Na amostragem previamente estudada por C. Fabião, apenas um exemplar de ânfora da forma Africana II D tinha sido identificado (1994a, p. 22 e, est. 1, an-16), aspecto que se justificou com “o processo de recolha do conjunto” (Fabião, 1994a, p. 24).

Foram identificadas quatro peças pertencentes à forma **Africana II A** “con gradino” (Keay V) (Keay, 1984, p. 114, fig. 43) (nº 876 a 880). Já se referiu anteriormente, a propósito do material de Faro, a dificuldade na atribuição de um conteúdo para este tipo anfórico. Por um lado, S. Keay avançou com a proposta de que o azeite deve ter sido principal produto transportado, a partir da região da Bizacena (1984, p. 111). Mas, por outro, M. Bonifay defendeu que o elevado número de exemplares pezgados deve ser tido em consideração a favor de um conteúdo piscícola para esta ânfora, que teria tido uma difusão essencialmente nos finais do séc. II e III, sem ter atingido a centúria seguinte (Bonifay, 2004a, p. 111). De acordo com a observação macroscópica das pastas, julgamos poder atribuir às oficinas de Salakta dois exemplares (nº 877 e 878) e os outros dois ao centro produtor de Sidi Zahrani (no território de Nabeul – *Neapolis*).

A ânfora **Africana IIC** (Keay VI) também se encontra representada em *Balsa* por seis exemplares, o que corresponde a 2.5% do total de ânforas estudadas (nº 881 a 886). Também para esta forma, que foi produzida sobretudo no território de Nabeul (actual Tunísia) entre a segunda metade do séc. III e o séc. IV, se mantém a discussão quanto ao produto transportado (Bonifay, 2004a, p. 36 e 115). Um conteúdo oleário foi proposto por S. Keay (1984, p. 119), discordando de Bonifay, que propõe um produto piscícola (2004a, p. 115). As peças balsenses enquadram-se na variante C1 de Bonifay, com altura e diâmetro do bordo de menores dimensões, cuja cronologia se centra entre os meados do séc. III e os inícios do séc. IV (2004a, p. 114-115). Os exemplares desta forma, que juntamente com a Africana IID é a que maior número de exemplares soma em *Balsa*, possuem um fabrico compatível com uma produção no território de Nabeul, designadamente em Sidi Zahrani.

Nº	Diâmetro do bordo mm	Altura do lábio mm	Variante Bonifay, 2004
898	140	28	Var. 1 (?)
899	130	34	Var. 1
900	130	34	Var. 1
901	130	42	Var. 1
903	100	35	Var. 1

Tabela 46 – *Balsa*. Distribuição das Africanas IIC, segundo as variantes de Bonifay (2004).

Apenas um caso não se enquadra na descrição que é apresentada para esta região (nº **881**), apresentando grandes semelhanças com os fabricos das oficinas de Majoura, no sul da Bizacena.

O tipo **Africana II D/Keay VII** constitui a forma Norte Africana mais bem representada em *Balsa*, com sete peças, que correspondem a 2.8% do total das ânforas no sítio (Keay, 1984, p. 121, Fig. 47) (nº **887 a 889**). Esta forma foi produzida na Bizacena (*Leptis Minor* e *Hadrumentum*) desde o séc. III até ao séc. V (Keay 1984, p. 123-126), embora, segundo M. Bonifay, o fim da produção deva situar-se no séc. IV (2004a, p. 117). Tal como para a maioria das ânforas da série das Africanas II, os dados disponíveis apontam para transporte de produtos como o azeite, atendendo ao peso que este produto teve na economia norte africana, e /ou os preparados piscícolas, devido à localização costeira das oficinas.

A observação das pastas permitiu-nos propor a atribuição de três exemplares às oficinas de Sidi Zahrani (nº **887, 889** e MNA 2004.107.123, sem ilustração). Encontraram-se igualmente pastas características das oficinas de Salakta (MNA.2004.104.34 e 2004.161.433 não ilustrados) e de *Leptiminus* (nº **888**).

Apenas dois exemplares pertencem ao tipo **Keay XXV**, subtipo 2 de Bonifay (**Africana III A**) (nº **890 a 892**). A produção desta variante desenvolveu-se entre os finais do séc. IV e os inícios do séc. V e, segundo M. Bonifay, o vinho terá sido o principal produto transportado (2004a, p. 122). Ambos exemplares parecem poder integrar-se nas produções de Sidi Zahrani (Nabeul).

### Produções locais / regionais do Baixo Império

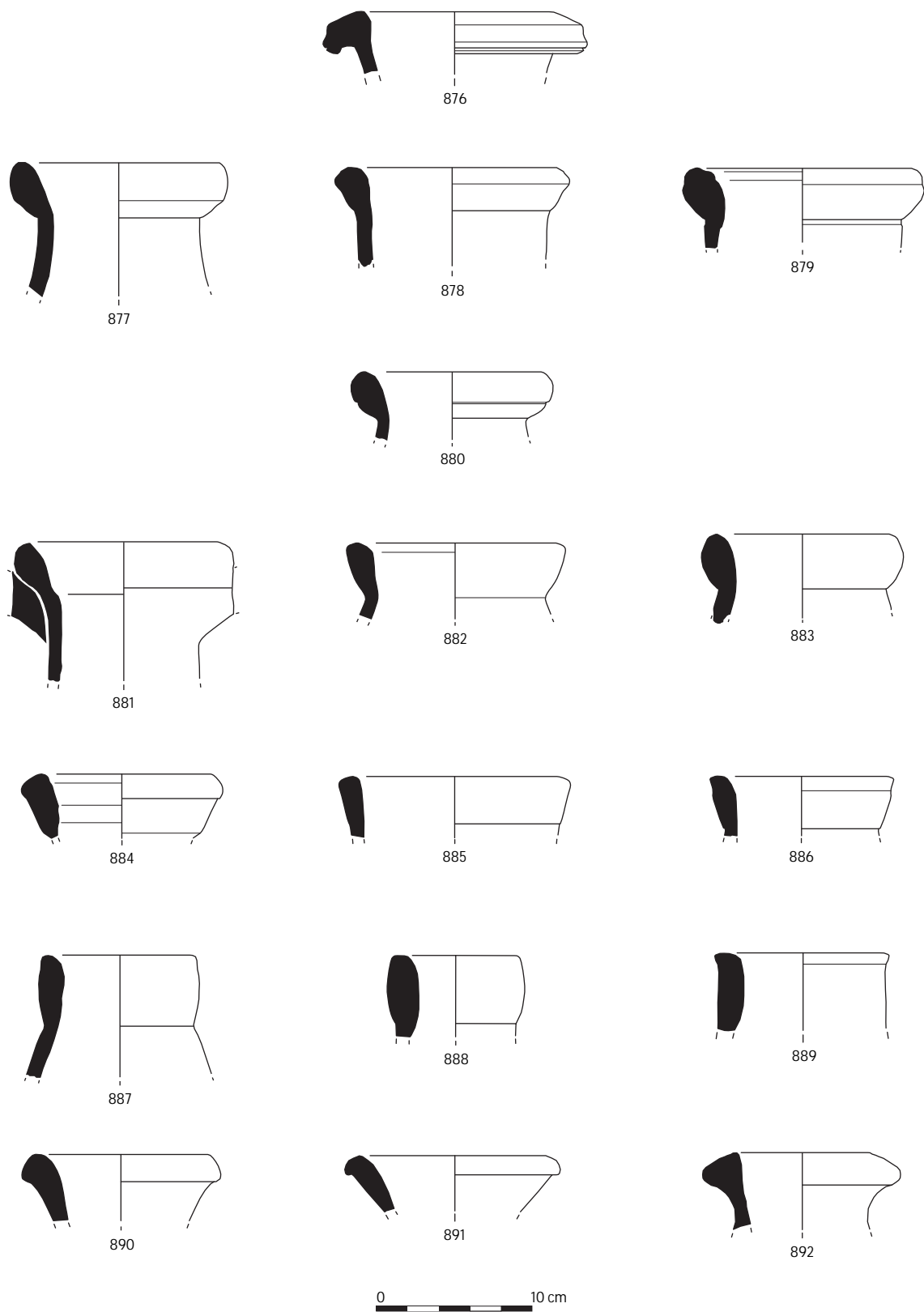
As ânforas lusitanas são mais comuns neste período, que durante o Alto Império, e somam agora 34.5% do total das ânforas de *Balsa*. Trata-se de contentores que terão transportado preparados piscícolas.

Apenas dois exemplares se integram na forma **Almagro 50** lusitana, podendo pertencer à produção algarvia. Como já se referiu, esta forma foi fabricada no vale do Tejo e do Sado e no Algarve, na Quinta do Lago (Loulé) (Arruda e Fabião, 1990, p. 199, fig. 59), e no Martinhal (Sagres) (Silva, Soares e Correia, 1990, p. 225-246).

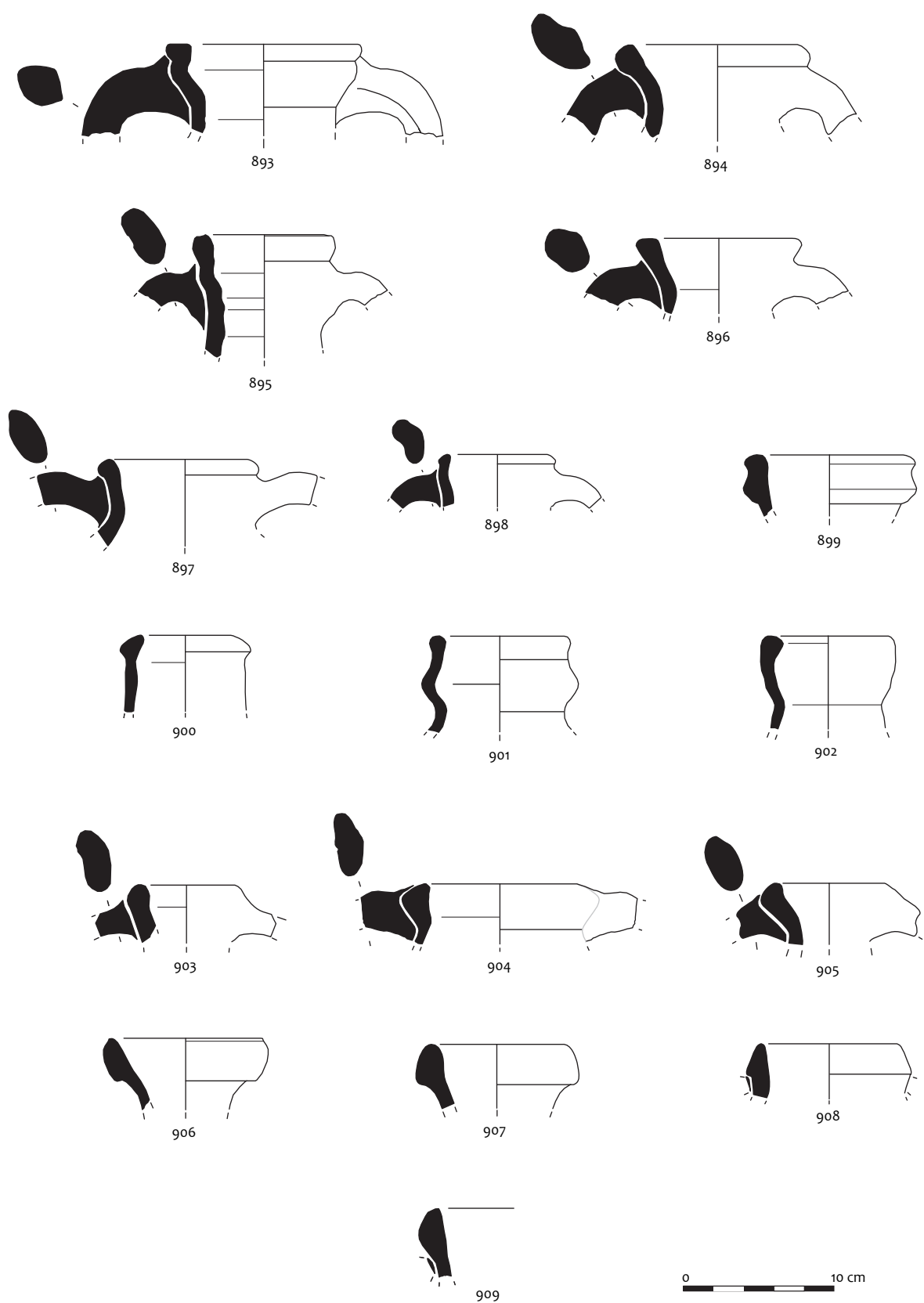
As ânforas **Almagro 51a-b** são bastante mais abundantes do que as do tipo anterior, e estão representadas por 11 peças, o que constitui 4.5% do total das ânforas estudadas (nº **893 a 902**).

Esta forma foi produzida no Vale do Sado e na região algarvia, nos centros produtores de S. João da Venda (Loulé) (Fabião e Arruda, 1990, p. 215-224, fig. 62 e 63), onde este tipo constituiu a produção principal, e no Martinhal (Sagres) (Silva, Soares e Correia, 1990, p. 225-246). Esta forma possui uma morfologia bastante diversificada e alguns exemplares de *Balsa* (por exemplo o nº **893**) é idêntico aos recolhidos no Martinhal (Silva, Soares e Correia, 1990, fig. 73, nº 5). Outras peças (como por exemplo o nº **895**) assemelham-se às produções de S. João da Venda (Fabião e Arruda, 1990, fig. 63 nº 3510 e 4338).

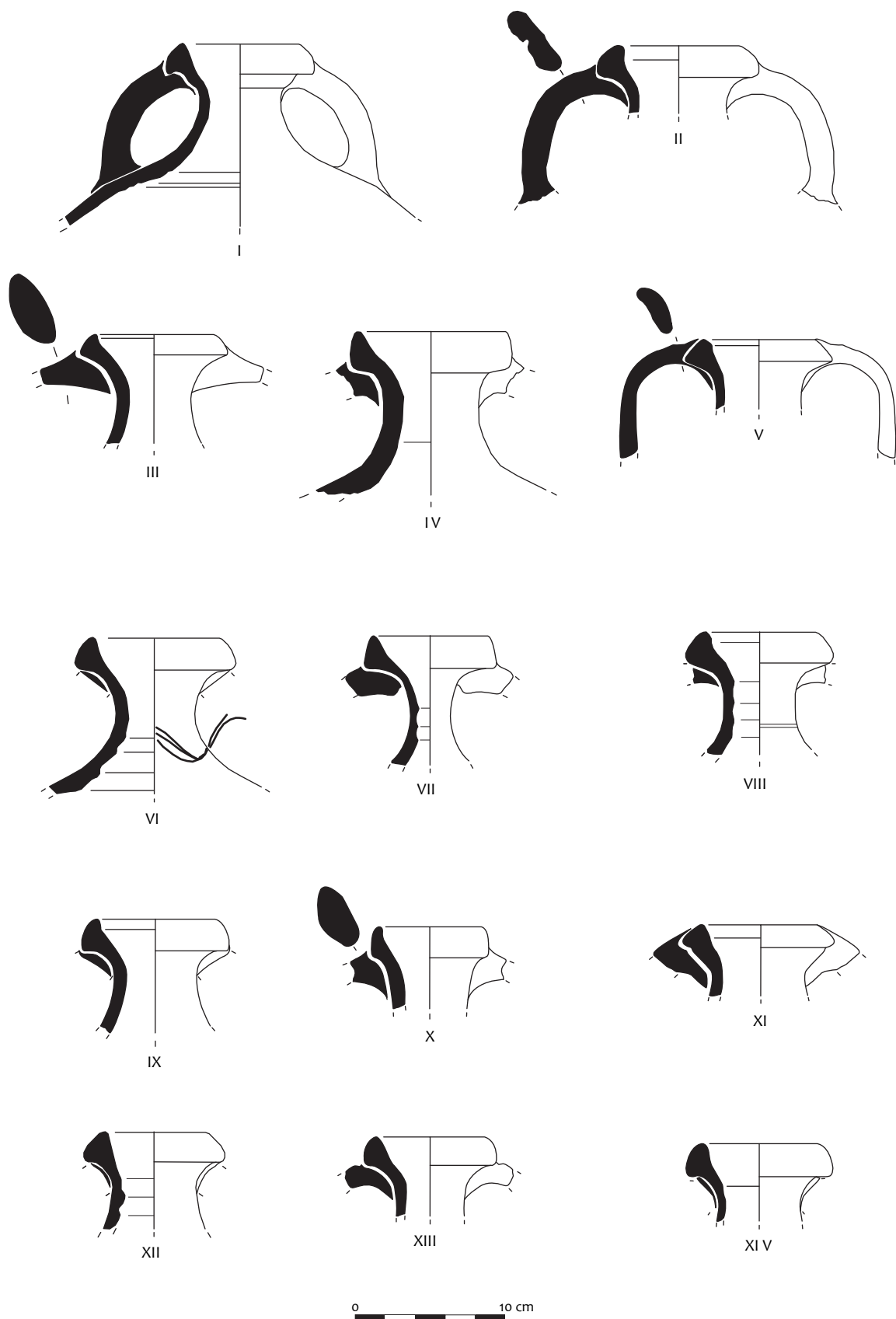
Durante o período do Baixo Império, a ânfora lusitana mais bem representada é a **Almagro 51C** (nº **903 a 909**), tipo produzido na Lusitânia. Existem 25 peças desta forma, que corresponde a 10.2% do total de ânforas estudadas. Como já se referiu, outros nove exemplares têm a sua origem na região da Bética costeira.



Estampa 71 – Balsa. Ânforas norte africanas do tipo Hammamet 1, Africana IIA, IIC e IID, Keay XXV.1.



Estampa 72 – Balsa. Ânforas do tipo Almagro 51 A-B e 51C lusitanas.



Estampa 73 – Conjunto de ânforas atribuídas a *Balsa* com dúvidas (Fabião, 1994, a p.).



A maior parte das ânforas lusitanas desta forma foi anteriormente publicada por C. Fabião. Nessa ocasião, houve dúvidas acerca da sua correcta atribuição ao material de *Balsa*, uma vez que as peças tinham uma referência, SA-68, desconhecida no Museu Nacional de Arqueologia. Posteriormente, C. Fabião reconsiderou esta questão e passou a integrar estas ânforas, juntamente com um fragmento de ombro e arranque de asa recozido, como elementos passíveis de serem interpretados, com as devidas reservas, por se tratar apenas de um fragmento, como de uma produção da própria cidade de *Balsa* (Fabião, 2000, p. 727; Fabião, 2004a, p. 400). Concorro que pode ter existido uma produção na cidade e/ou no território imediato de *Balsa*, mas, em minha opinião, é difícil integrar estas peças no conjunto dos materiais das escavações de 1977, pois o seu estado de conservação é muito diferente do dos restantes materiais desta campanha, sempre muito fragmentados e mesmo rolados. Por ainda não ter sido feito, aproveitou-se para ilustrar estas peças nesta ocasião (**Estampa 73, I a XIV**). Quanto aos fabricos, C. Fabião indicou seis exemplares com pastas idênticas às de S. João da Venda, tendo os restantes exemplares pastas micáceas (Fabião, 1994, p. 34).

A forma Almagro 51 C lusitana encontra-se atestada nos centros produtores do vale do Tejo e do Sado, desde o final do séc. II/inícios do séc. III, até aos meados do séc. V. A produção ocorreu igualmente na Quinta do Lago (Loulé) (Arruda Fabião, 1990, fig. 60-61), sendo a forma mais bem representada nesse local. Uma peça balsense, nº 904, possui paralelo num exemplar proveniente deste sítio (Arruda e Fabião, 1990, Fig. 60, nº 46). A produção realizou-se igualmente nos restantes centros oleiros algarvios, como na Manta Rota (Viegas, 2006b, p. 177-196), S. Bartolomeu de Castro Marim (Alves, Diogo e Reiner, 1990, fig. 56) e Martinhal (Sagres) (Silva, Soares e Correia, 1990, p. 225-246).

### Caracterização geral das ânforas de *Balsa* do Baixo Império

Entre as ânforas de *Balsa*, 44.6% pertencem ao período do Baixo Império, valor ligeiramente inferior ao registado para o período anterior (**Tabela 47 e Gráfico 19**) Entre os produtos alimentares transportados em ânforas que abasteceram *Balsa* em época tardo romana, mantém-se o destaque para os preparados piscícolas, que ascendem agora a uma percentagem de 78.2% do total das ânforas do sítio. A importação de azeite (do vale do Guadalquivir) não foi interrompida, estando testemunhada pelos escassos três exemplares do conjunto, correspondendo a 3.6% do total de ânforas, mas assiste-se a uma redução significativa do volume de importações, nesta época.

Os valores para os preparados piscícolas e para o azeite podem, no entanto, modificar-se de forma significativa. De facto, e tal como já foi referido, permanece em discussão, no seio da comunidade científica, se os contentores norte africanos (Africana II A, C e D) teriam transportado azeite ou preparados piscícolas. No caso específico da forma Keay XXV.2 o conteúdo transportado pode mesmo ter sido o vinho ou as conservas de azeitona.

No Baixo Império, 65.5% das ânforas foram importadas do exterior da província da Lusitânia, mantendo-se a Bética o principal abastecedor de *Balsa*, de onde provêm 47.3% das ânforas deste período. Não se regista, no entanto, a diversidade de produtos alimentares – preparados piscícolas, azeite e vinho – que a província vizinha fazia chegar até à cidade algarvia durante o Alto Império. Nesta fase, a esmagadora maioria das ânforas corresponde a tipologias relacionadas com o transporte de preparados piscícolas, portanto centrada na área da Bética costeira. No topo desta lista, encontra-se a ânfora Almagro 50 /Keay XVI béticas, responsável por 26.4% das ânforas deste período, seguida da Almagro 51ab (10.9%), e, por fim, da Almagro 51c, que regista apenas 6.4% das ânforas deste período. Efectivamente, em *Balsa*, o número de Almagro 51c béticas é, em

larga medida, ultrapassado pelo das Almagro 50, contrariando assim o que é normalmente admitido, ou seja que o primeiro tipo era o contentor bético por excelência, durante o Baixo Império (Bernal, 2000, p. 284).

Neste período, as ânforas lusitanas produzidas em âmbito local/regional conheceram um incremento substancial relativamente ao Alto Império e correspondem agora a 34.5% das ânforas da cidade, quando antes não ultrapassavam os 6.6%. Trata-se de contentores que transportaram preparados piscícolas, como as formas Almagro 50, Almagro 51a-b e Almagro 51c, destacando-se no conjunto esta última, com 25 exemplares, que correspondem a uma percentagem de 22.9% do total de ânforas deste período. Parte significativa destas ânforas (Almagro 51c), como já se referiu *supra*, tinha já sido objecto de publicação, não sendo, contudo absolutamente clara a sua origem (Fabião, 1994a, p. 34). Outro aspecto destacado por este autor diz respeito à possibilidade de ter existido produção anfórica na cidade, testemunhado também por um fragmento recozido. Não sendo de todo descabida esta possibilidade, julgo não existirem ainda dados suficientes para avançar com essa proposta.

Conteúdo	Origem	Tipo	Total NMI	%	Total NMI Por origem	%	Total NMI por produto	%
Peixe	Bética	Almagro 50 / Keay XVI	29	26.4	48	43.7	86	78.2
		Almagro 51a-b/ Keay XIX	12	10.9				
		Almagro 51c	7	6.4				
	Lusitânia	Almagro 50	2	1.8	38	34.5		
		Almagro 51a-b	11	10				
		Almagro 51c	25	22.7				
Azeite	Bética	Dressel 23/ Keay XIII	4	3.6	4	3.6	4	3.6
Indeterm.	N.de África	Africana II A (Keay V)	4	3.6	20	18.2	20	18.2
		Africana II C (Keay VI)	6	5.5				
		Africana II D (Keay VII)	7	6.4				
		Africana III C (Keay XXV.1)	3	2.7				
Total			110	100	110	100	110	100

Tabela 47 – Balsa. Ânforas do Baixo Império, segundo a sua origem e produto transportado. Total inclui as peças anteriormente publicadas por C. Fabião (1994a).

A percentagem de ânforas Norte Africanas no seio das importações do Baixo Império atinge 18.2%, correspondendo a 20 exemplares, aspecto que deve ser destacado. Trata-se, na maior parte dos casos, de exemplares dos tipos Africana IIA, C e D, com produção atestada em diversos pontos do território actualmente tunisino, que, como já se referiu, têm vindo a ser estudados nos últimos anos por M. Bonifay (2004a). As propostas recentes apontam para um conteúdo piscícola para estes recipientes, dada a existência de vestígios de peizgamento no seu interior, ou mesmo, em alguns casos, o vinho. Estes dados contrariam as teses tradicionais, que apontavam a produção e exportação de azeite como o principal motor da economia tunisina nesta data. Os dados dos centros de consumo algarvios não ajudam a resolver este problema, uma vez que se encontram, na costa algarvia, inúmeros testemunhos de produção de preparados piscícolas. Por outro lado, a dimensão dos fragmentos não permite saber se estes se encontram peizgados ou não.

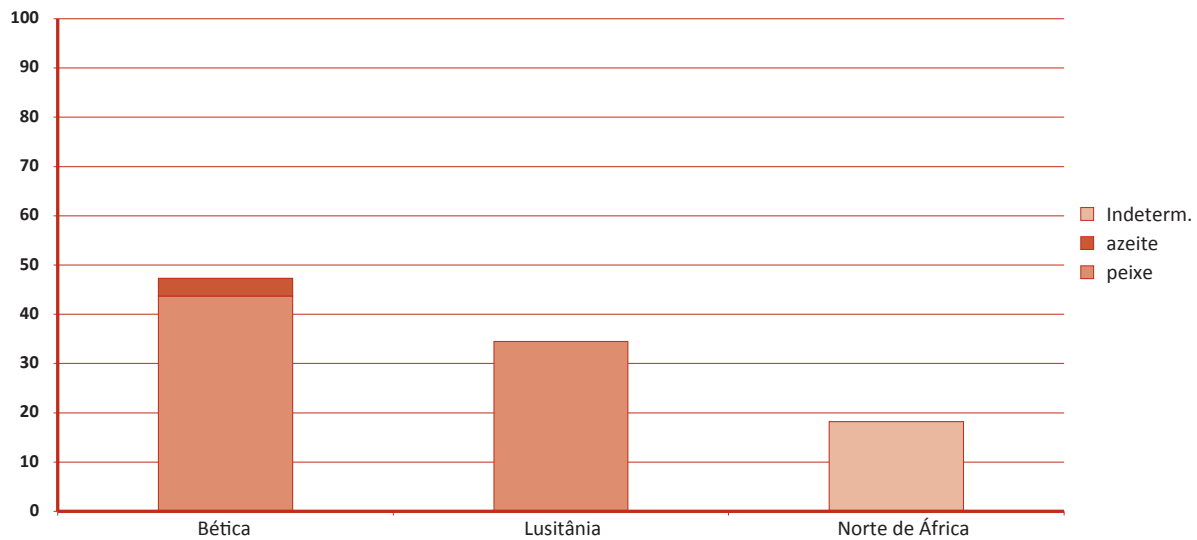


Gráfico 19 – *Balsa*. Distribuição percentual dos produtos alimentares transportados em ânforas do Baixo Império.

Além das ânforas da série Africana II, recolheram-se igualmente exemplares que se enquadram na forma Keay XXV.2, forma que, para Bonifay, teria transportado vinho ou conservas de azeitona (2004a). De uma maneira geral, estas produções apresentam uma cronologia centrada no séc. III, atingindo por vezes a primeira metade do séc. IV. Não deixa de causar alguma estranheza a ausência de ânforas verdadeiramente tardias neste conjunto, uma vez que as importações de *sigillata* clara D mostram uma ocupação da cidade ainda nos finais do séc. VI, atingindo mesmo as primeiras décadas do séc. VII (Viegas, 2006a).

A interpretação sobre alguns aspectos do conjunto anfórico de *Balsa* afigura-se difícil, sobretudo para este período do Baixo Império. Por um lado, todos os dados apontam para uma produção generalizada de preparados piscícolas, não só na costa algarvia, mas também na própria cidade de *Balsa*, onde se conhecem vestígios de outros conjuntos de cetárias além das escavadas em 1977. Por outro lado, a importação de ânforas que terão transportado preparados piscícolas, oriundas da Bética, manteve-se neste período com um peso bastante significativo. Não podemos esquecer também que foi durante o Baixo Império que se desenvolveu a produção de ânforas destinadas ao transporte dos preparados piscícolas produzidos na região. O vigor da produção lusitana no Baixo Império tem sido relacionado com a quebra da produção na Bética, testemunhada na maior parte dos seus centros produtores (Lagóstena Barrios, 1996, p. 136-137). Neste contexto, importa referir a proposta de faseamento de C. Fabião para a produção de preparados piscícolas e ânforas no Sul da Lusitânia. Segundo este investigador, numa primeira fase, durante os séculos I e II o Algarve estaria dependente dos contentores Béticos para a exportação dos seus preparados piscícolas (Fabião 1994b, p. 245). A emancipação da tutela Bética ter-se-ia registado só a partir da segunda metade do séc. III e durante os dois séculos seguintes, com o aparecimento de novos centros produtores (Fabião, 1997a, p. 39; 2000b). Até ao momento, os dados de *Balsa* apontam para uma importância ainda bastante significativa de ânforas de preparados piscícolas durante o Baixo Império. Trata-se, possivelmente, de diferentes variedades de preparados piscícolas que se encontram a ser produzidos na Bética e no Sul da Lusitânia. A distribuição espacial das ânforas apresenta-nos outras perspectivas que ajudam a enquadrar esta temática.

### Valorização da distribuição espacial das ânforas de Balsa

A distribuição das ânforas de Balsa pelos diversos sectores de escavação deve ser valorizada, uma vez que dispomos de informação da proveniência de uma parte importante dos exemplares que aqui se estudam. Efectivamente, de um total de 243 (que incluem os exemplares anteriormente publicados por C. Fabião), dispomos de informações sobre a proveniência exacta nos três sectores de escavação de 1977 para cerca de metade (123 peças). Nos restantes casos, trata-se de materiais que já não estavam acompanhados da etiqueta original, ou que, tendo a etiqueta, esta não indicava o sector de escavação em que os materiais foram recolhidos. Mesmo assim, e tal como foi realizado no estudo da *terra sigillata*, estes dados permitem aproximarmo-nos do que terão sido os perfis de importação de ânforas em diferentes sectores funcionais da cidade. Naturalmente que tais dados constituem apenas uma aproximação, cuja leitura se deve realizar com todo o cuidado, dada a dimensão da amostra tratada e o desconhecimento que mantemos acerca da topografia da antiga Balsa.

O primeiro dado a apontar diz respeito à forma como os diferentes sectores contribuíram para o total de ânforas cuja proveniência se conhece (**Tabela 48**). Assim, o sector que forneceu um maior nº de ânforas para o conjunto foi o 2, que corresponde à escavação parcial de uma unidade de transformação de preparados piscícolas. As ânforas aí recolhidas correspondem a 47% do total das ânforas cuja proveniência se conhece. Segue-se o sector 3, onde se identificou uma série de estruturas de possíveis habitações, com 36% do total das ânforas com proveniência registada e, por fim, a área onde se colocou a descoberto uma série de canalizações (o sector 1) contribuiu com 17% do total das ânforas.

Sector	Nº ânforas (NMI)	% NMI
<b>Sector 1</b>	21	17%
<b>Sector 2</b>	58	47%
<b>Sector 3</b>	44	36%
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>100</b>

**Tabela 48 – Balsa. Distribuição das ânforas nos três sectores de escavação.**

As **Tabelas 48 a 51** e respectivos **Gráficos (20 a 22)** mostram a distribuição das formas de ânforas nas três áreas escavadas, o que, conjugado com os dados que dispomos relativos a outros tipos de cerâmica, como a *terra sigillata*, permite apreciar a evolução cronológica destas diferentes áreas da cidade de Balsa.

Forma	Total NMI	%Total NMI
<b>Dressel 2-4 (itálica)</b>	1	4.8
<b>Haltern 70 (Bética)</b>	2	9.5
<b>Dressel 28 (Bética)</b>	1	4.8
<b>Dressel 14 (Bética)</b>	1	4.8
<b>Beltrán IIA (Bética)</b>	1	4.8
<b>Beltrán IIB (Bética)</b>	4	18.9
<b>Dressel 20 (Bética)</b>	1	4.8
<b>Almagro 50/ Keay XVI (Bética)</b>	3	14.3
<b>Almagro 51 AB/ Keay XIX (Bética)</b>	1	4.8
<b>Almagro 51 C (Bética)</b>	2	9.5
<b>Africana II D (Keay VII) (Norte de África)</b>	2	9.5
<b>Almagro 51 C (Lusitânia)</b>	2	9.5
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

**Tabela 49 – Balsa. Distribuição das formas de ânforas do Sector 1 (canalizações).**

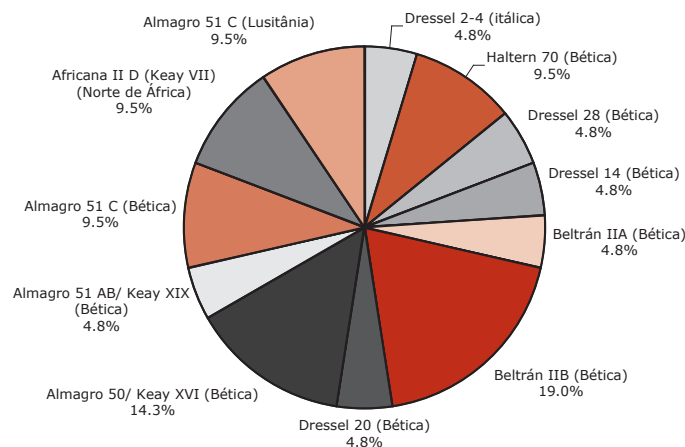


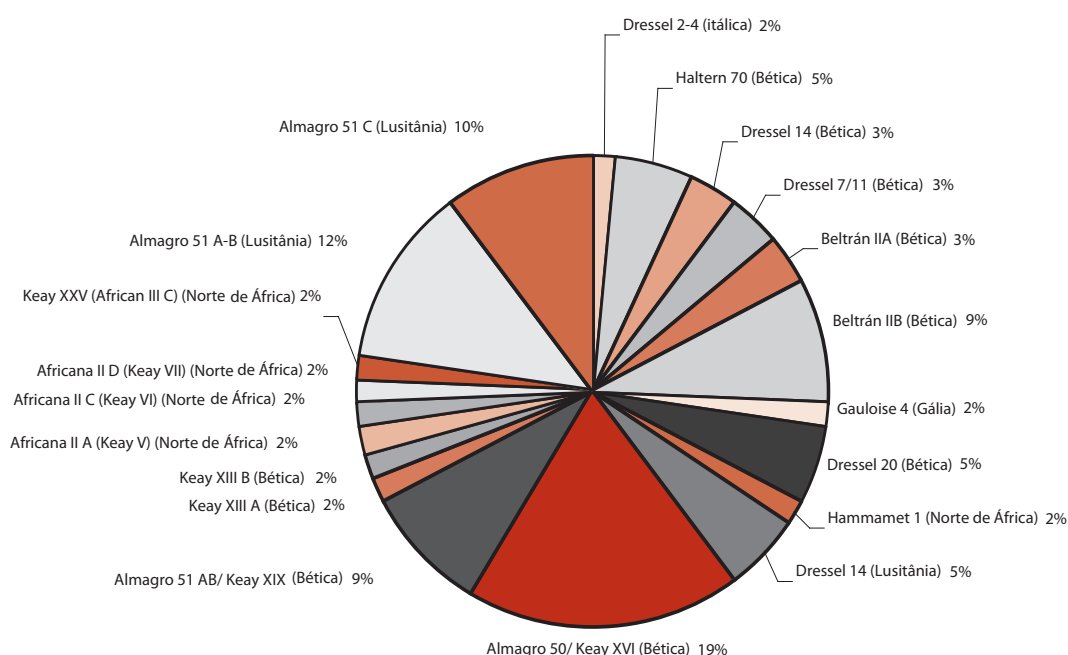
Gráfico 20 – Balsa. Distribuição percentual das formas de ânforas do sector 1 (canalizações).

Assim, verifica-se que o **sector 1**, onde se escavaram, sobretudo, níveis superficiais de uma área onde foram identificadas canalizações, apresenta um conjunto bastante equilibrado, com uma percentagem idêntica entre as ânforas do Alto e Baixo Império. Sobressaem no conjunto, com percentagens mais elevadas, os tipos oriundos da Bética e que transportaram preparados piscícolas, como a Beltrán IIB, com 18.9% das ânforas. Os tipos vinários, dominados, sobretudo, pela forma Haltern 70, são também expressivos, embora em menor escala, com 9.5% das ânforas desta área, e os contentores oleários estão representados por 4.8% das ânforas deste sector. Durante o Baixo Império dominam ainda as importações Béticas (Almagro 50/Keay XVI e Almagro 51c).

Forma	Total NMI	%Total NMI
Dressel 2-4 (itálica)	1	1.7
Haltern 70 (Bética)	3	5.2
Dressel 14 (Bética)	2	3.4
Dressel 7/11 (Bética)	2	3.4
Beltrán IIA (Bética)	2	3.4
Beltrán IIB (Bética)	5	8.6
Gauloise 4 (Gália)	1	1.7
Dressel 20 (Bética)	3	5.2
Hammamet 1 (Norte de África)	1	1.7
Dressel 14 (Lusitânia)	3	3.2
Almagro 50/ Keay XVI (Bética)	11	19.1
Almagro 51 AB/ Keay XIX (Bética)	5	8.6
Keay XIII A (Bética)	1	1.7
Keay XIII B (Bética)	1	1.7
Africana II A (Keay V) (Norte de África)	1	1.7
Africana II C (Keay VI) (Norte de África)	1	1.7
Africana II D (Keay VII) (Norte de África)	1	1.7
Keay XXV (African III C) (Norte de África)	1	1.7
Almagro 51 A-B (Lusitânia)	7	12.2
Almagro 51 C (Lusitânia)	6	10.4
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100</b>

Tabela 50 – Balsa. Distribuição das formas de ânforas do sector 2 (cetárias).





**Gráfico 21 – Balsa. Distribuição percentual das formas de ânforas do sector 2 (cetárias).**

O sector 2, que corresponde a uma unidade de transformação de preparados piscícolas que foi parcialmente escavada em 1977, foi o que maior número de ânforas ofereceu para o conjunto estudado (58 exemplares). Neste caso, existe uma ligeira vantagem dos tipos pertencentes ao Alto Império, face aos do Baixo Império. Entre os últimos, as ânforas de origem Bética que transportaram preparados piscícolas (Almagro 50/Keay XVI e Almagro 51 AB /Keay XIX-16 ex 27.7%) apresentam uma ligeira vantagem face às lusitanas Almagro 51c e Almagro 51a-b (13 ex – 22.6%). As ânforas africanas estão representadas por um exemplar de cada tipo e o mesmo sucede com o contentor oleícola bético, Dressel 23 A. Recorde-se que os dados sobre a *terra sigillata* cuja proveniência se conhece e discutidos *supra*, mostram uma percentagem mais elevada de importações do Baixo Império neste sector .

Por fim, o **sector 3**, que poderá corresponder a uma área habitacional, ostenta um perfil de importação/consumo de ânforas totalmente diverso dos restantes (**Tabela 51 e Gráfico 22**), como o estudo da *terra sigillata* já revelara (ver *supra*). Nesta área, dominam as ânforas Alto Imperiais (86.4% – 38 ânforas), com bastantes importações béticas, onde se destacam, pela sua percentagem, as ânforas vinárias Haltern 70 (25% – 11 exemplares) e as ânforas que transportaram preparados piscícolas, dominadas pelas Beltrán II B (29.5% – 13 peças). Um exemplar que transportou vinho gaulês está também representado, e os produtos oleícolas do vale do Guadalquivir encontram-se documentados por cinco bordos (11.4%). Sendo relativamente escassas, as produções de carácter local/regional lusitanas estão igualmente presentes, com três peças da forma Dressel 14.

Durante o Baixo Império, esta área parece encontrar-se em declínio, estando estranhamente ausentes as importações béticas. São as ânforas africanas (Africana II C e D) que se encontram agora mais bem representadas (6.8% – 3 exemplares), igualando em número as lusitanas Almagro 51c.

Forma	Total NMI	%Total NMI
Haltern 70 (Bética)	11	25
Dressel 14 (Bética)	1	2.3
Dressel 7/11 (Bética)	4	9.1
Beltrán IIB (Bética)	13	29.5
Gauloise 4 (Gália)	1	2.3
Dressel 20 (Bética)	5	11.4
Dressel 14 (Lusitânia)	3	6.8
Africana II C (Keay VI) (Norte de África)	2	4.5
Africana II D (Keay VII) (Norte de África)	1	2.3
Almagro 51 C (Lusitânia)	3	6.8
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100</b>

Tabela 51 – Balsa. Distribuição das formas de ânforas do sector 3

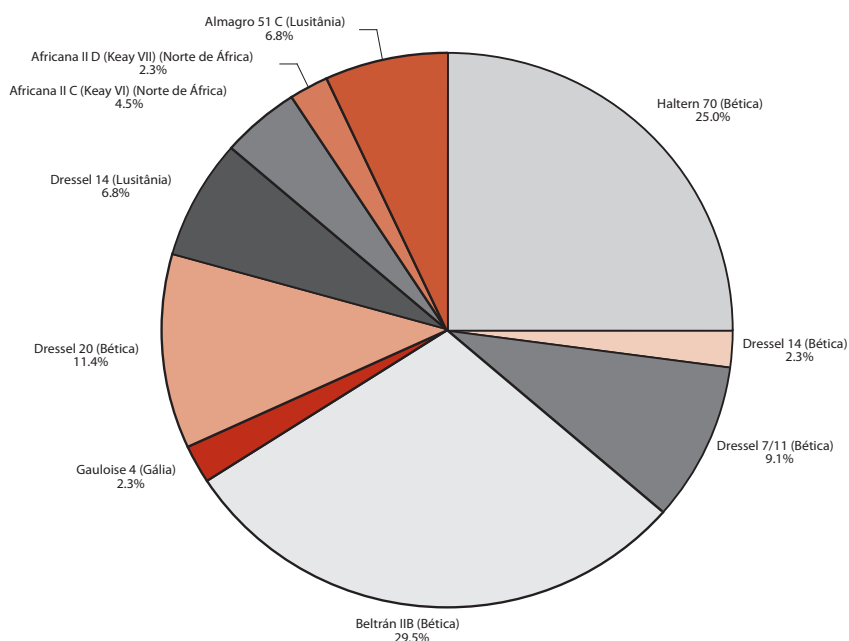


Gráfico 22 – Balsa. Distribuição percentual das formas de ânforas do Sector 3

## Catálogo 5 – Ânforas, formas ilustradas

Est.	Nº	Nº Inv.	Forma	Frag.	Fabrico	Observações	Diâm.	Alt. bordo	Alt. total	Desenho	Nº contentor MNA
65	790	2004.129.4	Dressel 2-4	bordo	Ital1		150	23	36	T.D.	0139.31
65	791	2004.318.3	Dressel 2-4	bordo	Ital1		160	29	47	T.D.	0139.31
65	792	2004.161.980	Dressel 2-4	bordo	Ital1		160	21	26	T.D.	0139.31
65	793	2004.192.33	Dressel 2-4	asa	Guad1	asa bífida “falsa”	-	-	-	T.D.	139
65	794	2004.161.148	Dressel 2-4	asa	Gadit1	arranque asa bífida superior	-	-	-	T.D.	139
65	795	2004.300.7	Dressel 2-4	asa	Gadit2	arranque superior de asa pasta gaditana arenosa	-	-	-	T.D.	139
65	796	2004.197.2	Haltern 70	bordo	Guad1		130	48	134	C.V.	0139.31
65	797	1990.3.2	Haltern 70	bordo	Gadit1		170	40	56	C.V.	0139.31
65	798	2004.296.17	Haltern 70	bordo	Guad1		160	40	81	C.V.	0139.31
65	799	2004.163.52	Haltern 70	bordo	Guad1		150	48	100	T.D.	0139.31
65	800	2004.354.1	Haltern 70	bordo	Guad1		140	45	67	C.V.	0139.31
65	801	2004.310.2	Haltern 70	bordo	Guad1		170		56	T.D.	0139.31
65	802	2004.168.30	Haltern 70	bordo	Guad1		180	54	57	T.D.	0139.31
65	803	2004.611.212	Haltern 70	bordo	Guad1		170	12	49	T.D.	0139.31
66	804	2004.109.137	Dressel 28	bordo	Gadit1		160	28	66	C.V.	0139.32
66	805	2004.133.445	Dressel 14	bordo	Gadit1		160	12	78	T.D.	0139.31
66	806	2004.255.21	Dressel 14	bordo	Gadit1		200	19	50	T.D.	0139.31
66	807	2004.195.76	Dressel 7/11	bordo	Gadit1		190	35	42	T.D.	0139.31
66	808	2004.254.3	Dressel 7/11	bordo	Gadit1		200	40	52	T.D.	0139.31
66	809	2004.202.2	Dressel 7/11	bordo	Gadit1		270	35	80	A.M.	0139.31
66	810	2004.168.31	Dressel 7/11	bordo	Gadit1		190	42	52	A.M.	0139.31
66	811	2004.161.414	Dressel 7/11	bordo	Gadit1		250	20	61	A.M.	0139.31
66	812	2004.154.38	Dressel 7/11	bordo	Gadit1		140	24	75	A.M.	0139.31
66	813	2004.153.61	Beltrán II A	bordo	Gadit2		140	25	41	T.D.	0139.31
66	814	2004.323.3	Beltrán II A	bordo	Gadit1		140	22	53	T.D.	139
66	815	2004.274.3	Beltrán II A	bordo	Gadit1		160	22	27	T.D.	0139.31
66	816	2004.358.20	Beltrán II A	bordo	Gadit1		140	25	34	T.D.	0139.31
67	817	2004.143.17	Beltrán II B	bordo	Gadit1		240	20	117	C.V.	0139.32
67	818	2004.114.7	Beltrán II B	bordo	Gadit1	com argamassa/reutilizada numa construção	210	21	115	C.V.	0139.32
67	819	2004.199.6	Beltrán II B	bordo	Gadit1	incrustações marinhas	240	20	107	C.V.	0139.32
67	820	2004.133.343	Beltrán II B	bordo	Gadit1		200	25	85	C.V.	0139.32
67	821	2004.133.377	Beltrán II B	bordo	Gadit1		220	22	118	C.V.	0139.32
67	822	2004.123.12	Beltrán II B	bordo	Gadit1		Indet.		90	C.V.	0139.32
67	823	2004.192.43	Beltrán II B	bordo	Gadit1		200		85	C.V.	0139.31
67	824	2004.209.18	Beltrán II B	bordo	Gadit1		220	27	68	C.V.	0139.32
67	825	2004.322.1	Beltrán II B	bordo	Gadit1		240	21	52	C.V.	0139.32
67	826	2004.104.35	Beltrán II B	bordo	Gadit1		180	20	40	T.D.	0139.32
67	827	2004.161.318	Beltrán II B	bordo	Gadit2	pasta arenosa rosada	170	15	57	T.D.	0139.32
68	828	2004.184.134	Gauloise 4	bordo	Gal1	pasta fina rosada	130	30	65	T.D.	0139.31
68	829	2004.154.33	Gauloise 4	bordo	Gal1		140	23	64	T.D.	0139.31
68	830	2004.184.135	Gauloise 4	bordo	Gal1		140	20	45	xTA164	0139.31
68	831	2004.194.21	Dressel 20	bordo	Guad1		140	40	114	T.D.	0139.32
68	832	2004.163.58	Dressel 20	bordo	Guad1		160	43	67	T.D.	0139.32
68	833	2004.202.1	Dressel 20	bordo	Guad1		140	32	65	T.D.	0139.32

Est.	Nº	Nº Inv.	Forma	Frag.	Fabrico	Observações	Diâm.	Alt. bordo	Alt. total	Desenho	Nº contentor MNA
68	834	2004.109.147	Dressel 20	bordo	Gadit1		130	35	48	T.D.	0139.31
68	835	2004.156.74	Dressel 20	bordo	Guad1		160	23	33	T.D.	0139.32
68	836	2004.199.3	Dressel 20	bordo	Gadit1		160	22	60	T.D.	0139.31
68	837	2004.212.67	Dressel 20	bordo	Guad1		120	23	40	A.M.	0139.32
68	838	2004.350.81	Dressel 20	bordo	Gadit1		140	30	49	A.M.	0139.31
68	839	2004.351.1	Dressel 20	bordo	Guad1		142	25	51	xtcTA139	0139.32
68	840	2004.134.133b	Dressel 20	bordo	Guad1		170	28	31	T.D.	0139.32
68	841	2004.133.305	Dressel 14	bordo	Lusit3		170	18	10	T.D.	0139.31
68	842	2004.134.133b	Dressel 14	bordo	Lusit2		190	30	67	T.D.	0139.31
68	843	2004.109.233	Dressel 14	bordo	Lusit3		180	25	55	T.D.	0139.31
68	844	2004.200.3	Dressel 14	bordo	Lusit2	Dressel14, variante A (parecido com a Haltern 70)	170	44	48	T.D.	0139.31
68	845	2004.166.9	Dressel 14	bordo	Lusit		116		58	T.D.	0139.31
68	846	1990.4.209	Dressel 14	bordo	Lusit1		140	18	58	T.D.	0139.31
68	847	2004.292.22	Dressel 14	bordo	Lusit1		160	33	40	T.D.	0139.31
68	848	2004.161.272	Dressel 14	bordo	Lusit1		Indet,	17	37	T.D.	0139.31
69	849	2004.222.21	Keay XVI / Almagro 50	bordo	Gadit1		176	20	74	T.D.	0139.32
69	850	2004.149.156	Keay XVI / Almagro 50	bordo	Gadit1		140	17	32	T.D.	0139.32
69	851	2004.148.97	Keay XVI / Almagro 50	bordo	Gadit1	arranque de asa	160	22	54	C.V.	0139.32
69	852	2004.279.19	Keay XVI / Almagro 50	bordo	Gadit1		170	20	100	T.D.	0139.32
69	853	2004.266.2	Keay XVI / Almagro 50	bordo	Guad1		180	23	75	T.D.	0139.31
69	854	2004.159.56	Keay XVI / Almagro 50	bordo	Gadit1		170	25	69	C.V.	0139.32
69	855	2004.134.127	Keay XVI / Almagro 50	bordo	Gadit1		180		61	T.D.	0139.32
69	856	2004.288.4	Keay XVI / Almagro 50	bordo	Gadit1		170	19	63	T.D.	0139.32
69	857	2004.148.87	Keay XVI / Almagro 50	bordo	Gadit1		180	28	54	T.D.	0139.32
69	858	2004.301.1	Keay XVI / Almagro 50	bordo	Gadit1		150	20	56	T.D.	0139.32
69	859	2004.154.34	Keay XVI / Almagro 50	bordo	Gadit1		140	18	61	T.D.	0139.32
69	860	2004.125.81	Keay XVI / Almagro 50	bordo	Gadit1		150	30	61	A.M.	0139.32
69	861	2004.161.288	Keay XVI / Almagro 50	bordo	Gadit1		140	14	48	A.M.	0139.32
70	862	2004.261.6	Keay XIX/ Almagro 51 A-B	bordo	Gadit1		150	20	47	A.M.	0139.31
70	863	2004.134.132	Keay XIX/ Almagro 51 A-B	bordo	Guad1		130	33	55	A.M.	0139.31
70	864	2004.226.19	Keay XIX/ Almagro 51 A-B	bordo	Guad1		100	35	45	A.M.	0139.31
70	865	2004.250.12	Keay XIX/ Almagro 51 A-B	bordo	Guad1		90	32	39	A.M.	0139.31
70	866	2004.154.49	Keay XIX/ Almagro 51 A-B	bordo	Mal1	Málaga	120	33	70	A.M.	0139.31
70	867	2005.193.4	Keay XIX/ Almagro 51 A-B	bordo	Mal1	pasta com xistos castanhos	90	31	60	T.D.	0139.32
70	868	2004.161.986	Keay XIX/ Almagro 51 A-B	bordo	Mal1	pasta com xistos castanhos	90	37	47	T.D.	0139.32
70	870	2004.119.57	Almagro 51 C	bordo	Guad1	Guadalquivir	120	29	42	T.D.	0139.31
70	871	2004.109.150	Almagro 51 C	bordo	Gadit1		140	22	50	T.D.	0139.31
70	872	2004.130.23	Almagro 51 C	bordo	Gadit1		140	25	52	T.D.	0139.31
70	873	2004.215.19	Keay XIII A	bordo	Guad1		150	20	88	C.V.	0139.31

Est.	Nº	Nº Inv.	Forma	Frag.	Fabrico	Observações	Diâm.	Alt. bordo	Alt. total	Desenho	Nº contentor MNA
70	874	2004.305.7	Keay XIII A	bordo	Guad2	pasta avermelhada – engobe branco	170	30	73	T.D.	0139.31
70	875	2004.331.2	Keay XIII C	bordo	Guad2		200	16	84	C.V.	139
71	876	2004.217.7	Hammamet 1	bordo	Hammamet	africana Bonifay 2004a, p. 93	170	28	40	C.V.	0139.31
71	877	2004.161.270	Africana II A	bordo	Salakta		140	35	85	C.V.	0139.31
71	878	2004.161.291	Africana II A	bordo	Salakta		150	21	64	C.V.	0139.31
71	879	2004.224.105	Africana II A	bordo	Sidi Zahruni	laranja vivo c. engobe branco	150	33	52	C.V.	0139.31
71	880	2004.232.8	Africana II A	bordo	Sidi Zahruni		130	30	44	C.V.	0139.31
71	881	2004.161.149	Africana II C	bordo	Majoura		140	30	90	C.V.	0139.31
71	882	2004.300.9	Africana II C	bordo	Sidi Zahruni		140	35	49	C.V.	0139.31
71	883	2004.325.7	Africana II C	bordo	Sidi Zahruni		130	35	57	C.V.	0139.31
71	884	2004.153.143	Africana II C	bordo	Sidi Zahruni		140	18	41	C.V.	0139.31
71	885	2004.293.2	Africana II C	bordo	sidi Zahrui	sem engobe	150		39	T.D.	0139.31
71	886	2004.175.5	Africana II C	bordo	Sidi Zahruni	laranja com engobe	120	34	39	C.V.	0139.31
71	887	2004.235.16	Africana II D	bordo	Sidi Zahruni		100	50	78	C.V.	0139.31
71	888	2004.139.259	Africana II D	bordo	Leptiminus		140	45	53	C.V.	0139.31
71	889	2004.293.4	Africana II D	bordo	Sidi Zahruni		114	4	50	T.D.	0139.31
71	890	2004.400.1	Keay XXV.1	bordo	Sidi Zahruni		130	18	41	T.D.	0139.31
71	891	2004.161.983	Keay XXV.1	bordo	Sidi Zahruni		130	13	37	T.D.	0139.31
71	892	2005.193.1b	Keay XXV.1	bordo	Afric		120	23	50	T.D.	0139.31
72	893	2004.328.6	Almagro 51 A-B	bordo	Lusit2		130	11	57	T.D.	0139.31
72	894	2005.170.1	Almagro 51 A-B	bordo	Lusit3		120	22	61	T.D.	0139.31
72	895	2004.258.17	Almagro 51 A-B	bordo	Lusit2		80		81	T.D.	0139.31
72	896	2004.258.5	Almagro 51 A-B	bordo	Lusit3	arranque superior de asa	110		49	T.D.	0139.31
72	897	2004.166.10	Almagro 51 A-B	bordo/asa	Lusit2		100	13	52	T.D.	0139.31
72	898	2004.161.927	Almagro 51 A-B	bordo	Lusit1		80	10	51	T.D.	0139.31
70	899	2004.130.21	Keay XIX/ Almagro 51 A-B	bordo	Lusit		114	32	40	T.D.	0139.31
72	900	2004.153.100	Almagro 51 A-B	bordo	Lusit1		90	15	50	T.D.	0139.31
72	901	2004.300.16	Almagro 51 A-B	bordo	Lusit1		94		63	T.D.	0139.31
72	902	2004.250.9	Almagro 51 A-B	bordo	Lusit1		90	40	61	T.D.	0139.31
72	903	2004.251.5	Almagro 51 C	bordo	Lusit1		80	21	40	C.V.	0139.31
72	904	2004.156.28	Almagro 51 C	bordo	Lusatíp1	pasta queimada/recozida	130	22	39	C.V.	0139.31
72	905	2004.161.969	Almagro 51 C	bordo	Lusit1		70	20	43	T.D.	0139.31
72	906	2004.109.231	Almagro 51 C	bordo	Lusatíp2	pasta castanha	110	28	46	T.D.	0139.31
72	907	2004.224.57	Almagro 51 C	bordo	Lusit		80	22	31	T.D.	0139.31
72	908	2004.122.23	Almagro 51 C	bordo	Lusit		110	20	35	T.D.	0139.31
72	909	2004.107.122b	Almagro 51 C	bordo	Lusit		Indet.	30	45	T.D.	0139.31
73	I		Almagro 51 C	bordo	Lusit	Fabião, 1994a, p. 34.				T.D.	139
73	II		Almagro 51 C	bordo	Lusit	Fabião, 1994a, p. 34.				T.D.	139
73	III		Almagro 51 C	bordo	Lusit	Fabião, 1994a, p. 34.				T.D.	139
73	IV		Almagro 51 C	bordo	Lusit	Fabião, 1994a, p. 34.				T.D.	139
73	V		Almagro 51 C	bordo	Lusit	Fabião, 1994a, p. 34.				T.D.	139
73	VI		Almagro 51 C	bordo	Lusit	Fabião, 1994a, p. 34.				T.D.	139
73	VII		Almagro 51 C	bordo	Lusit	Fabião, 1994a, p. 34.				T.D.	139
73	VIII		Almagro 51 C	bordo	Lusit	Fabião, 1994a, p. 34.				T.D.	139
73	IX		Almagro 51 C	bordo	Lusit	Fabião, 1994a, p. 34.				T.D.	139



#### 2.2.2.4. A cronologia de ocupação e a dinâmica evolutiva de Balsa

Apesar de se dispor de um conjunto significativo de dados sobre diferentes aspectos do urbanismo de Balsa, estes são difíceis de integrar na cartografia actual. Acresce ainda o facto de esta área costeira ter sofrido alterações, que, necessariamente, modificaram a topografia do local. Além destas alterações naturais, verifica-se que, apesar da classificação do sítio como Imóvel de Interesse Público, a Quinta de Torre de Ares manteve a sua actividade agrícola, sendo a maquinaria agrícola responsável pela forte erosão de toda esta área, sendo ainda de referir que parte importante do sítio foi objecto de destruição por grandes movimentações de terras que nele se registaram, em data que se desconhece.

Apesar do topónimo Balsa remeter para uma origem pré-romana, não existem quaisquer vestígios, na área da cidade romana, que apontem para uma ocupação anterior aos meados/finais do séc. I a.C. As cunhagens monetárias pertencem a esta fase, e, mesmo relativamente às produções cerâmicas, apenas duas peças de campaniense dita “B-óide” testemunham este momento (Nolen, 1994, p. 63). Parece possível apontar a área da actual cidade de Tavira, onde têm sido descobertos vestígios da Idade do Ferro que remontam ao séc. VII a.C., com a presença de populações com forte influência orientalizante (Maia, 2003, p. 57-72), como o local onde se encontraria a Balsa pré-romana, como foi já sugerido por A. M. Arruda. Assim, a transferência do povoado de Tavira para outro local, teria tido lugar algures na primeira metade do séc. I a.C. (Arruda, 1999, p. 25; Arruda, 2003; Mantas, 1999, p. 138-139; 2003, p. 86; Maia, 2003, p. 59, Fabião, 2003b).

A hipótese da Balsa pré-romana se localizar no sítio do Serro do Cavaco tem sido igualmente levantada (Maia, 2003). Este sítio nunca foi objecto de intervenção arqueológica e o conhecimento de que dispomos assenta no estudo dos materiais encontrados em prospecções de superfície (Fabião, 2003b, p. 77-81). O espectro cronológico das cerâmicas recolhidas não recua para trás do séc. III a.C., sendo abundantes os materiais do período republicano, comuns em contextos da conquista romana do território. Segundo C. Fabião, pode tratar-se de um povoado indígena que convive com os inícios da ocupação romana (Fabião, 2003b, p. 79).

Apesar da verosimilhança da transferência do topónimo de Tavira para Torre de Ares, deve igualmente referir-se, a este propósito, que os materiais que hoje se conhecem como provenientes de Balsa (incluindo os que foram aqui estudados pela primeira vez) são originários, por um lado, da necrópole, e, por outro, de sectores escavados na parte mais baixa da cidade. Em meu entender, pode esperar-se que a área onde se situa a casa principal da Quinta de Torre de Ares, que se encontra numa posição privilegiada no que se refere ao domínio visual, ofereça cerâmicas de cronologia mais antiga do que as que se recolheram até agora, e mesmo possivelmente pré-romanas. A este respeito refira-se que em Faro a ocupação da Idade do Ferro e romana Republicana se circunscreve à área do actual centro histórico, não existindo vestígios com esta antiguidade no exterior da área muralhada. Pode, portanto, colocar-se a hipótese da existência de um núcleo mais antigo, o *opidum* pré-romano e republicano, nesta “acrópole”, no local onde pensamos se terá posteriormente situado o *forum* da cidade romana. Actualmente, ainda são visíveis, sob as paredes da casa da Quinta de Torre de Ares, fundações que podem corresponder a construções de fases anteriores, muito possivelmente do período romano. Toda esta plataforma se encontra pavimentada com grandes lages de calcário, impossibilitando a recolha de quaisquer materiais à superfície.

Além deste núcleo principal, cuja área é difícil de determinar, e que se pode ter estendido nesta plataforma superior um pouco mais para norte, a cidade desenvolveu-se igualmente nas áreas de cota mais baixa, sobretudo para a vertente oriental.

Como salientou V. Mantas, o eixo estruturante do povoamento desta região foi marcado pelo traçado da via litoral (Mantas, 1990, p. 193), de que o marco recuperado no sítio de Bias do Sul (Olhão) é testemunho. A cronologia deste marco constitui igualmente um dado relevante,

pois a sua existência no período Júlio-Cláudio, muito possivelmente ainda na época de Augusto, pressupõe a existência de actividade nas duas cidades que a via ligava.

Estácio da Veiga não duvidava que a “região balsense” tinha tido ocupação pré-histórica, que se estendia pelo que designou como “Primeira Idade dos Metais”, mais concretamente da Idade do Cobre. Um conjunto de machados de pedra polida e percutores que recolheu eram prova de uma suposta ocupação neolítica, e um conjunto de adagas ou facas de cobre, recolhidos na Quinta das Antas, provava a presença humana durante a Idade do Cobre (Veiga, 1891, p. 104-108, Est. XII). Noutra passagem das suas “Antiguidades Monumentais do Algarve”, escreve mesmo que, sob os edifícios arrasados de *Balsa*, recolheu vestígios da Idade do Ferro. Trata-se de dois colares que ilustrou na Estampa XXVIII (Veiga [1891], 2005, p. 260). Como houve oportunidade de referir anteriormente, nada nestes objectos (adagas ou facas de bronze e adornos) remete para uma cronologia claramente anterior ao período romano.

Como já se referiu, não se assinalam cerâmicas com datação anterior a Augusto. No entanto, apesar de serem pouco frequentes, as cerâmicas que apontam para a época augustana mostram que a cidade se encontrava em plena actividade nesta época. A cerâmica campaniense ocorre apenas com dois exemplares, um dos quais pode ser já augustano, (Nolen, 1994, p. 63), sendo as emissões monetárias datadas do séc. I a.C. (Faria, 1997, p. 362). Recorde-se que alguns dos exemplares destas cunhagens de *Balsa* foram recolhidos na Quinta do Pinheiro, adjacente à Quinta de Torre de Ares, para Oeste, e na própria Torre de Ares, segundo referem M. e R. Varela Gomes (1981-1983, p. 156-157). Entre as ânforas anteriormente publicadas, assinalam-se algumas que podem ter uma cronologia mais recuada, mas já do período dos Júlio-Cláudios, possivelmente da época de Augusto (Fabião, 1994, p. 23). É também esta a cronologia de um outro exemplar de Dressel 20, recentemente publicado (Fabião, 2003, nº 122, p. 276). As cerâmicas de cronologia augustana, identificadas por J. Nolen, correspondem a alguma *terra sigillata* tipo itálico e à cerâmica de paredes finas itálica (Nolen, 1994).

Entre o material proveniente das escavações de 1977, que foi agora objecto de estudo, identificaram-se ainda exemplares de ânforas que podem corresponder a esta fase. Referimo-nos, concretamente, a alguns exemplares do tipo Dressel 20, que incluímos na variante I de P. Berni Millet (2007), que se data do período de Augusto e Tibério (*vide supra* Ânforas de *Balsa*).

Tal como em Faro, não existem dados epigráficos relativos a este período, desconhecendo-se igualmente a localização da necrópole republicana. Não foram também identificadas estruturas pertencentes a esta época, seja de âmbito residencial ou de carácter monumental.

A localização das necrópoles de *Balsa* reveste-se da maior importância quando se pretende delimitar o perímetro urbano antigo, e constitui um dos principais problemas que se coloca actualmente à correcta apreciação da extensão da cidade. São inúmeras as necrópoles identificadas por Estácio da Veiga em diversos locais do que designou por “região balsense”, mas a questão principal reside em determinar quais destas necrópoles pertenceriam à cidade e quais seriam pertencentes às *villae* que a cercavam. A densidade do povoamento nos arredores imediatos da cidade, por um lado, e o desconhecimento que temos acerca das dimensões e características das estruturas urbanas ou rústicas dessas *villae*, por outro, constituem obstáculos à correcta apreciação do perímetro real que a cidade ocupava. Acresce ainda o facto de as epígrafes, que apontam para determinados edifícios públicos, como o circo, se encontrarem descontextualizadas, não permitindo a sua localização.

A necrópole de *Balsa* identificada por Estácio da Veiga situa-se a cerca de 300 m a Norte da casa principal da Quinta, de acordo com a planta que Estácio da Veiga levantou (Santos, 1971). Como já se referiu, parte significativa das cerâmicas e vidros publicados por J. Nolen em 1994 são provenientes deste cemitério romano. O âmbito cronológico desses materiais mostra que a sua utilização teve lugar desde as primeiras décadas do séc. I d.C. até pelo menos ao séc. III, datação

que se obteve, sobretudo, pela análise da cerâmica de paredes finas e da *terra sigillata* daí proveniente. Os unguentários e outros recipientes de vidro são muito frequentes, à semelhança do que sucede na cidade de Faro. Infelizmente, nas escavações que realizou, Estácio da Veiga não registou as associações artefactuais, que, no entanto, podemos deduzir através do mobiliário funerário recuperado, e pelas semelhanças que terá, certamente, com as que se identificaram na chamada necrópole norte de Ossonoba. Estas semelhanças estão também presentes nos rituais e nos tipos de sepulturas encontrados.

Na legenda da planta, Estácio da Veiga refere: “P – Grande cemitério romano a uns 300m ao N da capella sepulturas de diversas construcções em que predomina o systema de enterramento de incineração, acompanhado de urnas de vidro, de louças finíssimas e moedas pela maior parte do primeiro e segundo séculos do império” apontando para uma cronologia claramente alto imperial para esta necrópole (Santos, 1971).

Como se pode constatar, em ambas cidades (Ossonoba e Balsa) a incineração está documentada e as inumações foram realizadas, como podemos observar na planta publicada por Estácio da Veiga, em estruturas de planta quadrangular, pelo menos em um dos casos (nº 1), mas sobretudo rectangular, utilizando os *lateres*, *tegulae* e *imbrices* como principais materiais de construção. Comparando a planta nº 26 relativa ao cemitério de Faro (**Figura 14**) e nº 35 A com os levantamentos das sepulturas de Balsa (**Figura 40**), verifica-se que existem, no entanto, bastantes diferenças e variantes dos tipos principais documentados em Faro. Assim, analisando em pormenor os desenhos das plantas e alçados das sepulturas que constam destas plantas, verifica-se que a sepultura de caixa rectangular formada por *lateres*, tipo A de Faro, se aproxima do tipo 7 e 8 de Balsa; o tipo B de Faro, que é o mais frequente naquela cidade, construído com *tegulae* que formam telhado de duas águas, corresponde, grosso modo, às sepulturas 2 e 4 de Torre de Ares, embora com ligeiras variações; e o tipo C, formado exclusivamente por *tegulae*, colocadas ao alto a formar uma caixa rectangular, e, na horizontal no topo, poderá assemelhar-se ao nº 9 de Balsa. Alguns tipos de Balsa, como os nºs 1, 3 e 5, apesar de apresentarem as características gerais das sepulturas rectangulares construídas com *lateres*, não têm paralelo nas tumulações de Faro. Verifica-se, de um modo geral, uma maior diversidade de tipos de sepultura rectangular nesta necrópole de Balsa, sendo as sepulturas de Faro mais padronizadas. Este fenómeno poderá relacionar-se com a cronologia destes enterramentos, os de Faro aparentemente mais antigos do que os de Balsa, verificando-se, por outro lado, que a necrópole de Faro abrange um espectro cronológico mais amplo, que compreende o período entre o séc. I até ao VI (Teichner et al., 2007, p. 159-178). Recorde-se, a este propósito, que são relativamente raras as incinerações em Faro, enquanto em Balsa são maioritárias.

Desconhece-se, com precisão, qual a frequência dos diferentes tipos de sepultura em Balsa e não existe também qualquer planta mais pormenorizada com a distribuição das sepulturas, não sendo igualmente possível determinar, com exactidão, quais terão sido os limites da necrópole e a área que abrangia.

Não parecem restar dúvidas, no entanto, de que esta necrópole seria uma das principais de Balsa, ajudando a sua localização a demarcar o perímetro da cidade para norte. Este limite ajuda-nos a definir a morfologia da cidade, que deve ter tido o seu núcleo principal no ponto mais elevado, e que se estendeu por uma área difícil de definir, numa faixa, a meia encosta, junto à orla marítima. Não podemos esquecer que as zonas que apresentam hoje cotas menos elevadas seriam, durante a Antiguidade, em alguns casos, muito possivelmente, inundadas.

Outros elementos que podem ajudar a definir este espaço correspondem às localizações das ribeiras da Luz, Antas e Chareca, sendo de referir que V. Mantas, através de interpretação da fotografia aérea, propôs que o porto de Balsa se localizava na foz assoreada da Ribeira da Luz. Este investigador defendeu que “São nitidamente visíveis os traços de um dique terminando numa estrutura circular, com cerca de 150 m de extensão (...)” (Mantas, 2004a, p. 450, Fig. 11).

Propõe, igualmente, que tenha existido, mais a norte, uma doca rectangular, tipo *cothon* (Mantas, 2004a, Fig. 11). A hipótese de localização do porto neste local é aliciente, mas não podemos deixar de notar que se situa a uma distância considerável do que poderá ter constituído um núcleo importante da cidade, a sua área monumental, e que não se encontram documentadas estruturas arqueológicas entre este núcleo e a suposta área portuária. Na Quinta do Pinheiro, foram identificados, em 1920, restos de sepulturas, e recolhidos materiais, de que se destaca um balsamário antropomórfico de bronze (Santos 1972, p. 302-305) e as já referidas cunhagens de *Balsa* (Gomes e Gomes, 1981-1983, p. 157).

Atendendo ao que foi referido, parece possível apontar estes dois elementos: a necrópole, por um lado, e a Ribeira da Luz e o seu porto, por outro, como os limites máximos da *urbs* de *Balsa*, para norte e para ocidente, respectivamente. Os elementos recolhidos por Estácio da Veiga na Quinta das Antas, designadamente o que tem vindo a ser identificado como uma unidade de transformação de preparados piscícolas, assim como as epígrafes que referem o circo, ainda pertencem à cidade. Trata-se das estruturas mencionadas na planta de Estácio da Veiga, onde se pode observar um conjunto de compartimentos na margem direita da Ribeira das Antas (Santos, 1971, p. 299). Os limites orientais da cidade são mais difíceis de determinar, porque, como já se referiu, a densidade de ocupação do que poderão ter sido *villae* ou outras unidades de povoamento antigo é elevada nesta área.

No entanto, parece-nos, por exemplo, que as estruturas identificadas em Pedras d'el Rei devem ter pertencido a uma *villa* suburbana de *Balsa*. Os elementos registados na Quinta do Arroio, como o cemitério romano documentado por Teixeira de Aragão (1868), são bastante difíceis de integrar e interpretar. Não é fácil a sua localização, que já discutimos *supra*, e que M.L.E. da V. A. dos Santos coloca junto à ribeira da Chareca. Em meu entender, a sua localização deve encontrar-se, ligeiramente, mais para o interior, sendo assim possível apontar o limite oriental da cidade. V. Mantas considerou, igualmente, que esta necrópole do Arroio poderá ter sido um dos cemitérios da cidade, situado ao longo da via *Baesuris-Ossonoba* (Mantas, 1990, p. 195). Assinalam-se também três epígrafes funerárias, situadas cronologicamente entre a segunda metade do séc. II e o séc. III (IRCP 82, 83 e 84). Recentemente, identificaram-se outros elementos, como restos de um pavimento de mosaico, que poderá ter pertencido a uma *domus* da cidade (informação da Câmara Municipal de Tavira – serviço de arqueologia).

Na Quinta do Trindade, ainda mais para oriente do sítio do Arroio, situada em Santa Luzia, encontraram-se duas epígrafes, entre as quais a inscrição funerária grega, que pode ter pertencido à necrópole de uma *villa*, possivelmente junto ao traçado da via, como sugere M.L.E.V.A dos Santos (1972, p. 332). O conjunto de outros elementos existentes mais a oriente, nomeadamente em Pedras d'el Rei, deve corresponder, como já se referiu, a uma *villa*.

Pouco se conhece acerca dos elementos que formavam as diferentes componentes do urbanismo de *Balsa*, sendo igualmente difícil apontar as linhas de evolução deste perímetro urbano, que conheceu uma ocupação desde as últimas décadas do séc. I a.C. até ao séc. VI ou mesmo inícios do século seguinte. Já se referiu que se considera verosímil que a área onde se localiza a casa principal da Quinta de Torre de Ares possa ter constituído o núcleo inicial da cidade, possivelmente o *oppidum* pré-romano. Posteriormente, em época romana, este poderá ter sido o local de implantação do *forum* da cidade, hipótese que se fundamenta na localização, a uma cota mais elevada e no conjunto de estruturas que ainda se observam actualmente. Esta seria uma implantação privilegiada para a edificação de um templo, num local de acentuada componente cenográfica, atendendo à sua posição destacada, junto à costa.

Relativamente aos restantes equipamentos da cidade, a epigrafia fornece alguns dados, nomeadamente relativos ao circo, que se encontra referido em duas epígrafes encontradas mais a oriente, na Quinta das Antas. Estas inscrições foram datadas por J. d'Encarnação, segundo crité-



rios paleográficos: a de Lúcio Cássio Celer (IRCP 76) do séc. II e a Gaio Licínio Bádio (IRCP 77) dos finais do séc. II/inícios do séc. III. Poderá ter sido neste circo que se realizaram os combates de barcas que Ânio Primitivo ofereceu (IRCP 73), sendo igualmente possível que se tenha realizado num dos braços da ria, junto à cidade. Esta epígrafe documenta ainda a realização de um combate de pugilistas, que terá certamente tido lugar no circo de *Balsa*, mostrando a sua cronologia do séc. III que nesta época este equipamento estaria em plena actividade. Desconhece-se se a inscrição onde se lê “[...] CVM · [?] ANTE[PAGMENTIS?] [...] ETR STATVIS [...]” (IRCP 78), e que J. d’Encarnação datou do séc. II, mais precisamente do reinado de Adriano, terá pertencido ao circo ou a outro edifício de carácter monumental da cidade. Infelizmente, não se conseguiu apontar, nem mesmo através da foto-interpretação, um local para o circo romano de *Balsa*. Apesar de se encontrarem descontextualizadas, é possível que estas epígrafes indiquem que na área da Quinta das Antas se localizaram alguns equipamentos públicos da *urbs* de *Balsa*.

Os vestígios arqueológicos relacionados com a cidade de *Balsa* resumem-se a uma série de estruturas identificadas ainda por Estácio da Veiga, cujo levantamento consta da planta realizada no séc. XIX, e que foram por si “explorados” aquando da realização da Carta Arqueológica do Algarve, em 1877. Já anteriormente realizara aí “explorações”, identificando várias epígrafes e recolhendo espólio diverso (Veiga, 1866).

As estruturas identificadas em 1877 correspondem a um conjunto de compartimentos que têm sido interpretados como parte de um balneário (Santos, 1971, p. 232-233). Pelas suas dimensões e características, pode efectivamente corresponder a um edifício privado com esta funcionalidade. São descritos compartimentos, dos quais um corresponderia a um hipocausto (F), e outros, com pavimento de mosaico (B), e um tanque (D), além de diversas e canalizações (H). Um pouco para oeste deste edifício, e ligado pela canalização que corre paralela ao rio (como Estácio da Veiga refere), existe outro tanque (N) e um compartimento (M).

Não há qualquer menção, mais precisa, relativa à cronologia destas construções. Efectivamente, Estácio da Veiga faz referência, na legenda que acompanha a planta destas estruturas, pelo menos a duas fases de construção: “*D-tanque de compr. 4,00m, larg. 2,60 e prof. com revestimento de cimento e ângulos abatidos em curva concava com muro divisório ao centro em sentido da largura e cano de chumbo no ângulo do norte apontando para um encanamento, parecendo (?) que a divisória ser obra posterior; E-Casa contigua ao tanque, entulhada com enquistamentos de pequenos tijolos, fragmentos de mosaico etc. mostrando ser posteriormente feito o solo de argamassa do seu pavimento*” (...) (Santos, 1971). Aponta, portanto, para duas fases de construção/remodelação, visíveis, pelo menos, em dois compartimentos.

É mencionado, igualmente, um conjunto de canalizações (“encanamento K” ou “escoamento geral H”), que seguem no sentido do rio e que devem corresponder a estruturas de escoamento das águas residuais da habitação e/ou balneário. Na legenda da planta levantada por indicação de Estácio da Veiga, refere-se que o escoamento do tanque D se fazia através de um cano de chumbo existente no ângulo norte para esta canalização, construída em alvenaria.

Além destas estruturas identificadas no séc. XIX, que são difíceis de localizar com exactidão nos dias de hoje, uma vez que o sítio manteve a sua actividade agrícola, com utilização de maquinaria, que acelerou a erosão/destruição do local, nas escavações de 1977, foram igualmente referenciadas estruturas romanas. Como já se referiu, além de um conjunto de canalizações (sector 1), que pela sua descrição seriam idênticas às identificadas pelo arqueólogo oitocentista, foram exumadas estruturas de uma unidade de produção de preparados piscícolas (sector 2) e paredes que podem pertencer a uma possível área habitacional (sector 3).

A descrição das estruturas do sector 1 (Maia e Maia, 1978) aponta para que sejam idênticas às que Estácio da Veiga documentou no séc. XIX. Não parece poder afirmar-se que estamos perante estruturas de adução e condução de águas que chegariam para consumo da cidade, através



de um possível aqueduto, mas sim de canalizações de escoamento das águas residuais. A planimetria e pendente possível destas canalizações vai no sentido do escoamento para o rio, o que constitui uma solução frequente em cidades que se localizam perto de cursos de água ou do mar. Não existe, portanto, até ao momento, qualquer evidência do sistema de abastecimento de água potável à cidade se efectuar através de um aqueduto. As cerâmicas dos níveis associados a estas estruturas apontam para o seu abandono no séc. IV/V.

Identificamos as estruturas recuperadas no sector 3 como uma possível área de carácter residencial. Trata-se de um conjunto de construções, que, tudo aponta para terem sido construídas ainda na primeira metade do séc. I d.C. Identificaram-se dois compartimentos registando-se “vários muros postos a descoberto neste sector são todos em *opus incertum*, ligados por uma argamassa tipo cimento” (Maia e Maia, 1978). Assinala-se, na 5ª camada do Q 2A, a existência de uma plataforma de argamassa, possivelmente de um nível de pavimento. Aparentemente, a base das construções assenta em areia estéril (virgem), que os arqueólogos interpretaram como sendo a base do pavimento da sala (Maia e Maia 1978). Quanto ao abandono desta área, tudo aponta para que tenha ocorrido no período baixo imperial (séc. IV-V).

Quanto à unidade de transformação de pescado formada por um conjunto de cetárias que seria servido por um corredor central, torna-se difícil obter a cronologia inicial da sua construção e utilização, que poderá ter ocorrido ainda durante o Alto Império. Esta área, teve uma intensa utilização no séc. IV-V, e tudo aponta para que tenha sido abandonada já no séc. VI.

Tal como sucede em Faro, é difícil identificar sectores artesanais e outros residenciais perfeitamente separados e distintos na topografia da cidade, pois, na área que foi objecto de intervenção em 1977, sectores artesanais, como o conjunto de cetárias, formados por uma unidade de produção de preparados piscícolas, encontram-se relativamente próximo, (a algumas dezenas de metros), de estruturas que se identificaram como pertencendo a residências. Por outro lado, a existência desta unidade de transformação de preparados piscícolas remete para uma produção mais relacionada com o consumo local urbano, do que para exportação. De referir que as plantas de Estácio da Veiga não são muito claras relativamente às estruturas de cetárias existentes na Quinta das Antas, dificultando a sua caracterização. Esta realidade pode, no entanto, alterar-se com a descoberta de novas unidades de transformação de recursos marinhos.

O estudo do espólio, quer o que foi agora realizado, quer o da publicação anterior (Nolen, 1994; Fabião, 1994a), comprova, portanto, que os sectores da cidade mais ribeirinhos (escavados em 1977) e a necrópole norte (escavada no séc. XIX) começaram a ser ocupados/utilizados na primeira metade do séc. I d.C. É possível que a área de balneário tenha tido a mesma evolução, mas este aspecto não se pode comprovar, pois é impossível identificar entre o espólio de Torre de Ares, depositado no MNA, quais os materiais associáveis às construções identificadas no séc. XIX por Estácio da Veiga, uma vez que, na sua maioria, parecem ter origem na necrópole.

A maior parte dos dados disponíveis aponta para que tenha sido durante os primeiros séculos do período imperial que a cidade mais se desenvolveu e em que a actividade comercial foi mais intensa. A elevada quantidade de cerâmicas finas (*terra sigillata* sudgálica, hispânica de Peñaflor, Andújar e Tricio e clara A) constitui um forte indício do poder aquisitivo de Balsa. Efectivamente, a partir da segunda metade do séc. I, e mais concretamente a partir de finais desta centúria, assiste-se a um incremento das importações. Neste contexto, é particularmente relevante observar o comportamento do padrão de importação da *terra sigillata* sudgálica. Os dados do estudo das formas lisas e decoradas permitiu apontar o período Flávio como o momento em que se registou um maior consumo deste tipo de cerâmica. Parece-nos possível associar este fenómeno à promoção jurídica de Balsa, que terá adquirido o estatuto municipal apenas sob os Flávios. Observação idêntica foi feita por Bourgeois e Mayet para Belo, mas para o período Cláudio (1991, p. 392).

Segundo Plínio-o-Velho, a cidade de Mértola era município de direito latino e *Balsa* encontrava-se entre os *oppida stipendiaria*, não apontando o estatuto de Ossónoba (IV, 4, 117 e 118). É portanto possível que a cidade só tenha ascendido ao *ius Latii* com Vespasiano, quando este privilégio se estendeu a todas as cidades da Península Ibérica. A promoção de *Balsa* a *municipium* nesta época encontra igualmente justificação na epigrafia, com a inscrição que mostra que os cidadãos de *Balsa* estavam inscritos na tribo Quirina como J. d'Encarnação defendeu (IRCP 79, e p. 791). Portanto, a presença de outra inscrição em honra de Tito Rutílio Tusciliano, que se encontrava inscrito na tribo Galéria, foi considerada como tratando-se de um ossonobense homenagem em *Balsa* (IRCP 80).

As instituições municipais encontram-se documentadas na epigrafia, conhecendo-se três magistrados em *Balsa*, representando o sexvirato, o duunvirato, assinalando-se também um *dispensator*. Envolvidos em actos de evergetismo, como a construção do circo e de outros monumentos da cidade que desconhecemos, estes documentos, do séc. II, testemunham a existência de uma elite que ascendeu aos cargos públicos e foi responsável pela construção ou restauro de edifícios públicos.

A epigrafia mostra, igualmente, que estão presentes diversos elementos de famílias importantes que se relacionavam entre si através de alianças ou de verdadeiras relações de clientela, como fica evidenciado pela utilização do termo *amici* na homenagem que um conjunto de balsenses fizeram a Tito Rutílio Tusciliano (IRCP 80). Os antropónimos gregos são frequentes no território algarvio e encontram-se também entre a população de *Balsa*, no que poderá constituir um bom indicador da existência de um amplo conjunto de libertos. As relações entre as elites de *Olisipo* e *Balsa* foram destacadas por M. A. Dias (Dias, 1988/89, p. 241-262), sendo naturalmente também frequentes as ligações entre as *gens* de *Ossonoba* e *Balsa* como a própria onomástica indica. Na lista de libertos que prestaram uma homenagem em Faro, cujo paradeiro actual se desconhece (IRCP 10), assinalam-se vários elementos da *gens* Licinia, sendo um dos ofertantes de cem pés do pódio do circo de *Balsa*, L. Licinius Badius (IRCP 77), dessa mesma *gens*. Na mesma linha de raciocínio, também se verifica a presença de Publicius, na inscrição de Faro e em *Balsa* (IRCP 80).

A constante migração destas populações encontra um bom testemunho na inscrição funerária, datada já do séc. III, encontrada em Baleisão (Beja) (IRCP 294). Segundo J. d'Encarnação, Saturninus seria um indivíduo importante, originário de Nabeul (Tunísia), que depois de ter estado em *Balsa* se deslocou até *Pax Iulia*, tendo ficado conhecido através de uma ara em honra da sua filha (Encarnação, 2000, p. 1291-1293). Como se verá adiante, as ligações da cidade com o Norte de África, concretamente de âmbito comercial, são muito frequentes desde os finais do séc. I/inícios do séc. II, intensificando-se nas centúrias seguintes.

Apesar de não existirem epígrafes que testemunhem, directamente, a presença do culto imperial, ao contrário do que sucede em Faro, onde estão documentados, por diversas vezes, flâmines do culto imperial, existe prova da sua existência em *Balsa*. Segundo R. Étienne, deve ver-se na inscrição dedicada à deusa Fortuna, onde se regista o epíteto Augusta, em que Ânio Primitivo celebrou o sexvirato, um testemunho do culto imperial. Assim, o investigador francês atribuiu a esta personagem o cargo de *serviri augustales*, constituindo uma prova inequívoca da vitalidade do culto imperial na *Balsa* da segunda metade do séc. II/séc. III (Étienne, 1990b, p. 225). Para J. d'Encarnação, a escolha desta divindade poderia relacionar-se com o facto de se tratar de um liberto que obteve o sexvirato, enriquecido através da sua actividade económica. A epígrafe traduz ainda, pelos conhecimentos que revela da língua latina do encomendante ou do lapidicista, a ligação com a Península Itálica (IRCP, p. 126).

Muito possivelmente, foi só a partir da promoção municipal, com os Flávios, que a cidade se começou realmente a desenvolver. Recorde-se que nesta fase, e tal como sucedeu em Faro, a cidade começou a abastecer-se de cerâmicas finas em diferentes mercados. Um destes mercados foi o sul da Gália, de onde é originária abundante *terra sigillata*, oriunda, concretamente, de La

Graufesenque, de onde foi expedida através do porto de Narbonne. Não é só a percentagem de *sigillata* sudgálica que é especialmente expressiva. A quantidade de *sigillata* sudgálica decorada é igualmente um dado que importa destacar, e que, sendo relativamente comum nas cidades algarvias, tem aqui um bom exemplo. A cerâmica comum oriunda da Gália foi igualmente importada, como se depreende pela presença dos chamados “bouilloise” (fervedores) produzidos com pastas caulínicas.

Além da Gália, nos finais do séc. I e inícios do séc. II, *Balsa* abastecia-se igualmente de *sigillata* nos centros produtores da própria hispânia: em Peñaflor e Andújar, no vale do Guadalquivir (na vizinha Bética), e em Tricio, no vale do Ebro. A cerâmica comum de pasta clara, que se atribui habitualmente à Bética, foi também importada em quantidades muito significativas, apesar de se registar, também, a presença de fabricos de âmbito local/regional. Estas cerâmicas comuns locais/regionais, que correspondem a produções que utilizaram argilas alaranjadas e que podem apresentar também pastas cinzentas quando cozidas em atmosfera redutora, são mais difíceis de datar com precisão, daí não se poder saber, em concreto, o seu peso face aos restantes fabricos. No entanto, o inventário geral que realizámos coloca-as, no cômputo geral, em percentagens muito significativas, face aos produtos béticos e norte africanos.

Ainda nas décadas finais do séc. II, a cidade de *Balsa* começa a receber cerâmicas dos centros produtores da actual Tunísia, como a *sigillata* clara A, e, muito possivelmente também, a cerâmica de cozinha africana, fenómeno que se encontra igualmente documentado na cidade de Faro.

Quanto aos produtos alimentares transportados em ânforas, assiste-se à presença de um conjunto de produtos que foram amplamente exportados a partir da vizinha Bética, entre os quais de destacam os preparados piscícolas, transportados, sobretudo, em ânforas do tipo Beltrán IIB, mas também em Beltrán IIA, Dressel 14 e Dressel 7/11. De acordo com o fabrico destas ânforas, verifica-se que a área de abastecimento destes materiais foi, sobretudo, a região gaditana. Refira-se que, ao contrário do que sucede em Faro, onde a Dressel 7/11 está mais bem representada que a Beltrán IIB, em *Balsa* verifica-se exactamente o contrário: o tipo Beltrán IIB, por ser relativamente mais tardio que o Dressel 7/11, é maioritário. Outro fenómeno que distingue as duas cidades prende-se com a peso das ânforas de produção local/regional. Efectivamente, em Faro as produções lusitanas encontravam-se totalmente ausentes durante o Alto Império, mas em *Balsa* estão representadas, ainda que por escassos exemplares. Este fenómeno, de uma tão expressiva importação de produtos do mar, coloca diversas questões que se prendem com a existência, na própria cidade de *Balsa*, de estruturas de produção de preparados piscícolas. Como já se referiu, além do conjunto de cetárias escavado nos anos 70, os tanques de salga foram igualmente referenciados junto à Ribeira das Antas, na Quinta com o mesmo nome, por Estácio da Veiga, no que corresponde ainda ao perímetro da cidade romana. Além destas estruturas, no interior da cidade de *Balsa*, nas suas proximidades, quer a ocidente, na Quinta de Marim e em Olhão, quer mais para este, na Quinta do Muro, estão identificadas estruturas de produção com cetárias. Por outro lado, os fabricos das ânforas Dressel 14 lusitanas presentes em *Balsa* remetem, apesar das dificuldades na sua classificação, para a existência de preparados piscícolas provenientes do que reconhecemos como as produções de âmbito local do sul da Lusitânia, mas também do Vale do Tejo e do Sado.

A diversidade da origem do vinho e de produtos relacionados com a uva, como o *defrutum*, constitui uma originalidade de *Balsa*. O vale do Guadalquivir foi responsável pela maior parte deste abastecimento, com as ânforas Haltern 70 que transportaram *defrutum*, mas a diversidade de origens dos produtos vínicos presentes na cidade é assinalável. Constata-se a presença de ânforas que transportaram vinho da Península itálica (Dressel 2-4), da Bética (Dressel 28), da Gália (Gauloise 4) e ainda do Mediterrâneo Oriental (Agora M54) (Fabião, 1994a). Trata-se, muito provavelmente, de uma importação que se justifica no quadro de um consumo sumptuário, próprio das elites urbanas.

Os produtos oleícolas, originários do vale do Guadalquivir, encontram-se representados pelas ânforas Dressel 20, embora tenham, nesta cidade, um peso relativo menor, do que o que tiveram em Faro. Os dados disponíveis apontam para uma importação que se iniciou nas fases mais antigas da ocupação e desenvolvimento da cidade, em época de Augusto e Tibério. Posteriormente, o abastecimento de azeite teve um novo impulso nos finais do séc. I e nas primeiras décadas do século seguinte, prosseguindo, ainda que com um volume menor, durante o Baixo Império.

Sendo altamente provável que estes produtos, o vinho e o azeite, tenham sido produzidos local ou regionalmente em estabelecimentos rurais, como as *villae*, a sua presença demonstra a elevada capacidade económica e o gosto, dada a sua elevada qualidade.

Quanto aos preparados piscícolas, pode argumentar-se que, dada a diversidade de preparados que existia, podem ter sido importados para Balsa os “molhos” que não foram produzidos na costa algarvia. Naturalmente, também a presença de todos estes produtos deve ser entendida à luz da proximidade geográfica e da localização privilegiada que o porto de Balsa ocupava, não se afastando, neste aspecto, da situação que a cidade de Faro também desfrutou. Beneficiaram do escoamento que se fazia a partir de Cádiz para abastecimento das restantes cidades peninsulares da fachada Atlântica (*Salacia*, *Olisipo* e *Bracara Augusta*, para mencionar apenas algumas das mais importantes), por um lado, e para a *Britannia*, fenómeno mais acentuado, sobretudo a partir do reinado de Cláudio, por outro (Fabião, 1993-1994).

Como já se referiu, o circo de Balsa foi objecto de construção ou remodelação nos finais do séc. II, inícios do séc. III, quando Gaio Licínio Bádio ofereceu cem pés do *podium* (IRCP 77). As inscrições funerárias, datadas dos finais do séc. II e inícios do séc. III, são relativamente frequentes, mas as que foram atribuídas ao séc. III são mais raras. Efectivamente, de um modo geral, não são muito abundantes, as epígrafes datadas do séc. III, em Balsa. Num dos casos, destaca-se a inscrição que Ânio Primitivo consagrou à Fortuna Augusta, por ocasião da sua ascensão ao sexvirato (IRCP 73). Se aceitarmos a interpretação de R. Étienne, esta epígrafe mostra que, no séc. III, as funções urbanas relacionadas com o culto imperial ainda estão activas. O facto de oferecer um combate de barcas e de pugilistas mostra que o circo estava a ser utilizado neste período. Assim sendo, parece poder afirmar-se que existem, ainda no séc. III, sinais que demonstram alguma vitalidade das instituições municipais balsenses.

Contudo, a ausência de um conjunto epigráfico de carácter oficial, como o que se encontra em Faro para datas já avançadas do séc. III, constitui um importante elemento de divergência da evolução das duas cidades no Baixo Império. No entanto, esta divergência, que culminará com o abandono de Balsa, não foi um fenómeno linear progressivo e merece ser analisado nas suas diversas vertentes, que procuraremos fazer apesar dos escassos dados disponíveis.

Não é muito clara a evolução dos edifícios conhecidos em Balsa, mas os dados disponíveis apontam para que o abandono da unidade de produção de preparados piscícolas tenha ocorrido no Baixo Império, possivelmente no séc. VI. Por outro lado, a análise da distribuição da *terra sigillata* recuperada nos diferentes sectores de escavação mostrou uma elevada percentagem de *sigillata* clara D, neste sector, cuja importação se centra nos sécs. IV e V, aspecto que julgamos documentar a intensa actividade neste período. De assinalar, igualmente, que quase metade das ânforas estudadas (47%) são provenientes desta área das cetárias, o que não constitui surpresa.

Pelo contrário, o conjunto de estruturas que se identificou como possível área habitacional teve, aparentemente, a julgar pela maior percentagem de *terra sigillata* do Alto Império, uma ocupação mais intensa nos dois primeiros séculos da nossa Era. Esta percentagem obteve-se pela soma da *terra sigillata* de tipo itálico, sudgálica, hispânica e mesmo clara A. Por outro lado, verifica-se que 50% da *terra sigillata* estudada é originária deste sector. Deve, no entanto, referir-se que a dificuldade de interpretação da estratigrafia, aspecto a que já aludimos *supra*, obriga a encarar estas dados com alguma reserva.



Apesar das dificuldades em relacionar determinadas estruturas arqueológicas com a ocupação baixo imperial da cidade, a continuidade de importação de cerâmicas finas de mesa (*sigillata* tardia norte africana, da Gália e do Mediterrâneo oriental), assim como de produtos alimentares transportados em ânforas, constitui um dado inquestionável, que proporciona um conjunto de informação relevante sobre a vida da cidade e das suas populações durante o Baixo Império.

Graças ao avanço dos estudos tipológicos, foi possível, nomeadamente devido aos trabalhos recentes desenvolvidos por M. Bonifay na actual Tunísia e ao facto de se ter podido dispor de um lote significativo de *sigillata* clara D, propor uma cronologia ligeiramente mais avançada para o *terminus* da ocupação da *Balsa*, que situamos nos finais do séc. VI/inícios da centúria seguinte. Esta proposta apoia-se nas formas mais tardias de *sigillata* clara D encontradas em *Balsa* (tipos Hayes 105 e 109), cuja cronologia remete para as datas referidas (Viegas, 2006a, p. 93).

A importação de *sigillata* clara C, apesar de ser menos frequente que a clara A ou D, demonstra a continuidade do consumo deste tipo de produtos norte africanos, oriundos especificamente da Bizacena, durante o séc. III e IV. É interessante analisar o padrão de importação da *sigillata* clara D em *Balsa*. Assiste-se, efectivamente, a um aumento do peso das importações do norte do território actualmente tunisino a partir de meados do séc. IV até meados do século seguinte, no que constitui o quadro típico das importações da *sigillata* clara D, igualmente registado em Faro. Porém, ficou evidenciado um novo pico nas importações, situado nos inícios do séc. VI até às primeiras décadas do séc. VII, assinalado pela presença invulgar, pelo elevado número de exemplares, da forma Hayes 99. Associamos este fenómeno à retoma da actividade que se observa nos centros produtores norte africanos, concretamente nas oficinas do Oued Miliane (Oudhna), que Bonifay tem vindo a defender para este período (Bonifay, 2003, p. 123-124). Apesar deste “pico”, o volume de importações nesta segunda fase não vai atingir os valores de épocas anteriores, sendo a tendência geral um decréscimo gradual das importações.

Apesar de os produtos norte africanos dominarem o mercado, assinala-se ainda, nesta época, a importação de *sigillata* Luzente, originária da Gália e sucessora das produções de *sigillata* sudgálica alto imperial. Além das formas mais típicas de pratos, registou-se igualmente alguns exemplares de formas fechadas. Trata-se, de um modo geral, de peças que possuem uma datação entre os meados do séc. III e o séc. V, altura em que estas oficinas mais se desenvolveram. De cronologia ligeiramente mais tardia, encontra-se igualmente representada, ainda que por escassos fragmentos, a DSP (derivada da *sigillata* paleocristã), das formas Rigoir 1a, 3a e 16, com a característica decoração estampada, datadas do séc. IV a V ou mesmo VI. O consumo de produtos originários do mediterrâneo oriental, que em *Balsa* já se tinha assinalado no Alto Império com a presença de uma rara ânfora do tipo Agora M54, adquiriu outras características nesta fase, com a presença de *sigillata* foceense tardia (sobretudo da forma Hayes 3), fenómeno que é relativamente comum nos sítios com ocupação tardia.

O consumo de produtos alimentares transportados em ânforas adquiriu nova expressão e características durante o período baixo imperial, reflectindo alterações nas relações económicas do sul da Lusitânia com as restantes províncias vizinhas, como a Bética, ou mais longínquas, como a *Tripolitania* e *Africa Proconsularis*. Estas modificações de consumo são demonstrativas de um novo paradigma de interdependência entre as diferentes províncias do Império.

Os produtos piscícolas não só mantiveram o seu peso, reforçaram a sua presença. A Bética manteve uma posição dominante no abastecimento deste tipo de produtos, sendo responsável por 43.7% das ânforas que transportaram *garum* ou seus derivados. Ainda com uma origem bética, mais especificamente no vale do Guadalquivir, assistiu-se à continuidade de importação do azeite do Guadalquivir, embora em quantidades significativamente menores.

Apesar do peso dos alimentos oriundos da vizinha Bética, os produtos de origem local/regional, lusitanos, assumiram um valor bastante mais significativo neste momento, através da presença expressiva de ânforas, sobretudo do tipo Almagro 51C, estando também presentes ou-



tros contentores típicos deste período, como as ânforas da forma Almagro 50 e 51 A-B. Trata-se de um conjunto de formas relacionadas com o transporte de preparados piscícolas. Apesar das dúvidas que se mantêm relativamente a um lote de 14 exemplares de ânforas Almagro 51C, que não se pode assegurar serem provenientes de *Balsa* (Fabião, 1994a, p. 34), recordamos que, na análise da distribuição das ânforas nos três sectores da escavação de 1977, se verificou que quase 60% das ânforas tiveram como proveniência a unidade de produção de preparados piscícolas (sector 2). Além disso, entre os tipos pertencentes ao Baixo Império, existe quase um equilíbrio entre formas béticas gaditanas (Almagro 50/Keay XVI e Almagro 51AB/Keay XIX) e as lusitanas Almagro 51C e Almagro 51AB, aspecto que é significativo e que mostra que, apesar da Bética manter uma importante posição neste mercado, os produtos lusitanos conseguiram impor-se.

O conhecimento que temos hoje sobre a produção de ânforas lusitanas no território actualmente português, quer nos vales do Tejo e Sado quer na costa algarvia, permitiu apontar a origem provável de parte dos exemplares recuperados em *Balsa*. No entanto, trata-se de suposições que deverão ser confirmadas posteriormente, com análises mais detalhadas aos fabricos, quer através de estudos petrográficos dos exemplares recolhidos (que apenas realizámos de forma preliminar e macroscópica), quer, eventualmente, através de análises químicas para uma melhor caracterização e tentativa de determinação da sua origem.

Assim, entre as produções lusitanas que, como já se referiu, registaram um incremento significativo neste período, assinalam-se formas que podem ter sido produzidas localmente, nos fornos da Quinta do Lago (Loulé) ou do Martinhal (Sagres), como sucede com os exemplares do tipo Almagro 50. Quanto ao tipo Almagro 51 A-B, registam-se exemplares que pela sua morfologia se associaram à produção do Martinhal (Sagres) e outros que se assemelhavam às produções de S. João da Venda (Loulé), centro produtor cuja principal produção foi exactamente este tipo. Contudo, existe uma peça desta forma que apresenta uma certa familiaridade com a produção dos fornos do Pinheiro, no vale do Sado.

Quanto às ânforas Almagro 51c, (excluindo os exemplares cuja proveniência de *Balsa* permanece duvidosa), constata-se que alguns exemplares possuem paralelo nas ânforas produzidas na Quinta do Lago (Loulé).

Um dos aspectos que observamos em *Balsa*, e igualmente em Faro, prende-se com o peso que adquiriram os produtos alimentares norte africanos. Tudo aponta para que as ânforas tardias, originárias da actual Tunísia e recuperadas em *Balsa*, possam ter transportado igualmente preparados piscícolas, mas um conteúdo oleícola deve ser igualmente equacionado. As ânforas com esta origem, relativamente raras noutros contextos do ocidente peninsular, são bastante mais frequentes nas cidades algarvias, como pudemos constatar igualmente em Faro. Em *Balsa*, dominam as variantes do Tipo Africana II (A, C e D), que, como se referiu, podem ter transportado preparados piscícolas ou azeite, encontrando-se igualmente exemplares do tipo Africana III (ou Keay XXV.1), cujo conteúdo poderá ter sido vinho. Ainda que sujeito a confirmação através de análises petrográficas suplementares, o estudo dos fabricos das ânforas africanas permitiu verificar que a maior parte das importações é originária de Sidi Zahuri e/ou das oficinas da região de Nabeul (*Neapolis*), no norte da Tunísia. No entanto, identificaram-se também exemplares provenientes das oficinas de Salakta e, em menor número, de *Leptiminus* e *Majoura*.

Apesar da presença de importações norte africanas, como a *sigillata* clara D, datada do séc. VI e mesmo dos inícios do século seguinte, o abastecimento de produtos alimentares parece ter cessado no séc. V, não estando presentes os restantes contentores africanos, frequentes nos contextos mais tardios da bacia do Mediterrâneo. Este fenómeno reproduz-se no que diz respeito igualmente às ânforas béticas, assistindo-se a uma maior percentagem de importações datáveis de um período que se situa entre o séc. III e o V, sendo relativamente raras as ânforas de cronologia posterior. Deve mencionar-se, a este propósito, que são menos conhecidas as produções tar-

dias da Bética, o que deve ser igualmente tido em consideração neste contexto. Até ao momento, não se registaram também, em *Balsa*, importações oriundas do Mediterrâneo oriental.

As importações africanas estão ainda presentes com quantidades consideráveis de cerâmica de cozinha africana, muito possivelmente logo a partir do séc. II, e em diante, até ao séc. V.

Como ficou claro, os dados apontam para a continuidade das importações, quer dos produtos manufacturados, como a *sigillata* clara C e D, Luzente, DSP (derivada da *sigillata* paleocristã) e foceense tardia e de cerâmica de cozinha africana, quer das ânforas que transportaram produtos alimentares para a cidade de *Balsa*, ainda com alguma intensidade até pelo menos ao séc. V, altura em que se verifica um decréscimo acentuado destas importações.

A discussão acerca das causas do abandono da cidade deve considerar diversos factores, entre os quais ganham algum peso os fenómenos relacionados com as modificações da linha de costa. Infelizmente, carecemos de estudos geomorfológicos, especificamente, realizados sobre esta área da costa algarvia, que ajudem compreender estes fenómenos, para assim tentarmos saber que implicações podem ter tido no povoamento.

Desconhecemos de que forma a cidade se defendeu dos eventuais ataques mauros de 171-173, que, segundo S. Keay (1988, p. 173), afectaram a Bética, sobretudo a região do vale do Guadalquivir. A homenagem dos munícipes de Mértola ao Imperador Marco Aurélio poderá constituir, como defende J. d'Encarnação, uma expressão da gradidão pela intervenção do poder central na sequência desses mesmos ataques (1984, p. 754-755). Neste caso, a ausência de um sistema defensivo poderá igualmente ter constituído um aspecto relevante no acentuar da decadência do núcleo urbano.

Fenómenos naturais, como o abalo sísmico que afectou *Baelo Claudia* no séc. III (Sillières, 1995, p. 59), poderá ter tido consequências em outras áreas do Sul da Hispânia, embora se deva referir que não existem, até ao momento, evidências arqueológicas do referido terramoto, assim como do consequente tsunami que teria provocado.

Ainda no séc. III, não é possível avaliar a consequência da passagem de Francos e Alamanos para o Norte de África, ganhando peso, no entanto, no entender de V. Mantas, os ataques suevos do séc. V, que terão sido factor decisivo no abandono da cidade que estava impossibilitada de se defender devido à inexistência de dispositivos defensivos (Mantas, 1990, p. 199). Sabemos, actualmente, que a cidade ainda se manteve até pelo menos ao final do séc. VI, ou mesmo inícios do séc. VII, altura em deixamos de dispor de informação acerca das importações de *sigillata* clara D.

Um aspecto que não pode ser ignorado neste contexto prende-se com a perda clara de domínio da cidade de *Balsa*, a favor de *Ossonoba*, no que se refere às primeiras manifestações do Cristianismo, uma vez que esta última cidade é sede de bispado e o seu bispo Vicente está presente na reunião conciliar, nos inícios do séc. IV. Assim, nesta fase, a cidade de *Balsa* estaria sob jurisdição de Faro, o que significa que teria perdido parte importante das suas funções.

O estudo do povoamento rural no território de *Balsa*, durante o Baixo Império, pode fornecer igualmente algumas pistas para a compreensão da evolução da cidade neste período. Cidades como *Balsa* e *Ossonoba* promoveram activa e intensamente o povoamento do seu *ager*. Testemunho disso são as inúmeras explorações agro-pecuárias, como as *villae*, que existem nesta área do território algarvio e que podem ter tido uma componente relacionada com a exploração dos recursos marinhos. Infelizmente, não existe, no território de *Balsa*, nenhuma *villa* suficientemente escavada. Os dados disponíveis referem-se a intervenções pontuais, desconhecendo-se se se trata de *pars urbana* ou rústica. Não se pode ignorar a abundante epigrafia que se pode relacionar com as necrópoles de alguns destes estabelecimentos.







Por outro lado, as informações, ainda que escassas, de algumas destas *villae*, como Pedras d'el Rei, apontam para uma intensa ocupação durante o Baixo Império, atendendo à distribuição de um conjunto de *terra sigillata* recuperado nos anos 70 do séc. XX (Viegas e Dinis, 2010). A construção ou remodelação de áreas habitacionais pode ter sido uma realidade no séc. III/IV, como o poderiam testemunhar os fragmentos de mosaico pertencentes a um pavimento, possivelmente de um *triclinium* (Oliveira e Viegas, no prelo). Este dado, associado à ausência de remodelações ou construções nos equipamentos públicos da cidade em pleno séc. III, poderá ser mais uma prova do fenómeno de alteração da orientação das elites locais, que preferiam, nesta fase, associar-se a construções no âmbito privado, na *pars urbana* das suas *villae*. Poderá correr-se aqui o risco de generalização, uma vez que este processo é relativamente comum em outras regiões da Península Ibérica, sendo necessário, para a região balsaense, uma comprovação através de um maior conjunto de dados.



### 2.2.3. Baesuri

#### 2.2.3.1. Trabalhos arqueológicos em Castro Marim: breve sinopse

##### André de Resende e o “*De anquitatibus Lusitaniae*”

Castro Marim encontra-se mencionada na obra de André de Resende, no “*De anquitatibus Lusitaniae*”. Ao contrário do que sucede com os sítios de Ossonoba e Balsa, que foram referidos no Livro Quarto quando se assinalaram as povoações do Algarve da Lusitânia, Castro Marim surge no contexto das referências aos Montes da Lusitânia e às vias. Assim, o autor do séc. XVI indicou que “*Monchique, que começa a partir do ópido de Castro Marim e da foz do Guadiana, é como que um apêndice dos Montes Marianos, corta o Algarve e depois de dar origem a alguns rios que se vão esconder no mar próximo, vem morrer perto de Aljezur, com o rio do mesmo nome, no litoral oceânico ocidental.*” (Resende, [1593] 1996, p. 98).

Posteriormente, ao indicar as vias militares com base no Itinerário de Antonino, refere que “*O Itinerário de Antonino apresenta muito alterado o caminho que vai de Castro Marim a Beja e, embora eu tenha tentado compreendê-lo de cinco ou seis maneiras, quase nada consegui no meio de tanta deturpação*” (Resende, [1593] 1996, p. 176). Assinala igualmente a outra via que partiria “*(...) de Castro Marim a Beja por atalho*” (Resende, [1593] 1996, p. 177). Apesar destas observações coloca Esuri em Xerez de Caballeros, (Arruda, 1997), aspecto que “*carece de qualquer fundamento*” (Guerra, 1998, p. 325).

##### A presença de Estácio da Veiga em Castro Marim

A identificação de Castro Marim com a Esuri do Itinerário de Antonino não constitui uma realidade à época em que Estácio da Veiga iniciou os seus trabalhos arqueológicos no Algarve. Logo em 1866, na sua obra “*Os Povos Balsenses*”, quando mencionou as distâncias do Itinerário de Antonino para justificar a localização de Balsa, atribuiu o sítio de Esuri a Ayamonte, sendo Ossonoba situada nas ruínas de Milreu (Estói).

Posteriormente, E. Hübner que se deslocara a Portugal para recolher epígrafes, referiu o sítio nas “*Notícias Arqueológicas de Portugal*”, editadas em 1871, quando mencionou a dificuldade em definir os traçados das vias antigas: “*Acresce a isto, que a estrada de Esuris para Pax Iulia é das mais obscuramente indicadas no Itinerario. Esuris, ponto de partida, é quasi desconhecida. Tem ella sido situada junto a Ayamonte, em Hespanha, na foz do Anas (...)*”. “*Outros querem que lhe corresponda Castro Marim, povoação ainda em territorio portuguez e que defronta com Ayamonte. Se a cidade estava na foz do Anas, com razão occorre perguntar porque, na estrada para Merida, a distancia se computava designadamente ab ostio fluminis Anae e não a partir de Esuris ? Rezende lembrou-se de situar esta cidade junto a Jerez-de-los-Caballeros na Serra Morena*” (Hübner, 1871, p. 35).

A questão da grafia de Esuri ficou, no entanto, completamente resolvida logo nos finais do séc. XIX, no artigo em que R. Mowat mostrou a legenda da moeda onde lê *BAESVRI*, passando a ser esta a utilizada pela maioria da comunidade científica (Mowat, 1900, p. 17-24), mesmo se, até muito recentemente, ainda existiam alguns focos de resistência injustificáveis. Efectivamente, no exemplar comunicado à Sociedade dos antiquários de França, R. Mowat reconheceu vários

caracteres que completam a palavra BAESVRI, ao contrário dos exemplares anteriormente conhecidos, como por exemplo o recolhido por Estácio da Veiga onde se lia AESVRI, ou outra peça localizada em Madrid onde figurava ESVRI (Mowat, 1900, p. 18). Relacionou ainda este nome com a *Besuri* patente no Anónimo de Ravena, defendendo a sua proposta de leitura igualmente do ponto de vista filológico. Tal como refere A. Guerra, a investigação generalizou o nome *Baesuri*, mas trata-se de uma “forma que, na realidade, não se encontra atestada em nenhuma fonte” (Guerra, 1998, p. 325).

Tal como em quase todo o restante território algarvio, as primeiras referências a trabalhos arqueológicos realizados no Concelho de Castro Marim remetem para actividades de Estácio da Veiga desenvolvidas no âmbito da Carta Arqueológica do Algarve. Depois de Mértola e Alcoutim, a documentação existente no arquivo do MNA permite saber que dedicou os últimos dias do mês de Março e quase todo o mês de Abril de 1877 aos trabalhos que levou a efeito naquele concelho, concentrando-se sobretudo no sítio da Almada d'Ouro e na Fornalha (Documento nº 4. Arquivo do MNA, in Cardoso e Gradim, 2004, p. 76).

As restantes informações encontram-se publicadas nos volumes das Antiquidades Monumentais do Algarve. No 1º Volume dessa sua obra, existe referência a Castro Marim, concretamente a um dólmen anteriormente identificado, em 1870, por António Mendes, “explorador sisudo e atilado” da secção Geológica da Academia de Belas Artes (Veiga, [1886], 2005, p. 290-291). Estácio da Veiga indicou: “Percorri eu em 1877 os escampados que circundam o serro em que se vê erguido o antigo e já um tanto desfigurado castrum que deu nome á villa, ainda angulado no seu quadrilátero primitivo por quatro torres de base circular, (...) mas não encontrei vestígios apparentes de dolmens” (Veiga, [1886], 2005, p. 291), isto apesar de ter registado em toda a região machados e outros instrumentos de pedra. Estes obteve-os “no Sobral, em Alcarias, em S. Bartholomeu, na Espargosa, em Piza Barro, na Zambujeira, e até dentro da propria villa” (Veiga, [1886], 2005, p. 291). As suas referências prosseguem com a descrição do dólmen do Serro do Castelo (Almada do Ouro, na freguesia do Azinhal (Veiga, [1886], 2005, p. 292).

No volume II, continuou a descrição de outros machados de pedra procedentes de diversos pontos do Concelho de Castro Marim, como de Alcarias de S. Bartolomeu, do Sobral, de Piza Barro, de Espargosa e da vila de Castro Marim, propriamente dita (Veiga, [1887], 2005, p. 405-406, Est. XXV e XXVI) (**Figura 63**). Nesta ocasião refere ainda “Era precisamente das ameias e torres d’esse castrum, que projectava marcar os pontos de pesquisa para o descobrimento da séde da cidade que Antonino designou com o nome de Esuri” (Veiga, 1887, 2005, p. 407). Os vestígios que identificou em redor “daquelle ponto culminante” alimentaram este projecto que não chegou a ser concretizado por ter terminado o prazo para a conclusão da Carta Arqueológica que, como se sabe, se prolongou muito para além da data inicialmente prevista.



**Figura 63 – Machados de pedra polida provenientes de: 1-Alcarias de S. Bartolomeu; 2-Piza Barro; 3-Espargosa, (segundo Veiga, 1887, Est. XXV).**

Apesar do volume se dedicar aos “tempos prehistoricos”, não deixam de ser mencionados os “*famigerados celleiros mouriscos*”, dando conta da existência de “um d’esses subterraneos na chamada rampa da Cancellia do Castello, em frente da Porta do Ferregial” (Veiga, [1887], 2005, p. 408, Est. XXVIII)(Figura 64). No entanto, a sua exploração revelou não se tratar de um silo islâmico, pois encontrou ossos humanos e “um argollão de ferro” no seu interior, terra ainda intacta com fragmentos de vidros e de cerâmicas romanas e cerâmicas vidradas. Concluiu tratar-se de uma fossa que tinha sido parcialmente despejada em época moderna e “*Que uma pessoa de minguada estatura e adiantada em annos, (...) levando os braços enfiados por um argollão de ferro, fôra lançada de cabeça para baixo no subterraneo, onde, morta ou viva, ficou entulhada*” (Veiga, [1887], 2005, p. 410). Defendeu finalmente que esta estrutura devia ter origem pré-histórica, descrevendo ainda alguns machados de pedra polida.

Efectivamente, os sítios do Concelho de Castro Marim em que Estácio da Veiga mais se demorou correspondem à série de necrópoles proto históricas que identificou numa ampla área deste concelho e do de Vila Real de Santo António e que procurou documentar (Veiga, 1891, p. 109–130). Assim, no volume IV, foram caracterizadas algumas destas necrópoles, tendo levantado as suas plantas, como por exemplo de Córte do Guadiana, Serro dos Corveiros, Serro da Eira da Estrada e Serro do Castello (Veiga, [1891] 2005, Est. XIV e XVI) (Figura 65) e desenhado alguns dos materiais associados, como é o caso do espólio cerâmico recuperado nesses mesmos sítios (Veiga, [1891] 2005, Est. XV) (Figura 66).

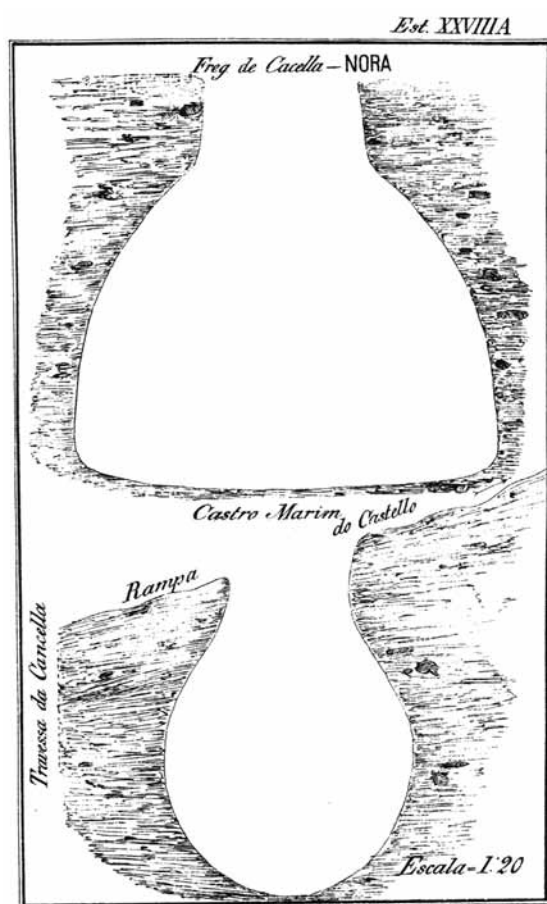


Figura 64 – Silo “explorado por Estácio da Veiga na rampa do Castelo de Castro Marim, frente à Porta do Ferragial (Veiga, 1887, p. 408, Est. XXVIII).

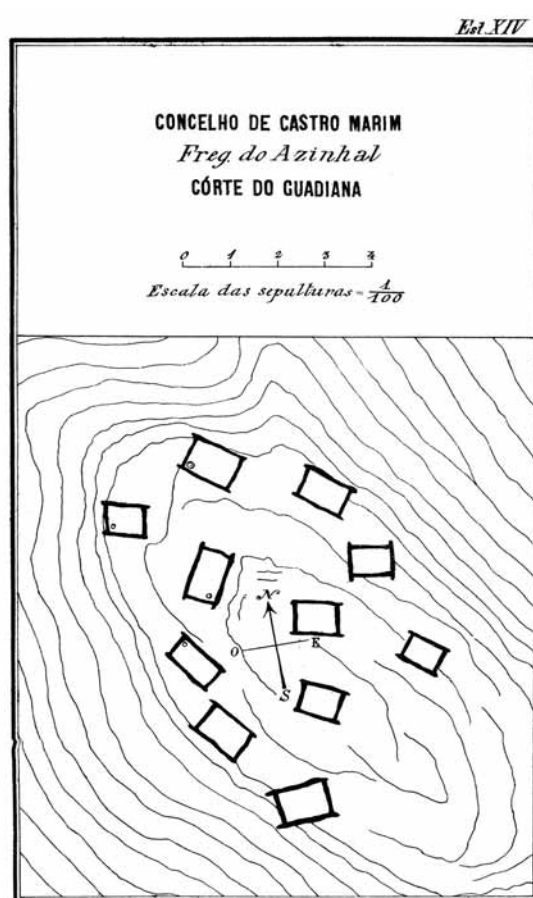


Figura 65 – Planta de localização de um conjunto de sepulturas em Córte do Guadiana (Veiga, 1891, Est. XIV).



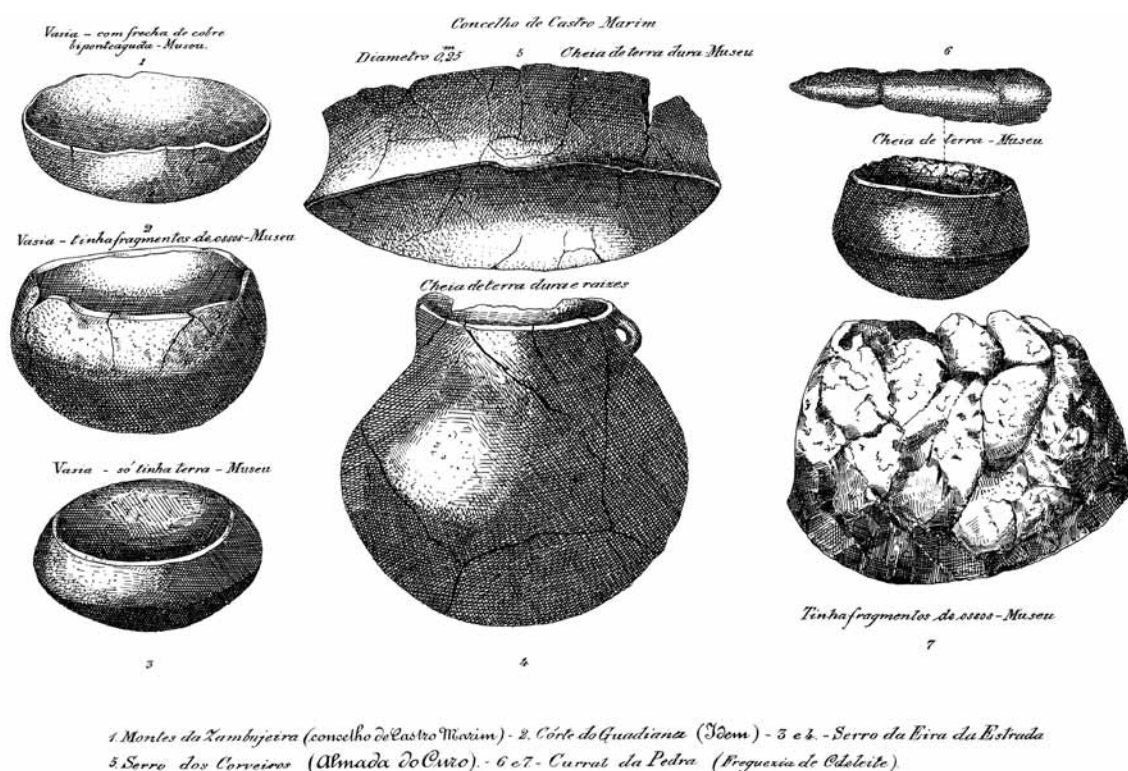


Figura 66 – Conjunto de cerâmicas pré-históricas recolhidas, por Estácio da Veiga, em diversos sítios do Concelho de Castro Marim (Veiga, [1891] 2005, Est. XV).

Como já se referiu, os dados recolhidos por Estácio da Veiga relativos aos tempos históricos, como o período romano, foram posteriormente publicados por M. L. E.V.A. dos Santos na sua obra “Arqueologia Romana do Algarve” (Santos 1971, 1972). Neste contexto, refere que na Carta Arqueológica do seu antepassado o sítio de Vale do Bôto se encontrava mencionado como “lugar onde apareceu um objecto isolado”, existindo notícias posteriores acerca de vestígios do período romano (Santos, 1972, p. 347). O sítio foi objecto de intervenção arqueológica no âmbito dos trabalhos da carta Arqueológica do Algarve (projecto CAALG), realizada pela equipa da Unidade de Arqueologia do Centro de História da Universidade de Lisboa, tendo-se identificado materiais romanos que não foi possível associar a nenhuma estrutura e vestígios de uma ocupação islâmica e de uma necrópole, igualmente do período islâmico (Gonçalves, Catarino e Arruda, 1980, p. 71-80; Catarino, Arruda e Gonçalves, 1981, p. 9-28; Catarino, 1997-1998, p. 246-249).

No sítio da Fornalha, Estácio da Veiga assinalou a existência de um “monumento epigráfico”, que a sua descendente não conseguiu, no entanto, localizar nas reservas do MNA (Santos, 1972, p. 350). Nas listagens relativas aos materiais recolhidos por Estácio da Veiga, refere-se a existência de uma taça de Sagunto (*terra sigillata*). Trata-se de um sítio que terá tido ocupação no período romano, e onde se assinalaram sepulturas do mesmo período, podendo ter tido ocupação igualmente em época islâmica (Catarino, 1997-1998, p. 235, nº 43).

As referências são igualmente reduzidas quando se registaram os vestígios romanos em Sobral, de que apenas se indica que “abundam alicerces de casas romanas e sepulturas de 2 tipos” (Santos, 1972, p. 350). Nos anos 80 do séc. XX, ainda eram visíveis vestígios à superfície, nomeadamente cinzas da área de necrópole (Gonçalves, Arruda e Calado, 1996, p. 161-180), sendo originários deste local os dois fragmentos de ara funerária existentes no Núcleo Museológico do Castelo de Castro Marim. Segundo H. Catarino, no sítio de Sobral de Baixo foram destruídos vestígios do que seria parte da via romana que chegava a *Baesuri* (Catarino, 1997-1998, p. 245).

A referida epígrafe, que se encontra assinalada no IRCP como proveniente de Olhos de Castro Marim, corresponde a uma inscrição funerária datada do séc. II, lavrada em calcário da região, onde se lê, além da consagração aos deuses Manes, o nome do defunto M. S. Euprepes (IRCP, 93) (**Figura 67**). A descoberta da parte inferior da inscrição (Marques, 1995, p. 184) (**Figura 68**) permitiu precisar a idade do defunto (43 anos) e verificar que ocorre igualmente a fórmula final H(ic) S(itus) E(st) S(it) T(ibi) T(erra) L(evis), aspecto que J. d'Encarnação já previra. O autor assinalou ainda a intencionalidade na omissão do gentílico por extenso, o que poderá apontar para o facto de se tratar de uma família bem conhecida na região. Este dado, a que se soma o *cognomen* Euprepes, de origem grega, e a omissão da filiação remetem para a possibilidade de se tratar de um liberto (IRCP, p. 153). Coloca-se ainda a hipótese de esta importante família ser a *gens Sulpicia*, eventualmente ligada à produção cerâmica, dada a proximidade do sítio onde se produziram ânforas (IRCP, p. 154).

Encontra-se igualmente no IRCP uma inscrição funerária com proveniência no concelho de Castro Marim, originária de “perto de Castro Marim” e hoje depositada no MNA (E-6549). Trata-se de uma placa de mármore branco, onde se refere o local da sepultura de Quíncia, filha de Palustre, sendo Víbio Próculos e a sua esposa ofertantes de uma estátua, a suas expensas (IRCP 92). Segundo J. d'Encarnação, esta inscrição, que deveria servir para ser colocada num pedestal de uma estátua ou de um monumento funerário, pode datar-se do séc. I devido à ausência do formulário S.T.T.L. e por não se encontrar a invocação aos deuses Manes (IRCP, p. 152).

No sítio da fazenda do Mau Dinheiro, não longe do Sobral, assinalou-se um cemitério de inumação (Santos, 1972, p. 348). Esta área foi posteriormente assinalada por Leite de Vasconcelos nas “Cousas Velhas” d'O Arqueólogo Português, em 1919, referindo-se na mesma ocasião a vestígios de *opus signinum*, além do que se considerou serem fornos de cal, no sítio de Silveira (Vasconcelos, 1919, p. 228; Santos, 1972, p. 347).

Outro local mencionado por M.L.A dos Santos, e identificado no séc. XIX por Estácio da Veiga, corresponde ao sítio de Alcária (e/ou Choças), na freguesia do Azinhal (Santos, 1972, p. 365). Apenas se referiu a tijolos e fragmentos de *terra sigillata*, muitos dos quais com marca de oleiro, indicando que “Há notícia do achado, em lavras, de muitas moedas, de cobre, que foram vendidas (Santos, 1972, p. 367 citando Cruz, OAP III, p. 182). H. Catarino referiu-se ao sítio como tendo sido um casal ou granja de época romana, onde recolheu materiais de construção, *terra sigillata*



Figura 67 – Inscrição funerária datada do séc. II, dedicada a Euprepes (Encarnação, 1982; IRCP 93).



Figura 68 – Inscrição a Euprepes com o fragmento inferior (Fotografia de Carlos Pereira).



hispânica e *sigillata* clara A e D, que posteriormente teve também ocupação islâmica (Catarino, 1997-1998, p. 210). Em Junho de 2001, o sítio foi objecto de intervenção arqueológica no quadro da avaliação patrimonial integrado num Estudo de Impacto Ambiental relacionado com um projecto de construção de uma barragem (Bernardes, 2005, p. 119-132).

Quando se procede à análise das listagens de material recolhido por Estácio da Veiga no quadro da sua actividade da Carta Arqueológica do Algarve (Veiga, 1877/19778a), verifica-se que a maior parte do espólio se refere aos sítios pré e proto-históricos. De época romana, assinalou-se como proveniente de Alcária, sítio das Choças: cerâmica de construção (*tegula* = "tijolo de bordos levantados"), gargalos de ânfora, peso de rede ou tear, vários fragmentos de louças de Sagunto com marca de fabrico (*terra sigillata*). Do interior do silo ("celeiro antigo"), identificado junto à porta do Castelo de Castro Marim, são originárias louças e vidros romanos. Do sítio de Mau Dinheiro existe referência a uma sepultura de época romana; de S. Bartolomeu, sítio da Fornalha, provem um vaso de *terra sigillata* retirado de uma sepultura; com proveniência igualmente de S. Bartolomeu, sítio de Olhos (?) refere-se uma sepultura de época romana. Do mesmo local, do sítio de Olhos, refere-se "telha com inscrição QVI LEGIT – em escavação. Uns 400m de S. Bartolomeu. Vide a planta; 97- *idem* – fragmento de louça romana; 98 – *idem* – frag de tijolo com meio fio e a marca. N.B. vai na colecção das louças marcadas". Assinalou-se ainda de S. Bartolomeu, Sobral, um fragmento de pavimento de *opus signinum* ("sólo romano com tijolo triturado") e uma mó, e do sítio de Olhos referiu um tijolo de quadrante. Por fim, foi mencionado um monumento epigráfico de Castro Marim, cujas características se desconhece.

Ainda no séc. XIX, o achado do período romano mais significativo teve lugar com a identificação do forno de ânforas romano, situado em Olhos S. Bartolomeu de Castro Marim, pelo fundador do Museu Nacional de Arqueologia, José Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1898, p. 329-336). Trata-se de um forno de planta circular, construído com *lateres*, que conservava ainda a área da fornalha e, sobre esta, a câmara de cozedura suportada por *suspensurae*. Além do forno, foi igualmente identificado um depósito de ânforas, não sendo claro se o conjunto da cerâmica de construção encontrada terá sido produzida, ou não, neste local (Figura 69). Quanto às ânforas, têm sido classificadas como uma variante tardia do tipo Dressel 14 (Maia, 1979, p. 141 – 151; Fabião, 2004a, p. 400-401). Além de uma produção no Alto império, aponta-se igualmente a possibilidade de este forno ter produzido, durante o período tardo romano, ânforas Almagro 51C (Alves, Diogo e Reiner, 1990, p. 193-198).

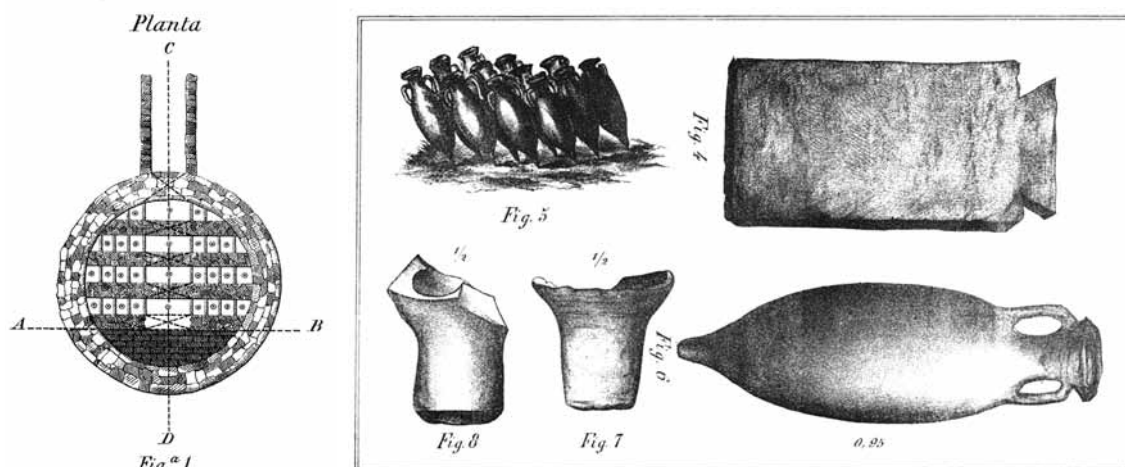


Figura 69 – Planta do forno de ânforas de Olhos S. Bartolomeu de Castro Marim, identificado por Leite de Vasconcelos, e materiais cerâmicos associados (Vasconcelos, 1898, Fig. 1 e 4-8).

M. L. A Santos afirmou que o local já se encontrava assinalado na carta Arqueológica do Algarve como “local onde apareceram objectos reunidos” (Santos, 1972, p. 351).

Entre os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no concelho de Castro Marim, deve dar-se o devido relevo às prospecções realizadas no âmbito da Carta Arqueológica do Algarve, levadas a efeito pela equipa da Unidade de Arqueologia do então Centro de História da Faculdade de Letras. Estes trabalhos, desenvolvidos desde 1976 sob direcção de V. S. Gonçalves, permitiram a identificação de numerosos sítios arqueológicos (Gonçalves, 1981, p. 177 – 181), que viriam a ser publicados já em 1996 (Gonçalves, Arruda e Calado, 1996). Este projecto funcionou como um verdadeiro “ninho” de projectos de investigação arqueológica pois esteve na génese de muito do que se veio a desenvolver relativamente à investigação arqueológica da região.

Entre os locais identificados no âmbito da Carta Arqueológica do Algarve, deve referir-se o sítio da Lezíria, onde se recolheu, em prospecção de superfície, um conjunto significativo de cerâmicas do período romano e medieval islâmico (Arruda e Dias, 1985, p. 111-124). Além das cerâmicas de época romana publicadas (*terra sigillata* de tipo itálico e sudgálica), o sítio ofereceu ainda fragmentos de cerâmica campaniense, paredes finas, cerâmica comum, ânforas, *sigillata* clara e alguns materiais do período islâmico.

Embora de âmbito cronológico diverso do que constitui o nosso objecto de estudo, deve referir-se igualmente o projecto de investigação “O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica – Povoamento rural e recintos fortificados”, sob direcção de H. Catarino, projecto que teve também na sua origem a cartografia arqueológica do Algarve da Unidade de Arqueologia do Centro de História da Universidade de Lisboa (Catarino, 1997-1998). Neste âmbito, foram realizadas inúmeras campanhas de prospecção, sobretudo nas áreas mais interiores do Concelho de Castro Marim, responsáveis pela identificação de diversos sítios arqueológicos (Catarino, 1997-1998, vol. 1, p. 209-253). De referir que muitos dos locais onde se registou ocupação durante o período islâmico possuem dados que apontam para uma continuidade de ocupação desde a época romana imperial ou tardo-romana.

Encontra-se nesta situação um conjunto significativo de sítios identificados como casal romano ou granja, e *villa*, que se caracterizam, de um modo geral, pela presença de materiais de construção à superfície (por vezes *tegulae*), cerâmica comum de cronologia antiga, *terra sigillata*, *sigillata* clara, entre outros (Catarino, 1997-1998). No Cerro do Castelo de Odeleite, registou-se igualmente ocupação do período tardo-romano e islâmico antigo, no que terá constituído um povoado de altura com recinto muralhado, existindo memória nas populações locais da existência de sepulturas de uma necrópole de inumação (Catarino, 1997-1998, p. 228-229).

Por fim, deve destacar-se, na década de 80 do séc. XX, o projecto de investigação dirigido por A. M. Arruda na área do castelo de Castro Marim. Os trabalhos arqueológicos iniciaram-se em 1983 e tinham como “objectivo fundamental estudar os contactos estabelecidos entre as populações que durante a Idade do Ferro habitaram os territórios do Centro/Sul de Portugal e as culturas do Oriente do Mediterrâneo” (Arruda, 1997, p. 21). No âmbito destes trabalhos, realizaram-se seis campanhas de escavações entre 1983 e 1988 e posteriormente, numa segunda fase, entre 2000 e 2003 outras quatro. Durante as intervenções, foram definidos quatro cortes ou sectores de escavação, em áreas distintas do interior da cerca muralhada, junto à fortificação medieval mais antiga dita Afonsina (Arruda, 2002, p. 37). De um modo geral, verificou-se que as ocupações medieval e moderna pouco afectaram a conservação dos níveis arqueológicos mais antigos, tendo-se documentado áreas onde se conservaram estruturas do período romano republicano e alto imperial, associadas a um abundante espólio arqueológico (Arruda, 2002, p. 38).

Dos resultados destas intervenções relativos ao período romano e dos dados estratigráficos conhecidos, daremos maior desenvolvimento *infra*.

Nos anos mais recentes, os trabalhos arqueológicos em Castro Marim têm-se desenvolvido como resposta a obras de recuperação de imóveis classificados, como sucedeu no caso do Forte de S. Sebastião. Os dados recolhidos em sondagens arqueológicas realizadas no âmbito destes trabalhos são ainda escassos, mas merecem ser referidos por serem bastante relevantes no contexto das fases iniciais da ocupação romana de Castro Marim. Assim, verifica-se que as sondagens realizadas no interior do Forte ofereceram materiais do período republicano (Arruda e Pereira, 2008).

Por outro lado, o abundante conjunto de dados recolhidos ao longo de anos nas diversas campanhas arqueológicas realizadas em Castro Marim tem vindo a ser objecto de estudo, não só o relativo às fases de ocupação mais recuadas, seja integrados em sínteses (Arruda, 1999-2000) seja sobre determinados conjuntos cerâmicos pré-romanos como a cerâmica ática (Arruda, 1997), cerâmica de Kuass (Sousa, 2005), a cerâmica de engobe vermelho (Freitas, 2005), a cerâmica manual (Oliveira, 2006) e as ânforas (Santos, 2009; Fernandes, 2009). Outros dados relativos ao urbanismo (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007), ou sobre a arqueofauna (Rosa, 2005) e os metais (Pereira, 2008), mas também os do período romano, como as ânforas de preparados piscícolas (Arruda *et al.*, 2006), e *terra sigillata* sudgálica (Viegas, 2003b), ou sobre outros aspectos da ocupação romana de Castro Marim (Viegas, 2006c). A cerâmica romana, concretamente a cerâmica campaniense, *terra sigillata* e ânforas formam parte integrante do estudo agora realizado.

#### 2.2.3.2. Contexto estratigráfico dos materiais do Castelo de Castro Marim

As escavações realizadas no Castelo de Castro Marim integraram o projecto de investigação dirigido desde 1983 por Ana Margarida Arruda. Realizaram-se até à actualidade oito campanhas de escavação, nos anos de 1983 a 1988 (Arruda, 2000, p. 4-16 e 4-17), e, posteriormente, nos anos de 2000 a 2003. Foram abertos quatro cortes ou sectores de escavação divididos em quadrados de 4m de lado, reservando-se banquetas a sul e a oeste (**Figura 70**). Nas campanhas mais recentes, optou-se pela metodologia de escavação de área aberta e seguiu-se a metodologia de Barker/Harris.

Os materiais do período romano republicano e alto imperial encontraram-se presentes em todas as áreas escavadas, embora estejam, em muitos dos casos, nos níveis mais recentes, de aterro, de época moderna ou em entulhamentos de época contemporânea.

Com uma ocupação que remonta à Idade do Bronze e apresentando inúmeras estruturas pertencentes à Idade do Ferro, nomeadamente, ao período orientalizante, de acordo com os dados dos materiais exumados na área do Castelo de Castro Marim, o sítio terá sido abandonado em época romana nos finais do séc. I ou inícios do séc. II, sendo posteriormente reocupado em período medieval.

Sintetizamos as principais características dos contextos arqueológicos do período romano que se encontravam preservados. Como base para esta síntese dispusemos, além das inúmeras publicações já concretizadas, assim como da totalidade do registo de campo realizado durante as campanhas de escavação e dos relatórios das intervenções (Arruda, 1983; 1984; 1985; 1986; 1987; 1988b; Arruda *et al.*, 2003).



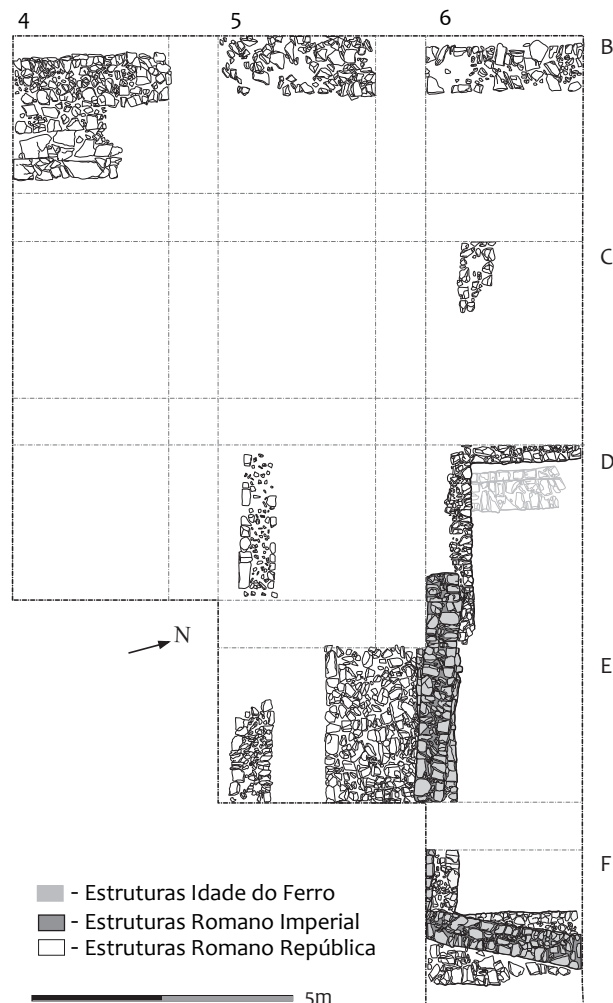
**Figura 70 – Planta do Castelo de Castro Marim com a localização dos cortes/sector escavados, segundo Arruda et al. (2006).**



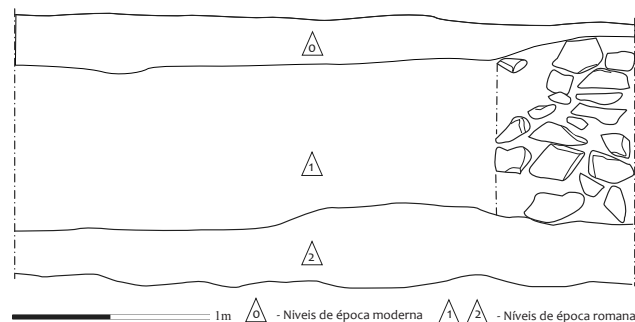
## O período romano tardo-republicano

Os materiais do período tardo-republicano distribuem-se por todas as áreas escavadas, mas é no corte 3 que encontram a sua máxima expressão. Efectivamente, neste corte foi possível identificar um conjunto de níveis arqueológicos particularmente bem conservados pertencente ao tardo-republicano. Trata-se de uma unidade estratigráfica formada pelas camadas 1, 2 e por vezes também 3, dos Quadrados B4, B5, B6, C4, C5, C6, D4 e D5 onde a cerâmica é muito abundante, correspondendo a um período que foi datado por A. M. Arruda, “da segunda metade do séc. I a.C., mais concretamente entre 50 e 30 a.C.” (Arruda, 1988a) (**Figura 71 e 72**).

Este nível arqueológico corresponde a uma grande concentração de cerâmicas que poderá interpretar-se como um depósito ou uma lixeira, não só pela grande concentração e elevada quantidade de materiais cerâmicos, abundante fauna mamalógica e malacológica, mas também por ser uma realidade que se formou num período relativamente curto e estende-se, nos limites que hoje conhecemos, por uma área de cerca de 96 m<sup>2</sup>.



**Figura 71 – Castelo de Castro Marim. Planta final do Corte 3, segundo Arruda (2000).**



**Figura 72 – Castelo de Castro Marim. Corte 3, Q C5, Corte banquete Este, segundo Arruda (1986).**



### O período imperial e posterior

Se para o período tardo republicano dispomos de dados estratigráficos seguros, com abundante material em associação contextual, para a época romana imperial os dados são bastante mais escassos. De uma maneira geral, estes níveis parecem ter sido os mais afectados pelas construções medievais e modernas existentes no Castelo de Castro Marim.

No **Corte 1**, no quadrado D2, o nível 3, que é constituído por terra avermelhada cortada por uma fossa moderna, encontrou-se espólio romano datado do séc. I d.C. Nesse mesmo corte, os quadrados E2 e F2 e a metade sul de E4, nível 3a, correspondem a terras argilosas compactas associadas a construções, que forneceram abundante material romano, como *terra sigillata*, vidros, cerâmica campaniense e ânforas. Em F1, a camada 3 de terras compactas, assim como as terras castanhas sob ela (camada 4a) pertence à época romana. Trata-se de níveis que foram escavados junto à muralha, no caso da camada 4a, tendo a camada 3, sido cortada por um enterramento medieval que se relaciona com a igreja existente na área.

No **Corte 2**, no quadrado A1, a camada 2 (**Figura 73 e 74**), que corresponde a uma terra argilosa castanha, ofereceu abundante cerâmica romana alto imperial, como *terra sigillata* de tipo itálico e sudgálica, lucernas, paredes finas, além de cerâmica comum. Um muro de época alto imperial foi igualmente identificado.

No **Corte 3**, onde se situa o nível preservado do período romano republicano, detectaram-se igualmente estruturas de época romana imperial, com níveis de ocupação associados, concretamente no Quadrado D 6, níveis 1, 1a, 1b e 2 (**Figura 71**). No nível 1, registou-se cerâmica de paredes finas republicanas, ânforas da classe 67, 32, Dressel 1, além de cerâmica comum (opérculos, taças, etc.). No quadrado E6, a camada 1 era formada por terras de cor castanha, compactas, que foram cortadas por uma fossa medieval e forneceram abundante material de época romana imperial, como *terra sigillata* de tipo itálico, cerâmica de paredes finas, ânforas e cerâmica romana. Sob este nível, outra camada (3), com terras mais escuras, parece constituir a continuação do estrato anterior.

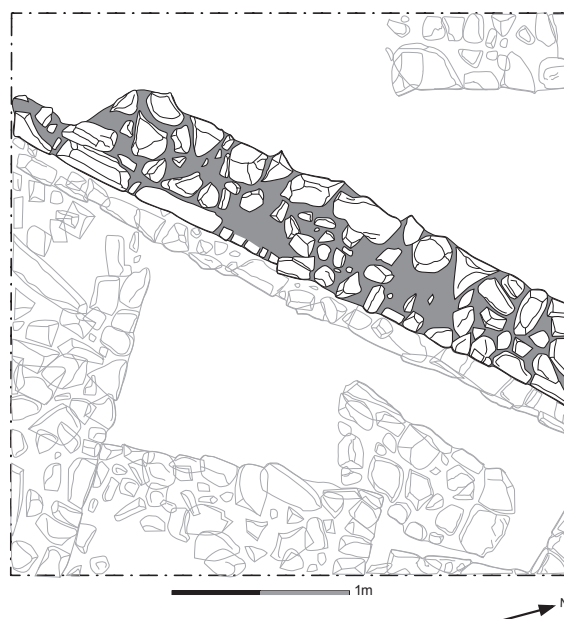


Figura 73 – Planta final do Corte 2, Q A1.

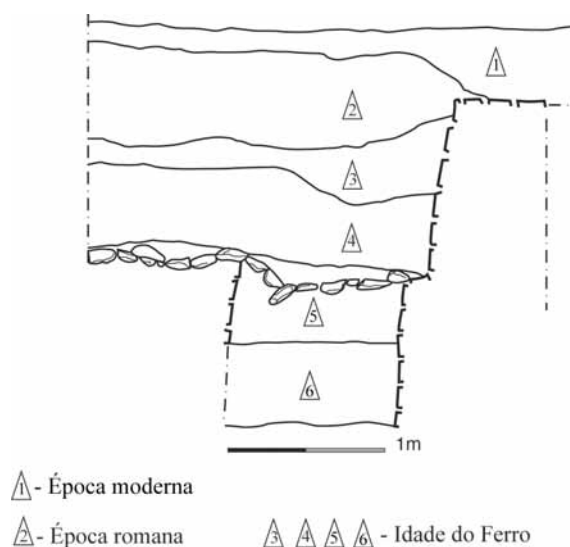
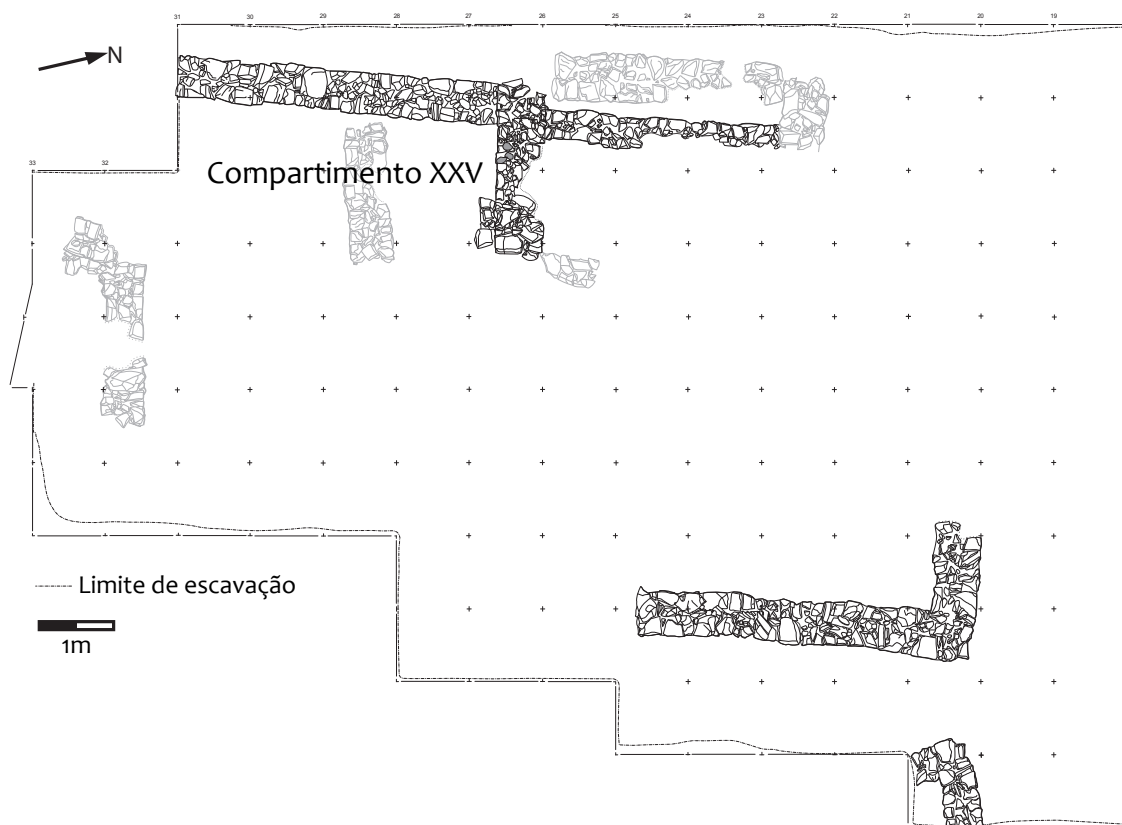


Figura 74 – Corte 2, Q A1, banqueta norte.

Quanto ao **Corte 4**, os níveis romanos alto imperiais eram constituídos por terras compactas de cor castanha avermelhada, onde se recuperaram fragmentos de *terra sigillata* sudgálica, cerâmica campaniense B calena, entre outros.

No que diz respeito às campanhas recentes (2000-2003), os níveis preservados de época romana alto imperial resumiam-se a algumas unidades estratigráficas identificadas na campanha de 2002 no sector 1, correspondendo a um nível de ocupação e estruturas que lhe estão associadas (Arruda *et al.*, 2003, p. 12). Destacamos apenas os elementos mais significativos. Assim, no compartimento XXV, identificou-se um nível de derrube que continha espólio de época romana imperial (ânforas Haltern 70 e Dressel 20, *terra sigillata* tipo itálico e sudgálica, além de cerâmica de paredes finas) (**Figura 75**). Nesta mesma área, as UEs [380] e [381] eram estratos de aterro utilizados como solos de *habitat*. Eram diversos os níveis de derrube, aterros, pavimentos ou mesmo estratos de utilização que foram individualizados numa área relativamente restrita do sector 1, que corresponde à Fase II a, b e c. Parte destes níveis articulava-se com muros. Dado o estado de conservação das estruturas e dos níveis que lhes estavam associados, torna-se difícil compreender a funcionalidade dos compartimentos que se escavaram. Verifica-se também que a ocupação romana imperial provocou grandes modificações na topografia pré-existente, podendo mesmo afirmar-se que os níveis mais tardios da Idade do Ferro assim como os da época romana republicana terão sido aqui completamente destruídos (Arruda *et al.*, 2003, p. 12-16).

Apesar do que ficou expresso, e como já se referiu, a maior parte das cerâmicas romanas de Castro Marim ocorre em níveis de épocas posteriores, como a UE 360, que corresponde ao estrato de época moderna que cobria a área de escavação. Parte significativa do material é igualmente proveniente da UE 385, que corresponde ao enchimento de uma fossa sob a UE [360].



**Figura 75 – Sector 1. Planta com as estruturas do período alto imperial, segundo Arruda *et al.* (2003).**

### 2.2.3.3. Os materiais

#### 2.2.3.3.1. A cerâmica campaniense

Tal como sucedeu com o material de Faro, a cerâmica campaniense foi objecto de uma primeira abordagem e publicação (Viegas, 2006c, p. 241-260), que agora se retoma e se aprofunda. As questões prévias que foram alinhadas para a cerâmica campaniense de Faro devem igualmente ser consideradas para os materiais de Castro Marim, propondo-se a alteração de algumas das designações que tinham sido adoptadas anteriormente.

	Nº Frags	% Nº Frags	NMI	% NMI
<b>Campaniense A</b>	10	2	5	2.7
<b>Campaniense B etrusca</b>	1	0.2	1	0.5
<b>Campaniense B de Cales</b>	446	88.5	151	83.8
<b>Campaniense pasta cinzenta</b>	47	9.3	24	13
<b>Total</b>	<b>504</b>	<b>100</b>	<b>186</b>	<b>100</b>

**Tabela 52 – Castro Marim. Distribuição da cerâmica campaniense.**

O conjunto da cerâmica campaniense de Castro Marim é constituído por 504 fragmentos, que correspondem a 186 peças cuja forma foi possível identificar (**Tabela 52**).

Encontra-se presente a produção de campaniense A, proveniente da Campânia, com dez fragmentos, que correspondem a cinco indivíduos, apenas 2.7% do total.

Ausente da cidade de Faro, a cerâmica campaniense B etrusca está representada, no Castelo de Castro Marim, por apenas um fragmento seguro. De facto, neste caso, o verniz apresenta-se espesso, de cor negra, homogéneo e com um brilho mate, sem que seja possível observar quaisquer reflexos ou irisado. Contudo, existem outros fragmentos que poderiam ter sido incluídos no grupo do que já foi designado por “verdadeira B”, que se tornam difíceis de distinguir das produções calenas de qualidade, uma vez que apresentam um verniz mate e com alguns reflexos metálicos, de tonalidade azulada no fundo. Assim, a dificuldade em distinguir esta produção de alguma da B de Cales não permitiu decidir pela integração de outros materiais nesta categoria, apesar desta opção não ter sido fácil.

A cerâmica campaniense B de Cales, que anteriormente se designou por B-óide, e que pode, como afirmámos, pertencer às produções de calenas, é amplamente maioritária no conjunto castro marinense, somando uma percentagem de 83.8%, portanto 151 peças (NMI). A sua pasta é bege amarelada, por vezes com o núcleo mais alaranjado, dura e compacta. Nem sempre é possível observar as inclusões, que, quando são visíveis, são formadas por reduzidas partículas de cal e micas. Aparentemente, o aspecto do verniz será o elemento que melhor permite distinguir estas produções, pois apresenta-se negro com brilho metalizado (devido à irisão), podendo adquirir diversas tonalidades: azuladas, esverdeadas, acastanhadas. No entanto, para uma correcta distinção relativamente às produções etruscas seria aconselhável a realização de análises laboratoriais.

Além do estudo da distribuição morfológica e do padrão de importação deste tipo de cerâmica em Castro Marim, analisa-se igualmente uma série de fundos que ostentam grafito, além de algumas estampilhas, aspectos que são devidamente valorizados, neste trabalho.

Tal como sucede com a cerâmica campaniense de Faro, também se identificou em Castro Marim um conjunto de peças que partilham entre si uma argila de tonalidade acinzentada e um

verniz cinzento escuro ou negro, que foram designadas de cerâmica campaniense de pasta cinzenta. Nesta categoria integra-se 13% da cerâmica campaniense de Castro Marim, o que corresponde a 24 peças.

O facto de uma parte muito significativa da cerâmica campaniense de Castro Marim ter sido recuperada num depósito a que se atribuiu uma cronologia de 50-30 a.C. é particularmente interessante, não só do ponto de vista da cronologia, mas também para se poder avaliar o peso destas cerâmicas face às restantes importações e/ou produções locais ou regionais.

A cerâmica **campaniense A** do Castelo de Castro Marim é muito rara e corresponde a apenas cinco peças (**Tabela 53** e **Estampa 74**) que se distribuem pelas formas Lamb. 1, 5, 7, 31 e 36 (nº 910 a 914, respectivamente), existindo ainda um reduzido fragmento de bordo cuja forma não foi possível determinar. Duas peças pertencem a formas que habitualmente se registam nos contextos do séc. II a.C. (Lamb. 31 e 36), mas as outras três apontam para uma fase relativamente mais tardia da produção de cerâmica campaniense A, muito possivelmente já do séc. I a.C. (Lamb. 1, 5 e 7). No território espanhol, por exemplo, a forma Lamb. 5/7 é mais frequente sobretudo durante o séc. I a.C., onde regista percentagens elevadas mesmo em sítios onde a cerâmica campaniense A não é a mais abundante (Py, Adroher Auroux, Sanchez, 2001, p. 440-441).

A raridade da cerâmica campaniense A na área do Castelo de Castro Marim parece demonstrar ter havido uma quebra na ocupação desta zona durante o séc. II a.C. Recentemente, nos trabalhos arqueológicos realizados na área do Forte de S. Sebastião recuperou-se um conjunto cuja datação aponta exactamente para essa fase mais antiga do período romano republicano (Arruda e Pereira, 2008).

Proveniente da Etrúria, a cerâmica **campaniense B** está representada em Castro Marim por um fragmento de fundo da forma Lamb. 1 (nº 915). Trata-se de um exemplar que apresenta as características que são habitualmente descritas para esta produção. Se na sua coloração bege as pastas pouco se afastam das campanienses de Cales, o fabrico etrusco distingue-se deste por apresentar uma pasta de textura mais homogénea, fina, depurada e compacta, na qual é impossível distinguir quaisquer inclusões. Mesmo assim é na qualidade e características dos vernizes que melhor se distinguem as produções de campaniense B etruscas, as "verdadeiras B", na expressão de J.-P. Morel (1981), das cerâmicas de verniz negro de Cales. Trata-se de um verniz negro com brilho mate homogéneo, espesso e compacto sem quaisquer reflexos metálicos.

A cerâmica **campaniense B** originária de **Cales**, no Norte da Campânia, é largamente maioritária em Castro Marim, somando 83.8% (**Tabela 54** e **Estampa 74 a 79**). As formas mais abundantes são a Lamb. 1 e 5/7.

Do ponto de vista morfológico, verifica-se que um dos tipos mais representados pertence à forma Lamb. 1 (nº 916 a 934), sobretudo na sua correspondente na tipologia de

Forma	NMI
Lamb. 1	1
Lamb. 5	1
Lamb. 7	1
Lamb. 31	1
Lamb. 36	1
Total	5

**Tabela 53 – Castro Marim.  
Formas de campaniense A.**

Forma	NMI
Lamb. 1	44
Lamb. 2	12
Lamb. 3	7
Lamb. 4	1
Lamb. 5	21
Lamb. 5/7	44
Lamb. 7	19
Lamb. 8	1
Lamb. 10	1
Pasquinucci 127/ F	1
Total	151

**Tabela 54 – Castro Marim.  
Formas de campaniense B  
de Cales.**

Morel F2320, que ostenta duas caneluras sob o bordo exterior (nº 922 a 925). No entanto, também se registam alguns exemplares da sua equivalente F2360 de Morel, neste caso ostentando apenas uma canelura (nº 919 a 921), ou mesmo nenhuma canelura, como é o caso dos tipos F2362a 1 (nº 916 a 918), frequentemente tida como mais antiga. Quanto ao significado cronológico que se pretendeu atribuir à presença destas caneluras, verifica-se que, de um modo geral, todas as variantes (com duas caneluras, uma ou sem qualquer canelura), pertencem ao séc. I a.C., concentrando-se sobretudo na segunda metade da centúria (Morel, 1981, p. 164-167, est. 47-49).

O contexto arqueológico de recolha destas peças confirma esta cronologia. Os pés, cujas características foram devidamente valorizadas na tipologia de Morel, apresentam uma morfologia bastante diversificada (nº 926 a 934), que não altera a cronologia que se propõe para a importação desta forma em Castro Marim.

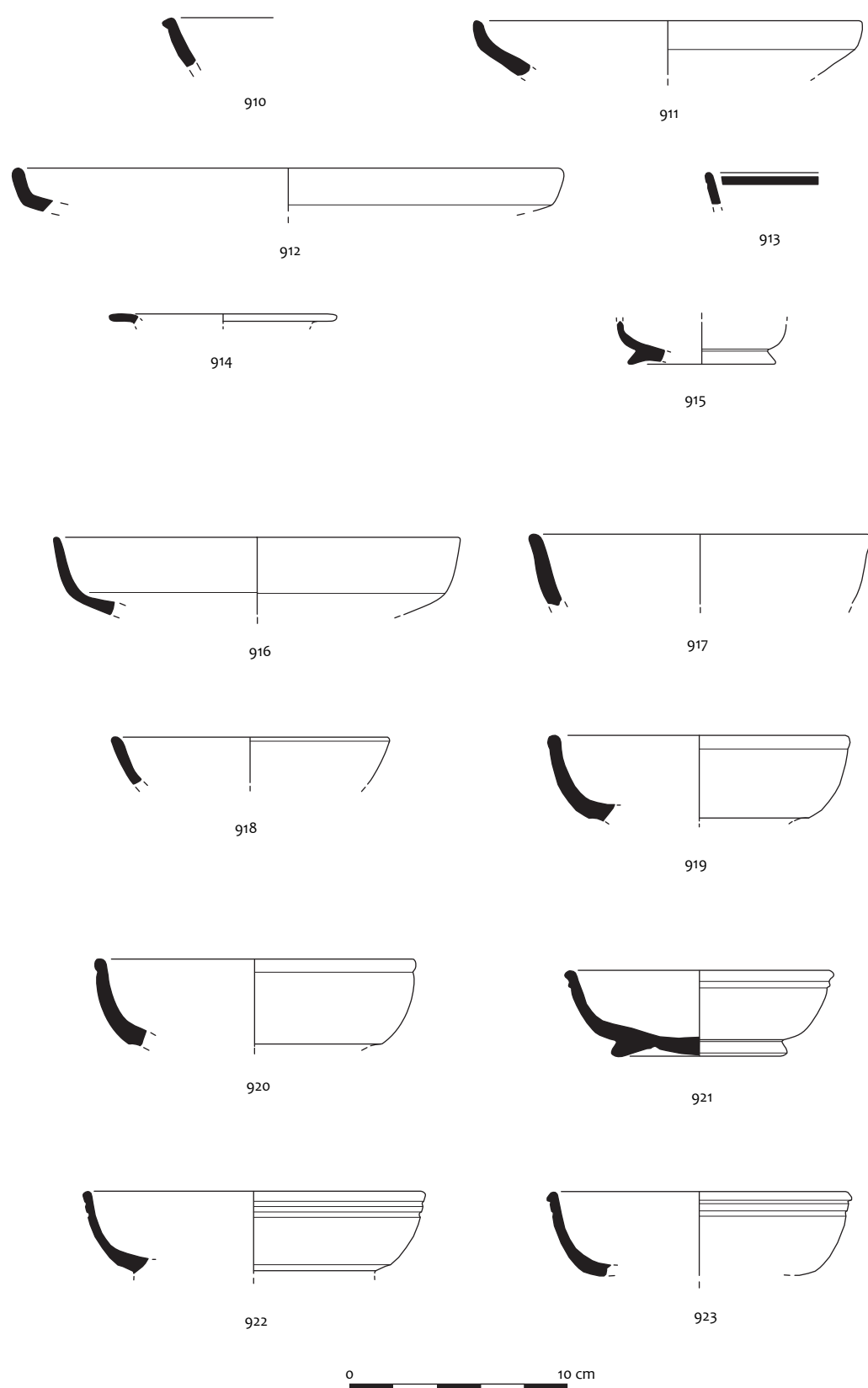
O prato de parede baixa e curva da forma Lamb. 5 (F2257-2258 de Morel) encontra-se igualmente bem representado em Castro Marim (nº 949 a 959). Trata-se de um tipo que é muito comum nas produções B de Cales e ocorre com muita frequência em contextos do séc. I a.C. em numerosos sítios de toda a bacia do Mediterrâneo, mesmo que a sua presença esteja documentada anteriormente (Py, Adroher, Sanchez, 2001, p. 566-567). Os diâmetros destes pratos castro marinenses são muito diversificados, como sucede aliás com os exemplares estudados na fachada Mediterrânea da Gália (Arcelin, 2000, p. 299). Conhece-se igualmente uma variante mais carenada desta forma, que é designada por Lamb. 5/7. Esta designação é também utilizada quando a dimensão e as características do fragmento não permitem decidir por um dos tipos (Lamb. 5 ou Lamb. 7) (nº 969 a 974), como sucede com os abundantes fragmentos de fundo (nº 975 a 984).

A respeito das Campanienses de Cales da Gália, P. Arcelin refere a existência de uma variante carenada de diâmetro amplo (L. B7), conhecida em *Olbia*, no sul da Gália (Arcelin, 2000, p. 299), mas, de um modo geral, esta forma encontra-se ausente, não só das tipologias de Pedroni (2000, p. 345-361), mas também dos conjuntos publicados da Andaluzia Ocidental (Ventura Martínez, 2000, p. 177-215). Na tipologia de Pedroni das produções calenas tardias (90/80-40/20 a.C.), a forma que mais se aproxima da Lamb. 7 é a forma F2851 que corresponde a um prato de paredes direitas inclinadas (2000, p. 408). Entre os materiais de Castro Marim encontram-se alguns destes exemplares de pratos com parede de tendência mais recta, inclinada e carena igualmente acentuada, que associamos à forma Lamb. 7. Encontram-se nesta situação as peças ilustradas com nº 960 a 968.

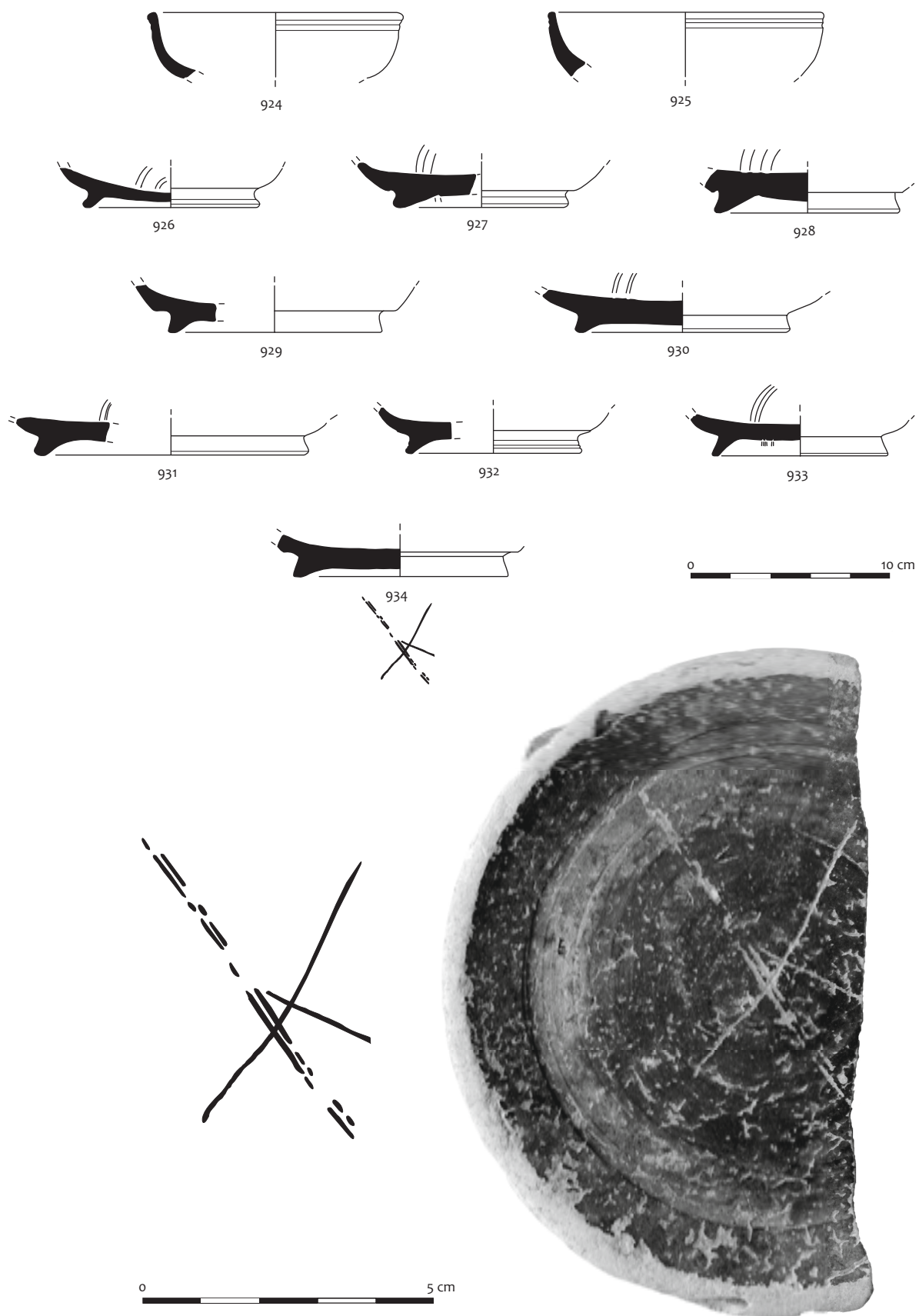
A forma Lamb. 2 (F1222-1232 de Morel) está relativamente bem representada com sete exemplares (nº 935 a 939), valor que é reforçado pelo número de fundos e carenas que constam do inventário (nº 940). A Lamb. 3 (F7550 de Morel) regista uma forma completa com grafito no fundo externo que se descreverá *infra* (nº 944), existindo outros seis fundos (nº 941 a 947), um deles com a superfície interna de tonalidade vermelha acastanhada (nº 941). A forma Lamb. 4 (F1413 de Morel) está também entre o material recuperado, encontrando-se representada apenas por uma peça (nº 948). Da forma Pasquinucci 127, que corresponde à série F3121 de Morel, existe um único fragmento de fundo (nº 898), que possui grafito no exterior. Uma asa quase completa pode ter pertencido ao tipo Lamb. 10 (F3451 F1450 de Morel), vaso bastante comum nas produções calenas da fase tardia, ao qual pertence o conjunto de Castro Marim.

De um modo geral, a classificação dos fundos aponta para um reforço do número de taça/tigelas da forma Lamb. 1 (nº 926 a 934), e do prato Lamb. 5 (nº 975 a 984).

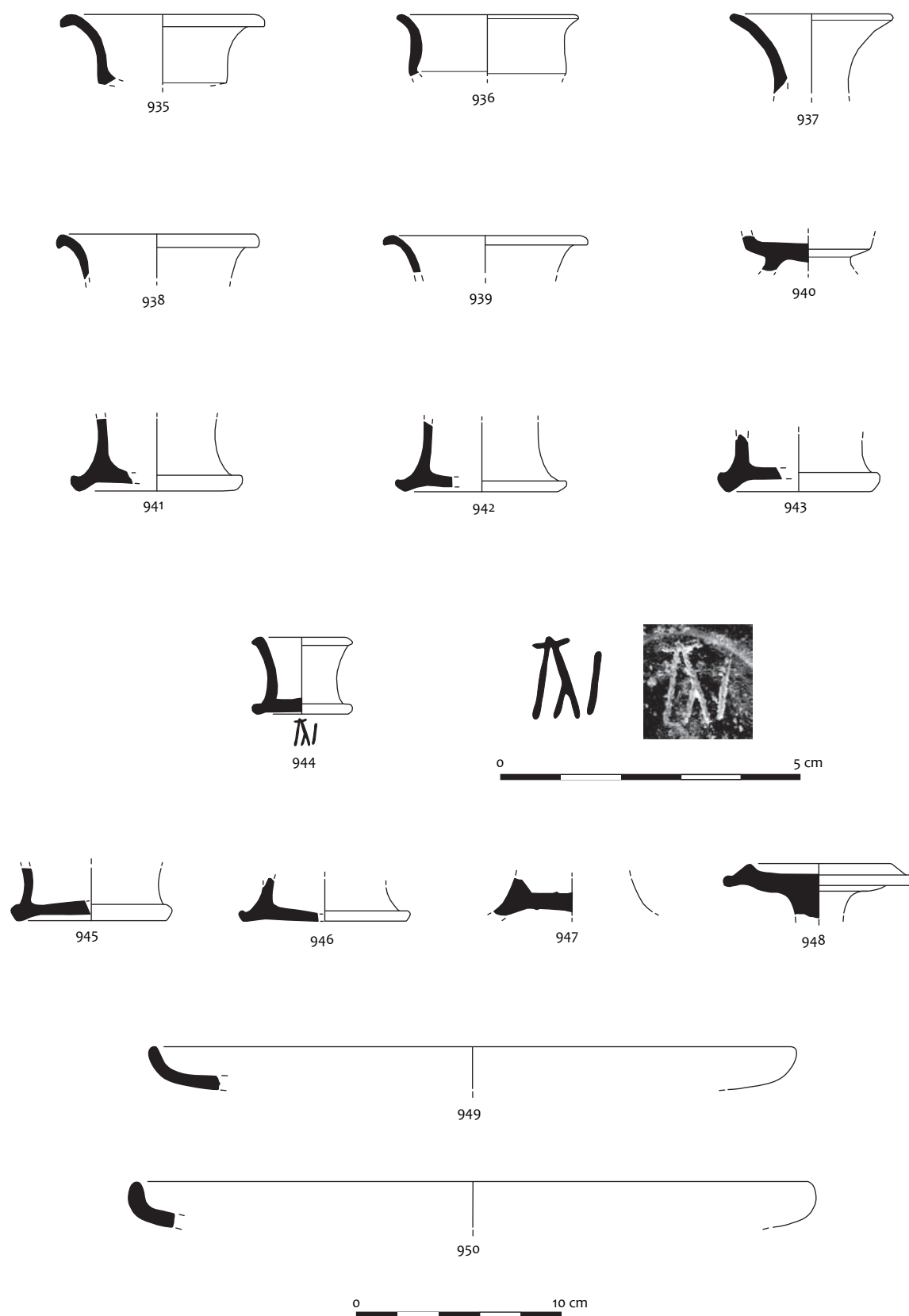




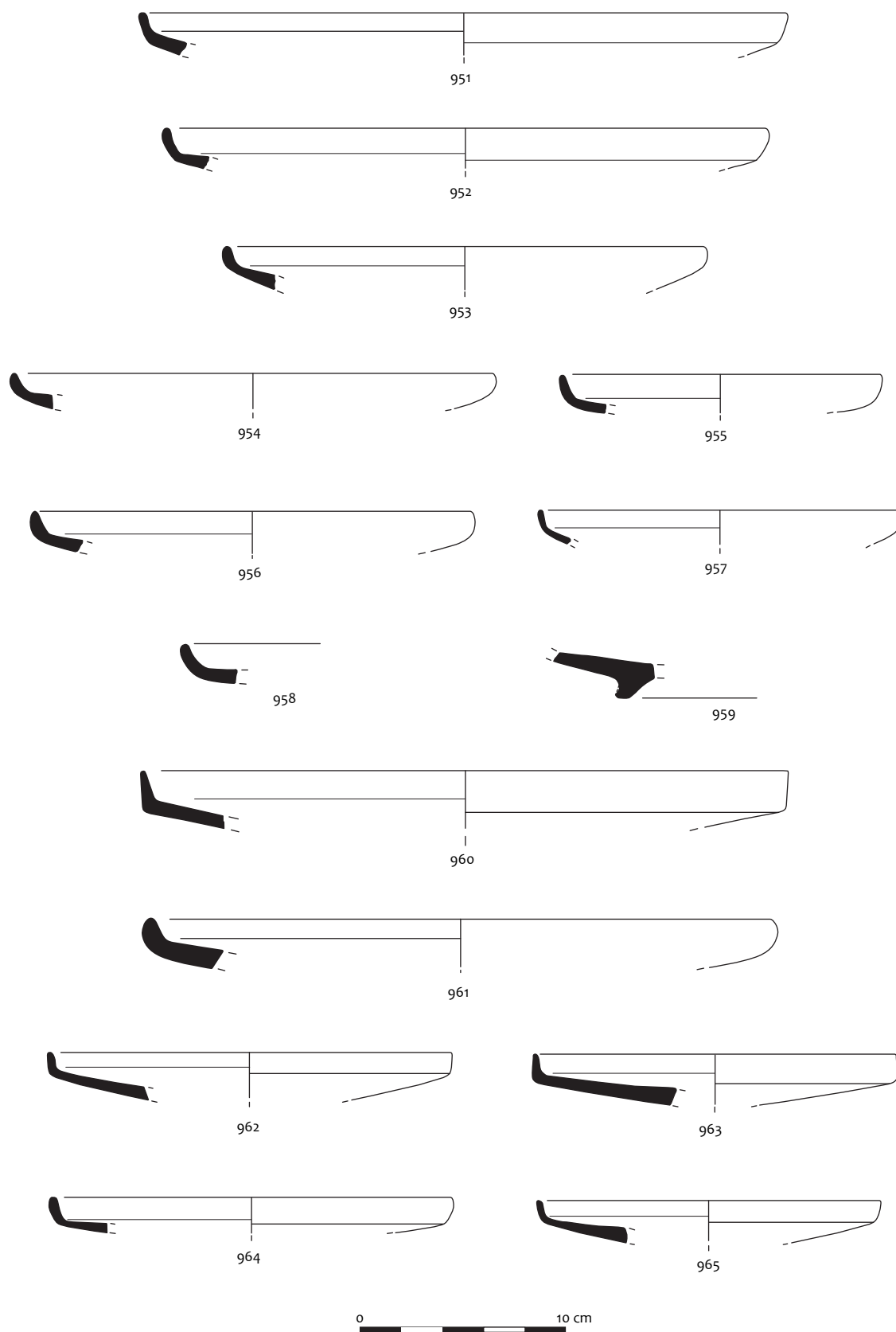
Estampa 74 – Castro Marim. Cerâmica campaniense A, B etrusca e B de Cales.



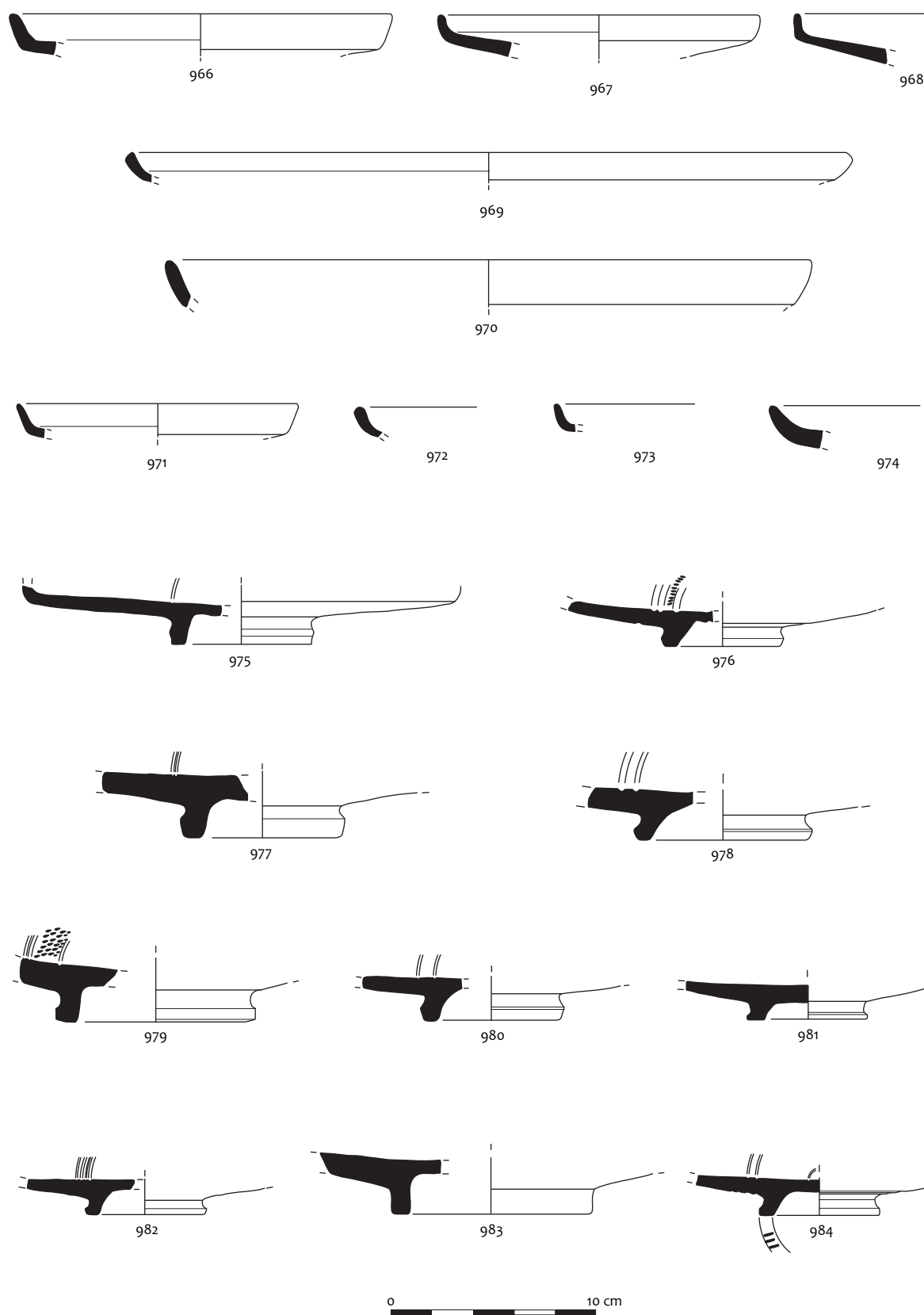
Estampa 75 – Castro Marim. Cerâmica campaniense B de Cales.



Estampa 76 – Castro Marim. Cerâmica campaniense B de Cales.



Estampa 77 – Castro Marim. Cerâmica campaniense B de Cales.

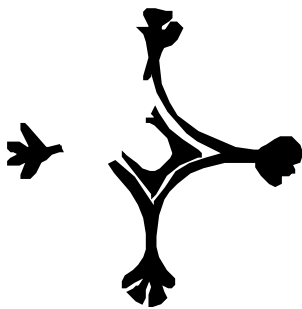


Estampa 78 – Castro Marim. Cerâmica campaniense B de Cales.



A decoração impressa está presente em um fundo interno, possivelmente da forma Lamb. 5, que apresenta a característica estampilha com motivo de losango e círculo central no fundo interno (nº 985) (**Tabela 55, Estampa 79**). Entre o material publicado por M. Delgado nos anos 70, existe um fundo com um motivo idêntico proveniente do Castelo da Lousa (Delgado, 1971, p. 415, nº 27, Est. II). O mesmo emblema encontra-se igualmente entre o material originário da actual Andaluzia quer no interior da província (Adroher Auroux, López Marcos, 2000, p. 172, Lám. 4, nº 42), quer na vertente ocidental (Ventura Martínez, 2000, p. 207, Fig. 16, nº 1089 e 709).

Além desta estampilha, os fundos não ostentam qualquer decoração, mas quando esta existe resume-se aos círculos concêntricos sob a forma de caneluras que, embora mais raramente, podem enquadrar uma faixa com guilhoché presente em alguns dos fundos das formas Lamb. 5/7 já referidas.

Nº	Forma	Localização na peça	Estampilha (escala 1:1)
Nº 985	Prato	Fundo interno	

**Tabela 55 – Castro Marim. Descrição da estampilha na campaniense B de Cales.**

Ausentes do conjunto de Faro, os **grafitos** realizados após a cozedura encontram-se relativamente bem representados na campaniense B de Cales de Castro Marim (**Tabela 56**). Correspondem a uma, e a duas ou mais letras isoladas no fundo externo das formas Lamb. 1, Lamb. 3 e Pasquinucci 127 e a sua realização teve como objectivo marcar a propriedade de uma determinada peça.

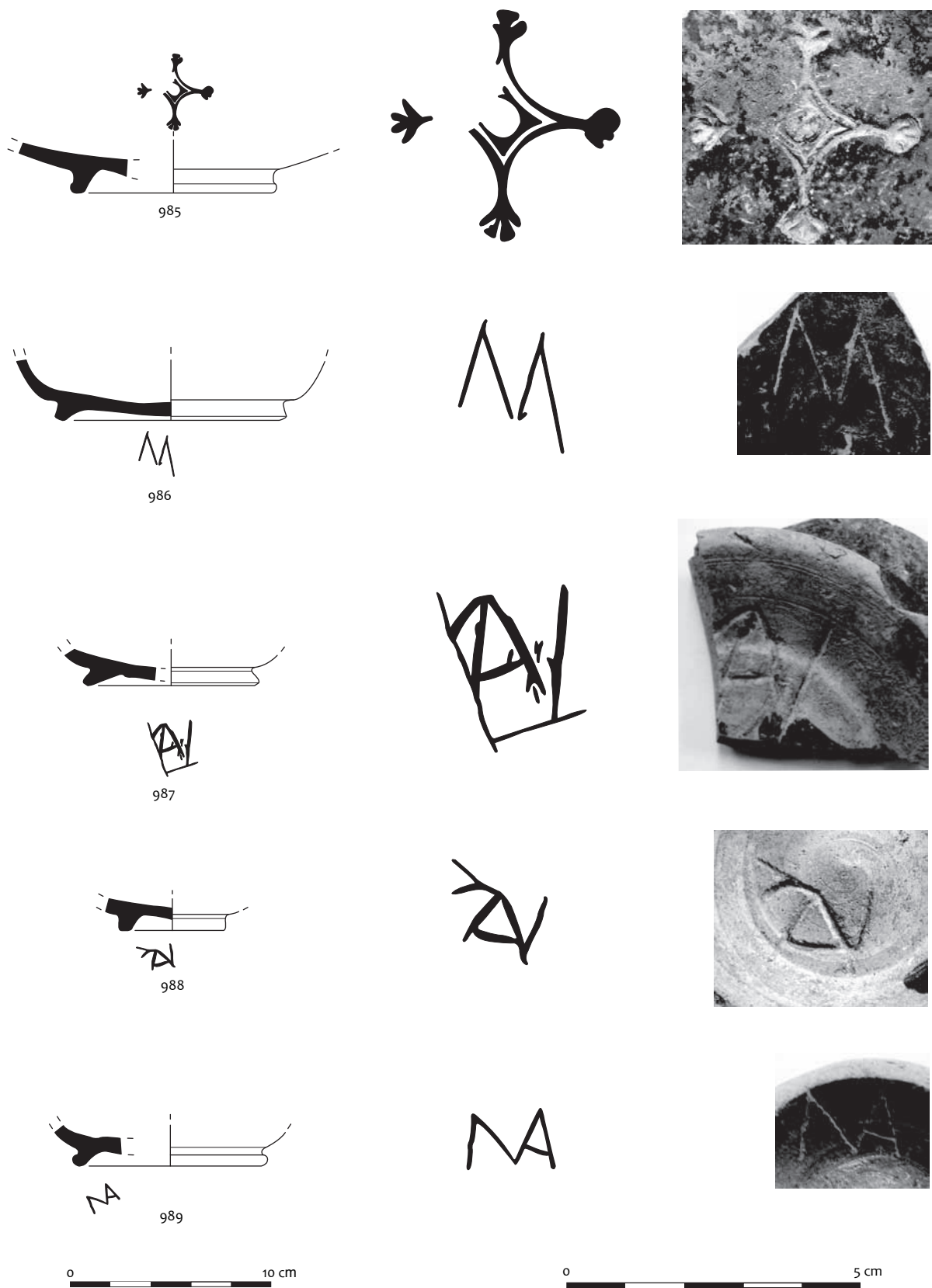
Entre as letras isoladas encontra-se o M que foi desenhado no fundo externo de uma taça da forma Lamb 1, na área em que este possui verniz (nº 986). Na peça nº 989, observa-se esta mesma letra M e A, em nexos. A possibilidade de se tratar de NA ou até AN, em nexos, não deverá igualmente excluir-se pois trata-se de uma fórmula relativamente comum. Este grafito encontra-se também num fundo, mas neste caso na parte interna do pé em anel que julgamos poder integrar na forma Pasquinucci 127 ou F3121 de Morel. Trata-se do único exemplar em que o grafito foi colocado no pé, encontrando-se em todos os restantes casos no fundo externo.

O grafito da peça nº 988 encontra-se completo, podendo ler-se os caracteres A e V, A e N ou N e A, em nexos, e um outro sinal que os antecede, mas que não conseguimos interpretar. Poderá eventualmente tratar-se de um T, mas não podemos afirmá-lo com segurança. Neste fundo, podemos ver que o verniz, colocado por imersão da peça, não cobriu esta parte do fundo, situação frequente nas produções calenas. As mesmas letras: A e V, A e N ou N e A, em nexos, encontram-se em outro grafito (nº 987), ainda que, neste caso, a parte inicial da sigla esteja incompleta. No entanto, observa-se a parte superior de uma letra que liga à parte superior do A, tal como sucede no exemplar anterior. Nestes dois casos, o grafito não beneficiou do contraste que o verniz negro

podia proporcionar. Na peça nº **987**, fundo encontra-se, como referimos, incompleto, e na parte onde se conservou o grafito encontram-se apenas “manchas” de verniz. No fundo externo de uma forma Lamb. 3, encontra-se um grafito onde se pode ler as letras ANT, em nexo (nº **944**). As outras possibilidades que esta leitura poderá dar, como TAN, TAV ou NAT não devem igualmente excluir-se por serem possíveis. No entanto parece mais provável que se trate de um nome que se inicie por ANT. Pelas suas características, nomeadamente a presença das letras A e N ou V, e em um dos casos um T, os grafitos das peças nº **944**, **987** e **988** parecem poder associar-se uns aos outros pela sua semelhança, sem que possamos saber que significado exacto este facto poderá encerrar.

Estampa Nº	Forma	Localização na peça	Leitura	Grafito (escala 1:1)
Est. 79 Nº <b>986</b>	Lamb. 1	Fundo exterior	M	
Est. 79 Nº <b>989</b>	P 127 F3121	Interior do pé	MA ou NA	
Est. 79 Nº <b>988</b>	Lamb. 1	Fundo exterior	[...?] AV [...?] AN [...?] NA	
Est. 79 Nº <b>987</b>	Lamb. 1	Fundo exterior	[...?] AV [...?] TAN TAV	
Est. 76 Nº <b>944</b>	Lamb. 3	Fundo exterior	ANT	
Est. 75 Nº <b>934</b>	Lamb. 1	Fundo exterior	X (?)	

Tabela 56 – Castro Marim. Descrição dos grafitos da cerâmica campaniense de Cales.



Estampa 79 – Castro Marim. Cerâmica campaniense B de Cales. Decoração estampada e grafitos.

São inúmeros os nomes latinos documentados na Hispânia que se iniciam com estas letras: *Antus*, *Antullus*, *Antonino*, *Antonio*, etc. Importa, no entanto, referir que a sigla que identifica o nome do magistrado presente nas cunhagens de *Baesuri*, corresponde, segundo Mowat, a M(arcus) ANT(onium) ANT(ullus) ET CONL(egae) (Mowat, 1900). Segundo A. Faria, estas cunhagens seriam datadas das últimas décadas do séc. I a.C., ou mesmo da centúria seguinte, dado ter sido encontrada uma recunhagem sobre uma moeda de *Salacia* datada de 44/45 a.C. (Faria, 1995, p. 143-144). As questões em torno da cronologia e dos possíveis desdobramentos desta legenda foram já referidos noutra local *supra*, não deixando de ser interessante a coincidência da mesma sigla ANT existente no fundo externo desta forma Lamb. 3 (nº 944). Evidentemente que dada a possibilidade de desdobramento desta sigla em uma série de nomes, muito comuns na antroponímia hispânica, é muito arriscado desenvolver esta temática. Deve, no entanto, referir-se que na legenda da moeda, os nexos utilizados para designar o nome do magistrado, apesar de se servirem destes mesmos caracteres M e ANT, apresentam todas combinações ligeiramente diferentes das que se encontram nos grafitos de Castro Marim.

Finalmente o grafito X, ou cruz, está representado numa tigela da forma Lamb. 1, ocupando a quase totalidade do seu fundo exterior, que se encontra revestido de verniz.

Como se referiu, cerca de 78% da cerâmica campaniense de Cales (NMI) tem a sua origem no contexto estratigráfico datado entre 50-30 a.C. Assim, estes materiais integram-se na fase tardia da produção calena, tal como L. Pedroni a definiu. Aparentemente, não são introduzidas novas formas relativamente à fase anterior, dita “média”, registando-se um tipo de decoração típico de Cales, como é o caso da estampilha de losango. A progressiva deterioração do revestimento de verniz negro é outra das características da produção deste período (Pedroni, 2000, p. 347-348). Este aspecto é, no entanto, difícil de analisar neste conjunto algarvio, pois os vernizes negros, tal como sucede com os vermelhos da *terra sigillata*, encontram-se não só desgastados pelo uso, como também bastante degradados devido às condições pós-deposicionais.

A cerâmica campaniense de **pasta cinzenta** corresponde a 12.9% da campaniense de Castro Marim (NMI) (**Tabela 57, Estampa 80 e 81**). Como já se referiu, e tal como sucede com os materiais de Faro, dentro desta categoria genérica encontram-se materiais bastante diferentes entre si, mas que possuem como elemento unificador o facto de se inspirarem em formas da cerâmica campaniense B. A pasta é fina e depurada, de cor cinzenta, que aponta para uma cozedura e pós-cozedura redutora, e o engobe é polido, de tonalidade entre o cinzento e o negro. Parecem corresponder a produções diferenciadas, algumas das quais poderão ser originárias do vale do Guadalquivir, como se observou em relação aos materiais de Faro.

Forma	NMI
<b>Lamb. 1</b>	8
<b>Lamb. 5/7 mais 2 para classificar</b>	13
<b>Lamb. 7</b>	1
<b>F2654/ 2865 de Morel</b>	3
<b>Total</b>	25

**Tabela 57 – Castro Marim. Formas de campaniense de pasta cinzenta.**



As formas representadas apontam para um domínio do prato de parede curta da forma Lamb. 5 e da sua variante 5/7 (nº **1002 a 1008**), embora estejam também representadas as taças Lamb. 1 (nº **990 a 994**). Os primeiros registam um bordo curto de perfil encurvado ou vertical, sendo muito próximos dos exemplares de origem oretana recuperados na Alta Andaluzia (Adroher Auroux e López Marcos, 2000, p. 171, Lám. 3). As peças que se inspiraram na forma Lamb. 1 ocorrem em ambas variantes, com ou sem as caneluras junto ao bordo, e têm o pé em bisel, o

que também é característica desta forma (nº 998 a 1001). Dois exemplares de taças com paredes esvasadas (nº 995 a 997), por vezes com lábio de perfil semicircular, não foram identificadas entre o repertório identificado na Alta Andaluzia.

Peças com formas idênticas encontram-se entre a campaniense de pasta cinzenta de Alcácer do Sal, onde foram integradas no tipo F2654 de Morel (lado ocidental do Castelo) (Sepúlveda, et al., 2001, nº 34, Fig. 9, p. 218). Contudo, este tipo tem equivalência na forma Lamb. 28, que corresponde a uma forma da cerâmica campaniense A. Tal situação levou à classificação dos nossos exemplares no tipo F2865, que corresponde a uma forma que, em termos gerais, possui as mesmas características da anterior e que constitui o protótipo de formas posteriores, como a Consp. 7 de *terra sigillata* tipo itálico, detendo, neste caso, uma cronologia do séc. I a.C. (Morel 1981, p. 234, est. 79). Não podemos, ainda assim, negar as semelhanças que, em termos morfológicos, alguns dos nossos exemplares partilham como o tipo F2654 e com os materiais de Alcácer do Sal (Sepúlveda et al., 2001). Parece muito provável que o leque de formas conhecido venha, num futuro próximo, a ampliar-se, com o avanço da investigação.

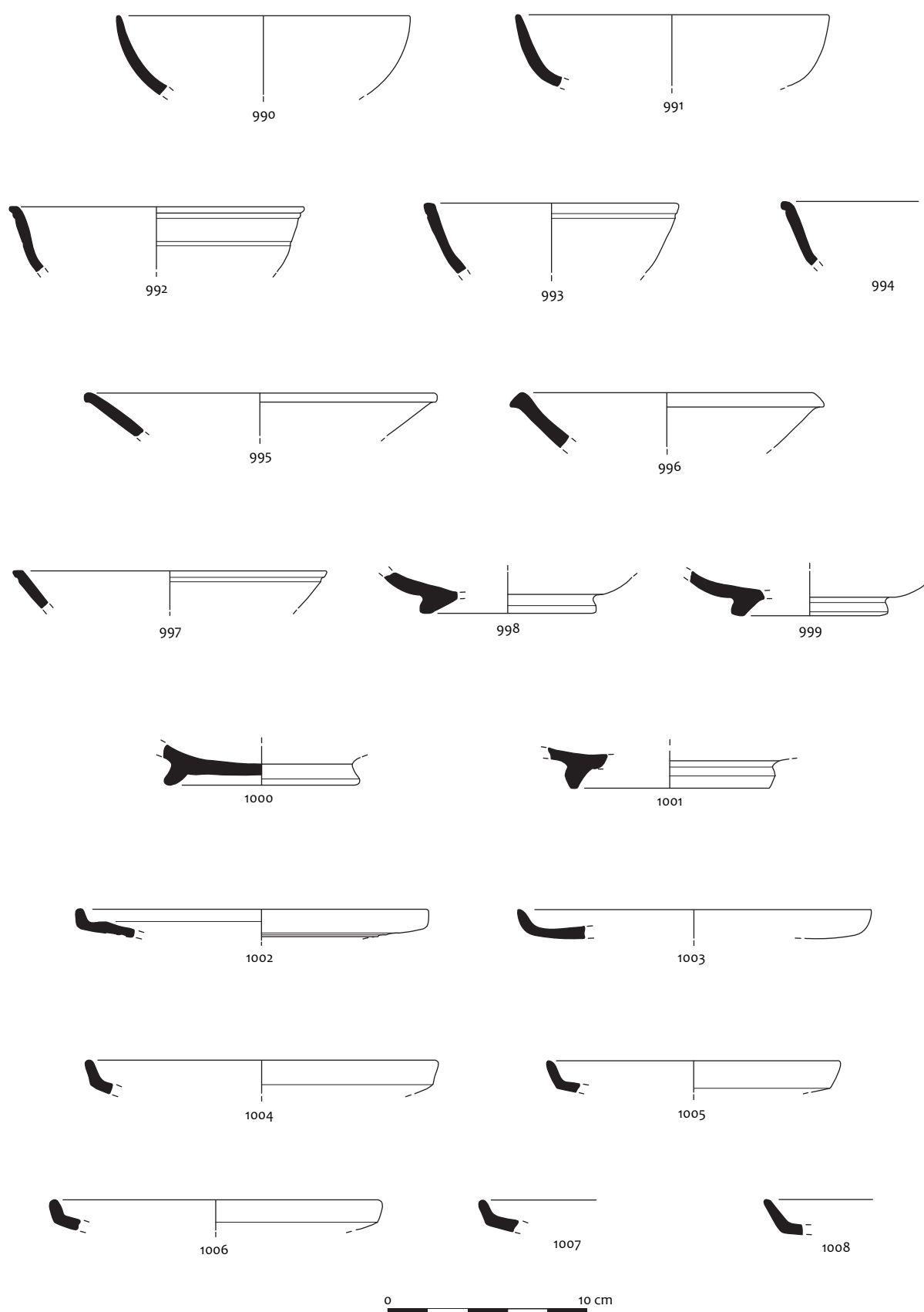
A peça nº 996 possui algumas semelhanças com a forma F2683 de Morel, igualmente presente nos contextos tardios de Lattes, onde se encontra integrada na série das “autre campennienne à pâte grise”. Trata-se, segundo os autores franceses, de uma categoria pouco difundida na Gália, sendo a peça que ocorre em Lattes datada, pelo contexto arqueológico, do terceiro quartel do séc. I a.C. (Py, Adroher Auroux e Sanchez, 2001, p. 584). Esta cerâmica campaniense cinzenta também foi designada por campaniense do tipo do naufrágio de S. Giens, discutindo-se se poderá ter também uma origem na Península Itálica (Py, 1993d, p. 155).

A decoração estampilhada encontra-se em dois fundos (**Tabela 58**), mas os fragmentos conservados são reduzidos para que se possa identificar, com propriedade, qual o motivo presente. Em nenhum dos casos parece tratar-se da extremidade do motivo em losango, característico da campaniense B de Cales, mas que também ocorre nas produções de pasta cinzenta originárias do vale do Guadalquivir (Ventura Martínez, 1985, p. 128-131; 2000, p. 185, Fig. 21). No caso da peça nº 1010, trata-se de uma estampilha de forma quadrangular, de ângulos arredondados, com motivo radial no interior. Encontra-se no fundo interno de um prato, enquadrada por caneluras circulares que compõem a decoração interna da peça. Em outro exemplar, nº 1012, a forma geral da estampilha é idêntica à anterior, mas no seu interior vêem-se motivos circulares. Trata-se, em ambos casos, de estampilhas colocadas em posição radial no fundo interno das peças, enquadradas por caneluras circulares.

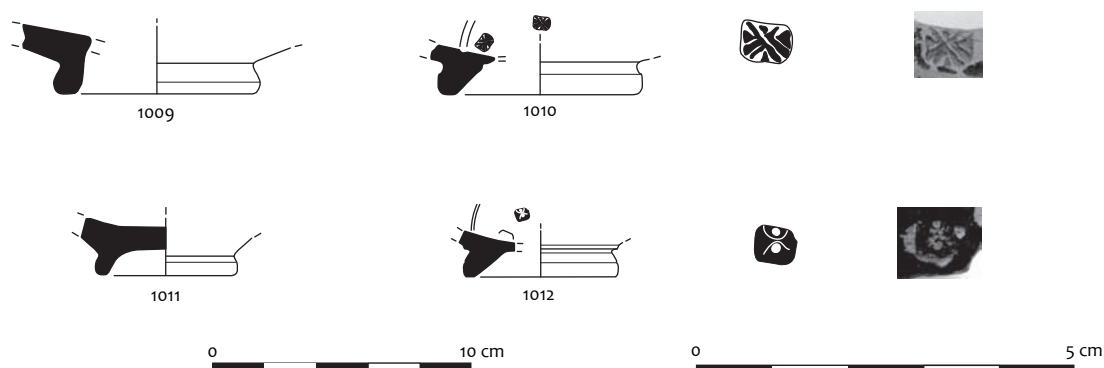
Estampa Nº	Forma	Localização na peça	Estampilha (escala 1:1)
Est. 81 Nº 1010	Indet.	Fundo interno	
Est. 81 Nº 1012	Indet	Fundo interno	

**Tabela 58 – Castro Marim. Descrição das estampilhas na cerâmica campaniense de pasta cinzenta.**





Estampa 80 – Castro Marim. Cerâmica campaniense de pasta cinzenta.



Estampa 81 – Castro Marim. Cerâmica campaniense de pasta cinzenta.

### Síntese das principais características da cerâmica de verniz negro ou campaniense de Castro Marim

Ao contrário do que sucede em Faro, a esmagadora maioria dos exemplares de cerâmica campaniense de Castro Marim aponta para uma ocupação mais intensa do sítio no séc. I a.C., como testemunha a abundante cerâmica campaniense de Cales da fase média e tardia da produção. A cerâmica campaniense A é relativamente rara no sítio e parte dos exemplares identificados integram-se na fase mais tardia do seu fabrico.

Os dados que se têm obtido no estudo de outras categorias cerâmicas apresentam a mesma distribuição cronológica. O estudo da cerâmica de “tipo Kuass”, por exemplo, também vai no sentido de “(...) que o sítio parece ter sido abandonado, ou pelo menos, deslocada a sua implantação na área do Castelo a partir de meados do séc. III e até meados do séc. I a.C. Esta proposta é sustentada pela quase inexistência de formas tardias de cerâmica “tipo Kuass” e também pela comparação dos espólios artefactuais associados a essas produções entre o sítio localizado na foz do Guadiana e Faro” (Sousa, 2005, p. 94). Como se terá oportunidade de verificar, o estudo das ânforas também apoia esta tese. Recorde-se, a este respeito, que a cerâmica campaniense A se encontra bem representada em Faro e em Mértola, o que mostra que este tipo cerâmico circulou nesta região no séc. II a.C.

Relativamente à campaniense B de Cales, encontram-se as formas mais comuns do seu repertório, com uma maior frequência da taça Lamb. 1 e do prato Lamb. 5, assim como da variante mais carenada Lamb. 5/7. Embora representadas por escassos exemplares, as formas Lamb. 2, 3, 4, 10 e Pasquinucci 127 estão também presentes no conjunto.

As importações de cerâmicas finas itálicas em Castro Marim registam uma continuidade desde as últimas importações de cerâmica campaniense e os momentos iniciais do abastecimento de *terra sigillata* tipo itálico. A presença de uma marca radial, associada a um conjunto de formas cuja cronologia se centra nas últimas décadas do séc. I a.C., é disso testemunho.

A origem de um conjunto de peças que integrámos no grupo da campaniense de pasta cinzenta mantém-se ainda em aberto, sendo possível que, pelo menos parte deste materiais, seja proveniente do Vale do Guadalquivir. As formas identificadas correspondem aos tipos que tiveram maior sucesso durante o séc. I a.C. como sejam as Lamb. 1 e 5/7, registando-se igualmente uma taça de paredes inclinadas.

## Catálogo 6 – Cerâmica campaniense, formas ilustradas

Est.	Nº	Ano	Nº Inv.	Sector	Quad.	UE	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. total	Dese- nho
74	910	2002		1		385	Camp. A	Indet.	bordo/ bojo		Indet.	22	T.D.
74	911	1988		4	E 10	4	Camp. A	Lamb. 5	bordo		170	19	T.D.
74	912	2000		01.1		14	Camp. A	Lamb. 7	bordo		190	21	T.D.
74	913	1987		3	C 05	1	Camp. A	Lamb. 31	bordo		Indet.	14	T.D.
74	914	1987		3	C 05	1	Camp. A	Lamb. 36	bordo		140	80	C.V.
74	915	1987	2775	3	B 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 1	fundo/ pé		Indet.	30	T.D.
74	916	1987	2777	3	B 06	2	Camp.B de Cales	Lamb. 1	bordo/ bojo		190	36	A.M.
74	917	1987	2751	3	C 06	1	Camp.B de Cales	Lamb. 1	bordo		130	22	A.M.
74	918	1987	271	3	C 05		Camp.B de Cales	Lamb. 1	bordo		160	33	A.M.
74	919	1987	2628	3	B 05		Camp.B de Cales	Lamb. 1	bordo/ bojo	6 fragmentos	140	40	T.D.
74	920	1987	9				Camp.B de Cales	Lamb. 1	bordo/ bojo		156	42	T.D.
74	921	1987	2621	3	C 06	1	Camp.B de Cales	Lamb. 1	perf. comp.		126	40	C.V.
74	922	1987	2622	3	B 06	2	Camp.B de Cales	Lamb. 1	bordo/ bojo		140	39	C.V.
74	923	2002	6059	1		sup	Camp.B de Cales	Lamb. 11	bordo		140	39	C.V.
75	924	1987	208	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 1	bordo		130	32	A.M.
75	925	1987	190	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 1	bordo		140	32	A.M.
75	926	1987	256	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 1	fundo/ pé		90	20	A.M.
75	927	1987	2683	3	B 04	1	Camp.B de Cales	Lamb. 1	fundo/ pé		90	23	A.M.
75	928	1987	2702	3	C 06	1	Camp.B de Cales	Lamb. 1	fundo/ pé		90	22	T.D.
75	929	1987	2696	3	C 06	1	Camp.B de Cales	Lamb. 1	fundo/ pé		110	24	A.M.
75	930	1987	186	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 1	fundo/ pé		110	21	A.M.
75	931	1987	262	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 1	fundo/ pé		140	19	A.M.
75	932	1987	222	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 1	fundo/ pé		90	23	A.M.
75	933	1987	199	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 1	fundo/ pé		90	21	A.M.
75	934	1987	2701	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 1	fundo/ pé		110	22	A.M.
76	935	1987	2689	3	B 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 2	bordo/ bojo		100	33	C.V.
76	936	1988	2770	4	E 10	4	Camp.B de Cales	Lamb. 2	bordo/ bojo		90	30	C.V.
76	937	1987	2750	3	B 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 2	bordo		80	43	C.V.
76	938	1987	280	3	B 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 2	bordo		100	22	C.V.
76	939	1987	243	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 2	bordo		100	18	C.V.
76	940	1987	203	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 2	fundo/ pé/bojo		Indet	19	T.D.
76	941	1987	2771	3	C 05/ B04	1-2	Camp.B de Cales	Lamb. 3	fundo/ pé		85	36	C.V.
76	942	1987	2773	3	C 06	1	Camp.B de Cales	Lamb. 3	fundo/ pé		85	34	C.V.
76	943	1987	2662	3	B 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 3	fundo/ pé		80	28	C.V.
76	944	1987	2764	3	C 06	1	Camp.B de Cales	Lamb. 3	perf. comp.	tem grafito ANT no fundo exterior	50	39	C.V.

Est.	Nº	Ano	Nº Inv.	Sector	Quad.	UE	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. total	Dese- nho
76	945	1987	218	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 3	fundo/pé		80	22	C.V.
76	946	1987	259	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 3	fundo		85	22	C.V.
76	947	1987	3737	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 3	fundo/pé/bojo		Indet	22	T.D.
76	948	1987	239	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 4	fundo/pé		90	27	A.M.
76	949	1987	424	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5	bordo		320	21	A.M.
76	950	1987	2737	3	E 06	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5	bordo		340	23	A.M.
77	951	1987	2645	3	B 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5	bordo		320	21	A.M.
77	952	1987	2673	3	B 04	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5	bordo		300	20	A.M.
77	953	1987	2731	3	B 04	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5	bordo/bojo		240	21	A.M.
77	954	1987	2721	3	B 04	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5	bordo		240	21	A.M.
77	955	1987	209	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5	bordo		160	19	A.M.
77	956	1987	2735	3	B 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5	bordo/bojo		220	20	A.M.
77	957	1987	2726	3	C 06	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5	bordo		180	17	A.M.
77	958	1987	2646	3	B 06	2	Camp.B de Cales	Lamb. 5	bordo		Indet.	19	A.M.
77	959	1987	2644	3	B 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5/7	fundo/pé		Indet	22	A.M.
77	960	1987	202	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 7	bordo		320	28	C.V.
77	961	2002	6935				Camp.B de Cales	Lamb. 7	bordo		300	18	A.
77	962	1987	204	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 7	bordo		200	24	T.D.
77	963	1987	273	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 7	bordo		180	26	T.D.
77	964	1987	2732	3	C 06	1	Camp.B de Cales	Lamb. 7	bordo/bojo		200	17	T.D.
77	965	1987	2758	3	B 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 7	bordo/bojo		170	21	T.D.
78	966	1987	260	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 7	bordo		190	21	T.D.
78	967	1987	233	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 7	bordo			16	A.M.
78	968	1987	2733	3	B 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 7	bordo/bojo		Indet	25	T.D.
78	969	1987	2681	3	B 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5/7	bordo		360	15	T.D.
78	970	1987	2665	3	C 06	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5/7	bordo		320	23	T.D.
78	971	1987	2672	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5/7	bordo		140	17	T.D.
78	972	1987	2684	3	B 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5/7	bordo	2 fragmentos	--	15	T.D.
78	973	1987	6056	3	C 06	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5/7	bordo		--	13	T.D.
78	974	1987	3742	3	B 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5/7	bordo		--	21	T.D.
78	975	1987	2629	3	B 06	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5/7	fundo/pé	2 fragmentos	70	29	T.D.
78	976	1987	195	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5/7	fundo/pé	c/ guilhoché	60	22	T.D.
78	977	1983	2765	1	F 03	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5/7	fundo/pé		80	32	T.D.
78	978	1987	2657	3	B 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5/7	fundo/pé		60	18	T.D.
78	979	1987	2638	3	C 06	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5/7	fundo/pé		100	32	T.D.

Est.	Nº	Ano	Nº Inv.	Sector	Quad.	UE	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. total	Dese- nho
78	980	1987	3738	3	C 06	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5/7	fundo		70	23	T.D.
78	981	1987	2697	3	C 06	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5/7	fundo/pé		60	19	T.D.
78	982	1987	201	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5/7	fundo/pé		60	17	T.D.
78	983	1987	258	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5/7	fundo/pé		100	30	T.D.
78	984	1987	274	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 5/7	fundo/pé	três sulcos no fundo, marcados após a cozedura. Poderá tratar-se de um sinal de propriedade (?).	60	20	T.D.
79	985	1987	2633	3	D 05	1	Camp.B de Cales	Prato	fundo/pé	com estampilha	57	24	T.D.
79	986	1987	189	3			Camp.B de Cales	Lamb. 1	fundo	grafito M.			T.D.
79	987	1987	2674	3	C 06	1	Camp.B de Cales	Lamb. 1	fundo/pé	grafito [...] AV ou [...] TAN ou TAV	90	19	T.D.
79	988	1987	263	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 1	fundo/pé	grafito [...] AV ou [...] AN ou [...] NA	50	14	M.D.
79	989	1987	189	3	C 05	1	Camp.B de Cales	Lamb. 1	fundo/pé	grafito MA ou NA	48	22	M.D.
80	990	1987	2719	3	C 06	1	Camp. cinzenta	Lamb. 1	bordo/bojo	7 fragmentos	150	40	T.D.
80	991	1987	3733	3	C 05	1	Camp. cinzenta	Lamb. 1	bordo		160	37	T.D.
80	992	1987	5345	3	B 05	1	Camp. cinzenta	Lamb. 1	bordo	2 fragmentos	150	33	T.D.
80	993	1987	5741	3	B 05	1	Camp. cinzenta	Lamb. 1	bordo		110	23	T.D.
80	994	1987	228	3	C 05	1	Camp. cinzenta	Lamb. 1	bordo		160	19	T.D.
80	995	1987	188	3	C 05	1	Camp. cinzenta	F 2865	bordo		180	22	T.D.
80	996	1987	2717	3	B 04	1	Camp. cinzenta	F 2865	bordo/bojo		Indet	32	T.D.
80	997	1987	228	3	C 05	1	Camp. cinzenta	F 2865	bordo/bojo		160	19	T.D.
80	998	1987	207	3	C 05	1	Camp. cinzenta	Lamb. 1	fundo/pé		90	20	T.D.
80	999	1987	193	3	C 05	1	Camp. cinzenta	Lamb. 1	fundo/pé		80	23	T.D.
80	1000	1987	2708	3	B 04	1	Camp. cinzenta	Lamb. 1	fundo/pé		100	21	T.D.
80	1001	1987	5342	3	B 05	1	Camp. cinzenta	Lamb. 1	fundo		100	21	T.D.
80	1002	1987	5337	3	B 05	1	Camp. cinzenta	Lamb. 5/7	bordo		190	15	A.M.
80	1003	1987	194	3	C 05	1	Camp. cinzenta	Lamb. 5/7	bordo		180	15	A.M.
80	1004	1987	426	3	C 05	1	Camp. cinzenta	Lamb. 5/7	bordo		180	18	A.M.
80	1005	1987	2709	3	B 05	1	Camp. cinzenta	Lamb. 5/7	bordo		150	15	A.M.
80	1006	1987	6891	3	B 05	1	Camp. cinzenta	Lamb. 5/7	bordo		170	15	A.M.
80	1007					1	Camp. cinzenta	Lamb. 5/7	bordo				A.M.
80	1008	1987	5340	3	B 05	1	Camp. cinzenta	Lamb. 5/7	bordo		Indet	18	A.M.
81	1009	2002	5929	1		385	Camp. cinzenta	Lamb. 5/7	fundo		80	27	A.M.
81	1010	1987	2716	3		B 05	Camp. cinzenta	Lamb. 5/7	fundo/pé	2 fragmentos	80	19	A.M.
81	1011	2002	6032	1		360	Camp. cinzenta	Lamb. 5/7	fundo/pé		57	23	A.M.
81	1012	1987	221	3		C 05	Camp. cinzenta	Lamb. 5/7	fundo/pé	com pequena estampilha	60	17	T.D.



### Valorização do contexto estratigráfico da cerâmica campaniense de Castro Marim

Como já se referiu, o estudo do conjunto da cerâmica campaniense de Castro Marim reveste-se de particular interesse, pois a maior parte dos fragmentos é originária de um contexto arqueológico bastante homogéneo, do ponto de vista crono-estratigráfico, e cuja datação aponta para um período em torno a 50-30 a.C. (Arruda, 1988a). Trata-se, portanto, de uma amostra relativamente tardia, no quadro da produção e importação da cerâmica campaniense.

O facto de a cerâmica campaniense se encontrar, maioritariamente, num contexto bem datado possibilitou outros tipos de abordagem, como a que P. Arcelin realizou para o sul da Gália (2000, p. 293 – 332), na qual analisou, entre outros aspectos, o peso que a cerâmica campaniense ocupa no seio das produções cerâmicas utilizadas no serviço de mesa. Infelizmente, e ao contrário do que os diversos sítios estudados na Gália permitiram apurar, não existem, no caso de Castro Marim, dados que permitam ver qual a evolução da presença destas cerâmicas campanienses em períodos anteriores, nomeadamente no séc. II a.C. Mesmo assim, pareceu interessante apresentar as conclusões a que chegámos.

Categorias	Nº de bordos	%
cer. comum cinzenta (local ?)	7	0.9
cer.comum laranja (local ?)	96	11.9
cer. comum pasta calcária (Bética ?)	473	58.9
cer. de “tipo Kuass”	13	1.6
campaniense A	2	0.2
campaniense B de Cales	116	14.4
campaniense pasta cinzenta	21	2.6
cer. de paredes finas (itálica)	76	9.5
<b>Total</b>	<b>804</b>	<b>100</b>

Tabela 59 – Castro Marim. Distribuição das diferentes categorias cerâmicas utilizadas no serviço de mesa. Contexto datado de 50–30 a.C.

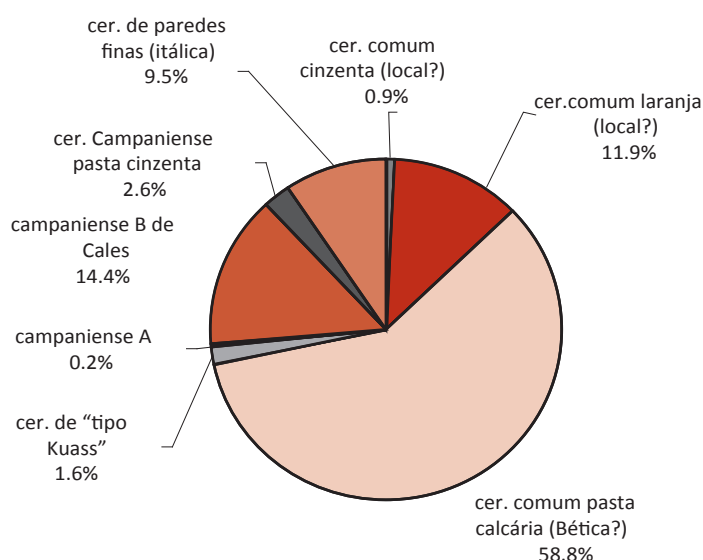


Gráfico 23 – Castro Marim. Distribuição percentual das diferentes categorias de cerâmica utilizadas no serviço de mesa. Contexto datado de 50-30 a.C. (nº bordos).

Na **Tabela 59** e **gráfico 23**, pode observar-se a composição do contexto arqueológico que se datou de 50-30 a.C. e que foi já caracterizado *supra*, no que diz respeito às diferentes categorias cerâmica utilizadas no serviço de mesa: pratos para consumo de alimentos e tigelas, taças e copos para ingestão de líquidos. De referir que a cerâmica de mesa constitui 33.6% da cerâmica recuperada neste contexto, que regista uma percentagem elevada de ânforas e de outras cerâmicas comuns com funcionalidades relacionadas com o armazenamento, o transporte e a preparação dos alimentos. Num total de 804 peças (nº de bordos), sobressai imediatamente o peso da cerâmica comum de pastas calcárias, com 58.9% (473 bordos), cuja produção habitualmente se atribui à vizinha Andaluzia. Trata-se, sobretudo, de tigelas que seguem uma tradição anterior, da Idade do Ferro, sendo igualmente das formas mais frequentes nesse período, como demonstrou o estudo dos contextos conservados de finais do séc. IV/III a.C. (Sousa, 2005, p. 94-96, Est. LII-LIX). A cerâmica de possível produção local de pastas alaranjadas soma 11.9% das peças da cerâmica de mesa no contexto tardo-republicano, sendo novamente a tigela a forma mais frequente.

No seio das produções de verniz negro deste contexto, a cerâmica campaniense A é muito rara (0.2%), constituindo a campaniense de Cales a maioria, somando 14.4%. A campaniense de pasta cinzenta constitui 2.4%. Ora estes valores somados estão muito distantes dos observados no Sul da Gália, onde na primeira metade do séc. I a.C., em sítios como Marselha ou Lattes, a cerâmica campaniense apresenta uma percentagem de 73 e 87% no seio da cerâmica de mesa. Infelizmente, dada a escassez de níveis conservados em outros centros de consumo ocidentais, não é possível apresentar uma estimativa idêntica para outros sítios, de modo a comparar os dados de Castro Marim com os de outros locais. Segundo P. Arcelin, a realidade gaulesa assinala “(...) bien sûr de leur place privilégiée dans le commerce maritime régional, mais aussi de leur forte dépendance au milieu du négoce méditerranéen par la faible utilisation d’autres produits tournés importés (vaisselle commune, à parois fines ...) ou des créations régionales (communes à pâte calcaire, dérivés de ces mêmes importations italiennes)” (Arcelin, 2000, p. 302).

Outro dado relevante diz respeito à presença da cerâmica de paredes finas, que corresponde a 9.5% da cerâmica de mesa neste contexto. Este dado é relevante, pois constitui um testemunho do carácter tardio do contexto. Por outro lado, a função dos vasos de paredes finas está directamente relacionada com o consumo de líquidos, o que vai ao encontro da distribuição das formas de campaniense B de Cales, onde as formas destinadas ao consumo de alimentos (pratos das formas Lamb. 5, e sua variante 5/7) são maioritárias. As formas de paredes finas presentes neste contexto são a Mayet III e VIII.

É também significativo que a cerâmica campaniense de pasta cinzenta, de produção regional, alguma da qual poderá ser atribuída ao vale do Guadalquivir, se encontre presente neste contexto, pois assegura a sua contemporaneidade relativamente à campaniense de Cales, aspecto que já se supunha pois as formas em que se inspira são sobretudo do repertório formal da campaniense B.

A cerâmica comum itálica encontra-se também representada neste contexto, embora com uma presença pouco expressiva. Trata-se, na sua maioria, de pratos de bordo bifido (Forma 4 de Aguardo), que, no entanto, não estão exclusivamente relacionados com o consumo de alimentos à mesa, podendo ter sido também utilizados com um fim culinário.

Segundo a proposta de E. de Sousa, a presença de cerâmica de “tipo Kuass” neste contexto não deve ser entendida como material residual, uma vez que esta produção se prolonga até ao período republicano, encontrando-se igualmente em contextos republicanos em Faro, e junto ao sítio de Monte Molião (Lagos), onde ocorre num contexto datado do último terço do séc. II a.C. (Sousa, 2005, p. 76; Serra e Sousa, 2005, p. 11 – 26; Sousa, 2010, p. 523-528).

Outro aspecto que deve ser tido em consideração diz respeito ao conjunto anfórico identificado neste contexto, que se analisará mais detalhadamente *infra*. Como se verificará, 84% das

ânforas republicanas de Castro Marim são originárias deste depósito datado de 50-30 a.C. As ânforas que seguem modelos punicizantes correspondem a mais de metade do total de recipientes, sendo a *Ulterior* o centro abastecedor, por excelência, de Castro Marim neste período. Além dos preparados piscícolas, esta região foi igualmente responsável pelo abastecimento de vinho e também de algum azeite. Apenas 2.8% de ânforas correspondem a contentores vinários itálicos, o que contrasta com o volume das restantes importações itálicas da mesma área regional Lácio/Etrúria/Campânia.

### 2.2.3.3.2. A terra sigillata

A *terra sigillata* de Castro Marim é proveniente das escavações arqueológicas realizadas sob a direcção da Doutora Ana Margarida Arruda, entre os anos de 1983 e 1988 e entre 2000 e 2003, em diversos sectores do Castelo. Numa primeira abordagem sobre esta categoria cerâmica, deu-se a conhecer alguns aspectos que caracterizam o conjunto, tendo-se privilegiado sobretudo a *terra sigillata* sudgálica (Viegas, 2003b, p. 641-646), e em outra ocasião caracterizou-se, sumariamente, o conjunto da *terra sigillata* no quadro da ocupação romana de Castro Marim (Viegas, 2006c, p. 241-260). No presente trabalho, além de se actualizarem os dados do inventário, procede-se a um aprofundamento da análise das diferentes categorias de *terra sigillata* com vista a reconhecer o perfil de importação deste tipo de cerâmica em Castro Marim.

Nos trabalhos arqueológicos realizados, recuperaram-se 1298 fragmentos que pertencem a 457 (NMI) (Tabela 60, Estampa 82 a 94). Ao contrário do que sucede nos restantes sítios estudados, não se encontram representados todos os fabricos de *sigillata*, tendo-se identificado sobretudo os pertencentes ao período do Alto Império como a *terra sigillata* de tipo itálico, sudgálica, hispânica (tipo Peñaflores e de Tricio e Andújar). As importações tardias de *sigillata* africana (clara A, C ou D), luzente, DSP (paleocristã) e focense tardia são praticamente inexistentes.

	Nº de Frag	% Nº de Frag	NMI	% NMI
<i>Sigillata</i> tipo itálico (TSI)	280	22.4	100	21.9
<i>Sigillata</i> sudgálica (TSS)	793	61	283	62
<i>Sigillata</i> hispânica tipo Peñaflores (TSHPeñ)	54	4.2	20	4.4
<i>Sigillata</i> hispânica (TSH)	145	11.2	50	10.9
<i>Sigillata</i> clara A (TSCIA)	6	0.5	2	0.4
<i>Sigillata</i> clara C (TSCIC)	1	0.1	-	-
<i>Sigillata</i> clara D (TSCID)	1	0.1	-	-
<i>Sigillata</i> luzente (Tsluz)	6	0.5	2	0.4
<b>Total</b>	<b>1298</b>	<b>100</b>	<b>457</b>	<b>100</b>

Tabela 60 – Castro Marim. Distribuição dos distintos tipos de *terra sigillata*.

Não se encontrou, até ao momento, qualquer fragmento de *sigillata* oriental A no conjunto de Castro Marim. Esta cerâmica, originária do Mediterrâneo Oriental, ocorre com carácter esporádico, no Algarve romano, em Faro, e no restante território português, na Alcaçova de Santarém (Viegas, 2003, p. 36-41).

A *sigillata* de tipo itálico constitui 21.9% do total da *sigillata* de Castro Marim, registando-se 280 fragmentos, entre os quais se identificaram uma centena de peças pertencentes a formas lisas, 12 fragmentos decorados e nove marcas de oleiro, das quais se apresenta leitura para sete (Tabela 61, Gráfico 24, Estampa 82 a 84). É um conjunto numericamente importante, que regista alguma especificidade, uma vez que se encontram algumas formas que estão habitualmente ausentes dos restantes conjuntos estudados.

Em termos morfológicos, regista-se uma variedade assinalável, o que espelha um padrão de importação algo diferente, assinalando-se, por exemplo, uma maior frequência das fases mais antigas da produção. Contudo, do ponto de vista da distribuição cronológica as formas representadas mostram uma maior concentração das importações no período compreendido entre o final do reinado de Augusto e o reinado de Tibério, o que vai ao encontro dos dados disponíveis para os dois outros sítios estudados.

	Forma	NMI
Formas lisas	Consp. 1	2
	Consp. 3.1	1
	Consp. 4	6
	Consp. 7	1
	Consp. 8	8
	Consp. 12	3
	Consp. 13.3	1
	Consp. 14	2
	Consp. 15	2
	Consp. 18	7
	Consp. 18.2	2
	Consp. 19.2	1
	Consp. 20	2
	Consp. 20.4	8
	Consp. 20.5	1
	Consp. 22	6
	Consp. 22.2	1
	Consp. 22.5	1
	Consp. 29	1
	Consp. 31	2 (1)
	Consp. 32	1 (1)
	Consp. 32.2	1
	Consp. 33	5
	Consp. 36	1
	Consp. 50	1 (1)
	Consp. 52	1
	Indet.	32
	Total	100
Formas decoradas	Fragmentos Indeterminados	12
	Pé	1
Marcas de oleiro	Marcas	9

Tabela 61 – Castro Marim. Formas de *terra sigillata* de tipo itálico.

As importações de *sigillata* de tipo itálico sucedem às de cerâmica campaniense B de Cales mais tardias. É sintomático que no contexto arqueológico que se data de um momento anterior ao reinado de Augusto (50-30 a.C.) não se registre qualquer fragmento de *terra sigillata* de tipo itálico. Neste contexto, encontram-se outras importações itálicas republicanas, além da abundante

cerâmica campaniense de Cales tardia. Regista-se a presença de cerâmica de paredes finas e ânforas vinárias Dressel 1, além de exemplares de cerâmica comum igualmente itálica, mas a *sigillata* de tipo itálico de verniz negro permanece ausente e não se assinala a presença de fabricos iniciais desta produção, com vernizes vermelhos de fraca qualidade, por pertencerem aos momentos ditos experimentais da produção itálica, ao contrário do que sucede na Alcáçova de Santarém (Viegas, 2003).

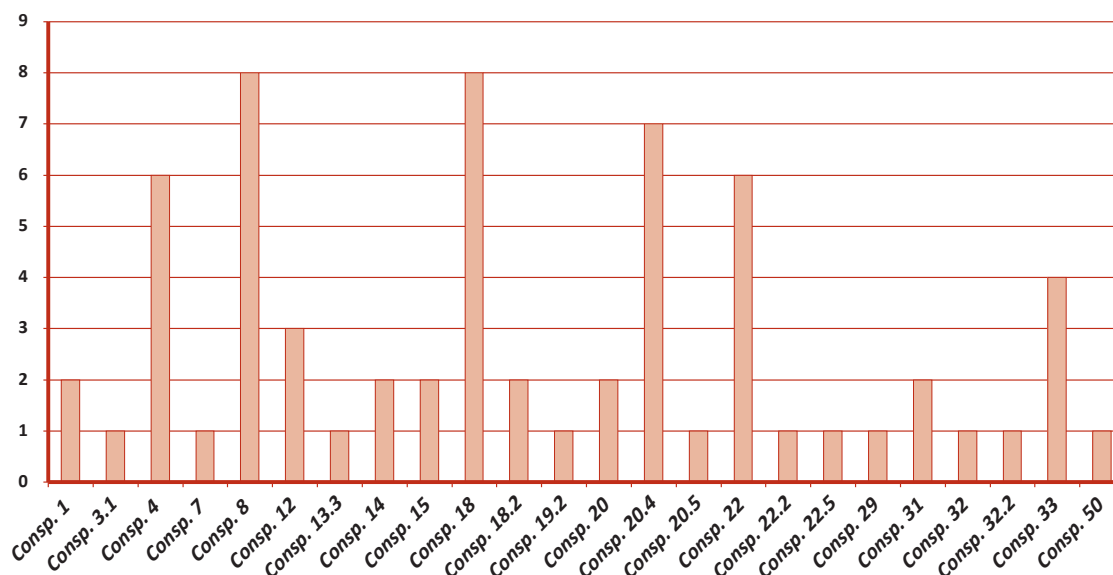


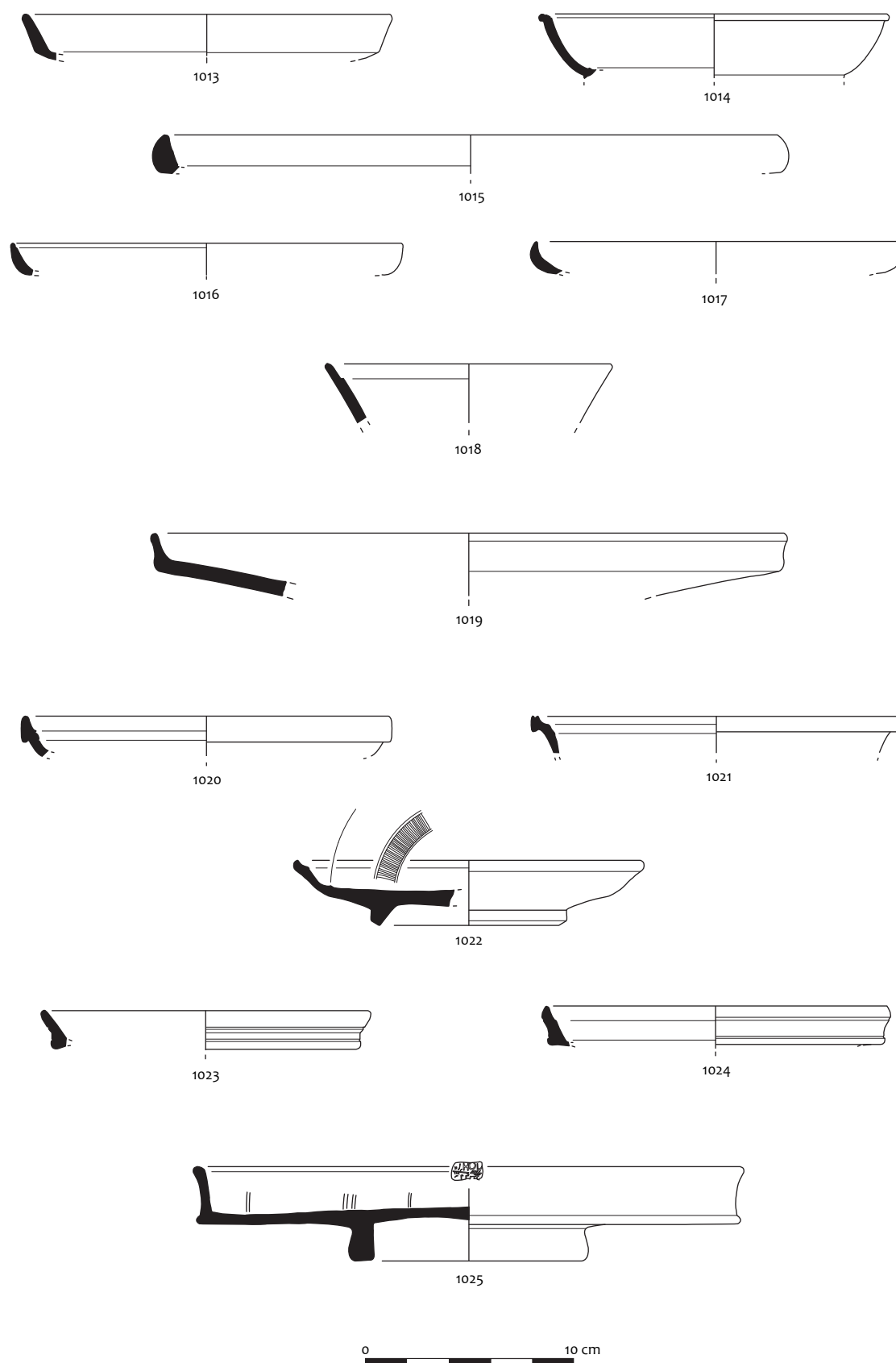
Gráfico 24 – Castro Marim. Distribuição das formas de *terra sigillata* de tipo itálico (NMI).

As primeiras importações de *terra sigillata* de tipo itálico ocorrem nas últimas décadas do séc. I a.C. e nas primeiras do século seguinte. Prova disso, é a presença da forma Consp. 1.1 que se encontra datada de meados do séc. I a.C. até 15 a.C. (nº 1013). Também da fase mais antiga da produção itálica, a forma Consp. 8 (nº 1018), datada de 30 a.C. até à mudança da era ou à primeira década do séc. I, encontra bastantes exemplares. De âmbito cronológico idêntico, encontra-se igualmente a taça de bordo triangular pendente, Consp. 12 (nº 1020 e 1021), que pertence ao chamado serviço I de Haltern e a taça Consp. 13. Também nesta fase mais antiga, se situa a marca radial que aponta para uma cronologia entre 30 e 10 a.C. (ver em detalhe *infra* Tabela 62).

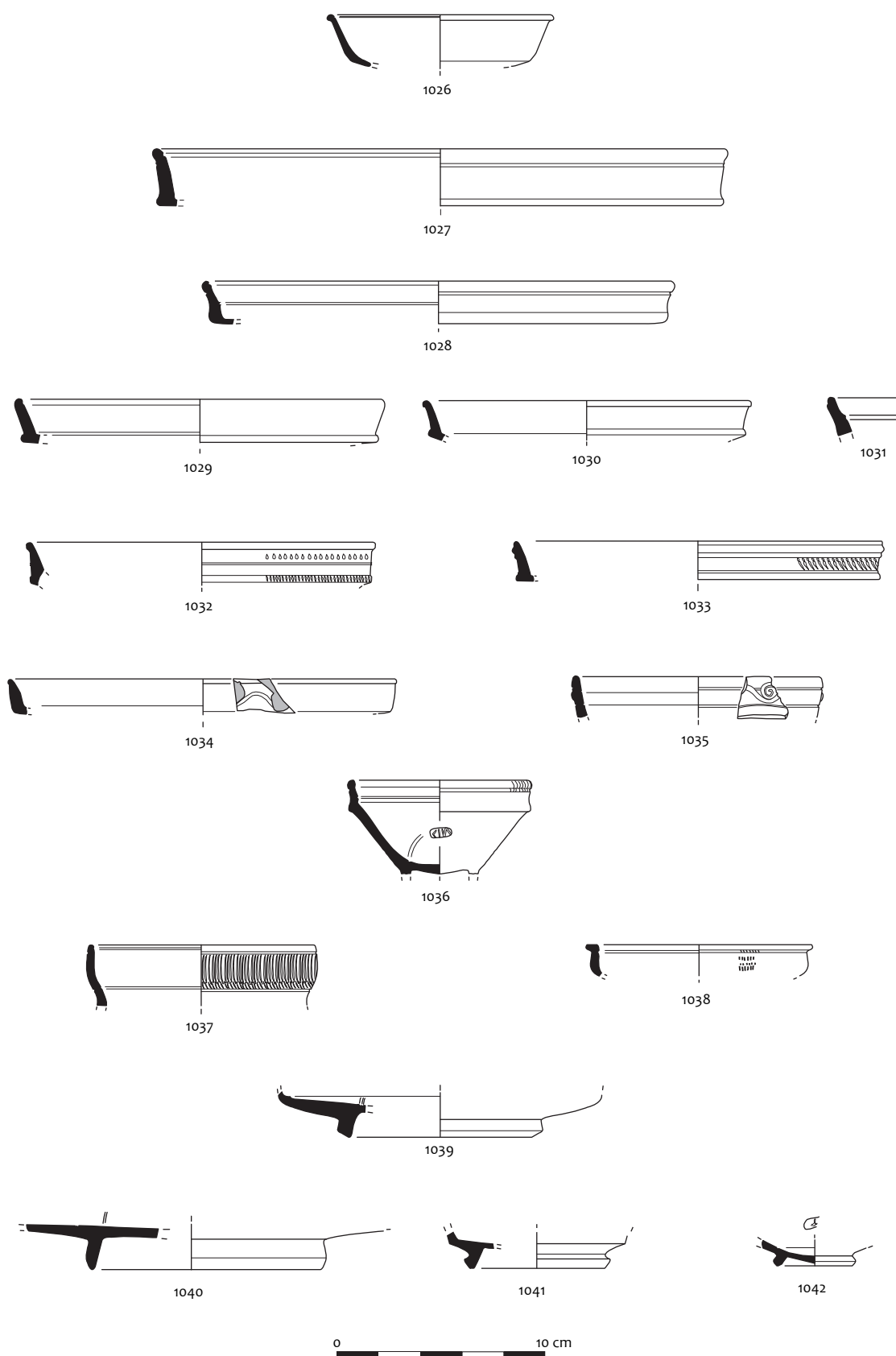
As formas mais frequentes são as taças e pratos de parede vertical com maior ou menor molduração, como os pratos Consp. 18 e 20 (nº 1023 a 1034) e as correspondentes taças Consp. 22. Os primeiros encontram-se datados da segunda metade do reinado de Augusto e do reinado de Tibério (15 a. C. até 30 d.C.). A forma Consp. 20 está também bastante bem representada, e possui uma cronologia que se situa entre a mudança da era e os meados do séc. I d.C., ou mesmo, quando se trata da variante Consp. 20.4, com uma datação entre 40 e 80 d.C. O prato de parede vertical e meia cana na sua ligação ao fundo também pertence a este lote de formas, com uma cronologia entre 15 a.C. e 30 d.C. Outro prato, este pertencente à forma Consp. 3.1 (1014), que segue o modelo campaniense anterior, é pouco frequente, quer em Castro Marim, quer nos restantes sítios estudados, sendo apontada uma cronologia do séc. I d.C.

Quanto às taças que seriam utilizadas em serviço com os pratos Consp. 18 e 20 (serviço II de Haltern), a mais frequente pertence ao tipo Consp. 22 (nº 1035 e 1036). A evolução destas taças, de perfil cónico e bordo vertical, faz-se no sentido de uma cada vez maior simplificação na molduração interior e exterior dos bordos.





Estampa 82 – Castro Marim. Terra sigillata de tipo itálico.



Estampa 83 – Castro Marim. *Terra sigillata* de tipo itálico.

São frequentes os exemplares mais antigos, mas também a variante Consp. 22.5, datada das primeiras décadas do séc. I d.C. Um exemplar (nº 1035) ostenta a característica decoração aplicada de um motivo de dupla espiral, que remete para uma cronologia em torno à década de 20 do séc. I d.C. Já anteriormente manifestámos a dificuldade na distinção entre a forma Consp. 22.5 e a 23, pois a sua morfologia é bastante idêntica. Em termos cronológicos, a segunda cabe já no período compreendido entre a mudança da era e os meados do séc. I d.C.

Uma série de taças com perfis diversos constitui uma prova da continuidade das importações durante o reinado de Tibério, ou até mesmo, possivelmente, aos meados do séc. I d.C. Encontra-se nesta situação a forma Consp. 29, tipo bastante raro, cuja cronologia, na tipologia de referência do Conspectus, atinge mesmo as últimas décadas do séc. I. As taças percursoras da forma Drag. 27 de perfil biconvexo, formas Consp. 31 e 32 (nº 1037 e 1038), encontram-se bem representadas, assim como a antecessora da sudgálica Drag. 24/25, o tipo Consp. 33. Apenas se recuperou um fragmento de um copo do tipo Consp. 50 e o cálice da forma Consp. 52 encontra-se igualmente representado por um fragmento de pé (nº 1043). Não restam dúvidas quanto ao facto de a *sigillata* de tipo itálico ainda se encontrar nos mercados durante o reinado de Tibério e mesmo Cláudio, numa altura em que o Sul da Gália também abastecia Castro Marim de cerâmicas finas de mesa.

São relativamente escassos e de muito reduzida dimensão os fragmentos decorados (12 fragmentos). Na maior parte dos casos, apenas se conservou a moldura com guilhoché e, em alguns exemplares, os únicos motivos que se observam correspondem a florzinhas. Pela sua reduzida dimensão, optou-se por não os representar. Apenas um fragmento de um cálice de forma indeterminada (nº 1044) ostenta um sátiro que toca um instrumento (flauta?), motivo que pode pertencer à obra de M. Perenni (Dragendorff e Watzinger, 1948, nº 44, est. 5, p. 181).

Quanto às marcas de oleiro, num total de nove, propõe-se leitura para oito (**Tabela 62 e Estampa 84**). Encontra-se presentes alguns oleiros, cuja produção já se encontrava documentada no Algarve, como Xanthus, C. Vibienus, e outros que ocorrem pela primeira vez no território algarvio e mesmo peninsular. As marcas de oleiro são originárias de diversos centros produtores em Itália, como Pisa e Arezzo, mas também do Centro de Itália, mostrando a sua distribuição cronológica uma elevada proporção de oleiros que produziram num período compreendido entre a mudança da Era e a primeira metade do séc. I d.C., embora também se encontrem dois oleiros que representam a fase mais antiga da produção: do escravo Priamus de A. Sestius (marca radial) e do escravo Canopus de Statília.

A marca que se desenvolve em duas linhas, onde é possível ler CANOPVS-/STATI(L?)IAE, pertence à produção do escravo Canopus do oleiro Statília, cuja localização se desconhece (nº 1048). Este oleiro terá laborado nas duas últimas décadas do séc. I a.C., constituindo, como já se referiu, juntamente com a marca radial, uma das mais antigas em Castro Marim, mas nenhum dos exemplos publicados no OCK tem a grafia que se observa no exemplar algarvio (OCK 1991). Existem 22 marcas deste oleiro, que se distribuem, preferencialmente, pelo território italiano (11 exemplares), sendo as restantes oriundas da província *Africa Proconsularis* (1), de Creta (1), da *Gallia* (5) e da *Hispania Tarraconensis* (2) (OCK, CD Rom).

A produção pisana do oleiro Xanthus (2) está representada por dois exemplares em Castro Marim (nº 1050 e 1051), à semelhança do que sucede com a cidade de Faro, onde existem também duas peças deste oleiro. Trata-se, como já se referiu a propósito desses exemplares, de um oleiro que conheceu uma ampla produção, com distribuição sobretudo para as províncias do Norte (Germânia e Gália), sendo relativamente menos frequente na Hispânia. Produziu entre 5 a.C. e os meados do século seguinte, o que demonstra que as importações itálicas ainda conhecem algum vigor durante a primeira metade do séc. I. Na Lusitânia, além dos exemplares de Faro, a marca era conhecida igualmente no conjunto de Represas (Beja) (Lopes, 1994, Quadro I, nº 1636).

Estampa nº	Oleiro	Leitura	OCK=Oxé, Comfort e Kenrick, 2000	Origem	Forma	Local na peça	Caixilho	Cronologia
Est. 84 Nº 1045	(CN.)ATEIVS CRESTVS+ EVHODVS	?HOD/ CRE(S?)T	286.6	Pisa	Consp. 20.4	Fundo interno	Próximo do tipo 283 OCK. Cartela rectang. dupla com ângulos arredond., com espiga entre duas linha	5 a.C. – 10 d.C.
Est. 84 Nº 1046	GALLVS	GALL / ?? FE	864	Centro de Itália	Indet.	Fundo interno	Rectangular com duas linhas	10 a.C. – 30 d.C.
Est. 84 Nº 1047	Escravo PRIAMVS de A. SESTIVS	PRIAMI / A. SEST	1942.4	Arezzo (?)	Prato	Radial Fundo interno	Rectang. de ângulos arredond.	30 – 10 a.C.
Est. 84 Nº 1048	Escravo CANOPVS de STATILIA	CANOPVS / STATI(L?)IAE	1991	?	Indet.	Fundo interno	Rectang. de ângulos arredond.	20 – 1 a.C.
Est. 84 Nº 1049	C.VIBIENVS (2)	C.VB	2373.78	Arezzo	Indet.	Fundo interno	Tipo 458 OCK extremidade dupla arredondada	1 – 0 d.C.
Est. 84 Nº 1050	XANTHVS (2)	XATH	2536.25	Pisa	Taça	Fundo interno	Ovalada	5 a.C. – 50 d.C.
Est. 84 Nº 1051	XANTHVS (2)	N?THI retrogrado	2536.25	Pisa	Taça	Fundo interno	Rectang. de ângulos arredond.	5 a.C. – 50 d.C.
Est. 84 Nº 1052	T. Ver(a)nius Dauus ?	TVE	2342	Desconh.		Fundo interno	Rectang. de ângulos arredond.	Desconh.

Tabela 62 – Castro Marim. Descrição das marcas de oleiro de terra sigillata de tipo itálico.

A marca radial do escravo de A. Sestius, Priamus (nº 1047), é provavelmente originária de Arezzo (?), encontrando-se a sua produção documentada entre 30 e 10 a.C. (OCK 1942.4). Trata-se de um oleiro que, a julgar pelas escassas 15 ocorrências registadas na 2ª edição do *Corpus Vasorum Arretinorum*, teve uma produção e distribuição muito restrita. Esta é a primeira marca que ocorre na Península Ibérica, concentrando-se os restantes exemplares sobretudo em território italiano (10 exemplares), com dois exemplares na *Gallia*, um na *Germania*, outros em *Cyrene* e, no *Mediterrâneo Oriental*, na *Judaea*.

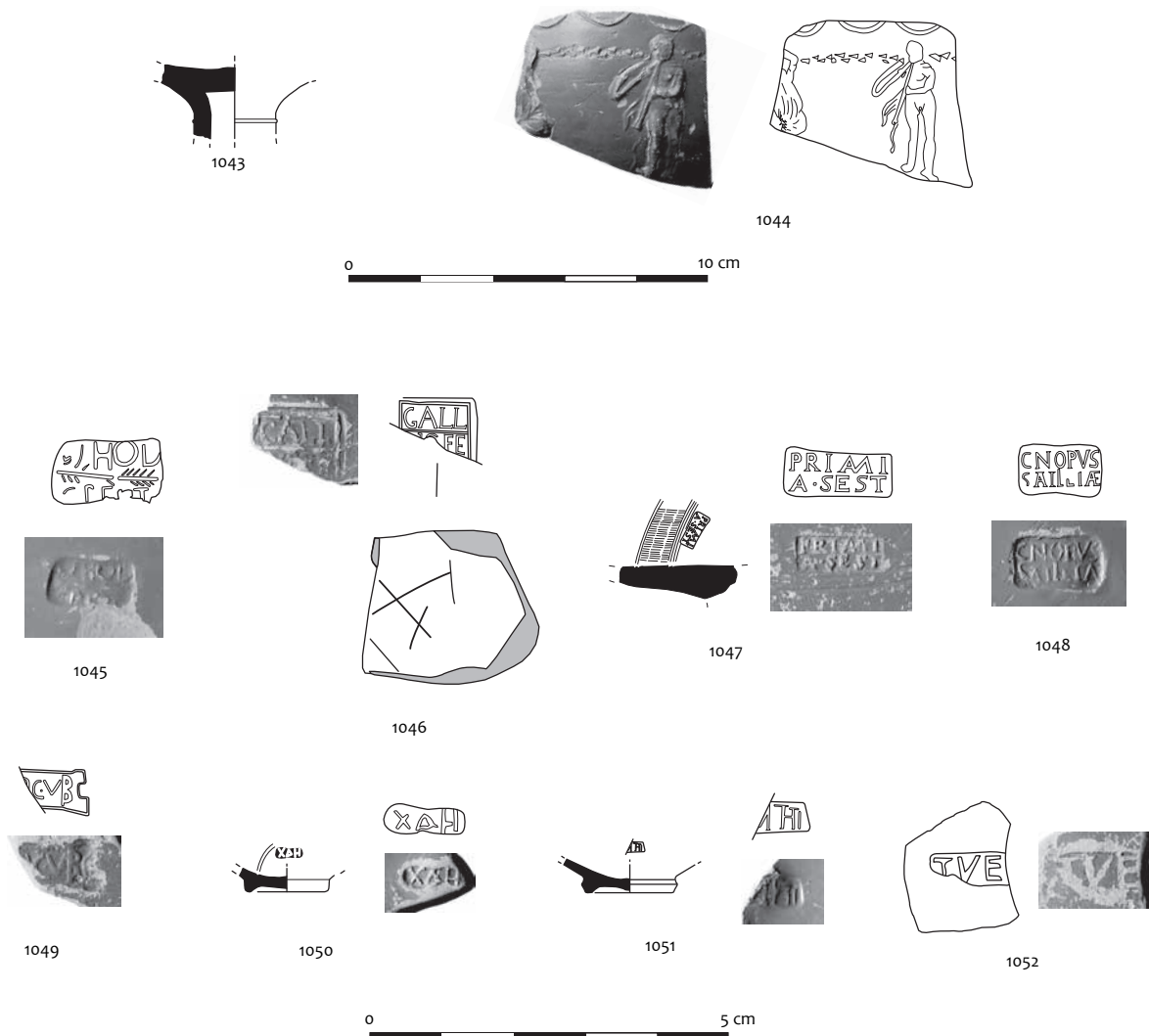
O oleiro C.Vibienus (2) (nº 1049) é originário de Arezzo e produziu na primeira metade do séc. I d.C. (OCK 2373.78). Apesar de ser a primeira vez que ocorre um punção com a grafia registada em Castro Marim, com extremidade dupla arredondada, o oleiro já se encontrava representado em *Balsa*, com dois exemplares (Nolen, 1994, si-14, Est. 10, fig. 20; Viegas, 2006a, nº 28, est. 2, p. 29). Como já se referiu a propósito de marcas deste oleiro em *Balsa*, C.Vibienus regista 193 ocorrências no *Corpus Vasorum Arretinorum*, e, no território hoje português, está presente, além de *Balsa* e *Milreu* (Teichner, 2008, F12, Tafel 135), em *Represas* (Beja) (Lopes, 1994, Quadro I, nº 1626).

A marca (nº 1045) presente no fundo interno de um prato da forma Consp. 20.4 é de leitura difícil, não só pela forma como as letras se encontram impressas, uma vez que parte dos caracteres não são claros, mas também devido ao estado de conservação, pois uma fractura que lascou o verniz na linha inferior inviabiliza a compreensão de uma série de letras. Defendemos que se trata de uma marca do oleiro Euhodus, associado (“partner”) de Cneus Ateius Crestus, que produziu em Pisa, no período compreendido entre 5 a.C. e 10 d.C. (OCK 286.6). Baseamo-nos, portanto, na sequência de caracteres visíveis na linha superior, HOD, sabendo que antes do H existe espaço para uma outra letra que não compreendemos. Na segunda linha, as letras, tal como sucede no exemplar de OCK 286.6, encontram-se mal impressas, só se observando a metade superior.

Trata-se de um oleiro que ocorre em 22 exemplares dispersos sobretudo pelas províncias da *Germania* (12 exemplares), na *Aquitania* (6), *Gallia* (3) e *Cyrene* (1) (OCK).

A marca TVE (nº 1052) pode ter pertencido ao oleiro T. Ver(a)nius Dauus, desconhecendo-se a origem e cronologia do único exemplar conhecido, que terá sido recuperado em Roma (OCK 2342).

A marca onde se lê GALL/ ??FE (nº 1046) pode ter pertencido ao oleiro Gallus, que produziu na região do Centro de Itália no período compreendido entre 10 a.C. e 30 d.C (OCK 864). Nenhuma das marcas que ocorre no OCK tem a grafia que lemos na marca algarvia. A que mais se aproxima é uma marca circular onde ocorre por extenso, apresentando o texto “GALLVS·FECIT”. A nossa marca apresenta-se em duas linhas, em cartela rectangular, e, na segunda linha, mutilada à esquerda, não podemos estar certos de quais os caracteres que aí se encontrariam, sendo apenas possível ter a certeza da presença de F e E. A presença do termo FECIT pesou na decisão de não se ter considerado a hipótese de se tratar dos oleiros GALL() (OCK 862) ou GALLIO (OCK 863), ambos com apenas uma ocorrência no OCK. Entre os exemplares conhecidos e inventariados no *Corpus Vasorum Arretinorum*, registam-se 26 peças que têm a sua origem sobretudo em Itália (18 exemplares), embora a sua distribuição também se tenha feito para outras regiões, como a *Gallia* e *Germania* (dois exemplares), a *Africa Proconsularis*, a *Mauretania* e a *Pannonia*, nestes casos com apenas um exemplar.



Estampa 84 – Castro Marim. Terra sigillata de tipo itálico.



A *sigillata sudgálica* de Castro Marim forma uma amostra muito significativa, quer em termos quantitativos (793 fragmentos que correspondem a 283 peças), pois quase iguala o conjunto de *Balsa*, quer, sobretudo, quanto à sua percentagem, uma vez que atinge o valor de 62% da *sigillata* do Castelo de Castro Marim (Tabela 63, Gráfico 25 e Estampa 85 a 92).

A importação de *sigillata sudgálica* para Castro Marim teve lugar desde o reinado de Tibério ou Tibério/Cláudio, como o demonstram as formas lisas, sobretudo a taça Drag. 24/25 (nº 1054 a 1066) e Ritt. 8 (nº 1053) e o prato Drag. 15 e 16 (nº 1067 a 1070). A forma Ritt. 12, datada do período de Cláudio, encontra-se igualmente representada (nº 1112). Cerca de 82.6% das peças cuja forma foi possível identificar pertencem a tipos como os pratos Drag. 18 (nº 1076 a 1088) e 15/17 (nº 1071 a 1075) e a taça Drag. 27 (nº 1090 a 1105), que possuem uma ampla cronologia, sendo difícil precisar a sua datação. Os critérios habitualmente utilizados para se poder obter uma maior precisão cronológica, como o aspecto geral dos perfis das peças, assim como a qualidade dos vernizes, já foram mencionados anteriormente. Identificaram-se também as limitações da sua aplicação aos nossos conjuntos, uma vez que, por um lado estamos perante material muito fragmentado, e, por outro, porque no caso de Castro Marim as condições pós-deposicionais alteraram, de forma significativa, a qualidade e brilho dos vernizes. Ainda assim, consideramos que parte significativa destes exemplares terão sido importados já durante o período Flávio.

	Forma	NMI
Formas lisas	Ritt. 8	3
	Drag. 24/25	34
	Drag. 27	75
	Drag. 18	55
	Drag. 15	2
	Drag. 16	3
	Drag. 15/17	23
	Drag. 35/36	18
	Ritt. 12	2
	Herm. 9	2
	Indet.	44
	<b>Total</b>	<b>256</b>
Formas decoradas	Drag. 11	1
	Herm. 9	1
	Drag. 29	10
	Drag. 30	6
	Drag. 37	4
Marcas de oleiro		11

Tabela 63 – Castro Marim.  
Formas de terra *sigillata sudgálica*.

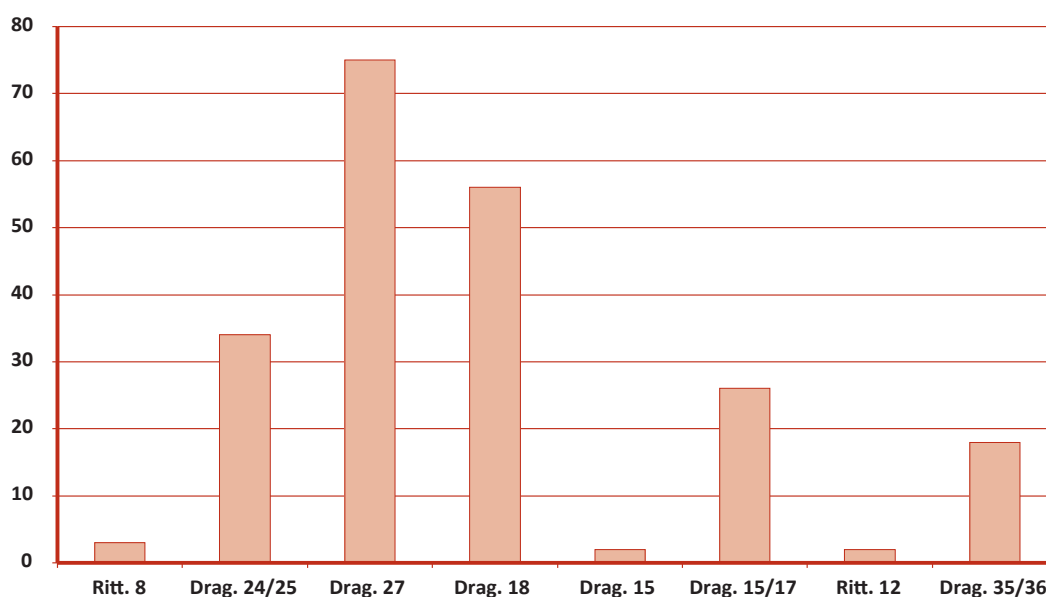
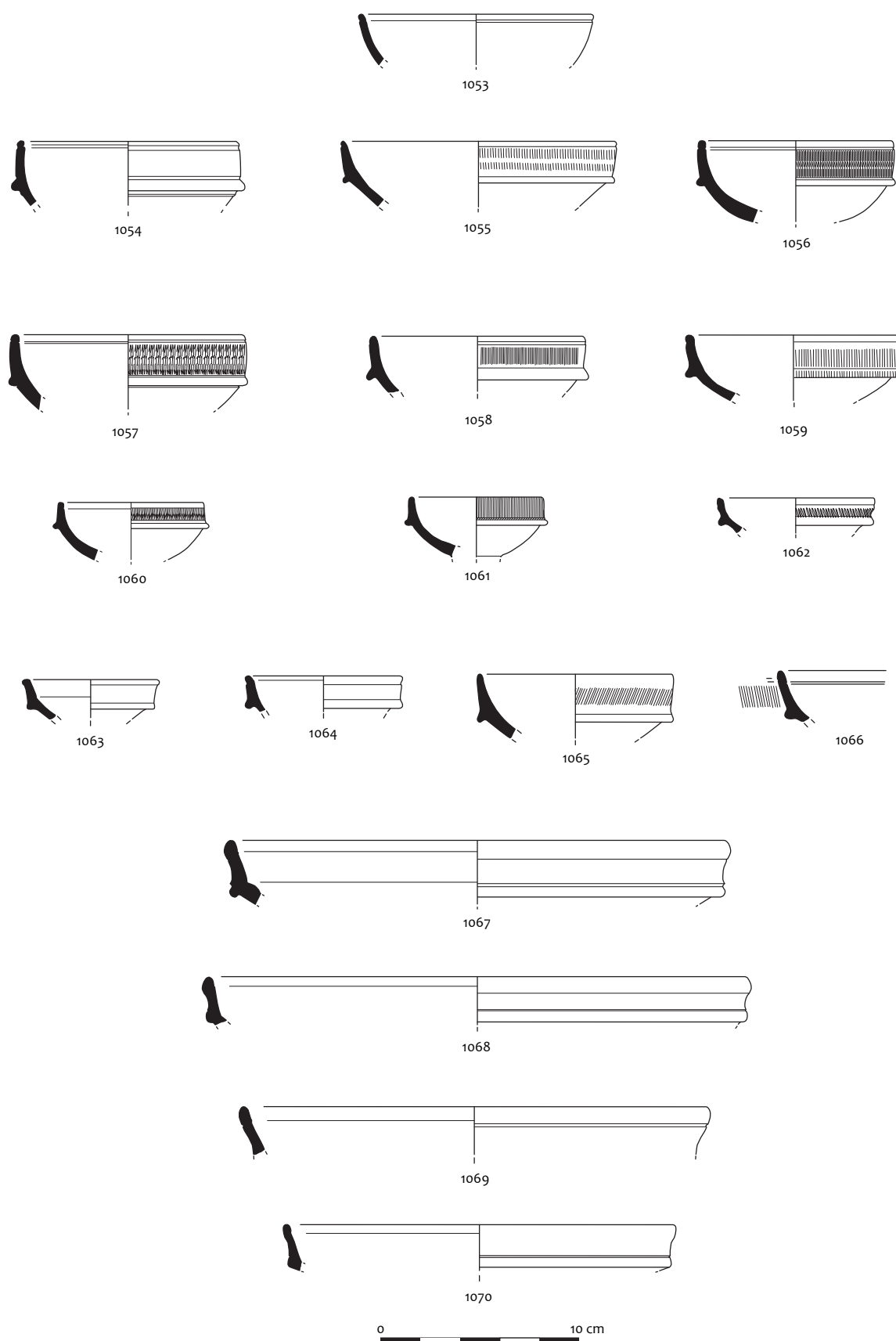
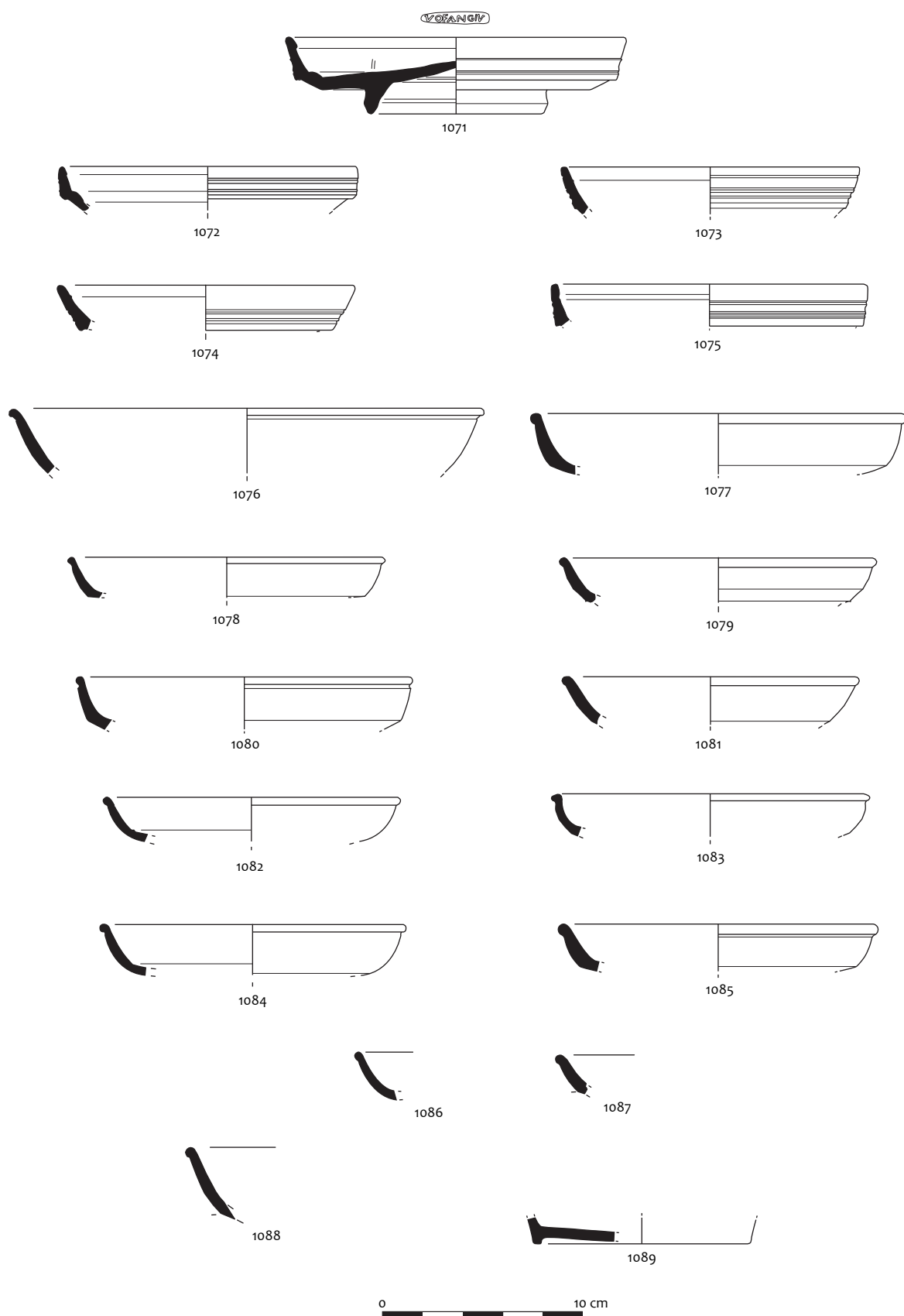


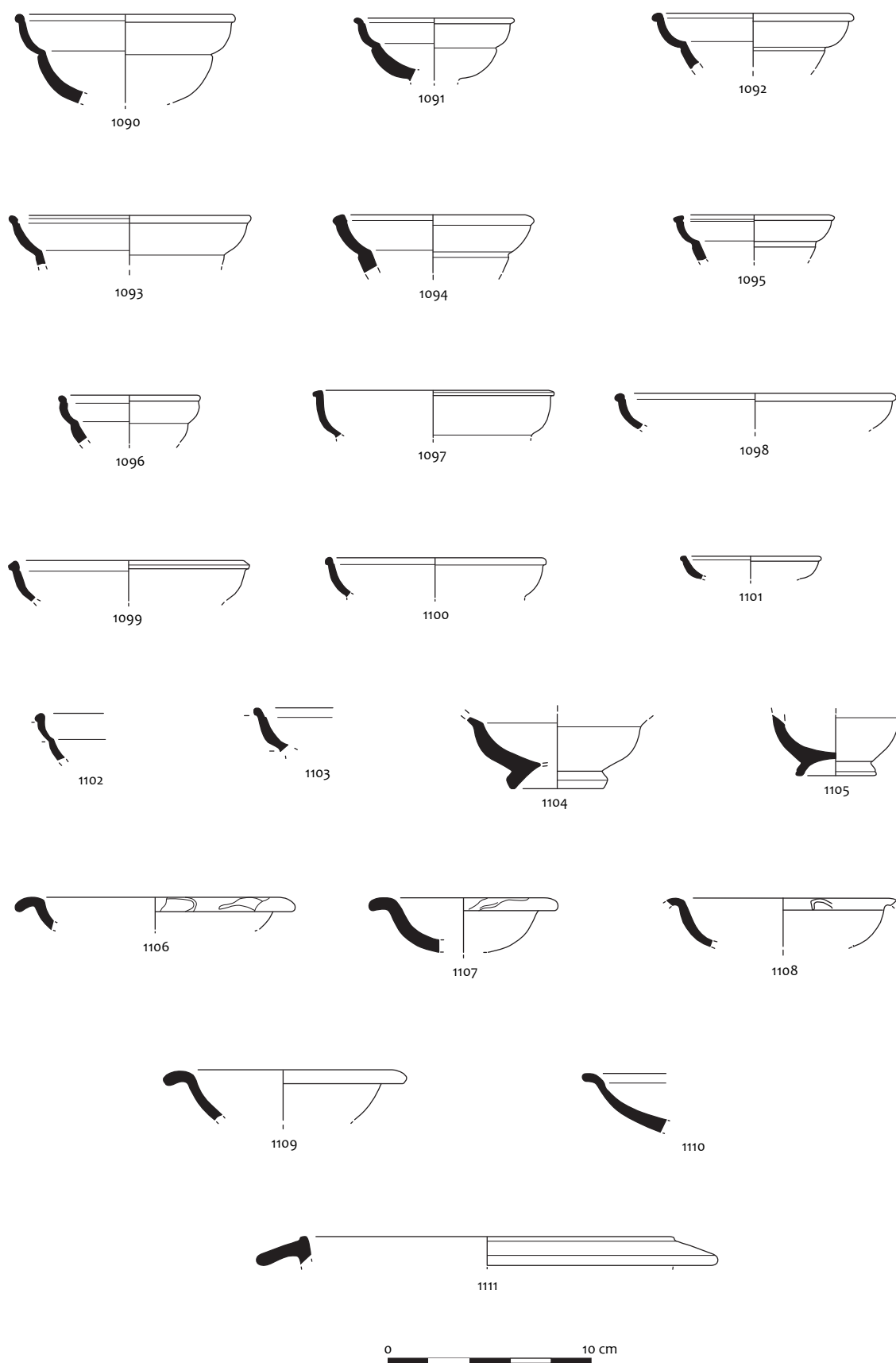
Gráfico 25 – Castro Marim. Distribuição das formas de *sigillata sudgálica* (NMI).



Estampa 85 – Castro Marim. *Terra sigillata* sudgálica.



Estampa 86 – Castro Marim. Terra sigillata sudgálica.



Estampa 87 – Castro Marim. Terra sigillata sudgálica.

A análise das formas de cronologia mais limitada parece apontar para um conjunto relativamente importante de exemplares da forma que pertence ao serviço Flávio, como sucede com o tipo Drag. 35/36 (nº 1106 a 1110), que soma 8.5% do total das formas lisas representadas. Mesmo assim, trata-se de um valor muito inferior ao registado nas outras cidades algarvias, como *Balsa*, onde atinge 14.9%, ou Faro, onde corresponde mesmo a 21.6% das formas lisas.

Na sequência das observações que fizemos relativamente aos conjuntos de Faro e *Balsa*, no estudo das formas decoradas optou-se por considerar a totalidade dos fragmentos (nmi – nº máximo de indivíduos), e não apenas os bordos ou outro elemento característico de uma determinada forma, elemento esse que serve habitualmente de base aos cálculos para o NMI (**Tabela 64, Estampa 88 a 91**).

A forma decorada que possui maior número de registos corresponde à tigela Drag. 37, que possui uma cronologia geral entre 60/65 e as primeiras décadas do séc. II d.C. (Mees, 1995, p. 58-59), mas as taças carenadas Drag. 29 e cilíndricas Drag. 30 estão também representadas por um número significativo de fragmentos, contrariamente ao que sucede em Faro ou *Balsa*, onde são menos comuns. Mais raras, entre as formas decoradas, são o cálice Drag. 11 e a pequena taça da forma Hermet 9.

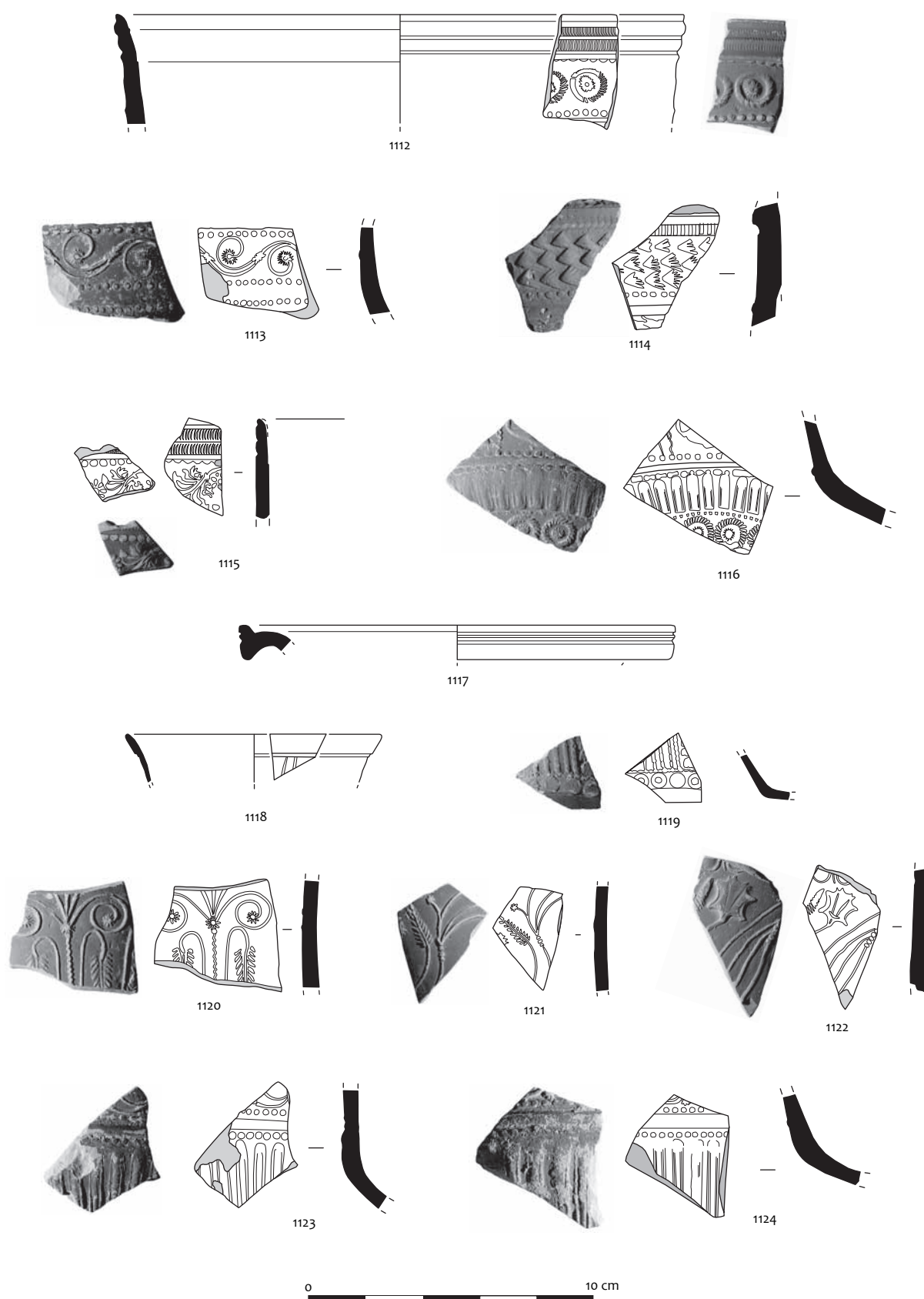
Quanto à distribuição cronológica que procurámos reconhecer com base nos motivos e composições decorativas, verifica-se que dos 131 fragmentos decorados apenas foi possível propor cronologia para 30, o que corresponde a 26.7% do total. Deve referir-se, novamente, que, dado o estado de conservação das peças, foi impossível reconstituir a composição decorativa dos exemplares castro marinenses. Apesar destas fortes limitações, julgamos que os resultados obtidos com a metodologia aplicada e já descrita anteriormente, poderão permitir compreender melhor a distribuição cronológica das peças decoradas do sítio em estudo.

De um modo geral, e tal como sucede nas restantes cidades que aqui estudamos, nota-se uma maioria de fragmentos pertencentes aos períodos Flávio e posterior, o que corresponde a 57.2% do total. No entanto, verifica-se que as fases anteriores da produção mostram, ainda assim, uma representação com algum significado (**Tabela 65**). Do período de Tibério e Tibério-Cláudio, encontram-se 14.3% das peças decoradas, onde estão presentes sobretudo representações de motivos vegetais, como as grinaldas onduladas que podem figurar no registo superior ou inferior das taças Drag. 29 (nº 1113 e 1115, por exemplo). Pode datar-se de Cláudio, a taça que ostenta, no registo superior, uma linha de círculos que incluem rosetas, o que corresponde a um tipo de decoração relativamente rara, mesmo para a oficina de La Graufesenque (nº 1112). As palissadas de gomos, como motivo decorativo no registo inferior de Drag. 29, podem ocorrer neste período, como sucede com um exemplar algarvio (nº 1116), mas será sobretudo durante os reinados de Cláudio e Nero que se tornam mais frequentes. O fragmento da taça cilíndrica Drag. 30 decorado com o motivo da “arboréides” simétrico (nº 1120) parece muito próximo das produções de Lupus, oleiro que laborou em La Graufesenque entre 40 e 60 d.C. (Mees, 1995, Est. 99.6). Os fragmentos nº 1121 ou mesmo 1122 apresentam características idênticas às do exemplar anterior. No entanto, neste caso, o motivo ocorre num cálice Drag. 11 e observam-se aves na composição, o que não sucede no exemplar algarvio. O bordo do cálice Drag. 11 (nº 1117), do qual não se conservou a área decorada, com uma cronologia geral entre a segunda década e os meados séc. I, integra-se nesta fase da produção.

Forma	nmi
Drag. 11	1
Hermet 9	2
Drag. 29	29
Drag. 30	24
Drag. 37	46
Indet.	4
Total	131

**Tabela 64 – Castro Marim. Formas de terra sigillata sudgálica decorada.**  
(nmi= número máximo de indivíduos).





Estampa 88 – Castro Marim. Terra sigillata sudgálica decorada.

Cronologia	nmi	% nmi
<b>Tibério e Tibério-Cláudio (14-54)</b>	5	14.3
<b>Cláudio e Nero (50-70)</b>	6	17.1
<b>Nero-Vespasiano (65/70-80/85)</b>	4	11.4
<b>Flávios (Vespasiano-Domiciano) e posteriores</b>	20	57.2
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

Tabela 65 – Castro Marim. Distribuição cronológica da *sigillata* sudgálica decorada. (nmi=número máximo de indivíduos).

Os motivos mais frequentes entre o conjunto de peças que se datou do reinado de Cláudio e Nero, que constituem 17.1% do total das peças decoradas, são igualmente as palissadas de gomos (nº 1123 e 1124 ; 00.1386 e 02.6668, não ilustrados). A decoração com volutas, que terminam em pequena flor, e que possuem, como motivo intercalado um elemento vegetal trifoliado também ocorre numa peça (02.6653 não representado). Os dois exemplares da forma Hermet 9 podem ser integrados, genericamente, neste período, uma vez que este tipo é datado entre 55 e 75. Um possui decoração vertical formada por linhas onduladas, (nº 1119) e do outro conservou-se o bordo e uma parte mínima da parede, não sendo possível determinar que decoração teria (nº 1118).

Durante os reinados de Nero e Vespasiano, começam a surgir, com mais frequência, as decorações como os motivos das cruzes de Sto. André, integradas em composições metopadas no registo inferior de taças Drag. 37 (nº 1125), ou constituindo um dos motivos em alternância em composições com medalhões (nº 1126). O limite inferior de uma composição onde reduzidos medalhões torcidos incluem aves alternando com florões pode integrar-se, muito possivelmente, neste período. O fragmento onde se observa parte das vestes de uma personagem feminina com mão colocada na cintura enquadrada, dos dois lados, por linhas onduladas verticais que limitariam possivelmente um painel (nº 1127), parece pertencer à obra de Sabinus. Trata-se de um motivo próximo do que foi identificado com o tipo 116 de Hermet (1934, est. 20), e que o autor francês classificou simplesmente como “Femme revêtue d’une longue tunique”, e que, pelas suas características, se deve diferenciar do motivo feminino (Penélope ?) do oleiro Masclus, que se encontra, por exemplo, entre o material de Faro.

Uma cena onde figuram cães (nº 1128) encontra-se no limite inferior de uma Drag. 29. Trata-se de um motivo que está documentado entre o material recuperado no naufrágio Culip IV, tipo Aa.27, em peças que possuem assinatura de vários oleiros (Nieto e Puig, 2001, nº 144 e 150). No entanto, a composição que mais se aproxima da peça algarvia possui marca do oleiro Virthu (Nieto e Puig, 2001, nº 158, p. 81). Martialis, oleiro que produziu esquemas decorativos que podem datar do período de Nero e início dos Flávios, também representou este motivo (Mees, 1995, Est. 103.1, p. 82). Ainda se pode integrar nesta fase a peça nº 1129, na qual a penas se conservou o registo inferior de uma Drag. 29 em que alternam medalhões que incluem aves e rosáceas de oito pétalas. As rosáceas são idênticas às de uma peça de Poitiers que Tilhard datou do período de Nero (Tilhard, 2004, nº 221, Est. 142, p. 420).

O conjunto que maior número de exemplares recolhe é, sem dúvida, o que integra as peças decoradas do período Flávio e posterior (57.2%), o que mostra que foi durante a fase, que a produção de La Graufesenque teria entrado em decadência, que a importação para Castro Marim foi mais intensa. A maior parte dos exemplares deste período pertencem à forma Drag. 37, mas alguns integram-se na Drag. 29 ou 30. A composição onde se observa, no registo superior, uma linha de festões duplos, que inclui aves, e que alterna com bolbo de papoila pendente, pertencia à forma Drag. 29 (nº 1130). Esta composição ocorre em diversas peças recuperadas no naufrágio

Culip IV, concretamente em Drag. 29, com marca do oleiro Virthu (Nieto e Puig, 2001, nº 199 e 270, p. 258 e 295). A peça nº 305 também ostenta composição e elementos idênticos, mas não possui marca de oleiro (Nieto e Puig, 2001, nº 305, p. 309). O oleiro Frontinus I, que laborou em La Graufesenque nas últimas décadas do séc. I, também utilizou motivos semelhantes, embora neste caso os festões sejam simples (Mees, 1995, est. 64, nº 1, p. 76). Não se pode também ignorar que o oleiro Bassus ii Coellus, cuja produção data de 50-70 d.C., também utilizou o mesmo motivo no registo inferior de Drag. 29 (material inédito na base de dados Samian research, nº de série 0000163, registado por Dannell, Dickinson e Hartley).

Estas composições com festões (neste caso simples) que incluem volutas com rosetas/florzinha ocorrem igualmente na parte final da decoração de uma Drag. 37 (nº 1131). Em outro exemplar, os festões encontram-se na parte inferior da composição que inclui o motivo de “mystica” (nº 1132).

Os medalhões, na sua variante simples, incluindo uma ave, constituem outro dos motivos utilizados neste período, integrando-se no que parece ser a decoração do friso superior de uma Drag. 29 com métopas (nº 1134), ou na parte inferior de uma Drag. 37. Neste último caso (nº 1135), trata-se de um medalhão simples, que inclui a representação de um arqueiro, motivo que foi utilizado por diversos oleiros, entre os quais C. Valerius Albanus (1995, Est. 2.6 e 10 e Est. 3.1 e 3, p. 67).

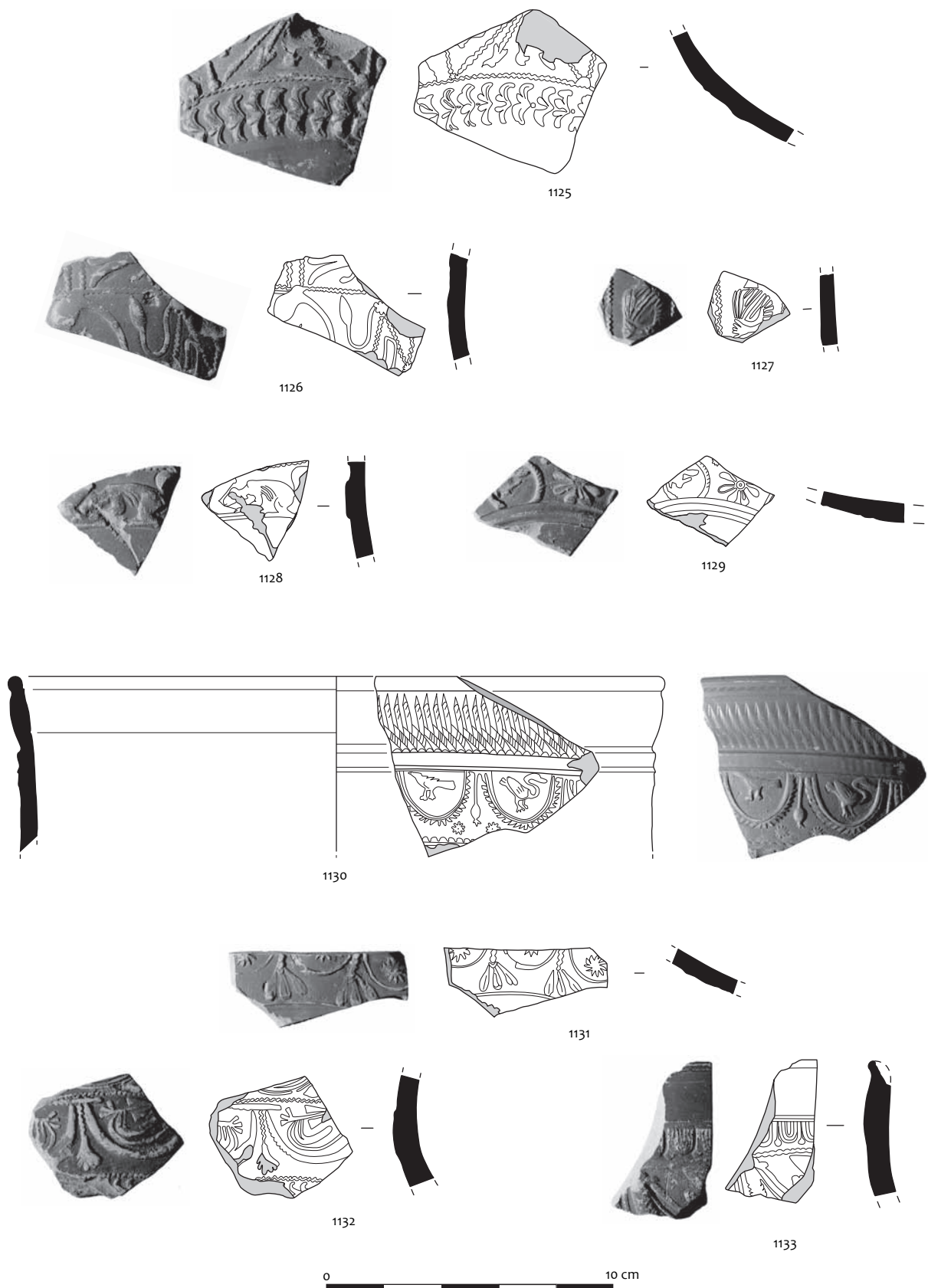
A taça Drag. 30, onde se observa, além da linha de óvulos de lingueta com extremidade com flor de oito pétalas, uma grinalda de elementos vegetais trifolados, integra-se igualmente nesta fase (nº 1136). Sob a grinalda, parece desenvolver-se uma composição metopada de que se observa o arranque superior de uma série de cinco linhas onduladas verticais e, no interior de um painel, o que inicialmente vimos como um elemento vegetal (Viegas, 2006c), pensamos agora poder tratar-se da cabeça de uma figura humana, voltada para a esquerda. A linha de óvulos corresponde ao tipo JJ atribuído a Lupus ii e Sabinus ii (Dannell, Dickinson e Vernhet, 1998, Fig. 2, p. 79).

A composição metopada encontra-se em outros exemplares, como sucede com a peça nº 1137, onde, no registo superior de uma Drag. 29, se observa uma lebre num dos painéis e, no outro, imbricações. Motivos de lebres idênticas encontram-se representados pelo oleiro M. Crestio, cuja produção está atestada entre as últimas décadas do séc. I e as primeiras do século seguinte (Mees, 1995, Est. 38.2, p. 74), mas é na produção de Mommo que encontramos a combinação do exemplar algarvio, não só com a lebre, mas igualmente as imbricações (peça inédita, na base de dados online Samian research nº 0000733, registada por Dannel). Imbricações semelhantes encontram-se numa peça da chamada caixa de Pompeia, nomeadamente na A7 e A8 deste mesmo oleiro (Dzwiza, 2004, A7 e A8).

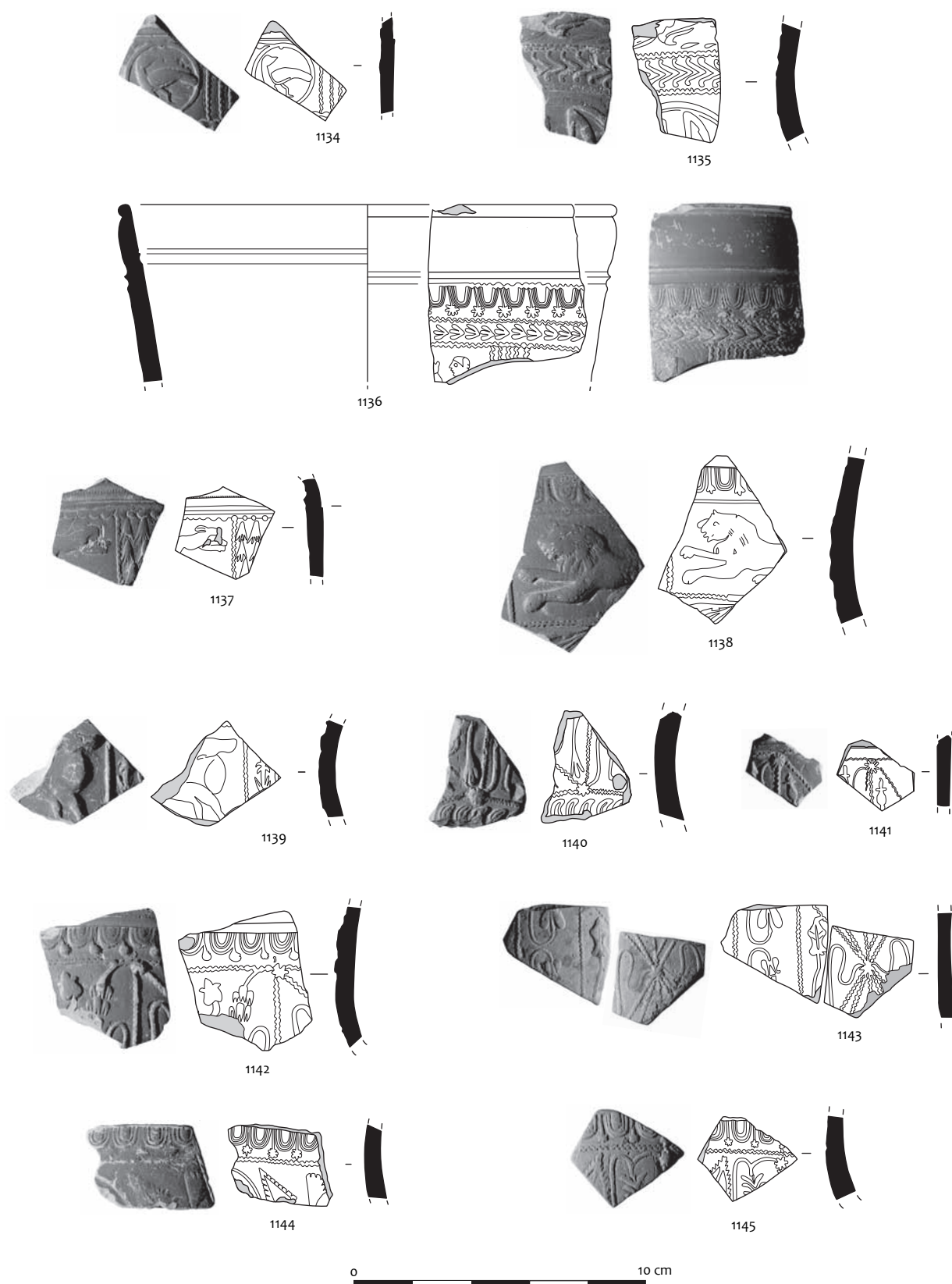
As métopas enquadram igualmente a peça onde se observa a figura de um leão, deitado (nº 1138) e voltado para a esquerda (Oswald, 1964a, variante do nº 1419 est. LXI). Trata-se de um motivo que foi representado por diversos oleiros em época Flávia ou posterior, como L. Cosius (Mees, 1995, est. 28, nº 1, p. 74), Crucuro II (Mees, 1995, Est. 55, p. 76) e M. Crestio (Mees, 1995, Est. 37.3, p. 74). O motivo do veado (nº 1139) também foi amplamente representado por oleiros deste período, e, na peça algarvia, parece integrar-se numa composição metopada.

As métopas integradas em esquemas onde se encontram igualmente as cruzes de Sto. André estão presentes em diversos exemplares (por exemplo nº 1140 a 1143 e 1145).

Apenas se conservou parte de uma decoração formada por uma grinalda ondulada, registando-se, na parte inferior dos arcos, volutas enquadradas por elementos vegetais bifoliados (nº 1146). O limite inferior da composição é formado por uma grinalda bastante esquematizada, de folhas triangulares, enquadrada por duas linhas simples, no que parece constituir mais um exemplo da produção de M. Crestio (Mees, 1995, Est. 47.3, p. 74), motivo que também foi utilizado por Sabinus II (Mees, 1995, Est. 177.1 e 2, Est. 178.4). Os motivos vegetais e caules sinuosos que se observam na peça nº 1144 devem pertencer, igualmente, a um esquema de grinalda ondulada.

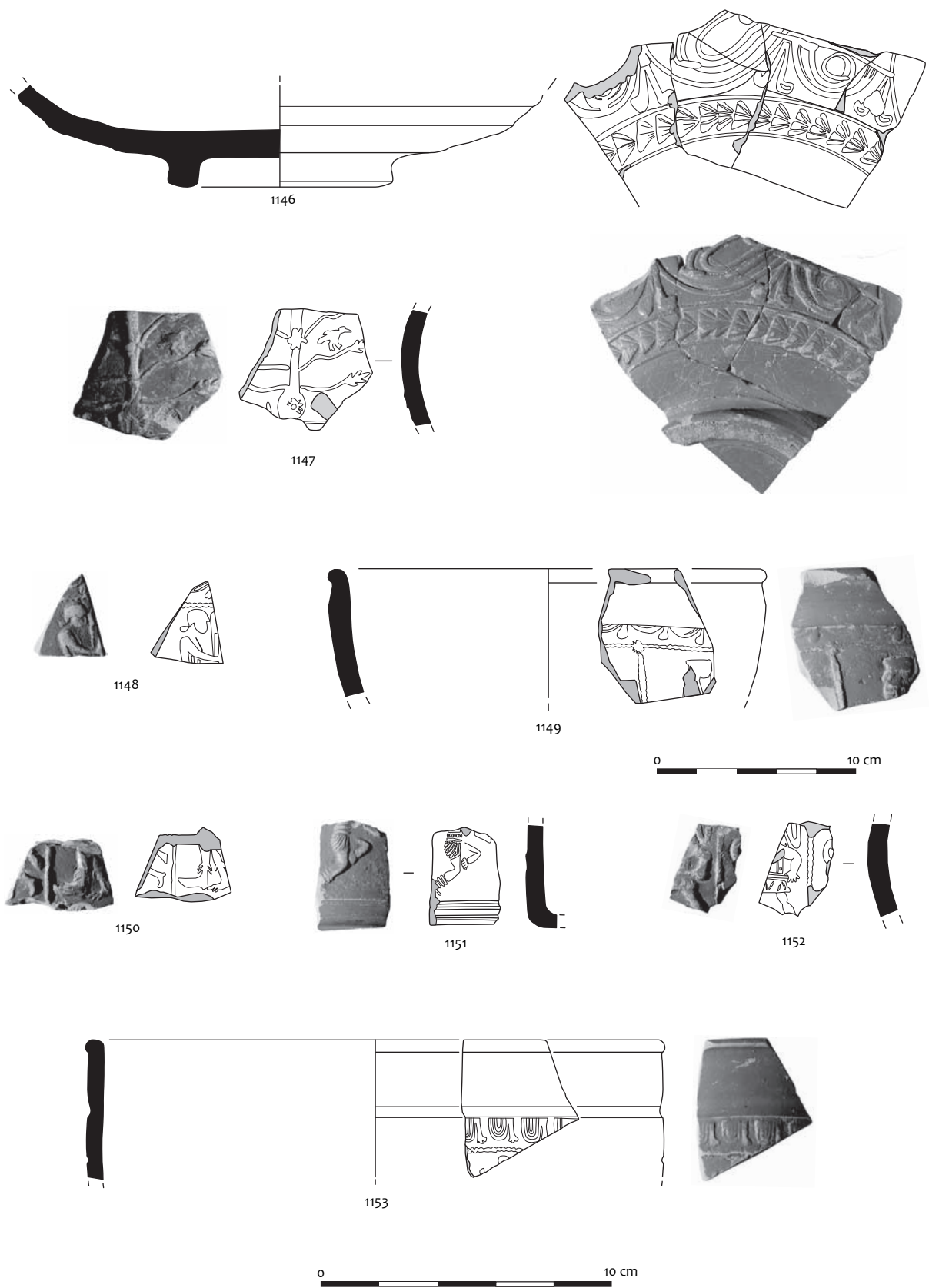


Estampa 89 – Castro Marim. *Terra sigillata* sudgálica decorada.



Estampa 90 – Castro Marim. Terra sigillata sudgálica decorada.





Estampa 91 – Castro Marim. *Terra sigillata* sudgálica decorada.

O estilo particular que o oleiro Germanus III utilizou permitiu identificar, com alguma facilidade, as peças que poderão ter pertencido à sua produção. Entre os motivos que utilizou, encontra-se a árvore estilizada com uma ave, que se encontra na peça nº 1147 (Mees, 1995, Est. 76.3, p. 78), motivo que, contudo, também pode ocorrer na obra de Mercator (Mees, 1995, Est. 133.5, p. 86). Não podemos, porém, esquecer que o oleiro Biragillus, de Banassac, utilizou igualmente alguns destes motivos.

Outro aspecto que caracteriza este período dito de decadência da produção de La Graufesenque corresponde à representação de diversas personagens. Infelizmente, estes motivos encontram-se muito fragmentados em Castro Marim. Ainda assim, encontramos a figura de Diana caçadora em dois exemplares (nº 1148 ou 1149), na sua variante menos detalhada (Hermet, 1934, Est. 18, nº 7), e de Mercúrio, de que apenas se conservaram os membros inferiores (nº 1150).

Numa taça cilíndrica da forma Drag. 30, encontra-se a figura de um gladiador ferido (que pertenceria a uma cena onde estão dois gladiadores), de que apenas se conservaram os membros inferiores (nº 1151). Corresponde ao tipo 171 de Hermet (1934, Est. 21), sendo um motivo que ocorre em diversos exemplares do naufrágio Culip IV, embora nessas peças da forma Drag. 37, não se registre marca de oleiro (Nieto e Puig, 2001, tipo Aa.11, p. 79). Outra figura humana (nº 1152), armada com uma lança (?), pode corresponder a um *bestiarii* e integrar um combate com touros (Hermet, 1934, Est. 23, nº 253) ou com um leão, como a representada na peça que pertence à produção de Mercator (Mees, 1995, Est. 134.4, 7 e 9, p. 86).

Além da distribuição cronológica, a *sigillata* sudgálica decorada de Castro Marim destaca-se ainda pela sua elevada percentagem, face às formas lisas. De facto, a percentagem de fragmentos decorados de Castro Marim atinge os 23% (no total da TSS), enquanto que em Faro esta percentagem é de 17,7%, em Conímbriga, é de 6,3%, e, em Santarém, corresponde a 12,1%.

Outro aspecto que se valorizou no estudo da *terra sigillata* sudgálica diz respeito à presença de produção marmoreada (Tabela 66). O número de exemplares de Castro Marim constitui, por si só, um aspecto relevante, quando comparado com outras realidades, como a de Conímbriga, ou a da Alcáçova de Santarém. Recuperou-se um total de 22 fragmentos, que correspondem a 13 indivíduos, que se distribuem pelas formas lisas mais comuns, como a Drag. 24/25, a 27, a 18 e a 35/36, e, nos tipos decorados, a Drag. 29 e 30. Um fragmento de fundo de forma indeterminada possui marca do oleiro Billicatus (Ver *infra*). Tal como já se referiu a propósito dos restantes sítios algarvios estudados, esta maior quantidade de fragmentos marmoreados pode relacionar-se com fenómenos de comercialização.

Na busca do perfil de importação da *terra sigillata* sudgálica de Castro Marim, o conjunto de marcas de oleiro tem também um papel importante. Das 12 existentes, propõe-se a leitura para oito (Tabela 67, Estampa 92). Trata-se de marcas de oleiros que produziram em La Graufesenque, e que possuem cronologias desde as fases iniciais da produção, no final do período de Tibério, até às primeiras décadas do séc. II.

O oleiro mais frequente em Castro Marim é lucundus, de quem se recuperou três marcas (nº 1159, 1160 e 1161). Por se conhecerem peças com esta marca desde 40 até 100, M. Polak reconhece a necessidade de se admitir que se trata, pelo menos, de dois oleiros. Assim, a maior parte

Forma	Nº Frags	NMI
Drag. 24/25	1	1
Drag. 27	6	3
Drag. 18	5	2
Drag. 35/36	3	3
Indet. Lisas	1	-
Drag. 29	2	2
Drag. 37	2	2
Indet. Decoradas	1	-
Marca	1	-
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>13</b>

Tabela 66 – Castro Marim. Formas de *terra sigillata* sudgálica marmoreada.

dos lucundus de Vechten é atribuída ao oleiro mais recente, que terá produzido durante o reinado de Nero e a dinastia Flávia (Polak, 2000, p. 242-243). A semelhança das marcas algarvias com estas levou-nos também a colocá-las nesta cronologia mais tardia. A difusão do oleiro lucundus é muito ampla, a julgar pelas ocorrências no “Index of Potter Stamps” de Oswald (1964b). O oleiro é também muito comum na Península Ibérica, como se pode ver pela difusão das suas marcas, constituindo um bom testemunho disso a sua presença maioritária nas peças decoradas do naufrágio Culip IV, que, como se sabe, se encontra datado de entre 78 e 82 (Nieto e Puig, 2001, p. 26).

Estampa Nº	Oleiro	Leitura	Referência	Origem	Forma	Local na peça	Caixilho	Cronologia
Est. 92 Nº 1154	Angius	VO FANGIV	Oswald, 1931, p. 17; Bémont et Bourgeois, 1986, p. 279	La Graufesenque	Drag. 15/17	Fundo interno	Rectang. com ângulos arredond.	Flávio
Est. 92 Nº 1155	Apias, Titus Iulius	T.API (retro)	Oswald, 1931, p. 19.	La Graufesenque	Indet.	Fundo interno	Rectang. com ângulos arredond.	Séc. I
Est. 92 Nº 1156	Billicatus	OFIC.B	Polak, 2000, p. 184, em particular B62, p. 185	La Graufesenque	Indet.	Fundo interno	Rectang. com ângulos arredond.	30-60
Est. 92 Nº 1157	Celadus	[...]DIMA	Polak, 2000, p. 201-202	La Graufesenque	Indet.	Fundo interno	Rectang. c. extremidade bífida	55-70
Est. 92 Nº 1158	Fuscus ii	FV-SC	Polak, 2000, p. 231	La Graufesenque	Indet.	Fundo interno	Rectang. com ângulos arredond.	80-120
Est. 92 Nº 1159	lucundus	OF IVCVN	Polak, 2000, p. 242-244	La Graufesenque	Taça	Fundo interno	Rectang. com ângulos arredond.	Nero e Flávios
Est. 92 Nº 1160	lucundus	VCVND	Polak, 2000, p. 242-244	La Graufesenque	Taça	Fundo interno	Rectang. com ângulos arredond.	Nero e Flávios
Est. 92 Nº 1161	lucundus	IVCVNI	Polak, 2000, p. 242-244	La Graufesenque	Taça	Fundo interno	Rectang. com ângulos arredond.	Nero e Flávios
Est. 92 Nº 1162	Iulius (?) Iunius (?)	? INI (N retro)	-	-	-	-	-	-
Est. 92 Nº 1163	Indet.	? NI	-	-	-	-	-	-
Est. 92 Nº 1164	Indet.	? M	-	-	-	-	-	-
Est. 92 Nº 1165	Indet.	? V.SP	-	-	-	-	-	-

Tabela 67 – Castro Marim. Descrição das marcas de oleiro de *terra sigillata* sudgálica.

No território hoje português, além dos sítios que já tínhamos referido, a propósito das marcas encontradas na Alcáçova de Santarém (Viegas, 2003a, p. 127 e 132), como Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975, p. 116, nº 273-275), Torre de Palma (Ferreira, 1969, p. 169), Miróbriga (Dias, 1977, p. 387, nº 106) e Briteiros (Ferreira, 1969, p. 169), o oleiro conhece-se entre o material de Braga, recentemente estudado R. Morais, que atribuiu uma cronologia do reinado de Nero ao exemplar bracarense (Morais, 2005, p. 207-208, nº 23). No Algarve romano, este oleiro está ausente do conjunto balsense, não se encontrando igualmente entre as marcas de Faro.

Outra marca que não oferece dúvidas quanto à sua leitura encontra-se no fundo interno de um prato da forma Drag. 15/17, onde se lê FOVANGIV, pertencendo à oficina do oleiro Angius (nº 1154). C. Bémont e A. Bourgeois integraram-na nas produções de La Graufesenque (1986, p. 279) e, segundo F. Oswald, a sua oficina laborou sobretudo no período Flávio (1931, p. 17). Trata-se de uma marca relativamente rara, que não se encontra entre os exemplares estudados por Polak

em Vechten (2000), não se registando igualmente nas peças decoradas dos estudos mais recentes. É relativamente reduzida a sua difusão, registando-se exemplares em França, na Grã-Bretanha e, na Península Ibérica, em Ampúrias e Tarragona (Oswald, 1931, p. 17; Beltrán Lloris, 1990, p. 92). No território hoje português, regista-se a sua presença entre o material de Conímbriga (Oleiro, 1951, nº 3; Diogo, 1980, nº 13) e Represas (Beja) (Ribeiro, 1958, nº 131; Diogo, 1980a, nº 14).

A marca com a sigla T.API em retro pertence, muito provavelmente, ao oleiro Titus Iulius Apias (nº 1155), que F. Oswald apontou como sendo originário do Sul da Gália, com laboração no séc. I (Oswald, 1931, p. 19), e que Bémont e Bourgeois colocaram em La Graufesenque (1986, p. 279 e 282). Não regista grande difusão, havendo alguns exemplares documentados, sobretudo em território hoje francês, não se encontrando entre o material de Vechten. Em Portugal, este oleiro está representado entre o material de Alcácer do Sal, onde ocorre com punção diferente do algarvio (Vasconcelos, 1914, p. 302, fig. 1, Diogo, 1980, nº 20).

A marca onde se lê FV·SC deve pertencer ao oleiro Fuscus ii, que laborou em La Graufesenque (nº 1158). Polak distinguiu claramente dois oleiros com este nome, cuja produção se estendeu desde a época de Tibério até ao início do séc. II. Em Vechten, a maior parte das marcas pertence ao segundo Fuscus, surgindo sobretudo em pratos da forma Drag. 18 e nas taças Drag. 27, datados do período Flávio e posterior (Polak, 2000, p. 232). A marca de Castro Marim assemelha-se à F 64 de Vechten, pelo que deve pertencer também a Fuscus ii, cuja produção se documentou no reinado de Vespasiano até 120/130, sendo dos últimos oleiros de La Graufesenque a exportar para as províncias do Norte.

A marca onde se lê [...]DIMA (nº 1157) pertence, muito provavelmente, ao oleiro Celadus de La Graufesenque que, segundo Polak, terá produzido, sobretudo, durante o reinado de Nero, não atingindo o período de Domiciano (2000, p. 201-202). Apesar de não existir nenhum exemplar em Vechten com a grafia exacta da peça algarvia, este oleiro utilizou a expressão M ou MA, que significa Mannus, e algumas das suas marcas ocorrem em caixilho com extremidade bífida. A semelhança entre a letra D, que pode confundir-se facilmente com o P, está bem patente no exemplar C90 de Vechten (Polak, 2000, est. 6). Este oleiro encontra-se igualmente representado em Faro, não sendo a sua difusão para o sul da Lusitânia muito frequente.

Propomos hipóteses de leitura para as restantes marcas, que, dado o seu estado de conservação, não permitem certeza sobre o oleiro que as terá produzido. A marca num fundo de forma indeterminável, marmoreada, onde se lê OFIC.B (nº 1156) deve pertencer ao oleiro Billicatus, que utilizou frequentemente a expressão OFIC.BILIC que abrevia *Officina Billicatus*. Segundo Polak, este oleiro começou a marcar a sua produção muito cedo, que está referenciada para um período entre 30 e 60 d.C., encontrando-se no exemplar B62 de Vechten que é muito próximo do algarvio (Polak, 2000, p. 185). Uma marca idêntica encontra-se entre o material de Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975, p. 111, Est. XXXI). Polak considerou que este é o mesmo oleiro que Oswald tinha apontado com o nome de Billicus. Teve uma ampla produção, com distribuição, sobretudo, para a Grã-Bretanha e França (Oswald, 1931, p. 43). No território português, além do exemplar de Conímbriga, já mencionado, a marca encontra-se em Represas (Beja) (Lopes, 1994, p. 41, Fig. 22, nº 433), e, em Espanha, em Ampúrias e Celsa (Beltrán Lloris, 1991, p. 92).

Maiores interrogações coloca a marca, de que apenas se conservou parte, onde se pode ler INI com N retrogrado, que julgamos pertencer à parte final da estampilha (nº 1162). São diversos os oleiros que têm nomes a terminar em INI, como por exemplo Iulius ou Iunius, encontrando-se, do primeiro, uma marca algo semelhante à algarvia, em Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975, nº 277 p. 117, Est. XXXI). Em Represas, estão mesmo documentadas duas marcas completas onde se lê apenas INI, o que não permitiu a C. Lopes avançar com uma proposta sobre o nome do oleiro em causa (1994, p. 41, nº 1607 e 3369, Fig. 22). Outra hipótese que pode ser considerada é tratar-se de um M se visto em posição oposta, o que coloca toda uma nova série de possibilidades de leitura.

Como se sabe, foram vários os oleiros que marcaram as suas peças com siglas que terminam em M (nº 1164). Entre eles, Momo é dos mais comuns, embora possa ser também Celadus, que assina, frequentemente, Celadim, entre outros. Não se deve esquecer que a letra M pode ocorrer como abreviatura de “Manus”, sendo, por esse motivo, relativamente frequente. Por este motivo, não se pode apresentar uma proposta para a leitura desta marca.

Para as marcas nº 1163, de que apenas se observa NI e o início de outro possível I, e nº 1165, de que apenas se conservou o final V.SP, não foi possível propor qualquer leitura.



Estampa 92 – Castro Marim. Marcas de oleiro de terra sigillata sudgálica.

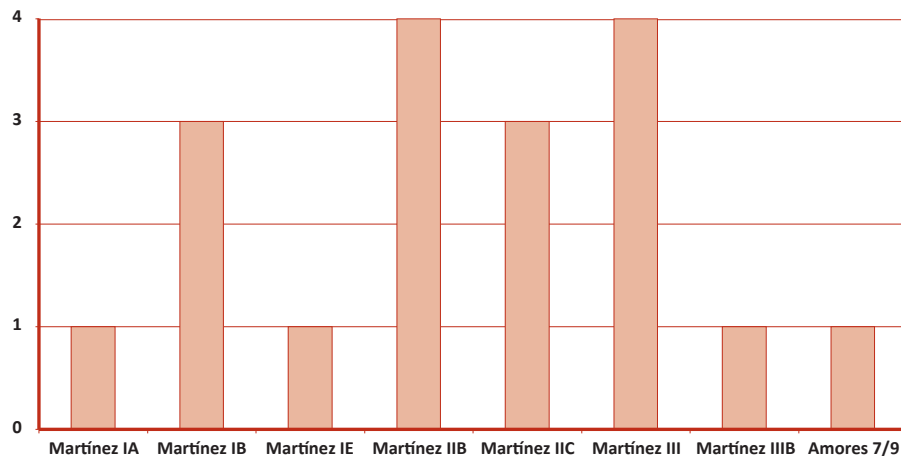


A *terra sigillata* hispânica do tipo Peñaflor de Castro Marim corresponde a apenas 3.7% do total, correspondendo a 54 fragmentos, o que perfaz 20 indivíduos (**Tabela 68, Gráfico 26 e Estampa 93**). Apesar de ser um conjunto reduzido em termos numéricos e percentuais, apresenta uma considerável diversidade tipológica.

Ao contrário do que sucede com os restantes conjuntos estudados, em Castro Marim existe um maior equilíbrio entre a forma que imita o prato de “engobe vermelho pompeiano”, forma III de Martínez, e os tipos que se inspiram nos modelos da *sigillata* de tipo itálico, as taças Martínez IA, IB, e os pratos IIB e IIC. A cronologia proposta para a forma IA de Martínez (nº 1166), ou Celti 14, aponta para um amplo período entre os finais do séc. I a. C. e os finais do século seguinte (Keay, 2001). Quanto ao tipo IB, integra-se na forma Celti 15 (nº 1167), mais comum entre o período de Cláudio e Nero.

Forma	NMI
Martínez IA	1
Martínez IB	3
Martínez IE	1
Martínez IIB	4
Martínez IIC	3
Martínez III	4
Martínez IIIB	1
Amores 7/9	1
Indeterminado	2
<b>Total</b>	<b>20</b>

**Tabela 68 – Castro Marim.**  
Formas de *terra sigillata*  
hispânica do tipo Peñaflor.



**Gráfico 26 – Castro Marim. Distribuição da *terra sigillata* hispânica tipo Peñaflor (NMI).**

A forma Martínez 1E (Celti 16) (nº 1168) corresponde a uma taça com bordo de aba, cujo topo apresenta guilhoché, que, segundo Keay, pertence a um tipo que tem por base um modelo sudgálico da forma Drag. 35, ou o tipo introduzido pelos oleiros hispânicos, (a forma Hisp. 4), encontrando-se datada de finais do séc. I e inícios do séc. II (Keay, 2001).

No que diz respeito aos pratos da forma II de Martínez (nº 1169), estão representadas as duas variantes B e C (Celti 11 e 12 respectivamente), com uma datação que pode estender-se durante o séc. I, sobretudo entre os reinados de Cláudio e Nero (Keay 2001, p. 6). Apesar de apresentar um diâmetro bastante mais amplo que os restantes pratos, o exemplar nº 1171 integra-se também na forma Celti 11.

A forma que imita o prato de “engobe vermelho pompeiano” da forma Luni 5 (Aguarod 6), que integra o tipo III de Martínez, encontra-se bastante bem representada por cinco bordos, que entram no cálculo do NMI, mas também por uma série de outros seis fragmentos de fundo, que ostentam decoração com séries de sulcos concêntricos, típica desta forma. Tal como já se referiu anteriormente, trata-se de pratos que não apresentam habitualmente engobe na superfície exterior, mas que foram utilizados exclusivamente para o serviço de mesa. Contudo, num dos frag-

mentos de fundo com decoração de sulcos concêntricos, esse engobe cobre ambas superfícies (02.7307 não ilustrado).

A peça nº 1170 difere das anteriores (da forma III de Martínez), por apresentar engobe de ambos os lados e por ter uma parede mais inclinada. Por esse motivo, optou-se pela sua integração no tipo Celti 7/9 de Keay, que parece inspirar-se na forma itálica Consp. 36, e foi datada por S. Keay de meados do séc. I d.C., com base em contextos inéditos de Écija (Keay, 2001, p. 4), referindo trabalhos não publicados de Vargas Jiménez e Romo Salas.

O conjunto de cerâmica de tipo Peñaflor de Castro Marim apresenta uma distribuição cronológica com bastantes exemplares que se enquadram em tipos que tiveram maior difusão durante o período de Cláudio e Nero, e que se inspiraram em protótipos de *sigillata* de tipo itálico (formas Martínez IB, IIB e C/Celti 15, 12 e 13), mas também outras formas que imitam o prato de engobe vermelho pompeiano, cuja cronologia atinge o final do séc. I d.C.

A *sigillata* hispânica de Andújar e Tricio constitui escassos 10.9% do total da *terra sigillata*, correspondendo a 145 fragmentos e 50 indivíduos (Tabela 69, Gráfico 27 e Estampa 93). O repertório morfológico é idêntico ao que se regista nos restantes sítios, com uma maioria clara da taça Drag. 27 e do prato Drag. 15/17. A taça Drag. 35/36 encontra-se, quer na sua variante de aba lisa, quer com decoração de barbotina de folhas de água, registando-se apenas um fragmento da taça Drag. 24/25 e outro do tipo Drag. 18. Trata-se, portanto, de um conjunto onde dominam as formas que seguem modelos sudgálicos, mesmo quando apresentam os detalhes tipológicos próprios da tradição hispânica. Estes detalhes traduzem-se, no caso da forma Drag. 15/17, numa maior inclinação e abertura das paredes do prato, encontrando-se o exterior liso, ao contrário dos exemplares sudgálicos, com abundante molduração (nº 1174 a 1177). Esta forma começou a produzir-se na segunda metade do séc. I, mas uma parte importante dos exemplares de Castro Marim possuem também uma meia cana larga e achatada, podendo datar-se sobretudo dos finais do séc. I e mesmo já dos inícios do séc. II.

Também no que se refere à forma Drag. 27, pode observar-se um perfil tipicamente hispânico (nº 1178 e 1179), no qual o bordo se simplificou e perdeu o seu lábio de perfil triangular ou semicircular que caracterizava os seus congêneres sudgálicos. Do ponto de vista cronológico, estas formas apontam para uma fase mais avançada da produção, da segunda metade ou finais do séc. I.

	Forma	NMI
Formas lisas	Drag. 24/25	1
	Drag. 15/17	8
	Drag. 27	10
	Drag. 18	1
	Drag. 35/36	3
	Drag. 39	1
	Indet.	12
	Total	43
Formas decoradas	Drag. 29	2
	Drag. 37	5
	Indeterm. decoradas	(11)
Marcas de oleiro		(3)

Tabela 69 – Castro Marim. Formas de *sigillata* hispânica. (Entre parêntesis nmi=número máximo de indivíduos).

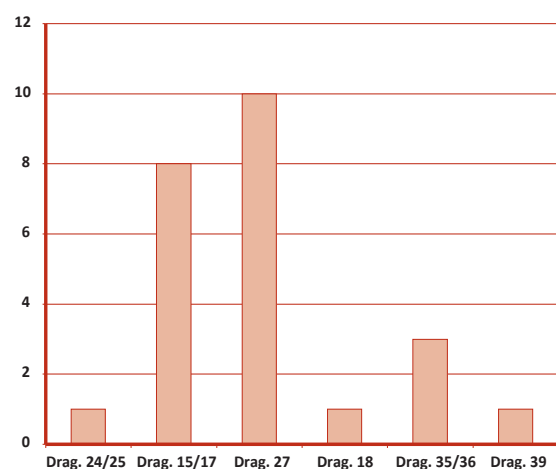
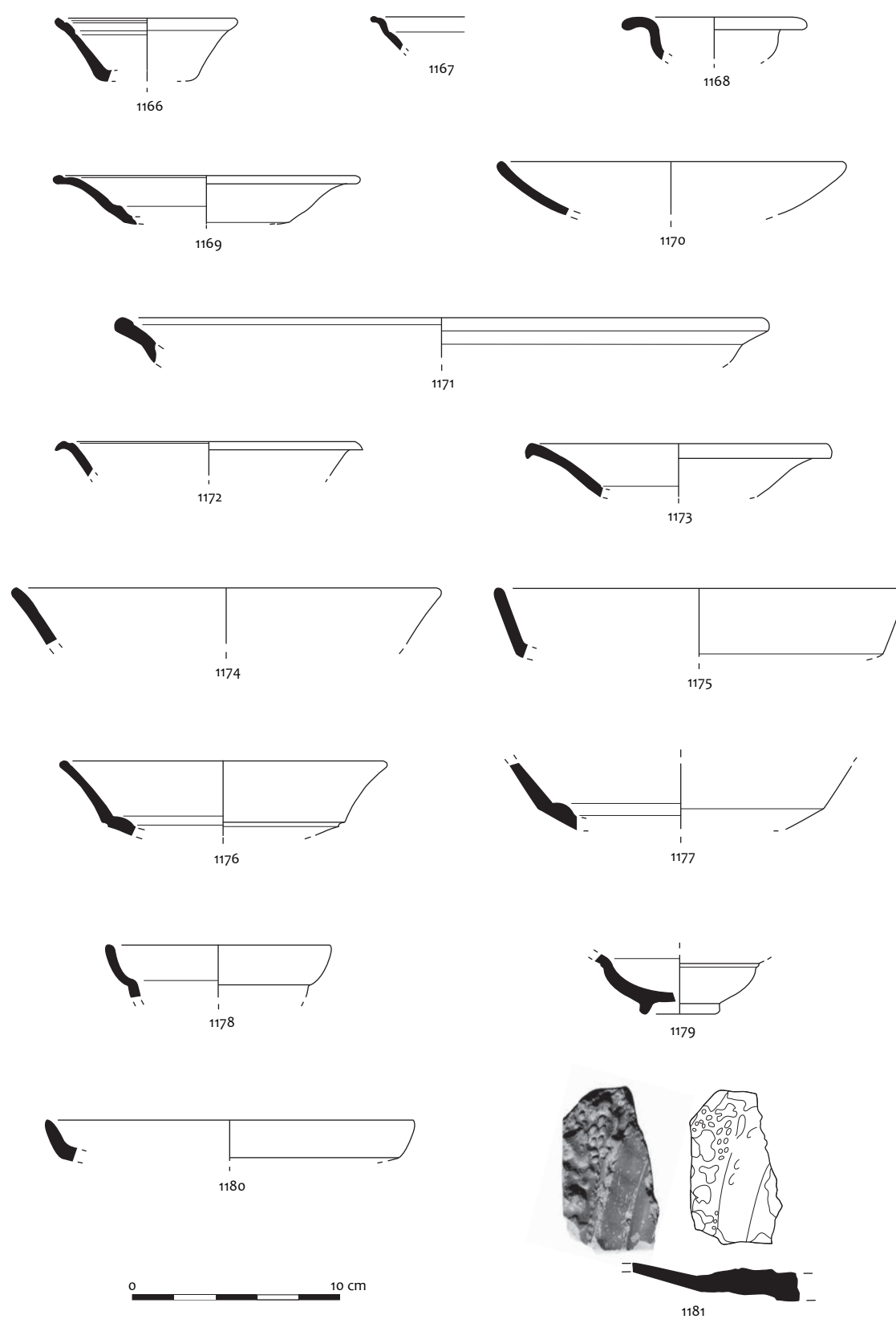


Gráfico 27 – Castro Marim. Distribuição da *terra sigillata* hispânica.



Estampa 93 – Castro Marim. *Terra sigillata* do tipo Peñafior e *sigillata* hispânica.

A taça Drag. 39, que Mezquíriz de Catalan coloca no tipo 46, afirmando tratar-se de um modelo tipicamente hispânico (Mezquíriz de Catalan, 1985, p. 157), encontra-se representada por um fragmento do seu bordo em aba com decoração moldada (nº 1181). A discussão acerca da sua inspiração nos modelos gálicos está ainda em aberto, aproximando-a R. Morais da forma Drag. 34 produzida em Montans (Morais, 2005, p. 245). A cronologia desta forma, que foi produzida nas oficinas de Bezares e Andújar, aponta genericamente para um período compreendido entre meados do séc. I e meados do século seguinte (Roca e Fernández, 1999, p. 287). Pelas suas características, atribuímos um fabrico de Andújar ao exemplar de Castro Marim, encontrando-se os motivos decorativos pouco definidos, o que denota uma moldagem algo deficiente.

Entre as formas decoradas, a mais frequente é a tigela Drag. 37, sempre na sua variante A, de bordo vertical (nº 1182 e 1183), cuja cronologia geral é relativamente ampla e que aponta para o período compreendido entre a segunda metade do séc. I e o séc. IV. Paradoxalmente, a variante B, mais antiga, datada entre a década de 70 do séc. I e o início do século seguinte, não está presente. Efectivamente, esta variante Drag. 37B não parece ter tido sucesso nos restantes mercados algarvios, a julgar pela sua ausência, detectada também nos conjuntos de Faro e Balsa.

No que se refere aos motivos decorativos, estão representadas as métopas em apenas dois exemplares (nº 1182 e 1184), sendo a decoração com círculos dominante. Os painéis são delimitados por linhas onduladas, por vezes em séries de três, sendo difícil reconhecer os motivos que se encontravam no interior das métopas: no caso da peça nº 1184, poderá tratar-se de uma ara, e no outro, nº 1182, observa-se uma palmeta colocada na horizontal. Os motivos dos círculos concêntricos são muito frequentes em Castro Marim. Estes podem ocorrer simples, segmentados (nº 1186) ou ondulados, com rosetas no seu interior, em alternância com elementos verticais. Este tipo de decoração encontra-se documentado, sobretudo, desde o período dos Flávios e atinge o séc. II.

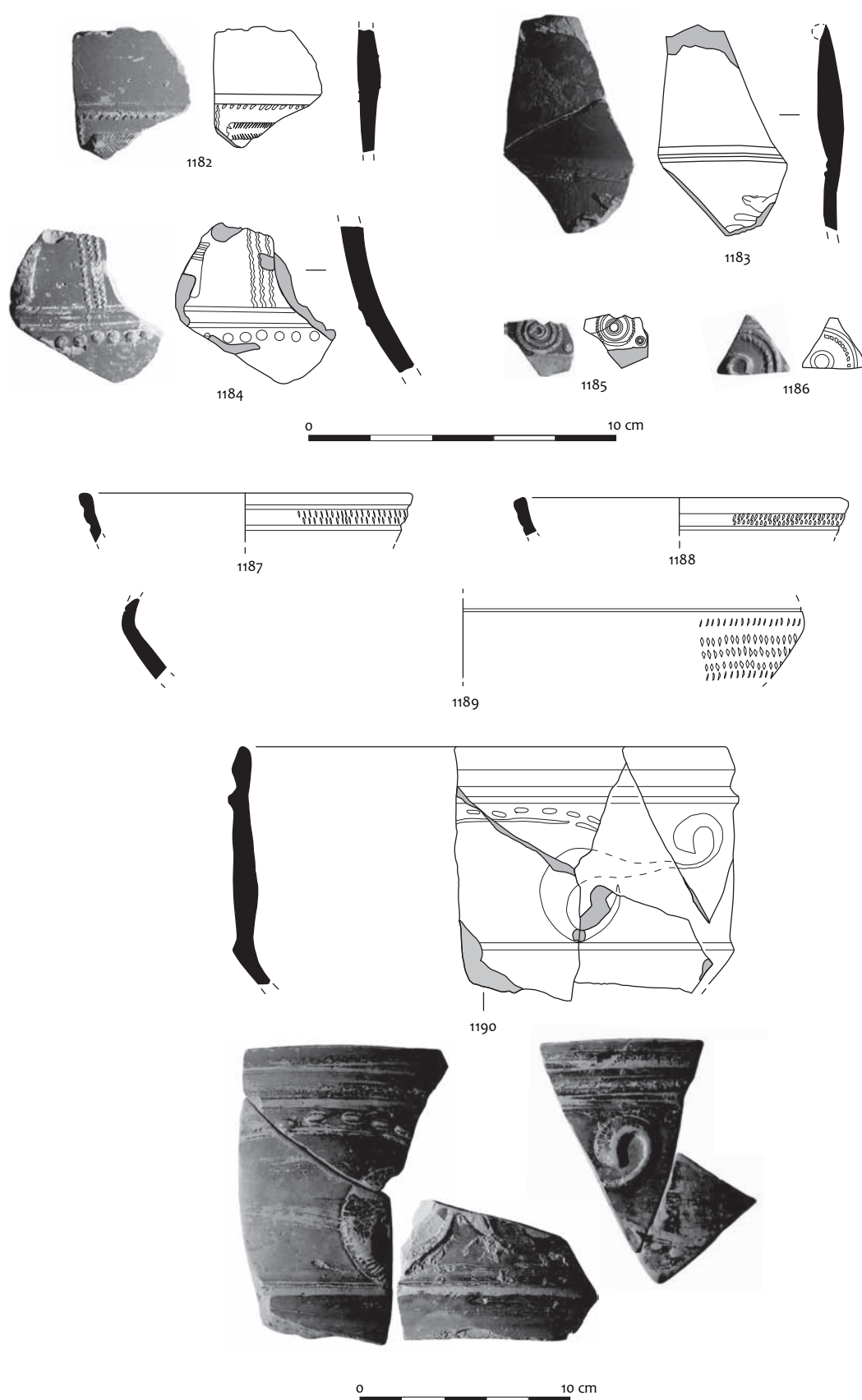
Das três marcas de oleiro hispânicas, duas são ilegíveis e conservaram o limite do caixilho. Infelizmente, a terceira, que ocorre no fundo interno de uma taça, encontra-se igualmente muito desgastada, só se podendo observar parte de M e A, o que não permitiu também a sua leitura.

Relembrando as dificuldades em distinguir os fragmentos que se podem atribuir a Tricio ou a Andújar, já expressas anteriormente, verifica-se que existe uma importação considerável de produtos oriundos de Tricio e não apenas do centro produtor geograficamente mais próximo, Andújar, que se situa no vale do Guadalquivir.

Todas as informações retiradas da cerâmicas finas, e, como se verá, também das ânforas, apontam para um abandono da área do Castelo de Castro Marim nos finais do séc. I ou início do séc. II, num momento em que o sítio estava a importar quantidades apreciáveis de cerâmica em diversos mercados. Abastecia-se, sobretudo, no Sul da Gália, mas igualmente na Hispânia, na vizinha Bética, quer nas oficinas de Andújar quer nas de Peñaflor (*Celti*), ou na Tarraconense, em Tricio.

Apesar deste abandono, existem alguns fragmentos de cerâmicas mais tardias, que não testemunham mais do que episódios esporádicos e que não constituem prova da continuidade de ocupação do sítio. Os fragmentos da forma Hayes 9A (nº 1187 e 1188) devem integrar-se nesta mesma realidade, pois esta forma de *sigillata* africana (clara A) encontrava-se a ser produzida nas oficinas norte africanas, tunisinas, a partir de 100 e perdurou até à segunda metade do séc. II (Hayes, 1972, p. 37). Segundo os dados do Atlante, baseados em informações inéditas de Ostia, esta forma ocorre igualmente em contextos da segunda metade do séc. II (Carandini et al., 1981, p. 27). Entre a cerâmica africana, ainda se assinalaram dois fragmentos de forma indeterminada de *sigillata* clara C e D, portando do séc. III a V.

Encontram-se também nesta situação que reflecte episódios esporádicos, alguns fragmentos de *sigillata* luzente, que podem pertencer a duas formas: ao tipo Lamb. 1/3 (Luis. 37a) (nº 1189) (Pernon e Pernon, 1990) e Luis. 36 (nº 1190). Trata-se, no primeiro caso, de fragmentos da carena com a característica decoração de guilhoché, que é típica desta forma.



Estampa 94 – Castro Marim. *Sigillata* hispânica decorada, *sigillata* clara A e luzente.



Mais rara e difícil de classificar, é a segunda peça, nº **1190**. Trata-se de um exemplar que se pode integrar, em termos morfológicos, no tipo Luis. 31/33, devido à sua carena acentuada. No entanto, nesta forma, não se regista qualquer tipo de decoração, enquanto o exemplar de Castro Marim apresenta decoração de barbotina. Aparentemente a decoração de barbotina com lúnulas pode ocorrer na taça carenada Luis. 36, como se pode verificar nas variantes 75 e 76 (Pernon e Pernon, 1990, p. 116, Est. XXVII, nº 75 e 76). Como já referimos noutra ocasião, a decoração com o motivo de dupla espiral ocorre frequentemente pintado a branco sobre a decoração de guilho-ché da forma Lamb. 1/3, mas não é frequente sob a forma de barbotina, como sucede com a peça algarvia. Entre o material publicado das oficinas de Portout, a decoração de barbotina regista-se apenas numa forma específica, o copo tulipiforme Luis. 65, podendo ostentar motivos designados de serpentiformes (“serpentins”), idênticos aos do exemplar castro marinense (Pernon e Pernon, 1990, p. 119 e 120, Est. XXXII, var. 133 e 136). O âmbito cronológico desta forma Luis. 36 encontra-se entre os anos de 330 e 400, enquanto que a Luis. 37 está datada entre as últimas décadas do séc. III e meados do séc. IV (Raynaud, 1993, p. 507).

#### Catálogo 6 – *Terra sigillata*, formas ilustradas

Est.	Nº	Ano	Nº Inv.	Sec-tor	Quad.	UE	Catego-ria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. total	Dese-nho
82	1013	2002	6819	1		360	TSI	Consp. 1	bordo	2 fragmentos; com pequena estam-pilha	180	22	C. V.
82	1014	2002	6811	1		385	TSI	Consp. 3.1	bordo		170	32	C. V.
82	1015	2002	3841	1		360	TSI	Consp. 4.4	bordo		310	19	C. V.
82	1016	2002	3882	1		360	TSI	Consp. 4	pé		190	16	C. V.
82	1017	1986	1504	1	F 02	1	TSI	Consp. 4	bordo		180	16	T.D.
82	1018	83/89	3765	----		----	TSI	Consp. 7.1	bordo		140	29	C. V.
82	1019	1987	2743	3	C 06	1	TSI	Consp. 18	bordo	antigo nº 14 ; peça queimada; cola c/6104; 2 fragmentos	320	29	T.D.
82	1020	2002	6809	1		385	TSI	Consp. 12.3	bordo		180	21	C. V.
82	1021	2002	6785	1		385	TSI	Consp. 12	bordo		180	18	C. V.
82	1022	1988	1605	3	E 06	1	TSI	Consp. 15	perf. comp.	2 fragmentos	170	32	C. V.
82	1023	1987	1570	2	A 01	1	TSI	Consp. 18	bordo		160	19	T.D.
82	1024	2002	6822	1		385	TSI	Consp. 18	bordo		170	19	T.D.
82	1025	1988	1607	3	E 06	1	TSI	Consp. 18	perf. comp.	marca de oleiro ver nº 1045; Est. 84	270	48	C. V.
Marca de (CN.)ATEIVS CRESTVS+EVHODVS (OCK 286.6) de Pisa, datado entre 5 a.C. – 10 d.C.													
83	1026	1984	7980 b				TSI	Indet	bordo	2 fragmentos	120	25	T.D.
83	1027	2002	6845	1		385	TSI	Consp. 20.4	bojo		280	27	T.D.
83	1028	2002	3831	1		360	TSI	Consp. 18.2	bordo		230	20	C. V.
83	1029	1985	1473	1	E 05	1	TSI	Consp. 20.4	bordo		180	22	C. V.
83	1030	2002	1820			sup	TSI	Consp. 20.4	bordo		160	19	T.D.
83	1031	2002	3945	1		360	TSI	Consp. 18	bordo		Indet.	19	C. V.
83	1032	2000	16317	1		sup	TSI	Consp. 20.4	bordo		170	21	T.D.

Est.	Nº	Ano	Nº Inv.	Sector	Quad.	UE	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. total	Dese- nho
83	1033	1987	1468	3	C 05	1	TSI	Consp. 20.4	bordo		180	18	T.D.
83	1034	83/89	1640	----		----	TSI	Consp. 20.4	bordo		190	15	T.D.
83	1035	1987	1465	2	A 01	1	TSI	Consp. 22.5	bordo		60	20	C. V.
83	1036	1984	1675	----		----	TSI	Consp. 22.2	bordo/ fundo	10 fragmentos ; marca de oleiro ilegível	90	46	C. V.
83	1037	2002	3840	1		360	TSI	Consp. 31.1	bordo		110	30	C. V.
83	1038	2002	6818	1		360	TSI	Consp. 32.4	bordo		110	16	C. V.
83	1039	2002	8859	1		402	TSI	Consp. B1	fundo	possível Consp. 4.4.	100	22	C. V.
83	1040	1984	1477	1		F 02	TSI	Indet.	fundo/ pé		100	21	C. V.
83	1041	2002	3932	1		360	TSI	Indet.	fundo		72	18	T.D.
83	1042	2002	6692	1		360	TSI	Indet.	fundo	com marca de oleiro ilegível	40	12	T.D.
84	1043	1988	1541	4	E 10	1	TSI	Cálice	pé		indet.	--	T.D.
84	1044	1988	1520	3	E 06	1	TSI	Indet.	bojo		--	44	C. V.
84	1045	1988		3	E 06	1	TSI	Consp. 18	fundo	ver também nº 1025 da Est. 82.			C. V.
										Ver também nº 1025 da Est. 82. Marca de (CN.)ATEIVS CRESTVS+EVHODVS (OCK 286.6) que produziu em Pisa entre 5 a.C. – 10 d.C.			
84	1046	2002	6869	1		385	TSI	Indet.	fundo				C. V.
										Marca do oleiro GALLVS (OCK 864) que produziu no Centro de Itália entre 10 a.C – 30 d.C.			
84	1047	2001	2473	1		sup	TSI	Indet.	fundo				C. V.
										Marca radial de PRIAMVS de A. SESTIVS (OCK 1942.4) que produziu em Arezzo (?)entre 30 – 10 a.C.			
84	1048	2000	1345	1		sup	TSI	Prato	fundo				C. V.
										Marca de oleiro do escravo CANOPVS de STATILIA (OCK 1991) de origem desconhecida, que produziu entre 20 e 1 a.C.			
84	1049	2002	6873	1		385	TSI	Indet.	fundo				T.D.
										Marca do oleiro C.VIBIENVVS (2) (OCK 2373.78) que produziu em Arezzo entre 1 e 40 d.C.			
84	1050	2000	1367	1		sup	TSI	Taça	fundo		320	10	C. V.
										Marca do oleiro XANTHVS (2) (OCK 2536.25) que produziu em Pisa entre 5 a.C. e 50 d.C.			
84	1051	2002	3854	1		360	TSI	Indet.	fundo		40	15	C. V.
										Marca do oleiro XANTHVS (2) (OCK 2536.25) que produziu em Pisa entre 5 a.C. e 50 d.C.			
84	1052	2002	6872	1		385	TSI	Indet.	fundo				C. V.
										Marca possivelmente do oleiro T. Ver(a)nius Dauus ? (OCK 2342) de origem e cronologia desconhecidas.			
85	1053	2002	6490	1		385	TSS	Ritt. 8	bordo		120	25	C. V.
85	1054	2000	1351	1		sup	TSS	Drag. 24/25	bordo		120	33	C. V.
85	1055	1987	1418	2	A 01	1	TSS	Drag. 24/25	bordo		140	32	T.D.
85	1056	2002	5884	1		385	TSS	Drag. 24/25	bordo		100	41	C. V.
85	1057	2002	6494	1		385	TSS	Drag. 24/25	bordo		120	38	C. V.
85	1058	1984	1653	----		----	TSS	Drag. 24/25	bordo		110	29	A.M.
85	1059	1988	1412	4	E 10	E 10	TSS	Drag. 24/25	bordo		110	34	T.D.
85	1060	2002	6495	1		385	TSS	Drag. 24/25	bordo		75	29	C. V.
85	1061	2002	6502	1		385	TSS	Drag. 24/25	bordo		70	30	C. V.
85	1062	2002	6523	1		385	TSS	Drag. 24/25	bordo		80	18	T.D.

Est.	Nº	Ano	Nº Inv.	Sector	Quad.	UE	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. total	Dese- nho
85	1063	2002	6508	1		385	TSS	Drag. 24/25	bordo		70	20	A.M.
85	1064	2002	6554	1		385	TSS	Drag. 24/25	bordo		80	18	A.M.
85	1065	2002	3844	1		360	TSS	Drag. 24/25	bordo		130	31	A.M.
85	1066	83/89	1452	----		----	TSS	Drag. 24/25	bordo				A.M.
85	1067	1988	1527	4	E 10	1	TSS	Drag. 15	bordo		260	32	C. V.
85	1068	1987	1535	2	A 01	1	TSS	Drag. 16	bordo		280	24	T.D.
85	1069	2000	310	1		Limp.	TSS	Drag. 15	bordo		240	24	T.D.
85	1070	2002	6578	1		385	TSS	Drag. 15	bordo		200	24	T.D.
86	1071	2002	5029	1		373	TSS	Drag. 15/17	perf. comp.	ver marca nº 1154 Est. 92; marca VOFANGIVS	170	38	C. V.
86	1072	83/89	1533	----		----	TSS	Drag. 15/17	bordo		150	22	T.D.
86	1073	1986	1488	1	F 02	3	TSS	Drag. 15/17	bordo		150	23	T.D.
86	1074	1984	8166	1	F 02	6	TSS	Drag. 15/17	bordo		150	26	T.D.
86	1075	2002	6496	1		385	TSS	Drag. 15/17	bordo		160	21	C. V.
86	1076	2002	6597	1		385	TSS	Drag. 18	bordo		240	32	T.D.
86	1077	2002	6550	1		385	TSS	Drag. 18	bordo		190	31	C. V.
86	1078	1984	1415	1	F 04	3	TSS	Drag. 18	bordo		160	20	T.D.
86	1079	2002	6572	1		385	TSS	Drag. 18	bordo		160	22	T.D.
86	1080	2002	6507	1		385	TSS	Drag. 18	bordo		150	20	C. V.
86	1081	2002	6482	1		385	TSS	Drag. 18	bordo		150	23	T.D.
86	1082	2002	6906	1		385	TSS	Drag. 18	bordo		150	23	C. V.
86	1083	1986	1574	1	F 02	3	TSS	Drag. 18	bordo		160	21	T.D.
86	1085	2002	6921	1		385	TSS	Drag. 18	bordo		154	26	C. V.
86	1086	2000	6600	1		360	TSS	Drag. 18	bordo		160	23	T.D.
86	1087	2002	6575	1		385	TSS	Drag. 18	bordo		Indet.	37	C. V.
86	1088	1985	9378	1	F 02	3	TSS	Drag. 18	bordo		indet	19	T.D.
86	1089	2002	6585	1		385	TSS	Drag. 18	bordo		indet	36	T.D.
86	1090	1984	1450	1	E 02	3-Apr	TSS	Hermet 9	fundo		110	13	C. V.
87	1091	2002	3835	1		360	TSS	Drag. 27	bordo		110	43	C. V.
87	1092	1987	1521	2	A 01	2	TSS	Drag. 27	bordo		80	30	C. V.
87	1093	83/89	1648	----		----	TSS	Drag. 27	bordo		100	27	A.M.
87	1094	1986	1550	1	F 02	3	TSS	Drag. 27	bordo		120	24	T.D.
87	1095	2002	6577	1		385	TSS	Drag. 27	bordo		100	29	T.D.
87	1096	1987	1492	2	A 01	2	TSS	Drag. 27	bordo		80	22	T.D.
87	1097	2002	6551	1		385	TSS	Drag. 27	bordo		170	22	T.D.
87	1098	1988	1552	4	E 10	4	TSS	Drag. 27	bordo		120	23	T.D.
87	1099	83/89	1649	----		----	TSS	Drag. 27	bordo		140	17	T.D.

Est.	Nº	Ano	Nº Inv.	Sector	Quad.	UE	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. total	Dese- nho
87	1100	2002	6589	1		385	TSS	Drag. 27	bordo		120	20	T.D.
87	1101	2002	6584	1		385	TSS	Drag. 27	bordo		110	19	T.D.
87	1102	2002	6527	1		385	TSS	Drag. 27	bordo		70	11	T.D.
87	1103	2002	6491	1		385	TSS	Drag. 27	bordo		Indet.	23	T.D.
87	1104	2002	6592	1		385	TSS	Drag. 27	bordo		indet.	22	T.D.
87	1106	1985	1409	1	D 02	3	TSS	Drag. 27	fundo/ pé		40	30	A.M.
87	1107	2002	3833	1		360	TSS	Drag. 35/36	bordo		140	16	C. V.
87	1108	2002	6598	1		360	TSS	Drag. 35/36	bordo		95	27	C. V.
87	1109	2002	6601	1		360	TSS	Drag. 35/36	bordo		100 int	22	T.D.
87	1110	2002	6583	1		385	TSS	Drag. 35/36	bordo		120	25	T.D.
87	1111	2002	6695	1		385	TSS	Drag. 35/36	bordo	marmoreada	Indet.	28	C. V.
87	1112	1987	1422	3	D 05		TSS	Ritt.12	bordo		230	13	C. V.
88	1112	1987	1416	2	A 01	2	TSS	Drag. 29	bordo	Viegas, 2006c, fig. 6, p. 260.	200	38	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Registo superior de Drag. 29 que possui uma linha de círculos que incluem rosetas e que corresponde a um tipo de decoração relativamente rara, mesmo para a oficina de La Graufesenque, que atribuímos ao período cláudio.													
88	1113	83/89	1611	----		----	TSS	Drag. 29	bojo	Viegas, 2006c, fig. 6, p. 260.	--	40	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Apenas se conservou o registo superior formado por uma grinalda ondulada que se desenvolve sob uma linha de pérolas. Seguem-se novas linhas de pérolas que enquadram a moldura simples que separava este registo do inferior que não se conservou. Esta decoração encontra paralelo em composições idênticas recuperadas em Poitiers, nomeadamente na peça nº 159 para a qual foi apontada uma cronologia de Cláudio (Tilhard, 2004, nº 159, est. 139, p. 418).													
88	1114	83/89	1645	----		----	TSS	Drag. 29	bojo		--	36	T.D.
Decoração impossível de reconstituir. Registo superior de que se conservou o motivo das imbricações. Estas possuem semelhanças com as que se encontram numa peça proveniente de Poitiers, estando datada do período de Tibério (Tilhard, 2004, nº 123, est. 136, p. 416).													
88	1115	2002	6621	1		385	TSS	Drag. 29	bojo	Viegas, 2006c, fig. 6, p. 260.	--	40	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Apenas se conservou parte do registo superior constituído por uma grinalda ondulada com pequena flor. Este tipo de decorações encontra-se em diversos exemplares originários de Poitiers, designadamente a peça nº 64 que se encontra datada de época tiberiana (Tilhard, 2004, nº 64, p. 413, est. 132).													
88	1116	2002	6674	1		385	TSS	Drag. 29	carena/ parede		--	40	T.D.
Decoração impossível de reconstituir. Do registo superior apenas se conservou uma linha ondulada vertical que estabelece o limite de um painel onde apenas se pode observar a cauda de um animal (canídeo?). Sob este motivo encontra-se uma moldura simples enquadrada por duas linhas de pérolas, seguindo-se uma palissada de gomos e, por fim, uma linha de círculos segmentados que incluem pequenas flores.													
88	1117	1987	1497	1	D 04	1	TSS	Drag. 11	bordo	Não se conservou a área decorada.	150	12	C.V.
88	1118	83/89	692	----		----	TSS	Hermet 9	bordo	Decoração impossível de reconstituir.	90	16	T.D.
88	1119	2002	6663	1		385	TSS	Hermet 9	bojo		--	14	T.D.
Decoração impossível de reconstituir. Apenas se conservou uma linha de círculos seguida de linha ondulada horizontal, sendo apenas visíveis linhas onduladas colocadas na diagonal. A cronologia geral da forma Hermet 9 remete para um período entre 55 e 70.													
88	1120	2002	6622	1		385	TSS	Drag. 30	bojo		--	38	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Composição onde se observa uma decoração com o motivo da “arboréides” simétricas que parece muito próximo das produções de Lupus, oleiro que laborou em La Graufesenque entre 40 e 60 d.C. (Mees, 1995, Est. 99.6).													
88	1121	2002	6676	1		385	TSS	Drag. 30	bojo		--	38	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Os motivos de caules ondulados parecem formar uma composição idêntica à do exemplar nº 1352, pertencente às fases mais recuadas da produção.													
88	1122	2000	1352	1		sup	TSS	Drag. 30	bojo		--	42	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos simples com lingueta igualmente simples. Sob esta desenvolve-se, muito possivelmente, uma composição onde se encontra uma grinalda ondulada. Este óvulo corresponde ao tipo nº 148 que se encontra num exemplar de Lyon, embora neste caso numa Drag. 11 (Base de dados online, nº de série 3000322). Pela composição associamos este exemplar às fases mais antigas da produção de La Graufesenque.													

Est.	Nº	Ano	Nº Inv.	Sector	Quad.	UE	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. total	Dese- enho
88	1123	2002	6661	1		385	TSS	Drag. 29	bojo	Viegas, 2006c, fig. 6, p. 260.	--	40	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Do registo superior conservou-se o que seria muito possivelmente uma grinalda ondulada, a moldura simples enquadrada por duas linhas de pérolas, seguida, no registo inferior, por palissadas de gomos. Na obra de Tilhard sobre os materiais de Poitiers encontram-se várias composições idênticas que o autor atribuiu ao período de Cláudio-Nero (Tilhard, 2004, nº 197-204. sobretudo nº 200, Est. 142, p. 419-420). O exemplar nº 1124 possui características idênticas.													
88	1124	83/89	1410	----		----	TSS	Drag. 37	bojo		--	28	T.D.
Composição impossível de reconstituir. Apenas se conservou a moldura média simples, enquadrada por duas linhas de pérolas e o registo inferior composto por uma palissada simples. As observações efectuadas para a peça nº 1123, aplicam-se igualmente a este exemplar que se datou do período de Cláudio -Nero.													
89	1125	1987	1511	2	A 01	2	TSS	Drag. 37	bojo		--	40	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Conservou-se o limite inferior da composição metopada que inclui o motivo da cruz de Sto André com bordadura inferior formada por grinalda de folhas. Esta grinalda encontra-se representada num exemplar de Poitiers atribuído ao período de Vespasiano-Domiciano (Tilhard, 2004, nº 398, est. 163, p. 431).													
89	1126	2002	6664	1		385	TSS	Drag. 37	bojo		--	36	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Composição formada por um registo superior com métopas onde se observa um painel com um canídeo ou uma lebre de que apenas se conservaram as patas traseiras e cauda. Sob estes, em painel do registo inferior, encontra-se parte de uma cruz de Sto André, motivo em alternância com medalhões e caules ondulados. Vários oleiros utilizam este tipo de solução que se integra genericamente no período Flávio ou posterior.													
89	1127	2002	6673	1		385	TSS	Indet.	bojo		--	24	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. O reduzido fragmento mostra parte das vestes de um personagem feminino com mão colocada na cintura enquadrado, dos dois lados, por linhas onduladas verticais que limitariam possivelmente um painel e parece integrar-se na obra de Sabinus. Trata-se de um motivo próximo do que foi identificado com o tipo 116 de Hermet (1934, est. 20), e que o autor francês classificou simplesmente como "Femme revêtue d'une longue tunique" e que, pelas suas características, se deve diferenciar do motivo feminino (Penélope ?) do oleiro Masclus, que se encontra, por exemplo, entre o material de Faro. Um motivo idêntico encontra-se atribuído ao oleiro Sabinus I cuja produção ocorreu entre 50 e 70 (Mees, 2004, est. 170, nº 1, p. 93). O mesmo motivo está representado numa Drag. 30 do oleiro Masclus, (Mees, 1995, est. 112, nº 1 e 2, p. 84).													
89	1128	1988	1512	4	E 10	04 b	TSS	Drag. 37	bojo		--	32	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Apenas se observa o limite inferior do que parece ser uma composição metopada em que um dos painéis é formado por uma cena com um canídeo. Este punção foi utilizado pelo oleiro Martialis que produziu em La Graufesenque entre 50 e 70 (Mees, 1995, est. 103, nº 1, p. 82). Contudo, o facto deste motivo se encontrar igualmente representado em diversas peças recuperadas no naufrágio Culip IV, poderá colocar este exemplar em data um pouco posterior (Nieto e Puig, 2001, motivo Aa.27, p. 81).													
89	1129	2002	6930	1		385	TSS	Drag. 29	bojo		--		C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Parte inferior da decoração da pança ou registo inferior de uma Drag. 29 em que alternam medalhões que incluem aves e rosáceas de oito pétalas. As rosáceas são idênticas às de uma peça de Poitiers que Tilhard datou do período de Nero (Tilhard, 2004, nº 221, Est. 142, p. 420).													
89	1130	1986	1408	1	D 03	2	TSS	Drag. 29	bordo	Viegas, 2006c, fig. 6, p. 260.	260	60	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. O registo superior era formado por uma linha de festões duplos que incluem dois tipos de aves diferentes, alternando com elementos vegetais pendentes. Nada se conservou do registo inferior. Quer a composição do exemplar algarvio, quer os motivos de aves encontram-se em diversas peças recuperadas no naufrágio Culip IV. Encontram-se nestas circunstâncias as Drag. 29 nº 228 e nº 269 com marca do oleiro Virthu, embora a que mais se assemelha ao nosso exemplar seja a nº 305, esta sem qualquer marca (Nieto e Puig, 2001, p. 309).													
89	1131	1988	1489	3	E 06	1	TSS	Drag. 37	bojo	Viegas, 2006c, fig. 6, p. 260.	--	12	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Apenas se conservou o limite inferior da composição formado por uma linha de festões com volutas terminando numa pequena flor. Estes festões simples alternam com linhas onduladas verticais que terminam num elemento vegetal trifoliado. Encontramos uma composição idêntica num molde assinado pelo oleiro Momó que produziu em La Graufesenque entre 70 e 90 (Mees, 1995, est. 145, nº11).													
89	1132	1985	1543	1	E 05	2	TSS	Drag. 37	bojo	Viegas, 2006c, fig. 6, p. 260.	--	38	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Registo inferior de Drag. 37, formado por linha de festões simples que incluem flores do tipo "mystica", alternando com elementos vegetais pendentes de linhas onduladas verticais. Pouco se conservou do limite inferior da decoração de que apenas se observa parte de grinalda de duas folhas enquadrada por linha ondulada horizontal. O motivo da linha de festões encontra-se representado numa das peças que constam da chamada "caixa de Pompeia", nomeadamente no exemplar Atkinson 57, embora neste caso estes motivos ocorram no registo superior de uma Drag. 37 (Dzwiza, 2004, Est. 57). Um elemento decorativo idêntico encontra-se igualmente na peça Atkinson 63 (Dzwiza, 2004, est. 63). O motivo vegetal "flor de mystica" corresponde ao punção do tipo Pl. 17 (Dzwiza, 2004, est. 106).													
89	1133	2002	6640	1		360	TSS	Drag. 37	bojo		--	46	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos com lingueta de extremidade circular. Composição formada muito possivelmente por linha de festões que incluem o motivo vegetal "flor de mystica". As nossas observações encontram-se limitadas, dada a dimensão do fragmento conservado.													
90	1134	2002	6623	1		385	TSS	Drag. 29	bojo		--	30	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Friso superior de Drag. 29 formado por medalhão simples que inclui uma ave, seguido de três linhas onduladas verticais. Este motivo da ave encontra-se presente na obra de diversos oleiros, estando próximo do representado na Drag. 29 Atkinson 32 da chamada "caixa de Pompeia" (Dzwiza, 2004, est. 32 e tipo T7.9). Trata-se, neste caso de uma peça assinada por Manduilus. Uma ave idêntica encontra-se num exemplar apresentado por A. Mees, identificado como pertencente ao oleiro M.Crestio (Mees, 1995, est. 39, nº 8, p. 74).													



Est.	Nº	Ano	Nº Inv.	Sector	Quad.	UE	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. total	Desenho
90	1135	1986	1471	1	F 02		TSS	Drag. 37	bojo		40	--	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Decoração onde se observa a parte traseira de um animal (leão?/cão?) seguida por uma linha de chevrons enquadrados por duas linhas onduladas. Trata-se de um medalhão simples que inclui a representação de um arqueiro, motivo que foi utilizado por diversos oleiros, entre os quais C. Valerius Albanus (Mees, 1994, est. 2.6 e 10 e Est. 3.1 e 3, p. 67).													
90	1136	83/89	1608	----	----		TSS	Drag. 30	bordo	Viegas, 2006c, fig. 6, p. 260	170	60	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos de lingueta com extremidade com flor de oito pétalas, seguida de grinalda de elementos vegetais trifolados. Sob a grinalda parece desenvolver-se uma composição metopada de que se observa o arranjo superior de uma série de cinco linhas onduladas verticais e, no interior de um painel, o que inicialmente vimos como um elemento vegetal, pensamos agora poder tratar-se da cabeça de uma figura humana, voltada à esquerda. A linha de óvulos corresponde ao tipo JJ atribuído a Lupus ii e Sabinus ii (Dannell, Dickinson e Vernhet, 1998, Fig. 2, p. 79). Composição pertencente ao período Flávio ou posterior.													
90	1137	2002	6669	1		385	TSS	Drag. 29	bojo		--	32	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Apenas se conservou parte do registo superior que apresenta uma composição metopada. Um dos painéis possui a figura de uma lebre voltada para a direita, seguindo-se, à sua direita novo painel enquadrado por linha ondulada horizontal. Deste último apenas se conservou uma série de folhagens. Uma composição idêntica encontra-se em duas peças que integravam a chamada "caixa de Pompeia", e que possuem marca do oleiro Mommo (Dzwiza, 2004, Atkinson 7 e 8).													
90	1138	2002	3846	1		360	TSS	Drag. 37	bojo	Viegas, 2006c, fig. 6, p. 260	--	58	C.V.
Flávio e posterior. Decoração impossível de determinar. Linha de óvulos duplos e lingueta de extremidade tripartida ligeiramente voltada à esquerda. Sob esta linha desenvolve-se uma composição metopada de que se conservou um painel com a figura de um leão voltado à esquerda. Decoração bastante empastelada e pouco nítida. Um leão idêntico encontra-se na obra de Crucuro II numa composição metopada que inclui outros motivos como gladiadores (Mees, 1995, est. 55, nº 1, p. 76). Outro oleiro de La Graufesenque, M.Crestio, utilizou este mesmo motivo (Mees, 1995, est. 37, nº 3, p. 74).													
90	1140	2000	1366	1		sup	TSS	Drag. 37	bojo	marmoreada	--	32	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Decoração metopada onde se observam elementos de uma cruz de Sto André. No limite inferior a decoração é formada por palissada de estrigilos.													
90	1141	2002	15428	1		sup	TSS	Indet.	bojo		--	32	T.D.
Decoração impossível de reconstituir. Reduzido fragmento em que se observa parte de cruz de Sto André.													
90	1142	1985	1519	1		E 05	TSS	Drag. 37	bojo		--	48	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos duplos com lingueta com extremidade formada por roseta. Composição formada por cruz de Sto André. Os óvulos não têm paralelo exacto no trabalho de Dannell, Dickinson e Vernhet, embora se assemelhe ao tipo SB (1998, p. 83, fig. 2). Contudo, neste caso a extremidade da lingueta apresenta tridente.													
90	1143	2002	7299	1		385	TSS	Drag. 30	bojo	cola c/ 6705; marmoreada	--	36	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Composição formada por cruz de Sto André idêntica à de um exemplar de Poitiers datado do período de Nero-Vespasiano (Tilhard, 2004, nº 288, est. 153, p. 425).													
90	1144	2002	6626	1		385	TSS	Drag. 37	bojo		--	24	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos duplos com lingueta de extremidade tripartida seguida de linha ondulada horizontal podendo desenvolver-se uma composição formada por grinalda ondulada.													
90	1145	2002	6704	1		385	TSS	Indet.	bojo	marmoreada	--	28	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos duplos com lingueta com extremidade formada por uma pequena flor de cinco pétalas. Linha ondulada horizontal e possível decoração formada por cruz de Sto André.													
91	1146	2002	6709	1		385	TSS	Drag. 37	fundo		80	35	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Conservou-se o limite inferior de uma composição formada por uma grinalda ondulada. Sob a grinalda observam-se festões que incluem volutas, enquadradas, nos dois lados por elementos vegetais bifoliados pendentes. No limite inferior a composição possui uma bordadura de elementos vegetais muito estilizados de forma triangular. Encontra-se uma composição idêntica em Poitiers enquadrando-se nas produções de La Graufesenque do período de Vespasiano-Domiciano (Tilhard, 2004, nº 378, est. 161, p. 429-430). Uma bordadura idêntica à da peça algarvia foi utilizada na produção do oleiro Sabinus II de La Graufesenque (Mees, 1995, est. 176, nº 1; est. 177, nº 1 e 2; est. 178, nº 4).													
91	1147	1988	1547	4		E 10	TSS	Drag. 37	bojo	Viegas, 2006c, fig. 6, p. 260	--	40	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Conservou-se parte de uma composição livre onde se observa uma árvore estilizada com uma ave voltada à direita sobre um dos seus ramos. Trata-se muito possivelmente da obra do oleiro Germanus III que utilizou estes motivos. Esta peça possui paralelo num exemplar apresentado por A. Mees (Mees, 1995, est. 80, nº 9).													
91	1148	2002	6634	1		385	TSS	Indet.	bojo		--	28	T.D.
Decoração impossível de reconstituir. Pouco se conservou da linha de óvulos. Sob uma linha ondulada horizontal pode observar-se o que julgamos ser a representação de Diana caçadora, podendo ver-se a cabeça e a parte superior do arco, numa peça do oleiro Calvius (Mees, est. 18, nº 1, p. 72). A representação de personagens, como é o caso da Diana caçadora, é usual no período de Flávio e posterior, aspecto que caracteriza a decadência da produção de La Graufesenque. A decoração encontra-se empastada e desgastada.													
91	1149	83/89	1558			----	TSS	Drag. 37	bordo		150	44	T.D.
Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos com moldagem muito deficiente. Possível decoração metopada podendo observar-se num dos painéis o que parece ser a cabeça de uma personagem que julgamos ser Diana caçadora. Trata-se da variante em que o desenho ocorre com menor grau de detalhe (Hermet, 1934, Est. 18, nº 7).													

Est.	Nº	Ano	Nº Inv.	Sector	Quad.	UE	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. total	Desenho
91	1150	1984	1660	----		----	TSS	Drag. 37	bojo		--	24	T.D.
Decoração impossível de determinar. Apenas se conservou parte dos membros inferiores de um personagem que julgamos poder corresponder a Mercúrio (Hermet, 1934, est. 13 nº 43 e 44).													
91	1151	1988	1537	3		E 06	TSS	Drag. 30	parede		--	36	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Fragmento onde se encontra a figura de um gladiador ferido (que pertenceria a uma cena onde estão dois gladiadores), de que apenas se conservaram os membros inferiores. Corresponde ao tipo 171 de Hermet (1934, Est. 21), sendo um motivo que ocorre em diversos exemplares do naufrágio Culip IV, embora nessas peças da forma Drag. 37, não se registre marca de oleiro (Nieto e Puig, 2001, tipo Aa.11, p. 79).													
91	1152	2001	4074	1		sup	TSS	Drag. 37	bojo		--	30	T.D.
Decoração impossível de reconstituir. Observa-se uma figura humana que enverga uma lança (?) que pode corresponder a um bestiarii e integrar um combate com touros (Hermet, 1934, Est.23, nº 253) ou integrar uma cena com um leão, como a representada na peça que pertence à produção de Mercator (Mees, 1995, Est. 134.4, 7 e 9, p. 86).													
91	1153	2002	6503	1		385	TSS	Drag. 37	bordo		200	48	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Linha de óvulos duplos com lingueta. Decoração muito empastada com motivos pouco nítidos.													
92	1154	2002	5029	1		373	TSS	Prato	perf. comp.		170	38	C.V.
Marca de Angius (Oswald, 1931, p. 17; Bémont e Bourgeois, 1986, p. 279) que produziu em La Graufesenque no período Flávio.													
92	1155	2002	6871	1		385	TSS	Indet.	fundo		--	--	C.V.
Marca de Apias, Titus Iulius (Oswald, 1931, p. 19.), oleiro que produziu em La Graufesenque no Séc. I.													
92	1156	2002	8200	1		385	TSS	Indet.	fundo		--	--	C.V.
Marca do oleiro Billicatus (Polak, 2000, p. 184, em particular B62, p. 185) que produziu em La Graufesenque entre 30 e 60.													
92	1157	1985	1455	1		D 05	TSS	Indet.	fundo		--	--	C.V.
Marca do oleiro Celadus (Polak, 2000, p. 201-202) que produziu em La Graufesenque entre 55 e 70.													
92	1158	1984	1592	1		E 02	TSS	Indet.	bojo		--	--	C.V.
Marca do oleiro Fuscus ii (Polak, 2000, p. 231) que produziu em La Graufesenque entre 80 e 120.													
92	1159	2002	6688	1		385	TSS	Indet.	fundo		50	16	C.V.
Marca de Iucundus (Polak, 2000, p. 242-244) que produziu em La Graufesenque no período de Nero e dos Flávios.													
92	1160	2002	3895	1		360	TSS	Indet.	fundo		--	--	C.V.
Marca do oleiro Iucundus (Polak, 2000, p. 242-244) que produziu em La Graufesenque no período de Nero e Flávios.													
92	1161	1988	1449	4		E 10	TSS	Indet.	fundo/pé		--	--	C.V.
Marca do oleiro Iucundus (Polak, 2000, p. 242-244) que produziu em La Graufesenque nos reinados de Nero e dos Flávios.													
92	1162	2002	6689	1		385	TSS	Indet.	fundo		30	16	C.V.
Parte final de marca de oleiro. Possivelmente de Iulinus (?) ou Iunius (?).													
92	1163	2002	6870	1		385	TSS	Indet.	fundo		--	--	C.V.
Parte inicial de marca de oleiro NI (!?). Impossível determinar o nome do oleiro													
92	1164	1984	1493	1		F 02	TSS	Indet.	fundo/pé		--	--	C.V.
Parte final de marca de oleiro onde apenas se pode observar um M. Podeá pertencer à produção do oleiro Momo (?).													
92	1165	2002	6691	1		385	TSS	Indet.	fundo		--	--	C.V.
Marca de oleiro indeterminado de que apenas se observa a parte final V-SP.													
93	1166	1987	1538	2	A 01	2	TSH Peñaflor	Martínez IB	bordo		90	30	T.D.
93	1167	2002	6805	1		385	TSH Peñaflor	Martínez IB	bordo/parede		--	15	T.D.
93	1168	1984	5029	1	G 03	2	TSH Peñaflor	Martínez IE	bordo		150	18	T.D.
93	1169	2002	3941	1		360	TSH Peñaflor	Martínez IIB	bordo		150	24	C.V.
93	1170	2002	6914	1		385	TSH Peñaflor	Martínez III	bordo		170	26	C.V.
93	1171	1984	1467	1	F 04	2-Mar	TSH Peñaflor	Forma 11	bordo	de Amores e Keay, 1999		27	T.D.

Est.	Nº	Ano	Nº Inv.	Sector	Quad.	UE	Categoria	Forma	Frag.	Observações	Diâm.	Alt. total	Dese- nho
93	1172	2002	3928	1		360	TSH Peñaflor	Forma 13	bojo	de Amores e Keay, 1999 / ou forma IIC de Martínez	150	15	T.D.
93	1173	2002	3942	1		360	TSH Peñaflor	Forma 13	bordo	de Amores e Keay, 1999	150	26	C.V.
93	1174	2002	8355	1		385	TSH	Drag. 15/17	bordo		210	27	C.V.
93	1175	2002	6924	1		385	TSH	Drag. 15/17	bordo		200	34	C.V.
93	1176	2002	3943	1		360	TSH	Drag. 15/17	bordo	engobe vermelho em ambas as superfícies	160	36	C.V.
93	1177	2002	6901	1		385	TSH	Drag. 15/17	parede/ meia cana		- -	30	C.V.
93	1178	83/89	1440	F 01		3	TSH	Drag. 27	bordo		110	26	C.V.
93	1179	2002	6886	1		360	TSH	Drag. 27	fundo		40	29	C.V.
93	1180	1987	5338	3	B 05	1	TSH	Indet.	bordo		180	20	T.D.
94	1182	2002	6619	1		385	TSH	Drag. 37	bordo		- -	40	T.D.
94	1183	2000	16326	1		sup	TSH	Drag. 39	bordo	2 fragmentos; Com decoração impos- sível de determinar	- -	64	T.D.
94	1184	83/89	1508	----		----	TSH	Drag. 37?	bojo		- -	46	C.V.
Decoração impossível de reconstituir. Conservou-se parte do registo superior de uma composição metopada em que os painéis são divididos por séries de três linhas verticais, sendo impossível determinar que motivos encerram. A duas caneluras simples segue-se uma linha de pérolas.													
94	1185	2002	6934	1		sup	TSH	Indet.	bojo		- -	20	T.D.
Decoração impossível de reconstituir formada por círculos concêntricos.													
94	1186	2002	5217	1		360	TSH	Indet.	bojo		- -	20	C.V.
Fragmento com decoração de círculo concêntrico.													
94	1187	83/89	4169	----		----	TSCLA	Hayes 9A	bordo		160	23	T.D.
94	1188	2000	16316	1		sup	TSCIA	Hayes 9A	bordo		160	18	T.D.
94	1189	2002	3937	1		360	TSIuz	Indet.	bojo	possível Lamb. 1/3	- -	45	T.D.
94	1190	2002	6240	1		385	TSIuz	Luis. 36	bordo/ bojo	6 fragmentos	160	77	C.V.

### Síntese sobre as principais características da *terra sigillata* de Castro Marim

A leitura conjugada da *terra sigillata* com as restantes cerâmicas romanas que foram recuperadas no Castelo de Castro Marim mostra que o sítio onde se implantou posteriormente o castelo medieval teve ocupação desde o período republicano até final do séc. I ou inícios do II.

As importações de *sigillata* de tipo itálico evidenciam uma continuidade de abastecimento a partir dos mercados itálicos, que remonta a épocas anteriores, testemunhada pela cerâmica campaniense de Cales e pelas ânforas vinárias do tipo Dressel 1. Durante o período Augustano, e quando a *terra sigillata* de tipo itálico já se encontrava nos mercados algarvios de Faro e Castro Marim, as paredes finas constituíram outro dos produtos importados para estas cidades. O intensificar das importações de *terra sigillata* de tipo itálico nos finais do reinado de Augusto e durante o reinado de Tibério não foi, no entanto, acompanhado da importação de produtos alimentares transportados em ânforas. A prová-lo está a raridade da ânfora Dressel 2-4 itálica.

A partir do período tiberiano, Castro Marim começou a diversificar a sua base de abastecimento no que diz respeito à *terra sigillata*. Neste momento, e sobretudo no período de Cláudio e Nero, a importação de produtos do Sul da Gália, concretamente do centro produtor de La Graufesenque, começou a ganhar peso, como o mostram as formas lisas ou decoradas, assim como as marcas de oleiro. Nesta mesma fase, Castro Marim abasteceu-se também em Peñaflor, a antiga *Celti*, de onde importou formas que se inspiram directamente nos modelos de *sigillata* de tipo itálico, mas também sudgálico, e ainda nos pratos de “engobe vermelho pompeiano”, igualmente itálicos.

A julgar pela proporção de *sigillata* sudgálica do período Flávio presente em Castro Marim, este terá sido o momento áureo das importações desta categoria cerâmica. Efectivamente, nestas últimas décadas do séc. I, a cidade abastece-se não só em La Graufesenque, mas também nas oficinas hispânicas de Tricio e Andújar. Ao contrário do que seria de esperar, não foram apenas as oficinas de Andújar, no vale do Guadalquivir, geograficamente mais próximas, e de onde a cidade há muito recebia inúmeros produtos alimentares transportados em ânforas que abasteceram Castro Marim. Tal como se tem observado para as restantes cidades algarvias, o peso das importações de Tricio foi significativo.

Os dados da *terra sigillata* mostram que as importações hispânicas pouco se puderam impor nos mercados, o que explica a sua fraca percentagem face aos restantes fabricos. Se nos outros sítios este fenómeno pode ser explicado pela progressiva introdução dos produtos norte africanos (*sigillata* clara A), em Castro Marim, o súbito abandono da área do Castelo em finais do séc. I ou inícios do séc. II, explica a fraca percentagem desta categoria cerâmica. Não se trata, como já se referiu em outra ocasião, de um progressivo decair das importações, fenómeno que se encontra, com alguma frequência em outras cidades, mas de um abandono súbito do sítio. Preferimos a expressão de “finais do séc. I e inícios do séc. II”, porque ainda se assinala a presença de alguns fragmentos de *sigillata* hispânica decorada com motivos de círculos, cuja cronologia aponta para essa data. Por outro lado, mesmo entre os oleiros sudgálicos, um dos que está representado, *Fuscus*, terá laborado entre 80 e 120, o que constitui outro importante argumento para esta datação. Tão importantes como as presenças, a ausência de determinadas cerâmicas características dos inícios do séc. II constitui outro aspecto a ter em linha de conta quando se discute a cronologia do abandono de Castro Marim. Efectivamente, sabemos que em outros sítios, como Faro ou Balsa, a *sigillata* clara faz a sua aparição nos mercados a partir dos Flávios, com formas mais antigas, como a Hayes 6. Em Castro Marim, a *sigillata* clara A encontra-se representada apenas por duas peças da forma Hayes 9A, que podem pertencer já a meados do séc. II. A ausência de cerâmica de cozinha africana (apenas se registaram três fragmentos) constitui outro dos argumentos contra um abandono num momento mais avançado na primeira metade do séc. II.

As cerâmicas tardias que se recuperaram em Castro Marim, reduzidas a escassos fragmentos de *sigillata* luzente, constituem apontamentos de passagem de populações que habitariam muito possivelmente um local perto do Castelo, (sob a actual vila ou nas suas imediações?), e que se deslocaram ocasionalmente à área do Castelo, num período algures entre o séc. III e o séc. V. Só assim se explica que *Baesuri* seja mencionada como nó viário de destaque no Itinerário de Antonino, no séc. II. Por outro lado, fontes árabes medievais ainda designavam esta povoação como porto, referindo-se Al-Himiari à existência de ruínas atribuídas à época de Diocleciano (Mantas, 1997, p. 293; Coelho, 2008, p. 44).

### 2.2.3.3. As ânforas

As ânforas romanas de Castro Marim totalizam 844 peças que foram integradas nas tipologias de referência (**Tabela 70, Estampa 95 a 111**). Trata-se de um conjunto que cobre um período cronológico compreendido entre a fase tardo republicana e o período romano imperial, com dois exemplares pertencentes ao período tardo romano, que não documentam uma ocupação efectiva do sítio nesta fase. Como já se referiu aquando do estudo da *terra sigillata*, o Castelo de Castro Marim, onde desde 1983 a Doutora Ana Margarida Arruda dirige um projecto de investigação, possui uma ocupação sidérica intensa, e a época romana está documentada até aos finais do séc. I, inícios da centúria seguinte. A testemunhar este facto, observe-se a raridade da *sigillata* tardia Norte africana e da Gália, presente no sítio.

Assim, 87.7% das ânforas estudadas pertencem ao período tardo republicano e 12.2% são Alto Imperiais e 0.2% integram o período baixo Imperial (**Tabela 71**).

Forma	Arruda <i>et al.</i> , 2006	Total	Total MNI %
Greco-italicas (Itálica)	-	2	0.2
Dressel 1 (Itálica)	-	12	1.4
Lamboglia 2 (Itálica)	-	7	0.8
Mañá C2a (Norte de África)	-	3	0.4
Tripolitana antiga (Norte de África)	-	3	0.4
Castro Marim 1 (Ulterior)	155	170	20.1
9.1.1.1. (Ulterior)	-	3	0.4
Forma D evoluída (Ulterior)	17	17	2
Mañá Pascual A4 (Ulterior)	64	64	7.6
Mañá C2b (Ulterior)	171	171	20.4
Classe 67 (Ulterior)	219	219	26
Oleárias antigas (Ulterior)	-	13	1.5
Dressel 12 (Ulterior)	16	16	1.9
Greco-italica (Ulterior)	-	3	0.4
Dressel 1 (Ulterior)	-	5	0.6
Haltern 70 Tardo republicana (Ulterior)	-	22	2.6
Dressel 7/11 Tardo republicana (Ulterior)	10	10	1.2
Dressel 7/11 (Bética/ Ulterior)	13	13	1.5
Dressel 14 (Bética)	8	8	0.9
Beltrán II A (Bética)	2	2	0.2
Beltrán II B (Bética)	9	9	1.1
Haltern 70 imperiais (Bética)	-	50	5.9
Dressel 20 (Bética)	-	17	2
Pascual 1 (Tarracense)	-	1	0.1
Dressel 14 (Lusitana)	2	2	0.2
Almagro 50 / Keay XVI (Bética)	1	1	0.1
Almagro 51C (Bética)	-	1	0.1
<b>Total</b>	<b>690</b>	<b>844</b>	<b>100</b>

Tabela 70 –Castro Marim. Tipos de ânforas identificados.  
Inclui material estudado anteriormente (Arruda *et al.*, 2006, p.153-176).



A esmagadora maioria das ânforas do período republicano, mais precisamente 84%, é originária de um contexto específico, que A. M. Arruda datou do período entre 50 e 30 a.C. (Arruda, 1988a). Assim, pode dizer-se que o estudo do conjunto anfórico de Castro Marim espelha, em grande medida, a realidade observada neste contexto específico, aspecto que foi devidamente desenvolvido *infra*.

Por outro lado, a análise das cerâmicas finas, cerâmica campaniense e *terra sigillata*, contraria estas percentagens e transmite uma noção de que o sítio ainda mantinha uma relevância assinalável durante o Alto império, como o prova a importação muito significativa de *sigillata* itálica, hispânica e sobretudo sudgálica.

Parte importante das ânforas aqui apresentadas foram objecto de um estudo anterior sobre “A importação de preparados de peixe em Castro Marim desde a Idade do Ferro à Época Romana” que é aqui parcialmente retomado e que está devidamente assinalado na **Tabela 70** (Arruda et al., 2006, p. 153-176). No estudo das importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém, foram também mencionados alguns exemplares de Castro Marim (Bargão, 2006, p. 97-98 e est. XLI, n.ºs 368-379).

Período	NMI	% NMI
Republicano	740	87.7
Alto Império	102	12.1
Baixo Império	2	0.2
<b>Total</b>	<b>844</b>	<b>100</b>

**Tabela 71 – Castro Marim. Distribuição cronológica das ânforas.**

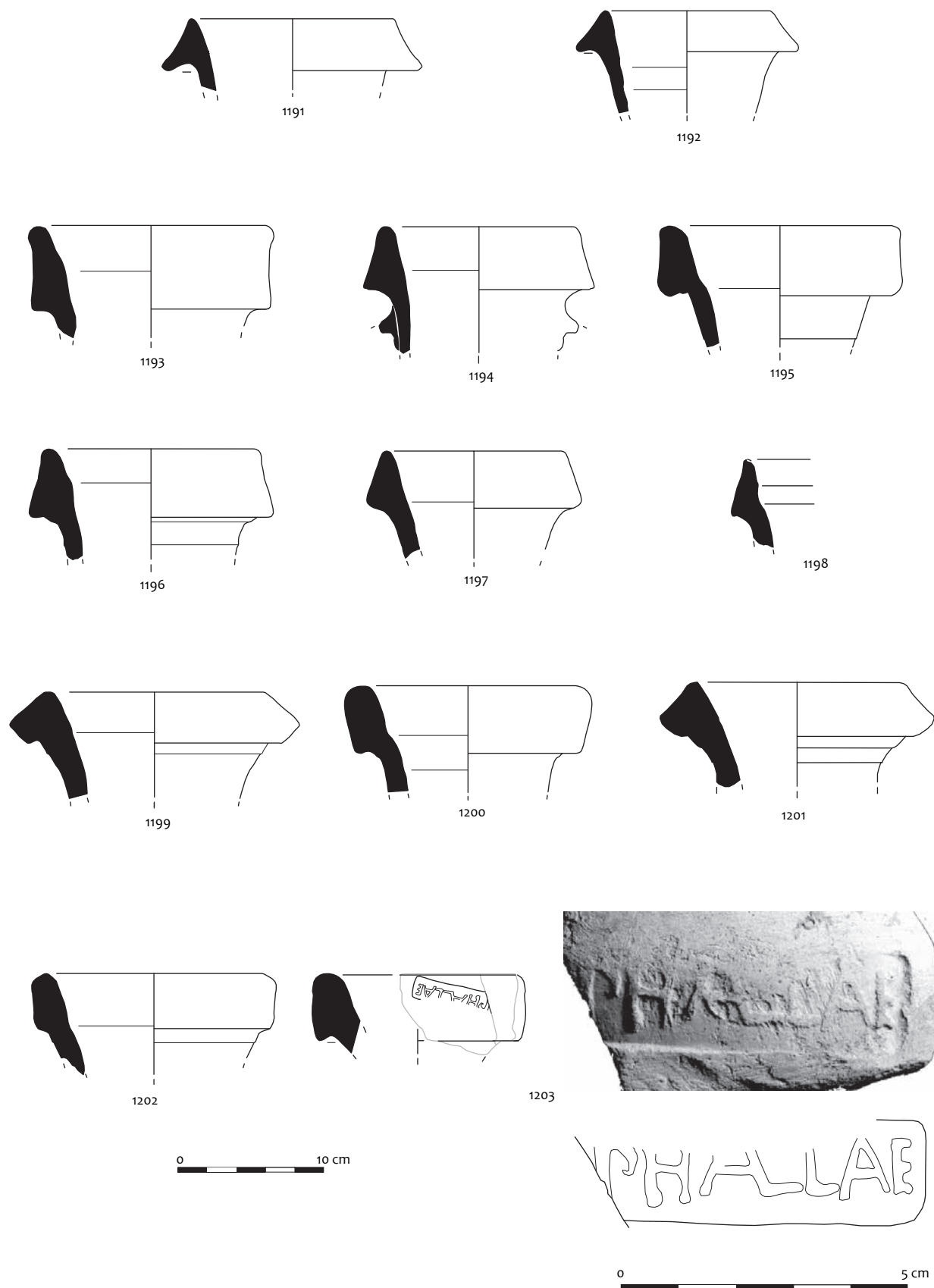
### Período republicano

Seguindo um fenómeno idêntico ao observado nos materiais de Faro, também em Castro Marim a maioria das ânforas do período romano republicano se enquadra nas formas ditas punizantes, herdeiras da produção anfórica pré-romana da baía de Cádiz e que não sofreu uma ruptura com o domínio romano. As formas romanas estão presentes, com exemplares das produções vinárias itálicas (Greco-itálica, Dressel 1 e Lamb. 2), das originárias do sul da *Uterior* (Classe 67 e Haltern 70) e com algumas peças oriundas do norte de África (Tripolitana antiga).

### Importações itálicas

Entre as importações vinárias originárias da Península Itálica, encontra-se em Castro Marim dois exemplares do tipo **greco-itálico**, que corresponde a 0.2% da amostra estudada (n.º **1191** e **1192**). Trata-se, no caso do exemplar n.º **1191**, de uma ânfora produzida, muito provavelmente, na região do Lácio ou da Campânia, pois ostenta a pasta típica desta área, com as inclusões de areias vulcânicas (fabrigo ital1), sendo a origem do exemplar n.º **1192** de mais difícil determinação. Infelizmente, o exemplar n.º **1191** não apresenta contexto arqueológico, pois trata-se de uma recolha de superfície. De um modo geral, esta forma apresenta parâmetros cronológicos amplos, desde o séc. IV a.C. até à lenta e progressiva transição para o tipo Dressel 1, que terá ocorrido nas últimas décadas do séc. II a.C. (130 a.C.).

As ânforas **Dressel 1** encontram-se representadas em Castro Marim por 12 exemplares, que correspondem a 1.4% do conjunto estudado (n.º **1193** a **1198**). Trata-se de ânforas que apresentam fabrico característico do Lácio e da Campânia, embora se registem igualmente outros fabricos menos típicos. Apesar de não valorizarmos excessivamente as distinções entre Dressel 1 A, B ou C, constata-se que a maior parte dos exemplares recolhidos se integra nas variantes Dressel 1 A e B.



Estampa 95 – Castro Marim. Ânforas do tipo greco-italico, Dressel 1 e Lamboglia 2.

Igualmente da Península itálica, mas originárias da costa adriática, recolheram-se no Castelo de Castro Marim sete exemplares do tipo **Lamboglia 2**, que correspondem a 0.8% do conjunto (nº 1199 a 1203). Trata-se de exemplares com fabricos característicos da Apúlia, beiges claros, rosados compactos, onde se observam, com facilidade, nódulos de ferro alaranjados de dimensões médias e grandes (nº 1201, 1202 e 87.7910, este último não representado). Estes exemplares apresentam ainda um fino engobe mais claro, que cobre a superfície exterior da peça. Em outros exemplares, o fabrico mantém-se compacto e de tonalidades entre o bege claro, mais rosado ou alaranjado, mas já não se distinguem os nódulos de ferro (nº 1203 e 10166, 87.6650, 87.389, 9304), embora o engobe esbranquiçado se mantenha, o que, atendendo também às características da pasta, poderá colocar a origem destes exemplares na mesma região que os anteriores.

Do ponto de vista morfológico, observam-se diversas variantes, como sucede habitualmente com esta forma. Os bordos possuem perfis de tendência mais quadrangular (nº 1202), ou, em outros casos, triangular (nº 1201).

Um dos exemplares possui uma marca onde se lê PHALLAE (nº 1203) (Ver *infra* **Epigrafia anfórica**).

Tal como se verifica nos restantes sítios peninsulares, as produções originárias da Península Itálica são maioritariamente provenientes da costa Tirrénica. No entanto, no Castelo de Castro Marim a proporção é mais equilibrada do que a habitual, com 53% das importações da costa Tirrénica, contra 47% de peças que atribuí à costa Adriática.

### Importações do Norte de África

As produções norte Africanas, quer da região da actual Tunísia quer da Líbia, estão representada no Castelo de Castro Marim por exemplares da forma **Mañá C2a** e Tripolitana antiga. Trata-se, no primeiro caso, de três exemplares, que seguem a tradição púnica (nº 1204), e que poderão integrar-se nas produções da área de Cartago-Tunis, como descreve Ramon Torres (1995).

As ânforas Mañá C2a de Castro Marim correspondem ao tipo 7.4.3.1. e 7.4.2.1. de Ramon Torres e tinham sido objecto de publicação anterior (Arruda et al., 2006, p. 163, Fig. 7, nº 49).

A importação de azeite norte africano em período republicano está comprovada pela presença da forma **Tripolitana antiga**. Esta, que corresponde ao nº 85 da tipologia de Beltrán (1970), foi individualizada pela primeira vez por Empereur e Hesnard (1987). O seu modelo inspira-se nas formas romanizadas da costa adriática e caracteriza-se por um bordo de perfil triangular, voltado para o exterior, colo troncocónico curto e corpo de tendência ovóide, não excedendo os 75 cm de altura. As suas características morfológicas explicam, em parte, por que motivo foram confundidas com as ânforas itálicas Dressel 1 ou Lamb. 2. Como a sua designação sugere, esta ânfora foi produzida na Tripolitania, havendo a possibilidade de ter sido também fabricada na Bizacena. De acordo com os dados de Valência, distinguiram-se dois tipos de pasta, uma típica das produções da actual Tunísia e outra mais característica da Tripolitania (Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2002, p. 305)

Os dados dos naufrágios e o registo arqueológico nos centros de consumo mostram que a sua difusão e comercialização na Hispânia se centrou, sobretudo, entre a segunda metade do séc. II a.C. e as últimas décadas do séc. I a.C., estando associadas, frequentemente, às importações itálicas (Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2002, p. 305-307). “Aunque no se trate de una forma muy abundante, se encuentra siempre en muy pequeñas cantidades, normalmente un sólo exemplar, entre los grandes cargamentos de unos pocos pecios que se escalonan entre los s. II y I a.C.” (Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2002, p. 307). No mapa de distribuição desta forma,

elaborado por Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, a área correspondente à actual Andaluzia surge em branco, aspecto que, em meu entender, não deve ser valorizado excessivamente e poderá encontrar explicação na incorrecta classificação destes exemplares (2002, Fig. 1, p. 309), mais do que no facto desta região ser, desde muito cedo, produtora de azeite.

No Castelo de Castro Marim, recolheram-se três exemplares de Tripolitanas antigas (nº 1205 a 1207), o que constitui uns escassos 0.4% do total da amostra estudada. Os seus fabricos mostram uma argila laranja avermelhada, com abundantes inclusões de reduzida dimensão (entre as quais se observam partículas de calcário), que parece característica da Tripolitania e apenas uma peça ostenta um engobe esbranquiçado (nº 1206).

A dificuldade sentida, por parte dos investigadores, na clara distinção entre as ânforas do tipo Tripolitana antiga e Mañá C1, muitas vezes devido à reduzida dimensão dos fragmentos e à ausência de contextos de recolha seguros, foi recentemente destacada a propósito dos materiais do território hoje português (Almeida e Arruda, 2005, p. 1323-1325).

Assim, verifica-se que alguns exemplares de Tripolitanas antigas têm sido classificados como Mañá C1 ou Beltrán 85, como sucedeu com o material proveniente de recolhas de superfície dos Chões de Alpompe (Diogo, 1993; Diogo e Trindade, 1993-1994), ou de contextos arqueológicos da Lomba do Canho (Fabião, 1989) ou de Mesas do Castelinho (Fabião e Guerra, 1994) (Diogo, 2000), como referiu recentemente J. Pimenta, a propósito dos materiais republicanos do Castelo de S. Jorge (Lisboa) (2005, p. 81). Outros exemplares da Alcáçova de Santarém (Almeida e Arruda, 2005, p. 1323) e de Mesas do Castelinho (Fabião e Guerra, 1994, p. 279) permanecem duvidosos, tratando-se, em ambos casos, de materiais provenientes de contextos tardo-republicanos.

Em Lisboa, estas ânforas, embora raras, encontraram-se nas intervenções do Castelo de S. Jorge, além dos exemplares identificados em outras áreas da cidade (Pimenta, 2005, p. 81). Até ao momento, este tipo encontra-se ausente do conjunto de Faro.

### Importações da Ulterior

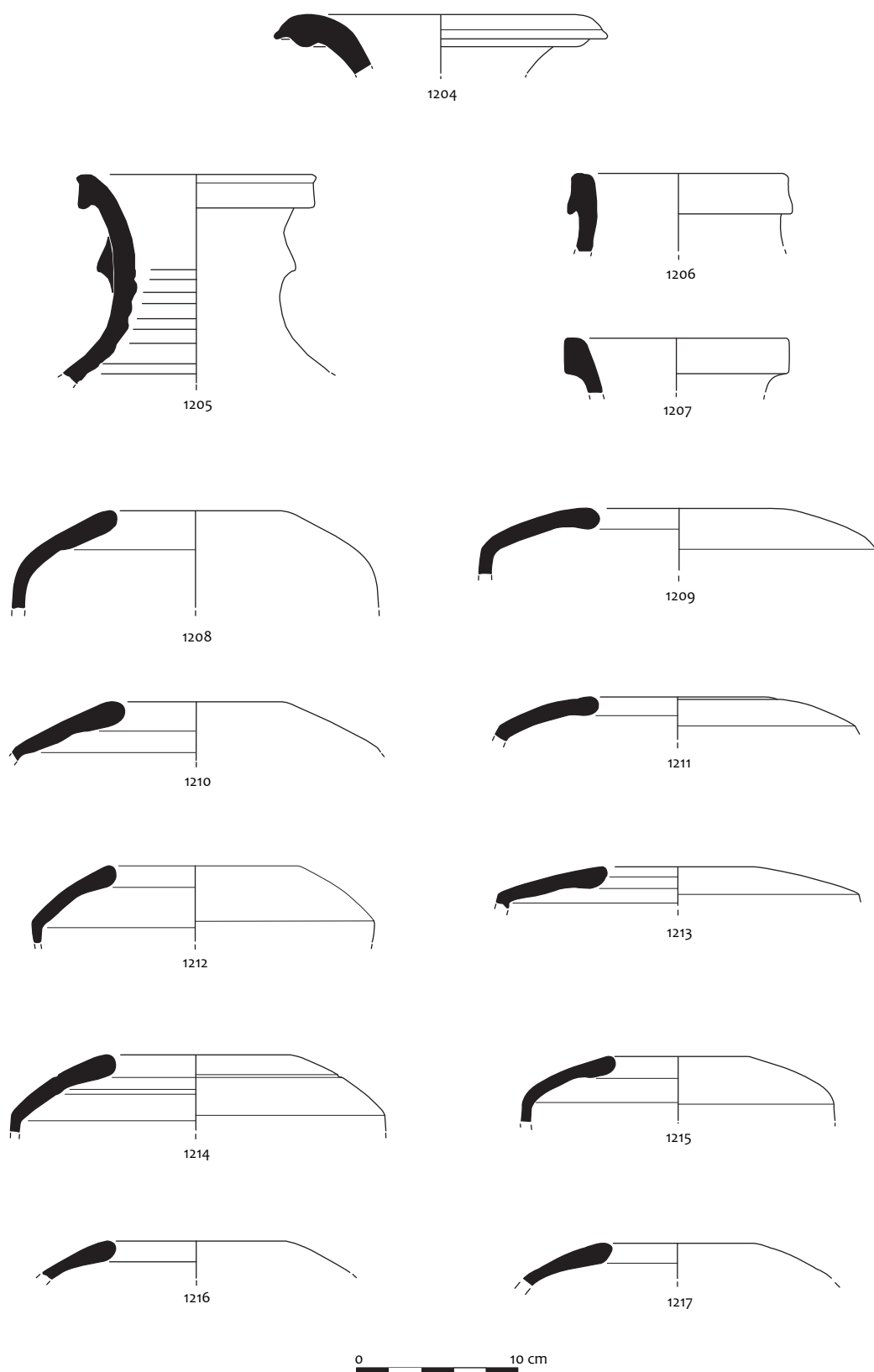
Entre as ânforas que seguem a tradição púnica, individualizou-se um tipo anfórico muito abundante, que se designou por **Castro Marim 1**, na sua esmagadora maioria proveniente do contexto tardo republicano. Esta forma encontra-se representada por 170 peças, que correspondem à muito significativa percentagem de 20.1% (nº 1808 a 1224). Trata-se de uma forma púnica que se encontra pouco definida entre os materiais tratados por Ramon Torres (1995) e que apresenta características próximas do tipo D tardio de Pellicer (Arruda *et al.*, 2006 p. 163, Fig. 6, nº 38-45).

As pastas dos exemplares de Castro Marim são idênticas às das produções gaditanas identificadas nas ânforas dos tipos Mañá Pascual A4 e nas Mañá C2. Este aspecto constitui um indício relevante de que o conteúdo deste recipiente foi igualmente piscícola (Arruda *et al.*, 2006, p. 163).

O elevado número de exemplares desta forma permitiu a observação de diferentes grupos de fabrico, cujo significado não é fácil de interpretar, dado o estado actual dos conhecimentos e que passo a descrever (**Tabela 73**). De uma amostra de 165 exemplares observados, um conjunto de 13, que corresponde a 9% da amostra, possui o fabrico típico da baía gaditana, portanto um fabrico com pasta calcária fina, idêntica à que se observa habitualmente para as ânforas desta região (fabrico gadit1) (nº 1124).

Fabrico	Nº	%
Fabrico gadit1	13	7.9
Fabrico gadit2	64	38.8
Fabrico gadit3	88	53.3
Total	165	100

**Tabela 73 – Castro Marim. Distribuição dos fabricos das ânforas Castro Marim 1.**



Estampa 96 – Castro Marim. Ânforas do tipo Mañá C2a e Tripolitana antiga (norte africanas) e Castro Marim 1 da *Ulterior*.



O fabrico gadit2 diferencia-se do anterior apenas pela quantidade e dimensão das inúmeras inclusões arenosas que o compõem. Estas características de uma pasta mais arenosa tornam-na necessariamente mais esponjosa e menos compacta que a anterior. Trata-se, neste caso, muito provavelmente de produções do baixo vale do Guadalquivir, frequentemente atribuídas à região de Las Marismas (38.8%). A sobrecozedura de alguns exemplares transformou a sua tonalidade, que é habitualmente bege, num cinzento esverdeado que se observa em raros exemplares (nº 1208 a 1217).

Além deste fabrico, encontramos, outro ainda, que corresponde a uma argila não calcária, igualmente fina (fabrico gadit3), que ostenta uma coloração alaranjada, presente em 53.3% das ânforas desta forma (88 peças) (nº 1218 a 1223). Os exemplares produzidos neste fabrico possuem, frequentemente, um revestimento argiloso (aguada ou engobe), de tonalidade bege claro, embora não seja visível na totalidade as peças desta variante. Nota-se que, por vezes, as condições de cozedura não foram regulares, pois o cerne de algumas fracturas possui tonalidade acinzentada, mostrando que a períodos de oxidação se sucederam outros de atmosfera redutora.

A diversidade de fabricos não encontra correspondência directa nas variações formais que este tipo apresenta e devem corresponder a diferentes centros produtores ou diferentes oficinas/*figlinae*, todas elas situadas na região costeira da *Ulterior* ou no baixo vale do Guadalquivir.

As formas que se integram no tipo **D4 de Pellicer** ou **D tardias ou evoluídas** estão igualmente documentadas em Castro Marim no referido contexto tardo republicano. Trata-se de um conjunto de 17 exemplares, que constitui 2% do total das ânforas estudadas (nº 1225 a 1227). Como já se teve oportunidade de referir em outro estudo (Arruda et al., 2006, p. 161, Fig. 6, nº 36-37), as pastas dos exemplares de Castro Marim apontam para uma origem na baía de Cádiz, mesmo que o seu centro produtor nesta região seja ainda desconhecido (García Vargas, 1998).

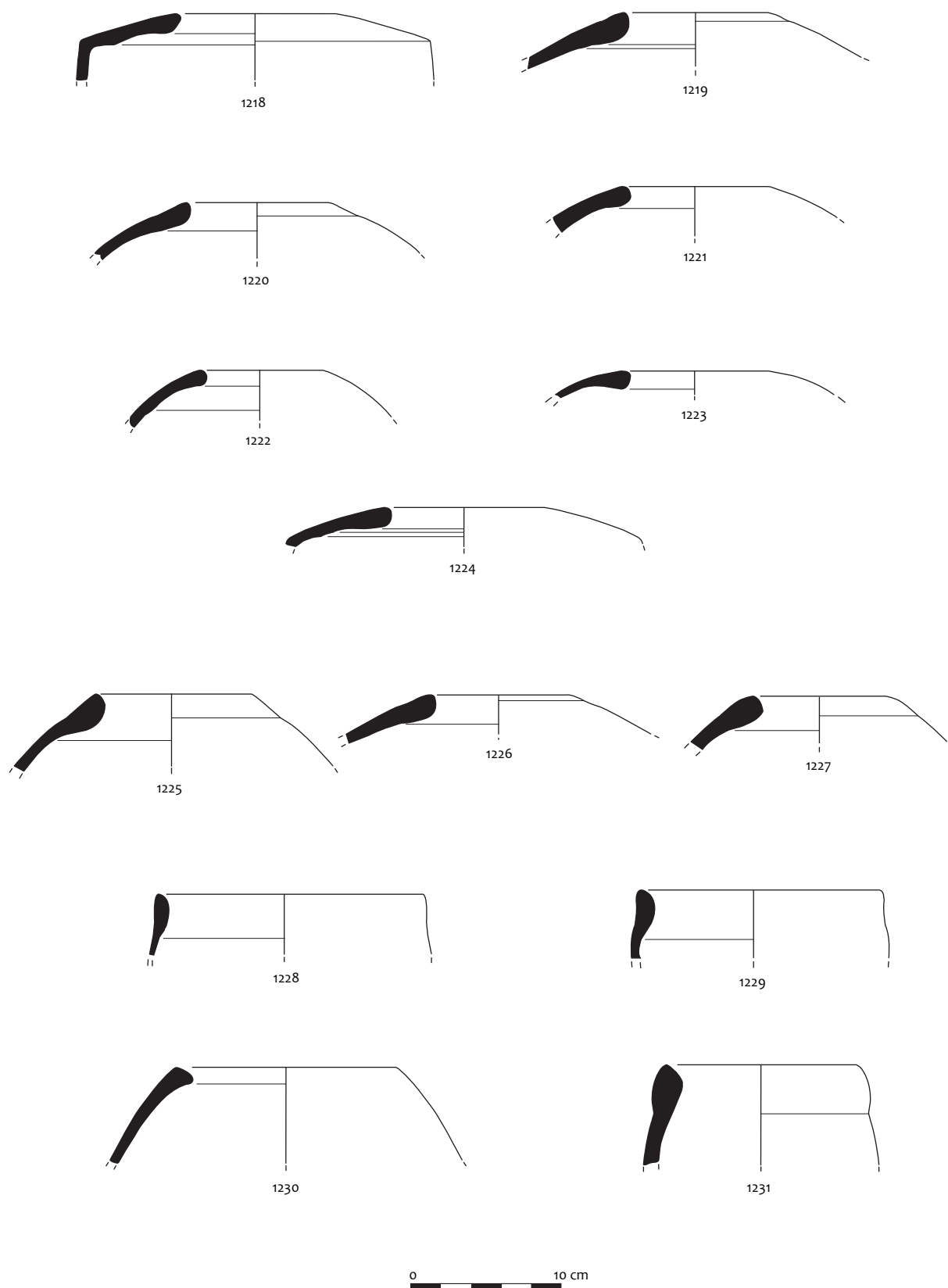
Entre as formas de tradição púnica, encontram-se, no Castelo de Castro Marim, três escasos exemplares do **tipo 9.1.1.1** de Ramon Torres (1995) (Arruda et al., 2006, p. 165, Fig. 6, nº 36-37) (nº 1228 e 1229). Trata-se de um tipo anfórico igualmente designado de CCNN, pois foi identificado nos acampamentos numantinos por Sanmartí Grego (1985b). Cronologicamente, a sua produção, que está atestada nos fornos de San Fernando (Cádiz), situa-se entre a segunda metade do séc. II e o primeiro terço do séc. I a.C. (González Toraya et al., 2000, p. 175-185).

Os exemplares inventariados neste sítio algarvio apresentam pastas que se atribuíram à baía gaditana (gadit1).

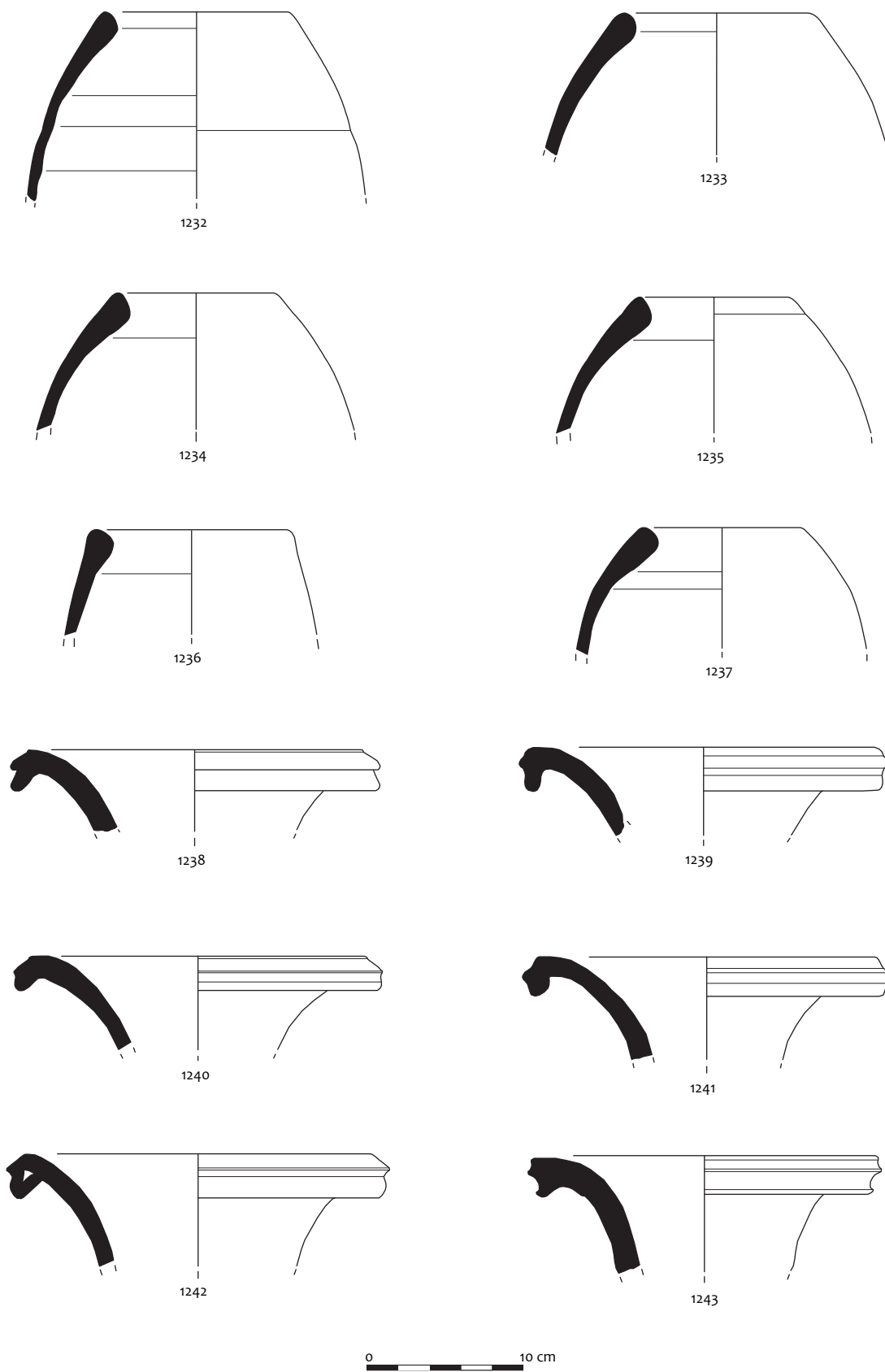
Entre os inúmeros tipos de ânforas que continuaram a ser produzidos na baía de Cádiz, na transição para o domínio romano, encontra-se a forma **Mañá-Pascual A4**, cuja cronologia se prolonga desde os inícios do séc. III até ao terceiro quartel do séc. I a. C. (García Vargas, 1998, p. 60). É um dado assente que o conteúdo desta ânfora foi de natureza piscícola (Ramon, 1995, p. 266).

Esta forma é bastante abundante entre os materiais de Castro Marim, onde ocorrem 64 exemplares, o que corresponde a 7.6% do total das ânforas do sítio, todos provenientes do contexto datado de 50-30 a. C. (nº 1230 a 1235) (Arruda et al., 2006, p. 161, Fig. 6, nº 33-35). Ostentam fabricos atribuíveis à área costeira da *Ulterior*, com alguns exemplares que apresentam uma pasta com textura mais arenosa.

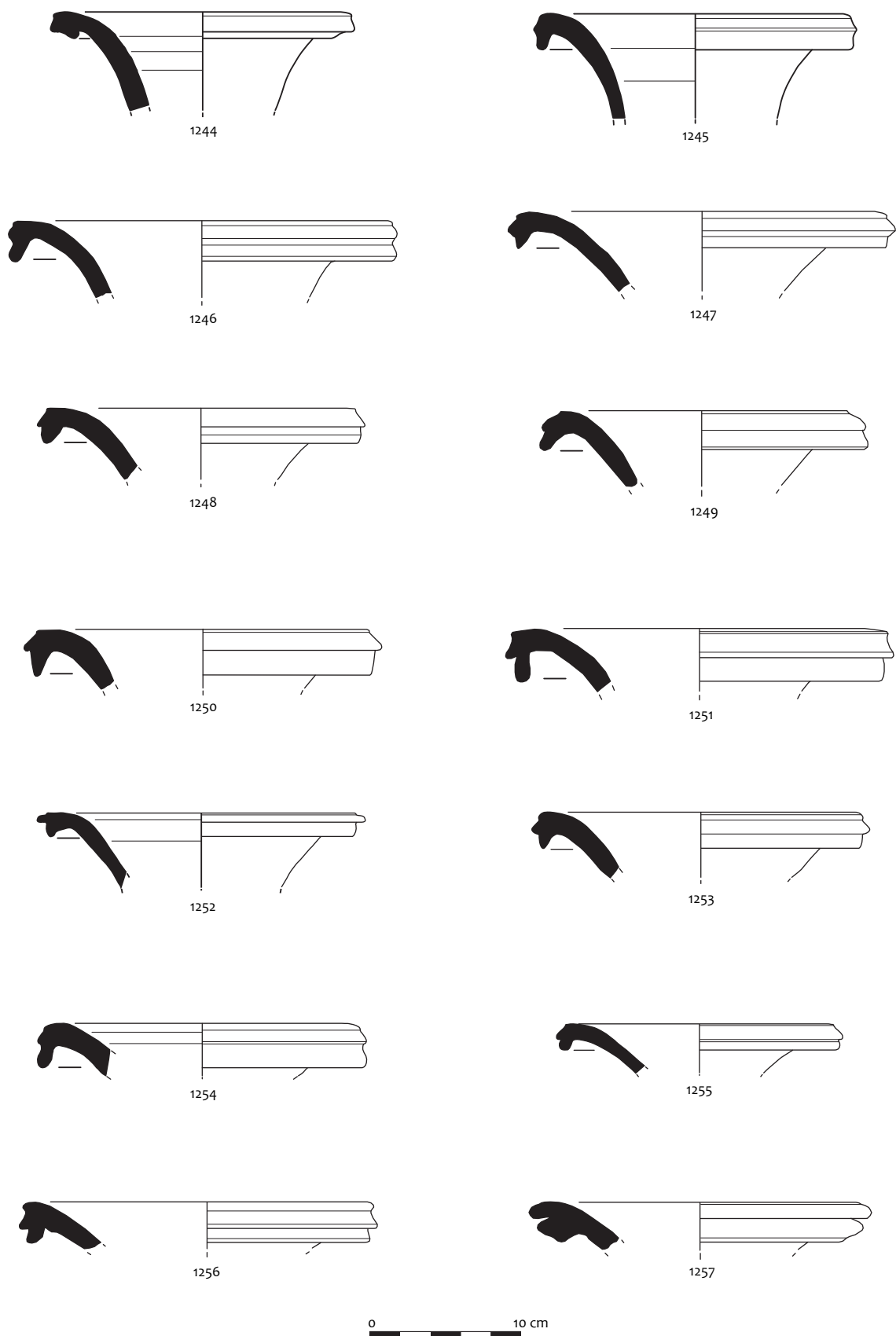
Igualmente abundante no conjunto de Castro Marim, a ânfora **Mañá C2b** de produção gaditana encontra-se representada por 171 exemplares, o que corresponde a 20.4% do total das ânforas do sítio (nº 1238 a 1268). Destas 170 peças, 127 são provenientes do contexto arqueológico datado entre 50 e 30 a.C., portanto da fase mais tardia da sua produção, que, segundo os dados disponíveis, terá ocorrido entre os finais do séc. III/início do séc. II a.C até final do séc. I a.C. (Arruda et al., 2006, p. 163-164).



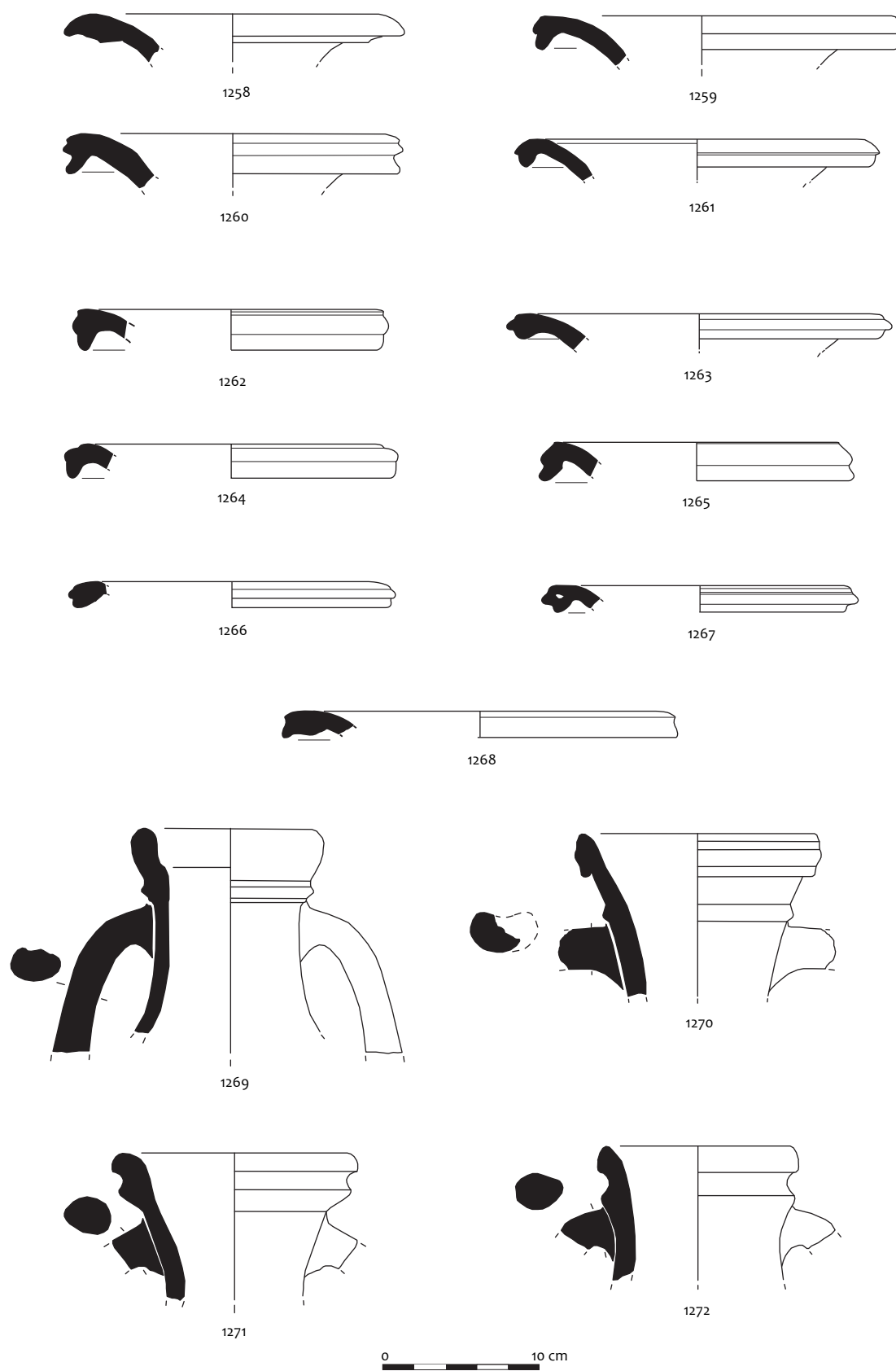
**Estampa 97 – Castro Marim. Ânforas do tipo Castro Marim 1 e D tardias de Pellicer, tipo 9.1.1.1 e Mañá Pascual A4 da *Ulterior*.**



Estampa 98 – Castro Marim. Ânforas do tipo Mañá Pascual A4 e Mañá C2b da *Ulterior*.



Estampa 99 – Castro Marim. Ânforas do tipo Mañá C2b da *Ulterior*.



Estampa 100 – Castro Marim. Ânforas do tipo Mañá C2b e Classe 67 da *Ulterior*.



Este tipo anfórico constitui uma das produções principais da baía gaditana, atestada em diversos centros produtores, e apresenta-se como um testemunho de sobrevivência das técnicas oleiras de tradição anterior ao período romano, que se mantiveram nos momentos iniciais do domínio romano. Como afirma L. Lagóstena Barrios, “La presencia de este tipo anfórico en contextos romanos, no es sino un indicio de la continuidad en las actividades salazoneras, que no se interrumpen a pesar del cambio de órbita política y económica. Así es comprensible que las formas más tardías del conjunto anforario púnico – tales son las Mañá C – aparezcan como una producción arcaizante asociada a los primeros tipos romanos que se están introduciendo en las producciones cerámicas de la bahía gaditana” (Lagóstena Barrios, 1996b, p. 151-152).

Como já se referiu em trabalho anterior, estas ânforas apresentam pastas que se atribuíram à área gaditana (Arruda et al., 2006). Do ponto de vista morfológico, regista-se uma diversidade assinalável no perfil dos bordos, que se podem integrar genericamente nos tipos 7.4.3.3 de Ramon Torres (Arruda et al., 2006, Fig. 7, nº 46 a 68, excepto nº 49, p. 165). Outras peças, que agora se ilustram, espelham esta mesma realidade. Três exemplares mostram fabricos de pastas igualmente calcárias, mas que foram sobrecozidos, ostentando uma coloração cinzenta e esverdeada. Apesar do bocal destes exemplares ter ficado ligeiramente distorcido, tal não parece ter afectado a sua utilização enquanto contentor.

Igualmente com origem na *Ulterior*, e ainda do período tardo-republicano, além das formas que seguem a tradição púnica (já mencionadas), recolheram-se no Castelo de Castro Marim um conjunto de contentores que se inspiram directamente nas formas já romanizadas, como as ânforas da Classe 67 e Dressel 12 (Arruda et al., 2006, p. 165-167), além das ânforas greco-italicas e Dressel 1, muito possivelmente também utilizada no transporte de produtos piscícolas (Bernal Casasola et al., 2003, p. 305-313) e da Haltern 70, que transportou *defrutum* e conservas de azeitona.

A forma designada por **Classe 67**, ou Lomba do Canho 67, foi individualizada e caracterizada por C. Fabião, no quadro do estudo do conjunto anfórico deste acampamento militar em Arganil (Fabião, 1989, p. 65-71). Este tipo, que é o melhor representado em Castro Marim, reúne 219 exemplares, que correspondem a 26% do total da amostra estudada (Arruda et al., 2006, p. 165-167, Fig. 8, nº 69-84) (nº 1269 a 1324). Como já se referiu *supra*, a sua produção encontra-se atestada em “Cerro del Mar” (Málaga) (García Vargas, 2000, p. 64) e nos fornos de “El Rinconcillo” (Algeciras) (Fernández Cacho, 1995, p. 173-214).

Em Castro Marim, registam-se apenas alguns exemplares (12 peças), que correspondem a 5% das ânforas deste tipo, que ostentam fabricos que são normalmente atribuídos à área costeira da *Ulterior*, portanto compatíveis com as áreas produtoras conhecidas. No entanto, a esmagadora maioria das ânforas é originária do Vale do Guadalquivir, local onde, estranhamente, ainda não foi encontrada evidência directa da sua produção.

Como se referiu a propósito dos materiais de Faro, mantém-se para este contentor a discussão acerca do produto que terá sido transportado. Por um lado, defende-se um conteúdo piscícola, com base em alguns *tituli* conservados em contextos de naufrágio (Fabião, 1989), mas, por outro, o facto da área de produção ser o vale do Guadalquivir, tem levado outros investigadores a considerar alguma diversidade quanto aos conteúdos transportados, juntando-se aos preparados piscícolas, os produtos da oliveira (azeite) e da uva (vinho ou *defrutum*) (Fabião, 1998, p. 405; Molina Vidal, 2000, p. 638).

Foi recentemente defendido que as ânforas da Classe 67 de Castro Marim transportaram preparados piscícolas (Arruda et al., 2006). Efectivamente, análises químicas realizadas a uma amostra de opérculos que se encontram associados às ânforas desta classe, mostraram que estas tiveram a sua origem na área costeira da *Ulterior*, tal como as ânforas Mañá C2. “Estes dados

parecem provar que as ânforas da Classe 67, produzidas no vale do Guadalquivir, eram transportadas vazias de conteúdo até à costa, onde seriam cheias e seladas. Isto invalida portanto a hipótese de um conteúdo produzido no vale do médio e alto Guadalquivir” (Arruda *et al.*, 2006, p. 173). É importante recordar que a totalidade dos opérculos recuperados no contexto datado entre 50 e 30 a.C. possuem fabrico que se atribuiu à área costeira da *Ulterior*.

Morfológicamente, os exemplares de Castro Marim apresentam alguma variabilidade, quer quanto à maior ou menor verticalidade ou esvasamento dos bordos e colos (de tendência cilíndrica ou troncocónica), quer na altura do lábio, sua espessura ou perfil (espassado, ovalado, etc.), ou na altura da moldura ou ressalto. Deve referir-se, no entanto, que esta variação morfológica não possui um significado cronológico, pois a maior parte das peças provem do mesmo contexto arqueológico tardo republicano que se datou de 50-30 a.C., podendo sim corresponder a diferentes *figlinae* do vale do Guadalquivir. Contudo, a grande homogeneidade dos fabricos que pudemos observar macroscopicamente não parece encontrar correspondência directa na variedade de formas. Assim, o verdadeiro significado destas variações só poderá ser aferido quando se encontrarem os centros produtores destas ânforas, no vale do Guadalquivir.

Por outro lado, o desenvolvimento desta linha de pesquisa passará, certamente, pela utilização de ferramentas estatísticas mais sofisticadas para a análise das variáveis morfológicas e pelo cruzamento dessas informações com os dados que análises laboratoriais poderão, no futuro, proporcionar.

Como se referiu, as diferentes variáveis a analisar correspondem ao diâmetro do bordo, altura do lábio, espessura do lábio e altura da moldura, podendo ainda juntar-se outra variável que consiste na maior ou menor verticalidade do colo (de perfil mais cilíndrico ou cónico). O estado de conservação destes exemplares não permite, infelizmente, analisar outros critérios que não apenas estes relacionados com os bordos, como por exemplo, a altura do colo, ou o diâmetro máximo da ânforas e a sua altura total, ou ainda a correlação entre a esta última e a do colo.

Verificou-se que os diâmetros podem medir entre os 110 e os 180 mm, no entanto cerca de 89% destes possui uma abertura entre os 130 e os 160 mm (**Tabela 74 e Gráfico 28**). Dentro deste intervalo, a maior parte dos bocais possui um diâmetro de 150 mm, dimensão que parece ter sido a mais utilizada.

De um modo geral, no que se refere às variantes observadas na morfologia dos bordos, constatou-se que parte significativa dos exemplares aqui identificados com a variante A, apresentava um bordo pouco espesso relativamente à espessura da parede do colo, podendo neste caso o perfil destes colos apresentar-se cilíndrico ou com a parte superior do bordo mais esvertida. As molduras são menos destacadas nestes exemplares e aproximam-se muito da parte superior do bordo. Em termos gerais, incluem-se nesta variante os exemplares nº 1273 a 1287. A variante B possui a parte superior do bordo de perfil perolado, mais espesso e de tendência semi circular, encontrando-se a moldura bem marcada nestes colos (nº 1288 a 1298). Na Variante C, incluímos exemplares que se distinguem dos anteriores por possuírem sulcos bem marcados no interior do colo (nº 1299 a 1305). As peças incluídas na variante D apresentam colos claramente troncocónicos (nº 1306 a 1311) Como se pode observar, existe ainda uma multiplicidade de outras peças que não se enquadram nas variantes anteriormente descritas, o que demonstra a grande diversidade de registos que esta forma pode adquirir.

Diâmetro do bordo (mm)	Nº	%
110	2	1
120	8	4
130	20	10
140	47	24
150	87	43
160	23	12
170	8	4
180	3	2
<b>Total</b>	198	100
<b>Indet.</b>	24	

**Tabela 74 – Castro Marim. Distribuição dos diâmetros das ânforas da Classe 67.**

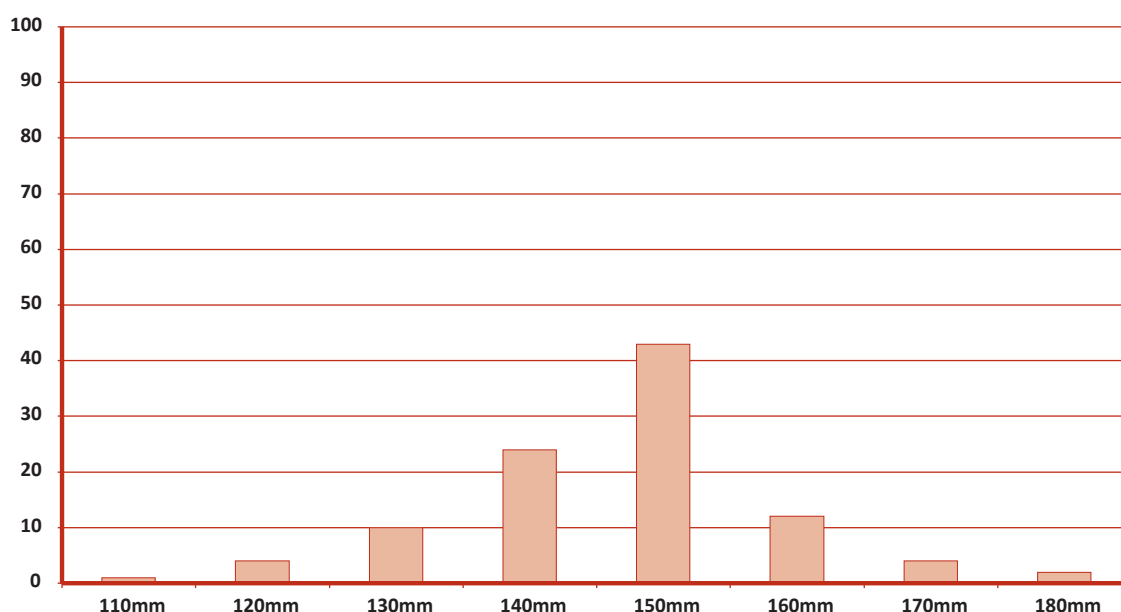
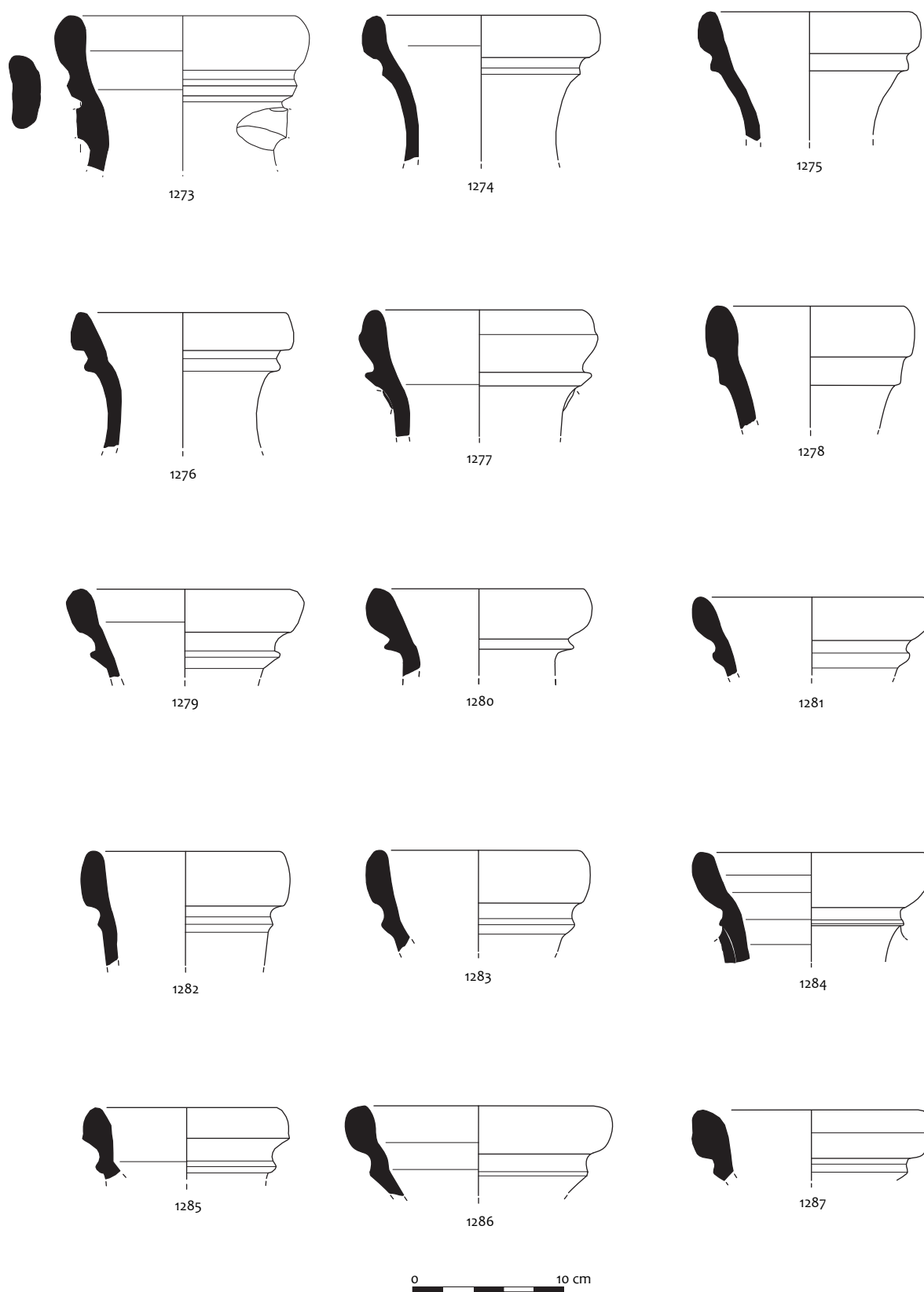


Gráfico 28 – Castro Marim. Distribuição percentual dos diâmetros das ânforas da Classe 67.

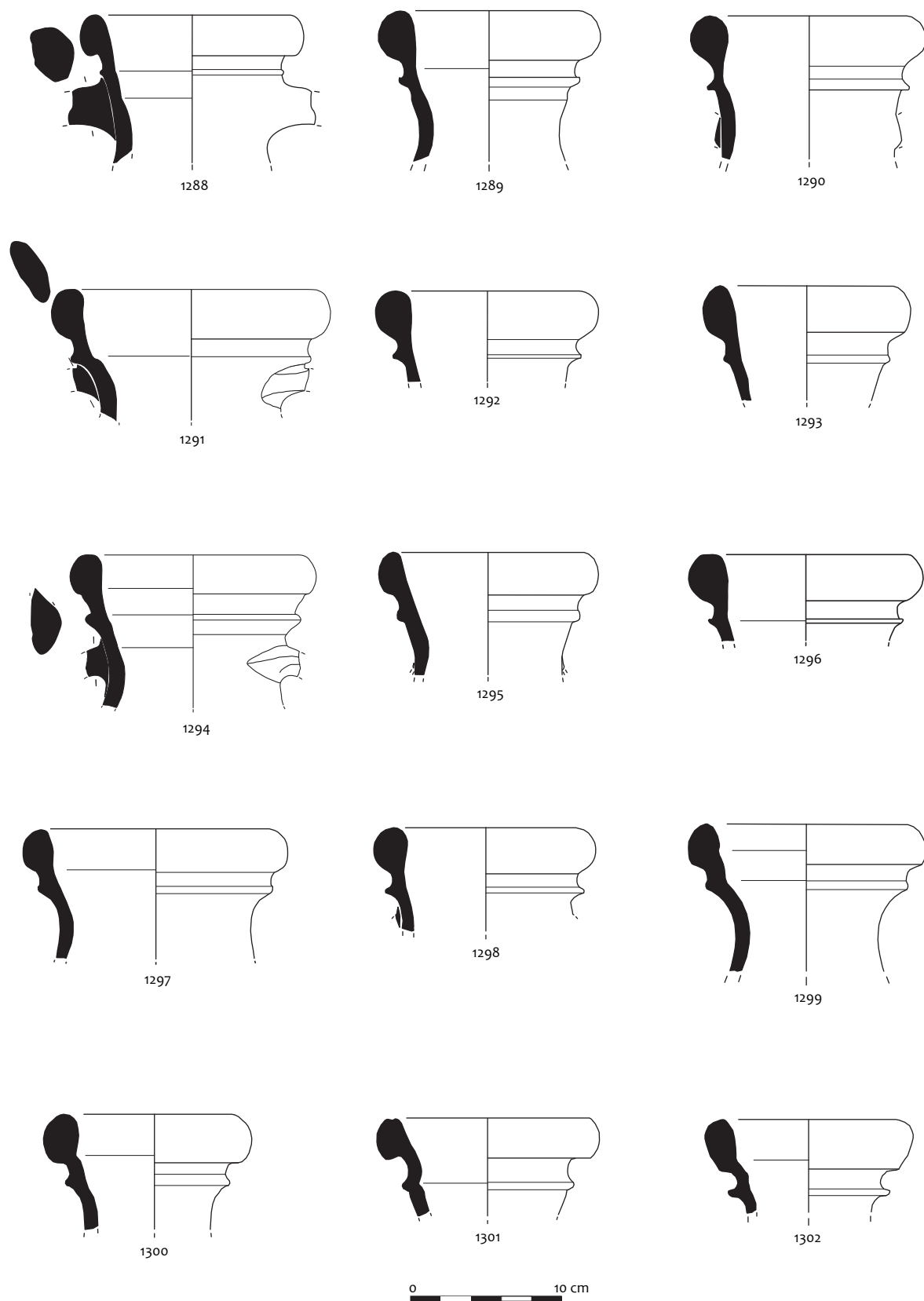
Tal como em Faro, no conjunto dos exemplares que classifiquei como sendo da Classe 67 existe uma série de 25 exemplares que não conservaram a moldura, mas apenas o bordo de lábio semicircular, e que, por isso mesmo, podem pertencer à Classe 67 (nº 1319 a 1324), existindo, contudo, alguma possibilidade de se tratar dos tipos mais antigos de ânforas oleárias que irão dar origem à Dressel 20 (oleárias antigas/Haltern 71/Oberaden 83). O facto de algumas destas peças se encontrarem no contexto arqueológico datado entre 50 e 30 a. C. não constitui argumento suficiente a favor ou contra a atribuição a uma ou a outra classificação, daí termos preferido a sua inclusão na Classe 67.

Apesar do que ficou expresso, existe ainda uma outra série de 13 peças que se classificaram como **oleárias antigas** e que poderão constituir os modelos que irão dar origem, mais tarde, já em período imperial, à forma Haltern 71, Oberaden 83 ou mesmo à Dressel 20 (nº 1325 a 1330). Trata-se de exemplares em que se conservou dimensão suficiente do colo para perceber que não dispunham de qualquer moldura sob o bordo, não podendo portanto integrar-se na forma da Classe 67. O facto de se encontrarem, na sua totalidade, no contexto arqueológico datado de 50-30 a.C. torna-as em formas que precedem as Dressel 20 augustanas e a sua morfologia relaciona-se directamente com as formas oleárias do vale do Guadalquivir. Como se pode observar pelos perfis apresentados, correspondem a peças muito próximas das Haltern 70, ou, como C. Fabião prefere designá-las, como recipientes que se integram na Classe 24 de Peacock e Williams (1986, p. 134-135; Fabião, 2000a). A recolha de ânforas desta forma em contextos datados em Mesas do Castelinho (Almodôvar) e na Lomba do Canho (Arganil) possibilitaram recuar a datação das primeiras importações de azeite para meados do séc. I a.C. (Fabião, 2000a, p. 670). A partir desta data assiste-se a uma evolução destes contentores que irá no sentido do alongamento dos perfil dos lábios, que tornará estas ânforas nas Haltern 71 e Oberaden 83 augustanas.

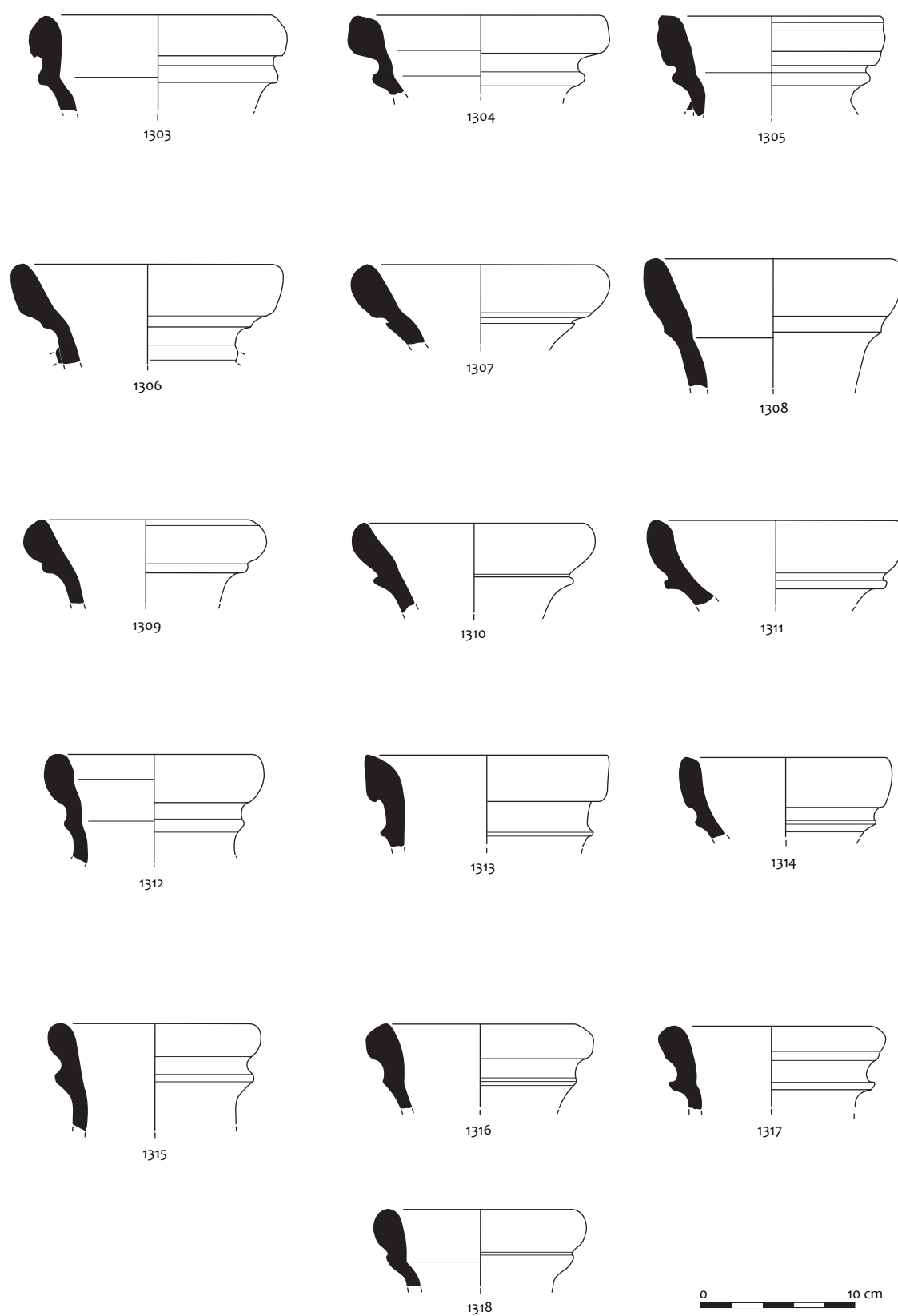
Embora a maior parte das peças desta forma apresente fabricos do vale do Guadalquivir, em alguns exemplares, as características das pastas permitem admitir uma origem na área costeira da *Ulterior*.



Estampa 101 – Castro Marim. Ânforas da Classe 67 da *Ulterior*.

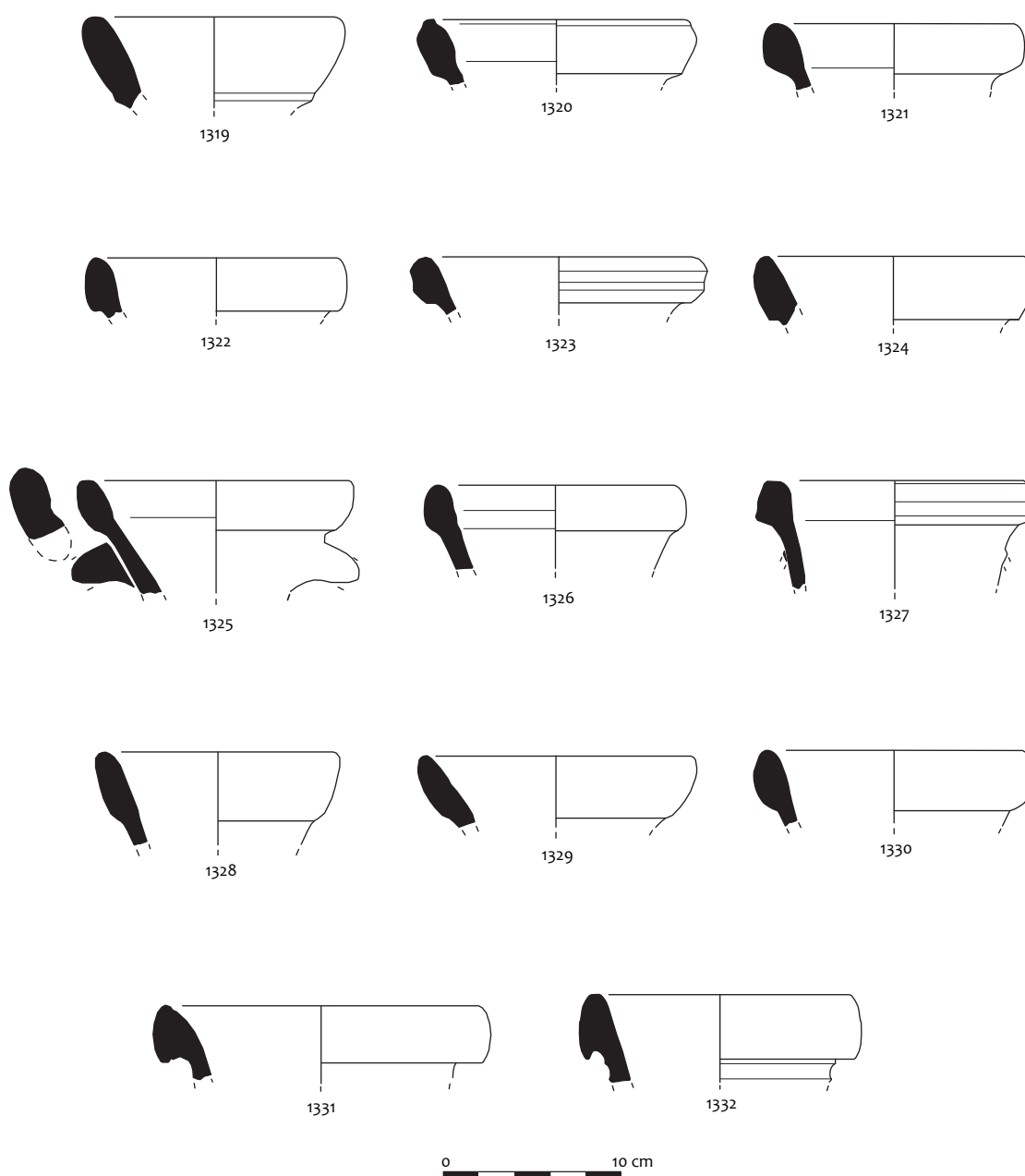


Estampa 102 – Castro Marim. Ânforas da Classe 67 da *Ulterior*.



Estampa 103 – Castro Marim. Ânforas da Classe 67 da *Ulterior*.



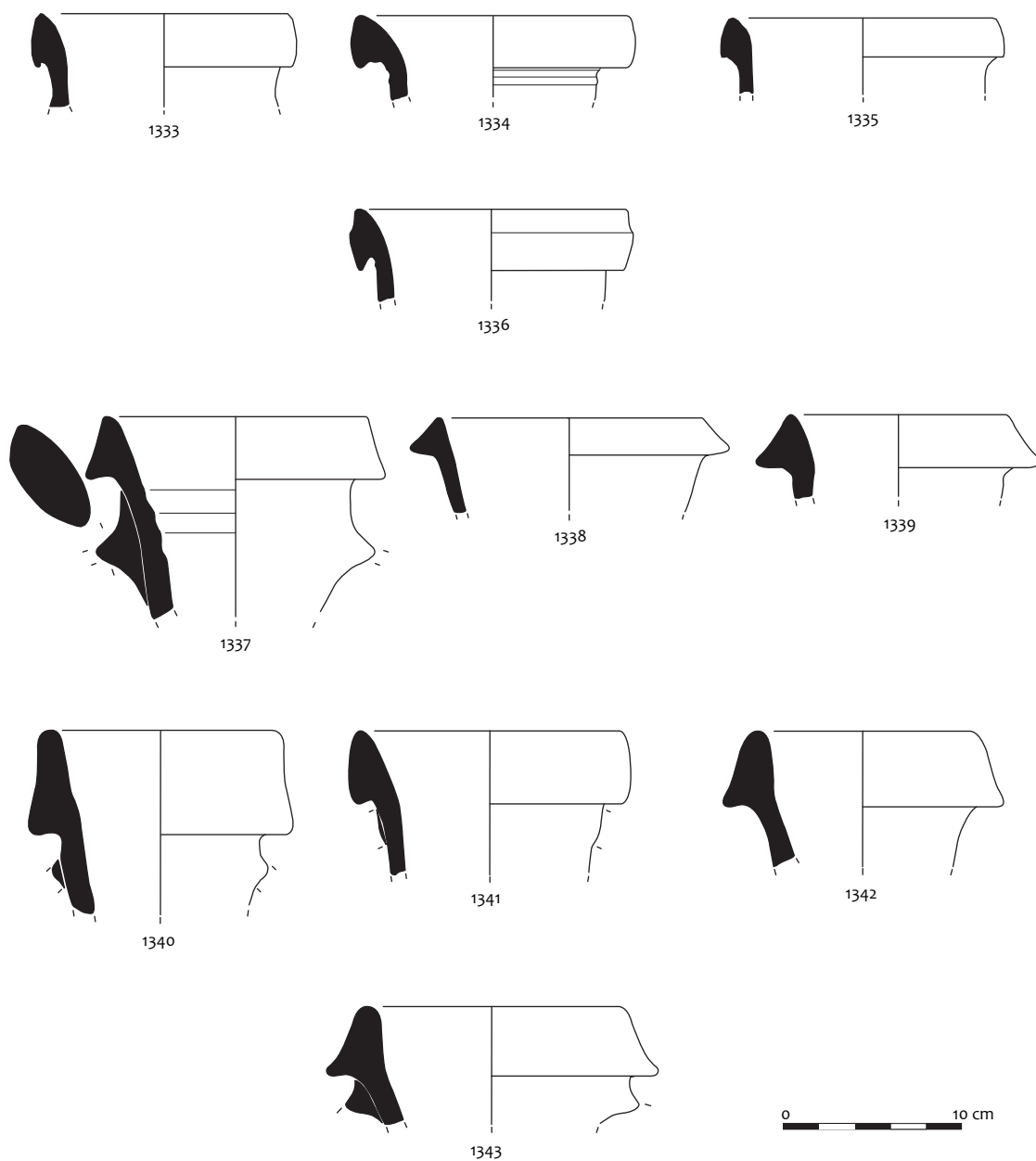


Estampa 104 – Castro Marim. Ânforas da Classe 67, oleária antiga e Dressel 12 da *Ulterior*.

Atribuiu-se à forma **Dressel 12** um conjunto de 16 exemplares, o que constitui 1.9% do total das ânforas, também maioritariamente provenientes do contexto datado entre 50 e 30 a.C. (Arruda et al., 2006, p. 167, Fig. 9, nº 85 e 86) (nº 1331 a 1336). Na difícil distinção entre esta forma e a Classe 67, pesou, sobretudo, a altura do colo e do lábio, quando conservada, além da verticalidade dos bocais e o seu diâmetro. Reconheceram-se, no entanto, algumas limitações na segurança desta classificação (Arruda et al., 2006, p. 167). No Castelo de Castro Marim, as ânforas desta forma são provenientes do vale do Guadalquivir.

Entre o conjunto de ânforas que segue modelos já romanizados, encontra-se o tipo **greco-italico** produzido na *Ulterior*. Trata-se de uma ânfora fabricada em diversos fornos da área costeira da actual Andaluzia, à qual se tem associado um conteúdo vinícola, dada a sua inspiração no modelo vinário itálico. No entanto, mais recentemente, os dados obtidos pela equipa da Universidade de Cádiz em Belo proporcionaram novos elementos de análise, segundo os quais um exemplar teria como conteúdo um preparado misto, à base de peixe (Bernal Casasola *et al.*, 2003, p. 310-311).

Em Castro Marim, recuperaram-se apenas três exemplares desta forma, que se atribuíram, dadas as características do seu fabrico, à área costeira da *Ulterior* (nº 1337 a 1339).



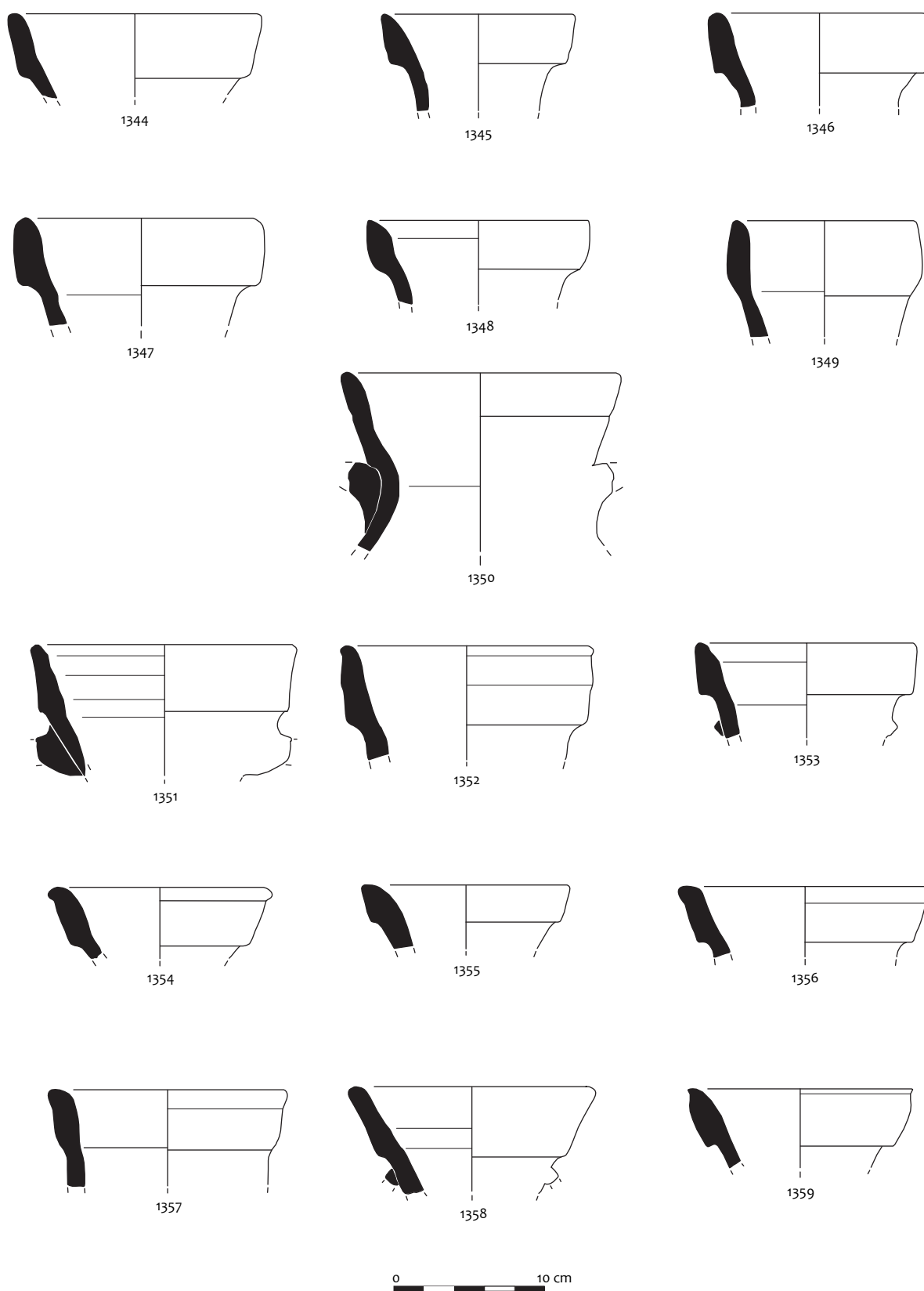
Estampa 105 – Castro Marim. Ânforas do tipo Dressel 12, greco-italicas e Dressel 1 da *Ulterior*.

A ânfora que segue o modelo vinário itálico do tipo **Dressel 1** foi igualmente produzida na *Uterior*, mantendo-se para esta forma as mesmas questões que se levantam para o tipo anterior, quanto ao produto vinário ou piscícola que terão transportado. Com produção documentada em diversos locais da área costeira (como já referimos a propósito do material de Faro), esta ânfora possui uma cronologia de produção entre a segunda metade do séc. I a.C. e o período de Augusto. No Castelo de Castro Marim, recolheram-se apenas cinco exemplares desta forma (dos quais três pertencentes ao contexto tardo republicano) (nº **1340** a **1343**). Os seus fabricos são os característicos da área costeira da *Uterior*.

Os dados que se obtiveram em Castro Marim, concretamente no contexto tardo republicano datado entre 50 e 30 a. C., permitem assegurar que 22 exemplares da forma **Haltern 70** (nº **1344** a **1350**) abasteceram as populações do Castelo de Castro Marim de produtos da *Uterior* neste período, mais concretamente do médio e alto vale do Guadalquivir, o que corresponde a 2.8% das ânforas estudadas. Como já se referiu a propósito dos materiais de Faro, existem diversas propostas que permitem procurar uma aproximação cronológica, com base nas diferenças registadas no perfil das ânforas deste tipo, não só do seu bordo, mas também do colo. Estas propostas foram recentemente sintetizadas a propósito do material encontrado no naufrágio Culip VIII (Puig, 2004, p. 23-32). Apesar de ser consensual que o início da produção das Haltern 70 teve lugar ainda em período tardo republicano (60-50 a.C.) (Remesal, 2004, p. 21-22), a verdade é que nestas propostas as primeiras variantes apresentadas se iniciam já no período augustano (Puig, 2004, p. 31), ou em época imediatamente anterior (Martin-Kilcher, 1994; Baudoux, 1996). O motivo da ausência dos materiais tardo-republicanos prende-se com o facto de os conjuntos estudados não disporem de materiais desta época, no Noroeste de França, no caso de Baudoux (1996), e na actual Suíça no caso de S. Martin-Kilcher (1994). A este facto alia-se ainda a dificuldade de obtenção de contextos arqueológicos com esta cronologia, e também, por outro lado, a diversidade morfológica das ânforas deste contexto inicial da produção não permite reconhecer um perfil mais típico deste período.

Esta situação parece ser a que se observa nos materiais originários do contexto que foi datado de 50-30 a.C. Como se pode constatar pelas ânforas representadas na **Estampa 106** (nº **1344** a **1350**), e que pretendemos que constituíssem uma boa amostra do que se recuperou neste depósito, encontra-se um conjunto de peças que se caracteriza por apresentar bordos de perfil triangular, com moldura exterior bem marcada, sem concavidade interna e voltados para o exterior (por exemplo nº **1345** a **1347**, e até também o nº **1344**). Estas formas aproximam-se das primeiras produções de Dressel 7/11 que, por sua vez, tiveram como base de inspiração, os modelos da Dressel 1. Trata-se, portanto, de morfologias que estão muito próximas das suas variantes futuras, concretamente as do período augustano, bem representadas no conjunto do Culip VIII. Naturalmente que se deve voltar a referir a dificuldade que sentimos numa distinção morfológica baseada apenas em fragmentos, por vezes muito reduzidos, de bordo.

Por outro lado, encontram-se outras peças, como o nº **1350**, com um perfil algo raro e peculiar, sobretudo devido à apresentação do colo curto bitroncocónico e ao facto do arranque das asas se fazer sobre a linha inferior da moldura externa, que é bem marcada. Pelas suas características, esta forma possui mais paralelos em certos tipos ovóides recuperados nos castros do NO peninsular (Morais, 2004b, p. 37, nº 1), do que propriamente nas Haltern 70 típicas. Esta peça, e também a nº **1349**, cujo perfil do bordo possui semelhança com o anterior, possuem também um fabrico de tonalidade bege amarelado mais claro, diferente do mais típico das produções do vale do Guadalquivir, que se apresentam, habitualmente, bege acastanhado mais acinzentado.



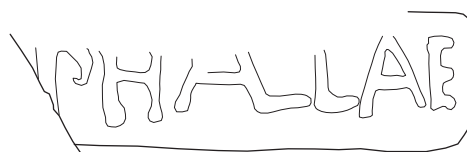
Estampa 106 – Castro Marim. Ânforas do tipo Haltern 70 da *Ulterior/Bética*.

No que se refere às ânforas que transportaram preparados piscícolas, produzidas segundo modelos já romanizados e não punicizantes, verifica-se que 10 exemplares do tipo **Dressel 7/11** chegaram a Castro Marim ainda em período tardo republicano, pois encontram-se no contexto datado entre 50 e 30 a.C (nº 1373 a 1377). Se atendermos aos perfis destas ânforas, verificamos que correspondem às variantes mais antigas das Dressel 7 das “Gallineras” ou de “Cerro de los Mártires” (San Fernando), cuja cronologia se encontra comprovada no séc. I a.C. em diversos contextos de produção da baía gaditana (Lagóstena Barrios, 1996a; García Vargas, 1998). A presença destas ânforas em associação contextual com as suas antecedentes Mañá C2b também resulta relativamente pacífica, pois nos contextos de produção gaditanos estas formas encontram-se acompanhadas da série mais antiga do tipo Beltrán Ia (Lagóstena Barrios, 1996a, p. 153). Por outro lado, constata-se que, do ponto de vista morfo-tipológico, estes exemplares possuem grandes semelhanças com as Dressel 1 da *Ulterior*, sendo mesmo difícil, em alguns casos, estabelecer, com clareza, a linha que separa um tipo do outro. Parece relevante, neste contexto a afirmação de E. García Vargas “Las Dressel 7 deben proceder de los tipos romanos conocidos para época republicana. La conexión formal de las variantes más antiguas del tipo Dressel 1 parecen claras, si bien no se descarta la influencia de otros contenedores contemporáneos, como las Dressel 21-22, las Dressel 2-4 o las Dressel 6A” (García Vargas, 1998, p. 77-78).

Apesar do que se afirmou, deve salvaguardar-se a possibilidade, em nosso entender pouco provável, de que estas ânforas se encontrem neste contexto arqueológico por intrusão. Efectivamente, apesar de muito escassos face ao conjunto, existem alguns elementos que mostram que existe contaminação deste depósitos, (embora pouco significativa), com materiais posteriores, como é o caso de dois bordos de ânforas Beltrán IIA, dois de Dressel 20, além de dois fragmentos de *terra sigillata*.

### Epigrafia anfórica

Tipologia: Lamboglia 2 (nº 1203)  
 Local de descoberta: Castelo de Castro Marim  
 Local de conservação: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa  
 Marca: PHALLAE  
 Conservação: [PH(AL)LAE]  
 Local da peça: *in labro*  
 Direcção: *directa*  
 Relevo: *litt. extantibus*.



Estudos recentes acerca das marcas de Lamboglia 2 na região italiana de Aquileia colocam esta marca como pertencente à série de FALLI/PHALI, tendo por base o cognome Phaleus (Buora *et al.*, 2008, p. 285). No entanto, como os próprios autores afirmam, permanece a dúvida se se trata de variantes ou de um *officinator* diferente do que se encontra na marca PHALL identificada em S. Cesario al Panaro (CIL XI, 6695, 71). A marca [PH]ALL / PHALL encontra-se entre o material, recentemente estudado, proveniente do porto de Ancona (Itália) (Forti e Paci, 2008, p. 321).

Embora se tenha apenas conservado a sua parte final, ... ALLAE de uma marca proveniente de Cartagena (CEIPAC nº 2760) (Márquez Villora e Molina Vidal, 2005, p. 220, nº 123), esse exemplar poderá corresponder à parte final de uma estampilha idêntica à de Castro Marim.

### Discussão sobre o significado das ânforas do período republicano de Castro Marim

As ânforas do período republicano de Castro Marim correspondem a uma fase relativamente tardia deste período, e são maioritariamente provenientes de um contexto arqueológico datado entre 50 e 30 a.C. (**Tabela 75 e Gráfico 29**). Nesta fase, as ânforas que seguem modelos punizantes correspondem a 56.9% do total dos recipientes. Todas as ânforas são importadas do exterior e o mercado que mais contribuiu para o abastecimento de Castro Marim foi a província da *Ultrior*, de onde provêm 96.4% das peças. Uma muito reduzida percentagem mostra que também houve importações de vinho da Península Itálica (2.8%) e de azeite e preparados piscícolas do Norte de África (0.8%).

Conteúdo	Origem	Tipo	Total NMI	%	Total NMI por origem	%	Total NMI por produto	%
Vinho	Itália	Greco-ítálicas	2	0.3				
		Dressel 1	12	1.6				
		Lamboglia 2	7	0.9	21	2.8	21	2.8
Peixe	Tripolitania	Mañá C2a	3	0.4	3	0.4	3	0.4
Azeite		Tripolitana antiga	3	0.4	3	0.4	3	0.4
Peixe	<i>Ultrior</i>	Castro Marim 1	170	23				
		T.9.1.1.1	3	0.4				
		Mañá Pascual A4	64	8.6				
		Mañá C2b	171	23.1				
		Classe 67	219	29.5				
		Dressel 12	16	2.2				
		Dressel 7/11	10	1.4	653	88.2	653	88.2
Azeite	<i>Ultrior</i>	Oleária antiga	13	1.8	13	1.8	13	1.8
Indeterm.	<i>Ultrior</i>	Forma D evoluída	17	2.3				
		Greco-ítálica	3	0.4				
		Dressel 1	5	0.7	25	3.4	25	3.4
Vinho/ Defrutum	<i>Ultrior</i>	Haltern 70	22	3	22	3	22	3
<b>Total</b>			<b>740</b>	<b>100</b>	<b>740</b>	<b>100</b>	<b>740</b>	<b>100</b>

Tabela 75 – Castro Marim. Distribuição das ânforas tardo republicanas segundo o seu conteúdo e origem.

Esta raridade de recipientes vinários itálicos pode eventualmente explicar-se com o carácter relativamente tardio do contexto específico que forneceu a maior parte das ânforas para este conjunto. Por outro lado, estes dados contrastam com a relativa abundância de cerâmica campaniense B de Cales, que mostra que as importações da Península itálica estavam bem activas durante a segunda metade do séc. I a.C., aspecto que também é testemunhado pela presença de diversos vasos de paredes finas de origem itálica.

Outro aspecto a referir relativamente às importações anfóricas itálicas diz respeito à proporção entre ânforas provenientes da costa tirrénica (Dressel 1), que são 53% das importações e as originárias da costa adriática (Lamb. 2), que correspondem a 47%. Tal como já se referiu *supra*, apesar da ligeira supremacia dos primeiros, verifica-se que existe um muito maior equilíbrio do que aquele que é habitualmente registado em outros sítios, como por exemplo em Faro, onde a



proporção das importações tirrénicas soma 90.6% e as Lamb. 2 representam apenas 9.4% das importações. Não podemos deixar de recordar, novamente, os dados a que aludimos sobre a região de Cartago Nova, a propósito do material de Faro. Efectivamente, ao contrário do que sucede na maior parte dos sítios da Península Ibérica, é nesta região da costa da actual Cartagena que registamos percentagens idênticas às de Castro Marim, nomeadamente no conjunto do sítio de El Molinete (Molina Vidal, 1997, p. 21 – 24). A associação deste tipo de ânfora à exploração mineira da região, num complexo processo de trocas comerciais com a costa da Apúlia que abastecia Cartagena de vinho e de escravos, tem sido defendida (Molina Vidal, 1999). Neste contexto, é tentador associar a presença, que diverge do que é habitual, de ânforas do tipo Lamb. 2 no Castelo de Castro Marim e relacioná-la com a proximidade geográfica dos recursos mineiros da região de Mértola (faixa piritosa).

As ânforas que transportaram preparados piscícolas da região da actual Andaluzia são responsáveis por 96.4% das ânforas que abasteceram Castro Marim. Entre estas, as mais abundantes são os recipientes que seguem os modelos púnicos, que dominam, como as Castro Marim 1 (23%) e Mañá C2b (23.1%), da área costeira da *Uterior*, além da ânfora da Classe 67 (que atinge 29.5%), esta reproduzindo um modelo já romanizado e produzida, sobretudo, no vale do Guadalquivir, mas à qual se atribuiu igualmente um conteúdo piscícola. Como se sabe tem-se optado por considerar uma multiplicidade de produtos alimentares que seria transportado neste contentor. Esta ligação com um preparado à base de peixe relacionou-se, como já se referiu, com facto de os opérculos que se recolheram associados a estas ânforas serem originários igualmente da área costeira da *Uterior*, tendo-se avançado que estes recipientes terão viajado vazios até à área costeira, sendo aí cheios e selados para posterior exportação (Arruda *et al.*, 2006, p. 173). A elevada percentagem de ânforas que transportaram preparados piscícolas para Castro Marim, poderá no futuro vir a ser mais elevada, a confirmar-se que as ânforas greco-italicas e Dressel 1 da *Uterior* também transportaram este produto alimentar. Apesar da evidência recente de Belo (Bernal Casasola *et al.*, 2003), julgo que ainda é prematuro afirmá-lo categoricamente.

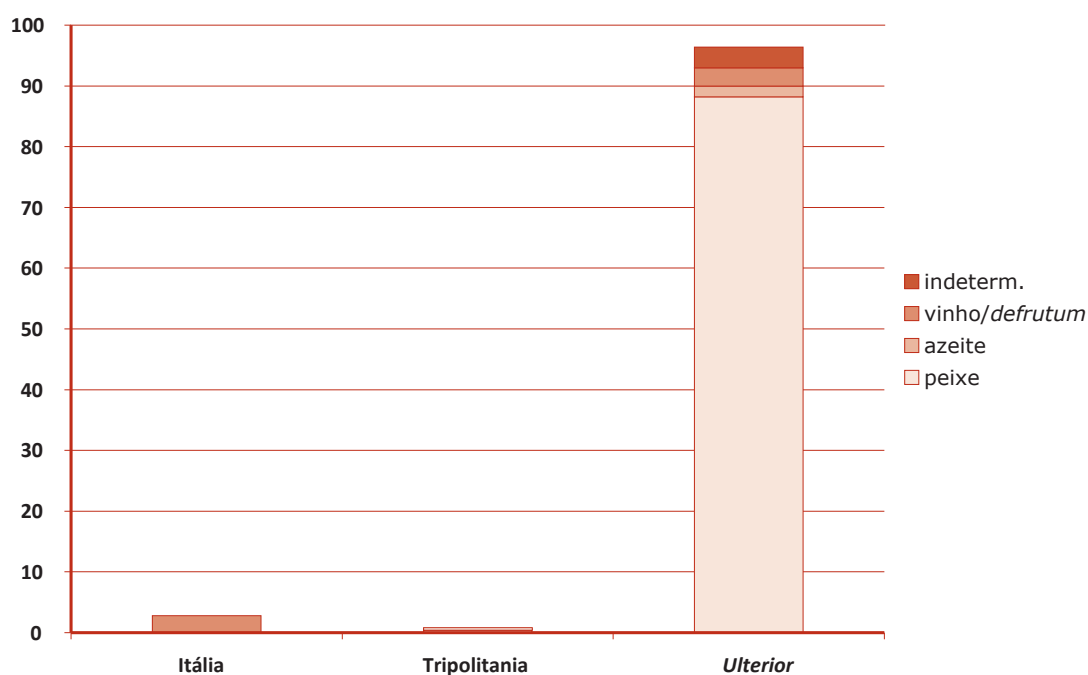


Gráfico 29 – Castro Marim. Distribuição percentual das ânforas republicanas segundo o seu conteúdo e origem (NMI).

A diversidade de produtos piscícolas, que os *tituli* em ânforas e as fontes de épocas posteriores deixam adivinhar, pode explicar, pelo menos em parte, a diversidade de recipientes que os terão transportado a partir de uma mesma origem, como sucedeu com a região da baía de Cádiz. A este respeito, não pode esquecer-se que estas importações de preparados piscícolas seguem uma tradição ancestral, desde a Idade do Ferro, como ficou documentado nos diversos trabalhos dirigidos pela Doutora A. M. Arruda (Arruda et al., 2006, p. 156-161, Fig. 3-4).

A presença simultânea de ânforas piscícolas, como a Mañá C2b e Dressel 7/11, é significativa e deve ser valorizada, pois constitui um elemento cronológico importante, juntamente com outros retirados do estudo das cerâmicas finas. Efectivamente, e como refere L. Lagóstena para alguns centros produtores da baía gaditana, assiste-se à produção das séries mais antigas do tipo Beltrán I, em locais onde ainda estão a ser produzidos tipos anteriores como a Mañá C2b (1996b, p. 153). A possibilidade de estas Dressel 7/11 constituírem material intrusivo não pode, no entanto, deixar de ser equacionada, dada a natureza dos depósitos escavados, que, na área norte, contactam com níveis do período alto imperial.

Além de preparados piscícolas, outros produtos alimentares tiveram a sua origem na *Uterior*, nomeadamente na região do vale do Guadalquivir. Referimo-nos, concretamente às primeiras produções e exportações de vinho, transportado em ânforas do tipo Haltern 70, presentes com escassos 3% das ânforas deste período, e das primeiras produções oleárias, transportadas em recipientes ainda menos representativos, com um valor de 1.8%. A presença, ainda que ainda tímida nesta fase, de ânforas vinárias da *Uterior* em Castro Marim, além de ajudar a explicar a relativa escassez do mesmo produto de origem itálica, comprovam que o resultado da produção agrícola, relativamente precoce, na *Uterior* foi também exportado em fase bastante antiga (50-30 a.C.). A importação de azeite seguiu igualmente este mesmo fenómeno, com recipientes que designamos por ânforas oleárias antigas, recipientes que antecedem a produção das ânforas Dressel 20.

A importação de produtos da *Tripolitania* (actual Líbia) está documentada por escassos exemplares que evidenciam a presença de azeite norte africano em Castro Marim. As ânforas Tripolitanas antigas tiveram uma ampla difusão na vertente ocidental do Mediterrâneo, embora estejam, quase sempre, representadas por um escasso número de exemplares. Algumas ânforas Mañá C2 de Castro Marim possuem fabricos que também se atribuíram ao norte de África, concretamente, às produções da actual Tunísia.

Apesar de não se poder descartar esta possibilidade, o facto é que não existe, até ao momento, qualquer evidência de produção anfórica no território algarvio, anterior ao período imperial. A existência de alguns fragmentos de ânforas com sinais de distorção devido a altas temperaturas tinham anteriormente levado A. M. Arruda a colocar a possibilidade de ter existido uma produção local de ânforas, designadamente do tipo D, com cronologia da Idade do Ferro (1997, p. 108). Mais recentemente esta questão foi relativizada, pois julga-se que podem ter sido fenómenos pós-deposicionais os responsáveis pelas deformações referidas (Arruda et al., 2006, p. 171), embora não haja ainda uma posição definitiva a este respeito (Arruda, 2006).

## Alto Império

No conjunto das ânforas de Castro Marim, formado por um total de 828 ânforas, 104 exemplares pertencem ao Alto Império, o que corresponde a 11.9% do conjunto. Tal como se teve oportunidade de referir a propósito do estudo da *terra sigillata*, os dados obtidos apontam para o fim da ocupação do sítio em finais do séc. I, inícios do século seguinte (Viegas, 2003b). As cerâmicas tardias, norte africanas e da Gália, correspondem a episódios de ocupação cujas características são difíceis de precisar no estado actual dos conhecimentos e explicam, de certa forma, a presença também de duas ânforas do Baixo Império.

Ao contrário do que sucedeu para o período tardo-republicano, em que se obteve um contexto arqueológico com estratigrafia segura, não dispomos da mesma qualidade de estratos arqueológicos para a generalidade do material arqueológico atribuível ao período Alto Imperial.

### Importações da Bética

Durante o Alto Império, o Castelo de Castro Marim manteve o abastecimento de produtos alimentares originários da Bética, não só da área costeira, mas também do vale do Guadalquivir. Entre estes últimos, adquire especial destaque a importação de vinho envasado em ânforas do tipo **Haltern 70**, com 50 exemplares, que corresponde a 5.9% da amostra estudada (nº **1351** a **1372**). De referir que este tipo se encontra documentado entre o conjunto tardo republicano de Castro Marim, mas foi no período imperial que se assistiu a um aumento significativo do volume de importações.

Tal como se referiu *supra*, na tentativa de estabelecer um padrão das importações deste tipo anfórico com base no perfil dos bordo, seguiram-se, tal como para o material de Faro e Balsa, as propostas desenvolvidas por S. Martin-Kilcher (1994) e J. Baudoux (1996) e os dados mais recentes de A. Puig (2004). Recorde-se que mesmo no contexto de materiais da mesma época, como são os provenientes do naufrágio Culip VIII (datado da mudança da era), a variação morfológica dos bordo é assinalável (Carreras, 2004, p. 139-147).

A importação de ânforas Haltern 70, que se iniciou ainda no período tardo republicano, como já se referiu, manteve-se durante o principado de Augusto como se observa pelos exemplares que apresentam um perfil de bordo triangular, próximo das Dressel 7/11 (por exemplo os exemplares nº **1351** a **1359**). Esta variante é, aliás, a mais abundante em Castro Marim, correspondendo a 59% das Haltern 70 imperiais do sítio (**Tabela 76**). Parece possível atribuir alguns exemplares à variante dita do período de Cláudio, que possui uma moldura exterior e a concavidade interna bem marcada, exemplificados nos nºs **1360** a **1366**. Trata-se de um conjunto relativamente menos abundante face ao do período anterior, com 12 exemplares, que correspondem a 25% das Haltern 70. Por fim, na sua variante Flávia, esta ânfora encontra apenas seis exemplares, 14% dos bordos deste tipo, como se observa na **Estampa 108** (nº **1368** a **1372**).

Reavaliada a ânfora anteriormente publicada como sendo uma Dressel 14 com fabrico do vale do Guadalquivir (Arruda et al., 2006, Fig. 10, nº 106), foi agora integrada nas produções mais tardias, datadas dos Flávios, do tipo Haltern 70 (nº **1371**). Exemplares idênticos encontram-se datados deste período (Rizzo, 2003, tavola XXXVI, 188 *apud* Puig, 2004, p. 28, Fig. 26 c).

Ainda do ponto de vista morfológico, mereceram também atenção os diâmetros dos bordos, como tentativa de procurar saber se existem, ou não, dois módulos de dimensões diferenciadas, neste tipo de ânforas. Assim, a leitura da variação

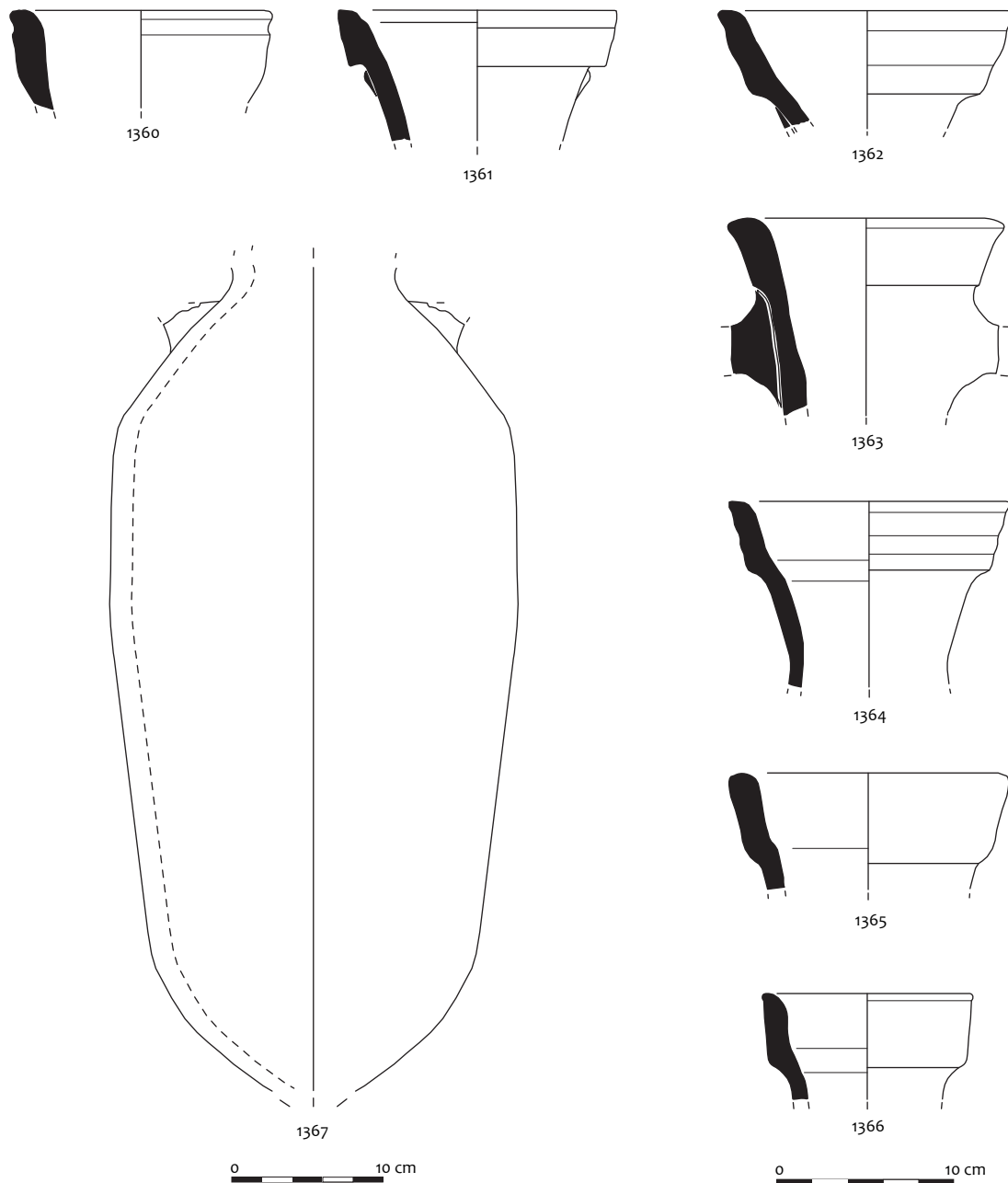
Período	Nº	%
<b>Augusto</b>	26	59
<b>Cláudio</b>	12	25
<b>Flávio</b>	6	14
<b>Total</b>	44	100
<b>Indeterm./incompleto</b>	6	

Tabela 76 – Castro Marim. Distribuição cronológica das Haltern 70.

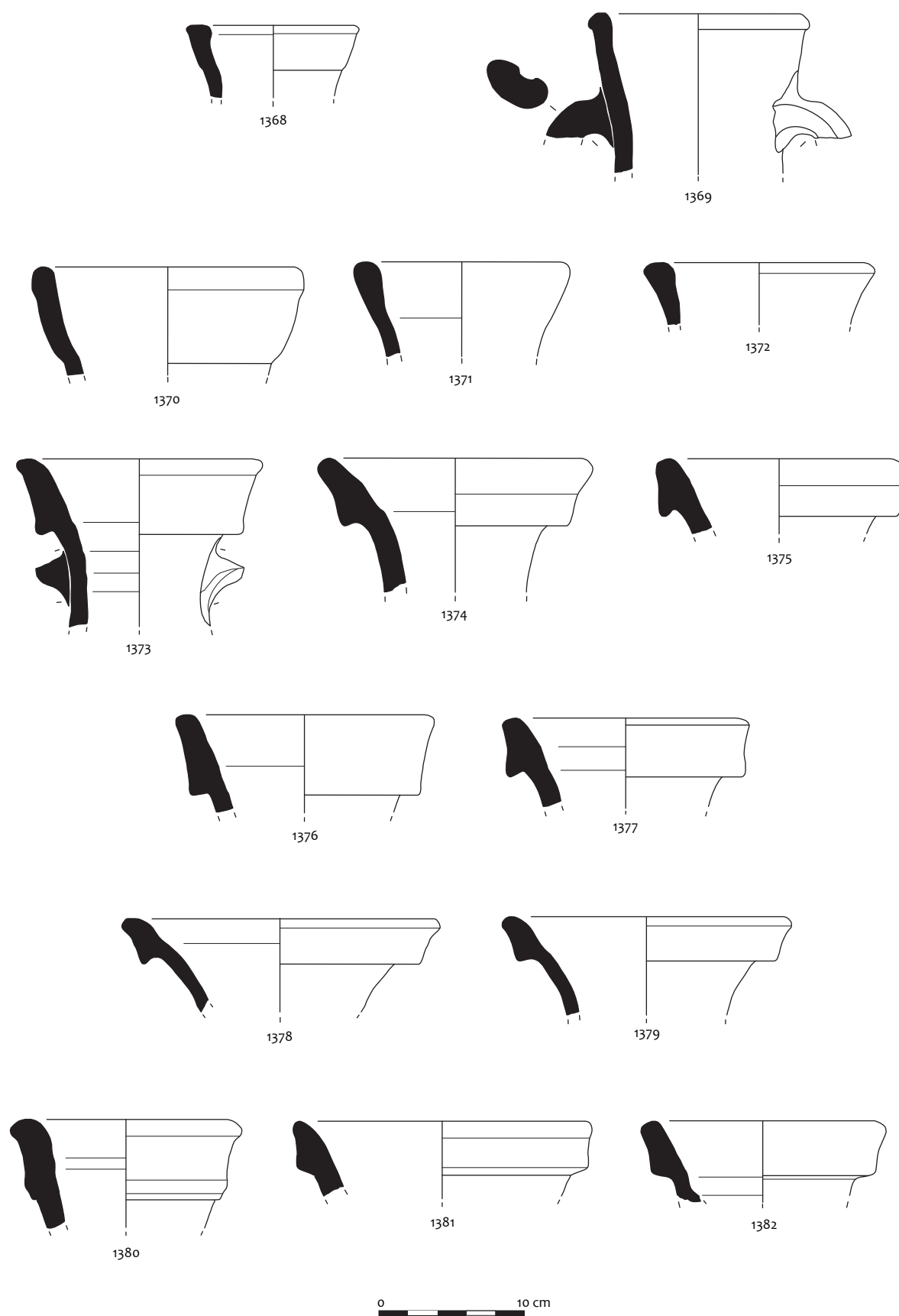
Diâmetro do bordo (mm)	Nº	%
<b>130</b>	1	3
<b>140</b>	5	16
<b>150</b>	15	49
<b>160</b>	8	26
<b>170</b>	2	6
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100</b>
<b>Indet.</b>	19	

Tabela 77 – Castro Marim. Distribuição dos diâmetros das Haltern 70.

da dimensão dos diâmetros, que se apresenta na **Tabela 77**, permitiu verificar que quase metade das peças nas quais foi possível obter a dimensão do diâmetro apresentam uma abertura de 150 mm. Seguem-se os diâmetros de 160 mm, com 26% dos bordos medidos, e os diâmetros de 140 mm, com 16%, sendo que apenas um ou dois bordos mediram 130 ou 170 mm de diâmetro. Esta ligeira variação não parece configurar um sistema com duas medidas claramente diferenciadas. No entanto, observando as Estampas dos materiais ilustrados, constata-se que as peças nº **1345**, **1366** e **1368** apresentam diâmetros bastante menores que as restantes, o que poderá corresponder a contentores de menores dimensões.



Estampa 107 – Castro Marim. Ânforas do tipo Haltern 70 da Bética.



Estampa 108 – Castro Marim. Ânforas do tipo Haltern 70 e Dressel 7-11 da Bética.

Igualmente originárias do vale do Guadalquivir, mas também da Bética costeira, as ânforas que serviram para o transporte de azeite, da forma **Dressel 20**, correspondem a 2% das ânforas estudadas (17 exemplares) (nº 1401 a 1414). As produções da área costeira estão documentadas entre o conjunto de Castro Marim com apenas três exemplares (nº 1401, 1405, e 1411), que poderão pertencer, por exemplo, às produções de “Puente Melchor”, na baía gaditana, centro produtor que esteve em actividade desde o período de Augusto até ao séc. IV d.C.

Também neste caso, se procurou identificar o padrão de importações com base nas características dos bordos, uma vez que a produção desta ânfora se estendeu por um período relativamente longo, desde a época Augusto-Tiberiana até ao séc. III. Para tal, recorreu-se às propostas evolutivas de S. Martin-Kilcher (1987), retomadas posteriormente por P. Berni Millet (1998; 2007).

Assim, verifica-se que está presente um número considerável de exemplares das fases iniciais da produção, de época de Augusto/Tibério, documentadas por algumas peças com bordo amendoado e de tendência vertical, que correspondem à forma I de P. Berni Millet (exemplificam-se nos nºs 1400 a 1406). Esta última (1406) possui um paralelo próximo num exemplar de Trier, apresentado por P. Berni Millet (1998, p. 28, Figura 4). As formas que pertencem ao tipo II de P. Berni (datadas entre 50 e 80 d.C.), caracterizadas por deterem bordos mais espessados, arredondados no exterior e concavidade interna acentuada, constituem outro grupo numeroso, formado, por exemplo, pelas peças nº 1407 a 1413. Os bordos de perfil triangular das últimas décadas do séc. I d.C. (tipo III de P. Berni Millet, da fase Flávia) não estão bem documentados em Castro Marim, o que parece mostrar um certo declínio das importações neste período. Só se regista um bordo com estas características, como se pode observar pela peça nº 1414. Este aspecto causa alguma estranheza, uma vez que o sítio se encontrava, neste período, a ser abastecido de quantidades significativas de cerâmicas finas (abundante *terra sigillata* sudgálica e alguma hispânica). Por outro lado, era de prever a ausência de bordos com perfis que são habitualmente atribuídos ao séc. II e III, (tipos IV e V de P. Berni Millet), ou mesmo exemplares da forma Dressel 23, de cronologia Baixo Imperial, pois a área do Castelo de Castro Marim terá sido abandonada a partir dos finais do séc. I, inícios do séc. II d.C.

Dois exemplares encontram-se registados como originários do contexto tardo republicano de 50-30 a.C., o que apenas podemos explicar como material intrusivo.

Parte significativa das ânforas importadas para Castro Marim durante o Alto Império pertence a formas que foram utilizadas para o transporte de preparados piscícolas e tiveram a sua origem na área costeira da Bética. Refiro-me, concretamente, ao tipo Beltrán I ou **Dressel 7/11** que, começou a ser importado para o sítio ainda em época tardo republicana.

Em Castro Marim, existem 13 exemplares de ânforas deste tipo (1.5% do total das ânforas). Trata-se, como já se teve oportunidade de referir num trabalho anteriormente publicado (Arruda et al., 2006), de um conjunto que, pelas suas características morfológicas, considerámos pertencer aos momentos iniciais da produção de época augustana, com os bordos de moldura bem marcada de tendência vertical, e outros com um perfil mais voltado para o exterior, de cronologia tiberiana (Arruda et al., 2006, p. 170, Fig. 9, nº 87-99) (nº 1378 a 1386). Mantendo-se verdadeira a afirmação anterior, cumpre, no entanto, rectificar alguns dados, nomeadamente o facto de alguns dos exemplares que tinham sido dados como pertencentes ao período alto imperial, foram recolhidos no contexto de época tardo republicana e puderam, efectivamente, corresponder a importações desta época, como se observou *supra*.

As ânforas da forma **Dressel 14** béticas estão presentes em Castro Marim com oito exemplares, que pertencem às produções da Bética costeira, portanto 0.9% do total de ânforas estudadas. Esta forma foi produzida em diversos locais da costa mediterrânea e atlântica da Bética, detendo um dos exemplares (nº 1388) características que o aproximam das formas produzidas



na costa de Málaga, fornos de “Manganeto” (Almayate – Málaga) (Arteaga, 1985, *apud*, García Vargas, 2000, p. 84, Fig. 35 d). De referir que esta peça ostenta um fabrico onde se observam inclusões de partículas de xisto, aspecto característico das produções malaguenhas.

Tal como se observou para as ânforas da cidade de Faro, classificámos como ânforas da forma Haltern 70 tardias as peças que, embora podendo confundir-se, em termos morfológicos, com a Dressel 14, detinham um fabrico característico do vale do Guadalquivir. Foi, aliás, esta distinção que levou também à reavaliação, como já se referiu *supra*, do exemplar que tinha sido anteriormente classificado como pertencente às forma Dressel 14 e que, mais correctamente, deverá ser incluído no tipo Haltern 70 (peça anteriormente publicada Arruda *et al.*, 2006, nº 106, Fig. 10).

Relativamente a outros tipos que transportaram igualmente preparados piscícolas para Castro Marim, recolheram-se exemplares da forma **Beltrán Ila** e **Beltrán Ilb** (Arruda *et al.*, 2006, p. 179, Fig. 10, nº 100-105). É relativamente escasso o primeiro tipo, reduzindo-se a duas peças (nº **1393** e **1394**), estando o Beltrán Ilb representado apenas por sete exemplares (nº **1395** a **1398**). Ambas formas encontram inúmeros locais de produção em toda a costa da região gaditana, centrando-se a sua produção entre a época de Augusto-Tibério e a segunda metade do séc. II d.C., ou mesmo os inícios do séc. III. A cronologia dos exemplares castro marinenses não deverá ultrapassar os inícios do séc. II d.C., pois, como se viu pelo estudo da *terra sigillata*, a sua importação cessou nessa data, mostrando um abandono do sítio neste período.

Os dois exemplares de ânforas da forma Beltrán Ila têm registo de proveniência do contexto tardo republicano, o que explicamos como intrusão.

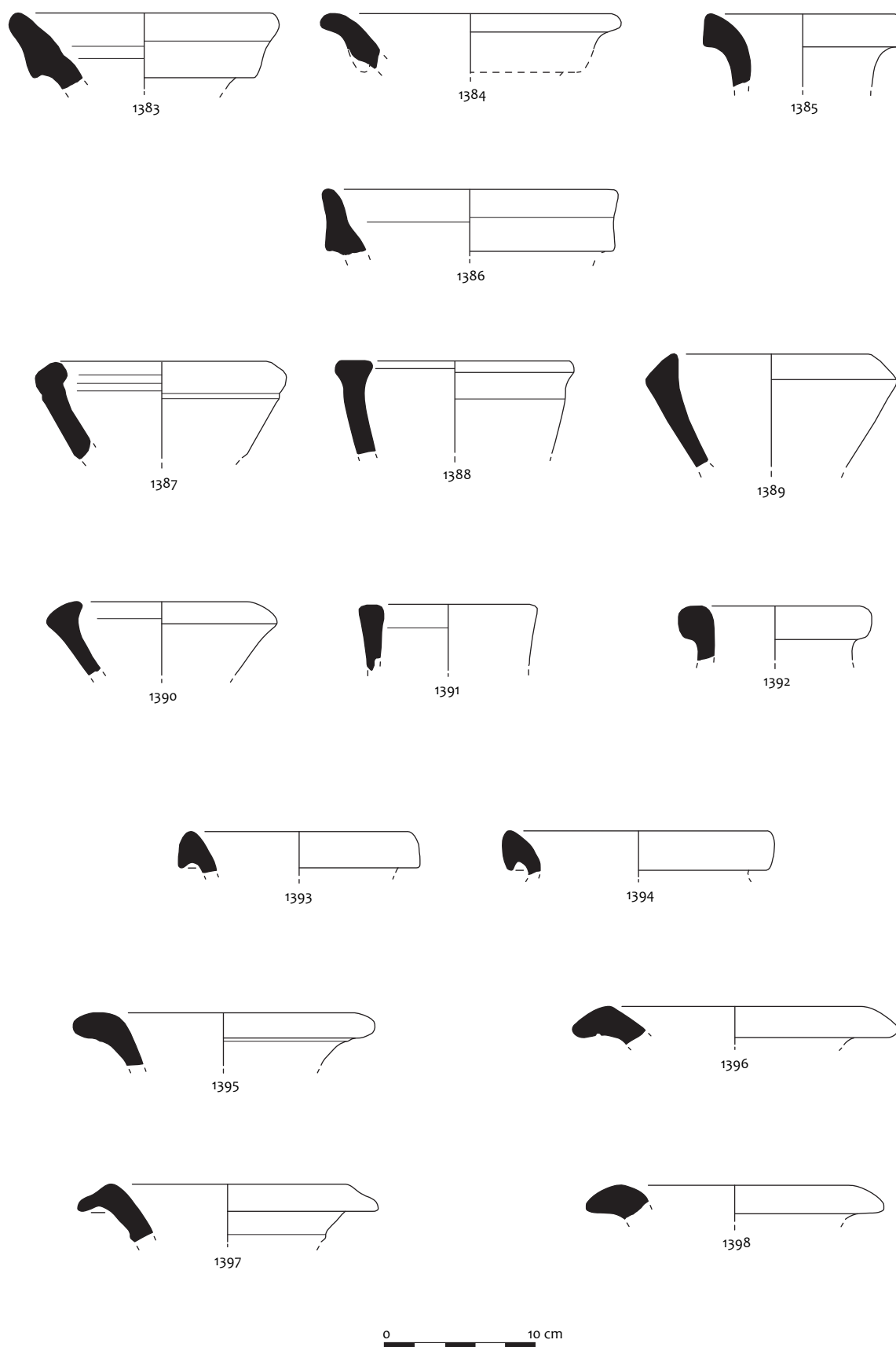
Uma das peças possui características morfológicas que a aproximam do tipo **Pascual 1**, pois, apesar de seguir o modelo itálico, tal como as restantes Dressel 1 da *Uterior/Bética*, apresenta um bordo mais alto e alargado que as restantes, e sem a secção de perfil triangular que caracteriza habitualmente estas ânforas (nº **1415**).

Esta forma, que integra a Classe 6 de Peacock e Williams (1986, p. 94-95), corresponde a um contentor que terá transportado vinho da Tarraconense, tendo sido produzida nas oficinas do norte desta província (Catalunha) e na sua área costeira (Miró, 1988, p. 12-55). A produção encontra-se documentada entre 40 a.C. e o último quartel do séc. I d.C., embora tenha conhecido o momento de mais intensa comercialização sob o principado de Augusto (Márquez Villora e Molina Vidal, 2005, p. 119). A sua difusão foi bastante ampla, sobretudo na vertente ocidental do Império romano (Peacock e Williams, 1986, p. 94).

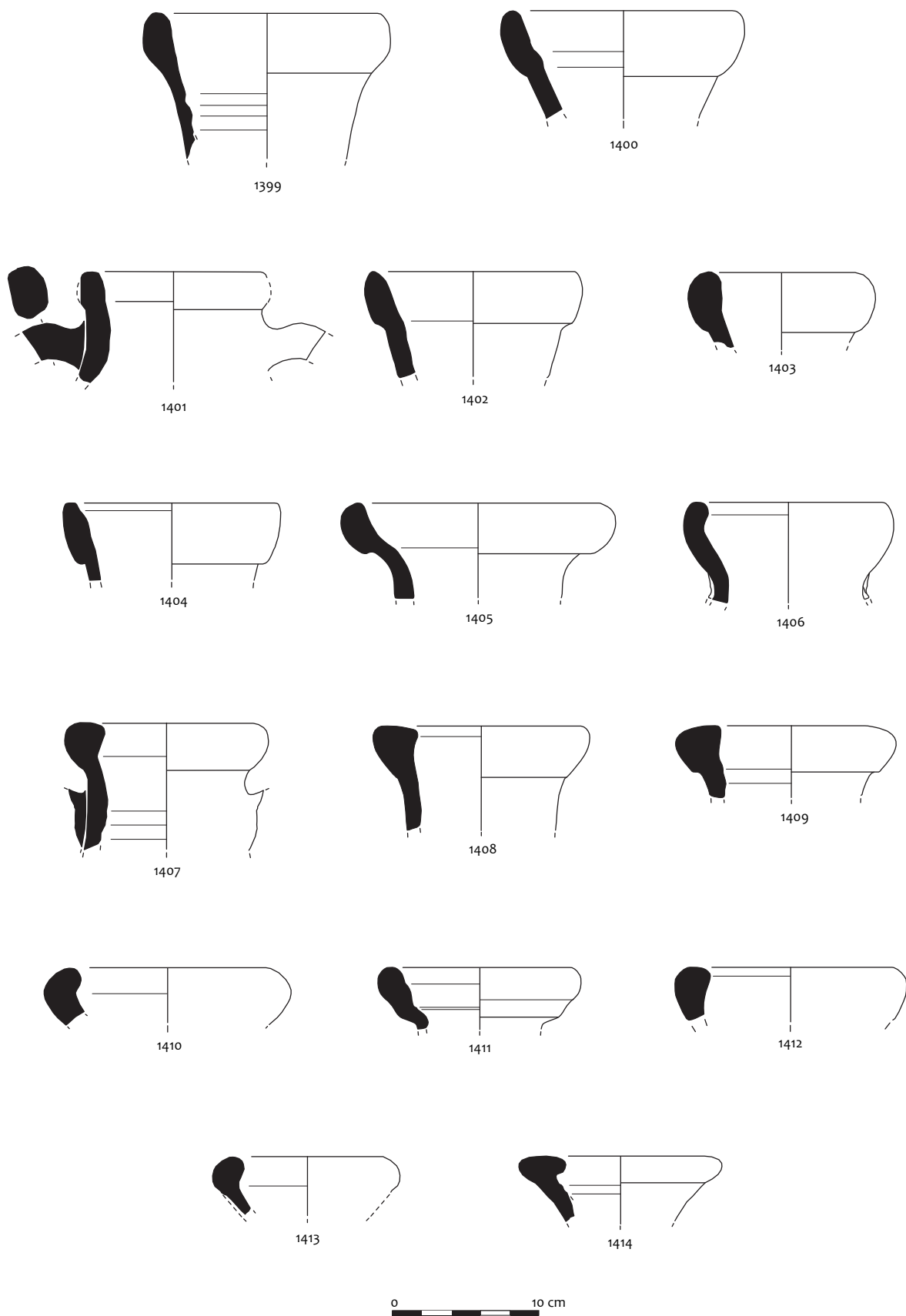
Quanto ao fabrico do exemplar castro marinense, parece aproximar-se do descrito para as produções da Tarraconense: pasta compacta de cor castanha clara alaranjada com inúmeras inclusões finas difíceis de classificar. As inclusões formadas por quartzo branco e transparente de dimensão média são abundantes e bem visíveis, na fractura e na superfície externa, por esta última se encontrar desgastada. Por esse motivo não se conservou o engobe, ligeiramente mais claro, que devia cobrir a superfície externa. Menos frequentes, são as raras inclusões castanhas escuras. Esta descrição é compatível com o “Fabric 2” de Peacock e Williams, pois no nosso exemplar não se observa qualquer partícula de mica (1986, p. 95).

### Produções locais/regionais lusitanas

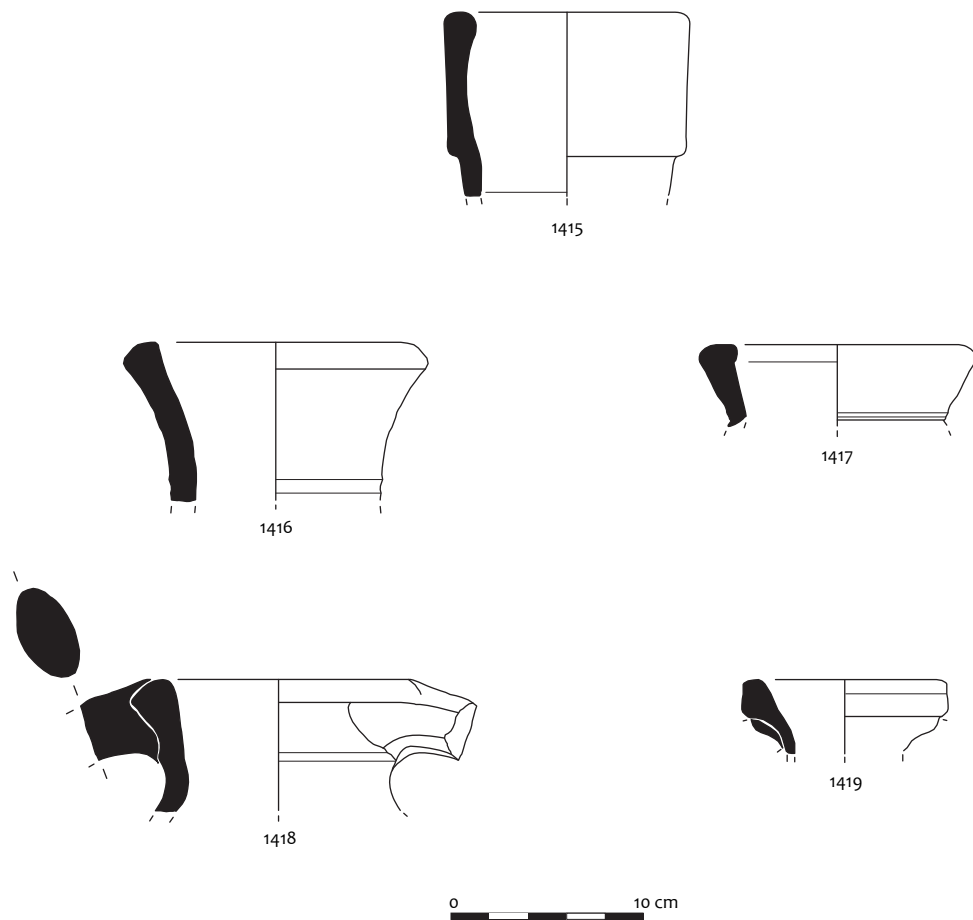
Apenas dois exemplares da forma **Dressel 14** são testemunho da presença das produções lusitanas em Castro Marim (Arruda *et al.*, 2006, p. 170, Fig. 10, nº 107) (nº **1416** e **1417**). Um deles (nº **1416**) ostenta fabrico que é compatível com as produções algarvias.



Estampa 109 – Castro Marim. Ânforas do tipo Dressel 7-11, Dressel 14, Beltrán IIA e IIB da Bética.



Estampa 110 – Castro Marim. Ânforas do tipo Dressel 20.



Estampa 109 – Castro Marim. Ânforas do tipo Pascual 1da Tarraconense, Dressel 14 lusitanas e Almagro 50/Keay XVI e Almagro 51C béticas.

## Importações do Baixo Império

A ocorrência de apenas um exemplar da forma **Almagro 50** em Castro Marim relaciona-se, já não com uma ocupação efectiva da área do Castelo em época tardia, mas com uma situação episódica (Arruda et al., 2006, p. 170-171, Fig. 10, nº 110) (nº **1418**). Efectivamente, o estudo da *terra sigillata*, conjugado com o dos restantes materiais exumados, permitiu verificar que o sítio terá sido abandonado nos finais do séc. I/inícios do séc. II d. C., registando-se, ainda assim, alguns fragmentos de *sigillata* clara A, *sigillata* luzente e cerâmica de cozinha norte africana, com cronologias entre o séc. III e V (Viegas, 2003b; 2006c, p. 241-260). Apesar de se tratar de um exemplar de dimensão razoável (três fragmentos do bordo e arranque de asa com colagem), esta peça foi recolhida à superfície, o que não permite qualquer leitura do seu contexto original.

Deste mesmo período, verificamos, igualmente, a presença de um outro recipiente que terá igualmente transportado preparados piscícolas a partir da área gaditana, e que corresponde à forma **Almagro 51c** (nº **1422**).

### Síntese sobre as principais características das ânforas do período Alto Imperial e Baixo Imperial de Castro Marim

Como já se referiu, a maior parte das ânforas recolhidas em Castro Marim pertence ao período tardo republicano, 87.7%. Ainda assim, 102 exemplares pertencem ao Alto Império, o que constitui uma amostra significativa (Tabela 78 e Gráfico 30).

Conteúdo	Origem	Tipo	Total NMI	%	Total NMI por origem	%	Total NMI por produto	%
Peixe	Bética	Dressel 7/11	13	12.7	32		32	
		Dressel 14	8	7.8				
		Beltrán II A	2	2				
		Beltrán II B	9	8.8				
	Lusitânia	Dressel 14	2	2	2	2	2	2
Vinho/Defrutum	Bética	Haltern 70	50	49	50	49	50	49
	Tarraconense	Pascual 1	1	1	1	1	1	1
Azeite	Bética	Dressel 20	17	16.7	17	16.7	17	16.7
Total			102	100	102	100	102	100

Tabela 78 – Castro Marim. Distribuição das ânforas alto imperiais segundo o seu conteúdo e origem.

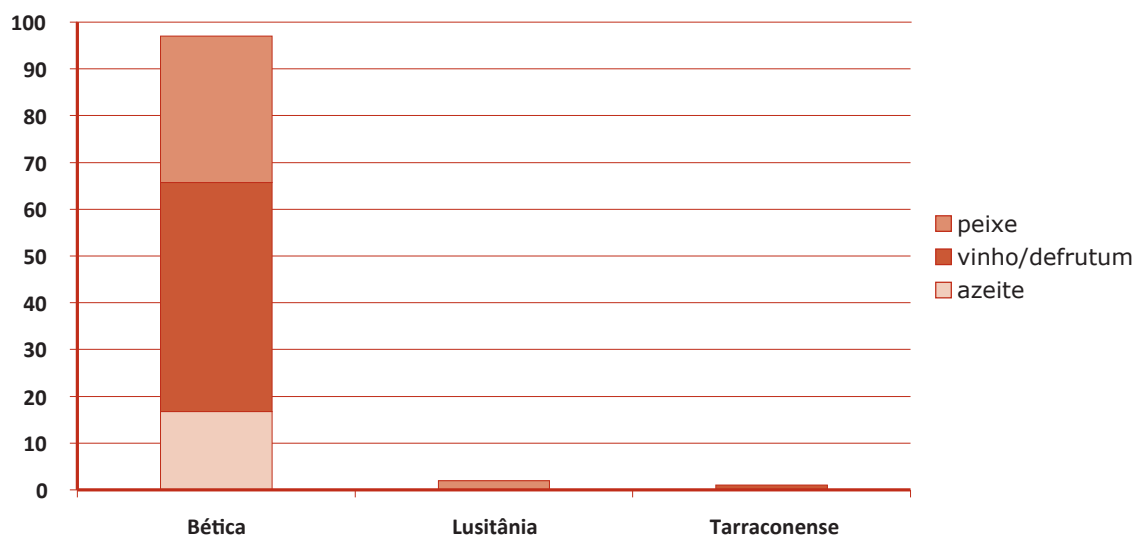


Gráfico 30 – Castro Marim. Distribuição percentual das ânforas alto imperiais segundo o seu conteúdo e origem (NMI).

As importações de ânforas exteriores à província da Lusitânia correspondem, neste período, a 98% das ânforas presentes no sítio, sendo novamente a província Bética a região abastecedora privilegiada. No entanto, ao contrário do que sucedeu durante o período republicano, não foi a área gaditana, com os seus contentores para transporte de preparados piscícolas, que se encontrou melhor representada, mas sim o vale do Guadalquivir, com as ânforas que transporta-

ram *defrutum*, as Haltern 70. É de destacar que estas ânforas correspondem a quase metade dos exemplares presentes em Castro Marim, nesta fase (49%, um conjunto de 50 peças). Assistiu-se, como já se observou, ao início da importação deste tipo de contentor, na fase final da República, verificando-se um aumento significativo do volume de importações no período imperial. As características morfológicas dos bordos permitiram compreender que estas importações, que deram continuidade às já realizadas em fase tardo republicana, se concretizaram, sobretudo, durante o período de Augusto e Tibério. Aparentemente, são relativamente escassos os exemplares de meados do séc. I ou das fases mais tardias da produção, das últimas décadas do mesmo século (Flávias). É muito difícil procurar uma explicação para a importação deste tipo de ânfora, nestas quantidades, para Castro Marim, num período que terá sido relativamente curto, face ao âmbito mais alargado em que se desenvolveu a produção desta ânfora. A possibilidade de o consumo de vinho estar relacionado com rituais religiosos que podem ter-se realizado na área que tem sido objecto de intervenção nos anos mais recentes (sector 1), não pode deixar de ser avançada. O consumo do vinho bético parece ser de carácter doméstico, como se pode observar num contexto preservado, o sector 1 UE [373]. Neste local, encontrou-se, associado a um exemplar quase completo de uma ânfora Haltern 70 (nº 1369), um recipiente de cerâmica comum (um aspersório perfurado na base e pequeno prato), além de um prato de *terra sigillata* sudgálica Drg. 15/17 (nº 1071), igualmente, de perfil completo, embora fragmentado. Esta unidade estratigráfica foi definida como um derrube no interior de um compartimento, formado, além das cerâmicas referidas, por material de construção, objectos de ferro e um numisma, diversos fragmentos de cerâmica comum, cerâmica de paredes finas e fragmentos de lucernas (Arruda *et al.*, 2003, p. 12–13). Neste conjunto, apenas o aspersório perfurado coloca maiores questões quanto à sua funcionalidade, sendo as restantes cerâmicas relativamente comuns num contexto habitacional. A possibilidade de haver um consumo de âmbito religioso não pode, no entanto, ser afastada, pois sabemos que toda a área do sector 1 se manteve com funções cultuais desde pelo menos o séc. VI a.C. até à época moderna (Arruda, 2005; Arruda e Freitas, 2008), desconhecendo-se que tipo de edifícios aquela área teria tido, durante o período romano.

Por outro lado, tem sido destacado o abastecimento deste produto a contingentes militares, aspecto que não encontra qualquer justificação para esta região, há muito pacificada. O papel de centro redistribuidor que, naturalmente, o Castelo de Castro Marim terá desempenhado, deve igualmente ser valorizado, quando se procura explicação para o volume de importação das ânforas Haltern 70 neste sítio.

A importação de outros produtos originários desta região do vale do Guadalquivir, designadamente os oleícolas, está representada em Castro Marim por uma percentagem de 16,5% das ânforas do sítio, nesta época. Trata-se, como se observou, de uma importação que cobre um período desde primeiras fases de produção de época Augusto-Tiberiana até à época Flávia. No entanto, a julgar pelas características morfológicas dos exemplares recolhidos, as importações de Dressel 20 para Castro Marim parecem concentrar-se nas fases mais antigas da produção (Augusto/Tibério), até meados do séc. I d.C., registando-se apenas um exemplar que se atribuiu ao reinado dos Flávios. Assiste-se, portanto, a uma tendência idêntica no ritmo de importação destes dois produtos originários da mesma região – o vale do Guadalquivir. Como se afirmou, não se estranha a ausência de Dressel 20 das variantes que se atribuem habitualmente ao séc. II e das Dressel 23 de época Baixo imperial. O aspecto que parece contrariar a tendência que se observou no estudo da *terra sigillata* é, sobretudo, a ausência de Dressel 20 da fase Flávia. Efectivamente, neste período, a importação de cerâmicas finas não parece ter diminuído em Castro Marim, registando-se um conjunto muito abundante de *terra sigillata* sudgálica e alguma *sigillata* hispânica.

As ânforas que transportaram preparados piscícolas com origem na área da Bética costeira são responsáveis por 33% das importações presentes em Castro Marim, e mostram uma diversidade considerável de formas, como a Dressel 7/11, a Beltrán IIA e IIB e a Dressel 14. A maior parte



dos contentores são originários da baía gaditana, julgando-se estarem também presentes ânforas da costa de Málaga, como alguns exemplares da forma Dressel 14 parecem demonstrar, quer pela sua morfologia quer pelas características do seu fabrico. A diversidade formal poderá corresponder a um conjunto também variado de tipos de preparados piscícolas, de melhor ou pior qualidade, como defendeu L. Lagóstena, referindo-se às produções anfóricas da baía gaditana, que habitualmente se agrupam no tipo Beltrán I (1996b, p. 155).

Não se regista qualquer importação exterior à Península Ibérica, encontrando-se também um exemplar que classificamos como Pascual 1, originário da Tarraconense. Trata-se de uma ânfora que terá transportado vinho para Castro Marim, e que apresenta características morfológicas e um fabrico compatíveis com as produções da actual Catalunha.

Os testemunhos da presença humana em Castro Marim durante o Baixo Império são escassos e encontram-se representados, como já se referiu, por raros fragmentos de *sigillata* clara A e D, além de *sigillata* luzente, a que se juntam dois fragmentos e cerâmica de cozinha africana também tardia. Considerámos que o sítio se encontra abandonado a partir dos finais do séc. I/ inícios da centúria seguinte, tendo interpretado a presença também de dois bordos de ânforas béticas, Almagro 50/Keay XVI e Almagro 51c como episódios que não correspondem a uma ocupação efectiva do local.

#### Catálogo 7 – Ânforas, formas ilustradas

Est.	Nº	Ano	Nº Inv.	Sector	Quad.	UE	Forma	Frag.	Fabrico	Observações	Diâm. bordo	Alt. bordo	Alt. total	Dese- enho
95	1191	2005	1	3		sup	Greco-italica	bordo	ital1					A.M.
95	1192	1987	5288	3	B 05	1	Greco-italica	bordo	ital1		200		72	T.D.
95	1193	1987	9306	3	D 06	1	Dressel 1	bordo	ital1		170	58	77	T.D.
95	1194	1985	9363	1	F 02	3	Dressel 1	bordo	ital1		170		88	T.D.
95	1195	2000	2129	1		109	Dressel 1	bordo	ital1		170	49	85	T.D.
95	1196	2002	9401	1		385	Dressel 1	bordo	ital1		170	49	76	T.D.
95	1197	1984	8366	1	C 05	1	Dressel 1	bordo	ital1		170		65	T.D.
95	1198	1987	5290	3	B 05	1	Dressel 1	bordo	ital1		indet			T.D.
95	1199	1987	7910	3	C 05	1	Lamb. 2	bordo	ital3	2 frags.	200		84	T.D.
95	1200	1987	6650	3	B 05	1	Lamb. 2	bordo	ital3		170		76	T.D.
95	1201	1987	7921	3	C 05	1	Lamb. 2	bordo	ital3		190		73	T.D.
95	1202	1987	6651	3	B 05	1	Lamb. 2	bordo	ital3		170		70	T.D.
95	1203	1987	5743	3	C 05	1	Lamb. 2	bordo	ital3	c/ marca – PHALLAE, Bargão 2006	180		55	C.V.
96	1204	1987	4088	3	C 05	1	Mañá C2a	bordo/ colo	afric	nº 49, in Arruda et al., 2006.	Indet		47	C.V.
96	1205	1987	218				Tripolit. antiga	bordo	Tripol					T.D.
96	1206	1987	6664	3	B 05	1	Tripolit. antiga	bordo	tripol		130		48	T.D.
96	1207	1984	8279	1	C 05	1	Tripolit. antiga	bordo	tripol		140		34	A.M.
96	1208	1987	7877	3	C 05	1	Castro Marim 1	bordo	gadi2		100		62	A.M.
96	1209	1987	6620	3	B 05	1	Castro Marim 1	bordo	gadi2		100		42	A.M.
96	1210	1987	3536	3	C 05	1	Castro Marim 1	bordo	gadi2		90		37	A.M.
96	1211	1987	7776	3	B 06	1	Castro Marim 1	bordo	gadi2		100		28	A.M.
96	1212	1987	6610	3	B 05	1	Castro Marim 1	bordo	gadi2		100		49	A.M.
96	1213	1987	6644	3	B 05	1	Castro Marim 1	bordo	gadi2		90		26	A.M.
96	1214	1987	6180	3	B 04	1	Castro Marim 1	bordo	gadi2	3 frags.	100		49	A.M.
96	1216	1987	7861	3	C 05	1	Castro Marim 1	bordo	gadi2		100		24	A.M.
96	1217	1987	6179	3	B 04	1	Castro Marim 1	bordo	gadi2	2 frags. nº 43 in Arruda et al., 2006	90		31	P.B.
97	1218	1987	6624	3	B 05	1	Castro Marim 1	bordo	gadi3	nº 40 in Arruda et al., 2006	80		19	P.B.

Est.	Nº	Ano	Nº Inv.	Sector	Quad.	UE	Forma	Frag.	Fabrico	Observações	Diâm. bordo	Alt. bordo	Alt. total	Dese- nho
97	1219	1987	7858	3	C 05	1	Castro Marim 1	bordo	gadit3		90		38	A.M.
97	1220	1987	7106	3	B 05	1	Castro Marim 1	bordo	gadit3		90		39	A.M.
97	1221	1987	7445	3	C 06	1	Castro Marim 1	bordo	gadit3	nº 45 in Arruda et al., 2006	100		35	P.B.
97	1222	1987	6618	3	B 05	1	Castro Marim 1	bordo	gadit3	nº 41 in Arruda et al., 2006	Indet		27	P.B.
97	1223	1987	6178	3	B 04	1	Castro Marim 1	bordo	gadit3	nº 42 in Arruda et al., 2006	90		24	P.B.
97	1224	1987	7941	3	C 05	1	Castro Marim 1	bordo	gadit1		100		27	A.M.
97	1225	1987	7632	3	C 06	1	D Pellicer	bordo	gadit1					A.M.
97	1226	1987	7855	3	C 05	1	D Pellicer	bordo	gadit3		100		25	A.M.
97	1227	1987	7666	3	C 06	1	D Pellicer	bordo	gadit1					A.M.
97	1228	1987	9291	3	D 06	1	R. 9.1.1.1	bordo	gadit1	nº 36 in Arruda et al., 2006				P.B.
97	1229	1987	9291	3	D 06	1	R. 9.1.1.1	bordo	gadit1	nº 37 in Arruda et al., 2006				P.B.
97	1230	1984	4441	1	G 03	2	M. Pasc. A4	bordo	gadit2		150		66	A.M.
97	1231	1987	9087	3	D 04	1	M. Pasc. A4	bordo	gadit2		130		68	A.M.
98	1232	1987	7876	3	C 05	1	M. Pasc. A4	bordo	gadit2		120		122	A.M.
98	1233	1987	3528	3	C 05	1	M. Pasc. A4	bordo	gadit2		120		92	A.M.
98	1234						M. Pasc. A4	bordo	gadit1	nº 31 in Arruda et al., 2006.				E.S.
98	1235	1987	7101	3	B 05	1	M. Pasc. A4	bordo	gadit1	nº 30 in Arruda et al., 2006				E.S.
98	1236						M. Pasc. A4	bordo	gadit1	in Arruda et al., 2006				E.S.
98	1237	1987	7090	3	B 05	1	M. Pasc. A4	bordo	gadit1	nº 32 in Arruda et al., 2006				E.S.
98	1238	1987	5528	3	C 06	1	Mañá C2b	bordo/ colo	gadit1		240		53	T.D.
98	1239	1987	5478	3	B 05	1	Mañá C2b	bordo	gadit1		240		57	T.D.
98	1240	1987	5504	3	B 05	1	Mañá C2b	bordo	gadit1		240		61	T.D.
98	1241	1987	5584	3	B 04	1	Mañá C2b	bordo/ colo	gadit1		240		65	T.D.
98	1242	1987	5489	3	B 05	1	Mañá C2b	bordo	gadit1		250		72	T.D.
98	1243	1987	5282	3	B 05	1	Mañá C2b	lábio	gadit1		230		75	T.D.
99	1244	1987	4087	3	C 05	1	Mañá C2b	bordo/ colo	gadit1	nº 54 in Arruda et al., 2006	220		75	P.B.
99	1245	1987	4092	3	C 05	1	Mañá C2b	bordo/ colo	gadit1	nº 55 in Arruda et al., 2006	xx			P.B.
99	1246	1987	5283	3	B 05	1	Mañá C2b	bordo	gadit1		260		51	T.D.
99	1247	1987	5479	3	B 05	1	Mañá C2b	bordo	gadit1		260		52	T.D.
99	1248	1987	5506	3	B 05	1	Mañá C2b	bordo	gadit1		220		47	T.D.
99	1249	1987	10566	3	C 05	1	Mañá C2b	bordo	gadit1		220		50	T.D.
99	1250	1987	4163	3	C 05	1	Mañá C2b	bordo/ colo	gadit1	antigo nº 224	240		40	T.D.
99	1251	1987	5281	3	B 05	1	Mañá C2b	bordo	gadit1		260		42	T.D.
99	1252	1987	4090	3	C 05	1	Mañá C2b	bordo/ colo	gadit1	nº 53 in Arruda et al., 2006	200		56	P.B.
99	1253	1987	4098	3	C 05	1	Mañá C2b	bordo/ colo	gadit1	nº 59 in Arruda et al., 2006	230		50	P.B.
99	1254	1987	4095	3	C 05	1	Mañá C2b	bordo/ colo	gadit1	nº 56 in Arruda et al., 2006	240		38	P.B.
99	1255	1987	4082	3	C 05	1	Mañá C2b	bordo/ colo	gadit1	nº 48 in Arruda et al., 2006	200		43	P.B.
99	1256	1987	5581	3	B 04	1	Mañá C2b	bordo	gadit1		240		32	T.D.
99	1257	1987	5491	3	B 05	1	Mañá C2b	bordo	gadit1		230		32	T.D.
100	1258	1987	9297	3	D 06	1	Mañá C2b	bordo	gadit1		220		31	T.D.
100	1259	1987	10561	3	C 05	1	Mañá C2b	bordo	gadit1		240		32	T.D.
100	1260	1987	5527	3	C 06	1	Mañá C2b	bordo/ colo	gadit1		220		35	T.D.
100	1261	1987	4085	3	C 05	1	Mañá C2b	bordo/ colo	gadit1	nº 52 in Arruda et al., 2006	200		26	P.B.
100	1262	1987	4102	3	C 05	1	Mañá C2b	bordo	gadit1		240		30	T.D.
100	1263						Mañá C2b	bordo	gadit1					T.D.
100	1264						Mañá C2b	bordo	gadit1	nº 46 in Arruda et al., 2006				P.B.
100	1265	1987	4157	3	C 05	1	Mañá C2b	bordo	gadit1	nº 64 in Arruda et al., 2006	220		26	P.B.
100	1266	1987	4084	3	C 05	1	Mañá C2b	bordo	gadit1		220		18	P.B.
100	1267	1987	4099	3	C 05	1	Mañá C2b	bordo	gadit1		260		57	

Est.	Nº	Ano	Nº Inv.	Sector	Quad.	UE	Forma	Frag.	Fabrico	Observações	Diâm. bordo	Alt. bordo	Alt. total	Dese- nho
100	1268	1987	4089	3	C 05	1	Mañá C2b	bordo	gadit1		230		25	T.D.
100	1269	1987	2964	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		130	32	145	T.D.
100	1270	1987	5936	3	B 05	1	Classe 67	bordo/ bojo/ arr.asa	guad1		160	28	105	T.D.
100	1271	1987	7690	3	C 06	1	Classe 67	bordo/ bojo/ arr.asa	guad1		160	37	94	T.D.
100	1272	1987	5307	3	C 06	1	Classe 67	bordo/ bojo/ arr.asa	guad1		130	20	86	T.D.
101	1273	1987	2937	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		150	37	106	
101	1274	1987	2925	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		160	30	96	T.D.
101	1275	1987	2900	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		150	30	86	T.D.
101	1276	1987	2912	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		150	26	91	T.D.
101	1277	1987	5923	3	B 05	1	Classe 67	bordo	guad1		160	34	85	A.M.
101	1278	1987	2876	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		140	35	82	A.M.
101	1280	1987	2919	3	C 05	1	Classe 67	bordo	gadit1					P.B.
101	1281	1987	2934	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		160	30	53	P.B.
101	1282	1987	5921	3	B 05	1	Classe 67	bordo	guad1		140	38	77	A.M.
101	1283	1987	2939	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		150	37	68	P.B.
101	1284	1987	2903	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		160	38	78	P.B.
101	1285	1987	5536	3	C 06	1	Classe 67	bordo	guad1		140	26	47	T.D.
101	1286	1987	5926	3	B 05	1	Classe 67	bordo	guad1		170	33	60	A.M.
101	1287	2002	9216	1	360	1	Classe 67	bordo	guad1		160	33	46	T.D.
102	1288	1987	2881	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		150	27	100	P.B.
102	1289	83/88?	10239	----		----	Classe 67	bordo	guad1		150	33	101	T.D.
102	1290	1987	5542	3	C 06	1	Classe 67	bordo/ colo	guad1		160	33	96	T.D.
102	1291	1987	2913	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		160	35	88	P.B.
102	1292	1987	5913	3	B 05	1	Classe 67	bordo	guad1		150	33	61	A.M.
102	1293	1987	9270	3	D 06	1	Classe 67	bordo	guad1		140	36	76	T.D.
102	1294	1987	2938	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1	5	140	30	110	P.B.
102	1295	1987	2883	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		150	29	82	T.D.
102	1296	1987	2936	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1	2 frags.	150	34	62	P.B.
102	1297	1987	2911	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1	2 frags.	160	30	94	P.B.
102	1298	1987	2892	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		150	30	69	T.D.
102	1299	1987	5920	3	B 05	1	Classe 67	bordo	guad1		160	30	98	T.D.
102	1300	1987	5925	3	B 05	1	Classe 67	bordo	guad1		140	33	77	T.D.
102	1301	1987	5924	3	B 05	1	Classe 67	bordo	guad1		160	27	66	T.D.
102	1302	1987	10644	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		140	35	62	T.D.
103	1303	1987	5553	3	C 06	1	Classe 67	bordo/ colo	gadit1		170	28	62	T.D.
103	1304	1987	2887	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		170	28	52	T.D.
103	1305	1987	2886	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		150	33	65	T.D.
103	1306	1987	9001	3	D 05	1	Classe 67	bordo	guad1		180	36	65	A.M.
103	1307	1987	2952	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		170	36	53	A.M.
103	1308	1987	6656	3	B 05	1	Classe 67	bordo	gadit1		170	45	85	A.M.
103	1309	1987	2898	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		160	28	55	A.M.
103	1310	1987	2928	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		160	33	59	A.M.
103	1311	2002	9400	1		385	Classe 67	bordo	guad1		170	36	57	A.M.
103	1312	1987	2894	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1	2 fragmentos. cola c/ 2904	140	30	38	P.B.
103	1313	1987	2884	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		160	31	61	P.B.
103	1314	1987	5914	3	B 05	1	Classe 67	bordo	guad1		140	34	53	A.M.
103	1315	1987	5552	3	C 06	1	Classe 67	bordo/ colo	gadit1		140	25	70	A.M.
103	1316	2002	9208	1		360	Classe 67	bordo	guad1		150	25	56	A.M.
103	1317	1987	10647	3	C 06	1	Classe 67	bordo	guad1		150	28	55	A.M.

Est.	Nº	Ano	Nº Inv.	Sector	Quad.	UE	Forma	Frag.	Fabrico	Observações	Diâm. bordo	Alt. bordo	Alt. total	Dese- nho
103	1318	1987	5556	3	C 06	1	Classe 67	bordo	gadit1		140	28	50	A.M.
104	1319	1983	4940	1	F 03	1	Classe 67	bordo	guad1		150		52	A.M.
104	1320	1987	2920	3	C 05	1	Classe 67	bordo	guad1		160		37	T.D.
104	1321	1987	5563	3	C 06	1	Classe 67	bordo	guad1		150	31	38	A.M.
104	1322						Classe 67		guad1	87. 374 ?946	xx			
104	1323	1987	7594	3	C 06	1	Classe 67	bordo	gadit1		170	27	33	T.D.
104	1324	1987	6663	3	B 05	1	Classe 67	bordo	gadit1	ou oleária antiga??	160	37	39	T.D.
104	1325	2000	45	1		12	Oleária Antiga	bordo/ ar.asa	guad1		160		64	T.D.
104	1326	1987	5907	3	B 05	1	Oleária Antiga	bordo	guad1		160	31	50	A.M.
104	1327	1987	2956	3	C 05	1	Oleária Antiga	bordo	guad1		160		61	T.D.
104	1328	2000	322	1		23	Oleária Antiga	bordo	guad1		140	41	52	T.D.
104	1329	2000	7	1		11	Oleária Antiga	bordo	guad1		160	38	40	T.D.
104	1330	1987	2924	3	C 05		Oleária Antiga	bordo	guad1		160	35	43	A.M.
104	1331	1987	6665	3	B 05		Dressel 12	bordo	guad1	Arruda et al., 2006	190		42	T.D.
104	1332	2002	9403	1		385	Dressel 12	bordo	gadit1	Arruda et al., 2006	160	36	50	A.M.
105	1333	1987	6666	3	B 05		Dressel 12	bordo	gadit1	Arruda et al., 2006	150	30	53	T.D.
105	1334						Dressel 12	bordo	gadit1	Arruda et al., 2006				
105	1335	1987	9282	3	D 06		Dressel 12	bordo	gadit1	dúvida; 2 frags. Arruda et al., 2006	150	21	43	T.D.
105	1336						Dressel 12	bordo	gadit1					
105	1337	2002	8096	1		584	Greco-italica	bordo/ ar.asa	gadit1		150	36	115	A.M.
105	1338	2002	9404	1		385	Greco-italica	bordo	gadit1		150	22	54	A.M.
105	1339	1985	9361	1	F 02	3	Dressel 1	bordo	gadit1		130	30	48	A.M.
105	1340	1987	8015	3	C 05	1	Dressel 1	bordo	guad1		140	59	14	A.M.
105	1341	1987	6555	3	C 06	1	Dressel 1	bordo			160	42	82	A.M.
105	1342	1987	7920	3	C 05	1	Dressel 1	bordo	gadit1		130	43	77	A.M.
105	1343	1987	10629	3	C 05	1	Dressel 1	bordo			150	40	67	A.M.
106	1344	1987	8017	3	C 05	1	Haltern 70	bordo	guad1		170	43	52	C.V.
106	1345	1987	6556	3	C 06	1	Haltern 70	bordo	guad1		130	36	66	C.V.
106	1346	1987	7611	3	C 06	1	Haltern 70	bordo	guad1		150	41	64	C.V.
106	1347	1987	6657	3	B 05	1	Haltern 70	bordo	guad1		170	45	71	C.V.
106	1348	1987	6559	3	C 06	1	Haltern 70	bordo	guad1		150	37	52	C.V.
106	1349	1987	6402	3	B 05	1	Haltern 70	bordo	guad1		130	49	80	C.V.
106	1350	1987	6658	3	B 05	1	Haltern 70	bordo	guad1		190	67	118	C.V.
106	1351	2002	5749	1		426	Haltern 70	bordo/ ar.asa	guad1		180	45	88	T.D.
106	1352	1987	9029	3	D 04	1	Haltern 70	bordo	guad1		170	54	67	T.D.
106	1353	1987	159				Haltern 70	bordo	guad1					
106	1354	2002	9424	1		385	Haltern 70	bordo	guad1		150	42	48	C.V.
106	1355	1987	3708				Haltern 70	bordo	guad1					
106	1356	2002	9419	1		385	Haltern 70	bordo	guad1		170	40	48	C.V.
106	1357	2002	9407	1		385	Haltern 70	bordo	guad1		160	40	65	C.V.
106	1358	1985	8978	1	D 02	1	Haltern 70	bordo	guad1		160	51	72	A.M.
106	1359	1987	6660	3	B 05	1	Haltern 70	bordo	guad1		150	40	53	T.D.
107	1360	2002	9421	1		385	Haltern 70	bordo	guad1		150		57	C.V.
107	1361	83/88?	10261	----		----	Haltern 70	bordo	guad1					T.D.
107	1362	1987	9024	3	D 04	1	Haltern 70	bordo	guad1					
107	1363	1987	9275	3	D 06	1	Haltern 70	bordo	guad1	lado este do muro	160	41	113	C.V.
107	1364	1988	10068	3	F 06	1	Haltern 70	bordo	guad1		160	44	106	T.D.
107	1365	2002	9405	1		385	Haltern 70	bordo	guad1		160	53	65	C.V.
107	1366	2000	1368	1		sup	Haltern 70	bordo	guad1		120	24	45	
107	1367	2002	5000	1		373	Haltern 70	perf. inc.	guad1		xx			
108	1370	1986	5241	1	F 02	1	Haltern 70	bordo	guad1		190	67	76	C.V.
108	1371	1987	9425	3	D 05	1	Haltern 70	bordo	guad1					T.D.

Est.	Nº	Ano	Nº Inv.	Sector	Quad.	UE	Forma	Frag.	Fabrico	Observações	Diâm. bordo	Alt. bordo	Alt. total	Dese- nho
108	1372	1985	10095	1	F 01	1	Haltern 70	bordo	guad1		160		43	T.D.
108	1373	1987	7909	3	C 05	1	Dressel 7/11	bordo/ bojo/ arr.asa	gadit1		170	51	116	C.V.
108	1374	1987	7911	3	C 05	1	Dressel 7/11	bordo	gadit1		190	43	95	C.V.
108	1375	1987	6653	3	B 05	1	Dressel 7/11	bordo	gadit1		160	41	50	C.V.
108	1376	1987	6655	3	B 05	1	Dressel 7/11	bordo	gadit1		170	54	66	C.V.
108	1377	1987	7456	3	C 06	1	Dressel 7/11	bordo	gadit1		160	43	61	C.V.
108	1378	2000	121	01.1		6	Dressel 7/11	bordo	guad1		120		51	T.D.
108	1378	2001	1916	1		109	Dressel 7/11	bordo	gadit1		170	28	60	C.V.
108	1379	2001	1918	1		109	Dressel 7/11	bordo	gadit1		180	30	69	C.V.
108	1379		4086			1	Dressel 7/11	bordo	guad1	nº 106 in Arruda et al., 2006				C.V.
108	1380	2002	9207	1		360	Dressel 7/11	bordo	gadit1		170	55	75	C.V.
108	1381	2000	4359	1		109	Dressel 7/11	bordo	gadit1		Indet.	36	51	C.V.
108	1382	1987	7921b	3	C 05	1	Dressel 7/11	bordo	gadit1		190	39	73	T.D.
109	1383		7819				Dressel 7/11	bordo	gadit1		180	45	50	C.V.
109	1384	1987	4745	2	A 01	1	Dressel 7/11	bordo	gadit1		Indet	28	33	C.V.
109	1385	1987	6667	3	B 05	1	Dressel 7/11	bordo	gadit1	produção Bética Costeira; Dúvida	150	21	49	T.D.
109	1386	2001	2630	1		109	Dressel 7/11	bordo	gadit1		Indet.	40	44	C.V.
109	1387	2000	46	1		12	Dressel 14	bordo	gadit1		170		65	T.D.
109	1388	2000	48	01.1		5	Dressel 14	bordo	gadit1		160		62	A.M.
109	1389	1983	4809	1	E 03	1	Dressel 14	bordo	gadit1		170		76	T.D.
109	1390	2000	63	1		Limp.	Dressel 14	bordo	guad1	nº 109 in Arruda et al., 2006	170		51	C.V.
109	1391	2002	9408	1		385	Dressel 14	bordo	guad1		120		44	T.D.
109	1392	2000	59	1		Limp.	Dressel 14	bordo	guad1		130	25	36	T.D.
109	1393	1987	7588	3	C 06	1	Beltrán II A	bordo	gadit1		170	29	29	C.V.
109	1394	1987	6479	3	C 06	1	Beltrán II A	bordo	gadit1		170		29	C.V.
109	1395	2002	9206	1		360	Beltrán II B	bordo	gadit1		220		33	C.V.
109	1396	2000	95	01.1		6	Beltrán II B	bordo	gadit1		250		27	C.V.
109	1397	2002	9209	1		360	Beltrán II B	bordo	gadit1		200		44	C.V.
109	1398	2002	9204	1		360	Beltrán II B	bordo	gadit1		230		26	C.V.
110	1399	1987	7642	3	B 04	1	Dressel 20	bordo	guad1		170		101	T.D.
110	1400	2002	9402	1		385	Dressel 20	bordo	guad1		170	47	74	C.V.
110	1401	1987	9003	3	D 05	1	Dressel 20	bordo/ ar.asa	guad1		130		76	T.D.
110	1402	2002	9214	1		360	Dressel 20	bordo	guad1		150	39	54	C.V.
110	1403	2000	43	01.1		5	Dressel 20	bordo	guad1		150	42	52	T.D.
110	1404	1984	8308	1	C 05	1	Dressel 20	bordo	guad1	ou Haltern 70 (?)	150	43	54	C.V.
110	1405	2002	8939	1		Limp.	Dressel 20	bordo	guad1		200	35	66	A.M.
110	1406	1987	6649	3	B 05	1	Dressel 20	bordo	guad1	2 frags	146		69	
110	1407	2001	4081	1		sup	Dressel 20	bordo/ ar.asa	guad1		140	33	88	T.D.
110	1408	2002	9414	1		385	Dressel 20	bordo	guad1		140	36	72	A.M.
110	1409	2002	9211	1		360	Dressel 20	bordo	guad1		160	31	50	A.M.
110	1410	2002	7047	1		sup	Dressel 20	bordo	guad1		170		40	T.D.
110	1411	1983	4650	1	E 03	1	Dressel 20	bordo	guad1		140	40	43	A.M.
110	1412	2002	7184	1		385	Dressel 20	bordo	guad1		150		37	A.M.
110	1413	2002	9416	1		385	Dressel 20	bordo	guad1		130		40	T.D.
110	1414	2002	4930				Dressel 20	bordo	guad1		xx			
111	1415	2002	9409	1		385	Pascual 1	bordo	Tarraco- nense	Tarraconense; 2 frags.	130	76	97	A.M.
111	1416	1984	8843	1	F 02	4	Dressel 14	bordo	lusit		240		100	
111	1417	1983	4349	1	F 03	3	Dressel 14	bordo	lusit		160		46	
111	1418	83/88	8983				Alm 50 / Keay XVI	bordo	gadit1		170		77	
111	1419	2002	9526	1		385	Almagro 51 C	bordo	gadit1		110	22	39	T.D.

#### 2.2.3.4. A cronologia de ocupação e a dinâmica evolutiva de *Baesuri*

Ao contrário dos dois núcleos urbanos analisados anteriormente, o Castelo de Castro Marim integrou um Projecto de Investigação arqueológica plurianual, sob direcção da Doutora Ana Margarida Arruda. Dispomos, por isso, de um conjunto de informações retirado do registo arqueológico, que apenas se obteve parcialmente nos restantes locais estudados. Por outro lado, a ausência de informações epigráficas e a escassez de referências das fontes escritas acerca do estatuto desta povoação, cuja ocupação remonta ao séc. IX a.C., tornam os dados arqueológicos recolhidos no local nas principais fontes para o conhecimento da *Baesuri* romana. Aliás o topónimo correcto é *Baesuri*, visto que a designação *Esuri*, que resultava de uma leitura errada das fontes e moedas, já se provou incorrecta e que o termo *Baesuri* não se encontra em nenhuma fonte (Guerra, 1998, p. 325).

Sem qualquer menção em Estrabão ou Plínio, mas identificada no Itinerário de Antonino como parte integrante da via que seguia para *Ossonoba*, passando por *Balsa*, *Baesuri* foi inicialmente situada por Estácio da Veiga em Ayamonte. Foi já no séc. XX, que a sua identificação com os vestígios recuperados em Castro Marim ganhou peso e se fixou definitiva e inquestionavelmente, também devido aos achados arqueológicos do período republicano, aí recuperados (Arruda e Gonçalves, 1993, p. 462).

A localização da ceca de *Baesuri* neste local é hoje igualmente pacífica, mas o significado que V. Mantas atribuiu a esta e às restantes cunhagens do sul da Hispânia tem sido objecto de contestação. Efectivamente, segundo este investigador, a maior parte das povoações romanas do Algarve teria tomado o partido pompeiano, na Guerra Civil que opôs Pompeu a César (49-44 a.C.) (Mantas, 1997a, p. 286). Este factor teria pesado na reorganização augustana, constituindo mesmo um aspecto determinante na queda e no abandono de *Baesuri* e teria justificado ainda a fraca presença dos *Iulii* no território algarvio. A datação das cunhagens de *Baesuri* em época posterior aos finais do séc. I a.C., constitui um dos mais fortes argumentos de A. Faria, contra a tese de V. Mantas. Efectivamente, como já se referiu, existem vários elementos a favor desta cronologia. O facto de uma das moedas ser uma recunhagem sobre um exemplar de *Salacia*, esse sim datável de 45-44 a.C., constitui argumento de peso para uma datação dos finais do séc. I a.C. ou mesmo os inícios do século seguinte (Faria, 1995 ; 1997, p. 362). O outro argumento, que aceitava a leitura da legenda de um dos exemplares, proposta por Mowat (1900, p. 17-24): *M(arcus) ANT(oni)us ANT(ullus) ET CONL(egae)*, caiu entretanto, pois actualmente afasta-se a possibilidade da sigla do nome do magistrado seguir este desdobramento. De facto, considera-se que seria no mínimo questionável colocar o nome do filho de um banido, M. António, ao que virá a ser magistrado (Faria, 1995, p. 143). Admitiu-se, portanto, posteriormente, que o nome do magistrado poderia ter sido M. An(nius) Ant (Faria, 1999, p. 264), aspecto que outros investigadores vieram também a considerar (Amela, 2004).

Independentemente da discussão acerca da cronologia das cunhagens das moedas de *Baesuri*, o facto é que a existência de uma legenda com um magistrado coloca o núcleo urbano de *Baesuri*, no quadro administrativo da *Ulerior*, enquanto *oppidum estipendiarium*.

Segundo F. Chaves Tristán, a existência destes magistrados aponta para um tipo de organização em que as comunidades indígenas possuíam um senado indígena, no que constitui uma fórmula de adaptação do conceito básico de magistratura, que modelam à sua realidade (1998, p. 158). Segundo a investigadora espanhola, estes magistrados podem ser membros de famílias de origem Itálica e que se estabeleceram na *Hispania Ulerior*. Pela sua posição económica dominante introduziram-se nas elites locais e na estrutura do poder (Chaves Tristán, 1998, p. 158).

Neste mesmo sentido se pronunciara já A. Faria, contrariando V. Mantas que considerava *Baesuri* como uma aglomeração secundária do território de *Balsa*. Efectivamente, segundo refere



o primeiro “(...) a atestação de pelo menos uma magistratura nesta cidade a partir das últimas décadas do século I a.C. confere grande verosimilhança à inclusão de *Baesuri* entre os nove *oppida stipendiaria* da Lusitânia cujos nomes Plínio não menciona” (Faria, 2006, p. 241).

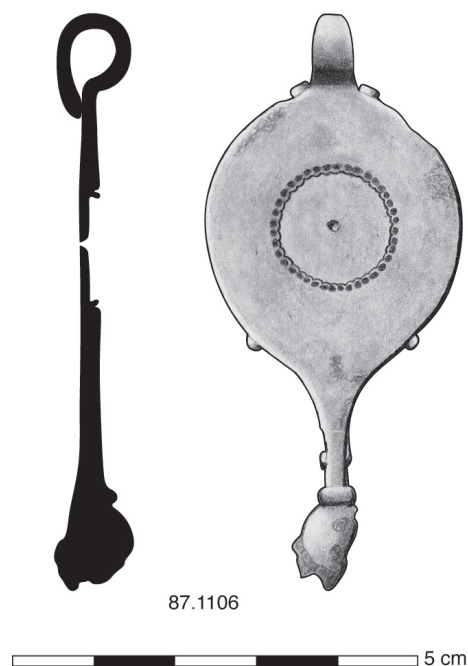
O estudo recente do conjunto de objectos metálicos, realizado por T. Pereira, proporcionou novos dados que são demonstrativos da relevância de Castro Marim, do ponto de vista administrativo (2008). Referimo-nos em particular à identificação, entre o espólio metálico, de uma “caixa de selos” datável do séc. I d.C. (Pereira, 2008, p. 107-112) (**Figura 76**). Segundo a autora deste estudo, este objecto remete para a existência de correspondência de carácter militar entre Castro Marim e, possivelmente, um posto militar afastado (Pereira, 2008, p. 111). Trata-se, em nosso entender, de mais uma prova da existência de comunicação ou correspondência de carácter oficial ou institucional, o que é compatível com o estatuto de eventual *oppidum stipendiarium* que defendemos para este núcleo urbano.

Os dados arqueológicos sobre a ocupação de Castro Marim nos primórdios da ocupação romana apontam para que tenha sido a área do Forte de S. Sebastião a que recebeu primeiramente as populações romanas. Efectivamente, nas sondagens arqueológicas realizadas neste Forte seiscentista, enquadradas numa intervenção que teve lugar recentemente, integrada nos trabalhos de recuperação deste monumento, identificaram-se níveis arqueológicos que continham cerâmicas, como a cerâmica campaniense A, portanto enquadáveis nos momentos mais recuados da presença romana neste território, séc. II a.C. Contudo, não se registaram vestígios de continuidade de ocupação em fase posterior (Arruda e Pereira, 2008).

Ainda que relativamente raros, os materiais correspondentes a esta fase encontram-se igualmente na área do Castelo de Castro Marim, mostrando que os contactos do *oppidum* indígena com a população romana teve lugar, igualmente, em fase recuada durante o séc. II a.C.

Segundo A. M. Arruda e C. Pereira “O Castelo de Castro Marim, tendo estado ocupado no séc. II a.C., aspecto que se depreende pela presença de uma ânfora greco-italica, escassa campaniense A e paredes finas, só na segunda metade do séc. I a.C. se romanizou definitivamente. Paralelamente, assiste-se à ocupação da área do Forte de S. Sebastião no séc. II a.C. (meados da segunda metade do séc. II a.C.) e ao seu posterior abandono, sendo que a área onde se encontrava o *oppidum* pré-romano, no Castelo de Castro Marim, é que foi posteriormente objecto de integração do *oppidum* estipendiário no quadro administrativo da *Ulterior*” (Arruda e Pereira, 2008).

Apesar da reduzida área escavada no Forte de S. Sebastião, foi possível identificar estruturas relativas aos momentos iniciais da ocupação romana. Mesmo sendo significativamente maior, não foram documentadas estruturas republicanas do séc. II a.C., na área do Castelo de Castro Marim. Efectivamente, pertencem ao período tardo republicano um conjunto de muros e depósitos associados, que foram datados entre 50 e 30 a.C. Referimo-nos às estruturas detectadas no corte 3, constituídas por paredes de *opus caementicium* que formavam um amplo compartimento. O abundante conjunto de cerâmicas aí recuperado foi interpretado como lixeira, tendo forneci-



**Figura 76 – Tapa de selagem em bronze, segundo Pereira (2008). (Desenho de C. Pereira).**

do um vasto conjunto de materiais entre ânforas e cerâmica comum de âmbito local/regional e importadas, assim como cerâmicas finas, como a campaniense B de Cales, a cerâmica de paredes finas itálica e apenas uma peça de *terra sigillata* de tipo itálico.

Já em diversas ocasiões neste trabalho, salientámos a importância deste contexto arqueológico, que forneceu um quadro muito claro do consumo de produtos alimentares e de cerâmicas finas na segunda metade do séc. I a.C. (entre 50 e 30 a.C.) no Castelo de Castro Marim. Na verdade, no que se refere aos produtos alimentares transportados em ânforas verifica-se que a totalidade dos materiais analisados foram importados, não se tendo identificado nenhum contentor de produção local /regional. Deve referir-se, a este propósito que foram identificados, em Castro Marim, alguns fragmentos de ânforas da forma D de Pellicer, que mostram terem sido sujeitos a elevadas temperaturas e que foram associados a uma possível produção local em época pré-romana (Arruda, 1997, p. 108; Arruda et al., 2006). No entanto, não existe evidência de que se tenham fabricado quaisquer ânforas, em período republicano, podendo mesmo dar-se o caso de estes fragmentos terem adquirido este aspecto fruto do seu contexto pós-deposicional (Arruda et al., 2006, p. 171). Por outro lado, constatou-se que a esmagadora maioria dos recipientes republicanos é provenientes da *Ulerior* e, o seu conteúdo mais provável terá sido os preparados piscícolas. A área costeira da *Ulerior* ou região gaditana foi responsável pelo abastecimento de parte significativa destas ânforas a *Baesuri*, como sucedeu, por exemplo, com as ânforas que seguem ainda modelos púnicos, como se verifica com o tipo Mañá C2b (23.7%), e Castro Marim 1 (21.4%).

As ânforas da Classe 67, que seguem um modelo já romanizado, constituem, no entanto, o lote mais numeroso neste conjunto originário da *Ulerior* (30.2%), sendo o seu fabrico atribuível às produções do vale do Guadalquivir. Não sendo impossível que este tipo de ânfora tenha sido utilizado para o transporte de outros produtos alimentares, como vinho ou azeite produzidos no vale do Guadalquivir, a sua identificação com o transporte de preparados piscícolas, no que se refere aos exemplares de Castro Marim, foi já defendida (Arruda et al., 2006). Os argumentos a favor deste conteúdo prendem-se, entre outros aspectos, com o facto de se terem encontrado, neste contexto tardo-republicano, um conjunto de opérculos provenientes da área costeira da *Ulerior*. Assim, foi defendido que os recipientes teriam sido transportados vazios do vale do Guadalquivir para a região costeira, onde teriam recebido os preparados piscícolas, sendo posteriormente seladas as ânforas com os opérculos produzidos na costa (Arruda et al., 2006).

As primeiras importações de ânforas do tipo Haltern 70, originárias do vale do Guadalquivir e que transportaram produtos da uva como o *defrutum*, também estão presentes desde épocas bastante recuadas, como se comprovou pela sua presença no contexto datado entre 50 e 30 a.C. Da mesma origem, encontram-se também representadas ânforas que terão transportado azeite, as oleárias antigas.

A integração comercial, económica e cultural desta região, e de *Baesuri*, em particular, na *Ulerior*, e mais especificamente na região gaditana, encontra-se também patente na importação de cerâmica comum de pastas claras, cuja produção se atribui igualmente à mesma área. No contexto arqueológico datado de 50-30 a.C., esta cerâmica comum de pasta calcária encontra-se particularmente bem representada. Existe um conjunto de formas de uso doméstico utilizadas em funções de armazenamento e transporte de alimentos (*potes* e *dolia*), na preparação de alimentos (almofarizes e alguidares), e, sobretudo, de consumo de alimentos (taças e jarros), entre outras. A esmagadora maioria destas cerâmica tem a sua origem, como já referimos, na área gaditana, seguindo uma tradição que se encontra enraizada no sítio desde a Idade do Ferro (Arruda, 2000; Sousa, 2005). Além da cerâmica comum, encontra-se igualmente um conjunto de recipientes que têm a sua origem nas produções do vale do Guadalquivir. Trata-se, sobretudo, de grandes recipientes de armazenamento, mas outras formas encontram-se também representadas, como tampas, tigelas e almofarizes, entre outras.

O vinho itálico encontra-se igualmente presente no conjunto de ânforas de Castro Marim, embora representado por uma reduzida percentagem (2.8%). Trata-se de um exemplar de uma ânfora do tipo greco-italico tardio, descontextualizada, de alguns exemplares de ânforas Dressel 1 e de um conjunto de recipientes da forma Lamb. 2. Correspondem a ânforas que transportaram vinho de regiões distintas da costa italiana. Por um lado, as Dressel 1, mais numerosas, são originárias da costa tirrénica, enquanto que as Lamb. 2, que são pouco mais de metade das anteriores, são oriundas da costa adriática. Relacionámos o maior equilíbrio registado em Castro Marim entre as ânforas itálicas provenientes das duas regiões: costa tirrénica e adriática, com um contexto mineiro de Cartago Nova, onde se detectou um padrão de consumo em que as ânforas itálicas da costa adriática são maioritárias e associámos este padrão igualmente ao papel que Castro Marim poderá ter desempenhado no escoamento dos recursos mineiros do Concelho de Alcoutim ou da região de Mértola (S. Domingos).

A relativa escassez de ânforas itálicas em Castro Marim explica-se, pelo menos em parte, pelo facto de se tratar de um contexto relativamente tardio, o que contrasta, por exemplo, com a realidade observada em Faro, onde estas ânforas são bastante mais frequentes. Por outro lado, não pode deixar de se referir que a importação de produtos itálicos constituiu uma realidade neste período, sobretudo no diz que respeito às cerâmicas finas.

A cerâmica que classificámos como campaniense B de Cales é relativamente abundante, como se constatou (*vide supra* **Campaniense de Castro Marim**), detectando-se igualmente no inventário, a cerâmica de paredes finas e a cerâmica comum também itálicas. Assiste-se, portanto, à fase final das importações anfóricas da costa tirrénica e ao pleno da importação da campaniense B de Cales, proveniente do Norte da Campânia, assim como da cerâmica de paredes finas etruscas e da cerâmica comum da região do Lácio/Campânia. Entre a cerâmica campaniense, assinala-se também um conjunto de produções de pasta e engobe cinzentos, alguns dos quais se podem assimilar às produções originárias do vale do Guadalquivir e que se inspiram em formas do repertório itálico.

O conjunto anfórico completa-se com a presença de três exemplares de ânforas oleícolas originárias da Tripolitania.

Se o conjunto dos dados disponíveis permite uma visão bastante clara do consumo de alimentos transportados em ânforas e das cerâmicas durante a fase final do período republicano, o mesmo não se pode dizer acerca das componentes que formariam este núcleo urbano. Além do conjunto de estruturas identificadas no corte 3, formando compartimentos, que podem corresponder a estruturas de habitação, não foi possível ainda encontrar a necrópole correspondente a este período, nem, aliás a qualquer outro.

São relativamente escassos os contextos arqueológicos correspondentes ao período Alto Imperial, no Castelo da Castro Marim. Correspondem a um conjunto de níveis arqueológicos detectados no decurso das campanhas de escavação de 2002 no sector 1, nos quais, sob níveis modernos, se detectou um conjunto de estratos associados a pisos de ocupação, datáveis da primeira metade do séc. I. O estado de conservação destes níveis não permitiu apontar uma funcionalidade concreta para esta área. No entanto, a presença de determinado conjunto de objectos cerâmicos, que, além de uma função doméstica pode ter sido também ritual, levaram-nos a propor que esta área tivesse tido uma atribuição religiosa. Referimo-nos, concretamente, à associação de um recipiente de cerâmica comum, um aspersório perfurado na base e um pequeno prato, a um exemplar completo do tipo Haltern 70 e a um prato de *terra sigillata* sudgálica da forma Drag. 15/17, igualmente de perfil completo. Esta unidade estratigráfica foi definida como um derrube no interior de um compartimento, local onde se encontraram ainda objectos de ferro, um numisma, diversos fragmentos de cerâmica comum, cerâmica de paredes finas e fragmentos de lucernas. Esta dedução, bastante arriscada, prende-se igualmente com o carácter religioso que toda esta

área conheceu, desde épocas remotas da Idade do Ferro (séc. VI a.C. ) até ao período moderno, altura em que terá sido edificado nesta área do Castelo, uma capela. A estes argumentos junta-se ainda um consumo fora do habitual, pela sua quantidade, de produtos vínicos originários do vale do Guadalquivir, transportados em ânforas do tipo Haltern 70, que, como se verá *infra*, poderão constituir um indicador deste tipo de funcionalidade.

Podemos presumir que o sistema viário já se encontraria estabelecido no troço entre *Balsa* e *Baesuri*, apesar de não dispormos de dados directos a este respeito. Efectivamente, através da presença do marco miliário de Bias do Sul (que assinala a passagem da via entre *Ossonoba* e *Balsa* e que se data do período dos Júlio-Cláudios), pode deduzir-se que essa via seguia mais para oriente, como mais tarde o Itinerário de Antonino virá a indicar.

Apesar de constituir uma hipótese ainda a necessitar confirmação, parece-me possível admitir que este núcleo urbano terá disposto de uma muralha, cuja cronologia poderá remontar ainda à Idade do Ferro (Arruda e Freitas, 2008, p. 431) e que terá sofrido posteriormente remodelações, já durante a época romana. A posição vantajosa que o sítio ocupa, de elevado valor estratégico, seria assim reforçada com uma estrutura defensiva, o que é relativamente comum em sítios com este tipo de implantação.

Ainda que os conjuntos de cerâmicas datáveis do Alto Império sejam menos numerosos que os tardo republicanos, eles permitem verificar que, longe de decadente, o sítio permaneceu com uma intensa actividade até ao momento do seu abandono, nos finais do séc. I, inícios do séc. II. Esta é a imagem que retiramos do estudo da *terra sigillata*, que, se excluirmos a ausência das produções norte africanas, apresenta um perfil idêntico ao de outros núcleos urbanos como *Balsa* e Faro, aspecto que será devidamente evidenciado (*vide infra* **Gráfico 31**).

Efectivamente, e tal como em Faro, o consumo de *terra sigillata* de tipo itálico em Castro Marim mostra uma continuidade das importações, que teve o seu início com a cerâmica campaniense. Apesar de estarem presentes alguns exemplares de cronologia mais antiga, foi durante a fase final do reinado de Augusto e durante o de Tibério que as importações itálicas se intensificaram. É ainda durante o período tiberiano, mesmo que timidamente, que se começou a registar a presença de *terra sigillata* oriunda do Sul da Gália. Durante a primeira metade do séc. I, será a cidade de *Celti* a responsável pelo abastecimento de *terra sigillata* hispânica de tipo Peñaflor a Castro Marim.

Na segunda metade do séc. I, o núcleo urbano de *Baesuri* mantém-se com intensa actividade, e, a julgar pela proporção de importações sudgálicas que se atribuíram ao período Flávio, este parece constituir um momento áureo das importações de *terra sigillata*. A presença de *sigillata* oriunda das oficinas do interior da Hispânia é também uma realidade, com a presença de *sigillata* hispânica originária do vale do Guadalquivir (Andújar) e do vale do Ebro (Tricio), embora esta categoria de *sigillata* nunca chegue a impor-se nos mercados algarvios com grande vigor, devido à posição que os produtos sudgálicos mantêm. Por outro lado, em Castro Marim, o súbito abandono do sítio, em finais do séc. I ou inícios do séc. II, ajuda a explicar a fraca percentagem destas produções. De referir igualmente que, devido ao abandono do local, não chega a registar-se em Castro Marim, ao contrário do que sucede nas restantes cidades estudadas, a introdução nos mercados dos produtos norte africanos, como a *sigillata* clara A, ou a cerâmica de cozinha africana, tão comum em Faro e *Balsa*, e que parece ser uma realidade dos finais do séc. I e inícios do séc. II, e, muito menos, os produtos alimentares transportados em ânforas.

O estudo da *terra sigillata* permitiu verificar que, num momento que situamos nas últimas décadas do séc. I ou mesmo nas primeiras décadas do séc. II, a área do Castelo foi abandonada, subitamente, sem que se tenha registado um progressivo decair das importações que tivesse culminado com o cessar definitivo das mesmas. Assiste-se, posteriormente, à presença de materiais tardios que documentam episódios isolados e que não são testemunho de uma ocupação continuada durante o período Baixo Imperial.



Ao contrário das cerâmicas finas, que registam valores muito significativos durante o período tardo republicano e alto imperial, o consumo de alimentos transportados em ânforas é significativamente menor, quando comparado com o registado na fase final da República. Contudo, as ânforas alto imperiais correspondem a um conjunto numeroso (mais de 100 exemplares), que permite reconhecer alguns aspectos do consumo de produtos alimentares na *Baesuri* deste período.

A vizinha província da Bética mantém-se como principal centro abastecedor a Castro Marim, mas assiste-se a uma maior diversidade de produtos comercializados. Os preparados piscícolas representam 32% das ânforas, não atingindo os valores mais elevados que se encontraram nas restantes cidades estudadas. Efectivamente, o peso das ânforas Haltern 70 apresenta um valor “anormal”, correspondendo a metade do total da amostra. As ânforas oleárias béticas encontram-se igualmente representadas, e a sua percentagem apresenta-se dentro dos parâmetros típicos das cidades algarvias estudadas, nomeadamente *Ossonoba* ou *Balsa*. Não estranhámos a escassez de importações de carácter local/regional lusitanas, uma vez que estes recipientes estão ausentes do conjunto ossonobense, sendo estas ânforas também muito raras na cidade de *Balsa*, durante o Alto Império.

Apesar de menos numerosas, as ânforas piscícolas originárias da região gaditana formam um conjunto bastante diversificado, no que diz respeito aos tipos representados. A ânfora da forma Dressel 7/11 é a mais frequente, logo seguida da Beltrán IIB, encontrando-se igualmente os tipos Beltrán IIA e Dressel 14.

Originárias do vale do Guadalquivir, as ânforas Haltern 70 mostram um abastecimento muito significativo de produtos relacionados com a uva (*defrutum*), fenómeno que constitui uma originalidade do conjunto castro marinense. Como já se assinalou anteriormente, a importação deste tipo de ânforas iniciou-se ainda na fase final do período republicano. A distribuição cronológicas destas importações, analisada a partir da configuração dos bordos, mostra que o consumo da maior parte destes recipientes teve lugar durante Augusto e Tibério, dando continuidade às importações anteriores, tardo-republicanas. Os dados apontam para uma continuidade das importações até ao período Flávio, mas, neste momento, correspondem a escassos exemplares. Avancámos a possibilidade de se estar perante um consumo relacionado com aspectos religiosos, argumento que assentava essencialmente, na existência de um contexto arqueológico, em que, além de objectos relacionados com um consumo doméstico, se recuperou um unguentário perfurado na base associado a um pequeno prato, a que atribuímos a uma função ritual.

A distribuição cronológica do consumo de produtos oleários transportados em ânforas do tipo Dressel 20, igualmente originárias do vale do Guadalquivir, é idêntica à que se observou para as Haltern 70. Assim, encontram-se, sobretudo, exemplares cuja variante do bordo permite uma atribuição às fases mais antigas da produção (de Augusto e Tibério). Estas parecem dar continuidade às importações que já se registavam em período tardo republicano, como ficou claro pela presença de algumas oleárias antigas no contexto datado entre 50 e 30 a.C. Apenas se identificou um exemplar de época Flávia e as variantes que correspondem às importações do séc. II, assim como as sucessoras das Dressel 20, as Dressel 23, encontram-se ausentes, o que se ficou a dever ao abandono do sítio neste período. O aspecto que consideramos mais difícil de explicar prende-se com a escassez do tipo Dressel 20 e também de Haltern 70 Flávias, num momento em que as importações de *sigillata* sudgálica se encontram no seu auge. Este fenómeno, aparentemente contraditório, em que se regista um comportamento divergente entre a importação de cerâmicas finas e de produtos alimentares transportados em ânforas é difícil de explicar. A hipótese de se terem modificado as funções que esta área detinha anteriormente pode ser colocada, mas não explica a manutenção do consumo de *terra sigillata* sudgálica.

O conjunto anfórico alto imperial de Castro Marim inclui ainda um raro e único exemplar de ânfora originária da Tarraconense, da forma Pascual 1, cujo fabrico é compatível com as produções da actual Catalunha.

Como se verificou, todas as ânforas encontradas no Castelo de Castro Marim em época imperial correspondem a produções da Península Ibérica. Não se registam quaisquer importações africanas, que, sendo raras neste período, ocorrem em Faro e em Balsa, o mesmo sucedendo com as ânforas vinárias da Gália do tipo Gauloise 4, que, não sendo também muito numerosas, se encontram assinaladas nas restantes cidades algarvias estudadas. Como já se referiu, as produções lusitanas estão ausentes do Castelo de Castro Marim e de Faro e são muito escassas em Balsa. A este respeito deve referir-se que, exactamente nesta região, está bem atestada a produção anfórica no Alto Império. Por um lado, regista-se o forno de ânforas de Olhos S. Bartolomeu de Castro Marim, que se localiza na extremidade do esteiro da Carregueira, que derivava do Guadiana, e muito possivelmente seria navegável na Antiguidade. Trata-se de uma produção onde se identificou o que foi designado como uma variante tardia do tipo Dressel 14 (Fabião, 2004a), sendo possível que também aí tivessem sido produzidas ânforas em período tardio. Por outro lado, os dados conhecidos acerca do sítio da Manta Rota apontam para que se trate de um centro produtor, onde se registou sobretudo a produção de ânforas Dressel 14 datáveis de meados do séc. I d.C., podendo ter sido também produzido o tipo Almagro 51c, já no Baixo Império (Viegas, 2006b).

Durante o período baixo imperial, assiste-se à utilização esporádica do Castelo, em moldes que desconhecemos. Testemunho deste fenómeno, são os dois exemplares de *terra sigillata* clara A da forma Hayes 9A, cuja cronologia se estende desde finais do séc. I até aos meados do séc. II, e fragmentos indeterminados de clara C e D, datáveis do séc. III a V, assim como duas peças de *sigillata* Luzente, de idêntica cronologia. A cerâmica de cozinha africana encontra-se representada por apenas dois fragmentos, o que constitui um dado muito relevante para a compreensão da difusão e comercialização deste tipo de produtos, no actual território algarvio.

Acompanhando estes materiais, estão dois bordos de ânforas tardias, originárias da vizinha Bética. Trata-se de um exemplar de uma Almagro 50 /Keay XVI e de uma Almagro 51c.

Apesar de considerarmos que o Castelo de Castro Marim foi abandonado ainda durante o Alto Império, não podemos deixar de levantar a hipótese, que consideramos remota, de outras áreas do Castelo que nunca foram objecto de escavação terem tido uma ocupação em época tardia em moldes que desconhecemos. Contudo, deve referir-se que, mesmo não tendo sido objecto de intervenção, a cerâmica mais tardia que foi possível recolher à superfície, em diferentes áreas do Castelo, pertence ao período romano imperial, registando-se posteriormente materiais datáveis de época medieval/moderna.

Não se pode procurar apenas um motivo para o abandono da área do Castelo de Castro Marim, mas sim um conjunto de factores que fizeram com que este núcleo urbano visse o seu percurso interrompido, tornando-se em mais um exemplo de “cidade falhada”, no período romano. Devemos ter presente que a ocupação romana se manteve em áreas próximas do Castelo, possivelmente mais próximas da área portuária. Não se pode, no entanto, falar de uma transferência do núcleo urbano para uma destas áreas, pois ainda nunca foram identificados vestígios nesta parte baixa da actual Castro Marim. Porém, esta é uma hipótese que não deve ser completamente afastada.

Não podemos esquecer que a cidade é referida no séc. II, no Itinerário de Antonino, como povoação por onde passavam duas importantes vias, parte integrante do sistema viário desta região. Por um lado, servia a via que ligava, para ocidente, a cidade de Balsa à cidade de Ossobona, e, por outro, constituía ponto de partida da via que ligava à sede do *conventus*: Pax Iulia, via *per compendium*, que seguia paralela ao Guadiana e que servia igualmente Mértola.



As fontes árabes referem-se a Castro Marim ainda como porto, e, como destacou V. Mantas, Al- Himiarimi menciona a existência de ruínas atribuídas à época de Diocleciano (1997b, p. 293). A área portuária de Castro Marim situava-se, ainda no séc. XIX, no chamado “bairro da Ribeira, ao sopé do castello” (Leal, 1874, p. 209), chegando as embarcações, desde o Guadiana, através do Esteiro da Lezíria. Nas férias da Páscoa de 1895, é ainda de barco que Leite de Vasconcelos chega a Castro Marim, numa das suas “excursões archeologicas”, entusiasmando-se com o movimento que o porto ainda tinha, refere: “O movimento do caes, a alegria do local, as aguas historico-arqueologicas do rio, e principalmente a minha imaginação, que andava repleta de cousas antigas, tudo me punha deante dos olhos naquella occasião a epocha em que das *naves onerariae* desembarcavam os *mercadores* romanos, que vinham buscar os nossos figos e o nosso atum, tão gabado por Estrabão, e em troca deixavam pelas cidades do Algarve os lindos vasos samios historiados, [*terra sigillata*], que ainda lá apparecem a cada passo aos bocados, pelos campos, e cujos restos eu sempre procuro com tanta cobiça, quando ando nas minhas pesquisas archeologicas!” (Vasconcelos, 1900, p. 246).

Desconhece-se qual seria o local do porto durante a Idade do Ferro e mesmo durante a época romana. A situação geográfica de Castro Marim, junto ao sapal, por onde se abrem diversos esteiros que comunicam com o Guadiana, constitui um elemento fortemente condicionador da evolução do povoamento da região. Efectivamente, desconhecemos, em pormenor, qual seria a configuração da envolvente do Castelo, durante a Antiguidade. A relativa facilidade com que se pode ter alterado o traçado e percurso destes esteiros pode justificar que a localização do porto tenha sido, na Antiguidade, na vertente oriental do Castelo. Estes fenómenos geológicos encontram-se pouco estudados, sobretudo nesta área da costa algarvia, sendo possível que as eventuais modificações registadas tenham constituído uma das causas do abandono do Castelo, nos finais do séc. I e inícios do séc. II.

Outros aspectos de natureza muito diversa podem ter provocado o abandono desta área. Assim, depois de uma fase de consolidação da ocupação do território por parte das populações romanas, o papel estratégico da antiga *Baesuri* perdeu o seu significado. A dificuldade de obtenção de água, num local elevado como a área do Castelo, e que não dispõe de fontes naturais, pode ter constituído um factor importante, uma vez que qualquer cidade necessitaria de grandes quantidades de água não só para consumo directo, mas também para servir um conjunto de equipamentos, como balneários públicos e privados.

A proximidade entre os três núcleos urbanos no território algarvio central e oriental constitui outro factor a considerar. Efectivamente, devemos ter consciência de que estas cidades e os territórios que exploravam competiam entre si. Neste caso, a proximidade de *Balsa*, cidade que se encontrava servida por um porto marítimo, de fácil acesso, pode ter constituído um factor que favoreceu o desenvolvimento de *Balsa* em detrimento de *Baesuri*.

Pode relacionar-se igualmente, ainda que de forma indirecta, a ascensão e queda de *Baesuri* com a comercialização de metais oriundos da região mineira de S. Domingos ou do actual concelho de Alcoutim. Parte do papel que a cidade deteve no período romano republicano pode ter-se relacionado com o controlo do escoamento destes metais, que partiam do porto de Mértola e, sendo escoados através do Guadiana, teriam passagem “obrigatória” por Castro Marim. A função de controlo do escoamento de produtos mineiros pode ter deixado de fazer sentido com a crescente intervenção ou mesmo apropriação dos recursos metalúrgicos por parte da administração romana.

Não sendo esta a ocasião para aprofundar o tema, não pode deixar de se tecer algumas considerações acerca do povoamento rural no entorno de Castro Marim. Os dados obtidos pelas pesquisas realizadas por Estácio da Veiga, ainda no séc. XIX, conjugados com investigações mais recentes efectuadas no quadro da Carta Arqueológica do Algarve, da responsabilidade de Unida-

de de Arqueologia do Centro de História (já no séc. XX), permitiram reconhecer, ainda que com bastantes lacunas, parte do povoamento antigo desta região. Por outro lado, a investigação da Doutora Helena Catarino, com intensa prospecção na área norte do Concelho de Castro Marim, constitui outro elemento de extrema utilidade quando se pretende reconstituir a paisagem antiga durante o período alto imperial e sobretudo baixo imperial, no território da antiga *Baesuri* (Catarino, 1997-1998).

No entorno imediato de Castro Marim, na zona de sapal, onde as alterações entre as áreas inundáveis e de terra firme terão sido mais significativas, desde a Antiguidade aos nossos dias, destaca-se o sítio da Lezíria, cuja ocupação parece ter-se iniciado a partir de meados do séc. I d.C. (Arruda e Dias, 1985). Contudo, os achados de superfície provenientes do sítio apontam para uma ocupação anterior do período republicano, dada a presença de cerâmica campaniense. Os dados disponíveis indicam que o sítio continuou a ser ocupado ainda durante o período tardio, pois encontra-se igualmente *sigillata* clara norte africana, além de existirem também vestígios de ocupação islâmica (Catarino, 1997-1998, p. 239). Apesar dos abundantes achados à superfície, nunca aí se procederam a escavações, não se conhecendo estruturas. Nesta área do sapal, foi recentemente identificado outro sítio designado como Enterreiro, junto a uma salina, onde se recuperou um conjunto de cerâmicas que apontam para uma ocupação do período romano, centrada entre o período republicano e alto imperial (Endovélico, CNS 7779). **(Figura 77)**

Na área SO do actual concelho de Castro Marim, regista-se igualmente intensa ocupação romana, sendo conhecido o forno de ânforas no sítio de Olhos S. Bartolomeu de Castro Marim, identificado por Leite de Vasconcelos (1898). Neste local, Estácio da Veiga também assinalou uma sepultura romana, sendo igualmente vestígios de necrópoles que estão referenciados em Mau Dinheiro, Fornalha e Sobral. Através da epigrafia, que é relativamente escassa nesta área, permanece a noção de uma sociedade em que a componente dos libertos constitui uma realidade, como o epitáfio de Euprepes testemunha (IRCP 93). Quanto ao sítio de Alcaria ou Choças, na freguesia do Azinhal, tudo aponta para que se trate de uma *villa* com ocupação desde o séc. I d.C. até ao séc. IV/V. Além dos materiais de construção, *sigillata* hispânica e clara A e D, foram recentemente realizadas sondagens arqueológicas no quadro de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), onde se recolheu um conjunto significativo de terra *sigillata* (Bernardes, 2005). De referir que estes sítios seriam servidos, além da via que ligava *Balsa* a Castro Marim, por via fluvial, através do Esteiro da Carregueira, que ligava directamente ao rio Guadiana, que se presume teria um caudal maior na antiguidade.

Numa vertente costeira deste povoamento, assinalam-se, na Quinta do Muro, vestígios que parecem apontar para uma *villa* romana, em que a exploração agro-pecuária se associa à produção de preparados piscícolas, pois encontram-se identificadas cetárias. Poderá ser igualmente esta realidade, de uma exploração tipo *villa*, a que se encontra no sítio da Manta Rota, onde a produção de ânforas do tipo Dressel 14 está comprovada (Viegas, 2006; Dias *et al.*, 2009). Quanto à cronologia desta ocupação, o conjunto de dados recuperados nos anos 90 por C. Garcia apontam para que tenha tido início na primeira metade do séc. I, prolongando-se até aos finais do séc. IV ou início do séc. V (Viegas, 2006b).

No sector mais interior do território de Castro Marim, H. Catarino identificou uma série de sítios, na sua maior parte designados como casal ou granja, mas também *villa* ou povoados de altura com sistema defensivo, que foram ocupados durante o período romano e cuja ocupação se manteve, frequentemente, em época islâmica (Catarino, 1997-1998, p. 209-252).

Na maior parte dos casos, trata-se de sítios que foram ocupados desde a segunda metade do séc. I, o que se pode aferir através da presença de *sigillata* hispânica, mas existe um caso em que a implantação se deu ainda em período republicano, concretamente em Vale Frio, onde ocorre cerâmica campaniense (Catarino, 1997-1998, p. 249). Esta rede de povoamento manteve-se durante o Baixo Império, e, por vezes, prolongou-se mesmo durante o período islâmico como

sucedeu, por exemplo, em Alcaria das Amoreiras, Alcaria das Choças, Fornalha, Lezíria ou Pernadas (Catarino, 1997-1998, p. 209-242). Os sítios do Cerro do Castelo de Odeleite e Cerro dos Castelhanos podem ter possuído dispositivos defensivos, com a presença de muralhas, que podem atribuir-se ao período romano (Catarino, 1997-1998, p. 230 e 235-236).

Estes sítios, que se podem relacionar com a exploração mineira, constituem prova da vitalidade da ocupação romana na região em redor de Castro Marim.

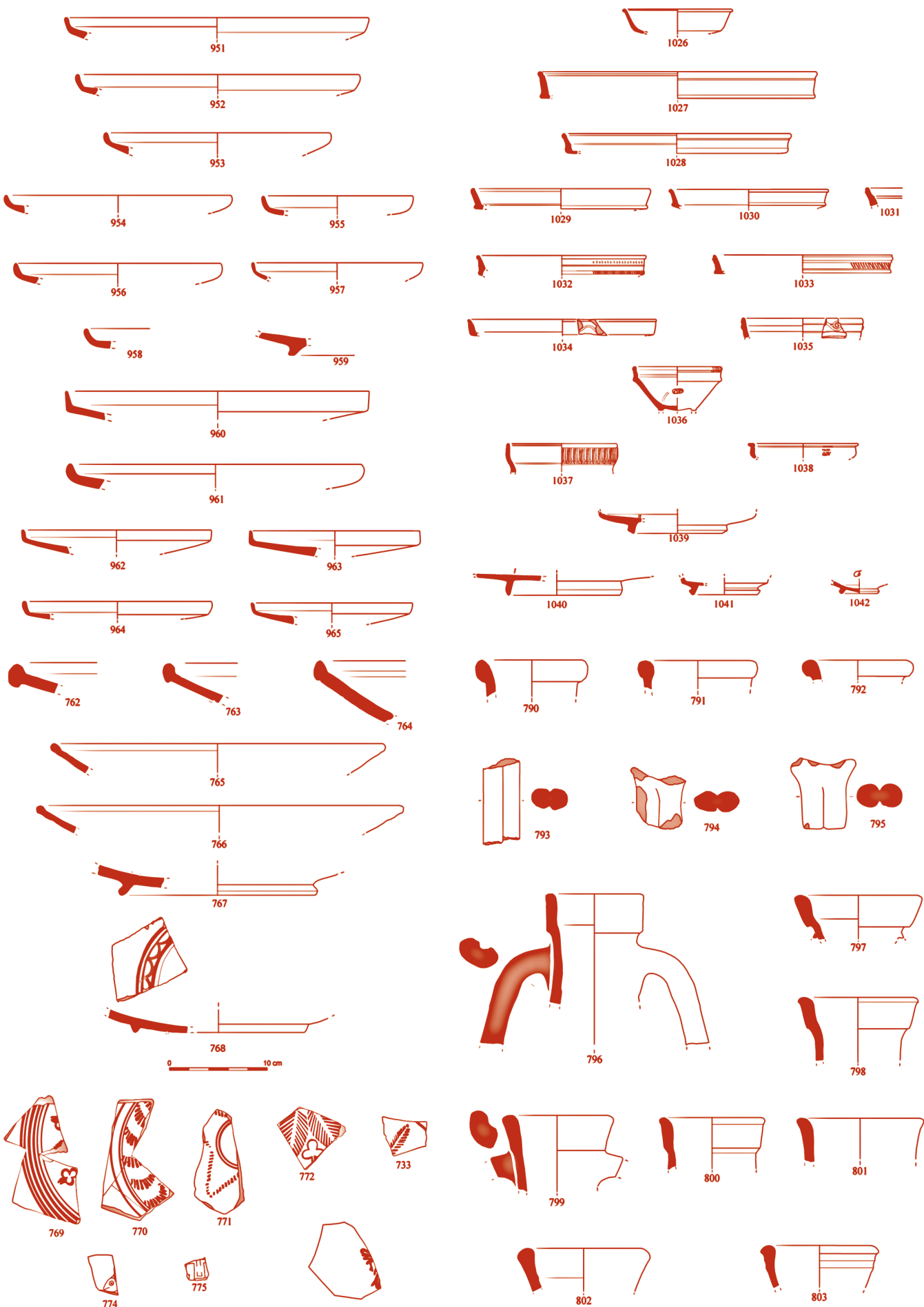
Esta densidade de povoamento contraria, em absoluto, a ideia de que a região de Castro Marim teria sido relegada para um plano secundário no quadro da romanização do território algarvio. Do ponto de vista administrativo, deve entender-se que os sítios com uma ocupação posterior ao abandono da área do Castelo integraram, desde o séc. II, o território da *civitas* de Balsa. A perda desta função para Balsa culmina com a atribuição do *ius latii* às cidades da Península Ibérica, por parte de Vespasiano, fenómeno que precipitou o abandono da antiga Baesuri.



Figura 77 – Castro Marim e suas imediações no período romano. 1. Castelo de Castro Marim; 2. Área portuária no séc. XIX; 3. Forte de São Sebastião; 4. Sítio da Lezíria; 5. Sítio do Enterreiro.



# Os materiais e os sítios



## 2.3. Os materiais e os sítios

### 2.3.1. As cerâmicas romanas de *Ossonoba*, *Balsa* e *Baesuri* no quadro da economia do extremo ocidente peninsular

#### 2.3.1.1. A cerâmica campaniense de *Ossonoba*, *Balsa* e *Baesuri* no contexto das importações para o Ocidente peninsular

O estudo de conjuntos tão significativos, como são os das cerâmicas campanienses de Faro e Castro Marim, remete para uma série de questões que serão ainda objecto de abordagem.

Importa, por um lado, analisar, integrar e comparar o padrão de importações de Faro e de Castro Marim face aos restantes conjuntos conhecidos do ocidente peninsular. Não se trata apenas de ampliar as cartas de dispersão deste tipo de materiais, mas sim de tentar compreender a sua distribuição também numa perspectiva cronológica. Tal como sucede com outros tipos de materiais, a principal dificuldade reside na relativa escassez de dados publicados e no facto de parte destes conjuntos ter a sua origem em trabalhos de prospecção e dragagens (como é, por exemplo, o caso do material do Cerro do Cavaco e do rio Arade). Mesmo quando se trata de cerâmica campaniense proveniente de escavações, é necessária alguma prudência na comparação dos resultados, não só devido à natureza dos sítios (núcleos urbanos, acampamentos militares), mas também às diferentes áreas escavadas.

Por outro lado, interessa conhecer as restantes importações com origem na Península itálica e tentar compreender os mecanismos em que se pode integrar a comercialização destes produtos para o sul do ocidente peninsular, num período compreendido entre os meados do séc. II a.C. e os meados do séc. I a.C.

Tradicionalmente, associa-se a cerâmica campaniense à penetração dos efectivos militares romanos na Península Ibérica. J. J. Ventura Martínez relaciona as primeiras importações de cerâmica campaniense para a *Ulterior* com a penetração das tropas romanas, na sequência da segunda Guerra Púnica (2000, p. 186). De acordo com C. Fabião e A. Guerra, a explicação para a presença e difusão destes materiais no território hoje português vai nesse mesmo sentido. No estudo realizado a propósito dos materiais do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil), apontam uma maior antiguidade da campaniense de Miróbriga e Alcácer do Sal, com base numa extensa revisão dos dados tipológicos da cerâmica campaniense A, datada de meados e da segunda metade do séc. II a. C. (1996, p. 109-131). Relacionam ainda a maior concentração dos exemplares mais antigos desta mesma campaniense a sul do Tejo com as movimentações de Décimo Júnio Bruto, que, em 138 a.C., teria já consolidado a ocupação dos territórios a sul do Tejo (Fabião e Guerra, 1996). A par deste “percurso” militar que a cerâmica campaniense terá seguido, deve, em nosso entender, relacionar-se igualmente a presença destes materiais nos contextos urbanos do sul do Ocidente peninsular com a inserção desta região nos circuitos comerciais estabelecidos pelo estado romano, tal como afirmam A. Adroher Auroux e A. López Marcos (1996, p. 11-37, especialmente as p. 15-17).

Um dos aspectos a destacar de imediato é a relevância, em termos qualitativos e quantitativos, dos conjuntos de cerâmica campaniense de Faro e de Castro Marim, ambos na ordem das centenas de fragmentos, registando um número de peças classificáveis, igualmente, expressivo. Como se verá, à excepção dos dados disponíveis para Mértola, e dos que sabemos existirem na Alcáçova de Santarém, não existe registo, no território nacional, da existência de amostras tão significativas.

Além de Faro e de Castro Marim, de uma maneira geral, pode afirmar-se que são relativamente escassos os conjuntos de cerâmica campaniense recolhidos no restante actual Algarve. Em Torre d'Ares (Tavira), como vimos, J. Nolen identificou duas peças de campaniense “B-oide” e M. Maia refere igualmente a presença de “pequenos fragmentos de cerâmica campaniense B” (Maia, 1987, vol 2, p. 45 e 46).

Perto de Tavira, o Cerro do Cavaco, que correspondeu possivelmente a um acampamento militar, forneceu materiais datáveis do séc. II e I a.C. entre os quais se encontra campaniense A e B-óide (Arruda e Almeida, 1998, p. 330-331; Fabião, 2003, p. 77-81). Proveniente de achados subaquáticos do rio Arade, recolheram-se também alguns fragmentos de campaniense A datada do séc. II a.C. (Silva e Soares, 1987, p. 203-220; Diogo e Cardoso, 1992). Ainda no território algarvio, concretamente em Monte Molião (Lagos), recolheu-se cerâmica campaniense B-óide (Arruda e Gonçalves, 1993, p. 460; Arruda, 2007; Arruda *et al.*, 2008), e, nas suas imediações, numa intervenção de carácter preventivo, foi identificado um contexto arqueológico das fases iniciais da presença romana, que ofereceu, entre outras cerâmicas, campaniense A do séc. II a.C. (Serra e Sousa, 2006, p. 11-26).

L. Luís publicou, recentemente, um conjunto significativo de cerâmica campaniense proveniente das escavações da vila de Mértola. Corresponde a um total de 572 fragmentos, tendo sido possível classificar 123 peças. Encontra-se uma maior percentagem de campaniense A, mais de 75% do conjunto, mas foi também detectada campaniense do círculo da B, que pode corresponder às produções calenas, e campanienses de pasta cinzenta. Em termos cronológicos, as importações podem ter começado ainda no início do séc. II a.C., sendo sobretudo a partir da segunda metade dessa centúria que se intensificam (Luís, 2003a, p. 111). Pelo que se pode depreender das formas ilustradas em catálogo, encontram-se exemplares do período dito clássico da campaniense A (séc. II a.C.), como as Lamb. 36 (F1310), 33 (F2150/2970), 31 e 55 (F2230), e outras que correspondem a um momento mais tardio da produção, como a Lamb. 5/7 (F2280) e 6 (F.1440) (Luís, 2003a, p. 102, Quadro 3 e p. 65-98). O autor afirma a importância deste núcleo portuário no período republicano, associando igualmente os dados do chamado depósito de ânforas de Mértola (Além-Rio) (Fabião, 1987, p. 125-148) e da fortificação de Mata-Filhos (Luís, 2003b, p. 363-382), apontando-o “como porta de entrada, assim como uma base de operações no contexto das guerras lusitanas (Fabião, 1987, p. 147; Alarcão, 1990, p. 346)” (Luís, 2003a, p. 111). Quer os dados da área da Alcáçova quer da Casa do Pardal, em Mértola, apontam para um declínio das importações da campaniense a partir dos inícios do séc. I a.C., aspecto que poderá ou não relacionar-se com a natureza da amostra estudada (Luís, 2003a, p. 106-108).

A presença de cerâmica campaniense A, datável de meados do séc. II a.C., em Faro pode associar-se a outras importações itálicas que se encontram neste núcleo urbano, como as ânforas greco-itálicas e Dressel 1 A, originárias da região do Lácio e da Campânia, que se destinavam a abastecer uma elite que era, já neste período, expressiva. Este conjunto, juntamente com o de Mértola e possivelmente também os que se conhecem para sítios como Miróbriga e Alcácer do Sal, embora com amostragens de menor dimensão, constituem testemunho das fases mais antigas da presença romana no território hoje português.

O perfil de importação de cerâmica campaniense em Castro Marim difere do de Faro, pois, como se verificou, a maioria da cerâmica campaniense importada para a área do Castelo pertence às produções ditas média ou clássica e tardia da campaniense B de Cales, da segunda metade do séc. I a.C.. Esta produção está também representada em Faro, com o leque de formas típico deste fabrico, sendo contemporânea das cunhagens monetárias, que, como as restantes emissões de Balsa e Baesuri, ostentam temática marinha (Faria, 1995, p. 149). É certo que parte das importações anfóricas itálicas se pode também associar à importação de cerâmica campaniense B, mas estas são muito escassas em Castro Marim, quando comparadas com as de Faro, o que pode ser



explicado, como já se referiu, pelo carácter relativamente tardio dos contextos em que a maioria desta cerâmica ocorre no sítio do Guadiana. Tal como sucede em Castro Marim, a cerâmica comum itálica encontra-se igualmente em Faro, entre as importações originárias da área da Campânia. Embora pouco numerosos, existem pratos de bordo bífido da forma Aguarod 4/Vegas 14 e tampas de bordo direito Aguarod 3/Celsa 808145 (Aguarod, 1991). Entre as restantes importações itálicas da região do Lácio/Campânia/Etrúria, encontra-se a cerâmica de paredes finas, que, em Castro Marim, está maioritariamente presente no contexto datado de 50-30 a.C., dominando as formas Mayet III e VIII.

A propósito das características de que se revestiu a comercialização da cerâmica campaniense, os autores referem, frequentemente, que se trata de um comércio relacionado com o abastecimento aos efectivos militares, no qual o principal produto transportado seria o vinho, sendo a cerâmica campaniense comercializada como produto subsidiário ou carga secundária. Esta assumpção tem por base a evidência de naufrágios como o Grand Congloué I, onde se documentou esta associação (Benoit, 1961). Ora a evidência que encontramos nos sítios de consumo de carácter urbano que estudámos permite trazer novos dados a este tema. Se é verdade que este comércio se realizou em larga escala entre as grandes cidades portuárias da bacia do Mediterrâneo, deve entender-se também que a partir desses portos principais se deve ter desenvolvido um sistema de distribuição secundário, que habitualmente se associa apenas aos sítios de carácter civil ou militar do interior. Pelo papel que desempenhou na comercialização dos restantes produtos alimentares que vemos associados às ânforas itálicas, assim como da cerâmica campaniense e cerâmica de paredes finas, tudo aponta que tenha sido o porto de Cádiz, a cumprir essa função. O carácter periférico da fachada sul do ocidente da Península Ibérica e das cidades costeiras que o compõem não impediu, no entanto, esta região de participar nas grandes correntes comerciais que se documentam para este período. Contudo, ao contrário do que sucede nos naufrágios, onde a maior parte da carga seria composta por ânforas greco-itálicas e Dressel 1, tendo a cerâmica campaniense um carácter subsidiário ou secundário, quer em Faro quer em Castro Marim, regista-se uma muito maior quantidade de cerâmica campaniense face a relativamente poucos exemplares de ânforas greco-itálicas ou Dressel 1.

Assim, o tipo de comércio que os naufrágios documentam poderá, eventualmente, encontrar-se testemunhado em sítios como Cádiz, e a partir desse porto devem ter-se composto cargas para embarcações menores que terão atingido então o porto de Faro e possivelmente, também Castro Marim. Os dados da distribuição destes materiais republicanos apontam depois para uma difusão para sítios do interior, a partir dos principais eixos fluviais, aspecto que foi destacado já por diversos autores (Fabião, 1998b; Arruda e Almeida, 1999, p. 307-337).

O contexto seguro de que dispomos em Castro Marim, datado entre 50-30 a.C., onde ocorre a maior parte da campaniense B de Cales, é também testemunho desta primazia de Cádiz. Aponta para uma esmagadora maioria de produtos oriundos da *Ulterior*, quer no que diz respeito à cerâmica de mesa, quer aos produtos alimentares transportados em ânforas. Se, como referem Py, Adroher Auroux e Sanchez, a respeito dos dados de Lattes, é com as campaniense B de Cales que viajam as ânforas Dressel 1 (Py, Adroher Auroux e Sanchez, 2001), no território hoje algarvio, os circuitos de distribuição na região que virá posteriormente a ser o Sul da Lusitânia, encontram-se dominados pelo porto de Cádiz, aspecto que regista continuidade face ao período sidérico. A produção de cerâmicas e produtos alimentares transportados em ânforas era uma realidade antes da presença romana na região da *Ulterior* que virá a ser a futura Bética, e, com a integração desta área na esfera política romana, não se assiste a uma alteração desta situação, mas sim a um intensificar dessa mesma produção. Os dados sobre o peso do consumo do vinho itálico, nos dois núcleos urbanos de Faro e Castro Marim, face aos restantes produtos alimentares (preparados piscícolas, produtos da uva e azeite) são discutidos *infra*.

### 2.3.1.2. A terra sigillata de Ossonoba, Balsa e Baesuri

Os conjuntos de terra sigillata de Faro, Balsa e Castro Marim merecem ainda ser comparados entre si e confrontados com os dados conhecidos de outras regiões dentro da Hispânia, sobretudo do Sul da Lusitânia e da Bética, embora não se excluam também outras realidades. Procura-se, sobretudo, definir diferentes perfis de importação, por um lado, e, por outro, analisar a distribuição cronológica desta categoria cerâmica. Questões como a dimensão das diferentes amostras ou a diversa funcionalidade dos sítios que se comparam devem ser consideradas, tendo também em linha de conta a área escavada e o diferente grau de conhecimento de que dispomos, relativamente, não só aos sítios algarvios agora objecto de estudo, mas também aos que lhes servem de comparação.

Numa primeira etapa desta abordagem, consideraram-se os conjuntos de terra sigillata no seu todo, comparando as diferentes percentagens dos vários tipos, procurando analisar a distribuição cronológica que estes materiais mostram, desde o início da sua importação, anterior ao período Augustano, até aos finais do séc. VI ou mesmo até ao séc. VII.

Numa segunda fase, a análise foca-se em cada categoria de terra sigillata e procura-se discuti-la, destacando as semelhanças e diferenças que os três conjuntos mostram, confrontando os resultados com os de outras realidades.

Como termos de comparação, privilegiaram-se sítios em que se estudaram conjuntos significativos utilizando metodologias idênticas. Trata-se de sítios bem conhecidos da arqueologia portuguesa e espanhola, cuja selecção, enquanto elemento de comparação, cumpre uma função determinada. Assim, a cidade de Belo (Bourgeois e Mayet, 1991) é utilizada, por constituir um excelente exemplo de uma cidade costeira meridional que utilizou o comércio marítimo como principal via de abastecimento, sendo também particularmente interessante, pela proximidade geográfica, mesmo se pertenceu à província da Bética. Em oposição a esta realidade meridional e costeira, a cidade de Conímbriga (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975) traduz um modelo de consumo que se baseia essencialmente no comércio por via terrestre. A sua situação geográfica explica, em parte, este fenómeno e a importação de terra sigillata espelha esta mesma realidade. Outro núcleo urbano, a Alcáçova de Santarém, partilha igualmente algumas características das cidades que tiveram como principal fonte de abastecimento o comércio marítimo/fluviál, tendo conhecido uma quebra nas importações a partir do séc. II. Por fim, a comparação com um sítio como S. Cucufate (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990) é pertinente, pois esta villa rural do interior Sul de Portugal mostra um padrão de importação divergente dos anteriores, com um maior relevo para as importações em período Baixo imperial.

Em Castro Marim, a quase totalidade da terra sigillata foi importada no período compreendido entre o reinado de Augusto e os finais do séc. I ou os inícios do século seguinte. Durante esse período, o maior volume de importação registou-se entre o reinado de Cláudio e os Flávios, e correspondeu à chegada de quantidades apreciáveis de terra sigillata do sul da Gália. Nesta fase, o sítio recebeu ainda terra sigillata hispânica do tipo Peñaflor (produzida no Vale do Guadalquivir), além das produções hispânicas de Tricio (no Vale do Ebro) e Andújar (igualmente no vale do Guadalquivir). A presença de escassos fragmentos de sigillata clara A, C e Luzente foram consideradas como fazendo parte de episódios esporádicos, que não documentam uma ocupação efectiva da área do Castelo na fase tardia.

Em Faro e em Balsa, a importação de terra sigillata distribuiu-se por um período mais amplo, mas o seu volume nem sempre foi igual, tendo sofrido oscilações significativas ao longo de quase seis séculos.

O primeiro aspecto que sobressai da simples observação do **Gráfico 31** é a relativa semelhança no perfil de importação e o facto de a *terra sigillata* sudgálica ter sido a que maior percentagem registou nos três sítios. Este elevado valor dos produtos do Sul da Gália, concretamente do centro produtor de La Graufesenque, é um traço identificador dos três conjuntos algarvios, distinguindo-os das restantes cidades de Belo, de Conímbriga e de Santarém, apesar desta categoria cerâmica deter sempre uma percentagem significativa nestas cidades.

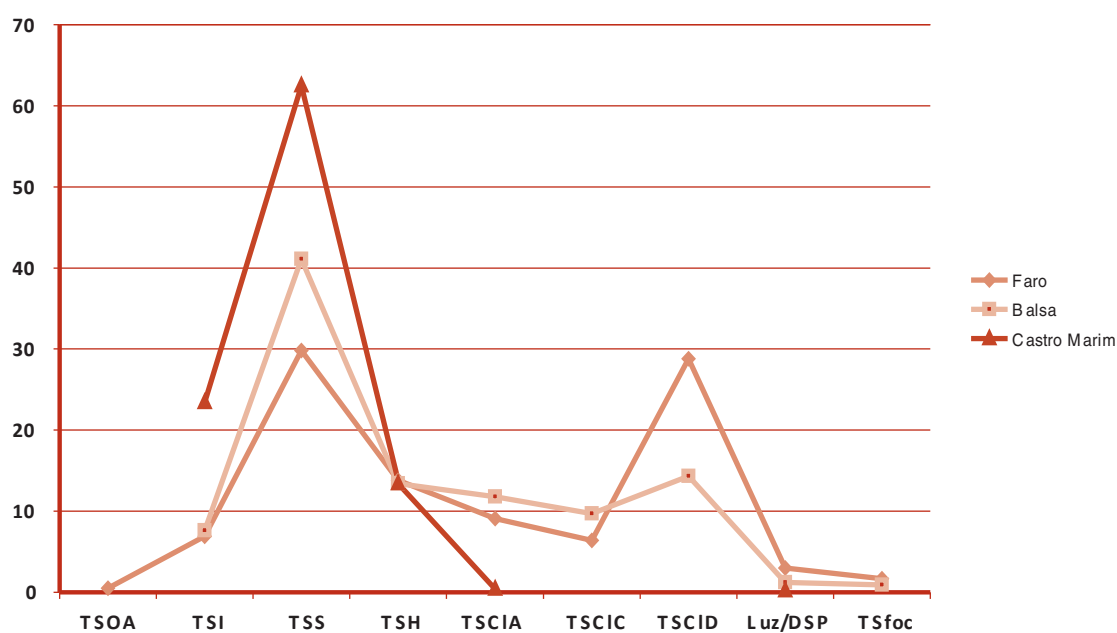


Gráfico 31 – Comparação da percentagem das diferentes categorias de *terra sigillata* em Faro, Balsa e Castro Marim (NMI).

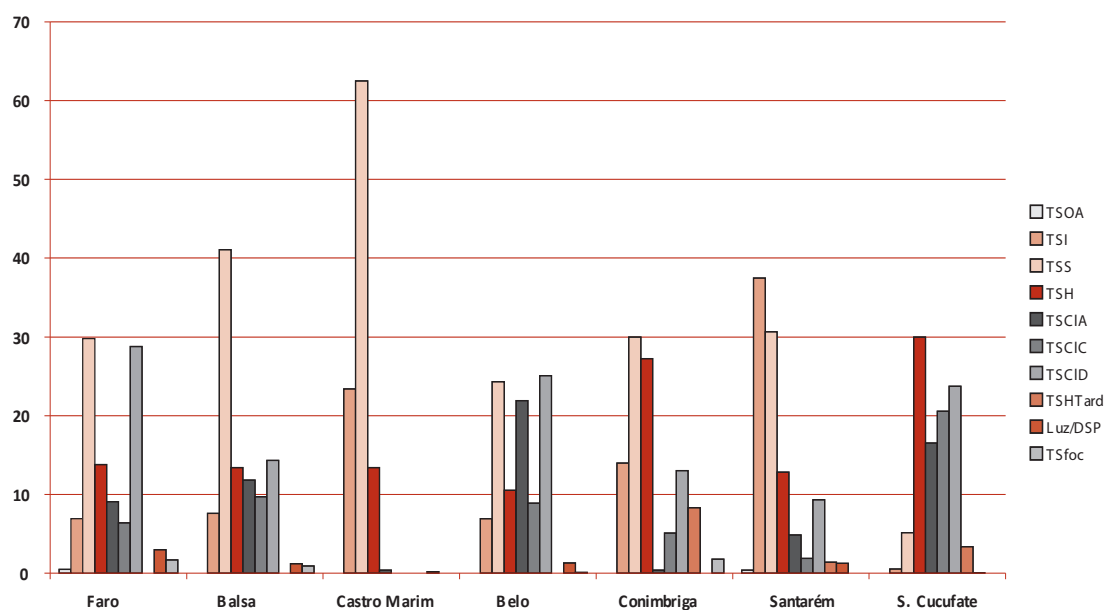


Gráfico 32 – Comparação da percentagem das diferentes categorias de *terra sigillata* em Faro, Balsa, Castro Marim, Belo, Conímbriga, Santarém e S. Cucufate (NMI).

A percentagem de *sigillata* de tipo itálico corresponde a 6.3 % em Faro e a 7.6% em Balsa, valores que não se afastam muito do que se encontra na cidade de Belo (Bourgeois e Mayet, 1991). A elevada percentagem deste tipo de cerâmica em Castro Marim (21.9%) pode explicar-se por diversos factores, a que não é alheia a questão puramente estatística que reside no facto de não se registarem aí praticamente nenhuns exemplares de *sigillata* tardia, africana ou de outra proveniência.

Para a obtenção da percentagem de *sigillata* hispânica, somou-se as produções hispânicas do tipo Peñaflor e as originárias de Tricio e Andújar, registando-se, curiosamente, nos três sítios valores muito idênticos, mas que diferem claramente de cidades como Conímbriga, onde o peso das importações de Tricio “forçou” a retirada dos mercados da *sigillata* sudgálica algumas décadas antes do que registou nas cidades algarvias, como veremos com maior detalhe *infra*. A forte expressão da *sigillata* hispânica em S. Cucufate (30%), por seu lado, mostra o progressivo aumento de poder de aquisição, a partir do séc. II, e que se traduzirá, entre outros aspectos, em importantes campanhas de obras de construção/remodelação da *villa*.

Tudo aponta para que as importações que tiveram lugar nos primeiros dois séculos da nossa era tenham sido superiores às do período Baixo Imperial, quer em Faro (61.7%), quer em Balsa (73.9%), notando-se o seu lento decair nas cidades, a partir desta fase. Este fenómeno, que se regista igualmente nos núcleos urbanos de Conímbriga e Santarém, merece ser igualmente observado à luz de outros materiais, como por exemplo as importações anfóricas. Actualmente, discute-se se este fenómeno pode ou não relacionar-se com a forma como se processou a deposição dos lixos, a partir do séc. II, colocando-se também a questão da transformação dos hábitos alimentares que o Cristianismo introduziu (Hawthorne, 1997). Por outro lado, como foi possível observar nas duas cidades algarvias, verificou-se que os diferentes sectores das cidades (sector 1, 2 e 3 em Balsa e área das sondagens do Museu Municipal e local onde se recuperou o mosaico do Oceano, em Faro) registaram importações mais significativas em momentos diversos, mostrando a evolução de distintas áreas da cidade a vários ritmos. Assim, não deixa de ser um tanto redutora a imagem que tendemos a extrair dos materiais de uma cidade vistos no seu todo. Os dados recentemente divulgados sobre as marcas de oleiro de *terra sigillata* itálica, sudgálica e hispânica da cidade de Lisboa mostram uma situação idêntica quando se comparam dois sectores diferenciados da cidade antiga: a Praça da Figueira e a Sé (Silva, 2005, p. 283-284). As diferenças dizem respeito não só ao perfil cronológico das importações de *terra sigillata*, sendo também diversos os oleiros representados nas duas áreas da cidade.

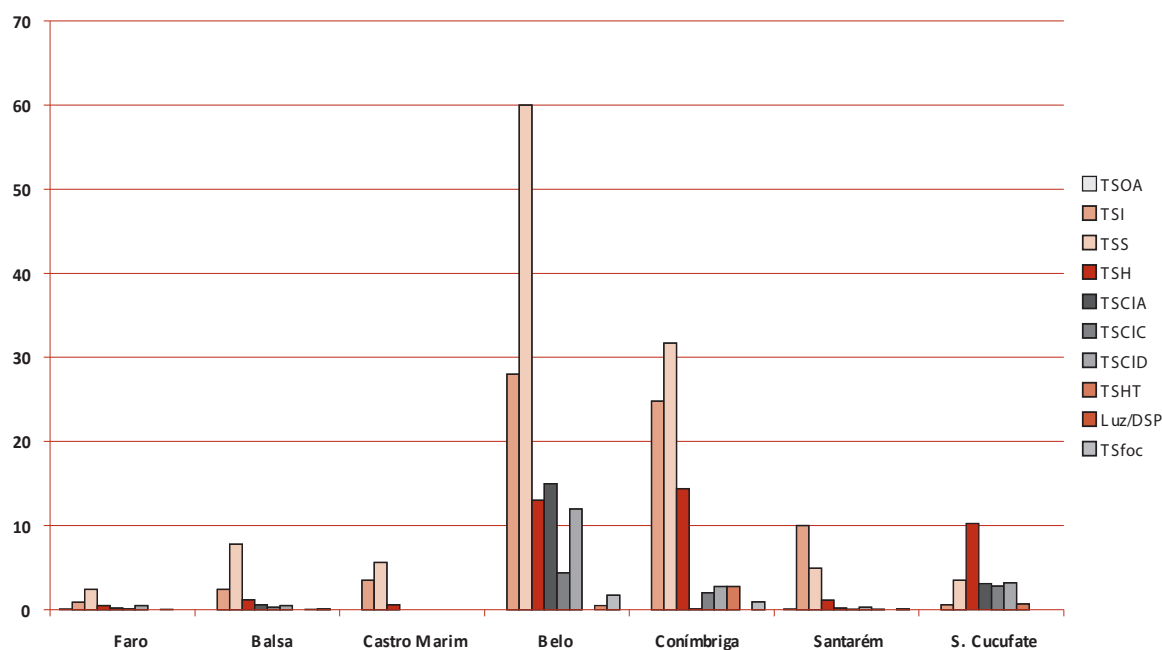
A *sigillata* clara A, cujo início de importação teve lugar ainda durante o período dos Flávios, regista uma percentagem muito superior à de outros núcleos urbanos como Santarém ou Conímbriga. Deve relativizar-se, de certo modo, a sua muito elevada expressão em Belo, pois foram contabilizadas nesta categoria algumas das formas mais comuns de cerâmica de cozinha africana, Hayes 23 A e B e 181. Só assim se explica que este grupo some 21.9% do total da *sigillata* da cidade Bética. A *sigillata* clara C mostra, de um modo geral, uma proporção idêntica nas diversas cidades onde ocorre, com valores entre os 5 e os 10%, divergindo apenas a *villa* de S. Cucufate, onde perfaz 20.5% do total, como testemunho do seu desenvolvimento no Baixo Império.

Não dispomos de dados estratigráficos que o comprovem, mas tudo aponta, como referimos, para que tenha sido durante o período dos Flávios que a *sigillata* clara A começou a ser importada para Faro e Balsa. Contudo, terá sido apenas a partir de meados do séc. II que estas importações parecem ganhar importância. Este aspecto tinha já sido destacado por M. Delgado, nos anos 60, quando estudou materiais recolhidos em Museus do Alentejo e Algarve (Delgado, 1968, p. 45-66).

A fase final das importações ficou marcada pelo abastecimento a partir do Norte de África, de *sigillata* clara D, estando também representadas as produções tardias da Gália e as *sigillatas* foiceenses tardias, originárias do Mediterrâneo oriental. A *sigillata* clara D atingiu uma elevada

proporção em Faro, o que encontra paralelo na cidade de Belo. Esta percentagem não foi, no entanto, excessivamente valorizada por A. Bougeois e F. Mayet, que chamaram a atenção para o facto de este tipo de cerâmica ter chegado à cidade Bética durante um longo período de tempo. Este facto levou-nos igualmente a ponderar os dados que foram obtidos, utilizando a metodologia destas investigadoras, em que se calculam os valores médios anuais das importações de *sigillata* para os sítios estudados.

Além de mostrar a real dimensão das amostras em causa, pois os cálculos são feitos a partir dos valores brutos, o gráfico (Ver **Gráfico 33**) onde se representam estas médias anuais permite igualmente destacar dois aspectos. Por um lado, sai reforçada a presença da *sigillata* sudgálica e, por outro, os valores das médias anuais de *sigillata* clara D ficam reduzidos ao seu verdadeiro significado. A maior parte da *sigillata* clara D chegou às cidades algarvias até aos meados do séc. V, mas as importações continuaram, ainda que revelando um volume menor, até ao terceiro quartel do séc. VI, ou mesmo até ao início do séc. VII. Não restam dúvidas, no entanto, que os sítios algarvios deixaram de receber estas cerâmicas nesta época, pois, ao contrário do que sucede em outras áreas costeiras da Península Ibérica, como por exemplo a costa da actual Catalunha (antiga Tarraconense), cidades como Cartagena (Ramallo Asencio e Ruiz Valderas, 2000; Madrid Balanza, Murcia Muñoz e Santaella Pascual, 2000) e Tarragona (Macias Solé e Remolà Vallverdu, 2000) recebem *sigillata* clara D em pleno séc. VII. A estes sítios pode juntar-se ainda a realidade observada em Vigo (Fernández Fernández, 2010, p. 375-383).



**Gráfico 33 – Comparação das médias anuais das diferentes categorias de terra sigillata em Faro, Balsa, Castro Marim, Belo, Conímbriga, Santarém e S. Cucufate (NMI).**

Representadas por percentagens sempre muito reduzidas, as produções tardias da Gália, a *sigillata* luzente e paleocristã, encontram-se em Faro e em Balsa, sendo a sua presença em Castro Marim entendida como um episódio isolado. Estas cerâmicas mostram a vitalidade das importações destas cidades na sua fase mais tardia, o que constitui um facto testemunhado também pela presença de importações de *sigillata* foceense tardia.

Numa aproximação às diferentes categorias de *terra sigillata*, e numa análise mais detalhada, constata-se que a presença da *sigillata* oriental A está documentada apenas no conjunto de *Ossonoba*, não se encontrando qualquer fragmento nem em *Balsa*, nem em Castro Marim. Trata-se de uma aquisição esporádica, que se enquadra num período anterior a Augusto, a julgar pelos dados tipológicos, mas que não testemunha um comércio regular com a vertente oriental do Mediterrâneo.

Os diversos centros produtores situados na Península itálica foram responsáveis pelo abastecimento de cerâmicas finas aos três núcleos urbanos algarvios, apresentando uma percentagem de 6.9% em Faro, 7.6% em *Balsa*, valor idêntico ao da cidade de Belo, e superior em Castro Marim (14.3%),

Do ponto de vista tipológico, os conjuntos apresentam uma diversidade considerável se atendermos ao número relativamente reduzido de peças, mostrando, no entanto, um padrão de importação bastante semelhante nos três sítios (**Gráfico 34**), com uma maioria de formas pertencente ao chamado serviço II de Haltern, que é composto pelo prato da forma Consp. 18 e 20 e pela taça, Consp. 22. O prato de paredes curvas da forma Consp. 4, nas suas variante 4.4 e 4.5, conheceu também bastante popularidade e as taças dos tipos Consp. 27, 32, 33 e 36 estão igualmente bastante bem representadas. Algumas formas são exclusivas do conjunto de Castro Marim, como os tipos Consp. 1, 7, 8, 13, 15 e 28.

A julgar pelas marcas de oleiro, terá sido sobretudo o centro produtor de Pisa o principal exportador para o Sul da Lusitânia, sendo responsável por mais de metade (52%) das marcas de oleiro recuperadas. Segue-se Arezzo, que corresponde percentualmente a 27% dos oleiros desta amostra, registando-se ainda exemplares das oficinas do Centro de Itália e Pozzuoli (Putéolos) (com 7% cada) (**Gráfico 35**). Um panorama que constrasta com outros sítios como Lisboa (Silva, 2005), Santarém (Viegas, 2003) e *Conimbriga* (Alarcão, Delgado e Mayet, 1976; OCK-CD-Rom) ou mesmo *Bracara Augusta* (Morais, 2005), onde as produções aretinas são maioritárias.

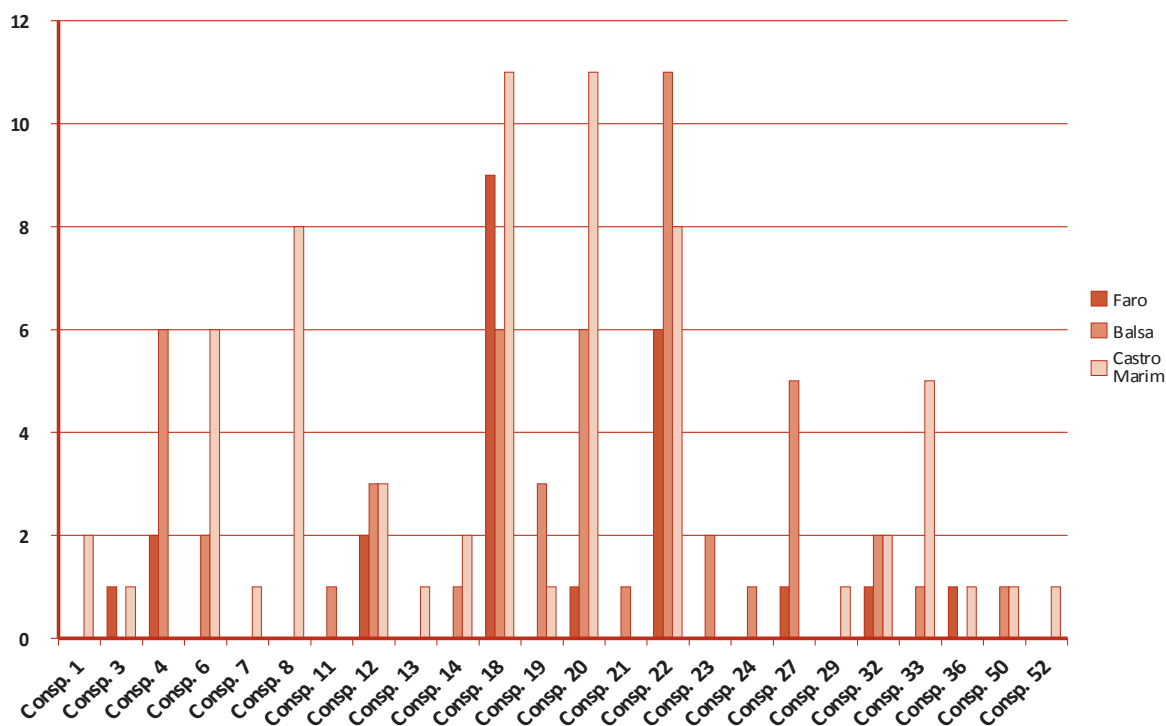


Gráfico 34 – Distribuição das formas de *sigillata* de tipo itálico de Faro, *Balsa* e Castro Marim (NMI).



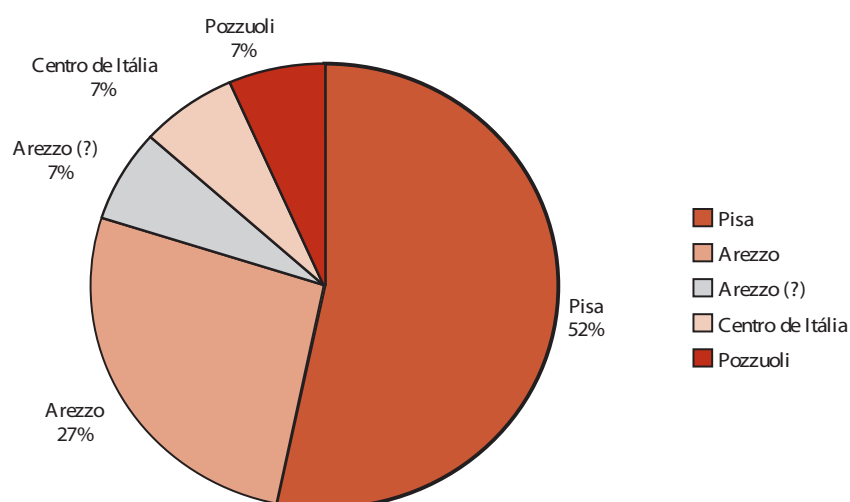


Gráfico 35 – Origem das marcas de oleiro de terra sigillata de tipo itálico de Faro, Balsa e Castro Marim.

Regista-se uma primazia dos oleiros do grupo dos ateianos, como Cn. Ateius (3), Crestus ou Xanthus (2), que têm uma vasta produção, bem documentada em todo o mundo romano, com especial incidência para as províncias do Norte (sobretudo a *Germania*) (OCK, CD-Rom). O oleiro aretino C. Vibienus, cuja produção se centra na primeira metade do séc. I d.C., encontra-se bem representado por três marcas. Outros oleiros, também presentes nas cidades algarvias, registam muito poucas ocorrências no *Corpus Vasorum Arretinorum* (OCK), como é o caso de Anthus (1) de Pozzuoli (Putéolos), cuja distribuição para a Hispânia se encontra apenas assinalada por dois únicos exemplares na Tarraconense. A produção do escravo Priamus de A. Sestius, possivelmente originário de Arezzo (?), encontra-se documentada por apenas 15 exemplares no OCK (CD-Rom), sendo a marca radial de Castro Marim enquadrada nas fases mais recuadas da produção deste oleiro, que laborou entre 30 e 10 a.C. Igualmente pouco frequente e correspondente às fases mais antigas da produção itálica, é a marca do escravo Canopus de Statilia. Conhecem-se escassas 22 marcas no OCK, parecendo ser a primeira vez que a marca ocorre com a grafia do exemplar castro marinense. Além do sítio algarvio, a marca é conhecida sobretudo na Península Itálica, sem que se conheça, com exactidão, a origem da sua produção, e, na Hispânia, na Tarraconense (dois exemplares), além de um exemplar em Lisboa (Silva, 2005). A presença do oleiro L. Rasinius Pisanus constitui exemplo de que as importações itálicas se mantiveram, ainda que com um carácter bastante esporádico, na segunda metade do séc. I, atestando a presença da produção tardo-itálica em Balsa, numa fase em que a cidade se abasteceu de cerâmica fina de mesa, preferencialmente no mercado sudgálico. A presença de marcas tardo-itálicas em solo algarvio é uma realidade igualmente na sua vertente ocidental, por exemplo na cidade de Lagos, onde o oleiro L. Rasinius Pisanus se encontra também documentado, além de existir uma forma tardo-itálica com decoração de barbotina (Ramos e Almeida, 2005).

O perfil de importação que as marcas de oleiro itálicas deixa antever revela uma realidade de comercialização para o Sul da Lusitânia distinta da que se observa, por exemplo, na cidade de Lisboa (Praça da Figueira), onde as marcas aretinas são maioritárias e se encontram oficinas ligadas sobretudo a Publius Cornelius (Silva, 2005, p. 265-269). Se por um lado a distribuição do grupo de Ateius beneficiou da transferência de parte da sua produção para Pisa, em torno a 5 a.C., verifica-se que existe uma preferência das exportações de Cornelius para ocidente, para a Penín-

sula Ibérica e Marrocos, colocando-se mesmo a hipótese deste oleiro possuir propriedades na Hispânia (OCK, p. 46). Nesta concorrência que parece ter existido na Península Ibérica entre grupos de oficinas ligadas a Cneus Ateius e a Publius Cornelius, o sul da Lusitânia aproxima-se mais do que se conhece em Mérida, cidade onde os “ateianos” se encontram em maioria. Recorde-se, que a presença de marcas de oleiros ligados ao grupo de Ateius é superior em Conímbriga, embora não se encontrem nesta cidade as formas decoradas atribuídas a este oleiro (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975, p. 7-8). Segundo R. Banha da Silva, a forte presença de P. Cornelius em *Olisipo* poderia estar relacionada com um abastecimento aos efectivos militares no NO da Península Ibérica, tendo o vale do Tejo desempenhado um papel relevante nesse quadro (Silva, 2005, p. 295-296). A presença de oleiros tardo-italicos é uma realidade em *Olisipo*, onde está representada a produção de Sextus Murrius Festus e C.P.P. (Silva, 2005, p. 116-119).

O panorama da distribuição das marcas de oleiro em *terra sigillata* de tipo itálico no território algarvio é relativamente pobre, não estando publicados conjuntos tão abundantes como os que agora damos a conhecer. Entre o material recuperado nas dragagens do rio Arade (Portimão), encontra-se a marca do oleiro Crisp ( ) (OCK 700), datado entre 10 a.C. e 15 d.C., e cujo local de produção se desconhece (Silva, Coelho-Soares e Soares, 1987, fig. 3, 3). No sítio da Lezíria, que dista cerca de 600m do Castelo de Castro Marim, ocorre a marca de Crestus (OCK 698), oleiro de Pisa /Lyon (Arruda e Dias, 1985, p. 119), cuja produção está também atestada em Faro, além do oleiro aretino Stabilius (Arruda e Dias, 1985). Na *villa* de Milreu, deve destacar-se a marca itálica publicada nos anos 70, por A. Alarcão, pertencente a Chrestus (OCK 553), oleiro de proveniência desconhecida que produziu entre 15 a.C. e 15 d.C. (Alarcão, 1971, p. 45-78). A distribuição dos produtos itálicos através do vale do Guadiana encontra-se testemunhada por escassos exemplares de marcas de oleiro recolhidas em Mértola, como é o caso do oleiro pisano Cn. Ateius Zoilus (datado de 15 a 50 d.C.) e do aretino (?) Felix P. Cornelius, com cronologia de 5 a.C. (Alarcão, 1971). Ainda no curso do Guadiana, no Montinho das Laranjeiras (Alcoutim), ocorre uma marca do oleiro aretino P. Cornelius, cuja cronologia se encontra estabelecida entre 5 a.C. e 40 d.C. (Diogo, 1980 a, p. 51).

Os dados que se acabam de apresentar mostram que, mesmo sendo maioritária a presença de oleiros do grupo dos “ateianos”, os “cornelianos” também estão presentes no sul da Lusitânia, com maior concentração no vale do Guadiana, como o demonstram os achados de Mértola e do Montinho das Laranjeiras (Alcoutim).

Do ponto de vista cronológico, constata-se, como se viu através das marcas de oleiro, que o momento áureo das importações foi coincidente nos três sítios, centrando-se no final do reinado de Augusto e durante o período de Tibério. No entanto, é importante referir que se no caso de *Balsa* esta fase correspondeu ao início da ocupação romana conhecida, em Faro e em Castro Marim a presença de *sigillata* de tipo itálico marcou o prosseguir de uma tradição de abastecimento anterior. Nestes sítios, assistiu-se a uma continuação de importação de produtos que teve início nas fases mais antigas da presença romana no território do Sul do que viria a ser a província da Lusitânia, importação essa que tinha como “motor” o abastecimento de vinho itálico transportado em ânforas do tipo Dressel 1, proveniente da costa tirrénica. Associada a esta importação de produtos alimentares, chegaram igualmente os manufacturados, como a cerâmica de verniz negro ou campaniense (campaniense A, ou campaniense B originária da Etrúria ou de Cales), a cerâmica de paredes finas ou mesmo a cerâmica comum itálica, e a cerâmica de engobe vermelho pompeiano.

Para as fases iniciais da importação de *sigillata* itálica em Faro e Castro Marim, destaca-se a presença de marcas de oleiro em posição radial, permitindo ampliar a sua carta de distribuição no território actualmente português. A presença, em Castro Marim, de um conjunto relevante de importações de *sigillata* itálica relativamente antiga, face à cronologia habitual da sua difusão, remete para a importância que o sítio teve nesta fase inicial do período imperial, em continuidade

com a anterior fase tardo republicana. Esta relevância relacionou-se, certamente, entre outros aspectos, com a sua posição estratégica junto à via fluvial que o rio Guadiana constituiu. A possibilidade de esta implantação ter tido um papel de “apoio/fiscalização” das actividades mineiras da região mais a norte, não deve ser igualmente excluída.

Paradoxalmente, em Faro, não se encontram associados às marcas radiais, muitos exemplares de formas pertencentes às fases iniciais da produção itálica, e não temos notícia de quaisquer fragmentos de *sigillata* de verniz negro. Também estão ausentes dos conjuntos algarvios as peças fabricadas com argilas e vernizes ainda característicos da fase dita experimental das produções itálicas que se tinham identificado entre os materiais da Alcáçova de Santarém (Viegas, 2003, p. 69).

Esta ausência das formas mais antigas da produção itálica leva-nos a supor que, apesar de não ter existido uma ruptura no abastecimento originário da Península Itálica, na segunda metade/finais do séc. I a.C., este conheceu um abrandamento significativo que terá sido retomado já nas primeiras décadas do séc. I d.C. A maior abundância de marcas originárias de Pisa é também sintomática desta realidade, pois este centro produtor conheceu uma “tiragem” mais significativa numa fase já avançada da produção da *sigillata* de tipo itálico, sobretudo a partir do “período B”, centrado nos anos de 20 a.C. a 15 d.C. (OCK, p. 37).

Como já se afirmou, a elevada percentagem de *terra sigillata* sudgálica constitui um elemento caracterizador da importação e consumo de *sigillata* dos núcleos urbanos algarvios.

Atendendo aos dados tipológicos, uma vez que não se dispõe de contextos estratigráficos seguros, pode afirmar-se que o abastecimento às cidades algarvias se iniciou quando a *sigillata* de tipo itálico ainda se encontrava nos mercados. As primeiras importações de *sigillata* originária de La Graufesenque, ainda tímidas, tiveram lugar, muito provavelmente, durante o reinado de Tibério. Estas importações ganharam progressivamente uma maior expressão durante os reinados de Cláudio e Nero, mas foi sobretudo durante o período Flávio que a maior parte da *sigillata* sudgálica chegou às cidades algarvias. Esta análise geral, e necessariamente redutora, pode, no entanto, ser mais pormenorizada, de forma a tornar possível destacar as diferenças que, apesar de tudo, se podem encontrar no abastecimento a Faro, Balsa e Castro Marim (**Gráfico 36**).

Quanto à distribuição das formas lisas, é claro nos três sítios o domínio dos tipos mais comuns, como taça Drag. 24/25 e 27 e dos pratos Drag. 18 e Drag. 15/17. A forma Drag. 35/36 encontra-se igualmente representada por percentagens importantes, o que é bastante significativo, uma vez que esta forma constitui uma das mais comuns dentro das produções Flávias de La Graufesenque. Outras formas constituem exemplos minoritários em Faro e Balsa, como é o caso das taças Ritt. 8 e 9 ou do prato da forma Drag. 15, 16 e 17, estes presentes apenas em Faro e Castro Marim, materiais cuja cronologia aponta para um momento anterior aos anos 60 do séc. I. Em Faro, regista-se ainda um exemplar da forma Halt. 14 (?), datado do primeiro e do segundo quartel do séc. I d.C., e outro, Drag. 4/22 (de 40 /70), e, em Castro Marim, encontra-se um exemplar da forma Ritt. 12, datado das primeiras décadas da segunda metade do séc. I.

As formas decoradas, por um lado, e os motivos decorativos dos fragmentos datáveis, por outro, permitem igualmente reconhecer as fases de maior volume de importação das produções sudgálica. Por se apresentar apenas o NMI, e como tivemos já oportunidade de referir, o gráfico não parece espelhar, verdadeiramente, a realidade observada, sobretudo no que diz respeito aos fragmentos decorados. As formas mais representadas são a Drag. 29, Drag. 30 e Drag. 37, sendo esta última claramente maioritária no conjunto de Balsa. Regista-se também a presença, ainda que pouco expressiva, da forma Drag. 11 em Faro e em Castro Marim, e, neste último sítio, a forma Hermet 9 está também presente, o que confere ao conjunto castro marinense um carácter particular, pela diversidade de formas decoradas que aí se encontram. O cantil Déch. 63 e as formas fechadas Hermet 7 constituem outros exemplos de forma decoradas identificadas.

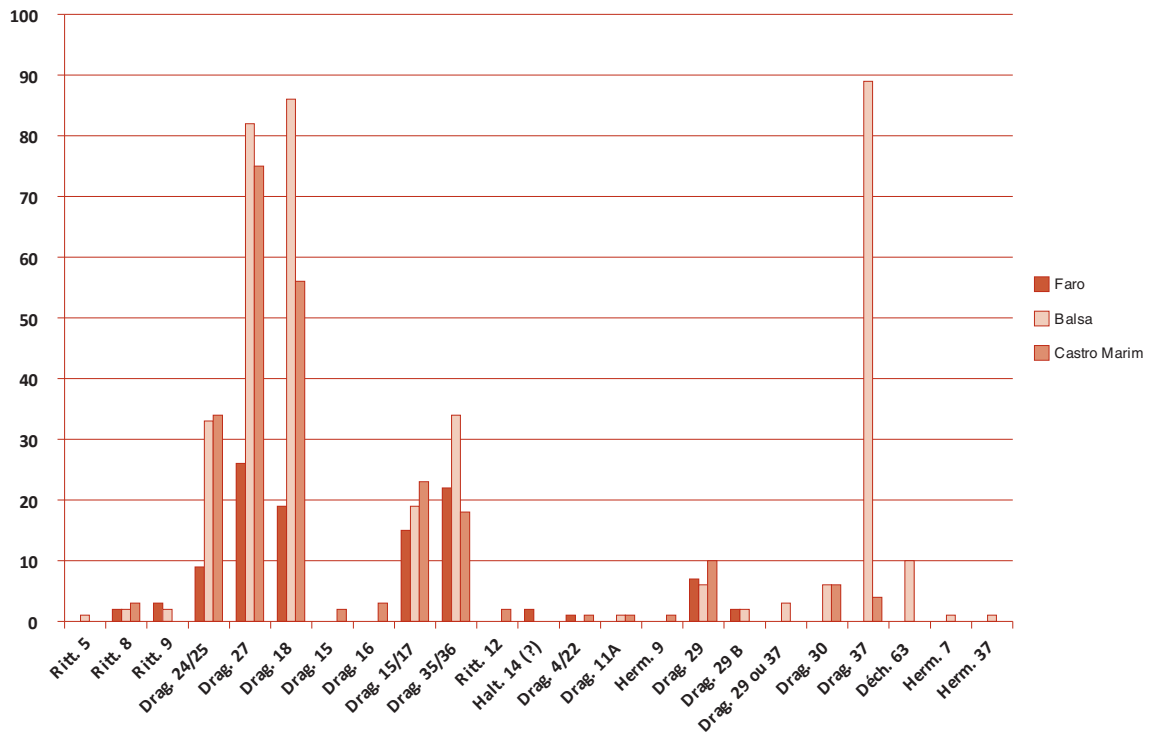


Gráfico 36 – Distribuição das formas de terra sigillata sudgálica de Faro, Balsa e Castro Marim (NMI).

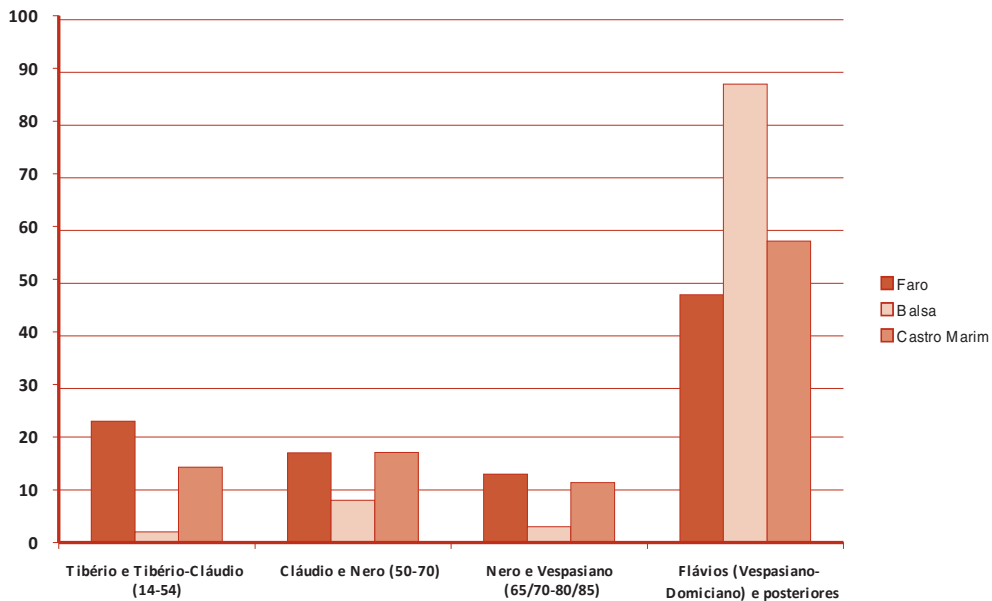


Gráfico 37 – Percentagem dos fragmentos de terra sigillata sudgálica decorados segundo a sua cronologia.

A leitura do **Gráfico 37**, onde se compara a cronologia dos fragmentos para os quais foi possível obter datação com base nos motivos ou esquemas decorativos, é também esclarecedora, quer em termos numéricos quer percentuais. Tal como já se referiu, não parecem restar dúvidas que foi durante o período Flávio que a maior parte da *sigillata* decorada foi importada para os três núcleos urbanos. Verifica-se, mesmo assim, que esta realidade possui matizes que devem ser destacados e analisados.

Se tudo aponta para que os materiais do período Flávio sejam esmagadores em *Balsa*, o que a presença da forma Drag. 37 já deixava antever, constata-se que em Faro e em Castro Marim as importações anteriores foram bastante significativas. Estas possuem percentagens apreciáveis, entre os cerca de 12% e 25%, durante todo o período de produção de La Graufesenque, desde a época de Tibério e Tibério-Cláudio, assim como nos reinados de Cláudio e Nero, o mesmo sucedendo com as peças que se atribuíram ao período de Nero e Vespasiano. Efectivamente, a percentagem de fragmentos decorados que se integram em período Flávio é elevada nas cidades algarvias, o que constitui uma característica própria desta realidade costeira meridional. Verifica-se, ainda, que, apesar de raras, as importações sob Trajano perduraram nestes sítios.

No período Flávio, são abundantes os motivos e os esquemas decorativos com composições metopadas e painéis compartimentados e as figurações de personagens estão igualmente presentes. De um modo geral, as decorações encontram-se empastadas e pouco nítidas, mostrando uma moldagem deficiente, o que dificulta, por vezes, a identificação dos motivos, que se tornam mais grosseiros. Em *Balsa*, tinha sido colocada a possibilidade de uma série de fragmentos decorados pertencerem ao centro produtor de Banassac, aspecto justificado pelo carácter tardio do conjunto (Nolen, 1994, p. 72). Na amostra estudada posteriormente, verificámos que as decorações mais tardias destes oleiros se assemelham às do centro produtor de La Graufesenque, sendo por isso difícil a sua clara distinção. Mantém-se portanto em aberto a possibilidade de existirem, nas cidades algarvias, testemunhos de outros centros produtores além de La Graufesenque, como Banassac, ou mesmo Rozier, como a marca de Sabinus poderá, eventualmente, testemunhar.

Outro aspecto relevante na análise do perfil de importação dos sítios em estudo corresponde à distribuição cronológica das marcas de oleiro. O conjunto das marcas mostra que ocorrem quase exclusivamente oleiros que produziram em La Graufesenque durante as diversas fases que a produção conheceu, desde Cláudio até às últimas décadas do séc. I, ou mesmo aos inícios do séc. II. Os oleiros das oficinas de maior produção encontram-se bem representados, mas os que registam relativamente menor número de ocorrências nas obras de referência consultadas (Oswald, 1931; Beltrán, 1990; Polak, 2000) estão também documentados. À excepção de Lucundus, Crestio e Secundinus, que ocorrem por diversas vezes, o primeiro em Castro Marim e os últimos em *Balsa*, os restantes oleiros não se repetem nos três sítios estudados, encontrando-se representados por apenas uma marca cada. A presença esmagadora dos oleiros de La Graufesenque nas cidades algarvias não é de estranhar, uma vez que a difusão dos produtos de Montans se encontra actualmente bem definida para a região do Nordeste da Península Ibérica, considerando-se os achados que ocorrem fora desta área como meramente esporádicos (Martin, 2005, p. 21-62).

O estudo recente que A. Mees dedicou aos aspectos relacionados com a comercialização dos produtos de La Graufesenque teve por base essencialmente a distribuição da *terra sigillata* decorada (Drag. 29) com marca de oleiro (Mees, 2007, p. 145-208). Segundo este investigador, os mercados do Mediterrâneo, em que a Península Ibérica se insere, constituíram-se como complementares às áreas de exportação preferenciais da *sigillata* sudgálica, que correspondem aos do Noroeste da Europa. Um dos oleiros que exemplifica este fenómeno seria Lucundus, com uma presença muito significativa na Península Ibérica (Mees, 2007, p. 148), aspecto que os exemplares de Castro Marim ajudam a confirmar. Este autor refere ainda que, na comercialização da *sigillata* sudgálica, “La route atlantique contournant la péninsule ibérique n’a joué qu’un rôle plutôt insignifiant pour l’exportation des produits de La Graufesenque” (Mees, 2007, p. 152). Assim, defende que a presença de produtos tardios de La Graufesenque no território algarvio se deve prender com o abastecimento à Narbonense, portanto sem relação directa com a exportação para a Bretanha, que regista mesmo um declínio nesta época (Mees, 2007).



Neste contexto, os dados existentes parecem apontar para que o papel do abastecimento militar na difusão dos produtos de La Graufesenque seja muito reduzido ou mesmo nulo, quando se trata de regiões como o sul da Península Ibérica.

No território algarvio, registam-se marcas de oleiros sudgálicos dispersas por diversos sítios, e sempre em quantidades bastante reduzidas. Na necrópole junto de Monte Molião (Lagos), por exemplo, encontram-se exemplares atribuídos a Castus (2 peças), a Cosius Rufinus, a Fuscus I, a Perrus e a Primus e Scota (Santos, 1971, p. 352-353; Diogo, 1980a), todos oleiros de La Graufesenque. Em Quinta de Marim (Olhão), está documentado novamente o oleiro Castus (Diogo, 1980a, p. 57). Com referência de proveniência da antiga Quinta das Antas, propriedade que é contígua à Quinta de Torre de Ares (cidade de *Balsa*), Dias Diogo registou marcas dos oleiros Celer e Murranus (Diogo 1980a, p. 62 e p. 169). Já no curso do Guadiana, apenas o oleiro Vitalis está atestado (Diogo, 1980a). Trata-se, portanto, de alguns oleiros já atestados nas cidades de Faro, *Balsa* e Castro Marim, mas também de outros que ocorrem com apenas um exemplar no actual Algarve.

Este fenómeno, para o qual não possuímos explicação imediata, encontra-se igualmente atestado em *Olisipo*, cidade onde as marcas de oleiros presentes na Praça da Figueira são distintas das da Sé (Silva, 2005, p. 284).

O estudo da *sigillata* sudgálica marmoreada, cuja a produção inicialmente se julgou que teria tido lugar entre 40 e 70 d.C., tem sido valorizado pela investigação mais recente sobre as oficinas de La Graufesenque (Genin, 2006, p. 231-243; Genin et al., 2007). De um modo geral, confirma-se em *Balsa* o que tínhamos afirmado para Faro e Castro Marim (Viegas, 2003b, p. 641-646), relativamente à maior frequência da *sigillata* marmoreada nas cidades algarvias, se comparada com o que sucede noutros sítios, como Conímbriga ou mesmo Santarém. De facto, a julgar quer pelo número de fragmentos, quer pelo NMI, constata-se que entre o material de Castro Marim existem 22 fragmentos marmoreados (13 MNI), em Faro 35 (10 NMI) e em *Balsa* 27 (7 MNI), valores muito superiores aos escassos cinco fragmentos referidos para a cidade de Conímbriga (para um conjunto de 1585 peças) e aos dois de Santarém (para 803 exemplares).

As informações obtidas nos sítios algarvios com base nos dados tipológicos confirmam também as recentes propostas de M. Genin (2006, p. 231-243), que amplia o âmbito cronológico deste tipo de cerâmica para o período entre a década de 30 e a dinastia dos Flávios, uma vez que o tipo Drag. 35/36 e a forma decorada Drag. 37 foram produzidas em *sigillata* marmoreada. Segundo a investigadora francesa, a *sigillata* marmoreada teve uma difusão que privilegiou os mercados da Narbonense e Lyon, na Gália, mas destinou-se sobretudo à Itália central e a Espanha. “La répartition des découvertes, qu’il s’agisse d’ensembles peu documentés ou de fortes concentrations, indique une diffusion privilégiée vers le bassin méditerranéen, à destination de clientèles romaines ou fortement romanisées” (Genin, 2006, p. 241). Além da proporção relativa superior que se regista nos sítios algarvios, a diversidade de formas em que esta cerâmica ocorre mostra, como se referiu, que a sua produção se desenvolveu por todo o âmbito cronológico da manufactura sudgálica de La Graufesenque. A prová-lo, estão as formas Ritt. 9 e Drag. 24/25, pertencentes às fases mais antigas da produção, e as Drag. 35/36 e 37, já datadas dos Flávios. Os tipos mais frequentes são os que têm um âmbito cronológico mais amplo, como, por exemplo, a taça Drag. 27, ou o prato 15/17.

Outro aspecto em que os conjuntos algarvios se destacam dos restantes é a percentagem relativa de formas decoradas face às lisas, que em *Balsa* se calcula que seja de 43.4% (NMI). Em Castro Marim, este valor é igualmente elevado (23.5%), aproximando-se de Belo, onde regista 23.6% (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 113). Em Faro, esta percentagem é um pouco inferior, com 15.6%, próxima da que se encontra em Conímbriga ou Santarém (6.3% e 12.1% respectivamente). Entre outros motivos, o carácter mais tardio dos conjuntos algarvios poderá ajudar a explicar este fenómeno.



O abastecimento de *sigillata* sudgálica à cidade de Conímbriga iniciou-se de forma tímida durante o período de Tibério, e as importações mais significativas tiveram lugar durante o período compreendido entre o reinado de Cláudio e 75/80, momento a partir do qual se regista o seu declínio (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975, p. 69-149). “Les formes typiques des années 75/95 sont déjà moins fréquentes et celles de l’époque trajane inexistantes” (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975, p. 69). Em Mérida, a julgar pelo estudo das marcas de oleiro, realizado ainda nos anos 70, o *floruit* das importações deu-se igualmente em época pré-Flávia, concretamente entre os reinados de Cláudio e Nero, conhecendo uma quebra significativa a partir dos Flávios (Mayet, 1978, p. 80-100).

Em Lisboa, os dados das marcas de oleiro mostram que a partir de 20 d.C. se assistiu a um progressivo domínio da *sigillata* sudgálica face à de tipo itálico. De um modo geral, a cidade apresenta um perfil de importação em que o período de 40 a 80 d.C. constituiu o momento de maior intensidade de importação (Silva, 2005, p. 298), seguindo, portanto, um processo idêntico ao da maioria das cidades do ocidente peninsular.

O estudo da *terra sigillata* da Alcáçova de Santarém mostrou que o abastecimento à cidade do vale do Tejo se fez sobretudo durante meados do séc. I (Viegas, 2003a). Segundo J. C. Quaresma, a maior parte das importações de *sigillata* sudgálica em Miróbriga ocorreu em período anterior aos Flávios, embora o abastecimento à cidade ainda se mantenha durante os reinados de Vespasiano e Domiciano (2003, p. 164, quadro 6).

Em Belo, assistiu-se aos primeiros contactos com a região sudgálica ainda sob Tibério, embora só se possa falar de uma comercialização mais regular a partir do período de Cláudio “suivi d’une rapide conquête du marché sous Claude et Néron, et, après, un déclin de plus en plus net, à l’arrêt des importations sous Domitien” (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 169). As investigadoras francesas relacionam esta realidade com o enriquecimento dos habitantes da cidade sob Cláudio, aspecto que ligam às operações militares na Mauritânia.

A elevada percentagem de *sigillata* sudgálica Flávia e posterior, em Balsa, pode relacionar-se, como já defendemos, com a elevação da cidade a município, neste período. Igualmente significativo do acréscimo do poder de aquisição dos balsenses nesta época, é o facto de a cidade de Balsa, e de um modo geral os restantes núcleos urbanos estudados, se abastecerem em diversos mercados da bacia do mediterrâneo. Apesar de serem escassos os dados estratigráficos, a análise tipológica permitiu constatar que, neste mesmo período, estas cidades receberam ainda *sigillata* oriunda da Bética, sejam as produções do tipo Peñaflor, seja a *sigillata* hispânica de Andújar, além da que é originária das oficinas de Tricio e das suas imediações. Por outro lado, tudo aponta para que as primeiras importações norte africanas de *sigillata* clara A tenham ocorrido igualmente nas últimas décadas do séc. I, inícios do séc. II.

A diversidade de perfis de abastecimento e consumo de *sigillata* sudgálica, que as cidades espelham, remete-nos, igualmente, para outros aspectos da comercialização dos produtos do Sul da Gália. Particularmente interessante, neste contexto, é o conjunto de materiais recolhidos no naufrágio Culip IV (Nieto e Puig, 2001), na costa da Catalunha, que evidencia uma realidade que, não sendo idêntica, se aproxima da que obtivemos para as cidades algarvias. Referimo-nos, em particular, à cronologia, pois o naufrágio terá ocorrido entre 78-82, momento que coincide com a fase de maiores importações nas cidades algarvias. Por outro lado, a elevada percentagem de peças decoradas face às lisas remete para um perfil de importação próximo do que se registou, nomeadamente, na cidade de Balsa. Contudo, a elevada percentagem, entre o material do naufrágio, da forma Drag. 29 não encontra reflexo nos conjuntos estudados, onde domina a Drag. 37.

Relativamente à chegada de produtos oriundos da Hispânia, distinguimos a *sigillata* hispânica tipo Peñaflor, que constitui um conjunto pouco numeroso, com fraca expressão numérica e percentual. Trata-se de um tipo de *sigillata* com características específicas, e cujo repertório formal se inspirou em diversos modelos de *sigillata* de tipo itálico, sudgálica e hispânica, na cerâmica

de paredes finas e ainda na cerâmica de “engobe vermelho pompeiano”. Apesar de pouco representativo do ponto de vista quantitativo, o repertório formal presente nas cidades algarvias é bastante diversificado (**Gráfico 38**). Contudo, a forma mais frequente no conjunto de cerâmica de tipo Peñaflor de Faro corresponde ao tipo III de Martínez, forma que se filia nos pratos de “engobe vermelho pompeiano”. Igualmente representados, as taças e os pratos de bordo escalonado dos tipos Martínez I e II, nas suas variantes B e C, correspondem a formas que têm por base modelos itálicos, sendo a taça IE assimilável a formas idênticas sudgálicas, como o tipo Drag. 35/36 e outras que estão mesmo relacionadas com a morfologia do repertório da *sigillata* hispânica.

Os dados cronológicos obtidos nos contextos das necrópoles da região de Córdoba apontam para que a maior parte das taças e pratos (Martínez I e II), apesar de se inspirarem em formas itálicas que na sua origem datam do período de Augusto e Tibério, ocorrem em contextos da primeira metade do séc. I, ou mesmo de período posterior (Vaquerizo Gil, Garriguet e Vargas, 2005).

O limite setentrional da distribuição desta cerâmica é o sítio de Abul, no vale do Sado, onde esta cerâmica aparece num depósito Augusto-Tiberiano, o que levou os autores a propor um recuo da sua datação para este período. A justificação para o recuo da cronologia desta cerâmica relaciona-se também com a sua ausência na *villa* de S. Cucufate. Como defendemos, em nosso entender não existem dados suficientes para se poder propor um recuo desta datação com base nos dados de Abul (Mayet e Silva, 2002, p. 26, fig. 10, nº 74-77). Por outro lado, consideramos que a ausência deste tipo de cerâmica em sítios como S. Cucufate se prende com o tipo de abastecimento que esta *villa* teve e que se relaciona com a sua situação geográfica, e não tanto com a cronologia da sua ocupação. Este tipo de *sigillata* encontra-se ausente dos conjuntos das cidades de Santarém e Conímbriga, e a sua difusão fez-se sobretudo para a região da Bética e para o Sul da Lusitânia. Uma das linhas de pesquisa que no futuro deve ser desenvolvida diz respeito à identificação e caracterização deste tipo específico de *sigillata*, procurando um alargamento, sobretudo, dos contextos datados.

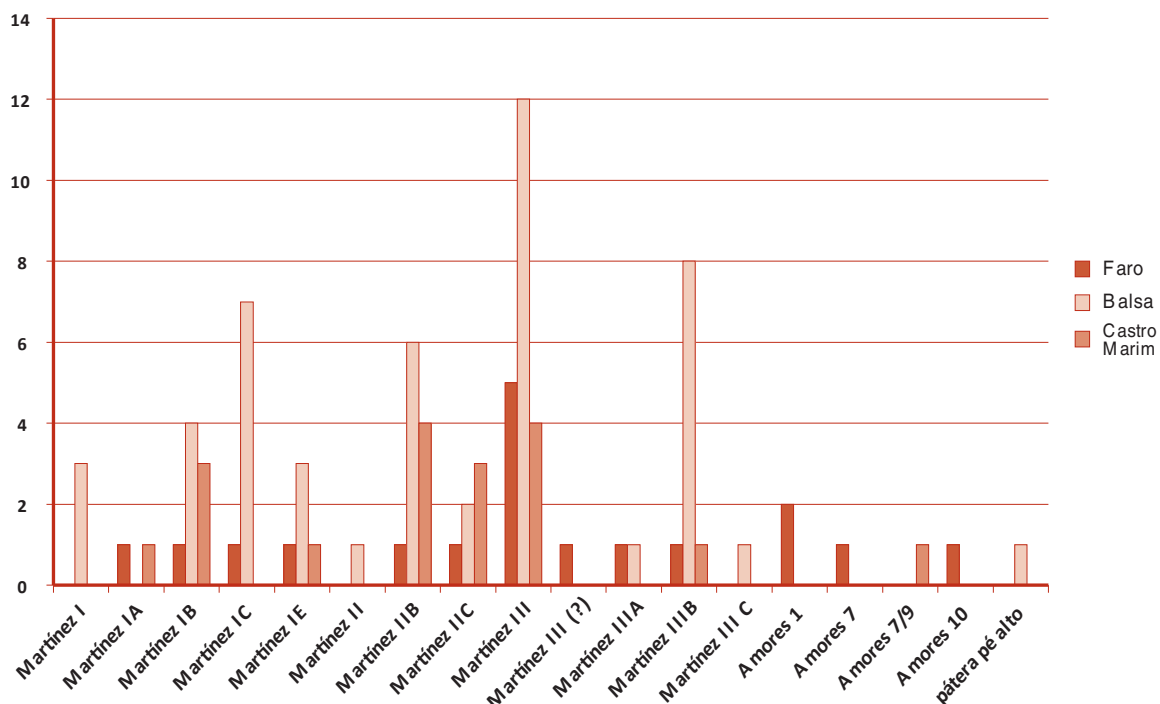


Gráfico 38 – Distribuição das formas de *sigillata* hispânica tipo Peñaflor em Faro, Balsa e Castro Marim (NMI).

Recentemente, numa síntese realizada acerca desta categoria cerâmica apresentam-se, além de Celti (Peñaflor), outros locais de origem para estas produções, todos no vale do Guadalquivir e propõe-se uma nova denominação para esta categoria cerâmica, a de *Barniz Rojo de Tradición Hispana* (Bustamante Álvarez e Huguet Enguita, 2008, p. 297-306). Em nosso entender a expressão que utilizamos, “*sigillata* hispânica do tipo Peñaflor”, parece-nos a mais correcta pois aponta para uma área de origem que pode não ser exclusivamente o sítio de Peñaflor e omite as designações anteriores de precoce, que nos pareciam incorrectas, como já tivemos oportunidade de referir *supra*. Outro aspecto que merece referência diz respeito ao mapa de distribuição da *sigillata* tipo Peñaflor, que se encontra manifestamente incompleto no que se refere ao território actualmente português (Bustamante Álvarez e Huguet Enguita, 2008, Fig. 3). Como referimos *supra*, este tipo de cerâmica foi identificado no território algarvio em Balsa, sendo então designado “cerâmica de verniz vermelho dos Júlio-Cláudios (Nolen, 1994). Posteriormente, foi também referenciado em locais como Abul, no vale do Sado, encontrando-se aí no depósito augusto tibetano, sítio que continua a corresponder ao limite setentrional da sua difusão no território hoje português (Mayet e Silva, 2002).

A *sigillata* hispânica oriunda igualmente da Bética, das oficinas de Andújar e da Tarraconense, do centro produtor de Tricio e suas imediações, constitui outro testemunho de que, durante o período compreendido entre a segunda metade do séc. I e os inícios do séc. II, as cidades algarvias se abasteciam em diversos mercados. A relativamente reduzida quantidade de *sigillata* hispânica nestes conjuntos (8.9% em Faro, 8.3% em Balsa e 10.9% em Castro Marim) ficou a dever-se, em nosso entender, por um lado, ao volume das importações sudgálicas, que têm ainda um peso muito expressivo nestas cidades, e, por outro, à relativamente rápida imposição da *sigillata* clara A.

A maior parte das formas correspondem ao prato Drag. 15/17, à taça Drag. 27 e, em menor escala, às formas Drag. 18 e à taça Drag. 24/25. Como se pode constatar pelo **Gráfico 39**, estas formas de tradição sudgálica são as mais frequentes, mas os detalhes tipológicos mostram as modificações que os oleiros hispânicos lhes imprimiram. Assim, os pratos Drag. 15/17, que ocorrem maioritariamente em fabricos de Andújar, já não apresentam a parede moldurada e baixa, mas sim paredes abertas e inclinadas, perdendo os bordos das taças Drag. 27 o seu bordo de lábio de perfil semicircular ou triangular, tendendo também a simplificar-se.

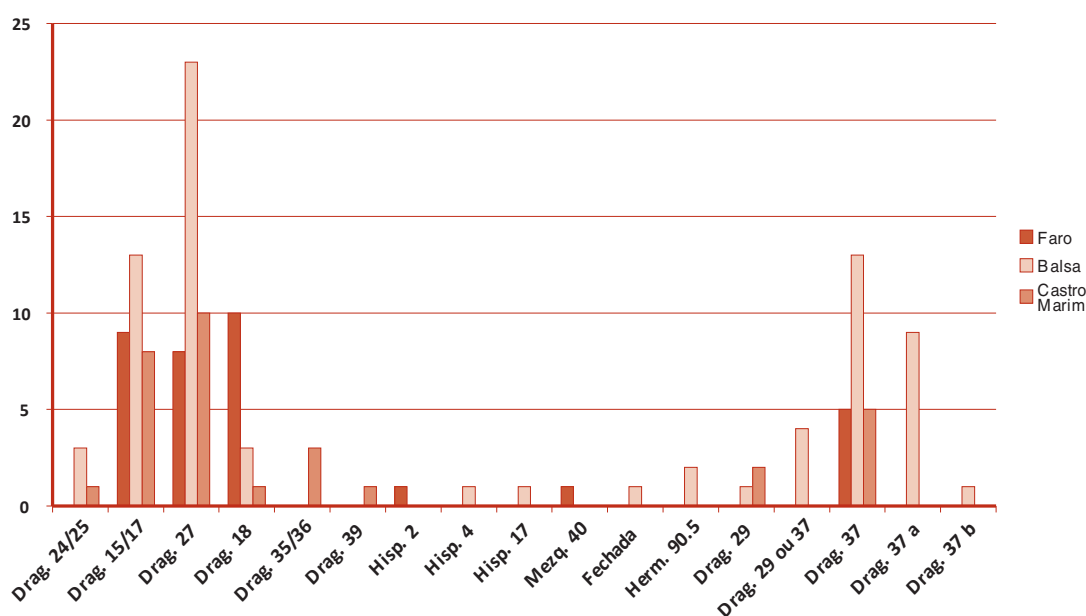


Gráfico 39 – Distribuição das formas de *sigillata* hispânica em Faro, Balsa e Castro Marim (NMI).

As formas típicas das oficinas hispânicas encontram-se sempre representadas por escassos exemplares dos tipos Hisp. 2, 4, 17 ou Mezq. 40, e as raras formas fechadas (Herm. 90.5) ocorrem apenas em *Balsa*, o que se poderá explicar, pelo menos em parte, pelo facto de terem a sua origem em contextos de necrópole, sendo materiais que resultam das recolhas de Estácio da Veiga (Nolen, 1994, p. 94). Quanto aos tipos decorados, destaca-se a forma Drag. 37, que surge sobretudo na sua variante A, mais próxima também do modelo sudgálico, estando a variante B presente em *Balsa*. Quase ausentes dos conjuntos de Castro Marim e Faro, as marcas de oleiros hispânicos encontram-se entre o material de *Balsa*, anteriormente objecto de publicação (Nolen, 1994, p. 94 e 95). Efectivamente, conhecem-se três marcas provenientes desta cidade, duas pertencentes a oleiros de Tricio, Lappilius (Nolen, 1994, sh-9) e Sempronius (sh-10), e uma marca de Andújar EX.OF.CAH (sh-15). Em Olhão, F. Mayet assinalou outra marca deste mesmo oleiro (Mayet, 1984, p. 96).

A maioria dos fragmentos decorados não permite identificação da sua forma, tendo-se procurado, neste caso, uma aproximação cronológica com base no estilo, composição decorativa e fabrico. Mais uma vez, são muito raras as composições que se filiam directamente na *sigillata* sudgálica, dominando os motivos circulares, que passaram a ser mais frequentes na produção hispânica a partir dos finais do séc. I, inícios do séc. II. Nestas condições, constata-se que a *sigillata* hispânica das cidades algarvias coincidiu com a importação e consumo dos produtos do sul da Gália, no período compreendido entre a segunda metade do séc. I e os inícios do séc. II.

Apesar das dificuldades expressas relativamente à identificação das peças provenientes de Tricio e Andújar, com base numa análise exclusivamente macroscópica, tudo aponta para que a maior parte da *sigillata* hispânica seja originária de Andújar, embora a presença de exemplares das oficinas de Tricio e das suas imediações seja também uma realidade. A comercialização de produtos oriundos do vale do Guadalquivir foi muito intensa neste período e constituiu uma herança da fase republicana e mesmo pré-romana. Estas trocas comerciais reflectiram-se, não só no consumo de cerâmicas finas, como a *sigillata* hispânica de tipo Peñaflor, a *sigillata* hispânica de Andújar ou a cerâmica de paredes finas, mas também de cerâmica comum, e, sobretudo, na comercialização de produtos alimentares transportados em ânforas. Como se desenvolverá no capítulo relativo a estas últimas, a importação de produtos agrícolas originários do vale do Guadalquivir, como o azeite transportado em ânforas do tipo Dressel 20 ou os produtos da uva (*defrutum*) em Haltern 70, foi uma realidade a que se associaram também os preparados piscícolas, estes oriundos da região gaditana, acondicionados em ânforas dos tipos Dressel 7/11 e Beltrán IIB.

Apesar do que foi expresso, é significativo o volume de importação de *sigillata* originária do vale do Ebro. Como se sabe, a difusão deste tipo de cerâmica fez-se essencialmente por via terrestre, tendo como centros distribuidores, para a região da Lusitânia, a capital da província – Mérida. Na Quinta de Marim, a *sigillata* hispânica recuperada em escavações numa área relativamente reduzida é maioritariamente proveniente de Tricio (Silva, Soares e Coelho-Soares, 1992, p. 346), aspecto que também é bastante significativo.

Em Belo, encontra-se um fenómeno idêntico ao das cidades algarvias e a menor percentagem de *sigillata* hispânica foi relacionada com a chegada dos produtos norte africanos e com a sua concorrência à *sigillata* hispânica (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 212). Nesta cidade, assistiu-se a um equilíbrio entre as produções de Tricio e Andújar.

Em outros sítios, como na Ilha do Pessegueiro, a *sigillata* hispânica supera a *sigillata* clara A nos contextos da primeira metade do séc. II (Silva e Soares, 1993, p. 103), aspecto que é bastante significativo, uma vez que os autores incluíram as formas de cerâmica de cozinha africana nas produções de *sigillata* clara A. A *sigillata* hispânica constitui 33% do total e quanto à repartição Tricio/Andújar a proporção é de 28%, para a primeira, e de 52%, para a segunda, sendo considerados como indeterminados 20% dos exemplares.

A percentagem de *sigillata* hispânica em Conímbriga é muito elevada (27%), sendo exclusivamente constituída por exemplares originários de Tricio, facto que constitui um dos argumentos a favor de uma identificação desta cidade com um modelo de comercialização marcado pelo abastecimento através das vias terrestres e com base no centro redistribuidor que a cidade de Mérida constituiu.

Em *Olisipo*, estima-se que a maior parte da *terra sigillata* hispânica tenha sido importada entre a década de 70 do séc. I e os meados do século seguinte, como parece depreender-se da ausência de marcas de oleiros activos na época de Cláudio ou Nero (Silva, 2005, p. 264). Relativamente à presença dos produtos de Tricio e Andújar, a total falta de marcas de oleiro originárias do vale do Guadalquivir não deixa de causar alguma estranheza, procurando-se uma explicação enquadrada nos dados conhecidos para os sítios do vale do Sado, onde domina Tricio ou onde este centro regista, pelo menos, uma posição equilibrada face a Andújar (Silva, 2005, p. 305-306). Para a relativa escassez de marcas de oleiro hispânicas nos contextos estudados da Praça da Figueira foi apontada como causa, a introdução da *sigillata* clara A, que se iniciou a partir dos Flávios (Silva, 2005, p. 263-264).

Na Alcáçova de Santarém, a percentagem de *sigillata* hispânica é relativamente reduzida 12.83%, o que antecipa o decréscimo no volume de importações de *terra sigillata* que se vai acentuar no período Baixo Imperial. A percentagem de *sigillata* oriunda de Andújar é muito elevada na cidade do vale do Tejo, que possui uma longa tradição de importação de produtos alimentares transportados em ânforas da *Uterior* e, posteriormente, da Bética, quer da sua região costeira quer do vale do Guadalquivir.

Como se pode constatar pela percentagem da *sigillata* clara A, C e D, assim como pela sua distribuição cronológica, o volume e ritmo de importações destes produtos sofreu oscilações consideráveis em Faro e Balsa. Efectivamente, trata-se de um longo período que se estende desde os finais do séc. I, inícios do séc. II, até ao terceiro quartel do séc. VI ou mesmo os inícios do séc. VII.

De referir que a partir dos finais do séc. I, inícios do séc. II, se assistiu ao abandono da área do castelo de Castro Marim. Os materiais tardios que aí se encontraram foram fruto de deslocações esporádicas e não documentam uma ocupação concreta e continuada. Manteve-se, contudo, a presença romana na região, podendo o núcleo urbano ter-se deslocado para a área da actual vila ou para uma área próxima do porto.

Tudo aponta para que as primeiras importações de *sigillata* clara A tenham ocorrido nos finais do séc. I, aspecto que se confirma pela presença de formas como Hayes 3, 6, 8, e 9 recuperadas nas cidades de Faro e Balsa (Ver **Gráfico 40**). Este fenómeno encontra-se documentado em diversos sítios da Bética, designadamente em Belo, Carmona e Itálica, mas esta corrente comercial ganhou maior expressão e regularidade sobretudo a partir do período dos Antoninos. Este mesmo facto foi destacado por M. Delgado nos estudos que desenvolveu nos finais dos anos 60 com base no espólio depositado nos Museus do Alentejo e do Algarve, quando defendeu que o comércio dos produtos africanos se tornou mais importante a partir de meados do séc. II (1968, p. 41-46). A presença de quantidades apreciáveis de exemplares da forma Hayes 14/17 é o testemunho directo deste aumento das importações a partir dos meados do séc. II, patente nos sítios estudados.

A comparação do padrão de importação de *sigillata* clara A para Faro e para Balsa mostrou ainda que esta cidade registou uma maior diversidade de formas, mesmo que se encontrem representadas por apenas um exemplar. Esta diversidade é ainda mais acentuada, quando incluímos as formas raras (o púcaro Hayes 134-1, a designada anforeta Hayes 161, o biberão Hayes 123 e o cantil Hayes 147-3), provenientes, certamente, da necrópole de Balsa e recolhidas por Estácio da Veiga, ainda no séc. XIX.



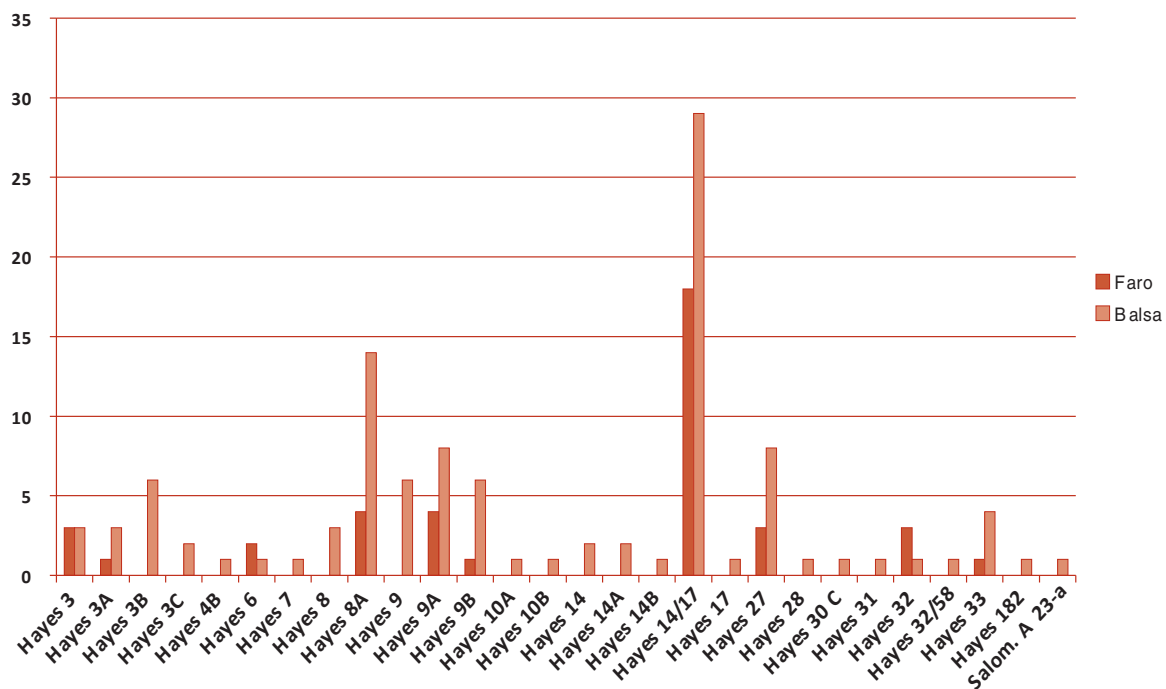


Gráfico 40 – Distribuição das formas de sigillata clara A de Faro e Balsa (NMI).

A percentagem de sigillata clara A é bastante elevada em Belo, valor que é, de certa forma, inflacionado, uma vez que se incluíram nesta categoria exemplares de cerâmica de cozinha africana das formas Hayes 23 A e B, 181, que correspondem a caçoilas e pratos/tampa, cujo fabrico, como se sabe é muito idêntico ao da sigillata clara A (“vaisselle de cuisine” apparentée à la sigillée claire A”) (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 228, Fig. 15). O conjunto de formas identificadas em Belo é muito diversificado, destacando-se a elevada quantidade de exemplares da forma Hayes 27, que é relativamente pouco frequente nos conjuntos algarvios, embora registe oito peças em Balsa. As formas fechadas encontram-se representadas, mas atingem apenas um ponto percentual dentro desta categoria.

Os dados contextuais recentes, ainda que provisórios, relativos à cidade de Lisboa (Praça da Figueira) apontam para um início da presença da sigillata clara A, em quantidades reduzidas, a partir dos Flávios, com as formas Hayes 3 A e 5 A, assinalando-se um incremento da sua quantidade a partir do séc. II (Silva, 2005, p. 264).

As importações africanas, como a sigillata clara A só começam a chegar a Conímbriga em meados do séc. II, sendo a sua chegada “atrasada” relativamente ao que sucede nos sítios algarvios, uma vez que sigillata hispânica de Tricio se encontrava plenamente implantada nos mercados até essa data.

O padrão de importação da sigillata clara C, originária da Bizacena, reflecte, em Faro e Balsa, a mesma monotonia que se encontra nos diferentes sítios onde esta cerâmica ocorre, um pouco por toda a bacia do Mediterrâneo (Gráfico 41). Verifica-se que, apesar de estarem representadas outras formas, como as Hayes 44, 45, 46 ou as taças com decoração aplicada Hayes 52, a forma mais frequente é a Hayes 50. As duas variantes propostas por Hayes para esta última permitem compreender melhor a sua distribuição cronológica. Em Balsa, verifica-se que a importação destes produtos foi mais intensa durante as últimas décadas do séc. III e a década de 20 do séc. IV, ao contrário de Belo, em que a variante B é a mais abundante, datada da segunda metade do séc. IV e dos inícios do séc. V (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 274).



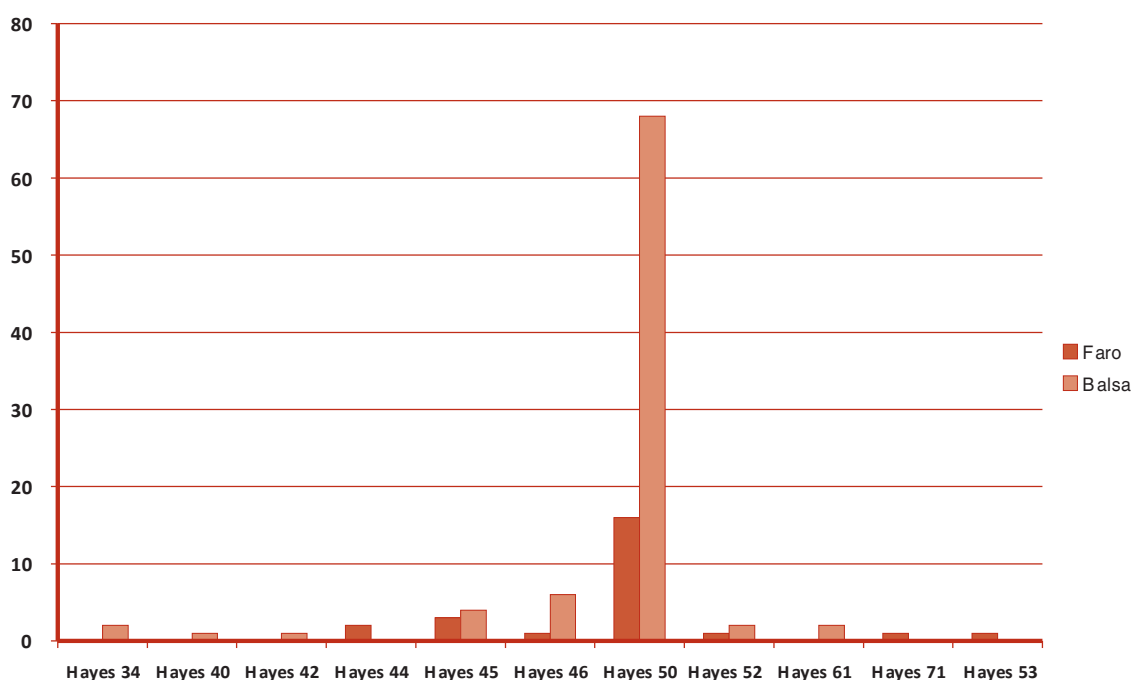


Gráfico 41 – Distribuição das formas de *sigillata* clara C em Faro e Balsa (NMI).

A decoração aplicada encontra-se presente em *Balsa* num exemplar da forma Hayes 52, e em Faro, num fragmento da parede interna de um prato do tipo Hayes 53, ou Salomonson a, que ostenta, igualmente, decoração aplicada com o motivo do *cantharus*, de que apenas se conservou parte.

Nos finais do séc. III ou o princípio do séc. IV, iniciou-se a importação de *sigillata* clara D, categoria que atinge uns expressivos 25.6% em Faro e apenas 14.3% em *Balsa*. Em Belo, a percentagem de *sigillata* clara D soma 25.15%, e constitui o conjunto mais numeroso em termos brutos, aspecto que foi, no entanto, devidamente enquadrado pelas investigadoras francesas (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 386, Fig. 23). Efectivamente, e como já referimos *supra*, o longo período de importação desta cerâmica obriga a prudência na leitura dos dados brutos e das respectivas percentagens, uma vez que esta importação decorreu durante um longo período.

Por outro lado, importa recordar que pude constatar que a distribuição da *sigillata* clara D em *Balsa* difere, de forma significativa, nos diferentes sectores escavados. A sua presença é bastante mais expressiva, por exemplo, na área onde se escavou uma unidade de transformação de preparados piscícolas (sector 2), o que concorda, de um modo geral, com o faseamento cronológico que se tem vindo a propor para o desenvolvimento desta indústria no sul da Lusitânia (Fabião, 1992). A partir do séc. III, esta indústria teria tido um maior desenvolvimento, tendo passado a depender da produção local/regional de ânforas para o escoamento da sua produção.

Igualmente em Faro, foi no sector do Museu Municipal que se assistiu a uma maior presença deste tipo de *sigillata*, parecendo mostrar um ressurgir desta área da cidade no Baixo Império, a que não será alheio o papel que poderá ter desempenhado nos primórdios do Cristianismo. Recorde-se que, em Mérida, a maior parte da *sigillata* clara D chegou à cidade entre os meados do séc. IV e os meados do séc. V, fenómeno que foi explicado através do crescimento urbano que se registou após as reformas de Diocleciano, no momento em que a cidade se tornou sede de diocese (Vázquez de la Cueva, 1985).

As importações mais comuns são as que se encontram mais frequentemente nos sítios onde esta cerâmica ocorre, e que se manifestam nas formas Hayes 58, 59, 61, 67, 76 e 91 (**Gráfico 42**). Os motivos decorativos do estilo A de Hayes, geométricos (círculos concêntricos e grelhas) e vegetais (folhas de palma, etc.), encontram-se também datados do fim do séc. IV/início do séc. V, sendo igualmente dos mais frequentes no Algarve e nos restantes sítios do Ocidente peninsular.

A cidade de Santarém importou o conjunto de formas mais frequentes, sendo as importações do séc. VI muito raras, documentadas apenas por um exemplar de Hayes 99 e 110 (Viegas, 2003a, 2003b). As importações tardias ocorreram em Santarém num contexto em que a cidade perdeu grande parte da sua anterior importância.

Em Conímbriga, as formas mais comuns do séc. IV e V encontram-se bem representadas, mas está igualmente presente um número importante de fragmentos da forma Hayes 104, datada entre 530 e 600 (Delgado, Mayet e Alarcão, 1975).

O conjunto de dados disponíveis sobre a *sigillata* clara D permite apontar para um período dos meados, ou finais, do séc. IV e inícios do séc. V, período até ao qual que se registou o maior volume de importações para os sítios do Ocidente Peninsular. Nas *villae* do Alentejo, como S. Cucufate, no território de *Pax Iulia* (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990), os meados do séc. V marcaram mesmo o final destas importações, enquanto que este fenómeno foi ligeiramente anterior na *villa* romana da Tourega (nos arredores de Évora), local onde as derradeiras importações de *sigillata* clara D datam do final do séc. IV início do V, altura em que o sítio foi abandonado (Pinto, Viegas e Dias, 2004).

Na Ilha do Pessegueiro, o final da ocupação e da produção de preparados piscícolas, principal actividade económica deste sítio, encontra-se datado de finais do séc. IV, inícios do séc. V, através, não só das formas de *sigillata* clara D (Hayes 59, 61 e 91), mas também das ânforas lusitanas da forma Almagro 50 e 51c, assim como das cerâmicas de cozinha africanas (Silva e Soares, 1993, p. 112).

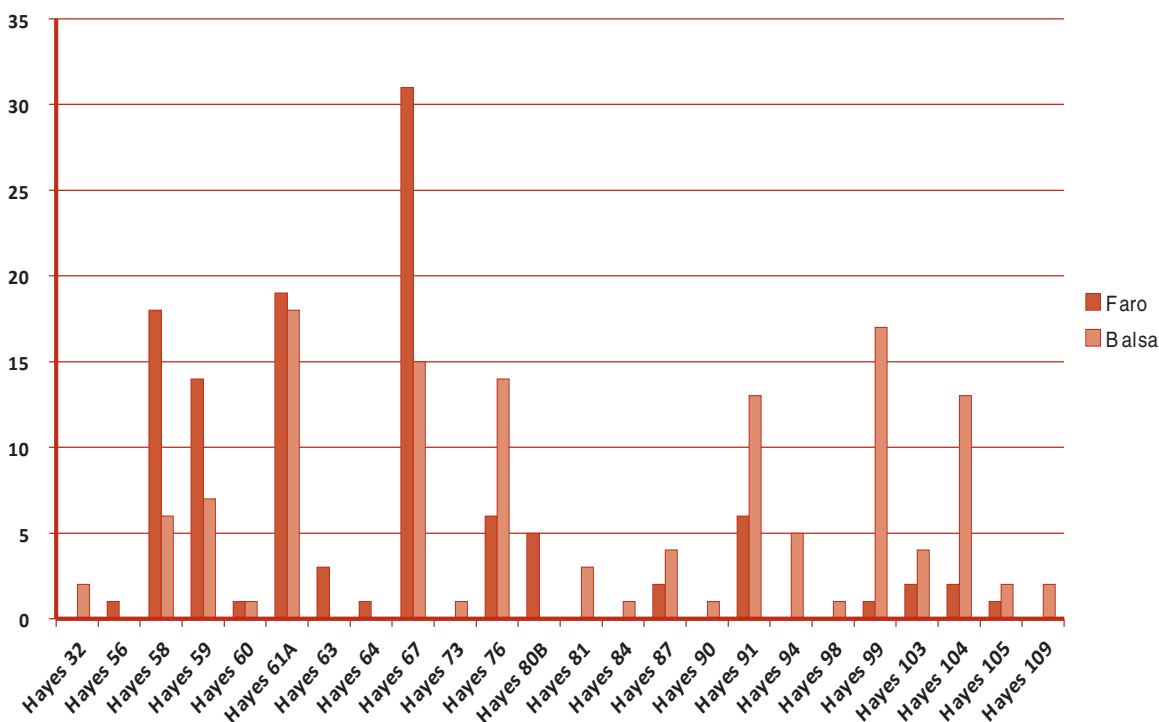


Gráfico 42 – Distribuição das formas de *sigillata* clara D em Faro e Balsa (NMI).

Em Faro e Balsa, as importações prolongaram-se até finais do séc. VI, ou mesmo até aos inícios do século seguinte, mas o volume de importações foi bastante menor do que anteriormente. Assim, além das formas Hayes 99, 104, 105 e 109, assinala-se também a presença de raros exemplares que ostentam decoração do estilo E de Hayes. Encontram-se, no entanto, ausentes as formas típicas do séc. VII, como se referiu, formas essas que se podem encontrar nos contextos tardios das cidades espanholas, como Cartagena, (Ramallo Asencio e Ruiz Valderas, 2000; Madrid Balanza, Murcia Muñoz e Santaella Pascual, 2000) e Tarragona (Macias Solé e Remolà Vallverdu, 2000; Aquilué, 2003).

Mesmo que a leitura global da distribuição cronológica da *sigillata* de Faro e Balsa mostre um decréscimo das importações durante o período Baixo imperial, as importações norte africanas registam, igualmente, um muito abundante conjunto de cerâmica de cozinha africana. Assinala-se a presença das cerâmicas de cozinha que possuem fabrico dito aparentado ao da *sigillata* clara A, como as formas Hayes 23 A e B, e 181 e outros fabricos com a chamada “pátine cinzenta”, como os muito frequentes pratos/tampa Hayes 196 e o tacho Hayes 197. Através da tipologia das formas representadas, pode inferir-se que a importação desta categoria cerâmica ocorreu, sobretudo, entre os meados do séc. II e o séc. V. Como já se discutiu *supra*, é possível que a chegada destes produtos a Faro tenha ocorrido num momento ligeiramente anterior, aquando do abastecimento dos primeiros produtos de *sigillata* clara A, no final do período Flávio, mas foi a partir de meados do séc. II que se tornaram mais frequentes.

A importação de produtos alimentares transportados em ânforas, de origem Norte Africana, é também uma realidade nas cidades de Faro e Balsa entre o séc. III e o V, sendo mais rara no Alto Império.

No período Baixo Imperial, as cidades algarvias abasteceram-se igualmente nos mercados do Sul da Gália. Apesar de corresponderem sempre a percentagens muito reduzidas, encontram-se, entre os materiais de Faro e Balsa, exemplares de DSP (*sigillata* derivada da paleocristã) e *sigillata* luzente. Em Castro Marim, onde não registamos uma ocupação efectiva da área do castelo durante este período, a *sigillata* luzente está igualmente presente com duas peças. Um dos fragmentos pertence a uma carena, possivelmente de uma tigela Lamb. 1/3 (Luis. 37a), forma bastante frequente entre as importações desta categoria, e a outra peça corresponde a uma forma Luis. 31/33, que apresenta uma decoração de barbotina relativamente rara.

Em Faro, a *sigillata* Luzente corresponde a 1.7% do total, e está representada pela forma mais comum, a tigela que segue as linhas da sua antecessora Drag. 37, e que corresponde ao tipo Lamb. 1/3 (ou Luis. 37). Esta forma encontra-se datada entre os finais do séc. III e os meados do séc. IV, e corresponde também ao tipo mais frequente no conjunto de Balsa. As formas fechadas, como urnas e jarros, também foram importadas para as duas cidades, mas por só se terem conservado os seus fundos torna-se difícil precisar a sua tipologia e cronologia. Alguns destes fragmentos podem ter pertencido à urna Luis. 92, datada entre os meados do séc. III e o séc. V. Maior dúvida permanece em torno de um fragmento de Faro, onde se observa parte de uma decoração incisa. Poderá tratar-se de um exemplar do tipo Lamb. 28.

Ausente em Conímbriga e Santarém, esta *sigillata* ocorre igualmente em Belo, onde corresponde a uma percentagem reduzida de 0.81%. O conjunto é, no entanto, mais numeroso do que os das cidades algarvias, o que poderá justificar a diversidade de formas representadas, sendo, contudo, as formas Lamb. 1/3 (carenada) e Lamb. 2/37 (hemisférica) as mais frequentes, num conjunto onde as formas fechadas também fazem a sua aparição (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 368-369).

A carta de distribuição desta *sigillata* em território hoje português alarga-se a Tróia, onde se identificaram alguns exemplares da forma Lamb. 1/3 (Maia, 1978, p. 295-307). Nos restantes sítios, esta cerâmica não foi registada, mostrando uma distribuição que privilegiou, sobretudo,

as regiões costeiras meridionais, devendo esta distribuição relacionar-se também com as regiões onde a actividade económica é mais intensa durante o Baixo Império.

A *sigillata* dita paleocristã, que os autores franceses designam actualmente com a sigla DSP (“*dérivée-des-sigillées paléochrétiennes*”), constitui outra das produções tardias das oficinas da Gália, que está presente em Faro e Balsa, sendo ainda mais rara que a *sigillata* luzente. A DSP de Faro resume-se a dois fragmentos das formas mais frequentes, Rigoir 1 e 18, com decoração estampada com palmetas e círculos, o que permite propor tratar-se de peças originárias da Narbonense, datáveis do séc. VI (Raynaud, 1993b, p. 413-418). Em escavações anteriores realizadas na Fábrica da Cerveja, local próximo do Museu Municipal, foi recuperado um fragmento que pertence à forma Rigoir 2. Trata-se de uma taça com bordo em aba, que ostenta, no topo, círculos concêntricos, sendo o engobe e a pasta de boa qualidade e bem depurados, de cor cinzenta clara (Paulo, 1999/2000).

Em Balsa, além da forma Rigoir 1, publicada por J. Nolen, encontra-se igualmente a forma Rigoir 3, de tonalidade acinzentada e com a característica decoração estampada no topo do bordo, além de um exemplar da forma Rigoir 16, neste caso de cor alaranjada, com possível origem na Narbonense.

Na região algarvia, a DSP encontra-se em Loulé Velho, onde se recuperaram fragmentos das formas Rigoir 1 e 18 (Gomes e Serra, 1996, p. 43-44). No restante território hoje português, esta cerâmica está presente em Tróia, onde ocorrem novamente as formas mais frequentes Rigoir 1, 3 e 18 (Maia, 1976-77, p. 411-415) e na villa romana do Alto do Cidreira (Cascais), onde se identificou um fragmento da forma Rigoir 8 e um outro indeterminado (Nolen, 1988, p. 89).

Em Belo, tal como nas cidades algarvias, a DSP é ainda mais rara que a luzente, registando um repertório algo diversificado, constituído por oito formas Rigoir 1, 3, 4, 6, 8, 15, 18 e 35 (?) (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 370)

A DSP encontra-se também presente em Conímbriga. Aqui, sob a designação de “*céramique grise du Bas Empire*”, foram incluídas não só as “verdadeiras” *sigillatas* paleocristãs, mas também outras produções derivadas desta, de carácter local/regional (Alarcão, 1965; Alarcão et al., 1976, p. 65-69, est. XV e XVI). O prato, com bordo em aba, decoração estampada e pérolas da forma Rigoir 1 regista-se com alguma frequência, ocorrendo igualmente o tipo Rigoir 3 e 15 (Alarcão et al., 1976, p. 66-67). As cerâmicas de Conímbriga foram associadas ao grupo da Narbonense, tendo-se verificado a quase total ausência de fabricos relacionados com as produções da área de Bordéus. “Une telle situation ne peut s’expliquer que par l’existence de circuits commerciaux bien définis et peut-être par l’existence de zones réservées de marché (...)” (Alarcão et al., 1976, p. 66).

Segundo C. Fabião, a presença destas cerâmicas corresponderia à contrapartida comercial das ânforas lusitanas exportadas para a Gália neste período, em particular os tipos Almagro 50 e 51c (Fabião 1996b, p. 337).

Durante a Antiguidade tardia, as importações de *sigillata* foceense, proveniente do Mediterrâneo Oriental, foram uma realidade. As cartas de distribuição deste tipo de cerâmica, desenvolvidas aquando da sua identificação em Tróia (Maia, 1974), e posteriormente completadas com os estudos de M. Delgado (1988, p. 35-49), têm vindo a ser sucessivamente actualizadas à medida que se realizam novas descobertas. De um modo geral, verifica-se que existe um domínio, quase absoluto, da forma Hayes 3 (e suas variantes), entre meados do séc. V e meados do VI, ainda que, por vezes, também se encontrem alguns exemplares da forma Hayes 2, 5 e 8.

A ampla distribuição desta cerâmica contrasta com o número sempre bastante reduzido de exemplares recolhidos, que correspondem, na maior parte dos casos, e salvo raras excepções, à presença de uma única peça. Em Mértola, este tipo de cerâmica encontra-se bem representado, e, além da *sigillata* foceense tardia e das importações tardias oriundas do Mediterrâneo oriental, encontra-se também a *sigillata* cipriota tardia (Delgado, 1992, p. 125-133). Em Belo, a *sigillata* foceense tardia está representada por 1.31%, sendo, uma vez mais, maioritária a forma Hayes 3 e estando igualmente representada a *sigillata* cipriota (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 376).

### 2.3.1.3. As ânforas de Ossonoba, Balsa e Castro Marim. Leitura de conjunto relativamente ao consumo e comércio de produtos alimentares no Ocidente peninsular

#### O período Republicano

O estudo das ânforas dos três principais núcleos urbanos do Algarve costeiro Central e Oriental permitiu obter dados relevantes para o conhecimento do consumo e comercialização de produtos alimentares. Através da análise dos conjuntos estudados, foi também possível obter informações sobre as tendências económicas durante um longo período de tempo, desde a época republicana (séc. II a.C.) até ao Baixo Império (séc. V d.C.).

Faro e Castro Marim forneceram conjuntos relevantes de ânforas do período Republicano, mais de duas centenas de indivíduos, no primeiro caso, e mais de sete centenas, no segundo.

Apesar do topónimo *Balsa* ter uma origem pré-romana, talvez porque o povoado sidérico se localizasse sob a actual cidade de Tavira, não foi ainda possível obter materiais desta época no sítio. Nos estudos anteriores, apenas duas peças de cerâmica campaniense são atribuídas a Torre de Ares (Nolen, 1994, p. 63-64, Est. 9), e no que se refere às ânforas não existem exemplares anteriores ao período imperial (Fabião, 1994, p. 17-34). O estudo agora realizado sobre a totalidade das ânforas de *Balsa* provenientes das escavações de 1977 também não revelou quaisquer fragmentos anteriores a Augusto. A ausência de materiais anteriores a esta época estende-se também às cerâmicas recolhidas à superfície, em trabalhos de prospecção realizados no local, em diversas ocasiões, e que tivemos oportunidade de estudar. Apesar do que se referiu, parece acertado manter alguma prudência, dado não só a área que foi objecto de escavação ter sido bastante reduzida, mas também pelo desconhecimento que temos relativamente à topografia da antiga cidade. Restam, além de alguns fragmentos de cerâmica campaniense, as cunhagens monetárias, datadas do séc. I a.C., que mostram motivos e temática idêntica às de *Ossonoba* (Faria, 1995, p. 144-150).

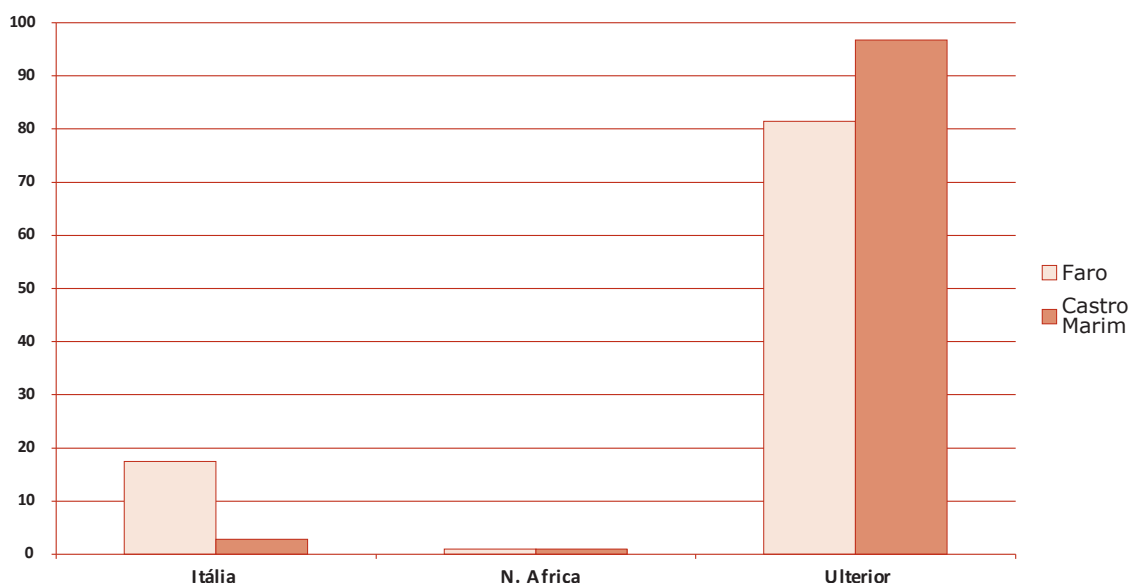


Gráfico 43 – Comparação das percentagens de ânforas republicanas de Faro e Castro Marim de acordo com a sua origem (NMI).

Não foi possível, devido às escassas áreas escavadas, quer em Faro quer em Castro Marim, conhecer as características dos *oppida* que aí se localizaram. Corresponderam certamente a núcleos de *habitat* com características urbanas, características essas que já eram evidentes em época pré-romana, pelo menos em Castro Marim (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007). São relativamente escassas as estruturas arqueológicas referenciadas para este período republicano, não permitindo uma reconstituição exacta da importância e extensão destes núcleos urbanos. Os dados disponíveis sobre o período pré-romano relativos ao estudo das ânforas apontam para uma ocupação de *Ossonoba* não anterior ao séc. IV a.C. (Arruda, Bargão e Sousa, 2005, p. 177-208).

A abundância de cerâmica campaniense A em Faro aponta para uma presença romana datada do séc. II a.C. Em Castro Marim, pelo contrário, esta é escassa, dominando a campaniense B de Cales, cuja cronologia se centra em meados do séc. I a.C., mas que se prolonga até ao final do terceiro quartel dessa centúria. As cunhagens monetárias estão presentes nestes dois núcleos urbanos. Se em *Ossonoba* elas datam de um momento pouco preciso no séc. I a.C., em *Baesuri* a sua presença no contexto datado entre 50-30 a.C. coloca-as nesse momento, embora, segundo A. Faria, esta cronologia possa avançar até às últimas décadas do séc. I a.C. (Faria, 1995, p. 143-144). Esta última cronologia poderá igualmente ser defendida para os exemplares de *Balsa*.

Se atendermos às diferentes percentagens de ânforas de Faro e Castro Marim do período republicano, de acordo com a sua origem, verificamos que a importação de produtos originários da *Uterior* foi muito elevada, sempre acima dos 80%. As diferenças que se registam dizem respeito, sobretudo, à importação de alimentos da Península Itálica. De facto, a percentagem de ânforas vinárias Dressel 1 e Lamb. 2 é de 15.4% em Faro, enquanto, em Castro Marim este valor é bastante inferior, não atingindo os 3%. Uma possível explicação para este fenómeno prende-se com a natureza dos conjuntos estudados e a sua cronologia. Por um lado, em Faro dispomos de um conjunto que, segundo os dados que se obtiveram através do estudo das cerâmicas finas, nomeadamente da cerâmica campaninense, remonta ao séc. II a.C. Este aspecto ficou comprovado não só pela abundância da cerâmica campaniense A, mas também pelas formas que se encontram representadas no sítio. São escassos os materiais contextualizados e, por motivos que desconhecemos, que se prendem com a formação do registo arqueológico, os momentos mais antigos da ocupação republicana estão bem representados. Por outro lado, o conjunto de Castro Marim centra-se em limites temporais muito precisos da fase mais tardia da época republicana, especificamente entre 50-30 a. C., o que pode justificar a menor percentagem de ânforas Dressel 1.

Outro aspecto que deve ser realçado diz respeito às diferenças que se observam na origem dos produtos importados de Itália. Assim, verifica-se que a percentagem de ânforas provenientes da costa Tirrénica (Dressel 1) e da costa adriática difere bastante de um sítio para o outro. Se em Faro se assiste ao habitual desequilíbrio entre as duas regiões, com uma forte presença de recipientes vinários da região Tirrénica, em Castro Marim estes dados são bastante diferentes (Dressel 1 – 53% e Lamb. 2 – 47%). Na antiga *Baesuri*, as ânforas da costa Adrática são bastante mais frequentes que o habitual. As ânforas Lamb. 2 estão também relativamente bem representadas no chamado depósito de Mértola onde ocorrem associadas a ânforas Dressel 1C, num contexto datado do séc. I a.C. (Fabião, 1987; Fabião, 1989, p. 86-92). A distribuição desta ânfora no ocidente Peninsular mostra uma difusão sobretudo em sítios costeiros, normalmente associada à Dressel 1, não se registando um grande número de exemplares em cada local. A maior concentração deste tipo regista-se na costa do SE da Hispânia, com uma forte incidência na cidade portuária de Cartago Nova (Perez Ballester e Pascual Berlanga, 2004; Molina Vidal, 1997). Segundo Molina Vidal, esta concentração estaria relacionada com a obtenção de metais perto de Cartagena. Assim, numa rede de trocas comerciais relativamente complexa controlada por Cartagena, seriam obtidos vinho e escravos, estes últimos originários do porto de Delos. Infelizmente, os dados não permitem afirmar categoricamente que esta maior concentração de Lamboglia 2 nesta área esteja relacionada, também no caso de Castro Marim, com a obtenção ou escoamento de recursos mineiros próximos.



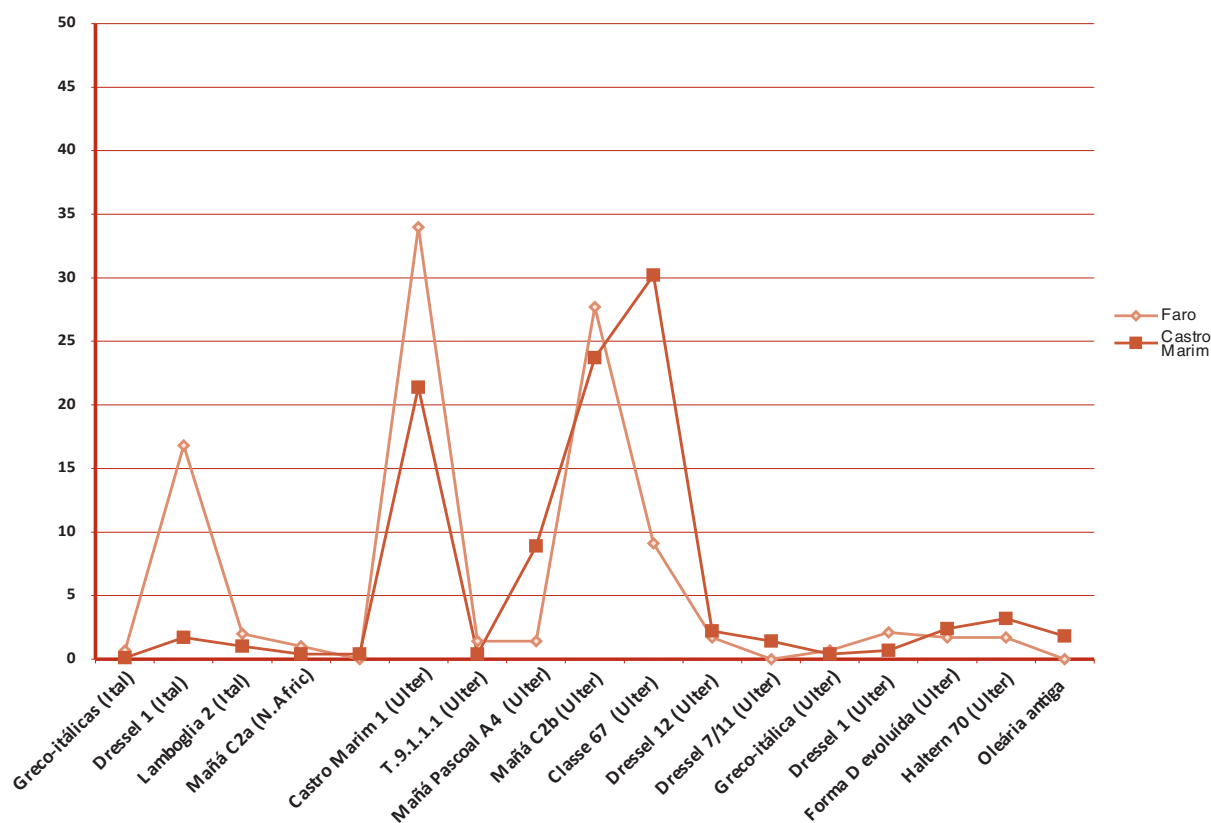


Gráfico 44 – Comparação das percentagens de ânforas do período republicano em Faro e Castro Marim NMI).

O **Norte de África** foi responsável pelo abastecimento de azeite transportado da actual Líbia (Tripolitana antiga) e da actual Tunísia de onde chegaram também outros produtos (preparados piscícolas) transportados em ânforas do tipo Mañá C2a. A carta de distribuição das Tripolitanas antigas, proposta por Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba (2002), alarga-se portanto para o Ocidente, como sucedera já anteriormente com os materiais provenientes do Castelo de S. Jorge, em Lisboa (Pimenta, 2005, p. 81) e de Santarém (Almeida e Arruda, 2005). Registe-se apenas a ausência, até ao momento, de Tripolitanas antigas em Faro, aspecto que não parece muito relevante.

Como se observou, a **Uterior**, quer a sua faixa costeira gaditana, quer o vale do Guadalquivir, foi responsável pelo abastecimento de diversos produtos alimentares aos núcleos urbanos do Algarve litoral. A percentagem destas importações no período Republicano atingiu valores muito elevados, 82.1% em Faro e 96.4% em Castro Marim. Interessa-nos, no entanto, analisar, com maior detalhe, a natureza destas importações e aprofundar a discussão das especificidades que, apesar de tudo, se detectam nos dois sítios. Recorde-se que a importação de preparados piscícolas em Castro Marim desde a Idade do Ferro até à época romana foi já objecto de estudo e publicação (Arruda et al., 2006).

De um modo geral, observa-se nos dois sítios, enquanto centros de consumo, o mesmo fenómeno que os investigadores espanhóis têm vindo a descrever para a produção anfórica, sobretudo, da baía gaditana (Lagóstena Barrios, 1996a). Na produção de contentores anfóricos destinados ao transporte de preparados piscícolas, assiste-se a um lento processo de romanização destes envases. Por um lado, assiste-se à produção de ânforas dos tipos Castro Marim 1, T9.1.1.1. de Ramon Torres, Forma D evoluída de Pellicer e Mañá Pascual A4, cujos modelos seguem uma longa tradição pré-romana (púnica ou punicizante). Este conjunto de formas, onde se destaca em qualquer das situações o tipo Castro Marim 1, soma cerca de 30% em Beasuri e mais de 36% em

Ossonoba. Outro fenómeno bem documentado nas *figlinae* da *Ulterior* é o surgimento de outros tipos que seguem, em linhas gerais, as características dos tipos anfóricos púnicos (de morfologia cilíndrica e asas no bojo), com directa tradução nos contextos de consumo dos nossos centros urbanos. Referimo-nos à produção da forma Mañá C2b, que é responsável por 28% das ânforas deste período em Faro e 23.1% em Castro Marim.

Além dos dados já conhecidos, e que foram sintetizados a propósito do conjunto da Alcáçova de Santarém (Arruda e Almeida, 1998), deve acrescentar-se ao mapa de distribuição desta ânfora um ponto em Faro. De referir ainda, que a esmagadora maioria dos exemplares de ambos sítios é proveniente da Baía gaditana, exceptuando uma peça ossonobense que parece ser originária no Vale do Guadalquivir, ou mais precisamente da região de Las Marismas.

A par destas duas linhas de produção referidas, têm início, paulatinamente, transformações que reflectem a progressiva romanização da *Ulterior* e, conseqüentemente, também dos seus contentores. Assim, por um lado assiste-se ao aparecimento de ânforas que, pela sua morfologia, mostram ter sido inspiradas nos contentores clássicos itálicos, como as ânforas greco-itálicas ou Dressel 1; por outro lado, os modelos itálicos são também inspiradores de formas completamente novas, mas já de âmbito romano, como a Classe 67 e Dressel 12 e a Haltern 70. Os dados disponíveis actualmente não permitem assegurar se estas greco-itálicas e Dressel 1, produzidas na *Ulterior*, se dedicavam ao transporte de vinho, ou se transportaram preparados piscícolas, como recentemente se documentou em exemplares de Belo (Bernal *et al.*, 2003). Se as imitações de formas itálicas são relativamente raras e parecem ter tido, em termos cronológicos, uma produção algo limitada, pelo contrário, as ânforas da Classe 67 mostram percentagens mais importantes, correspondendo a 8.6% em Faro e a um valor muito expressivo de 29.5%, em Castro Marim.

Quanto aos produtos transportados, tudo indica um domínio dos preparados piscícolas, apontando-se mesmo para que este tenha sido o conteúdo das ânforas da Classe 67 presentes em Castro Marim (Arruda *et al.*, 2006, p. 172-173). Como já se referiu, pesa nesta proposta o facto de a totalidade dos opérculos que se encontram em associação a estas ânforas pertencerem a produções da área gaditana. Assim, as ânforas produzidas, sobretudo na área do vale do Guadalquivir, seriam deslocadas até à costa, onde seriam cheias de preparados piscícolas e seladas com opérculos produzidos localmente e posteriormente exportadas.

Relativamente à cronologia, os dados recentes publicados por R. Almeida sobre a Alcáçova de Santarém apontam para que as ânforas da Classe 67 se prolonguem até ao primeiro terço do séc. I d.C. (Almeida, 2006, p. 54; 2008). Os dados de que dispomos acerca da presença destes contentores nos sítios da costa algarvia não confirmam cronologias tão tardias, uma vez que estas ânforas se encontram ausentes da cidade de Balsa.

Também com origem no vale do Guadalquivir, mas com reduzidas percentagens (1.8% em Faro e 3% em Castro Marim), assinalam-se em Faro e em Castro Marim as primeiras importações de produtos vinários oriundos da rica e fértil província da *Ulterior*, transportados em ânforas do tipo Haltern 70. Como já se referiu, a possibilidade deste ser um contentor multiusos tem sido igualmente defendida (*vide supra*). Documentaram-se igualmente o que se julga serem produções oleárias antigas, que se distinguiram com mais facilidade no contexto tardo republicano de Castro Marim. Estas primeiras produções estavam já atestadas no sítio militar da Lomba do Canho, onde são designadas de Classe 24, remontando a meados do séc. I a.C., e foram posteriormente confirmadas com os dados obtidos pelo mesmo investigador e A. Guerra, no sítio de Mesas do Castelhinho (Fabião e Guerra, 1994). Aí, a cronologia proposta remonta mesmo a finais do séc. II a.C e aos finais dos séc. I a.C. (Fabião, 2000a, p. 670). Na Alcáçova de Santarém, estes contentores estão também presentes sob a designação de “Ovóide 6”, em contextos seguros do período tardo republicano, concretamente da segunda metade do séc. I a.C. (Almeida, 2006; 2008).

Transportando igualmente preparados piscícolas, encontram-se no contexto tardo republicano de Castro Marim uma série de exemplares de ânforas que se integram nas variantes mais antigas do tipo Dressel 7/11. Conhecem-se contextos de consumo destes tipos anfóricos com cronologias idênticas nas províncias do Noroeste do Império, como refere S. Martin-Kilcher (2003, p. 69-82). Por outro lado, nos centros produtores da baía gaditana verifica-se que a forma Mañá C2b coexiste com séries mais antigas do tipo Beltrán I, sua sucessora (Lagóstena Barrios, 1996b, p. 153).

São relativamente escassos os sítios com os quais podemos comparar os conjuntos agora estudados. Não obstante, a importância das formas ditas púnicas está também patente em outros locais como no Cerro da Rocha Branca (Gomes, Gomes e Beirão, 1986) e em Monte Molião (Sousa, 2006, p. 11-26; Arruda et al., 2008), mostrando bem o peso das importações gaditanas de inspiração púnica no território hoje algarvio. No conjunto recuperado em duas ocasiões, em dragagens no rio Arade (Portimão), as ânforas que se podem atribuir ao período republicano são relativamente escassas. Em 256 bordos, apenas 38 pertencem a esta época e destes mais de metade são do tipo Mañá C2b da *Ulterior* (Silva, Coelho-Soares e Soares, 1987; Diogo, Cardoso e Reiner, 2000).

A leitura do **Gráfico 44**, onde se observam as percentagens de ânforas importadas para ambos os sítios no período republicano, mostra, como já referimos, que os dois sítios divergem, claramente, no que diz respeito aos valores das ânforas vinárias itálicas, Dressel 1, muito escassas em Castro Marim, e na percentagem de ânforas da Classe 67, que é muito elevada neste sítio. Já se discutiu a estranheza que causa esta reduzida importação de vinho itálico, uma vez que todos os restantes sinais da presença romana estão bem patentes no sítio, apontando-se a este propósito a importação de importantes quantidades de cerâmicas finas (campaniense B de Cales e paredes finas itálicas) (Arruda et al., 2006, p. 172). As ânforas itálicas são frequentes em contextos deste período, no ocidente peninsular, e a sua carta de distribuição mostra, como já referiram outros autores, uma ampla difusão, embora esta seja mais expressiva nos sítios costeiros do sul (Fabião 1998b, p. 176-177, Fig. 1).

Desconhecendo-se operações militares no sul do território actualmente português neste período, o que não significa que não tenham tido lugar, a existência destes contentores deve relacionar-se com a presença de populações itálicas nesta região e/ou com actividades comerciais. Assim, se o abastecimento aos militares da campanha de Júnio Bruto em 138-137 a.C. pode explicar a concentração de ânforas itálicas no vale do Tejo, o mesmo poderá não ser válido para a área meridional. No entanto, convém não esquecer que Serviliano poderá ter passado no Algarve durante a campanha de 141 a.C. e que a batalha de *Laccobriga*, das guerras sertorianas, pode ter acontecido nos arredores de Lagos. Contudo, ainda que estes acontecimentos, cuja adscrição geográfica ao Algarve é ainda muito problemática, tenham contribuído para divulgar no território produtos itálicos, não parecem restar dúvidas que a existência destes se deve relacionar, como acima foi defendido, também e preferencialmente, com outro tipo de abastecimentos.

A escassez de ânforas itálicas em Castro Marim constitui, portanto, um facto ainda de difícil interpretação, que apenas uma cronologia mais tardia do conjunto estudado poderá ajudar a explicar. Por outro lado, assiste-se à presença de uma percentagem elevada de ânforas da Classe 67, para as quais foi defendido um conteúdo piscícola (Arruda et al., 2006). Já anteriormente era este o produto que C. Fabião propusera para este tipo, como indica o *titulus pictus* do naufrágio San Ferreol (Fabião, 1989; Más García, 1985, p. 205). A presença desta ânfora na costa marroquina também reforçava esta ideia. No entanto, mais recentemente tem-se defendido um carácter polivalente para este e outros contentores, como as Haltern 70 e a Mañá C2 (Fabião, 2000a, p. 673). Os produtos da uva, o azeite e os preparados piscícolas eram produzidos na *Ulterior* na priméria metade do séc. I a.C., o que justifica que no período augustano se registem volumes elevados

destes produtos nos sítios militares do *limes* ou em Roma (Fabião, 2000a, p. 674). A hipótese de este contentor, se não a totalidade, pelo menos alguns exemplares, ter transportado vinho para Castro Marim, deve ser igualmente colocada, neste contexto, tanto mais que poderia suprir a escassez de recipientes vinários itálicos que, como se viu, temos dificuldade em explicar (Arruda et al., 2006). Por outro lado, R. Almeida a propósito do material da Alcáçova de Santarém, chamou recentemente a atenção para as semelhanças morfológicas destes recipientes com as ânforas adriáticas apulas, o que poderia indicar um conteúdo oleícola (Almeida, 2006, p. 104; 2008).

A importação massiva de preparados piscícolas para os núcleos urbanos de Faro ou Castro Marim segue uma tradição que se pode dizer milenar, uma vez que a presença de ânforas que transportaram estes produtos alimentares da área gaditana está bem patente nos dois sítios, em níveis da Idade do Ferro, como já o demonstraram os estudos realizados para Faro (Arruda, Bargão e Sousa, 2005) e para Castro Marim (Arruda et al., 2006). Por outro lado, (...)“mais uma vez, ficou evidenciada a dependência de Castro Marim em relação a Cádiz, dependência essa que o estudo destas ânforas pode acrescentar aos dados que a cerâmica ática e a de tipo Kuass já indicava (Arruda, 1997; 2000; 2003) “ (Arruda et al., 2006, p. 171; Sousa, 2005; 2009).

A diversidade de contentores que, em princípio, transportariam o mesmo tipo de alimento pode justificar-se dado a diversidade de preparados piscícolas que se conhece, sobretudo para épocas posteriores, evidenciada quer nas fontes quer em inscrições nas próprias ânforas (*tituli picti*).

Não se registou, ao que tudo indica, produção local/regional de ânforas durante o período republicano, em território hoje algarvio. Anteriormente, a existência de alguns fragmentos de ânforas com sinais de distorção devido a altas temperaturas tinham levado A. Margarida Arruda a colocar a possibilidade de ter existido uma produção local de ânforas que seguissem os modelos ditos púnicos (ânforas de tipo D) (1997). Mais recentemente, esta possibilidade foi relativizada pois julga-se que podem ter sido fenómenos pós-deposicionais os responsáveis pelas deformações referidas (Arruda et al., 2006, p. 171). De referir ainda que, até ao momento, todas as informações de que se dispõe acerca das unidades de preparados piscícolas apontam para um início da sua laboração já no séc. I d.C. Não existe, portanto, e ao contrário do que sucede na baía de Cádiz, evidência de produção de preparados piscícolas em contexto anterior ao domínio romano. Este aspecto não invalida que se tenham recolhido objectos, em níveis sidéricos, relacionados com a actividade piscatória, como pesos de rede e restos ictiológicos, que, aliados à exploração do sal podiam proporcionar a produção de preparados à base de peixe (Arruda, 2005; Arruda, 2006; Arruda et al., 2006, p. 171), aspecto ao qual voltaremos *infra*.

## O Alto Império

Durante o período Alto Imperial, além de Faro e Castro Marim, dispomos também de informação para a cidade de *Balsa*, o que permite estabelecer um quadro mais completo do consumo de produtos alimentares transportados em ânforas nesta época. Mesmo detendo significados próprios no seio dos conjuntos respectivos dos três núcleos urbanos, o que já se discutiu *supra*, as amostras do Alto Império são significativas e possibilitam uma leitura do quadro económico do sul da Lusitânia neste período.

Além das informações que o conjunto das diversas categorias cerâmicas proporcionam, dispomos de alguns dados sobre o urbanismo, a relativamente abundante epigrafia, sobretudo em *Balsa* e Faro, além de existirem também referências, nas fontes escritas, aos três sítios estudados. À luz dos estudos cerâmicos, este período correspondeu, para os três núcleos urbanos, ao momento em que desfrutaram de maior capacidade económica, o que poderá estar relacionado com a promoção municipal da cidade de Faro, no período de Augusto, e de *Balsa*, em época Flávia.

Desconhecemos, com detalhe, qual o estatuto de *Baesuri*, mas o estudo da *terra sigillata* permitiu constatar que este núcleo urbano ainda estava pujante em época Flávia, nos finais do séc. I e inícios do séc. II, quando foi subitamente abandonado. Não estamos perante um lento declínio das importações, como o que se observa em algumas categorias cerâmicas, como a *terra sigillata*, a partir dessa data, com a consequente diminuição das importações de *sigillata* tardia norte africana, mas a um abandono da área do Castelo. A hipótese mais plausível que se coloca actualmente procura justificar este fenómeno com a deslocação do núcleo urbano para uma área mais perto do que seria o porto de *Baesuri*.

As ânforas importadas são largamente maioritárias, e só em Balsa e Castro Marim se assiste a um consumo de produtos lusitanos de âmbito local/regional, que corresponde a 6.6% e 2%, respectivamente.

A província da Bética manteve-se como a principal abastecedora das cidades costeiras do Algarve Oriental (97.5% das ânforas de Faro, 88.3% das de Balsa e novamente 97% das de Castro Marim) e, entre estas, foram as ânforas que transportaram preparados piscícolas as que chegaram, em maior número, aos sítios algarvios. Assim, verifica-se que o conjunto dos contentores que se destinava ao transporte de preparados piscícolas, onde se incluem os tipos Dressel 7/11, Dressel 14, Beltrán IIA e Beltrán IIB é muito significativo, tendo sido responsável por 42.4% das ânforas de Faro, valor que é bastante superior em Balsa (61.1%) e que atinge percentagens mais modestas em Castro Marim (31.3%).

A proximidade geográfica desta província explica que se verifique esta integração do sul da Lusitânia (hoje Algarve) nos circuitos comerciais baseados na cidade e no porto de Cádiz. Tal como alguns autores defendem, por exemplo, C. Fabião, neste período a indústria de preparados piscícolas da Lusitânia dependeria das ânforas da Bética para ser exportada, situação que se modificou no período Tardo-romano, pois a maioria dos fornos de ânforas no Sul de Portugal datam entre o séc. III e V (1994b, p. 227-252, especialmente p. 245).

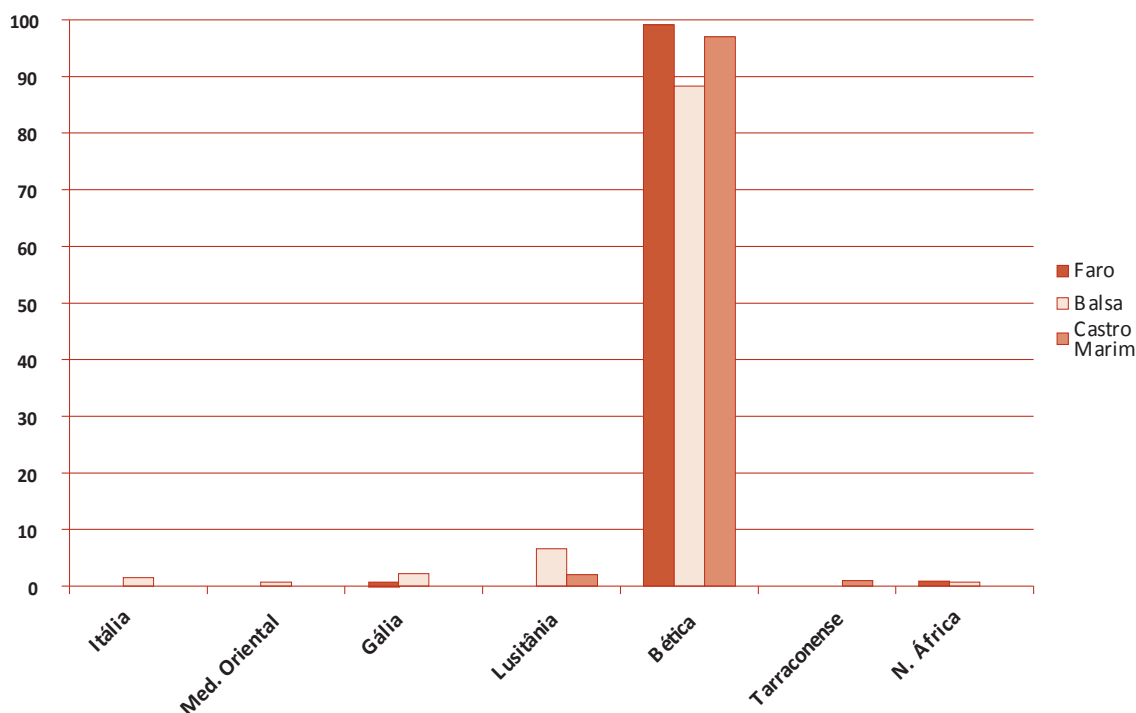


Gráfico 45 – Comparação das percentagens de ânforas de Faro, Balsa e Castro Marim no Alto Império, de acordo com a sua origem.

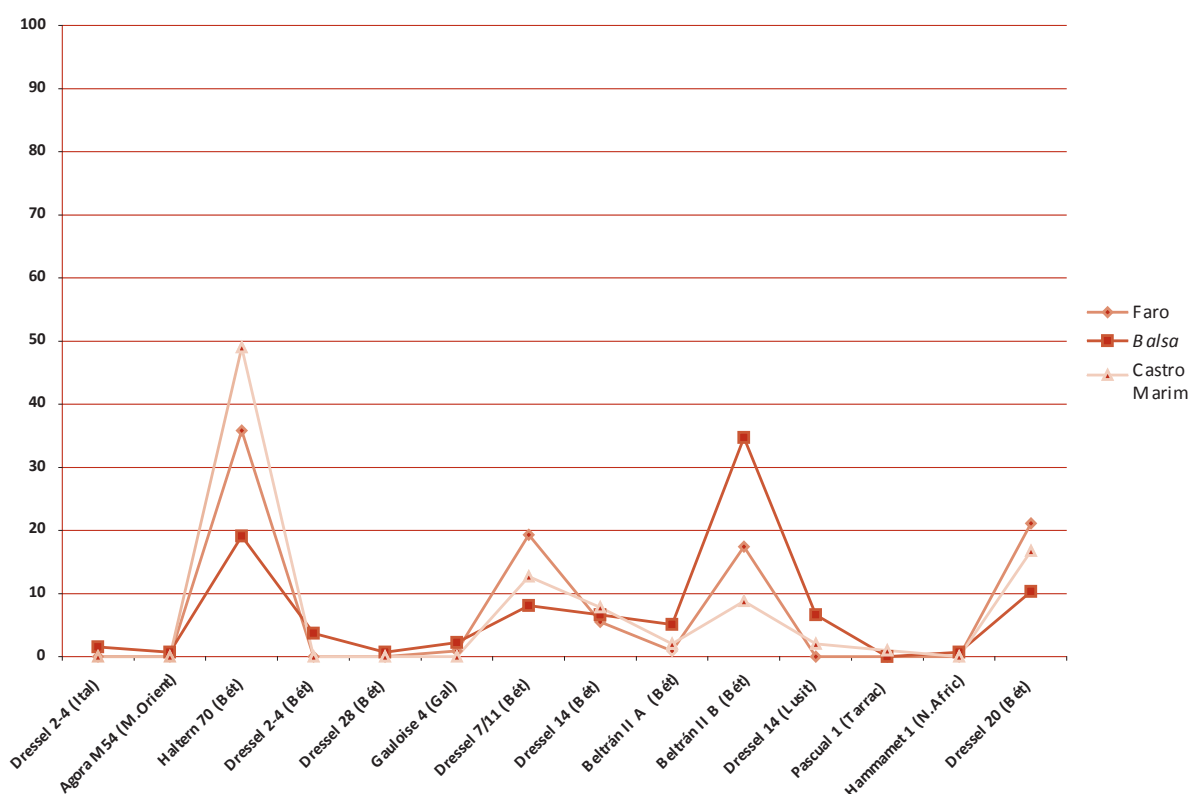


Gráfico 46 – Comparação das percentagens de ânforas do Alto Império em Faro, Balsa e Castro Marim (NMI).

Além dos preparados piscícolas, a Bética foi igualmente responsável pelo aprovisionamento de outros produtos alimentares como o azeite e produtos da uva (vinho e *defrutum*), cuja produção se desenvolveu no vale do Guadalquivir, desde o reinado de Augusto, ou mesmo anteriormente. Esta produção destinava-se, sobretudo no que diz respeito às ânforas oleícolas Dressel 20, ao abastecimento institucional de contingentes militares estacionados em diferentes pontos do *limes* germânico, na *Britannia*, ou à cidade de Roma (Remesal Rodríguez, 1986; Carreras Monfort e Funari, 1998, Martin Kilcher, 1983).

No entanto, a difusão destes recipientes não se resume ao carácter oficial e é nesse contexto que podemos procurar compreender a presença deste tipo de materiais no Algarve romano.

Em Castro Marim, verificou-se que a importação de azeite já estava presente no contexto tardo republicano, mas foi durante o período de Augusto-Tibério que se assistiu ao acréscimo do volume de produtos transportados em ânforas do tipo Dressel 20. Esta forma está representada nos três núcleos urbanos algarvios: em Faro corresponde a 19.5%, em Balsa não ultrapassa os 10.3%, ascendendo a 16.7% em Castro Marim. Estas percentagens mostram bem o carácter de centros redistribuidores que estas cidades constituíram no quadro da comercialização do azeite bético. É um facto que o panorama da difusão das ânforas Dressel 20 no ocidente peninsular, traçado nos anos 90 por C. Fabião, mostra uma ampla dispersão destes produtos, não só em áreas costeiras, mas também no interior (1993-94). No entanto, é de referir o relativo reduzido número de exemplares em cada sítio. A defesa de uma rota Altântica, e não apenas aquela que utilizou o eixo Ródano-Reno, foi devidamente valorizada, no abastecimento às forças militares da fronteira germânica, e constitui um dos pontos chave para explicar a dispersão das Dressel 20 na fachada ocidental da Península Ibérica (Fabião, 1993-94, p. 239).



Sendo relativamente reduzidos os restantes conjuntos publicados sobre sítios do sul da Lusitânia ou do ocidente peninsular, não é possível verificar, com precisão, qual a percentagem relativa deste abastecimento de azeite, face aos restantes produtos. No entanto, parece claro que os sítios costeiros algarvios viveram uma situação privilegiada no comércio deste produto. O número de exemplares recolhido em qualquer um dos três núcleos urbanos é bastante superior ao que habitualmente se regista no território hoje português.

Apesar das reservas que alguns autores colocam quanto à utilidade das tabelas morfológicas das ânforas Dressel 20, enquanto indicadores cronológicos, estas serviram para obter uma aproximação relativamente ao padrão de importação destes contentores. Assim, verifica-se que a importação se iniciou nas fases mais recuadas da produção, registando-se, nos três núcleos urbanos, os modelos que se enquadram no período de Augusto e Tibério.

Em Faro, existe mesmo uma peça que enquadrámos no tipo Haltern 71 e que corresponde ao prototipo do que mais tarde virá a ser a Dressel 20, sendo a fase mais antiga da produção a mais bem representada nas sondagens do Museu Municipal, sendo relativamente mais abundantes os exemplares da segunda metade do séc. I, desta vez provenientes do local onde se recuperou o mosaico do Oceano. Em Balsa, as formas mais antigas estão presentes, mas regista-se também um conjunto significativo de ânforas que pertencem à segunda metade do séc. I e às primeiras décadas do séc. II (tipo III de Berni) (Berni, 2007). O conjunto de Dressel 20 de Castro Marim caracteriza-se também por uma maior presença de contentores das fases mais antigas da produção, embora, neste caso, não se estranhe a ausência de ânforas das variantes que se atribuem normalmente ao séc. II ou mesmo à Dressel 23, uma vez que o estudo da *terra sigillata* aponta para um abandono da área do Castelo, neste período. A epigrafia anfórica que caracteriza este contentor está presente em dois exemplares de Faro, além das marcas de Balsa anteriormente publicadas (Fabião, 1994a).

O vale do Guadalquivir foi, também, reconhecidamente, uma área produtora de vinho e de outros produtos da uva, como parece ter sido o *defrutum*, cedo exportado para as províncias do Norte, para o *limes* germânico e, mais tarde, a partir do reinado de Cláudio, também para a *Britannia*.

A presença das ânforas do tipo Haltern 70 encontra-se bem documentada nas cidades algarvias, mas com percentagens bastante díspares. Se em Faro corresponde a 34.8% das ânforas neste período, em Castro Marim, a presença desta ânfora é bastante superior, atingindo mesmo 49%. Pelo contrário, em Balsa, a percentagem de contentores deste tipo resume-se a um valor de 19.1%. Desconhecemos os contextos precisos, domésticos, religiosos ou cerimoniais, em que se realizaram estes consumos, não sendo fácil entender os motivos desta disparidade. Uma das explicações pode relacionar-se com a natureza das amostras. Os momentos mais antigos da ocupação alto imperial estão particularmente bem representados em Castro Marim e Faro, aspecto que o estudo da *terra sigillata* parece confirmar. O mesmo argumento é válido para Balsa, sítio onde a ocupação alto imperial, Flávia, e posterior, se encontra particularmente vincada, portanto numa fase em que a produção/exportação de Haltern 70 se encontra visivelmente em quebra. Estes dados são, em certa medida, corroborados pela leitura, ainda que arriscada, das características morfológicas dos bordos desta ânfora. Em Faro, a fase augustana encontra-se relativamente bem representada, mas é a fase Cláudia a que mais se destaca, o que não sucede em Castro Marim, onde os exemplares que atribuímos ao período de Augusto são os mais abundantes. De referir também que este contentor já se encontrava a ser comercializado na antiga *Baesuri* em período tardo republicano, embora tenha sido no período Imperial que se assiste a um aumento do volume das importações. Os dados sintetizados aquando da apresentação do naufrágio Culip VIII apontam para um auge das importações desta ânfora, exactamente durante a época de Augusto.

Diversos autores têm chamado a atenção para a possibilidade desta ânfora ter transportado vários produtos, todos originários do vale do Guadalquivir (Fabião, 2000a; Carreras, 2004). O facto de este contentor ter tido um importante papel no abastecimento de contingentes militares explica, em parte, a sua distribuição no ocidente da Península Ibérica e ajuda a compreender a concentração de materiais na cidade de *Bracara Augusta* (Morais, 2004a; 2005) e nos Castros do noroeste. Trata-se, novamente, de produtos comercializados “à margem” de um abastecimento institucional, que tinha como finalidade fazer chegar mantimentos aos contingentes militares estacionados na Cantábria e Astúrias e no *limes* germânico (Morais e Carreras, 2004, p. 96).

A distribuição destas ânforas nos sítios costeiros da fachada Atlântica da Hispânia, segue, portanto, um eixo de abastecimento que utilizou também a rota através do Oceano. Após a conquista da *Britannia*, como já se referiu, este eixo terá adquirido novo significado.

Os recipientes que transportaram vinho ou outros produtos vínicos da Bética podem não se restringir à Haltern 70. A presença, ainda que muito escassa, de exemplares de ânforas do tipo Dressel 28 e Dressel 2-4 bética são disso testemunho. Também não se pode excluir a possibilidade de alguns exemplares que se integram no tipo Dressel 7/11 terem transportado vinho (Liou, 1988; Fabião, 1998; Silvino e Poux, 2005). No estudo que iniciámos da cerâmica comum dos núcleos urbanos algarvios, encontramos recipientes que poderão ter sido igualmente utilizados no transporte de produtos alimentares, como o vinho, originários da área costeira da Bética. Referimo-nos aos recipientes designados como “urceus”, para os quais R. Morais chamou recentemente a atenção (Morais, 2007) e que estão representados, ainda que por escassos exemplares, nas três cidades algarvias.

O estudo das ânforas destas cidades algarvias permitiu também constatar que o consumo de vinho segue padrões muito diferenciados, visíveis, não só na origem dos contentores, mas também nas suas percentagens relativas, que correspondem a 37.3%, em Faro, a 27.9% em Balsa e atingem 50% em Castro Marim.

Em Faro, os produtos da uva foram sobretudo transportados em ânforas do tipo Haltern 70, registando-se apenas alguns exemplares que documentam a presença do vinho da Gália, transportado nas ânforas Gauloise 4.

A cidade que mais se destaca pela diversidade de mercados em que se abasteceu de vinho, foi, sem dúvida, a cidade de Balsa. Entre os dados que agora se publicam pela primeira vez e os anteriormente publicados por C. Fabião (1994a), registam-se ânforas Dressel 2-4 itálicas, Agora M-54 provenientes do Mediterrâneo oriental, Haltern 70 e Dressel 2-4 béticas, além de Gauloise 4, originárias do Sul da Gália. No que se refere às Dressel 2-4 itálicas, correspondem aos contentores vinários da costa tirrénica, que sucedem às Dressel 1, embora o seu volume de importação nunca chegue a atingir o registado para o séc. I a.C. São conhecidos diversos outros produtos cerâmicos originários da Península itálica, no séc. I, como a *terra sigillata* tipo itálico, a cerâmica de paredes finas e a cerâmica comum itálica, mas as ânforas são, realmente, raras. Durante o Alto Império, assiste-se ao fenómeno da progressiva substituição dos produtos vinários itálicos por outros de regiões mais próximas (Fabião, 1998b, Arruda e Almeida, 1999), o que explica a importância das importações da Bética, a que já nos referimos.

Por outro lado, a par destes consumos, diria “correntes”, regista-se a presença de um raro exemplar de ânfora vinária proveniente do Mediterrâneo Oriental (Fabião, 1994a), o que configura um consumo de carácter sumptuário. Em meu entender, a explicação para uma diversidade considerável de produtos vinários em Balsa só se poderá explicar pela presença de uma, relativamente numerosa, elite administrativa com capacidade económica e gosto por este tipo de produtos. A este respeito deve igualmente voltar a referir-se que tudo aponta para que a promoção da cidade se tenha dado em época Flávia, o que terá proporcionado, entre outros aspectos, um aumento do funcionalismo relacionado com os cargos da administração romana. Os estudos

epigráficos têm destacado que este grupo social também se encontra fortemente implantado em Faro, e, por isso, será de esperar, no futuro, evidências desta mesma realidade.

Em Castro Marim, o consumo do vinho terá ficado circunscrito às ânforas Haltern 70 e o que se destaca, neste caso, é a elevada percentagem desta forma, que atinge 54% da amostra do Alto Império. Trata-se, como se viu, sobretudo, de recipientes que se podem atribuir ao período de Augusto, fase que corresponde, aliás, ao momento de maior fluxo de comercialização deste produto. Destaque-se ainda uma ânfora Pascual 1, originária da Tarraconense, que documenta a presença de vinho originário daquela região.

A importação de produtos norte africanos, registada na fase anterior em Castro Marim, com ânforas do tipo Tripolitana antiga, originárias da actual Líbia, e ânforas do tipo Mañá C2a, presentes igualmente em Faro, parece ter tido alguma continuidade no período alto imperial. Nesta última cidade, recuperaram-se raros exemplares de um tipo de ânfora que segue ainda a morfologia de tradição púnica e que integrámos na série das Tripolitanas II, já do período Alto Imperial. Permanecem as dúvidas quanto ao produto que terá sido transportado, existindo a possibilidade de ter sido o azeite e/ou os preparados piscícolas (Bonifay, 2004a, p. 92). Em Balsa, ocorre igualmente um exemplar de ânfora dita neopúnica, designada por Hammamet 1, que é proveniente do Golfo com o mesmo nome, e cuja cronologia se centra nos meados do séc. II (Bonifay, 2004b, p. 203-204). A possibilidade de terem transportado vinho ou preparados piscícolas foi avançada com base nos dados disponíveis (Bonifay, 2004b, p. 224-225).

Durante este período teve início a produção de preparados piscícolas na Lusitânia, no Vale do Tejo e do Sado, na costa do actual Algarve e na costa alentejana, na área Sines – Ilha do Pessegueiro e em Peniche. Os dados sobre as mais antigas unidades de transformação de peixe apontam para cronologias já do séc. I d.C., encontrando-se associadas à produção de contentores para transporte destes produtos.

São abundantes as unidades de transformação de preparados piscícolas na costa Algarvia, quer na vertente ocidental, quer oriental. C. Fabião propôs que, numa primeira fase, a produção de preparados piscícolas estivesse sob tutela da Bética e que só se teria tornado independente a partir da segunda metade do séc. III, altura em que começam a desenvolver-se os centros oleiros do sul da Lusitânia (1997, p. 39; 1992-93 e 1994b).

Neste quadro, não deixa de ser significativa a ausência de ânforas de produção local/regional Lusitanas, em Faro, e a sua reduzida representatividade nos conjuntos de Balsa (6.6%), e Castro Marim (2%). Em Balsa, as Dressel 14 lusitanas apresentam uma diversidade morfológica considerável, dominando os bordos de perfil semicircular, registando-se igualmente um exemplar que se assemelha à forma Haltern 70, com moldura exterior e concavidade interna, características das variantes mais antigas da produção no Vale do Sado. Na difícil tentativa de distinguir fabricos dentro das Dressel 14 lusitanas, verificámos, como se viu, que a maior parte das peças pode ter tido origem na região actualmente algarvia (fabrico lus1), com excepção para duas peças, uma das quais segue o modelo da Haltern 70 (fabrico lus2) do vale do Tejo/Sado (?).

Nas duas Dressel 14 de Castro Marim, uma apresenta também bordo em fita, característico das produções mais antigas, e o seu fabrico distancia-os dos centros produtores do vale do Tejo e do Sado (Arruda et al., 2006, p. 170).

Fabricada em inúmeros sítios do vale do Tejo e do Sado, a Dressel 14, numa variante dita tardia, encontra-se documentada no território hoje algarvio, em S. Bartolomeu de Castro Marim (Vasconcelos, 1898; Maia, 1979; Alves, Diogo, Reiner, 1990). Outro local que terá produzido este tipo encontra-se igualmente na área que estudamos, no sítio da Manta Rota, numa produção que se datou de meados do séc. I (Fabião 2004, p. 400; Viegas, 2006, p. 177-196).

Tirando os escassos exemplares de Dressel 14, próximos dos modelos da Haltern 70, deve igualmente referir-se que se encontram totalmente ausentes do território algarvio, até ao momento, quaisquer contentores de variantes mais antigas lusitanas, como as ânforas dos tipos Dressel

7 e 9 que se identificaram no conjunto das ânforas lusitanas da Alcáçova de Santarém (Arruda, Viegas e Bargão, 2006). Posteriormente, ânforas com forma idêntica e outras de morfologia ovóide têm sido referenciadas em diversos contextos (de consumo e provável naufrágio), como em Lisboa – Teatro (Filipe, 2008), Alcácer do Sal (Pimenta *et al.*, 2006, p. 304 e ss.) ou em Vila Franca de Xira (Quaresma, 2005, p. 408), no Castelo da Lousa ou ainda nos sítios do NO peninsular (Morais, 2004b). Os dados actualmente disponíveis foram sintetizados e enquadrados por R. Moraes e C. Fabião, apontando-se para que a produção se possa ter iniciado numa fase um pouco anterior aos finais do sec. I a.C. durante o primeiro terço do século (Morais e Fabião, 2007, p. 131).

A escassez dos produtos lusitanos pode, efectivamente, documentar um arranque tardio para a produção oleira algarvia ou, pelo menos, reflecte o estado actual dos nossos conhecimentos relativamente à produção anfórica no Alto Império. Outro aspecto problemático nesta análise prende-se com a dificuldade em aferir o alcance da produção anfórica algarvia face às produções do vale do Tejo e Sado, o que não permite conhecer, com clareza, a difusão das ânforas algarvias, nos centros de consumo onde podem ocorrer.

Nesta problemática deve equacionar-se também a dificuldade de datação das fases de construção das unidades de transformação de preparados piscícolas algarvias, e, por consequência, do arranque da produção dos preparados piscícolas na costa algarvia. Desconhecemos, com precisão, que critérios estiveram na base de muitas das cronologias propostas que têm apontado o séc. I como o início da produção, uma vez que muitas das unidades foram identificadas ainda no século passado, sem que se tenha dado atenção a estes aspectos. Por outro lado, o facto dos tanques se encontrarem, frequentemente, escavados na rocha dificulta a obtenção de dados estratigráficos que permitam obter uma cronologia. Verifica-se que, mesmo em intervenções recentes, como por exemplo a que teve lugar na Rua Silva Lopes, no centro histórico de Lagos, não foi possível aferir a cronologia da construção da unidade de preparados piscícolas aí identificada (Ramos e Almeida, 2005; Ramos, Almeida e Laço, 2006).

Deve referir-se também que a dependência, ou melhor, a integração do sul da Lusitânia na órbita da esfera política e económica do porto de Cádiz mantém-se como um aspecto estrutural desde a época pré-romana, sobrevive ao domínio político romano na fase republicana e permanece ainda durante o Alto Império.

Outro aspecto que merece alguma reflexão diz respeito à geografia do transporte e comercialização dos tipos anfóricos a que nos referimos *supra*. Verificamos que existe evidência, em diversos naufrágios na costa Mediterrânea e também na costa do Sul da Lusitânia, da associação de ânforas do tipo Haltern 70 e Dressel 20, juntamente com ânforas que transportaram preparados piscícolas como Dressel 7/11. Neste comércio, em que as ânforas constituem, frequentemente, uma carga secundária, uma vez que as embarcações transportavam também lingotes metálicos (Morais e Carreras, 2004, p. 93-110), interessam-nos particularmente os dados relativos à costa Atlântica, onde se documentam estas associações ao largo de Tavira (Arruda, Frade e Travassos, 1987, p. 125-131; Diogo e Cardoso, 2000, p. 67-79;), na Meia Praia (Lagos) (Diogo, 1999), no cabo Sardão (Cardoso, 1978; Diogo 1999) e junto às Berlengas (Diogo, 1999) (Garrote e Marimon, 2004, p. 83-92, Fig. 46).

Em duas ocasiões distintas, em 1987 e mais recentemente em 2000, foram publicadas ânforas quase completas resultantes de alguns achados na sequência de recolhas de pesca de arrasto realizadas ao largo de Tavira. No primeiro caso, divulgaram-se duas ânforas quase completas Haltern 70 e Beltrán IIA (Arruda, Frade e Travassos, 1987, p. 125-131) e posteriormente, em 2000 foram publicadas, da mesma área, outros doze exemplares quase completos: duas ânforas Haltern 70 e dez fragmentos de Dressel 7/11 (alguns dos quais pertencem à forma Pompey VII) (Diogo, Cardoso, 2000, p. 67-79). Em 2001, outra ânfora Beltrán IIB juntou-se às formas anteriormente mencionadas, num achado com as mesmas características e localização que os anteriores (Diogo

e Silveira, 2001, p. 57-64). Estes contentores devem pertencer a uma embarcação naufragada junto à costa (Tavira) e são testemunho do tipo de comércio marítimo de que os materiais de Faro, *Balsa* e Castro Marim são exemplo.

Além das ânforas, existem outras evidências de trocas comerciais e relações interprovinciais. O inventário da cerâmica comum recuperada em *Balsa* nas escavações de 1977 mostra que cerca de 25% da cerâmica comum é originária da Bética costeira. As diferentes formas representadas mostram que esta cerâmica cobria a maior parte das funções na casa romana, excepto a cerâmica de cozinha. Reconhece-se hoje a impossibilidade destes fabricos calcários suportarem temperaturas elevadas ou o fogo directo. O vale do Guadalquivir também é responsável pelo abastecimento de alguns grandes recipientes de armazenamento como *dolia* e *seria*, que ostentam fabricos idênticos aos das ânforas Haltern 70.

Parte da *terra sigillata* de Faro, *Balsa* e Castro Marim é proveniente da Bética, concretamente do vale do Guadalquivir. Na cidade de *Celti* (hoje Peñaflores) tem origem a cerâmica fina que imita formas de *sigillata* itálica, que corresponde a 5.2% da *sigillata* importada para *Balsa*. A *sigillata* hispânica é maioritariamente proveniente do centro produtor de Andújar, constituindo 8.2% da *sigillata* de *Balsa*. A esmagadora maioria da cerâmica de paredes finas Alto Imperiais dos sítios estudados, também, tem a sua origem nesta região.

## O Baixo Império

As ânforas do Baixo Império de Faro são originárias quer da área onde se identificou o mosaico do Oceano, quer das sondagens do Museu Municipal, e correspondem a 52 peças que constituem 11.5% das ânforas desta cidade. Em *Balsa*, dispomos de um conjunto bastante significativo, que representa quase metade das ânforas (44.7%), num total de 106 exemplares, que inclui o material anteriormente publicado por C. Fabião (1994a). Como já se referiu, não existe uma ocupação do Castelo de Castro Marim durante o Baixo Império, registando-se escassos fragmentos cerâmicos desta cronologia, o que, em nosso entender, não corresponde a uma ocupação efectiva do sítio. É nesta perspectiva que se devem entender os dois fragmentos de ânforas, um bocal de Almagro 50 bética e um fragmento de bordo do tipo Almagro 51c, com a mesma proveniência.

As ânforas importadas mantêm valores elevados: 61.8%, em Faro e 65.5%, em *Balsa*. No entanto, a natureza destas importações é bastante diferente da observada para o período anterior, pois, apesar de se manter uma importação relevante da província da Bética, assiste-se à introdução no mercado de um conjunto de produtos transportados em ânforas originárias do Norte de África, sobretudo da região da actual Tunísia. Por outro lado, a produção anfórica lusitana de âmbito local/regional iniciou um processo de crescimento e desenvolvimento, com reflexos directos no consumo de ânforas das duas cidades.

A importação de produtos originários da Bética em Faro mantém uma percentagem de 30.8%, onde os preparados piscícolas são maioritários, transportados em formas como Almagro 50/Keay XVI, Almagro 51a-b/Keay XIX e Almagro 51 C. Em *Balsa*, assiste-se ao mesmo fenómeno, com o conjunto de ânforas da Bética a ocupar 47.3% das ânforas.

Em ambos núcleos urbanos, o tipo Almagro 50 (Keay XVI bética) ocupa o topo da lista, mostrando-se como o envase mais frequente, ao contrário do que é afirmado pelos investigadores espanhóis para os centros de produção da Bética, que consideram a ânfora Almagro 51c, o contentor por excelência do Baixo Império (Bernal Casasola, 2000). Trata-se, sobretudo, de recipientes originários da área costeira, encontrando-se igualmente alguns exemplares, sobretudo do tipo Almagro 51a-b característicos da costa malaguenha. Este valor tão elevado de importa-



ções béticas não deixa de ser surpreendente, sobretudo a acreditar no fenómeno crescente de produção de preparados piscícolas algarvios e no desenvolvimento dos respectivos centros de produção anfórica que o registo arqueológico parece suportar. Desconhecemos, em grande medida, o que terá sucedido em Faro, mas, em *Balsa*, as áreas de produção parecem estar integradas na própria cidade, como aliás as escavações de 1977 mostraram. Tratar-se-á, possivelmente, de tipos diferentes de preparados picólas que, quer os *tituli* das ânforas quer as fontes escritas, descrevem (*hallec, garum, liquamen, ...*).

A importação de azeite da Bética não cessou durante este período, aspecto que está testemunhado pela presença de escassos exemplares de ânforas do tipo Dressel 23, originários, na sua maioria, do vale do Guadalquivir.

As ânforas lusitanas que se encontravam completamente ausentes em Faro durante o Alto Império ascendem agora, como já se referiu, a 38.2%, e, em *Balsa* o seu valor percentual é também mais elevado do que anteriormente (34.5%). Trata-se das formas mais frequentes desta fase da produção, correspondentes aos tipos Almagro 50 (Keay XXII), Almagro 51a-b e Almagro 51c, com destaque para esta última, que é largamente maioritária entre os conjuntos de carácter local/regional. Sendo difícil a distinção entre fabricos que se atribuíram ao Algarve relativamente aos dos vales do Tejo e do Sado, julgamos que uma percentagem significativa das ânforas lusitanas destas cidades tem a sua origem nos fornos algarvios. Assim, estão representadas em Faro as produções do Martinhal (Sagres), da forma Almagro 51a-b (Silva, Soares e Correia, 1990, Fig. 74), e da Quinta do Lago (Loulé), no caso da forma Almagro 51c (Arruda e Fabião, 1990, n° 215, p. 212). Tal não significa que os fabricos que julgamos pertencerem às produções do vale do Tejo e do Sado não estejam também presentes, o que se pode constatar, também, através da semelhança morfológica, por exemplo, com exemplares da Quinta do Rouxinol (Duarte, 1990, n° 21, p. 114).

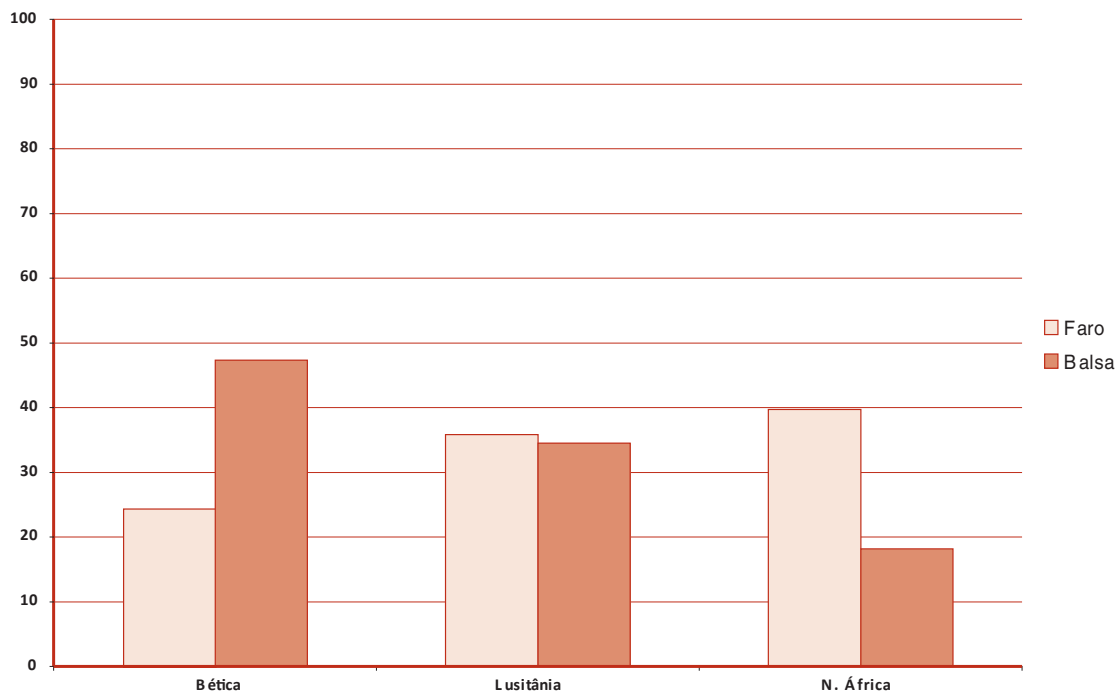


Gráfico 47 – Comparação das percentagens de ânforas de Faro e Balsa no Baixo Império segundo a sua proveniência (NMI).



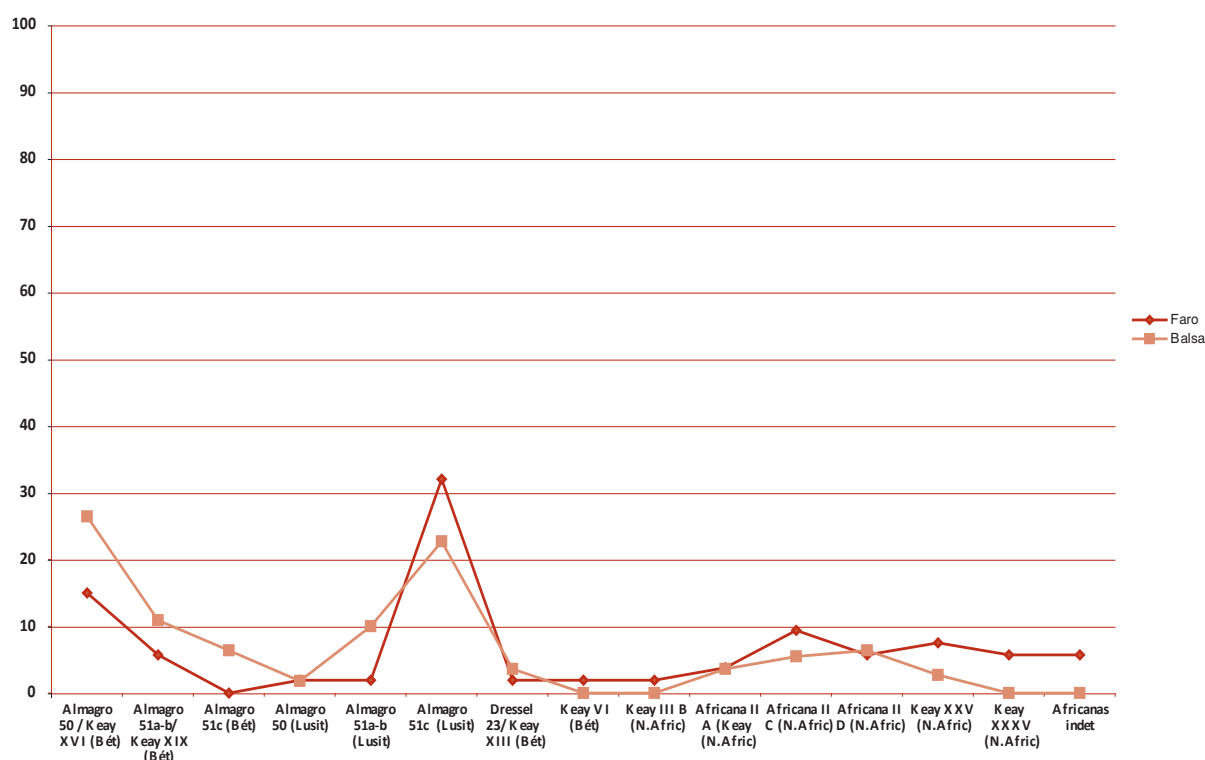


Gráfico 48 – Comparação das percentagens dos tipos de ânforas no Baixo Império, em Faro e Balsa (NMI).

Outro aspecto relevante que o estudo das ânforas permitiu apurar foi a identificação de um conjunto relativamente numeroso de ânforas importadas do Norte de África durante o Baixo Império (**Figura 78**). Tal como se verifica em outros locais da Península Ibérica, o vigor produtivo e exportador do Norte de África teve expressão no número e percentagem destas ânforas, que constituem 37.3% em Faro, apresentando um valor mais modesto, de 18.2% em Balsa.

De um modo geral, a presença de ânforas Norte africanas em sítios do actual território português reduz-se a apenas alguns exemplares em cada sítio e apenas os da costa algarvia parecem apresentar um padrão de consumo diferente. Uma realidade muito diferente, portanto, da observada na costa da Catalunha, onde S. Keay registou uma percentagem elevada (70%) de importações Norte Africanas (1984). O abastecimento de produtos da actual Tunísia ao território algarvio concentrou-se no final do séc. III, durante o séc. IV, atingindo raramente o séc. V.

As formas de menores dimensões, como a ânfora Keay IIIB, encontram-se presentes em Faro, mas no conjunto de Balsa dominam claramente as características ânforas africanas denominadas Africana II. Como foi possível constatar, e seguindo as observações recentes de M. Bonifay (2004a), dentro desta categoria genérica incluem-se formas diferentes, as variantes, provenientes de diversos locais da Tunísia.

Regista-se a presença de exemplares de Africana IIA, originários da Bizacena, concretamente do centro produtor de Salakta. As produções da Zeugitânia estão igualmente bem representadas, com ânforas do tipo Africana IIC, que ostentam fabricos compatíveis com os descritos por M. Bonifay para as oficinas do território de Nabeul (2004a), assim como as Africanas IID também da área costeira (Sahel tunisino). De uma maneira geral, estas formas encontram-se datadas entre o séc. III (podendo recuar ao séc. II no caso da Africana IIA) e a primeira metade do séc. IV, não chegando a atingir o séc. V, como chegou a propor S. Keay (1984), dados para os quais não podemos propor alterações dado a inexistência de estratigrafias seguras.

As formas Keay XXV.1 e XXXV.B completam o conjunto das ânforas africanas, mostrando que as importações se prolongaram pelo menos até ao séc. V, como ficou demonstrado pela presença deste último tipo.

A discussão sobre o produto que estas ânforas transportariam encontra-se ainda por resolver no seio da comunidade científica. Por um lado, a vasta produção de azeite no Norte de África levou os investigadores a considerar ser este o principal conteúdo das ânforas africanas. Este argumento é frequentemente utilizado por S. Keay no seu trabalho sobre a Catalunha, no qual também menciona o *dipinto* “olei” numa Africana IID, referenciado por F. Zevi e A. Tchernia nos anos 60 do século passado (1969, p. 187; Keay, 1984, p. 111). Recentemente, outros elementos foram trazidos para a discussão. M. Bonifay, com base nos estudos que realizou sobre os centros produtores e de consumo das ânforas africanas, tem vindo a argumentar a favor de um conteúdo piscícola para a Africana IIA, IIC e IID, tendo por base a localização das oficinas, que se concentram sobretudo nas áreas costeiras, mas também, e sobretudo, porque se passou a valorizar o pezgamento interno (revestimento resinoso), visível em muitos exemplares (2004a, p. 11-119). Interpreta o *tituli* da Africana IID como testemunho não do conteúdo habitual deste recipiente, mas como sinal de uma excepção à regra que seria o transporte de preparados piscícolas.

Para o tipo Keay XXV.1, os dados são ainda mais difíceis de interpretar. Por um lado, Keay refere a existência de ânforas da forma Keay XXV B com vestígios de pezgamento, assim como restos de peixes e crustáceos em exemplares provenientes de contextos de naufrágio (Liou, 1973, p. 599-600 *apud* Lequement, 1976, p. 181), mas admite que a maioria dos exemplares tivesse servido para o transporte de azeite, dada a importância deste sector na economia africana (Keay, 1984, p. 193). Por seu turno, Bonifay aponta para um conteúdo vínico (2004a, p. 122). No caso da ânfora Keay XXXVB, a argumentação de Bonifay parece ser bastante convincente a favor de um conteúdo piscícola. Efectivamente, a informação recolhida nas ânforas do naufrágio Dramont E (Santamaria, 1995) mostrou que todos os exemplares da variante B estão pezgados, (contrariamente aos da variante A), e a sua frequência em sítios costeiros onde se localizam fábricas de preparados piscícolas tem que valorizar-se (Bonifay, 2004a, p. 135 – refere Bonifay *et al.*, 2002-2003).

Apesar de os dados da *sigillata* clara D apontarem para uma continuidade da importação de produtos com origem tunisina até ao séc. VI, e mesmo os inícios do séc. VII (Viegas, 2006a), verifica-se que as ânforas africanas terão abastecido Faro de azeite ou preparados piscícolas, sobretudo, durante os finais do séc. III e IV, podendo atingir o séc. V (Keay XXXVB piscícola), mas não ultrapassando essa data.

Outro fenómeno que se deve discutir diz respeito a outros produtos importados do Norte de África, além da *sigillata* clara. Refiro-me concretamente à cerâmica de cozinha africana, cuja importação se iniciou nos finais do séc. I e os inícios do séc. II, e que decorreu essencialmente entre o séc. III e V. A cerâmica de cozinha africana constitui 27% do total de cerâmica comum recuperada em Balsa, sendo bastante mais reduzido o conjunto de Faro. Como tive oportunidade de destacar em outro estudo, quando comparado com a elevada proporção de cerâmica de cozinha Norte Africana, a percentagem de ânforas é bastante inferior (Viegas, 2007a, 2008a). Apesar disso, parece haver uma relação próxima entre o abastecimento de produtos alimentares transportados em ânforas e a distribuição de cerâmica de cozinha africana. Sítios como Balsa registam uma elevada presença destas duas categorias de materiais, mas o facto de não se dispôr de dados estratigráficos dificulta a sua análise. Contudo, como se verificou na intervenção do mosaico do Oceano de Faro, tudo aponta para que a comercialização de cerâmica de cozinha africana se tenha iniciado nos finais da época Flávia, com intensificação na segunda metade do séc. II. Assim sendo, este momento corresponde a uma fase em que as importações anfóricas originárias da Tunísia ainda não estão a chegar ao sul da Lusitânia.

Por outro lado, o abastecimento de *sigillata* clara parece seguir um padrão completamente diferente e quase independente, uma vez que esta se encontra abundantemente representada em quase todos os sítios ocupados durante o Baixo Império, quer nos sítios de características rurais, quer em núcleos urbanos, na faixa costeira ou no interior.

Como se pode constatar na questão da comercialização dos produtos norte africanos (ânforas, *sigillata* clara A, C e D e da cerâmica de cozinha africana), permanecem ainda muitos pontos obscuros que os dados de sítios com estratigrafias mais seguras poderão, no futuro, ajudar a resolver. Os dados retirados dos contextos de naufrágio podem ser úteis para discutir estas questões. Como já se referiu, S. Tortorella indicou que se situou em meados do séc. II o momento da difusão máxima da *sigillata* clara A, associando-se a cerâmica de cozinha africana nos naufrágios, sendo apenas a partir dos inícios do séc. III que se começou a poder encontrar associações de ânforas africanas (Tortorella, 1981b). Igualmente relevante nesta problemática, no naufrágio de Trincere (Tarquinia-Itália), datado dos finais do séc. II e o início do séc. III, 75.96% do material recuperado corresponde a cerâmica de cozinha africana (formas Hayes 196, 197 e 23B) e apenas 12.5% de ânforas (Africana II A e B), além de um reduzido conjunto de *sigillata* clara (Pontacolone e Incitti, 1991). Apesar de se tratar de naufrágios em regiões bastante distantes das que nos ocupamos mostram, entre outros aspectos, que as formas de comercialização dos produtos norte africanos se afastam do modelo que é habitualmente proposto e que assentou no pressuposto de que as cerâmicas seriam transportadas como carga secundária ou subsidiária de carregamentos de produtos alimentares.

M. Bonifay tem chamado a atenção para estas questões, destacando também o facto de estes diferentes produtos serem originários de diversas regiões no território tunisino, o que pode ter justificado formas de comercialização diferenciadas (Bonifay, 2004a).

Apesar do que foi mencionado, não existem dúvidas de que a percentagem de ânforas norte africanas é superior no Algarve costeiro, como se atesta pelo observado em *Balsa* e *Faro*, quando comparado com os restantes sítios, como, por exemplo, as *villae* alentejanas.

Em 1993-94, no seu trabalho sobre a presença de ânforas de transporte de azeite oriundas da Bética na Lusitânia, C. Fabião forneceu igualmente informações sobre a presença de ânforas africanas. Parece verificar-se que, apesar da distribuição destes produtos, eles não se encontram representados por mais do que dois ou três exemplos em cada sítio (Fabião, 1993-1994, p. 219-245). Desde então, os novos trabalhos publicados parecem confirmar esta observação.

Nas *villae* de S. Cucufate, apenas se identificaram dois fragmentos de Africana II (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990, p. 251-254) e na *villa* do Monte da Cegonha estão apenas presentes dois exemplares desta mesma forma e uma outra peça do tipo Keay XXXV B (Pinto e Lopes, 2006, p. 197-224). Na “Villa Cardilio” registam-se dois exemplares de Keay IV e V (Diogo e Monteiro, 1999, p. 201-214). Noutras *villae*, estas importações estão mesmo completamente ausentes, como é o caso da Tourega (Évora) (Pinto, Viegas e Dias, 2004, p. 117-127; Pinto e Lopes, 2006, p. 197-224), Quinta das Longas (Elvas) (Almeida e Carvalho, 1998, p. 137-163), e de Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo) (Norton, Cardoso e Silva, 1993-1994, p. 181-190). Destaque-se que, neste último caso, o conjunto estudado corresponde a achados de superfície e não a material proveniente de escavações sistemáticas.

Na cidade de Conímbriga, as ânforas africanas foram apenas recentemente identificadas entre o material anterior às escavações da equipa Luso-Francesa (Alarcão, 1976, p. 79-91; Buraca, 2005). Anteriormente, J. Alarcão chamara a atenção para a sua ausência (1976). Entre o material publicado da cidade de Miróbriga, apenas um fragmento foi atribuído à forma Keay LXII, e, na unidade de transformação de peixe de Sines, encontraram-se três exemplares que se atribuíram às produções da Bizacena (Diogo, 1999, p. 13 – 27).

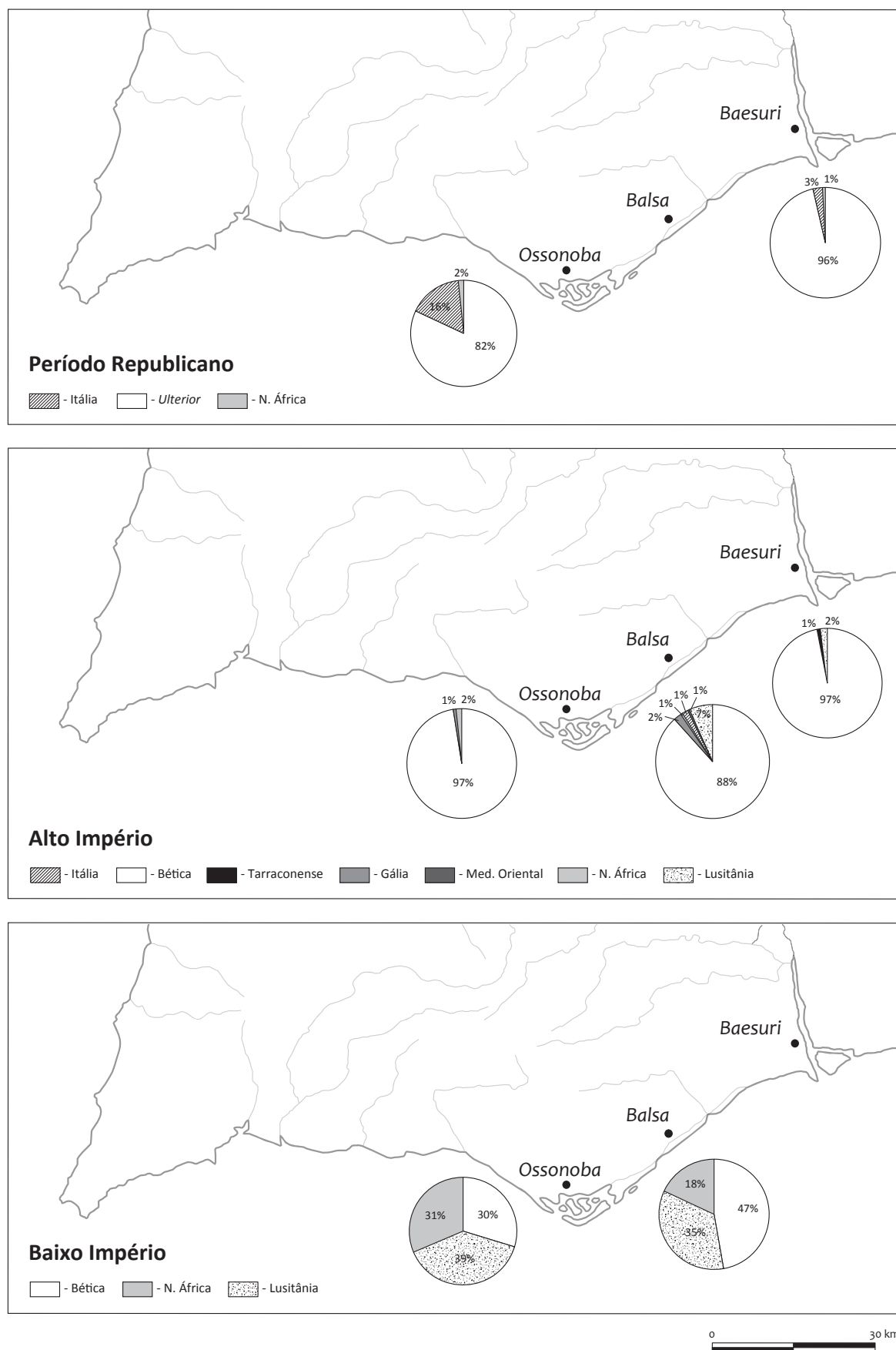


Figura 78 – Comparação percentual das ânforas de Ossonoba, Balsa e Baesuri, segundo a sua origem.

No território hoje algarvio, verificamos que as ânforas africanas constituem 28.7 % do conjunto tardio recolhido em diversas ocasiões nas dragagens do rio Arade. A forma mais representada mantém-se a Africana Grande (Africana II) (Silva, Coelho-Soares e Soares, 1987; Diogo, Cardoso e Reiner, 2000). Na Quinta do Lago (Loulé), onde está atestada a produção anfórica no Baixo Império (Arruda e Fabião, 1990, p. 199-213), encontra-se uma quantidade considerável de ânforas africanas.

Além destes sítios algarvios, até ao momento o único sítio que parece ter tido a mesma importância relativamente à importação de produtos anfóricos norte africanos é Tróia (Grândola), no estuário do Sado. Infelizmente, os conjuntos publicados deste complexo industrial de preparados piscícolas foram recolhidos em prospecções não sistemáticas (Diogo e Trindade, 1998, p. 187-220). Posteriormente, foram publicadas as ânforas provenientes de contextos de escavações realizadas em 1974 e 75, que mostram que as ânforas Norte Africanas representam 7.2% do total da amostra estudada (Diogo e Paixão, 2001).

Independentemente de existir alguma discussão, num caso ou outro, acerca do produto ou dos produtos que estas ânforas podem ter transportado, no estudo do conjunto anfórico dos três núcleos urbanos algarvios, que a **Figura 78** sintetiza, verifica-se uma clara supremacia da província da *Uterior/Bética* no abastecimento do Algarve costeiro. Esta realidade traduz uma tradição de abastecimento centrada sobretudo na importação de preparados piscícolas oriundos da baía gaditana, que se encontra documentada em fases anteriores, da Idade do Ferro, em Castro Marim (Arruda *et al.*, 2006) e em Faro (Arruda, Bargão e Sousa, 2005). A inserção do território algarvio na órbita romana não alterou, de forma significativa, esta realidade, passando o sul da Lusitânia a beneficiar das redes comerciais que a *pax romana* proporcionou. A partir do séc. III, registaram-se alterações significativas, cujas causas ainda nos escapam em grande medida, que se manifestaram numa alteração do perfil de consumo dos produtos alimentares transportados em ânforas. Apesar de se manter uma forte integração do sul da Lusitânia na economia e comércio béticos assistiu-se, por um lado, a um maior peso das ânforas de produção local e regional lusitanas e, por outro, a um intensificar de presença dos contentores norte africanos (tunísinos).

### **2.3.5. Produção de preparados piscícolas, azeite e vinho no território hoje algarvio. Discussão do seu significado à luz do consumo dos produtos alimentares transportados em ânforas**

O estudo dos conjuntos anfóricos e do consumo de alimentos que neles foram transportados permite ainda observações acerca da produção, no território algarvio, de produtos alimentares, como o vinho, o azeite ou os preparados piscícolas. Os dados de que dispomos, que reunimos numa listagem que se apresenta em anexo, são muito desiguais. Muitos dos pontos referentes às estruturas de cetárias correspondem a escavações antigas, dispondo-se de poucos elementos relativos à cronologia, faseamento e características das estruturas encontradas.

A produção de preparados piscícolas está atestada igualmente em diversos sítios do vale do Tejo e do Sado, locais onde se encontra associada à produção de contentores anfóricos para a sua exportação.

A listagem de sítios conhecidos reúne os dados recolhidos em diversos trabalhos, desde as referências de Estácio da Veiga, no trabalho das Antiguidades Monumentais do Algarve, às publicadas por M. L. E. V. A. dos Santos na “Arqueologia Romana do Algarve” (1972; 1973), e C. Fabião

(2007), completadas com elementos de outros autores (Alarcão, 1988a; Fabião, 1992-1993; 1994b; Étienne, Makaroun e Mayet, 1994; Bugalhão, 2001; Lagóstena Barrios, 2001, p. 71-91; Étienne e Mayet, 2002, p. 67-68), e com as informações, mais recentes, da base de dados do Endovélico, disponível no sítio de *internet* do Igespar.

Desde as últimas sistematizações publicadas, vários trabalhos de arqueologia preventiva têm permitido uma actualização dos dados, com maior intensidade sobretudo nas áreas urbanas. Assim, em vez de simples pontos no mapa, em alguns sítios devem assinalar-se não apenas um complexo de transformação de preparados piscícolas, mas vários. Este parece ser o caso de alguns núcleos urbanos como Lagos, onde estão identificadas várias unidades, de que um dos exemplos mais recentes é a situada na Rua Silva Lopes (Ramos e Almeida, 2005; Ramos, Almeida e Laço, 2006), a Rua 25 de Abril (Ramos, 2008), ou a unidade identificada no sopé do Monte Mollião (Bargão, 2008). A multiplicação de locais onde se transformou o peixe estende-se também a sítios que se julga terem sido *villae*, como é o caso da recente descoberta junto a Pedras d'el Rei (informação do Dr. Pedro Barros). Em muitos dos casos de intervenções recentes, dadas as reduzidas áreas escavadas, mantêm-se os problemas que já anteriormente se apontavam, como por exemplo, a impossibilidade de reconhecer se existem estruturas habitacionais ou outras junto das fábricas, ou mesmo reconhecer a sua planta na totalidade. No Mapa que se apresenta na **Figura 79**, verifica-se ainda que alguns dos pontos apresentados se referem a apenas um ou mais tanques, noutros trata-se de unidades de transformação, ou mesmo várias unidades.

Outro problema, como já se referiu, diz respeito à dificuldade de estabelecimento do faseamento da exploração dos recursos marinhos e da produção de preparados piscícolas no território hoje algarvio. Existe evidência, por exemplo em Castro Marim, com intensa ocupação durante a Idade do Ferro, (Arruda, 2006) de determinados objectos (como anzóis, pesos de rede, agulhas de rede, etc.), que apontam para uma exploração dos recursos marinhos, nesse período. Também nas recentes escavações realizadas em Tavira, têm surgido diversos indícios relacionados com a pesca, tendo sido recuperada uma rede que foi relacionada com a ocupação turdetana (Maia, 2006).

Segundo L. Lagóstena Barrios, os recentes dados sobre o passado fenício de vários sítios no vale do Tejo e do Sado são testemunho da exploração de recursos naturais, entre os quais destaca o sal, o que poderá significar que os recursos marinhos eram explorados já em época pré-romana, também nestas regiões (Lagóstena Barrios, 2001, p. 206). Seguindo o mesmo raciocínio, seria natural encontrar contextos idênticos no território hoje algarvio. A exploração de sal pelas comunidades sidéricas tem vindo a ser crescentemente valorizada no quadro da investigação que se desenvolve em Castro Marim.

Recorde-se que é em toda a região de Cádiz e seu entorno que se encontram os testemunhos mais antigos da produção de preparados piscícolas, que, pela sua qualidade, são elogiados pelas fontes gregas.

Para o período republicano, aponta-se a possibilidade de sítios como a Salema (Vila do Bispo) terem ocupação do séc. I a.C. L. Lagóstena Barrios associa também as cunhagens monetárias habitualmente datadas de meados dessa centúria, presentes em *Balsa* e *Baesuri*, e que exibem motivos marinhos, como atuns, ou embarcações, à existência de indústria de transformação do peixe no Algarve (1998, p. 230). Defende mesmo que “En cualquier caso es tentador relacionar la existencia de un tecido productivo conservero tardorrepblicano en el Algarve con la prolongación de los intereses gaditanos por esta franja litoral” (Lagóstena Barrios, 1998, p. 230). A estas cidades podemos ainda juntar *Ossonoba*, onde as cunhagens monetárias ostentam igualmente os motivos marinhos.

A maior parte dos complexos de produção de preparados piscícolas, cuja cronologia se conhece, tiveram a sua origem durante o Alto Império. Apesar dos novos dados, estes não alteram, de forma substancial, o que outros autores já afirmaram. Assim, e ao contrário do tinha sido



proposto por Edmonson (1987), no que, aliás foi refutado por C. Fabião e outros autores (Fabião 1992-93; 1994; Étienne, Makaroun e Mayet, 1994), a produção de *garum* no sul da Lusitânia não configura um modelo de produção dedicado exclusivamente ao consumo local, no quadro dos estabelecimentos rurais tipo *villa*. A existência de estruturas de produção de recipientes anfóricos, relacionados directamente com a exportação destes produtos à base de peixe, seria um factor a considerar neste contexto. A estes aspectos alia-se também o facto de as *villa* se encontrarem em territórios com solos de boa aptidão agrícola, o que, segundo C. Fabião, apontaria para uma exploração de carácter agrícola e não dos recursos marinhos (Fabião, 1994)

Observando com mais atenção a vertente oriental do Sul da *Lusitania*, verifica-se que a produção se encontra atestada em núcleos urbanos como *Balsa*, onde se conhecem pelo menos duas unidades de transformação de peixe. Também na cidade de Faro existem notícias antigas da existência deste tipo de estruturas (cetárias) (Rosa, 1984). A existência de produção associada a *villae* encontra-se limitada, pois exceptuando o sítio de Pedras d'el Rei, que poderá ter sido, com grande probabilidade, um estabelecimento rural com esta natureza, desconhece-se, com exactidão, se outros sítios como a Quinta do Muro ou a Quinta de Marim, onde estão documentados conjuntos de cetárias, terão tido esta funcionalidade. A possibilidade de alguns destes sítios terem constituído aglomerados secundários não pode ser excluída. No caso da Quinta do Lago, além de cetárias, encontra-se igualmente evidência da produção de ânforas (Arruda e Fabião, 1991, p. 199–213). A possibilidade de ter sido uma *villa* pode ser igualmente equacionada.

O panorama relativo à produção anfórica registou, igualmente, alguns dados novos, onde se destaca a escavação, embora também e infelizmente numa reduzida área, de um local onde se produziram sobretudo Dressel 14 e Almagro 51c, além de cerâmica comum. O sítio da Manta Rota, cujo material das escavações realizadas pela Dra. Cristina Garcia em 1992 tivemos a oportunidade de estudar (Viegas, 2006b), já tinha sido anteriormente mencionado por Estácio da Veiga. Trata-se de um sítio cuja funcionalidade se desconhece, mas que pode ter sido uma *villa*, onde se encontrou uma quantidade considerável de fragmentos de ânforas, maioritariamente da forma Dressel 14, que possuíam um fabrico idêntico, o que apontava claramente para uma produção local. Apesar de se ter encontrado um exemplar que, do ponto de vista morfológico, possuía as características das variantes mais antigas presentes no vale do Sado (variante próxima da Haltern 70 de Abul), a maior parte das peças enquadrava-se nas variantes de bordo semi circular (Viegas, 2006b). O sítio produziu igualmente ânforas da forma Almagro 51c, mostrando que a produção teve continuidade durante o Baixo Império, encontrando-se também documentada a produção de cerâmica comum.

Não tendo modificado de forma substancial o quadro da produção anfórica no Alto Império, esta vê-se, no entanto, reforçada pela evidência deste sítio da Manta Rota (**Figura 79**).

Além dos dados acerca da produção, as recentes publicações sobre o consumo de produtos alimentares transportados em ânforas em estabelecimentos rurais como as *villae* têm trazido, igualmente, nova luz sobre o consumo de preparados piscícolas lusitanos Refiro-me às *villae* de S. Cucufate (Vidigueira) (Mayet, Schmitt, 1997, p.72-92), Monte da Cegonha (Selmes) (Lopes e Pinto, 2006), às termas da *villa* romana da Tourega (Évora) (Pinto, Viegas e Dias, 2004, p. 117-127), da Quinta das Longas (Carvalho e Almeida, 1998), de “Villa Cardilio” (Torres Novas) (Diogo e Monteiro, 1999, p. 201-214) e ainda de Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo) (Norton *et al.*, 1993-1994), embora neste último caso estejamos perante materiais provenientes de prospecções de superfície e não de escavações. Nestes sítios, que partilharam entre si a mesma funcionalidade e uma situação geográfica de interioridade no centro/sul do actual território português, verificou-se que a importação de alimentos correspondeu, em larga maioria, aos preparados piscícolas produzidos no vale do Tejo e Sado, seja no período do Alto ou do Baixo Império. Sendo pouco provável, e sobretudo difícil de provar pela dificuldade de distinção destes fabricos em relação aos algarvios,

não é impossível que algumas destas ânforas tenham também a sua origem no sul da Lusitânia. Não pode deixar de se referir que se trata de sítios que, partilhando também uma cronologia aproximada, possuem, contudo, áreas de escavação muito diferentes, sendo necessário a maior cautela nas comparações realizadas.

Em S. Cucufate (Vidigueira), por exemplo, a percentagem de ânforas lusitanas no Alto Império atinge os 73%, valor que sobe para 85.7% no Baixo Império, percentagem que poderá ser superior atendendo à existência da forma Lusitana 9/Sado 2, de fundo plano, cujo conteúdo poderá ter sido vínico (Mayet e Schmitt, 1997; Lopes e Pinto, 2006).

Apesar de muito reduzido, o conjunto de ânforas (22 exemplares) das nove campanhas de escavações que tiveram lugar na Quinta das Longas mostra a mesma tendência, com uma clara supremacia dos produtos lusitanos em toda a diacronia de ocupação da *villa* (Almeida e Carvalho, 1998). Neste sítio, foi ainda possível verificar, através de análises laboratoriais, que as produções algarvias se encontram ausentes (Almeida e Carvalho, 2004).

Este fenómeno parece ser contrariado pelos dados do período Alto Imperial do Monte da Cegonha (Selmes) (Pinto e Lopes, 2006). Neste local, destacam-se as importações béticas desta fase, com uma incidência significativa de ânforas Haltern 70 (32.5%), e mesmo das oleárias Dressel 20 (21.1%), o que pode ser explicado, em parte, pela cronologia mais antiga para o início da ocupação desta *villa*, que está datado do último quartel do séc. I a.C. (Alfenim e Lopes, 1994, p. 485-502). Assim, entre as ânforas que transportaram preparados piscícolas, é um facto que as lusitanas Dressel 14 são maioritárias, mas correspondem “apenas” a 29.7% das ânforas que abasteceram o sítio. Trata-se de um valor que se altera substancialmente em período Baixo Imperial, quando as ânforas lusitanas atingem percentagens mais elevadas, de 73.8% (Pinto e Lopes, 2006).

Durante o Alto Império, 90.9% das ânforas da *villa* romana da Tourega (Évora) integram-se na Dressel 14 lusitana, e, no Baixo Império, a totalidade dos exemplares (89) tem origem local/regional na Lusitânia (Pinto, Viegas e Dias, 2004; Pinto e Lopes, 2006).

Em “Villa Cardilio” (Torres Novas), a percentagem de ânforas lusitanas no Alto Império ascende a 87.7%, dominando igualmente no Baixo Império (Diogo e Monteiro, 1999).

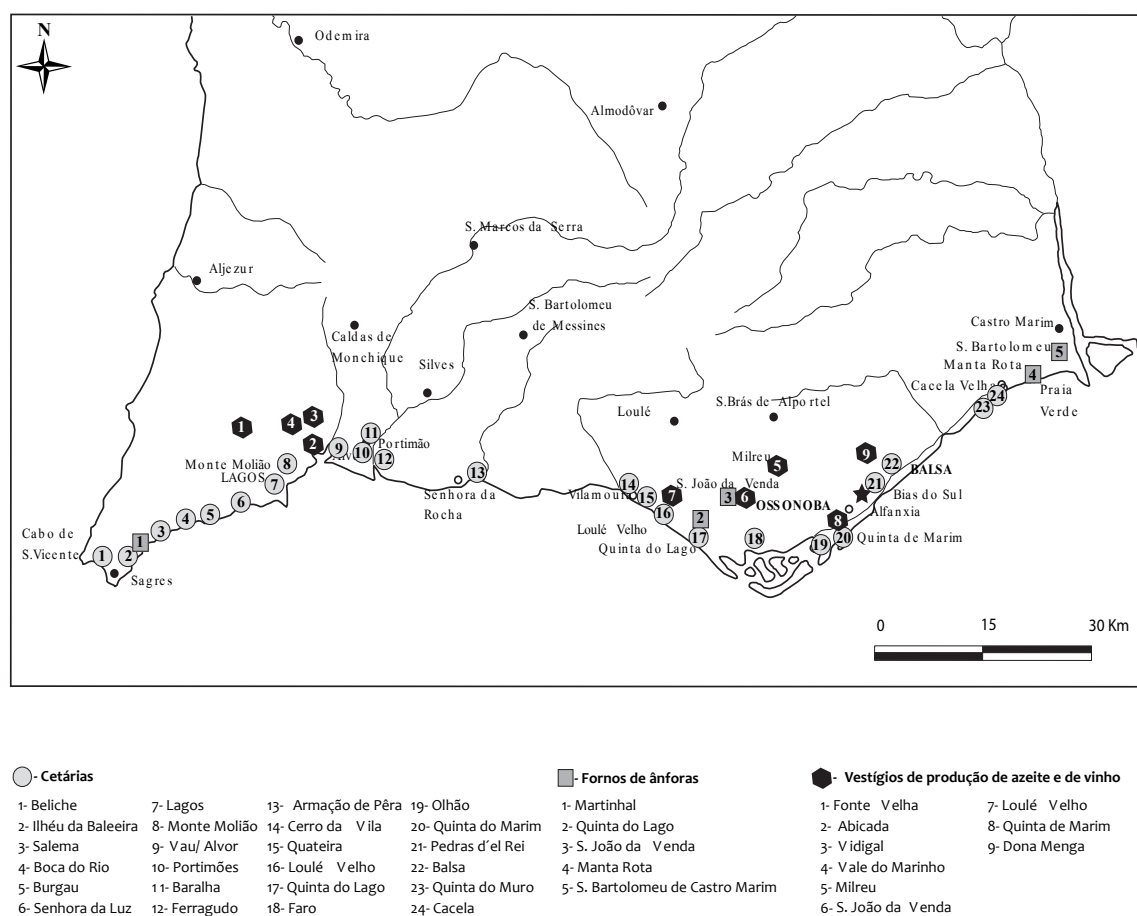
Outro sítio que merece referência é Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo), que terá sido igualmente uma *villa*, embora neste local os trabalhos arqueológicos se tenham cingido a prospecções de superfície. Dominam também as ânforas lusitanas em ambos períodos (Norton *et al.*, 1993-1994).

Assim, a par de uma comercialização com vista ao mercado exterior, testemunhada por alguns naufrágios, tende a ganhar cada vez mais peso o abastecimento aos estabelecimentos rurais do interior Centro/Sul do actual Portugal. Os dados relativos aos núcleos urbanos poderão também ir no mesmo sentido, sobretudo no que diz respeito ao período do Baixo Império. É essa perspectiva que o estudo das ânforas da cidade de Conímbriga já permitia constatar (Alarcão 1976, p. 79-91) e que se confirma com os dados mais recentes, onde se estudaram, igualmente, as ânforas das escavações anteriores ao projecto Luso-Francês (Buraca, 2005). A leitura destes trabalhos permitiu verificar que durante o Baixo Império os produtos alimentares lusitanos correspondem a 64.4% das ânforas que chegaram à cidade. Este valor é bastante menor em épocas anteriores, quando atinge apenas 30.4% das ânforas de Conímbriga. A provar que parte da produção lusitana se destinou igualmente às cidades, estão também alguns dados disponíveis sobre a cidade de Lisboa, concretamente os que são provenientes de áreas públicas, como é o caso do Teatro romano (Filipe, 2008). Já a situação verificada na Rua dos Correeiros, onde 80% dos fragmentos de ânforas correspondem a recipientes produzidos na Lusitânia, deve ser encarada de forma distinta uma vez que se está perante uma unidade de preparados piscícola e que as ânforas aí encontradas se destinariam a envasar o que era aí produzido (Sabrosa e Bugalhão, 2004, p. 571-586). Entre o conjunto de ânforas originárias da Bética (65 exemplares), destacam-se as Dressel 20 (17 peças)

e, para o Baixo Império, as Almagro 50 (Keay XVI), que somam 26 ânforas (Sabrosa e Bugalhão, 2004, p. 571-586).

Embora distante, do ponto de vista geográfico, das realidades em estudo, não podemos deixar de fazer igualmente referência à rica informação que a cidade de *Bracara Augusta* tem proporcionado através do estudo sistemático que R. Morais lhe tem dedicado (2005; Morais, 2006, p. 295-312). Nesta cidade do Noroeste da Península Ibérica, as ânforas que transportaram preparados piscícolas correspondem a uns escassos 18.64% do total, sendo na sua maioria enquadráveis no período Alto Imperial (90.46%) (Morais, 2006, p. 296, Quadro e gráfico I). Neste período, as ânforas lusitanas correspondem a uma maioria pouco expressiva, com 60.1% (148 peças), onde se destaca a forma Dressel 14 e suas variantes, sendo as restantes originárias da Bética, estas pertencentes sobretudo à forma Dressel 7/11 (Morais, 2006, p. 296, Quadro e Gráfico II).

Em meu entender, o abastecimento com carácter regional poderá ter sido mesmo o destino principal da produção lusitana, uma vez que a presença de ânforas lusitanas em contextos de naufrágio ou de consumo no exterior da Península Ibérica regista valores muito reduzidos. Segundo F. Mayet (2006, p. 337-341), a explicação para a escassez de ânforas lusitanas em sítios como Castro Marim (Arruda *et al.*, 2006) ou Santarém, encontra-se no facto de estes núcleos urbanos estarem já em decadência durante o Alto Império, relativamente ao período anterior.



**Figura 79 – Mapa com a localização das cetárias, fornos de ânforas e vestígios de produção de azeite e de vinho (Vide Anexo 1).**

É um facto que o estudo das diferentes categorias cerâmicas mostra, para o primeiro sítio, uma ocupação durante todo o séc. I d.C., e mesmo possivelmente também nas primeiras décadas do séc. II, mas posteriormente foi subitamente abandonado (Viegas, 2003b). Não há dúvidas de que a expressão da ocupação republicana é muito forte, pertencendo a este período 87.7% das ânforas, contra 12.2% do período Alto Imperial, como houve oportunidade de observar. No entanto, a análise das cerâmicas finas, cerâmica campaniense e *terra sigillata*, contraria estas percentagens e transmite uma noção de que o sítio ainda mantinha uma relevância assinalável durante o Alto império, como o prova a importação, muito significativa, de *sigillata* itálica, hispânica e, sobretudo, sudgálica.

No caso da Alcáçova de Santarém, sítio que foi também objecto de diversas campanhas de escavações, observa-se um lento decair desta área da cidade a partir também do séc. II. Em Santarém, encontramos mesmo uma série de ânforas de formas relativamente antigas, no quadro da produção lusitana, sejam as que designámos por Dressel 7/11, sejam as que possuem bordos com morfologias idênticas às Haltern 70. Verificámos também que o seu fabrico se distinguia das produções habituais do vale do Tejo e Sado (Arruda, Viegas e Bargão, 2006). Em Castro Marim, e nos restantes sítios algarvios que estudámos, estas produções estão ausentes, como já se mencionou *supra*. Neste *oppidum*, a importação de cerâmicas finas é também bastante significativa, pelo menos até ao séc. II, como o estudo da *terra sigillata* demonstrou (Viegas, 2003b).

Como tivemos oportunidade de referir, os dados disponíveis sobre as cidades algarvias de Faro e Balsa apontam para a existência de amostras significativas de ânforas pertencentes ao período Alto Imperial, mas a presença de ânforas lusitanas nesta fase é muito reduzida em Balsa, não se encontrando mesmo qualquer testemunho, na cidade de Faro, quer na área que terá correspondido ao centro monumental, quer no local onde se descobriu o mosaico do Oceano. Neste caso, não estamos perante sítios decadentes no Alto Império, sendo por isso necessário encontrar outra explicação para a escassez de ânforas lusitanas.

Outros sítios costeiros meridionais mostram, igualmente, esta elevada percentagem de ânforas béticas. Ainda na costa algarvia, em Quinta de Marim (Olhão), as ânforas béticas encontram-se bem representadas no conjunto. Na costa alentejana, na Ilha do Pessegueiro, local onde se produziram igualmente preparados piscícolas, a presença da ânforas béticas é bastante significativa.

São ainda escassos os dados disponíveis sobre Sines, sendo relativamente reduzido o conjunto estudado (60 exemplares). Refira-se, no entanto, as ânforas recolhidas nos anos 60 por J. M. Costa, que mostram uma maioria de ânforas lusitanas (Diogo e Costa, 1996, p. 107-110; Diogo, 1999, p. 13-27, especialmente o Quadro da p. 18; Silva, Coelho-Soares, 2006). O mesmo problema, de uma amostra reduzida (62 exemplares), se regista para a cidade de Miróbriga que seria servida pelo porto de Sines, assinalando-se, igualmente, uma maior quantidade de ânforas lusitanas, face às importações béticas (Diogo, 1999, p. 13-27, especialmente o quadro da p. 18).

Neste contexto, e como já se referiu, a possibilidade de as ânforas terem chegado vazias para posteriormente serem cheias com preparados piscícolas, constitui uma hipótese que tem sido avançada para explicar este fenómeno. F. Mayet acrescenta que estes recipientes poderiam ter chegado com sal para serem posteriormente utilizados para exportação dos produtos lusitanos (Étienne e Mayet, 2006, p. 335). Outra possibilidade que a investigadora francesa avança seria o transporte das ânforas lusitanas até Cádiz, com preparados piscícolas lusitanos, local onde seriam substituídas por ânforas béticas de pasta calcária, portanto mais resistentes (Mayet, 2006, p. 335). Não negando, de todo, o domínio que a baía de Cádiz exerceu em todo o sul da Lusitânia, parece-me esta hipótese algo forçada. Nesse caso, onde estão essas lixeiras/depósitos de ânforas lusitanas descartadas, na baía de Cádiz?

A partir dos trabalhos desenvolvidos sobre a produção anfórica do vale do Sado, em parceria com C. Tavares da Silva, e sobre o estabelecimento industrial de Tróia, R. Étienne e F. Mayet chamaram a atenção para o papel e faseamento da comercialização dos preparados piscícolas

transportados em ânforas com origem na Lusitânia (Étienne, Makaroun e Mayet, 1994). A listagem dos naufrágios onde há evidência deste tipo de recipientes é extensa e encontra-se discriminada no trabalho onde pretendem mostrar o papel da Lusitânia no comércio do Mediterrâneo (Étienne e Mayet, 1993-1994, p. 201-218). No entanto, parece ser igualmente verdade que o sítio de Tróia configura uma situação que, no quadro da produção lusitana de preparados piscícolas, é, a vários níveis, excepcional. Desde logo pela concentração dos complexos de produção, e, naturalmente também, pelo volume de produção que a dimensão e extensão das cetárias deixa adivinhar.

Para os investigadores franceses, a cidade de Balsa poderá ter tido um papel idêntico ao que se conhece para Tróia. Referindo-se à capacidade de 67,224 metros cúbicos do complexo do Sado afirmam “Ces quelques chiffres montrent la prééminence de Tróia, ce qui confirment les nombreux fours d’amphores situés sur la rive opposée; toutefois, les rives du Tage et un site comme Balsa, en Algarve, pouvaient jouer un rôle, tout aussi important.” (Étienne e Mayet, 1993-94, p. 210). Para Balsa permanecem ainda, no entanto, outros problemas, como a ausência de fornos de ânforas conhecidos nas suas imediações que justifiquem a exportação destes produtos.

Mesmo que a explicação para uma presença tão expressiva de ânforas béticas da baía gaditana nos núcleos urbanos costeiros do Algarve oriental, no Alto Império, possa estar relacionada com o facto de parte da produção piscícola ser escoada através da vizinha Bética, o mesmo argumento não teria validade para o período Baixo Imperial. Como se mostrou, nessa fase as ânforas béticas constituem ainda 30.8% em Faro, valor que atinge os 47.3% em Balsa.

Se a raridade de ânforas que transportaram vinho ou azeite pode ser explicada com relativa facilidade pelas evidências de uma produção local/regional no Baixo Império, o mesmo raciocínio não se pode aplicar quando se procura justificação para a abundância de ânforas que transportaram preparados piscícolas, sobretudo quando se conhecem os inúmeros locais onde estes se produziram na costa Algarvia. A explicação de C. Fabião para este fenómeno relaciona-se não só com a proximidade da região da Bética, mas também com o carácter sumptuário do consumo pelas elites balsenses (1994a, p. 22). Em minha opinião, deve igualmente considerar-se a diversidade de produtos preparados com peixe, que se encontra documentada nas fontes antigas, nos *tituli* das ânforas e nas análises que se vão desenvolvendo sobre os conteúdos das ânforas. Estes aspectos poderiam talvez justificar que uma região que se encontrava a produzir preparados piscícolas se encontrasse a importar outros tipos de produções da região Bética. Naturalmente, que neste processo deve igualmente valorizar-se, além das vantagens que a proximidade geográfica permite, a tradição anterior, que privilegia o abastecimento com origem na Bética e que, como já se referiu, remonta à Idade do Ferro.

Os *tituli*, incrições pintadas nas ânforas, assim como as fontes escritas, apontam para a existência de diferentes preparados ou molhos à base de peixe. Entre eles, destaca-se o *garum*, mas existem outras variedades, tais como o *muria*, o *liquamen* e o *hallec*, e outros produtos mais difíceis de determinar, como o *lymphatum* e o *laccatum*. O primeiro resulta da maceração de determinadas partes do peixe numa salmoura à base de sal marinho (Grimal e Monod, 1952, p. 27-38 *apud* Étienne e Mayet, 2002, p. 44). Nesta preparação, podem variar quer as espécies de peixes utilizadas, quer a proporção de sal. A receita do *garum*, traduzida do grego e apresentada em *Geoponica* XX, 46, mostra que este preparado se pode realizar pela exposição ao sol ou cozendo peixe e a salmoura (Curtis, 1991, *apud* Étienne e Mayet, 2002, p. 46). Este produto está presente em inúmeras receitas de Apícius, o que mostra bem a sua utilização generalizada na cozinha romana. Directamente relacionado com o *garum*, o *liquamen* seria o líquido resultante da filtragem do referido preparado, e o *hallec* o restante. Por sua vez, a *salsamenta* corresponderia ao peixe salgado.

Além dos dados das fontes e dos *tituli*, o registo arqueológico tem-se encarregue de enriquecer a já de si variada gama de produtos piscícolas. As análises do conteúdo de ânforas provenientes de contextos de naufrágio ou de escavações em áreas produtoras, além dos vestígios encontrados no interior das próprias cetárias, têm-se multiplicado nos anos mais recentes. Os dados



recolhidos no interior de algumas das cetárias do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, em Lisboa, por exemplo, mostra que a principal espécie piscícola utilizada foi a sardinha (*sardinia pilchardus*), sendo pouco significativa a presença de outros peixes (Assis e Amaro, 2006, p. 123-144).

Outro dado que deve ser recordado neste contexto diz respeito às observações que L. Lagóstena Barrios produziu a propósito das diferenças morfológicas da família de ânforas para envase de preparados piscícolas béticos, que corresponde à Dressel 7/11, a melhor representada nos centro produtores gaditanos (1996a). Segundo este autor, a justificação para a existência de diferentes formas para o transporte de preparados piscícolas deve-se ao facto de se destinarem a produtos de diferentes qualidades: a forma Beltrán Ib destinar-se-ia aos produtos mais apreciados e a Dressel 11 aos menos afortunados, elaborados a partir dos produtos de pior qualidade ou secundários (Lagóstena Barrios, 1996a, p. 155).

Neste contexto, faz sentido referir também outros recipientes que M. Ponsich (1988) relacionou com o transporte de preparados piscícolas, que correspondem a potes importados da área costeira da Bética, sobretudo a partir do período imperial, e que se encontram bem representados entre a abundante cerâmica comum originária desta região presente nos diversos núcleos urbanos estudados. Tudo aponta para que o *garum* de melhor qualidade, que poderá ter chegado à mesa das elites romanas do Algarve costeiro oriental, pudesse ter sido transportado neste tipo de recipientes, de menores dimensões.

Como já se referiu, a produção de *garum* poderá encontrar-se igualmente testemunhada pela presença de formas específicas de pratos de bordo bífido com encaixe, que segundo M. Ponsich terão sido utilizados para a preparação de *garum* (1988). É sintomático que esta forma de cerâmica de cozinha seja a melhor representada no fabrico de produção local/regional (cerâmica cinzenta de textura média), ainda que não possamos esquecer que, tratando-se de uma forma de utilização na cozinha, a produção de *garum* não seria a sua função exclusiva.

O estudo do conjunto anfórico dos núcleos urbanos de Faro, Balsa e Castro Marim permitiu ainda, além da análise dos preparados piscícolas, quer se trate do ponto de vista do consumo ou da produção, a discussão de alguns aspectos relacionados com o consumo e a produção de vinho e de azeite.

Não se pode considerar estranho o reduzido número de ânforas que transportaram azeite e vinho para o Sul da Lusitânia durante o Baixo Império. Existe evidência do desenvolvimento da produção destes alimentos em diversas *villae*. Segundo a compilação de A. Carvalho, no Algarve esta produção está documentada em diversos locais, não sendo fácil saber, tal como já referira J. de Alarcão, se se trata de estruturas que transformaram a uva ou a azeitona (Alarcão, 1990b, p. 409-443; Carvalho, 1999, p. 361-390). Em Milreu (Estói), foram detectadas estruturas de lagares para a produção de vinho (Hauschild, 1984, p. 97; Alarcão, 1988b, p. 207-208; Carvalho, 1999, p. 370) e azeite, como os trabalhos de campo recentes documentaram (Teichner, 2003, p. 103-114; 2008). A recente publicação que inclui os dados sobre Milreu, a que só parcialmente tivemos acesso, mostra a extensão que a produção de azeite assumiu na *villa* de Milreu, com complexa instalação de lagar e estruturas de armazenamento em cave (Teichner, 2008). Em S. João da Venda (Faro), existe notícia de um lagar e uma *cella vinaria*, (Rocha, 1895, p. 193-212; Alarcão, 1988b, p. 209, Fabião e Arruda, 1991), embora posteriormente se tenha concluído que esta estrutura seria parte integrante dos fornos. A produção e armazenamento de vinho e azeite pode estar também documentada neste sítio, que os três *dolia* enterrados parecem indicar (Rocha, 1895, p. 201).

Na vertente ocidental do Algarve, estão documentados lagares na Fonte Velha (Bensafrim, Lagos), em Vidigal, (Mexilhoeira Grande, Portimão) e no Vale do Marinho (Mexilhoeira Grande, Portimão). Encontraram-se ainda outras evidências desta produção, como os pesos de prensa e bases de espremedura em Loulé Velho (Quarteira-Loulé) (Alarcão 1988b, p. 207; Freitas, 1995, p. 50 *apud* Carvalho, 1999, p. 382) e Dona Menga (Luz – Tavira) (Alarcão 1988b, p. 208) (**Figura 79 e Anexo 1**).



Estas estruturas podem configurar um tipo de produção destinada essencialmente ao auto-consumo, no seio das *villae*, com possível produção de excedentes destinados às cidades mais próximas.

Não é clara a cronologia do início da produção, quer do vinho quer do azeite, em solo luso. No caso do vinho, mencionam-se frequentemente os perfis polínicos de Alpiarça, onde se recolheram vestígios de *vitis* e *olea* em época pré-romana (Leewannrden e Jansen, 1985, p. 229; Arruda e Gonçalves, 1995; Fabião, 1998). No povoado fenício de Almaraz (Almada), também se recolheu uma grãinha de uva, o que constitui outro exemplo de grande antiguidade para a presença de uvas em contextos proto-históricos. O problema destes dados, válidos sobretudo para o Vale do Tejo, prende-se com o facto de se desconhecer se se trata da variante domesticada ou selvagem da planta da vinha.

Ainda em época anterior à conquista do ocidente peninsular, são as próprias fontes escritas a dar conta da existência de vinho, como no caso da referência de Políbio (XXXIV, 8 *apud* Athéné VIII, 330c *apud* Brun, 1997, p. 48), mencionando a fertilidade da Lusitânia, e indicando o preço deste produto. Mais tarde, apenas Estrabão dá conta da existência de vinhas, nas ilhas ou mouchões do vale do Tejo (III, 3, I). É o mesmo autor que se detém com maior detalhe nas produções agrícolas da Bética/Turdetânia e que elogia a qualidade e quantidade de vinho e azeite do vale do Guadalquivir.

É, portanto, de admitir uma produção, em época relativamente precoce, de vinho e de azeite também no sul do território hoje português, o que poderá ajudar a justificar a ausência de ânforas vinárias de produção local/regional. Outros dados devem também ser analisados neste âmbito, pois admitindo uma produção de carácter local/regional, esta poderia ser transportada em outro tipo de recipientes. Neste contexto, são frequentes as referências à possibilidade de produção e armazenamento de vinho em tonéis e *dolia*, e de transporte em outros tipos de recipientes como os odres (Fabião, 1998b, p. 171-172). De difícil detecção no registo arqueológico, a presença dos tonéis pode ser admitida dada a abundância de monumentos epigráficos, as *cupae*, que reproduzem a sua forma, e que se distribuem sobretudo no sul do actual Portugal. Segundo J.-P. Brun, esta produção estaria atestada concretamente na *villa* de Torre de Palma (1997, p. 61). No que diz respeito aos *dolia*, estes podem ter servido igualmente para produção de vinho, devendo, no entanto, possuir, na sua parede interna, vestígios de pezgamento ou revestimento resinoso. A este propósito deve referir-se a presença, com alguma frequência, entre a cerâmica comum importada para os núcleos urbanos de Faro, Balsa e Castro Marim, de recipientes de armazenamento – pequenos *dolia* ou *seria* – cuja função de transporte ou armazenamento de produtos alimentares como o vinho ou o azeite se deve defender. Estes contentores possuem um fabrico que coloca a sua origem no vale do Guadalquivir, assemelhando-se as suas pastas às das ânforas Haltern 70. Tal como estas, não possuem qualquer revestimento interno. Durante o período republicano, estes recipientes possuem uma morfologia específica que se encontra em sítios como Castro Marim ou Faro, caracterizada por um bocal amplo, ligeira moldura ou carena imediatamente sob o bordo e corpo cónico. A evolução destes recipientes em período imperial é marcada por modificações significativas. O bordo, de perfil horizontal, apresenta-se apenas ligeiramente espessado, passando a ter um diâmetro bastante menor face aos congéneres republicanos e o corpo, que se deduz dos fragmentos, relativamente reduzidos, conservados, parece apresentar um perfil globular.

Outro aspecto que pode justificar a escassez de ânforas lusitanas que tenham transportado vinho ou azeite prende-se com a forma como se fazia este tipo de consumo, sobretudo nos contextos urbanos que foram objecto de estudo, uma vez que o seu transporte pode ter sido feito em recipientes cerâmicos de menores dimensões (Martin-Kilcher, 2005). Estes recipientes devem ter sido os utilizados, tratando-se da sua aquisição no mercado, em contexto urbano, e do transporte até à habitação, com maior ou menor proximidade.



# A dinâmica evolutiva do povoamento do Algarve costeiro durante o período romano e pós-romano





### **3. A dinâmica evolutiva do povoamento do Algarve costeiro durante o período romano e pós-romano: uma perspectiva a partir do consumo de alimentos transportados em ânforas e das cerâmicas finas dos núcleos urbanos de *Ossonoba*, *Balsa* e *Baesuri***

O estudo realizado com base num amplo conjunto de cerâmicas finas de mesa e de ânforas que transportaram produtos alimentares, na sua maior parte inéditas, conjugado com a análise crítica das fontes escritas, dos dados epigráficos e numismáticos, permitiu caracterizar a dinâmica evolutiva das cidades de Faro, *Balsa* e *Baesuri* ao longo da Antiguidade. Mesmo tratando-se de uma evidência fragmentária, frequentemente contraditória e por vezes descontínua, os dados obtidos merecem ser novamente analisados, discutidos e integrados numa perspectiva de inter-relação regional mais ampla, que cubra não só a região algarvia, mas igualmente as restantes províncias do ocidente do império romano.

O quadro político-administrativo da região que corresponde actualmente ao sul da Península Ibérica indica que, em 197 a.C., quando se estabeleceu a província da Hispânia *Ulterior*, os territórios do Algarve oriental não foram incluídos na órbita romana, sendo essencialmente a região em torno ao vale do Guadalquivir a que se encontrava sob o domínio romano.

Pelas descrições das fontes escritas parecem ser escassos os episódios da história militar que tiveram como palco de operações o território algarvio, ainda que, tradicionalmente, se considere que, quando Décimo Júnio Bruto estabeleceu as fortificações na linha do Tejo, em 138 a.C., a região meridional do extremo ocidente já estava pacificada. Posteriormente, apenas se poderá assinalar o episódio do cerco de *Laccobriga* pelas forças de Sertório, que terá ocorrido, muito possivelmente, junto ao Monte Molião (Arruda, 2007).

Tudo aponta para que o interesse de Roma no território algarvio só tenha despertado, efectivamente, a partir do reinado de Augusto, portanto numa fase relativamente tardia, face à consolidação de outras parcelas do território hoje português (Arruda e Gonçalves, 1994). Este

aspecto ajuda a explicar a inexistência, em solo algarvio, de cidades com epíteto *lulia*, assim como a escassez de elementos *lulii*, tal como V. Mantas já fizera notar (Mantas, 1990, p. 183).

Sendo progressiva a passagem do território para a órbita romana, esta não se realizou de forma linear, nem do ponto de vista cronológico nem geográfico. Marcado pelo seu passado proto-histórico, a existência de um povoamento pré-romano de características urbanas constitui uma realidade que exerceu uma forte influência na posterior ocupação romana, determinando e condicionando fortemente este povoamento. Os três sítios estudados, *Ossonoba* (Faro), *Balsa* (Torre de Ares e Antas) e *Baesuri* (Castro Marim) não escaparam a esta realidade, apresentando eles próprios evoluções distintas.

Dados recentes permitiram situar o passado pré-romano de *Ossonoba* numa data não anterior ao séc. IV a.C., coincidindo o núcleo de implantação do *oppidum* pré-romano com a posterior ocupação romana republicana. O conjunto anfórico estudado aponta para um domínio das importações de preparados piscícolas provenientes da área gaditana (Arruda, Sousa e Bargão, 2005).

Relativamente à antiga *Beasuri*, sob o actual Castelo de Castro Marim, identificou-se estruturas e materiais que remontam à Idade do Bronze, com continuidade de ocupação até à época romana tardo-republicana e alto imperial. O estado de conservação das estruturas arqueológicas permitiu analisar, com detalhe, a evolução do núcleo pré-romano de características eminentemente urbanas, particularmente a área que estaria dedicada ao culto (Arruda, 2005; Arruda e Freitas, 2008; Arruda, Freitas e Oliveira, 2007).

Em várias passagens das “Antiguidades Monumentais do Algarve”, Estácio da Veiga defendeu que o sítio onde posteriormente habitaram os “povos balsenses” teve um passado pré-histórico, que remontava ao Neolítico, assinalando igualmente a existência de peças que atribuiu à Idade do Bronze. A impossibilidade de confirmar, hoje, estas informações cria dificuldades na obtenção de dados sobre o passado pré-romano de *Balsa*, dada a inexistência de vestígios deste período no sítio onde se localizou a cidade romana. De facto, tem sido defendido que, neste caso, pode ter ocorrido um fenómeno de transferência do topónimo pré-romano de Tavira, cidade onde os vestígios pré-romanos remontam ao séc. VII a.C., para o sítio onde posteriormente se desenvolveu a *Balsa* romana, nas Quintas de Torre de Ares e das Antas. Desconhece-se qual terá sido o momento exacto e o modo como se poderá ter processado esta transferência, mas as cerâmicas mais antigas recolhidas em *Balsa* apontam para um início da ocupação romana naquele local, numa época um pouco anterior ao reinado de Augusto. Esta tese conta, no entanto, com alguns problemas, nomeadamente o facto de os dados de Tavira parecem apontar para um *terminus* ou interrupção da ocupação no séc. III a.C., o que indica que, para um período compreendido entre o séc. III a.C. e os meados/finais do séc. I a.C., não dispomos de evidências de ocupação nem em *Balsa*, nem em Tavira. Outra hipótese que tem sido levantada aponta para a possibilidade de o Cerro do Cavaco ter sido igualmente utilizado neste âmbito. No entanto, a cronologia dos materiais aí recuperados, exclusivamente provenientes de recolhas de superfície, apontam para uma cronologia que julgamos se deve situar sobretudo entre o sécs. II e os meados do séc. I a.C.

O facto de não existirem, até ao momento, quaisquer dados que indiquem uma ocupação anterior em *Balsa*, uma vez que mesmo as cunhagens monetárias poderão remontar à segunda metade do séc. I a.C., não inviabiliza que estes não venham, eventualmente, a ser detectados, numa intervenção na área onde actualmente se localiza a casa principal da Quinta de Torre de Ares.

Em Faro, *Balsa* e Castro Marim, as primeiras informações que remetem para os contactos desta região com o mundo romano correspondem aos conjuntos de cerâmica campaninense A, que, associados a alguns exemplares de ânforas do tipo greco-italico, permitem apontar para cronologias de meados do séc. II a.C. Estes contactos estão patentes no reduzido conjunto de materiais que se recuperou no forte de S. Sebastião (Castro Marim) e também no abundante espólio resultante das sondagens realizadas no Museu Municipal de Faro. Dada a escassez de dados



estratigráficos conservados, torna-se difícil, contudo, reconhecer o momento em que as populações indígenas se encontravam a receber produtos itálicos e qual a altura em que estes produtos passam a corresponder a importações regulares das populações itálicas instaladas em *Ossonoba*. Também não é fácil distinguir estes contextos de consumo dos que poderiam corresponder já às elites locais que adoptaram os hábitos romanos. Observa-se, por um lado, que seguindo a tradição pré-romana anterior, se mantém, neste período, a importação de grandes quantidades de preparados piscícolas com origem na região gaditana, na província da *Ulterior*. As ânforas vinárias itálicas são mais abundantes em Faro do que no Castelo de Castro Marim, o que explicámos pela cronologia relativamente mais tardia do conjunto castro marinense. Dados recentes apontam para que o contacto das populações que habitavam Castro Marim com o mundo romano tenha ocorrido inicialmente com a possível instalação no forte de S. Sebastião, ainda no séc. II a.C., e só posteriormente é que a área do Castelo teria sido ocupada e, definitivamente romanizada (Arruda e Pereira, 2008).

De facto, o momento cronológico para o qual dispomos de um maior conjunto de informação é o contexto datado entre 50 e 30 a.C., escavado no Castelo Castro Marim. Por outro lado, as cunhagens de *Baesuri* possuem uma cronologia geral da segunda metade do séc. I a.C. correspondendo à altura em que o *oppidum* cunhou moeda e em que dispôs de instituições que remetem para um quadro administrativo de âmbito romano. Efectivamente, a legenda de um magistrado numa das cunhagens de *Baesuri* indica a existência de uma estrutura organizativa que pressupõe, por sua vez, a presença de uma elite administrativa de origem itálica ou outra, e, que teria, muito possivelmente, partilhado o poder com eventuais elites locais. A recente identificação de um elemento de bronze de uma caixa de selagem, que remete para a existência, no séc. I d.C., de correspondência de âmbito oficial (Pereira, 2008, p. 111), reforça o papel institucional que o núcleo urbano de *Baesuri* terá assumido.

Mesmo dispondo de escassas informações sobre as estruturas existentes em *Baesuri* neste período, relacionamos a função que desempenhou durante o período romano com o escoamento de recursos minerais da faixa piritosa alentejana, através da via que o Guadiana constituiu.

Como referimos, os vestígios da presença romana em Faro remontam a uma fase recuada do séc. II a.C. Aparentemente, foi a área da cidade muralhada a que foi ocupada desde a Idade do Ferro, sendo este igualmente o local de implantação da cidade romana. Apesar de abundantes, os materiais recuperados não se associam a estruturas de funcionalidade definida, não sendo possível caracterizar a forma como se processou a passagem do núcleo urbano anterior para a órbita romana. Tudo leva a crer que terá sido neste núcleo inicial da cidade que se instalou a ceca que cunhou moeda.

As importações do período republicano em Faro e Castro Marim mostram que estes núcleos urbanos, seguindo uma tradição anterior, pré-romana, se abasteceram de produtos alimentares, sobretudo na área da *Ulterior*, no que veio a corresponder mais tarde à Bética. Tal como na época pré-romana, as importações são marcadas pelos preparados piscícolas de origem gaditana transportados em ânforas que seguem, na sua esmagadora maioria, modelos de tradição púnica, mas igualmente outros de morfologia romana. As importações de produtos oleícolas e vinários do vale do Guadalquivir são também uma realidade, sobretudo a partir de meados do séc. I a.C., ainda que em quantidades reduzidas.

A importação de vinho itálico pode ter-se iniciado ainda no começo do séc. II a.C., mas o volume intensificou-se sobretudo a partir de meados dessa centúria até meados do séc. I a.C., altura em que começa a decrescer. Trata-se de produtos provenientes não só da costa Tirrénica, que constituem a maioria, mas também da costa Adriática. Igualmente da Península Itálica, as cidades de *Ossonoba* e *Baesuri* importam abundante cerâmica de paredes finas, além de cerâmica campaniense e cerâmica comum.

Ainda que em quantidades diminutas, os produtos piscícolas e oleícolas do Norte de África (Tripolitania, na actual Líbia) também abasteceram Faro e Castro Marim.

Apesar de algumas semelhanças, o perfil de consumo dos dois núcleos urbanos diverge quanto aos diferentes produtos alimentares e cerâmicas finas importadas, aspecto que atribuímos ao facto de Castro Marim apresentar um contexto tardo-republicano, que se pode centrar entre 50-30 a.C., enquanto em Faro estão representados igualmente fases anteriores, que remontam ao séc. II a.C. Efectivamente, a cerâmica campaniense A, originária do Golfo de Nápoles, é muito frequente em *Ossonoba*, mostrando a maior antiguidade e volume de importações nesta cidade, no que julgamos constituir um indicador da presença de uma elite de matriz itálica, relativamente abundante neste núcleo urbano numa fase relativamente precoce.

Foi a organização territorial efectuada durante o reinado de Augusto, cuja data precisa ainda é discutida, mas que poderá ser posterior a 12 a.C., que estabeleceu a divisão administrativa, integrando os territórios a ocidente do Guadiana na *Hispania Ulterior Lusitania*, a qual, obviamente, incluía o Algarve.

Neste quadro, julgamos ser verosímil defender que a cidade de *Ossonoba* terá sido município logo no período de Augusto. Sustentamos esta afirmação, por um lado, tendo por base a argumentação anteriormente apresentada por J. d'Encarnação, e, por outro, pelo significativo conjunto de importações cuja cronologia aponta para este período. Não devemos esquecer, igualmente, que esta é a única povoação algarvia mencionada por Estrabão, sendo referida igualmente por Plínio, o que lhe confere uma maior relevância no quadro da região algarvia, mesmo que este omita o seu estatuto, denominando-a apenas de *oppidum*.

Mas existem ainda outros factores que devem ser avaliados neste contexto. O miliário de Bias do Sul (Olhão) data muito provavelmente desta fase, sendo a sua cronologia colocada no período dos Júlio-Cláudios, aspecto que mostra que o interesse de Roma nesta faixa costeira do Algarve Oriental e Central, que se manifestou na construção/reconstrução do eixo viário litoral que ligava *Baesuri* a *Ossonoba*. Esta via, como V. Mantas já destacou anteriormente, constitui um elemento estruturante de todo o povoamento do litoral algarvio (1991; 1997b), não só no que se refere aos principais núcleos urbanos (*Ossonoba*, *Balsa* e *Baesuri*), mas também para os sítios relacionados com o povoamento rural, como as *villae*, além de núcleos urbanos secundários que se irão desenvolver numa fase posterior.

Esta fase augustana foi certamente marcada pela construção de um conjunto de equipamentos que encontramos frequentemente nas cidades romanas, mas apesar da importância que a cidade de Faro poderá ter adquirido desde época tão recuada, não dispomos de dados que permitam localizar as suas diferentes componentes. Contudo, julgamos ser possível presumir que o templo descoberto no Largo da Sé teve a sua origem em construções de idêntica funcionalidade, do período augustano. Pode apontar-se, assim, que esse seria o local de implantação do primeiro *forum* de *Ossonoba*, posteriormente remodelado. Não se registam epígrafes deste período, desconhecendo-se igualmente a localização das necrópoles destas datas fases mais antigas.

Só a partir do período augustano é que começamos a dispor de informação sobre a ocupação da cidade de *Balsa*, sendo igualmente difícil determinar o modo como se processou a instalação e que elementos do urbanismo antigo lhe correspondem. As importações cerâmicas mostram que foi a partir desta data que a cidade se começou a integrar nas rotas comerciais da bacia do Mediterrâneo, quer através a importação de paredes finas itálicas, quer de *terra sigillata* de tipo itálico, sobretudo a partir de finais do reinado de Augusto.

Apesar de não existirem estruturas que correspondam a edifícios públicos que se possam atribuir a este período, o conjunto dos materiais recuperados nas escavações de Castro Marim mostra a continuidade da ocupação na época de Augusto, com a mesma relevância da que se registou anteriormente, no período tardo-republicano. As importações de cerâmicas finas itálicas

(paredes finas e *terra sigillata* de tipo itálico) mostram a continuidade face às importações anteriores, de cerâmica campaniense.

A segunda metade do séc. I d.C. marcou um momento de grande desenvolvimento, não só em *Ossonoba*, mas, de um modo geral, nos restantes núcleos urbanos, como *Baesuri* e *Balsa*. Em *Ossonoba*, esta data marca o início da expansão da cidade para ocidente, junto à costa. A estratigrafia observada sob o mosaico do Oceano mostra que se implantou, nesse local, uma estrutura, muito possivelmente de carácter habitacional. É também a partir deste período que se assiste ao início da utilização da necrópole Norte, que irá corresponder ao principal cemitério romano da cidade, marcando os limites do perímetro urbano nesta área.

Diversos factores podem ter estado na origem deste desenvolvimento. Por um lado, não se deve esquecer o papel que o sul da Península Ibérica desempenhou no processo de pacificação da Mauritânia. Uma das causas frequentemente apontada para o desenvolvimento do sul da Lusitânia e da Bética durante o período de Cláudio diz respeito ao papel que as cidades desta região poderiam ter desempenhado no abastecimento às guarnições militares envolvidas nas operações norte africanas. Este fenómeno teve a sua expressão mais clara na elevação a município da cidade de *Baelo Claudia*, na vizinha Bética, podendo outros locais desta mesma região, ou mesmo da Lusitânia, terem conhecido processo idêntico. Por outro lado, deve assinalar-se o facto de a vertente Atlântica ter passado a desempenhar um papel mais destacado, no quadro da dinâmica comercial interprovincial. De facto, a conquista da *Britannia*, em 41 d.C., levou ao desenvolvimento do que se tem vindo a designar por “rota Atlântica”, rota essa que levaria os produtos alimentares béticos à província recém conquistada e, naturalmente, também às principais cidades da fachada ocidental da Lusitânia, como *Salacia*, *Olisipo* ou mesmo de *Bracara Augusta*, na Tarraconense.

Apesar de não se dispor de informação detalhada acerca da cronologia de ocupação de inúmeros sítios, os dados conhecidos mostram que o povoamento rural se desenvolveu também sobretudo a partir da segunda metade do séc. I. Do mesmo modo, e de acordo com as informações disponíveis, será apenas a partir desta data que terá tido início a produção de preparados piscícolas em diversos locais da costa algarvia. A produção de ânforas para transporte e exportação destes preparados piscícolas encontra-se documentada em dois locais distintos, no sítio de Olhos de S. Bartolomeu de Castro Marim e na Manta Rota, com o fabrico de recipientes que se podem atribuir igualmente a esta fase, embora se admita que a produção tenha prosseguido durante o Baixo Império.

A segunda metade e, sobretudo, as últimas décadas do séc. I correspondem a um momento de expansão da vida urbana nos três núcleos estudados, e, de um modo geral, no conjunto das cidades da Península Ibérica, em grande medida devido à concessão do *ius latii* a toda a Península Ibérica, pelo édito de Vespasiano (73-74 d.C.). Este fenómeno deve ter-se traduzido num processo de construção e/ou remodelação urbanística, cujas características não podemos detalhar, para os núcleos urbanos estudados, manifestando-se, igualmente, no abastecimento de um conjunto de produtos manufacturados, como as cerâmicas finas de mesa e de produtos alimentares transportados em ânforas, com origem em mercados muito diversificados.

Os dados que obtivemos com o estudo dos padrões e ritmos de consumo da *terra sigillata* de Faro, *Balsa* e Castro Marim mostram que, nesta fase, as cidades se abasteceram maioritariamente de produtos do Sul da Gália, assistindo-se, também, à importação de cerâmicas dos centros produtores da Hispânia (Peñaflor, Andújar e Tricio), iniciando-se, também neste período, o abastecimento de *sigillata* clara com origem no norte de África. A importação de produtos alimentares transportados em ânforas mostra a continuidade da integração comercial do sul da Lusitânia nos circuitos de abastecimento da vizinha Bética, tendo como base a cidade de Cádiz. Efectivamente, a importação de ânforas gaditanas destinadas ao transporte de preparados piscícolas constituiu uma realidade com forte expressão neste período, sendo relativamente escassa a importação de

produtos desta natureza com origem no seio da própria Lusitânia. Recorde-se a este respeito que a produção de preparados piscícolas e dos respectivos contentores anfóricos se encontrava bem atestada nos vales do Tejo e do Sado, embora em quantidades significativamente menores, e na própria costa algarvia, a partir de meados do séc. I d.C. Outro aspecto relevante que as ânforas parecem mostrar é a ausência, até ao momento, de exemplares das variantes mais antigas das ânforas lusitanas, ao contrário do que sucede em outras cidades como Lisboa (Teatro romano), Alcácer do Sal (Pimenta *et al.*, 2006, p. 299-316), Santarém (Arruda, Viegas e Bargão, 2006, p. 233-252), ou mesmo regiões mais longínquas, como o Noroeste (Morais, 2004, p. 36-40).

Na cidade de *Balsa*, existiu uma unidade de transformação de recursos marinhos na Quinta de Torre de Ares, que se localizava junto à costa e que poderá ter servido para abastecimento local, podendo a sua produção ter sido igualmente exportada, sendo difícil avaliar a dimensão da unidade que Estácio da Veiga coloca na Quinta da Antas. O facto de não se ter podido confirmar a existência de produção anfórica em *Balsa*, que é, contudo, bastante provável, não permite avançar novos dados sobre esta questão. A explicação para a abundância de ânforas béticas de preparados piscícolas no sul da Lusitânia, numa fase em que a produção local/regional algarvia já estaria a dar os seus frutos constitui um dos principais problemas com que nos deparamos. Se é óbvio que a proximidade geográfica contribuiu para este fluxo, que segue, como se viu, uma tendência anterior de abastecimento na região gaditana, este argumento não parece ser suficiente para o justificar. Por outro lado, deve também referir-se que a diversidade de produtos derivados do peixe poderá ter determinado algum tipo de especialização regional, sendo deste modo a área gaditana responsável por um conjunto de produtos específicos que não seriam produzidos localmente, e, daí, a sua importação.

A abundância destes recipientes importados da Bética tem sido explicada argumentando-se que as ânforas chegariam ao sul da Lusitânia vazias, para aí receberem preparados piscícolas, sendo então exportadas (Fabião, 1997a, p. 39). O facto da produção anfórica só se ter desenvolvido no território algarvio a partir do período baixo imperial permitiria suportar esta tese, uma vez que no período alto imperial a produção de preparados piscícolas se encontraria documentada em inúmeras fábricas de salga, existindo apenas produção anfórica em S. Bartolomeu de Castro Marim e na Manta Rota. Esta mesma teoria tem sido defendida por R. Étienne e F. Mayet, que chegam a propôr um papel idêntico para as ânforas da baía de Cádiz relativamente à produção piscícola da *Mauritania Tingitania*, mais especificamente de Ceuta (Étienne e Mayet, 2002, p. 229).

Os dados existentes, concretamente a escassez de informação cronológica acerca das unidades de produção de preparados piscícolas, não permitem retirar novas conclusões sobre esta questão, mas parece-nos que a importação dos produtos piscícolas se inscreveu nesse movimento comercial que se organizou a partir da cidade de Cádiz e que tinha como objectivo o abastecimento das cidades algarvias, não se negando que por aqui passaria também um movimento mais amplo, via Atlântico, destinado a aprovisionar de bens alimentares as cidades da fachada ocidental da Lusitânia e da Tarraconense, e, em última análise, igualmente as Ilhas Britânicas.

Neste contexto, além dos preparados piscícolas, a vizinha província da Bética foi ainda responsável pelo abastecimento de produtos da uva (*defrutum*) e azeite, com origem no vale do Guadalquivir. Mas a distribuição destes produtos alimentares béticos nos restantes contextos do ocidente Peninsular registou uma muito mais fraca expressão, sendo mesmo relativamente pouco frequente nos sítios do interior, aspecto que remete, novamente, para a proximidade geográfica da província da Bética relativamente ao sul da Lusitânia, factor que terá sido responsável pela elevada quantidade de produtos béticos que se identificaram na região algarvia. A associação dos produtos béticos piscícolas, oleícolas e vinários, nos carregamentos das embarcações que cruzam os mares em direcção ao Ocidente peninsular, tem expressão no que parece corresponder ao local de um naufrágio assinalado ao largo de Tavira. De facto, em diferentes ocasiões



foram recuperadas ânforas inteiras em meio aquático, que se relacionaram com o carregamento de uma embarcação proveniente da Bética, na qual se associariam produtos provenientes do vale do Guadalquivir e da área gaditana (Arruda, Frade e Travassos, 1987, p. 125-131; Diogo e Cardoso, 2000, p. 67-79).

É possível que nesta época se comesse a esboçar a sociedade que a epigrafia, maioritariamente datada do séc. II, dará a conhecer posteriormente. Uma estrutura social que ficará marcada por uma componente de onomástica latina fortemente romanizada e na qual o elemento indígena é já relativamente raro. Como tem sido por diversas vezes destacado, a forte componente de antropónimos gregos, mais do que uma origem desta população no Mediterrâneo oriental, aponta antes para uma população formada um importante conjunto de libertos. Por outro lado, um grupo relevante de epígrafes remete para a presença de uma elite que se ocupa dos cargos públicos e que manifesta o seu poder através de actos de evergetismo.

A importação de vinhos com origens tão diversificadas como a Bética, Tarraconense, Gália, Itália e o Mediterrâneo Oriental mostra um consumo diferenciado por parte destas elites locais, que encontravam nestes produtos uma forma de representação social através da ostentação, aspecto em que sobressai, particularmente, a cidade de *Balsa*. Tudo aponta para que nesta fase já existisse produção de vinho e azeite associado a algumas explorações do tipo *villae*, mas a busca destes produtos deve entender-se numa perspectiva de um consumo ostentatório e sumptuário. Ao prestígio que o consumo de determinados produtos devia trazer, questões como o gosto e a moda de cada período, marcaram, igualmente, estas modalidades de representação social (Martin-Kilcher, 2005, p. 214).

Assim, no cenário que julgamos ter tido lugar na segunda metade do séc. I no Algarve Oriental costeiro, encontramos três núcleos urbanos que concorrem entre si, entre os quais se destaca *Ossonoba*, município desde Augusto, sendo *Balsa oppidum stipendiaria* e *Baesuri*, provavelmente, também. Os recursos explorados pelas cidades de *Ossonoba* e *Balsa* centraram-se certamente na complementaridade de aproveitamento da riqueza agrícola que o território dispunha, tendo um papel significativo a exploração dos recursos marinhos. A existência de recursos mineiros no território algarvio, na área do actual concelho de Alcoutim, por exemplo, a par da exploração da região de S. Domingos, junto a Mértola, constituem outros factores de desenvolvimento da região, aspecto que terá beneficiado *Baesuri* de forma particular, pela sua situação geográfica.

Nos finais do séc. I/inícios do séc. II, assistiu-se ao abandono súbito de *Baesuri*, fenómeno que provocou, certamente, uma alteração do ordenamento político-administrativo da vertente oriental do Algarve. Como já se defendeu anteriormente, o abandono de *Baesuri* não corresponde a um fenómeno gradual de perda de importância deste núcleo urbano, uma vez que não se registou um decréscimo progressivo das importações de produtos manufacturados, como as cerâmicas, ou de alimentos transportados em ânforas. Na realidade, e como se demonstrou, comparando o padrão de importação destes produtos, verifica-se que se mantém um volume significativo das importações até esta data, cessando a partir de então. O facto de não se conhecerem epígrafes que, ao contrário de *Balsa* e *Ossonoba*, remetam para a existência de um funcionalismo ligado à ocupação de cargos públicos, e também a inexistência de dados sobre a presença de edifícios públicos de carácter monumental, são aspectos que devem igualmente ser valorizados, mesmo se parecem ser contraditórios. Deve referir-se que a maior parte desta epigrafia, quer a que se refere aos cargos públicos quer a relativa aos edifícios monumentais destas cidades, é posterior à data de abandono de *Baesuri*, aspecto que deve ser destacado neste contexto para uma correcta avaliação dos dados em causa. Assim, tudo aponta para que o núcleo urbano de *Baesuri* não tenha chegado a beneficiar da ascensão a município que teve lugar com Vespasiano, ou se ainda ascendeu a esta categoria, foi subitamente abandonada nos anos seguintes.

São diversos os factores que poderão ter levado ao abandono de Castro Marim. As condicionantes topográficas/geográficas da envolvente da cidade e a relação com o rio Guadiana

devem ter-se alterado de forma significativa, modificando o papel, à escala local, e sobretudo regional, que o núcleo urbano pode ter desempenhado. Recordamos que defendemos, à semelhança do que outros autores já tinham proposto, um papel de controlo do escoamento dos recursos mineiros a partir da região S. Domingos e mesmo do concelho de Alcoutim, associado à sua localização privilegiada. Fenómenos geológicos podem ter levado à colmatagem da bacia do estuário do Guadiana provocando o “afastamento” da zona do actual Castelo do curso principal do rio e/ou dos esteiros que lhe poderiam dar acesso. O facto de estarmos perante uma área de sapais, em constante mutação, nomeadamente, sempre que se registam períodos de cheias, entre outros fenómenos, provocou certamente grandes transformações da paisagem envolvente de Castro Marim, que condicionaram a forma como evoluiu o seu povoamento.

Após o abandono de Castro Marim, *Ossonoba* mantém o seu papel no quadro administrativo, sendo possível que *Balsa* tenha passado a exercer a sua jurisdição sobre o território anteriormente de *Baesuri*. Neste período, as cidades continuaram a desenvolver-se, assistindo-se, por um lado, à continuidade de importação de cerâmicas e produtos alimentares e, por outro, a uma série de construções/remodelações de edifícios públicos que a epigrafia testemunha.

Em Faro, a localização, na área da actual Sé, do templo dedicado ao culto imperial parece constituir uma realidade, não só do séc. II, mas também da centúria seguinte. Nos finais do séc. II, inícios do séc. III, assistiu-se a um novo programa construtivo na área ribeirinha da cidade, onde anteriormente se encontravam edifícios de habitação. Este local foi marcado pela construção de um edifício público, possivelmente sede de *navicularii*, com um pavimento em mosaico que ostenta a figura do deus Oceano. Na Av. Serpa Pinto, próximo do local do mosaico do Oceano, parecem ser de carácter habitacional as estruturas aí encontradas, o que contrasta com a referência aos tanques que parecem ter existido na Av. da República. Assim, não é clara a separação topográfica entre áreas de funcionalidades distintas. Por outro lado, dispomos de poucos dados acerca da cronologia de construção e utilização destas supostas cetárias para as podermos relacionar com os restantes vestígios recuperados na cidade. A necrópole norte da cidade encontrava-se em plena utilização, podendo associar-se a esta fase um conjunto de sepulturas de tipologia bastante diversificada.

Quanto à cidade de *Balsa* do séc. II, a urbe ficou marcada pela realização de importantes remodelações urbanísticas, cujas características precisas nos escapam. De facto, a epigrafia oferece testemunho da construção/remodelação de edifício de carácter monumental no séc. II, particularmente no caso da inscrição onde figura o termo *ante pagmentis* (IRCP 78). Outro equipamento urbano, neste caso o circo, foi igualmente construído ou conheceu importantes remodelação no séc. II e inícios do séc. III. Esta é a informação que se obtém das epígrafes que se referem à oferta, por parte de dois cidadãos, de cerca de cem pés do *podium* do circo de *Balsa*. Apesar das questões que as cronologias das epígrafes podem colocar, por serem baseadas exclusivamente em critérios paleográficos, estes dados apontam para uma sociedade dinâmica, na qual “instituições” como o evergetismo se encontravam em pleno funcionamento. Recorde-se que, tradicionalmente, se atribuem as derradeiras remodelações urbanísticas significativas dos núcleos urbanos da Lusitânia ao período Flávio, como a que sucedeu, por exemplo, na cidade de Conímbriga.

De acordo com dados do registo arqueológico, o período correspondente aos finais do séc. II inícios do séc. III correspondeu a uma fase de profundas transformações, designadamente nas estruturas de produção de preparados piscícolas e nos respectivos contentores anfóricos, no vale do Sado. Desconhece-se, com exactidão, o modo como estes fenómenos se manifestaram em solo algarvio. As causas destas transformações encontram-se ainda em grande medida por determinar e devem procurar-se em diversos factores. Um fenómeno que tem sido valorizado neste contexto corresponde às incursões mauras de 172/174. De facto, as fontes escritas referem estas invasões como tendo afectado sobretudo a região do Vale do Guadalquivir, desconhecendo-



-se o efeito que podem ter tido no sul da Lusitânia. Para alguns autores, estas incursões podem mesmo ter sido precedidas de outros raides de reconhecimento, correspondendo a homenagem a Marco Aurélio, por parte da população de Mértola, a um agradecimento pela protecção dada pelo Imperador face a esta ameaça.

Durante o período tradicionalmente designado por Baixo Império ou Antiguidade Tardia, assistimos a uma alteração significativa do valor e do volume de informações de que dispomos. Os dados epigráficos escasseiam e a maior parte da informação que podemos manusear para os sécs. III a VI diz respeito à importação de cerâmicas finas e de produtos alimentares transportados em ânforas. Por outro lado, assiste-se a um certo desequilíbrio entre os elementos disponíveis para *Balsa*, que não são comparáveis aos que possuímos para abordar *Ossonoba*.

Na cidade de Faro, assiste-se à continuidade de ocupação, quer da área correspondente ao núcleo monumental, existindo testemunhos da continuidade do culto imperial no séc. III, quer da zona dita ribeirinha, a ocidente, onde se localiza o edifício cujo pavimento ostenta a figura do Oceano. O estudo desta área demonstrou que este edifício, cujo pavimento foi datado da segunda metade do séc. II, inícios do séc. III, correspondeu à derradeira remodelação aqui operada, tendo este sector da cidade sido abandonado em finais do séc. IV início do séc. V. Os dados sobre as intervenções realizadas em outras áreas da cidade, exteriores ao reduto fortificado, apontam igualmente para um *terminus* da ocupação durante os finais do séc. IV, inícios do séc. V. Este processo parece configurar um fenómeno de retracção urbana, idêntico ao que se reconheceu em outros núcleos urbanos neste período. Assim, tudo aponta para que a área que permaneceu ocupada durante o Baixo Império se tivesse circunscrito à zona fortificada.

Em meu entender, mais do que os testemunhos arqueológicos ao nível das importações cerâmicas e de produtos alimentares transportados em ânforas, que são muito idênticos e equivalentes nas duas cidades para os finais do séc. III e centúrias posteriores, é a epigrafia que permite, novamente, reconhecer uma dinâmica evolutiva em Faro, em clara divergência com a que se regista para a cidade de *Balsa*. Nesta última cidade, recorde-se, não existe qualquer testemunho epigráfico posterior ao séc. III. Contrariamente, as homenagens dos ossonobenses aos imperadores Valeriano e Aureliano datam justamente da segunda metade do séc. III, constituindo simultaneamente testemunhos do culto imperial e mostrando o vigor das instituições municipais, numa época que, tradicionalmente, se apelida de “decadente”. Desconhece-se o que terá motivado estas homenagens, que podem estar relacionadas com acontecimentos que terão exigido a intervenção do imperador, sendo esta a forma escolhida pelos ossonobenses para mostrar a sua gratidão.

A introdução do Cristianismo constituiu outro factor de diferenciação no perfil evolutivo das cidades de Faro e *Balsa*. A presença do bispo de Faro, Vicêncio (ou Vicente), no 1º Concílio de Elvira, juntamente com os bispos de Évora e Mérida, ainda nos inícios do séc. IV, mostra bem a importância que a cidade adquiriu neste período. Posteriormente, em 378, deve igualmente referir-se o bispo Ithacio, cujo papel terá sido determinante na luta contra o Priscilianismo.

O quadro que pudemos traçar para a evolução da cidade de *Balsa*, no período compreendido entre o séc. III e o V, é muito fragmentário. Ao silêncio epigráfico alia-se a relativa escassez de dados que elucidem acerca da ocupação ou abandono de determinados sectores da cidade. Tudo aponta para o fim ou decréscimo da utilização da necrópole norte a partir do séc. IV. Por outro lado, a julgar pelo padrão de distribuição das cerâmicas, conjugado com os escassos dados estratigráficos seguros de que dispomos, assistiu-se ao abandono das estruturas de possível cariz habitacional, sendo também desta data a desactivação das estruturas de escoamento das águas residuais formadas por uma série de canalizações que foram identificadas, junto à costa, nos anos 70. Pelo contrário, a unidade de transformação de preparados piscícolas encontrava-se em plena actividade nesta fase, e o seu abandono pode ter ocorrido em período posterior, possivelmente no séc. V ou VI. Este dado confirma o desenvolvimento relativamente tardio que a produção de

preparados piscícolas conheceu, de um modo geral no vale do Tejo e do Sado, e, em particular, no território algarvio.

Como referi, se atendermos à leitura que os dados materiais nos permitem, o padrão de consumo de produtos alimentares transportados em ânforas relativos às duas cidades algarvias no Baixo Império foi bastante equivalente. A partir do séc. III, e posteriormente, assistiu-se a um novo ordenamento da dependência inter-provincial, que se caracterizou, em termos genéricos, por uma relativa perda de importância dos produtos béticos, por um lado, e pelo reforço da posição dos produtos locais/regionais lusitanos e uma igualmente expressiva importação de produtos norte africanos (tunisinos), por outro.

Relativamente às importações da vizinha Bética, assiste-se a uma menor diversidade dos produtos, que passam a ser constituídos, quase exclusivamente, por preparados piscícolas. De facto, apesar da produção desta província ter conhecido um decréscimo acentuado, as importações oleícolas ainda se mantêm no séc. III, mas em quantidades significativamente menores. O vigor económico das províncias norte africanas, cujo motor se encontrava na produção e exportação de azeite, mas igualmente de preparados piscícolas, manifestou-se directamente no volume destes produtos nas cidades algarvias.

A importação de produtos africanos, que se iniciou ainda no período Flávio com a cerâmica de mesa (*sigillata* clara A) e cerâmica de cozinha africana, registou, ao longo do amplo período da sua importação, diferentes ritmos e padrões. O consumo de cerâmicas de mesa norte africanas cessou nos finais do séc. VI ou inícios do século VII, portanto já depois de findo o domínio romano na região, não se registando quaisquer exemplos posteriores a esta data, apesar da continuidade da sua produção. Curiosamente, a importação de produtos alimentares transportados em ânforas oriundas do Norte de África não acompanhou estas importações, tendo cessado anteriormente, ainda no séc. V. Em Faro, o momento áureo destas importações de cerâmica de mesa (*sigillata* clara D) teve lugar no séc. IV, no que considerámos ser mais um testemunho da reocupação da área muralhada.

Além das cerâmicas africanas, o abastecimento de cerâmicas finas no Baixo Império recorreu ainda às produções da Gália, concretamente de DSP ou de luzente, apesar de estas estarem representadas por escassos exemplares. De cronologia posterior, a *sigillata* foceense tardia, originária do Mediterrâneo Oriental, constitui prova da vitalidade comercial em época avançada, entre meados do séc. V e meados da centúria seguinte.

Os dados disponíveis do registo arqueológico mostram que as alterações do enquadramento político que tiveram lugar na Península Ibérica no final do séc. V, e posteriormente, não provocaram modificações significativas nas relações económicas que o sul da Lusitânia tinha estabelecido com as restantes províncias da bacia do Mediterrâneo, a partir do séc. III. Aparentemente, o território hoje algarvio esteve afastado das lutas entre suevos e visigodos, isto apesar da tomada de Mértola pelos suevos, em 440. Alguns autores, citados por H. Catarino, referem ainda a possibilidade de *Ossonoba* ter estado, durante alguns anos, sob domínio bizantino, aspecto que poderia constituir explicação para a ausência dos bispos de Faro nas reuniões conciliares entre 589 e 653 (Catarino, 2002, p. 30). A ausência de cerâmicas africanas de cronologias seguras do séc. VII constitui um elemento a considerar nesta problemática, uma vez que a sua existência em sítios como Cartagena, tem sido, nesta cidade, associada à presença Bizantina. Reconhecemos, contudo, que os dados são ainda escassos e de difícil interpretação.

A existência de comunidades orientais nas principais cidades costeiras, relacionada de forma directa com o fenómeno de difusão do Cristianismo, está documentada de forma particularmente expressiva em Mértola, sendo provável que essas mesmas comunidades tenham existido igualmente em *Ossonoba*.

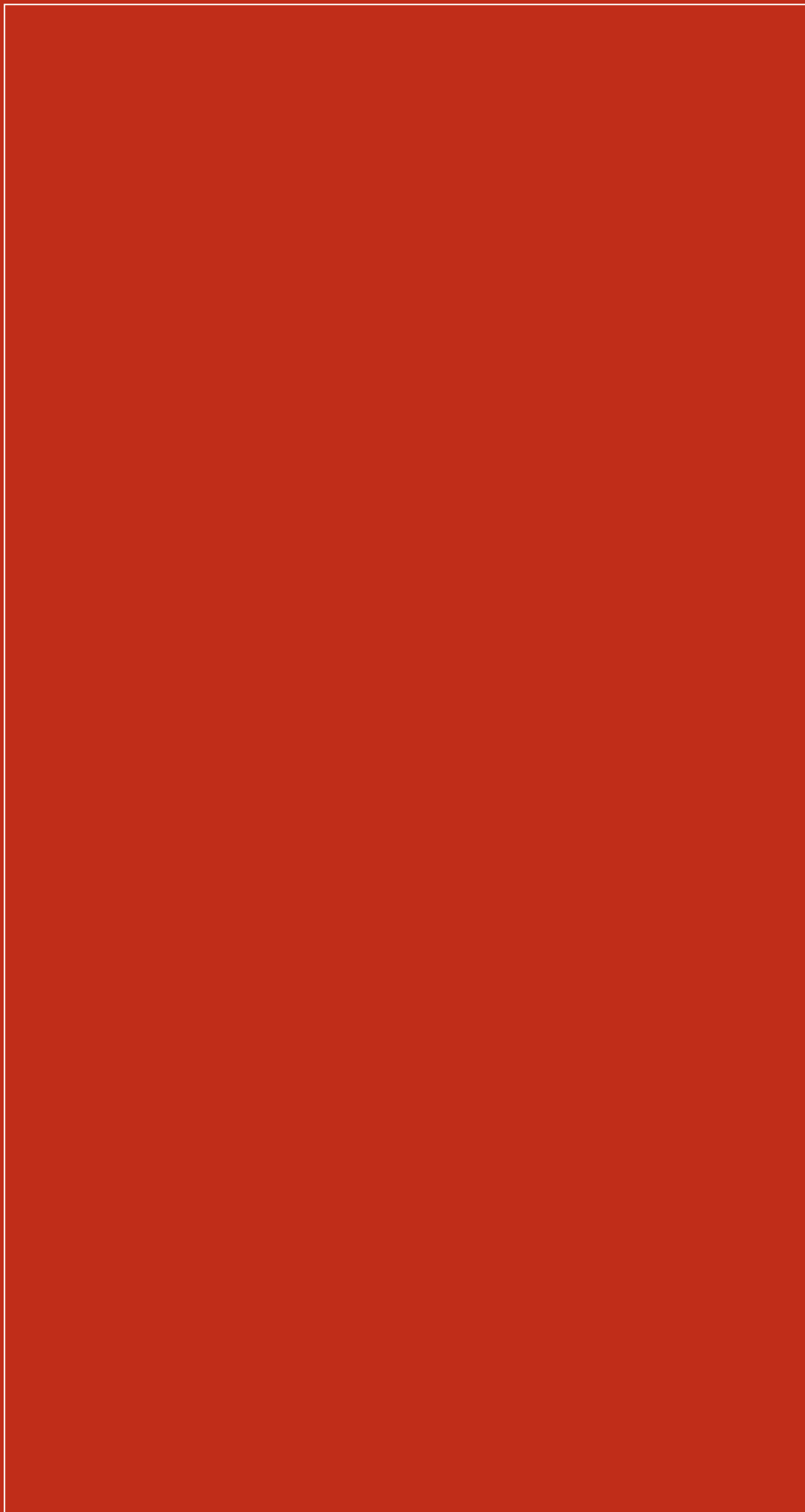
Outro fenómeno em aberto diz respeito ao que terá sucedido às elites urbanas durante o período baixo imperial. Referenciados e caracterizados através da relativamente abundante epi-

grafia do Alto Império, existente não só nas cidades, mas também na epigrafia funerária relacionada com a ocupação de *villae*, estes grupos sociais deixaram de se exprimir através da epigrafia, o que dificulta sobremaneira a sua identificação.

Ainda que a presença de influências do Norte de África fosse uma realidade, que se materializou através de diversas manifestações, como a presença significativa de produtos alimentares transportados em ânforas e cerâmicas finas, o território algarvio durante a Antiguidade tardia, como já sucedera em épocas anteriores, manteve uma forte ligação à vizinha Bética.

Apesar da existência de informações contidas nas fontes escritas e dados epigráficos, muito desiguais cosoante os períodos que tratámos, a arqueologia constitui, sem dúvida, a fonte essencial para obtenção do conhecimento acerca de inúmeros aspectos da vida económica e das formas de povoamento do Algarve durante o período romano. Os dados disponíveis apontam para uma rede de povoamento densa, a partir sobretudo do Alto Império, por entre os núcleos urbanos principais, como foram Castro Marim, *Balsa* e Faro. Se a sua localização costeira os constituiu como importantes plataformas na exploração dos recursos marinhos, não restam hoje dúvidas de que a exploração agrícola, evidenciada em inúmeros locais, serviria de complemento a esses recursos, e, no caso de Castro Marim o seu papel no escoamento dos recursos mineiros parece igualmente evidente. A estas valências deve ainda somar-se actividade comercial, que a curta distância do mar facilitou.









## Anexo 1. Lista dos sítios com cetárias, locais com vestígios de produção de azeite e vinho e sítios onde se produziram ânforas no território algarvio (Figura 79)

### 1. Cetárias

A listagem dos sítios onde se produziram preparados piscícolas na costa algarvia teve por base as referências sistematizadas por diversos autores que se têm debruçado sobre o tema (Veiga, 1910; Figueiredo, 1906; Santos, 1971, 1972; Alarcão, 1988a), seguindo de perto e actualizando a informação reunida em 1994 por C. Fabião (1994b).

Sítio	Características	Cronol.	Referências Bibliográficas
1-Beliche	Uma cetária	--	Veiga, 1910, p. 210; Santos, 1971, p. 69; Alarcão, 1988a, 7/159
2-Ihéu da Baleeira	Uma cetária	--	Santos, 1971, p. 69; Alarcão, 1988a, 7/161.
3-Salema	Cetárias	--	Veiga, 1910, p. 211; Santos, 1971, p. 77; Alarcão, 1988a, 7/131.
4-Boca do Rio	Várias cetárias de tamanho regular dispostas em duas fileiras	Séc. I – IV / V	Veiga, 1910, p. 212; Figueiredo, 1906, p. 113-114; Santos, 1971, p. 78-106; Alarcão, 1988a, 7/132.
5-Burgau	Cetárias	Séc. ? -IV	Veiga, 1910, p. 218; Santos, 1971, p. 107; Alarcão, 1988a, 7/143.
6-Senhora da Luz	Alinhamento de tanques	Séc. I- IV	Veiga, 1910, p. 220; Santos, 1971, p. 108; Alarcão, 1988a, 7/141.
7-Lagos – “Bon vivant”	Notícia de tanques	--	Ramos e Almeida, 2005; Ramos, 2008.
7-Lagos R. Silva Lopes	Unidade	Séc. I-VI	Ramos e Almeida, 2005; Ramos, Almeida e Laço, 2006, p. 83-100.
7-Lagos (Rua 25 Abril)		Séc. IV	Ramos, 2008, p. 87-98.
7-Monte Molião (Lagos)	Cetárias	Séc. I – II	Bargão, 2008, p. 169-189.
7-Meia praia (Lagos)	Cetárias	--	A confirmar
8-Vau / Alvor (Portimão)	Série de 15 tanques	--	Figueiredo, 1906, p. 112, Fig. 2, p. 115; Veiga, 1910, p. 226-227; Santos, 1971, p. 124-125, fig. 24; Alarcão, 1988a, 7/11.
9-Portimões (Portimão)	Série de tanques	Séc. I (?) – III-IV	Veiga, 1891, p. 569-570, Veiga, 1910, planta nº 2; Figueiredo, 1906, p. 116, Fig. 3; Santos, 1971, p. 133; Alarcão, 1988a, 7/117 e 7/146.
10-Baralha (Portimão)	Cetárias	--	Marques <i>et al.</i> , 1992, p. 47; Fabião 1994.
11-Ferragudo (Portimão)	“estabelecimento de salga de peixe”	Séc. I (?)	Santos, 1971, p. 135; Alarcão, 1988a, 7/147.
12-Armação de Pêra (Silves)	“tanques romanos de salga de peixe”	--	Santos, 1971, p. 141; Alarcão, 1988a, 7/152.
13-Cerro da Vila	Dois tanques	Séc. I ou II (?)	Santos, 1971, p. 142; Alarcão, 1988a, 8/298.
14-Quarteira	“estabelecimento de salga”	Séc. I aC ?	Veiga, 1910, p. 233; Santos, 1971, p. 149; Alarcão, 1988a, 8/299.
15-Loulé Velho (Loulé)	“estabelecimento de salga”	Séc. I a.C – IV	Paço e Farrajota, 1966, p. 75-76; Santos, 1971, p. 151-152, fig. 56-61; Alarcão, 1988a, 8/300.
16-Quinta do Lago (Loulé)	Fila com 5 tanques	Séc. m. I- V	Arruda e Fabião, 1990, p. 199-213, fig. 57.
17-Faro (Av. da República)	“Três tanques de salga”	--	Rosa, 1984, p. 153; Alarcão 1988a, 8/322.
18-Olhão	Série de tanques nas docas	--	Iría, 1950, p. 726-728; Santos, 1971, 215-216, fig. 78-79; Alarcão 1988a, 8/323.
19-Quinta de Marim (Olhão)	Cetárias	Séc. I-V	Alarcão 1988a, 8/311; Silva, Soares e Coelho-Soares, 1992, p. 335-374.
20-Balsa (Pedras d’el Rei)	Tanque		A confirmar
20-Balsa (Quinta das Antas)		Séc. I-V	Figueiredo, 1906, p. 118, fig. 5, Santos, 1971, p. 288-290, fig. 115-116.
20-Balsa (Quinta de Torre de Ares)	Unidade com planta em U com, pelo menos, 9 cetárias	Séc. ? – V-VI ?	Maia e Maia, 1978; Alarcão, 1988a, 8/319.
21-Quinta do Muro (Vila Real de Santo António).	4 tanques e outros na praia	Séc. I-II ?	Figueiredo, 1906, p. 119-120, fig. 6; Santos, 1971, p. 309; Alarcão 1988a, 8/281.
22-Cacela	--	--	Alarcão, 1988a, 8/382.

## 2. Sítios onde se produziram ânforas

Sítio	Características	Cronol.	Referências Bibliográficas
1 – Martinhal (Sagres)	Fornos. Produção de ânforas Almagro 50, Almagro 51c e Almagro 51 a-b	Séc. IV-V	Silva, C. T., Soares, J. e Correia, V. (1990), p. 225-246; Alarcão, 1988a, 7/160; Fabião, 2004a, p. 397.
2 – Quinta do Lago (Loulé)	Produção de ânforas Almagro 50 e Almagro 51c	Séc. III-V	Arruda e Fabião, 1990, p. 199-213; Fabião, 2004a, p. 399.
3 – S. João da Venda (Loulé)	Produção de ânforas Almagro 51 a-b	Séc. III-V	Fabião e Arruda 1990, p. 215-224; Alarcão, 1988a, 8/305; Fabião, 2004a, p. 399.
4 – Manta Rota (Vila Real de Sto António)	Dressel 14 e possivelmente Almagro 51c	m. séc. I – séc. V	Vasconcelos, 1920, p. 214-237; Fabião, 2004; Viegas, 2006b, p. 177-196; Alarcão, 1988a, 8/296; Fabião, 2004a, p. 400.
5 – S. Bartolomeu de Castro Marim	Forno. Produção de Dressel 14 e Almagro 51c	m. séc. I – séc. V	Vasconcelos, 1898; Maia, 1979; Alves, Diogo e Reiner, 1990; Alarcão, 1988a, 8/292; Fabião, 2004a, p. 400.

## 3. Locais com vestígios de produção de azeite e vinho

Listagem realizada a partir das informações contidas em *Roman Portugal* (Alarcão, 1988a), sistematizadas e completadas pelos trabalhos de síntese de J.-P. Brun (1997) e A. Carvalho (1999), com a necessária actualização bibliográfica sobre locais que foram posteriormente identificados.

Sítio	Características	Cronol.	Referências Bibliográficas
1 – Fonte Velha (Bensafrim, Lagos)	Um lagar	--	Alarcão, 1988a, 7/90; Carvalho, 1999, nº 4, p. 370.
2 – Abicada	Contrapesos ou prensas	Baixo Império	Alarcão 1988a, 7/107 Brun, 1997, p. 65,
3 – Vidigal (Mexilhoeira Grande, Portimão)	Lagar escavado na rocha	Baixo Império	Santos, 1971, p. 315; Alarcão, 1988a, 7/98; Carvalho, 1999, nº 5, p. 370.
4 – Vale do Marinho (Mexilhoeira Grande, Portimão)	Lagar escavado na rocha de cronologia duvidosa	Baixo Império	Alarcão, 1988a, 7/102; Carvalho, 1999, nº 6, p. 370.
5 – Milreu	Instalação vitícola prensa e cubas de recolha /lagar de vinho	Baixo Império	Alarcão, 1988a, 8/304; Hauschild, 1984; Carvalho, 1999, p. 170; Teichner, 2008.
5 – Milreu	Azeite	--	Teichner, 2003, p. 103-114; Teichner, 2008.
6 – S. João da Venda (Loulé)	Lagar e <i>cella vinaria</i>	--	Rocha, 1894; Santos, 1972, p. 167; Alarcão, 1988, 8/35; Carvalho, 1999, nº 12, p. 370.
7 – Loulé Velho (Quarteira, Loulé)	Um peso de lagar	--	Alarcão 1988a, 8/300; Carvalho, 1999, nº 32, p. 382.
8 – Quinta de Marim	Três dolia encastrados no pavimento	Baixo Império	Rocha, 1895; Santos 1972, p. 264-265.
9 – Dona Menga (Luz, Tavira)	Mó de lagar	--	Alarcão 1988, 8/314; Carvalho, 1999, nº 33, p. 382.

## Anexo 2. Principais conjuntos anfóricos considerados na análise das ânforas de Faro, Balsa e Castro Marim

Nas tabelas que se seguem procurou-se reunir a informação sobre conjuntos de ânforas identificados no território português. Trata-se de conjuntos muito desiguais do ponto de vista quantitativo e qualitativo, recuperados em sítios com funcionalidades muito diferentes, estando representados conjuntos provenientes de extensas escavações, mas também os recolhidos no âmbito de prospecções de superfície ou em dragagens do Rio Arade. Apesar do carácter desigual da informação de base, estes dados permitem também salientar a relevância dos conjuntos que se apresentam neste estudo, originários dos núcleos urbanos algarvios de Faro, Balsa e Castro Marim. Procurou-se, tanto quanto possível, uma uniformização dos critérios de quantificação das ânforas, tendo-se optado pelo NMI (Número Mínimo de Indivíduos), calculado a partir do nº de bordos.

Sítio	Total ânforas (NMI)
<b>Faro</b>	<b>449</b>
<b>Balsa</b>	<b>246</b>
<b>Castro Marim</b>	<b>844</b>
1. Foz do Arade, dragagens	256
2. Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo), villa	60
3. Miróbriga, (Santiago do Cacém), cidade	62
4. Sines, cetárias	68
5. Tróia	196
6. Monte da Cegonha (Beja) , villa	175
7. S. Cucufate, villa	1130
8. Tourega, Évora, villa	127
9. Povos ,Vila Franca de Xira – villa	65
10. Lisboa (Rua dos Correeiros)	65
11. Quinta das Longas, Elvas , villa	22
12. Vila Cardílio (Torres Novas)	186
14. Conímbriga	204
15. <i>Bracara Augusta</i>	1457

## 1. Foz do Arade, segundo Silva, Coelho-Soares e Soares (1987) e Diogo, Cardoso e Reiner (2000).

	Forma	Silva, Coelho-Soares e Soares, 1987	Diogo, Cardoso e Reiner, 2000	Total	%
República	Dressel 1 (Ital.)	3	2	5	
	Lamb. 2 (Ital.)	0	1	1	
	D de Pellicer (Ult.)	1	0	1	
	E de Pellicer (Ult.)		1	1	
	Mañá C2 (Ult.)	8	10	18	
	<b>Total</b>			<b>26</b>	
Alto Império	Dressel 2-4 (Ital.)	1	2	3	2.7
	Haltern 70 (Bét.)	1	2	3	2.7
	Dressel 7/11 (Bét.)	5	10	15	13.3
	Beltrán II (Bét.)	14	7	21	18.7
	Beltrán IV (Lusit.)	18	2	20	17.9
	Beltrán V		3	3	2.7
	Dressel 20 (Bét.)	2	0	2	1.8
	Lusitana 2 (Lusit.)	0	6	6	5.4
	Lusitana 3 (Lusit.)	0	1	1	0.9
	Lusitana 4 (Lusit.)	0	10	10	8.9
	Lusitana 5b (Lusit.)	0	15	15	13.3
	Lusitana 6a (Lusit.)	0	3	3	2.7
	Lusitana 8 (Lusit.)	0	3	3	2.7
	Lusitana 11 (Lusit.)	0	4	4	3.6
	Gauloise 4 (Gália)	0	3	3	2.7
	<b>Total</b>			<b>112</b>	<b>100</b>
Baixo Império	Almagro 50 (Bética)	32	0	32	27.1
	Almagro 51c (Lusit.)	50	0	50	42.5
	Beltrán 56 Africana Grande	20	0	20	16.9
	Keay III (N.Afric.)	0	2	2	1.7
	Keay V (N.Afric.)	0	9	9	7.6
	Keay VI (N.Afric.)	0	2	2	1.7
	Keay XXV (N.Afric.)	0	3	3	2.5
	<b>Total</b>			<b>118</b>	<b>100</b>
	<b>Total</b>			<b>256</b>	

## 2. Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo), segundo Norton et al. (1993-1994) (bordos) provenientes de prospecção.

Forma	Nº
Dressel 14b	45
Almagro 50	4
Almagro 51c	21
<b>Total</b>	<b>60</b>
Indeterm.	2

**3. Miróbriga, segundo A. D. Diogo**  
(1999, p. 15-27).

Tipo	Nº	%
Dressel 20 (Bét.)	5	7.9
Gauloise 4 (Gál.)	1	1.6
Lusit. 2 (Lusit.)	8	12.7
Lusit. 3 (Lusit.)	5	7.9
Lusit. 4 (Lusit.)	14	22.2
Lusit. 5 a e b (Lusit.)	9	14.3
Lusit. 6 (Lusit.)	12	19
Lusit. 7 (Lusit.)	1	1.6
Lusit. 13 (Lusit.)	3	4.8
Lusit. 14 (Lusit.)	1	1.6
Keay XXV (N.Afric.)	1	1.6
Keay XXXVI (N.Afric.)	1	1.6
Keay XLI (N. Afric.)	1	1.6
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>100</b>

**4. Sines, segundo A. D. Diogo**  
(1999, p. 15-27).

Tipo	Nº	%
Mañá C2 (Ulter.)	5	
Dressel 1 (Ital.)	1	
Dressel 2/4 (Ital.)	1	
Brindisi (Ital.)	1	
Dressel 7/11 (Beltrán I) (Bét.)	1	1.7
Dressel 14 (Beltrán IV) (Bét.)	1	1.7
Dressel 20 (Bét.)	3	5
Gauloise 4 (Gál.)	1	1.7
Lusit. 2 (Lusit.)	20	33.2
Lusit. 3 (Lusit.)	16	26.6
Lusit. 4 (Lusit.)	12	20
Lusit. 5 b (Lusit.)	4	6.7
Lusit. 6 (Lusit.)	1	1.7
Keay LXII (N.Afric.)	1	1.7
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>100</b>

**5. Tróia, segundo Diogo e Trindade (1998, p. 187-220)** (AEAE = Associação de estudos arqueológicos e etnológicos. Não é absolutamente certo que seja material de Tróia).

Forma	AEAE	Recolha 1983 CMG	Recolhas sistemát. 90-95	Recolhas subaq. 1972-MNA 1984-85 CMG	Total Diogo e Trindade 1998
Greco-italica (Ital.)	1				1
Dressel 1 (Ital.)	1				1
Mañá C2 (Dressel 18)	1				1
Dressel 2-4 (Ital.)			1	1	2
Dressel 7/11 (lusit			1		1
Lusitana 2 (Lusit.)	1	2	151	1	155
Lusitana 3				1	1
Lusitana 4 (Lusit.)		1	7	1	9
Lusit 5 a e b		3	5	1	9
Lusit 6 a e b			3		3
Lusit 8			2		2
Lusit 10			2		2
Lusit 11			2	1	3
Lusitana 12				14	14
Beltrán I (Bét.)	4	1	2		7
Beltrán II (Bét.)	1	1	1	6	9
Beltrán IV (Bét.)			1		1
Haltern 70 (Bét.)	1		1		2
Dressel 20	2	3	14	2	21
Gauloise 4 (Gál.)	1			1	2
Dressel 23			1		1
Tejarillo I				1	1
Keay III				1	1
Keay V (N. Afric)		1		1	2
Keay VII				1	1
Keay XXV				1	1
196					

## 6. Monte da Cegonha, segundo Pinto e Lopes (2006, p. 204, Fig. 4).

Tipo	NMI	%
Haltern 70 (Bét.)	37	32.5
Dressel 20 (Bét.)	24	21.1
Beltrán IIA (Bét.)	1	0.9
Beltrán IIB (Bét.)	5	4.4
Dressel 7/11 (Bét.)	13	11.4
Dressel 14 (Lusit.)	34	29.7
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>100</b>
Almagro 50 /Keay 16 (Bét.)	4	6.6
Sado 1 (Lusit.)	2	4.9
Almagro 51c (Lusit)	40	65.6
Almagro 51a-b (Lusit)	2	3.3
Lusit 9/Sado 2 (Lusit)	6	9.8
Africana II/Keay VI e VII (N.Afric)	2	3.3
Keay 35 B (N.Afric)	1	1.6
Late Roman Amphora 1 (Medit.Orient)	1	1.6
<b>Total</b>	<b>175</b>	<b>100</b>

## 7. S. Cucufate, segundo Alarcão, Étienne e Mayet (1990, p. 251-255; Mayet Schmitt, 1997, p. 72 p. 92) e introdução do tipo Lusitana 9/Sado 2 segundo Pinto e Lopes (2006, p. 197-224).

	Tipo	NMI	%
Alto Império	Haltern 70 (Bét)	2	0.4
	Dressel 2/4 (Bét)	3	0.6
	Dressel 7/11 e Beltrán IIB (Bét)	88	17.6
	Dressel 14 (Lusit)	365	73
	Dressel 20 (Bét)	42	8.4
	<b>Total</b>	<b>500</b>	<b>100</b>
Baixo império	Almagro 50 e Beltrán 72 (Lusit)	33	5.2
	Almagro 51a-b (Lusit)	2	0.3
	Almagro 51c (Lusit)	505	80.2
	Lusitana 9/ Sado 2 (Lusit)	86	13.7
	Africana II (N.Afric)	2	0.3
	Keay LXXVIII (N.Afric)	2	0.3
	<b>Total</b>	<b>630</b>	<b>100</b>

## 8. Tourega, segundo Pinto, Viegas e Dias (2004) e Pinto e Lopes (2006, p. 213, Fig. 13).

Tipo	NMI	%
Dressel 20 (Bét.)	1	3
Beltran IIB (Bét.)	2	6.1
Dressel 14 (Lusit.)	30	90.9
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100</b>
Almagro 50 /Keay 22 (Lusit.)	6	6.7
Almagro 51c (Lusit.)	81	91.1
Almagro 51a-b (Lusit.)	2	2.2
<b>Total</b>	<b>89</b>	<b>100</b>
Indeterminada	5	
<b>Total</b>	<b>127</b>	



9. **Villa romana de Povos** (Vila Franca de Xira), segundo Banha (1991-92, p. 49-90).

Tipo	NMI
Dressel 2-4 (Itálica)	1
Haltern 70 fundo (Bética)	1
Gauloise 5 (Gália)	1
Dressel 14 lusitanas	18
Dressel 14 béticas	1
Dressel 20 bética	6
Dressel 23 bética	1
Almagro 50	5
Almagro 51c	30
Keay 32 classe 35 (?) (Norte de África)	1
<b>Total</b>	<b>65</b>

10. **Lisboa**, ânforas béticas da **Rua dos Correeiros**, segundo Sabrosa e Bugalhão, (2004, p. 571-586). Segundo os autores, no total dos fragmentos de ânforas, 80% foram produzidas na Lusitânia, sendo provenientes da Bética 14% (Sabrosa e Bugalhão, 2004, p. 572).

Tipo	Nº
Dressel 2-4 (Ital.)	1
Haltern 70 (Bét.)	6
Dressel 7/11 (Bét.)	5
Beltrán II A (Bét.)	6
Beltrán II B (Bét.)	2
Dressel 20 (Bét.)	17
Dressel 23 (Bét.)	2
Almagro 50 (Bét.)	26
<b>Total</b>	<b>65</b>

11. **Villa romana da Quinta das Longas**, segundo Almeida e Carvalho (1998, p. 137-163).

Tipo	NMI
Beltrán IIB (Bét.)	1
Dressel 20 (Bét.)	1
Dressel 14 (Lusit.)	4
Almagro 51c (Lusit.)	14
Indeterminadas	2
<b>Total</b>	<b>22</b>

12. **Vila Cardílio** (Torres Novas), segundo Diogo e Monteiro (1999, p. 201-214).

Tipo	Nº	%
Dressel 2/4 (Ital.)	2	1.1
Haltern 70 (Bét.)	4	2.2
Beltrán I (Bét.)	4	2.2
Beltrán II (Bét.)	1	0.6
Lusitana 2 (Lusit.)	14	7.8
Lusitana 3 (Lusit.)	130	71.9
Lusitana 4 (Lusit.)	12	6.7
Lusitana 5b (Lusit.)	2	1.1
Lusitana 13 (Lusit.)	2	0.2
Lusitana 14 (Lusit.)	2	1.1
Dressel 20 (Bét.)	9	5.1
<b>Sub-Total</b>	<b>181</b>	<b>100</b>
Almagro 51c (Bét.)	1	
Dressel 23	2	
Keay IV	1	
Keay V	1	
<b>Sub-Total</b>	<b>5</b>	
<b>Total</b>	<b>186</b>	

## 13. Ânforas de Conímbriga, segundo Alarcão (1976, p. 79 – 91) e I. Buraca (2005).

Forma	Escav. Luso-Francesas	Catalogadas Alarcão	Escav. Antigas Buraca 2005	Total NMI	%
Greco-italica (Ital.)	1	0	0	1	
Dressel 1 (Ital.)	8	5	0	13	
Classe 67 (Bét.)	1	0	0	1	
Mañá C2 (Ult.)	0	2	0	2	
<b>Sub-Total</b>				<b>17</b>	
Dressel 2-4 (Bét.)	5	1	0	6	4.7
Dressel 28 (Bét.)	1	1	0	2	1.6
Ródia (Med.Orient.)	1	0	0	1	0.8
Laietana (Tarrac.)	0	0	1	1	0.8
Dressel 1 ou 7/11 (Bét.)	0	1	1	2	1.6
Dressel 7/11 (Bét.)	21	7	4	32	24.9
Beltrán IIA (Bét.)	1	0	0	1	0.8
Beltrán IIB (Bét.)	1	1	0	2	1.6
Lusitana 12 (Lusit.)	7	3	0	10	7.8
Dressel 14 (Lusit.)	19	4	6	29	22.6
Ovoide lusit (Lusit.)	1	0	0	1	0.8
Tripolitana 1 (N. Afric)	1	0	0	1	0.8
Haltern 70 (Bét.)	22	7	3	32	24.9
Dressel 20 (Bét.)	2	0	2	4	3.1
Gauloise 4 (Gál.)	1	0	1	2	1.6
Richborough 527 (Ital.)	0	1	1	2	1.6
<b>Sub-Total</b>				<b>128</b>	<b>100</b>
Almagro 50 (Bét.)	0	0	1	1	1.7
Beltrán 72 (Bét.)	0	1	2	3	5.1
Almagro 50 (Lusit.)	15	0	4	19	32.2
Almagro 51c (Lusit.)	12	3	4	19	32.2
Lusitana 3 (Lusit.)	10	0	1	11	18.6
Dressel 23 (Bét.)	2	0	1	3	5.1
LRA1 (Med.Orient.)	0	1	0	1	1.7
Keay 21 (N. Afric.)	1	0	0	1	1.7
Keay 62 (N.Afric)	1	0	0	1	1.7
<b>Sub-Total</b>				<b>59</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>				<b>204</b>	
Indeterminada	8	2	3	13	

## 14. Bracara Augusta, segundo R. Morais (2006, p. 295-312).

Ânforas	Quantidade	%
Vinárias	143	9.81
Piscícolas	272	18.67
Oleícolas	29	1.99
Indeterminadas	11	0.75
Regionais / locais	69	4.74
Haltern 70	933	64.04
<b>Total</b>	<b>1457</b>	<b>100,00</b>

Forma	NMI	% total	% por período
Dressel 7/11 bética	70	25.74	28.5
Dressel 7/11 ? lusitana	1	0.37	0.4
Beltrán IIA bética	1	0.37	0.4
Beltrán IIB bética	8	2.94	3.3
Puerto Real	2	0.74	0.8
Dressel 14 Bética	17	6.25	6.9
Dressel 14 var A (lusitana	50	18.38	20.3
Dressel 14 var B Lusit	70	25.74	28.5
Dressel 14 var C Lusit	7	2.57	2.8
Dressel 14 tardia lusit	2	0.74	0.8
Dressel 14 var. ind lusit	18	6.62	7.3
<b>Sub-Total</b>	<b>246</b>	<b>90.46</b>	<b>100</b>
Almagro 51c Bética	4	1.47	
Almagro 51c Lusitana	10	3.68	
Almagro 50/Keay XVI var. A	2	0.74	
Almagro 50/Keay XVI var. C	1	0.37	
Almagro 50/Keay XXII	7	2.57	
Beltrán 72 var. B	2	0.74	
<b>Sub-Total</b>	<b>26</b>		
<b>Total</b>	<b>272</b>		

### Anexo 3. Descrição dos fabricos das ânforas de Ossonoba, Balsa e Baesuri

#### Fabricos Itálicos

Incluiu-se no fabrico **ital1** o conjunto de peças com argilas típicas da costa tirrénica da região do Lácio e Campânia com as características areias negras, que inclui ânforas greco-italicas e Dressel 1 ou Dressel 2-4. É idêntico ao descrito por Peacock e Williams para os exemplares das classes 2 a 5 (1986, p. p. 84-92) e para a Pasta GitB-Dr1B (Marquéz Villora e Molina Vidal, 2005, p. 106).

O fabrico **ital2** possui características idênticas ao anterior mas sem areias negras, e com maior quantidade de nódulos de ferro, apresentando-se igualmente mais compacto. Este fabrico encontra-se em exemplares de ânforas greco-italicas, em que a pasta possui uma tonalidade alaranjada, compacta e com abundantes inclusões de dimensões reduzidas. Entre as inclusões, observam-se pontos de calcite e nódulos de ferro castanhos escuros (um deles com 4 mm embora habitualmente sejam de reduzida dimensão), além de abundantes areias (quartzo subrolado). Pouco se conservou do engobe na superfície externa, mas a sua presença em duas manchas na superfície interna do bordo permite identificar a sua coloração bege esbranquiçada.

O fabrico **ital3** corresponde às produções habitualmente descritas para as ânforas provenientes do sul da costa adriática (região de Brindisi-Apúlia), na península Itálica, e é idêntico ao descrito por Peacock e Williams para a classe 8 (1986, p. 100-101) e identificado pela sigla L2A (Marquéz Villora e Molina Vidal, 2005, p. 115). Trata-se de uma argila de tonalidade bege amarelada bastante compacta, com abundantes inclusões de reduzida dimensão, difíceis de identificar macroscopicamente. Entre as inclusões, as mais características são os nódulos ferruginosos alaranjados de diferentes dimensões (entre 0.5 a 2 mm), com distribuição irregular.

Um exemplar de uma Lamb. 2 de Faro (MF68351 não ilustrado) escapa à descrição anterior e foi integrada no fabrico **ital4**. Apresenta uma pasta clara, compacta, sem nódulos de ferro. Neste caso, ainda se conservam alguns vestígios do que seria o engobe de tonalidade bege amarelado.

#### Fabricos da Ulterior/Bética

Entre os fabricos identificados como sendo originários da Ulterior e, posteriormente, da província da Bética, um dos mais comuns corresponde ao fabrico **gadit1**, que se relaciona com a área costeira ou região gaditana. Trata-se de uma pasta calcária de grão fino, de tonalidade bege a rosada. Este fabrico encontra-se descrito por Peacock e Williams para as produções da Classe 16 (1986, p. 119). Este é o fabrico típico no qual se produziu a maioria das peças das formas Mañá C2b e Castro Marim 1, do período romano republicano, e que seguem a tradição púnica, e as ânforas que seguem modelos ditos romanos, como a Dressel 1. No período Alto Imperial, este foi o fabrico maioritário das ânforas das formas Dressel 7/11, Beltrán IIa e IIb. Foi igualmente neste fabrico que se fabricaram a maior parte das ânforas identificadas com a forma Almagro 50/ Keay XVI, já do período Baixo imperial.

O fabrico **gadit2** apresenta bastantes semelhanças relativamente ao anterior, mas com maior quantidade de inclusões arenosas, de maior dimensão. Estas características, de uma pasta mais arenosa, tornam-na necessariamente mais esponjosa e menos compacta que a anterior. Trata-se, neste caso, muito provavelmente, de produções do baixo vale do Guadalquivir, frequentemente atribuídas à região de Las Marismas. Encontra-se em parte importante dos exemplares de ânforas do tipo Castro Marim 1. A sobrecozedura de alguns exemplares transformou a sua tonalidade, que habitualmente é bege, num cinzento esverdeado.

Esta pasta, com bastantes inclusões arenosas, característica das argilas sedimentares do vale do Guadalquivir, encontra-se igualmente num exemplar de Mañá C2, cuja origem atribuímos, com reservas, a Las Marismas. O único exemplar de Dressel 28 identificado em *Balsa* (nº 804) possui esta pasta arenosa, que se pode ainda associar às produções de Sevilha.

Entre os exemplares da forma Castro Marim 1, identificou-se um fabrico que julgamos corresponder a uma pasta não calcária, de tonalidade laranja avermelhada fina que designámos fabrico **gadi3**. A cozedura, tal como nos restantes fabricos gaditanos, foi realizada em modo A, mas com oxidação da câmara de combustão irregular, pois, frequentemente o cerne das fracturas possui tonalidade acinzentada. Este fabrico encontra-se representado por exemplares do tipo Castro Marim 1. Os exemplares produzidos neste fabrico possuem habitualmente revestimento argiloso (aguada ou engobe), de tonalidade bege claro, embora este não seja visível na totalidade das peças desta variante. Julgamos que se trata de uma região da área gaditana, tal como as anteriores.

Entre os exemplares balsenses de ânforas do tipo Almagro 51ab, identificámos um conjunto de peças que julgamos poder atribuir às produções da costa de Málaga (nº 863, 864 e 865). Trata-se do fabrico **mal1**, com pasta rosadas e compactas e inclusões de xisto castanho, típico destas produções.

Entre os fabricos que se atribuem ao vale do Guadalquivir, distinguiram-se apenas duas realidades. O **guad1** corresponde ao típico fabrico das produções do vale Médio e Alto Guadalquivir, habitual nas ânforas da Classe 67, Haltern 71, Dressel 20, Haltern 70 (Peacock e Williams, 1986, p. 116).

Além do anterior, entre as produções tardias da Dressel 23, identificou-se o fabrico **guad2**, que apresenta pastas idênticas às das africanas. Como destacou P. Berni Millet, “Las paredes de las ánforas son más delgadas, y cuando presentan tonos rojizos son, a simple vista, de cierta similitud a algunas producciones norteafricanas” (Berni, 1998, p. 61). Trata-se de uma pasta compacta avermelhada, com inúmeras inclusões de dimensão reduzida e um engobe bege amarelado fino.

### Fabrico da Gália

O fabrico **gal1** caracteriza-se por uma pasta fina bege rosada, com inclusões de calcite e raras micas. Foi identificado nos exemplares de ânforas do tipo Gauloise 4, estando descrito para os exemplares da Classe 27 de Peacock e Williams (1986, p. 143).

### Fabrico da Tarraconense

O único exemplar do tipo Pascual 1 (nº 1415) possui uma pasta bege escura compacta com inclusões de micas douradas, idêntica à descrita por Peacock e Williams (1986, p. 94) e por Marquéz Villora e Molina Vidal (2005, p. 119). Designou-se como fabrico **tarri**.

### Fabricos norte africanos

Entre os fabricos norte africanos, encontra-se o que julgamos poder atribuir à região da Tripolitania. Trata-se do fabrico **afric1**, presente nas ânforas do tipo Tripolitana antiga e Mañá C2a. Possui uma pasta vermelha alaranjada de textura média e engobe branco.

Ainda no período republicano, distingue-se o fabrico norte africano que caracteriza as ânforas do tipo Mañá C2b (fabrico **afric2**). Apresenta uma pasta laranja, compacta, com raras inclusões de partículas brancas finas (calcário?). A superfície exterior é frequentemente revestida com engobe bege amarelado.

Remetemos a descrição dos fabricos norte africanos, tunisinos, para o recente trabalho de M. Bonifay, no qual o autor sistematizou os dados existentes acerca dos centros produtores da actual Tunísia (Bonifay, 2004a, p. 22- 41 e p. 523).

Assim, julgamos ter podido distinguir as produções de **Salakta-Catacombes**, nas suas duas variantes, cuja descrição e caracterização foi recentemente sintetizada por M. Bonifay (2004a) e preferimos transcrever as suas palavras. Trata-se de uma pasta que pode ocorrer em duas qualidades muito próximas “(...) – pâte A: section bicolore rouge et gris, constellée de petites inclusions blanches (calcaire et micro-fossiles), surface généralement grise, rugueuse (...). – pâte B: section orange saumon, petites inclusions blanches moins nombreuses ou moins visibles, surface brun orangé, rugueuse (...)” (Bonifay, 2004a, p. 33).

Outra área produtora que pode ter abastecido o Algarve romano corresponde às oficinas de **Leptiminus**. Segundo M. Bonifay “La pâte de ces amphores, de couleur marron sur les exemplaires précoces, jaune orangé sur les exemplaires plus tardifs, se distingue par son caractère extrêmement granuleux (...). De fait, les analyses pétrographiques font apparaître un dégraissant plutôt abondant où le quartz fréquemment arrondi prévaut sur les calcaires et les micro-fossiles (Capelli, 2002-2003)” (Bonifay, 2004a, p. 35).

A descrição das pastas da produção das oficinas existentes nos arredores de Nabeul (Neapolis), localizadas em **Sidi Zahrani**, é igualmente compatível com exemplares de ânforas norte africanas recolhidas quer em Faro, quer em *Balsa*. Segundo a descrição de Bonifay, que transcrevemos, “La pâte de ces amphores est orangé à rouge brique, avec quelques inclusions blanches ou jaunes, parfois des stries de même couleur et de rares inclusions anguleuses rouge-violet (...). On a déjà mentionné la présence, apparue en lame mince, d’inclusions ferriques et surtout de minéraux de grès quartzeux qui semblent caractéristiques de l’argile de cet atelier (...). La surface extérieure présente un éclaircissement blanc jaunâtre, parfois nuancé d’orange ou de brun-violet en correspondance avec certains coups d’estèque verticaux ; l’intérieur est orange, souvent zébré de bandes plus ou moins blanches parallèles au tournage” (Bonifay, 2004a, p. 39).

### Produções locais/regionais – Lusitanas

**Fabrico lus1-** Incluíram-se neste fabrico peças que apresentam características que consideramos idênticas às dos fabricos algarvios, como as descritas para as ânforas originárias da Manta Rota (fabrico 1) (Viegas, 2006b). Trata-se de uma pasta mais compacta e com maior quantidade de inclusões de menores dimensões. Encontra-se neste grupo algumas Dressel 14 (nº **846 a 848**), Almagro 51ab (nº **897, 898, 901, 902**) e Almagro 51c (nº **903**), de *Balsa*.

O fabrico **lus2** possui uma pasta mais arenosa, com maior quantidade de inclusões visíveis na superfície da peça. Encontra-se representado em duas Dressel 14 de *Balsa* (nº **844 e 842**). No primeiro caso (nº **844**), trata-se de uma forma de bordo próximo da Haltern 70 em que se apresenta com inúmeras inclusões de dimensão reduzida/média, constituídas, sobretudo, por grãos de quartzos arredondados, transparentes e brancos e feldspato branco opaco angulosos, bem visíveis à superfície. Os nódulos de ferro são raros e a cor da pasta encontra-se entre o rosado e o acastanhado. A superfície exterior possui um alisamento simples com aguada de tom ligeiramente mais claro que a pasta. Na peça nº **842**, encontra-se igualmente um elevado número de



inclusões de quartzos bem rolados, raros nódulos de ferro, sendo, neste caso, a pasta laranja viva com superfície exterior alisada e tonalidades laranja, como a pasta, e manchas violeta. Incluem-se igualmente neste grupo os exemplares nº 893 e 895 e 897 da forma Almagro 51 ab, neste último caso apresentando raras inclusões de grandes dimensões de quartzo rolado branco com cerca de 3 mm e nódulos de ferro, também de dimensões consideráveis.

No **fabrico lus3**, incluiu-se um conjunto de peças que possui uma pasta de textura média, mais sobre o compacto com menor quantidade de inclusões que o fabrico anterior, de cor laranja mais clara e com uma maior quantidade de inclusões de nódulos de ferro de cor laranja. A superfície exterior apresenta uma aguada mais clara que a pasta, e maior quantidade de micas, que se assemelha às produções da Quinta do Rouxinol (Alcochete), do vale do Tejo. Encontra-se um exemplo deste fabrico nas Dressel 14 nº 841 e 843 de *Balsa*. Neste último caso, regista-se a particularidade de a asa possuir uma argila com maior quantidade de inclusões de quartzo do que o que se encontra no bordo. No topo deste bordo, em particular, também se observa areias, devido ao facto de a peça ter sido colocada sobre o bordo no processo de secagem, aspecto que está documentado nos fornos do Sado.

Outros fabricos foram integrados no grupo de lusitanos atípicos, encontrando-se representados por apenas um ou dois exemplares.

O fabrico **lusatíp1** encontra-se representado na Almagro 51C de Faro (nº 506) e de *Balsa* (nº 904). Trata-se duas peças sobrecozidas, com pasta que teria sido laranja (o que se mantém apenas no interior) e que ficou cinzento escuro, quase roxo e mantém o engobe amarelado. Apesar de se terem agrupado, possuem algumas diferenças entre si. A peça nº 904 possui um fabrico mais compacto, com inúmeras inclusões de quartzo, micas muito raras e partículas de calcite (?). A outra peça (nº 506) passou pelo mesmo fenómeno de sobrecozedura, mas tem uma textura mais esponjosa, com abundantes inclusões quartzo rolado, e, sobretudo, com uma quantidade considerável de inclusões de calcite que desapareceu devido à alta temperatura, deixando vazio o espaço que preenchia anteriormente.

O fabrico **lusatíp2** encontra-se representado pela Almagro 51c de *Balsa* nº 906. Trata-se de uma peça castanha escura, com pasta fina e compacta, com abundantes inclusões visíveis e bastantes micas quer na pasta, quer à superfície.

O fabrico **lusatíp3** possui uma pasta textura média/fina, e distingue-se dos restantes pela quantidade de inclusões de dimensão considerável constituídas por partículas de diversas formas, mais angulosas ou mais arredondadas ou sobre o comprido, castanhas escuras e castanhas alaranjadas muito compactas, além das inclusões, mais comuns, de quartzo. Este fabrico encontra-se em um exemplar da forma Almagro 51c de *Balsa* (TA.2004.224.11 não ilustrada).

O fabrico **lusatíp4** possui uma tonalidade mais rosada com inclusões castanhas. Trata-se de uma pasta compacta que se encontra representada pela peça TA.2004.346.2 (não ilustrada).

## Anexo 4. Descrição dos fabricos de cerâmica campaniense

Descrevem-se os fabricos de cerâmica campaniense presentes nos sítios algarvios estudados (Faro e Castro Marim) com base na observação macroscópica realizada com o auxílio de lupa de 10/15 aumentos. Pelas características que apresenta, a identificação da cerâmica campaniense A não levanta muitas questões. O mesmo não se pode dizer das produções B etruscas e de Cales, cuja identificação se fez com maior dificuldade e que deverá, no futuro, ser confirmada através de análises químicas. As características das pastas destas duas produções são, na maior parte dos casos, muito idênticas e a distinção entre as verdadeiras B e as produções de Cales fez-se tendo sobretudo em conta a qualidade do verniz. A presença ou não de brilho metalizado pode ser um factor importante na distinção entre as produções B da Etrúria ou do Norte da Câmpania, mas sabe-se que outros factores podem influenciar igualmente o aspecto dos vernizes. Referimo-nos, por exemplo, ao desgaste das peças na sua utilização, assim como às condições pós-depositacionais que são responsáveis pela degradação e estado de conservação dos vernizes.

Como vimos *supra*, os estudos de M. Picon, em 1971 (p. 82 – 88), e, mais tarde, em parceria com J.-P. Morel (1994, p. 23-46), demonstraram que a diferente coloração das pastas resulta, da maior ou menor percentagem de calcário presente nas argilas e também das condições de cozedura. Como consequência, a campaniense A, que detem uma menor proporção de calcário, apresenta uma tonalidade rosada e a cerâmica campaniense B (seja etrusca seja calena) ostenta, por seu turno, uma coloração bege. No processo de cozedura, estas campanienses seguem o modo A, portanto com uma cozedura em ambiente dominante redutor e um arrefecimento oxidante (Morel e Picon, 1994, p. 44-45). As campanienses C e restantes produções de pasta cinzenta, além de não apresentarem um verniz, mas sim um engobe argiloso, são produzidas segundo técnicas mais rudimentares, sendo a cozedura realizada em Modo B (cozedura dominante redutora e arrefecimento igualmente em ambiente redutor) (Morel e Picon, 1994, 44-45).

### Campaniense A

Nesta categoria, integra-se o conjunto de produções que possui as características geralmente descritas para este fabrico. A pasta é fina e depurada, embora em alguns exemplares se possa observar raras inclusões finas brancas e vácuolos alongados. O verniz negro apresenta-se em diversos estados de conservação consoante os exemplares, sendo, nas peças melhor conservadas, homogéneo, com reflexos metálicos acinzentados. Apesar de alguma variedade registada nas pastas e vernizes, não se criaram variantes dentro desta categoria por se reconhecer que diferentes tonalidades poderão corresponder a diferentes condições de cozedura ou mesmo diferentes oficinas dentro da mesma área produtora que é genericamente localizada na Campânia.

Alguns exemplares da forma Lamb. 31 apresentam vestígios do que terá sido uma linha de pintura branca, na superfície interna. A decoração estampilhada no fundo interno pode também encontrar-se muito raramente, sendo mais comuns os círculos concêntricos.

### Campaniense B da Etrúria

A dificuldade em identificar peças que correspondam ao que Morel designou por “verdadeira B” resulta, por um lado da sua raridade, e, por outro, do estado de conservação das peças. Trata-se de uma identificação que tem sobretudo por base o aspecto do verniz, que se apresenta

espesso, de cor negra, homogéneo e com um brilho mate, sem que seja possível observar quaisquer reflexos. A pasta é bege, fina e depurada, sem inclusões visíveis macroscopicamente.

### **Campaniense B de Cales**

Atribuiu-se a este fabrico um conjunto de peças que apresentam as características que têm sido descritas na Bibliografia de referência e apontam para uma pasta bege amarelada, por vezes com o núcleo mais alaranjado, dura e compacta. Nem sempre é possível observar as inclusões que, quando são visíveis, são formadas por reduzidas partículas de cal e micas. Aparentemente, o aspecto do verniz será o elemento que melhor permite distinguir estas produções, pois apresenta-se negro, com brilho metalizado (devido à irisão), podendo adquirir diversas tonalidades azuladas, esverdeadas, acastanhadas etc. No entanto, para uma correcta distinção relativamente às produções etruscas seria aconselhável a realização de análises laboratoriais.

Outras características podem completar esta atribuição. Nesta produção, regista-se, frequentemente, estrias, resultantes do alisamento da peça ao torno que são visíveis mesmo após esta ter recebido o verniz. Este encontra-se ausente do fundo externo de parte importante das peças, sendo aplicado por imersão.

Mais rara, mas igualmente digna de nota, é a decoração com estampilhas com o motivo do losango com círculo central, que constitui um elemento muito útil na identificação deste tipo de materiais.

### **Campaniense de pasta cinzenta**

Sob esta designação colocou-se um conjunto de produções de pasta cinzenta fina, com formas que se inspiram na cerâmica campaniense, sobretudo do séc. I a.C.. Possuem em comum o facto de terem sido sujeitas a uma cozedura redutora com fase de arrefecimento igualmente redutora, daí a coloração cinzenta da pasta, e apresentam um revestimento com engobe, de maior ou menor espessura, negro ou acinzentado. Não parece ter existido revestimento de verniz, nestas peças, tratando-se de um grupo algo heterogéneo. As principais diferenças que se registam dizem respeito ao revestimento das peças, que pode ter sido polido ou brunido ou simplesmente alisado. A pasta é de cor cinzenta claro (Munsel 2.5Y 6/1), fina, depurada e compacta e dificilmente se conseguem observar as características das suas inclusões. Quando são visíveis, estas são constituídas por finas partículas de mica. A coloração do engobe cobre uma gama de tonalidades entre o cinzento (Munsel 2.5Y 4/1) e o negro (Munsel 2.5Y 2.5/1), podendo adquirir também um aspecto cinzento esverdeado/acastanhado (Munsel 2.5Y 4/2).

## Créditos Fotográficos

**Figura 5.** Fotografia da área das docas de Faro com embarcações.

Autor desconhecido. Arquivo do Museu Municipal de Faro.

**Figura 19.** Retrato feminino encontrado na Praça Alexandre Herculano (Faro).

Fotografia de Delfim Ferreira. In Souza, 1990, nº 120.

**Figura 20.** Aspecto dos trabalhos arqueológicos que conduziram à descoberta do mosaico do Oceano.

Fotografias de autoria de J. M. Bairrão Oleiro. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

**Figura 43.** Fragmento de mosaico proveniente de *Balsa*.

Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

**Figura 44.** Retrato de mulher proveniente de *Balsa* (Museu de Évora).

Fotografia de José Pessoa. Divisão de Documentação Fotográfica do IMC.

**Figura 45.** Baixo relevo representando Dionísio, uma ménade e um sátiro.

Fotografia da cópia existente no MNA. Fotografia de Delfim Ferreira. In Souza, 1990, nº 119.

**Figura 48.** Fragmento de mosaico de Pedras d’el Rei.

Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

**Figura 52.** Detalhe de Fotografia Est. XXVI onde figuram anzóis de Torre d’Ares (*Balsa*), indicando-se “em excavações ruraes” e das Antas.

Fundo documental de Estácio da Veiga. Museu Nacional de Arqueologia.

**Figura 53.** Fotografia Est. XXXVIII com diversos unguentários de vidro romanos provenientes de sítios romanos do Algarve.

Fundo documental de Estácio da Veiga. Museu Nacional de Arqueologia.

**Figura 68.** Inscrição a Euprepes com o fragmento inferior.

Fotografia de Carlos Pereira. Câmara Municipal de Castro Marim.







- AAVV (1976) – A propos des céramiques de Conímbriga. In *Table ronde tenue à Conimbriga les 25-26-27 Mars 1975*. Paris: Diff. E. de Boccard. (Publ. du Centre Pierre Paris).
- ABAD CASAL, L. (1982) – Estratigrafía en la “Casa de las Columnas”. *Italica* (Santiponce, Sevilla). Madrid, p. 133-202. (Excavaciones Arqueológicas de España 121)
- ABASCAL, J. M.; ESPINOSA, U. (1989) – *La ciudad hispano-romana. Privilegio y poder*. Logroño: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos técnicos de la Rioja.
- ADROHER AUROUX, A. M.; LÓPEZ MARCOS, A. (1995) – Las cerámicas de barniz negro. I. Cerámicas áticas y protocampanienses. *Florentia Iliberitana*. Granada. 6, p. 11-53.
- ADROHER AUROUX, A. M.; LÓPEZ MARCOS, A. (1996) – Las cerámicas de barniz negro. II. Cerámicas campanienses. *Florentia Iliberitana*. Granada. 7, p. 11-37.
- ADROHER AUROUX, A. M.; LÓPEZ MARCOS, A. (2000) – Contextos de barniz negro en la Alta Andalucía entre los siglos II y I a.C. In AQUILUÉ ABADÍAS, X.; GARCÍA ROSELLÓ, J.; GUITART DURAN, J. coords. – *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: Centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica*. Mataró: Museu de Mataró/ Museu de Catalunya (Empúries) / Universitat Autònoma de Barcelona, p. 149-176. (Taula rodona, Empúries 1998).
- AGUAROD OTAL, C. (1991) – *Cerámica romana importada de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”.
- AGUAROD OTAL, C. (1995) – La cerámica comuna de producción local, regional y importada. Estado de la cuestión en el Valle del Ebro. In *Cerámica comuna romana d'època Alto-imperial a la Península Ibèrica. Estat de la qüestió*. Empuries: Museu d'Arqueologia de Catalunya. (Monografias Empuritanes ; 8), p. 129-153.
- ALARCÃO, A. (1971) – Terra sigillata itálica em Portugal. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Junta Nacional de Educação. p. 421-432.
- ALARCÃO, A. (no prelo) – La fouille de la mosaïque d'Océan en 1976. In *Corpus dos Mosaicos de Portugal – Algarve Este*.
- ALARCÃO, A.; BELOTO C.; ENCARNACÃO, J. d'; ALMEIDA, M. M. (1980) – O mosaico do Oceano de Faro. *Anais do Município de Faro*. Faro. 10, p. 219-232.
- ALARCÃO, J. (1965) – Cerâmica estampada cinzenta de Conímbriga. *O Arquivo de Beja*. Beja. 22, p. 191-196.
- ALARCÃO, J. (1968) – Vidros romanos de museus do Alentejo e Algarve. In *Conimbriga*. Coimbra, 7, p. 1-33.
- ALARCÃO, J. (1970) – Vidros romanos de Balsa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3. 4, p. 237-273.
- ALARCÃO, J. (1973) – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo. (Historia Mundi; 33)
- ALARCÃO, J. (1976) – Les amphores. In ALARCÃO, J. ; ETIENNE, R. eds – *Céramiques diverses et verres Fouilles de, VI – Céramiques diverses et verres*. Paris: Diff. E. de Boccard, p. 79-91.
- ALARCÃO, J. (1985) – Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve. A propósito de uma obra de José d'Encarnação. *Arqueologia*. Porto. 11, p. 99-111.
- ALARCÃO, J. (1988a) – *Roman Portugal*. Gazetteer. 6. Évora, 7. Lagos, 8. Faro. Vol. II, fasc. 3. Warminster: Aris & Philips Lda.
- ALARCÃO, J. (1988b) – *O domínio romano em Portugal*. Mem-Martins: Publicações Europa América (Forum da História).
- ALARCÃO, J. (1989) [Recensão de] Edmonson, J. C. – Two industries in Roman Lusitania: mining and garum production. Oxford: Archaeopress (1987) (BAR Int. Series 362), vol I, p. 355. *Conimbriga*. Coimbra, 28, p. 236-243.
- ALARCÃO, J. (1990a) – Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios. In GORGES, J. G. ed. – *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires*. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique. (Talence 1988). Paris: CNRS (Coll. Maison des Pays Ibériques; 42), p. 21-34.
- ALARCÃO, J. (1990b) – A produção e a circulação dos produtos. In SERRÃO, J. e MARQUES, A.H.O., dir. ALARCÃO, J., coord. – *Nova História de Portugal*. Portugal das origens à romanização. Lisboa: Editorial Presença, p. 409-441.

- ALARCÃO, J. (1994) – A cidade de Balsa. In NOLEN, J. U. S. (1994) – *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus, p. 1-4.
- ALARCÃO, J. (2005a) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – III. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, p. 293-311.
- ALARCÃO, J. (2005b) – Os equívocos dos promontórios Sacro(s) e Cúneo. *Promontoria*. Faro. 3, 3, p. 250-285.
- ALARCÃO, J.; DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A.; PONTE, S. (1976) – *Céramiques diverses et verres*. In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R., eds. – *Fouilles de Conimbriga VI*. Paris: Diff. E. de Bocard.
- ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1990) – *Les Villas romaines de São Cucufate (Portugal)*. Paris: Diff. E. de Boccard.
- ALARCÃO, A.; MAYET, F. (1990) – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Actas das Jornadas de estudo. (Conimbriga 1988). Coimbra/Paris: Museu Monográfico de Conimbriga/Paris.
- ALFENIM, R.; LOPES, M. C. (1994) – A villa romana do Monte da Cegonha. In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*. Actas del Encuentro Internacional de Arqueología del suroeste (Huelva y Niebla, 25 a 27 de febrero de 1993), p. 485-502.
- ALFENIM, R.; LOPES, M. C. (1995) – A basílica paleocristã do Monte da Cegonha – Vidigueira. In *IV Reunión de Arqueología Cristã Hispânica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans/ Universitat de Barcelona/ Universidade Nova de Lisboa, p. 389-405.
- ALMEIDA, J. A. (1953) – Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.2., p. 5-208.
- ALMEIDA, F. (1964) – *Ruínas de Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.
- ALMEIDA, M. J.; CARVALHO, A. (1998) – As ânforas da uilla romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Sines): resultados de 1990-1998. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1: 2, p. 137-163.
- ALMEIDA, M. J.; CARVALHO, A. (2004) – Vias e circulação de produtos no SW do “conuentus emeritensis”: o exemplo da Quinta das Longas (Elvas, Portugal). In GORGES, J.-G., CERRILLO, E. e NOGALES, T. coord. – *V Mesa redonda internacional sobre Lusitania romana: las comunicaciones*. Cáceres: Facultad de Filosofía y Letras, p. 369-389.
- ALMEIDA, R. R. (2006) – *As produções anfóricas do Guadalquivir no quadro das importações de Scallabis. Contributo para o conhecimento dos tipos minoritários no Ocidente Peninsular*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia. Policopiado.
- ALMEIDA, R. (2008) – *Ânforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Barcelona: Universidade de Barcelona. (Coll. Instrumenta 28).
- ALMEIDA, R. R.; ARRUDA, A. M. (2005) – As ânforas de Tipo Mañá C2 em Portugal. In *Atti del V Congresso Internazionale di studi Fenici e Punici*, Palermo, 3. p. 1319-1329.
- ALMEIDA, D. F.; ZBYSZIEWSKI, G.; FERREIRA, O. V. (1971) – Descoberta de fornos lusitano-romanos na região da Marateca (Setúbal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3. 5, p. 155- 166.
- ALVES, F. J. S.; DIOGO, A. D.; REINER, F. (1990) – A propósito dos fornos de cerâmica lusitano-romanos de S. Bartolomeu do Mar. In ALARCÃO, A.; MAYET, F. eds. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio local*. Coimbra/Paris: Museu Monográfico de Conimbriga/Paris, p. 193-198. (Actas das Jornadas de estudo. Conimbriga, 1988).
- AMARO, C. (1990) – Olaria romana da Garrocheira, Benavente. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. eds. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Coimbra/Paris: Museu Monográfico de Conimbriga/Paris, p. 87-95. (Actas das Jornadas de estudo. Conimbriga 1988).
- AMELA VALVERDE, L. (2004) – Sobre Salacia y otras apreciaciones acerca de algunas cecas de la Hispania occidental. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 2, p. 243-264.

- AMORES, F.; KEAY, S. J. (1999) – Las sigillatas de imitación tipo Peñaflor o una série de Hispánicas Precoces. In ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., eds. – *Terra sigillata Hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales. Homenaje a M<sup>a</sup> Ángeles Mezquíriz*, Jaén/Málaga: Universidad de Jaén/Universidad de Málaga, p. 235-252.
- AQUILUÉ ABADÍAS, X. (1985) – Algunas consideraciones sobre el comercio africano. Tres facies características de la cerámica común africana de época alto-imperial. *Empúries*, n.º 47, Girona, p. 210-221.
- AQUILUÉ ABADÍAS, X. (2003) – Estado actual de la investigación de la terra sigillata africana en la Península Ibérica en los siglos VI-VII. In CABALLERO, L.; MATEOS P.; RETUERCE, M. eds. – *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica – Ruptura y Continuidad*. Madrid : CSIC/ Instituto de Arqueología de Mérida, p. 11-20. (Anejos de Archivo Español de Arqueología, 28)
- AQUILUÉ ABADÍAS, X.; CASTANYER, P.; SANTOS, M.; TREMOLEDA, J. (2004) – Les àmfors Haltern 70 d'Empúries. In CARRERAS MONFORT, C. et al. (2004) – *Culip VIII I les àmfors Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya – Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, p. 112- 117.
- AQUILUÉ ABADÍAS, X.; GARCÍA ROSELLÓ, J.; GUITART DURAN, J., coords. (2000) – *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I aC: Centres productors mediterranis I comercialització a la Península Ibèrica*. Taula rodona. (Empúries 1998), Mataró: Museu de Mataró/ Museu de Catalunya (Empúries)/ Universitat Autònoma de Barcelona.
- ARAGÃO, A. C. T. (1868) – Relatório do cemiterio romano descoberto próximo de Tavira em Maio de 1868. *Diário de Lisboa*, 1868. Lisboa, p. 2705.
- ARAGÃO, A. C. T. (1896) – Antiguidades de Balsa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 2, p. 55-57.
- ARCELIN, P. (2000) – Les importations de vaisselle italique à vernis noir au I<sup>er</sup> siècle avant J.-C. sur la façade méditerranéenne de la Gaule. Nouveaux regards économiques et culturels. In AQUILUÉ, X. ; GARCÍA, J. ; GUITART, J. coords. – *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I aC: Centres productors mediterranis I comercialització a la Península Ibèrica*. Taula rodona, (Empúries 1998). Mataró: Museu de Mataró/ Museu de Catalunya (Empúries)/ Universitat Autònoma de Barcelona, p. 293-332.
- ARRUDA, A. M. (1988) – Nota sobre a ocupação romana – republicana do Castelo de Castro Marim. In *Actas do 5º Congresso do Algarve*, vol. 1. Silves: Raca Club, p. 13-17.
- ARRUDA, A. M. (1997) – *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim*. Lisboa: Colibri.
- ARRUDA, A. M. (1999) – O Algarve nos séculos V e IV a.C. In MARQUES, M. G. M. M., ed. – *O Algarve da antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)*. Lisboa: Colibri, p. 23-31.
- ARRUDA, A. M. (2000) – *Fenícios e o mundo indígena no Centro e Sul de Portugal (séculos VIII-VI a.C.)*. Em torno às histórias possíveis. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea, 5-6. Barcelona: Publicaciones del laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra de Barcelona.
- ARRUDA, A. M. (2002) – 79. Ânfora Dressel 6. In ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; ALMEIDA, M. J., eds. – *Catálogo da Exposição: De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/ Lisboa.
- ARRUDA, A. M. (2003) – Tavira: afirmação do poder e estratégias de ocupação do território durante a 1ª Idade do Ferro. In MAIA, M. et al., coords. – *Tavira. Território e poder*, (Catálogo da exposição). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, p. 51-56.
- ARRUDA, A. M. (2005) – O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 23, p. 9-156
- ARRUDA, A. M. (2006) – Os recursos marítimos na economia da Idade do Ferro do Sul de Portugal: o sal , a pesca e os preparados de peixe. In *Historia de la pesca en el ámbito del estrecho*. Cádiz: Junta de Andalucía; Instituto de Investigación y Formación Agraria y Pesquera, p. 383-405. (I Conferencia internacional, Puerto de Santa María Cádiz, Junho 2004).

- ARRUDA, A. M. (2007a) – Laccobriga e o seu território. A ocupação romana na baía de Lagos. In *Laccobriga, A ocupação romana na baía de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal, p. 7-47.
- ARRUDA, A. M. (2007b) – A Idade do Ferro no Algarve: velhos dados (e outros mais recentes) e novas histórias. *Xelb. Silves*, 7, p. 131-142. (Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve – Percursos de Estácio da Veiga).
- ARRUDA, A.; ALMEIDA, R. R. (1998) – As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém. *Conimbriga*. Coimbra, 37, p. 201-231.
- ARRUDA, A.; ALMEIDA, R. R. (1999) – Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado. In *Actas da IIIe Table ronde sur la Lusitanie romaine*, (Madrid, 1 e 2 de Dezembro 1997). Madrid: Casa de Velázquez, p. 307-337.
- ARRUDA, A.; ALMEIDA, R. R. (2000) – Importação e consumo de vinho bético na Colónia romana de Scallabis (Santarém, Portugal). In *Congreso Internacional Ex Baetica amphorae. Conservas, aceite y vino de la Betica en el Imperio Romano*. Actas (Sevilla-Écija, Dezembro 1998). Écija: Editorial Gráficas Sol, p. 703-715.
- ARRUDA, A. M.; BARGÃO, P.; SOUSA, E. (2005) – A ocupação pré romana de Faro: alguns dados novos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 8: 1, p. 177-208.
- ARRUDA, A. M.; DIAS A. C. (1985) – O sítio romano-árabe da Lezíria: 1. A terra sigillata itálica e sudgálica. *Conimbriga*. Coimbra, 24, p. 111-124.
- ARRUDA, A. M.; FABIÃO, C. (1990) – Ânforas da Quinta do Lago (Loulé). In ALARCÃO, A.; MAYET, F., eds. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Actas das Jornadas de estudo. (Conimbriga 1988). Coimbra/Paris: Museu Monográfico de Conimbriga/Paris, p. 199-213.
- ARRUDA, A. M.; FRADE, I.; TRAVASSOS, J. (1987) – Duas ânforas romanas de Cacela (Vila Real de Santo António). *Conimbriga*, 26. Coimbra, p. 125-131.
- ARRUDA, A. M.; FREITAS, V.; OLIVEIRA, C. F. (2007) – Os fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim. In LÓPEZ CASTRO, J. L., ed. – *Las ciudades fenicio-púnicas en el Mediterráneo Occidental*. Almeria, Universidad de Almeria e Centro de Estudios Fenicio y Púnicos, p. 459-482.
- ARRUDA, A. M.; FREITAS, V. T. (2006) – O Castelo de Castro Marim durante os séculos VI e V A.N.E. In JIMÉNEZ, J., ed. – *Siderium Ana I, El río Guadiana en época post-orientalizante*. Mérida: CSIC, p. 429-446. (Anejos Archivo Español de Arqueología, XLVI).
- ARRUDA, A. M.; GONÇALVES, L. J. (1993) – Sobre a Romanização do Algarve. In *Actas do II Congresso peninsular de História Antiga (1990)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 455-465.
- ARRUDA, A. M.; GONÇALVES, V. S. (1995) – Produção e consumo de vinho no território actualmente português durante a Idade do Ferro (Séculos VIII-IV a.C.). In *Amar, Sentir e Viver a História*. Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Colibri, p. 21-28.
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C. S. P. (2008) – As ocupações antigas e modernas no Forte de S. Sebastião, Castro Marim. *Xelb. Silves*, 8, 1, p. 365-395. (Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; BARGÃO, P.; LOURENÇO, P. (2008) – Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso. *Xelb. Silves*, 8, 1, p. 137-168. (Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2006) – Ânforas Lusitanas da Alcáçova de Santarém. *Setúbal Arqueológica*, 13, Setúbal, p. 233-252. (Simpósio Internacional “Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal, Maio 2004).
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2010) – A cerâmica comum de produção local de Monte Molião. *Xelb. Silves*, 10, p. 285-304. (Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P.; PEREIRA, R. (2006) – A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana. *Setúbal Arqueológica*, 13, Setúbal, p. 153-176. (Simpósio Internacional “Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal, Maio 2004).



- ASSIS, C. A.; AMARO, C. (2006) – Estudos dos restos de peixe de dois sítios fabris de Olisipo. *Setúbal Arqueológica*, 13. Setúbal, p. 123-144. (Simpósio Internacional Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal, Maio 2004).
- ATKINSON, D. – A hoard of samian ware from Pompei. *Journal of Roman Studies*. Cambridge, 4, p. 27-64.
- BALDOMERO, A.; CORRALES, P.; ESCALANTE, M. M.; SERRANO, E.; SUÁREZ, J. (1997) – El alfar de la Huerta del Rincón: síntesis tipológica y momentos de producción. *Figlinae Malacitanæ*. Málaga. p. 147-176. (La producción de cerámica romana en los territorios malacitanos).
- BANHA, C. (1991-1992) – As ânforas da “villa” romana de Povos. *CIRA. Boletim Cultural*. Vila Franca de Xira. 5, p. 49-90.
- BANHA, C. M. S.; ARSÉNIO, P. A. M. (1998) – As ânforas romanas vinárias de Seilium (Tomar), *couventus Scallabitanus*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa. 1: 2, p. 165-190.
- BARATA, F.; PARREIRA, R., coord. (1997) – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- BARGÃO, P. (2006) – *As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época Romana republicana na Alcáçova de Santarém*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de mestre em Arqueologia. Policopiado.
- BARGÃO, P. (2008) – Intervenção de emergência no Monte Molião: primeiras leituras. *Xelb. Silves*. 8, 1, p. 169-190. (Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- BARGÃO, P. (2010) – Monte Molião Cetariae (Lagos, Portugal). In *Rei Cretariae Romanae Fautorum*. Acta 41. Bonn: Rudolph Habelt, p. 345-351.
- BARGÃO, P.; GARCÍA GIMENEZ, M. (2006) – Análisis químico-mineralógico de un conjunto de ânforas itálicas del sur del território português. In *Rei Cretariae Romanae Fautorum*. Acta 40. Oxford: Information Press Ltd, p. 473-481.
- BARROS, L.; HENRIQUES, S. (2002) – A última fase de ocupação do Almaraz. In *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana* (Almada, 1997). Almada: Câmara Municipal de Almada, p. 295-311. (Monografias Arqueologia).
- BARROS, P. (2005) – Cerâmicas Áticas no circuito do estreito do extremo-ocidente peninsular: Quinta da Queimada, Ilhéu do Rosário, Faro e Tavira. In CELESTINO, S.; JIMÉNEZ, J. eds. – *El Período Orientalizante*. *Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida*. Mérida: CSIC, p. 931-945. (Protohistoria del Mediterráneo Occidental, vol II).
- BATIGNE, C. ; DESBAT, A. (1996) – Un type particulier de “cruche”: Les bouilloires en céramique d’époque romaine (Ier-IIIe siècles). In *SFECAG, Actes du Congrès de Dijon*, Marseille: SFECAG, p. 381-394.
- BATS, M. (1988) – *Vaisselle et alimentation à Olbia de Provence (v. 350-v. 50 av. J.-C.)*. *Modèles culturels et catégories céramiques*. Paris: CNRS, (coll. des Suppl. à la Revue Archéologique de Narbonaise, 18).
- BAUDOUX, J. (1996) – *Les amphores du nord-est de la Gaule (territoire français)*. *Contribution à la histoire de l’économie provinciale sous l’Empire Romain*. (Dossiers d’Archéologie Française, n° 52). Paris: Maison des Sciences de l’Homme.
- BEJA, N. (1999-2000) – Transcrição de documentos relativos à história do Algarve. Informação que o bispo do Algarve Dom Fernando Martins Mascarenhas envia ao Santíssimo Padre Nosso Senhor Clemente VIII do Estado da sua Igreja do ano de 1598. Memórias paroquiais de Estói, Santa Bárbara de Nexe e Conceição de faro. *Anais do Município de Faro*, Faro, 29/30, p. 211-247.
- BELCHIOR, C. (1974) – Breve notícia de algumas lucernas do Museu de Faro. Separata dos *Anais do Município de Faro*, n.º 4. Faro, p. 198-219.
- BELOTO, C. (1978) – Relatório dos trabalhos executados em Faro pelo pessoal do Museu Monográfico de Conimbriga de 3 a 14 de Maio de 1976. *Anais do Município de Faro*, n.º 8. Faro, p. 125-139.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1970) – *Las ánforas romanas en España*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico (CSIC)/Fundación Pública de la Excma. Diputación de Zaragoza.

- BELTRÁN LLORIS, M. (1979) – La cerámica campaniense de Azaila. Problemas de cronología del valle médio del Ebro. *Caesaraugusta*, 49-50, Zaragoza, p. 47-48.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1990) – *Guía de la Cerámica Romana*. Zaragoza: Libros Pórtico.
- BÉMONT, C. (1976) – *Recherches méthodologiques sur la céramique sigillée. Les vases estampillés de Glanum*. Roma.
- BÉMONT, C. ; BOURGEOIS, A. (1986) – Les Noms de Potiers. Ateliers situés en France. In BÉMONT, C. ; JACOB, J. P., dir. – *La terre sigillée gallo romaine. Lieux de production du Haut Empire: implantations, produits, relations*. (Dossiers d'Archéologie Française, 6), p. 277-286.
- BÉMONT, C.; JACOB, J. P. (1986) – *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: Implantations, produits, relations*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme (Documents d'Archéologie Française; 6).
- BENOIT, F. (1957) – Typologie et epigraphie amphoriques: les marques de Sestius. *Rivista di Studi Liguri* 23. Istituto di Studi Liguri, Bordighera, p. 247-285.
- BENOIT, F. (1961) – *Fouilles sous marines. L'épave du Grand Congloué à Marseille*. XIV suppl. à Gallia, Paris.
- BERNABÉ SALGUEIRO, A. (1992) – La necrópolis tardorromana de Barbate. Las ánforas. In *III Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*. Barcelona (Mahón 1988), p. xx
- BERNAL CASASOLA, D. (1997) – Las producciones anfóricas del bajo imperio y de la antigüedad tardía en Málaga: estado actual de la investigación e hipótesis de trabajo. *Figlinae Malacitanae. La producción de cerámica romana en los territorios malacitanos*. Málaga. Universidade de Málaga, p. 233-259.
- BERNAL CASASOLA, D. (dir.) (1998a) – *Excavaciones arqueológicas en el alfar romano de la Venta del Carmen*. Los Barrios (Cádiz). Madrid: Ayuntamiento de Los Barrios.
- BERNAL CASASOLA, D. (dir.) (1998b) – *Los Matagallares (Solobreña, Granada). Un centro de producción anfórica en el siglo III d.C.* Solobreña: Ayuntamiento de Salobreña.
- BERNAL CASASOLA, D. (2000) – La producción de ánforas en la Bética en el s. III y durante el Bajo Imperio Romano. In *Congreso Internacional Ex Baetica amphorae, Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*, (Sevilla-Écija Dezembro 1998). Écija: Editorial Gráficas Sol, p. 239-372.
- BERNAL CASASOLA, D.; ARÉVALO GONZÁLEZ, A.; LORENZO MARTÍNEZ, L.; AGUILERA RUIZ, L. (2003) – Imitations of italic amphorae for fish sauce in Baetica. New evidence from the salt-fish factory of Baelo Claudia (Hispania). *Rei Cretariae Romanae Fautorum*. Oxford. Acta 38, p. 305-313.
- BERNAL CASASOLA, D.; NAVAS RODRÍGUEZ, J. (1998) – La producción alfarera en la costa gaditana en época romana. In BERNAL CASASOLA, D. (dir.) (1998b) – *Los Matagallares (Solobreña, Granada). Un centro de producción anfórica en el siglo III d.C.* Solobreña: Ayuntamiento de Salobreña, p. 63-100.
- BERNAL CASASOLA, D.; ROLDÁN GÓMEZ, L.; BLÁNQUEZ PÉREZ, J.; DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J.; PRADOS MARTÍNEZ, F. (2004) – Las Dr. 2/4 béticas. Primeras evidencias de su manufactura en el Conventus Gaditanus. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L., eds. – *Actas del Congreso Internacional Figlinae Beticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (sec. II a.C. – VII d.C.)*, (Cádiz, Noviembre 2003). Oxford: Archaeopress (BAR, International series 1266), p. 633-648.
- BERNARDES, J. P. (2005a) – A relação entre campo/cidade. Os casos de Milreu e Ossonoba. In *Caminhos do Algarve Romano*. Catálogo da Exposição. Faro: Câmara Municipal, p. 35-42.
- BERNARDES, J. P. (2005b) – As necrópoles de Ossonoba. Morrer em Faro há 2000 anos. In *Caminhos do Algarve Romano*, Catálogo da Exposição, Faro: Câmara Municipal, p. 26 – 34.
- BERNARDES, J. P. (2005c) – O sítio de Alcaria das Choças (Azinhal-Castro Marim) no contexto do comércio marítimo do período imperial romano. *Xelb. Silves*, 5, p. 119-132. (Actas do 2º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- BERNARDES, J. P. (2006) – Faro romana: Ossonoba e Milreu. *Monumentos*, 24. Lisboa, DGEMN, p. 12-17. (Dossiê: Faro, de vila a cidade).
- BERNARDES, J. P., coord. (2008) – *Carta Arqueológica do Concelho de Faro*. Relatório Final. Policopiado.



- BERNI MILLET, P. (1998) – *Las Ánforas de Aceite de la Bética y su Presencia en la Cataluña Romana*. Barcelona: Universidade de Barcelona (Coll. Instrumenta 4).
- BERNI MILLET, P. (2007) – *Análisis y estructuración de los sellos en ánforas olearias de la Bética*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Barcelona.
- BES, Ph.; POBLOME, J. (2006) – A new look at old data: the ICRATES platform. In MALFITANA, D.; POBLOME, J.; LUND, J., eds. – *Old pottery in a new century. Innovating perspectives on Roman pottery studies*. Catania: Universidade de Catania, p. 141-165. (Atti del Convegno Internazionale di Studi, Catania 2004).
- BONIFAY, M. (2003) – La céramique africaine, un indice du développement économique ?. *Antiquité tardive*. Paris, 11, p. 113-128.
- BONIFAY, M. (2004a) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: Archaeopress (BAR Int. series 1301).
- BONIFAY, M., (2004b) – Amphores de tradition punique du Golf d'Hammet. In BEN ABED, A. ; GREISHEIMER, M dir., – *La nécropole romaine de Pupput*. Rome: École Française de Rome, p. 197-229.
- BONIFAY, M. ; CAPELLI, C. ; LONG, L. (2002) – Recherches sur l'origine des cargaisons africaines de quelques épaves du littoral français. In RIVET, L. ; SCIALLANO, M., eds. – *Vivre, produire et échanger: reflets méditerranéens*. Mélanges offerts à Bernard Liou. (Archéologie et histoire romaine, 8). Montagnac, Edition Monique Mergoïl, p. 195-200.
- BONIFAY, M. ; CAPELLI, C. ; MARTIN, T. ; PICON, M.; VALLAURI, L. (2002-2003) – Le littoral de la Tunisie, étude géoarchéologique et historique (1987-1993): la céramique. *Antiquités Africaines*. Paris, 38-39, p. 125-202.
- BOTTO, J. M. P. (1896a) – Arqueologia do Algarve. Aro de Tavira. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 2, p. 152-153.
- BOTTO, J. M. P. (1896b) – Notícia do Museu Archeologico de Faro. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, S. I. 1, p. 25-27.
- BOTTO, J. M. P. (1898) – Ichonographia parcial das construcções luso-romanas de Milreu (Estoi, – Algarve). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 4, p. 158-160.
- BOTTO, M. C. (1899) – *Glossario Critico dos Principaes monumentos do Museu Archeologico Infante D. Henrique*. Faro: Typographia E. Seraphim.
- BOUBE (1979-1980) – Amphores préromaines trouvée en Mer au Voisinage de Rabat. *Bulletin d'Archéologie Marocaine*, Rabat, 12, p. 99-109.
- BOURGEOIS, A. ; MAYET, F. (1991) – Les sigillées. In *Fouilles de Belo*, VI. Publ. de la Casa de Velázquez, 14. Paris.
- BRUN, J. P. (1997) – Production de l'huile et du vin en Lusitanie Romaine. *Conimbriga*. Coimbra, 36, p. 45-72.
- BUGALHÃO, J. (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. Trabalhos de Arqueologia, 15. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia.
- BUORA, M.; CARRE, M. B.; TIUSSI, C.; VENTURA, P. (2008) – Bolli su anfore Lamboglia 2 o simili dall'area Aquileiese. In *Rei Cretariae Romanae Fautorum*. Acta 40, Oxford, p. 285-299.
- BURACA, I. I. R. (2005) – *Civitas Conimbriga. Ânforas romanas*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia Regional das Beiras. Policopiado.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; HUGUET ENGUITA, E. (2008) – Las cerámicas “Tipo Peñaflor”. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA i LACOMBA, A., eds. – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*, Cádiz: Universidad de Cádiz /Fundación Pouroulis, p. 297-306.
- CABRAL, J. (2004) – Neotectónica na região do Algarve (Sul de Portugal). In TAVARES, A. A.; TAVARES, M. J. F. e CARDOSO, J. L., eds. – *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos*. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia. Actas do Colóquio. Lisboa: Universidade Aberta, p. 39-52.
- CALLU, J. P. ; MOREL, J. P. ; REBBUFAT, R.; HALLIER, G. (1965) – Thamusida I, *Mélanges de l'École Française de Rome et Athènes*. Paris. 2.º supp

- CAMPOS CARRASCO, J. M.; VIDAL TERUEL N. de O. (2006) – La industria pesquera en época romana en el litoral Onubense. In *Historia de la pesca en el ámbito del estrecho. I Conferencia internacional, (Puerto de Santa María Cádiz, de 2004)*, Cádiz: Junta de Andalucía; Instituto de Investigación y Formación Agraria y Pesquera, p. 407-454.
- CAPELLI, C. (2004) – Analisis minero-petrografiche sulle anfore del Golfo di Hammamet. In BEN ABED, A. ; GREISHEIMER, M., dir. – *La nécropole romaine de Pupput*. Rome: École Française de Rome, p. 230-236.
- CARANDINI, A. (1981) – Ceramica Narbonense. In *Atlante delle forme ceramiche I*. Enciclopedia dell'Arte antica e orientale. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, p. 1-7.
- CARANDINI, A.; TORTORELLA, S.; SAGUI, L.; TORTORICI, E. (1981) – Ceramica Africana. In *Atlante delle forme ceramiche I*. Enciclopedia dell'Arte antica e orientale. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana , p. 9-141.
- CARDOSO, G. (1978) – Ânforas romanas no Museu do Mar (Cascais). *Conimbriga*, Coimbra, 17, p. 63-78.
- CARDOSO, J. L. (2007) – Estácio da Veiga e a Arqueologia: um percurso científico no Portugal oitocentista. In *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 14, p. 293-520.
- CARDOSO, J. L.; GRADIM, A. (2004) – Estácio da Veiga e o reconhecimento arqueológico do Algarve: o concelho de Alcoutim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4. 22. Lisboa, p. 67-112.
- CARDOSO, J. L. ; GONÇALVES, M. J., coords. (2006) – Antiguidades monumentaes do Algarve: tempos pré-históricos: Paleoethnologia, volume V, de S. P. M. E. da VEIGA. Silves: Câmara Municipal de Silves e Museu Nacional de Arqueologia.
- CARRERAS MONFORT, C. (1999) – The nature of Roman trade: an archaeological perspective. In *Munstersche Beitrage z. antiken Handelsgeschichte*, 18, 2, Scripta Mercaturae Verlag, p. 87-114.
- CARRERAS MONFORT, C. (2000) – Producción de Haltern 70 y Dressel 7-11 en las inmediaciones del Lacus Ligurtinus (Las Marismas, Bajo Guadalquivir). In *Congreso Internacional Ex Baetica Amphora* (Sevilha – Écija 1998). Écija: Editorial Gráficas Sol, p. 419-426.
- CARRERAS MONFORT, C. (2003) – Haltern 70: a review. In PLOUVIEZ, J. ed. – *Amphorae in Britain and the western Empire. Journal of Roman pottery studies*, 10. Oxford, p. 85-91.
- CARRERAS MONFORT, C. (2004) – Estat de la qüestió sobre els continguts de les àmfores Haltern 70. In CARRERAS MONFORT, C. et al. – *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya – Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, p. 117-119.
- CARRERAS MONFORT C.; FUNARI, P. P. A. (1998) – *Britannia y el Mediterráneo: Estudios sobre el abastecimiento de aceite bético y africano en Britannia*. Servei de Publicacions de la Universitat de Barcelona. Barcelona.
- CARRERAS, C.; AGUILERA, A.; BERNI, P.; GARROTE, E.; MARIMON, P.; MORAIS, R.; MOROS, J.; NIETO, X.; PUIG, A., REMESAL, J.; ROVIRA, R.; VIVAR, G. (2004) – *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya – Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya.
- CARVALHO, A. (1999) – Evidências arqueológicas da produção de vinho nas villae romanas do território português. Gaínhas de uva, alfaías vitícolas e lagares de vinho. In GORGES, J. G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., eds. – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. (Coll. de la Casa de Velázquez, 65). Madrid: Casa de Velázquez, p. 361-390.
- CATARINO, H. (1997/98) – *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados*. 3 vols, Al-Ulyã. 6. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé.
- CATARINO, H. (1999) – A chegada dos árabes à Península Ibérica: A invasão de Tarique em 711 e a ocupação do território. In MARQUES, M. G. M., ed. – *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Colibri, p. 61-67.
- CATARINO, H. (2002) – Castelos e território omíada na kura de Ossonoba. In FERNANDES, I. C. F., ed. – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri/ Câmara Municipal de Palmela, (2001), p. 29-44.

- CATARINO, H. (2007) – Arqueologia da Antiguidade Tardia e do período islâmico do Algarve na época de Estácio da Veiga. *Xelb. Silves*, 7, p. 179-193. (Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve – Percursos de Estácio da Veiga).
- CATARINO, H.; ARRUDA, A. M.; GONÇALVES, V. S. (1981) – Vale do Bôto: Escavações de 1981 no complexo árabe-medieval. *Clio*, Lisboa, 3, p. 9-28.
- CAVACO, C. (1976) – *O Algarve Oriental. As vilas, o campo e o mar*. Faro: Gabinete de Planeamento da região do Algarve.
- CHAVES TRISTÁN, F. (1998) – Iberian and early Roman coinage of Hispania Ulterior Baetica. In KEAY, S., ed. – *The Archaeology of early Roman Baetica. Journal of Roman Archaeology. Supplementary Series*, 29. Portsmouth, p. 147-170.
- CHIC GARCIA, G. (1997) – *História económica de la Bética en la época de Augusto*. Serie Historia. Sevilha: Padilla Libros Editores & Libreros.
- CHIC GARCIA, G. (2001) – *Epigrafia anfórica de la Bética, II Los rótulos pintados sobre anforas olearias. Consideraciones sobre la annona*. Monografías del Departamento de Historia Antigua de la Universidad de Sevilla, 4, Écija: Gráficas Sol.
- CIL II – *Corpus Inscriptionum Latinorum*.
- COELHO, A. Borges (2008) – *Portugal na Espanha árabe*. Lisboa: Caminho.
- COELHO-SOARES, A. e SILVA, A. (1979) – Ânforas romanas da Quinta da Alegria (Setúbal). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 5, p. 215-221.
- COLLS, D., ÉTIENNE, R., LEQUÉMENT, R., LIOU, B. e MAYET, F. (1977) – L'Épave Port-Vendres II et le commerce de la Bétique a l'Époque de Claude. *Archaeonautica*, 1. Paris, CNRS.
- COMAS, M.; LLOBET, C.; PADRÓS, P.; PUERTA, C.; RODRÍGUEZ, M. (1994) – Observations sur les sigillées du sud de la Gaule à Baetulo (Badalone, Espagne). In SFEACG, *Actes du Congrès de Millau*. Marseille: SFEACG, p. 83-94.
- CORREIA, J. E. H. (2006) – A Torre da Horta dos Cães. *Monumentos*, Lisboa, 24., p. 106-115. (Dossier Faro, de vila a cidade).
- CRUZ ANDREOTTI, G. (2007) – Estrabón y la tradición geográfica. In *Estrabón, Geografía de Iberia*, (2007). Traducción de GÓMEZ ESPELOSÍN, J., Presentaciones, notas y comentarios de CRUZ ANDREOTTI, G.; GARCÍA QUINTELA, M. V.; GÓMEZ ESPELOSÍN, J. – *Clásicos de Grecia y Roma*. Madrid, p. 44-66.
- CRUZ ANDREOTTI, G.; LE ROUX, P.; MORET, P., eds. (2006) – *La invención de una geografía de la Península Ibérica. I. La época republicana*. Actas del coloquio internacional celebrado en la Casa de Velázquez de Madrid (3 y el 4 de marzo de 2005). Málaga: Diputación de Málaga. Madrid: Casa de Velázquez, p. 65-80.
- COUNILLON, P. (2007) – La représentation de l'espace et la description géographique dans le Livre III de la Géographie de Strabon. In CRUZ ANDREOTTI, G.; LE ROUX, P.; MORET, P., eds. – *La invención de una geografía de la Península Ibérica. II. La época imperial*. Actas del coloquio internacional celebrado en la Casa de Velázquez de Madrid (3 y el 4 de marzo de 2005). Málaga: Diputación de Málaga. Madrid: Casa de Velázquez, p. 65-80.
- DANNEL, G.; DICKINSON, B.; VERNHET, A. (1998) – Ovolos on Dragendorff 30 from the collections of Frédéric Hermet and Dieudonné Rey. In BIRD, J., ed. – *Form and Fabric. Studies in Rome's material past in Honour of B. R. Hartley*. Oxford: Oxbow (Oxbow Monograph; 80). p. 69-109.
- DANNEL, G. B.; DICKINSON, B. M.; HARTLEY, B. R.; MEES, A. W.; POLAK, M.; VERNHET, A.; WEBSTER, P. V. (2003) – *Gestempelte Südgallische Reliefsigillata (Drag. 29) aus den Werkstätten von la Graufesenque: gesammelt von der Association Pegasus – Recherches Européennes sur la Graufesenque* / Mainz: Verlag des Römisch-Germanischen Zentralmuseums.
- DELGADO, M. (1967) – *Terra sigillata clara de Conimbriga*. Conimbriga. Coimbra, 6, p. 47-128.
- DELGADO, M. (1968) – *Terra sigillata clara de museus do Alentejo e Algarve*. Conimbriga. Coimbra, 7, p. 41-65.
- DELGADO, M. (1971) – Cerâmica campaniense em Portugal. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra 1970), vol. II. Coimbra: Junta Nacional de Educação, p. 403-420.

- DELGADO, M. (1976a) – Céramiques Campaniennes et de type campanien. In AAVV – *A propos des céramiques de Conimbriga*. Table ronde tenue à Conimbriga les 25-26-27, Mars 1975. Publ du Centre Pierre Paris. Paris: Diff. E. de Boccard., p. 87-88.
- DELGADO, M. (1976b) – Céramiques Campaniennes et de type campanien, In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R., dir. – *Fouilles de Conimbriga, VI, Céramiques diverses et verres*. Paris: Diff. E. de Boccard, p. 21-26.
- DELGADO, M. (1988) – Contribuição para o estudo das cerâmicas romanas tardias do Médio Oriente. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. S. 2, 5, p. 35-49.
- DELGADO, M. (1992) – Cerâmicas romanas tardias de Mértola originárias do Médio Oriente. *Arqueologia Medieval*, Mértola, 1, p.125-133.
- DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A. M. (1975) – Les sigillées. In ALARCÃO, J. ; ÉTIENNE, R., dir. – *Fouilles de Conimbriga*, 4. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- DESBAT, A. (1987) – La sigillée claire B de la Vallée du Rhône: État de la recherche. In LÉVÊQUE, P. ; MOREL, J.-P., eds. – *Céramiques hellénistiques et romaines*, II. Annales Lit. de l'Univ. de Besançon, 331. Paris, p. 267-277.
- DESBAT, A. ; PICON, M. (1986) – Sigillée claire B et “luisante”: classification et provenance. *Figlina*. Lyon., 7, p. 5-18.
- DESBAT, A. ; LEMAÎTRE, (2000) – Les premières importations d'amphores de Bétique à Lyon In *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae, Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano* (Écija/Sevilha, Dezembro 1998). Écija: Editorial Gráficas Sol, p. 793-815.
- DESY, Ph. (1989) – *Les timbres amphoriques de l'Apulie républicaine. Documents pour une histoire économique et sociale*, Oxford: Archaeopress. (BAR Int. series 554).
- DIAS, L. F. (1976-77) – Terra sigillata de Miróbriga. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 2-3, p. 361-410.
- DIAS, M. M. A. (1988-1989) – A propósito de duas inscrições romanas da Quinta de Torre d'Ares (Luz, Tavira). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 6/7, p. 241-262.
- DIAS, M. M. A. (2004) – A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios. In TAVARES, A. A.; TAVARES, M. J. F.; CARDOSO, J. L., eds. – *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos*. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia. Actas do Colóquio. Lisboa: Universidade Aberta, p. 157-170.
- DIAS, M. M. A. (2005) – A epigrafia romana. In ARNAUD, J. M.; FERNANDES, C. V., coords. – *Construindo a Memória. Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Museu Arqueológico do Carmo/Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 220-233.
- DIAS, M. A.; GASPAR, C. I. S. (2006) – *Catálogo das Inscrições paleocristãs do território português*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos/Faculdade de Letras de Lisboa.
- DIAS, M. I.; VIEGASC.; GOUVEIA, M. A.; MARQUES, R.; FRANCO, D.; PRUDÊNCIO, M. I. (2009) – Geochemical fingerprinting of Roman pottery production from Manta Rota kilns (Southern Portugal). In BIRÓ, K.T.; SZILÁGYI, V ; KREITER, A., eds. – *Vessels inside and outside. EMAC'07. Proceedings of 9th EMAC* (Budapeste, Outubro 2007). Budapeste: Hungarian National Museum, p. 83-90.
- DIOGO, A. M. D. (1980a) – *Marcas de terra sigillata sudgálica em Portugal*. GECA, Lisboa. Policopiado.
- DIOGO, A. M. D. (1980b) – *Marcas de terra sigillata itálica em Portugal*, GECA, Lisboa. Policopiado.
- DIOGO, A. M. D. (1984) – Noções operatórias sobre Terra sigillata itálica e sudgálica em Portugal. Alguns aspectos. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa, 14, p. 49-65.
- DIOGO, A. M. D. (1987) – Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 5, p. 179-191.
- DIOGO, A. M. D. (1993) – Ânforas pré-romanas dos Chões de Alpompe (Santarém). *Estudos Orientais IV – Os Fenícios no território Português*. Lisboa, p. 215-227.
- DIOGO, A. M. D. (1999a) – Ânforas provenientes de achados marítimos na costa portuguesa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2: 1, p. 235-248.
- DIOGO, A. D. (1999b) – Ânforas romanas de Miróbriga. *O Arquivo de Beja*, Beja, S. 3, 10, p. 15-27.
- DIOGO, A. M. D. (2000) – As ânforas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3, 1., p. 163-179.



- DIOGO, A. M. D.; CARDOSO, J. P. (1992) – Cerâmica campaniense proveniente da Foz do Arade (Portimão). *Artefactos*. Lisboa. 1, p. 9-11.
- DIOGO, A. M. D.; CARDOSO, J. P. (2000) – Ânforas béticas provenientes de um achado marítimo ao largo de Tavira, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3: 2, p. 67-79.
- DIOGO, A. M. D.; CARDOSO, J. P.; REINER, F. (2000) – Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3: 2, p. 81-118.
- DIOGO, A. M. D.; COSTA, J. M. (1996) – Elementos sobre a produção de ânforas e a transformação piscícola em Sines durante a época romana. In G. FILIPE; J.M. RAPOSO, Coords. – *Actas das Primeiras Jornadas sobre a Romanização dos estuários do Tejo e do Sado – Ocupação dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Câmara Municipal do Seixal, p. 107-110.
- DIOGO, A. M. D.; FARIA, J. C. L. (1990) – Elementos para a caracterização e periodização da economia do Baixo Sado durante a época romana. In *Arqueologia Hoje I, Etno-Arqueologia*. Faro: Universidade do Algarve, p. 92-106.
- DIOGO, A. M.; MARTINS, A. S. (2001) – Ânfora proveniente de um achado marítimo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4. 19, p. 57-64.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1993-1994) – Materiais provenientes de Chões de Alpompe (Santarém). *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 263-281.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1998) – Uma perspectiva sobre Tróia a partir das ânforas. Contribuição para o estudo da produção e circulação das ânforas romanas em território português. *O Arqueólogo Português*. S. 4. 16. Lisboa, p. 187-220.
- DIOGO, A. M. D.; MONTEIRO, A. J. N. (1999) – Ânforas romanas de “Villa Cardílio”, Torres Novas. *Conimbriga*. Coimbra, 38, p. 201-214.
- DIOGO, A. M. D.; PAIXÃO, A. C. (2001) – Ânforas de escavações no povoado industrial romano de Tróia, Setúbal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 4. 1., p. 117-140.
- DRAGENDORFF, H. (1895) – Terra sigillata. *Bonner Jahrbücher*. Bonn. 96/97, p. 18-155.
- DRAGENDORFF, H.; WATZINGER, C. (1948) – Arretinische Reliefkeramik, mit Beschreibung der Sammlung. In *Tubingen, Reutlingen*.
- DRESSEL, H. A. E. F. (1899) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. XV, Inscriptiones Urbis Romae Latinae. Instrumentum Domesticum, Pars 2, fasc. 1. Adjectae Sunt Tabulae Duae Amphorarum et Lucernarum Formas Exprimentes. de Gruyter. Berlin.
- DUARTE, A. L. C. (1990) – Quinta do Rouxinol. A produção de ânforas no vale do Tejo. In ALARCÃO A.; MAYET, F., eds. – *Ânforas lusitanas: tipologia, produção e comércio*. Conimbriga/Paris: Museu Monográfico/Diff. E. de Boccard, p. 96-115.
- DUARTE, A. L.; RAPOSO, J. M. C. (1996) – Elementos para a caracterização das produções anfóricas da Quinta do Rouxinol. In, G.; RAPOSO, J. M. C. eds. – *Ocupação Romana dos estuários de Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Câmara Municipal do Seixal, p. 237-247.
- DZWIZA, K. (2004) – Ein depotfund reliefverzierter südgallischer terra sigillata-schüsseln aus Pompeji. In *Jahrbuch des Römisch-Germanischen Zentralmuseums Mainz* 51/2, p. 381-587.
- EDMONSON, J. C. (1987) – *Two industries in Roman Lusitania: mining and garum production*. Oxford: Archaeopress (BAR Int. Series 362).
- EDMONSON, J.C. (1990) – *Le Garum en Lusitanie urbaine et rurale: hiérarchies de demande et de production*. In GORGES, J.-G., ed. – *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires*. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique. (Talence 1988). Paris: CNRS (Coll. Maison des Pays Ibériques; 42), p. 123-147.
- EMPEREUR, J.-Y.; HESNARD, A. (1987) – Les amphores hellénistiques du monde égéen. In *Céramiques hellénistiques et romaines II*. Paris, p. 9-71.
- EMPEREUR, J.-Y.; PICON, M. (1989) – Les régions de production d’amphores imperiales en Méditerranée orientale. In *Amphores romaines et histoire économique: dix ans de recherche*. Actes du colloque de Sienne (22-24 mai 1986). Collection de l’École Française de Rome. 114, p. 223-248.
- ENCARNAÇÃO, J. d’ (1982) – Epitáfio de Euprepes. *CLIO*. Lisboa. 4, p. 141-142.

- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – Reflexões sobre a epigrafia romana de Ossonoba. *Conimbriga*. Coimbra. 23, p. 5-18.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1985) – Reflexões sobre a epigrafia romana de Ossonoba. *Anais do Município de Faro*. Faro. 15, p. 125-132.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1987) – A população romana do litoral algarvio. *Anais do Município de Faro*. Faro. 17, p. 57-75.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2000) – L'Africa et la Lusitania: trois notes épigraphiques. In *l'Africa Romana*, 13. Roma, p. 1291-1298.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2003a) – Quão importantes eram as gentes !... In MAIA, M. et al. coords., – *Tavira. Território e poder*. (Catálogo da exposição). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, p. 95-104.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2003b) – Sobre epigrafia romana do Algarve. *Xelb. Silves*. 4, p. 151-160 (Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2005) – Gentes do mar e da terra. In AAVV – *Caminhos do Algarve Romano*, Catálogo da exposição de Faro. Faro: Câmara Municipal de Faro, p. 21-25.
- Endovélico: Base de dados de sítios arqueológicos portugueses [Em linha], Lisboa <<http://www.ipa.min-cultura.pt>> ( Consult. Janeiro 2009)
- ESCRIVÁ TORRES, V.; MARÍN JORDA, C.; RIBERA I LACOMBA, A. (1992) – Unas producciones minoritarias de barniz negro en Valentia durante el siglo II a. J.C. In *Estudios de Arqueología ibérica e romana*. (Homenaje a Enrique Pla Ballester), Valencia: Diputación de Valencia, Servicio de Investigación Prehistórica, p. 443-468.
- ESTRELA, S. (1999) – Monte Molião, Lagos: intervenção de emergência (1998) e problemas de gestão do património em sítios arqueológicos classificados. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2. 1, p. 199-234.
- ÉTIENNE, R. (1990a) – Que transportaient donc les amphores lusitaniennes? In ALARCÃO, A.; MAYET, F., eds. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Actas das Jornadas de estudo. (Conimbriga 1988). Coimbra/Paris: Museu Monográfico de Conimbriga/Paris, p. 15-19.
- ÉTIENNE, R. (1990b) – Le culte impérial, vecteur de hierarchisation urbaine. In *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires*. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique. (Talence 1988). Paris: CNRS (Coll. Maison des Pays Ibériques; 42), p. 215-231.
- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y.; MAYET, F. (1994) – *Un grand complexe industriel a Tróia (Portugal)*. Paris: Diff. E. de Boccard.
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1993-1994) – La place de Lusitanie dans le commerce méditerranéen. *Conimbriga*. Coimbra. 32 – 33, p. 201-218.
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (2002) – *Salaisons et sauces de poisson hispaniques*. Paris: Diff. E. de Boccard.
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (2006) – Conclusions. *Setúbal Arqueológica*, 13. Setúbal, p. 331-336. (*Simpósio Internacional Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica*. Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal, Maio 2004).
- Conspectus – ETTLINGER, E.; HEDINGER, B.; HOFFMANN, B.; KENRICK, P.; PUCCI, G.; ROTH-RUBI, K.; SCHNEIDER, G.; SCHNURBEIN, S. V.; WELLS, C. M.; ZABEHLICKY-SCHEFFENEGGER, S. (1990) – *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*. Bonn: Dr. Rudolf Habelt GmbH. (Materialen zur romisch-germanischen Keramik 10).
- FABIÃO, C. (1987) – Ânforas romanas republicanas de um depósito de Mértola no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4. 5, p. 125-148.
- FABIÃO, C. (1989a) – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Cadernos da UNIARQ, 1. Lisboa.
- FABIÃO, C. (1989b) – Para a História da Arqueologia em Portugal. *Revista Penélope*. Lisboa, nº 2, p. 10-26.
- FABIÃO, C. (1992-1993) – Garum na Lusitânia rural? Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve. *Studia Historica. Historia Antigua*, Salamanca, 10-11, p. 227-252.



- FABIÃO, C. (1993-1994) – O Azeite da Bética na Lusitânia. *Conimbriga*. Coimbra. 32 – 33, p. 219-245.
- FABIÃO, C. (1994a) – As Ânforas. In NOLEN, J.U.S. – *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus, p. 17-36.
- FABIÃO, C. (1994b) – Garum na Lusitânia rural? Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve. In GORGES, J.-G.; SALINAS de FRÍAS, M., eds. – *Les campagnes de Lusitanie romaine. Occupation du sol et habitats*. Table ronde internationale (Salamanca, 1993). Madrid/Salamanca, p. 227-252.
- FABIÃO, C. (1996a) – Sobre a tipologia das ânforas da Lusitânia. In FILIPE, G.; RAPOSO, J. M. C., coord. – *Actas das primeiras jornadas sobre a romanização dos estuários do Tejo e do Sado. Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Câmara Municipal do Seixal, p. 371-390.
- FABIÃO, C. (1996b) – O Comércio dos produtos da Lusitania transportados em Ânforas no Baixo Império. In FILIPE, G.; RAPOSO, J. M. C., coord. – *Actas das primeiras jornadas sobre a romanização dos estuários do Tejo e do Sado. Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Câmara Municipal do Seixal, p. 229-342.
- FABIÃO, C. (1997a) – Exploração dos recursos marinhos. Catálogo da exposição. In ALARCÃO, A., ed. – *Portugal Romano – A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Instituto Português de Museus e Museu Nacional de Arqueologia, p. 35-58.
- FABIÃO, C. (1997b) – Duas notas sobre ânforas lusitanas. *Al-Madan*. Almada. S. 2, 6., p. 59-67.
- FABIÃO, C. (1998a) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa para obtenção do grau de Doutor. Policopiado.
- FABIÃO, C. (1998b) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1: 1, p. 169-197.
- FABIÃO, C. (1999) – O Algarve romano. In MARQUES, M. G. M., ed. – *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa, p. 33-51.
- FABIÃO, C. (2000a) – Sobre as mais antigas ânforas “romanas” da Bética no ocidente peninsular. In *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae, Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano* (Écija e Sevilha, Dezembro de 1998). Écija: Editorial Graficas Sol, p. 665-682.
- FABIÃO, C. (2000b) – O Sul da Lusitânia (Algarve Português) e a Bética: concorrência ou complementaridade? In *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae, Conservas, aceite y vino de la bética en el Imperio romano*, (Écija e Sevilha, Dezembro de 1998). Écija: Gráficas Sol, p. 717-730.
- FABIÃO, C. (2003a) – Arqueologia de Tavira. In MAIA, M. et al., coords. – *Tavira. Território e poder*. (Catálogo da exposição). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, p. 12-19.
- FABIÃO, C. (2003b) – O Serro do Cavaco (Tavira). In MAIA, M. et al., coords. – *Tavira. Território e poder*. (Catálogo da exposição). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, p. 77-81.
- FABIÃO, C. (2004a) – Centros oleiros da Lusitania: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L., eds. – *Actas del Congreso Internacional Figlinae Beticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana* (ss. II a.C – VII d.C.) (Cádiz, Noviembre 2003). Oxford: Archaeopress (BAR, Int. series 1266) p. 379-410.
- FABIÃO, C. (2004b) – O Arqueólogo Francisco Tavares de Proença Junior. In FERREIRA, A. M., coord. – *Arqueologia: colecções de Francisco Tavares Proença Junior*. Castelo Branco: Instituto Português de Museus, p. 13 – 26.
- FABIÃO, C. (2006a) – *Herança romana em Portugal*. Lisboa: CTT.
- FABIÃO, C. (2006b) – A exploração de recursos marinhos na Lusitania romana: balanço dos conhecimentos e perspectivas da investigação, In *Historia de la pesca en el ámbito del estrecho. I Conferencia internacional*, (Puerto de Santa María Cádiz, Junho de 2004), Cádiz: Junta de Andalucía; Instituto de Investigación y Formación Agraria y Pesquera, p. 489-529.

- FABIÃO, C. (2007) – Estácio da Veiga e a exploração de recursos marinhos no Algarve, em época romana. *Xelb. Silves*, 7, p. 131-142. (*Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve – Percursos de Estácio da Veiga*).
- FABIÃO, C.; ARRUDA, A. M. (1990) – Ânforas de S. João da Venda (Loulé). In ALARCÃO, A.; MAYET, F., eds. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Actas das Jornadas de estudo. (Conimbriga 1988). Coimbra/Paris: Museu Monográfico de Conimbriga/Paris, p. 215-224.
- FABIÃO, C.; CARVALHO, A. (1990) – Ânforas da Lusitânia: uma perspectiva. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. eds. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Actas das Jornadas de estudo. (Conimbriga 1988). Coimbra/Paris: Museu Monográfico de Conimbriga/Paris, p. 37-63.
- FABIÃO C.; GUERRA, A. (1994) – As ocupações antigas de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Resultados Preliminares das campanhas de 1990-92. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, (Lisboa, 1993), 2. Lisboa, p. 275-289.
- FABIÃO C.; GUERRA, A. (1993) – Sobre os conteúdos das ânforas lusitanas. In *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 995-1016.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1996) – A Cerâmica campaniense do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). *OPHIUSSA*. Lisboa. zero, p. 109-131.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2004) – Epigrafia anfórica lusitana. Uma perspectiva. In REMESAL RODRÍGUEZ, J., ed. – *Epigrafía Anfórica*. Barcelona: Universidade de Barcelona (Coll. Instrumenta 17), p. 221-244.
- FARIA, A. M. (1995) – Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português. In GARCÍA-BELLIDO, M. P.; CENTENO, R. M. S. eds. – *La moneda Hispánica. Ciudad y territorio* (Anejos de Archivo Español de Arqueología, XIV). Madrid: CSIC, p. 143-153.
- FARIA, A. M. (1997) – Moedas da época romana cunhadas no actual território algarvio. In BARATA, F.; PARREIRA, R., coord. – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 361-371.
- FARIA, A. M. (1999) – [Recensão de] CASTILLO, Carmen – *Vestigia antiquitatis: escritos de epigrafía y literatura romanas. Scripta a sodalibus collecta*. In *honorem Carmen Castillo*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1997. XXXV, 607 p. (Colección Mundo Antiguo, Nueva Serie; 1). ISBN 84-313-1552-0. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2, 1 (1999). Lisboa, p. 264-266.
- FARIA, A. M. (2006) – Novas notas historiográficas sobre Augusta Emerita e outras cidades hispano-romanas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 211-238.
- FEIO, M. (1949) – *Le bas Alentejo et l'Algarve*. (Livret-Guide de l'excursion). Lisboa.
- FERNANDES, I. C.; CARVALHO, A. (1996) – Fornos do Zambujalinho (Marateca, Palmela). In ALARCÃO, A.; MAYET, F., eds. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Actas das Jornadas de estudo. (Conimbriga 1988). Coimbra/Paris: Museu Monográfico de Conimbriga/Paris, p. 73-106.
- FERNANDES, F. M. G. (2009) – *As ânforas do tipo B/C de Pellicer no Castelo de Castro Marim*. Dissertação apresentada à Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia. Policopiado.
- FERNÁNDEZ CACHO, S. (1995) – Las industrias derivadas de la pesca en la provincia romana de la Bética: la alfarería de El Rinconcillo (Algeciras, Cádiz). *SPAL*. Sevilha 4. p. 173-214.
- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2010) – Resultados preliminares del estudio de la T.S. Focense (LRC) aparecida en Vigo (Galiza, España). In *Rei Cretaria Romanae Fautores*, Acta 41. Bonn: Rudolf Habelt GmbH, p. 375-384.
- FERREIRA, O. da V.; ANDRADE R. F. (1964) – Algumas marcas de oleiro em terra sigillata de Vipasca (Aljustrel). *Revista de Guimarães*. Guimarães, 74, p. 317-322.
- FERREIRA, S.V. (1969) – Marcas de oleiro em território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3. 3, p. 131-177.
- FILIPPE, V. (2008) – *As ânforas do Teatro romano de Lisboa*. Dissertação apresentada à Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia. Policopiado.
- FIGUEIREDO, A. M. de (1898) – Contribuições para a historia da pesca, em Portugal, na epocha luso-romana. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 4, p. 53-58.

- FIGUEIREDO, A. M. de (1906) – Ruines d’antiques établissements à salaisons sur le litoral sud du Portugal. *Bulletin Hispanique*, 8, (2). Bordeaux, p. 109-121.
- FOUET, G. (1958) – Puits funéraires d’Aquitaine: Vieille- Toulouse, Montmaurin. *Gallia*. Paris, 16, p. 419-436.
- FORTI, S.; PACI, G. (2008) – Le anfore Lamboglia 2 dal Porto romano di Ancona. *Notizie Preliminari. In Rei Cretariae Romanae Fautorum. Acta* 40, Oxford, p. 315-323.
- FRANCO, M. L. (1940a) – Os últimos achados arqueológicos do Largo da Sé. *Correio do Sul* de 10 e 17.3.1940.
- FRANCO, M. L. (1940b) – “Outra inscrição inédita de Ossónoba e Um Templo romano em Faro. “*Correio do Sul*”, de 1 e 28.7.1940.
- FREITAS, V. T. (2005) – *As cerâmicas de engobe vermelho do Castelo de Castro Marim : produção, consumo e comércio na Idade do Ferro Orientalizante Peninsular*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia. Policopiada.
- GAMITO, T. J. (1983) – Breve apontamento sobre o povoamento do Algarve desde a pré-História até à época romana e o seu condicionalismo geográfico. *Anais do Município de Faro*. Faro. 13, p. 331-358.
- GAMITO, T. J. (1991) – Contribuição da Arqueologia para o estudo da evolução urbana de Faro. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas* (Lisboa 1990). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 19-26.
- GAMITO, T. J. (1992) – Cemitério romano do século II/III – Faro, Rua das Alcaçarias. *Conimbriga*. Coimbra. 31, p. 99-118.
- GAMITO, T. J. (1994a) – Faro. Polícia Judiciária. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 9, p. 115-117
- GAMITO, T. J. (1994b) – *Ipsos* (Vila Velha, Alvor). In *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa 1993). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 213-218.
- GAMITO, T. J. (1997) – A cidade de Ossonoba e o seu território envolvente. In BARATA, F.; PARREIRA, R., coord. – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 343 – 359
- GAMITO, T. J. (1997) – *Ipsos* (Vila Velha, Alvor). In BARATA, F.; PARREIRA, R. (coord.) – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 257-263.
- GAMITO, M. T. e MAIA, M. G. P. (1976) – Um prato da oficina de CN ATEIVS achado em Faro. *Anais do Município de Faro*. Faro. 6. p. 147-158.
- GARCIA, C. T. (1991) – Património arqueológico no Parque Natural da Ria Formosa (Algarve): Problemas e perspectivas. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1990). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 109-115.
- GARCIA, C. T. (2008) – *Cacela – terra de levante*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- GARCIA y BELLIDO, A. (1946) – *España y los españoles hace dos mil años – según la geografía de Strabon*. Madrid.
- GARCÍA VARGAS, E. (1996) – La producción anfórica en la Bahía de Cádiz durante la República como índice de romanización. *Habis*. Sevilla. 27, p. 49-57.
- GARCÍA VARGAS, E. (1998) – *La producción de ánforas en la Bahía de Cádiz en época romana (siglos II a.C. – IV d.C)*. Écija: Editorial Gráficas Sol.
- GARCÍA VARGAS, E. (2000) – La producción de ánforas “romanas” en el sur de Hispania. República y Alto Imperio. In *Congreso Internacional Ex Baetica amphorae, Conservas, aceite y vino de la Betica en el Imperio Romano*, (Sevilla-Écija Dezembro 1998). Ecija: Editorial Gráficas Sol, p. 57-174.
- GARCÍA VARGAS, E. (2003) – Las producciones de la figlina: ánforas. In *Arqueología y rehabilitación en el Parlamento de Andalucía. Investigaciones arqueológicas en el Antiguo Hospital de las Cinco Llagas de Sevilla*. Sevilla: Ed. Secretaria General del Parlamento de Andalucía, p. 200-219.

- GARCÍA VARGAS, E. (2004) – Las ánforas del vino bético altoimperial: formas contenidos y alfares a la luz de algunas novedades arqueológicas. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L., eds. – *Actas del Congreso Internacional Figlinae Beticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana* (ss. II a.C – VII d.C.). (Cádiz, Noviembre 2003) Oxford: Archaeopress (BAR, Int. series 1266), p. 507-514.
- GARROTE, E.; MARIMÓN, P. (2004) – Geografía del transport. In CARRERAS MONFORT, C. et al. – *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya – Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, p. 83-92.
- GASPAR, J. (1993) – *As regiões portuguesas*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território/Sec. Estado do Planeamento e desenvolvimento.
- GASPAR, A. (2003) – Cerâmicas cinzentas da antiguidade tardia e alto medievais de Braga e Dume. In CABALLERO, L.; MATEOS, P.; RETUERCE, M., eds. – *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad*. Madrid: CSIC, (Anejos de Archivo Español de Arqueología, 28), p. 455-481.
- GATEAU, F. (1990) – Amphores importées durant le IIe s. av. J.C. dans trois habitats de Provence occidentale: Entremont, le Baou-Roux, Saint-Blaise. *Documents d'Archéologie Méridionale*, 13. Lattes, p. 163-183.
- GAUTRON, S. (2006) – Estrabão: do Egipto à Ibéria. In *Al-Madam*, S. 2. 9. Almada, p. 55-60.
- GENIN, M. (2006) – La sigillée marbrée des ateliers de la Graufesenque: État de la question. In *SFECAG, Actes du Congrès de Pézenas*. Marseille: SFECAG, p. 231-243.
- GENIN, M.; DEJOIE, C.; PARSEVAL, P. de; RELAX, S.; SCHAAD, D.; SCHENCK-DAVID, J.-L.; SCIAU, P. (2007) – *La Graufesenque (Millau, Aveyron)*, vol II. Les sigillées lises et autres productions, Santander-Cantabria: Éditions de la Fédération Aquitania/Études d'Archéologie urbaine.
- GENIN, M.; SCHENCK-DAVID, J.-L. (2007) – Les Timbres. In GENIN, M. et al. – *La Graufesenque (Millau, Aveyron)*, vol II. Les sigillées lises et autres productions, Santander-Cantabria: Éditions de la Fédération Aquitania/Études d'Archéologie urbaine.
- GIL FARRÉS, O. (1966) – *La moneda hispánica en la Edad Antigua*, Madrid.
- GOMES, A. (1998) – *Moedas do território português antes da fundação da nacionalidade (hispano-romanas)*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.
- GOMES, M. V.; GOMES, R.; BEIRÃO, C. (1986) – O Cerro da Rocha Branca (Silves). Resultados preliminares de três campanhas de escavação. In *Actas do IV Congresso do Algarve* (Montechoro, 1986). Silves, p. 77-83.
- GOMES, M. V.; SILVA, C. T. da (1987) – *Levantamento arqueológico do Algarve. Concelho de Vila do Bispo*. Lisboa: Delegação regional do Sul/ Secretaria de Estado da Cultura.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (1981-1983) – *Novas Moedas Hispânicas de Balsa e Ossonoba. Nummus*, 2ª Série, vol. 4-6. Porto, p. 155-182.
- GOMES, R. V.; SERRA, M. (1996) – Loulé Velho (Quarteira, Loulé). Resultados da Primeira campanha de escavações arqueológicas. *Al-'Ulyã*. Loulé, 5, p. 25-51.
- GONÇALVES, L. J. R. (2007) – Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano. *Studia Lusitana*, 2. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano.
- GONÇALVES, V. S. (1979) – A Carta arqueológica do Algarve. Estratégias e Perspectivas. *Clio*, Lisboa, 1, p. 99-115.
- GONÇALVES, V. S. (1981) – Arqueologia do Algarve: sinopse retrospectiva e perspectivas de mudança. *Clio*, Lisboa, 3, p. 177-181.
- GONÇALVES, V. S.; CATARINO, H.; ARRUDA, A. M. (1980) – O sítio romano-árabe do Vale do Bôto: notícia da sua identificação. *Clio*. Lisboa, 2, p. 71-79.
- GONÇALVES, V. S.; ARRUDA, A. M.; CATARINO, H. (1983-84) – Três intervenções sobre arqueologia no Algarve. *Clio*, Lisboa, 4, p. 191-196.
- GONÇALVES, V. S.; ARRUDA, A. M.; CALADO, M. (1996) – Novos contributos para a arqueologia do Algarve Oriental. *OPHIUSSA*. Lisboa, zero, p. 161-180.
- GONZÁLEZ TORAYA, B.; TORRES QUIRÓS, J.; LAGÓSTENA BARRIOS, L.; PRIETO REINA, O. (2000) – Los inicios de la producción anfórica en la bahía gaditana en época republicana. La intervención de urgencia en la Avda. Pery Junquera (San Fernando). In *Congreso*



- Internacional Ex Baetica Amphorae, Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano* (Écija e Sevilha Dezembro de 1998), Actas vol I. Écija: Editorial Graficas Sol, p. 175-186.
- GRAEN, D. (2004) – *Sepultus in Villa* – Bestattet in der villa. Drei Zentralbauten in Portugal zeugen vom Grabprunk der Spätantike. *Antike Welt*, 3/04, p. 65-74.
- GRAEN, D. (2007) – O sítio da Quinta de Marim (Olhão) na época tardo-romana e o problema da localização da *Statio Sacra*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10: 1, p. 275-288.
- Grupo Mérida (2003) – *Atlas antroponímico de la Lusitania Romana*. Mérida/Burdeos: Fundación de Estudios Romanos/ Ausonius.
- GUERRA, A. (2007) – [Recensão de] CANFORA, L. – The true history of the so-called Artemidorus Papyrus, with an Interim Text. Bari: Edizioni di Pagina, 2007. CADMO. *Revista de História Antiga – Centro de História da Universidade de Lisboa*, 17. Lisboa, p. 319-322.
- GUERRA, A. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.
- GUERRA, A. (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do ocidente peninsular*. Dissertação de doutoramento apresentada em História Clássica à Universidade de Lisboa, 2 vols. Policopiado.
- GUERRA, A. (2006) – As fontes clássicas relativas ao território do actual Algarve: uma perspectiva crítica sobre o seu contributo histórico. *Xelb. Silves*. 6. 1, p. 329-338. (Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman pottery*. The British School at Rome. Londres.
- HAYES, J. W. (1980) – *Late Roman pottery*. Supplement. The British School at Rome. Londres.
- HAYES, J. W. (1985) – Sigillate oriental. In *Atlante II. Enciclopedia dell'Arte Antica, Atlante delle forme ceramiche II, ceramica fina romana nel Bacino del Mediterraneo. (Tardo elenismo e Primo Impero)*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, p. 1-96.
- HAYES, J. W. (2001) – Les sigillées orientales. In LÉVÊQUE, P. e MOREL, J.-P., dir., GENY, E., ed. – *Céramiques Héliénistiques et romaines*. Paris, p. 145-160.
- HAUSCHILD, Th. (1984) – A villa romana de Milreu, Estói (Algarve). *Arqueologia*, Porto. 9. p. 94-104.
- HAUSCHILD, Th.; SARANTOPOULOS, P. (1995-1997) – O tanque de água do templo romano de Évora: notícia preliminar da intervenção arqueológica de 1996. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, S. 4. 13/15, p. 429-440.
- HAWTHORNE, J. J. (1997) – Post-processual economics: The role of African Red Slip Ware vessel volume in Mediterranean demography. In *TRAC 96: Proceedings of the 6th annual meeting of the Theoretical Roman Archaeology Conference*, Sheffield: Oxbow .p. 29-54
- HENRIQUES, G. (1876) – *Novo guia luso-brasileiro do viajante na Europa*. Lisboa.
- HERMET, F. (1934) – *La Graufesenque (Condatomago)*. I, Vases sigillés. II, Graffites. Paris
- HERTEL, D. (1984) – Um retrato claudiano de mulher em Faro, Portugal. *Anais do Município de Faro*, 14, p. 159-172.
- HOFMANN, B. (1986) – Catalogue des estampilles sur vaisselle sigillée 1ª parte (Les ateliers de la Graufesenque et de Lezoux) Groupe D' Archéologie Antique du Touring Club de France. *Notice Technique*, nº 21.
- HOUSCADE, D. (2004) – Géographie des villes fortifiées en Lusitanie romaine: tentative de définition de réseaux et de hiérarchies urbaines. In GORGES, J.-G.; CERRILLO, E.; NOGALES BASARRATE, T., eds. – *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana*, Las comunicaciones. Madrid, p. 223-276.
- HÜBNER, E. (1871) – *Notícias archeológicas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia.
- INÁCIO, I. Mª. B. (2005) – *A necrópole de Vale de Condes, Alcoutim no contexto da antiguidade tardia do Algarve*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia. Policopiada.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – *Inscrições romanas do conventus pacensis: subsídios para o estudo da romanização*, 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- IRIA, A. (1950) – As ruínas dos tanques de salga de peixe encontradas recentemente em Olhão. *Boletim da Associação Industrial*, nº 273, Lisboa, p. 727-732.

- JORGE, A. M. C. M. (2002) – *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité tardive (IIIe – VIIe siècles)*. Trabalhos de Arqueologia, 21. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- KEAY, S. (1984) – *Late Roman amphore in the western Mediterranean. A typology and economic study: the Catalan evidence*. Oxford: Archaeopress. (BAR Int. Series, 196).
- KEAY, S. (1988) – *Roman Spain*. Col. *Exploring the Roman world*. Londres: British Museum Publications.
- KEAY, S., ed. (1998) – The Archaeology of early Roman Baetica. *Journal of Roman Archaeology*, Supplementary Series, 29. Portsmouth.
- KEAY, S. (1998) – The development of towns in Early Roman Baetica, In KEAY, S., ed. – The Archaeology of early Roman Baetica. *Journal of Roman Archaeology*, Supplementary Series, 29. Portsmouth, p. 55 – 86.
- KEAY, S. (2001) – Regionally Produced Terra Sigillata. Terra Sigillata Local. In KEAY, S.; CREIGHTON, J.; REMESAL RODRÍGUEZ, J., eds. – *Celti (Peñaflor) – La Arqueología de una ciudad hispanorromana en la Baetica: Prospecciones y Excavaciones 1987-1992*. Arqueología Monografías Junta de Andalucía.
- KEAY, S. (2003) – Survey articles. Recent archaeological work in Roman Iberia (1990-2002). *Journal of Roman Studies*. Londres. 93, p. 146-211.
- KEAY, S.; CREIGHTON, J.; REMESAL RODRÍGUEZ, J. (2001) – *Celti (Peñaflor.) La Arqueología de una ciudad hispanorromana en la Baetica: Prospecciones y Excavaciones 1987-1992*. Arqueología Monografías Junta de Andalucía. (CD-Rom).
- KRAMER, B. (2005) – El nuevo papiro de Artemidoro. In DE HOZ, J.; LUJÁN, E. R.; SIMS-WILLIAMS, P., eds. – *New approaches to Celtic place-names in Ptolemy's Geography*. Madrid: Ediciones Clásicas, p. 19-31.
- KRAMER, B. (2006) – La Península Ibérica en la Geografía de Artemidoro de Éfeso. In CRUZ ANDREOTTI, G.; Le ROUX, P.; MORET, P., eds. – *La invención de una geografía de la Península Ibérica, I. La época republicana*. Málaga-Madrid, p. 97-114.
- KNORR, R. (1912) – *Sudgallische terra sigillata Gefässe von Rottweil*. Stuttgart.
- KNORR, R. (1952) – *Terra-Sigillata Gefässe des ersten Jahrhunderts mit Töpfernamen*. Stuttgart
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1996a) – *Alfarería romana en la bahía de Cadiz*. Cádiz: Universidade de Cádiz/Publicaciones del Sur.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1996b) – Explotación del salazón en la Bahía de Cádiz en la Antigüedad: Aportación al conocimiento de su evolución a través de la producción de las ánforas Mañá C. *Florentia Iliberritana*. Granada. 7, p. 141-169.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) – *La producción de salsas y conservas de pescado en la Hispania Romana (II a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: Universidade de Barcelona. (Coll. Instrumenta 11).
- LAMBOGLIA, N. (1941) – Terra sigillata chiara. *Rivista di studi Liguri*. Bordighera. 7, p. 7-22.
- LAMBOGLIA, N. (1950) – *Gli scavi di Albintimilium e la cronologia della ceramica romana (parte prima: campagna di scavo 1938-194)*. Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri.
- LAMBOGLIA, N. (1952) – Classificazione Preliminare della ceramica campana. In *I Congresso Internazionale di Studi Liguri*. Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri, p. 139-206.
- LAMBOGLIA, N. (1955) – Sulla cronologia delle anfore romane de età repubblicana. *Rivista di studi Liguri*. Bordighera. 22, p. 252-260.
- LAMBOGLIA, N. (1958) – Nuove osservazioni sulla Terra sigillata chiara (Tipi A e B). *Rivista di studi Liguri*, Bordighera. 24, p. 257-330.
- LAMBOGLIA, N. (1963) – Nuove osservazioni sulla Terra sigillata chiara (Tipi C, Lucente e D). *Rivista di studi Liguri*. Bordighera. 29, p. 145-211.
- LANCHA, J. (1985) – La mosaïque d'Océan découverte à Faro. *Conimbriga*. Coimbra. 24, p. 151-175.
- LANCHA, J. (2003) – Cerro da Vila, la villa et son décor: nouvelles recherches de la Mission luso-française "Mosaïques du Sud du Portugal". *Xelb. Silves*. 4, p. 115 – 134 (Actas do 1º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- LAUBENHEIMER, F. (1985) – *La production des amphores en Gaule Narbonnaise sous le Haut Empire*. Paris: Les Belles Lettres.



- LEAL, A. de P. (1874a) – Castro Marim. In *Portugal antigo e moderno*, Dicionário, vol. II. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, p. 208-211.
- LEAL, A. de P. (1874b) – Faro. In *Portugal antigo e moderno*, Dicionário, vol. III. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, p. 140-151.
- LEAL, A. de P. (1880) – Tavira. In *Portugal antigo e moderno*, Dicionário, vol. XI. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, p. 500-515.
- LEEUWAARDEN, W.; JANSEN, C. R. (1985) – A preliminary palynological study of peat deposit near an oppidum in the lower tagus valley. In *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*, vol. 2. Lisboa, p. 225-235.
- LEMOS, F. de S. (1995) – Martins Sarmiento e a arqueologia portuguesa dos anos setenta e oitenta do século XIX. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 105, p. 117-126.
- LIU, B. (1973) – Direction des recherches archéologiques sous-marines. *Gallia*, 31. p. 571-608.
- LIU, B. (1988) – Le contenu des amphores, typologie et epigraphie: quelques cas aberrants ou embarrassants. In *SFECAG, Actes du Congrès d'Orange*. Marseille: SFECAG, p. 171-176.
- LIU, B. (2000) – Las ánforas béticas en el mar. In *Congreso Internacional Ex Baetica amphorae, Conservas, aceite y vino de la Betica en el Imperio Romano*. Actas (Sevilla-Écija Dezembro 1998). Écija: Editorial Graficas Sol, p. 1061-1110.
- LOPES, J. B. Silva (1848) – *Memória para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve*, Lisboa: Topografia da Academia Real das Sciencias.
- LOPES, M. C. (1994) – *A sigillata de Represas (Coleção F. Nunes Ribeiro)*. Tratamento informático. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.
- LOPES, M. C. (2005) – *Moedas do Museu Municipal de Tavira*. Tavira: Câmara Municipal e Instituto Português de Museus.
- LOPES, V. (2003) – *Mértola na Antiguidade Tardia – Topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do Cristianismo*. Lisboa: Campo Arqueológico de Mértola.
- LOPES, V. (2006) – O território de Mértola e as vias de comunicação no período romano. In *Actas das I Jornadas As vias do Algarve da Época Romana à Actualidade*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal /CCDR Algarve, p. 46-53.
- LUÍS, L. (2003a) – *As cerâmicas campanienses de Mértola*. Trabalhos de Arqueologia, 27. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- LUÍS, L. (2003b) – *Ânforas republicanas de Mata-Filhos (Mértola)*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 2, p. 363-382.
- MACHADO, J. L. S. (1970) – Documentos de Estácio da Veiga, para o estudo da Arqueologia do Algarve. I Catálogo de Plantas, Desenhos e mosaicos. In *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 333-385.
- MACIAS SOLÉ, J. M.; REMOLÀ VALLVERDU, J. A., (2000) – Tarraco Visigoda: caracterización del material cerámico del siglo VII dC. In *V Reunión de Arqueología Cristiana Hispánica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans. Universidad de Murcia. Universitat de Barcelona. Universitat Autònoma de Barcelona. Museo Arqueológico de Cartagena, p. 485-497.
- MACIEL, J. (1996) – *Antiguidade tardia e paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: Colibri.
- MACIEL, J. (2003) – O território de Balsa na Antiguidade tardia. In MAIA, M. et al., coords. – *Tavira. Território e poder*, (Catálogo da exposição). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, p. 105-126.
- MADRID BALANZA, M. J.; MURCIA MUÑOZ, A. J.; SANTAELLA PASCUAL, F. (2000) – Cerámicas importadas de los siglos VI-VII en las termas romanas de la Calle Honda, Cartagena. In *V Reunión de Arqueología Cristiana Hispánica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans. Universidad de Murcia. Universitat de Barcelona. Universitat Autònoma de Barcelona. Museo Arqueológico de Cartagena, p. 351-382.
- MAIA, M. A. F. (1987) – *Romanização do Território hoje português a Sul do Tejo. Contribuição para a análise do processo de assimilação e integração socio cultural*. 210-14 d.C. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Doutor em Pré-História e Arqueologia. Policopiado.

- MAIA, M. G. P. (1974) – Cerâmica fina Oriental de Troia de Setúbal: Late Roman C Ware. In *III Congresso Nacional de Arqueologia*, 1. Porto, p. 333-341.
- MAIA, M. G. P. (1976-77) – *Sigillata* (Paleocristã) cinzenta de Tróia, Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, p. 411-418.
- MAIA, M. G. P. (1977) – *Sigillata* clara com decoração aplicada de Tróia, Setúbal. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, S. 3. 7/9, p. 365-381.
- MAIA, M. G. P. (1978) – Contributos para as Cartas de Distribuição em Portugal de “*sigillata* Luzente” e de “Late Roman C Ware”. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 1. Lisboa, p. 295-307.
- MAIA, M. G. P. (1979) – As ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim. *Clio*. Lisboa. 1, p. 141-144.
- MAIA, M. G. P. (2000) – Tavira fenícia. O território para Ocidente do Guadiana nos inícios do I milénio a.C.”. In *Fenícios y territorio* (Actas do II Seminário Internacional sobre temas fenícios). Alicante, p. 121-150.
- MAIA, M. G. P. (2003) – Fenícios em Tavira. In MAIA, M. G. P. et al. (coords.) – *Tavira. Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, p. 57-72.
- MAIA, M. G. P. (2006) – A pesca, a actividade conserveira e as ânforas de Tavira. In *Historia de la pesca en el ámbito del estrecho. I Conferencia internacional*, (Puerto de Santa María Cádiz, Junho de 2004), Cádiz: Junta de Andalucía; Instituto de Investigación y Formación Agraria y Pesquera, p. 455-487.
- MAIA, M. G. P.; FERNANDES, C.; LOPES, M.; CAVACO, S., coords. (2003) – *Tavira. Território e poder*. (Catálogo da exposição). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira.
- MAIA, M. G. P.; MAIA, M. A. F. (2001) – *Carta Arqueológica da freguesia do Cachopo*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira.
- MALFITANA, D. (2002) – Eastern terra sigillata wares in the eastern Mediterranean. Notes on an initial quantitative analysis. In BLONDE, F.; BALLEST, P.; SALLES, J.-F. eds. – *Céramiques hellénistiques et romaines. Production et diffusion en Méditerranée orientale (Chypre, Egypte et côtes syro-palestiniennes)*, (Lyon 2000). (Lyon: Travaux du Maison de l’Orient Méditerranéen 35,) p. 133-158.
- MALFITANA, D.; POBLOME, J.; LUND, J. (2005) – Eastern sigillata A in Italy. A socio-economic evaluation. In *BABESCH* 80. Leuven, p. 199-212.
- MANACORDA, D. (1977) – Ambiente XVI. Le anfore. In *Ostia IV, Studi Miscellanei*, 23. Roma: p. 117-254.
- MANACORDA, D. (1978) – The Ager Cosanus and the production of the amphorae of Sestius: new evidence and a reassessment. *Journal of Roman Studies*. Cambridge, 68, p. 122-131.
- MANTAS, V. (1986) – Arqueologia urbana e fotografia aérea: contributo para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro. *Trabalhos de Arqueologia*, 3, (Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana – Setúbal 1985). Lisboa, p. 13-26.
- MANTAS, V. (1990) – As cidades marítimas da Lusitânia. In GORGES, J.-G., eds. – *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires*. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique. (Talence 1988). Paris: CNRS (Coll. Maison des Pays Ibériques; 42), p. 149-205.
- MANTAS, V. (1993) – A cidade Luso romana de Ossunoba. In *Actas del I Coloquio de Historia Antigua de Andalucía*. Córdoba, p. 515-537.
- MANTAS, V. (1997a) – As civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve Romano. In BARATA, F.; PARREIRA, R., coord. – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 283-309.
- MANTAS, V. (1997b) – Os caminhos da serra e do mar. In BARATA, F.; PARREIRA, R., coord. – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 311-325.
- MANTAS, V. (1999) – As Villae marítimas e o problema do povoamento português na época romana. In GORGES, J.-G. e GÉRMAN, F., eds. – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid, p. 135-156.

- MANTAS, V. (2003) – A cidade de Balsa. In MAIA, M. G. P. et al., coords. – *Tavira. Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, p. 85-94.
- MANTAS, V. (2004a) – Vias e portos na Lusitânia romana. In GORGES, J.-G.; CERRILLO, E.; NOGALES, T., eds. – *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones*, (Cáceres, 2002). Madrid: Ministerio de la Cultura, p. 427-453.
- MANTAS, V. (2004b) – A Lusitânia e o Mediterrâneo: identidade e diversidade numa província romana. *Conimbriga*. Coimbra. 43, p. 63-83.
- MANUPPELLA, G.; MOREIRA, J. B.; GRADE, J. M. L.; MOURA, A. A. C. (1985) – Contribuição para o conhecimento das argilas do Algarve. *Estudos, Notas e Trabalhos do Serv. Form. Mineiro*, 27. Porto, p. 59-76.
- MARIN JORDÁ, C.; RIBERA i LACOMBA, A. (2000) – Las cerámicas de barniz negro de Valentia. In AQUILUÉ ABADÍAS, X.; GARCÍA ROSELLÓ, J.; GUITART DURAN, J., coords. – *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I aC: Centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica*. Taula rodona. (Empúries 1998). Mataró, p. 91-105.
- MARIN JORDÁ, C.; RIBERA i LACOMBA, A. (2001) – Las cerámicas de barniz negro de Cales en Hispania. In PEDRONI, L. (2001) – *Ceramica Calena a vernice nera, produzione e diffusione*. Napoli, p. 246-295.
- MARLIÈRE, E.; TORRES COSTA, J. (2005) – Tonneaux et amphores à Vindolanda: contribution à la connaissance de l'approvisionnement des troupes stationnées sur le mur d'Hadrien (II). In BIRLEY, A.; BLAKE, J. eds. – *Vindolanda. The excavations of 2003/2004*. Durham, p. 214-236.
- MARQUES, J. J. D. (1993/94) – Os Manuscritos do *Romanceiro do Algarve* de Estácio da Veiga existentes no Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, S. 4. 11/12, p. 153-173.
- MARQUES, J. J. D. (2005) – Estudo Introdutório. In VEIGA, S. P. M. E. da – *Romanceiro do Algarve*. Edição facsimiliada da Universidade do Algarve. Faro, p. 5-48.
- MARQUES, M. T., coord., ARAÚJO, A. C., FARIA, A. M., NUNO. C. S., PINHEIRO, D. P. e LOURENÇO, F. S. (1992) – *Carta Arqueológica de Portugal, concelhos de Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé e São Brás de Alportel*. Lisboa: SEC/IPPAR.
- MARQUES, M. T., coord., ARAÚJO, A. C., FARIA, A. M., NUNO. C. S., PINHEIRO, D. P. e LOURENÇO, F. S. (1995) – *Carta Arqueológica de Portugal, concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim*. Lisboa: SEC/IPPAR.
- MARQUES, M. G. M., ed. (1999) – *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Colibri
- MARQUÉZ, C. (2004) – Arquitectura oficial. In DUPRÉ RAVENTÓS, X., ed. – *Las capitales provinciales de Hispania*, 1. Córdoba. Colonia Patricia Corduba, Roma: L'Erma di Bretschneider, p. 55-62.
- MARQUÉZ VILLORA, J. C.; MOLINA VIDAL, J. (2005) – *Del Hiberus a Carthago Nova. Comercio de alimentos y epigrafía anfórica grecolatina*. Barcelona: Universidad de Barcelona. (Coll. Instrumenta 18).
- MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, F. (1987) – *Análisis y personalización de un grupo cerámico de barniz rojo de imitación propio de la Bética romana altoimperial*. Memoria de Licenciatura. Seville.
- MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, F. (1989) – Las cerámicas béticas de imitación tipo Peñaflor: bases para el estudio de un nuevo grupo cerámico de época altoimperial. *Boletín de la Asociación Española de amigos de la Arqueología*, nº 26. Asociación Española de Amigos de la Arqueología, p. 60-65.
- MARTIN, T. (2005) – Périple Aquitain, commerce Transpyrénéen et diffusion Atlantique des céramiques sigillées de Montans en direction des marchés du Nord et du Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique. In NIETO, A.; ROCA ROUMENS, M.; VERNHET, A.; SCIAU, P., eds. – *La difusió de la terra sigillata sudgàl·lica al Nord d'Hispania*. (Monografies 6). Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya, p. 21-62.
- MARTIN, A. (2006) – Italian sigillata in the East: two different models of supply (Ephesos and Olympia). In MALFITANA, D.; POBLOME, J.; LUND, J. – *Old pottery in a new century. Innovating perspectives on Roman pottery studies*. Atti del Convegno Internazionale di Studi (Catania Abril 2004). Catania, p. 175-187.

- MARTIN-KILCHER S. (1983) – Les amphores romaines à huile de Bétique (Dressel 20 et 23) d’Augst (Colonia Augusta). Un rapport préliminaire. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; REMESAL RODRÍGUEZ, J., eds. – *Producción y Comercio del aceite en la Antigüedad*. II Congreso Internacional. Madrid, p. 337-347.
- MARTIN-KILCHER, S. (1987) – *Die Römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst. Ein Beitrag zur römischen Handels- und Kulturgeschichte. 1: Die Südspanischen Ölamphoren (Gruppe 1)*. Augst.
- MARTIN-KILCHER, S. (1994) – *Die Römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst, Ein Beitrag zur römischen Handels- und Kulturgeschichte. 2: Die Amphoren für Wien, Fischsauce, Südfrüchte (Gruppen 2-24) und Gesamtauswertung (mit einem Beitrag von Markus Schaub)*. Augst.
- MARTIN-KILCHER S. (2003) – Fish-sauce amphorae from the Iberian peninsula: The forms and observations on trade with the nord-west provinces. In PLOUVIEZ, J., ed. – *Amphorae in Britain and the western Empire*, *Journal of Roman pottery studies*. Oxford, 10, p. 69-84.
- MARTIN-KILCHER S. (2005) – Carthage: imported eastern amphorae in the Roman Colonia Iulia. In BRIESE, M. B.; VAAG, L. E., eds. – *Trade relations in the Eastern Mediterranean from the Hellenistic period to Late antiquity: the ceramic evidence*. *Halicarnassian Studies* vol. III. Odense, p. 202-220.
- MASCARENHAS, J. F. (1967) – *Elementos de arqueologia sobre o Algarve*. Tavira.
- MATIAS, (2006) – *Overwash sedimentary dynamics in the Ria Formosa barrier islands*. Tese de Doutoramento, Univ. do Algarve.
- MATOS, J. L. (1971) – Cerro da Vila. Escavações em 1971. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 5, p. 201-214.
- MATOS, J. L. (1972) – Cerro da Vila. Campanha de trabalhos de 1972. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 6, p. 251-262.
- MAYET, F. (1975) – *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris
- MAYET, F. (1978) – Les importations de sigillées à Mérida au I<sup>er</sup> siècle de notre ère. (Sigillées italiques et gauloises). *Conimbriga*. Coimbra. 17, p. 80-100.
- MAYET, F. (1984) – *Les céramiques sigillées Hispaniques: contribution à l’histoire économique de la Péninsule Iberique sous l’Empire Romain*. (Coll. de la Maison des Pays Ibériques; 21). Bordeaux.
- MAYET, F. (1990) – Mérida: capital économique?. In GORGES, J.-G., ed. – *Les Villes de La Lusitanie Romaine, Hiérarchies et territoires*. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique. (Talence 1988), Paris, p. 207-212.
- MAYET, F. (2006) – Postface. In *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 13, p. 337-341. (Simpósio Internacional Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal, Maio 2004).
- MAYET, F.; PICON, M. (1986) – Une sigillée phocéenne tardive (“Late Roman C ware”) et sa diffusion en Occident. In *Figlina*, Lyon. 7, p. 129-142.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. da (1998) – *L’Atelier d’amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diff. E. de Boccard.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. da (2002) – *L’Atelier d’amphores d’Abul (Portugal)*. Paris: Diff. E. de Boccard.
- MAYET, F.; SCHMITT, A.; SILVA, C. T. (1996) – Les amphores du Sado. Paris: Diff. E. de Boccard.
- MAYET, F.; SCHMITT, A. (1997) – Les amphores de São Cucufate (Beja). In ÉTIENNE, R. e MAYET, F., eds. – *Itinéraires lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française*. Paris: Diff. E. de Boccard., p. 71-109.
- MEES, A. (1995) – *Modellsignierte Dekorationen auf sudgallischer terra sigillata*, Stuttgart: Theiss.
- MEES, A. (2007) – Diffusion et datation des sigillées signées et décorées de La Graufesenque en Europe. L’influence de l’armée sur l’évolution du pouvoir d’achat et du commerce dans les provinces romaines. In *SFECAG, Actes du Congrès de Langres*. Marseille: SFECAG, p. 145-208.
- MEZQUÍRIZ DE CATALAN, M. A. (1961) – *Terra sigillata hispanica*. Tomo I Texto; Tomo II Indices y Laminas. Valencia.



- MEZQUÍRIZ DE CATALAN, M. A. (1985) – Terra sigillata Ispanica. In *Atlante delle forme ceramiche (Ceramia fine Romana nel Bacino Mediterraneo, 2. Enciclopedia Dell'arte Antica Clássica e Orientale*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, p. 97-174.
- MIRÓ, J. (1988) – *La Producción de Ánforas Romanas en Catalunya. Un Estudio Sobre el Comercio del Vino en la Tarraconense (siglos I a.C.- I d.C.)*. Oxford: Archaeopress. (BAR Int. Series. 437).
- MOLINA VIDAL, J. (1995) – Las ánforas “Lomba do Canho 67”. Aportaciones al Estudio de un Nuevo tipo: difusión y Valoración económica. In *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología* (Vigo, 1993), 2. Vigo: Xunta de Galicia, Consellería de Cultura, Comunicación Social e Turismo, p. 419-424.
- MOLINA VIDAL, J. (1997) – *La dinámica comercial romana entre Italia e Hispania Citerior*. Alicante: Universidad de Alicante. Instituto de Cultura Juan Gil-Albert.
- MOLINA VIDAL, J. (1999) – Vinculaciones entre Apulia y el área de influencia de Carthago Nova en época tardorrepública. *Latomus*, 58, 3. Bruxelles, p. 509-524.
- MOLINA VIDAL, J. (2000) – Las primeras exportaciones béticas en el Mediterráneo Occidental. In *Congreso Internacional Ex Baetica amphorae, Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*, Actas II (Sevilla-Écija Dezembro 1998). Ecija: Editorial Gráficas Sol, p. 665-682.
- MORAIS, R. (1997/98) – Importações de cerâmicas finas de Bracara Augusta: da fundação à época Flávia. *Cadernos de Arqueologia*. Braga, 14/ 15, p. 47-135.
- MORAIS, R. (2004a) – Bracara Augusta: um pequeno “testaccio” de ânforas Haltern 70. Considerações e problemáticas de estudo. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L., eds. – *Actas del Congreso Internacional Figlinae Beticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C – VII d.C.)* (Cádiz, Noviembre 2003). Oxford: Archaeopress. (BAR, Inter. series 1266) p. 545-566.
- MORAIS, R. (2004b) – Problemàtiques i noves perspectives sobre les àmfores ovoides tardo-republicanes. Les àmfores ovoides de producció lusitana. In CARRERAS MONFORT, C. et al. – *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya – Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, p. 36-40.
- MORAIS, R. (2005) – *Autarcia e comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Bracara Augusta. Escavações arqueológicas, 2. Braga.
- MORAIS, R. (2006) – Consumo de preparados piscícolas em Bracara Augusta durante a Época Romana. *Setúbal Arqueológica*. 13. Setúbal, p. 295-312. (Simpósio Internacional Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal, Maio 2004).
- MORAIS, R. (2007) – Ânforas do tipo urceus de produção bética e produções regionais e locais do NW peninsular. In LAGÓSTENA BARRIOS, L.; BERNAL CASASOLA, D.; ARÉVALO, A., eds. – *Cetariae 2005, salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. (Cadiz, 2006). Oxford: Archaeopress (BAR Int. series, 1686), p. 401-415.
- MORAIS, R.; CARRERAS MONFORT, C. (2004) – Geografia del consum de les Haltern 70. In CARRERAS MONFORT, C. et al. – *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya – Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, p. 93-112.
- MORAIS, R.; FABIÃO, C. (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In LAGÓSTENA BARRIOS, L.; BERNAL CASASOLA, D.; ARÉVALO, A., eds. – *Cetariae 2005, salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. (Cadiz, 2006), Oxford: Archaeopress (BAR Int. series, 1686), p. 127-133.
- MOREIRA, I. M. M. (1989) – *Museus e monumentos em Portugal 1772-1974*. Lisboa: Universidade Aberta.
- MOREL, J.-P. (1978) – A propos des céramiques campaniennes de France et d'Espagne. In *Journées d'étude de Montpellier sur la céramique campanienne, Archéologie en Languedoc*, 1. Montpellier, p. 149-168.
- MOREL, J.-P. (1980) – La céramique campanienne: acquis et problèmes. In *Céramiques hellénistiques et romaines*, I. Paris: les Belles Lettres, (coll. des Annales Littéraires de l'Université de Besançon, 242), p. 85-122.
- MOREL, J.-P. (1981) – *Céramique campanienne: Les formes*. Paris: École Française à Rome.

- MOREL, J.-P.; PICON, M. (1994) – Les céramiques étrusco-campaniennes: recherches de laboratoire. In OLCESE, G. (dir.) – *Ceramica romana e archeometria: lo stato degli studi*. Atti delle Giornate Internazionali di Studio, (Castello di Montegufoni, Firenze, 1993), Firenze: ed. All'Insegna del Giglio, p. 23-46.
- MOROS, J.; BERNI, P. (2004) – Catálogo de sellos. In CARRERAS MONFORT, C. et al. (2004) – *Culip VIII I les ànfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya – Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, p. 51-57.
- MOWAT, R. (1900) – Monnaie de Baesuris, ville de Lusitanie. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 5, p. 17-24.
- NIETO, X. e PUIG, A. M. (2001) – *Excavacions arqueològiques subaquàtiques a la Cala Culip. 3. Culip IV: la Terra sigillata decorada de La Graufesenque*. Monografies del Casc 3. Girona, Museu de Arqueologia de Catalunya.
- NOGALES BASSARATE, T. (2003) – fichas nº 87-88. In MAIA, M. et al. coords., – *Tavira. Território e poder*, (Catálogo da Exposição). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, p. 265.
- NOLEN, J. U. S. (1988) – A villa romana do Alto da Cidreira (Cascais). Os materiais. *Conimbriga*. Coimbra, 27, p. 61-140.
- NOLEN, J. U. S. (1994) – *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus.
- NOLEN, J. U. S.; CATARINO, H. (1994) – A cerâmica medieval. In NOLEN, J. U. S. – *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus, p. 161-167.
- NOLEN, J. U. S. (1997) – Balsa, uma cidade romana no litoral algarvio. In BARATA, F.; PARREIRA, R., coord. – *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 327-341.
- NORTON, J.; CARDOSO, J. L.; CARVALHOSA, A. B. (2006) – Ânforas do vale do Guadiana: o material da “Cidade das Rosas” no Museu de Serpa. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 13, p. 225-232. (Simpósio Internacional Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal, Maio 2004).
- NORTON, J.; CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T.; CANILHO, M. H. (1993-1994) – As ânforas da villa romana de Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo). *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 181-190.
- OCK – OXÉ, A., COMFORT, H. e KENRICK, P. (2000) – *Corpus Vasorum Arretinorum. A Catalogue of the signatures, shapes and chronology of italian sigillata*. Second edition completely revised and enlarged. Bonn: Rudolf Habelt GmbH. (Antiquitas. 3, 41). (CD-Rom).
- OLEIRO, J. M. B. (1951) – A terra sigillata. A propósito de algumas marcas de oficinas sud-gálicas encontradas em Portugal. In *Actas del IV Congreso Arqueológico del Sudeste*. Cartagena: Institución Fernando El Católico, p. 225-229.
- OLIVEIRA, J. T., coord. (1992) – Carta Geológica de Portugal na escala 1:200 000. Notícia Explicativa da Folha 8. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- OLIVEIRA, J. T.; PEREIRA, E.; RAMALHO, M. M.; ANTUNES, M. T.; MONTEIRO, J. H., coord. (1992). – Carta Geológica de Portugal, escala de 1:500 000. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- OLIVEIRA, Carlos (2006) – *A cerâmica manual do Castelo de Castro Marim (séculos IX a III a.n.e.)*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiada.
- OLIVEIRA, Cristina e VIEGAS, C. (2005) – Mosaicos romanos do Algarve: perspectivas de investigação. *Xelb. Silves*. 5, p. 53-72. (Actas do 2º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- OLIVEIRA, Cristina e VIEGAS, C. (no prelo) – Corpus des Mosaïques Romaines du Portugal: discussion des questions stylistiques et chronologiques des mosaïques de l'Algarve Oriental. In *X Coloquio Internacional da AIEMA* (Conimbriga, Outubro de 2005).
- OSWALD, F. (1931) – Index of potter “Samian ware” stamps on Terra Sigillata.



- OSWALD, F. (1964a) – *Index of figure types on Terra Sigillata “Samian Ware”*. Londres.
- OSWALD, F. (1964b) – *Index of potter stamps on Terra Sigillata*.
- PAÇO, A. do; FARRAJOTA, J. (1966) – Subsídios para uma Carta Arqueológica do concelho de Loulé. *Arqueologia e História*. S. 8. 12, Lisboa. p. 65-91.
- PANELLA, C. (1973) – Appunti su un gruppo di anfore della prima, media e tarda età Imperiale. In *Ostia III: Le terme del Nuotatore: scavo dell’ambiente V et di un saggio dell’area*. *Studi miscellanei*. 21. Roma, p. 460-633.
- PANELLA, C. (1982) – Le anfore africane della prima, media e tarda età imperiale, tipologia e problemi. In *Actes du Colloque sur la céramique antique (Carthage, Juin 1980)*. CEDAC. Dossier. 1. Carthage, p. 171-186.
- PARKER, A. J. (1977) – Lusitanian Amphoras. In *Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l’Étude des Amphores (Actes du Colloque de Rome, Mai 1974)*. Roma, p. 35-46.
- PASCUAL BERLANGA, G.; RIBERA i LACOMBA, A. (2000) – El consumo de produtos béticos en Valentia y su entorno: la continuidad de una larga tradición. In *Congreso Internacional Ex Baetica amphorae. Conservas, aceite y vino de la Betica en el Imperio Romano*. Actas (Sevilla-Écija Dezembro 1998). Ecija: Editorial Gráficas Sol, p. 565-576.
- PASCUAL BERLANGA, G.; RIBERA i LACOMBA, A. (2002) – Las ánforas tripolitanas antiguas en el contexto del occidente Mediterraneo - un contenedor poco conocido de la época republicana. In *Vivre, produire, échanger: reflets méditerranéens, Mélanges offerts à Bernard Liou*. (Archéologie et histoire romaine, 8). Montagnac, Edition Monique Mergoïl, p. 303-315.
- PASCUAL BERLANGA, P.; RIBERA i LACOMBA, A.; ROSSELLÓ MESQUIDA, M.; MAROT i LLORENS, T. (1997) – València i el seu territori: contextos ceràmics de la fi de la romanitat a la fi del califat (270-1031). “Contextos ceràmics d’època romana tardana I de l’alta edat mitjana (segles IV-X)”. *Arqueo Mediterrània* 2. Barcelona, p. 179-202.
- PAULA, R. M.; PAULA, F. (1993) – *Faro, Evolução urbana e património*. Faro: Câmara Municipal de Faro.
- PAULO, D. (1999/2000) – As sondagens arqueológicas realizadas na Antiga Fábrica da Cerveja – Faro. *Anais do Município de Faro*, Faro. 29-30, p. 17-87.
- PAULO, D.; BEJA, N. (2007) – Gestão Arqueológica em Faro. Que futuro? *Praxis archeologica* Lisboa. 2, p. 31-38.
- PAULO, D.; BEJA, N.; TEIXEIRA, N. (2006) – Arqueologia urbana em Faro: Instrumentos de gestão e planeamento da Arqueologia. *Xelb. Silves*. 6, 2, p. 187-192 (Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- PAZ PERALDA, J. A. (1991) – *Cerámica de mesa romana de los siglos III al VI d. C en la Provincia de Zaragoza*. Zaragoza.
- PEACOCK, D. P. S.; WILLIAMS, D. F. (1986) – *Amphorae and the Roman Economy: An Introductory Guide*. Londres: Longman.
- PEDRONI, L. (1986) – *Ceramica a vernice nera da Cales*, Nápoles.
- PEDRONI, L. (1990) – *Ceramica a vernice nera da Cales* 2, Nápoles.
- PEDRONI, L. (2000) – Produzione e diffusione della ceramica calena “media”: Problemi e ipotesi di lavoro. In AQUILUÉ ABADÍAS, X.; GARCÍA ROSELLÓ, J.; GUITART DURAN, J. (coords.) – *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I aC: Centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica*. Taula rodona. (Empúries 1998). Mataró: Museu de Mataró/ Museu de Catalunya (Empúries)/ Universitat Autònoma de Barcelona, p. 345-361.
- PEDRONI, L. (2001) – *Ceramica calena a vernice nera. Produzione e diffusione*, Nápoles.
- PEREA YÉBENES, S. (1995) – Epígrafe griego de Tavira (CIL II 5171; IG XIV 2542)? Una família paleocristiana? *Conimbriga*. Coimbra. 34, p. 169-183.
- PEREDA, F. ; MARÍAS, F., eds. (2009) – *Atlas del Rey Planeta – La «Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos» de Pedro Texeira (1634)*.
- PEREIRA, A. (2003-2004) – Terra sigillata do Largo da Sé – Faro. *Anais do Município de Faro*. Faro. 31-32, p. 61-76.

- PEREIRA, M. A. de F. G. (1971) – *Contribuição para o estudo da “terra sigillata” de Tróia de Setúbal*. vol I e II. Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- PEREIRA, M. L. E. da V. S. P. (1976) – Alguns aspectos da arqueologia romana do Algarve. *Anais do Município de Faro*. Faro, 4. p. 163-203.
- PEREIRA, M. L. V. S. (1974-1977) – Marcas de oleiros algarvios do período romano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 7/9, p. 243-268.
- PEREIRA, M. L. V. S. (1978) – Exposição Temporária. *O Centenário da Carta Arqueológica do Algarve – 1878-1978. O Homem e a obra*. Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos). Guião da exposição (com a colaboração técnica das conservadoras Maia, M. G. P. e Bubner, M. A. H. P.). Policopiado. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.
- PEREIRA, T. R. V. M. (2008) – *Os artefactos metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do Ferro e em época romana. Metalurgia em transição: a amostra numa análise de conjunto*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia. Policopiada.
- PÉREZ BALLESTER, J.; PASCUAL BERLANGA, G. (2004) – The Adriatic Amphora Type I.2 recovered from the environment of Cartagena (Murcia, Spain). In PASQUINUCCI, M.; WESKI, T., eds. – *Close Encounters: Sea-and Riverborne Trade, Ports and Hinterlands, Ship Construction and Navigation in Antiquity, the Middle Ages and in Modern Time*. Oxford: Archaeopress. (BAR Int. Series. 1283), p. 27-37.
- PÉREZ-MAESTRO, C. (2004) – Analisis de la terra sigillata marmorata documentada en un vertedero de época Altoimperial en Augusta Emerita. In *Merida – memoria 7*, Mérida. p. 361-367.
- PERNON, J. e PERNON, C. (1990) – Les potiers de Portout. In *Revue Archéologique de Narbonnaise*, Supplément au numéro 20.
- PICON M. (1973) – *Introduction à l'étude technique des céramiques sigillées de Lezoux*. Centre de recherches sur les techniques greco-romaines. Dijon.
- PICON, M. (2002) – Les modes de cuisson, les pâtes et les vernis de la Graufesenque: une mise au point. In GENIN, M. ; VERNHET, A. – *Céramiques de la Graufesenque et autres productions d'époque romaine. Nouvelles recherches. Hommage à Bettina Hoffmann* (Archéologie et Histoire romaine: 7) Montagnac: Ed. Monique Mergoil, p. 139-163.
- PICON, M.; VICHY, M.; CHAPOTAT, G. (1971) – Note sur la composition des céramiques campaniennes de Type A et B. In *Rei Cretariae Romanae Fautorum, Acta XIII, Atuatucae Tungrorum Belgicae* (Tongres). Monaci Baivarum, p. 82-88.
- PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Trabalhos de Arqueologia, 41. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- PIMENTA, J.; SEPÚLVEDA, E. de; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2006) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 4: ânforas de importação e de produção lusitana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 299-316.
- PINTO, I. V. (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*, (Col. Teses: Lisboa: Universidade Lusíada.
- PINTO, I. V.; LOPES, C. (2006) – Ânforas das villae romanas alentejanas de São Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira), Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira) e Tourega (Nossa Senhora da Tourega, Évora). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 13, p. 197-224. (Simpósio Internacional Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal, Maio 2004).
- PINTO, I. V.; MORAIS, R. (2007) – Complemento de comércio das ânforas: cerâmica comum bética no território português. In LAGÓSTENA BARRIOS, L.; BERNAL CASASOLA, D.; ARÉVOLO, A., eds. – *Cetariae 2005, salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. (Cadiz, 2005), Oxford: Archaeopress (BAR Int. series 1686), p. 235-254.
- PINTO, I. V.; VIEGAS, C.; DIAS, L. F., (2004) – Terra sigillata and amphoras from the villa at Tourega (Évora-Portugal). In PASQUINUCCI, M.; WESKI, T., eds. – *Close Encounters: Sea-and Riverborne Trade, Ports and Hinterlands, Ship Construction and Navigation in Antiquity, the Middle Ages and in Modern Time*. Oxford: Archaeopress (BAR Int. Series 1283), p. 117-127.

- POLAK, M. (1998) – Old wine in new bottles. Reflections on the organization of the production of terra sigillata at La Graufesenque. In BIRD, J., ed. – *Form and Fabric. Studies in Rome's material past in Honour of B. R. Hartley*. Oxford: Oxbow Monograph 80, p. 115-121.
- POLAK, M. (2000) – South Gaulish Terra sigillata with potter's stamps from Vechten. *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta – Supplementum* 9. Nijmegen.
- PONSICH, M. (1974) – *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir*. Madrid: Laboratoire d'archéologie de la Casa de Velázquez.
- PONSICH, M. (1979) – *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir*. Paris: Diff. E. de Boccard.
- PONSICH, M. (1988) – *Aceite de oliva y salazones de pescado. Factores geo-económicos de Bética y Tingitana*. Madrid: Universidad Complutense.
- PONSICH, M.; TARRADEL, M. (1965) – Garum et industries antiques de salaison dans la Méditerranée Occidentale. Paris.
- PONTACOLONE, L.; INCITTI, M. (1991) – Un rellito con carico di merce africane di età imperiale alle Trincere (Tarquinia). In *L'Africa Romana*, 8, p. 543-570.
- PRINCIPAL PONCE, J. (2006) – Late Hellenistic black-gloss wares in the north-eastern Iberian Peninsula: production traditions and social practices. In MALFITANA, D.; POBLOME, J.; LUND, J. – *Old pottery in a new century. Innovating perspectives on Roman pottery studies. Atti del Convegno Internazionale di Studi (Catania Abril 2004)*. Catania, p. 41- 55.
- PRINCIPAL PONCE, J.; SANMARTÍ GRECO, J. (2007) – Les imitacions en pasta grisa de vaixel·la fina de vernís negre a Pollentia en Època tardorepublicana. In ROCA ROUMENS, M.; PRINCIPAL PONCE, J., eds. – *Les imitacions de vaixel·la fina importada a la Hispania Citerior (segles I aC – IdC)*. Serie Documenta 6. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, p. 259-271.
- Protocole Beuvray, 1998: Protocole de quantification des céramiques. In ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M. (dir.) – *La quantification des céramiques. Conditions et protocole*. Glux-en-Glenne: Centre archéologique européen du Mont Beuvray, (Bibactre; 2), p. 141-157.
- PUCCI, G. (1980) – Le officine ceramiche tardo-italiche. In *Céramiques Hellénistiques et romaines. Annales Littéraires de l'Université de Besançon*. Paris. p. 135-157.
- PUCCI, G. (1985) – Terra sigillata italica. *Atlante delle forme ceramiche II, ceramica fina romana nel Bacino del Mediterraneo. (Tardo elenismo e Primo Impero)*. Enciclopedia dell'Arte Antica. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, p. 361-404.
- PUIG, A. (2004) – Evolució de les Haltern 70. In CARRERAS MONFORT, C. et. al. – *Culip VIII I les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya – Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, p. 23-32.
- PY, M., (1993a) – Lattara 6. Dicocer – Dictionnaire des Céramiques Antiques (Vils av.n. e – Vils de n.e.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan). Lattes.
- PY, M. (1993b) – Campanienne A. In PY, M., dir. – *Lattara 6. Dicocer – Dictionnaire des Céramiques Antiques (Vils av.n. e – Vils de n.e.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*. Lattes, p. 146-150.
- PY, M. (1993c) – Campanienne B. In PY, M., dir. – *Lattara 6. Dicocer – Dictionnaire des Céramiques Antiques (Vils av.n. e – Vils de n.e.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*. Lattes, p. 151-152.
- PY, M. (1993d) – Campanienne C. In PY, M., dir. – *Lattara 6. Dicocer – Dictionnaire des Céramiques Antiques (Vils av.n. e – Vils de n.e.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*. Lattes, p. 155.
- PY, M. (1993e) – Céramique Campanienne à pâte grise du type de l'épave de Giens. In PY, M., dir. – *Lattara 6. Dicocer – Dictionnaire des Céramiques Antiques (Vils av.n. e – Vils de n.e.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*. Lattes, p. 153-154.
- PY, M.; ADROHER AUROUX, A. M.; SANCHEZ, C. (2001) – *Lattara 14, Dicocer – Corpus des céramiques de l'Âge du Fer de Lattes (fouilles 1963-1999)*. Lattes.
- QUARESMA, J. C. (1999a) – Terra sigillata africana D e fcoense tardia das escavações recentes de Mirobriga (Chãos Salgados, Santiago do Cacém). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2: 2, p. 69-82.

- QUARESMA, J. C. (1999b) – *Terra sigillata* africana, hispânica, foceense tardia e cerâmica africana de cozinha de Mirobriga (Santiago do Cacém). *Conimbriga*. Coimbra, 38, p. 137-200.
- QUARESMA, J. C. (2003) – *Terra sigillata* sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém. *Trabalhos de Arqueologia*, 30. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- QUARESMA, J. C. (2005) – Ânforas romanas provenientes da pesca de arrasto no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, p. 403-428.
- QUARESMA, J. C. (2008) – Les groupes de pâtes/vernis des sigillées hispaniques provenant de La Rioja et d'Andujar trouvés à Chãos Salgados, Santiago do Cacém / Mirobriga (Portugal). In *Rei Cretariae Romanae Fautorum*. Acta 40, p. 483-491.
- QUEIROZ, P. F.; MATEUS, J. E.; LEEWAARDEN, W. V.; PEREIRA, T.; DISE, D. P. (2006) – Castro Marim e o seu território imediato durante a antiguidade. *Paleo-Etno-Botânica*. Relatório Final. Projecto Marcas POCTI/38334/HAR/2001, Trabalhos do CIPA, nº 95, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia
- RAMALLO ASECIO, S. F.; RUIZ VALDERAS, E., (2000) – Cartagena en la Arqueología Bizantina en Hispania: estado de la cuestión. In *V Reunión d'Arqueologia Cristiana Hispànica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans. Universidad de Murcia. Universitat de Barcelona. Universitat Autònoma de Barcelona. Museo Arqueológico de Cartagena, p. 305-322.
- RAMON TORRES, J. (1995) – *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central y occidental*. Barcelona: Universidade de Barcelona. (Coll. Instrumenta 2).
- RAMOS, A. C. (2008) – Novos dados sobre a ocupação antiga do Centro Histórico de Lagos. A intervenção na Rua 25 de Abril, nº 53-55. *Xelb. Silves*. 8, 2, p. 87-98. (Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- RAMOS, A. C.; ALMEIDA, R. (2005) – O Complexo industrial conserveiro de época romana na Rua Silva Lopes, Principais resultados de uma intervenção de emergência no Centro Histórico de Lagos. *Xelb. Silves*. 5, p. 101-118. (Actas do 2º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- RAMOS, A. C.; ALMEIDA, R.; LAÇO, T. (2006) – O complexo Industrial da Rua Silva Lopes (Lagos), Uma primeira leitura do sítio e análise das suas problemáticas no quadro da indústria conserveira da Lusitânia meridional. *Setúbal Arqueológica*. 13, Setúbal, p. 83-100. (Simpósio Internacional *Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica* – Homenagem a Françoise Mayet, Simpósio Internacional, Setúbal, Maio, 2004).
- RAPOSO, J. A. C.; DUARTE, A. L. C. (1996) – O forno 2 do Porto dos Cacos. In FILIPE, G.; RAPOSO, J. M. C., coord. – *Actas das primeiras jornadas sobre a romanização dos estuários do Tejo e do Sado*. *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações D. Quixote/Câmara Municipal do Seixal, p. 249-265.
- RAPOSO, J. M. C. (1990) – Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no vale do Tejo. In ALARCÃO, A.; MAYET, F., eds. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Actas das Jornadas de estudo. (Conimbriga 1988). Coimbra/Paris: Museu Monográfico de Conimbriga/Paris, p. 117-151.
- RAPOSO, J.; FABIÃO, C.; BUGALHÃO, J.; DUARTE, A. L.; SABROSA, A.; PRUDÊNCIO, M. I. (2005) – OREsT Project: late Roman pottery productions from the lower Tejo. In GURT I ESPARRAGUERA, J. M.; BUXEDA I GARRIGÓS, J.; CAU ONTIVEROS, M. A., eds. – *LRCW I. Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry*. Oxford: Archaeopress (BAR Int. Series 1340), p. 37-54.
- RAYNAUD, C. (1993a) – Céramique luisante. In PY, M., ed. – *Lattara 6. Dicocer – Dictionnaire des Céramiques Antiques (Vils av.n. e – Vils de n.e.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*. Lattes, p. 504-510.
- RAYNAUD, C. (1993b) – Céramique estampée grise et orangée dite “derivée de sigillée paléochrétienne”. In PY, M., ed. – *Lattara 6. Dicocer – Dictionnaire des Céramiques Antiques (Vils av.n.e. – Vils de n.e.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*. Lattes, p. 504-510.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J. (1983) – Transformaciones en la exportación del aceite bético a mediados del siglo III d. C. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; REMESAL RODRÍGUEZ, J. (Eds.) – *Producción y Comercio del aceite en la Antigüedad. Segundo Congreso Internacional*. Madrid, p. 115-131.



- REMESAL RODRÍGUEZ, J. (1986) – *La annona militaris y la exportación del aceite bético a Germania*. Madrid: Universidade Complutense.
- REMESAL RODRIGUEZ, J.; CARRERAS MONFORT, C. (2004) – Historia de la Recerca. In CARRERAS MONFORT, C. et al. – *Culip VIII I les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya – Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, p. 19-22.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J.; REVILLA CALVO, V.; CARRERAS MONFORT, C.; BERNI MILLET, P. (1997) – Arva: prospecciones en un centro productor de ánforas dressel 20. *Pyrenae*. Barcelona, 28, p. 151-178.
- REMESAL RODRIGUEZ, J.; ROUILLARD, P.; SILLIÈRES, P. (1977) – Algunos datos sobre las últimas campañas de excavaciones de Belo (Bolonía, Cadiz). In XIV Congreso Nacional de Arqueología (Vitoria 1975). Saragoça: Congresos Arqueológicos Nacionales, Secretaría, p. 1161-1186.
- RESENDE, A. de (1593) – *De Anquitatibus Lusitaniae*, (1996) – Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- REYNOLDS, P. (2005) – Levantine amphora from Cilicia to Gaza: a typology and analysis of regional production trends from the 1st to 6th centuries. In GURT i ESPARRAGUERA, J. M.; BUXEDA i GARRIGÓS, J.; CAU ONTIVEROS, M. A., eds. – *LRCW 1, Late Roman Coarse wares, cooking wares and amphorae in the Mediterranean*. Archaeology and Archaeometry, Oxford: Archaeopress (BAR Int. series 1340), p. 563-611.
- REYNAUD, P.; BONIFAY, M.; FOY, D.; LIOU, B.; PELLETIER, J.-P.; PIERI, D.; POURNOT, J.; RIGOIR, Y. (1998) – Le puits de la Rue du Bon-Jésus (îlot 38N). In BONIFAY, M., CARRE, M.-B. e RIGOIR, Y. dir. – *Fouilles à Marseille. Les mobiliers (Ier-VIIe siècles ap. J.-C.)*. Coll. études massaliètes. Paris/Lattes: Errance/A.D.A.M., p. 197-251.
- RIBERA i LACOMBA, A. (1998) – *La fundació de València. La ciutat a l'època romanorepublicana (segles II-I a. de C.)*. Estudios Universitarios 71 (Valencia).
- RIBERA i LACOMBA, A.; POVEDA NAVARRO, A. (1994) – La comercialización de la terra sigillata sudgálica en el país valenciano. In S.F.E.C.A.G., *Actes du Congrès de Millau*. Marselha, p. 95-102.
- RIBEIRO, F. N. (1958a) – Terra sigillata encontrada nas Represas (Beja), I. Marcas de oleiro. *Arquivo de Beja*. Beja, 15, p. 71-87.
- RIBEIRO, F. N. (1958b) – Terra sigillata encontrada nas Represas (Beja), II. Marcas de oleiro. *Arquivo de Beja*. Beja, 15, p. 89-121.
- RIBEIRO, O. (1986) – *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*. 4ª ed. revista e ampliada (Col. “Nova Universidade”). Lisboa: Sá da Costa.
- RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H. e DAVEAU, S. (1987) – *Geografia de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa.
- RIGOIR, J. (1960) – La céramique paléochrétienne sigillée grise. *Provence Historique*, 10, 42. Montpellier, p. 1-93.
- RIGOIR, J. (1968) – Les sigillées Paléochrétiennes grises et orangées. *Gallia*. Paris, 26, 1, p. 177-244.
- RIGOIR, Y.; RIGOIR, J. (1987) – Des dérivées-des-sigillées paléochrétiennes. In LÉVÊQUE, P.; MOREL, J.-P., eds. – *Céramiques hellénistiques et romaines*, II. Annales Lit. de l'Univ. de Besançon, 331. Paris, p. 329-338.
- RIGOIR, Y.; RIVET, L. (1994) – *De la représentation graphique des sigillées*. Marseille: SFECAG, suppl. 1.
- ROCA ROUMENS, M. (1976) – *Sigillata hispanica producida en Andújar (Jaen)*. Jaen. Instituto de Estudios Giennenses.
- ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., eds. (1999) – *Terra sigillata Hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales*. Homenaje a Mª Ángeles Mezquíriz, Universidad de Jaén/Universidad de Málaga.
- ROCA ROUMENS, M.; PRINCIPAL PONCE, J. (Eds.) – *Les imitacions de vaixel·la fina importada a la Hispania Citerior (segles I aC – IdC)*. Serie Documenta 6. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica.
- ROCHA A. dos S. (1895) – Notícia de algumas estações romanas e arabes do Algarve. Memórias e explorações arqueológicas III. Memórias sobre a Antiguidade. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 1, p. 193-212.

- ROCHA, A. dos S. (1896) – Notícia de algumas estações romanas e árabes do Algarve. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 2, p. 65-79.
- RODRIGUES, S. (2004) – *As Vias Romanas do Algarve*. Faro: Centro de Estudos do Património da Universidade do Algarve/Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.
- RODRIGUES, T. (2006) – A evolução urbana da cidade. *Monumentos*. (Dossiê: Faro, de vila a cidade.). Lisboa, 24, p. 24-31.
- Roman Amphorae: a digital resource (2005). Southampton: University of Southampton [Em linha] <[www.http://ads.ahds.ac.uk/catalogue/terms.cfm](http://ads.ahds.ac.uk/catalogue/terms.cfm)> (Consult. 20 Jan. 2007).
- ROSA, J. A. P. (1976) – Novas achegas para a localização de Ossónoba (últimos achados em Faro). Comunicação ao III Congresso Nacional de Arqueologia, Porto. Sep. Anais do Município de Faro.
- ROSA, J. A. P. e (1984) – Estamos em Ossónoba? (comunicação ao IV Congresso Nacional de Arqueologia). *Anais do Município de Faro*. Faro, 14, p. 149-156.
- ROSA, J. (2005) – *Castro Marim: a arqueofauna enquanto expressão da 2ª Idade do Ferro (séculos V a IV a.C.)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Pré-História e Arqueologia. Policopiada.
- SABROSA, A.; BUGALHÃO, J. (2004) – As ânforas béticas do núcleo arqueológico da Rua dos Correiros, Lisboa. In *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d. C.)*. (Cádiz, 2003), Oxford: Archaeopress. (BAR Int. Series 1266), p. 571-586.
- SALGADO, Frei Vicente (1786) – *Memorias Ecclesiasticas do reino do Algarve*. Lisboa: Regia Officina Typográfica.
- Samian Research: Base de dados de sigillata sudgálica decorada com marca de oleiro [Em linha]. Mainz <<http://rgzm.de/samian/home/frames.htm>> (Consult. Janeiro 2008).
- SÁENZ, M. P.; SÁENZ, C. (1999) – Estado de la Cuestión de los Alfares Riojanos: La terra sigillata Hispánica Altoimperial. In ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M.I., coords. – *Terra sigillata Hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales, Homenaje a M. Ángeles Mezquíriz*. Jaén e Málaga: Universidad de Jaén/ Universidad de Málaga. p. 61-136.
- SÁNCHEZ, M. A. (1995) – Producciones importadas en la vajilla culinaria romana del Bajo Guadalquivir. In *Cerámica comuna romana d'època Alto-imperial a la Península Ibérica. Estat de la questió*. Empuries, p. 251-279.
- SANMARTÍ GRECO, E. (1978) – *La cerámica Campaniense de Emporion e Rhode*. 2 vol<sup>s</sup>. Barcelona.
- SANMARTÍ GREGO, E. (1985a) – Las ánforas romanas del campamento numantino de Pena Redonda (Garray Soria). *Empúries*. Barcelona, 47, p. 130-161.
- SANMARTÍ GREGO, E. (1985b) – Sobre um nuevo tipo de ánfora de época Republicano de origem presumivelmente hispánico. In *Cerâmiques greques i helenístiques a la Península Ibérica*. (Empuries, 18- 20 març 1983), p. 133-142.
- SANTAMARIA, C. (1995) – *L'èpave Dramont E à Saint-Raphaël (Ve s. ap. J.-C.)*. *Archaeonautica*, 13. Paris, CNRS.
- SANTOS, M. L. E. da V. A. dos (1971) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1. Lisboa.
- SANTOS, M. L. E. da V. A. dos (1972) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2. Lisboa.
- SANTOS, D. A. da S. (2009) – *As ânforas pré-romanas do tipo Mañá Pascual A4 do Castelo de Castro Marim*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Lisboa. Policopiado.
- SEALEY, P. R. (2003) – Ver 1908 amphoras introduced. In PLOUVIEZ, J., ed. – *Amphorae in Britain and the western Empire, Journal of Roman pottery studies*, 10. Oxford: Oxbow books/The Study group for Roman pottery, p. 92-95.
- SEPÚLVEDA, E. (1996) – Terra sigillata tardo-italica (padana) proveniente de Tróia de Setúbal. *Al-Madam*, IIª série, nº 5. Almada, p. 13-17.
- SEPÚLVEDA, E.; SOUSA, É.; FARIA, J.; FERREIRA, M. (2001) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 2: 'cerâmicas de verniz negro' e cinzentas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 19, p. 199-234.



- SERRA, M.; PORFÍRIO, E.; BARBOSA, R.; VALINHO, A.; MARQUES, J. N. (2006) – Balanço das Intervenções da Palimpsesto no Algarve: 2002 – 2005. *Xelb. Silves*. 6, 2, p. 207-212. (Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- SERRANO RAMOS, E. (1999) – Producciones Hispánicas Precoces. In ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., eds. – *Terra sigillata Hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales. Homenaje a Mª Ángeles Mezquíriz*. Universidad de Jaén/Universidad de Málaga, p. 231-233.
- SILLIÉRES, P. (1995) – *Baelo Claudia. Une cité romaine de Bétique*. Madrid: Casa de Velázquez (Coll. C.V. 51).
- SILVA, C. T. (1996) – Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia, Setúbal. In FILIPE, G.; RAPOSO, J. M. C., coord. – *Actas das primeiras jornadas sobre a romanização dos estuários do Tejo e do Sado. Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. Câmara Municipal do Seixal, p. 43-54.
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A.; SOARES, J. (1987) – Nota sobre o material anfórico da foz do Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 8, p. 203-220.
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A. (2006) – Produção de preparados piscícolas na Sines romana. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 13, p. 101-122. (Simpósio Internacional “Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal, Maio 2004).
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1993) – *Ilha do Pessegueiro. Porto Romano da Costa Alentejana*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; CORREIA, V. (1990) – Produção de Ânforas romanas no Martinhal (Sagres). In ALARCÃO, A. e MAYET, F., eds. – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Actas das Jornadas de estudo. (Conimbriga 1988). Coimbra/Paris: Museu Monográfico de Conimbriga/Paris, p. 225-246.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A. (1992) – Estabelecimento de produção de salga da época romana na Quinta do Marim (Olhão). Resultados preliminares das escavações de 1988-89. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 335-374.
- SILVA, L. F. (2006) – *A evolução da cidade de Balsa*, disponível em [www.balsa-romana.com](http://www.balsa-romana.com) (Consult. Jul. 2006).
- SILVA, L. F. (2007) – *Balsa, cidade perdida*, Tavira: Campo arqueológico de Tavira/Câmara Municipal de Tavira.
- SILVA, R. de A. M. B. da, (2005) – *As “marcas de oleiro” em terra sigillata da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. – séc. II d.C.)*. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho para obtenção do Grau de Mestre em Arqueologia (Especialização em Arqueologia Urbana). Braga. Policopiado.
- SILVINO, T.; POUX, M. (2005) – Où est passé le vin de Bétique? Nouvelles données sur le contenu des amphores dites “à sauces de poisson et à saumures” de types Dressel 7/11, Pompéi VII, Beltrán II (Ier s. av. J.-C.-IIe s. apr. J.-C.) (avec la collaboration de N. GARNIER). In SFEACG, *Actes du Congrès de Blois*. Marseille: SFEACG, p. 501-514.
- SOARES, J. (1978) – Nótula sobre a cerâmica campaniense do Castelo de Alcácer do Sal. *Setúbal Arqueológica*, Setúbal. 4, p. 133-143.
- SOARES J.; SILVA, C. T. (1973) – Ocupação do período proto romano do Povoado de Pedrão (Setúbal). In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 1, p. 245-305.
- SOARES J.; SILVA, C. T. (1986) – Ocupação pré-romana de Setúbal: escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos. In *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Setúbal/Lisboa, p. 87-101.
- SOTOMAYOR MURO, M.; ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (1999) – Centro de producción de Los Villares, Andújar (Jaén). In ROCA ROUMENS; M. FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., eds. – *Terra sigillata Hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales. Homenaje a Mª Ángeles Mezquíriz de Catalan*. Universidad de Jaén/Universidad de Málaga. p. 19-60.
- SOUSA, E. M. (1996) – Cerâmicas ditas campanienses e de imitação conservadas no Museu Regional de Sintra. *Conimbriga*, Coimbra. 35, p. 37-59.

- SOUSA, E. R. B. (2005) – A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Pré-História e Arqueologia. Policopiado.
- SOUSA, E. (2009) – A cerâmica de tipo Kuass no Algarve. Cadernos da UNIARQ, 4. Lisboa: UNIARQ. – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- SOUSA, E. R. B. (2010) – The use of “Kouass ware” during Republican period in Algarve (Portugal). In *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 41, Bonn: Rudolf Habelt. p. 523-528.
- SOUSA, E. R. B.; SERRA, M. (2006) – Resultados das intervenções arqueológicas realizadas na zona de protecção de Monte Molião (Lagos). *Xelb. Silves*. 6, p. 5-20. (Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- SOUZA, V. (1978) – Uma cabeça feminina romana de Faro. *Conimbriga*. Coimbra. 17, p. 151-153.
- SOUZA, V. (1990) – *Corpus Signorum Imperii Romani. Corpus der Skulpturen der Römischen Welt. Portugal*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.
- TCHERNIA, A. (1986) – *Le vin de l'Italie romaine*. Roma: École Française de Rome.
- TCHERNIA, A. (2002) – L'arrivée de l'huile de Bétique sue les limes germanique: Wierschowski contre Remesal. In RIVET, L.; SCIALLANO, M., eds. – *Vivre, produire et échanger: reflets méditerranéens. Mélanges offerts à Bernard Liou, (Archéologie et histoire romaine, 8)*. Montagnac, Edition Monique Mergoil, p. 319 – 324
- TEICHNER, F. (1997) – Die Römischen villen von Milreu (Algarve/Portugal) Ein Beitrag zur Romanisierung der südlichen provinz Lusitania. *Madrider Mitteilungen*. Mainz. 38, p. 106-162.
- TEICHNER, F. (2001) – Nova interpretação da área 21, a partir da planta elaborada por Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga, sobre a Villa romana de Milreu (Estoi, Algarve) notícia preliminar. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 19, p. 187-198.
- TEICHNER, F. (2004) – Breve descrição dos vestígios arqueológicos identificados sob a Casa Rural de Milreu (Estoi, Faro). *Estudos. Património*. Lisboa. 6. p. 157-161.
- TEICHNER, F. (2003) – Resultados preliminares das últimas escavações na pars rustica noroeste da Villa romana de Milreu. *Xelb, Silves*. 4, p. 103-114. (Actas do 1º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- TEICHNER, F. (2006) – Cerro da Vila: paleo-estuário, aglomeração secundária e centro de transformação de recursos marítimos. *Setúbal Arqueológica*, 13. Setúbal, p. 69-82. (Simpósio Internacional “Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal, Maio 2004).
- TEICHNER, F. (2008) – Entre tierra y mar – Zwischen Land und Meer. Arquitectura economía en el sur de la Lusitania romana – Architektur und Wirtschaftweise im Süden der römischen Provinz Lusitanien. *Studia Lusitania* 3, Mérida: Museu Nacional de Arte Romano.
- TEICHNER, F.; SCHIERL, T.; GONÇALVES, A.; TAVARES, P (2007) – Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga e as necrópoles romanas de Ossonoba (Faro). *Xelb. Silves*. 7, p. 159-178. (Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve -Percursos de Estácio da Veiga).
- TILHARD, J.-L. (2004) – *Les céramiques sigillées du Haut-Empire à Poitiers d'après les estampilles et les décors moulés*. Marseille: SFECAG, Suppl. 2.
- TORRES, C. (1992) – Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica. *Arqueologia Medieval*. Porto, 1, p. 189-202.
- TORTORELLA, S. (1981a) – Ceramica da cucina. In *Atlante delle forme ceramiche I*, Enciclopedia dell'Arte antica e orientale. Roma: Instituto della Enciclopedia Italiana, p. 208-227.
- TORTORELLA, S. (1981b) – Ceramica di produzione africana e rinvenimenti archeologici sottomarini della media e tarda età imperiale: Analisi dei dati e dei contributi reciproci. *Mélanges de l'École française de Rome*, 93, 1. Rome, p. 355-380.
- TRINDADE, M. J. F. (2007) – *Geoquímica e mineralogia de argilas da bacia algarvia: transformações térmicas*. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para obtenção do grau de Doutor. Policopiado.
- TUFFREAU-LIBRE, M. (dir.) – *La quantification des céramiques. Conditions et Protocole*. Glux-en-Glenne: Centre archéologique Européen du Mont Beuvray. (Bibactre; 2), p. 141-157.

- VAQUERIZO GIL, D.; GARRIGUET, J. A.; VARGAS, S. (2005) – “La Constancia”. *Una contribución al conocimiento de la topografía y los usos funerarios en la Colonia Patricia de los siglos iniciales del Imperio*. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba.
- VARGAS, S.; MORENO, M. (2004) – Nuevas perspectivas para el estudio de la cerámica de imitación tipo Peñaflor en Colonia Patricia Corduba. In *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana* (ss. II a.C. – VII d.C.). Oxford: Archaeopress. (BAR Int. series 1266), p. 721-726.
- VASCONCELOS, J. L. de (1896) – Museu de Faro. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 2, p. 167-172.
- VASCONCELOS, J. L. de (1898) – Olaria luso-romana em S. Bartolomeu de Castro Marim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 4, p. 329-336.
- VASCONCELOS, J. L. de (1900a) – Da Lusitania à Bética. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 5., p. 225-249.
- VASCONCELOS, J. L. de (1900b) – Inscrição romana de Ossonoba. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 5, p. 43-44.
- VASCONCELOS, J. L. de (1901) – Les monnaies de Lusitanie Portugaise. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 4, p. 86-88.
- VASCONCELOS, J. L. de (1905) – *Religiões da Lusitânia*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional, edição de 1981, fac-similada, Coll. temas portuguesas. Maia: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, J. L. de (1913) – *Religiões da Lusitânia*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional, edição de 1981, fac-similada, Coll. temas portuguesas. Maia: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, J. L. de (1914) – Excursão arqueológica á Extremadura Transtagana. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 19, p. 300-323.
- VASCONCELOS, J. L. de (1920) – Cousas Velhas, 120. A olaria Lusitano-romana (?) de Manta Rôta. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1. 24, p. 214-237.
- VÁZQUEZ DE LA CUEVA, A. (1985) – *Sigillata Africana en Augusta Emerita*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. (Monografías Emeritenses; 3).
- VÁZQUEZ PAZ, J. (2006) – Contextos ceramológicos de la Carmona romana altoimperial. *Carel, Revista de Estudios locales*. Carmona. 4. p. 1611-1670.
- VEIGA, S. M. P. E. da (1866) – Povos Balsenses. *Sua situação geographico-physica indicada por dous monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta da Torre d'Ares. Distante seis kilometros da cidade de Tavira*. Lisboa: Editora, a Livraria Catholica.
- VEIGA, S. M. P. E. da [1886, 1887, 1889, 1891] (2005) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. 4 vols. 2005 edição da Universidade do Algarve com prefácio de T. J. GAMITO.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1880) – *Memoria das Antiguidades de Mértola observadas em 1877 e relatadas por S. P. M. Estacio da Veiga*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1904) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. *O Arqueólogo Português*, vol. IX. Lisboa, p. 200-210.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1905) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. *O Arqueólogo Português*, vol. X. Lisboa, p. 107-118.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1910) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. *O Arqueólogo Português*, vol. XV. Lisboa, p. 209-233.
- VENTURA MARTÍNEZ, J. J. (1985) – La cerámica campaniense “C” y Pseudocampaniense de pasta gris en la provincia de Sevilla. *Lucentum*, IV. Alicante, p. 125-132.
- VENTURA MARTÍNEZ, J. J. (1992) – Cerámica Campaniense en la Cordoba Romana. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Córdoba, 3, p. 137-170.
- VENTURA MARTÍNEZ, J. J. (2000) – La ceràmica de barniz negro de los siglos II – I a.C. en Andalucía Occidental. In AQUILUÉ ABADÍAS, X.; GARCÍA ROSELLÓ, J.; GUITART DURAN, J., coords. – *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I aC: Centres productors mediterranis I comercialització a la Península Ibèrica*. Taula rodona. (Empúries 1998), Mataró: Museu de Mataró/ Museu de Catalunya (Empúries)/ Universitat Autònoma de Barcelona, p. 177-215.

- VERNHET, A. (1976) – Création flavienne de dix services de vaisselle à La Graufesenque. *Figlina*, Lyon. 1, p. 13-27.
- VERNHET, A. (1979) – *La Graufesenque, atelier de potier gallo-romain*. Toulouse: Musée Saint Raymond de Toulouse et Musée Municipal de Millau.
- VERNHET, A. (1986) – Centre de production de Millau. Atelier de la Graufesenque. In BÉMONT, C.; JACOB, J. P. (1986) – *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: Implantations, produits, relations*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme (Documents d'Archéologie Française; 6), p. 96-103.
- VIANA, A. (1949) – Restos de Ossónoba, no Largo da Sé, em Faro. Separata dos nºs 39 a 46 da *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*, p. 1-36.
- VIANA, A. (1951) – O cemitério luso-romano do Bairro Letes (Faro). Separata da revista, *Brotéria*, Lisboa. 53: 2/3, p. 1-23.
- VIANA, A. (1952a) – Ossónoba. O problema da sua localização. *Revista de Guimarães*, Guimarães. 42, p. 250-285.
- VIANA, A. (1952b) – Balsa y la Necropolis romana de As Pedras d'El-rei. In *Archivo Español de Arqueología*, 25. Inst. Arq. e Pré-História “Rodrigo Carro”. Madrid, p. 261-285.
- VIEGAS, C. (2003a) – *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica*. Trabalhos de Arqueologia, 26. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- VIEGAS, C. (2003b) – Les sigillées du sud de la Gaule à Castro Marim et Faro (Algarve – Portugal). In *SFECAG, Actes du Congrès de Saint-Romain-en-Gal*, Marseille: SFECAG, p. 641-646.
- VIEGAS, C. (2003c) – *Terra sigillata imports in Santarém (Portugal)*. In *Rei Cretaria Romanae Fautores, Acta*. 38. (Roma, 2002). Abdington, p. 323-330.
- VIEGAS, C. (2006a) – *A cidade romana de Balsa (Torre de Ares- Tavira): (1) A terra sigillata*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira/Instituto Português de Museus.
- VIEGAS, C. (2006b) – O Forno romano da Manta Rota (Algarve). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 13, p. 177-196. (Simpósio Internacional “Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal, Maio 2004).
- VIEGAS, C. (2006c) – A ocupação romana de Castro Marim. *Xelb. Silves*. 6, 1, p. 241-260. (Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- VIEGAS, C. (2007a) – Les céramiques tardives dans les sites du sud-ouest de la Péninsule Ibérique (Algarve – Portugal). In BONIFAY, M. e TRÉGLIA, J.-C., eds. – *LRCW2 Late Roman Coarse wares, cooking wares and amphorae in the Mediterranean. Archaeology and Archaeometry*, vol. I. Oxford: Archaeopress. (BAR Int. series 1662.1), p. 71-83.
- VIEGAS, C. (2007b) – A cidade de Balsa: investigações recentes. *Xelb. Silves*. 7, p. 317-340. (Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve, Percursos de Estácio da Veiga).
- VIEGAS, C. (2008a) – Amphora Imports in southern Lusitania (Algarve): recent evidence from urban sites: the town of Balsa. In *Rei Cretaria Romanae Fautores Acta* (Durres, 2006), p. 493-504.
- VIEGAS, C. (2008b) – O mosaico do Oceano (Faro) – cerâmicas associadas. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Promontoria Monográfica 10* (Faro, 2004). Faro, p. 197-214.
- VIEGAS, C. (2008c) – A cidade de Ossónoba – importações cerâmicas. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Promontoria Monográfica 10* (Faro, 2004). Faro, p. 215-231.
- VIEGAS, C.; DINIS, T. (2010) – Pedras d'el Rei (Tavira): villa suburbana de Balsa. *Xelb. Silves*. 10, p. 235 – 251. (Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- WACHSMANN, S.; DUNN, R. K.; HALE, J. R.; HOHLFELDER, R. L.; CONYERS, L. B.; ERNENWEIN, E. G.; SHEETS, P.; BLOT, M. L. P.; CASTRO, F.; DAVIS, D. (2009) – The Palaeo-Environmental Contexts of Three Possible Phoenician Anchorages in Portugal. *International Journal of Nautical Archaeology*, 38, 2, p. 221-253.
- WILL, E. L. (1982) – Greco-Italic amphoras. *Hesperia* 51. American School of Classical studies at Athens, p. 338-356.



- WILLIAMS, D. F. (2006) – A digital data-base for Roman amphorae. In MALFITANA, D. ; POBLOME, J.; LUND, J. – Old pottery in a new century. Innovating perspectives on Roman pottery studies. Atti del Convegno Internazionale di Studi (Catania 2004). Catania, p. 331-335
- ZEVI, F. (1966) – Apunti sulle anfore romane. I – La tavola tipologica del Dressel. *Archeologia Classica*, 18. Roma: L’Erma di Bretschneider, p. 208-247.
- ZEVI, F.; TCHERNIA, A. (1969) – Amphore de Byzacène au Bas-Empire. In *Antiquités Africaines*, 3. Paris: CNRS, p. 173-214.

### **Relatórios de escavação (acessíveis no IGESPAR)**

- ARRUDA, A. M. (1983) – Castelo de Castro Marim. Relatório dos Trabalhos arqueológicos de 1983.
- ARRUDA, A. M. (1984) – Castelo de Castro Marim. Relatório dos Trabalhos arqueológicos de 1984.
- ARRUDA, A. M. (1985) – Castelo de Castro Marim. Relatório dos Trabalhos arqueológicos de 1985.
- ARRUDA, A. M. (1986) – Castelo de Castro Marim. Relatório da 4ª Campanha de trabalhos arqueológicos de 1983.
- ARRUDA, A. M. (1987) – Castelo de Castro Marim. Relatório dos Trabalhos arqueológicos de 1987.
- ARRUDA, A. M. (1988) – Trabalhos arqueológicos no Castelo de Castro Marim. Relatório da Campanha 6 (88).
- ARRUDA, A. M. , FREITAS, V. T. , OLIVEIRA, C. F. de, SANTOS, P. B. dos, PEREIRA, R. L. (2003) – Castelo de Castro Marim: Estudo, recuperação e valorização do património arqueológico. Intervenção Arqueológica no Castelo de Castro Marim – 2002. Relatório dos trabalhos de campo.
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C. S. P. (2006) – Castro Marim: Forte de S. Sebastião (2005). Relatório de acompanhamento e escavação.
- BOTELHO, P.; ESTRELA, C.; FERREIRA, S. (2007) – Intervenção arqueológica de minimização de impacto. Sondagens arqueológicas de diagnóstico da R. do Compromisso (Faro). Relatório de Progresso (14.12.2007). (disponível no Arquivo do Museu Municipal de Faro).
- MAIA, M. G. P. ; MAIA, M. (1978) – Relatório da Campanha de escavações realizada em Torre de Ares (Tavira) entre 24 de Outubro e 25 de Novembro de 1977.
- PAULO, D. e BEJA, N. (2002) – Relatório de Progresso 2001 – Sondagens no Museu de Faro. Policopiado
- PAULO, D. e BEJA, N. (2003) – Relatório de Progresso 2002 – Sondagens no Museu de Faro. Policopiado (disponível no IPA).
- PEREIRA, J. ; INFANTINI, L. (2007) – Rua Teresa Ramalho Ortigão nº 23 a 29. Relatório final. Setembro 2007. Policopiado. Disponível no Arquivo do Museu Municipal.

### **Fontes**

- Estrabón, Geografía de Iberia (2007) – Traducción de Javier Gómez Espelosín; Presentaciones, notas y comentarios de Gonzalo Cruz Andreotti, Marco V. García Quintela y Javier Gómez Espelosín, Clásicos de Grecia y Roma, Madrid: Alianza Editorial.
- Mela, Pompónio: De Chorographia libri tres. Edição de V. Bejarano, Barcelona, 1987, in Fontes de Hispania Antigua, VII.

## Manuscritos

- VEIGA, S. P. M. E. da – Catálogo dos productos archeologicos obtidos desde o concelho de Alcoutim até o de Tavira, e acondicionados em 26 caixotes e tres canastrões em 30 de Junho de 1877. Continuação deste catálogo, compreendendo os productos dos concelhos de Olhão, Faro e Loulé até 20 de Novembro de 1877 – E.dV. Continuação – concelho de Albufeira, Lagôa e Silves até 20 de Janeiro de 1878 [Manuscrito] 1877/1878a. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal.
- VEIGA, S. P. M. E. da – Catálogo dos monumentos e objectos de arte antiga descobertos e obtidos no reconhecimento das antiguidades do distrito de Faro, feito desde março de 1877 até outubro de 1878, para o levantamento da Carta Archeologica do Algarve em virtude da portaria de 15 de Janeiro de 1877, por S.P.M. Estácio da Veiga. [Manuscrito] 1877/1878b. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal.
- VEIGA, S. P. M. E. da – Collecção de Plantas e Desenhos dos Campos Explorados para o Reconhecimento das Antiguidades Monumentaes do Distrito de Faro e para comprovação parcial da Carta Archeologica do Algarve organizada em virtude da Ordem do Governo por S. P.: Estácio da Veiga 1877-1878. [Manuscrito] 1877/1878c. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal.
- Acta da Sessão de Câmara de 17 de Julho de 1926, Livro 52, Folha 207 V e 208, Arquivo C. M. de Faro.

## Material Cartográfico

- CARTA GEOLÓGICA DE PORTUGAL: FOLHA 8 [Material Cartográfico]/ Serviços Geológicos de Portugal. – Escala 1:200000. Lisboa: S. G. P., 1992.
- CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 600 [Material Cartográfico]/ Serviços Cartográficos do Exército. – Escala 1:25000. Lisboa: S.C.E., 1970.
- CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 608 [Material Cartográfico]/ Serviços Cartográficos do Exército. – Escala 1:25000. Lisboa: S.C.E., 1970.
- CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 611 [Material Cartográfico]/ Serviços Cartográficos do Exército. – Escala 1:25000. Lisboa: S.C.E., 1970.
- Carte des limites anciennes de la Lusitanie romaine (1990). In GORGES, J.G., ed. – *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires*. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique. (Talence 1988). Paris: CNRS (Coll. Maison des Pays Ibériques; 42).



**Índice topográfico e de sítios arqueológicos****A**

Abicada 38, 39, 596  
 Abul 211, 237, 369, 542, 543, 571  
 Adriática, Costa / Regiao 192, 250, 479, 498, 519, 552, 604  
 Adriático, Mar 192, 193, 244  
 Aeso 115  
 Aesuri 34  
 África 42, 57, 66, 77, 89, 114, 115, 160, 173, 193, 196, 223, 228, 232, 238, 240, 241, 242, 252, 257, 258, 281, 295, 315, 333, 356, 360, 371, 377, 383, 385, 386, 388, 398, 403, 476, 477, 479, 498, 500, 532, 553, 563, 565, 566, 584, 585, 590, 591, 601  
 Africa Proconsular / Africa Proconsularis 136, 401, 444, 446  
 Ágora de Atenas 132  
 Albaizín 153  
 Albintimilium 111, 200, 633  
 Albufeira 32, 37  
 Alcácer do Sal 75, 115, 116, 369, 431, 460, 527, 528, 562, 586  
 Alcáçova de Santarém 20, 132, 149, 150, 158, 193, 197, 201, 203, 209, 211, 212, 290, 340, 356, 362, 439, 441, 458, 459, 477, 480, 527, 530, 537, 541, 545, 554, 556, 562, 574  
 Alcalá del Río 208, 226  
 Alcaria 411, 412, 524, 525  
 Alcarias 264, 408  
 Alcochete 369, 607  
 Alcoutim 32, 74, 81, 83, 85, 263, 267, 274, 408, 519, 523, 536, 587, 588  
 Alemanha 223, 225  
 Alentejo 35, 37, 40, 53, 532, 545, 548, 567, 571, 572, 597, 598  
 Algarve 3, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 92, 98, 101, 115, 150, 237, 239, 242, 257, 258, 261, 262, 263, 264, 265, 267, 272, 273, 274, 276, 277, 278, 280, 306, 378, 384, 393, 396, 407, 408, 410, 412, 413, 439, 444, 459, 516, 523, 528, 532, 540, 545, 548, 551, 553, 555, 557, 558, 561, 564, 567, 569, 570, 575, 576, 579, 581, 582, 584, 587, 588, 591, 606, 608, 610  
 Algeciras 200, 205, 218, 219, 230, 231, 362, 365, 487, 629  
 Alicante 115, 297, 635, 638, 650  
 Aljezur 407  
 Aljustrel 37, 629  
 Almada 197, 263, 408, 577  
 Almada d'Ouro 263, 408

Almansil 72  
 Almayate 194, 505  
 Almodôvar 72, 197, 201, 212, 489  
 Almuñecar 115  
 Alpiarça 577  
 Alto do Cidreira 173, 550  
 Alvor 66, 70, 74, 98, 595  
 Amendoal 69, 83, 84  
 Ampúrias 113, 114, 115, 116, 121, 205, 210, 213, 239, 297, 368, 460  
 Anas 66, 70, 71, 407  
 Ancona 497  
 Andaluzia 56, 70, 114, 115, 117, 121, 126, 176, 204, 206, 207, 214, 218, 255, 257, 356, 421, 427, 430, 431, 438, 480, 494, 499  
 Andújar 130, 150, 153, 154, 156, 158, 183, 184, 257, 315, 324, 325, 326, 351, 352, 356, 357, 358, 397, 399, 439, 463, 465, 475, 520, 530, 532, 541, 543, 544, 545, 563, 585  
 Apúlia 192, 206, 362, 479, 499, 604  
 Aquileia 497  
 Aquitânia / Aquitania 173, 445  
 Arade, Rio 197, 527, 528, 536, 555, 569  
 Arenzana de Abajo 154  
 Arenzana de Arriba 154  
 Arezzo 132, 136, 178, 295, 296, 343, 355, 444, 445, 468, 534, 535  
 Arganil 115, 116, 200, 487, 489, 527  
 Argélia 173  
 Arroio 33, 261, 270, 273, 278, 395, 405  
 Ásia Menor 114  
 Asta 57, 68  
 Astúrias 211, 560  
 Asturica 73  
 Atlântico 25, 57, 586  
 Aude, rio 138  
 Augst 47, 226, 232, 363  
 Av. da República, Faro 90, 92, 254, 588, 595  
 Av. Pery Junquera, San Fernando 197  
 Av. Serpa Pinto, Faro 588  
 Ayamonte 34, 82, 407, 516  
 Azaila 114  
 Azinhal 408, 411, 524

**B**

Badalona 105, 115  
 Baesuri 9, 10, 12, 23, 24, 25, 29, 33, 36, 37, 41, 57, 60, 68, 69, 70, 72, 252, 262, 277, 279, 407, 408, 410, 430, 475, 516, 517, 518, 520, 521, 523, 524, 525, 527, 528, 530, 552, 557, 559, 570, 581, 582, 583, 584, 585, 587, 588, 604

- Betis 66, 68, 224, 229  
 Baetulo 105, 622  
 Baía gaditana 55, 188, 196, 200, 201, 203, 205, 208, 212, 215, 217, 218, 219, 223, 230, 242, 362, 365, 373, 374, 480, 482, 487, 497, 500, 504, 511, 553, 555, 569, 575  
 Bairro Letes, Faro 84, 89, 99, 651  
 Baleares, Ilhas 173  
 Baleisão 77, 398  
 Balsa 9, 10, 12, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 37, 40, 41, 44, 47, 48, 57, 59, 60, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 89, 106, 150, 203, 219, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 272, 273, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 286, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 405, 407, 445, 447, 451, 465, 475, 501, 516, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 527, 528, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 554, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 570, 571, 574, 575, 576, 577, 581, 582, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 591, 595, 597, 604, 605, 606, 607, 610  
 Banassac 302, 303, 315, 345, 349, 356, 458, 539  
 Barbate 232  
 Barcelona 16, 150, 224, 269  
 Baritto 269  
 Beja 15, 29, 30, 34, 41, 49, 75, 77, 97, 98, 107, 108, 109, 136, 138, 269, 295, 398, 407, 444, 445, 460, 597  
 Belo / Baelo Claudia 73, 138, 147, 150, 154, 163, 177, 196, 204, 205, 253, 297, 299, 340, 356, 397, 403, 494, 499, 530, 531, 532, 533, 534, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 549, 550, 554, 585  
 Benavente 369, 615  
 Bensafrim 576, 596  
 Berlengas, Ilhas 562  
 Bética / Baetica 12, 34, 35, 36, 43, 44, 66, 68, 70, 71, 73, 74, 77, 89, 105, 109, 115, 136, 138, 150, 154, 156, 158, 162, 189, 197, 201, 203, 204, 208, 209, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 237, 241, 242, 251, 252, 255, 256, 258, 259, 269, 280, 281, 297, 322, 356, 357, 360, 362, 363, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 399, 401, 402, 403, 405, 407, 429, 430, 431, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 440, 441, 474, 498, 518, 519, 528, 529, 536, 552, 555, 608, 609  
 Beuibom 66  
 Beuvray 50  
 Bezares 154, 465  
 Bias do Sul 252, 392, 520, 584  
 Bizacena 159, 163, 234, 235, 236, 242, 333, 377, 378, 401, 479, 546, 565, 567  
 Boca do Rio 13, 33, 36, 38, 39, 595  
 Bordéus 173, 550  
 Borj el-Jerbil 159  
 Braga / Bracara Augusta 149, 150, 173, 209, 210, 211, 344, 400, 459, 534, 560, 573, 585, 597, 603  
 Brindisi 212, 599, 604  
 Britânia / Britannia 13, 25, 136, 211, 225, 226, 295, 361, 400, 558, 559, 560, 585  
 Briteiros 32, 149, 150, 277, 459  
 Búdens 32  
 Buena Vista 218  
 Byrsa 112, 113
- C**  
 Cabo de S. Vicente 65, 66  
 Cabo de Santa Maria 71  
 Cabo Sardão 211, 562  
 Cabrera III 239  
 Cacela 37, 56, 361, 595  
 Cachopo 37  
 Cádiz 12, 13, 41, 44, 65, 114, 176, 194, 196, 197, 200, 201, 203, 204, 205, 207, 208, 213, 214, 216, 219, 231, 232, 246, 247, 255, 280, 363, 365, 373, 400, 477, 482, 494, 529, 556, 557, 562, 570, 574, 585, 586  
 Calahonda 218  
 Cales 106, 109, 112, 113, 115, 116, 117, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 176, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 440, 441, 474, 498, 518, 519, 528, 529, 536, 552, 555, 608, 609  
 Cales Coves 106  
 Calle Javier de Burgos, Puerto de Santa Maria 212  
 Calle San Felipe, Sevilla 106  
 Campânia 89, 110, 112, 113, 114, 116, 122, 125, 188, 190, 192, 361, 373, 419, 420, 439, 477, 519, 528, 529, 604, 608

- Campo da Trindade, Faro 84, 85  
 Canada de Bias 72  
 Cancellaria do Castello, Castro Marim 409  
 Çandarlı 131  
 Cannes 223  
 Cantábria 211, 560  
 Capo Graziano C 213  
 Carmen de la Muralla 153  
 Carmona 91, 106, 257, 545  
 Carrade 149, 319, 320, 356  
 Cartagena / Cartago Nova 115, 193, 297, 497, 499, 519, 533, 549, 552, 590  
 Cartago 47, 73, 95, 112, 136, 159, 193, 196, 336, 479, 499, 519, 552  
 Carteia 362  
 Casa do Pardo 528  
 Cascais 173, 550, 621  
 Castelo Branco 32, 277  
 Castelo da Lousa 115, 212, 427, 562  
 Castelo de Castro Marim 9, 15, 24, 38, 39, 48, 60, 61, 68, 138, 194, 201, 260, 409, 410, 412, 414, 415, 416, 417, 419, 420, 447, 465, 474, 476, 477, 479, 480, 482, 487, 493, 495, 497, 499, 501, 504, 510, 516, 517, 518, 522, 525, 536, 557, 563, 582  
 Castelo de S. Jorge, Lisboa 190, 197, 480, 553  
 Castro Marim 9, 12, 13, 15, 16, 19, 20, 22, 24, 25, 29, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 43, 44, 48, 59, 60, 61, 68, 72, 74, 81, 83, 106, 126, 138, 149, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 203, 206, 207, 219, 239, 244, 245, 251, 252, 253, 255, 260, 263, 295, 315, 356, 369, 372, 382, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 542, 543, 544, 545, 549, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 563, 569, 570, 573, 574, 576, 577, 582, 583, 584, 585, 586, 588, 591, 596, 597, 604, 605, 608, 610  
 Castro Praetoria 226  
 Cástulo 66, 114  
 Catacombes 606  
 Catalunha 48, 105, 112, 114, 213, 214, 215, 232, 234, 236, 243, 346, 374, 377, 505, 511, 522, 533, 541, 565, 566  
 Celsa 460, 529  
 Celti 150, 151, 152, 153, 154, 257, 322, 324, 356, 462, 463, 465, 475, 520, 543, 563  
 Cerro da Vila 12, 21, 38, 269, 595  
 Cerro de la Cabeza 68  
 Cerro del Mar 194, 200, 205, 487  
 Cerro de los Mártires 208, 216, 497  
 Cerro de los Presebres 224  
 Cerro do Castelo de Odeleite 413, 525  
 Cerro do Cavaco / Serro do Cavaco 69, 197, 279, 392, 527, 528, 58  
 Cerro dos Castelhanos 525  
 Cerro Macareno 200  
 Ceuta 586  
 Chiaramonti 270  
 Chipiona 232  
 Chipre 131  
 Choças 411, 412, 524, 525  
 Chões de Alpompé 480, 624  
 Cidade das Rosas 212  
 Cilibes 66  
 Cilícia 361  
 Cilpes 70  
 Círculo do Estreito 201  
 Coimbra 36  
 Colunas de Hércules 66, 349  
 Conímbriga / Conimbriga 35, 37, 38, 42, 49, 91, 101, 115, 136, 138, 139, 144, 149, 150, 154, 163, 166, 176, 239, 297, 299, 330, 340, 356, 362, 458, 459, 460, 530, 531, 532, 533, 534, 536, 540, 541, 542, 545, 546, 548, 549, 550, 567, 572, 588, 597, 602  
 Conistorgis 70  
 Conjux 172  
 Convento de Nossa Senhora da Assunção, Faro 108  
 Conventus Pacensis 39, 40, 74  
 Córdoba / Colonia Patricia Cordoba 68, 74, 126, 138, 151, 153, 213, 253, 255, 324, 542  
 Córsega 173  
 Côte do Guadiana 409  
 Cortijo de Romero 224  
 Cos 361  
 Creta 444  
 Cripta da Sé, Faro 99  
 Culip IV 48, 139, 180, 181, 182, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 453, 454, 458, 459, 471, 473, 541  
 Culip VIII 50, 209, 210, 225, 363, 495, 501, 559  
 Cuneus / Cuneus Ager 66, 71, 81  
 Cyrene 445

## D

Dangstetten 292  
Danúbio 76  
Delos 193, 552  
Dona Menga 576, 596  
Douro 70, 154  
Dramont E 243, 566

## E

Ebro 114, 115, 154, 257, 357, 399, 520, 530, 544  
Écija 213, 463  
Egipto 225, 361  
El-Mahrine 159  
Elbora 74  
Elche 297  
El Cortijillo 151  
El Gallinero 216  
El Molinete 193, 499  
El Rinconcillo 200, 205, 218, 362, 487  
El Tejarillo 214, 231  
Elvas 567, 597  
Elvira 73, 177, 589  
Emerita Augusta 24, 73, 74  
Enchir el-Biar 159  
Enterreiro 524, 525  
Escola Afonso III, Faro 90  
Espalion 149  
Espanha 53, 65, 113, 193, 223, 460, 540  
Espargosa 408  
Esteiro da Carrasqueira 60  
Esteiro da Carregueira 522  
Esteiro da Lezíria 60, 523  
Esteiro de Valle Formoso 57  
Estói / Estoy 29, 30, 34, 74, 81, 82, 253, 264, 407, 576  
Estombar 30, 81  
Esuri 29, 69, 407, 408, 516  
Etrúria 106, 111, 112, 113, 114, 190, 297, 420, 439, 529, 608  
Europa 66, 149, 261, 361, 539  
Évora / Ebora Liberalitas Iulia 30, 32, 37, 75, 253, 269, 548, 567, 571, 572, 589, 597, 610

## F

Fábrica da Cerveja Portugália, Faro 97, 116, 173, 250, 550  
Faro 9, 12, 13, 15, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 47, 48, 49, 51, 56, 57, 58, 60, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109,

116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 264, 266, 269, 272, 274, 276, 277, 289, 299, 315, 322, 326, 336, 341, 356, 358, 363, 374, 377, 392, 393, 394, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 419, 427, 430, 433, 438, 439, 444, 451, 453, 458, 459, 460, 465, 471, 474, 475, 477, 480, 487, 489, 495, 498, 499, 501, 505, 519, 520, 522, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 571, 574, 575, 576, 577, 581, 582, 583, 584, 585, 588, 589, 590, 591, 595, 597, 604, 606, 607, 608, 610

Fazenda do Trindade 30, 82, 262

Ferreira do Alentejo 567, 571, 572, 597, 598, 640

Figueira da Foz 32, 277

Fócea 188

Fonte Velha 32, 576, 596

Fornalha 263, 408, 410, 412, 524, 525

Forte de S. Sebastião 414, 420, 517, 617

França 114, 158, 171, 223, 225, 407, 460, 495

Fréjus 223

Fuseta 33

## G

Gália / *Gallia* 112, 113, 122, 130, 132, 136, 138, 139, 158, 162, 171, 172, 173, 176, 177, 188, 189, 200, 208, 216, 222, 223, 226, 228, 229, 256, 257, 258, 295, 302, 310, 315, 319, 331, 341, 355, 356, 357, 358, 360, 361, 365, 368, 370, 371, 373, 386, 388, 398, 399, 401, 421, 431, 437, 438, 444, 445, 460, 465, 475, 476, 500, 520, 522, 530, 531, 532, 533, 540, 541, 544, 549, 550, 560, 585, 587, 590, 598, 601, 605

Gallineras 216, 497

Garrocheira 369

Genil 213

Génova 115

Germania / *Germania* 136, 138, 226, 295, 444, 445, 446, 535

Gibraltar, Estreito de 13, 56, 66, 71  
 Golfo de Hammamet 159, 368  
 Golfo de Nápoles 111, 117, 584  
 Grã-Bretanha 47, 149, 216, 223, 224, 225, 460  
 Granada 154, 218, 223, 230, 231, 374  
 Grand Congloué I 529  
 Grand Congloué 3 203

Grécia 361

Guadalbaida 362

Guadalquivir 13, 65, 66, 73, 89, 103, 105, 114, 116, 125, 126, 154, 176, 188, 197, 200, 201, 205, 208, 210, 211, 212, 213, 215, 219, 224, 225, 226, 229, 231, 232, 242, 256, 257, 258, 322, 326, 357, 362, 363, 365, 372, 373, 374, 382, 387, 390, 399, 400, 401, 403, 430, 431, 433, 438, 465, 475, 482, 487, 488, 489, 493, 495, 499, 500, 501, 504, 505, 509, 510, 518, 519, 520, 521, 530, 543, 544, 545, 553, 554, 558, 559, 560, 563, 564, 577, 581, 583, 586, 587, 589, 604, 605

Guadarranque 218, 362

Guadiana 13, 36, 37, 60, 66, 68, 70, 71, 72, 83, 252, 407, 409, 433, 522, 523, 524, 529, 536, 537, 540, 583, 584, 588

Guardiario 200

## H

*Hadrumentum* 234, 235, 378

Haffouz 159

Haltern 132, 133, 134, 208, 292, 356, 534

Haza Honda 216

Henchir Bloul 159

Henchir el-Kouky 159

Henchir Tebraria 159

Hijuela del Tío Prieto 218

Hispania / *Hispania* 65, 66, 73, 77, 84, 112, 138, 154, 162, 193, 201, 204, 230, 257, 297, 315, 356, 403, 430, 444, 465, 479, 516, 520, 530, 535, 536, 541, 552, 560, 581, 584, 585

Holanda 223, 225

Horta da Misericórdia, Faro 92

Horta do Ferragial 90

Horta do Pinto, Faro 90

Hospital de Las Cinco Llagas, Sevilla 214, 362

Huelva 66, 94, 114, 614

Huerta del Rincón 214, 231, 374, 377

## I

Ibéria 65, 66

Ibiza 114

Ilerda 115

Ilha de Elba 106

Ilha de Ischia 111

Ilha do Pessegueiro 106, 544, 548, 561, 574

Ilhas Britânicas 586

Insula da Alameda, Tomar 361

*Ipsa* 66, 74

*Ipses* 68, 70

Isona 115

Itália 110, 115, 131, 132, 136, 206, 210, 223, 225, 226, 295, 371, 444, 445, 446, 468, 497, 498, 534, 540, 552, 567, 587

*Italica* 73, 613

## J

Jaén 154, 615, 646, 647, 648

Jordânia 131

Judea 445

## K

KaiserAugust 47

Knossos 132

Kuass 96, 99, 108, 109, 414, 433, 438, 556

## L

*Laccobriga* 36, 70, 71, 72, 251, 555, 581

Lácio 89, 112, 188, 190, 192, 297, 361, 373, 439, 477, 519, 528, 529, 604

La Constancia 153, 324, 649

*Lacus Ligustinus* 197

*Laelia* 68

Lagôa 32, 653

Lagos 32, 33, 37, 38, 57, 71, 73, 98, 106, 190, 211, 257, 286, 438, 528, 535, 540, 555, 562, 570, 576, 595, 596

La Graufesenque 138, 139, 144, 147, 149, 158, 176, 179, 180, 181, 182, 257, 298, 299, 302, 303, 306, 310, 315, 319, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 356, 398, 451, 453, 454, 458, 459, 460, 470, 471, 472, 473, 475, 531, 537, 539, 540

*Laietania* 115, 602

La Muette, Lyon 132, 138

Languedoc 112, 173, 223, 365

Largo 25 de Abril, Faro 99

Largo da Misericórdia, Setúbal 369, 647

Largo da Sé, Faro 72, 75, 86, 87, 88, 89, 90, 96, 252, 253, 260, 584

Largo do Colégio, Faro 84, 85

La Rioja 154, 158, 357, 644

Las Delícias 214, 226



Las Marismas 197, 208, 210, 365, 374, 482, 554, 604, 605  
 Las Sessenta 226  
 Lattes 113, 121, 127, 431, 438, 529  
*Legio* 73  
*Leptis Minor* 234, 235, 378  
 Le puits de la rue du Bon-Jésus (îlot 39N), Marselha 175  
 Les Laurons II 106  
 Lezíria 60, 138, 413, 523, 524, 525, 536  
 Líbano 361  
 Líbia 193, 224, 479, 500, 553, 561, 584  
 Liguria 173  
*Limes germânico* 132, 138, 149, 209, 211, 558, 559, 560  
 Lisboa 3, 5, 11, 13, 16, 34, 36, 39, 75, 83, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 197, 212, 224, 225, 243, 246, 247, 248, 249, 261, 276, 277, 290, 361, 410, 413, 480, 497, 532, 534, 535, 541, 546, 553, 562, 572, 576, 586, 597, 601  
 Lleida 115  
 Loma de Ceres 218, 362  
 Lomba do Canho 115, 116, 200, 201, 480, 487, 489, 527, 554  
 Lora del Rio 214  
 Los Barreros 230, 231  
 Los Barrios 218, 619  
 Los Matagallares 230, 231, 374, 619  
 Los Sauces 218  
 Los Villares (de Andújar) 154, 648  
 Loulé 13, 32, 36, 39, 72, 86, 106, 173, 237, 239, 240, 378, 382, 402, 550, 564, 569, 576, 595, 596  
 Loulé Velho 13, 173, 550, 576, 595, 596  
 Luni 150, 152, 322, 368, 462  
*Lusitânia / Lusitania* 9, 12, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 34, 35, 36, 41, 42, 43, 44, 50, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 81, 86, 95, 106, 136, 138, 154, 176, 218, 230, 231, 237, 238, 239, 241, 242, 252, 254, 256, 259, 261, 277, 278, 297, 299, 302, 319, 326, 357, 360, 365, 371, 378, 382, 383, 384, 372, 385, 386, 388, 399, 401, 407, 444, 460, 509, 517, 529, 530, 534, 535, 536, 542, 544, 547, 556, 557, 559, 561, 562, 566, 567, 569, 571, 572, 574, 575, 576, 577, 584, 585, 586, 588, 589, 590, 601  
 Luz de Tavira 30, 261, 277, 278  
 Lyon 111, 132, 136, 138, 171, 209, 213, 216, 361, 470, 536, 540

## M

Maфра 31, 82, 261  
*Mainoba* 68

Mainz 225  
 Majoura 378, 391, 402  
 Málaga 114, 154, 194, 197, 205, 214, 216, 223, 231, 363, 374, 377, 390, 487, 505, 511, 605  
 Manganeto 505  
 Manjarres 154  
 Manjovos 264, 276  
 Manta Rota 12, 13, 16, 25, 37, 224, 239, 255, 361, 369, 372, 382, 522, 524, 561, 571, 585, 586, 596, 606  
 Marateca 32, 369  
 Marrocos 25, 35, 173, 201, 225, 536  
 Marselha 37, 106, 173, 175, 368, 438  
 Martinhal 37, 38, 237, 239, 378, 382, 402, 564, 596  
 Mata-Filhos 528  
 Mataró 213  
 Mau Dinheiro 411, 412, 524  
*Mauritânia / Mauritania Tingitania* 35, 36, 73, 136, 541, 585, 586  
*Mediterrâneo* 20, 21, 23, 25, 43, 44, 50, 77, 110, 111, 115, 130, 131, 132, 149, 159, 173, 175, 176, 192, 193, 237, 251, 258, 259, 281, 295, 297, 340, 355, 357, 360, 361, 365, 368, 372, 373, 377, 399, 401, 402, 403, 413, 421, 439, 445, 477, 500, 529, 532, 534, 539, 546, 550, 560, 575, 584, 587, 590  
*Mediterrâneo Central* 115, 193  
*Mediterrâneo Ocidental* 159, 192, 193, 237, 365  
*Mediterrâneo Oriental* 77, 130, 131, 132, 193, 251, 258, 259, 281, 340, 355, 357, 360, 361, 372, 373, 399, 401, 403, 439, 445, 532, 550, 560, 587, 590  
 Meia Praia 211, 562  
 Mejerda, vale de 159  
*Menoba* 57  
 Menorca 106  
 Mercado Municipal, Faro 90  
 Mérida 75, 91, 136, 138, 150, 154, 176, 269, 357, 536, 541, 544, 545, 547, 589  
 Mértola / *Myrtilis* 30, 34, 36, 37, 41, 60, 71, 72, 74, 81, 83, 121, 193, 263, 276, 340, 403, 408, 433, 499, 519, 522, 523, 527, 528, 536, 550, 552, 587, 589, 590  
 Mesas do Castelinho 121, 193, 197, 201, 212, 480, 489, 554  
 Mexilhoeira Grande 32, 576, 596  
 Milreu 12, 21, 29, 30, 33, 34, 38, 41, 69, 74, 81, 82, 84, 86, 88, 91, 253, 260, 262, 264, 272, 274, 407, 445, 536, 576, 596  
 Miróbriga 71, 115, 116, 149, 150, 158, 299, 459, 527, 528, 541, 567, 574, 597, 599  
 Moknine 236  
 Montans 149, 465, 539  
 Monte da Cegonha 212, 567, 571, 572, 597, 600

Monte Molião 13, 71, 98, 106, 190, 257, 438, 528, 540, 555, 570, 581, 595  
 Montes da Lusitânia 407  
 Montes Marianos 407  
 Monte Testaccio 213, 214, 224, 231  
 Montinho das Laranjeiras 74, 95, 536  
 Motril 218  
 Munigua 73  
 Museu Municipal, Faro 15, 20, 22, 32, 49, 88, 89, 90, 97, 98, 107, 108, 109, 116, 117, 122, 130, 131, 133, 134, 139, 156, 166, 173, 176, 177, 188, 189, 206, 208, 209, 214, 223, 229, 230, 235, 236, 241, 250, 255, 256, 258, 259, 269, 358, 532, 547, 550, 559, 563, 583, 610

## N

Nabeul 77, 103, 234, 235, 236, 237, 242, 368, 377, 378, 398, 402, 565, 606  
 Nabrisa 57, 68  
 Nájera 154  
 Narbonne / *Narbona* / *Narbonense* 138, 173, 175, 223, 341, 365, 399, 539, 540, 550,  
*Neapolis* 235, 377, 402, 606  
 Niebla 94, 614  
 Norte de África 57, 77, 89, 114, 160, 193, 223, 232, 238, 240, 242, 252, 257, 258, 281, 295, 333, 356, 360, 377, 385, 386, 388, 398, 403, 476, 479, 498, 532, 553, 563, 565, 566, 584, 590, 591, 601

## O

Oberaden 292  
 Obulco 114  
 Oceano, mosaico 9, 16, 20, 22, 25, 26, 38, 49, 75, 90, 92, 93, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 116, 130, 133, 139, 140, 143, 152, 156, 160, 166, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 208, 209, 211, 214, 215, 218, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 234, 236, 241, 243, 246, 247, 248, 249, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 289, 358, 532, 559, 560, 563, 566, 574, 585, 588, 589, 610  
 Ognina 106  
 Olbia 114, 421  
 Olhão 32, 33, 57, 73, 264, 271, 393, 399, 540, 544, 574, 584, 595  
 Olisipo 40, 71, 77, 398, 400, 536, 540, 545, 585  
 Olivar de los Valencianos 219  
 Onoba 57, 68  
 Onuba 66  
 Oretania 66  
 Orippe 197  
 Ossónoba / *Ossonoba* 9, 10, 12, 23, 24, 25, 26, 29,

30, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 44, 57, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 82, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 98, 99, 121, 130, 172, 175, 176, 177, 193, 207, 215, 218, 226, 228, 242, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 260, 262, 264, 274, 277, 278, 279, 394, 395, 398, 403, 407, 516, 520, 521, 527, 530, 534, 551, 552, 554, 570, 581, 582, 583, 584, 585, 587, 588, 589, 590, 604  
 Ostia 104, 105, 106, 159, 223, 224, 234, 236, 269, 289, 331, 361, 368, 465  
 Oudhna 159, 336, 357, 401  
 Oued Miliane, vale de 159, 336, 401

## P

Países Baixos 25  
 Palestina 131  
 Palma del Río 213, 224  
 Palmela 369, 622, 628  
*Pannonia* 446  
 Pantelleria 21  
 Parlamento da Andaluzia, Sevilla 214  
 Parque de estacionamento de Mouras Velhas, Faro 99  
 Paúl 270, 272, 276  
*Pax Iulia* 24, 41, 72, 75, 77, 277, 398, 407, 522, 548  
 Pedras d'el Rei 13, 255, 261, 266, 268, 270, 272, 276, 277, 278, 395, 405, 406, 570, 571, 595, 610  
 Peniche 259, 561  
 Península Ibérica 25, 35, 44, 65, 67, 71, 106, 114, 115, 126, 131, 136, 138, 150, 158, 163, 175, 176, 193, 200, 201, 209, 251, 268, 319, 333, 368, 398, 406, 445, 459, 460, 499, 511, 522, 525, 527, 529, 533, 536, 539, 540, 558, 560, 565, 573, 581, 585, 590  
 Península Itálica 21, 89, 112, 113, 114, 131, 136, 188, 190, 203, 206, 361, 368, 372, 373, 398, 431, 477, 479, 498, 535, 537, 552, 583  
 Peñafior 103, 110, 130, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 176, 182, 183, 257, 289, 292, 322, 323, 324, 350, 351, 356, 358, 397, 399, 439, 462, 463, 464, 465, 473, 474, 475, 520, 530, 532, 541, 542, 543, 544, 563, 585  
 Pernadas 525  
 Pery Junquera 197, 200, 205  
 Pinheiro 35, 41, 61, 69, 86, 90, 92, 237, 239, 254, 270, 272, 369, 374, 393, 395, 402  
 Pisa 132, 134, 136, 138, 178, 256, 295, 296, 355, 444, 445, 467, 468, 534, 535, 536, 537  
 Piza Barro 408  
 Plaza de San Antonio, Cádiz 213  
 Poitiers 139, 144, 180, 181, 295, 299, 303, 306, 310, 345, 346, 347, 348, 349, 358, 453, 470, 471, 472

Polícia Judiciária, Faro 39, 92, 96, 250  
*Pollentia* 115  
 Pompeia 131, 139, 181, 454, 471, 472  
 Porcuna 114  
 Port-Vendres II 208, 226, 362, 363  
 Porta do Ferregial, Castro Marim 409  
 Porta Flaminia 226  
 Portimão 42, 57, 71, 98, 536, 555, 576, 595, 596  
 Portimões 43, 595  
 Porto Cristo 106  
 Porto da Pedra 261  
 Porto dos Cacos 237, 369  
 Portout 172, 341, 467  
 Portugal 11, 16, 20, 24, 30, 34, 35, 36, 37, 39, 54, 55, 82, 92, 99, 101, 115, 239, 268, 272, 278, 295, 407, 413, 460, 530, 557, 572, 577, 596  
*Portus Hannibalis* 71  
*Portus Magnus* 72  
*Portus Magonis* 72  
 Pozzuoli 132, 134, 136, 178, 534, 535  
 Praça Alexandre Herculano, Faro 91, 610  
 Praça da Figueira, Lisboa 532, 535, 540, 545, 546  
 Praça da Liberdade, Faro 57  
 Procchio 106  
 Promontório Sacro 65, 66  
 Provença 114, 173, 223, 365  
 Puente Melchor 208, 214, 216, 218, 223, 230, 231, 232, 373, 374, 504  
 Puerto de Santa María 212  
 Puerto Real 208, 216, 223, 230, 232, 373, 603  
 Punta Ala 106  
 Pupput 234, 368, 620, 621  
 Putéolos 134, 136, 534, 535

## Q

Quarteira 35, 56, 57, 60, 576, 595, 596  
 Quinta da Alegria 239, 369  
 Quinta das Antas 30, 33, 34, 43, 60, 261, 262, 265, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 276, 286, 393, 395, 396, 397, 405, 540, 595  
 Quinta das Longas 240, 567, 571, 572, 597, 601  
 Quinta da Trindade 77, 270  
 Quinta de Marim 33, 39, 43, 73, 106, 264, 399, 540, 544, 571, 574, 595, 596  
 Quinta do Almaraz 197, 577  
 Quinta do Arroio 270, 273, 395  
 Quinta do Lago 36, 37, 42, 237, 239, 240, 242, 378, 382, 402, 564, 569, 571, 595, 596  
 Quinta do Muro 399, 524, 571, 595  
 Quinta do Pinheiro 69, 270, 272, 393, 395

Quinta do Rouxinol 237, 240, 564, 607

## R

Reno 76, 558  
 Represas 149, 154, 295, 340, 444, 445, 460  
 Rhosos 131  
 Ria Formosa 56, 278, 630, 637  
 Ribeira da Luz 60, 394, 395  
 Ribeira das Antas 271, 395, 399  
 Ribeira da Xareca / Chareca 60, 271, 394, 395  
 Ribeira de Lethes 57  
 Ringo Rango 230  
 Rio Gilão 33, 279  
 Rio Seco 57, 83  
 Ródano 171, 558  
 Roma 19, 44, 73, 213, 214, 224, 226, 231, 268, 279, 295, 446, 556, 558, 581, 584  
 Rottweil 225  
 Rozier 147, 149, 319, 320, 356, 539  
 Rua 25 de Abril, Lagos 570  
 Rua Conselheiro Bívar, Faro 90, 134  
 Rua D. João de Castro, Faro 99, 250  
 Rua das Adegas, Faro 85  
 Rua das Alcaçarias, Faro 92, 95  
 Rua de Portugal, Faro 99  
 Rua de Santo António, Faro 57  
 Rua do Arco, Faro 85  
 Rua do Castelo, Faro 95  
 Rua do Compromisso, Faro 99, 254  
 Rua do Município, Faro 95  
 Rua do Repouso, Faro 95  
 Rua dos Correeiros, Lisboa 572, 576, 597, 601  
 Rua Serpa Pinto, Faro 98  
 Rua Silva Lopes, Lagos 38, 286, 562, 570  
 Rua Teresa Ramalho Ortigão, Faro 99

## S

S. Bartolomeu de Castro Marim /  
 Olhos de S. Bartolomeu de Castro Marim 12, 25, 33, 36, 37, 43, 44, 239, 255, 369, 372, 382, 412, 522, 524, 561, 585, 586, 596  
 S. Bartolomeu de Messines 37  
 S. Brás de Alportel / S. Braz de Alportel 32, 37, 72  
 S. Cesario al Panaro 497  
 S. Cucufate 43, 44, 154, 212, 530, 531, 532, 533, 542, 548, 567, 571, 572, 597, 600  
 S. Domingos 37, 57, 270, 273, 519, 523, 587, 588  
 S. Domingos de Asseca 270, 273  
 S. Giens 431  
 S. João da Venda 33, 37, 86, 239, 378, 382, 402, 576, 596  
 Sabóia 172

Sado 12, 22, 36, 42, 43, 45, 211, 218, 237, 239, 242, 259, 286, 365, 369, 372, 378, 382, 399, 402, 542, 543, 545, 561, 562, 564, 569, 570, 571, 572, 574, 575, 586, 588, 590, 600, 607

Sagres 237, 239, 378, 382, 402, 564, 596

Sagunto 32, 85, 273, 276, 297, 410, 412

Sahel 193, 236, 242, 565

Sala 200

Salacia 66, 68, 71, 75, 400, 430, 516, 585

Salakeinoi 66

Salakta 234, 235, 242, 249, 377, 378, 391, 402, 565, 606

Salema 570, 595

Salgadas 39

Salir 72

Samaria 131, 132

San Fernando 197, 200, 203, 205, 216, 482, 497

San Ferreol 555

San Roque 200, 218

Santa Luzia 33, 263, 278, 395

Santarém 20, 131, 132, 144, 149, 150, 151, 158, 190, 193, 197, 201, 203, 209, 211, 212, 231, 240, 251, 290, 297, 299, 340, 356, 362, 439, 441, 458, 459, 477, 480, 527, 530, 531, 532, 533, 534, 537, 540, 541, 542, 545, 548, 549, 553, 554, 556, 562, 573, 574, 586

Santiago do Cacém 150

Santo André 150, 346, 347

Santo Antonio do Alto 30

Santuário de Cybelle, Lyon 213

Saragoça 115, 641, 645

Sardenha 114, 173, 196

Scallabis 40

Sé, Lisboa 532, 540

Sebaste 131

Seillium 361

Selmes 571, 572

Serpa 34, 98, 150, 254, 277, 588

Serra Morena 407

Serro da Eira da Estrada 409

Serro do Castelo 408, 525

Serro do Cavaco / Cerro do Cavaco 69, 197, 279, 392, 527, 528, 582

Serro dos Corveiros 409

Setúbal 115, 237, 239, 369

Sevilha 68, 106, 114, 115, 126, 151, 210, 213, 214, 362, 605

Sicília 113, 114, 188, 193

Sidi Khalifa 159

Sidi Mazourk 159

Sidi Zahruni 236, 237, 249, 377, 378, 391, 606

Silves 32, 37, 54, 55, 57, 66, 70, 73, 83, 94, 595

Sines 43, 561, 567, 574, 597, 599

Singila Barba 73

Siracusa 106, 113

Síria 131

Sobral 408, 410, 411, 412, 524

Sobral de Baixo 410

Sotés 154

Southampton 150

Sta. Luzia 271

Sta Perpétua de Modoga 213

Sto. António dos Capuchos 277

Suiça 47, 225, 226, 495

Sullectum 234

## T

Tarquínia 567, 643

Tarraconense / *Tarraconensis, Hispania* 77, 105, 136, 138, 154, 158, 162, 226, 295, 297, 356, 361, 362, 444, 465, 476, 505, 508, 509, 511, 515, 522, 533, 535, 543, 561, 585, 586, 587, 605

Tarragona 136, 460, 533, 549

Tavira 13, 16, 29, 30, 31, 32, 33, 37, 53, 57, 69, 81, 82, 85, 197, 211, 261, 262, 263, 264, 267, 269, 271, 274, 276, 277, 278, 279, 281, 291, 340, 392, 395, 528, 551, 562, 563, 570, 576, 582, 587, 596

Teano 113

Teatro Letes, Faro 84, 250, 272

Teatro romano, Lisboa 361, 562, 572, 586

Tejo 12, 22, 36, 42, 43, 66, 70, 71, 116, 190, 193, 211, 212, 218, 237, 239, 242, 259, 365, 369, 372, 374, 378, 382, 399, 402, 527, 536, 541, 545, 555, 561, 562, 564, 569, 570, 571, 574, 577, 581, 586, 590, 607

Thaenae 234

Thamusida 200

Tirrénica, Costa / Região 193, 479, 552, 583

Tomar 361

Torre Alta 194, 200, 203, 208

Torre d'Ares 261, 263, 265, 266, 267, 273, 276, 278, 291, 528, 610

Torre de Aires 281

Torre de Ares 15, 16, 20, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 43, 49, 59, 60, 69, 72, 82, 95, 139, 261, 262, 263, 264, 266, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 277, 279, 291, 306, 340, 355, 392, 393, 394, 395, 397, 405, 540, 551, 582, 586, 595, 614, 627, 639, 651, 652

Torre de los Herberos 197

Torre de Palma 149, 290, 459, 577

Torres Novas 571, 572, 597, 601

Toulouse 200

Tounsi 159  
Tourega 548, 567, 571, 572, 597, 600  
Travessa da Alfândega, Faro 90  
Travessa dos Apóstolos, Setúbal 237  
Tricio 130, 150, 154, 158, 176, 257, 315, 325, 326, 351, 352, 356, 357, 358, 397, 399, 439, 463, 465, 475, 520, 530, 532, 541, 543, 544, 545, 546, 585  
Trier 504  
Trincere 106, 567  
*Tripolitania* 193, 206, 224, 401, 479, 480, 498, 500, 519, 584, 605  
Tróia 42, 77, 154, 171, 173, 295, 297, 549, 550, 569, 574, 575, 597, 599  
*Tuburbo Minus* 159  
Tunísia 21, 47, 48, 50, 77, 159, 166, 173, 235, 236, 237, 242, 257, 258, 259, 333, 336, 341, 358, 377, 398, 399, 401, 402, 479, 500, 553, 563, 565, 566, 606  
Turdetânia 13, 66, 68, 577  
Turquia 175, 259, 357, 361

## U

*Ulerior / Hispania Ulerior* 13, 65, 66, 70, 71, 89, 114, 125, 126, 188, 189, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 251, 252, 357, 439, 476, 477, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 505, 516, 517, 518, 527, 529, 545, 552, 553, 554, 555, 569, 581, 583, 584, 604  
Uthina 234

## V

Vaiamonte 115, 149  
Vale do Bôto 36, 410  
Vale do Marinho 576, 596  
Vale Frio 524  
Valência 112, 113, 122, 479  
Vechten 149, 319, 459, 602  
Venta del Carmen 218, 219, 362  
Vidigal 576, 596  
Vidigueira 571, 572  
Vienne 171  
Vigo 533  
Vila do Bispo 37, 570  
Vila Franca de Xira 562, 597, 601  
Vila Real de Santo António 57, 60, 224, 595  
Vilares de Alfândão 240, 567, 571, 572, 597, 598  
Vila Velha de Alvor 66, 70, 74, 98  
Villa Adriana 368

Villa Cardilio 567, 571, 572, 597, 601  
Villanueva 216  
Villa Victoria 362  
Vindolanda 47, 206, 224, 225  
Vipasca 149

## X

Xanten 225  
Xerez de los Caballeros/  
Jerez-de-los-Caballeros 29, 407

## Z

Zambujalinho 369  
Zambujeira 408  
Zeugitânia 242, 565



## Abstract

In this book, a large number of recovered ancient ceramics, mainly the fine wares (campanian and *terra sigillata*) and the amphorae, were studied in order to understand the evolution of the Roman towns in eastern and central coastal Algarve, namely *Ossonoba* (Faro), *Balsa* (Torre de Ares) and *Baesuri* (Castro Marim).

We compared the patterns of imports into these three urban centers in order to determine trade dynamics and the economic evolution of Roman Algarve. We have also compared the Algarve with neighbouring regions, seeking to integrate southern Lusitania in the broader context (economic, political and cultural) of inter-provincial relations during the Roman period.

The research project was based in archeological evidence (mainly ceramics) that were originated both in ancient excavations – such as those that took place in the 1970's in Faro and in Torre de Ares – but also in more recent ones, such as the one directed by Ana Margarida Arruda, since the 1980's in Castro Marim, and the more recent excavations at the Municipal Museum in Faro.

Our option was to study assemblages from previous excavations presumed that these materials had a great informative potential even if their stratigraphical context wasn't always clear and pulled apart the need to open new excavation area with its high costs and implications.

Despite the difficulties arising from deficiencies in some of the ancient archaeological records, the materials that were examined helped to identify consumption patterns and different rhythms in the imports of fine wares (both campanian wares and different categories of terra sigillata) from the 2<sup>nd</sup> century BC to the end of the 6<sup>th</sup> – beginning of the 7<sup>th</sup> century AD, which were marked by the last imports of ARS D from Tunisia.

In addition, and through the study of amphorae we were also able to identify various food imports into the Algarve, that helped us understand which were the regions that were supplying these towns, from the 2<sup>nd</sup> century BC until the 5<sup>th</sup> century AD.

Information from ancient sources, epigraphic and numismatic evidence was also considered and even if they frequently provide contradictory information, they allowed for an understanding of this region's role in the broader framework of provincial interdependence in the Roman period and beyond.

Archaeology in Algarve has begun in the 19<sup>th</sup> century, by the hand of Estacio da Veiga, whose activity was centered in the mapping of ancient sites, up from prehistoric times until the islamic period, and to whom we owe the identification of a great number of Roman sites. During the 20<sup>th</sup> century, several researchers have contributed to a better assessment of the Roman occupation of southern Lusitania. Some investigation projects have focused on issues such as the architectural features of the Roman Villae at Milreu and Cerro da Vila, while others explored different aspects of industrial production in the region, such as fish sauce (*garum* and its derivatives) and amphorae production. One of the main topics has been the characterization of the fish sauce production units.

The systematic study of relevant series of fine wares and amphorae also contributed to the knowledge and discussion of the political and administrative framework of central and eastern Algarve. Epigraphic data had already stressed the relevance of *Ossonoba* during Augustus reign, but towns like *Balsa* and *Baesuri* also knew intense activity during the second half and the end of the 1<sup>st</sup> century AD. These towns were fully integrated in established commercial routes centered in the port of Gadir and in the economy of the neighbour Baetican province. This level of integration will only be slightly modified in Late Roman period by the increase of local and regional lusitanian production as well as by the increase in North African imports.

In fact, during the Republican period almost 90% of amphorae imports in Faro and Castro Marim were originated in the Ulterior province, as proof that the foodstuffs being transported were mainly fish sauce products. This would be the major source of fish based products in the Algarve region, where no Republican structures related to this activity were identified to the present date. Despite this fact, evidence of the exploration of maritime resources was uncovered, such as fish nets, fishing weights and hooks and needles for fishing nets.

The economic development of the region, dating from the Augustus period, became more intense during the second half of the 1<sup>st</sup> century AD. An administrative reorganization due to Augustus established the Municipium of *Ossonoba*, as we have proposed, following

what J. d'Encarnação had already defended, and has also draw the main road network as the Bias do Sul milestone evidences. It should also be stressed that Ossonoba is the only south west Iberian town mentioned in Strabo's Geography, and the town was also referred by Pliny, even if its status was omitted. From the Augustan period onward we could enrich our analysis framework, using evidence uncovered at the town of *Balsa*. Although this toponym points to pre-Roman origins, no material culture dating from the Iron Age has been recovered in the site.

The integration of Southern Lusitania's and Baetican provinces economy was also a reality during High Empire. Amphora imports show that fish based products played an important role in supplying the southern lusitanian towns of *Ossonoba*, *Balsa* and *Baesuri*. Traditionally, it has been considered that this period marked the beginning of rising local production of fish based products, although most of the related structures were dug or identified without rigorous stratigraphical excavations. As local amphorae production is circumscribed to only two sites: S. Bartolomeu de Castro Marim and Manta Rota, it has been argued that southern lusitanian fish sauces production would have to depend on baetican amphorae in order to be exported.

Apart from the mass importation of fish based products from Baetica, these towns have also imported olive oil, as well as wine related products, from the Guadalquivir valley. The taste for luxurious products is indicated by the presence of wine imports from several renowned regions. This also indicates the need for social prestige of the local elites. The presence of eastern Mediterranean wine in *Balsa*, as well as Italian or Gaulish wines in *Ossonoba* can be explained in this context, although local wine production must have been a reality in the nearby villas.

The last decades of the 1<sup>st</sup> century can be considered the high point for these towns, and the Vespasian edit, which conceded the *ius latii* to all the towns in the Iberian Peninsula, also marked the moment when more relevant new construction and/or urban renovation took place. The society portrayed by epigraphy (mostly dated from the 2<sup>nd</sup> century AD) shows strongly romanized onomastics, as marked by Latin names and rare indigenous ones. As has been stressed, the strong presence of Greek origin names wouldn't be the sign of a population originated in the eastern Mediterranean, but could point to an abundant group of freed man. Epigraphic evidence also indicates a relevant elite that occupies important public positions in the local administration and that shows their power through acts of euergetism.

During the High Empire, the urban centers of coastal Algarve would compete among themselves, but *Ossonoba*, a municipium since *Augustus*, had a leading role. *Balsa* was an *oppidum stipendiarium* and *Baesuri* had this status too. The agricultural resources explored in their territory were completed with the fish based products, while the inland mineral resources could have also played an important role.

At the end of the 1<sup>st</sup> or the beginning of the 2<sup>nd</sup> century AD we have evidence of the sudden abandonment of *Baesuris*. A comparison of the pattern of the importation of fine wares in this location, shows very much the same vitality as in other urban centers, with

relevant imports of terra sigillata (italian type, south gaulish and hispanic) although no public buildings are known in this town. The hypothesis that the change in the Guadiana river course made the local port non-navigable, and could be one of the causes of the abandonment, despite continuing occupation in the area in late Roman period, is still to be confirmed.

During the following 2<sup>nd</sup> and 3<sup>rd</sup> centuries AD, archaeological and epigraphic data provide information on relevant construction, both in *Balsa*, where the *circus* is built or refurbished and in *Ossobona*, where a new building, possibly the headquarters of a *navicularii schola* is finished with the mosaic pavement showing *Neptunus*.

During Late Roman period, epigraphic data is rare, but the hommages paid by the *Ossonobensis* to Valerian and Aurelian emperors are a clear evidence of the vitality of the municipal institutions in a period traditionally viewed as of decadence. These epigraphs also show the diverging evolution of *Ossonoba* and *Balsa*, (favouring the first), although the consumption patterns of foodstuf transported in amphorae remain very similar.

In fact, the period between the 3<sup>rd</sup> to the 5<sup>th</sup> century AD is characterized by an important modification in the provincial interdependence framework. The relatively less importance of Baetican importations to southern lusitanian towns is a reality in this period and there is also evidence for a greater relevance of local or regionally produced amphorae. Most of the fish sauce factories in coastal Algarve should be at their full force, at the time, and the multiplication of amphorae kilns is also an evidence of this. Despite local production being a reality, Baetican products are still significant, although now they are restricted almost only to fish based products, as the wine and olive oil imports show a significant decrease. The economic strength of the North Africa provinces (today Tunisia) is expressed in the growth of relevant imports of foodsufs to southern lusitanian towns, mainly olive oil and fish based products. This new reality showed itself in the Flavian period, with the presence of ARS A and African cooking ware, but it incresed in the second half of the 2<sup>nd</sup> century AD. Apart from the north African imports, which are in clear majority, these towns were also supplied with Late Gaulish production (DSP and “luisante”) as well as Eastern Mediterranean (Late phocaen).

The use of Archaeological evidence together with epigraphic and numismatic data, as well as information from writen sources, allowed us to identify major patterns and the economic evolution of some of the most important southern lusitanian towns during a period that ranges from the 2<sup>nd</sup> century BC until the 6<sup>th</sup> century AD.













Recomeça a publicação de «estudos e memórias», a série de «pesos pesados» da UNIARQ. E recomeça com uma excelente tese de doutoramento que teve como objecto maior a romanização do Algarve. Não se fica, porém, por aí, mas investiga as grandes vias de inserção de uma economia local no vasto mundo mediterrânico. Um Algarve romano que é parte do Mediterrâneo romano, em que a grande marca artefactual são cerâmicas campanienses, *terra sigillata* e ânforas.

Catarina Viegas analisa nove séculos de História, a partir de dados concretos, de artefactos e do seu uso e comercialização. Na boa linha da «escola da UNIARQ».

Dividimos este volume com todos os interessados pela região e pelos períodos republicano e imperial, com a certeza do grande avanço que ele representa para todos.

VSG

«Catarina Viegas estudou as cerâmicas de mesa importadas e as ânforas dos três mais importantes núcleos urbanos do Algarve romano da fachada sul-oriental: *Ossonoba*, *Balsa*, *Baesuri*. Trata-se de conjuntos provenientes de escavações com dimensão e metodologias muito diversas. Com muita determinação, a autora agarrou na documentação dos três sítios e minuciosamente tratou a informação, revelando uma invulgar capacidade de gerir, e digerir, conjuntos de materiais de grande dimensão (num total que ultrapassa as 30 000 peças) e, sobretudo, dar-lhes sentido.

As leituras que concretiza estão pois alicerçadas num conjunto de dados que tratou e relacionou entre si, tendo podido discutir, de forma muito mais consistente, problemáticas actuais, que se prendem com a exploração de recursos da região e mesmo com o significado da presença de determinados produtos importados.

No primeiro caso, está a produção de preparados piscícolas e dos contentores para o seu envase, no Algarve, durante o Alto Império, questão que se relaciona directamente com o tema do expressivo número de ânforas béticas na região.»

Do Prólogo